Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos – ISPAE

Faculdade Campo Real

CADERNO DE RESUMOS

XI Encontro de Iniciação Científica 2018

Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos
ISPAE

CENTRO UNIVERSITÁRIO
CAMPO REAL
EXCELÊNCIA EM ENSINO SUPERIOR

CADERNO DE RESUMOS 2018

O CONTEÚDO E FORMA DOS TRABALHOS É DE RESPONSABILIDADE DOS AUTORES. OS TRABALHOS QUE NÃO OBEDECERAM ÀS NORMAS DO EDITAL DO EVENTO OU QUE NÃO FORAM APRESENTADOS NO EVENTO NÃO FORAM INCLUÍDOS NOS ANAIS

EXPEDIENTE

INSTITUIÇÃO
Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos (ISPAE) – Faculdade Campo Real

REITOR
Edson Aires da Silva

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO À PESQUISA E EXTENSÃO
Prof. Mateus Cassol Tagliani

ORGANIZAÇÃO GERAL
Professor Rafael Martines Pedroso

Comissões Científica

1 Área: Ciências Sociais Aplicadas e Humanas
1.1 Curso de Administração
• Professor André Petterson;
• Professor Jonatã da Silva Mariani;
• Professor Pedro Paulo Papi;
• Professor Rafael Henrique Mainardes Ferreira.
1.2 Curso de Direito
• Professora Anna Flávia Camilli Oliveira Giustti;
• Professora Mylena Bermudez Gerke;
• Professor Vinicius Platzgumer;
• Professor Wellington Stefaniu.
1.3 Curso de Publicidade e Propaganda
• Professora Vanessa Lobato da Costa;
• Professor Victor Hugo Niczay de Araujo.

2 Área: Ciências da Saúde
2.1 Curso de Biomedicina
• Professor Filipe Quadros Mariani;
• Professora Gheniffer Fornari;
• Professora Valéria Miranda Avanzi.
2.2 Curso de Enfermagem
• Professor Cândido Simões Pires Neto;
• Professora Cristiane de Melo Aggio;
• Professor Durinezio José de Almeida;
• Professora Lucimara Heil Lehrer;
• Professora Marília Daniella Machado Araujo Cavalcante;
• Professora Selma Assumpção Dias.
2.3 Curso de Nutrição
• Professora Patrícia Chiconatto;
• Professora Rubia dos Santos Bonapaz;
• Professora Simone Carla Benincá;
• Professora Vania Schmitt.
2.4 Curso de Psicologia
• Professora Regiane Bueno Araujo.
2.5 Curso de Medicina
• Professor Anderson Vinicius K. Fadel;
• Professor Jean Ricardo Nicareta;
• Professor Stefan Wolanski Negrão

3 **Área: Desenvolvimento, Tecnologia e Inovação**
3.1 Curso de Arquitetura e Urbanismo
• Professor André Felipe Battistela Souza;
• Professora Vanessa Séves Deister de Souza.
3.2 Curso de Engenharia Civil
• Professor Filipe Quadros Mariani;
• Professora Izabel Moraes Caldeira.
3.3 Curso de Engenharia Elétrica
• Professora Izabel Moraes Caldeira;
• Professor Rafael Martini Pedroso;
• Professor Thiago Prado de Campos.
3.4 Curso de Engenharia de Produção
• Professor Bruno de Andrade Maron;
• Professor Julio Cesar Cabral.
3.5 Curso de Engenharia Mecânica
• Professor Ayres Siqueira Silva;
• Professora Izabel Moraes Caldeira;
• Professor Julio Cesar Cabral.

4 Área: Ciências Agrárias
4.1 Curso de Engenharia Agronômica
• Professor Claudio Vaz Junior;
• Professora Eliza Gralak;
• Professora Greice Daiane Rodrigues Gomes Redivo;
• Professor Luiz Carlos Zerbielli;
• Professor Marcos Roberto Barbosa.
4.2 Curso de Medicina Veterinária
• Professor Greyson Vitor Zanatta Esper;
• Professora Luciana Dallazen;
• Professora Moana Rodrigues França;
• Professora Renata Severo Perez;
• Professor Rodrigo Dorneles Tortorella;
• Professora Thalita Capalbo Milleo

Sumário

APRESENTAÇÃO ... 16

BENEFÍCIOS NO CONSUMO DA FARINHA DE BANANA VERDE ... 17

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: HUMANIZAÇÃO NOS CUIDADOS PALIATIVOS ... 22

A INGESTÃO DE FIBRAS NO CONTROLE DE DIABETES TIPO 2. ... 26

FATORES QUE LEVAM A OBESIDADE NA POPULAÇÃO ... 31

TRATAMENTO FISIOTERAPEUTICO EM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL ISQUEMICO: ESTUDO DE CASO ... 36

TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO RECURSO NA EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM TDAH ... 41

A ANSIEDADE NA ERA DIGITAL ... 46

LEIOMIOMA UTERINO EM CADELA- RELATO DE CASO ... 51

O ORDENAMENTO JURÍDICO E O PRÍNCIPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE HUMANA ... 56

DEBATE JURÍDICO A CERCA DA IMPLANTAÇÃO DE BANCOS GENÉTICOS NA GENÉTICA FORENSE ... 62

INFLUÊNCIA DO SOMBREAMENTO NA PRODUTIVIDADE DA CULTURA DA COUVE BRÓCOLIS ... 67

OS DESAFIO DA MULHER CONTRA O ASSÉDIO E A IGUALDADE LABORAL DE GÊNERO NO TRABALHO ... 72

MATERIAIS EM PROL DA SOLUÇÃO ECOLÓGICA ... 77

MORTE E PROFISSIONAIS DE SAÚDE ... 81

FEMINICÍDIO NO BRASIL ... 86

OS DIREITOS DO NASCITURO. ... 91

SEMANA DA PAZ FÓRUM DESEMBARGADOR ERNANI GUARITA CARTAXO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ... 95

CRIMINAL PROFILING – UMA TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO EM AUXILIO AO PSICOLOGO FORENSE ... 100

CRIMINOLOGIA X DIREITO PENAL ... 105

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE EUGENIA ... 110

HOSPITALIZAÇÃO DE ADOLESCENTE ... 115

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E RELATO DE CASO DE OSTEOSSARCOMA EM CÃO DA RAÇA ROTTWEILER ... 120

HOSPITALIZAÇÃO INFANTIL ... 126

IDENTIFICAÇÃO DE CORPOS EM CRIMES DE INCÊNDIO E A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA MEDICINA FORENSE ... 131

CONSERVAÇÃO PÓS-COLHEITA DE MAMÃO EM DIFERENTES TEMPERATURAS ... 136

HÁ DIFERENÇA NA QUALIDADE DE FRUTOS DE MORANGO CULTIVADOS SOB SISTEMA DE PRODUÇÃO ORGÂNICA OU CONVENCIONAL? ... 141

SELEÇÃO DE HÍBRIDOS PRODUTIVOS E DE ALTA QUALIDADE NUTRICIONAL EM PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DE MORANGUEIRO 145

PEQUENO PRÍNCIPE? REALEZA LÍQUIDA 149

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS 153

ETIOLOGIA DO TRASTORNO DISSOCIATIVO DE IDENTIDADE 157

A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE UMA LEI FEDERAL QUE PROTEJA AS MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA 161

EFEITO ALELOPÁTICO DO EUCALIPTO SOBRE A GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE OLERÍCOLAS 166

DIREITOS DA PERSONALIDADE - LIBERDADE DE EXPRESSÃO: LIBERDADE RELIGIOSA *VERSUS* DIREITO À VIDA 171

DIREITO A IDENTIDADE SEXUAL: A PROBLEMÁTICA JURIDICA DA TRANSEXUALIDADE 176

DIREITO À VIDA: INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E O DIREITO DO NASCITURO 182

PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA E A INEFICIÊNCIA DA ATUAÇÃO ESTATAL 187

APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE PECULATO PRÓPRIO 192

IMPETUOSIDADE CONTRA MULHER E SEUS TRAUMAS 197

ESTADOS DE EXCEÇÃO E SUA CONSTITUCIONALIDADE COMO SUPRESSOR DE DIREITOS 202

INTERVENÇÃO FEDERAL 207

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE APLICADO NO CASO CONCRETO – ANÁLISE DA LEI N° 9.695/98 211

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ÂMBITO ESCOLAR 216

O CONCEITO DE ANGÚSTIA SEGUNDO KIERKEGAARD 221

A IRONIA KIERKEGAARDIANA COMO UM POSSÍVEL CAMINHO PARA LIDAR COM O DISCURSO DE ÓDIO 226

PRELÚDIOS FILOSÓFICOS PARA UMA CONSTRUÇÃO DO INCONSCIENTE PSICANALÍTICO 231

DISTRITO FEDERAL E BRASILIA COMO CAPITAL FEDERAL 236

ENFOQUE CRIMINOLOGICO SOBRE O DIREITO PENAL: CONTRIBUIÇÕES DA JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA HUMANIZAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS 240

SOBERANIA E OS DIREITOS HUMANOS 245

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS E ORGANOLÉPTICAS DA ABOBRINHA EM FUNÇÃO DE DOSES DE NITROGÊNIO 249

REFUGIADOS VENEZUELANOS ENTRE OUTROS POVOS NO BRASIL: QUESTÃO DE DESEMPREGO, DIFICULDADES E AMPARO LEGAL 254

DIAGNÓSTICO DE GESTAÇÃO EM REBANHOS LEITEIROS PELA ANÁLISE DO LEITE: UMA REVISÃO 259
DIARREIA VIRAL BOVINA (BVD) – RELATO DE CASO 263
A INFLUÊNCIA DO ABANDONO PATERNAL RELACIONADA AO CRIMINOSO 267
A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO PATRIARCADO NA CRIMINALIDADE FEMININA - DADOS DO APRISIONAMENTO DE MULHERES NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E NA CHINA 271
DADOS SOBRE O ABORTO 276
QUESTÕES SOBRE O ESTATUTO DO DESARMAMENTO 280
SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E SUAS DISFUNÇÕES 285
4 REFERÊNCIAS 288
A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL PERANTE A CRIMINOLOGIA 290
A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DO CAMPO 295
O NÚCLEO MARIA DA PENHA GUARAPUAVA-PR NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO 300
A SÍNDROME DA DISFUNÇÃO COGNITIVA EM CÃES E GATOS 306
COLA ELETRÔNICA: SERIA OUTRA FALHA LEGISLATIVA? 310
LIMITAÇÕES AO CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS 315
DIREITO A INTERVENÇÃO CIRÚRGICA: TRATAMENTO MÉDICO DE RISCO 320
APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AO CRIME DE PECULATO: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DOS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PENAL 325
SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA 330
A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO O CERNE GRAMATICAL E AXIOLÓGICO/VALORATIVO DOS DEMAIS FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 336
CRIAÇÃO, OBJETIVOS E FUNÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. 341
CURANDEIRISMO COMO PRÁTICA CULTURAL 346
AS DIFERENÇAS DO PERFIL CRIMINOLÓGICO ENTRE O SERIAL KILLER E O PSICOPATA 350
MERCOSUL: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO INTERNA 355
PODER JUDICIÁRIO: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO 360
IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO SOBRE O TRANSTORNO ESPECÍFICO DE APRENDIZAGEM COM PREJUÍZO NA LEITURA POR PARTE DOS PROFISSIONAIS E FAMILIARES. 365
PSICOPEDAGOGIA NA ESCOLA INCLUSIVA 369
VOTE EM MIM, É PELO "BEM" DO POVO. A RECONDUÇÃO DE CARGOS ELETIVOS NO BRASIL E SUAS REFLEXÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS 373

INTERVENÇÃO FEDERAL: PRESSUPOSTOS E A INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO 377

A CRIANÇA E A MORTE 382

DOAÇÃO DE CORPOS *POS MORTEM* PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA EM ANATOMIA HUMANA: LEGISLAÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO 387

PROFISSIONAL DA SAÚDE – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 387

AS CONSEQUÊNCIAS DO ÁLCOOL NA SOCIEDADE BRASILEIRA ENQUANTO DROGA LÍCITA 392

REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO 397

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS. 401

MOVIMENTOS SEPARATISTAS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL 406

A FORMAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA 410

DIREITOS HUMANOS DOS DETENTOS 415

MEDICINA LEGAL - EMBRIAGUEZ 420

ANÁLISES DE QUALIDADE DO LEITE *IN NATURA* DO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR 425

UTILIZAÇÃO DE CONTÊINERES MARÍTIMOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: UMA OPÇÃO SUTENTÁVEL 430

LEGALIZAÇÂO DO ABORTO 435

DESMISTIFICANDO A DIFERENÇA ENTRE BRASÍLIA E DISTRITO FEDERAL 439

PREVALÊNCIA DE HEPATITE B E C NO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA 443

TRANSTORNO DO COMPORTAMENTO OPOSITOR E OS DIAGNÓSTICOS NO AMBIENTE ESCOLAR 448

“CRISE DE IDENTIDADE” NA PÓS-MODERNIDADE: ESTUDO À LUZ DE STUART HALL 453

DO CURANDEIRISMO COMO CRIME EM DESUSO NO ORDENAMENTO JURÍDICO PENAL 457

DECISÃO INDIVIDUAL, PREJUÍZO COLETIVO 461

O OLHAR DA PSICOLOGIA PERANTE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL 467

MODALIDADE CONVITE: VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS INERENTES AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 471

PANORAMA HISTÓRICO E CONCEITUAL DA ERGONOMIA NOS PROCESSOS PRODUTIVOS 476

DOS DIREITOS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA 481

A EXECUÇÃO PENAL VOLTADA PARA A COMUNIDADE LGBT 486

HISTOPLASMOSE: REVISÃO DE LITERATURA 491

A EDUCAÇÃO EM UM VIÉS DA ESCOLA REGULAR E DA ESCOLA DE REABILITAÇÃO A APADEV (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES VISUAIS) 496

COMPARAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE TOTAL DE POLIFENÓIS EM ERVA- MATE PARA CHIMARRÃO E FOLHAS ULTRA REFINADAS 500
ILUMINISMO E A ÁREA JURÍDICA PENAL 505
HOSPITALIZAÇÃO INFANTIL 510
HABILIDADESDE E DIFICULADADES DE UMA ALUNA COM T.D.A.H. (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) 515
CONSTRUÇÃO CIVIL: USO E APLICABILIDADE DE CONCRETO FEITO COM BORRACHA E TELHAS DE BARRO 519
REDES ELÉTRICAS INTELIGENTES 524
APOLIPOPROTEINA "E" E O RISCO PARA O ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL 528
DO SUPLÍCIO À CRISE DO SISTEMA PENAL 532
ALIENAÇÃO PARENTAL: QUESTÕES JURIDICAS E A PROBLEMATICA DO ABUSO SEXUAL 537
CARBOXITERAPIA NO TRATAMENTO DE LIPODISTROFIA GINÓIDE 542
A ATUAÇÃO DO CIS NO EXERCÍCIO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO E SUA VINCULAÇÃO COM O TRABALHO EM REDE 547
O NOVO DIREITO REAL DE LAJE E SUAS ESPECIFICIDADES QUANTO A DIFERENCIAÇÃO COM O DIREITO REAL DE SUPERFÍCIE 552
A LEI DE DROGAS E A NECESSIDADE DE LAUDO DE CONSTATAÇÃO DEFINITIVO 557
GESTÃO DE ESTOQUES 562
MARKETING OU ENDOMARKETING, UM ESTUDO COMPARATIVO 567
INDENIZAÇÃO PREVENTIVA: ANÁLISE DA APLICAÇÃO LEGAL 572
A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO DIREITO BRASILEIRO 578
O ABORTO NO BRASIL E A ADPF 442 582
DIREITOS E DEVERES, CONSULTA AO APARELHO CELULAR E APLICATIVO DE MENSAGEM, COMO WHATSAPP, EM UMA ABORDAGEM POLICIAL OU PRISÃO 587
OPINIÃO PÚBLICA E A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO DIREITO BRASILEIRO 592
ESTUDO DOS POLÍMEROS CONDUTORES: HIPERGLICEMIA 596
A EFETIVIDADE DE POLÍTICAS E PROGRAMAS QUE AUXILIAM A AGRICULTURA FAMILIAR 600
AS ÁRVORES LIMÍTROFES NO DIREITO DE VIZINHANÇA 605
A PROVA TESTEMUNHAL E O CRIME DE FALSO TESTEMUNHO 610
A INCONSTITUCIONALIDADE DA IMPRONÚNCIA 615
ACAREAÇÃO E A INEFICÁCIA NO PROCESSO PENAL 620
CONCEITO, REQUISITOS E MODOS PARA FORMAÇÃO DE MUNICÍPIOS NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 624
ALIMENTAÇÃO E FATORES PROTETORES NA SAÚDE DA PELE FACIAL 628
PRINCÍPIO DO ESTADO DE INOCÊNCIA NO PROCESSO PENAL 633

A MORTE E A CIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NO ESPAÇO URBANO 637

ATIVISMO JUDICIÁRIO E A DEMOCRACIA 642

O PAPEL DA VITIMA PERANTE: A POLITICA CRIMINALISTA 647

LUTA HISTÓRICA: A TRAJETÓRIA DOS DIREITOS DAS MULHERES 652

PODODERMATITE ULCERATIVA EM COELHO (*Oryctolagus cuniculus*) - RELATO DE CASO 657

A INTERTEXTUALIDADE NA PROPAGANDA: UM OLHAR EM "LOVING 'IT'" 661

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS CRIMES DE PREVARICAÇÃO E PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA QUANTO À FINALIDADE 667

PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA: A PARTICIPAÇÃO POPULAR, A APROPRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ESPAÇO URBANO 672

ANALISE DE FUNCIONAMENTO DE PULVERIZADORES DE BARRA NO MUNICIPIO DE VIRMOND - PR 677

INTERVENÇÃO FEDERAL 682

APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA AOS ATOS INFRACIONAIS 686

A BIOMASSA DE MADEIRA COMO UM MÉTODO ALTERNATIVO PARA A GERAÇÃO DE ENERGIA SUSTENTÁVEL 691

DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA: O PAPEL DA FAMÍLIA 696

SENTIMENTO DE CULPA NO DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE: O PAPEL DA RELIGIÃO ORGANIZADA 701

MULHERES E O DIREITO À MORADIA: um estudo da questão aplicado à Guarapuava 706

FUTUROS PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO NA CIDADE DE 711

GUARAPUAVA - PR 711

ANÁLISE DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA ENTRE ACADÊMICOS DE CURSO DIURNO E NOTURNO DE UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO SUL. 716

AJUSTE DE CENTRO DE CÉLULA 721

PRAÇA E A VIOLÊNCIA URBANA 726

REVISÃO LITERÁRIA SOBRE A DOENÇA DE PARKINSON 731

OSTEOSSARCOMA EM CÃES – RELATO DE CASO 737

CONFLITOS DE PRINCÍPIOS NO TRIBUNAL DO JÚRI E A REVISÃO CRIMINAL: BREVE ANÁLISE A PARTIR DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA 742

PREVALÊNCIA DE SÍFILIS GESTACIONAL NOS BAIRROS DE GUARAPUAVA-PR ENTRE 2011 E 2017 747

A MULHER E O CÁRCERE 752

RESOLUÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À PARTIR DO ATIVISMO JUDICIAL 757

GERMINAÇÃO E EMERGÊNCIA EM SEIS CULTIVARES DE TRIGO 761

MONITORAMENTO ELETRÔNICO: UMA ALTERNATIVA À SUPERLOTAÇÃO PRISIONAL 765
ASPECTOS ALIMENTARES RELACIONADOS COM A PRESENÇA DE ACNE EM UM GRUPO DE UNIVERSITÁRIOS 770
A DIFICULDADE DA REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL NOS CRIMES SEXUAIS 774
USO DA CREATINA ASSOCIADA A HIPERTROFIA MUSCULAR 778
CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES EM HEMODIÁLISE 783
SEPARAÇÃO DE ESTADO E IGREJA NOS TRIBUTOS PÚBLICOS 788
O USO DE CELULARES EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS BRASILEIROS: COEXISTÊNCIA DELITIVA E A INEFICÁCIA ESTATAL 792
CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO SOBRE OS BENEFÍCIOS DA INGESTÃO DE COLÁGENO 797
CÁRCERE MATERNAL 801
ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO: APLICABILIDADE DA LEI 13.146/2015 NO ÂMBITO ESCOLAR BRASILEIRO 806
PROTEÇÃO A PALAVRA E A IMAGEM 811
DESPROPRIAÇÃO X DIREITO DA JUSTA INDENIZAÇÃO 816
AS DIRETRIZES DO GRUPO TERAPÊUTICO NO TRATAMENTO COM MULHERES DEPRESSIVAS 820
VITAMINA E: CONSUMO E OS BENEFICIOS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO 825
HELIÓGRAFO: EQUIPAMENTO DE MEDIÇÃO DE RADIAÇÃO SOLAR 829
AVALIAÇÃO MORFOLÓGICA DE OVÓCITOS PARA A PREVENÇÃO DA DISTROFIA MUSCULAR DE DUCHENNE: UMA REVISÃO 832
DA PROVA ILÍCITA, ILEGÍTIMA E PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO: EXCEÇÕES AO PRINCIPIO DA INADMISSIBILIDADE 837
A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER DETENTA. 842
DIREITO A PRIVACIDADE E CRIMES NA INTERNET: INVASÕES DE DISPOSITIVOS TECNOLÓGICOS OU INFORMÁTICOS. 845
PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES DE CONTAGEM E MORFOLOGIA ESPERMÁTICA EM GUARAPUAVA 850
DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE PECULATO 855
FMI, DOS IDEIAIS A REALIDADE. ANÁLISE SINTÉTICA DE ESTRUTURAÇÃO 860
EVOLUÇÃO DA CRIMINOLOGIA 865
PLANTAS MEDICINAIS COMO TRATAMENTO AUXILIAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA .. 869
PREVENÇÃO DA SÍNDROME DA MORTE SÚBITA INFANTIL A PARTIR DE NINHOS ECOLÓGICO 874
DIREITO DO NASCITURO À ALIMENTOS GRAVÍDICOS 879
ARMAZENAMENTO DO ABACAXI SUBMETIDO A DIFERENTES TEMPERATURAS ... 884
MIP SOJA - MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS 889

SARAMPO NO BRASIL: UMA RETROSPECTIVA EPIDEMIOLÓGICA 894
A POSTURA DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA FRENTE AO PACIENTE A LUZ DA PSICOTERAPIA EXISTENCIAL 897
A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AO ESTAGIÁRIO 902
LEI MARIA DA PENHA E SUA EFETIVIDADE. 907
COMPORTAMENTO ALIMENTAR E ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS NO PERÍODO DE PROVAS 911
DEPRESSÃO PÓS CIRURGIA BARIÁTRICA 915
JUSTIÇA RESTAURATIVA E O EMPODERAMENTO FEMININO 919
EFEITO DA ADUBAÇÃO NITROGENADA EM COBERTUTRA NA CULTURA DA ALFACE 922
AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE SOBRAS DE REFEIÇÕES EM UMA TURMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM GUARAPUAVA-PR 926
ONCOLOGIA - FAMILIARES E EQUIPE 930
CANABIDIOL E SEU USO TERAPÊUTICO EM ANIMAIS 935
UMA PÁGINA NA HISTÓRIA DO BRASIL 942
ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA ADULTA. 947
A INTOLERÂNCIA ÀS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRA PREVISTA NO CÓDIGO PENAL 952
AMPLIANDO A COMPREENSÃO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO LUTO A PARTIR DA ANALISE DO COMPORTAMENTO 955
INFLUÊNCIA CULTURAL-RELIGIOSA NA INSTAURAÇÃO PLENA DO ESTADO LAICO 960
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E SUAS ATUAÇÕES 964
MICROPROPAGAÇÃO DE MUDAS DE *Tectonia grandis.* 969
MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO GUT PARA TOMADA DE DECISÕES: UM PANORAMA BIBLIOGRÁFICO 974
A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL JUNTO A INDIVÍDUOS COM SÍNDROME DE DOWN 979
OZONIOTERAPIA NA MEDICINA VETERINÁRIA – REVISÃO DE LITERATURA 984
EXCISÃO CIRÚRGICA DE CARCINOMA EPIDERMOIDE EM CÃO E ENXERTIA DE CARTILAGEM AURICULAR SUÍNA - RELATO DE CASO 988
PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA NA REGIÃO SUL DO BRASIL 993
TRANSGÊNICOS E SAÚDE 997
POLÍMEROS TRANSPARENTES EM PLACAS FOTOVOLTAICAS 1002
DIETA VEGETARIANA EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO 1007

IDENTIFICAÇÃO DE ALÉRGENOS EM ESMALTES COMERCIAIS E A RELAÇÃO COM A DERMATITE DE CONTATO. 1011

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO MEIO URBANO E RURAL. 1016

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: ABORDAGEM DE MICRONUTRIENTES E TERAPIA NUTRICIONAL EM PACIENTES COM DOENÇA RENAL CRÔNICA EM HEMODIÁLISE 1019

ARTETERAPIA NA SAÚDE MENTAL 1023

UMA LUTA INCESSANTE PELO FEMINICIDIO 1028

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA CARBOXITERAPIA DE FORMA ISOLADA E ASSOCIADA AO ÁCIDO GLICÓLICO NO TRATAMENTO DE ESTRIAS ALBAS 1032

ZIKA VÍRUS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 1037

ONTEM E HOJE: CARANDIRU 1042

ENSAIO SOBRE PSICOPATIA E CRIMES VIOLENTOS 1047

INFERTILIDADE MASCULINA RELACIONADA À MICRODELEÇÕES EM GENES LOCALIZADOS NO CROMOSSOMO Y 1052

PERSPECTIVA POLÍTICA SOBRE O LIVRO "O PEQUENO PRÍNCIPE" 1057

1 INTRODUÇÃO 1057

DIETOTERAPIA LOW CARB COMO COADJUVANTE NO TRATAMENTO DO DIABETES TIPO I E II 1060

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANCS): CRENÇA POPULAR VERSUS CIÊNCIA 1066

O MAL ESTÁ NO AR: : POEIRA EM OBRAS CIVIS 1068

JUSTIÇA RESTAURATIVA E PSICOLOGIA: A VALORIZAÇÃO DA INDIVIDUALIDADE DO SUJEITO 1072

TESTE DA AÇÃO ANTIBACTERIANA *in vitro* DO ÓLEO ESSENCIAL DE *Zingiber* DIANTE DAS CEPAS DE BACTÉRIAS *Staphlycoccus aureus* e *Streptococcus pyogenes* 1076

ATIVIDADE ANTIFÚNGICA DO ÓLEO ESSENCIAL DE Origanum vulgare L. SOBRE A LEVEDURA DE Cândida albicans 1081

O PAPEL DA MULHER NA REVOLUÇÃO FRANCESA 1086

ENSINO JURÍDICO E JUSTIÇA RESTAURATIVA 1091

COMPORTAMENTO DE ADOLESCENTES DURANTE HOSPITALIZAÇÃO 1096

LIPIDOSE HEPATICA FELINA - FATORES QUE PODEM OCASIONAR O ACÚMULO DE LIPÍDEOS NOS HEPÁTÓCITOS 1102

INFLUÊNCIA DA DISTORÇÃO HARMÔNICA NA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA 1107

IMPACTO DIRETO NA INDÚSTRIA E RESIDÊNCIAS 1107

INTRODUÇÃO ALIMENTAR E O DESMAME PRECOCE NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE VIDA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 1111

CARACTERÍSTICAS FISIOPATOLÓGICAS DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA ADQUIRIDA 1116

PANORAMA BIBLIOMÉTRICO DAS DISCUSSÕES DA FERRAMENTA *TOP OF MIND* 1121
DIREITO À VIDA PRIVADA E À INTIMIDADE 1126
ÓLEO DE COCO: IMUNOESTIMULANTE E ANTISSÉPTICO, SUA IMPORTANCIA NA PRODUÇAO DE COSMETICOS. 1131
OS CUIDADOS ALTERNATIVOS E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE MATURAÇÃO DE WINNICOTT 1135
INFLUÊNCIA DO AÇÚCAR NAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS 1140
AUTISMO E SUA POSSÍVEL CORRELAÇÃO COM AGROTÓXICOS 1144
AINDA SOMOS OS MESMOS? NUBANK E O MITO NA PUBLICIDADE 1148
ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DE PULVERIZADORES DE BARRA NA REGIÃO CENTRO SUL DO PARANÁ 1152
A HORTICULTURA COMO INSTRUMENTO DA AGROECOLOGIA E DO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA 1157
A NARRAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO MEDIADORA DE DIFERENTES TEMÁTICAS NO PROJETO SOM E VIDA 1162
DOENÇA DO TRATO URINÁRIO INFERIOR DE FELINOS (DTUIF): RELATO DE CASO 1166
CRIMES SEXUAIS E VITIMOLOGIA 1170
ESTILO DE VIDA *VERSUS* AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS AO FETO DE GESTANTES ATENDIDAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE 1174
CAFEÍNA: BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS RELACIONADOS AO SEU CONSUMO 1178
CONSUMO DE CHÁ VERDE E PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIOS À SAÚDE 1182
AÇÃO E CONSUMO DE NUTRIENTES ANTIOXIDANTES NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS DEGENERATIVAS 1186
A AGRICULTURA FAMILIAR COMO DESENVOLVIMENTO 1190
NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA 1190
INFLUÊNCIA DOS PREMATUROS NO NEURODESENVOLVIMENTO 1195
O USO DA VITAMINA C NOS PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS 1200
ANÁLISE COMPARATIVA DA INCIDÊNCIA DA SÍFILIS ADQUIRIDA NO ESTADO DO PARANÁ 1203
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA 1207
AUTOMAÇÃO AGRÍCOLA 1211
EFEITO ALELOPÁTICO DE EXTRATO DE CARQUEJA EM CULTIVARES DE MILHO CRIOULO 1216
CONFLITOS ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E FORMAS DE SOLUÇÃO 1221
MENINGITE ESTREPTÓCOCICA EM SUÍNOS 1225
MANIPULAÇÃO GÉNETICA DE EMBRIÕES 1229
RELATO DE CASO: CANINO COM MASSA TUMORAL NA REGIÃO PERINEAL 1234

DIREITOS DA PERSONALIDADE APÓS A MORTE 1237
DESAFIOS NA ATENÇÃO À SAÚDE DO HOMEM E SEU REFLEXO NAS TAXAS DE MORBIDADE. 1241
METODOLOGIAS PARA INVESTIGAR MUDANÇAS DE DESEMPENHO COM O USO DE SUPLEMENTOS 1245
PROJETO DE OCUPAÇÃO PRISIONAL TAXATIVA: SOLUÇÃO PARA O SISTEMA CARCERÁRIO PARANAENSE? 1248
MÍDIA E COMPORTAMENTO ALIMENTAR NA INFÂNCIA 1253
CONTRATOS MERCANTIS: CARTÃO DE CRÉDITO E SUA CRESCENTE UTILIZAÇÃO 1257
CRIMINOLOGIA FEMINISTA: DESAFIOS DA DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES NO ESTADO BRASILEIRO 1263
INTERFERÊNCIA DA ADUBAÇÃO QUÍMICA, ORGÂNICA E FOLIAR NA CULTURA DA RÚCULA 1268
A INFLUÊNCIA DA ESTRUTURA PRISIONAL NA REABILITAÇÃO DOS CARCERÁRIOS 1272
ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: TRÁFICO DE ENTORPECENTES E CORRUPÇÃO DE MENORES 1277
UMA COMÉIA PARA MULHERES CHEFES DE LAR 1282
CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: A IMPORTÂNCIA DO DIAGNOSTICO PRECOCE 1287
RELAÇÃO DA CELULITE COM A NUTRIÇÃO ESTÉTICA 1292
A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE EM PSICOLOGIA 1295
ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO 1299
RESUMO: NEVO EPIDÉRMICO LINEAR ACANTOLÍTICO 1304
A FOTOGRAFIA NA ARQUITETURA 1308
ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE LITERATURA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE SHOPPING CENTERS EM CIDADES MÉDIAS ENTRE 2010 E 2017 1312
A PRESENÇA DE EGRESSOS DE DIREITO NO PODER EXECUTIVO: UM ESTUDO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO 1317
ALIMENTAÇÃO FORA DE CASA OFERECE RISCOS A SAÚDE DA POPULAÇÃO 1322
A MULHER NA OBRA DE CESARE LOMBROSO 1326
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: HIPOTIREOIDISMO CONGÊNITO 1336
AÇÃO ANTIFUNGICA DOS EXTRATOS VEGETAIS, FRENTE A *Candida albicans* 1342
CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA 1348
LABORATÓRIO DE ANATOMIA HUMANA COMO FERRAMENTA DE ENSINO E APRENDIZAGEM – UM RELATO DE CASO 1353
ASFIXIOLOGIA FORENSE 1358
A ARTE DA PERSUASÃO: TÉCNICA APLICADA PELOS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ 1364

JUSTIÇA RESTAURATIVA APLICADA NOS CRIMES DE MAIOR POTENCIAL OFENSIVO 1370

DIREITO DOS REFUGIADOS: UMA ANÁLISE DO SISTEMA BRASILEIRO PARA CONCESSÃO DE REFÚGIO 1375

A SOJA COMO ALIMENTO: VALOR NUTRICIONAL E BENEFICIOS A SAÚDE. 1380

A ÁGUA COMO UM DETERMINANTE NO CONTEXTO SOCIAL PARA 1384

QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO 1384

ANALISE E DESENVOLVIMENTO DE PRÓTESES DE PÉ PARA PESSOAS DIABÉTICAS. 1389

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DE TEORIAS CRIMINOLÓGICAS PARA O MELHOR TRATAMENTO DE CONFLITOS RELACIONADOS A CASOS CRIMINAIS ... 1395

REVOLUÇÃO DA ILUMINAÇÃO ATRAVÉS DO OLED 1399

PERFIL DOS CONSUMIDORES DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS DE UMA LOJA DE NUTRIÇÃO ESPORTIVA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR 1403

A ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL NA JUSTIÇA RESTAURATIVA 1409

A VIOLÊNCIA DOMESTICA CONTRA A MULHER 1415

CONSEQUÊNCIAS URBANAS DA IMPLANTAÇÃO DE SHOPPING CENTERS EM CIDADES MÉDIAS: REVISÃO DA LITERATURA ENTRE 2010 E 2017 1420

CONTROLE BIOLÓGICO DO FUNGO *botrytis* NA PÓS COLLHEITA DO MORANGO COM EXTRATO DE CANELA E GENGIBRE 1425

A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO DESDE AS PRIMEIRAS HORAS DE VIDA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA 1431

ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS: GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 1434

ARQUITETURA TOTALITÁRIA NAZISTA: PLANOS PARA UMA NOVA ALEMANHA . 1438

APRESENTAÇÃO

A presenta publicação é fruto dos trabalhos apresentados no XI Encontro de Iniciação Científica realizado no ano de 2018.

Trata-se de trabalhos originados das pesquisas dos alunos do Centro Universitário Campo Real orientados por seus professores. Os trabalhos foram apresentados tanto na forma de painéis quanto na de comunicações orais.

O formato dos trabalhos é o resumo expandido, o que permite maior espaço para exposição dos resultados alcançados nas pesquisas realizadas. Ressalta-se que a presenta publicação se refere ao Volume II dos Anais de 2018, já que o Volume I (impresso) compreende apenas a resumo simples constante de cada um dos trabalhos.

A cada ano o Centro Universitário Campo Real aperfeiçoa seus mecanismos de incentivo à pesquisa, promovendo eventos em que alunos e professores têm a oportunidade de apresentar o resultado de seus trabalhos.

No presente volume, há trabalhos dos mais diversos temas, construídos mediante revisão bibliográfica e também a partir de pesquisas empíricas.

Em 2018, destacou-se a participação dos alunos dos cursos de pós-graduação do Centro Universitário, apresentando também o resultado de seus debates e pesquisas.

Os trabalhos aqui publicados estão organizados conforme sua ordem de inscrição no sistema de submissão de trabalhos para o XI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.

Importante ressaltar que o conteúdo e forma dos trabalhos é de responsabilidade de seus autores e orientadores, sendo que aqueles trabalhos que não observaram as normas do edital ou que não foram apresentados no XI ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA não foram incluídos nos anais.

BENEFÍCIOS NO CONSUMO DA FARINHA DE BANANA VERDE

ROSA, Marília Lopes Santana da[1]
SILVA, Thais Schamosin da[1]
BONAPAZ, Rubia dos Santos[2]

RESUMO: O tema abordado teve como intuito informar a população sobre as propriedades e benefícios do consumo da Farinha de Banana Verde, a banana que por sua vez, agrega valor nutricional e fonte energética, devido a presença de carboidratos, contendo vitaminas e minerais. Este trabalho foi realizado através de pesquisas em artigos por meio de revisão bibliográfica, dessa forma, este trabalho tem como objetivo abordar as propriedades e os benefícios no consumo de Farinha de Banana Verde, nas variadas formas de processamentos em alimentos, buscando uma melhoria na saúde e bem estar optando por algo com excelentes propriedades funcionais e nutricionais.

Palavras-chave: Farinha. Amido. Banana.

1 INTRODUÇÃO

A banana é uma fruta pertencente à família *Musaceae*, de origem no Continente Asiático, em consequência é uma das frutas mais consumidas no mundo (SOUZA et al, 2011). Hoje seu cultivo é efetivado na maioria dos países tropicais, no Brasil é cultivada desde a faixa litorânea até os planaltos do interior (OVANDRO-MARTINEZ, 2009). Ela possui cerca de 30 espécies conhecidas do gênero *Musa* e mais de 700 variedades (ASMAR et al, 2013). Além de que, a facilidade de propagação e o manejo fazem com que a banana seja mais comercializada mundialmente, apontando destaque econômico e social, particularmente nas regiões tropicais (COELHO JÚNIOR, 2013). Entre as espécies mais tolerantes a doenças e ao frio se destacam: Prata Anã, Maçã, Terra e Nanica (MOTA et al, 2000).

A boa aceitação da banana deve-se aos aspectos sensoriais e valor nutricional, pois apresenta fonte energética, devido à presença de carboidratos, e contendo vitaminas e minerais (MATSUURA et al,2004). Além de ser um alimento energético, a banana possui alta proporção em minerais como: potássio, manganês, iodo e zinco, incluindo também as vitaminas do complexo B (B1, B2, B6 e niacina) e também vitamina C e ácido fólico. Apresenta, além disso, pequenas quantidades de proteínas como albumina e globulina em comparação com os aminoácidos livres: aspargina,

[1]Academicas de Nutrição, 1º período, Faculdade Campo Real.
[2]Docente Ms. Rubia Bonapaz, Faculdade Campo Real.

glutamina e histidina (MACHADO; SAMPAIO, 2013). Quando verde, a polpa da banana não possui sabor, tem alto teor de amido e baixo teor de açúcar, os frutos ainda são ricos em flavonóides, os quais atuam na proteção da mucosa gástrica, apresentam ainda fonte significativa de amido resistente que correspondem uma porcentagem alta no fruto (OVANDRO-MARTINEZ, 2009).

A banana é usada em vários procedimentos alimentícios e um desses variados métodos e não tão conhecido é a Farinha de Banana Verde, que se obtém através do fruto totalmente verde á fim de aproveitar as propriedades do amido resistente (PIOANI et al, 2008). A farinha apresenta sabor suave, podendo substituir outras farinhas sem prejuízo desta característica sensorial. A secagem pode ser natural ou artificial e quando bem secada pode ser utilizada como matéria prima de inúmeros produtos (OVANDRO-MARTINEZ, 2009).

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo abordar as propriedades e os benefícios no consumo de Farinha de Banana Verde, nas variadas formas de processamentos em alimentos, buscando uma melhoria na saúde e bem estar optando por algo com excelentes propriedades funcionais e nutricionais. Essa pesquisa tem base de conhecimentos através de revisões bibliográficas em artigos científicos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho consiste de uma revisão bibliográfica a partir de artigos científicos, realizada entre os meses de fevereiro a junho de 2018. A pesquisa foi realizada a partir de artigos científicos**,** e sites.

2.2 DISCUSSÃO

No estágio de maturação verde da banana, ela não é consumida, devidamente ao seu aspecto duro e a sua elevada adstringência, acarretada pela presença de compostos fenólicos solúveis. Essa adstringência é diminuída ao decorrer do processo de amadurecimento, pois ocorre à polimerização dessas substancias e a degradação do amido resistente, levando ao aumento da maciez e doçura. Por conta

disso, a obtenção de farinhas é uma boa opção para assegurar a utilização dos frutos ainda verdes pela indústria de alimentos (SARAWONG et al, 2014).

A alta concentração de amido resistente a partir do processamento em farinha é de interesse como fonte alimentar e propósito industrial. Em regiões como Brasil e Venezuela onde tem um alto consumo de trigo importado, este pode ser mesclado com outros cereais e vegetais com grande concentração de amido como fontes de nutrientes com menor custo (PACHECO-DELAHAYE; TESTA, 2005).

A produção de Farinha de Banana Verde (FBV) encontra aplicação abundante na indústria de alimentos especialmente na elaboração de produtos de panificação, alimentos infantis, e também em produtos dietéticos, sendo fonte de ferro, cálcio, potássio, enxofre e magnésio (VERNAZA et al, 2011). Além dos benefícios nutricionais, a produção de FBV colabora na redução das percas após as colheitas do fruto, e no aumento do tempo de vida de prateleira e na agregação de valor à fruta (BEZERRA et al, 2013).

A Farinha de Banana Verde tem um ganho benéfico se usada como ingrediente funcional, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o alimento que apresentar propriedades funcionais, além de funções nutricionais básicas, deverá produzir efeitos metabólicos e/ou fisiológicos e ou benefícios à saúde, devendo ser seguro para o consumidor sem supervisão médica (BRASIL, 1999), digamos então que, por apresentar grande quantidade de amido resistente, que pode ser definido como parte da molécula do amido que resiste à degradação pela □-amilase e, consequentemente, à digestão no intestino delgado, servindo de substrato para bactérias no cólon de indivíduos saudáveis, pode ser, portanto, considerado um composto funcional (RAMOS et al, 2009; TRIBESS et al, 2009).

A inserção do amido resistente na dieta humana tem sido associada à redução dos níveis de colesterol LDL, assim como a redução na taxa de triglicerídeos na hiperlipidemia. Não sendo digerido no intestino delgado, o amido resistente também atua como substrato para o crescimento de microrganismos probióticos, atuando como potencial agente prebiótico. Além disso, a metabolização desse tipo de carboidrato pelos microrganismos vai a fermentação resulta na geração de ácidos graxos de cadeia curta, como acetato, propionato e butirato; gases carbônicos e hidrogênio e, em alguns indivíduos, metano; e diminuição do ph do cólon (WALTER et al, 2005).

O teor de amido resistente nas farinhas difere em função do tipo de cultivar, presença ou ausência de casca, da técnica, e da condição de obtenção (RAMOS et al, 2009; BEZERRA et al, 2013; SARAWONG et al, 2014), podendo atingir até 40% em peso da FBV (ZHANG et al, RAMOS et al, 2009). Pães formulados com FBV apresentam menor índice glicêmico significativamente menor que no pão comum, sugerindo que este produto possa ser utilizado como alternativa para alimentação de indivíduos que possuam dieta com restrição de calorias (JUAREZ-GARCIA et al, 2006).

A adição de FBV também tem contribuído para o melhoramento das propriedades funcionais de vários produtos como, por exemplo, espaguetes e biscoitos, houve relatos em que a farinha aumentou os teores de amido total e resistente de compostos fenólicos e a atividade antioxidante especialmente nos espaguetes, já nos biscoitos constatou-se melhoramento no valor nutricional, destacando-se os teores de fibra, minerais, polifenóis e a capacidade antioxidante (OVANDRO-MARTINEZ, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abordado, teve como principal objetivo abordar as propriedades e os benefícios no consumo de farinha de banana verde, que por meio dessa revisão bibliográfica ficou esclarecido que é mais saudável quando comparada com outras farinhas, pois há grande quantidade de amido resistente (AR) que possuí um ganho benéfico se usada como ingrediente funcional, pois o alimento que apresenta propriedades funcionais básicas e/ou fisiológicas e benefícios à saúde. Também auxilia na redução na taxa do colesterol LDL, e triglicerídeos na hiperlipidemia.

Como não é digerido no intestino delgado o AR atua como substrato para o crescimento de microrganismos probióticos, além do mais a metabolização do mesmo vai à fermentação e resulta na geração de ácidos graxos de cadeia curta e também a diminuição do ph do cólon. Também contribui para o melhoramento de panificados como o pão, por exemplo, pois apresenta índice glicêmico maior que o comum, sugerindo que este produto seja usado por indivíduos que possuam dieta restritiva.

4 REFERENCIAS

SILVA, Andréa Dos Anjos; JUNIOR, José Lucena Barbosa; JACINTHO, Maria Ivone Martins. Farinha de banana verde como ingrediente funcional em produtos alimentícios. Ciência Rural , Santa Maria, v. 45, n. 12, p. 2252-2258, dez. 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/cr/v45n12/1678-4596-cr-45-12-02252.pdf >. Acesso em: 25 mar. 2017.

BORGES, Antonia De Maria; PEREIRA, Joelma; LUCENA, Eliseu Marlônio De. Caracterização da farinha de banana verde. Ciência e Tecnologia de alimentos , Campinas, v. 29, n. 2, p. 333-339, janeiro de 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-20612009000200015 >. Acesso em: 25 mar. 2017.

RANIERI, Lucas Menezes; Tieles Carina De Oliveira Delani ... Banana verde (musa spp): obtenção da biomassa e ações fisiológicas do amido resistente. Revista UNINGÁ , Maringá, v. 20, n. 3, p. 43-49, dez. 2014. Disponível em: < http://www.mastereditora.com.br/periodico/20141130_221712.pdf >. Acesso em: 25 mar. 2017.

RECH, Camila; FREYGANG, Joseane; , Luciane Coutinho De Azevedo. Efeitos da farinha de banana verde sobre o perfil lipídico e glicídico de ratos Wistar. Alimentos e nutrição , Araraquara, v. 25, n. 1, p. 7-11, jan./mar. 2014. Disponível em: < http://seer.fcfar.unesp.br/aen/index.php/aen/article/view/65/1 >. Acesso em: 08 jun. 2017.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: HUMANIZAÇÃO NOS CUIDADOS PALIATIVOS

ALMEIDA, Raiany Hobal[2]
BONAPAZ, Rubia[2]

RESUMO: Este trabalho foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica e tem como objetivo mostrar a importância da humanização no processo de cuidados paliativos, e a relação do profissional de enfermagem com o paciente e sua família. Para a realização deste trabalho foi utilizado como método de pesquisa um levantamento bibliográfico com base no livro Cuidados Paliativo em Enfermagem, de Margaret L. Campbell e pesquisas eletrônicas. Verificou-se portanto que os cuidados paliativos exigem uma compreensão de toda a equipe interdisciplinar que acompanha o paciente, proporcionando a melhor qualidade de vida possível, de acordo com as necessidades e preferências do paciente/família.

Palavras-chave: Humanização. Paciente. Enfermagem. Cuidados Paliativos.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS), conceito atualizado em 2002, define: "cuidados paliativos consistem na assistência promovida por uma equipe multidisciplinar, que objetiva a melhoria da qualidade de vida do paciente e seus familiares, diante de uma doença que ameace a vida, por meio da prevenção e alívio do sofrimento, da identificação precoce, avaliação impecável e tratamento de dor e demais sintomas físicos, sociais, psicológicos e espirituais".

Segundo Soares (2008), após o diagnóstico de uma doença terminal, que para o discurso médico, é classificado como fora de possibilidades terapêuticas de cura - apenas tratamento para prolongar o tempo de vida, o paciente e sua família precisam do esclarecimento de forma que compreendam e saibam quais as opções podem recorrer, logo assim estabelecendo uma relação com o profissional que irá lhes acompanhar.

A família e o paciente precisam ter o conhecimento claro de que os cuidados paliativos tem como objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida possível ao paciente em estado terminal, assegurando o alívio do sofrimento, independentemente do estágio em que ele se encontra, ou de suas necessidades (SANTOS, 2007).

[2] Acadêmica do curso de Enfermagem, 2° período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Docente Ms. de Enfermagem, Centro Universitário Campo Real.

Considerando o assunto de grande relevância para a enfermagem, o objetivo deste trabalho é de mostrar a importância da humanização no processo de cuidados paliativos, e a relação do profissional de enfermagem com o paciente e sua família.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste estudo foi realizado uma pesquisa por meio de revisões bibliográficas qualitativas, das quais mostrou-se como maioria autores profissionais da área da saúde como enfermeiros, médicos, psicólogos, fisioterapeutas e assistentes sociais, mostrando a importância do enfermeiro na humanização dos cuidados paliativos, e sua relação interpessoal com o paciente/família.

2.2 DISCUSSÃO

A produção do cuidado traz consigo a proposta de humanização do processo de desenvolver ações e serviços de saúde. Para tanto a humanização não é mais uma prática adotada durante o atendimento ao paciente, mais que isso, é uma visão holística com troca de conhecimentos, experiências e sentimentos (SANTANA *et al*; 2009).

Campos (2005), afirma que a humanização envolve uma reforma que consiga combinar a objetivação científica do processo saúde/doença/intervenção com a incorporação do sujeito e de sua história desde o momento do diagnóstico até o da intervenção.

> Os pacientes expressam em seus discursos o que no senso comum parece ser consensual: que o profissional de saúde bom é aquele que te olha nos olhos, ou seja, que presta atenção e mostra dar importância para aquilo que o paciente fala. Ao manter o contato por meio do olhar, o profissional passa a mensagem silenciosa de que se importa não apenas com o que o paciente está falando, mas também com o que ele está sentindo e expressando. Preocupa-se com o paciente enquanto ser humano, com sentimentos e emoções e não apenas com um sintoma ou um órgão comprometido. Isto pode facilitar o cuidado integral, humanizado, holístico.” (A comunicação com o paciente sob cuidados paliativos: valorizando a alegria e o otimismo, Araújo MMT, Silva MJP, 2007).

Para Benevides (2005), a humanização corresponde a alteração dos modos de fazer, trabalhar e produzir no campo da saúde a fim de ultrapassar as fronteiras dos diferentes núcleos de saber/poder que se ocupam da produção da saúde.

Alguns estudos mostraram que em muitos casos, o melhor não é a internação hospitalar, mas sim o cuidado domiciliário realizado por enfermeiros assistenciais, assim proporcionando maior segurança e conforto ao paciente (VIANA et. al; 2010).

A avaliação e o tratamento da dor e de outros sintomas angustiantes devem ser baseados na compreensão dos valores e objetivos do paciente, em suas necessidades emocionais, físicas e espirituais. (PIERCE, DALTON, e DUFFEY, 2001; NATIONAL PHARMACEUTICAL COUNCIL, 2001).

A não possibilidade de cura de um paciente rompe com os limites terapêuticos, mas de forma alguma com as possibilidades de cuidar e proporcionar dignidade e respeito aos limites de quem não quer viver sofrendo (ARAUJO, *et al*; 2006).

Para haver essa realização de cuidados paliativos de qualidade, há a necessidade de uma relação de confiança entre o profissional de enfermagem e seu paciente, pois só assim o enfermeiro poderá compreender as preferências do indivíduo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após pesquisa de revisão bibliográfica realizada conclui-se que apenas pelo motivo do tratamento a ser inserido ao paciente não tem efetivamente uma cura, não significa que este deverá ser realizado de modo frio ou desanimador, e sim que há muitos motivos para a valorização do prolongamento de vida do paciente, como sua autonomia, preferências e escolhas.

A equipe envolvida com o cuidado paliativo, principalmente o profissional de enfermagem que acompanha regularmente o paciente, compreende que esses cuidados vão além dos conhecimentos técnico-científicos, exige dos profissionais uma valorização ainda maior, uma compreensão a fundo de sua individualidade, um toque, um olhar, ou apenas o ouvir, realiza um efeito muito maior que medicamentos, assim aliviando a dor e o sofrimento em que o paciente se encontra naquele momento de fragilidade.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, et al. **A comunicação com o paciente em cuidados paliativos: valorizando a alegria e o otimismo**. 2006.

BENEVIDES, R, Passos E. **A humanização como dimensão pública das políticas de saúde.** Ciência e Saúde Coletiva [internet] 2005. [Acesso 30 Jun. 2018] Disponívelhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300014&lng=pt..

CAMPBELL, Margaret L. **Nurse to Nurse: Cuidados Paliativos: em Enfermagem**. Ed. AMGH. Porto Alegre - RS, 2011.

CAMPOS, GWS. **Humanização da saúde: um projeto em defesa da vida**, 2005
MONTEIRO, F.F. et al. **A importância dos cuidados paliativos na enfermagem.** 2010.

SANTANA, J.C.B. et al. **Cuidados Paliativos aos pacientes terminais: percepção da equipe de Enfermagem**. 2009.
SANTOS, FS, Incontri D. **A arte de morrer: visões plurais**. Bragança Paulista: Comenius; 2007.

SOARES, et al.. **Terminalidade da vida e cuidados de final de vida na unidade de terapia intensiva** [online]. Rev. Bras. Ter. Intensiva [internet] 2007. [Acesso 30 Jun. 2018].

VIANNA, L.G., Vianna C, Bezerra AJC. **Relação médico-paciente idoso: desafios e perspectivas.** Rev Bras Educ Méd [internet] 2010. [Acesso 30 Jun. 2018] Disponível < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022010000100018&lng=en&nrm=iso. doi: 10.1590/S0100-55022010000100018.>.

A INGESTÃO DE FIBRAS NO CONTROLE DE DIABETES TIPO 2.

MARTINS, Gabrieli[3]
ROSA, Joici[1]
VENGER, Millena[1]
BONAPAZ, Rubia[4]

RESUMO: As fibras são os carboidratos indigeríveis encontrados nos alimentos, que desempenha várias funções benéficas para o organismo humano. Atua principalmente no controle e prevenção de algumas doenças crônicas não transmissíveis, como por exemplo o Diabetes tipo 2. Portanto, o seguinte trabalho de revisão bibliográfica tem como objetivo abordar a importância da ingestão de fibras, para o controle de glicemia no sangue, como também citar algumas fontes alimentares. A pesquisa foi realizada a partir de artigos científicos obtidos através de bancos de dados, tais como: Scielo, Pub Med, Google acadêmico, e notícias, do ano de 1989 até 2018.

Palavras-chave: Fibras. Diabetes tipo 2. Controle e prevenção. Índice glicêmico.

1 INTRODUÇÃO

A fibra alimentar nada mais é do que a parede celular dos vegetais, que não é digerida pelo organismo humano, por não possuir enzima específica. É geralmente um carboidrato – exceto a lignina – e atua com propriedades funcionais no organismo humano (OLIVEIRA; MARCHINI, 2008).

Segundo Cukier (2005), as fibras solúveis (FAS) são encontradas mais frequentemente no interior da fruta ou do grão, ao contrário da fibra insolúvel (FAI) que está presente principalmente na casca e entrecasca dos alimentos.

Nos últimos anos este componente alimentar ganhou importância especial através de observações epidemiológicas e clínicas que relacionaram a ocorrência de certas enfermidades (doença cardiovascular, câncer de cólon, diabetes) as dietas pobres em fibras (CAVALCANTI, 1989), as quais podem ser encontradas em alimentos de origem vegetal, como cereais, leguminosas, hortaliças e tubérculos.

Segundo a Associação Americana de Diabetes (2005), o Diabetes Mellitus (DM) é uma doença endócrina caracterizada por um grupo de desordens metabólicas, incluindo elevada glicemia de jejum (hiperglicemia) e elevação das concentrações de glicose sanguínea pós-prandial, devido a uma menor sensibilidade insulínica em seus tecidos alvo e/ou por reduzida secreção de insulina.

[3]Nutrição, 3º Período, Faculdade Campo Real.
[4]Mestre Rubia Bonapaz. Professora, do curso de Nutrição da Faculdade Campo Real.

Segundo Jenkins et al. (2000), o consumo de fibra solúvel parece reduzir a resposta glicêmica pós-prandial após as refeições ricas em carboidratos, esse efeito é provavelmente explicado pela viscosidade e/ou propriedade geleificante das fibras solúveis, que desse modo retarda o esvaziamento gástrico e a absorção de macronutrientes a partir do intestino delgado.

Entretanto, estudos prospectivos revelaram não ser a fibra solúvel a responsável, mas principalmente o consumo de fibra insolúvel de cereais e grãos integrais que está consistentemente associado ao risco reduzido de DM tipo 2 (SCHULZE et al., 2007).

Portanto, este trabalho é de grande relevância para a área de nutrição, sendo uma revisão bibliográfica, e tem como objetivo principal abordar a relação de ingestão de fibras para o controle de glicemia no sangue, e também citar algumas fontes alimentares.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E METODOS

Este trabalho consiste de uma revisão bibliográfica em 5 artigos entre os anos de 1989 até 2018 que destaca a ingestão de fibras e o Diabetes tipo 2. Os artigos científicos foram obtidos através de bancos de dados, tais como: Scielo, Pub Med e Google acadêmico.

2.2 DISCUSSÃO

Segundo o instituto de Medicina (2005), as recomendações atuais de ingestão de fibra alimentar na dieta variam de acordo com a idade, o sexo e o consumo energético, sendo a recomendação adequada em torno de 14 g de fibra para cada 1.000 kcal ingeridas.

O aumento na ingestão de fibras melhora os níveis dos lipídeos séricos (BRONW et al., 1999) reduz os níveis de pressão arterial (WHELTON et al. 2005) melhora o controle da glicemia em pacientes com diabetes melito (DM) (ANDERSON et al., 2004), auxilia na redução do peso corporal (BIRKETVEDT et al., 2005) e ainda atua na melhora do sistema imunológico (WATZL et al., 2005). A fibra alimentar, também denominada fibra dietética, é resistente à ação das enzimas digestivas humanas e é constituída de polímeros de carboidratos, com três ou mais unidades

monoméricas, e mais a lignina – um polímero de fenilpropano (ANDERSON et al., 2009).

As fibras são classificadas em Fibras Solúveis (FAS) e insolúveis (FAI): Algumas fibras solúveis são pectinas, gomas, mucilagens e hemicelulose tipo A. Caracterizam-se por formarem um gel, em contato com a água, gelificando-se a mistura (CUKIER et al., 2005).

A fibra alimentar insolúvel compreende a parte mais externa e resistente dos vegetais, ou seja, constitui elemento estrutural da parede celular dos vegetais. Também é a parte da fibra que é pouco fermentável e capta pouca água, formando misturas de pouca viscosidade (CUKIER et al., 2005).

No que tange ao diabetes mellitus, a fibra atua de forma positiva ao diminuir os níveis glicêmicos, além de a ingestão de fibras também prevenir o aparecimento do diabetes. A terapia nutricional no diabetes mellitus é parte fundamental do cuidado terapêutico (CUPPARI, 2005).

Na composição do plano alimentar para diabetes mellitus, procura-se dar preferência aos carboidratos complexos e ricos em fibras. A fibra alimentar age beneficamente no diabetes mellitus porque os alimentos com elevado teor de fibras têm geralmente a absorção mais lenta, devido ao retardamento do esvaziamento gástrico (efeito fisiológico da fibra), evitando assim picos glicêmicos. O menor contato da glicose com a mucosa do intestino também é fator desencadeante para isso, devido à competição na hora da absorção dos nutrientes (OLIVEIRA; MARCHINI, 2008).

O Dr. Juliano Pimentel (2018), indica alguns alimentos ricos em fibras: Pera, teor de fibra: 5,5 gramas em uma pera de tamanho médio, ou 3,1 gramas por 100 gramas. Abacate, conteúdo de fibra: 10 gramas em uma xícara, ou 6,7 gramas por 100 gramas. Maçã, conteúdo de fibra: 4,4 gramas em uma maçã de tamanho médio, ou 2,4 gramas por 100 gramas. Banana, conteúdo de fibra: 3,1 gramas em uma banana de tamanho médio, ou 2,6 gramas por 100 gramas. Alcachofra, teor de fibra: 6,9 gramas em uma alcachofra, ou 5,4 gramas por 100 gramas, praticamente todos os vegetais contêm quantidades significativas de fibra. Outros exemplos notáveis incluem a couve (3,6%), o espinafre (2,2%) e o tomate (1,2%). Lentilha, teor de fibra: 15,6 gramas por xícara de lentilhas cozidas, ou 7,9 por 100 gramas. Grão-De-Bico, conteúdo de fibra: 12,5 gramas por xícara de grão de bico cozido, ou 7,6 por 100 gramas. Quinoa, conteúdo de fibra: 1,6 gramas por xícara de quinoa cozida, ou 2,8

por 100 gramas. Batata Doce, conteúdo de fibra: Uma batata doce cozida de tamanho médio (sem pele) contém 3,8 gramas de fibra, ou 2,5 gramas por 100 gramas. Chocolate Amargo, conteúdo de fibra: 3,1 gramas em uma peça de 1 onça, ou 10,9 gramas por 100 gramas.

Observa-se que maior parte de fibras são de origem vegetal, e seu consumo adequado é bastante benéfico para o bom funcionamento do organismo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso conclui-se que pessoas portadoras de Diabetes tipo 2, é indicado o consumo de fibras solúveis, as quais vão fazer com que a absorção do açúcar seja mais lenta. Para que esta seja realmente benéfica para o ser humano indica-se o consumo de 30 g/dia de fibras, como já citado, elas são encontradas em frutas, verduras, grãos integrais e farelos.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandro Soares et al. Diabetes Mellitus tipo 2: Aspectos fisiológicos, genéticos e formas de exercício físico para seu controle. **Rev. Bras Cineantropom Desempenho Hum**, v. 11, n. 1, p. 103-111, 2009.

American Diabetes Association. Diabetes Care 2005; 28: S37-S42.

Anderson JW, Baird P, Davis RH Jr, Ferreri S, Knudtson M, Koraym A, et al. Health benefits of dietary fiber. Nutr Rev. 2009;67(4):188205.

Anderson JW, Randles KM, Kendall CWC, Jenkins DJA. Carbohydrate and fiber recommendations for individuals with diabetes: a quantitative assessment and meta-analysis of the evidence. J Am Coll Nutr. 2004;23(1):5-17.

BERNAUD, Fernanda Sarmento Rolla; RODRIGUES, Ticiana da Costa. Fibra alimentar: ingestão adequada e efeitos sobre a saúde do metabolismo. **Arquivos brasileiros de endocrinologia & metabologia= Brazilian archives of endocrinology and metabolism. Vol. 57, N. 6 (ago 2013), p. 397-405**, 2013.

BERNAUD1, Fernanda Sarmento Rolla; RODRIGUES1, Ticiana C.; undefined. Fibra alimentar – ingestão adequada e efeitos sobre a saúde do metabolismo.

Birketvedt GS, Shimshi M, Erling T, Florholmen J. Experiences with three different fiber supplements in weight reduction. Med Sci Monit. 2005;11(1):15-8.

Brown L, Rosner B, Willett WW, Sacks FM. Cholesterol-lowering effects of dietary fiber: a meta-analysis. Am J Clin Nutr. 1999;69(1):30-42.

CUKIER, Celso et al. Nutrição baseada na fisiologia dos órgãos e sistemas. São Paulo: Sarvier, 2005.

DR. JULIANO PIMENTEL ALIMENTAÇÃO QUE TRANSFORMA. **Fibras: quais são os 15 alimentos ricos em fibras**. Disponível em: <https://drjulianopimentel.com.br/artigos/fibras-alimentos-ricos-em-fibras/>. Acesso em: 05 abr. 2018.

INESUL. **Fibras alimentares no controle da obesidade** . Disponível em: <https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_14_1310672074.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2018.

Institute of medicine. Dietary Reference Intakes: Energy, Carbohydrate, Fiber, Fat, Fatty Acids, Cholesterol, Protein, and Amino Acids. Washington, D.C., National Academies Press; 2005.

Jenkins DJ, Kendall CW, Axelsen M, Augustin LS, Vuksan V. Viscous and nonviscous fibres, nonabsorbable and low glycaemic index carbohydrates, blood lipids and coronary heart disease. Curr Opin Lipidol. 2000;11(1):49-56.

MACEDO, Thamires Moraes Brito; SCHMOURLO, Gracilene; VIANA, Kátia Danielle Araújo Lourenço. Fibra alimentar como mecanismo preventivo de doenças crônicas e distúrbios metabólicos. **Revista uni ano 2 • n.2 • p.67-77 • janeiro/julho • 2012,** Imperatriz (ma), v. 2, n. 2, p. 67-77, jan./jun. 2012.

MELLO, VD de; LAAKSONEN, David E. Fibras na dieta: tendências atuais e benefícios à saúde na síndrome metabólica e no diabetes melito tipo 2. **Arq Bras Endocrinol Metab**, v. 53, n. 5, p. 509-18, 2009.

OLIVEIRA, J. E. Dutra de; MARCHINI, J. Sérgio. Ciências nutricionais: aprendendo a aprender. 2ª ed. São Paulo: Sarvier, 2008.

Schulze MB, Schulz M, Heidemann C, Schienkiewitz A, Hoffmann K, Boeing H. Fiber and magnesium intake and incidence of type 2 diabetes: a prospective study and meta-analysis. Arch Intern Med. 2007;167(9):956-65.

Tungland BC, Mayer D. Nondigestible oligo- and polysaccharides (dietary fiber): their physiology and role in human health and food. Comp Rev Food Sci Food Saf. 2002; 1:73-92.

Watzl B, Girrbach S, Roller M. Inulin, oligofructose and immunomodulation. Br J Nutr. 2005;93(Suppl 1):S49-55.

Whelton SP, Hyre AD, Pedersen B, Yi Y, Whelton PK, He J. Effect of dietary fiber intake on blood pressure: a meta-analysis of randomized, controlled clinical trials. J Hypertens. 2005;23(3):475-81.

Williams CL, Strobino BA. Childhood diet, overweight, and CVD risk factors: the Healthy Start project. Prev Cardiol. 2008;11(1):1120.

FATORES QUE LEVAM A OBESIDADE NA POPULAÇÃO

SILVA, Andressa Lopes[5]
SIMÃO, Taina de Lima[1]
SANTOS, Evelin Leal[1]
BONAPAZ, Rubia dos Santos[2]

RESUMO: Atualmente o número de casos de obesidade vem aumentando no mundo todo, tanto crianças, adolescentes, adultos e idosos estão sofrendo com os males do sedentarismo do mundo moderno como a obesidade e as doenças que ela traz. Este trabalho consiste de uma revisão da literatura especializada, realizada entre os meses de fevereiro a junho de 2017**.** O objetivo do trabalho é explicar fatores que fazem com que a obesidade esteja presente em nosso meio, as doenças que podem se desenvolver à partir desse excesso de peso e como a alimentação e outros fatores poderiam ajudar a diminuir esse problema que acarreta vários malefícios à nossa saúde.

Palavras-chave: Obesidade. Doenças. Alimentação.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade por ser um sério problema que muitas vezes passa despercebido em nosso cotidiano vem aumentando de forma significativa com várias complicações desde a infância até a idade adulta. Na infância, pode ser ainda mais difícil do que na fase adulta, pois muitas vezes á uma falta de entendimento dos que rodeiam essa criança por achar que esse sobre peso é saúde (MELLO et al 2004).

Ao crescer as crianças são bombardeadas diariamente por influências alimentares ruins que a televisão e suas propagandas transmitem, já na adolescência as influências são levadas e na correria do dia a dia adotamos maus hábitos, além da diminuição da atividade física (OLIVEIRA et al, 2009). Todas as comidas, tanto de propagandas e as que fazem parte de nossa má alimentação diária faz com que nosso peso só aumente em gordura não saudável, colesterol, diabetes, entre outros problemas à saúde (OLIVEIRA; FISBERG, 2003).

Em geral a obesidade vem acarretando vários problemas á saúde, mas em idosos a perda de peso não é tão benéfica como para as outras faixas etárias, por isso é importante controlar as comorbidades diretamente relacionadas ao excesso de

[5]Curso Nutrição, 1° período, Faculdade Campo Real.
[2]Ms Rubia Bonapaz, Faculdade Campo Real.

peso, manter um certo equilíbrio, assim como evitar ganhos ou perdas involuntárias de peso entre os idosos (SANTOS et al, 2013).

A epidemia da obesidade no mundo em que vivemos hoje só vem aumentando, e isso é bem preocupante, pois assim doenças como: diabetes, doenças cardiovasculares e certos tipos de câncer estão sendo frequentes por esse motivo (OLIVEIRA; FISBERG, 2003). É uma doença crônica, que está se alastrando principalmente em países desenvolvidos, atinge tanto homens e mulheres independente de idade ou etnias, com isso não possuímos uma boa qualidade de vida, além de estar levando muitas pessoas à óbito (COUTINHO et al, 2008). Mas há métodos para diminuirmos essa realidade, adotar práticas de exercícios físicos e adquirir hábitos alimentares mais saudáveis que ajudam na perda de peso, além de levarmos uma vida mais saudável (OLIVEIRA et al, 2009). Mas para os casos de obesidades mais graves em que a prática de exercícios e alimentação não funcionam de maneira eficaz, existe a opção da cirurgia bariátrica.

Considerando o assunto de grande relevância, esse trabalho tem como objetivo tentar explicar alguns fatores que fazem com que a obesidade esteja em nosso meio, as doenças que podem se desenvolver à partir desse excesso de peso e como a alimentação e outros fatores poderiam ajudar a diminuir esse problema que acarreta vários malefícios a nossa saúde.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consiste de uma revisão da literatura especializada, realizada entre os meses de fevereiro a junho de 2017. A pesquisa foi realizada a partir de alguns artigos científicos obtidos através de busca nos bancos de dados, como: GOOGLE ACADÊMICO, SCIELO, etc. Que abordaram o tema sobre os fatores que levam a obesidade na população.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mas como podemos tentar explicar essa epidemia de obesidade que vem crescendo cada vez mais? Ao lermos os artigos vimos que é simples, com o

comodismo de nossa sociedade, crianças já não brincam mais ao ar livre, de correr e pular que era um ótimo exercício, agora suas brincadeiras são em frente a vídeo games e TVs. Há muito tempo nossos hábitos vem mudando, nosso estilo de vida e nossa alimentação também, trazendo com ele essa epidemia de obesidade em todo o mundo (OLIVEIRA & FISBERG, 2003).

OBESIDADE INFANTIL: uma criança que não tem uma alimentação saudável, não aprende a comer alimentos ricos em nutrientes ou/e muitas vezes os pais não tem a disponibilidade de preparar comidas saudáveis, comer nos horários certos, em local adequado, não pratica exercícios físicos. Isso é preocupante, pois muitos que passam sua infância obesos morrem quando chegam na idade adulta (MELLO; et al, 2004).

OBESIDADE NA ADOLESCÊNCIA: a obesidade na adolescência aparece muitas vezes como um dos maiores pesadelos, não só porque é o momento da vida onde querem ser perfeitos para todos, mas também é o momento onde devem se cuidar, porque já começam com a rotina de ter uma vida corrida, de não ter uma alimentação saudável, de não se importarem com exercícios físicos e isso tudo vai acarretando na obesidade, onde sofrem com certos preconceitos de outros adolescentes, mas não é só isso, tem as doenças que se desenvolvem nessa época, fora a taxa de mortalidade de adolescentes obesos que está aumentando (OLIVEIRA; et al, 2009).

OBESIDADE EM ADULTOS: em adultos a obesidade ocorre muitas vezes por não terem tempo para exercícios físicos, por preferirem ou muitas vezes não tem tempo para ter uma boa alimentação, comem coisas rápidas, de rua, o que está mais fácil no momento, mais o problema de tudo isso vem depois, com doenças, hipertensão, diabetes, alto colesterol. Existem ainda pessoas que são extremamente obesos que não podem se locomover precisam da ajuda de outro indivíduo para tudo, desde se levantar, se vestir, etc (GIGANTE; et al, 1997).

OBESIDADE EM IDOSOS: a obesidade pode ajudar com o agravamento de algumas doenças no decorrer do envelhecimento, mas observando por outro lado vários estudos têm demonstrado que o sobrepeso em pacientes idosos não se associa ao aumento da mortalidade geral. Em idosos com IC o sobrepeso e a obesidade associam-se à redução da mortalidade em relação aos idosos com peso normal. Os pacientes com peso abaixo ou no limite inferior da normalidade apresentam aumento da mortalidade geral. Porque em idosos o aumento de tecido adiposo é benéfico (SANTOS; et al, 2013).

Como vimos a obesidade no idoso não é tão maléfica quanto para crianças e jovens adultos, estes por estarem em fases que é mais constante a obesidade devem tomar cuidado, pois com a obesidade vem as doenças que ela traz consigo como as que citaremos abaixo:

1. Síndrome Metabólica, que esta associada com a Diabete Melito tipo 2 e a Doença Cardiovascular. Adolescentes que apresentam maior IMC, mesmo dentro da faixa considerada normal, tem maior risco de doença arterial coronariana na vida adulta.
2. Doenças Respiratórias;
3. Doenças do Trato Digestório, que compõem doenças da vesícula biliar, pancreatite aguda e a doença hepática gordurosa não alcoólica. A perda de 60% do excesso de peso, após a cirurgia bariátrica, leva à resolução de 84% de esteatose e 75% de fibrose em pacientes com doença hepática gordurosa não alcoólica.
4. Doenças Psiquiátricas, a prevalência em obesidades é mais que o dobro em pacientes com transtorno depressivo moderado ou grave: 25,4% vs.57,8%;

Além das outras doenças associadas á obesidade (MELO, 2011).

Para casos de obesidade mais graves ou para pacientes com dificuldades para perder peso de modo tradicional (dieta/exercícios), existe a opção cirúrgica, que é a cirurgia bariátrica, da qual falaremos um pouco sobre, no tópico abaixo:

CIRURGIA BARIÁTRICA: para a cirurgia bariátrica ser feita é necessário alguns critérios, o IMC deve ser maior que 40 kg/m² ou acima de 35 kg/m², e as doenças com, no mínimo, cinco anos de evolução e que melhorem com a perda de peso. Além das orientações técnicas, é aconselhável o acompanhamento psicológico em todas as fases do processo. Quando o paciente é obeso mórbido, a maioria dos que realizam a cirurgia traz algumas alterações emocionais. Estudos indicam que aquelas pessoas que eram magras e tornaram-se obesas, depois do processo cirúrgico tendem a recuperar a imagem de seu corpo magro facilmente, já para as pessoas que eram obesos desde sua infância tem dificuldade de ver sua nova imagem após a cirurgia (OLIVEIRA, 2004).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para termos uma vida mais saudável devemos começar analisando como está nossa rotina diária, se reservamos tempo para uma refeição equilibrada, se conseguimos realizar algum tipo de exercício físico, nos auxiliar para que aconteça a perda de peso. Cuidar da alimentação de bebês e crianças, oferecer a elas produtos naturais e orgânicos no lugar de industrializados. Adultos incentivar a prática de exercícios físicos e boa alimentação. Em idosos devemos ter um certo cuidado para manter o peso ideal, pois ele não deve ser nem muito magro, nem acima do peso.

4 REFERÊNCIAS

COUTINHO, Janine Giuberti; GENTIL, Patrícia Chaves; BERTOLIN, Maria Natacha Toral. A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição. 2008.

GIGANTE, Denise P. et al. Prevalência de obesidade em adultos e seus fatores de risco. **Rev Saúde Pública**, v. 31, n. 3, p. 236-46, 1997.

DE MELLO, Elza D.; LUFT, Vivian C.; MEYER, Flavia. Obesidade infantil: como podemos ser eficazes. **J Pediatr (Rio J)**, v. 80, n. 3, p. 173-82, 2004.

MELO, Maria Edna. Doenças desencadeadas ou agravadas pela obesidade. **Associsçao Brasileira para o Estudo da Obesidade e Sindrome Metabólica-ABESO.[acesso em 12 de setembro de 2014] Dísponível em: http://www. abeso. org. br/pdf/Artigo**, v. 20, 2011.

OLIVEIRA, António et al. Determinantes da obesidade nos adolescentes. 2009.

OLIVEIRA, Cecília L. de; FISBERG, Mauro. Obesidade na infância e adolescência: uma verdadeira epidemia. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, v. 47, n. 2, p. 107-108, 2003.

OLIVEIRA, Verenice Martins de; LINARDI, Rosa Cardelino; AZEVEDO, Alexandre Pinto de. Cirurgia bariátrica: aspectos psicológicos e psiquiátricos. **Rev. psiquiatr. clín.(São Paulo)**, p. 199-201, 2004.

SANTOS, Rodrigo Ribeiro dos; BICALHO, Maria Aparecida Camargos; MOTA, Polyana; OLIVEIRA, Dirce Ribeiro de; MORAES, Edgar Nunes de. Obesidade em idosos. Revista Médica de Minas Gerais. Minas Gerais, vol.23, n.1, p.64-73 Março 2013.

TRATAMENTO FISIOTERAPEUTICO EM ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL ISQUEMICO: ESTUDO DE CASO

FREITAS, Nei Adão Ribeiro de[6]
DALL AGNOL, Simone Mader[7]
MASCARENHAS, Luis Paulo Gomes[8]

RESUMO: O acidente vascular cerebral isquêmico (AVCi) é uma patologia que atinge uma grande parte da população. **Objetivo:** Analisar a importância da fisioterapia no tratamento de uma paciente acometida pelo AVCi. **Metodologia:** Estudo longitudinal com um indivíduo do gênero feminino, com sequela de um AVCi. Foi realizado 19 sessões de fisioterapia com duração de 40 minutos duas vezes por semana durante 2 meses. **Resultados:** Observou melhora da marcha, ganho de amplitude de movimento e ganho de força. **Considerações finais:** Conclui-se que a fisioterapia tem ação positiva em pacientes com sequelas de AVCi.

Palavras-chave: Acidente Vascular Cerebral. Tratamento. Fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um fenômeno de amplitude mundial, posto que organizações internacionais preveem que, em 2025, existirão 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos, sendo que os idosos mais velhos (com 80 anos ou mais) constituirão um grupo etário de expressiva importância numérica (BARRETO; CARREIRA; MARCON, 2015).

O crescimento da população idosa traz diversos desafios para os sistemas de saúde, pois à medida que o tempo avança a capacidade funcional do indivíduo reduz e o risco para desenvolver as doenças crônicas aumenta (CARMO; OLIVEIRA; MORELATO, 2016).

Considerado o motivo principal de incapacidade de longa duração na vida adulta, o acidente vascular cerebral (AVC) ocupa posição de destaque entre as doenças crônicas que acometem a população idosa. Segundo o sistema nacional de informação hospitalar, o AVC é um dos principais motivos de internação no Sistema

[6] Fisioterapeuta, Mestrando em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste.
[7]Professora Especialista do Curso de Fisioterapia da Faculdade Guairacá, Mestranda em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste.
[8] Graduação em Educação Física. Mestre em Atividade Física e Saúde. Doutor Saúde da Criança e do Adolescente. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.

Único de Saúde (SUS). Estima-se que 25% a 74% dos 50 milhões de sobreviventes do AVC no mundo apresentem algum déficit, seja físico, cognitivo ou emocional, necessitando de assistência parcial ou total para realizar as atividades de vida diária (AVDs) (CARMO; OLIVEIRA; MORELATO, 2016).

Uma das mais importantes causas de mortes no mundo, é o AVC, pois trata-se de uma síndrome caracterizada pelo início agudo de um déficit neurológico que persiste por pelo menos 24 horas, e é resultado de um distúrbio na circulação cerebral (MELO et al., 2016).

Segundo Melo et al. (2016) o AVC é popularmente conhecido como derrame, e a doença atinge 16 milhões de pessoas no mundo a cada ano. No Brasil, ela representa a primeira causa de morte e incapacidade, gerando grande impacto econômico e social. De acordo com dados do Ministério da Saúde (MS), em 2011 foram registrados 99.159 óbitos por AVC.

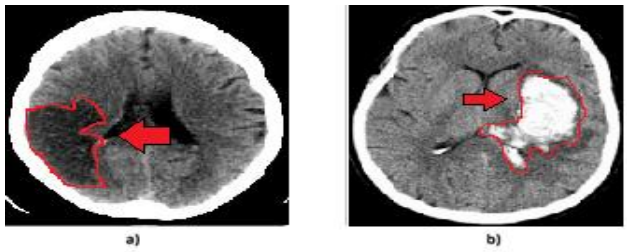
O AVC pode ser classificado em dois tipos na população: 15% hemorrágico (AVCh), decorrente da ruptura de vasos sanguíneos que causa um extravasamento de sangue para o cérebro; e 85% isquêmico (AVCi), decorrente da insuficiência de suprimento sanguíneo cerebral, podendo ser temporário (AGUIAR, 2017).

Dessa forma, o objetivo desse estudo é analisar a importância da fisioterapia no tratamento de uma paciente acometida pelo AVCi.

2 DESENVOLVIMENTO

O método de pesquisa empregado nesse estudo é a pesquisa longitudinal (GIL, 2002). Em um AVCi há uma diminuição ou interrupção do fornecimento de sangue para uma parte do cérebro levando a morte de tecido cerebral nessa região. Se essa diminuição ou interrupção durar por pouco tempo, então o tecido cerebral pode não ser danificado permanentemente, e esse tecido pode ser totalmente recuperado caso o fluxo sanguíneo seja restabelecido rápido o suficiente. Essa região de tecido danificado pela falta de fluxo é chamada de penumbra, e a recuperação do tecido cerebral presente é o maior objetivo de todas os tratamentos para o AVC (AGUIAR, 2017).

Figura 1. a) AVCi, b) AVCh



Fonte: Aguiar (2017).

Nesse sentido, esse estudo de caso foi realizado com um indivíduo do gênero feminino N. D. com idade de 75 anos, com sequela de um AVCi; que realizou fisioterapia nas Clinicas Integradas Guairacá no setor de Neurologia, foi realizado uma avaliação funcional pré-intervenção, e pós-intervenção. A intervenção consistiu em 19 sessões de fisioterapia com duração de 40 minutos duas vezes por semana durante 2 meses.

Durante as sessões de fisioterapia utilizou-se halteres com 1kg, 2kg e 4kg, conforme a evolução da paciente, caneleiras de 1kg para fortalecimento muscular em membros inferiores, dissociação de cinturas para mobilidade, disco de propriocepção para treino de equilíbrio, rampa com escadas para descarga de peso e thera-band para fortalecimento global de membros superiores e inferiores e ganho de amplitude de movimento (ADM). As tabelas 1 e 2 demonstram a graduação da força muscular manual conforme Kendall (CASTRO e SOUZA et al., 2013).

Tabela 1. Força muscular manual conforme Kendall. Pré-intervenção.

Força de Membro superior direito	Força de Membro superior esquerdo	Força de Membro inferior direito	Força de Membro inferior esquerdo
1	2	2	2

Tabela 2. Força muscular manual conforme Kendall. Pós-intervenção.

Força de Membro superior direito	Força de Membro superior esquerdo	Força de Membro inferior direito	Força de Membro inferior esquerdo
2	3	4	3

Barbosa e Pires (2015) relatam que há estudos onde afirmam que o treino de força sozinho não trouxe qualquer benefício ao paciente espástico com AVC, mas quando somado à outas técnicas trouxe bons resultados tanto para a espasticidade, quanto para o aumento de ADM. Outros autores afirmaram em algum trecho de seus artigos, que o treino de força é benéfico para pacientes espástico com AVC.

Teixeira-Salmela et al. (2000) expõe em seu estudo que o AVC apresenta uma alta prevalência na população idosa. Dentre as principais manifestações decorrentes desta patologia as mais significativas são a fraqueza muscular e a espasticidade. Várias causas da fraqueza muscular têm sido descritas: atrofia muscular com redução no tamanho das fibras tipo II, diminuição do número de unidades motoras recrutadas durante o exercício dinâmico e da capacidade oxidativa do músculo parético.

Torriani-Pasin (2014) em seu estudo sugere que há fortes evidências de que a prática de programas de exercícios físicos pode melhorar a capacidade cardiovascular, a habilidade de marcha e a força muscular de membros superiores e inferiores após um AVC.

No presente estudo ao término de 2 meses foi realizado uma nova avaliação funcional para mensuração dos resultados que mostraram uma evolução funcional da colaboradora, como melhora da marcha, ganho de ADM e ganho de força muscular.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a fisioterapia tem ação positiva em pacientes com sequelas de AVCI, o que confirma a importância do tratamento e acompanhamento por fisioterapeutas. Está população alvo, necessita de treinamento de força muscular e ganho de funcionalidade para evitar maiores perdas de função global.

Faz-se necessário que o paciente não desista do tratamento, e que novos estudos sejam realizados, pois o tema é amplamente debatido.

4 REFERÊNCIAS

AGUIAR, Cecilia Burle de. **Avaliação de Acidente Vascular Cerebral em Tomografia Computadorizada Utilizando Algoritmo de Otimização de Formigas.** Dissertação (Mestrado - Engenharia Elétrica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, 2017.

BARBOSA, Cristiane Marcela Silva; PIRES, Eugênia Lucélia de Seixas Rodrigues. Relação de força muscular e espasticidade em pacientes que sofreram acidente vascular encefálico (ave). **Revista UNILUS Ensino e Pesquisa**, v. 12, n. 26, jan./mar., ISSN 2318, 2015.

BARRETO, Mayckel da Silva; CARREIRA, Lígia; MARCON, Sonia Silva. Envelhecimento populacional e doenças crônicas: Reflexões sobre os desafios para o Sistema de Saúde Pública. **Revista Kairós Gerontologia**, v.18, n.(1), pp. 325-339, 2015.

CARMO, Júlia Fabres do; OLIVEIRA, Elizabete Regina Araújo; MORELATO, Renato Lirio. Incapacidade funcional e fatores associados em idosos após o Acidente Vascular Cerebral em Vitória – ES, Brasil. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**., Rio de Janeiro, 19(5):809-818, 2016.

CASTRO e SOUZA, Lucas Araújo; MARTINS; Júlia Caetano; TEIXEIRA-SALMELA, Luci Fuscaldi; GODOY, Marina Resende; AGUIAR; Larissa Tavares; FARIA, Christina Danielli Coelho de Morais**. Fisioter Mov**. abr/jun; v. 26 n(2):p. 437-52, 2013.

GIL, Antonio Carlos**. Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed- São Paulo : Atlas, 2002.

MELO, Lais Samara; EMERICK, Livia Maria Souza; ALVES; Patrícia Natalia Medeiros; ROCHA, Thais Batista; GOUVEIA, Vania Regina; GUIMARÃES; Gilberto Lima; MENDOZA, Isabel Yovana. Acidente vascular cerebral: achados clínicos e principais complicações**. Rev. Aten. Saúde**, São Caetano do Sul, v. 14, n. 48, p. 48-53, abr./jun., 2016.

TEIXEIRA-SALMELA, Luci Fuscaldi; OLIVEIRA, Edênia Santos Garcia; SANTANA, Eneida Geralda Santos; RESENDE, Gessione Patricia. Fortalecimento muscular e condicionamento físico em hemiplégicos. **Acta Fisiátrica** v.7, n. (3): p.108-118, 2000.

TORRIANI-PASIN, Camila..Editorial: Qualidade de vida após um AVC: os efeitos da prática de atividade física regular em pacientes crônicos. **Rev. Neurocienc**. 22(2):168-169, 2014.

TECNOLOGIA ASSISTIVA COMO RECURSO NA EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM TDAH

GUNHA, Sara Maria[9]
REINER, Eduarda de Lima[10]
ROCHA, Hellen Carolinne[11]

RESUMO: O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade aparece como um obstáculo no contexto educacional. Alunos diagnosticados com o transtorno apresentam dificuldades de aprendizagem, maior taxa de repetência, mau comportamento, entre outros. Para driblar esta situação, a Tecnologia Assistiva surge como importante aliada de educadores, com recursos como infográficos e ambientes virtuais que contribuem para a melhora no desempenho de tais alunos. Para situar o uso dessas tecnologias em alunos com TDAH, foi realizada a revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Tecnologia Assistiva. TDAH. Infografia. Ambientes Virtuais. Educação.

1 INTRODUÇÃO

O método de ensino empregado na educação de estudantes com TDAH vem sendo muito discutido por educadores e profissionais da área. Situações nas quais há o diagnóstico do transtorno, acompanhadas de momentos de distração, tarefas incompletas, comportamento agitado e notas baixas levam professores a atentar-se e procurar outros métodos de ensino.

Com isso, passou-se a pesquisar e desenvolver recursos de Tecnologia Assistiva, importante instrumento de apoio para abrandar limitações de deficientes e indivíduos com dificuldades de aprendizagem. A fim de proporcionar a divulgação e discussão desses novos meios de apoio da educação, realizou-se a análise de artigos científicos de revisões bibliográficas e pesquisas feitas nesse campo.

2 DESENVOLVIMENTO

O processo de aprendizagem de um indivíduo é primordial para o seu progresso social. De acordo com a Declaração de Salamanca, “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o

[9] Acadêmica de Psicologia, 6º período, Faculdade Campo Real.
[10] Acadêmica de Psicologia, 6º período, Faculdade Campo Real.
[11] Especialista em Psicopedagogia, graduada em Psicologia pela PUCPR em 2015.

nível adequado de aprendizagem" (UNESCO, 1994, p.1). A educação inclusiva surge nesse cenário junto à gama de recursos da Tecnologia Assistiva, que irrompe como suporte para deficientes e pessoas com dificuldades de aprendizagem, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Para desenvolver a pesquisa acerca da eficácia desse novo recurso pedagógico, foi realizada a pesquisa e análise de artigos científicos sobre a temática, os quais foram discutidos e seus resultados serão explanados em seguida.

2.1 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, conhecido como TDAH, gera alguns prejuízos principalmente na capacidade cognitiva. De acordo com os critérios do DSM-V (2014, p.59), são abordadas algumas dificuldades relacionadas ao ambiente escolar, como: a dificuldade em prestar atenção em detalhes que estão relacionados com atividades escolares; resistência em finalizar atividades por não conseguir atentar em instruções; distanciamento de trabalhos que exijam um grande esforço mental; baixa frequência escolar e fácil distração por estímulos externos.

Benczik e Bromberg (2003) afirmam que mesmo que o TDAH não seja um transtorno de aprendizado, 20 a 30% das crianças assim diagnosticadas têm dificuldades específicas que prejudicam a sua capacidade intelectual. Explicam, ainda, que a criança com TDAH tem grande dificuldade em concluir uma tarefa pelo fato de não conseguir focar a atenção, consequentemente precisa do triplo de concentração de uma criança sem o transtorno, fato que ocasiona tédio e rapidamente a criança desiste de suas atividades.

2.2 Tecnologias Assistivas

A fim de minimizar as limitações das pessoas com deficiência, as Tecnologias Assistivas aparecem com uma série de ferramentas de acessibilidade. Para Travassos et al (2009), trata-se de qualquer item, equipamento, sistema ou recurso que auxilie as pessoas com dificuldades de aprendizagem a superarem obstáculos na educação. Além disso, afirma que a TA expande a autonomia e a

autoestima do sujeito, devido ao fato de desenvolver sua funcionalidade em diferentes esferas da vida.

2.3 Contribuição das Tecnologias Assistivas a pessoas com TDAH

Segundo Adorno e Reginato (2014), tecnologia não se refere necessariamente à fabricação de um produto, mas pode se apresentar como uma solução estratégica ou metodologia diferenciada. Os mesmos autores asseguram que a infografia é um exemplo de recurso estratégico ao revelar-se como agente intensificador da percepção.

Cairo (2008), define o termo infografia como qualquer informação apresentada em forma de um diagrama, com desenhos que demonstram as relações entre diferentes partes de um conjunto ou sistema. Em pesquisa de Bottentuit et al (2011), verificou-se que a riqueza de detalhes e imagens presentes num infográfico pode ser considerado um importante atrativo no trabalho com o aluno com TDAH. Para mais, Adorno e Reginato (2014) defendem que esses alunos também podem ser beneficiados com o uso de infográficos tridimensionais e táteis, para que os alunos hiperativos interajam com a informação.

Ambientes virtuais também são parte dos recursos da Tecnologia Assistiva e vem sendo cada vez mais utilizados no contexto educacional. Hallowell (1999) explica que há metodologias específicas para ajudar essa criança no seu desenvolvimento, visto que influenciam dois aspectos principais para o aprendizado: envolvimento e motivação, responsáveis por prender a atenção do estudante, que se depara com um material diferente ao que está habituado na sua rotina, sentindo maior motivação em concluir as atividades propostas.

Estes dados são corroborados por Pinho e Kirner (1997) que, sobre o contexto da realidade virtual, refletem sobre três pontos chaves: envolvimento, motivação e engajamento. Eles explicam que a ideia de envolvimento estaria ligada à motivação e assim facilitaria o grau de engajamento de uma pessoa para determinada atividade. Logo, uma proposta pedagógica com o uso da tecnologia proporciona um aumento na percepção no contexto escolar em crianças portadoras do TDAH.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos materiais analisados foi possível notar que as Tecnologias Assistivas ainda são conceitos novos e que devem continuar sendo desenvolvidos, mas que tendem a trazer melhorias e enriquecimento no desenvolvimento das crianças diagnosticadas com TDAH. A adequação das propostas pedagógicas visa fazer uso desses recursos de maneira complementar, ampliando o cenário educacional já oferecido com meios não convencionais proporcionando benefícios para o aprendizado e na adaptação do aluno no contexto social.

A aplicação dessas novas tecnologias de maneira adequada deve despertar a atenção do aluno para a realização de tarefas, fazendo com que o mesmo se torne motivado e envolvido. Como citados, os infográficos são uma opção de aula mais interativa, visto que os alunos com TDAH precisam estar sob constante estimulação. A utilização deste instrumento poderia beneficiar não só tais alunos, mas a classe toda, já que todos precisam manter sua atenção nos conteúdos ministrados em sala a fim de apreender os mesmos.

Além disso, é importante salientar que o TDAH pode apresentar-se de maneira diferente em cada indivíduo, além de ser indispensável observar sua subjetividade e buscar modos de atender suas necessidades particulares.

4 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5). 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, 948 p.

BENCZIK, E. B. P., & BROMBERG, M. C. (2003). Intervenções na escola. Princípios e práticas em transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, 199-218.

ADORNO, L., & Reginato, B. R. (2014). Possibilidades de contribuição da infografia como tecnologia assistiva em benefício do acesso à educação a pessoas com TDAH. In *Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design [= Blucher Design Proceedings]* (Vol. 11, pp. 2510-2521).

BOTTENTUIT Junior, J. B., Lisboa, E. S., & Coutinho, C. P. (2011). O infográfico e as suas potencialidades educacionais. *IV Encontro Nacional de Hipertexto e Tecnologias Educacionais*.

CAIRO, Alberto (2008) Infografía 2.0: visualización interactiva de información en prensa. Alamut, Madrid.

PINHO, M. S., & KIRNER, C. (2001). Uma introdução à realidade virtual. *Minicurso, SIBIGRAPI*, *97*.

HALLOWELL, E. M., Carvalho, A., & Ratey, J. J. (1999). *Tendência à distração: identificação e gerência do distúrbo do déficit de atenção (DDA) da infância à vida adulta*. Rocco.

KIRNER, C., & Pinho, M. S. (1997, November). Introdução à realidade virtual. In *Workshop de Realidade Virtual* (Vol. 1, pp. 1-40).

De SÁ Guimarães, M., de Carvalho, L. A. V., & da Costa, R. M. E. Ambientes Virtuais na prática educacional de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade.

TRAVASSOS, L. P., da Silva Garcia, R. A., & Fialho, F. A. P. (2009). Tecnologias de informação e comunicação como instrumento de inclusão em casos de dificuldades de aprendizagem. *Travessias*, *3*(1).

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. 17 P. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acesso em: 31/07/2018.

A ANSIEDADE NA ERA DIGITAL

CASTRO,Zélia de Fª Leal de [12]
GRASSI, Patrícia Santos[13]
SANTOS, Barbará Thaina Zeglan dos[14]
HINO, Lucilene Apª Zavadzki[15]

RESUMO: O presente trabalho teve por objetivo relatar a importância da tecnologia na atualidade e sua influência social, cognitiva e afetiva. Para isso, se fez uso de referências bibliográficas, artigos científicos, reportagens e livros. Pode-se compreender que, o tempo gasto com a tecnologia acaba por prejudicar as relações sociais, cognitivas e afetivas. Ao mesmo tempo que a tecnologia beneficia, ela também pode trazer malefícios devido ao excesso ou mal-uso, o que pode causar o adoecimento nessa era digital.

Palavras-chave: Ansiedade, IBGE, Internet, Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo relatar um estudo bibliográfico sobre a ansiedade e o uso da tecnologia. Vive-se atualmente em uma sociedade que pode ser considerada urgente, o celular, a internet, o computador e muitos outros equipamentos da tecnologia vão modificando comportamentos e de certa forma com o uso em demasia pode causar riscos à saúde mental devido ao excesso nas horas de uso.

O texto abaixo relata sobre a ansiedade vivida pelo sujeito frente a demanda do uso da tecnologia e os efeitos colaterais. Os quais podem acarretar problemas psicológicos no sujeito, mostrando a população a importância do uso moderado deste artificio. Diante da pesquisa realizada pelas acadêmicas tanto em literatura falando sobre a ansiedade, e em sites da própria internet, mostra em estatísticas o quanto esta interface tecnológica é mal utilizada.

2 DESENVOLVIMENTO

A ansiedade é caracterizada como uma reação biológica do ser humano, como forma de adaptação. A etiologia da palavra nos desponta que ansiedade é um estado

[12]Psicologia, 8º período, centro universitário campo real.
[13] Psicologia, 8º período, centro universitário campo real.
[14] Psicologia, 8º período, centro universitário campo real.
[15] Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, formação em Psicologia e especialista em Intervenções clínicas e Promoção da Saúde Mental.

psíquico de apreensão, medo, tensão, desconforto físico, dentre outros, causado pela antecipação de perigo, ou de situação desagradável. A origem da palavra ansiedade advém do latim *anxietas* que significa “angústia”, “perturbado”, “pouco a vontade”, ”apertar”, “sufocar”.

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-V, a Ansiedade é:

> caracterizada por transtornos que compartilham características de medo e ansiedade excessivos e perturbações comportamentais relacionados. Medo é a resposta emocional a ameaça iminente real ou percebida, enquanto ansiedade é a antecipação de ameaça futura.

Portanto pode-se dizer que o desencadeamento de ansiedade no ser humano não advém somente de um único fator, pois é estimulada por acontecimentos externos e internos, ou seja, de natureza biológica e psicológica. Segundo Melo (2016) “ O telefone celular continua sendo o principal meio usado pelo público com menos de 18 anos para se conectar, sendo utilizado por 83%. Usam a internet, segundo o estudo, 23,7 milhões de crianças e adolescentes”.

De acordo com Gomes do G1, o Brasil possui um pouco mais de 116 milhões de pessoas que se conectam a internet segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad C) e divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Estes dados comprovados em 2016 mostram que 64,7% da população brasileira é usuária do serviço de internet e se encontra na faixa etária entre 18 e 24 anos, apresentando uma taxa de conexão variando entre 85% e permanecendo online, constando também uma variável de brasileiros com idade superior a 60 anos apresentando um índice reduzido entre 25%. Ainda consta na pesquisa[1] realizada que as mulheres são mais conectadas do que os homens em um percentual de 65,5% contra 63,8% dos homens. Ainda conforme Gomes do site G1, o meio mais usado para a conexão é o aparelho celular sendo o principal meio de acesso à internet, significando ser usado por 94,6% de quem acessa a internet passando à frente dos computadores, tablets e de televisões.

Mas o uso exagerado deste “benefício que nos conecta com o outro e com o que acontece ao nosso redor instantaneamente, pode trazer consequências psicológicas e dependentes ao indivíduo. Um estudo realizado pela professora de Psicologia da Universidade Estadual de San Diego, na Califórnia Jean Twenge (2018) aponta que: **“**jovens que passam muito tempo com os olhos vidrados nas telas de

aparelhos eletrônicos são menos felizes que colegas que preferem outras atividades", entretanto nesta linha de raciocínio jovens que fazem o uso exagerado de aparelhos celulares e uso exagerado do tempo em conexão tendem a ficar mais ansiosos e com mais vulnerabilidade, que outros jovens que não acessam demasiadamente a internet. A palavra "felicidade" acaba por ser uma limitadora na vida do indivíduo, tendo em vista seu uso exagerado com as mídias digitais. O indivíduo que passa cerca de mais de 2 horas em contato com esta tecnologia acaba por não se beneficiar de contato visual com amigos por exemplo, e outras atividades que comandem contato verbal e contato físico, acabando por serem menos felizes e desenvolverem um certo declínio nas atividades rotineiras e na quantidade de tempo de sono, desencadeando ansiedade pelo ser e estar conectado, sendo o uso desta tecnologia um dos males do século diminuindo o bem-estar psicológico dos indivíduos.

Segundo relato de Menezes (2015):

> Em maior ou menor grau, todos sentimos o que chamamos de "ansiedade" a maior parte do tempo. Os momentos verdadeiros de relaxamento e paz interior autênticos são raros. A dificuldade em viver no presente é um dos maiores contribuidores da ansiedade.

Pode-se verificar diferentes níveis de ansiedade em diferentes faixas etárias, entretanto, se destaca com imponência os jovens com esse transtorno, e isso ocorre pelo mal uso da tecnologia, como já falado anteriormente. Estamos vivendo em ritmos acelerados, somos bombardeados de informações todos os dias, porém não digerimos de forma correta, pois o mal uso da tecnologia não deixa que pensamos sobre, que as noticias sejam filtradas e já temos mais e mais novidades. Em seu site a Psicóloga Rocha, Silvia Regina(2013), destaca que: "vivemos em um mundo on-line que nos proporciona informações e relações sociais virtuais instantâneas", mas até que ponto isso é ponderável para o nosso âmbito social se não soubermos os nossos limites? A tecnologia pode ser de grande valia, pois nos trás conhecimento e praticidade, mas se não soubermos utilizar tal tecnologia, podemos "enlouquecer". É isso que esta acontecendo com a sociedade atual. Com a tecnologia podemos acessar sites, saber informações sobre doenças, remédios, etc. Com a tecnologia nos sensibilizamos, preocupamo-nos com os outros, mas por estarmos tão ansiosos com este meio de informação instantânea e por estarmos sempre on-line, esquecemo-nos. Hoje temos condições tecnológicas, para sabermos como evitar adoecer, mas acabamos por ficar doente por não saber utiliza-la de forma adequada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido permite concluir que através das referências consultadas para compor o trabalho, chegou-se à conclusão de que no mundo globalizado em que vivemos as informações rápidas e instantâneas que nos chegam freneticamente nos fazem adoecer de certa forma.

O uso exagerado da tecnologia e as suas adjacências deixam o indivíduo mal se o mesmo fica sem bateria no celular e sem acesso as mídias digitais, ocasionando um vício desnecessário. Nesta hora é preciso ficar atento e começar a fazer uma reorganização do uso e do tempo para que haja uma desintoxicação, desapego. É importante perceber o momento de desconectar.

4 REFERÊNCIAS

DSM-V [American Psychiatric Association; **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** tradução: Maria Inês Correâ Nascimento ... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ...[et al.]. -5. Ed- Porto Alegre: Artmed, 2014.

Significado de ansiedade, disponível em: <https://www.significados.com.br/ansiedade/> Acesso em 10/08/2018 as 19:30h.

Significado de ansiedade, dicionário online de português, disponível em: <https://www.dicio.com.br/ansiedade/> Acesso em 10/08/2018 as 19:20h.

Porque somos tão ansiosos?, disponível em: <http://www.psicologaregina.com.br/porque-somos-tao-ansiosos/> Acesso em 10/08/2018 as 20:30

Porque vivemos tão ansiosos? Disponível em: <https://osegredo.com.br/por-que-vivemos-tao-ansiosos/> Acesso em 10/08/2018 as 21:00h.

Adolescentes que passam muito tempo no celular são mais infelizes, aponta estudo, disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/tecnologia/adolescentes-que-passam-muito-tempo-no-celular-sao-mais-infelizes-aponta-estudo-22314826#ixzz5OkQiwA49> Acesso em 10/08/2018 as 19:30.

Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE, disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/brasil-tem-116-milhoes-de-pessoas-conectadas-a-internet-diz-ibge.ghtml> Acesso em 10/08/2018 as 19:50

Pesquisa: 80% da população brasileira entre 9 e 17 anos usam a internet, disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2016-10/pesquisa-80-da-populacao-brasileira-entre-9-e-17-anos-usam> Acesso em 10/08/2018 as 20:10

Os números da internet no Brasil em 2010, disponível em: <https://ruixcp.blogspot.com/2010/12/os-numeros-da-internet-no-brasil-em.html> Acesso em 10/08/2018 as 20:23.

Confira como é o uso da internet no Brasil, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/COMUNICACAO/516912-CONFIRA-COMO-E-O-USO-DA-INTERNET-NO-BRASIL.html> Acesso em 10/08/2018 as 20:37

LEIOMIOMA UTERINO EM CADELA- RELATO DE CASO

SANTOS, Alana Herculano[1]
BURKO, Anna Valéria[16]
SCHWARZ, Patrícia Diana[17]

RESUMO: O leiomioma uterino, também chamado de fibroma, é um tumor benigno que acomete cadelas idosas e não castradas. O objetivo desse trabalho é conhecer os sintomas associados ao leiomioma, como: dores abdominais, corrimento vaginal, vulva edemaciada e rigidez no abdômen, e a importância da castração na vida do animal. O tratamento indicado é a retirada das massas tumorais e a ovarioesterectomia. O relato de caso é sobre uma cadela SRD que apresentava leiomioma uterino.

Palavras-chave: Leiomioma. Útero. Fibroma. Câncer.

1 INTRODUÇÃO

O leiomioma uterino ou fibroma é um tipo de tumor pélvico sólido derivado da musculatura lisa do útero, e ocorre com mais frequência em cadelas velhas não castradas (FREBRASGO, 2017).

Pode ocorrer aparecimento desse tipo de neoplasias por influência de hormônios sexuais e também está associado a outras patologias como: cistos foliculares ovarianos, tumores secretores de estrógenos, hiperplasia endometrial, hiperplasias e neoplasias mamarias (ARAUJO et al., 2015 *apud* KLEIN, 2001, MACLACHLAN E KENNEDY 2002).

Esse tipo de câncer se origina pela exposição do endométrio à ação acumulativa do estrógeno. Pode se dizer que o leiomioma é um tipo de neoplasia hormônio- dependente, pois ele apresenta receptores para estrógeno e progesterona (SILVA et al., 2004 *apud* FLISTER, 2001).

O fibroma é um tumor benigno, sua forma é consistente, tem formato esférico ou ovoide com coloração esbranquiçada. Microscopicamente eles são formados por tecido conjuntivo fibroso (ARAUJO et al., 2015 *apud* BABA E CÂTOI, 2007).

[16] Acadêmicas de Medicina Veterinária, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[17] Professora orientadora, Curso de Medicina Veterinária,Centro Universitário Campo Real.

Os sinais clínicos que o animal pode apresentar em casos de leiomioma são: infertilidade, aumento do volume abdominal, corrimento, e pode ocorrer a compressão do trato intestinal, urinário e venoso (FEBRASGO, 2017).

O diagnóstico de leiomioma uterino é baseado na anamnese e no achado de um útero aumentado de tamanho, e com os cornos uterinos irregulares, que pode ser através da palpação, quando o tumor for de um tamanho considerável, ou com exame de ultrassonografia (FREBRASGO, 2017).

Após o diagnóstico, o tratamento ideal é a retirada do leiomioma juntamente com o aparelho reprodutor feminino, pois este pode levar o animal a ter infecções secundarias, como piometra (SILVA et al., 2004 *apud* FLISTER, 2001).

O objetivo desse trabalho é mostrar como a castração é fundamental para o animal não desenvolver patologias que comprometam a sua saúde, e como ela pode prolongar a vida do animal. O relato de caso nos mostra uma das grandes consequências dos animais não serem castrados, e ainda o uso de medicamentos anticoncepcionais.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Esse trabalho consiste de uma revisão literária juntamente com um relato de caso sobre uma cadela SRD que apresentava leiomioma uterino, realizada entre os meses de fevereiro a maio de 2018.

A pesquisa foi realizada a partir de consultas em livros e periódicos presentes na Faculdade Campo Real, bem como a partir de artigos científicos obtidos através de busca nos bancos de dados, tais como: scielo, google acadêmico, etc.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi atendido no Hospital Veterinário da Faculdade Campo Real, uma cadela SRD com aproximadamente 10 anos de idade, pesando 10 kg, resgatada das ruas da cidade de Guarapuava-PR.

Durante a anamnese verificou-se que ela apresentava edema de vulva com secreção fétida esbranquiçada, piodermatite nas mamas, aumento do volume abdominal associado a rigidez e sinais de dor.

Foi realizado exame de ultrassom, onde observou-se uma massa em seu aparelho reprodutor. O útero apresentava as paredes espessas e deformidade nos cornos uterinos.

Após confirmação de anormalidade no aparelho reprodutor, optou-se por uma histerectomia de emergência. Foi realizada a extração dos ovários, útero e cérvix. O útero apresentava dois grandes tumores de forma arredondada de coloração branca (FIGURA 1) (FIGURA 2).

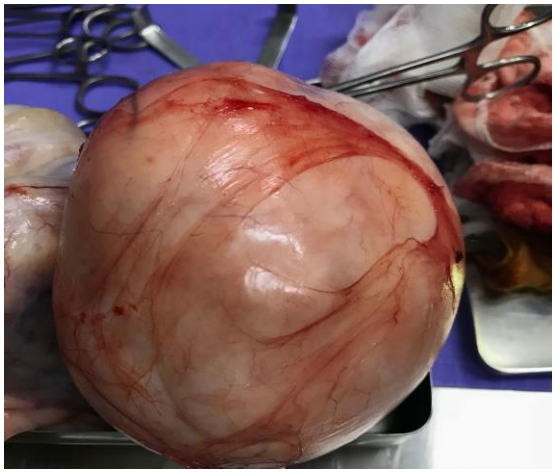


FIGURA1: Leiomioma retirado do útero de cadela SRD

FONTE: os autores, 2018.

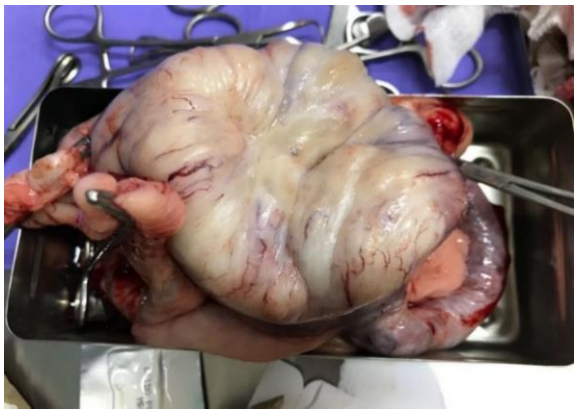


FIGURA 2: Leiomioma retirado do útero de cadela SRD

FONTE: os autores, 2018.

Finalizado o processo cirúrgico foram pesados os fibromas, correspondendo a 1,7 Kg e coletado amostras para o exame histológico, conservadas em formol a 10% e enviadas para análise histológica.

O resultado do exame histopatológico descreveu o tumor como: uma massa com degeneração colagenosa com hiperemia e neovascularização associada a infiltrado linfóide displásico em musculatura de miométrio, associada a fibroblastos reativos, caracterizados por condensação difusa de cromatina, hipertrofia e hiperplasia infiltrado em musculatura.

O diagnóstico final do exame histopatológico relatou leiomioma uterino, com infiltração no assoalho vaginal, formando reação de hipersensibilidade com infiltrado linfoide difuso.

Após o procedimento cirúrgico a paciente ficou em observação, e foi encaminhada para casa com recomendação de repouso absoluto. Os medicamentos utilizados no pós-operatório foram: Tramal 100mg, um comprimido SID, por três dias, Amoxilina com clavulanato 500mg, ¾ comprimido BID, por sete dias e meloxicam 2mg, um comprimido, BID, por três dias.

Após uma semana da cirurgia, o animal estava muito bem e realizando suas atividades diárias normalmente.

Esse tipo de neoplasia ocorre frequentemente em cadelas idosas, e por se tratar de uma patologia hormônio- dependente, ocorre nas femeas que não foram castradas (ARAUJO et al., 2015 *apud* BABA E CÂTOI, 2007).

O diagnóstico baseia-se nos sinais clínicos e exames complementares, como radiografia abdominal e ultrassonografia. O tratamento adequado para essa patologia é a retirada do tumor, pois ele pode acarretar outros problemas como piometra (STURION et al., 2011).

Na medicina veterinária a terapia medicamentosa não é tão indicada pois quando o animal é diagnosticado com leiomioma, o tumor já tomou grande proporção, então nesse caso o tratamento cirúrgico é o mais indicado (ARAUJO et al., 2015 *apud* BABA E CÂTOI, 2007).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi de extrema importância para nossa vida acadêmica, pois nos ensinou a importância da castração para os animais, pois ela previne importantes patologias. Os dados obtidos na anamnese e com os exames complementares foram imprescindíveis para a conclusão do diagnóstico e para empregar o tratamento adequado ao animal.

4 REFERÊNCIAS

ARAUJO. E. A. B., SILVA. L. F. M. C., OLIVEIRA. S. N., DALANEZI. F. M., COSTA. L. D., RODRIGUES. J. C., ZAHN. F. S., PRESTES. N. C. Fibroma uterino em cadela. **Revista Brasileira de Ciência Veterinária.** v. 22, n.2, p. 119-123, abr/junho, 2015.

BRASIL, Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia. **Leiomioma uterino**. São Paulo, 2004, 117p.

SILVA. A. E., SERAKIDES. R., CASSALI. G. D. Carcinogênese hormonal e neoplasias hormônios-dependentes. **Ciência Rural**, v.34, n. 2, p. 625-633, mar/abr, 2004.

STURION. D. J., STURION. T. T., STURION. M. A. T., MOYA-ARAUJO. C. F. Piometra associada a leiomioma uterino em cadela- relato de dois casos. Disponível em: < http://www.uece.br/cienciaanimal/dmdocuments/artigo4_2011.pdf >

O ORDENAMENTO JURÍDICO E O PRÍNCIPIO CONSTITUCIONAL DA DIGNIDADE HUMANA

LOPES, Claudinei Gonsalves[18]
KLAKI, Marcelo[19]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[20]

RESUMO: O presente trabalho tem por objeto apresentar o conceito do Princípio Constitucional da Dignidade Humana, ponderar o ordenamento jurídico na administração dos conflitos e o direito fundamental, que pode ferir a dignidade do ser humano. Em suma, o homem é um ser sociável que necessita agir com conduta, e essa conduta possui valores individuais, seja no âmbito moral como espiritual, e cabe ao Direito, por meio das regras e normas definidas por uma autoridade, a administração do processo para que haja o bem comum entre todos os seres.

Palavras-chave: Dignidade Humana. A Moral e o Âmbito do Direito. Conflito de Interesses.

1 INTRODUÇÃO

O homem é um ser sociável, que demanda de convívio com todos os seus seres, e dessa forma, domina suas paixões e vontades. Essa primeira premissa já denota a importância do ordenamento jurídico entre a sociedade, uma vez que, o homem possui crenças e valores como domínio próprio acerca do ambiente que vive.

De fato, Henriques (2008, p. 3) prescreve que o homem

> Vive no mundo onde não há certeza absoluta, mas probabilidade; não há o verdadeiro absoluto, mas o verossímil; não há valores únicos, mas pluralidade de valores; não há o racional puro, mas o razoável, cujo critério não é a evidencia, mas o consenso geral, cujo método é a multiplicidade de pontos de vista, contraposto à unidade de pensamentos, cuja racionalidade não é constringente e cuja linguagem é natural (HENRIQUES, 2008, p. 3-4).

Com a prerrogativa supracitada, este trabalho irá tratar do assunto ordenamento jurídico e sua correlação com o princípio da dignidade humana, verificando assim que o homem, necessita de normas e guias que o orientarão para viver em um meio sociável, seguindo sua conduta moral e sua conduta espiritual, sem deixar o que prescreve as leis e as normas do ambiente em que vive.

[18] Curso de Direito, 3º período, Centro Universitário Campo Real.
[19] Curso de Direito, 3º período, Centro Universitário Campo Real.
[20] Professora orientadora da disciplina de Direito Constitucional 1, do Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

Todo ser humano é titular de direitos. Em se tratando do respeito à dignidade da pessoa humana, todos os direitos devem ser reconhecidos e respeitados por nós seus semelhantes e pelo estado, pois, cabe a este último a “tarefa de garantir o respeito das liberdades civis, ou seja, o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, o qual se faz através do estabelecimento de uma proteção jurídica” (LIMA, 2018, p. 2).

2.1 O CONCEITO DE DIGNIDADE HUMANA

Sarlet (2001), assim define a dignidade da pessoa humana:

> Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos (SARLET, 2001, p. 61).

Entende-se que ao ser humano não se pode atribuir valor ou preço, tendo em vista que o ser humano em virtude de sua condição meramente biológica, é possuidor da dignidade, o que o torna perante a concepção do direito moderno, um ser igual aos seus demais diante da lei (LIMA, 2018, p. 1).

Conceituamos então a dignidade da pessoa humana como um valor em si, revelado pela moral, que é próprio do gênero humano não coexistindo com preconceitos, sendo ainda, independente de crédulo ou confissão. Deve ser tal o fundamento do Estado Democrático.

2.2 A MORAL E O ESPIRITUAL E O ÂMBITO DO DIREITO

A essência de todo homem, como ser social, ou seja, que está inserido em uma sociedade, demanda dele viver sobre guias e regras fundamentadas sobre três

aspectos que são próprio de si, que é a sua fundamentação de conduta moral, espiritual e civil.

De fato,

> O direito não visa ao aperfeiçoamento interior do homem; essa meta pertence à moral. Não pretende preparar o ser humano para uma vida supraterrena, ligada a Deus, finalidade buscada pela religião. Nem se preocupa em incentivar a cortesia, o cavalheirismo ou as normas de etiqueta, campo específico das regras de trato social, que procuram aprimorar o nível das relações sociais (FORTES APUD BETIOLI, 2010, p. 8-9).

No que tange o direito e a moral,

> O direito se manifesta mediante um conjunto de regras que definem a dimensão da conduta exigida, que especificam a fórmula do agir. [...] A moral possui diretrizes mais gerais. As normas jurídicas possuem uma "estrutura imperativo-atributiva, isto é, ao mesmo tempo em que impõem um dever jurídico a alguém, atribuem um poder ou direito subjetivo a outrem". A moral, por sua vez, com uma estrutura mais simples, impõe apenas deveres (FORTES, 2010).

Assim, enquanto a moral se preocupa com a vida interior das pessoas, como a consciência, o direito cuida, em primeiro plano, das ações humanas. O animus do agente só será considerado quando necessário. Além disso, a moral, bem como todas as demais regras sociais, se distingue do direito, pois carece de coercibilidade e de heteronomia. O direito, ao revés, é imposto independentemente de vontade de sujeição e possui formas de garantir o respeito e obediência a seus preceitos.

2.3 AS RELAÇÕES DE CONFLITOS E O DIREITO

O ordenamento jurídico tem por função administrar as regras e normas conforme a autoridade que emana da sociedade politicamente organizada. Com relação a isso, Martins Filho prescreve que,

> Cabe ao governante ou administrador público, numa sociedade politicamente organizada, promover o bem comum, externando, através de suas ações e comandos, o interesse público. Este também poderá não se adequar ao bem comum da sociedade, quando houver descompasso entre o Direito Positivo e o Direito Natural, ou seja, a lei positiva, emanada da autoridade, vai de encontro aos direitos humanos fundamentais, inalienáveis e que não cabe ao Estado outorgar, mas apenas reconhecer, como pré-existentes, como inerentes à dignidade da pessoa humana (MARTINS FILHO, 2000, p. 3).

Fortes (2010) entende que a faixa de atuação do Direito é regrar a conduta social, visando à ordem e o bem comum. Por este motivo, ele irá disciplinar apenas os fatos sociais mais relevantes para o convívio social. Ele irá disciplinar, principalmente, as relações de conflitos e, quanto às relações de cooperação e competição, somente onde houver situação potencialmente conflituosa.

No que tange a resolução de conflitos entre regras, Castro (2016, p. 5) prescreve que “um conflito entre regras somente pode ser solucionado se se introduz, em uma das regras, uma cláusula de exceção que elimine o conflito, ou se pelo menos uma das regras for declarada inválida”.

Para um melhor entendimento desses conceitos, a autora ainda exemplifica:

> Ocorrendo o conflito entre o direito fundamental à liberdade de expressão com o direito fundamental à privacidade (no caso, quando um jornalista intentar expor dados pessoais de um indivíduo qualquer), deverá ser apurado qual dos dois valores em conflito tem o maior peso. Não seria impróprio, assim, considerar que, se o indivíduo retratado não vive uma situação pública relevante, a publicidade terá maior peso. (CASTRO, 2016, p. 6).

Henriques (2008, p. 3-4) prescreve que há muitos em que a dignidade humana é arranhada, e cita:

> Emblemático é o caso conhecido de todos, da bóia-fria Iolanda Figueiral, idosa de 79 anos, paciente terminal de câncer, com menos de 40 quilos, falecida no início de novembro de 2006. O juiz que lhe negou liberdade provisória só olhou a lei e nada mais do que a lei. Decisão posterior formou a sentença, levando em consideração fatores outros que não a letra da lei. Ao juiz, faltou-lhe bom senso, por não bem dimensionar sua decisão. Juízes uns que tais tornam-se meros burocratas. Nesse caso, nem haveria mister de juízes. Computadores, como já lembrava Perelman, poderiam aplicar as normas legais. Entretanto, a maioria dos juízes age com sensatez (HENRIQUES, 2008, p. 3-4).

Enfim, constata-se que a dignidade da pessoa humana se apresenta como um princípio orientador da atividade estatal e base de qualquer interpretação constitucional, que fornece amparo aos indivíduos, proporcionando-lhes uma existência digna em todos os momentos, inclusive diante de situações clínicas irreversíveis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfim, há uma mútua dependência entre direito e sociedade, onde, sendo o homem um ser social, não pode haver sociedade em direito e todavia, não pode haver direito sem sociedade. Há a necessidade de uma ordem mínima, que tenha guias e direcionamentos, de se limitar a esfera de conduta de cada indivíduo de modo que sua liberdade atuação não gere conflitos sociais. Assim, em sua essência, o direito modifica a sociedade no sentido de impor condutas e comportamentos, mas também é influenciado por ela, através da cultura, dos usos e costumes e pela evolução temporal.

Por fim, conclui-se que seguindo os critérios solucionadores de conflitos entre direitos fundamentais, é possível, através da ponderação, escolher-se o princípio de maior valor, na situação concreta, sem que se invalidem os demais direitos conflituosos.

4 REFERÊNCIAS

CASTRO, Letícia Guimarães. **Conflito entre direitos fundamentais no contexto da terminalidade da vida** - Jus.com.br | Jus Navigandi. Publicado em 11/2016. Elaborado em 11/2016. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/53836/conflito-entre-direitos-fundamentais-no-contexto-da-terminalidade-da-vida. Acesso em: 17 Ago. 2018.

FORTES, Wanessa Mota Freitas. Sociedade, direito e controle social. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 82, nov. 2010. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8675 >. Acesso em ago. 2018.

HENRIQUES, Antônio. Argumentação e discurso jurídico. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Francisco Arnaldo Rodrigues de. **O princípio da dignidade da pessoa humana nas constituições do Brasil.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 97, fev. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11138 >. Acesso em 17 Ago. 2018.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **O princípio ético do bem comum e a concepção jurídica do interesse público** (https://jus.com.br/artigos/11/o-principio-etico-dobem-comum-e-a-concepcao-juridica-do-interesse-publico). Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 5. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11>. Acesso em: 16 ago. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

DEBATE JURÍDICO A CERCA DA IMPLANTAÇÃO DE BANCOS GENÉTICOS NA GENÉTICA FORENSE

CAMPOS, Laís Almeida[21]
ROSAS, Patrícia Manente Melhem[2]

RESUMO: A utilização de bancos genéticos com finalidade de informação à investigação criminal é uma realidade em diversos países. No Brasil, a partir da Lei 12.645/2012 também vêm sendo implantados e utilizados para a persecução de crimes. Porém, ainda se tem um debate teórico quanto à utilização das tecnologias da genética forense na área criminal. Nesse sentido, o presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de apresentar a partir de uma revisão de literatura, os principais desdobramentos envolvendo esta realidade no combate ao crime.

Palavras-chave: Bancos Genéticos; Criminologia; Genética Forense.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de bancos de dados genéticos para fins criminais é uma realidade em diversos países desenvolvidos (CARDOSO; SATO; SANTIAGO, 2017). Sua utilização está relacionada com o movimento social vivido na contemporaneidade, em que se tem uma sociedade de risco, na qual o uso de novas tecnologias como os bancos genéticos vem como uma resposta a esta criminalidade diante do direito penal e criminal (ALMEIDA, 2014; SCHIOCCHET et al., 2015).

Admite-se o uso dos dados como justificativa criminal, mas a constituição de um banco de dados deve ter uma justificativa restrita de uso, pois atinge a autonomia e a privacidade, envolvendo um bem jurídico que é a intimidade (ALMEIDA-NETO et al., 2010). Essa problemática vem sendo debatida com relação aos prejuízos que o acesso a essa informação pode trazer, se não utilizada para seus próprios fins pelo Estado ou terceiros que possam vir a acessar essa informação (ALMEIDA, 2014). O uso da análise do perfil genético no Brasil inclui a autorização de coleta compulsória de material do acusado ou condenado para fins de prova, em crimes hediondos ou crimes dolosos com grave violência e para fins de armazenagem em bancos de dados para auxiliar na elucidação de crimes futuros (LEMOS, 2014). Podendo auxiliar na identificação dos perfis de risco de indivíduos considerados “predadores sexuais e sociais” (SANTOS, 2013).

[21] Biomédica. Aluna da Pós Graduação em Gestão de Conflitos do Centro Universitário Campo Real. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da UNICENTRO.
[2] Orientadora. Professora no Centro Universitário Campo Real.

Existem restrições estabelecidas, tanto na lei que institui a utilização dos bancos genéticos no Brasil quanto em outros países, em que o uso é determinado expressamente para questões de identidade, não podendo ser revelados traços somáticos ou comportamentais das pessoas (SCHIOCCHET et al., 2015).

Diante deste contexto, o objetivo do presente estudo foi apresentar uma discussão a respeito da utilização dos bancos genéticos na área criminal e seus possíveis desdobramentos éticos.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura aos bancos de dados Scielo e Periódicos da Capes no período de maio a julho de 2018, com as palavras-chave: direito; bancos genéticos; perfis genéticos. Tendo como critério de inclusão o ano de publicação dos trabalhos de 2010- 2018 e artigos com discussões a partir das palavras-chave. Como critério de exclusão, quaisquer trabalho que não obedecessem esta seleção.

Não se discute que as análises genéticas permitem avaliações mais precisas das patologias que acometem os seres humanos, tanto as classificadas como hereditárias com aquelas transmitidas por microrganismos (bactérias, fungos, vírus e parasitas), ou ainda alterações presentes em síndromes metabólicas (CARDOSO; SATO; SANTIAGO, 2017).

Portanto, nesse sentido, a utilização das combinação de técnicas moleculares usando o ácido desoxirribonucleico (DNA) e o desenvolvimento da bioinformática possibilitaram a criação de bancos de perfis genéticos no auxílio da criminologia que permitem a identificação do indivíduo e servem como base para a genética forense e investigação criminal (SCHIOCCHET, 2013; ALMEIDA, 2014).

No Brasil, a Lei 12. 654 de 2012 prevê a obrigatoriedade da extração de material biológico e cadastro do perfil genético em bancos de dados para condenados por crime praticado de maneira dolosa ou com violência grave, ou ainda crime considerado hediondo. Porém, alguns autores discutem que, apesar das possibilidades positivas do uso destes bancos, tem-se uma propensão a políticas de exclusão, discriminação e estigmatização genética, além do surgimento de teorias

deterministas (ALMEIDA, 2014; CORAZZA; CARVALHO, 2014; SCHIOCCHET; CUNHA; LAZZARETTI, 2015).

A utilização dos perfis genéticos na elucidação de crimes foi iniciada em 1984, quando Alec Jeffreys observou regiões hipervariáveis do genoma. Isso levou à identificação de sequências repetitivas únicas de bases nitrogenadas de cada indivíduo, técnica denominada de *fingerprinting* (impressões digitais do DNA) (JEFFREYS; WILSON; THEIN, 1985). Com isso, se tem o desenvolvimento da técnica de STR, que utiliza regiões não codificantes do DNA para a identificação do indivíduo. Nesse sentido, essa região utilizada na técnica não é utilizada para a tradução de proteínas, logo, não expressão regiões com características fenotípicas do indivíduo (ALMEIDA, 2014).

Outra discussão surge da necessidade de evitar o uso apenas simbólico das técnicas moleculares sob o direito penal a fim de diminuir uma demanda social para a contenção da criminalidade e garantia da segurança pública (GRANT, 2011). Ao passo que se tem esse desenvolvimento tecnológico, a bioética surge como uma necessidade de discussão nos limites de utilização, com o intuito de proteção ao ser humano, sua dignidade, integridade, informação genética e proteção da coletividade (MAGALHÃES, 2014).

Grant (2011) discute que a utilização de amostras de material genético para fins de identificação ou armazenamento, representam potencial mecanismo de violação de direitos fundamentais instituídos pela Constituição/1988 e o Código Civil de 2002.

O texto constitucional assim determina:

> **Art. 5º, X, CF/88** - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...] **XLIX** - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral; […].

O Código Civil de 2002, prevê que:

> **Art. 12**. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
> **Art. 21**. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

As justificativas se relacionam com a manipulação inidônea ou descuidada do material genético, além do processo de coleta que representa uma ameaça física ao indivíduo, de acordo com a complexidade de informações que uma amostra biológica carrega. Segundo a autora, uma solução às discussões seria a apropriação dos princípios de proporcionalidades que relacionam idoneidade, necessidade e ponderação como princípios para a utilização da técnica em uma investigação criminal.

Essa discussão é apresentada por outros autores, porém, sob outra perspectiva. No âmbito criminal, Klein (2013) aponta que eventuais limitações a direitos e garantias constitucionais são justificáveis quando proporcionais e se amparadas por lei no intuito de preservar o interesse coletivo de segurança pública.

No Brasil, se tem hoje uma rede organizada de laboratórios periciais criminais e um Banco Nacional de Perfis Genéticos. Iniciou-se o processo de coleta e armazenamento de dados de identificação criminal, através do Sistema Combinado de Índices de DNA (CODIS), um sistema com o objetivo de armazenar e comparar perfis de DNA elaborados com base em marcadores moleculares identificados em vestígios biológicos (CARDOSO; SATO; SANTIAGO, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços na área tecnológica do uso de DNA na perícia criminal, e da sua comprovada vantagem na persecução dos casos, a técnica ainda não é presente em muitos casos. Em parte, resultado das divergências ainda existentes entre a área criminalística e a científica.

Pode-se considerar que, apesar de ser um caminho inovador ainda esbarra em questões consideradas éticas e que a área jurídica classifica como direito de informação. É relevante ressaltar o equilíbrio entre as duas vertentes e observar as garantias que a implantação dos bancos reflete no combate à criminalidade.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. O. **A problemática trazida pelos bancos de perfis genéticos criminais no Brasil**. Dissertação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, Franca, 2014.

ALMEIDA - NETO, J. B. **Banco de dados genéticos para fins criminais: implicações jurídico-penais**. Dissertação de Mestrado do Programa de Ciências Criminais da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

CORAZZA, T. A. M; CARVALHO, G. M. A implementação do banco de perfis criminais pela Lei 12. 654/2012 e o limite da diversidade genética. **Revista do Direito Unisc**, Santa Cruz do Sul, 44: 134- 163, 2014

GRANT, C. Limites e possibilidades constitucionais à criação do banco de perfis genéticos para fins de investigação criminal no Brasil. Constituição, Economia e Desenvolvimento: **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, v. 3, n. 5, 2011

JEFFREYS, Alec J.; WILSON, Victoria; THEIN, Swee Lay. Hypervariable 'minisatellite' regions in human DNA. **Nature**, London, n. 314, p. 67-73, 1985

KLEIN, A. G. **A identificação criminal na Lei 12. 654/2012: Aspectos constitucionais acerca da criação dos bancos de dados de perfis genéticos**. Pós-Graduação lato sensu em Direito Público da Faculdade de Direito Fundação Escola Superior do Ministério Público. Porto Alegre, 2013

LEMOS, C. C. **A coleta de perfil genético como forma de identificação criminal – entre a lógica do controle e a fragilidade processual penal.** Trabalho de Conclusão de Curso da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014

MAGALHÃES, N. A. **A instalação de bancos de dados genéticos para fins criminais no Brasil: instrumento de redução criminal ou controle social na sociedade de risco?** Dissertação (Mestrado em Direito) do Programa de Pós – Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014

SCHIOCCHET, T; CUNHA, A. S; LAZZARETTI, B. K. **Bancos de perfis genéticos para fins de persecução criminal: implicações jurídicas à privacidade, intimidade e estigmatização genéticas**. In: V Reunião de Antroplogia da Ciência e da Tecnologia: Porto Alegre, 2015

SANTOS, J. C. "**Posfácio" in DIETER, Maurício Stegemann. Política Criminal Atuarial: a criminologia do fim da história**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013. p. 269.

SCHIOCCHET, T. A regulamentação da base de dados genéticos para fins de persecução criminal no Brasil: reflexões a cerca do uso forense do DNA. **Revista Nej-Eletrônica**, v. 18, n. 3, 2014

INFLUÊNCIA DO SOMBREAMENTO NA PRODUTIVIDADE DA CULTURA DA COUVE BRÓCOLIS

VIER, Caroline Rack[22]
ALMEIDA, Marcela Dias de[1]
HELLEIS, Rodrigo[1]
CUNHA-CHIAMOLERA, Tatiana Pagan Loeiro da[23]

RESUMO: A cultura da couve brócolis possui nutrientes essenciais para o organismo humano. As plantas, em sua maioria, respondem em quantidade, qualidade e intensidade de luz que recebem. Diante disso, o objetivo do trabalho foi avaliar o comportamento da cultura quando exposta a diferentes tipos de sombreamento colorido: vermelho, preto e branco. O delineamento experimental utilizado foi em blocos ao acaso com quatro tratamentos e cinco repetições, foram avaliadas a altura da parte aérea, número de folhas, circunferência da cabeça e massa fresca da cabeça. Os resultados indicaram que o telado vermelho resultou em melhor desenvolvimento da cabeça de brócolis.

Palavras-chave: *Brassica oleracea* var. Itálica. Telas de sombreamento. Tamanho de cabeça.

1 INTRODUÇÃO

A couve brócolis (*Brassica oleracea* var. Itálica), também conhecido popularmente como brócolis é uma variedade botânica que pertence à família Brassicaceae. Esta família inclui outras plantas domesticadas, como a couve-flor, o repolho, a couve-manteiga, o nabo e a mostarda (EMBRAPA, 2015). É uma planta herbácea, de cultivo anual, que apresenta folhas simples e alternas espiraladas, as quais juntamente com pedúnculos e botões florais formam a parte comestível (NESPOLI et al., 2013 apud FILGUEIRA., 1972).

Existem dois tipos de brócolis consumidos pelo mercado brasileiro, o ramoso e o de inflorescência central única. Este apresenta inflorescência terminal (cabeça) grande e botões florais com menor granulometria (NESPOLI et al., 2013). A maior produtividade é alcançada quando cultivado em condições climáticas de temperatura amena, que variam entre 15°C a 24°C, entretanto, existem cultivares tolerantes a temperaturas a mais elevadas (BHERING, 2013).

[22] Alunos: Engenharia Agronômica, 6º Período, do Centro Universitário Campo Real.
[23] Orientadora e Professora do Curso de Engenharia Agronômica, do Centro Universitário Campo Real.

As propriedades nutricionais, como vitaminas e fibras, tornaram o uso culinário desta hortaliça mais comum e impulsionaram o seu cultivo nos últimos anos, de modo que a sua importância econômica no agronegócio tem sido crescente (FERREIRA et al., 2013). As maiores produções nacionais de couve-brócolis concentram-se nas regiões Sudeste e Sul, principalmente no Distrito Federal e nos estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Paraná, com comercialização *in natura* ou processada (SCHIAVON JR, 2008).

Como a cultura das principais cultivares de brócolis é recomendada para regiões de clima ameno, o seu cultivo é limitado por excesso de chuvas e radiação intensa, sendo que as telas de sombreamento podem ser uma alternativa para amenizar o efeito de altos índices pluviométricos e temperaturas elevadas (HIRATA; HIRATA, 2016). O uso de telas de sombreamento é comum em hortaliças, uma vez que essas respondem bem a quantidade, qualidade e intensidade da luz incidente (SILVA et al., 2018). A cultura da alface se beneficia do sombreamento colorido, uma vez que há a redução de temperatura em épocas mais quentes e filtração de comprimentos de onda que auxiliam a fotossíntese e reduzem distúrbios fisiológicos (ILIĆ et al., 2017).

Considerando o exposto e sabendo que estudos da influência do sombreamento na cultura do brócolis e das brássicas em geral são escassos, o objetivo do trabalho foi avaliar o desenvolvimento vegetativo da cultura da couve brócolis sob a influência de três diferentes tipos de sombreamento.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido na Fazenda Experimental da Faculdade Campo Real, localizada na Rodovia PR 170, km 9, coordenadas 25º27’45,4”S e 51º31’24,34”O, no período de fevereiro a junho de 2018. Na tabela 1, é possível observar os dados climatológicos históricos da região, segundo o IAPAR, para o período de 1976 a 2016.

As mudas de couve brócolis utilizadas foram do híbrido Syngenta BRO-68, cedidas pela empresa Hort&Man, sendo o plantio realizado no dia 24 de fevereiro de

2018. O delineamento experimental utilizado foi em blocos ao acaso, com quatro tratamentos (testemunha, telado vermelho, telado preto e telado branco) e cinco repetições, totalizando 20 parcelas. As parcelas foram adubadas com o formulado NPK 04-20-20. Foram transplantadas seis mudas de em cada parcela, com espaçamento de 40 cm entre plantas e 70 cm entre linhas. Todas as parcelas foram expostas a mesma condição de irrigação e aplicações de fertilizantes e tratamento fitossanitáio. O controle das plantas daninhas foi feito manualmente.

Tabela 1: Dados históricos do clima da região de Guarapuava - PR

ESTACAO: GUARAPUAVA / CODIGO: 02551010 / LAT: 25.21 S / LONG: 51.30 W / ALT: 1058 M PER.: 1976/2016

	TEMPERATURA DO AR (.c)							U.REL	VENTO		PRECIPITACAO				EVAPOR.	INSOL.
MES	média máxima	média mínima	máxima abs	ano	min abs	ano	média comp	média %	dir pr.	m/s	total	máxima 24h	ano	dias chuva	total mm	total horas
JAN	26,7	16,7	32,0	vrs	9,0	94	20,9	79	E	2,9	204,2	94,4	90	16	78,1	197,3
FEV	26,6	16,8	33,6	84	7,8	90	20,7	80	NE	2,6	171,1	88,0	95	15	63,9	174,6
MAR	25,9	15,6	33,0	2005	1,0	76	19,7	79	E	2,7	143,3	81,8	2013	13	75,5	204,1
ABR	23,9	13,4	31,6	2016	-1,8	99	17,5	79	NE/E	2,7	146,2	119,8	98	10	66,5	194,3
MAI	20,5	10,0	28,8	81/97	-3,2	2007	14,2	81	NE	2,5	161,5	165,2	92	11	58,7	184,7
JUN	19,5	8,8	25,6	vrs	-6,8	78	13,0	80	NE	2,6	153,2	193,6	2014	10	55,2	173,2
JUL	19,5	8,4	27,4	95	-6,0	2000	12,9	77	NE	2,9	134,1	140,6	83	10	68,7	197,7
AGO	21,6	9,6	31,0	94	-4,6	99	14,5	72	NE	3,0	96,9	115,6	2011	8	91,6	216,3
SET	22,1	10,9	32,8	88	-4,4	2006	15,6	73	E	3,4	169,8	121,0	2013	11	89,2	183,0
OUT	24,1	13,3	33,6	2014	0,8	82	17,8	75	E	3,3	204,7	129,6	2012	13	88,5	193,7
NOV	25,5	14,4	36,0	85	3,6	76	19,1	74	E	3,2	166,0	95,0	84	12	91,0	200,8
DEZ	26,3	15,9	33,4	85	5,8	2008	20,3	77	E	2,9	191,6	81,2	76	14	87,4	200,7
ANO	23,5	12,8					17,2	77,2			1943			144	914	2320
EXT			36,0		-6,8							193,6				

Fonte: IAPAR, 2018

No momento da colheita foram avaliadas a massa úmida da cabeça, circunferência da cabeça, número de folhas na planta e altura da parte aérea. Os dados serão submetidos a análise de variância e se verificada diferença significativa, as médias serão submetidas ao teste de Tukey a 5% de nível de significância.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 2 são apresentados os resultados das varáveis avaliadas. Os resultados de altura da parte aérea e número de folhas não apresentaram diferença significativa, indicando que o sombreamento não afetou no crescimento vegetativo. Já para os resultados de circunferência da “cabeça” e massa fresca da “cabeça” o telado vermelho apresentou valores maiores quando comparadas a testemunha e aos outros sombreamentos. Esse resultado pode ser explicado uma vez que o telado vermelho

filtra a radiação, aumentando a intensidade da luz no comprimento do vermelho e do vermelho distante, o que favorece a produção de cloroplastos, aumentando a capacidade fotossintética da planta e consequente a quantidade de fotoassimilados produzidos, que são de extrema importância para planta principalmente no estádio reprodutivo (SILVA et al., 2018).

Tabela 2: Altura da parte aérea, número de folhas, circunferência da cabeça e massa úmida da cabeça do couve-brócolois, submetidos a diferentes telas de sombreamento.

Tratamentos	Altura da Parte Aérea (cm)	Número de Folhas	Circunferência da Cabeça (cm)	Massa Fresca da Cabeça (g)
Vermelho	50 a	15 a	74 a	887 a
Branco	48 a	16 a	61 b	557 b
Preto	48 a	16 a	54 b	553 b
Testemunha	45 a	14 a	56 b	626 b

Fonte: Os autores, 2018.

Costa et al. (2010), em seu estudo com a “alfavaquinha” (*Ocimum selloi*) obtiveram resultado similar, em que mesmo com a diminuição da biomassa total da planta, houve um aumento da biomassa das inflorescências. O que foi explicado pelo aumento de pigmentos fotossintéticos nos cloroplastos sob radiação vermelha e vermelha distante e pela estratégia de sobrevivência para situações de desenvolvimento desfavoráveis (filtragem da radiação solar) em que a energia da planta é redirecionada para a reprodução e não para o crescimento vegetativo.

Por outro lado, o telado preto reduz a intensidade da radiação solar, reduzindo a temperatura e não filtrando nenhum comprimento de onda específico. O telado branco reduz a incidência de radiação no comprimento do ultravioleta, reduzindo problemas de queimaduras de sol em plantas susceptíveis, deixando os outros comprimentos de onda passarem em menor intensidade (ILIĆ et al., 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos sugerem que o sombreamento não afeta o crescimento vegetativo da cultura de Couve Brócolis, porém a utilização do telado vermelho favorece o estádio reprodutivo e consequentemente a produtividade da cultura, isso

se dá pelo favorecimento na produção de cloroplastos, aumentando a capacidade fotossintética e consequentemente a quantidade de fotoassimilados produzidos.

4 REFERÊNCIAS

BHERING, A. S. **Efeito das malhas termorefletora, difusora e sombrite no crescimento e produtividade do brócolis**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG, 2013.

COSTA, L. C. B., et al. Effects of coloured shade netting on the vegetative development and leaf structure of *Ocimun selloi*. **Bragantia**, v. 69, n. 2, p. 349-359, 2010.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Coleção Plantar: A Cultura do Brócolis**. Brasília – DF, 2015.

FERREIRA, S.; SOUZA, R. J.; GOMES, L. A. A. A produtividade de brócolis de verão com diferentes doses de bokashi. **Revista Agrogeoambiental**. v. 5, n. 2, caderno II, p. 31-38, 2013.

HIRATA, A. C. S; HIRATA, E. K. Telas de sombreamento no cultivo de hortaliças folhosas. **Pesquisa & Tecnologia**. São Paulo, SP, v. 13, n. 1, 2016.

IAPAR. Instituto Agronômico do Paraná. **Médias Históricas em Estações do Iapar.** Disponível em: <http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1070>. Acesso em 04 de abril de 2018.

ILIĆ, S. Z., et al. Light modification by color nets improve quality of lettuce from summer production. **Scientia Horticulturae**, v. 226, p. 389-397, 2017.

NESPOLI, A. et al. Cultivo de brócolis de inflorescência única sob diferentes coberturas de solo. Enciclopédia Biosfera. **Centro Científico Conhecer**. Goiânia, v. 9, n. 17, p. 916, 2013.

SCHIAVON JR., A. A. **Produtividade e qualidade de brócolos em função da adubação e espaçamento entre plantas**. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Unesp. São Paulo, 2008.

SILVA, D. F., et al**.** Productive and qualitative parameters of four Physalis species cultivates under colored shade nets. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 40, n. 2, p. 528, 2018.

OS DESAFIO DA MULHER CONTRA O ASSÉDIO E A IGUALDADE LABORAL DE GÊNERO NO TRABALHO

LOPES, Claudinei Gonsalves[24]
BECH, Giovani Jones[25]
MALUF, Juliana[26]
BERMUDEZ, Mylena[27]

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo apresentar algumas considerações acerca da discriminação e da desigualdade laboral do gênero feminino no cenário do mercado de trabalho, seus desafios com relação a essa desigualdade laboral, e a dificuldade em apresentar provas do fato ocorrido e por fim expor alguns exemplos de Jurisprudência sobre o caso.

Palavras-chave: Discriminação de gênero. Assédio Moral. Assédio Sexual. Desigualdade Laboral. Processo do trabalho.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma releitura acerca do tema Assédio, voltado ao mercado do trabalho e que tem acontecido pela desigualdade laboral e desigualdade de gênero.

Atualmente os juízes do Trabalho de todo o país, tem julgado processos com pedidos de indenização por dano moral, principalmente decorrente de assédio a mulheres. A cada momento uma mulher é assediada no ambiente de trabalho, e muitas não denunciam.

Dessa forma, procurou-se entender em primeiro momento o que caracteriza o assédio, o que tem originado a desigualdade laboral e por fim, alguns exemplos da Jurisprudência.

2 A VIOLÊNCIA E O ASSÉDIO CONTRA A MULHER NO TRABALHO

No que tange a assédio, o mesmo pode ser moral ou sexual. Avila (2015) APUD Hirigoyen (2005, p. 85) prescreve que um assédio moral pode ser definido como

[24] Curso de Direito, 3º período, Centro Universitário Campo Real.
[25] Curso de Direito, 3º período, Centro Universitário Campo Real.
[26] Professora orientadora da disciplina de Direito Internacional, do Centro Universitário Campo Real.
[27] Professora coorientadora da disciplina de Teoria Geral do Processo, do Centro Universitário Campo Real.

perseguições coletivas e violências ligadas à organização, mas que podem incluir desvios que, progressivamente, transformar-se em violência física, e conceitua que trata-se de um fenômeno de grupo, remetendo à conclusão de que seus métodos não são sempre muito evidentes, o que pode dificultar a elaboração de provas do fato ocorrido.

Reportando a CF de 1988, no pensamento de Garcia (2015, p. 98), temos que,

> O assédio moral afronta os princípios da dignidade da pessoa humana e da valorização social do trabalho (art. 1.º, incisos III e IV, da CF/1988), o objetivo fundamental da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3.º, inciso IV, da CF/1988), o direito de ninguém ser submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante (art. 5.º, inciso III, da CF/1988) e o direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra, e da imagem das pessoas (art. 5.º, inciso X, da CF/1988) (GARCIA, 2015, p. 98).

No que tange a violência de gênero, que pode ser violência física, psicológica e sexual, essa tem por base o gênero que se deriva da desigualdade das relações de poder entre os homens e as mulheres, e é dirigida contra a mulher por ser mulher ou pelo que afeta desproporcionalmente as mulheres (CIT, 2018, p. 10-11).

Dentre as práticas mais comuns de violência e assédio no trabalho, principalmente no que diz respeito à violência de gênero, está a violência sexual e assédio sexual, que incluem uma diversidade de comportamentos, que vão desde comentário ou gestos não desejados, como brincadeiras, até mesmo o contato físico e agressão sexual. E embora, isso possa ocorrer independentemente do gênero, as situações de denúncias tem acontecido quando as vítimas são mulheres (CIT, 2018, p. 15).

Enfim, a violência e assédio baseado no sexo e no gênero, podem exprimir e desenvolver ambientes de trabalho hostis para as mulheres devido ao seu sexo, com manifestações como “brincadeiras” depreciativas ou degradantes sobre mulheres.

2.2 A DESIGUALDADE LABORAL E O DESAFIO PELA IGUALDADE

Em se tratando da mulher e mercado de trabalho, a discriminação é a grande barreira enfrentada pela mulher, onde o preconceito está relacionado

diretamente ao gênero feminino, e essa discriminação oriunda de origem, idade, orientação sexual, gravidez, doença e deficiência (ANDRADE 2016, p. 67).

E quando o assunto é a inserção das mulheres no mercado de trabalho, percebe-se ainda que há uma desigualdade laboral significativa. De fato,

> As mulheres são maioria na administração pública e quase a totalidade nos serviços domésticos, mas minoritárias nos grupamentos que incluem a indústria, construção, comércio, serviços prestados a empresas e outros serviços. Em consequência, elas ocupam a maior parte dos cargos públicos estatutários e militares, assim como a quase totalidade dos postos de trabalho doméstico, mas nas demais categorias de trabalhadores da iniciativa privada, o percentual de mulheres é bastante inferior ao dos homens. (ANDRADE, 2016, p. 65-66).

Dentre as consequências dessa desigualdade, ainda se concentra o fato cultural de que as mulheres estão reservadas aos afazeres domésticos, e de que seu compromisso com relação à família sobrepõe o comprometimento profissional, principalmente pelo instinto maternal. Dessa forma, “o cuidado com os filhos é obstáculo concreto à participação feminina no mercado de trabalho” (ANDRADE, 2016, P. 68).

A busca pela criação de políticas de promoção da igualdade de gênero no mundo, tem sido de grande importância nesse desafio. De fato, isso tem apresentado uma luta para o aumento das taxas de participação e ocupação das mulheres, a diminuição das taxas de informalidades, melhoria da qualidade de seu emprego, aumento das oportunidade de formação e promoção e a redução das desigualdades de rendimento em relação aos homens (ANDRADE, 2016, p. 65)

2.4 CASOS DE JURISPRUDÊNCIA NO BRASIL

Conforme dados da Secretaria de Comunicação Social do TST, o Brasil atualmente saltou de 82º para 62º lugar em se tratando de redução de desigualdade de gêneros, onde tanto a Constituição Federal brasileira quanto a legislação infraconstitucional – trabalhista, eleitoral, civil e penal – vem trazendo diversos dispositivos de proteção à mulher.

A secretaria afirma ainda que,

> Diariamente juízes do Trabalho de todo o país julgam processos com pedidos de indenização por dano moral decorrente de assédio a mulheres. Os casos

> vão para as páginas oficiais dos tribunais, muitos ganham destaque nos jornais de repercussão nacional. Mas segundo os magistrados, esses processos representam apenas a ponta do iceberg do grande problema trabalhista contemporâneo: o assédio (BRASIL, 2018).

Umas das questões decorrentes da falta de denúncia, no que diz respeito aos tipos de assédios mais frequentes, como por exemplo o moral, é a falta de prova, e mesmo com tamanha dificuldade para a comprovação do assédio, têm se muito casos já julgados nos tribunais trabalhistas pátrios sobre a indenização por danos morais, como ilustra-se abaixo:

> Ementa: "DANO MORAL. ASSEDIO SEXUAL. CONVITE REJEITADO SEGUIDO DE DESPEDIDA. [...] Faz jus à indenização por danos morais em razão do assédio perpetrado por superior hierárquico, constrangendo a autora porque detinha o poder de manter íntegro o pacto laboral, o poder de lhe possibilitar prosseguir trabalhando e percebendo salários, dos quais necessitava para fazer frente às suas despesas. Recurso provido." (Número: 20100502843 10ª TURMA 07/06/2010 TRT-2 - RECURSO ORDINÁRIO RECORD 1715200504702005 SP 01715-2005-047-02-00-5 Data de publicação: 07/06/2010) (Grifei) (PASCOAL, 2018, p. 12).

Em outra situação, a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a condenação do Banco Bradesco S/A e outros para pagarem indenização de R$ 5 mil por danos morais, pelo assédio moral sofrido por uma funcionária que era chamada de "imprestável" pelo supervisor, e em outro caso que chegou ao TST, o Banco ABN AMRO Real S/A foi condenado porque o superior humilhava e ofendia uma funcionária perante seus colegas ao cobrar o cumprimento das metas estabelecidas pelo banco, chamando-a de "burra", tratamento ofensivo à dignidade inerente à trabalhadora (BRASIL, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por melhores condições de trabalho, remuneração igual ao gênero masculino, encontra se muitos desafios, entretanto, apesar de toda discriminação, desvalorização profissional, desigualdades de remuneração, as mulheres tem superado obstáculos e conquistado sua dignidade, espaço profissional e passam a ocupar cargos e profissões de prestigio, como por exemplo, a advocacia, medicina, arquitetura, engenharia, cargos de chefia em grandes empresas, dentre outros postos que antes eram visto somente pelo homem.

Outro fato a ser considerado, está nas questões de proteção à mulher, que tem atingido grandes esferas, tanto em âmbito trabalhista, eleitoral, civil e penal, o que prova, que há uma preocupação eminente em se criar novos dispositivos de proteção à mulher.

Enfim, mesmo com a falta ou a inibição de denúncias, percebe-se ainda que há muitos casos julgados pela justiça. Como consequência, muitas sentenças tem motivado o cenário brasileiro, para que as discriminações, os assédios e tantos outros crimes quanto ao gênero feminino, tomem proporções maiores de denúncias, e com isso, encorajem as vítimas a procurarem apoio e orientação sobre os seus direitos.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tânia. **Mulheres no mercado de trabalho:** onde nasce a desigualdade? Estudo técnico, Jul. 2016. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Disponível em http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade. Acesso em: 15 Ago. 2018.

AVILA, Rosemari Pedrotti. **As consequências do assédio moral no ambiente de trabalho.** São Paulo: LTr, 2015.

BRASIL, Secretaria de Comunicação Social. **A mulher e o assédio moral.** Publicação de Lourdes Cortes/RA, com colaboração de Mauro Burlamaqui. 04 Nov. 2012. Disponível em http://www.tst.jus.br/materias-especiais/-/asset_publisher/89Dk/content/id/3008783. Acesso em: 18 Ago. 2018.

CIT, PORTUGAL**. Acabar com a violência e o assédio contra mulheres e homens no mundo do trabalho.** Conferência Internacional do Trabalho, 107.ª Sessão, 2018
Bureau Internacional do Trabalho, Genebra: 2018. Disponível em http://cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs2/Violencia_Assedio_Relatorio_V1_OIT_2018.pdf. Acesso em: 14 Ago. 2018.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Manual de direito do trabalho**. 7. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro: Forense. São Paulo: MÉTODO, 2015.

PASCOAL, Flávia Xênia Souza. **Assédio Moral e Assédio Sexual no Ambiente de Trabalho.** Disponível em https://flaviax.jusbrasil.com.br/artigos/566458738/assedio-moral-e-assedio-sexual-no-ambiente-de-trabalho?ref=topic_feed. Acesso em: 18 Ago. 2018.

MATERIAIS EM PROL DA SOLUÇÃO ECOLÓGICA

CORDEIRO, Willian de Souza[28]
CALDAS, Ingridy dos Santos[2]
RIBAS, Karine Antonete [3]
MAZURECHEN, Sandro Roberto[4]

RESUMO: O presente resumo visa especificar a utilização de materiais sustentáveis em construtoras na cidade de Guarapuava. Essa pesquisa tem como objetivo buscar informações relevantes sobre o mercado de material sustentável, pesquisar sua venda em lojas de materiais de construção, e descobrir se construtoras da cidade fazem uso deles. Para isso, será realizada pesquisa de campo, na qual será produzido um questionário pré-estruturado com perguntas relacionadas com a saída de materiais sustentáveis para se ter uma estatística do quanto as pessoas têm interesse em usá-los. Ainda mais dados precisam ser levantados para que se chegue a conclusões precisas.

Palavras-chave: Mercado. Materiais Sustentáveis. Construtoras. Utilização.

1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade socioambiental de que profissionais ligados à construção civil atualmente são cobrados torna-se pauta de eventos, discussões e políticas públicas de desenvolvimento.

Direcionando a presente pesquisa aos preceitos básicos da sustentabilidade, que busca equilibrar a relação ambiental e econômica de melhor forma, pretende-se apresentar um levantamento mercadológico entre as principais construtoras e lojas de materiais de construção da cidade de Guarapuava – Pr relacionado ao uso, busca e desempenho de materiais sustentáveis.

Motivados como futuros profissionais da engenharia civil, possuindo ciência de seu papel ambiental, torna-se necessário acoplar os ideais que neste momento são a realidade da cidade de Guarapuava.

2 DESENVOLVIMENTO

[28]Graduando em Engenharia Civil, 4° período do Centro Universitário Campo Real.
[2]Graduanda em Engenharia Civil, 4º período do Centro Universitário Campo Real
[3]Graduanda em Engenharia Civil, 4º período do Centro Universitário Campo Real
[4]Mestre em Estudos Linguísticos, UFPR.

Esta pesquisa é desenvolvida por levantamento e seus objetivos são como pesquisa descritiva observando, analisando e registrando todos dados. O ambiente onde será realizada é de campo, no qual será produzido um questionário pré estruturado com perguntas relacionadas com a saída de materiais sustentáveis para termos uma percepção do quanto as pessoas tem interesse de usá-los.

Esse questionário será feito e levado pessoalmente para algumas empresas de construção civil da cidade de Guarapuava, logo após, um gráfico será realizado em forma de porcentagem, o que nos dará uma concepção melhor sobre o assunto.

Os procedimentos técnicos são de levantamento, no qual há uma pesquisa em busca de informações relevantes sobre a saída desses materiais nessas empresas em comparação aos materiais não sustentáveis, analisando estatisticamente os dados obtidos para que se possa chegar a uma conclusão.

A Engenharia Civil vem se destacando nos últimos anos por tomar iniciativas sustentáveis em projetos e obras que a alguns anos atrás suscitaram em malefícios ao meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez na década de 1980. Em 1987, no relatório de Brundtland, por um debate solicitado pela ONU, como afirma Ortega (2014), a preocupação cercava os impactos ambientais há três décadas atrás, visando responsabilizar profissionais e políticas que desviavam-se do padrão sustentável proposto.

Conforme Oliveira e Vieira (2008, p.39) “sustentabilidade é um processo de construção da dinâmica social que envolve um pacto de atores sociais de um modo gradativo e de consenso para um futuro sustentável”. Sendo assim, Engenheiros civis são uma parcela dos atores sociais, que, de forma gradativa, atuam em suas obras requalificando-se das novidades tecnológicas que acercam a área da construção civil e tendo em vista que atos simples em grandes obras, perpetuam diferenças nítidas ecologicamente.

Assim como Freitas et al. (2015) propuseram em seu artigo, é possível fazer muitas escolhas sustentáveis para construções e em canteiros de obras, apesar de muitas opções resultarem em seu encarecimento, muitas, são opções simples, como: reutilizar a água de chuvas, optar por jardins verticais que, além de isolantes térmicos e acústicos, ainda realça a estética da obra.

Segundo Freitas et al. (2015), é possível ter construções mais sustentáveis, pois já foi apresentado estratégias e tecnologias para tal feito, porém precisa-se de campanhas de conscientização e reconhecimento da importância da preservação ambiental.

Apesar dos gastos que se têm no uso de muitos materiais sustentáveis, em um futuro próximo, essa realidade torna-se mais barata, pois o agravante que ocorre em obras com materiais comuns ao meio ambiente é notório, o que torna-se prejudicial e que possivelmente acarretará em outros gastos, seja social, econômico e até mesmo no meio ambiente.

O conceito sustentável está dividido em três esferas, são elas, social, ambiental e econômica, cada uma com sua peculiaridade e impacto. A preocupação ecológica torna-se pauta dessas ramificações. Conforme Ortega (2014, p.116):

> A dimensão econômica refere-se à capacidade que um processo, grupo social ou situação possui de manter seu rendimento monetário de forma inalterada ao longo do tempo. A dimensão social refere-se à manutenção ou melhoria na condição social das pessoas envolvidas, de forma individual ou coletiva. A dimensão ambiental está relacionada à utilização de recursos naturais disponíveis de forma racional, considerando seu impacto sobre a qualidade, a quantidade disponível e a capacidade de renovação desses recursos.(ORTEGA, 2014, p.116)

A sustentabilidade enfrenta paradigmas, ao estar diretamente ligada ao mercado e a economia. Tais paradigmas são classificados por Almeida e Austin (2006, p.75) como antropocentrismo e ecocentrismo, “o paradigma antropocêntrico caracteriza-se como uma perspectiva de ação que submete o ambiente natural à lógica de produção”. Logo, de acordo com Almeida e Austin (2006), o ecocentrismo contrapõe os padrões modernos, reforçando que a natureza tem seu domínio e que os humanos mudem suas atitudes, almejando o menor impacto a mesma.

Conforme Haydée (2016) apresentou em sua reportagem para o site da Revista EXAME, detendo a opção de usar pequenos acabamentos na obra a grandes feitos, deve-se aderir. Presentemente, tem-se a opção de tijolos ecológicos que não precisam ser queimados em pequenas obras, dispomos de telhas de fibra vegetal, pode-se optar por luzes de LED no interior das obras, torneiras com temporizador que ajudam no não desperdício de água, para o acabamento, como mostrou Haydée (2016), pode-se optar por tintas com baixo índice de COVs, relevante poluente atmosférico.

Devidamente reciclado, o entulho também dispõe de grande importância, podendo ser utilizado para fabricação de materiais sustentáveis, apropriadas para seu emprego como matéria prima na produção do material de construção, além desse material, as telhas ecológicas também são importantes, elas substituem, com boa qualidade, as telhas tradicionais, usadas em algumas construções.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possuindo ciência de que uma parcela de construtoras da cidade de Guarapuava-PR fazem o uso de alguns materiais sustentáveis em suas respectivas vendas. Busca-se ter conhecimento de quais e em que quantidade são capacitados para comércio. Precisa-se ter em vista mais dados para respostas mais concretas.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A; AUSTIN, S. Da compreensão materialística e dialética das relações ecológicas ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento em questão**, p. 73-94. (2006)

FREITAS, Antônio H. C, FRANÇA, Poliana M., FRANÇA, Tamiris M., Construção Sustentável: Benefícios e Desafios. **Revista Pensar**, Vol. 2, nº 2, JUL/2015. Disponível em: <revistapensar.com.br/engenharia/pasta_upload/artigos/a149.pdf> Acesso em: 15 de Junho de 2018.

HAYDÉE, Lygia. Coluna no site da Revista EXAME. **Vai reformar a casa? Veja 12 materiais e produtos ecológicos.** Disponível em: <http://exame.abril.com.br/estilo-de-vida/vai-reformar-a-casa-veja-12-materiais-e-produtos-ecologicos/> Acesso em: 15 de Junho de 2018.

OLIVEIRA, J.S; VIEIRA, F.G.D. Produção simbólica e sustentabilidade: discutindo a lógica da salvação da sociedade pela mudança nos modos de consumo. **Caderno de Administração**, p. 35-43. (2008)

ORTEGA, S.G. Sustentabilidade na construção civil: Significados, práticas e Ideologia, **Revista Pensar,** Londrina - PR, v.2, n.1, p. 112-137, janeiro/junho. 2014

ROBERTO, Lasáro. **SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL**, Belo horizonte, jan.2009 .Disponivel em: <http://especializacaocivil.demc.ufmg.br/trabalhos/pg1/Sustentabilidade%20na%20Constru%E7%E3o%20CivilL.pdf> Acesso em: 15 Junho de 2018

MORTE E PROFISSIONAIS DE SAÚDE

DZIECINNY, Maria de Lurdes[29]
KERNISKI, Silmara Cordeiro[30]
FIUZA, Debora Rickli[31]

RESUMO: O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica em instrumentos como livros teóricos e plataforma de pesquisa como Scielo e Bireme. A representação da morte sofreu uma mudança significativa ao deixar de acontecer em casa e sim em um hospital, havendo um distanciamento entre o paciente e a família. Os profissionais de saúde sentem dificuldade em trabalhar a morte devido ao despreparo na formação acadêmica e pela falta de elaboração do próprio conteúdo. Os resultados apontam a necessidade de uma formação voltada para a compreensão da morte e do morrer com o objetivo de tornar esse momento mais humanizado.

Palavras-chave: contexto hospitalar, profissionais de saúde, morte de pacientes, humanização.

1 INTRODUÇÃO

A morte é uma certeza absoluta que todo ser humano possui e a aceitação ou negação por parte do paciente ou familiares não aceleram nem retardam esse processo, pois é inevitável. Todavia, através do acolhimento, escuta ativa, comunicação eficaz e atenção, é que se busca proporcionar conforto e compreensão acerca das demandas que a morte e o morrer traz em seu contexto.

A situação de estar diante da morte traz consequências para os profissionais de saúde, pois os coloca frente à impotência sobre a morte do outro, a própria finitude, lutos e perdas pessoais ou da equipe da qual faz parte. A morte pode ser entendida pelos profissionais de saúde por meio da expressão dos sentimentos de fracasso, impotência, tristeza e medo, o que reflete a formação acadêmica que os profissionais têm e que está diretamente ligada ao desenvolvimento de técnicas e não a humanização do atendimento.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica em instrumentos como Scielo e Bireme com o intuito de elucidar como se dá a relação dos profissionais de saúde com o tema da morte no contexto hospitalar.

[29].Graduanda, curso de Psicologia, 9º período, Faculdade Campo Real.
[30]Graduanda, curso de Psicologia, 9º período, Faculdade Campo Real.
[31]Psicóloga e professora no Centro Universitário Campo Real.

Em relação ao significado atribuído para a morte, Costa *et al* (2017), evidencia que seu caráter irreversível impede que as pessoas consigam descrevê-la, mas esse significado varia conforme a sociedade e o período de modo que a representação que existe hoje foi formulada ao longo dos tempos. A exemplo disso é válido citar que na Idade Média a morte era dada num contexto familiar no qual o moribundo ficava em contato com familiares e amigos e agia de maneira tranquila frente à própria morte, evento chamado por Ariès (2003 citado por Costa *et al*, 2017) de morte domada. Esse processo foi se modificando a partir de reformas sanitárias que previam a necessidade de afastar o doente ou moribundo do contato com as outras pessoas a fim de evitar a proliferação de enfermidades. Desse modo, a morte não mais acontecia em casa e sim em um ambiente hospitalar com o objetivo de oferecer as melhores técnicas para prolongar a vida do paciente, mas sem pensar naquilo que é primordial ao indivíduo: sua qualidade de vida. Assim sendo "isso culminou em distanciamento da morte, que passou a simbolizar fracasso terapêutico, gerando falta de empatia da equipe assistencial, afastamento do entendimento do sofrimento do paciente e a própria interdição do tema" (Costa *et al*, 2017).

Kovács (2014) ressalta que atualmente o desenvolvimento técnico na área da saúde resulta na criação de um ambiente desumano de modo que a dignidade dos indivíduos fica em segundo plano. O processo de morrer passa a acontecer com sofrimento, privando o indivíduo de dignificar sua existência em detrimento a uma técnica.

A maneira como a morte é vista, influencia diretamente nas formas de cuidado dos pacientes no hospital bem como as chances de melhora ou cura desses indivíduos. A morte passa a ser evitada e protelada com o uso de medicamentos e aparelhos em uma busca constante pela cura, tornando a morte sinônimo de frustração, de modo que se limitam as capacidades de refletir e falar sobre o assunto (Lima e Andrade, 2017).

Conforme Miorin*et al* (2018), o trabalho de alguns profissionais no ambiente hospitalar é extremamente estressante por tratar-se de atendimento direto de seres humanos, principalmente, quando em contato com o sofrimento desses pacientes ou a morte destes.

Quint Benoliel, 1972(citado por Kóvacs, 2010), percebe a função da enfermagem como sendo crucial na assistência ao paciente em relação à dispensa

de cuidados e, inclusive, a proximidade com o paciente e sua família se comparado ao médico, auxiliando em suas angústias, dúvidas, anseios e temores, principalmente, em relação à morte.

Segundo Pawlowytsch e Kovalski(2017), a morte faz parte do cotidiano dos profissionais da saúde sendo necessário que tais profissionais tenham um preparo psicológico que proporcione a elaboração de seus sentimentos como medo, tristeza, e angústia frente ao processo de morte. Esse preparo permite que os profissionais consigam exercer melhor suas funções em situações de morte facilitando a interação do paciente e da família com a equipe.

Para Ribeiro (2008, p. 109) citado por Rezende (2014), “a dificuldade do ser humano em geral (...) em lidar com a morte pode ser trabalhada e melhorada”. Assim, a atuação do psicólogo junto à equipe hospitalar pode contribuir no sentido de auxiliar as relações humanas auxiliando o paciente na elaboração de seu sofrimento por meio da compreensão, dignidade e respeito. É necessário dar espaço para que o paciente possa falar sobre si mesmo, sobre sua doença e sua morte. Isso ocorre quando o profissional aceita o paciente em sua totalidade compreendendo seu medo de morrer sem julgamentos.

Conforme acima exposto, é possível refletir a necessidade de atuações profissionais que visem à humanização no atendimento de pessoas em processo de morte, bem como propiciar suporte aos profissionais envolvidos nesse processo. É válido repensar as grades de formação dos psicólogos e profissionais da saúde com o objetivo de que estes profissionais sintam-se melhor preparados para enfrentar as dificuldades cotidianas que envolvem ambientes aversivos como o hospital e situações imprevisíveis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos profissionais de saúde permite o desenvolvimento de habilidades técnicas, mas não habilita o desenvolvimento de habilidades como a empatia, o acolhimento e o diálogo que são fundamentais para o cuidado humano frente ao processo de morte. Nesse sentido, é imprescindível a atuação de um psicólogo no ambiente hospitalar com o objetivo de amenizar o sofrimento emocional de todos os envolvidos no processo –paciente, familiares e profissionais, proporcionando qualidade de vida, aceitação da morte e consciência sobre a

continuidade da vida, bem como auxiliar na resolução de conflitos e elaboração das questões relacionadas ao luto.

Com base nesse estudo, foi possível perceber a necessidade de criar espaços de escuta em instituições de formação dos profissionais de saúde, de modo que permita uma atuação pautada na humanização do atendimento, além de propiciar suporte a equipe frente ao processo de morte. O preparo profissional pode auxiliar a minimizar a angústia dos profissionais frente a possibilidade de perda de seu paciente, seja no ambiente hospitalar ou em outra instituição. Assim, vale ressaltar a importância de informação e formação para a equipe de profissionais de saúde que possuem em seu cotidiano de trabalho o contato direto com a morte e suas demandas, visto que grande parte desses profissionais também não elaborou suas dificuldades diante da morte.

Portanto, se faz necessário a realização de mais estudos acerca da morte e do morrer buscando propiciar aos profissionais amparo teórico e prático que torne as atividades dos profissionais de saúde, em específico, na atuação hospitalar menos aversivas no contato com os pacientes e familiares.

4 REFERÊNCIAS

COSTA DT, GARCIA LF, GOLDIM JR. **Morrer e morte na perspectiva de residentes multiprofissionais em hospital universitário**. Rev. bioét. (Impr.). 2017; 25 (3): 544-53. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

KOVÁKS MJ. **A caminho da morte com dignidade no século XXI**. Rev. bioét. (Impr.). 2014; 22 (1): 94-104. São Paulo, Brasil.

_____. **Educação para a morte: temas e reflexões**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. 1ª reimp da 2. ed.

LIMA MJV, ANDRADE NM. **A atuação do profissional de saúde residente em contato com a morte e o morrer**. Saúde Soc. São Paulo, v.26, n.4, p.958-972, 2017.

MIORIN JD, CAMPONOGARA S, PINNO C, BECK CLC, COSTA V, FREITAS EO. **Prazer e sofrimento de trabalhadores de enfermagem de um pronto-socorro**. Universidade Federal de Santa Maria (UFMS), Rio Grande do Sul, Brasil, 2017.

NUNES ECDA, SOUSA JO. **Limitação do suporte de vida na terapia intensiva: percepção médica**. Rev. bioética (Impr.). 2017; 25 (3): 554-62, Vitória da conquista, Bahia, Brasil.

PAWLOWYTSCH PWM, KOVALSKI E. **O entendimento da morte para profissionai de saúde de um hospital geral de Santa Catarina**. Saúde Meio Ambient. v. 6, n. 2, p. 28-38, jul./dez. 2017

REZENDE LC, GOMES CS, MACHADO MEC. **A finitude da vida e o papel do psicólogo: perspectivas em cuidados paliativos.**Revista Psicologia e Saúde, v. 6, n. 1, jan. /jun. 2014, p. 28-36. Minas Gerais, Brasil.

FEMINICÍDIO NO BRASIL

CUNHA, Luana Morelli[32]
ROSA, Rudy Heitor[33]

RESUMO: Este estudo trata do tema Feminicídio no Brasil, a origem do termo, os enfrentamentos violentos provenientes das relações entre homem e mulher, a Lei do Feminicídio nº 13.104/2015, o artigo 121 do Código Penal Brasileiro, através de uma pesquisa bibliográficas. O vocábulo feminicídio remete diretamente o pensamento ao tema do homicídio de uma mulher. Frente à brutalidade e o caráter sexista dos crimes, os governos locais gradativamente foram dando respostas à pressão social e construindo estratégias de enfrentamento ao fenômeno. Uma delas, por meio da judicialização dos casos, que passaram a ser oficialmente reconhecidos como crime hediondo.

Palavras-chave: Feminicídio. Violência Doméstica. Direito Penal.

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1970 os movimentos de mulheres no Brasil mobilizam-se para dar visibilidade à questão da violência contra elas e pressionar os governos para que atuem no enfrentamento e na prevenção. Como resultado das denúncias e pressões dos movimentos feministas, a década seguinte foi marcada por significativos avanços em termos de ações concretas de enfrentamento do problema, com a criação de serviços específicos de atendimento às mulheres.

Nesse sentido, o movimento feminista desempenhou um papel central para essa mudança de perspectiva, na medida em que, principalmente a partir dos anos 80, passou a denunciar casos de violência contra a mulher e demonstrar sua intolerância para com o paradigma da "defesa da honra", comumente utilizado para absolver homens que cometiam violência contra as mulheres. Como resposta às demandas femininas e fruto da abertura para o diálogo com os movimentos sociais no bojo do processo de transição democrática pelo qual passava o país, foram criadas as Delegacias da Mulher, no ano de 1985, como o primeiro serviço de atendimento voltado às mulheres no país. Porém, vale ressaltar, que o surgimento de instituições públicas especializadas no atendimento das mulheres foi o resultado de um longo processo de pressão e negociações com o Estado (MACHADO, 2010).

[32] Acadêmica de Direito, segundo período de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[33] Docente e orientador. Centro Universitário Campo Real.

A reivindicação das feministas por uma intervenção estatal sobre a ordem patriarcal familiar representou um importante passo para a construção de políticas públicas e mudanças legais, Lei Maria da Penha, n. 11.340/2006, visando incrementar e destacar o rigor das punições para esse tipo de crime. Mais recente, em março de 2015 a Lei 13.104, Lei do Feminicídio, foi sancionada, com intuito de classificar o homicídio contra mulheres – em situações especificas de vulnerabilidade – como crime hediondo. Quanto a esta lei entende-se que existe feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação a condição de ser mulher, caracterizando crime por razões de ser do sexo feminino.

Tem-se uma compreensão melhor dos motivos pelos quais tais leis foram elaboradas quando nos atentamos aos dados elencados tanto por pesquisadores e peritos da área quanto pelos noticiários, que cotidianamente “jorram sangue” pelas telas da televisão.

Recentemente o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostraram que 4.473 mulheres foram vítimas de homicídio em 2017, um crescimento de 6,5% em relação a 2016, quando 4.201 mulheres foram assassinadas. Isso significa que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, taxa de 4,3 mortes para cada grupo de 100 mil pessoas do sexo feminino. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o Brasil ocupa a 7ª posição entre as nações mais violentas para mulheres de um total de 83 países. O levantamento também inclui dados sobre feminicídios e revela que foram registrados 946 casos no país ano passado, aumentando 16,5% em relação a 2016 que foram 812 feminicídios.

2 ORIGEM DO TERMO

O conceito de feminicídio foi utilizado pela primeira vez no tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, por Diana Russel em 1976, realizado em Bruxelas, para caracterizar o assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres, definindo-o como uma forma de terrorismo sexual ou genocídio de mulheres. Portanto, inicialmente o termo foi concebido como um contraponto à neutralidade do termo homicídio. Posteriormente, é redefinido como o extremo de um padrão sistemático de

violência, universal e estrutural, fundamentado no poder patriarcal das sociedades ocidentais (PASINATO, 2011)

Nos países de língua latina, passou-se a utilizar o termo “femicídio” ou “feminicídio” para designar o assassinato de mulheres por razões associadas com seu gênero. Entretanto, na América Latina, referido termo passou a ser utilizado pelos movimentos feministas com fins políticos para denunciar a violência contra as mulheres e a impunidade dos agressores. As especificações elaboradas, principalmente, por Russel e Caputti (1992) levam em considerações os aspectos misóginos e sexistas presentes neste tipo de criminalidade, como apresentado abaixo.

> Femicídio está no ponto mais extremo de um continuum de terror antifeminino que inclui uma vasta gama de abusos verbais e físicos, tais como estupro, tortura, escravidão sexual, abuso sexual infantil incestuoso e extrafamiliar, espancamento físico e emocional, assédio sexual, mutilação genital, operações ginecológicas desnecessárias, heterossexualidade forçada, esterilização forçada, maternidade forçada (ao criminalizar a contracepção e o aborto), psicocirurgia, privação de comida para mulheres em algumas culturas, cirurgias cosméticas e outras mutilações em nome do embelezamento. Onde quer que estas formas de terrorismo resultem em mortes, elas se tornam feminicídios (RUSSEL; CAPUTTI, 1992, p. 2).

Verifica-se que, embora, diversos autores abordem tanto a categoria femicídio quanto feminícidio, sem nenhuma distinção ou diferença, Lagarde (2006) tenciona apenas acrescentar o caráter de impunidade evidenciado por parte do Estado, que não criam segurança para a vida das mulheres, razão pela qual o feminicídio é um crime de Estado. Contudo, os dois termos se aproximam ao considerarem os crimes praticados contra as mulheres

2.1 TIPIFICAÇÃO DO FEMINICÍDIO

O assassinato de mulheres é habitual no regime patriarcal, no qual elas estão submetidas ao controle dos homens, quer sejam maridos, familiares ou desconhecidos. As causas destes crimes não se devem a condições patológicas dos ofensores, mas ao desejo de posse das mulheres, em muitas situações culpabilizadas por não cumprirem os papeis de gênero designados pela cultura.

As violências contra as mulheres compreendem um amplo leque de agressões de caráter físico, psicológico, sexual e patrimonial que ocorrem em um continuum que pode culminar com a morte por homicídio. O assassinato intencional de mulheres

cometido por homens é a manifestação mais grave da violência perpetrada contra a mulher e, em sociedades patriarcais, a condição feminina é o fator de risco mais importante para a violência letal, embora possa haver maior incidência em mulheres que possuem condicionantes raciais, étnicos, de classe social, ocupação ou geracionalidade (MENEGHEL; PORTELLA, 2017).

Para fazer frente aos feminicídios, é preciso realizar as ações de *nomear, visibilizar e conceituar* as mortes violentas de mulheres, o que constitui o exercício material do direito a ter direitos. Do mesmo modo, há necessidade de definir os elementos objetivos e subjetivos do tipo penal que sancione esses crimes (MUNEVAR, 2012).

Em 2016, é publicado o documento "Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres", uma adaptação do Modelo de Protocolo latino-americano para investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero. As Diretrizes visam colaborar para o aprimoramento da investigação policial, do processo judicial e do julgamento das mortes violentas de mulheres de modo a evidenciar as razões de gênero na ocorrência dessas mortes. Adotar esta perspectiva é fundamental para que o Estado consiga agir de modo mais eficiente para prevenir e punir os feminicídios (PASINATO, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante informações apresentadas, entende-se que as explicações em torno do feminícidio não se remetem apenas à psique do indivíduo, mas está atrelado diretamente ao patriarcado, ou seja, da dominação masculina. Constitui-se, portanto, um comportamento social que é "programado", muitas vezes, desde a tenra idade e que tem seu ápice na morte letal da mulher. Contudo, esse crime representa a última instância de poder perpetrada pelo homem, ao matar sua vítima. Com a elaboração da Lei do Feminicídio, o crime praticado contra as mulheres pelo fato de ser mulher, torna-se considerado uma modalidade de homicídio qualificado, sendo enquadrado enquanto crime hediondo. Isto posto, nos trouxe um amplo aspecto de análise não somente criminal, mas também de caráter político, pois enfatiza Machado (2010) que determinados homicídios resultam de um sistema no qual o poder e a masculinidade são sinônimos e impregnam um ambiente social de ódio e desprezo pelas mulheres

ou pelos atributos associados à feminilidade. Logo, foi de fundamental magnitude a criação de uma legislação no Brasil que tipificasse os casos de feminicídio, para que diante da sociedade de um modo geral, por meio das pesquisas realizadas, fossem introduzidas informações sobre a realidade vivenciada por tantas mulheres em nosso país, bem como a necessidade de uma mudança e quebra de paradigmas dominantes, se assim posso dizer.

REFERÊNCIAS

LAGARTE, Marcela y de los Rios. **Del feminicidio al feminicidio**. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/jardin/article/view/8343/8987>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em movimento**. São Paulo. Francis, 2010.

MENEGHEL, Stela Nazareth; Ana Paula Portella. **Feminicídios**: conceitos, tipos e cenários. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002903077&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MUNEVAR, Dora Inés. Delito de femicidio: Muerte violenta de mujeres por razones de género. **Revista Estudios Socio-Jurídicos.** 2011. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r28986.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PASINATO W, coordenador. **Diretrizes nacionais Feminicídio. Investigar, processar e julgar com a perspectiva de gênero. As mortes violentas de mulheres**. Brasília: ONU Mulheres, Secretaria de Política para as Mulheres, Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, 2016.

PASINATO, Wânia. Feminicidio. **Mortes de mulheres no Brasil**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645012> Acessa em: 10 ago. 2018.

Russel, Diana; Caputti, J**. Femicide**: the politics of women killing. New York: Twayne Publisher; 1992.

OS DIREITOS DO NASCITURO.

CHEVONICA, Vânia e Teixeira [34]
CUNHA, Luana e Morelli[35]
MALUFI, Juliana [36]

RESUMO: Muito se discute hoje sobre os direitos da personalidade no ordenamento jurídico brasileiro, mas indiscutivelmente o direito à vida é um direito da personalidade imprescindível, pois tem por objeto um bem jurídico tutelado de altíssimo valor, que se sobrepõe a qualquer outro e dele decorre todos os demais direitos. No presente trabalho será abordada especificamente a tutela dos direitos do nascituro e a controvertida questão do início de sua personalidade.

Palavras-chave: Direito do nascituro. Personalidade jurídica. Início da vida.

1 INTRODUÇÃO

O nascituro é o que irá nascer; em outras palavras, o feto durante a gestação: não é ele ser humano - não preenche ainda o primeiro dos requisitos necessários à existência da pessoa, isto é, o nascimento; mas desde a concepção, já é protegido.

"A personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida, mas a lei põe a salvo desde a concepção os direitos do nascituro". É o que dispõe o artigo 2º do Código Civil Brasileiro. Tal dispositivo, objeto de diversas discussões e opiniões jurídicas, em virtude de sua ambiguidade, leva-nos a uma pergunta; quando se inicia a vida? Este questionamento facilmente nos vêm à mente quando buscamos analisar os direitos do nascituro, sua personalidade e demais questões ligadas a ele, que neste trabalho procurar-se-á avaliar mediante analise bibliográfica.

2 CONCEITO

Para a perfeita definição de nascituro, é preciso antes decidir o que vem a ser pessoa natural. Aqui, merece um aparte a controvérsia que surge em torno da nomenclatura que se dá à pessoa humana enquanto ente jurídico. O ordenamento pátrio, via de regra, faz a opção pelo termo pessoa natural e não pessoa física, como se pode observar no Código Civil de 2002. Por influência do direito francês e italiano, tem-se também o termo pessoa física, sendo utilizada no Brasil para a legislação que regulamenta a tributação sobre a renda. Porém, a literatura jurídica não considera esta

[34] Acadêmica de Direito, segundo período de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[35] Acadêmica de Direito, segundo período de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[36] Docente e orientador, Centro Universitário Campo Real.

denominação precisa, já que ressalta o aspecto material do homem, ignorando suas qualidades morais e espirituais, convergindo para a expressão pessoa natural (PEREIRA,2006).

A palavra nascituro, originária do latim nasciturus, designa “o que há de nascer; o ser humano já concebido, cujo nascimento se espera como fato futuro e certo”. Maria Helena Diniz (2005) define nascituro da seguinte maneira:

> Aquele que, estando concebido, ainda não nasceu e que, na vida intra-uterina, tem personalidade jurídica formal, no que atina aos direitos da personalidade, passando a ter personalidade jurídica material, alcançando os direitos patrimoniais em estado potencial, somente com o nascimento com vida.

O nascituro tem seus direitos protegidos, pois no momento da concepção os cromossomos passam a constituir o início de uma vida, portanto, tem o direito de nascer.

A embriologia é dividida em duas partes distintas, seria o período de desenvolvimento humano entre a fertilização e o estabelecimento do corpo embrionário. A divergência para, estudiosos, no entanto surge quando há a passagem de pré-embrião para embrião. Logo após esta fase até o nascimento, tem-se o denominado período fetal, em que ocorre o crescimento e elaboração das estruturas.

A Corte Constitucional Federal da Alemanha do artigo 252 da Lei Fundamental, dispõe que: “cada um tem direito à vida”. Em aresto de 25 de fevereiro de 1975, apresentou a Corte, nos seguintes termos, a definição: “a vida, no sentido da existência histórica de um ser humano, existe segundo Cada um, no sentido do art. 2°, § 2º da Lei Fundamental deve ser entendido como “todo ser humano vivo”, em outros termos, todo indivíduo humano dotado da vida. O termo cada um engloba então os seres humanos por nascer” (PIOVESAN, 2009).

Ter o direito de nascer, significa que a mulher deve completar o ciclo de gestação do ser humano, que se inicia com a concepção e prossegue em todo o desenvolver da gravidez, até que ocorre o completo nascimento do novo ser, com vida, e venha a ser sujeito de direitos e obrigações perante a ordem jurídica (PEREITA,2006).

O direito à vida é superior aos demais direitos dos homens, e sendo de indiscutível importância, atinge o nascituro mesmo nesta condição suspensiva de direitos.

A Constituição Federal dispõe em seu art. 5º, caput: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, à inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”. Este preceito normativo está inserido no Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais) e contempla a inviolabilidade do direito à vida. Entretanto, a norma constitucional não definiu o conceito de vida, deixando esta tarefa para a ciência determinar o início da vida e assim o início da proteção constitucional (BITTAR,2001).

A discussão sobre a natureza jurídica do nascituro se dá através de várias correntes doutrinárias, as quais podem ser resumidas em três, segundo Almeida (1990): a corrente dos natalistas, da personalidade condicional e a teoria concepcionista. Há necessidade de se fazer uma análise da proteção ao nascituro no sistema legal brasileiro, discutindo a qual dessas teorias se amolda, partindo necessariamente do art. 2° do Código Civil, dispositivo legal que serve de base para justificar o início da personalidade.

Os natalistas afirmam que o nascituro tem mera expectativa de direitos, até porque, nos termos do art. 2º do CC, a conquista da personalidade civil decorre do nascimento com vida. Esta teoria de caráter conservador é defendida por Caio Mário da Silva Pereira (2005, p. 217), que relata em sua obra:

> O nascituro não é ainda uma pessoa, não é ainda um ser dotado de personalidade jurídica. [...], e não há de se falar, portanto, em reconhecimento de personalidade ao nascituro, nem de se admitir que antes do nascimento já ele é sujeito de direito.

Os doutrinadores da corrente condicionalista, adotada por Clóvis Bevilacqua, admite que os nascituros possuem direitos, porém estes estão subordinados a uma condição suspensiva consistente no nascimento com vida. Por último, pela teoria concepcionista, considerada bem mais radical e minoritária, o nascituro é titular de direitos e obrigações a partir de sua concepção, possui certos adeptos como Teixeira de Freitas e Maria Helena Diniz.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma pesquisa bibliográfica e análise das doutrinas, a personalidade jurídica é a capacidade abstrata para possuir direitos e contrair obrigações na ordem civil, sendo indissociável da pessoa humana, e se inicia com o nascimento com vida do nascituro. Dentre os direitos da personalidade elencados por Carlos Alberto Bittar, cabem apenas alguns destes ao nascituro, o direito à vida, à alimentos, à representação.

Por intermédio do presente trabalho pôde-se constatar que a vida, que é o maior bem jurídico a ser tutelado, antecede o próprio direito. Assim, considerando o nascituro como portador da vida em potencial, e, portanto, portador de dignidade, deve ser tutelado pelo ordenamento jurídico o direito de nascer. Para que seja possível a maximização da tutela do direito de nascer, a proposta do presente trabalho é que haja uma reformulação do conceito de personalidade, para que esta (personalidade) seja considerada desde o início da vida, na fecundação e não somente após o nascimento, e para tanto deve haver alteração no art. 2º do Código Civil, a fim de tutelar expressamente o nascituro desde a concepção, de forma a harmonizar referido texto legal ao ordenamento jurídico como um todo.

4 REFERÊNCIAS

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**, 5ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BRASIL. **Código Penal**. 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: teoria geral do direito civil**. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 192.

PEREIRA, Caio Mário da Silva**. Instituições de direito civil** – parte geral. 21ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 215.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 19. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.

SEMANA DA PAZ FÓRUM DESEMBARGADOR ERNANI GUARITA CARTAXO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

LOPES, Patrícia Silva[37]
DALA ROSA, Taynara Cassimiro[38]
Orientadora: Regiane Bueno Araújo[39]

RESUMO: Nesse artigo propomos expor os resultados a respeito dos conteúdos apresentados na semana da Paz, atividades estas desenvolvidas com as mulheres vítimas de violência doméstica no Fórum Desembargador Ernani Guarita Cartaxo da comarca de Guarapuava – Pr. A elaboração contou com o auxilio de uma revisão bibliográfica e métodos em pesquisa qualitativa exploratória por meio de artigos científicos, com o objetivo de apresentar os tipos de violência doméstica e os recursos oferecidos em auxilio das vítimas no enfrentamento dos diferentes contextos que se vem presenciando.

Palavras-chave: Violência doméstica, Tipos de violência, Lei Maria da Penha.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Matos e Machado (2011) A violência doméstica consiste de um enorme impacto na violação dos direitos humanos, onde caracteriza por qualquer ato ou conduta que inflige por danos psicológicos, moral, físicos, sexual e patrimonial.

O presente artigo refere-se a pesquisas realizadas a partir da temática Violência Doméstica, para realização deste estudo, foram realizadas pesquisas em artigos científicos com auxílio de conteúdos apresentados na Semana da Paz com as mulheres vítimas de violência doméstica no Fórum Desembargador Ernani Guarita Cartaxo situado na cidade de Guarapuava – Pr, na Terceira Vara Criminal.

O objetivo será apresentar os cinco tipos de violência doméstica e os recursos oferecidos para auxiliar as vítimas no enfrentamento dos diferentes contextos que se vem presenciando.

2 DESENVOLVIMENTO

De acordo com Schraiber e D'Oliveira *Apud* Growth (2016) a violência doméstica é caracterizada por atos cometidos por entes familiares, sendo

[37]Acadêmica do curso de Psicologia, 10º período A, Centro Universitário Campo Real – Guarapuava – PR.
[38]Acadêmica do curso de Psicologia, 10º período A, Centro Universitário Campo Real – Guarapuava – PR.
[39]Psicóloga, professora no Centro Universitário Campo Real. Especialista em Análise do Comportamento Humano e Terapia Analítico Comportamental, Mestranda em Criminologia Forense.[39]

companheiros ou ex companheiros que convivam ou não no mesmo ambiente. Isso ocorre no interior do domicílio ou outro ambiente que esteja sendo comum e até mesmo é comum o agressor perseguir a vítima em seu ambiente de trabalho.

Segundo o artigo 7º da Lei nº 11.340/2006 a Lei Maria da Penha, descrito em *Conselho Nacional de Justiça,* a violência contra a mulher ocorre das seguintes formas:

> I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
> II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
> III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
> IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
> V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.[40]

O encontro incluiu conversa ativa com mulheres, onde obtiveram resultados variados, o objetivo dessa atividade foi de conscientizar as convocadas, a atividade em questão inclui uma palestra sobre o tema "Violência Doméstica" que foi direcionada a mulheres que estão com seus processos abertos, as mulheres chamadas ao fórum para informar a magistrada se prosseguiriam com o processo contra seu agressor, ou se retirariam as denúncias.

[40] Disponível em: http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia

A violência doméstica representa toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família (SALIBA *et al.*, 2007 *apud* PACHECO, 2012). De acordo com Walker (1999) o Ciclo da Violência doméstica contra a mulher e propôs que este é constituído por três fases: Construção da Tensão, Tensão Máxima e Lua-de-mel.

Uma das atividades abordadas incluía um vídeo para explorar o assunto, explicando que o ato se estabelece um padrão similar de comportamento em todas as situações de abuso e observou como esses padrões de comportamento são produzidos de forma cíclica. E na maioria das vezes resulta em feminicídio, quando uma mulher é assassinada por ser mulher.

O conceito de gênero como culturalmente construído, distinto do de sexo, como naturalmente adquirido, formaram o par sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas "desnaturalizadas" sob as quais se davam, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje servem para justificar preconceitos (RODRIGUES, 2005 *apud* PACHECO, 2012).

Em Higa *et al.* (2008) *apud* Pacheco (2012), no Brasil a violência contra a mulher constitui um sério problema de Saúde Pública por ser uma das principais causas de morbidade e mortalidade feminina. Acredita-se que de que a compreensão da violência não está restrita ao campo biológico, mas também à sua dimensão social e cultural, buscou uma abordagem intersetorial e interdisciplinar com a antropologia e elementos na literatura que trouxesse maiores esclarecimentos e sustentação para a análise do material que será coletado na pesquisa.

As denominações violência doméstica e violência familiar, a Lei Maria da Penha, no seu Art. 5º, considera a violência no âmbito doméstico como aquela "compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas", e no âmbito da família, como aquela "compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são, ou se consideram, aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa". (GOMES, 2007)

> De acordo com o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência é composta por Centros de Referência que consistem em serviço de acolhimento e de articulação e encaminhamento da mulher à atendimento jurídico e demais serviços. Casas-

> Abrigo que consiste em uma moradia protegida temporária. Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) que são unidades da Polícia Civil especializada no atendimento de situações de violência contra a mulher. [...] Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) destinados a realizar ações preventivas de situação de vulnerabilidade social. Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) que consistem em serviços responsáveis pela proteção de indivíduos e famílias e indivíduos cujos direitos foram violados. Centro de Educação e Reabilitação do Agressor para atendimento, acompanhamento e reeducação de autores de violência. Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual, Polícia Civil e Militar e Instituto Médico Legal (BRASIL, 2004 *Apud* BIGLIARDI E ANTUNES, 2016 p. 273-274)

Em Gomes (2007) à indicação que ao longo dos anos, a violência nas relações interpessoais e institucionais vem ganhando atenção e mobilização por parte das políticas públicas, que têm importante papel no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, vale destacar nas falas o que contribuiu para as mulheres saírem do ciclo de violência proposto por Walker (1999), como: apoio financeiro, apoio familiar, amparo das leis e do estado e a vontade de tirar os filhos da situação de violência. Para Day (2003) a incidência de violência doméstica tem sido considerada maior em abusadores de substâncias psicoativas na maioria das sociedades e culturas e presente nos diferentes grupos econômicos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conteúdos abordados apontaram estatísticas sobre a violência direcionada as mulheres, como Gomes (2007) explica à violência direcionada à mulher, como um ato de violência de gênero que resulte em qualquer ação física, sexual ou psicológica, incluindo a ameaça.

É de suma importância enfatizar que a violência contra a mulher causa por si só enormes problemas de natureza emocional e física, no entanto cabe a sociedade ficar atenta e procurar por ajuda podendo ligar no disque denúncia 180 – Centro de atendimento à mulher ou procurar por outro profissional que possa lhe orientar.

O trabalho resultou na conscientização das mulheres convocadas ao Fórum, com o intuito de esclarecer quais seriam as formas de violência e como elas não estão sozinhas sem apoio dos familiares ou da justiça, muitas vezes pensam que serão julgadas e criticadas por manter o relacionamento com o agressor, o intuito fora de mostrar que depende delas sair do ciclo, se empoderar e manter com a denúncia.

4 REFERÊNCIAS

Analysis of the cycle of domestic violence against women.*J. Hum. Growth Dev.* [online]. 2016, vol.26, n.2, pp. 139-146. ISSN 2175-3598. http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.119238.

BIGLIARDI, Adriana Maria; ANTUNES, Maria Cristina e WANDERBROOCKE, Ana Claudia N. S.O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária. *Bol. - Acad. Paul. Psicol.* [online]. 2016, vol.36, n.91, pp. 262-285. ISSN 1415-711X.

Conselho Nacional de Justiça: **Formas de violência contra a mulher**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia> Acesso em: 28 de Ago. 2018.

DAY, Vivian Peres et al . **Violência doméstica e suas diferentes manifestações.** Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul, Porto Alegre , v. 25, supl. 1, p. 9-21, Apr. 2003 . Acesso em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de agosto de 2018.

GOMES, Nadielene Pereira et al . **Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração.** Acta paul. enferm., São Paulo , v. 20, n. 4, p. 504-508, Dec. 2007 . Acesso em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de agosto de 2018.

MATOS, Marlene; MACHADO, Andreia. **Violência Doméstica**: Intervenção em grupo com mulheres vítimas Manual para profissional. Coleção violência de gênero. Porto: CIG, 2011.

O ciclo da violência de Lenore Walker, A MENTE É MARAVILHOSA, 2018. Disponível em: < https://amenteemaravilhosa.com.br/ciclo-da-violencia-lenore-walker/> Acesso em 29 de agosto de 2018.

PACHECO Leonora R. MEDEIROS Marcelo. COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: SIGNIFICADOS SEGUNDO MULHERES VÍTIMAS DE AGRESSÃO. 2012. Disponível em: < http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/mestrado/trabalhos-mestrado/mestrado-leonora-rezende.pdf > Acesso em: 29 de agosto de 2018.

CRIMINAL PROFILING – UMA TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO EM AUXILIO AO PSICOLOGO FORENSE

LOPES, Patrícia Silva[41]
ARAUJO, Regiane Bueno[42]

RESUMO: A psicologia jurídica possui suas ramificações, entre elas esta a atuação na parte forense, que se designa á auxiliar o sistema legal, tendo como ferramenta técnicas e formas na resolução de suas atividades, o trabalho a seguir teve como base uma pesquisa bibliográfica, referindo-se à técnica de Criminal Profiling, que surgiu em meados de 1960 e vem sendo de imprescindível para orientar e redirecionar investigações que possam ter chegado a um impasse.

Palavras-chave: Psicologia Forense, Psicologia Jurídica, Criminal Profiling.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir refere-se ao método de Criminal Profiling, uma ferramenta que vem sendo empregada em amparo à Psicologia Forense e as suas respectivas técnicas de atuação e consiste em ser utilizada juntamente ao Sistema de Justiça.

Com o propósito de auxiliar na avaliação forense, pois o diagnóstico se torna a chave para esse amparo, assim como em Correia *et al.* (2007) *apud* Montet, (2002) e Toutin (2002) afirmam que o profiling aplica-se a toda e qualquer área que seja considerada casos de crimes extremos, ou seja, crimes violentos podendo ser em serie ou não, múltiplos ou únicos, sem mobiles aparentes ou evidentes e não lucidados, sendo necessário agir com concentração, seriedade e foco, pois é de extrema importância não converter o método de avaliação forense em um contexto terapêutico, já que a conduta humana é variável de acordo com os padrões e regras sociais de comportamento adquirido e manifestado por um sujeito.

Assim, o Criminal Profiling se tornou uma técnica de grande subsídio, pois avalia e auxilia na resolução dos casos, esclarecendo de forma breve como a mesma se tornou fundamental em auxilio e em quais áreas a pratica se torna fundamental.
Em Lago *et al.* 2009 Cabe ressaltar que o psicólogo, ao concluir o processo da avaliação e os procedimentos, pode recomendar soluções para os conflitos presentados, mas jamais determinar as medidas jurídicas que deverão ser tomadas.

2 DESENVOLVIMENTO

[41] Acadêmica de Psicologia 10º Período do Centro Universitário Campo Real.
[42] Psicóloga, professora na Campo Real. Especialista em Análise do Comportamento Humano e Terapia Analítico Comportamental, Mestranda em Criminologia Forense

Segundo França (2004), a Psicologia Jurídica é uma área de especialidade da Psicologia e, por essa razão, o estudo desenvolvido nesse campo deve possuir uma perspectiva psicológica que resultará num conhecimento específico. A Psicologia é uma ciência que possui dentre suas técnicas de atuação a realização de testes, exames e avaliações, buscando assim resoluções por meio de diagnóstico, em meio às partes em que o profissional pode atuar encontra-se a pratica Jurídica que teve sua inserção em meados da década de 1960, tendo por características à atuação em temas ligados as técnicas no judiciário mediante ações de nível jurídico em que o individuo esteja envolvido.

Em Toni & Aton *apud.* Freitas (2013), o termo Psicologia Forense envolve as atividades periciais, tais como perfil psicológico de provável criminoso, avaliação de testemunho e credibilidade, constatação de danos psíquicos, entre outros.

Historicamente falando, em Woodworth e Porter (1999) a registros documentados do perfil feito por *Malleus Maleficarum* do final dos anos 1400 escrito por empreiteiros para a Igreja Católica. Anos depois, mas precisamente no século XIX surgiram outras teorias assim, conforme Freitas (2013) *apud* Urra (1993), compreendendo a intervenção e o assessoramento nos comportamentos humanos – e o estudo sobre estes – que têm lugar em ambientes diretamente ligados ao âmbito legal, a Psicologia jurídica engloba a Psicologia forense e a Psicologia criminológica, com base nas teorias de Gall, o criminologista italiano César Lombroso (1876) escreveu The Criminal Man, no qual ele produziu uma tipologia de criminosos com base na raça, idade, sexo, características físicas (por exemplo, testa forma), educação e região geográfica.

Assim, o objetivo de Lombroso seria determinar as origens e motivações do comportamento criminoso, concluindo que todos os criminosos poderiam ser divididos em três categorias: nascido, insano ou criminalóide. Entretanto anos a frente a teoria de Lombroso cairá por terra, mas ainda assim haviam mais pesquisas com relação às características em comum entre os infratores, sendo assim o perfilamento "*de criminosos é o método pelo qual não somente aumenta-se o entendimento sobre a mentalidade criminal, como também o entendimento do crime em si*" (HAMADA e AMARAL, 2007).

Em termos mais compreensíveis é a associação de diversas disciplinas abordadas pela criminologia que segundo Hamada e Amaral (2007) *apud* Edwin

H.Sutherland definiu como sendo o "*conjunto de conhecimentos que estudam o fenômeno e as causas da criminalidade, a personalidade do delinquente, sua conduta delituosa e a maneira de ressocializá-lo*", a fim de traçar um perfil criminoso.

De acordo com Correia (2007) o profiling seria um instrumento complementar de investigação que mesmo sendo pouco conhecido não se deve impor a outros meios de investigação, embora se deva ter consciência da sua existência e recorrer a ele como um meio para atingir resultados.

Segundo Freitas (2013) *apud* López (1945), o conceito recorrente em toda a prática da Psicologia forense é "veracidade", ou seja, a potencialidade ou a escusa em se relatar a versão mais fiel possível relativamente aos fatos acontecidos.

No Brasil, muitas vezes, o termo jurídica e forense são utilizados como um só conceito, esse engano pode ocorrer devido à Resolução Nº 14/00 de 20 de dezembro de 2000, supracitada, ter reconhecido apenas a especialidade de Psicologia Jurídica, como um todo. (ANTON e TONÍ 2014, pg. 191).

E em Freitas (2013) diz que o termo Psicologia Forense envolve as atividades periciais, tais como perfil psicológico de provável criminoso, avaliação de testemunho e credibilidade, constatação de danos psíquicos, entre outros.

Entre as diversas técnicas utilizadas por profissionais para resolução de casos, está o Criminal Profiling que segundo Medeiros (2018) é uma esfera do conhecimento que atua prioritariamente na área investigativa e a profissão de profiler. Ao explicar o intuito da técnica pode-se concluir que ha um padrão nos crimes, podendo ser aplicado a cenas de crimes que possa ser relacionados à psicopatologia, como assaltos sádicos, estupros ou assassinatos satânicos e cortados. No entanto, tem havido casos de uso em incêndios criminosos, telefonemas obscenos e assaltos a banco.

De acordo com Correia *et al.* (2007) *apud* Kocsis (2006) essa atuação é definida como uma técnica forense, em que as características prováveis de um agressor criminoso ou criminosos, baseadas em analises dos comportamentos exibidos no cometimento de um crime, através da análise sistemática de um crime individual ou de uma série de crimes relacionados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, os referenciais para conclusão desse trabalho se tornaram de extrema importância para que se pudessem descobrir áreas e técnicas relacionadas à Psicologia Jurídica, acrescentando no aprendizado e no conteúdo adquirido, percebendo o quão necessário é entender que o *profiling*, as etapas que foram necessárias para que esse conjunto de analise e tornasse instrumento.

Ao contrário de que a mídia expõe nas series e longa metragens com temática investigativa, os perfis criminais por si só não resolvem crimes, mas sim como mencionado no inicio desse trabalho a mesma tende a ser apenas uma ferramenta forense de muitas que devem ser utilizadas na investigação de um crime, não obstante é fundamental ter-se consciência da sua existência e recorrer a ele como um meio para atingir resultados.

Entretanto a utilidade da mesma aos poucos vem sendo devidamente reconhecida entre os profissionais, que com o uso desse método tende a sanar os possíveis obstáculos podendo assim desintrincar casos de forma mais sucinta, já que o *profiling* é um instrumento viável e fascinante que por sua vez tem a necessidade de ser utilizado dentro de limites, já que é um procedimento utilizado enquanto instrumento complementar de investigação criminal, não se impondo nos meios de investigação.

4. REFERÊNCIAS:

ANTON J. TONI Caroline. **A PSICOLOGIA FORENSE E A IDENTIFICAÇÃO DE INDIVÍDUOS PSICOPATAS**. Vol.16 – Número 24 – Jul./Dez 2014 – pp.(189-207). Disponível em: < http://e-revista.unioeste.br/index. php/fazciencia/article/viewFile/11403/9724 > Acesso em: 18 de maio de 2018.

CANTER D. **OFFENDER PROFILING AND CRIMINAL DIFFERENTIATION.** Accepted for Publication in Journal of Criminal and Legal Psychology; Feb.2000. Tradução da autora. Disponível em: < https://pdfs.semanticscholar.org/3957/a1380f774d559514bafdfd7bd60ffb3c2c81.pdf > Acesso em: 19 de maio de 2018.

CORREIA E, LUCAS. S, LAMIA A. **PROFILING: UMA TÉCNICA AUXILIAR DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.** Análise Psicológica (2007). Lisboa, vol. 25, nº. 4, pág. 595-601,out.2007.Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312007000400005&lng=pt&nrm=iso>.pdf. Acesso em: 24 de agosto de 2017.

CROSSMAN, Ashley. **EXPLICAÇÕES SOCIOLÓGICAS DO COMPORTAMENTO DESVIANTE**. ThoughtCo, 13 jan. 2018.Disponível em: <http://www.

thoughtco.com/sociological-explanations-of-deviant-behavior-3026269.> Acesso em 27 de março de 2018.

FREITAS M.A. **PSICOLOGIA FORENSE E PSICOLOGIA JURÍDICA: APROXIMAÇÕES E DISTINÇÕES**. Centro de Gestão Empreendedora - FEAD. (pág. 23). pdf.

HAMADA Fernando M., AMARAL José H. **VITIMOLOGIA: CONCEITUAÇÃO E NOVOS CAMINHOS**. Vol. 4 (2008). Disponível em: < http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1640/1563 > Acesso em: 18 de maio de 2018.

KOCSIS. R.N. **CRIMINAL PROFILING: INTERNATIONAL THEORY, RESEARCH, AND PRACTICE**. Edt. pringer Science & Business Media, 2007. pg. 423.

LEAL L.M, **PSICOLOGIA JURÍDICA**: **HISTÓRIA, RAMIFICAÇÕES E ÁREAS DE ATUAÇÃO.** Diversa: Ano I - nº 2 : pp. 171-185 : jul./dez. 2008. pdf

MACEDO, G. de. **CRIMINOLOGIA. 2**. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1977.

MENDES B.S.A - **PROFILING CRIMINAL: TÉCNICA AUXILIAR DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.** Instituto de ciência biomédicas Abel Salazar. (pág. 67).Tese Criminal Profille.pdf

MEDEIROS V. **INVESTIGAÇÃO PARTICULAR PROFILES.** Disponível em <https://canalcienciascriminais.com.br/investigacao-particular-profiler/> Acesso em: 01 de abril de 2018.

LAGO, Vivian de Medeiros et al . **UM BREVE HISTÓRICO DA PSICOLOGIA JURÍDICA NO BRASIL E SEUS CAMPOS DE ATUAÇÃO.** Estud. psicol. (Campinas), Campinas , v. 26, n. 4, p. 483-491, Dez. 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

RODRIGUES M. **PERFIS CRIMINAIS: VALIDADE DE UMA TÉCNICA FORENSE.** 2010. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/45614/2/Dissertao%20de%20Mestrado%20em%20Medicina%20Legal%20%20PERFIS%20CRIMINAIS.pdf> Acesso em: 18 de maio de 2018.

SIMAS Tânia K, MIELE Tânia M; **ENTENDA O PROFILING CRIMINAL E O PAPEL DO PROFILER**. 2015. Disponível em < http://justificando.cartacapital.com.br/2015/10/15/entenda-o-profiling-criminal-e-o-papel-do-profiler/> Acesso em 18 de maio de 2018.

WOODWORTH M. ,PORTER S. **HISTORICAL FOUNDATIONS AND CURRENT APPLICATIONS OF CRIMINAL PROFILING IN VIOLENT CRIME INVESTIGATIONS.** Expert Evidence 7: 241–264, 1999. ED.Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands.Tradução da autora. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/8f35/893dca7875e5021e3866c513a2bb7506c43f.pdf > Acesso em: 18 de maio de 2018.

CRIMINOLOGIA X DIREITO PENAL

DIAS, Amanda Thais[43]
ARGENTON, Leticia Aparecida[44]
ROSAS, Rudy Heitor [45]

RESUMO: Este estudo é de cunho bibliográfico e tem por finalidade discutir as diferenças bem como as semelhanças entre o Direito Penal Brasileiro e a Criminologia incluindo as consequências dessas duas ciências perante a sociedade. Dessa maneira, para a realização deste estudo selecionamos como material de investigação as obras de autores como Sergio Salomão Shecaira, Lélio Braga Calhau, entre outros. A partir desse estudo pudemos conhecer o quanto são diferentes e como cada uma trata a criminalidade de maneira totalmente distinta dentro de um âmbito social específico.

Palavras-chave: Direito Penal. Sociedade.Criminologia.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é desenvolver um trabalho de âmbito jurídico voltado ao Direito Penal Brasileiro e a Criminologia, ambas as ciências apresentam características que podem ser confundidas, nesse estudo tratamos de apresentar características de ambas enfatizando o ponto de vista de cada uma perante o crime e o criminoso.

Vale ressaltar de maneira clara e sucinta que a ‘’Criminologia é uma ciência que tem como objeto específico o homem criminoso e a criminalidade enquanto o Direito Penal é um conjunto de normas jurídicas’’ (WALDEMAR, 2012) e enquanto conjunto de normas quem aplica essas normas está preocupado com que elas façam efeito que sejam aplicadas de forma justa, porém não está preocupado com o que irá acontecer depois de aplicadas essas normas, nem ao menos o que antecedeu o crime ao qual as normas foram aplicadas.

Temos diferentes interpretações de criminologia Shecaira, por exemplo, visto como precursor da criminologia escreve:

> Nome genérico designado a um grupo de temas estreitamente ligados: o estudo e a explicação da infração legal; os meios formais e informais de que a sociedade se utiliza para lidar com o crime e com os atos desviantes; a natureza das posturas com que as vítimas desses crimes serão atendidas

[43] Acadêmico, Direito, 2° período, Centro Universitário Campo Real.
[44] Acadêmico, Direito, 2° período, Centro Universitário Campo Real.
[45] Professor de Criminologia, Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real

> pela sociedade; e por derradeiro, o enfoque sobre o autor desses fatos desviantes. (SHECAIRA, 2011, p.43)

Ou seja, a criminologia está preocupada com o antes, durante e depois do crime, os fatores que levaram o criminoso a cometer o ato desviante, como ele cometeu, porque cometeu e o que vai acontecer depois disso.

Para Ernst Seelig citado por Shecaira (2011, p.44) “criminologia é como o nome indica a ciência do crime”. Mas a ciência do Direito Penal trata igualmente do crime e, todavia, estas suas ciências são diferentes não só no objeto como também no método. ’’

Sendo elas diferentes no objeto e método é evidente que não são a mesma coisa e se não são a mesma coisa quais os pontos de diferença? E se caminham juntas, quais os pontos de semelhança? Será que uma precisa da outra? É desses pontos que vamos tratar daqui por diante.

2 DESENVOLVIMENTO

Para melhor podermos diferenciar as ciências vamos nos deter a explicar o que é direito penal segundo Luiz Flávio Gomes citado por Lélio Braga Calhau:

> Do ponto de vista social (dinâmico), o direito penal é um dos instrumentos de controle social formal por meio do qual o Estado, mediante determinado sistema normativo (as leis penais), castiga com sanções de particular gravidade (penas ou medidas de segurança e outras conseqüências afins) as condutas desviantes ofensivas e bens jurídicos e nocivos para a convivência humana. (CALHAU, 2013, p.01).

Definido direito penal e criminologia podem perceber logo de inicio que o Direito Penal está focado somente em aplicar as normas e julgar se o criminoso é culpado ou não, ele não da um diagnóstico do fenômeno criminal como a criminologia, esta tem como principal objetivo a prevenção do delito, partindo do ponto de vista que este seria um problema que deve ser prevenido, não tenta combater o crime, mas sim controlar a criminalidade. Sua função é explicar e prevenir o crime, intervir na pessoa do infrator e avaliar os diferentes modelos de resposta ao crime.

O Direito Penal sempre esteve preocupado somente em punir os indivíduos que cometiam os crimes contra a sociedade, não interessa ao Direito penal porque o individuo cometeu, mas sim que houve regras quebradas que devem ser punidas com isso surge então as penas que viriam com intuito de fazer o individuo ‘’penar’’. Nas

sociedades mais antigas, as penas eram rigorosas ao extremo, visto que o modo ‘’mais justo’’ de punir era por meio das torturas. Atualmente a pena mais recorrente é o cárcere privado, o qual busca retirar o individuo da sociedade com intuito de privá-lo de liberdade e faze-lo repensar suas condutas. Segundo Vicente Amêndola Neto:

> A prisão é uma pena que, por necessidade, deve, diferentemente de qualquer outra, ser precedida da declaração do delito, porém esse caráter distinto não lhe tira um outro, essencial, a saber, que somente a lei possa determinar os casos em que o homem é merecedor da punição. A lei, pois, indicará os indícios de um delito, que sujeitem o réu a um exame e a uma pena (1997, p. 29).

Dessa forma, podemos relacionar o pensamento de Amêndola com o de Beccaria, esses autores muito antes já enfatizavam o Direito Penal e conseguiam observar suas falhas, o que quer dizer que a pena deve ser proporcional ao delito e não se pode deixar de lado as características do mesmo, as quais a criminologia busca descobrir.

Tanto o Direito Penal como Criminologia possuem um método, o Direito Penal possui método lógico enquanto a Criminologia possui um método empírico indutivo, busca-se a análise através da observação, conhecer o processo, utilizando-se da indução para depois estabelecer as suas regras. Já o Direito Penal usa do método lógico e dedutivo, baseado em normas e regras, limitando-se interessadamente a realidade criminal, ou seja, o crime enquanto fato descrito na norma legal. Já para criminologia o crime deve ser encarado como um fenômeno comunitário e como um problema social.

Para melhor compreendermos, tudo o exposto acima suponha que um menino pobre, negro, que só possui como família, a mãe e mais 05 irmãos menores. Esse menino mora na favela, passa fome, sofre, mas mesmo assim frequenta a escola apesar de todas as dificuldades. Certo dia na comunidade vem um ‘’amigo do amigo’’ e lhe oferece R$ 100,00 apenas para ele entregar umas coisas para certas pessoas. O menino sem ter o que comer em casa vê ai então a oportunidade de poder comer carne no almoço, de comprar um chocolate para o irmão mais novo, e vai. Depois ele vai de novo e de novo. Esta ganhando muito dinheiro suficiente pra sustentar a família, porém de maneira ilegal, é o que chamamos de aviãozinho (pessoa que leva tóxicos para um comprador e volta com o dinheiro para o traficante dono da droga).

O tempo o faz abandonar a escola pra poder fazer mais entregas e ganhar mais dinheiro, pra sustentar a mãe e os 05 irmãos. Acaba de completar 18 anos e foi pego, a polícia o prende. E agora? O direito penal vai aplicar a norma sobre esse individuo que agora não é mais um menino, já pode responder por seus atos, aplicam-se as normas, é condenado e posto em uma penitenciária. O Direito Penal fez sua parte. E aqui entra a Criminologia, está preocupado com o porquê dos fatos, o que levou o menino a traficar?A fome, a vontade dar um futuro melhor para os irmãos?E depois que esse indivíduo sair da cadeia?Como vai ser?Ele vai ter emprego? É com isso que ela se preocupa se existe uma maneira de prevenir esses delitos. Para o Direito Penal o que importa é que ele fez errado e deve pagar por seus atos, a criminologia vai além.

Devem-se levar em consideração vários aspectos e dentro da Criminologia existem teorias para isso, a da associação diferencial, por exemplo, prevê que ninguém nasce criminoso, mas a sua delinqüência é o resultado de socialização incorreta, há, no entanto um processo de aprendizagem que conduz os indivíduos a pratica dos atos socialmente reprováveis. Se ninguém nasce criminoso é preciso investimento social para que os indivíduos não se tornem criminosos.

A nova Criminologia leva também uma rigorosa crítica ao Sistema Penal, afirmando que este vê apenas a realidade criminal, ou seja, o fato como está descrito na norma, julgando apenas o efeito do crime a criminologia acredita que deve se prevenir as causas ao invés de apenas julgar, pois a prevenção seria a única maneira de não formar novos criminosos, se nada for feito a criminalidade vai continuar existindo e de uma maneira cada vez maior.

Como já citado anteriormente o objeto do Direito Penal se distingue do Objeto da Criminologia pelo fato de levar em consideração único e somente o ordenamento jurídico-penal positivo, tendo como finalidade permitir uma aplicação equitativa e justa da lei penal, somente até a aplicação da lei cabe ao Direito Penal, isso significa que o mesmo não questiona as normas, mas sim as acata como objeto de conhecimento é o que denominamos dogma. Para Nilo Batista em seu livro “Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro”, faz-se necessário uma dogmática aberta, atenta a realidade e a seus efeitos sociais concretos, onde a renovação e criação devem ser constantes, sem, contudo, perder de vista sua dimensão histórica e crítica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então que apesar das diferenças em seus meios de atuação, tanto a Criminologia quanto o Direito Penal têm grande importância na sociedade, trabalham sozinhos, mas, no caso prático os efeitos de seus procedimentos se relacionam. São um conjunto de ações os quais tem como objetivo prevenir os delitos, por meio de políticas públicas, se estes vierem a acontecer coloca-se o ordenamento jurídico em prática encargo do Direito penal, e então a Criminologia vem envolvida com o caso antes mesmo da infração acontecer. Analisando a realidade em que o infrator vivia, o que o levou a cometer os atos, e trabalhar para que quando acabe a detenção este seja um indivíduo comum na sociedade, sem ser rotulado como criminoso e tenha uma boa ressocialização.

4 REFERÊNCIAS

BATISTA, Nilo. **Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro**. 12.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. Trad. Torrieri Guimarães. 3. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2000.

CALHAU, Lélio Braga. **Resumo de Criminologia**. 8.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

JUSBRASIL. **Método Indutivo, Dedutivo e Analógico.** 2014.Disponível em:<https://rafaellalexandree.jusbrasil.com.br/noticias/149209798/metodo-indutivo-dedutivo-analogico >. Acesso em: 17 ago. 2018.

JÚNIOR, Waldemar. **Criminologia x Direito Penal.** 2012. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAe1ksAH/criminologia-x-direito-penal> . Acesso em: 29 ago. 2018.

NETO, Vicente Amêndola. **História e Evolução do Direito Penal no Brasil.** 1. Ed. São Paulo: Julex, 1997.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 3.ed. Revista dos Tribunais, 2011.

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE EUGENIA

KREDENSER, Yasmim[46]
BONAPAZ, Rubia[2]

RESUMO: O presente trabalho tem o intuito de esclarecer o conceito de eugenia, primeiramente citado por Francis Galton, analisando a trajetória da ideologia. Ainda faz alusão aos avanços na engenharia genética e em como o discurso eugênico está presente mesmo sem ser percebido. Para realização desse trabalho foi utilizada a coleta de dados através de pesquisa bibliográfica. Com isso pode-se inferir como questões éticas e culturais influenciam no posicionamento sobre o tema, indicando que é muito improvável chegar a um consenso sobre o assunto.

Palavras-chave: Eugenia. Melhoramento genético. Diagnóstico Genético Pré-Implantacional

1 INTRODUÇÃO

Uma das maiores contribuições da ciência está relacionada ao melhoramento genético. As implicações éticas a respeito desse assunto esbarram no conceito da eugenia. Esse termo foi primeiramente definido por Francis Galton, no final do século XIX, como uma ciência que forneceria bases teóricas para compreender mecanismos de transmissão dos caracteres entre gerações e contribuir para o melhoramento da população como um todo (DEL CONT, 2008).

De acordo com Habermas (2004, p. 109 apud Guimarães et al, 2010, p. 467) existe uma distinção entre “eugenia negativa” e “eugenia positiva”. A primeira se refere à eliminação de características ou defeitos que possam causar sofrimento às pessoas. Já a “eugenia positiva” está relacionada com o melhoramento de características individuais, como aparência ou aptidão física.

Galton acreditava que não somente características físicas, mas também comportamentais, habilidades intelectuais, poéticas e artísticas seriam transmitidas hereditariamente e não eram influenciadas pelo ambiente e convívio (DEL CONT, 2008). Por exemplo, se uma pessoa é preguiçosa ou alcoólatra, esses traços já estariam presentes em seu gene. Dessa forma, sugere que o progresso estaria relacionado a proliferação de indivíduos com características aceitáveis:

[46]Graduanda em Biomedicina, 2º período, Centro Universitário Campo Real.
[2]Ms, Professora do curso de Biomedicina do Centro Universitário Campo Real.

> As forças cegas da seleção natural, como agente propulsor do progresso, devem ser substituídas por uma seleção consciente e os homens devem usar todos os conhecimentos adquiridos pelo estudo e processo da evolução nos tempos passados, a fim de promover o progresso físico e moral no futuro. (GALTON, 1865, p. 161).

Muito antes do termo eugenia ser definido, a prática de dar preferência aos indivíduos mais qualificados já estava presente na cidade grega de Esparta. Para esse povo, a escolha de crianças com melhores características físicas e mentais era um dogma. Os recém-nascidos eram examinados e se apresentassem qualquer deficiência ou aparentassem ser fracos, eram jogados num abismo (LOPES, 2005).

A eugenia motivou diversas formas de discriminação social e movimentos ideológicos no mundo (SCHNEIDER et al, 2017). Um dos exemplos foi o discurso eugênico utilizado por Adolf Hitler na Segunda Guerra Mundial (PEDROSA, s/a). Hitler tinha o propósito de “purificar” a sociedade, eliminando qualquer indivíduo que não fosse da raça ariana ou que possuísse alguma deficiência tanto física quanto mental (TEIXEIRA, 2017).

Sendo o assunto de grande relevância para a ciência o objetivo desse trabalho é esclarecer o conceito de eugenia, primeiramente citado por Francis Galton, analisando a trajetória da ideologia. Ainda faz alusão aos avanços na engenharia genética e em como o discurso eugênico está presente mesmo sem ser percebido.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E METODOS

O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica através de sites de pesquisa científica e artigos de revistas, um do ano de 2005, um de 2008, um de 2010, dois do ano de 2012 e dois de 2017.

2.2 DISCUSSÃO

Atualmente, com os avanços nos estudos sobre engenharia genética, a eugenia volta a discussão. Em 2010, a revista Superinteressante publicou um artigo intitulado "Como fazer super bebês". Esse artigo descrevia um processo já em uso, o Diagnóstico Genético Pré-Implantacional, no qual é possível fazer a escolha de embriões com características desejáveis. No caso citado na revista, foi escolhido um

embrião sem o gene responsável pelo câncer de mama. Ainda no artigo, eram citadas possibilidades de escolher características físicas e habilidades do bebê (COSTA, 2012).

Além do já citado Diagnóstico Genético Pré-Implantacional, existem outros métodos de diagnóstico pré-natal, como a amniocentese, a cordocentese e a retiradade amostras de células das vilosidades coriônicas. A amniocentese e a cordocentese são métodos muito parecidos. Porém, enquanto a primeira consiste na coleta e análise de células fetais presentes no líquido amniótico, a cordocentese baseia-se na retirada uma amostra de sangue do bebê a partir do cordão umbilical. Ambas as técnicas são invasivas e são utilizadas para diagnosticar anomalias genéticas, infeções fetais e avaliar a maturidade pulmonar fetal (PINHEIRO, 2014; SEDICIAS, s/a)

Entretanto, a técnica mais recente desenvolvida é chamada de karyomapping. Esse método é capaz de detectar doenças monogênicas ou outros distúrbios genéticos por meio de um mapeamento genético. Uma das vantagens da técnica é sua rapidez, enquanto outros processos já descritos demoram meses para conseguir resultados, o karyomapping leva aproximadamente uma semana (COSTA, 2012).

Todas essas técnicas passam a imagem de que a escolha de embriões é algo benigno e até mesmo desejável. Porém, existe uma grande diferença entre escolher embriões livres de doenças genéticas e escolher embriões com determinada característica física ou sexo desejado. Esse tema é controverso porque ao mesmo tempo que embriões aceitáveis são escolhidos, os "defeituosos" são descartados ou doados para estudo (SCHNEIDER *et al*; 2017).

O geneticista Jeffrey Steinberg (2009), diretor do Instituto de Fertilidade de Los Angeles, havia começado um programa no qual era possível escolher, além do sexo do bebê, características estéticas. Entretanto, devido às críticas ao programa, Steinberg cancelou o projeto afirmando que a tecnologia estava se tornando muito avançada para a capacidade dos seres humanos a controlarem.

Em alguns países ainda se preza o nascimento de meninos, como na China e na Índia. Assim, técnicas de Diagnóstico Genético Pré-Implantacional poderiam ser utilizadas para o favorecer o nascimento de homens. Além disso, existem os concepcionistas, aqueles que consideram que a vida humana começa na

concepção. Esses indivíduos acreditam que o embrião humano possui status moral igual ao de seres humanos adultos e por isso não deve ser estudado e modificado (FRIAS, 2012).

Nesse sentido, fica o questionamento de até que ponto a escolha de embriões sem um gene indesejado é aceitável e como não fazer disso uma prática da eugenia. Esse ponto esbarra ainda em questões éticas e culturais de cada indivíduo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, os avanços nos estudos sobre genética e sua aplicação na escolha de embriões geram polêmica. Ao mesmo tempo que as técnicas de Diagnóstico Pré-Implantacional garantem que a chance do indivíduo possuir uma doença genética seja muito pequena ou nula, questões como ética e cultura influenciam no posicionamento das pessoas.

Devido a todos esses empecilhos, é improvável chegar a um consenso sobre o que é certo ou errado. É necessário ampliar tanto os estudos na área quanto debates sobre o tema, relacionando também a questão envolvendo eugenia.

4 REFERÊNCIAS

COSTA, Camilla; GARATTONI, Bruno. Como fazer super bebês. **Superinteressante**, Rio de Janeiro, p.1-2, 2012.

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2008. Abril/jun.

FRIAS, Lincoln Thadeu Gouvêa de. A Moralidade Do Descarte E Da Seleção De Embriões. **Educação e Filosofia Uberlândia**, Uberlândia, v. 6, n. 51, p.207-230, 2012. Jan/jun.

GUIMARÃES, Márcio Andrei; CARVALHO, Washington Luiz Pacheco de; OLIVEIRA, Mônica Santos. Raciocínio moral na tomada de decisões em relação a questões sociocientíficas: o exemplo do melhoramento genético humano. **Ciência & Educação**, Itabaiana, v. 16, n. 2, p.465-477, 2010.

LOPES, Reinaldo José. Governador de SC louva eugenia em artigo. **Folha de S.paulo.** São Paulo, p. 1-3. 03 set. 2005.

PEDROSA, Paulo Sérgio Rodrigues. **Eugenia:** o pesadelo genético do século XX. Parte III: a ciência nazista. Disponível em:

<http://www.montfort.org.br/bra/veritas/ciencia/eugenia_ciencia_nazista/>. Acesso em: 06 jun. 2018.

PINHEIRO, Pedro. Amniocentese – Exame Do Líquido Amniótico. **MD Saúde.** Disponível em <https://www.mdsaude.com/2014/07/amniocentese.html> Acesso em 22 ago. 2018.

SCHNEIDER, Eduarda Maria; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida; SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. Reflexões de um grupo de professores acerca do melhoramento genético humano a partir de discussões de textos de divulgação científica. **Ensaio**, Belo Horizonte, v. 19, p.1-22, 2017.

SEDICIAS, Sheila. Para que serve a Cordocentese. **Tua Saúde.** Disponível em <https://www.tuasaude.com/cordocentese/> Acesso em 22 ago. 2018.

TEIXEIRA, Izabel Mello; SILVA, Edson Pereira. História da eugenia e ensino de genética. **História da Ciência e Ensino**, São Paulo, v. 15, p.63-80, 2017. Semestral.

HOSPITALIZAÇÃO DE ADOLESCENTE

BOSSONI, Mariane Martire[47]
FREIRE, Bruna Ribeiro[48]
FIUZA, Debora Rickli[49]

RESUMO: O presente trabalho buscou refletir sobre a hospitalização na adolescência por meio da conciliação entre referências bibliográficas e a vivência de uma adolescente, a partir de uma entrevista, abordando as necessidades sentidas diante da hospitalização, bem como as condições relacionadas ao paciente, a doença e o enfrentamento. Posteriormente, foi realizada uma análise diante do discurso aprestando pela entrevistada, a qual conseguiu enfrentar positivamente o processo de hospitalização mesmo com as dificuldades encontradas relacionadas à adolescência e ao procedimento cirúrgico que vivenciou.

Palavras-chave: Dificuldades. Adolescência. Psicologia Hospitalar.

1 INTRODUÇÃO

A hospitalização é um processo que todo ser humano poderá passar durante algum período de sua vida, mobilizando diferentes emoções ao sujeito, que exigem recursos de elaboração diante dos motivos que o levaram ao internamento. Além de ser um processo que pode estar presente e abranger desde o nascimento do ser humano até a sua morte. Dessa forma, a hospitalização pode vir a ser um momento difícil, por modificar a rotina do indivíduo, impossibilitando o seguimento de sua rotina. Sendo assim, é necessária uma equipe de profissionais que estejam em condições físicas e psicológicas para melhor atendimento ao paciente que esta passando por um processo de adaptação. Um dos profissionais inseridos nesta equipe é o psicólogo, que terá como principal objetivo a busca pela amenização do sofrimento psíquico que o paciente pode estar vivenciando, como angústia, medo e insegurança diante do novo e incerto momento.

Para um adolescente, a hospitalização também acontece como um momento difícil pelos mesmos fatores de angústia, medo e insegurança, juntamente com as características próprias da fase de desenvolvimento que está passando. A

[47]Acadêmica de Psicologia, 10ª período, Centro Universitário Campo Real.
[48] Acadêmica de Psicologia, 10ª período, Centro Universitário Campo Real.
[49]Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, especialização em Psicologia da Saúde e Hospitalar (Faculdades Pequeno Príncipe) e em Gestão em Saúde Pública (Unicentro). Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO. Professora de Psicologia e coordenadora do curso de Pós-Graduação em Psicologia - Centro Universitário Campo Real.

adolescência possui suas particularidades, como a busca de identidade, que poderá levar o individuo a um sentimento de conflito diante de tantos contextos existentes na sociedade assim como grupos. Além disso, as mudanças biológicas que o adolescente vivencia pode lhe trazer certa angústia como o luto pela perda do corpo infantil, proporcionado pela puberdade (ABERASTURY *et al*. 1981).

Assim, o presente trabalho tem como intuito explanar sobre teorias que envolvem a adolescência e seu processo de desenvolvimento, buscando a conciliação da teoria com a prática por meio de uma entrevista realizada com uma adolescente de 18 anos que passou pelo processo de hospitalização durante sua infância e sua adolescência, vivenciando também o procedimento de três processos cirúrgicos até então.

2 DESENVOLVIMENTO

A adolescência é uma das fases do ciclo da vida marcada pelas grandes mudanças físicas e pelo desenvolvimento psicossocial, delimitando a transição da fase infantil para a vida adulta. Ela fica mais nítida com a puberdade, pois possui contornos mais visíveis do que a adolescência em si, decorrente dos aparecimentos das características sexuais, mudanças no corpo e a produção hormonal.

Seguido a teoria de Erik Erikson, a adolescência tem como conquista básica a construção do sentido de identidade, para isso procura pessoas, ídolos e ideologias que possam se espelhar e depositar fé. Eles também têm muita preocupação em como os outros irão ver as suas atitudes, acarretando em um medo de se expor e isso o colocar em uma situação constrangedora. Começam a pensar na sua profissão, buscando algo que tenha significado. Se no decorrer dessa fase ele conseguir superar os seus desafios, construirá um sentido de identidade, caso não alcançar esse objetivo, apresentará uma confusão de identidade (Teles, 1994).

Assim como o começo, o seu fim também é muito variável, decorre de um processo puramente subjetivo, “A adolescência termina, quando a pessoa alcança a “maturidade psicológica”, e se afasta das coisas infantis a fim de assumir as responsabilidades e atitudes da vida adulta” (Krech e Crutchfield, p. 287,1980). Mas a maturidade psicológica não é uniforme, tendo um grande leque de aspectos psicológicos, a pessoa pode amadurecer em momentos diferentes em cada um

desses, sendo que algumas pessoas passam a vida toda sem amadurecer alguns aspectos. A cultura também tem um papel muito importante na maturidade do adolescente, os limites e padrões culturais podem permitir ou não que o adolescente reconheça seus impulsos sexuais, e se houve diálogos possivelmente ele terá habilidades para lidar de forma positiva com tais impulsos. Bem como a cultura permite ou não que o adolescente exerça as responsabilidades e assume o papel de adulto para atingir a maturidade. Desse modo, se a cultura enfrenta a adolescência de maneira confusa e contraditória, poderá acarretar a conflitos emocionais e atraso da maturação (Krech e Crutchfield, 1980).

Se o processo da adolescência por si só já é complexo, a hospitalização desse público o torna mais difícil, pois adoecer, segundo Simonetti (2016) é entrar em orbita entre as posições de negação, revolta, depressão e enfrentamento. Diante da necessidade da internação, nem sempre o paciente é bem acolhido, o que refletirá na aceitação do tratamento e na hospitalização. “O sofrimento do paciente que se hospitaliza é um estado de desconforto associado à ameaça à integralidade de sua vida, gerado pelo fato de estar doente e pela consequente hospitalização” (ALMEIDA *etal apud* ROSAS, 1998). A adaptação do adolescente a hospitalização pode anular alguns aspectos da sua subjetividade, visto que ele é mais um paciente, e se quiser receber o tratamento terá que submeter as regras e rotinas do hospital. O sentimento proporcionado pelo internamento geralmente é o de modo, angustia e ansiedade, mas também envolve a esperança de cura. Estar nesse ambiente coloca o sujeito diante da possibilidade da morte e as perdas que acompanham esse processo, como os amigos e os pais.

Almeida (2007) realça que na rede pública e privada, ainda não se encontra unidades específicas no atendimento de adolescentes, sendo atendidos nas pediatrias ou nas alas de adultos, o que pode ocasionar em dificuldade de adaptação decorrente da identificação com as pessoas que estão convivendo. A hospitalização também pode acarretar uma regressão no desenvolvimento cognitivo/emocional do adolescente, por isso, é fundamental a presença de pessoas significativas durante esse processo, por representar um elo com a vida.

Diante do diagnóstico, inicialmente o adolescente passa por uma fase de negação, não acreditando e não aceitando, dificultando o tratamento. Outro sentimento vivenciado é o de pensamento mágico, em que objetos podem auxiliar e

até curar, sendo que os profissionais não podem desvalorizar e devem respeitar. O sentimento de exclusão e identificação fica comprometido com a presença de um adoecimento, devido à reação de alguns medicamentos e a características da própria doença que tem alguma relação com a aparência física do corpo, acarretando em um medo e angústia de perder a identidade e o elo que une ele com o seu grupo, trazendo muita insegurança (Almeida, 2007).

Para revisar e definir melhor esse processo realizou-se uma pesquisa bibliográfica, juntamente com uma entrevista semiestruturada, focando em questões emocionais relacionados com o internamento, como necessidades sentidas durante a hospitalização, relação do paciente com a doença, condições da hospitalização e a sua estratégia de enfrentamento. Posteriormente, as pesquisadoras realizaram a análise da experiência relatada, o que possibilitou a conciliação dos dados obtidos com o referencial teórico, discutindo e relacionando-as.

A adolescente entrevistada se encontrava com 18 anos de idade, a qual passou pelos processos de internamento e tratamento entre os três anos de idade até a adolescência, decorrente de um estrabismo e de um mau funcionamento do olho direito. Inicialmente, o tratamento foi realizado com um tampão, para estimular o olho que estava comprometido, não obtendo sucesso, o médico optou pelo uso de óculos, mas também não apresentou resultados. Com 09 anos de idade realizou a primeira cirurgia para a correção do estrabismo, pois na escola estava sendo alvo de bullying, apesar de lidar muito bem com o déficit que limitava a sua visão. Para melhorar a aparência do estrabismo, a adolescente realizou mais duas cirurgias no decorrer dos dez anos de tratamento, relacionado a funcionalidade do olho direito, possui somente 5% de visão. Contudo, foi observado na entrevista que a adolescente, atualmente, lida muito bem com a sua limitação física, está adaptada com a sua visão, relatou que não procurou ajuda de um psicólogo, contando com o apoio familiar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos realizados juntamente com a prática da entrevista, foi possível observar e conciliar os conteúdos teóricos com a prática vivenciada por tal adolescente em seu discurso. O adolescente hospitalizado é um sujeito que também necessita de apoio familiar, profissional e social neste momento de dificuldade, pois

sua angústia pode estar elevada por conta do processo de desenvolvimento que o mesmo está passando. Também é necessário um olhar mais flexível para o desejo do adolescente diante o adoecimento, com o intuito de buscar a adesão no processo de enfrentamento.

A adolescência é uma fase bastante significativa ao desenvolvimento humano, pois nela o sujeito estará buscando por sua identidade esta que poderá ser modificada ao longo do tempo, além do mais a independência também aumenta neste momento sendo necessário um olhar mais sensibilizado para os adolescentes tomando cuidados para não caracterizá-los e isolá-los da sociedade por conta de seus temperamentos ou atitudes.

É observável que a hospitalização é um processo que exige esforço para a elaboração de conteúdos que podem emergir. Portanto, juntamente com a equipe dos profissionais de hospitais, mostra-se irrefutavelmente a importância de um profissional de psicologia, que auxilie os pacientes que estão hospitalizados, pois a partir do olhar sensibilizado do psicólogo que terá como principal intuito trabalhar com a subjetividade e o sofrimento do paciente poderá ser possível uma amenização no quadro emocional de angustia que o paciente se encontra. Colaborando também com o progresso do paciente em relação a sua doença e elaboração sobre ela, buscando atingir melhores condições de saúde biopsicossocial do individuo hospitalizado, bem como para os familiares e até mesmo a equipe de profissionais.

4 REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. (1981). **Adolescência Normal*:* um enfoque psicanalítico** (S. M. G. Ballve, trad., pp. 63-71). Porto Alegre: Artes Médicas.

ALMEIDA, Inez Silva *etal.* **Hospitalização do Adolescente.**33/ Rev. Soc. Bras. Enferm. Ped. v.7, n.1, São Paulo, julho de 2007. p.33-9.

KRECH, David; CRUTCHFIELD, Richard. **Elementos de psicologia**. Tradução de Dante Moreira Leite e Miriam L. Moreira Leite. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 1980.

SIMONETTI, Alfredo. **Manual de psicologia hospitalar**: o mapa da doença. 8. ed. São Paulo:Casa do Psicólogo, 2016.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Aprender psicologia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E RELATO DE CASO DE OSTEOSSARCOMA EM CÃO DA RAÇA ROTTWEILER

FERREIRA, Jean Antonio[50]
MACHADO, Thais Aparecida[51]
PEREZ, Renata Severo[3]

RESUMO: O osteossarcoma é um tumor ósseo que afeta, em sua grande maioria, cães de grande porte. Como um tumor, o mesmo caracteriza-se como uma neoplasia, onde o osteossarcoma representa cerca de 85% dos tumores ósseos, sendo ossos longos como fêmur, úmero e tíbia os principais acometidos. O objetivo deste trabalho é apresentar uma revisão de dados bibliográficos, bem como um relato de caso de osteossarcoma em um cão da raça rottweiler, contemplando dados como histórico clinico, diagnóstico e tratamento.

Palavras-chave: Osteossarcoma. Cão. Ossos. Tumor. Câncer.

1 INTRODUÇÃO

Considerado o tumor ósseo mais frequente em cães, o osteossarcoma, ou sarcoma osteogênico, caracteriza-se como uma neoplasia de origem primária (MOREIRA et al., 2013). Sendo frequentemente encontrado em cães de grande porte, índices apontam o osteossarcoma como sendo cerca de 85% dos tumores ósseos e 6% de todos os tumores (TEIXEIRA et al., 2010).

Outrora sua incidência em cães de grande porte, o osteossarcoma canino ocorre principalmente em cães de idade média, possuindo prevalência em animais por volta dos 7 anos (DALECK et al., 2002) Ainda, raças como São Bernardo, Setter Irlândes, Dobermann, Pastor Alemão, Golden Retriever e Rottweiller possuem maior risco de desenvolver este tumor (MOREIRA et al., 2013).

De modo geral, sua ocorrência possui dominância em regiões de ossos longos, como úmero, fêmur, tíbia e outros (LIMA et al., 2017). Quando encontrado nestes e em outros ossos do esqueleto apendicular, o principal sinal clínico a ser observado é a claudicação. Todavia, quando em lesões axiais, os sinais a serem observados incluem aumento de volume e dor a palpação (TEIXEIRA et al., 2010).

Sendo este tumor considerado um dos mais agressivos, o presente trabalho tem por objetivo descrever pontos importantes e oncológicos a respeito do

[50] Estudante de Medicina Veterinária, 7º período, Faculdade Campo Real.
[51] Estudante de Medicina Veterinária, 8º período, Faculdade Campo Real.
[3] Docente Msc de Medicina Veterinária, Faculdade Campo Real.

osteossarcoma, bem como relatar a presença do mesmo em um cão da raça Rottweiller.

2 DESENVOLVIMENTO

O osteossarcoma é um tipo de neoplasia que pode ser posta como maligna e de origem mesenquimal, o que leva animais que desenvolvam a doença à uma estimativa de vida de 6 a 12 meses (CAVALCANTI et al., 2004). A etiologia do osteossarcoma ainda é desconhecida. Porém, sabe-se que o tumor tende a acontecer em ossos que sustentam mais peso como os ossos do esqueleto apendicular (PRADO et al., 2014).

Ainda, algumas raças possuem predisposição para o desenvolvimento deste tipo de tumor ósseo, como Rottweiller, São Bernardo, Dinamarquês, Dobermann, Pastor Alemão, Boxer e outros (PRADO et al., 2014).

Os sinais clínicos relacionados ao osteossarcoma são, em sua pluralidade inespecíficos, visto que dependem diretamente do local primário de ocorrência do tumor e de seus órgãos adjacentes (MOREIRA et al., 2013). Todavia, os animais apresentam em sua grande maioria sinais clínicos como dor e claudicação, bem como edema em alguns casos (DALECK, 2002). Também, devido ao seu caráter agressivo e sua capacidade de gerar metástases pulmonares, uma dificuldade respiratória pode ser observada (TEIXEIRA et al., 2010). Este tipo de metástase é dito como a causa mais comum das mortes decorrentes de osteossarcoma (MOREIRA et al., 2013). De acordo com Lima et al. (2007), “90% das lesões metastáticas são encontradas nos pulmões, sendo os 10% restantes localizados em outros órgãos ou em outros ossos.”

Para evitar que o animal venha a óbito, faz-se necessário a importância de um diagnóstico precoce, uma vez que a metástase pode ser evidenciada ainda no início do curso da doença (LIMA et al., 2017). Para isto, o diagnóstico pode ser feito por intermédio de histórico clínico, exame físico, exames citológicos e especialmente radiológicos, onde, na radiografia, pode ser observado nos ossos lesões osteolíticas de bordas irregulares, onduladas e com aspecto de degeneração óssea (OLIVEIRA, SILVEIRA, 2008).

Quanto ao tratamento, o procedimento cirúrgico é o mais recomendado, onde a amputação do membro atingido do animal é realizada, trazendo como benefício a

retirada do tecido neoplásico e o alívio da dor (OLIVEIRA, SILVEIRA, 2008). Esta circunstância é necessária também para que, coexistente a retirada do tumor, evite-se a manifestação de metástases primárias (LIMA et al., 2017).

Todavia, o procedimento de amputação não assegura a cura total do animal, sendo necessário também tratamentos paliativos (OLIVEIRA, SILVEIRA, 2008). Assim, a associação de diversos métodos terapêuticos, como cirurgia, quimioterapia e outras terapias coadjuvantes são realizadas para o tratamento, procurando de tal forma possibilitar o bem-estar do animal, de forma que a eutanásia seja recorrida apenas em último caso (LIMA et al., 2017).

3 RELATO DE CASO

Foi atendido no dia 04 de julho de 2018, no Departamento Veterinário Real Vet, em Guarapuava, um animal da raça Rottweiler, macho, inteiro, com idade de 8 anos e peso de 55,3 Kg.

Em anamnese, foi relatado pelo proprietário que o animal teria caído sobre o membro pélvico direito e desde então teria começado com sinais de claudicação intensa. Ainda, por se tratar de um animal de temperamento agressivo, seus tutores não conseguiram levar o cão a nenhuma clínica, sendo assim administrado durante três dias corticóide, sob recomendação de casas agropecuárias. Somente após persistência dos sinais clínicos o animal foi encaminhado ao departamento veterinário.

Já em atendimento, o animal, que demonstrava sinais de dor, não permitia a aproximação de nenhum membro do corpo médico veterinário, sendo assim necessária a administração de medicação pré-anestésica (MPA) para a realização da consulta. Desta forma, foi aplicado como protocolo doses de 0,1 mg/Kg de Acepromazina, 0,1 mg/Kg de Cetamina e 0,1 mg/Kg de Midazolan, respeitando sempre a dosagem máxima para o peso do animal. Assim, foram necessárias a utilização de três doses de MPA, que permitiram a aproximação da equipe para realização dos exames. As aplicações realizadas foram duas por via IM e uma IV, respectivamente.

Foi observado no exame físico que o membro afetado teria uma pequena crepitação na movimentação do mesmo e, com isso, um pedido de exame complementar radiológico foi solicitado. Em exame clínico o animal apresentou

temperatura retal de 38, 9º C, frequência respiratória de 40 rpm, frequência cardíaca de 128 bpm, hidratação correspondente a 1s, mucosas róseas, linfonodos normais e escore corporal 4.

Em exame complementar de radiografia simples foi realizado duas projeções, sendo estas latero-lateral (Figura 1) e dorso-ventral (Figura 2). Na primeira projeção (Figura 1), foi possível observar degeneração em região distal do fêmur.

Figura 1: Projeção latero-lateral de membro pélvico direito (Fonte: arquivo pessoal).

Figura 2. Projeção radiográfica dorso-ventral de membro pélvico direito (Fonte: arquivo pessoal).

Com o auxílio do exame radiográfico, foi fechado o diagnóstico de osteossarcoma em membro pélvico direito, com prognóstico desfavorável e como opção de tratamento cirúrgico a amputação do membro afetado. Ainda, ministrado como tratamento paliativo para alívio da dor do animal Meloxicam 6mg, 0,2 mg/Kg, 2 comprimidos sid (1x) dia e Tramadol 50mg, 1 mg/Kg, sendo este administrado 1 comprimido quando o animal apresentasse sinais de dor.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a agressividade de tumores como o osteossarcoma, é importante ressaltar que o diagnóstico precoce pode levar a um aumento da expectativa de vida desses animais, proporcionando a entrada de tratamentos adequados o mais cedo possível e oferecendo conforto ao animal através do alívio da dor. Ainda, refere-se a importância ao diagnóstico precoce de evitar a proliferação de células metastáticas, que podem levar a um quadro mais grave da doença com complicações pulmonares.

Sendo assim, o auxílio de exames complementares tem trazido grande suporte ao diagnóstico de doenças neoplásicas, mostrando cada dia mais o apoio que a tecnologia traz a medicina veterinária.

5 REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, J. N., AMSTALDEN, E. M. I., GUERRA, J. L., MAGNA, L. C. Osteossarcoma in dogs: clinical- morphological study and prognostic correlation. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**. v. 41, n. 5, p. 299-305, 2004.

DALECK, C. R.; FONSECA, C. S.; CANOLA, J. C. **Osteossarcoma Canino: Revisão**. Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP, v. 5, n. 3. 2002. Disponível em: <http://revistas.bvs-vet.org.br/recmvz/article/view/3247/2448> Acesso em 17 jul. 2018.

LIMA, R. T.; GOMES, M. S.; NEGREIROS, V. M.; NASCIMENTO, L. F. M. **Osteossarcoma Canino: Relato de Caso**. Pubvet v.11, n.12, p.1239-1244, Dez., 2017. Disponível em: <http://www.pubvet.com.br/artigo/4206/osteossarcoma-canino-relato-de-caso> Acesso em 17 jul. 2018.

MOREIRA, D. R.; RIVERA, C. L. G.; CALDERÓN, H. C.; HUPPES, R.; RAMIREZ, U. R. **Osteossarcoma de Tipo Composto: Relato de Caso**. Rev. Colombiana cienc. Anim. 5(2):538-546, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/318661084_Osteossarcoma_de_Tipo_Composto_Relato_de_Caso> Acesso em 17 jul. 2018.

OLIVEIRA, F., SILVEIRA, P. R. Osteossarcoma em cães. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**. Ano. VI, n. 10, p. 2008.

PRADO, T. D., RIBEIRO, R. G., TERÇARIOL, L. A A , AMARAL, S. Z., GUIMARÃES, V. G. S. Osteossarcoma em cães. **Agrarian Academy – Centro científico conhecer**. v. 1, n. 02, p. 125, 2014.

TEIXEIRA, L. V.; MARTINS, D. B.; FIGHERA, R.; LOPES, S. T. A. **Estudo Clínico de Osteossarcoma Canino**. Acta Scientiae Veterinariae. 38(2): 185-190, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2890/289021835013/> Acesso em 17 jul. 2018.

HOSPITALIZAÇÃO INFANTIL

DE PAULA, Maria Lúcia Zanco[52]
LOPES, Patrícia Silva[53]
BONA, Carla Marianne Ferreira[54]
FIUZA, Debora. Rickli [55]

RESUMO: O presente trabalho tem o intuito de discorrer sobre a hospitalização infantil e suas principais particularidades, dando ênfase principalmente ao trabalho do psicólogo no ambiente hospitalar e ao papel da família na hospitalização. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual, as principais fontes de pesquisa foram artigos científicos.

Palavras-chave: Hospitalização infantil. Psicólogo hospitalar. Brincar. Família.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a hospitalização infantil e suas principais características envoltas, dando enfoque ao trabalho do psicólogo hospitalar, tendo como justificativa a elaboração e sistematização dos conhecimentos adquiridos através da pesquisa bibliográfica. A hospitalização infantil pode ser vista como uma situação extremamente perturbadora, pois afeta a rotina da criança e de toda a família, de acordo com Altamira (2010), podendo gerar uma ansiedade diante do ambiente desconhecido e ameaçador, a criança pode ter dificuldade de compreender o que se passa com ela, de assimilar a doença e os procedimentos médicos necessários para o tratamento. De acordo com Quirino (2010) a presença da família para a recuperação da criança hospitalizada minimiza fatores estressantes associados à hospitalização, somando esforços para um cuidado humanizado, junto à equipe de profissionais.

Segundo Soares (2001), a inclusão do psicólogo da equipe hospitalar sempre foi fundamental para que o trabalho de assistência e prevenção à criança e a família, o mesmo analisa como o ambiente hospitalar pode afetar emocionalmente a criança hospitalizada e seus familiares, identificando os fatores emocionais relevantes diante da situação, formulando estratégias de enfrentamento

[52] Acadêmica, Curso de Psicologia, 9ª Período, Faculdade Campo Real, 2018.
[53] Acadêmica, Curso de Psicologia, 9ª Período, Faculdade Campo Real, 2018.
[54] Acadêmica, Curso de Psicologia, 9ª Período, Faculdade Campo Real, 2018
[55] Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, especialização em Psicologia da Saúde e Hospitalar (Faculdades Pequeno Príncipe) e em Gestão em Saúde Pública (Unicentro). Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste -UNICENTRO. Atualmente é professora de Psicologia e coordenadora do curso de Pós-Graduação em Psicologia- Faculdade Campo Real. Atua como psicóloga no município de Guarapuava.

diante da hospitalização, auxiliando na redução da ansiedade, com enfoque em aspectos emocionais, promovendo a autoestima e confiança e também aspectos relacionados a vínculo familiares. O brinquedo é o principal instrumento como alternativa de expressão da criança no contexto hospitalar, portanto o psicólogo pode auxiliar as crianças a lidar com os aspectos negativos da hospitalização através do incentivo do brincar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual, as principais fontes de pesquisa foram artigos científicos.

2 DESENVOLVIMENTO

A hospitalização infantil é vista como uma situação extremamente perturbadora pois afeta a rotina da criança e de toda a família, de acordo com Altamira (2010) a criança doente que está fisicamente enfraquecida, sentindo dores, tende a ter uma aceitação melhor do processo de hospitalização a medida que lhe traga a diminuição de seu sofrimento físico, enquanto que, as crianças que são internadas sem nada sentir, encaram esse processo como hostil, tem mais dificuldade de compreender e aceitar a doença. A hospitalização, portanto, para a criança quanto para seus familiares pode gerar uma ansiedade diante do ambiente desconhecido e ameaçador, por conta do afastamento de sua vida cotidiana e do ambiente familiar e recolocação em outro ambiente com suas rotinas particulares.

O ambiente hospitalar pode provocar um importante impacto sobre o estado psicológico da criança, pois diante desse contexto diversos são os agentes que atuam diretamente no processo de saúde e doença. Os fatores referentes á reação da criança em relação á doença e a hospitalização dependem do grau de compreensão que esta tem de sua realidade (Lichamele e Goldberg).

É de extrema importância a presença e o acompanhamento familiar na hospitalização, pois a presença da família para a recuperação da criança hospitalizada minimiza fatores estressantes associados à hospitalização, somando esforços para um cuidado humanizado (Quirino 2010). O espaço físico também exerce grande impacto na hospitalização infantil, o lúdico precisa fazer parte do seu cotidiano hospitalar, com materiais e profissionais adequados para o seu desenvolvimento, o objetivo vai além de só enfeitar as paredes com temas infantis, mas de dar às crianças e aos adolescentes a oportunidade de conhecer e desmistificar os procedimentos médicos por meio da participação interativa e da brincadeira no processo terapêutico.

Segundo Gomes (2012), a experiência hospitalar para crianças pode causar agravos emocionais, que são difíceis de serem exteriorizados e traduzidos por palavras, independente da faixa etária do indivíduo, é necessário um manejo adequado por parte da equipe, sendo voltada a ações de integralidade, se preocupando com a singularidade do ser criança, portanto compreender o jeito como a criança lê a realidade e a expressa é o caminho para acessar sua subjetividade. A criança hospitalizada constrói no ambiente hospitalar o seu local de sociabilidade, é importante que o tratamento seja realizado de modo que não afete seriamente as construções a respeito de si mesma, da doença e das pessoas de seu convívio, portanto a equipe de profissionais da saúde deve saber lidar coma subjetividade da crianças e de suas família, dando respaldo necessário a elas. De acordo com Stenzel (2012) as áreas da saúde, enfermagem, Serviço Social e Psicologia, devem considerar a possibilidade de que a intervenção lúdica seja uma alternativa terapêutica e de preservação.

O brincar faz parte da infância, constitui uma ferramenta necessária para os processos de socialização, comunicação, habilidades, e amplia as possibilidades de desenvolvimento global da criança, o paciente hospitalizado necessita falar de sua doença e do que ela lhe acarreta, com as crianças isso ocorre também através das brincadeiras que pode ser um espaço privilegiado para fazê-la falar sobre essa singularidade do processo de adoecimento e hospitalização, surge como um facilitador a adaptação da criança, portanto através do brincar é possível ter acesso aos conteúdos inconscientes das crianças através da linguagem simbólica por elas emitidas, o psicólogo pode auxiliar as crianças a lidar com os aspectos negativos da hospitalização através do incentivo do brincar. A atividade lúdica pode auxiliar na formação do elo entre a criança e os profissionais da saúde, exercendo efeitos terapêuticos sobre os familiares, ao proporcionar momentos de reorganização e de descanso, deslocando a atenção para além da doença (Carvalho e Begnis 2006).

Segundo Soares (2001), a inclusão do psicólogo na equipe hospitalar sempre foi fundamental para que o trabalho de assistência e prevenção à criança e a família aconteça de forma adequada, o mesmo analisa como o ambiente hospitalar pode afetar emocionalmente a criança hospitalizada e seus familiares, identificando os fatores emocionais relevantes diante da situação, formulando estratégias de enfrentamento diante da hospitalização, auxiliando na redução da ansiedade, com

enfoque em aspectos emocionais, promovendo a autoestima e confiança e também aspectos relacionados a vínculo familiares. Portanto a observação e a escuta do psicólogo se manifestam como instrumento essencial para entender as manifestações latentes que emergem da significação das representações inconscientes da criança em situação de vulnerabilidade. O profissional de psicologia deve sempre levar em conta as particularidades ambientais para o desenvolvimento de um projeto, as características do atendimento psicológico hospitalar podem se relacionar a implicações frente á adaptação á rotina hospitalar e á doença, atenção aos comportamentos diante a ausência de acompanhantes e discriminação dos critérios e características das reações psicológicas apresentadas pelo paciente e seus familiares, portanto o objetivo do atendimento psicológico é promover o bem-estar biopsicossocial dos pacientes e seus familiares.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que a hospitalização é um processo que pode gerar sofrimento psíquico além do físico tanto para a criança como para seus familiares, portanto é possível enfatizar a valorização da presença da família, da estrutura física e profissional voltada a particularidades do cuidado com criança, como elementos cruciais de auxilio a promoção do bem estar psíquico e físico, como até recuperação do hospitalizado, o brincar é a forma que a criança encontra para expressar conteúdos, o profissional psicólogo pode usar do brincar para auxiliar em seus atendimentos, que tem como objetivo formular estratégias de enfrentamento diante da hospitalização, auxiliando na redução da ansiedade, com enfoque em aspectos emocionais, promovendo a autoestima, confiança e o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, visto que o hospital é o ambiente de socialização da criança que encontra-se hospitalizada.

4 REFERÊNCIAS

QUIRINO, Daniela Dias; COLLET, Neusa; NEVES, Ana Flávia Gomes de Britto. Hospitalização infantil: concepções da enfermagem acerca da mãe acompanhante.Rev. Gaúcha Enferm. (Online), Porto Alegre , v. 31, n. 2, p. 300-306,2010 .Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198314472010000200014&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 25/05/2018.

GOMES, Ilvana Lima Verde, et al. A hospitalização no olhar de crianças e adolescentes: sentimentos e experiências vivenciadas. Fortaleza, 2012. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewFile/30378/19654 . Acessado em: 25/05/2018.

A hospitalização infantil. Disponível em: https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-hospitalar/a-hospitalizacao-infantil. Acessado em: 25/05/2018.

SOARES, Maria Rita Zoéga; ZAMBERLAN, Maria Aparecida Trevisan. A inclusão do brincar na hospitalização infantil. Estud. psicol. (Campinas), Campinas , v. 18, n. 2, p. 64-69, Aug. 2001. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2001000200006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 01/06/2018.

VALVERDE, Dayana Lima Dantas. O suporte psicológico e a criança hospitalizada: O impacto da hospitalização na criança e em seus familiares. 2010, Feira de Santana. Disponível em:<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0229.pdf>. Acessado em: 25/05/2018.

STENZEL, Gabriela Quadros de Lima. A psicologia no cenário hospitalar: encontros possíveis / org. Gabriela Quadros de Lima Stenzel, Mariana Esteves Paranhos, Vinícius Renato Thomé Ferreira. – Porto Alegre, EdiPUCRS, 2012.

Baptista, Makilim Nuner; Dias, Rosana Righetto. Psicologia Hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos. Rio de Janeirim , Editora Guanabara Koogan S.A. 2003.

IDENTIFICAÇÃO DE CORPOS EM CRIMES DE INCÊNDIO E A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DA MEDICINA FORENSE

VALERANOVICZ, Karina Fialka[56]
ALMEIDA, Marciliano Camargo de[57]
SILVÉRIO, Paula Aline[58]
ROSAS, Rudy Heitor[59]

RESUMO: Este trabalho possui como escopo mostrar como é realizada a identificação de corpos de pessoas que são vítimas de crimes de incêndio, visando mostrar a importância da medicina forense em situações como esta, visto que a carbonização é um processo que dificulta a buscada própria identidade do indivíduo. Também será visto as diversas espécies de perícia, e como se dá o seu desdobramento nas investigações judiciais. Evidenciando a elucidação da verdade dos fatos e a relevância da ciência médica para o Direito, pois as causas que desencadeiam a morte são imprescindíveis na investigação criminal.

Palavras-chave: Crimes de Incêndio. Pericia. Identificação dos corpos.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo explanar acerca da importância da medicina forense na identificação de corpos em crimes de incêndio, assim como o papel da perícia no local do crime, investigando todos os vestígios deixados tendo como propósito a descoberta da verdade dos fatos.

Será verificado os aspectos gerais do crime de incêndio, o seu dispositivo legal, as espécies de perícia e por fim um incêndio que ocorreu no Brasil visando estudar a perícia envolvida neste caso que é o tema específico desse trabalho.

Ademais serão analisados métodos utilizados pelos médicos legistas para encontrar o cadáver das pessoas que estão totalmente carbonizadas, buscando assim a identidade das vítimas já que é um processo complexo que envolve investigação judicial, questões de afetividade em relação a família e abalo da sociedade.

2 DESENVOLVIMENTO

[56] Acadêmica de Direito, 8º Período C, Faculdade Campo Real
[57] Acadêmico de Direito, 8º Período C, Faculdade Campo Real
[58] Acadêmica de Direito,8º Período C, Faculdade Campo Real
[59] Professor de Direito, Faculdade Campo Real

Primeiramente é interessante entender o crime de incêndio que está previsto no artigo 250 do Código Penal: “Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem: Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa”.

É um crime de perigo concreto, ou seja, além do incêndio que significa destruir algo por meio da combustão, precisa existir perigo a segurança e a vida de uma coletividade de indivíduos. Possui como objeto jurídico a incolumidade pública. O crime poderá ser comissivo, omissivo, doloso ou culposo.

O dolo é um elemento psíquico, presente na vontade livre e consciente do sujeito de provocar o incêndio, já os crimes culposos são aqueles em que alguém realizada um fato ilícito não querido pelo agente, mas que poderia ser evitado caso o sujeito tomasse os devidos cuidados.

Com isso esse crime tendo culpa ou não provoca consequências graves, uma delas é a morte de muitos inocentes que são vítimas de um comportamento totalmente inaceitável causado pelo infrator.

O exame do corpo de delito é feito por pessoas capacitadas com conhecimento técnicos em relação aos vestígios materiais deixados pelo delito. São feitos vários exames conforme o artigo 159 do CPP.O corpo de delito não é meramente o corpo em si, mas sim todos os vestígios encontrados pela infração penal, tudo o que for evidente aos sentidos humanos.

Pode ser dividido em exame de corpo de delito direito e indireto: O primeiro indica aquilo que for executado pelos peritos de maneira direta, em razão dos vestígios deixados pelo crime como já comentado acima. Já o indireto, é quando os peritos se baseiam em depoimentos das testemunhas pelo fato dos vestígios do crime terem sumido, assim não é propriamente um exame, já que há prova testemunhal.

O resultado obtido por esses exames está inserido em um documento oficial chamado de laudo, coma representação dos vestígios e das conclusões. Esse documento é dividido em: Preâmbulo (qualificação dos peritos), quesitos (tudo que é necessário responder para a perícia específica em si), fundamentação, e por fim conclusão das respostas dos quesitos.

Na visão de Lima (2017, p. 654) como já foi visto sobre o art. 159 do CPP:

> É comum que se refira ao exame de corpo de delito como a única espécie de exame pericial,o que não é verdade.Pela própria leitura do art. 159, caput, e do art. 6º, inciso VII,ambos do CPP-ambos fazem menção ao corpo de delito

> e outras perícias-, depreende-se que o exame de corpo de delito é uma espécie de perícia, mas não é a única. Logo, apesar de o exame de corpo de delito ser o mais importante exame pericial, pois ligado aos vestígios deixados pela infração penal, há outros exames periciais com igual relevância, tais como os de verificação da sanidade mental do acusado, os de constatação da idade do acusado, etc.

Um acontecimento no Brasil que causou grande repercussão social, foi o incêndio da Boate Kiss na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, uma festa de universitários que ensejou em um grande desastre. É um fato interessante para ser observado devido as peculiaridades da perícia envolvida.

Os pontos trazidos pelos peritos e assistentes técnicos é que ajudam a esclarecer as causas do incêndio, sendo os motivos é que a boate estava superlotada, os extintores de incêndio estavam vencidos e havia também apenas uma porta de saída, o que agravou mais ainda mais, causando a morte de 241 pessoas por inalação da fumaça tóxica.

Consoante ao incêndio que é o responsável por carbonizar inúmeras pessoas, e o que também o que dificulta a identificação dos corpos é o fato de em muitos casos os corpos estarem já em processo de decomposição avançada devido ao tempo para a localização e acesso do local, isto é comum em acidentes aéreo, dessa forma é muito difícil o reconhecimento das vítimas por meio das impressões digitais.

Contudo, a técnica mais comum em corpos que estão em fase de putrefação é a abertura da cavidade abdominal, como o útero, ovário e próstata visto que é uma região que possui muito líquido e por isso há uma proteção maior em razão da combustão, visando assim encontrar o DNA.

Cabe salientar o trabalho da Odontologia Forense que utiliza o exame da arcada dentária do indivíduo, já que os dentes são muito resistentes, e as vezes, são a única forma para identificar as características de um indivíduo.

Ressalva-se também a queiloscopia que estuda as impressões dos lábios, segundo o pensamento de França (2015, p.76) a respeito disso:

> Na identificação humana, em situações muito especiais, podem-se utilizar os sulcos da estrutura anatômica dos lábios, através de suas impressões quando os lábios estão com pintura ou batom comum (impressões visíveis) ou por meio de impressões deixadas pelos lábios cobertos apenas pela saliva (impressões latentes).

Como visto, são situações peculiares que permitem a utilização de diversos mecanismos para a descoberta das vítimas, um outro processo também utilizado pelos médicos legistas é a palatoscopia, que identifica as rugas do palato, isso quer dizer, as pregas palatinas transversas achadas na abóboda da boca. Outros meios comuns chamados de presuntivos são: tatuagens, “piercing”, brincos, fotografia, objetos pessoais, dados antropométricos, ou seja, elementos complementares que auxiliam na investigação.

Nesse sentido, está a visão dos autores Benfica; Vaz (2015, p.35) sobre os médicos legistas:

> O objetivo da Equipe Médico-Legal nos acidentes de massa é identificar, pelos diversos métodos científicos disponíveis (análise de impressões digitais, exame odontológico, estudo antropométrico, exame radiológico e perfil genético), os cadáveres carbonizados ou de difícil reconhecimento. Além disso, cabe especificamente ao médico legista a responsabilidade por estabelecer a “causa” e a “maneira” como o óbito ocorreu, além de emitir as declarações de óbito.

A Antropologia Forense analisa questões relacionadas a idade, sexo, raça e estatura de um corpo, também ajuda na revelação das causas que desencadearam a morte de um indivíduo, buscando sempre que possível as condições patológicas (*ante mortem),* isso se refere a doenças e por fim ostraumas (*peri mortem).*

No que tange a identificação médico-legal física está alguns critérios para o reconhecimento de idade quando a pessoa está viva entre eles está: pele, pelos, dentes e aparência, há também nesse sentido um estudo feito em pessoas mortas para desvendar a idade. É feito por meio da sutura craniana, isso quer dizer que quanto mais apagada, mais idade avançada o indivíduo possui.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Medicina forense é aquela que atribui os conhecimentos da ciência médica para a apuração de investigações criminais, calcando nos bens jurídicos mais valoradas pelo ordenamento jurídico que é a vida humana.

Buscando descobrir a verdade real dos fatos, identificando assim o verdadeiro desígnio da Justiça, que não é só o de condenar e sim o de sanar a desordem social sofrida pelo abalo relacionado aos crimes, principalmente quando inocentes são queimados pela combustão e perdem suas identidades.

Com isso por meio de várias técnicas é possível localizar em partes nunca antes imagináveis o DNA das vítimas. Destacando nesta perspectiva o papel da Odontologia Forense e da Antropologia Forense.

Com isso a perícia é essencial nesses casos, pois os peritos são pessoas com conhecimentos técnicos, científicos e artísticos que traduzem os fatos por meio de um documento e possuem como objetivo a obtenção de informação para o esclarecimento de dúvidas geradas pelos crimes.

4 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Lucas.**Laudo da perícia sobre tragédia em Santa Maria indica superlotação e mortes por asfixia**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/03/15/kiss-comportava-750-pessoas-diz-laudo-da-pericia-sobre-tragedia-em-santa-maria.htm> Acesso em: 30 ago. 2018.

BENFICA, Francisco Silveira; VAZ, Márcia. **Medicina Legal**. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado:2015.

BRASIL. **Código Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 10 agosto. 2018.

FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina Legal. 11.ed. Rio de Janeiro: Gen, 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de**. Manual de Processo Penal.** 5.ed. Salvador: jusPODIVM, 2017.

CONSERVAÇÃO PÓS-COLHEITA DE MAMÃO EM DIFERENTES TEMPERATURAS

SOUSA, Allison John[60]
ZOLETTI, Camila dos Santos[1]
PIMPÃO, João Gabriel[1]
CUNHA-CHIAMOLERA, Tatiana Pagan Loeiro da[61]
PELEGRINI, Luciana Luiza[62]

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi avaliar o armazenamento de mamão papaya em diferentes ambientes e temperaturas. O experimento foi instalado em delineamento inteiramente casualizado com 4 tratamentos e 5 repetições. Os tratamentos são constituídos de quatro ambientes: freezer, geladeira, ambiente e recém colhidos. Foram avaliados o pH, acidez titulável, teor de amido e ºBrix dos produtos de cada ambiente. O armazenamento refrigerado do mamão, aumenta o tempo para o consumo quando comparado com o armazenamento à temperatura ambiente.

Palavras-chave: *Carica papaya* L. Armazenamento. Características organolépticas.

1 INTRODUÇÃO

A origem do mamoeiro (*Carica papaya* L.) se dá por indícios na América tropical. Já no Brasil por volta de 1587 foi introduzido no estado da Bahia. O mamão é produzido ao longo de todo ano por ser de cultivo rápido e fácil (GOMES, 2012). O fruto apresenta tamanho diversificado, desde pequenos até grandes, quando imatura a casca apresenta coloração verde e quando amadurece a mesma torna-se alaranjada. A polpa apresenta coloração amarela ou avermelhada e em sua maioria suculenta e doce, com sementes internamente. O fruto maduro pode ser consumido na forma *in natura* e quando verde, na composição de doces (GOMES, 2012).

De acordo com Gomes (2012), esse fruto se desenvolve melhor em clima quente e úmido característico do nordeste brasileiro, porém se destaca em ambientes irrigados. As geadas e ventos fortes acabam prejudicando esta cultura. O mamão é um fruto climatérico, ou seja, ocorre um aumento na respiração após a colheita, fenômeno fisiológico que os produtos hortícolas apresentam para a manutenção da vida dos tecidos vegetais, no entanto, também degrada as reservas energética e nutritiva (CORTEZ et al., 2002).

[60] Acadêmicos do curso de Engenharia Agronômica, 6º período do Centro Universitário Campo Real.

[61] Docente e Orientadora do curso de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real.

[62] Docente e Coorientadora do curso de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real.

O uso de técnicas de pós-colheita tem como objetivo aumentar o tempo de prateleira, diminuindo o metabolismo normal do produto hortícolas, com isso reduzir perdas, manter a qualidade e a produção de algumas frutas e hortaliças. Para isso, a é necessário entender os fatores biológico e do ambiente para aumentar a vida útil dos produtos hortícolas (CORTEZ et al., 2002).

O etileno quando se concentra no ambiente ou no interior do fruto, promove a respiração, reduzindo o tempo de prateleira da fruta ou da hortaliça. Assim, o ambiente de armazenamento interfere na conservação do produto (CORTEZ et al.,2002). A temperatura também tem relação com a respiração das frutas e hortaliças. Por isso, é indicado o armazenamento em ambientes ventilados para a remoção dos gases produzido pelos tecidos vegetais, como o etileno e temperatura baixa, para diminuir o calor do produto (CORTEZ et al., 2002).

Segundo Cortez et al. (2002), a maneira a ser utilizado para reduzir a temperatura varia entre os produtos, existem os mais tolerante ao resfriamento e outros são muito sensíveis quando expostos a temperatura inferiores a 15°C. Temperatura que causa o congelamento dos tecidos vegetais não é indicada para produtos destinados ao consumo *in natura*, porque causa distúrbios fisiológicos conhecidos como injúrias do frio. No mamão, a temperatura mínima de segurança para armazenamento é de 7°C, temperatura inferiores podem formar áreas aquosas e pontuação escuras (CORTEZ et al., 2002).

Essas práticas também podem afetar as características organolépticas, essas que estão relacionadas com a cor, odor e cheiro do fruto em questão, fazendo com que o fruto perca o seu sabor original (ASSIS; BRITO, 2014).

O objetivo deste trabalho foi avaliar o desempenho na pós-colheita de frutos de mamão quando submetidos a diferentes a temperaturas (-18ºC, -5ºC e temperatura ambiente cerca de 25ºC) e locais de armazenamento.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi conduzido no laboratório de Nutrição e Dietética do Centro Universitário Campo Real localizado na cidade de Guarapuava no estado do Paraná no período de agosto a setembro. Foram utilizados frutos do mamão da cultivar papaya. Os frutos foram divididos em 4 partes com aproximadamente 100g e acondicionados em bandejas de isopor e cobertos com plástico filme.

As bandejas foram armazenadas em 3 locais distintos e submetidas a temperaturas diferentes. O primeiro tratamento foi avaliado em temperatura ambiente, o segundo na geladeira a uma temperatura próxima a 5° C, e o terceiro tratamento em um freezer com temperatura em média -15° C, onde permaneceram armazenados durante 21 dias.

Após o período de armazenamento (temperatura ambiente, geladeira e freezer), com o auxílio de um liquidificador, cada tratamento foi triturado separadamente com 100 ml de água destilada, formando um suco da fruta. Primeiramente, foi medido pH do suco das cinco repetições de cada tratamento.

Logo após, foi realizada a análise de acidez titulável, utilizou-se 10 ml do suco da fruta, 90 ml de água destilada, duas gotas de fenolftaleína, onde foram misturadas, em seguida, adicionou-se por gotejamento NaOH, com auxílio de uma bureta até que a solução mudasse de cor anotando o volume gasto de NaOH para o cálculo de acidez.

Para análise do amido do fruto, cortou-se a fruta transversalmente, onde foram imersas em uma solução de iodo em um becker por 1 minuto. Após este processo, retirou-se o fruto na solução de iodo onde foi transferido em vidros relógio, e aguardou-se 10 minutos, observando a presença de amido em cada fruto. Para mensurar o ºBrix, foi utilizado o suco da fruta de cada tratamento com o auxílio de um refratômetro.

Os dados foram submetidos a análise de variância, sendo as médias testadas pelo teste de Tukey, ao nível de 5% de probabilidade.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se perda de qualidade relacionada à aparência externa dos frutos, com o aumento das temperaturas durante o período de armazenamento. Deste modo, frutos conservados em temperaturas ambientes apresentaram injúrias, podendo danificar o fruto afetando sua aparência e resultando em menor tempo de consumo com qualidade inferior (CORTEZ et al., 2002). As melhores condições aparentes externas foram observadas em frutos do armazenamento a -18ºC e nos recém colhidos. Porém, os que foram submetidos a esta temperatura apresentaram sintomas de injúrias por frio, pois estavam armazenados em temperaturas impróprias. Assim, tornam-se mais suscetíveis ao ataque de microorganismo fitopatogênicos, uma vez que em temperaturas baixas causam a ruptura das células liberando metabólicos como açúcares, ácidos orgânicos e aminoácidos, criando um meio de cultura para o desenvolvimento de microrganismo (CORTEZ et al., 2002).

Ao observarmos as características de cada fruto em suas diferentes temperaturas, nota-se que na avaliação de ºBrix, os tratamentos *in natura* e freezer não apresentaram variações estatísticas entre si (Tabela 1). Tendo como justificativa o não acúmulo de reserva na polpa com carboidratos de reserva do mamão, que resultou nesta baixa variação (GOMES, 2012). Já nos frutos conservados na geladeira, apresentaram teores de ºBrix mais elevados quando comparado aos demais, e no tratamento ambiente apresentou níveis bem inferiores (Tabela 1).

Tabela 1. Potencial hidrogeniônico (pH) de mamões Formosa, ºBrix de mamões Formosa, Acidez titulável, em mg/100g, de mamões Formosa.

Tratamento	º Brix	pH	ATT
Freezer	5,97b	5,04b	0,02a
Geladeira	6,70a	4,40b	0,02a
Ambiente	2,00c	6,00a	0,02a
In natura	5,93b	5,00b	0,03a
Teste F	1484**	20,89**	0,98^{ns}
CV (%)	1,86	4,91	17,90

Médias seguidas pela mesma letra na coluna não diferem estatisticamente entre si pelos testes F e Tukey a 5% de probabilidade.

Fonte: Os autores, 2017.

Nos testes de pH, pode-se notar que nos frutos armazenados sobre temperaturas amenas e nos frutos pós colhidos não houve diferenças estatísticas entre os mesmos, constatando pH ácido (Tabela 1). No entanto, no tratamento ambiente apresentou pH menos ácido em relação ao outros tratamentos, ficando próximo a neutralidade (Tabela 1). De acordo com Pê et al. (2015), os menores índices de acidez titulável e o maior pH, acontece em razão do processo mais avançado de maturação que ocorre no fruto.

Os teores de acidez titulável (ATT), não diferem entre os tratamentos. No trabalho de Souza et al. (2005), sobre a conservação de mamão 'formosa' minimamente processado armazenado sob refrigeração, obtiveram variações entre os tratamentos nos teores médios de acidez titulável.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O armazenamento refrigerado do mamão, aumenta o tempo para o consumo quando comparado com o armazenamento à temperatura ambiente.

4 REFERÊNCIAS

ASSIS, O. B.G.; BRITTO, D. Revisão: coberturas comestíveis protetoras em frutas: fundamentos e aplicações. **Food Technology**, v. 17, n. 2, p. 87-97, Campinas SP,2014.

CORTEZ, L. A. B; HONÓRIO, S. E. L.; MORETTI, C. L. **Resfriamento de frutas e hortaliças**. EMBRAPA, Informações Tecnológicas, Brasília, 2002.428 p.

GOMES, R. P. **Fruticultura Brasileira**. 13. Ed. Nobel, São Paulo, 2012.

PÊ, P. R.; GOUVÊIA, J. P. G; SILVA, F. L. H; SILVA, D. R. S; SILVA, G. S; CASTRO, D.S. Avaliação das características físicas-quimicas do mamão 'formosa' *in natura* osmodesidratado e seco. Revista Tecnologia & Ciência Agropecuária**, v. 9, n. 3, p. 17-21, 2015.**

SOUZA, B. S.; DURIGAN, J. F.; DONADON, J. R.; TEIXEIRA, G. H. A. Conservação de mamão 'formosa' minimamente processado armazenado sob refrigeração. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 27, n. 2, p. 273-276, 2005.

HÁ DIFERENÇA NA QUALIDADE DE FRUTOS DE MORANGO CULTIVADOS SOB SISTEMA DE PRODUÇÃO ORGÂNICA OU CONVENCIONAL?

PINHEIRO, Débora Fernandes[63]
CÓRDOVA, Katielle Rosalva Voncik[64]
RESENDE, Juliano Tadeu Vilela [65]

RESUMO: O morango é um dos frutos mais conhecidos e apreciados, devido ao seu alto teor nutricional e de qualidade organoléptica. O objetivo do estudo foi de investigar a partir de artigos científicos publicados nos últimos seis anos, de língua inglesa, se ocorre divergência na qualidade dos frutos cultivados sob sistema orgânico de produção e o convencional. Com os resultados obtidos pode-se observar de que o sistema orgânico apresenta teores mais elevados de sólidos solúveis, conteúdo fenólico e atividade antioxidante, contudo, ao analisar outras características de qualidade ele não difere significativamente.

Palavras-chave: Valor Nutricional. Fragaria x ananassa. Comparação.

1 INTRODUÇÃO

Morango (*Fragaria x ananassa Duch)* é uma das frutas mais consumidas em todo o mundo, e isso se deve principalmente à sua aparência, sabor e características nutricionais (ANDRADE et al., 2016). Além de ser uma fruta hipocalórica, rica em fibras, ácido ascórbico, ácido fólico e compostos bioativos, com efeitos benéficos a saúde humana (FERNANDES et al., 2012).

O sistema de agricultura pode afetar a composição dos alimentos com a produção de alimentos saudáveis. É caracterizado como o sistema de produção convencional, o cultivo que apresenta uso intensivo de produtos químicos (KOBI et al., 2018). Todavia, o cultivo orgânico representa um segmento dentro da indústria global de alimentos, pois acredita-se que estes alimentos sejam mais seguros e nutritivos em comparação ao convencional (CONTI et al., 2014).

Segundo o Programa de Análises de Resíduos em Alimentos (PARA), foram encontrados em 46,5% das amostras de frutos de morango, a classificação de emprego insatisfatório de agrotóxicos, ou seja, esta estava muito acima do limite máximo recomendado para a cultura (ANVISA, 2016).

[63] Nutricionista. Mestranda em Produção Vegetal, Universidade Estadual do Centro Oeste.
[64] Departamento de Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual do Centro Oeste.
[65] Laboratório de Fisiologia Vegetal. Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual do Centro Oeste.

Com isto, o objetivo do presente estudo foi verificar se há diferença nos modos de produção orgânico e convencional, em relação as características de pós-colheita dos frutos de morango.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão de literatura em artigos e periódicos científicos publicados nos últimos seis anos. As bases de dados utilizadas foram PubMed/Medline, Scielo e Science Direct. Os critérios de inclusão foram o de literatura apenas em língua inglesa, com exceção de alguns materiais disponíveis pelo Governo Federal do Brasil, tais como o da Agência de Vigilância Sanitária. E os critérios de exclusão foram os artigos que não tinha ligação com fruticultura e sistemas de produção. Os descritores utilizados para a busca de dados foram: "*organic and conventional systems and strawberry*", e "*analysis organic and conventional and fruits*".

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Andrade et al. (2016), analisou os frutos de morangueiro sob os dois sistemas de produção e viu-se de que, os morangos cultivados sob sistema orgânico de produção apresentaram maior teor de sólidos solúveis, além de polpas mais firmes, em comparação do sistema convencional de cultivo. Todavia, os frutos cultivados sob sistema convencional apresentaram menor índice de podridão, e alguns parâmetros não obtiveram diferença estatística, tais como perda de peso, acidez titulável e concentrações de ácido ascórbico.

Em contrapartida em um estudo realizado na Califórnia, EUA, com 13 pares de agrossistemas de produção, viu-se de que as fazendas orgânicas tinham morangos com maior prazo de validade, matéria seca, atividade antioxidante, concentrações de ácido ascórbico e compostos fenólicos (CONTI et al., 2014; REGANOLD et al., 2010)

Ao analisarmos a qualidade nutricional dos frutos, os sistemas orgânico ou convencional não convergem significativamente, não expressando nenhuma diferença nos teores nutricionais do mesmos ou de propriedades antioxidantes, porém

ao verificar os teores de resíduos presentes, sem dúvidas o sistema orgânico produziu frutos mais livres e/ou sem nenhum resíduo de pesticidas (KOBI et al., 2018).

A agricultura orgânica em algumas culturas, tais como a de morango, apresentou níveis maiores de micronutrientes, tais como magnésio, ferro e cálcio (HATTAB et al., 2019). Mas em comparação ao rendimento e produtividade, o sistema convencional se destaca (CONTI et al., 2014), além de possuir menor valor de compra para o mercado consumidor e consequentemente, maior consumo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade dos morangos produzidos sob sistemas agrícolas convencionais e orgânicos mostraram que ocorre alteração para algumas das variáveis, mas essa diferença nem sempre é relevante. Na maioria dos estudos analisados, o dado em que maior apresentou diferença foi o de doçura dos frutos, ou seja, teor de sólidos solúveis e, também, de conteúdo fenólico e atividade antioxidante.

Essa divergência pode ocorrer em maior nível de significância, mas devem ser analisados outros fatores. Para futuros estudos recomenda-se a interação e análise como nutrição do solo, interação climáticas e quais cultivares plantados têm mais alteração de teores nutricionais e químicos.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, C.A.W.; MIGUEL, A.C.A.; SPRICIGO, P.C.; DIAS, C.T.S.; JACOMINO, A.P. Comparison of quality between organic and conventional strawberries from multiple farms. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v.39, n.2, p.1-9, 2016.

ANVISA – **Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Programa de Análise de Resíduo de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). Disponível em: << http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/0/Relat%C3%B3rio+PARA+2013-2015_VERS%C3%83O-FINAL.pdf/494cd7c5-5408-4e6a-b0e5-5098cbf759f8 >>. Acesso em 3 set. 2018.

CONTI, S.; VILLARI, G.; FAUGNO, S.; MELCHIONNA, G.; SOMMA, S.; CARUSO, G. Effects of organic vs. conventional farming system on yield and quality grown as an annual or biennal crop in southern Italy. **Scientia Horticulturae**, v.180, p.63-71, 2014.

FERNANDES, V.C., DOMINGUES, V.F., FREITAS, V., DELERUE-MATOS, C., MATHEUS, N. Strawberries from integrated pest management and organic farming:

phenolic composition and antioxidant properties. **Food Chemistry**, v.134, p.1926–1931, 2012.

KOBI, H.B.; MARTINS, M.C.; SILVA, P.I.; SOUZA, J.L.; CARNEIRO, J.C.S.; HELENO, F.; QUEIROZ, M.E.LR.; COSTA, N.M.B. Organic and conventional strawberries: nutritional quality antioxidant characteristics and pesticide residues. **Fruits**, v.73, n.1, p.39-47, 2018.

REGANOLD, J.P.; ANDREWS, P.K.; REEVE, J.R.; CARPENTER-BOGGS, L.; SCHADT, C.W.; ALLDREDGE, J.R.; ROSS, C.F; DAVIES, ZHOU, J. Fruit and Soil Quality of Organic and Conventional Strawberry Agroecosystems. **PLos One**, v.5, n.10, p.12346, 2010.

SELEÇÃO DE HÍBRIDOS PRODUTIVOS E DE ALTA QUALIDADE NUTRICIONAL EM PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DE MORANGUEIRO

PINHEIRO, Débora Fernandes[66]
CÓRDOVA, Katielle Rosalva Voncik[67]
RESENDE, Juliano Tadeu Vilela [68]

RESUMO: O morango é um dos frutos mais conhecidos e consumidos mundialmente. Contudo ainda carecem estudos que visam criar híbridos de alto teor produtivo bem como de qualidade nutricional no país. O objetivo foi descrever como ocorre a realização de seleção de híbridos oriundos de programa de melhoramento genético, bem como é feita suas análises pré e pós-colheita. O método mais conhecido é o de emasculação, e as análises de maior relevância são produtividade de fruto, teor de sólidos solúveis e acidez. Faz-se necessário a criação de híbridos com a seleção de qualidade e adaptados as condições edafoclimáticas do Brasil.

Palavras-chave: Morango. Análise Nutricional. Produção Vegetal. Produtividade. Análise Fisíco-Química.

1 INTRODUÇÃO

O morango (*Fragaria* x *ananassa Duch)* é um híbrido natural que surgiu há aproximadamente 250 anos (GALVÃO, 2014). É proveniente do cruzamento entre as espécies *F. chiloensis* e *F. virginiana*, oriundas do Chile e América do Norte, respectivamente (DARROW, 1966)

No Brasil, o Estado de Minas Gerais é o maior produtor com 40.245 toneladas, correspondendo à 59% da produção nacional, seguido pelos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio de Janeiro (ZAWADNEAK et al., 2014).

Contudo, atualmente, as cultivares mais utilizadas no Brasil provêm de Programas de Melhoramento de outros países, o que leva a uma grande dependência e a uma enorme vulnerabilidade do setor (DE OLIVEIRA e BONOW, 2012). As mudas são importadas principalmente de usinas de viveiros localizados na Patagônia (Chile e Argentina) (FAGHERAZZI et al., 2017).

[66] Nutricionista. Mestranda em Produção Vegetal, Universidade Estadual do Centro Oeste.
[67] Departamento de Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual do Centro Oeste.
[68] Laboratório de Fisiologia Vegetal. Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual do Centro Oeste.

Observa-se de que ocorre a intensificação de pesquisas para a obtenção de cultivares mais produtivas e de melhor qualidade e, consequentemente, ganhos com o pagamento de *royalites* pelas cultivares desenvolvidas (GALVÃO, 2014).

Com isso nas últimas décadas, programas de melhoramento em frutas focaram suas prioridades na difusão de novas cultivares adaptadas a diferentes condições climáticas e sistemas de cultivo, com alto rendimento, tamanho, firmeza de frutos e resistência aos patógenos (DI VITTORI et al., 2018).

Desta forma, fica evidente que o Brasil necessita reestabelecer os programas de melhoramento genético de morangueiro, pois, diferente do que acontece no exterior, o país não possui nenhum programa oficialmente ativo (GALVÃO, 2014). Para o melhoramento genético das plantas, a avaliação do produto é essencial e, para frutas e hortaliças, a qualidade é fundamental para a aceitação do produto pelo consumidor (VIEIRA et al., 2017.

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho foi descrever como ocorre a realização e seleção de híbridos de morangueiro com de alta produtividade e excelentes qualidades nutricionais pós-colheita.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1.1 PROCESSO DE HIBRIDIZAÇÃO

Conforme recomendações de Camargo et al. (1993) e Chandler et al. (2012), a emasculação das flores é realizada no período da antese. No período da manhã, utilizando uma pinça e vibrador manual, retirando-se os grãos de pólen de flores dos genitores masculinos e colocados em pequenos recipientes devidamente identificados. E posteriormente a realização da emasculação dos botões dos genitores femininos, utilizando-se pinças afiadas para facilitar a abertura dos botões e remoção das anteras. Imediatamente após a emasculação as flores serão polinizadas manualmente, por meio do procedimento de encostar os estigmas no recipiente contendo o pólen coletado.

Após o processo de hibridação, quando completamente maduros, os pseudofrutos serão colhidos e seus aquênios retirados com o auxílio de um liquidificador e em seguida acondicionados em dessecador a 25 °C. Após a quebra de

dormência os aquênios serão transferidos para caixas plásticas transparentes Os aquênios serão acondicionados na face adaxial e acondicionadas em germinador com temperatura constante de 25 ºC e fotoperíodo de 16 horas (GALVÃO et al., 2014). Após o desenvolvimento da radícula, as plântulas serão transferidas para bandejas de polietileno expandido, contendo substrato comercial a base de casca de pinus bioestabilizada e mantidas no germinador até o desenvolvimento de 4 a 5 folhas completamente expandidas. A partir disso, elas serão encaminhadas para casa-de-vegetação com nebulização e temperatura controlada para aclimatação. E após a colheita dos morangos, posteriormente os cruzamentos em que apresentarem maior produtividade de frutos, bem como tamanho e peso, serão classificados para a etapa que segue.

2.1.2. ANÁLISES NUTRICIONAIS E FÍSICO QUÍMICAS DOS FRUTOS

Para avaliar a qualidade pós-colheita dos frutos de morangueiro devem ser realizadas análises de umidade por diferença de massa em amostras de 10 a 15 g de fruto; teor de sólidos solúveis utilizando-se refratômetro obtendo-se os valores em ºBrix; acidez titulável por meio de método titulométrico expressos em gramas de ácido cítrico; relação sólidos solúveis/acidez titulável; pH; açúcares redutores; compostos fenólicos pelo método espectofotométrico de Follin-Ciocauteau; antocianinas totais e ácido ascórbico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os frutos de morangueiro que apresentam alta produtividade e ótimos parâmetros de qualidade nutricional podem seguir para a continuação do programa de melhoramento genético. E após ser testado em diferentes regiões do Brasil pode ser classificado como um híbrido que pode ser vendido comercialmente, sem o pagamento de *royalites* para os outros países, favorecendo assim, a pesquisa no país e com a queda no preço para a compra de mudas.

Finalmente, vê-se de que programas de melhoramento genético de morangueiro favorecem a criação de um híbrido adaptado as condições

edafoclimáticas do país, bem como de nível de produção por hectares acima dos encontrados comercialmente.

4 REFERÊNCIAS

CAMARGO, L.S.; PASSOS, F.A. **Morango**. In: FURLANI, A.M.C.; VIÉGAS, G.P. (Ed.). O melhoramento de plantas no Instituto Agronômico. Campinas: Instituto Agronômico, 1993. v. 1, p. 411-432.

CHANDLER, C.K. et al. **Strawberry**. In: BADENES, M.L.; BYRNE, D.H. (Ed.). Fruit breeding. New York: Springer, 2012, p.305-325.

DARROW, G.M. **Holt, Rinehart and Winston: the strawberry history breeding and physiology**. New York: The New England Institute for Medical Research, 1966, 477 p.

DE OLIVEIRA, A.C.B.; BONOW, S. Novos desafios para o melhoramento genético da cultura do morangueiro no Brasil. **Informe Agropecuário**, v.33, n.268, p.21-26, 2012.

FAGHERAZZI, A. F.; GRIMALDI, F.; KRETZSCHMAR, A. A.; MOLINA, A. R.; GONÇALVES, M. A.; ANTUNES, L. E. C.; BARUZZI, G.; RUFATO, L. Strawberry Production Progress in Brazil. **Acta Horticulturae**, p. 937–940, 2017.

GALVÃO, A.G. **Hibridização do morangueiro e seleção de clones com potencial produtivo para cultivo no sul de Minas Gerais**. Tese [doutorado] – Universidade Federal de Lavras, 77 p., 2014.

GALVÃO, A.G.; RESENDE, L.V.; GUIMARAES, R.M.; FERRAZ, A.K.L.; MORALES, R.G.F.; MARODIN, J.C.; CATÃO, H.C.R.M. Overcoming strawberry achene dormancy for improved seedling production in breeding programs. **Idesia**, Arica, v. 32, n. 4, p. 57-72, 2014.

VIEIRA, S. D.; DE SOUZA, D. C.; MARTINS, I. A.; RIBEIRO, G. H. M. R.; RESENDE, L. V.; FERRAZ, A. K. L.; GALVÃO, A. G.; DE RESENDE, J. T. V. Selection of Experimental Strawberry (Fragaria x Ananassa) Hybrids Based on Selection Indices. **Genetics and Molecular Research**, v. 16, 2017.

ZAWADNEAK, M.A.; SCHUBER, J.M.; MÓGOR, Á.F. **Como produzir morangos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2014.

PEQUENO PRÍNCIPE? REALEZA LÍQUIDA

CORDEIRO, Willian de Souza[69]
KREDENSER, Yasmim[70]
VOINAROSKI, Alisson Esser[71]
ROSAS, Rudy Heitor[4]

RESUMO: O presente resumo contempla a obra de Saint-Exupéry pela lente social que o livro aborda, com objetivo de abstrair conceitos em torno da crise de identidade do Pequeno Príncipe, que, apesar da individualidade da palavra "identidade", se expande ao social através da sua formação de personalidade ao contato com outros indivíduos. Utilizando a coleta de dados por pesquisa bibliográfica através de fontes que enriquecem os parâmetros para finalização do tema.

Palavras-chave: Identidade. Social. Personalidade.

1 INTRODUÇÃO

O livro Pequeno Príncipe de Antoine de Saint-Exupéry é um clássico da literatura, e através dele, podemos conceituar diferentes aspecto de percepção, sendo social, econômica ou política.

Ao deparar-se com questões sociais debatidas em torno da obra, a reflexão que apresenta a crise de identidade na personagem principal do livro, toma seu espaço ao entender que este transtorno advém do convívio social e da busca de reafirmação em determinado espaço.

A crise de identidade surge como conflito social atual, pois reflete nas condicionantes que um ser humano necessita se inserir, seja um transtorno relacionado ao psicológico, sexual, espiritual, social e outros diversos meios de reafirmação.

O pequeno Príncipe em suas viagens é movido a tentar inserir-se nos planetas, gerando essa transição de personalidade e relações superficiais.

2 DESENVOLVIMENTO

[69] Graduando em Engenharia Civil, 3º período, Centro Universitário Campo Real.
[70] Graduanda em Biomedicina, 1º período, Centro Universitário Campo Real.
[71] Graduando em Arquitetura e Urbanismo, 3º período, Centro Universitário Campo Real.
[4] Orientador, Professor Programa Alta Perfomance, Centro Universitário Campo Real.

Esta pesquisa é desenvolvida por levantamento de dados através da referência bibliográfica, e com objetivo de pesquisa descritiva compreender os conceitos em torno da crise de identidade presente na obra literária de Exupéry.

Sendo não só uma literatura de bolso, para esperar um avião ou ocupar o ócio, a obra serve para trazer reflexões profundas. O Pequeno Príncipe de Exupéry é um manifesto a criatividade, aguçando o abstracionismo durante a leitura, e trazendo mensagens existenciais, como em uma de suas edições em alemão, o livro recebeu o prefácio do filósofo Martin Heidegger que entendeu o livro como uma mensagem existencialista. Levando em consideração as viagens do principezinho, os mundos visitados, as experiências relatadas, é perceptível uma falta de identidade, ou, crise de identidade.

O pequenino conta todo o seu trajeto, desde a gênesis de sua viagem, saindo do seu planeta de baobás e a rosa vaidosa e mentirosa, sendo súdito do rei absolutista, se tornando um admirador do vaidoso, entristecendo com o bêbado, insatisfeito com o empresário, curioso com o acendedor de lampiões, vivendo como explorador no planeta do geógrafo e então partindo para a terra, onde conhecera a serpente, o piloto de avião, a raposa e as rosas efêmeras.

Durante a jornada do principezinho percebe-se aspectos de uma sociedade muito mutável como Zigmunt Bauman diz em sua obra “Modernidade Líquida” (2001). Segundo Bauman a vida contemporânea assemelham-se pela fluidez e vulnerabilidade incapazes de manter a mesma identidade por muito tempo que acarreta em um estado temporário e frágil, pode-se perceber alguns aspectos disso na passagem do príncipe pelos planetas gerando uma insatisfação de “habitar” aquele lugar, e consequentemente fazendo com que o príncipe se indigne e queira buscar novas experiências em diversos lugares mas nunca se satisfazendo com as visitas, tendo relações rasas e momentâneas com os habitantes dos planetas e após esse contato e a decepção, um outro passo para o novo em busca de se encontrar.

Mas o que entende-se como identidade, à totalidade da pessoa e integra os componentes biológicos, psicológicos e sociais (ERIKSON, 1968). Sendo assim, a difusão psicológica presente na personagem pode ser analisada por qualquer um dos três âmbitos que são integrados aos componentes.

A identidade é o aspecto mais preciso de um ser humano, cada um desenvolve a sua, apesar de mutável e de fácil reestruturação, é sujeita a transformações específicas (ELIAS, 1987).

O contato que o pequeno príncipe tem com as personagens de determinado mundo, o faz tentar moldar-se e até mesmo refutar as características presentes no ambiente, ele vive através da visão de quem ele convive, de forma natural.

> Mas não é, simplesmente, parte de sua natureza. É algo que se desenvolveu nela através da aprendizagem social. Como outros aspectos do autocontrole ou "consciência", só emergiu na história, dessa maneira pronunciada e difundida, gradativamente. Até nas sociedades mais complexas da Europa, esse ideal de ser, ter ou realizar algo único e diferente, bem como a satisfação trazida por sua consecução, só se difundiu muito gradualmente. (ELIAS, 1987, p. 98)

Os modelos de compreensão do pequeno príncipe são seccionados por suas inseguranças, e adaptada conforme o que o outro transmite para ele.

Compreendo o desajuste, incompatibilidade e insatisfação que se faz presente na visita do pequenino ao empresário e ao bêbado, mas também a curiosidade e instinto explorador nas visitas ao acendedor de lampião e o geógrafo, pode-se extrair o conceito de identidade sexual, em que o mundo que ele está presente, reflete-se ao corpo que se está preso, a insatisfação do corpo e difusão de identidade o faz explorar e ter curiosidade sob um outro conceito, para se ver livre da dualidade de corpos ou mundos, além de apenas uma designação sexual que os segrega: "Por trás da diferença entre a fisiologia da reprodução e a medicina da sexualidade seria necessário ver algo diferente e a mais do que um progresso desigual ou um desnivelamento nas formas da racionalidade" (FOUCAULT, 1984, p. 54).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste resumo foi abordado um aspecto social do livro O Pequeno Príncipe, de Saint-Exupéry, relacionado com a crise de identidade em uma sociedade.

Como já foi discutido, a passagem do príncipe por cada planeta representa uma tentativa de se ajustar aos padrões de cada um. Sentindo-se insatisfeito, segue ao próximo para uma nova experiência.

Portanto, a identidade se refere a totalidade de um ser, logo não é fixa ou

predeterminada, está em constante processo de formação. Assim, as experiências adquiridas pelo personagem podem representar a contínua busca que cada indivíduo realiza para aperfeiçoar sua individualidade.

4 REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro; revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ERIKSON, Erick Homberger. **Identidade, juventude e crise**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**.Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine. **O Pequeno Príncipe**. Tradução de Dom Marcos Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS

PINHEIRO, Débora Fernandes[72]
CÓRDOVA, Katielle Rosalva Voncik[73]
RESENDE, Juliano Tadeu Vilela [74]

RESUMO: Plantas alimentícias não convencionais podem ser fontes alternativas de compostos bioativos possuindo uma ampla gama de nutrientes benéficos a saúde humana. O objetivo do presente estudo foi identificar as plantas alimentícias não convencionais observadas no Brasil bem como sua contribuição para a população em geral. Realizou-se uma revisão bibliográfica em bases de dados nacionais e internacionais. Dentre as mais conhecidas e estudadas foram: ora-pró-nóbis, dente-de-leão, picão, capuchinha e transagem. Além de estarem disponíveis a uma grande parcela da população, seu custo é praticamente nulo e possui alto teor nutricional, tendo um potencial de completo para a alimentação humana.

Palavras-chave: PANC. Alimentação natural. Vegetal.

1 INTRODUÇÃO

A dieta humana são geralmente restritas a um pequeno número de espécies de plantas, mesmo em regiões com grande diversidade (LEAL; ALVES; HANAZAKI, 2018). Porém o Brasil é um dos países que concentra uma grande diversidade de plantas (PADILHA et al., 2017).

Segundo a FAO (1992), plantas alimentícias são aquelas que possuem uma ou mais partes, ou ainda por cima produtos que podem ser usados como alimento humano. Plantas alimentícias não convencionais (PANCs) refere-se às espécies alimentares que possuem uma ou mais partes com potencial alimentar e sem uso comum (KINUPP & LORENZI, 2014).

Esses alimentos são oriundos de florestas de terra-firme, capoeiras, fragmentos florestais, quintais, roças e florestas igapó, podendo ser consumidas in natura ou preparados de formas variadas e disponíveis para o consumo (CHAVES, 2016). E muito dessas plantas espontâneas ou silvestres são chamadas de daninhas, matos e outras denominações reducionistas ou pejorativas, pois suas utilidades e potencialidades econômicas são desconhecidas (KINUPP, 2008).

[72] Nutricionista. Mestranda em Produção Vegetal, Universidade Estadual do Centro Oeste.
[73] Departamento de Engenharia de Alimentos. Universidade Estadual do Centro Oeste.
[74] Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade Estadual do Centro Oeste.

Elas apresentam atividades antioxidantes, anticancerígenas, atividade antidiabética e cardioprotetoras (OLIVEIRA et al., 2012). Com isto, o objetivo do estudo foi verificar quais são as PANCs mais conhecidas no Brasil, bem como sua contribuição para a população em geral.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura nas bases de dados PubMed/Medline, Scielo e Science Direct, usando as seguintes palavras chaves: unconventional food plants, plantas alimentícias não convencionais e different food plants, de língua inglesa e portuguesa.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante destacar de que as PANCs podem ser classificadas como alimentos funcionais pois estas são fontes de vitaminas essenciais, antioxidantes, fibras, sais minerais, que nem sempre são encontradas em outros alimentos convencionais (KELEN et al., 2015).

Em um estudo realizado na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina foram encontrados 63 espécies de PANC'S distribuídas em 25 famílias botânicas (LEAL; ALVES; HANAZAKI, 2018).

Já na região rural de Viçosa, no estado de Minas Gerais, 59 espécies foram descobertas, estas distribuídas em 30 famílias botânicas (BARREIRA et al., 2015)

No Pantanal Brasileiro, realizou-se um estudo com plantas alimentícias em quatro comunidades mostrou-se de que, os indivíduos que residiam em locais mais distantes dos centro urbanos alimentavam-se de um número muito maior de plantas silvestres, alegando de que favoreceu as relações com o meio ambiente, aumentando o uso de animais silvestres e produtos alimentícios (BORTOLOTTO et al., 2015).

Mas diante dos registros que são vistos no Brasil, encontramos mais PANCs na região da Amazônia, como é o caso do trabalho de Chaves (2016), em que identificou 80 espécies de 47 famílias botânicas.

Dentre as PANCs mais conhecidas no Brasil pode-se citar a mastruz, seriguela, dente-de-leão, urucum, bromélia, gravatá, cacto, olho-de-pinto, marmelo, araçá-cavalo e capuchinha (LEAL; ALVES; HANAZAKI, 2018), além do cururu, picão, araticum, ora-pró-nóbis, transagem, azedinha, samambaia do mato e trevo azedo (BARREIRA et al., 2015).

A maioria desses alimentos citados ainda são pouco conhecidos, devido ao seu desconhecimento dos atributos nutricionais. Além de como deve ser realizada sua manipulação culinária (PADILHA et al., 2017). Contudo elas oferecem substâncias, vitaminas e minerais que podem propiciar aos seres humanos uma alimentação saudável (NETO, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a enorme variedade de PANCs com potencial alimentar existentes em nosso país, estas podem servir de opção para se atingir melhorias das condições nutricionais da população. Além de possuírem reduzido e/ou baixo custo, grande disponibilidade para populações de baixa renda, grande valor nutritivo. Para estudos futuros indica-se avaliar mais precisamente seus benefícios para a saúde humana e suas implicações de aceitabilidade bem como de palatabilidade, pois ainda os estudos baseados em evidências científicas sobre esses alimentos até o presente momento são poucos.

4 REFERÊNCIAS

BARREIRA, T. F.; PAULA FILHO, G. X.; RODRIGUES, V. C. C.; ANDRADE, F. M. C.; SANTOS, R. H. S.; PRIORE, S. E.; PINHEIRO-SANT'ANA, H. M.; BARREIRA, T. F.; PAULA FILHO, G. X.; RODRIGUES, V. C. C.; ANDRADE, F. M. C.; SANTOS, R. H. S.; PRIORE, S. E.; PINHEIRO-SANT'ANA, H. M. Diversity and equivalence of unconventional food plants in rural zone of Viçosa, Minas Gerais, Brazil. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 17, n. 4, p. 964–974, 2015.

BORTOLOTTO, I. M.; AMOROZO, M. C. de M.; NETO, G. G.; OLDELAND, J.; DAMASCENO-JUNIOR, G. A. Knowledge and Use of Wild Edible Plants in Rural Communities along Paraguay River, Pantanal, Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 11, p. 46, 2015.

CHAVES, M.S. **Plantas alimentícias não convencionais em comunidades ribeirinhas na Amazônia**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, MG, 2016, 123 p.

FAO - **Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação**. Productos forestales no madereros; posibilidades futuras. Roma: Estudio FAO Montes; 1992.

KELEN, M.E.B.; NOUHUYS, I.S.; KEHL, L.C.; BRACK, P.; SILVA, D.B. **Plantas alimentícias não convencionais (PANCs): hortaliças espontâneas e nativas**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, 44p.

KINUPP, V.F. Plantas alimentícias não-convencionais da região metropolitana de Porto Alegre, RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.3, n.3, p.53-54, 2008.

KINUPP, V.F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas**. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora; 2014.

LEAL, M. L.; ALVES, R. P.; HANAZAKI, N. Knowledge, use, and disuse of unconventional food plants. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 14, 2018.

NETO, C.R. **A importância da inserção de plantas alimentícias não convencionais na alimentação humana**. Brasília:DF, 5 p., 2017.

OLIVEIRA, V. B.; YAMADA, L. T.; FAGG, C. W.; BRANDÃO, M. G. L. Native foods from Brazilian biodiversity as a source of bioactive compounds. **Food Research International**, v. 48, n. 1, p. 170–179, 2012.

PADILHA, M.R.F.; SHINOHARA, N.K.S.; MACÊDO, I.M.E.; BERNARDINO, A.V.S.; ROCHA, N.S.; MACHADO, J. Syagrus schizophylla: Unconventional Food Plant of the Caatinga Biome with a high caloric value. **Geama**, v.3, n.2, p.53-57, 2017.

PADILHA, M.R.F.; SHINOHARA, N.K.S.; SHINOHARA, G.M.; CABRAL, J.V.B.; OLIVEIRA, F.H.P.C. Plantas alimentícias não convencionais (PANC): uma alternativa para a gastronomia pernambucana. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, v.14, p.266-278, 2017.

ETIOLOGIA DO TRASTORNO DISSOCIATIVO DE IDENTIDADE

SANTOS, Bárbara Zeglan[75]
CASTRO, Zélia Leal[76]
LAROCCA, LígiaGobbo[77]

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre o transtorno dissociativo de identidade, como ocorre tal transtorno, o porque e quão demorado é o diagnóstico. A pesquisa foi realizada com o intuito de questionara etiologia do transtorno,como se deu a mudança de nomenclatura nosoégrafica durante os anos e os diagnósticos diferenciados. A partir de um estudo de caso publicado e pesquisa sobre a temática através de artigos acadêmicos da área, pode-se verificarpouco mais sobre este transtorno.

Palavras-chave: Transtorno dissociativo. Transtorno dissociativo de identidade. Psicopatologia.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente denominado de personalidade múltipla pelo DSM III (David, 1994), em substituição, a partir de 1994, o Manual Diagnostico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) cunhou a expressão Transtorno Dissociativo de Identidade (TDI), caracterizado segundo o DSM- V, por perturbação e/ou descontinuidade da integração normal de consciência, memória, identidade, emoção, percepção, representação corporal, controle motor e comportamento. Os sintomas dissociativos podem potencialmente perturbar todas as áreas do funcionamento psicológico. Dentre os transtornos dissociativos citamos: transtorno dissociativo de identidade, amnésia dissociativa, transtorno de despersonalização/desrealização, outro transtorno dissociativo especificado e transtorno dissociativo não especificado.

Nesse artigo aprofundaremos mais sobre o transtorno dissociativo de identidade, o qual se caracteriza pela presença de dupla identidade ou mais identidades que se alteram.

2 DESENVOLVIMENTO

[75] Acadêmica do curso de Psicologia, sexto período, Faculdade Campo Real.
[76]Acadêmica do curso de Psicologia, sexto período, Faculdade Campo Real.
[77]Psicóloga graduada pela UFPR e especialista (UEPG). Docente da Faculdade Campo Real

Conforme o DSM V o transtorno dissociativo de identidade pode apresentar dois conjuntos de sintomas: o primeiro, alterações ou descontinuidades repentinas no senso de si mesmo e de domínio das próprias ações, e o segundo, amnésias dissociativas recorrentes.

O primeiro sintoma pode afetar qualquer aspecto do funcionamento de um indivíduo. Decorrente disso o paciente pode relatar ouvir vozes, sentir seu corpo diferente, ter atitudes, emoções e comportamentos que eles mesmos não conseguem controlar. Pela complexidade desta alteração, pode-se acrescentar que a psicopatologia considera os sintomas dissociativos como alterações da consciência. (DALGALORRONDO, 2008).

Já o segundo grupo de sintoma apresenta três formas principais: 1) lapso na memória remota de eventos da vida pessoal; 2) lapsos na memória normalmente confiável e 3) descoberta de ações e tarefas cotidianas que eles não lembram terem feito.

Segundo Simeon, a etiologia do transtorno dissociativo de identidade é atribuída tanto à presença de estresse grave -frequentemente ocorrido na infância, tais como maus-tratos ou falta de cuidados -, quanto à capacidade do indivíduo de dissociar percepções, memórias ou identidades da consciência.

O TDI é visto, atualmente, como o nível mais extremo de dissociação e descrito como um estresse pós traumático dissociativo psicopatológico crônico (Braun,1990 apud Faria).

A partir dessas caracterizações etiológicas descritas na literatura acadêmica, torna-se necessário investigar como a presença de estresse agudo na infância poderia desencadear esse fenômeno dissociativo. No TDI, o diagnostico só ocorre, em média, seis a oito anos após o surgimento dos sintomas. (Huynh, NgaminiNgui,Kaurouz, Lesage, & Fleury, 2016 apud Faria). Para verificar como o diagnostico se dá, será utilizado um estudo de caso como forma de verificação.

O estudo de caso usado para essa pesquisa está publicado na revista “Debates de Psiquiatria” em março/abril de 2015. Diz respeito a um indivíduo do sexo masculino, 24 anos, residente na cidade do Rio Grande do Sul, solteiro, que atualmente recebe auxílio devido a doença psiquiátrica. O mesmo pediu para ser internado, pois era atormentado por “13 amigos”. Passou por várias consultas com psiquiatras diferentes,

fez uso de várias medicações, mas não obteve resultados. Quando internado relatou sobre sua história de vida a qual foi muito atormentada.

O paciente relatou que sofreu abuso sexual por um integrante da família e na escola, maus-tratos e teve sérios desentendimentos com o pai. Afirmou que, decorrente dessas situações, começou a usar drogas ilícitas.

Das 13 identidades identificadas no sujeito, três eram femininas, sendo elas uma criança de 7 anos, uma adolescente de 13 anos e uma mulher com a idade não identificada; e dez masculinas sendo essas irritadas, consternadas e perversas com nomes que lembravam personagens de filmes. O paciente apresentou ansiedade, ao recordar de seu passado e momentos característicos de dissociação com voz e fisionomia alterada, como se fosse um dos 13 personagens.

Depois de 10 anos, o paciente foi diagnosticado com TDI, pois apresentava mais de uma identidade diferente com nomes próprios, idades diferentes e funções distintas. O mesmo foi acompanhado diariamente por uma equipe de profissionais, tendo assim uma melhora nos sintomas de impulsividade e depressivos. Ele e a família passaram a entender melhor a patologia recebendo acompanhamento pelo CAPS.

No presente estudo de caso, não foi afirmado a causa do TDI, mas, podemos constatar como os traumas que o paciente teve em sua infância contribuíram para que o TDI fosse identificado.

> Os transtornos dissociativos podem ser encarados como tipos muito complexos e de longo prazo do transtorno do estresse pós-traumático, começando agudamente durante a infância e se tornando crônicos durante toda a adolescência e idade adulta. A dissociação pode servir inicialmente como uma função adaptativa, tornando mais tolerável o medo e a dor psicológica que acompanham o trauma. (SANTOS, p. 32, 2015).

Dessa maneira, a criança abusada se distancia da experiência traumática, criando assim identidades diferentes da sua.

O que fica claro nesta discussão do caso é o caráter adaptativo da dissociação, como uma espécie de defesa no limite frente a um estresse pós-traumático tão continuado. Diante da impossibilidade de impedir o encontro com essas experiências é a própria identidade que se divide.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste viés interpretativo, é importante pensar no manejo e tratamento psicoterapêutico, que tanto necessitará daconstrução de um vínculo seguro para o equilíbrio dos sintomas como exigirá trabalhar com as memórias traumáticas e seu processamento. Mas, sobretudo, a psicoterapia só poderá buscar a integração das identidades e a reabilitação se puder compreender que essas identidades devem ser tratadas como sendo da mesma pessoa diante da necessidade de responder a eventos traumáticos. Devemos focalizar mais sobre essa temática para que minimizem a dificuldade do complexo processo diagnostico, para que não ocorram diagnósticos equivocados.

4 REFERÊNCIAS

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**.Porto Alegre: Artmed, 2014.

DALGALORRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.** Artmed, 2008. Disponível em: <https://monitoriapsiq2015.files.wordpress.com/2015/02/psicopatologia-e-semiologia-dos-transtornos-mentais-paulo-dalgalarrondo.pdf.> Acesso em: 28 ago. 2018.

SIMEON, Daphne. **Transtorno Dissociativo de Identidade.** Disponível em: <http://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/transtornos-psiqui%C3%A1tricos/transtornos-dissociativos/transtorno-dissociativo-de-identidade.>Acesso em: 29 mar. 2017.

SANTOS, P. Mirian. Transtorno Dissociativo de Identidade (Múltiplas Personalidades): Relato e Estudo de Caso**. Debates em Psiquiatria**. p. 32 -37,Mar/Abril 2015. Disponível em <http://www.abp.org.br/rdp15/02/rdp_02_06.pdf.> Acesso em: 29 mar 2017.

FARIA, Marcello de Abreu, **Transtorno dissociativo de Identidade e esquizofrenia:** uma investigação diagnostica; Brasília, DF, 2016.

A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE UMA LEI FEDERAL QUE PROTEJA AS MULHERES CONTRA A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

BORAIKO, Milena[78]
LEUTNER, Jussimary[79]
ROSAS, Rudy Heitor[80]

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade, procurar fomentar o debate acerca da importância da criação de uma lei federal que proteja as mulheres contra a violência obstétrica no Brasil. Baseando-se em pesquisas bibliográficas, será elucidado como ocorre a violência obstétrica. Ademais, também será apresentado os direitos das gestantes e parturientes e a necessidade da ampliação normativa acerca do assunto. A violência obstétrica ainda é muito frequente em nosso país, diante disso, há a necessidade de gestantes e parturientes se sentirem seguras e protegidas durante esse momento tão significativo em suas vidas.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Humanização do Parto. Lei Federal à Gestante e à Parturiente. Direitos da Gestante e da Parturiente.

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Rede Brasil de Direitos Humanos, o significado de violência consiste em: "[...] uso abusivo ou injusto do poder, assim como o uso da força que resulta em ferimentos, sofrimento, tortura ou morte". (ZORZAM; CAVALCANTI, 2017, p. 37). Diante disso, no que tange ao momento tanto de trabalho de parto, quanto o pré-natal e o pós-parto, as mulheres vêm sofrendo danos sucessivos no que diz respeito a sua integridade física e psíquica.

Por meio de estudos bibliográficos, além da análise de leis e pesquisas que retratam o cotidiano cruel que gestantes e parturientes sofrem, o tema proposto tem como objetivo demonstrar a importância da criação de uma lei federal que proteja e garanta os direitos das mulheres contra a violência obstétrica.

Com base nesse pressuposto, será elucidado os principais aspectos da violência obstétrica, assim como os direitos das gestantes e das parturientes que são lesadas, com destaque a humanização da assistência ao parto. Expondo dessa maneira, as ampliações normativas em relação ao parto e a importância da promoção de discussões acerca do assunto.

[78] Acadêmica do Curso de Direito, 2º Período, Centro Universitário Campo Real.
[79] Acadêmica do Curso de Direito, 2º Período, Centro Universitário Campo Real.
[80] Professor Adjunto, responsável pelas disciplinas de Criminologia e Metodologia de Pesquisa, do Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.

2 PRINCIPAIS ASPECTOS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

A violência obstétrica pode ocorrer de diversas maneiras, através de xingamentos, intervenção médica não necessária ou não autorizada pela paciente, exames de toque a todo instante e até mesmo ter a entrada barrada de um acompanhante. (VIEIRA; REGHIN, 2017).

Um fator muito presente entre as gestantes e parturientes é a falta de informação sobre os processos que irão ser realizados durante o trabalho de parto. Além disso, o medo das mulheres, por estarem em um ambiente desconfortável, muitas vezes, sem qualquer amparo emocional, podem levá-las a aceitação de constrangimentos e diversos outros acontecimentos incômodos.

Esses são alguns dos exemplos que mulheres em trabalho de parto vivenciam, sendo uma realidade cotidiana e cruel, segundo pesquisas.

Os maus-tratos e processos desnecessários aos quais a maioria das mulheres brasileiras são submetidas ficam evidenciados, de acordo com a pesquisa da Fundação Perseu Abramo e SESC (2010), que relata que uma em cada quatro mulheres sofre algum tipo de violência durante o parto. Dentre as agressões indicadas na pesquisa, estão o exame de toque de forma dolorosa, negar algum tipo de alívio para sua dor e o profissional deixar de informar algum procedimento que estava realizando.

A humilhação e processos desnecessários aos quais mulheres gestantes e parturientes brasileiras acabam passando possuem elevados índices de ocorrência, assim, é imprescindível que a mulher receba todo o suporte necessário para evitar traumas durante o vínculo mãe-bebê. Além disso, esses índices revelam uma grave violação dos direitos humanos e direitos das mulheres.

2.1 OS DIREITOS DA GESTANTE E PARTURIENTE NOS CASOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Com a consolidação da obstetrícia moderna, surgiu a humanização da assistência ao parto. Abrangendo em diversos aspectos, temos que a atuação do profissional deve respeitar os aspectos fisiológicos, sociais e culturais da parturiente,

não intervindo desnecessariamente e oferecendo suporte emocional à mulher e sua família. (DIAS; DOMINGUES, 2015).

A humanização da assistência ao parto faz parte de uma conquista crescente em caráter jurídico, afirmando a importância da garantia dos direitos reprodutivos femininos, para reduzir deste modo, futuros traumas causados as mulheres e como consequência, melhorar os indicadores de saúde das gestantes e parturientes.

Acerca desses direitos, esclarece Zorzam e Cavalcanti (2017, p. 13):

> Os direitos reprodutivos se estabelecem em quarto grandes pilares: integridade corporal, autonomia pessoal, igualdade e diversidade. A partir deles, os órgãos oficiais de saúde formulam suas preconizações, assegurando que os direitos humanos sejam cumpridos no âmbito da saúde, através de seus comitês reguladores.

Embora ocorra essa fiscalização através de comitês reguladores, há a necessidade de uma lei federal que garanta, de fato, os direitos das mulheres gestantes e parturientes. Reunindo direitos já garantidos em nossa legislação referentes ao assunto com os demais direitos que ainda não foram abordados, para termos maior segurança jurídica na possibilidade de defesa, assim como na penalização, a adoção de uma lei que abranja todo o país pode surtir efeitos positivos em relação ao índice de violência obstétrica que temos hoje no Brasil.

2.2 A IMPORTÂNCIA DE UMA LEI FEDERAL QUE PROTEJA AS MULHERES DESDE O PRÉ-NATAL ATÉ O PÓS-PARTO

É devido as circunstâncias citadas anteriormente, que discutiremos a importância de se ter uma lei para a prevenção de atos violentos, desnecessários e constrangedores contra gestantes e parturientes.

A violência obstétrica, além de ser um ato violento praticado contra a mulher, também é uma violação dos Direitos Humanos. O Brasil vem ampliando suas normativas em relação ao parto, buscando consolidar a humanização comentada anteriormente.

Ainda que não tenhamos uma legislação federal específica no Brasil, determinadas normativas protegem as mulheres contra algumas condutas praticadas.

Entre essas normativas, em âmbito federal, temos o direito de um acompanhante garantido pela Lei do Acompanhante nº 11.108. (BRASIL, 2005).

Outro exemplo, entretanto, em esfera estadual, é a Lei nº 17.097, que "Dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina". (SANTA CATARINA, 2017).

A criação de uma lei federal que proteja as gestantes e parturientes, é justamente, para que haja a busca da humanização do parto desde o pré-natal até o pós-parto, além de especificar as violências consideradas físicas e verbais, assim como o estado de Santa Catarina fez. Além disso, o principal motivo para que o Brasil adote uma lei federal sobre o assunto, é promover a informação e a segurança da mulher.

Vale ressaltar que a violência obstétrica ocorre não só por profissionais da saúde, mas pela família da vítima também. Portanto, precisamos promover ainda mais discussões acerca do assunto, pois enquanto não tivermos a violência obstétrica caracterizada como crime em nossa legislação, deve a mulher que se sentir lesada, recorrer a outros meios para garantir seus direitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gerar um filho e podê-lo trazer ao mundo é uma das experiências mais significativas e transformadoras na vida de uma mulher. E para que esse momento ocorra de forma digna, é essencial que a parturiente se sinta segura, amparada e principalmente respeitada durante o pré-natal, parto e pós-parto.

A priori foi necessário evidenciar pesquisas que comprovam o alto índice de vítimas da violência obstétrica no Brasil. Ademais, elucidamos os principais aspectos dessa violência e como ela ocorre, dando ênfase também a alguns direitos que as gestantes e parturientes possuem, entretanto, um em esfera estadual e outro que abrange todo o país. Além disso, foi abordado os principais motivos para a criação de uma lei federal que proteja as mulheres contra a violência obstétrica.

Conclui-se, portanto, que a violência obstétrica ainda é muito comum em nosso país. Diante dos aspectos apresentados, pode-se dizer que há uma expressiva necessidade na criação de uma lei específica em âmbito federal, que proteja, deste

modo, os direitos da gestante e da parturiente, durante um momento tão peculiar em sua vida.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.108**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

DIAS, Marcos Augusto Bastos; DOMINGUES, Rosa Maria Soares Madeira. Desafios na implantação de uma política de humanização da assistência hospitalar ao parto. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 699-705, set. 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**. 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/pesquisaintegra_0.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

SANTA CATARINA. **Lei n. 17.097**. Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17097_2017_lei.html>. Acesso em: 27 ago. 2018.

VIEIRA, Maria Clara; REGHIN, Mariane. O que é violência obstétrica? Descubra se você já foi vítima. **Revista Crescer**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Gravidez/Parto/noticia/2017/08/o-que-e-violencia-obstetrica-descubra-se-voce-ja-foi-vitima.html>. Acesso em: 02 set. 2018.

ZORZAM, Bianca; CAVALCANTI, Priscila. **Direito das Mulheres no Parto:** Conversando com Profissionais da Saúde e do Direito. São Paulo: Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde, 2017.

EFEITO ALELOPÁTICO DO EUCALIPTO SOBRE A GERMINAÇÃO DE SEMENTES DE OLERÍCOLAS

BORUCH, Letícia[81]
PANISSON, Maiara Dal Posso[1]
CUNHA-CHIAMOLERA, Tatiana Pagan Loeiro da[82]

RESUMO: Este estudo teve como objetivo avaliar a influência de diferentes concentrações do extrato aquoso de folhas de eucalipto, sobre a germinação de sementes de algumas olerícolas. O experimento foi conduzido em delineamento inteiramente casualizado com cinco tratamentos (concentrações de extrato de folha de *Eucalyptus grandis*: 0% (testemunha), 25%, 50%, 75%, 100%) e dez repetições. Os resultados indicaram a existência de potencial alelopático sobre as espécies de rabanete, pimentão vermelho, beterraba, cenoura, alface, rúcula e pepino. Houve inibição da germinação das sementes de pimentão vermelho, em todas as doses aplicadas em relação a testemunha.

Palavras-chave: Extrato de *Eucalyptus grandis*. Germinação. Hortaliças.

1 INTRODUÇÃO

Várias plantas apresentam em suas composições atividades alopáticas, e uma delas encontra-se no gênero *Eucalyptus*. Nativo da Austrália, possui compostos fenólicos solúveis em água, terpenóides voláteis e outros compostos inibidores são encontrados em suas folhas (SILVA, 1994).

O eucalipto é uma das espécies florestais mais utilizadas em reflorestamento e principalmente em sistemas agroflorestais (SAF's). Pequenos produtores tem adotado uma prática comum no interior das áreas de eucalipto o cultivo de hortaliças. Porém, devido ao potencial alelopatico que a espécie possui pode levar a uma redução na germinação, crescimento e desenvolvimento dessas hortaliças, em consequência, redução na produtividade (BEDIN et al., 2006).

A alelopatia é uma interferência natural, substâncias que as plantas são capazes de produzir, quando liberada no ambiente e em contato com alguma planta e/ou organismo é capaz de afetar beneficamente ou maleficamente o mesmo (MOLISCH, 1937). Dessa maneira, a alelopatia relaciona-se a qualquer efeito direto

[81] Aluno do curso de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real.
[82] Professora orientadora do curso de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real.

ou indireto que a planta é capaz de exercer sobre a outra pela produção de seus compostos secundários (RICE,1984).

Existem duas formas de alelopatia, a autotoxidade e a heterotoxidade. A autotoxidade, ocorre através de uma substância tóxica que faz com que ocorra o retardamento e/ou inibição da germinação das sementes (MILLER, 1996). A heterotoxidade acontece quando substâncias fitotóxicas são liberadas por meio de lixiviação e exudação das raízes e por decomposição das folhas das plantas no solo, no caso do eucalipto, interfere na germinação das sementes e no crescimento das plantas (NUÑES et al., 2006).

A ação dos aleloquímicos atua diretamente na fisiologia das plantas, causando inibição e modificação do crescimento e desenvolvimento por interferir nos hormônios, divisão e alongamento celular, fotossíntese, respiração, atividade enzimática, na permeabilidade e estrutura das membranas e parede celular. Muitos desses distúrbios fisiológicos ocorre em função do estresse oxidativo (REZENDE; PINTO, 2006).

O objetivo deste trabalho foi avaliar os possíveis efeitos alelopáticos utilizando diferentes concentrações do extrato de folhas de *Eucalyptus grandis*, sobre a germinação de sementes de rabanete, abobrinha, beterraba, cenoura, alface, couve-flor, rúcula e pepino.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no laboratório de Bromatologia e Sementes do Centro Universitário Campo Real, no município de Guarapuava-PR, no decorrer dos meses de agosto e setembro de 2017.

Os tratamentos foram dispostos em delineamento inteiramente casualizados com 5 (cinco) tratamentos e 3 (três) repetições. Cada tratamento consistia de diferentes concentrações de extrato de folha de *Eucalyptus grandis*: 25%, 50%, 75%, 100%, além das testemunhas que recebeu água destilada.

Para elaborar o extrato aquoso, foram utilizadas folhas jovens retiradas das extremidades dos galhos e folhas maduras coletadas do solo, proveniente de rebrotas

de aproximadamente dois anos.

No preparo do extrato, foi adicionado 10 gramas de folhas a 200 ml de água destilada no liquidificador, onde foram trituradas por 1 (um) minuto e posteriormente filtrados, utilizando um coador de papel. O extrato foi imediatamente utilizado nos testes.

Foram utilizadas sementes de rabanete (RB), abobrinha (AB), pimentão vermelho (PV), beterraba (BT), cenoura (CN), alface (AF), couve-flor (CF), rúcula (RC) e pepino (PP).

O teste de germinação foi realizado em placas de petri esterilizadas de 90 X 15 mm, com papel filtro qualitativo. Cada placa recebeu 10 (dez) sementes e 5 ml de extrato.

O experimento foi mantido no germinador de sementes, modelo mangelsdorf, com temperatura média de 20º C, por 7 (sete) dias. Durante esse período não houve a necessidade de adicionar o extrato para manter a umidade no papel.

A taxa de germinação foi verificada ao final dos 7 (sete) dias, por meio de contagens das sementes germinadas. A semente foi considerada germinada a partir do momento em que houve a emissão da radícula do embrião.

Os dados foram submetidos à análise de variância (teste F), sendo as médias testadas pelo teste de Tukey, ao nível de 5% de probabilidade.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação aos resultados o extrato de *Eucalyptus grandis* influenciou no germinação de sementes de pimentão vermelho, que foi totalmente inibida em todas as doses do extratos utilizada (Tabela 1). Quanto ao índice de germinação das sementes das outras olerícolas, com o aumento da concentração do extrato aquoso houve redução no percentual de germinação (Tabela 1).

Tabela 1. Percentual de germinação das sementes na presença de diferentes concentrações de extratos elaborados a partir de folhas eucaliptos.

Tratamento	RB	AB	PV	BT	CN	AF	CF	RC	PP
0%	9,33a	3,67a	0,33a	6,00a	8,00a	8,00a	8,33a	10,0a	7,67a
25%	9,33a	3,33a	0,00a	5,00a	8,00a	9,67a	2,00b	9,33a	5,33ab
50%	9,67a	3,67a	0,00a	5,67ª	7,67a	9,33a	3,00b	7,67ab	7,33a

75%	10,0a	2,67a	0,00a	7,00a	7,00a	8,67a	1,67b	6,67ab	5,00ab
100%	9,33a	3,33a	0,00a	7,33ª	7,00a	8,00a	2,33b	5,33b	3,33b
Teste F	$0,57^{ns}$	$0,94^{ns}$	$1,00^{ns}$	$0,83^{ns}$	$0,72^{ns}$	$1,44^{ns}$	19,11**	5,86*	6,52**
CV%	7,17	21,91	387,3	29,45	13,71	12,54	31,60	17,52	21,12

*RB = rabanete; AB = abobrinha; PV = pimentão vermelho; BT = beterraba; CN = cenoura; AF = alface; CF = couve-flor; RC =rúcula; PP = pepino.

Resultados semelhantes foram encontrados por Albach et al. (2010) e Goetze et al. (2004), utilizando extrato aquoso de serapilheira de *Eucalyptus*, nas concentrações 25%, 50%, 75% e 100%, observaram baixo índice de germinação nas concentrações mais elevadas, sendo que na concentração de 100%, nenhuma semente germinou.

Os efeitos progredidos pelo extrato de folhas de *Eucalyptus* sobre o percentual de germinação das sementes constituem dados importantes em áreas de implantações de SAF's. O consórcio com hortaliças com espécies de *Eucalyptus*, podem apresentar redução na velocidade de germinação das sementes de hortaliças, devido a decomposição das substancias presentes nas folhas. Isso contribui para que a semente permaneça por mais tempo no solo, aumentando as chances dessas serem contaminadas por microrganismos fitopatogênicos, emergência desuniforme, e na queda na produtividade e na qualidade das hortaliças (BEDIN et al., 2006).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os extratos das folhas do eucalipto apresentaram significativamente potencialidades alelopáticas.

4 REFERÊNCIAS

ALBACH, A. C. C.; ALMEIDA, V. P.; BREIER, T. B.; BARRELLA, W. Potencial alelopático das folhas de *Eucalyptus urophila*. **Revista Eletrônica de Biologia**, v. 3, n. 2, p. 32-47, 2010.

BEDIN, C.; MENDES, L. B.; TRECENTE, V. C.; SILVA, J. M. S. Efeito alelopático de extrato de *Eucalyptus citriodora* na germinação de sementes de tomate (*Lycopersicum esculentum* M.). **Revista Científica Eletrônica de Agronomia**, n.10, 2006.

GOETZE, M.; THOMÉ, G. C. H. Efeito alelopático de extratos *Nicotiana tabacum* e *Eucalyptus grandis* sobre a germinação de três espécies de hortaliças. **Revista Brasileira de Agrociência**, v. 10, n. 1, p. 43-50, 2004.

MILLER, D. A. Allelopathy in forage crop systems. **Agronomy Journal**, v. 88, n. 6, p. 854-859, 1996.

MOLISCH, H. Der. Einfluss einer pflanze auf die andere. **Allelopathy**. Gustav Fischer Verlag, Jena. 106 p, 1937.

NUÑEZ, L. A., ROMERO, T.; VENTURA; J. L.; BLANCAS, V.; ANAYA, A. L.; ORTEGA, R.G. Allelochemical stress causes inhibition of growth and oxidative damage in Lycopersicon esculentum Mill. **Plant Cell Environ**. v. 29, n. 11, p. 2009–2016, 2006.

RICE, E. L. **Allelopathy**. 2nd ed. Academic Press, New York. 422 p, 1984.

REZENDE, C.P., J.C. PINTO, A.R. Evangelista e I.P.A. Santos. **Alelopatia e suas interações na formação e manejo de pastagens**. Boletim Agropecuário, Universidade Federal de Lavras, MG. V.54, p.1-55. 2003

SILVA, E. **Avaliação quantitativa de impactos ambientais do reflorestamento no Brasil**. Viçosa, 1994. 309p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Viçosa, 1994.

DIREITOS DA PERSONALIDADE - LIBERDADE DE EXPRESSÃO: LIBERDADE RELIGIOSA *VERSUS* DIREITO À VIDA

MOSS, Ana Maria[83]
PRATES, João Evandro Gomes[84]
SILVA, Sarah Dib Domingues[85]
SELL, Elizabete Nizer[86]

RESUMO: O presente trabalho, feito a partir do método bibliográfico, aborda clara e objetivamente o Direito da personalidade de liberdade de expressão religiosa e o seu conflito direto com o Direito à vida, mais precisamente no caso das Testemunhas de Jeová e sua recusa à transfusão sanguínea, condenada por sua crença.

Palavras-chave: Direito à liberdade de crença religiosa. Direito à vida. Direitos da personalidade. Testemunhas de Jeová. Transfusão sanguínea.

1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho tratará do Direito à liberdade de expressão de crenças religiosas, um direito da personalidade protegido pela Constituição, sendo um Direito Fundamental de todo ser humano, seja nascido no Brasil ou estrangeiro aqui residente. Da mesma maneira, discorrer-se-á a respeito do conflito que as Testemunhas de Jeová trazem para o legislado, graças à restrição exigida pela crença, que condena a transfusão de sangue por seus fiéis. Conflitante a isso, será apresentado o ponto de vista referente ao direito à vida e a conduta médica, sendo o primeiro entendido como superior aos demais direitos.

2 CONCEITO GERAL DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

"Os direitos da personalidade são subjetivos a pessoa, prezando pelas suas integridades física [...], intelectual [...] e moral [...]." (DINIZ, 2000, p.102). De acordo com o código civil, tem por principais características a irrenunciabilidade e a intransmissibilidade. Além disso, são vitalícios, conferidos desde a concepção até a morte, inclusive após ela.

[83]Acadêmica de Direito, 2º Período, Centro Universitário Campo Real
[84]Acadêmico de Direito, 2º Período, Centro Universitário Campo Real
[85]Acadêmica de Direito, 2º Período, Centro Universitário Campo Real
[86]Professora da Direito Civil I e II, Centro Universitário Campo Real

2.1 DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO: LIBERDADE RELIGIOSA

O Direito à liberdade de expressão, disposto no art. 5º da Constituição Federal, garante a livre expressão das vontades e de pensamento individual, quaisquer que sejam suas convicções e desejos pessoais, como a religião. Cabe ao Estado proteger este direito, ainda que colida com outros direitos fundamentais, como o direito à vida, a exemplo de Testemunhas de Jeová. A recusa da transfusão de sangue, quando em risco de morte, é uma escolha que atinge a cada um, não cabendo a terceiros. O VI do art. 5º diz que "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos [...]." (Constituição Federal, Art. 5, parágrafo VI). Igualmente, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos colocam nas mãos do Estado o dever de defender quaisquer crenças e suas manifestações:

> I. Toda pessoa terá direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Esse direito incluirá a liberdade de ter ou adotar uma religião ou crença de sua escolha e a liberdade de manifestar sua religião ou crença [...]. III. A liberdade de manifestar a própria religião ou as próprias crenças só poderá estar sujeita a limitações estabelecidas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral pública ou os direitos fundamentais e as liberdades das demais pessoas. (Art. 18, parágrafo I e III).

O Brasil, como Estado Laico, não tem o direito de intervir na manifestação de credo, e as escolhas que esta traz para a vida do cidadão.

2.2 DIREITO À VIDA E DIREITO À VIDA DIGNA

O artigo 3º da Declaração dos Direitos Humanos defende o direito à vida a todos. Já Constituição Federal garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a brasileiros e a estrangeiros residentes no País o direito de viver e de ser um cidadão livre. Alguns doutrinadores consideram o direito à vida como o mais importante e fundamental à existência e exercício dos demais. A Carta Magna também dispõe no art. 5º caput, a inviolabilidade e irrenunciabilidade do direito a vida, sendo dever do Estado defendê-lo, tanto no sentido de continuar vivo quanto de viver dignamente. A respeito disso, Maria Helena Diniz (2007) ensina:

> O direito à vida é protegido por normas jurídicas e apresenta ubiquidade, por existir em qualquer ramo do direito, inclusive no direito das gentes. A vida está acima de qualquer Lei e é incólume a atos dos poderes públicos, devendo ser protegida contra quem quer que seja até mesmo contra seu próprio titular, por ser irrenunciável e inviolável.

Porém, não se resume direito à vida apenas no sentido biológico, mas também ao bem estar físico, emocional, psicológico e espiritual, afinal a dignidade é um princípio constitucional. Debora Gozzo (2008, p. 407), apud André Mendes Espírito Santo (2009, p. 39): "[...] a vida em si deve existir e ser preservada acima de tudo. Mas o ponto aqui diz respeito não só ao direito à vida, mas o direito à vida digna [...] Não basta viver. É necessário que haja dignidade nesse viver [...]". Assim, nota-se a importância de garantir às pessoas o que lhes é tida por digno.

2.3 RESPONSABILIDADE MÉDICA PERANTE NEGAÇÃO DE TRATAMENTO

A partir do Código de Ética Médica e dos Códigos Civil e Penal, se colocam dois pareceres médicos relacionados à questão das Testemunhas de Jeová. O primeiro, quando o tratamento com transfusão sanguínea é o mais recomendado, sendo o mais seguro e mais rápido para o tratamento, porém não se avalia risco eminente de vida. Então, cabe ao profissional se submeter à vontade do paciente, desejando a recusa à transfusão. Já em um segundo caso, quando é constatado o risco de morte e o tratamento recomendado, indispensavelmente, é a transfusão de sangue, consta que "não deverá o médico deixar de praticá-la apesar da oposição do paciente ou de seus responsáveis em permiti-la'', pois suas ações deverão sempre estar baseadas em seu Código de Ética, que nestes casos assim declara no artigo primeiro: "A medicina é uma profissão que tem por fim cuidar da saúde do homem, sem preocupações de ordem religiosa [...]",que é respaldada pelo Código Penal ao afirmar na seção I dos crimes contra a liberdade pessoal:

> Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda. §3º: Não se compreendem na disposição deste artigo: I - a intervenção médica ou cirúrgica sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida. (Art. 146, §3º, I)

Assim, o médico tem liberdade conferida pela lei perante risco de vida.

2.4 DIREITO À VIDA *VERSUS* DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA

Entendida como direito, o Estado deve proteger a vida. Todavia, o direito a esta se contrapõe a liberdade religiosa, como no caso das Testemunhas de Jeová. Para os adeptos dessa religião, o sangue porta a alma e a vida do ser, por isso sua recusa à transfusão sanguínea, que atenta contra sua fé. Contudo, a liberdade religiosa não é absoluta, sendo esperadas colisões entre esta e o direito à vida. Em casos de risco eminente, como uma hemorragia, a transfusão faz-se necessária, tornando o direito à vida superior ao de liberdade religiosa, tendo o médico dever legal e ético de executar o procedimento. Como pontua Roberta Fragoso Kauffmann (2008, p.20), não existem leis que julguem necessário o consentimento do paciente quando a intervenção médica for indispensável para o salvamento da vida. Quando houver ponderação entre os direitos, o sobre a vida deve sobrepor-se ao de crença.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os direitos à liberdade religiosa e à vida continuarão conflitantes, cabendo aos casos concretos o julgo a partir da jurisprudência, já que, afinal, trata-se de temas de grande importância ao cidadão: a sua fé e sua vida. Ainda que todos sejam livres para exercer sua crença, é perceptível uma inclinação à defesa majoritariamente da vida, o maior bem de todo ser humano, devendo ser defendida e priorizada pelo Estado e pela Lei. Contudo, no caso das Testemunhas de Jeová, que ao seguirem sua fé são adversos ao procedimento de transfusão sanguínea, é possível recorrer legalmente para que seus desejos e vontade sejam respeitados, honrando, portanto, sua vida da maneira que considerarem digna.

4 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lillian Caroline Soares. **A recusa da transfusão sanguínea no caso das testemunhas de Jeová e os conflitos dos direitos personalíssimos.** 2013. 42f. Monografia – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2MWWiaM>[87]. Acesso em: 01 abr. 2018.

[87]URL encurtado para melhor visualização do conteúdo

BIZIAK, Daniel Dovigo. **A recusa de transfusão de sangue por motivos religiosos.** Disponível em: <https://bit.ly/2wi6npe>. Acesso em: 01 abr. 2018.

BRASIL. **Código Civil.** Lei 10406/02 | Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

____. **Código Penal.** Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940

____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** Coimbra: Almedina, 2014.

DA SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 18. ed. rev. e atual nos termos da Reforma Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 201.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil.** 16ª ed. Vol. I. São Paulo: Saraiva, 2000.

____. **O estado atual do biodireito**, 4 ed. São Paulo: Saraiva 2007.

ESPÍRITO SANTO, André Mendes. **Ortanásia e o direito à vida digna**. Dissertação de mestrado – Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2Pc43XV>. Acesso em: 04 abr. 2018.

GOZZO, Débora. **Diagnósticos pré-Implantatório e responsabilidade Civil à luz dos direitos fundamentais** in MARTINS-COSTA, Judith. MÖLLER, Letícia Ludwig. Org. Bioética e Responsabilidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

KAUFMANN, Roberta Fragoso. **O Direito a vida em oposição à liberdade religiosa – o caso dos pacientes testemunhas de Jeová internados em hospitais públicos**. Direito Público n.16 – abr-mai-jun/2007 – Doutrina Brasileira, 11 dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2LtBlQ1>Acesso em: 01 abr. 2018

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS. Organização das Nações Unidas. 16 dez. 1966.

REIS, Ferreira Telmo, **RESOLUÇÃO CFM** nº 1.021/80, 26 set. 1980. Disponível em: <https://bit.ly/2PaMvLW> Acesso em: 03 abr. 2018

SILVA, Marco Tulio. **O direito fundamental à religião das testemunhas de jeová em face do dever ético e jurídico do médico de guardar respeito à vida.** Disponível em: <https://bit.ly/2MzBKWE> Acesso em: 07 abr. 2018.

WITNESSES, JEOVAH. **‘’Por que as Testemunhas de Jeová não aceitam transfusão de sangue?’’** Disponível em: <https://bit.ly/2BRFAW8> Acesso em: 07 abr. 2018.

DIREITO A IDENTIDADE SEXUAL: A PROBLEMÁTICA JURIDICA DA TRANSEXUALIDADE

BONFIM, Rivaldo[88]
ZANELLA, Katerine[89]
SELL, Elizabete Nizer[90]

RESUMO: Este trabalho visa, delimitar os principais pontos da problemática jurídica da transexualidade, e neste viés elucidar os direitos da personalidade, e o direito a identidade sexual. Visto que o tema ainda é polêmico, o presente trabalho não visa um grande aprofundamento sobre o mesmo, e sim analisar alguns dos possíveis direitos da pessoa transgênero. O trabalho segue ordem metodológica, bibliográfica com base a legislação, ainda se fundamenta na análise de jurisprudência, bastante utilizada no direito.

Palavras-chave: Identidade Sexual. Gênero. Transexualidade. Jurisdição.

1 INTRODUÇÃO

O texto tem como objetivo discutir questões acerca da problemática jurídica da transexualidade. A luz da Constituição Federal, ao qual não trata nada em especifico sobre o tema, gerando um aparente abismo legal, quando se indaga a respeito deste direito. Não há uma norma constitucional expressa que garanta a existência desse direito.

Deste modo, o seguinte tema vai embasar-se em princípios constitucionais, baseando-se na jurisprudência, para interpretar e analisar os princípios da identidade sexual. Para tanto será analisado o princípio da dignidade da pessoa humana; o direito à liberdade; e o direito a igualdade.

E por fim o projeto de Lei nº 5002/2013, elaborado pelos deputados Jean Wyllys – Partido Socialismo e Liberdade (PSOL/RJ), Erika Kokay – Partido dos Trabalhadores (PT/DF). Em 20 de fevereiro de 2013. Com pauta na ementa de direito à identidade de gênero que altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Ainda analisar a Adição Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.275 de 28, de fevereiro de 2018, sobre a mudança de registro civil.

2 DESENVOLVIMENTO

[88] Acadêmico do Curso de Direito, 2º Período da Faculdade Campo Real.
[89] Acadêmica do Curso de Direito, 2º Período da Faculdade Campo Real.
[90] Professora de Direito Civil: Parte Geral II, Faculdade Campo Real.

O ser humano, anterior mesmo ao seu nascimento tem seus direitos garantidos em lei, e para satisfazer suas necessidades vitais, econômica e culturais, compra, troca, contrai matrimônio etc. Em torno da pessoa se cria um conjunto de direitos e obrigações, que denominamos patrimônio, ao passo que nasce com ele, não adquirindo com o decorrer da vida, seria uma projeção econômica da personalidade, que não seria exatamente um direito e sim um conceito de que se apoiam os direitos.

Há conceitos denominados personalíssimos, por serem anterior ao nascimento, como o direito a própria vida, a livre expressão e de pensamento e possuem caráter moral. Deste modo o direito a personalidade é assegurado a todo ser humano independente de gênero ou identidade sexual além de serem irrenunciáveis por pertencerem a própria vida. Sendo pertencentes a própria vida, asseguram ainda o direito ao nome, a própria imagem e a privacidade. O direito a personalidade protege o uso da imagem, nome, privacidade entre outros assim como direito ao próprio corpo ou seja ninguém pode ser constrangido a invasão de seu próprio corpo contra sua vontade (VENOSA, 2011).

Sendo assim de acordo com o direito da personalidade o transexual tem seu direito a identidade de gênero assegurado pelo Estado. Deste modo, nome, Registro Geral (RG) e Cadastro da Pessoa Física (CPF) devem ser alterados, em forma do respeito à dignidade de sua identidade sexual, e não lhe impor a obrigação de conviver com nome e gênero que não condizem com sua personalidade sexual e psíquica, que lhe farão passar por constrangimentos em situações cotidianas. De acordo com a Constituição Federal no art.1; inciso III, tem como fundamento “a dignidade humana”. Deste modo, a utilização do nome e características que venham a remeter um sexo contrário a sua identidade sexual, sendo adverso com o que a pessoa se identifica é vexatório e constrangedor. Afinal este direito constitucional não se limita somente ao direito a vida, mas como um todo, sua relação em sociedade de forma digna se relacionando de forma integral.

Deste mesmo modo como demonstra a Constituição Federal “Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. O direito à liberdade não se refere somente ao direito de ir e vir, e sim a liberdade pessoal, de se expressar segundo sua vontade, de ser quem é. Uma pessoa que possua identidade de gênero

divergente de seu sexo biológico, não pode estar preso a conviver com o estigma de seu gênero biológico, ao passo que o não respeito a sua identidade seria uma violação ao art. 5 e ao direito à liberdade e a autodenominação de pessoa.

Sendo assim, o direito à igualdade também é ferido, pois é visto que há uma discriminação, por parte da sociedade, para com as pessoas transexuais. Visto que o não aceite da mudança de nome para adequá-lo à sua identidade sexual, e somente levar em conta seu gênero biológico é negar-lhe direitos conferidos em lei.

Contudo, diante de tantas questões problemáticas acerca do direito a identidade sexual, que em 20 de fevereiro de 2013, os deputado(as) Jean Wyllys do PSOL/RJ, e Erika Kokay do PT/DF, encaminharam um Projeto de Lei, sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973:

> "a identidade de gênero é a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, a qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo. O exercício do direito à identidade de gênero pode envolver a modificação da aparência ou da função corporal através de meios farmacológicos, cirúrgicos ou de outra índole, desde que isso seja livremente escolhido. Também inclui outras expressões de gênero, como a vestimenta, os modos e a fala".

O documento evidencia o direito a identidade das pessoas transexuais usufruírem igualmente ao restante das pessoas, e se apresentarem tanto na imagem como na forma a sua autodenominação de mulher ou homem transgênero bem como, também evidencia a necessidade da cirurgia e meios farmacológicos para mudança de sexo, a cirurgia deve ser oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o Conselho Regional de Medicina Resolução CRM nº 1.955/10. Visa deixar claro:

> Art. 1º Autorizar a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. Art. 2º Autorizar, ainda a título experimental, a realização de cirurgia do tipo neofaloplastia. Art. 3º Que a definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados: 1) Desconforto com o sexo anatômico natural;2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; 4) Ausência de outros transtornos mentais.

Percebe-se que, ao julgar apto para cirurgia de troca de sexo, devem ser levadas em conta algumas características, se tratando de uma cirurgia definitiva para que o transgênero não venha a se arrepender, depois de realizada. O processo é demorado pois carece de acompanhamento com profissionais da saúde para ter

certeza que o transgênero possui de fato a vontade da mudança. Se questiona o fato de que diante do CRM a transexualidade é encarrado muitas vezes como doença (distúrbios) que no processo poderia ser curada. Mas para tanto a cirurgia não é somente o meio de contemplar a humanidade do transgênero, se faz necessário a troca de nome, prenome e sexo nos documentos de identificação. A jurisprudência, leva em conta o caso concreto, da pessoa natural, dotada de direitos da personalidade, neste caso se tratando do nome, um direito personalíssimo é sensível ao julgar provido o apelo da pessoa transexual. Para tanto estes direitos não estão garantidos em lei cabe a lei interpreta-las. Deste modo, a jurisprudência interpreta como:

> APELAÇÃO CÍVEL. RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. TRANSGENÊRO. MUDANÇA DE NOME E DE SEXO. AUSÊNCIA DE CIRURGIA DE TRANGENITALIZAÇÃO. Constatada e provada a condição de transgênero da autora, é dispensável a cirurgia de transgenitalização para efeitos de alteração de seu nome e designativo de gênero no seu registro civil de nascimento. A condição de transgênero, por si só, já evidencia que a pessoa não se enquadra no gênero de nascimento, sendo de rigor, que a sua real condição seja descrita em seu registro civil, tal como ela se apresenta socialmente DERAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70057414971, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 05/06/2014)(TJ-RS - AC: 70057414971 RS, Relator: Rui Portanova, Data de Julgamento: 05/06/2014, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 09/06/2014)

A sessão no dia 28 de Fevereiro de 2018, no Supremo Tribunal Federal, aceita mudança de registro civil de pessoas transexual, mesmo sem a cirurgia de mudança de sexo, (Ação Direta de Inconstitucionalidade) ADI 4.275 /DF segundo o Relator Ministro Marco Aurélio (2018, p.2) “Pondera que a configuração da transexualidade não depende do procedimento cirúrgico”. E ainda conclui “Informa haver o Tribunal Constitucional Federal alemão condicionado a alteração no registro civil sem a cirurgia à faixa etária – ao menos 18 anos”. A ADI 4.275 assim define:

> (i) idade mínima de 21 anos; e (ii) diagnóstico médico de transexualismo, presentes os critérios do artigo 3º da Resolução nº 1.955/2010, do Conselho Federal de Medicina, por equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto (BRASIL, 2018, p. 7).

Deste modo, o nome, como direito personalíssimo que é, deve representar um fator de identificação do indivíduo, neste caso sendo seu reconhecimento social e

não uma fonte de constrangimento. E a alteração do registro civil não pode se subordinar a qualquer intervenção cirúrgica ou morfológica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visto que a lei brasileira evolui em passos lentos, para acompanhar as mudanças na sociedade. No entanto a pesquisa evidencia que, todos as pessoas sem distinção, são dotadas de direitos da personalidade, direitos estes que resguardam e protegem o uso da imagem, privacidade e ao próprio corpo, ou seja, ninguém pode ser obrigado a conviver com um gênero sexual que não se identifica, independentemente do sexo que nasceu. Deste modo, o nome constitui um direito personalíssimo com a finalidade de promover a pessoa humana, sendo direito do transexual, assegurado pelo Estado, não sendo necessário a cirurgia de transgenitalização para alteração do nome em registro, visando assim evitar constrangimento.

Sendo assim, conclui-se que, há um esforço dos magistrados realizado em sede jurisprudencial, para construir uma sociedade igualitária que permita a todos sua correta identificação, no âmbito social e emocional dos cidadãos.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Projeto de Lei Nº 5.002, 2013.** Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=687BAE8F9271B4806A8D58F7A9C57E40.proposicoesWebExterno1?codteor=1454346&filename=Parecer-CDHM-03-05-2016. Acesso em 24 de Março de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument. Acesso em: 24 de Março de 2018.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275 Distrito Federal**. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/voto-marco-aurelio-mudanca-nome.pdf. Acesso em 09/04/2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n° 1652** de 1992. Disponível. http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/inc_social_lgbtt/Legislacao_LGBTT/resolucao_CFM_1955.pdf. Acesso em 25 de Março de 2018.

SUPERIOR. **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**. Disponível em: https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/123082006/apelacao-civel-ac-7005741inteiro4971-rs/-teor-123082016?ref=juris-tabs. Acesso em: Vários acessos.

VENOSA. Silvio de Salvo. **Direito Civil.** 11 ed. São Paulo: Atlas. V.1, 2011.

DIREITO À VIDA: INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E O DIREITO DO NASCITURO

BORAIKO, Milena[91]
DA SILVA, Emili S.[92]
LEUTNER, Jussimary[93]
SELL, Elizabete Nizer[94]

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade abordar a relação dos direitos da personalidade, com ênfase ao direito à vida. Baseando-se em pesquisas bibliográficas, será elucidado o início da personalidade jurídica à pessoa natural. Além disso, um breve resguardo à evolução histórica dos direitos da personalidade será evidenciado. Ademais, também serão apresentadas duas teorias, a Natalista e a Concepcionista, que irão fomentar o debate acerca de suas posições distintas em relação à situação legal do nascituro, ponderando-se o bem jurídico maior, que é a vida humana.

Palavras-chave: Direitos do Nascituro. Direitos da Personalidade. Direito à Vida. Personalidade Jurídica. Teorias Natalista e Concepcionista.

1 INTRODUÇÃO

O Código Civil (BRASIL, 2017) dedica todo um capítulo aos direitos da personalidade. Entretanto, neste trabalho, serão tratados os direitos da personalidade com ênfase ao direito à vida. Alavancando um debate acerca das duas teorias mais conhecidas no campo da ciência jurídica, que estão relacionadas ao direito do nascituro, a Teoria Natalista e a Teoria Concepcionista.

O tema proposto está também interligado à pessoa natural, pois atinente às ideias de Gagliano e Pamplona Filho (2014, p. 126), não há como estudar a personalidade jurídica sem que se tome consciência dos parâmetros iniciais da pessoa natural.

[91] Acadêmica do Curso de Direito, 2º Período, Centro Universitário Campo Real.
[92] Acadêmica do Curso de Direito, 2º Período, Centro Universitário Campo Real.
[93] Acadêmica do Curso de Direito, 2º Período, Centro Universitário Campo Real.
[94] Professora Mestranda Titular da Disciplina de Direito Civil: Parte Geral II, Centro Universitário Campo Real.

Partindo desse princípio, serão explanados aspectos históricos do assunto em questão, que posteriormente se traduzirá na iniciação a personalidade jurídica com destaque ao direito à vida.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E PARTE GERAL DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Fazendo um breve resguardo à evolução histórica dos direitos da personalidade, “Tem-se afirmado que os direitos da personalidade constituem herança da Revolução Francesa, que pregava os lemas liberdade, igualdade e fraternidade”. (GONÇALVES, 2012, p. 179).

Além disso, outros autores, como Diniz (2014, p. 133), comentam sobre essa historicidade, relatando que “Após a Segunda Guerra Mundial, diante das agressões causadas pelos governos totalitários à dignidade humana, tomou-se consciência da importância dos direitos da personalidade para o mundo jurídico”. Portanto, foi apenas após esse contexto de pós-guerra que os direitos da personalidade começaram a exibir o seu verdadeiro significado que portam atualmente.

Como consagra o artigo 1º do Código Civil (BRASIL, 2017), “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”. Ou seja, todas as pessoas têm a possibilidade de exercer seus direitos. Como relata Venosa (2015, p. 128): “Personalidade jurídica deve ser entendida como aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações”. Portanto, a essa característica, inerente a todas as pessoas, dá-se o nome de personalidade jurídica.

2.1 DIREITOS DA PERSONALIDADE: DIREITO À VIDA

Especificamente os chamados direitos da personalidade, são garantidos apenas às pessoas naturais, assim o direito à liberdade, à integridade física, à saúde, à vida, entre outros, são compatíveis somente à natureza do ser humano.

Nesse contexto complementa Gagliano e Pamplona Filho (2014, p. 127):

> Os direitos da personalidade são os direitos subjetivos da pessoa de defender o que lhe é próprio, ou seja, a identidade, a liberdade, a sociabilidade, a reputação, a honra, a autoria etc. Por outras palavras, os direitos da

> personalidade são direitos comuns da existência, porque são simples permissões dadas pela norma jurídica, a cada pessoa, de defender um bem que a natureza lhe deu, de maneira primordial e direta.

Este trabalho tem a intenção de relatar especificamente o direito à vida, que em seguida, trará uma relação objetiva dos direitos do nascituro. Diante dessa tratativa, Gonçalves (2017, p. 198) discute sobre o direito à vida:

> A vida humana é o bem supremo. Preexiste ao direito e deve ser respeitada por todos. É bem jurídico fundamental, uma vez que se constitui na origem e suporte dos demais direitos [...] O direito à vida deve ser entendido como o direito ao respeito à vida do próprio titular e de todos.

Gonçalves (2017, p. 198) defende a tese de que a vida humana é o bem mais valioso para o indivíduo, e devido a este fator, ela merece dignidade. Portanto, essa dignidade seria fornecida por uma norma jurídica, que daria base para todas as outras normas consequentes, e por isso é necessário dar-se respeito a este direito.

2.2 INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E O EMBATE DAS TEORIAS: NATALISTA *X* CONCEPCIONISTA

O artigo 2º do Código Civil (BRASIL, 2017), descreve o início da personalidade civil "[...] a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro".

Em outras palavras, o nascituro é tratado pela lei civil, sendo um ente que especificamente ainda não é uma pessoa, contudo, lhe dá condições que seus direitos serão conservados a partir de sua concepção.

Acrescenta Gonçalves (2017, p. 100), "Tem-se o nascimento com vida como o marco inicial da personalidade. Respeitam-se, porém, os direitos do nascituro, desde a concepção, pois, desde esse momento já começa a formação de novo ser".

No entanto, a doutrina prevê algumas teorias e neste trabalho serão apresentadas duas delas: Teoria Natalista e Teoria Concepcionista.

A primeira teoria tem exposição dita pelos civilistas, que concordam que o ser humano só possui personalidade a partir de seu nascimento com vida.

Acerca da Teoria Natalista discorre Gonçalves (2017, p. 101):

> Ocorre o nascimento quando a criança é separada do ventre materno, não importando tenha o parto sido natural, feito com o auxílio de recursos obstétricos ou mediante intervenção cirúrgica. [...] para se dizer que nasceu com vida, todavia, é necessário que haja respirado. Se respirou, viveu, ainda que tenha perecido em seguida. [...] não importa, também, tenha o nascimento sido a termo ou antecipado.

Por outro lado, a Teoria Concepcionista defende que o nascituro adquire personalidade desde o momento de sua concepção, ou seja, são assegurados direitos já no ventre materno, todavia, só receberá tais direitos se nascer com vida.

Sobre a Teoria Concepcionista ressalta Rodrigues apud Gonçalves (2017, p. 103):

> Este é "o ser já concebido, mas que ainda se encontra no ventre materno" [...] "A lei não lhe concede personalidade, a qual só lhe será conferida se nascer com vida. Mas, como provavelmente nascerá com vida, o ordenamento jurídico desde logo preserva seus interesses futuros, tomando medidas para salvaguardar os direitos que, com muita probabilidade, em breve serão seus".

Ante essas teorias, podem surgir possíveis dúvidas em relação ao início da personalidade jurídica, entretanto, para sanar dúvidas recorrentes a morte da criança, que possivelmente apareçam, a medicina criou um exame específico, para provar a legitimidade dos direitos ao nascituro.

Denominado de "Docimasia Hidrostática de Galeno", baseia-se na prova de que tendo o feto respirado, colocando seus pulmões imersos na água, eles sobrenadam, ao contrário, eles afundam (GONÇALVES, 2017, p. 102). Portanto, o exame clínico é relevante porque contribui para a determinação das consequências jurídicas aplicadas em cada caso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com este trabalho, que o início da personalidade jurídica ocorre quando o sujeito nasce com vida, sendo assim ele se torna plenamente capaz para obter seus direitos e deveres.

A priori foi necessário contextualizar de onde estes princípios surgiram, da Revolução Francesa ao Pós-Guerra, que os direitos da personalidade começaram a

transpor a sua verdadeira definição, ao qual trazem seus efeitos até os dias de hoje, desse modo, fez-se necessário contextualizar esses fatores históricos.

Ao nascer, toda pessoa adquire aptidão genérica e passa a ser cidadão, posto isso, a intenção deste trabalho, é despontar os direitos do nascituro, especificamente com ênfase ao direito à vida.

No entanto, mesmo havendo algumas correntes jurídicas que defendem os direitos ao nascituro, cada uma com suas particularidades, é evidente que essas discussões sobre os direitos da personalidade não devem esquecer o bem jurídico maior, que é a vida humana.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Código Civil. In: ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade Mecum Compacto de Direito Rideel**. 13. ed. São Paulo: Rideel, 2017.

DINIZ, Maria Helena, **Curso de Direito Civil Brasileiro:** Teoria Geral do Direito Civil. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil:** Parte Geral 1. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Parte Geral 1. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Direito Civil Brasileiro**: Parte Geral 1. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** Parte Geral 1. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA E A INEFICIÊNCIA DA ATUAÇÃO ESTATAL

CHAGAS, Letícia[95]
BORCATE, Tamires Batista[96]
MACHADO, Daniel Valentim[97]
BUGAI, Fernanda de Araújo[98]

RESUMO: Esse trabalho tem por objetivo explanar sobre o crime de Prevaricação Imprópria que consta no artigo 319-A do Código Penal Brasileiro, é necessário realizar esse estudo devido ao enorme número de presos com acesso a aparelhos eletrônicos de rádio ou similares e o utilizam para controlar suas organizações criminosas, cometer crimes e planejar fujas, além de demonstrar como a atuação estatal está envolvida.

Palavras-chave: Comunicação Externa. Agente Público. Código Penal.

1 INTRODUÇÃO

As unidades prisionais do Brasil nos dias de hoje, infelizmente, não funcionam como um ambiente que inibe a prática criminosa e se destina à ressocialização do delinquente. Um dos fatores que auxilia na ineficiência dessa prestação jurisdicional é a constante entrada de aparelhos de comunicação externa nesses locais.

Embora a vedação à comunicação externa do preso não seja expressa, a Lei de Execução Penal, n.º 7.210/1984, prevê como falta grave ao preso a posse ou utilização de aparelho que permita a comunicação externa (BRASIL, 1984).

O poder público, na tentativa de contornar tal situação, criou um novo tipo penal, pela Lei nº 11.466/2007 que inseriu o artigo 319-A no Código Penal, denominado Prevaricação Imprópria, pelo qual, visa a responsabilização do diretor de unidade prisional ou agente do sistema penitenciário que se omitem ao dever de vedar ao preso o acesso a esses aparelhos (BRASIL, 1940).

A presente pesquisa se vale da revisão bibliográfica e não pretende esgotar o tema, por se tratar de resumo, no entanto, objetiva-se analisar o verdadeiro significado do supracitado tipo penal, assim como esclarecer suas características

[95] Acadêmica de Direito, 6ºB noturno, Centro Universitário Campo Real.
[96] Acadêmica de Direito, 6ºB noturno, Centro Universitário Campo Real.
[97] Acadêmico de Direito, 6ºB noturno, Centro Universitário Campo Real.
[98] Orientadora. Mestre, UNICENTRO. Docente, Centro Universitário Campo Real.

principais e sua consolidação como reflexo da ineficiência das políticas de segurança das unidades prisionais brasileiras.

2 DESENVOLVIMENTO

O crime de Prevaricação de acordo com o Código Penal Brasileiro em seu artigo 319 é “Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal” (BRASIL, 1940). Nesse crime, o agente público age ilicitamente no desempenho de suas funções por razões pessoais, sendo o sujeito ativo qualquer funcionário público, com pena de detenção, de três meses a um ano e multa.

Com a Lei nº 11.466/2007, por motivos de necessidade, surge uma nova conduta criminosa, com a mesma pena da prevaricação, exceto a previsão de multa, que é o crime de Prevaricação Imprópria, assim considerado pela doutrina, em razão de que o legislador ao colocá-lo dentro do mesmo tipo penal, deixou-o inominado.

E assim está definido no Código Penal o crime de Prevaricação Imprópria: “Art. 319-A: Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou Agente Público de cumprir seu dever de vetar ao preso acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo” (BRASIL, 1940).

Atualmente é comum no noticiário de jornais, televisão e mídias sociais informações sobre a utilização de telefones celulares e demais aparelhos de comunicação externa por pessoas que estão custodiadas. É comum saber que essa comunicação permite além da comunicação indevida com familiares, também o comando e participação em outras atividades criminosas extramuros, que podem ser relacionadas com outros crimes como o tráfico de entorpecentes, roubos, extorsões, sequestros, homicídios, dentre outros.

A indagação que se faz é a seguinte: como esses aparelhos ingressam dentro do sistema penitenciário? A primeira resposta é que tais aparelhos chegam a esses locais do ambiente externo, e essa chegada poderá ocorrer de várias formas, por exemplo, dentro de materiais de mantimento encaminhados aos presos ou através de eventuais visitantes. A outra resposta se refere ao tipo penal em

comento, ou seja, pela não atuação de agentes públicos e diretores de penitenciárias, cujos cargos presumem o dever de vedar ao preso a comunicação externa.

De acordo com Rogério Sanches Cunha:

> Protege-se a Administração Pública contra o comportamento de funcionários que, ignorando o seu dever funcional, colocam em risco a segurança interna e externa (da sociedade em geral) dos presídios, não vedando o acesso dos presos a aparelhos de comunicação (CUNHA, 2010, p. 423).

Assim, observamos que a Administração Pública é o bem juridicamente protegido pelo tipo penal, responsável pela segurança pública da sociedade e das unidades prisionais.

A finalidade do artigo 319-A é de impedir a omissão dolosa do Diretor Penitenciário e/ou Agente Público que não impede ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar. Por exemplo, existem unidades prisionais que possuem o scanner corporal para revista das pessoas que visitam presos, o método além de humanizar a revista dos visitantes, também é colaborativo no sentido de impedir a entrada de objetos proibidos, como os aparelhos de comunicação externa (BRASIL, 2018). Todavia essa não é uma realidade nacional, e, portanto, o comprometimento do agente é essencial para eficácia da revista, seja por scanner ou corporal, pois se o mesmo omitir por qualquer motivo a presença de algum objeto estranho no corpo da pessoa que visita, comete a prevaricação imprópria.

Rogério Greco, ensina a classificação desse crime:

> A classificação doutrinária se dá em: Crime Próprio (somente podendo ser praticado pelo Diretor de Penitenciária e/ou Agente Público); doloso; omissivo próprio; de forma livre; instantâneo; monossubjetivo; monossubsistente; não transeunte (haja vista a necessidade de ser apreendido o aparelho telefônico, de rádio ou similar). O sujeito ativo do delito de omissão de dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similares poderá ser o Diretor de Penitenciária e/ou Agente Público. A expressão Agente Público compreende qualquer pessoa que no exercício de sua função pública, tenha o dever de impedir que o preso tenha acesso aos mencionados aparelhos e nesse caso não o faz. O sujeito passivo é o Estado. (GRECO, 2010, p. 429).

O delito se consuma quando o sujeito ativo (diretor ou agente) tendo ciência da situação, dolosamente, não realiza nada para impedir que o preso tenha acesso ao aparelho e permite a comunicação com o ambiente interno e externo.

Por se tratar de crime que defende a moralidade da Administração Pública, não se admite a forma culposa, tampouco a aplicação do princípio da insignificância e somente será cometido pelo servidor público, nesse ponto, ensina o professor Damásio de Jesus:

> O particular responsável pelo ingresso, promoção, intermediação, auxílio ou facilitação da entrada do aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional, responde pelo crime do art. 349-A do Código Penal (JESUS, 2010, p.214).

A ação penal é pública incondicionada, cabe inicialmente ao Juizado Especial Criminal o processo de julgamento do delito de omissão de dever de vedar ao preso acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar.

Destaca Cleber Masson em sua obra:

> A tipificação da conduta versada no art. 319-A do Código Penal fundamenta-se em dois fatores aterrorizantes da sociedade moderna, intimamente relacionados com o crime organizado: ausência de medidas administrativas eficazes para impedir o ingresso de aparelhos de comunicação nos estabelecimentos prisionais, que acabam funcionando como autênticos "escritórios" das organizações criminosas, mantidos pelo Estado, e inexistência de punição rígida e efetiva aos agentes públicos que permitiam o ingresso de meios de comunicação nos presídios para a utilização pelos detentos. Lamentavelmente, contudo, o legislador foi deveras tímido na cominação da pena a uma conduta revestida de enorme gravidade, especialmente por lesar os interesses do Estado e da sociedade, ensejando enormes prejuízos à segurança pública (MASSON, 2014, p.682).

Verifica-se assim, que a doutrina entende como ineficiente a pena aplicada ao delito no que tange à possibilidade de coibir abusos contra a segurança pública, pois, no entender do doutrinador exposto nesse estudo, a pouca pena aplicada, de 3 meses a 1 ano não é suficiente para evitar que tal crime ocorra, principalmente porque existem diversos meios de se ludibriar o acesso de objetos às unidades prisionais, bem como é necessário reconhecer que existem pessoas corrompíveis que se tornam alvo, muitas vezes, de organizações criminosas que enfrentam as normas penais a todo momento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frustra pensar que nos dias de hoje, embora existam exemplares servidores públicos que dedicam suas vidas à defesa da segurança pública, precisamos reconhecer a existência de pessoas que atuam dentro do sistema prisional e por vezes colaboram com a infração da norma legal, colocando em risco a segurança intra e extramuros, tornando as unidades prisionais, ao contrário de um ambiente de ressocialização, um local de maior incidência criminosa.

Conclui-se nesse resumo, que o delito de prevaricação imprópria, foi inserido na legislação para tentar amenizar a situação do uso de aparelhos de comunicação externa dentro do sistema penitenciário, por existirem condutas dolosas,

praticadas por agente públicos e diretores penitenciários que permitem a infração da lei e eventualmente colaboram para a crescente criminalidade.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. Lei nº 11.466, de 28 de março de 2007. **Altera a Lei nº 7.210, de...** Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11466.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. Luciana Otoni. Agência Cnj de Notícia. **Scanner corporal humaniza revista íntima e estimula visitas a internos.**2018. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87129-scanner-corporal-humaniza-revista-intima-e-estimula-visitas-a-presos-2>. Acesso em: 26 ago. 2018.

CUNHA, Rogério Sanches. **Direito Penal: parte especial**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p.423.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal Parte Especial**. 6. ed. Niteroi, RJ: Impetus, 2010. p.429.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal: parte especial** - dos crimes contra a fé pública a dos crimes contra a administração pública. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p.214.

MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquematizado: Parte Especial**, arts. 213 a 359 - H. 4. ed. São Paulo: Método, 2014. p. 682.

APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE PECULATO PRÓPRIO

BELLINI, César Augusto[99]
PABIS NETO, Alfredo[100]
WAGNER, Fernando João[101]
BUGAI, Fernanda de Araújo[102]

RESUMO: Esta abordagem possui como objeto de análise o entendimento do Princípio da Insignificância aplicado ao crime de peculato próprio. Faz-se necessário a explanação da interdiciplinaridade constante entre o Direito Penal e o Direito Administrativo, como forma de balizar a compreensão de que o ordenamento não é composto somene de leis em sentido estrito, mas também de princípios. Objetivar-se-á a sintetização dos entendimentos divergentes entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, buscando assimilar qual entendimento é mais influente, se a lesão dimuta ao patrimônio público ou a violação à principiologia, mais especificamente à moralidade administrativa.

Palavras-chave: Direito Penal. Administração Pública. Peculato. Princípio da Insignificância.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisará a pertinência da aplicabilidade ou não do princípio da insignificância no crime de peculato previsto no artigo 312 do Código Penal Brasileiro, de forma a delinear a fundamentação teória do dispositivo repressivo e analisar a argumentação de doutrinadores, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. O tema é demasiadamente importante, tendo em vista os diversos acontecimentos atuais que estão degradando a administração pública, desviando sua finalidade principal que é o bem comum ou, de modo técnico, o interesse público.

Cabe salientar que, o agente vinculado à Administração Pública deve respeitar a legalidade em sentido amplo e também os princípios estruturantes elencados no artigo 37, *caput,* da Constituição Federal, sempre levando em consideração a proeminência do interesse público sobre o interesse particular.

[99] Acadêmico do 6º período, curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[100] Acadêmico do 6º período, curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[101] Acadêmico do 6º período, curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[102] Orientadora. Mestre, UNICENTRO. Docente, Centro Universitário Campo Real.

Eis o ponto de partida: averiguar qual é a ponderação aplicada na medida entre a lesão ínfima do patrimônio público ou se é a moralidade da administração pública.

2 DESENVOLVIMENTO

No que tange aos crimes contra a administração pública, o diploma repressivo brasileiro tem íntima e intensa relação com o direito administrativo no tocante à figura do funcionário público e do próprio tipo penal, conforme disserta Hely Lopes Meirelles:

> Com o Direito Penal a intimidade do Direito Administrativo persiste sob muitos aspectos, a despeito de atuarem em campos bem diferentes. Certo é que o ilícito administrativo não se confunde com o ilícito penal, assentando cada qual em fundamentos e formas diversas. Mas não é menos verdade que a própria Lei Penal, em muitos casos, tais como nos crimes contra a Administração Pública (CP, arts. 312 a 327), subordina a definição do delito à conceituação de atos e fatos administrativos. Noutros casos, chega, mesmo, a relegar à Administração prerrogativas do Direto Penal, como ocorre na caracterização de infrações dependentes das chamadas normas penais em branco (MEIRELLES, 2004, p. 42).

Os ilícitos contra a Administração Pública elencados no Código Penal buscam amparo no direito administrativo com o intuito de conceituar diversos fatores, como por exemplo, a figura do funcionário público, bem como o balizamento das suas condutas tendo como pressuposto a sua função administrativa (MEIRELLES, 2004, p. 42). Ou seja, embora a legislação penal disponha, em seu artigo 327 sobre a conceitualização do sujeito ativo do delito, a mesma obtém sustentação na interdisciplinaridade, isto é, conexão com o direito administrativo como forma de cooperação.

O crime de peculato próprio está previsto no artigo 312, *caput*, do Código Penal, no Título XI, Capítulo I – Dos Crimes Praticados Por Funcionário Público Contra a Administração Pública em Geral. *In verbis*:

> Peculato – Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa (BRASIL, 2018).

A título de exemplificação, a situação seria a de um funcionário público que, em de corrência de prerrogativas inerentes à sua função administrativa, desvia ou apropria-se de algo pertencente à administração pública e faz com que esse referido

objeto, seja presumido como de sua propriedade. Tem-se muitos casos em que o agente público, no exercício de suas atividades, utiliza um bem público (um carro, por exemplo) como sendo seu ou disponibiliza para que seus respectivos familiares utilizem o mesmo.

Em um primeiro momento, deve-se trazer à tona que o princípio da insignificância é eminentemente de cunho patrimonial, cuja origem contemporânea atribui-se a Claus Roxin, que em 1964 o formulou como base de validez geral para a determinação do injusto, a partir da máxima latina *minima non curat praetor* (SILVA, Ivan Luiz. op. cit, p.87).

Dando seguimento, cumpre salientar que a aplicação do Princípio da Insignificância está condicionada a requisitos essenciais definidos pelo STF, quais sejam: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; d) inexpressividade da lesão jurídica provocada (VAILATTI, 2015, p. 2).

Na seara penal, tal princípio, quando presentes os requisitos acima citados, afasta a tipicidade material da conduta do agente e a retira do âmbito de proteção do Direito Penal em razão deste ter um caráter fragmentário. A tipicidade penal é dividida em: a) tipicidade formal; b) tipicidade conglobante. Sendo que para os fins deste trabalho, nos limitaremos à chamada tipicidade conglobante.

Sobre o tema, Rogério Greco (2017, p.113) afirma que “para que se possa concluir pela tipicidade conglobante, é preciso verificar dois aspectos fundamentais: a) se a conduta do agente é antinormativa; b) se o fato é materialmente típico”.

Continua o renomado autor:

> Além da necessidade de existir um modelo abstrato que preveja com perfeição a conduta praticada pelo agente, é preciso que, para que ocorra essa adequação, isto é, para que a conduta do agente se amolde com perfeição ao tipo penal, seja levada em consideração a relevância do bem que está sendo objeto de proteção. Quando o legislador penal chamou para si a responsabilidade de tutelar determinados bens – por exemplo, a integridade corporal e o patrimônio –, não quis abarcar toda e qualquer lesão corporal sofrida pela vítima ou mesmo todo e qualquer tipo de patrimônio, não importando seu valor (GRECO, 2017, p. 113).

Conclui-se, portanto, que o princípio da insignificância tem por finalidade auxiliar o intérprete quando da análise do tipo penal, para excluir-se do âmbito jurisdicional os recorrentes crimes denominados de bagatela.

Tomando por base as explicitações acima, chegamos ao ponto de empasse entre o Princípio da Insignificância e o crime de Peculato.

A aplicação do princípio da insignificância aos crimes contra a Administração Pública é um ponto controverso e, neste cenário, notável o embate entre o entendimento de nossos tribunais superiores.

Conforme o entendido majoritário do Superior Tribunal de Justiça, não há possibilidade de aplicação deste princípio aos crimes cometidos contra a Administração Pública, tendo em vista que os tipos penais desta natureza têm como função proteger não unicamente o patrimônio público, mas também a conduta moral administrativa (VAILATTI, 2015, p. 5).

Nesse diapasão, uma vez contrariado um dos princípios medulares da Administração Pública (a moralidade) pelo cometimento de crimes dessa natureza, torna-se inviável a valoração do ponto de vista unicamente econômico. Visando consolidar sua posição, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, com efeito, manifestou-se através da Súmula 599, *in verbis*: “O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública” (BRASIL, 2018).

Oposto ao entendimento supracitado, o Supremo Tribunal Federal posiciona-se de forma contundente no que dizer respeito ao princípio em mesa, para os fins de trazer à tona a necessidade de interpretação do caso concreto (VAILATTI, 2015, p. 4).

Desta forma, conforme retóricas decisões do Supremo Tribunal Federal, tendo como espeque as bases constitucionais implícitas em relação a este princípio, basta estarem presentes os requisitos condicionantes básicos para que se possa aplicá-lo aos crimes patrimoniais cometidos em detrimento da Administração Pública, o que não se aplica, no entanto, quando diz respeito aos crimes cometidos por militares contra o patrimônio público, uma vez que tal conduta, nestes casos, teria um alto grau de reprovabilidade, não se levando em conta a ínfima lesão perpetrada pelo agente público (VAILATTI, 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, por derradeiro, que embora a aplicação do princípio da insignificância seja propícia, num primeiro momento, aos crimes contra a

Administração Pública, sobretudo no caso do *caput* do artigo 312 do Código Penal (BRASIL, 2018), faz-se necessária a ponderação dos princípios que estruturam a própria administração. Não há de se falar em aplicação de um princípio que exclui a tipicidade material nos crimes onde o funcionário ou agente público aproveita-se da sua função administrativa para facilitar o cometimento do delito.

Enquanto os tribunais em questão não chegarem a um consenso e adminitirem a interdiciplinaridade contida no Direito Penal e no Direito Administrativo, ficará extremamente truncada a análise da aplicação do princípio da insignificância. A lei surge do princípio, o pressuposto de todo dispositivo legal é a principiologia, logo, é intensamente relevante a aplicação de ambos para a solução de um impasse.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça. Súmula n.º 599.** Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=(sumula%20adj1%20%27599%27).sub.#TIT1TEMA0>. Acesso em: 02 set. 2018.

BRASIL. **Código Penal**. 2018. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> . Acesso em: 31 jan. 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Geral, Volume 1**. 19. ed. – Niterói, RJ: Impetus, 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 29.ed.- São Paulo. Editora Malheiros. 2004.

SILVA, Ivan Luiz. **Princípio da Insignificância no Direito Penal.** Curitiba: Ed Juruá, 2004.

VAILATTI, Diogo Basilio. **Os requisitos do princípio da insignificância nos crimes contra a administração pública.** 2015. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/viewFile/72/701> . Acesso em: 20 ago. 2018.

IMPETUOSIDADE CONTRA MULHER E SEUS TRAUMAS

FONSECA, Verediane Galvão[103]
ROSAS, Rudy Heitor[104]

RESUMO: O ensaio a seguir desenvolve-se sobre a ênfase da violência contra as mulheres, que a cada dia que passa vem calando a voz do sexo feminino e tornando em dados o que começou pelo “amor” e desejo de um relacionamento saudável. Busca informar a sociedade o que acontece longe do alcance dos olhos de todos.

Palavras-chave: Abuso. Amor patológico. Codependência. Violência contra a mulher.

1 INTRODUÇÃO

O crescente aumento da violência contra a mulher vem atemorizando a população brasileira com tamanha crueldade. Através da pesquisa em livros e materiais online, o perfil da vítima e do agressor é traçado, com os mesmos, o motivo do uso de tanta força também.

Essa questão está enraizada na história do desenvolvimento do país, que em uma sociedade machista e patriarcal, tornou a feminilidade de cada habitante, tesouro a ser escondido na residência familiar, cumprindo afazeres domésticos, à espera do marido, com o único intuito de lhe fornecer filhos.

Com o passar do tempo a mulher vai ganhando seu espaço, porém ainda muito restrito para o tamanho de sua capacidade. E para impedir esse progresso está os feminicídios (assassinatos cometidos em razão de gênero), a opressão, o abuso, entre tantos outros maus adjetivos.

Entender um pouco do problema, ajudará os indivíduos a se posicionarem contra essa situação, auxiliando na diminuição dos casos.

2 DESENVOLVIMENTO

> [...] é comum que a violência seja interpretada por estudiosos do assunto como ações humanas de indivíduos, grupo, classes, nações que desencadeiam a morte de seres humanos ou que afetam suas integridades

[103]Estudante do segundo período de Direito na instituição de ensino Centro Universitário Campo Real.
[104]Advogado, professor das disciplinas de criminologia e metodologia científica na instituição de ensino Centro Universitário Campo Real. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

> físicas, morais ou espirituais, "...apresentando profundo enraizamento nas estruturas sociais, políticas, bem como nas consciências individuais e coletivas. (MINAYO & SOUZA, 1997-1998, p.65).

Modernamente, o termo submissão caiu em desuso por grande parte da população brasileira, assim como da mundial. Mas apesar disso, o que a realidade retrata é argumento irrefutável e se torna estatística em uma sociedade cada vez mais agressiva com o gênero feminino, entre tantas outras parcelas pouco representadas.

Inúmeras pesquisas retratam dados assustadores que englobam os diversos tipos de violências sofridas diariamente pelas mulheres, destacando-se principalmente: a violência sexual, violência doméstica e abusos, sendo eles de todas formas.

O governo brasileiro recebeu quase 73 mil denúncias de violência contra mulher no primeiro semestre de 2018. Os dados foram divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos, no dia 7 de agosto, data em que se completa 12 anos da Lei Maria da Penha.

Segundo a Lei 11.342, artigo 2ª: "Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social."

Tendo como base informações tão preocupantes, questiona-se o motivo pelo qual agressão ocorre, e a denúncia não.

Grande parte dos atentados contra as mulheres é cometido por parte de seus ex e atuais parceiros, que, inconformados com o poder de escolha de suas companheiras, optando pelo término de um relacionamento, agem contra as mesmas.

Grande parte dos atentados contra as mulheres é cometido por parte de seus ex e atuais parceiros, que, inconformados com o poder de escolha de suas companheiras, optando pelo término de um relacionamento, agem contra as mesmas. No início de tudo, relações abusivas não aparentam ser como devidamente são. Namoros e casamentos constituem-se como uma relação de troca, na qual o produto é o amor.

Afinal como define Gabriel Chalita em seu livro "Os dez mandamentos da ética":

> Um amor puro, que não exige nada em troca. Um amor livre, que não se prende, que não se deixa escravizar e que também não escraviza. Um amor consciente que sabe da grandeza e da limitação do outro. Uma força dessa natureza não pode levar a escravidão – o amor jamais escraviza, porque isso seria o contrário da sua essência. As asas não podem sufocar a águia, e da mesma forma o amor não pode sufocar o homem e a mulher. (2003, p. 25.)

A partir dessa princípio desenvolve-se uma união saudável, entretanto: "Quando o sentimento passa a ser obsessivo, desmedido, descontrolado, impulsivo, obcecado e viciado pelo outro ser amado, gerando muitas vezes consequências desastrosas e violentas para os seres envolvidos." (BONAVIDES, 2009, p. 21).

Descrito acima está o amor patológico, habitualmente confundido com "amar demais", ambos os excessos levam ao desastre. Por que isso ocorre?

Diversas são as respostas, entre elas encontramos a fragilidade masculina, que busca oprimir a parceira para compensar sua personalidade; a baixa auto-estima feminina, que acaba tornando a mulher alvo acessível; a codependência das duas partes, sendo caracterizada por uma excessiva preocupação pelo outro e um modo de vida próprio; e como mais marcante traço, a falha na criação dos indivíduos. (BONAVIDES, 2009).

De acordo com Letícia Franco de Araújo, Delegada Corregedora Adjunta da Policia Civil do estado de Goiás, que analisou o perfil das vítimas e dos autores, as ocorrências são alarmantes:

> 1. idade das vítimas – as mulheres entre 20 e 29 anos de idade são as maiores vítimas de violência, seguidas pelas mulheres entre 30 e 39 anos.
> 2. profissão das vítimas – as mulheres que se declaram "do lar", quando do registro de TCO[1], constituem o maior índice entre as mulheres vítimas de violência, seguidas pelas domésticas;
> 1. sexo – os agressores do sexo masculino que vitimizam mulheres representam pelo menos 80% do TCOs registrados;
> 2. idade do autor – pelo menos 34% dos agressores de vítimas mulheres têm entre 30 e 39 anos de idade, seguidos pelos de 20 a 29 anos.
> 3. instrução do autor – os dados coletados demonstram que pelo menos 55% dos agressores têm apenas ensino fundamental incompleto, assim considerados, no universo da pesquisa, as pessoas que cursaram a partir da 3ª série do ensino fundamental.
> 4. profissão do autor – a estatística levantada demonstra que é variado o universo de profissões dos agressores de vítimas mulheres, havendo maior incidência dentre os trabalhadores braçais. (ARAÚJO, 2003, p. 152).

Como retrata a série documental "Por dentro da mente do criminoso", a dúvida que permeia a mente dos estudiosos, se o instinto violento é uma condição inata ao indivíduo ou uma condição adquirida devido as circunstâncias que o levaram

até o momento atual, não está resolvida, aos poucos encontramos o tratamento para as consequências de suas atuações.

O primeiro passo a ser dado é efetuar a denúncia por meio do telefone 180, serviço gratuito, funcionando todos os dias, inclusive nos finais de semana. Horário de Atendimento: A qualquer hora. Este Serviço ajudara a vítima de violência quanto aos encaminhamentos e procedimentos legais cabíveis de acordo com cada situação e gravidade.

> A violência contra mulher não se trata apenas de um problema social e jurídico, mas também de saúde pública em que agressões sobrepostas e acumuladas, dependendo de sua gravidade e continuidade, podem ocasionar distúrbios mentais, afetivo-emocionais, problemas de incapacidade física, muitas vezes com danos irreversíveis. (ARAGÃO, 2017).

Em seguida, a busca do tratamento e acompanhamento psicológico/psiquiátrico/terapêutico deve ser feita. A dor da vítima deve ser compartilhada, para que ela não passe por esse momento de sofrimento sozinha. Busque ajuda!

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os olhos voltados para a cura dessa patologia no organismo social proposto por Émile Durkheim, procura-se o fim para a desordem que a contemporaneidade se encontra ao tratar da questão de gênero.

A muito as mulheres já conquistaram seu espaço, porem a condição que muitas se encontram devido à violência que se deparam em seus lares e nas ruas de pequenas e grandes cidades é desmedida.

O intuito do presente trabalho é acautelar cada pessoa em sua individualidade para compor um coletivo de harmonia. Não é preciso conviver, com abusos, agressões, estupros com uma sociedade tão instruída em pleno século XXI.

Não deve-se esperar demasiadas ações de um Estado, ainda mais composto de m universo de representantes corruptos, todavia, em sua soberania é indispensável providências a respeito de mazelas tão grandes.

Dedicar maior zelo aos casos deportados as autoridades; uma punição em graus mais severos para os agressores com tramites mais acelerados no processo de

julgamento para reduzir a taxa de reincidência; prestar serviços de ajuda as vítimas; seriam algumas medidas a serem tomadas para melhorar o quadro.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amanda. 07 de agosto de 2018. Disponível em:.<https://oglobo.globo.com/sociedade/governo-recebeu-quase-73-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-no-primeiro-semestre-22955542>. Acesso em : 13 de ago. 2018.

ARAGÃO, Soraya de Rodrigues. [s/d]. Disponível em: <http://obviousmag.org/transmutacao_psicologica_do_ser_e_alquimia_da_vida/2017/11/violencia-contra-a-mulher-causas-consequencias-e-servicos-de-ajuda.html>.Acesso em: 4 de set. 2018.

ARAÚJO, Letícia e de Franco. **Violência contra a mulher:** A ineficácia da Justiça Penal Consensuada. Campinas/SP: CS Edições Ltda, 2003.

BONAVIDES, Renata. **Crimes Passionais ou Amor Patológico.** Porto Alegre/RS: Paixão editores, 2009.

GIORDANI, Annecy e Tojeiro. **Violências contra mulher**.São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2006.

SERIO, Max. **Dentro da mente do criminoso**. 2018. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/>. Acesso em: 2 de set. 2018.

ESTADOS DE EXCEÇÃO E SUA CONSTITUCIONALIDADE COMO SUPRESSOR DE DIREITOS

ANNIES, Eduarda Carolina[105]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[106]

RESUMO: A Constituição é ampla e com um rol muito grande de direitos e participação popular em áreas da política pública, da saúde, do desenvolvimento social, entre outros, sendo até mesmo considerada como "Constituição Cidadã" por esses motivos, porém é previsto expressamente na Constituição Federal vigente no Brasil, estados de exceção, como o estado de defesa e o estado de sítio que restringe certos direitos fundamentais específicos. O objetivo do presente trabalho é estudar esses estados diferenciados, mostrando quais direitos são limitados e em quais hipóteses, com base na pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Constituição Federal. Estado de exceção. Estado de defesa. Estado de sítio. Direitos.

1 INTRODUÇÃO

Entre 1964 e 1985 o Brasil viveu um regime militar regrado a base de supressão de direitos fundamentais, como a proibição do *habeas corpus* em casos de crime político.

No dia 15 de janeiro de 1985 o regime militar chegou ao fim, levando a um período de redemocratização, até o dia 5 de outubro de 1988, no qual foi promulgada a Constituição Federal brasileira em vigor até os dias de hoje.

Foi uma Constituição que tinha como finalidade fazer uma contraposição com o regime anterior, restabelecendo direitos que antigamente estavam restritos e, por isso, tem um alto grau de segurança jurídica.

> O renascimento do Estado de Direito emergiu como importante percussor na defesa da dignidade da pessoa humana, elevando as constituições democráticas à categoria de guardiãs dos direitos individuais e sociais, considerados indispensáveis mecanismos à manutenção da cidadania. (BAHIA).

Mesmo preservando os direitos fundamentais dos cidadãos, há dispositivos legais na Constituição de 1988 que defendem os estados de exceção que em

[105]Acadêmica do curso de direito, no 4º período A, no Centro Universitário Campo Real.
[106]Possui graduação em Direito pela UNICURITIBA (2003). Especialização na área jurídica pela EMAP (2005). Mestrado em Direito pela UNICURITIBA (2008). Atualmente exerce a docência no Centro Universitário Campo Real, nas cadeiras de Direito Constitucional e Processo Constitucional. Paralelamente, presta assessoria jurídica à clientes e empresas.

momentos específicos e de crise pode suspender alguns direitos fundamentais até que a ordem seja restaurada, voltando a normalidade.

2 ESTADO DE EXCEÇÃO

O Estado tem como função a manutenção do próprio Estado e a proteção dos seus cidadãos, oferecendo ordem e paz, além do pleno gozo dos direitos, porém existem situações de crise que se não forem controladas podem mudar totalmente o rumo da situação institucional, podendo os governantes tomarem medidas drásticas temporárias, de acordo com a Constituição Federal. Essas medidas são chamadas de Estados de Exceção "[...], que uma vez em vigor suspenderá direitos e garantias constitucionais até que novamente seja alcançada a ordem interna." (BAHIA). Por serem medidas drásticas é preciso que todos os requisitos previstos sejam seguidos a risca para que não haja abuso e abra as portas para um regime autoritário, "[...] sob pena de responsabilização política, criminal e civil dos agentes políticos usurpadores". (MORAES, 2003, p. 622).

A previsão legal está na Constituição Federal de 1988, presente no título V "Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas", nos artigos 136, 137, 138, 139, 140 e 141.

Baseia-se em dois princípios: da necessidade e da temporariedade, ou seja, só pode ser decretado em situações extremas e por certo período de tempo determinado em lei, porém Humberto Peña de Moraes citando Uadi Lammêgo Bulos acrescenta o princípio da proporcionalidade para que a medida seja proporcional ao seu evento de origem. (2003, p. 3). Esse Estado alternativo é dividido em duas hipóteses: estado de defesa e estado de sítio.

O primeiro é a sua forma mais branda e está para proteger "locais restritos e determinados" restabelecendo o equilíbrio "ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções da natureza", não autorizada a ser decretado tempo maior que 30 dias, podendo ser prorrogada pelo mesmo período de tempo. Os direitos restritos durante o estado de defesa são: 1º) Direito à reunião previsto no artigo 5º, XVI, 2º) Sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica, previsto no artigo 5º, XII e 3º) exigibilidade de prisão somente em flagrante delito ou por ordem da autoridade

judicial competente, previsto no artigo 5º, LXI. Além disso, poderá ser utilizado e ocupado temporariamente bens públicos "na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes". O presidente da república, consultando os Conselhos da República e de Defesa Nacional, pode decretar o estado de defesa e posterior a sua declaração é convocado o Congresso Nacional para decidir por maioria absoluta - 50% + 1 de todos os membros - a continuação ou não dessa medida. Caso haja resposta negativa, extingue-se o estado de defesa e volta a normalidade. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O segundo é sua forma mais grave e tem duas hipóteses, previstas no artigo 137, I e II da Constituição Federal. O primeiro inciso é caso haja "comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem ineficácia da medida tomada durante o estado de defesa" e o segundo inciso é em caso de guerra declarada ou "resposta a agressão armada estrangeira". No inciso I, os direitos restritos são: 1º) Sigilo de correspondência e de comunicações telegráficas e telefônicas, previsto no artigo 5º, XII, 2º) Direito de reunião, previsto no artigo 5º, XVI, 3º) Inviolabilidade domiciliar, previsto no artigo 5º, XI, 4º) Direito de propriedade, previsto no artigo 5º, XXV, 5º) exigibilidade de prisão somente em flagrante delito ou por ordem da autoridade judicial, previsto no artigo 5º, LXI, 6º) liberdade de manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, prevista no artigo 220, da Constituição. No inciso II, podem ser restringidas todas as garantias individuais seguindo alguns requisitos, dos quais Alexandre de Moraes cita:

> 1. Necessidade de efetivação da medida
> 2. Tenham sido objeto de deliberação por parte do Congresso Nacional no momento de autorização da medida
> 3. Devem estar expressamente previstos no Decreto presidencial Nacional (2003, p.649).

Sendo que nesse decreto deve estar sua duração, o executor da medida e também as garantias que vão estar suspensas, seguindo os requisitos. Ainda sobre o período que vigorará o estado de sítio, há diferença entre os dois incisos. No 1º é no máximo 30 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias de cada vez. No 2º é enquanto durar a guerra ou a agressão armada estrangeira. Nesse regime em específico, a consulta ao Congresso Nacional e a aprovação por maioria absoluta deve ser antes da decretação do estado de sítio.

Cessado qualquer um dos dois estados de exceção é feito um relatório do presidente da república colocando todas as informações dos procedimentos e áreas

atingidas. Cessarão também seus efeitos, não havendo responsabilização pelos atos ilícitos cometidos, desde que não haja abuso e/ou desrespeito dos requisitos constitucionais por parte do Presidente da República, pois assim ocorrerá crime de responsabilidade.

Há muitas críticas referentes a esse regime, pois deixa uma brecha para um novo regime autoritário, além de que a eficácia dessas situações excepcionais é questionável, dizendo Luis Gustavo de Lima Pascoetto que “a dosagem pode transformar o remédio em veneno” (2012, p.102).

O mesmo autor também critica os requisitos previstos na Constituição em que dá muito poder ao Presidente da República:

> Todavia, é impossível deixar de destacar que nos últimos dois mil e quinhentos anos o modo escolhido para defender a República das agressões que põe em risco a sua própria existência - agressões essas muito frequentes, como demonstra a história - tenha sido o depósito de grande poder nas mãos de um único homem, para que este, com sabedoria e lealdade ímpares, conduza os seus compatriotas à vitória! A salvação pública fica assim dependente da ação - e da boa vontade - de uma só pessoa. O governante se transforma em juiz único e exclusivo da exceção. (PASCOETTO, 2012, p.12).

Contrapondo-se a justificativa que muitos doutrinadores dão de que se houver abuso aqueles que o cometeram serão responsabilizados, mas se o detentor do poder ser uma pessoa só ele pode se eximir da sua culpa e se tornar autoritário. Ou seja, há sempre uma forma de colocar em risco todo o sistema democrático, porém é necessária uma forma de serem tratados esses momentos de crise.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então, com base em toda a bibliografia estudada, que mesmo em um estado democrático e que respeita os direitos de seus cidadãos, há momentos em que essa legalidade se tornará extraordinária por motivos que afetem uma localidade específica ou a nação como um todo, com a suspensão de direitos, antes fundamentais, porém é necessário que haja uma forma de se defender em momentos de crise até que a normalidade retorne. Por isso, é importante que em casos de decretação desses estados excepcionais, toda a população e também os controles políticos, estejam atentos as regras criadas na própria Constituição para que não haja

abuso de poder e aqueles que possam fazer mau uso dessa previsão legal seja responsabilizado de acordo com seus atos abusivos praticados.

4 REFERÊNCIAS

BAHIA, Charles Nunes. Estado de exceção: uma afronta à supremacia dos direitos fundamentais? **Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13895>. Acesso em: 25 ago. 2018.**

PASCOETTO, Luis Gustavo de Lima. Triunvirato de emergência. **2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-29082013-134403/en.php>. Acesso em: 25 ago. 2018.**

MORAES, Humberto Peña de. **Mecanismos de Defesa do Estado e das Instituições Democráticas no Sistema Constitucional de 1988: Estado de Defesa e Estado de Sítio.**2003. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista23/revista23_198.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal.** 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 24 ago. 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 2003. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/995/1/%5BAlexandre_de_Moraes.%5D_Direito_constitucional%28BookSee.org%29.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

INTERVENÇÃO FEDERAL

FACHI, Jussara Wirmond [107]
TEIXEIRA, Symon Marcel[108]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa [109]

RESUMO: A intervenção prevista na nossa Constituição Federal, poderá ser executada por um ente político imediatamente superior sobre um ente imediatamente subordinado. Quando se trata de intervenção federal, esta será decretada pelo Presidente da República nos casos nela previstos. No decreto constará o prazo, a finalidade e demais observações inerentes. Inclusive a nomeação do interventor, se necessário. Se a intervenção for de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, esta deverá ser apreciada pelo Congresso Nacional e, ato contínuo, aprovada ou suspensa.

Palavras-chave: Intervenção. Constituição. Executivo. Federal.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um tema, que se apresenta muito atual na nossa sociedade. Gerou muitos debates, a recente decretação de intervenção federal num estado da nossa federação.

Como se trata de uma intervenção na segurança pública, despertou posicionamentos, contrários e favoráveis. Há os que não acreditam ser necessário, que o estado deveria cuidar do problema, mesmo com dificuldades. E há os que sustentam, que deveria ser até mais incisiva do que a forma como foi definida.

Estaremos apenas abordando o tema sob o prisma da Constituição Federal. Para isso utilizamos o método de pesquisa bibliográfica, onde buscamos nos embasar nos seguintes autores: Alexandre de Moraes, Vicente Paulo e José Afonso da Silva.

2 DESENVOLVIMENTO

O Estado Federal tem seu fundamento no princípio de autonomia das entidades que o compõem. A regra é o exercício da autonomia, nos entes estatais –

[107] Estudante de Direito, quarto período A, noturno, Faculdade Campo Real.
[108] Estudante de Direito, quarto período A, noturno, Faculdade Campo Real.
[109] Orientadora Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pela Unicuritiba.

União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (PAULO e ALEXANDRINO, 2017 p. 316).

A exceção à regra é a intervenção. Pela intervenção, afasta-se a atuação autônoma dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. É uma medida excepcional, e só ocorre nos casos previstos na Constituição Federal, art. 34, 35 e 36. Uma vez que a Constituição adota o princípio da não intervenção. (SILVA, 2005, p. 485).

A intervenção é um ato de controle de constitucionalidade, pois é a última medida coercitiva para se reestabelecer a obediência à Constituição, por parte dos entes federativos. (PAULO e ALEXANDRINO, 2017 p. 316). Os pressupostos da intervenção federal nos Estados, dizem respeito à "situações críticas que põem em risco a segurança do Estado, o equilíbrio federativo, as finanças estaduais e a estabilidade da ordem constitucional". (SILVA, 2005, p. 485).

A intervenção é um ato político, executado sempre pelo Chefe do Poder Executivo. Podemos classificar duas hipóteses: espontânea ou provocada.

Intervenção federal espontânea, é quando o Presidente da República, dentro do seu poder discricionário, decide e a executa, independente da solicitação de outros órgãos. Assim temos três hipóteses de intervenção federal espontânea: 1) para a defesa da unidade nacional; 2) para a defesa da ordem pública; e 3) para a defesa das finanças públicas. (PAULO e ALEXANDRINO, 2017 p. 317).

Intervenção federal provocada, é quando for solicitada pelo poder local. O poder legislativo e o poder executivo local, solicitam ao presidente da república, a decretação da intervenção, no caso de estarem sofrendo coação no exercício de suas funções. E, também, quando for requisitada pelo poder judiciário (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral), quando for constatada desobediência a ordem ou decisão judiciária, ou para garantir o livre exercício do poder judiciário. (MORAES, 2016. p. 343).

2.1 O ATO DE INTERVENÇÃO

A intervenção se inicia por um decreto presidencial e assim que publicado já estará em vigor. Neste decreto fica estabelecido a amplitude, o prazo e as condições de execução. Também poderá ser nomeado um interventor, se necessário. (MORAES, 2016. p. 344).

O decreto de intervenção, será submetido à apreciação do Congresso Nacional no prazo de 24 horas. Estando o congresso em recesso, este deverá ser convocado extraordinariamente. É dever do Congresso Nacional, aprovar ou suspender a intervenção. No caso de suspensão, esta deve ser imediatamente cancelada, pois o Presidente da República estará cometendo crime de responsabilidade, e estará sujeito a processo e demais sanções. (SILVA, 2005, p. 488).

Se a intervenção federal for requisitada pelo judiciário, através do STF, STJ e TSE, quando se tratar de ameaça ao bom funcionamento do poder judiciário, nestes casos a atuação do Presidente da República será vinculada, devendo expedir o decreto interventivo. Nesta situação, não necessita de apreciação pelo Congresso nacional. (PAULO e ALEXANDRINO, 2017 p. 320).

2.2 O INTERVENTOR

O interventor será nomeado, quando a intervenção federal agir sobre o executivo estadual, ou sobre o legislativo e o executivo locais. “O interventor é figura constitucional e autoridade federal, cujas atribuições dependem do ato interventivo e das instruções que receber da autoridade interventora”. (SILVA, 2005, p. 489). Embora suas funções sejam federais ele dará continuidade à administração estadual, conforme as leis e a constituição deste.

2.3 CONTROLE DA INTERVENÇÃO

Distinguimos dois tipos de controle numa intervenção: o político e o jurisdicional.

O primeiro controle, se trata da aprovação ou a suspensão pelo Congresso Nacional, quando se tratar de intervenção provocada, no prazo de 24 horas.

Como a intervenção é um ato político, o controle jurisdicional se dará através da fiscalização do Poder Judiciário, caso houver violação às normas constitucionais que regulam o procedimento. Bem como em caso de suspensão pelo Congresso Nacional, mas ela permanecer em execução. A figura do interventor também poderá ser controlado pelo judiciário, em relação aos atos que praticar. (PAULO e ALEXANDRINO, 2017 p. 324).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição estabelece o pacto federativo, pelo princípio da não intervenção da União nos Estados e destes nos municípios. A exceção à regra é a intervenção. (PAULO e ALEXANDRINO, 2017 p. 316).

Como explica SILVA, 2005, p. 485, uma intervenção poderá ser decretada, para manter a defesa do Estado (País); para manter a integridade nacional, ou para repelir invasão estrangeira; repelir invasão de um Estado federativo sobre outro; para por fim a grave comprometimento da ordem pública; para garantir o livre exercício dos Poderes nos Estados federados; e para reorganizar as finanças do Estado.

A União nunca intervirá diretamente nos municípios, sendo isso uma atribuição do Estado membro.

Durante o transcurso de uma intervenção federal a Constituição Federal não poderá ser emendada. (PAULO e ALEXANDRINO, 2017 p. 322).

4 REFERÊNCIAS

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 32. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PAULO, Vicente e ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. 16. Ed. São Paulo: Forense, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional.** 25. Ed. São Paulo; Malheiros, 2005.

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE APLICADO NO CASO CONCRETO – ANÁLISE DA LEI N° 9.695/98

JASINSKI, Renato[110]
LICOVISKI, Evertom[111]
MOREIRA DA SILVA, Rafael Vieira[112]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[113]

RESUMO: A Lei n° 9.695/98, conhecida como Lei dos Remédios, surgiu em um cenário que exigiu uma resposta estatal rápida para satisfazer o clamor de parte da população e passou a constituir o rol da Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072/90. Ante sua urgência, levanta-se dúvidas no que toca à sua constitucionalidade, em virtude de não atentar aos princípios norteadores dos direitos fundamentais contidos na Carta Magna, mais especificamente aos Princípios da Ofensividade e da Proporcionalidade. Destarte, por meio de pesquisas bibliográficas, busca-se responder ao questionamento acerca da adequação da Lei dos Remédios à Constituição Federal.

Palavras-chave: Constitucionalidade. Lei dos Remédios. Legalidade. Proporcionalidade. Ofensividade.

1 INTRODUÇÃO

Elabora-se o presente trabalho com o fito de interpretar a Lei dos Remédios (Lei nº 9.695/98, de 20 de agosto de 1998) ante às normas da Constituição Federal Brasileira de 1988, tomando-se como objeto material a Lei dos Remédios e analisando-a à luz dos Princípios da Proporcionalidade e da Ofensividade.

Utiliza-se o método de pesquisa de abordagem qualitativa com natureza aplicada, através de procedimento de pesquisa bibliográfica e eletrônica, seguindo o método dedutivo.

2 DA LEI N° 9.695/98

Primeiramente insta salientar que a Lei nº 9.695/98 (Lei dos Remédios) inseriu nova redação ao Código Penal, acrescentando o §1°-B ao art. 273, bem como na Lei dos Crimes Hediondos, Lei nº 8.072/90, a qual dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal determinando

[110] Acadêmico do curso de Direito, 9º Período, Centro Universitário Campo Real.
[111] Acadêmico do curso de Direito, 9º Período, Centro Universitário Campo Real.
[112] Acadêmico do curso de Direito, 9º Período, Centro Universitário Campo Real.
[113] Professora orientadora, Centro Universitário Campo Real.

a atribuição de pena mais severa à sua violação e a vedação à anistia, à graça e ao indulto.

No art. 273 do Código Penal, com a redação dada pela Lei n° 9.695/98, estão descritas a conduta vedada e a pena aplicável:

> Art. 273 – Falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais: **Pena – reclusão, de 10 (dez) a 15 (quinze) anos, e multa.**
> § 1º – Nas mesmas penas incorre quem importa, vende, expõe à venda, tem em depósito para vender ou, de qualquer forma, distribui ou entrega a consumo o produto falsificado, corrompido, adulterado ou alterado.
> § 1º-A – Incluem-se entre os produtos a que se refere este artigo os medicamentos, as matérias-primas, os insumos farmacêuticos, os cosméticos, os saneantes e os de uso em diagnóstico.
> **§ 1º-B – Está sujeito às penas deste artigo quem pratica as ações previstas no § 1º em relação a produtos em qualquer das seguintes condições:**
> I – sem registro, quando exigível, no órgão de vigilância sanitária competente;
> II – em desacordo com a fórmula constante do registro previsto no inciso anterior;
> III – sem as características de identidade e qualidade admitidas para a sua comercialização;
> IV – com redução de seu valor terapêutico ou de sua atividade;
> V – de procedência ignorada;
> VI – adquiridos de estabelecimento sem licença da autoridade sanitária competente.

A conduta descrita no artigo acima, para Greco (2014, pg.144-147), resulta em um crime de perigo comum e concreto, no qual o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa e o passivo é a sociedade. O bem jurídico protegido é a incolumidade pública e o objeto material são “os medicamentos, as matérias-primas, os insumos farmacêuticos, os cosméticos, os saneantes e os de uso em diagnóstico”. Na modalidade dolosa é punida com reclusão de dez a quinze anos, e na culposa a pena é de detenção de um a três anos.

Segundamente, ante ao contexto histórico de elaboração da retromencionada legislação, deve-se compreender também que determinadas leis nascem associadas a fatores políticos, buscando atender, não às reais necessidades da população, o que não deixou de ocorrer com a Lei n° 9.695/98, concebida quando a empresa *Schering* do Brasil fabricou e pôs à venda o Microvlar, um medicamento anticoncepcional totalmente adulterado e ineficaz, que não prevenia a gravidez. O caso veio a público em maio de 1998, quando várias mulheres haviam feito uso do medicamento e engravidado, o que acarretou o ajuizamento de inúmeros pedidos de indenização contra a empresa, e na exagerada exposição midiática do caso.

Destarte, alteram-se os artigos 272 e 273 do Código Penal, e acrescenta o mandamento proibitivo à Lei dos Crimes Hediondos, deixando dúvidas no tocante a sua constitucionalidade, pois diminui os benefícios do acusado e aumenta sua pena, ao estabelecer um tratamento penal mais severo.

2.1 DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DOS REMÉDIOS

Sendo o controle de constitucionalidade a verificação da adequação dos atos normativos com a Constituição Federal, a redação dada à Lei dos Remédios deixou dúvidas quanto à constitucionalidade, principalmente no referente aos Princípios da Proporcionalidade e da Ofensividade.

2.1.1 Do Princípio da Ofensividade

Resumidamente, o Princípio da Ofensividade exige para a ocorrência de um crime algum dano a um bem jurídico alheio protegido e que tal guarde relação com a conduta praticada pelo agente. Mas, em casos concretos, às vezes, a lesão ocorre só formalmente, e o prejuízo material da conduta é tão pequeno (ou não ocorre) que não chega a merecer sanção penal, pois nem ofende o bem jurídico tutelado.

Nesse entendimento, Guilherme Rodrigues Abrão (2009) salienta que “para haver delito é imperioso que tenha ocorrido lesão relevante ou perigo de lesão ao bem jurídico-penal, do contrário não há de falar-se em conduta delituosa”.

Logo, o Princípio da Lesividade/Ofensividade toma como base o Princípio Constitucional da Legalidade, previsto como direito fundamental de qualquer ser humano no art. 5º XXXIX, da CF: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. Assim, constitucionalmente, não há crime sem lesão a um bem jurídico.

Ocorre que, de acordo com o texto da Lei dos Remédios, a conduta tipificada de “Falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais” não exige o resultado de o objeto material tornar-se nocivo à saúde, ou seja, não é necessário que haja a ofensa ao bem jurídico protegido.

Corre-se o risco da aplicação da lei mesmo se a conduta beneficiar a saúde pública, como acontece na importação de produtos terapêuticos não fabricados e não

liberados para comercialização no Brasil, mesmo sem terem sua nocividade comprovada, já que a conduta de importar medicamento sem registro no órgão de vigilância sanitária competente está tipificada como crime. Outro problema ocasionado pela má elaboração do mencionado dispositivo legal é a possibilidade de se punir a conduta prevista em caso de falsificação ou alteração de um cosmético, como batom por exemplo.

Nesses casos, o controle de constitucionalidade permite contestar a constitucionalidade da norma, pois há uma lei que viola texto da Constituição Federal: a Lei nº 9.695/98 atinge o Princípio da Ofensividade, derivado do Princípio da Legalidade, já que não há lesão a bem jurídico algum.

Logo, não haveria que se falar em crime, pois estar-se-ia diante de uma Inconstitucionalidade – não adequação da lei à CF – por Ação – pois a lei viola diretamente o texto constitucional – em razão de Vício Material – vinculado ao conteúdo da lei –.

2.1.2 Do Princípio da Proporcionalidade

Abrão (2009) lembra que o Princípio da Proporcionalidade é um instrumento de limitação do poder punitivo do Estado, que impõem que a pena a ser aplicada deve ser proporcional ao crime. Portanto, também um direito fundamental do ser humano previsto na CF88, em respeito ao Princípio da Legalidade (art. 5º XXXIX, CF88) e da Individualização da Pena (art. 5º, XLVI, CF88).

Em suma, deve-se buscar o equilíbrio entre a pena aplicada e o crime cometido, almejando a justa medida. Mas, novamente, o legislador veio a ofender tal princípio com a edição da lei em questão, aumentando a pena anterior de dois a seis anos de reclusão, para dez a quinze anos, pena muito maior que a cominada a quem comete homicídio simples (pena mínima de seis anos).

Nota-se a desproporção, pois, se um indivíduo mata alguém pode ser condenado à pena mínima de reclusão de seis anos, e se outro importa algum medicamento para emagrecer não registrado na ANVISA, pode ser condenado à pena mínima de dez anos de reclusão, ferindo o preceito fundamental da individualização da pena. No tocante, salienta Reale:

> O Princípio da Proporcionalidade emana, também, da proibição de penas cruéis e da determinação da individualização da pena, que importa, no primeiro momento, em uma individualização legislativa de acordo com a natureza do bem jurídico tutelado, e depois, quando da sentença, na busca da pena justa e proporcional à gravidade do fato e à culpabilidade do agente. (REALE, 1999, p. 418).

Assim, o legislador não atentou à individualização legislativa prevista no art. XLVI da CF, atingindo preceitos constitucionais, revelando, novamente, uma Inconstitucionalidade por Ação em razão de Vício Material.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência ao exposto, tem-se a noção de que o legislador, ao elaborar a Lei n° 9.695/98, estabeleceu nova redação à legislação infraconstitucional de modo a tornar mais severa a atribuição de pena a quem a infringe.

Depreende-se que a legislação citada fere os Princípios da Ofensividade e da Proporcionalidade, diretamente direitos constitucionais, em decorrência da não adequação ao que predispõe a Constituição Federal em seu art. 5º, incisos XXXIX e XLVI.

4 REFERÊNCIAS

ABRÃO, Guilherme R. **A (In) Constitucionalidade da Lei dos Remédios: Artigos 272 e 273 do Código Penal - Breve análise crítica**. Disponível em: < http://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1330054/a-in-constitucionalidade-da-lei-dos-remedios-artigos-272-e-273-do-codigo-penal-breve-analise-critica >. 15 junho. 2009. Acesso em 25 de agosto de 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte especial**. Vol. IV, 10 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2014.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 19ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PRADO, Luiz G. **Lei Penais Especiais: parte II**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

REALE JÚNIOR, Miguel. **A inconstitucionalidade da lei dos remédios**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 763, n. 88, p.415-431, maio. 1999.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ÂMBITO ESCOLAR

RANK, Gabriele
ROCHA, Hellen Carolinne

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é dissertar sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito escolar, através de uma revisão bibliográfica sobre o tema. No seguinte texto foi relatado assuntos como: a inclusão escolar dos sujeitos com TEA, as limitações dos mesmos e a possível realidade desses na escola regular, incluindo as dificuldades encontradas nesse contexto. Também foi comentado sobre a necessidade de cuidado e atenção quanto aos alunos com transtorno do espectro autista.

Palavras-chave: TEA. Autismo. Deficiência. Escola Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista, ou simplesmente TEA, pode acarretar diversas características específicas para o sujeito, como dificuldades intensas na comunicação e interação social, o que pode se transformar em uma ampla e vasta dificuldade, até pelo caráter permanente do transtorno. Essas questões podem ser bastante relevantes no ambiente escolar, isso de maneira positiva ou não, dependendo da preparação e cuidado dos professores e demais integrantes da comunidade escolar.

O tempo que se necessita para completar o estudo regular em nosso país também pode ser um influenciador nessa questão, já que o mesmo dura por vários anos, sendo estes os que abrangem toda a infância e desenvolvimento da criança. Diante disso o texto que se segue visa tratar sobre as questões que abrangem o TEA e a relação desse transtorno com o ambiente escolar.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho apresenta uma revisão bibliográfica sobre a questão do Transtorno do Espectro Autista relacionado com a escola de ensino regular. A partir do DSM-V (2013) esse transtorno passou a ser denominado Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois anteriormente no DSM-IV (2002) ele fazia parte dos transtornos globais do desenvolvimento. Outra mudança que ocorreu com essa atualização do manual diagnóstico estatístico de transtornos mentais foi a de que a síndrome de asperger, o transtorno autista, o transtorno desintegrativo da infância e o transtorno

generalizado do desenvolvimento não-especificado (PDD-NOS), se reuniram em apenas um diagnóstico, este que agora se caracteriza em três tipos, considerando o nível de gravidade, de comunicação social e de comportamentos restritos e repetitivos, isso em uma ordem crescente do 1 ao 3 exigindo apoio, apoio relevante e apoio indispensável no terceiro nível.

Dentro dessa perspectiva podemos considerar que o nível 3 seria o "autismo clássico" o qual seria o nível mais intenso do transtorno e este por sinal é dificilmente incluído na escola inclusiva, já que trata de um sujeito com dificuldades bastante acentuadas na linguagem e no contato interpessoal, fazendo-se muito complicada e até motivo de sofrimento a mais para o autista. Logo, as considerações a respeito da escola inclusiva no TEA, são possivelmente mais propícias para os níveis 1 e até o 2, por se tratarem de sujeitos com maior possibilidade de uma inclusão sem tantos transtornos a mais para ambas as partes, a escola e o próprio aluno autista. (DSM-V, 2013)

De um modo geral, o TEA se caracteriza por um enfático déficit na socialização e contato interpessoal, com um padrão de comportamento restrito e repetitivo, hipo ou hiper-reatividade com estímulos sensoriais, com aparecimento nos primeiros anos de vida, e se estendendo permanentemente, causando prejuízo significativo na vida do sujeito. Esse transtorno pode ser acompanhado de agravada dificuldade intelectual e ou de linguagem, e comprometimento das funções motoras. (DSM-V, 2013)

Diante desse contexto, Sampaio Oliveira (2015) defende que o ambiente escolar pode ter acentuada relevância no desenvolvimento do sujeito, positiva ou negativamente, pois se caracteriza por ser um local de frequente contato social e desenvolvimento das funções cognitivas. É sabido que é garantido por lei a inclusão de alunos deficientes nas escolas em geral, não podendo a instituição negar a matrícula do aluno. Surge assim a necessidade da escola inclusiva, onde:

> [...] é possível perceber que a inclusão envolve todo um processo, desde aceitar a matrícula até o desenvolvimento da consciência da importância da inclusão, sendo de conhecimento de todos. Para que haja a inclusão eficiente e não o simples inserir, deve-se estar preparado para receber e trabalhar com os autistas, para que não haja desrespeito no ambiente em que vive. (SAMPAIO OLIVEIRA, 2015)

Ao lermos essa afirmação, percebemos que é preciso inclusão, e preparo por parte da escola, em relação aos autistas, pois a aceitação da matricula é garantida por lei, já o preparo e a adequação para a inclusão de alunos com TEA se faz necessário para um bom desenvolvimento escolar, assim como a convivência com o diferente, dentro da sala de aula, pode auxiliar na formação de uma consciência de solidariedade e inclusão nos alunos.

É sabido também que existe uma lei especifica sobre o TEA:

> [...] a Lei Berenice Piana 12.764/12 – Institui a Política Nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno com Transtorno do Espectro Autismo, sancionada pela presidente da república Dilma Rousseff em 2012, (...), altera o § 3º do Art.98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, em seu parágrafo único sobre o sobre o acesso ao ensino regular. (BRASIL, 2012).
>
> Nos termos do inciso IV do artigo 2º diz que a pessoa com o Transtorno do Espectro Autista tem direito a um acompanhante especializado se assim for comprovada a necessidade. Ainda na lei 12.764/12 em seu artigo 7º diz que haverá punição de uma multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos ao gestor da escola que negar a matrícula do aluno com Transtorno do Espectro Autista, bem como, também a qualquer outra deficiência (BRASIL, 2012. apud SAMPAIO OLIVEIRA, 2015)

Além das informações citadas acima, essa lei também determina que o TEA é considerado uma deficiência, e assim:

> Conforme o art. 54 do ECA é obrigação do Estado garantir **atendimento educacional especializado** às pessoas com deficiência **preferencialmente na rede regular** de ensino, já que toda criança e adolescente têm direito à educação para garantir seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (Cartilha das pessoas com autismo, 2011)

Ainda sobre o processo de escolarização de sujeitos com TEA, afirmou um estudo feito na cidade de Atibaia, no interior do estado de São Paulo:

> Os resultados do presente estudo apontam que o processo de escolarização de alunos com autismo não se completa e que poucos alunos chegam ao ensino médio. A taxa de evasão escolar é alta e mesmo aqueles alunos que estão matriculados nas séries e anos correspondentes à idade, não frequentam, necessariamente, as turmas regulares em que estão registrados. Poucos alunos frequentam o atendimento educacional especializado e a rede estadual não oferece nenhum tipo de apoio a essa população. A rede municipal concentra as matrículas no ensino fundamental, na escola regular, mas a mudança de etapa e dependência administrativa da escola (de municipal para estadual) ocasiona muitas desistências devido à ausência de apoio pedagógico especializado. (LIMA; LAPLANE, 2016)

O estudo de Lima; Laplane (2016), traz uma importante reflexão, sobre a frequência escolar de alunos com TEA e sobre a conclusão dos estudos desses alunos, alertando que a evasão escolar que se mostra frequente, e para o pouco amparo teórico e de outros profissionais, para professores e pais de alunos autistas. O que pode nos fazer refletir sobre o fato de as escolas em geral precisarem mais do que matricular alunos autistas, também se preparar e adequar as necessidades dos alunos deficientes, haja vista que não é o aluno que precisa se adequar a escola, e sim o contrário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que a escola não tem o direito da recusa da matricula do aluno com TEA, entretanto sabemos que a inclusão de autistas que se encontram em um nível mais avançado é uma possibilidade questionável, pois tal ação pode vir a resultar em maiores transtornos, haja vista que o mesmo precisa de um amplo apoio, e atenção em seu desenvolvimento, o que talvez poderia ser melhor realizado em uma escola voltada ao acompanhamento especificamente de deficientes. Sendo assim, esta inclusão relatada no presente texto, pode ser mais benéfica em casos de sujeitos com TEA em nível 1, ou 2, por se tratar de indivíduos, que em um comparativo com o nível 3, possuem uma maior facilidade na interação social, e consequentemente na aprendizagem e convívio escolar.

Diante dessas circunstâncias, nota-se a necessidade de que a escola se adapte ao aluno, não podendo rejeitá-lo. Uma possível forma de melhorar esse processo seria a inclusão do aluno em salas de apoio em contra turno, com um professor qualificado no ensino de deficientes, além do encaminhamento para atendimento especializado com fonoaudióloga, psicóloga, psicopedagoga, terapias alternativas como aulas de música ou computação, ou alguma atividade alternativa que possa contribuir no desenvolvimento do sujeito com Transtorno do Espectro Autista.

4 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5th ed. Arlington: American Psychiatric Association; 2013.

O que é autismo ou transtorno do espectro autista? Disponível em: https://autismo.institutopensi.org.br/informe-se/sobre-o-autismo/o-que-e-autismo.htm. Acesso em 08 de agosto de 2018.

Sampaio Oliveira, Eduarda. **Autismo na escola: pontos e contrapontos na escola inclusiva**. 2015. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/autismo-na-escola-pontos-contrapontos-na-escola-inclusiva.htm. Acesso em 08 de agosto de 2018.

Cartilha DIREITOS DAS PESSOAS COM AUTISMO. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/direitospessoasautismo_leitura.pdf . Acesso em 08 de agosto de 2018.

LIMA, Stéfanie Melo; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. **Escolarização de Alunos com Autismo.** 2016.

O CONCEITO DE ANGÚSTIA SEGUNDO KIERKEGAARD

PORFÍRIO, Gustavo Bianchini[114]
OLIVEIRA, Marcelo de[115]

RESUMO: A pesquisa busca através de uma revisão conceitual e bibliográfica apresentar o conceito de angústia para o filósofo dinamarquês Søren Aabye Kierkegaard. O qual consiste no valor necessário para a caracterização de um ser humano, como o processo que desperta o espírito do mesmo. Por fim, problematiza-se o filósofo foi o pai do existencialismo, e se ele é de fato um existencialista, dado o enfoque teológico por trás de suas obras, valorizando assim a sua originalidade e singularidade.

Palavras-chave: Kierkegaard. Filosofia Dinamarquesa. Filosofia. Angústia. Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

Søren Aabye Kierkegaard foi um Filósofo e Teólogo Dinamarquês que nasceu em 5 de maio de 1813 em Copenhague. Estudou na Escola da Virtude Cívica de Copenhague de 1821 (8 anos) até 1830 (17 anos), ano em que foi aprovado na Universidade de Copenhague. Nessa escola aprende Grego e Latim e começa seu interesse pelas obras clássicas.

Na Universidade de Copenhague, cursa Filosofia e posteriormente realiza o seu mestrado na mesma. Como resultado de seu mestrado, o livro “O conceito de ironia” é apresentado ao mundo.

O seu conceito de Ironia consiste na dialética socrática que busca a *aporia* e a *maiêutica*. Stewart, 2017 afirma ““Aqui ele rejeita o conhecimento objetivo que, segundo ele pensa, carece de algo fundamental. Como Sócrates, ele acredita que a verdade deve ser encontrada dentro si mesmo. ” (Pág. 52) E esse será o princípio norteador de toda a sua filosofia.

Também é importante destacar que Kierkegaard sempre escreve através de Pseudônimos, no caso, em 1884 publica o livro “O conceito de Angústia” sob o nome de Vigilius Haufniensis: “o vigia de Copenhague”.

[114] Graduando em Psicologia, Oitavo período, Centro Universitário Campo Real.
[115] Mestre em Filosofia pela PUC-PR, docente em Centro Universitário Campo Real..

De início, seu objetivo é mostrar aos acadêmicos da teologia de seu tempo que o estudo sobre o conceito de pecado não é somente pertencente aos mesmos (à dogmática cristã), mas sim de cada ser humano que discute com outro ser humano, dentro da singularidade de cada um. (Stewart, 2017)

Isso parte do próprio conceito para a angústia que o mesmo desenvolve e que como ele propõe, se liga ao conceito de pecado, essa relação será melhor explicada no decorrer do trabalho. Aqui já se demonstra que Kierkegaard se distancia da chamada Dogmática Cristã e valoriza o processo humano de investigação sobre a verdade.

"Aqui, no início, Kierkegaard faz seu autor pseudônimo dar indícios de que sua abordagem e compreensão do pecado serão muito diferentes; de fato, estarão em desacordo com o consenso acadêmico. " (*ibidem*, p. 186)

Esse distanciamento do mundo acadêmico é uma das marcas de Kierkegaard e que influenciará sua escrita posteriormente e consequentemente, o conceito de angústia por ele elaborado.

2 DESENVOLVIMENTO

O objetivo geral do trabalho é contribuir com a Psicologia ao apresentar a visão de um filósofo sobre o conceito de angústia, tema que será trabalhado por muitos autores contemporâneos e atuais. Especificamente, se espera divulgar cada vez mais os conceitos da filosofia de Kierkegaard e demonstrar como ela ainda pode ser aplicável aos dias atuais. Para isso, uma pesquisa conceitual será realizada, juntamente com a revisão bibliográfica sobre sua obra e comentadores.

O trabalho surge do interesse pessoal do autor em estudar a epistemologia da psicologia, pensando em como os autores do passado podem contribuir para uma a psicologia atual, investigando assim pelo método da revisão bibliográfica o que já foi escrito e partindo disso, o que poderá *vir a ser* escrito.

Seguindo diretamente ao ponto proposto, Kierkegaard conceitua angústia como sendo: "[...] uma qualificação do espírito que sonha, e pertence como tal à Psicologia. " (Kierkegaard, 2017, p. 45).

Aqui, ele apresenta a angústia como uma qualificação, ou seja, uma qualidade, um valor. *Id est,* para que um espírito tenha valor, precisa da angústia. Disto decorre outra citação famosa do filósofo dinamarquês:

"Se meu interlocutor achar, por outro lado, que sua grandeza consiste em nunca ter se angustiado, então com alegria eu o iniciarei em minha explicação de que isso se deve ao fato de ele ser muito desprovido de espírito. " (*Ibidem*, Pág. 164)

Aqui então se faz necessário conceituar o que é o espírito para ele, em que o ser humano é "[...] uma síntese do psíquico e do corpóreo. " (*Ibidem*, p. 47). Entretanto essa síntese só poderá ocorrer quando os dois termos (psíquico e corpóreo) estiverem um de acordo ao outro, o resultado será então o espírito. Isso também pode ser descrito como a síntese entre o finito (corpo) e o infinito (psíquico), sendo que esse infinito (psíquico) é a alma. (*Ibidem*)

Sintetizando os conceitos já apresentados então, a angústia é aquilo que demarca o valor de um ser humano através da provisão de um espírito no mesmo. É importante salientar que Kierkegaard afirma que o espírito já é existente o tempo todo no ser humano, pois caso não fosse assim, seríamos todos animais: "De resto, se o fosse a qualquer momento de sua vida, jamais chegaria a ser homem. " (*Ibidem*, p. 47).

Ele traz essa explicação sobre a qualidade animal ou não ao homem pois anteriormente afirma que "Na inocência, o ser humano não está determinado como espírito, mas determinado psiquicamente em unidade imediata com sua naturalidade. " (*Ibidem*, p. 44-45). Sendo assim, seu espírito não está qualificado, falta a angústia nesse ser humano, nessa inocência "O espírito está sonhando no homem" (*ibidem,* p. 45).

Como Kierkegaard além de filósofo também é teólogo, lança mãos de conceitos bíblicos, no caso se utiliza do Jardim do Éden e de Adão, ao afirmar que o ser humano que é desprovido de angústia é como o homem primordial, inocente e ignorante. Ele não sabe a diferença entre o bem e o mal. (*Ibidem)*. Nesses casos, "O espírito está, pois, presente, mas como espírito imediato, como sonhando. " (*Ibidem*, p. 47)

Aqui então o trabalho toma o rumo desejado em seus objetivos iniciais, pois é a partir dessa base que os existencialistas (Como Heidegger, Sartre e Camus) tomarão sobre suas visões para a angústia. (Stewart, 2017)

Pois, enquanto o sujeito encontra-se na inocência, o espírito se apresenta como “[...] um poder hostil, pois perturba continuamente a relação entre alma e corpo, que decerto subsiste sem, porém, substituir, já que só receberá substência graças ao espírito. ” (Kierkegaard, 2017, p. 47) e sendo assim, o filósofo argumenta que o espírito também é amistoso e busca um salto dessa condição para uma de constituição, de síntese, para que a pessoa seja desperta dessa condição de perturbação que se encontra, típica da angústia (*Ibidem)*.

O espírito é perturbado porque não entende, porque não possui capacidade de compreensão entre o que é certo e errado, entre bem e mal. E isso lhe causa horror e ao mesmo tempo desejo, desejo da “[...] possibilidade de *ser-capaz-de* [...]” (Ibidem, p. 48). No caso, o não entendimento da dualidade bem-mal leva a pessoa a se angustiar e fazer como Adão: Experimentar o fruto proibido e então deixar sua ignorância de lado, acordar o espírito que estava sonhando e saltar para um novo estado, um estado ético.

“A primeira Ética ignora o pecado, a segunda inclui a realidade efetiva do pecado nos seus domínios [...] ” (*Ibidem,* p. 25)

Sendo esse novo estágio ético diferente do anterior, guiado pelo prazer (esse estágio é melhor descrito no seu livro O diário de um sedutor), agora o pecado (o mal) pode ser compreendido, assim como o bem, em que o último poderá ser realizado e a pessoa poderá alcançar uma nova ligação com o divino. “Agora, a angústia [...] o tem como presa, até que possa entrega-lo, salvo, aos braços da fé. ” (*Ibidem*, p. 164)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui então observa-se a diferença entre Kierkegaard e os demais teólogos e filósofos de seu tempo. Ele é aquele que vê a angústia, essa perturbação aparentemente sem causa que aflige o ser humano como um processo totalmente necessário para uma existência plena e como um caminho para a fé.

Isso é o que fez com que Kierkegaard fosse visto como o pai do existencialismo, corrente filosófica que como Friedman e Schustack, (2004) afirmam:

“[...] um campo da filosofia que se ocupa do significado da existência humana. Os existencialistas às vezes refletem sobre estar no mundo. ” (p. 303)

E essa paternidade dada ao dinamarquês sob essa corrente filosófica aparenta rica de sentido, pois de fato Kierkegaard se ocupa sobre o significado da existência humana, ele questiona em diversos de seus livros seus leitores sobre suas próprias existências.

Alguns comentadores de Kierkegaard até corroboram do mesmo pensamento, ao afirmar que os principais conceitos de Kierkegaard "[...] foram uma grande inspiração para autores como Jean-Paul Sartre, Albert Camus, Simone de Beuavouir, Gabriel Marcel, Karl Jaspers, Martin Heidegger e outros associados ao existencialismo. " (Stewart, 2017, p. 252)

Entretanto, Stewart, 2017 afirma que tais filósofos empregaram conceitos da filosofia Kierkegaardiana conforme sua agenda intelectual e que ignoraram o contexto original em que Kierkegaard escrevia, esqueceram o que ele buscava com seus escritos: Questionar tudo e todos, encontrar a fé e o cristianismo por si próprio, realizar um duplo salto em direção à fé, e a angústia da existência humana é o caminho para encontrar seu próprio espírito. Para ele, isso era ser cristão.

Isso porque, o filósofo não seguiu nenhuma corrente filosófica existente, não criou nenhum "ismo", se preocupou principalmente em destruir e criticar pressupostos existentes na sociedade. Como Stewart (2017) afirma, ele segue o mesmo modelo de Sócrates, se torna o moscardo de Copenhague:

> Parece que o deus me vinculou a esta cidade para desempenhar o papel do moscardo; o tipo de pessoa que nunca para de provocar, de persuadir e de repreender cada um e todos vocês o dia todo, em todos os lugares. (Stewart, 2017, p. 35)

Aqui então, termina-se com uma provocação: Será que Kierkegaard seria mesmo um existencialista / o pai do existencialismo?

4 REFERÊNCIAS

FRIEDMAN, H. S.; SCHUSTACK, M. W. **Teorias da personalidade: Da teoria clássica à pesquisa moderna**. 2ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 553p.

STEWART, J. SØREN KIERKEGAARD: **Subjetividade, ironia e a crise da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2017. 291p.

KIERKEGAARD, S. A. **O conceito de angústia**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2017. 177p.

A IRONIA KIERKEGAARDIANA COMO UM POSSÍVEL CAMINHO PARA LIDAR COM O DISCURSO DE ÓDIO

PORFÍRIO, Gustavo Bianchini[116]
OLIVEIRA, Marcelo de[117]

RESUMO: O objeto de pesquisa do estudo é o discurso de ódio no ambiente virtual, esperando com isso pensar através da filosofia de Søren Aabye Kierkegaard a ironia como possibilidade de intervenção nesse objeto. Para isso uma revisão conceitual na obra do filósofo e nos escritos de Platão será utilizado para se pensar em conceitos como o de Verdade. A ironia se demonstra uma possibilidade que já foi empregada por Sócrates e o mesmo demonstrou sua eficácia no processo dialético, com isso imagina-se que na atualidade também possa ser utilizada para se confrontar os ditos "Detentores do saber".

Palavras-chave: Filosofia. Dialética. Kierkegaard. Filosofia Dinamarquesa. Ironia.

1 INTRODUÇÃO

Soren Aabye Kierkegaard foi um Filósofo e Teólogo Dinamarquês que nasceu em 5 de maio de 1813 em Copenhague e faleceu em 11 de novembro de 1855. Estudou na Escola da Virtude Cívica de Copenhague de 1821 (8 anos) até 1830 (17 anos), ano em que foi aprovado na Universidade de Copenhague. Nessa escola aprende Grego e Latim e começa seu interesse pelas obras clássicas. (STEWART, 2017)

Na Universidade de Copenhague, cursa Filosofia e posteriormente realiza o seu mestrado na mesma. Como resultado de seu mestrado, o livro "O conceito de ironia" é apresentado ao mundo.

Houveram controvérsias com esse seu livro, pois teoricamente não fazia sentido aos orientadores de sua época fortemente influenciados pelo idealismo Hegeliano: Alguém que afirmava que não deveriam haver sínteses absolutas e mastigadas, mas que cada um deveria buscar a verdade por si próprio.

Tal atitude de Kierkegaard, aponta o que ele mesmo procurava ser: O Sócrates de Copenhague. Pois Sócrates era aquele que caminhava por Atenas e destruía

[116] Graduando em Psicologia, Oitavo período, Centro Universitário Campo Real.
[117] Mestre em Filosofia pela PUC-PR, docente em Centro Universitário Campo Real..

verdades absolutas através de sua Dialética, orientando assim as pessoas a encontrarem a verdade por si próprias.

Ele apresenta uma concepção de que a verdade é uma conquista a ser alcançada pela própria pessoa em sua vida. Isso pode dar a impressão de um subjetivismo ou relativismo, visto que cada um poderia afirmar o que quisesse sobre a verdade. Entretanto, Kierkegaard não pensa em uma verdade subjetiva, mas na subjetivação e busca da verdade, que é única, cabendo a cada um encontrá-la[1118].

Pois, observa-se que os sujeitos no ambiente *online* afirmam suas opiniões e conhecimentos como tópicos definitivos e determinantes, em que aqueles que discordam estão plenamente errados e perdidos na mentira, tais sujeitos serão chamados aqui por "Detentores do saber" o que leva então ao objeto de estudo dessa pesquisa: O discurso de ódio *online.*

Silva *et al* (2011) entende que a internet revolucionou a comunicação humana e permitiu que as pessoas tivessem liberdade para exprimir suas opiniões e pensamentos. Além disso, a internet permite muitas vezes também o anonimato para aqueles que busquem expressar essas ou ao menos certa distância para o alvo de seu discurso, não necessitando de um contato físico e direto, permitindo assim a ocorrência do discurso de ódio facilmente.

Isso se demonstra um problema atualmente, visto que cada vez mais pessoas possuem acesso à internet e à um espaço que permite a difusão de ideologias e doutrinas, estando assim susceptíveis às influências desses chamados "Detentores da verdade".

Como poderiam cada um de nós, especialmente os profissionais da Psicologia e Filosofia reagir diante disto? Com esse problema inicial o trabalho surge, objetivando encontrar na Ironia de Kierkegaard uma possível solução para essa situação.

Para o desenvolvimento de tal pesquisa, será feita uma análise conceitual na filosofia Kierkegaardiana e nos escritos de Platão, objetivando possíveis meios para o combate frente à essa forma de agressão e preconceito vivenciada pelos usuários da *internet*.

2 DESENVOLVIMENTO

[118] Baseando-se no próprio conceito de Sócrates, que pensa a verdade como sendo uma só e não várias perspectivas subjetivas (cada um considerar que sua verdade, é a verdade em si).

O método Kierkegaardiano de filosofar, baseado na dialética socrática é conhecido como: Ironia. Essa ironia consiste em abordar os interlocutores, os "Detentores do saber" e questioná-los, alegando ser ignorante no assunto e perguntando por iluminações sobre aquilo que os mesmos alegassem conhecer, com isso se inicia um discurso com eles.

O grande segredo aqui, é que Sócrates apenas fingia não saber de nada, no fundo era conhecedor da verdade e através desse conhecimento guiava os questionamentos realizados. Através dessa ironia, Kierkegaard propunha que ocorresse uma apropriação desse discurso por aquele se mostrava ignorante, como o mesmo define:

"Se nossa geração tem alguma tarefa, ela deve ser a de traduzir as conquistas da erudição acadêmica para a vida pessoal, de apropriá-las pessoalmente. " (STEWART, 2017)

Ou seja, traduzir o discurso daquele que se julga "Detentor" para nossas próprias concepções e valores, e a partir daí então, com os questionamentos realizados, descobrir em qual caminho reside escondida a verdade.

Com isso, o dinamarquês irá propor ao sujeito que descubra a verdade por si próprio, acreditando que ela reside dentro dele mesmo.

"Aqui ele rejeita o conhecimento objetivo que, segundo ele pensa, carece de algo fundamental. Como Sócrates, ele acredita que a verdade deve ser encontrada dentro si mesmo. " (Stewart, 2017)

Pois: "Em nossa alegria com as conquistas de nossa era, temos nos esquecido que uma conquista é sem valor se não é feita pela própria pessoa. " (*Ibidem,* p. 144)

Em suma, o método se dá através da apropriação do conhecimento, que é o processo de tradução do conhecimento/verdade já produzidos até então, seja por instituições ou pessoas, para a linguagem subjetiva da pessoa, onde esse conhecimento "prévio" é destruído e reconstruído através de uma dialética socrática.

Aqui então, retoma-se o tópico iniciado na introdução sobre os discursos de ódio, que são definidos por Silva *et al* (2011) genericamente como:

> [...] esse discurso se caracteriza por incitar a discriminação contra pessoas que partilham de uma característica identitária comum, como a cor da pele, o gênero, a opção sexual, a nacionalidade, a religião, entre outros atributos. (p. 446)

Essa forma de construir um pensamento, que discrimina e ofende outras pessoas, poderia nela residir a verdade?

Sócrates em A República (2007) apresenta uma resposta para esse questionamento: “Assim sendo, sob qualquer aspecto, aquele que exalta a justiça está na verdade e aquele que exalta a injustiça está no falso. ” (p. 335)

Considerando que o discurso pregador de ódio e preconceito para com o próximo pode se enquadrar no que foi chamado por “Injustiça”, isso representa que esse discurso se encontra diametralmente oposto ao que é justo e verdadeiro.

E qual poderia ser então o caminho para a reflexão sobre qual discurso é verdadeiro, e qual é falso? Kierkegaard, felizmente nos ajuda a responder essa questão: A ironia.

Lançando mão do método irônico proposto por Kierkegaard através de uma apropriação do conhecimento, baseado na dialética socrática, seria possível assim confrontar sujeitos *online* que se denominam donos da verdade?

O dinamarquês considerou a vida de Sócrates muito igual à de Jesus Cristo (STEWART, 2017), em que ambos viveram confrontando as verdades de uma sociedade e morreram por isso, ambos desafiaram os “Doutores da Lei” e com isso sofreram as mais diversas retaliações.

O próprio Sócrates nos dá uma razão sobre porque usar da ironia:

> Se, portanto, reunindo nossas forças opuséssemos discurso a discurso, isto é, todas as vantagens decorrentes do fato de ser justo, e se ele replicar e nós respondermos, será necessário contar e medir todas as vantagens da justiça e da injustiça e, ao final, deveremos recorrer a um juiz para dirimir a questão. Se, ao contrário, prosseguirmos em nossas indagações, colocando-nos de acordo como antes, nós mesmos seremos juízes e defensores ao mesmo tempo. (PLATÃO, 2007, Pág. 41)[119]

Kierkegaard então espera que seus leitores sigam o mesmo trajeto e método de filosofar baseado no pai da filosofia, ironizando a sociedade que vivem. Dentro do mundo virtual não precisa ser diferente, respondendo à problematização iniciada no tópico, a ironia poderia ser uma ótima escolha para o confronto com o discurso de

[119] *Ao falar que deveríamos recorrer à um juiz, refere-se àquele que estudou dentro das leis e rege a legislação de uma sociedade. Ao se referir à nós nos tornarmos juízes ao utilizar da ironia, representa uma mudança na posição adotada durante o processo dialético; não apenas como antítese do outro, mas também como aquele que o orienta em busca da verdade por trás de seu discurso ao julgar o mesmo como errado e indagar por mais esclarecimentos sobre.*

ódio, em que através dela ambos os interlocutores podem chegar à uma síntese sobre o que de fato está certo, pois a verdade sempre está permeada pela justiça.

3. CONCLUSÃO

Se questiona aqui a falta que a ironia faz na sociedade atual, em que cada vez mais pessoas aceitam fanaticamente conteúdos e verdades sem ao menos questioná-las, reproduzindo como robôs os discursos preconceituosos e carregados de ódio. Talvez, uma sociedade mais irônica fosse a solução para essa situação atual, e a mudança como já foi dito por Mahatma Gandhi, deve partir de cada um.

Relembra-se aqui que Sócrates obtinha tanto sucesso em seu processo dialético devido ao seu prévio conhecimento sobre a verdade. E então um novo problema surge: Para empregar o método irônico com os outros, se faz preciso que o sujeito já o tenha empregado esse mesmo método consigo mesmo. Essa mostra-se como uma raiz do filosofar Kierkegaardiano, o trabalho ético que se precisa fazer consigo mesmo, através da apropriação dos conteúdos sobre o próprio ambiente e sobre a própria caminhada vivida.

Assim, talvez, o sujeito pode estar preparado para levar seus interlocutores até a *aporia* (falta de palavras) e com isso, construir com eles novas sínteses e conteúdos que possam não carregar tanto ódio, mas sim a justiça e a verdade. Poderia ser esse o caminho para um mundo mais justo?

4 REFERÊNCIAS

PLATÃO. **A república.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Escala, 2007.

STEWART, J. **Kierkegaard: Ironia, subjetividade e a crise da modernidade.** Petrópolis: Vozes, 2017.

SILVA, R. L. *et al.* **DISCURSOS DE ÓDIO EM REDES SOCIAIS: JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA.** Revista Direito FGV, Vol. 7, Nº 2, p. 445-468, 2011.

PRELÚDIOS FILOSÓFICOS PARA UMA CONSTRUÇÃO DO INCONSCIENTE PSICANALÍTICO

PORFÍRIO, Gustavo Bianchini[120]
OLIVEIRA, Marcelo de[121]

RESUMO: Pensando na possibilidade de filósofos contemporâneos haverem iniciado teorizações sobre o que Freud chamaria por Inconsciente, o trabalho busca através de uma revisão bibliográfica e conceitual aproximar teoricamente o sistema filosófico de Friedrich Nietzsche e Sigmund Freud. Observa-se que ambos teorizam sobre um espaço na psique humana em que há um "não-eu" e sobre as lacunas na memória humana que se aproximam ao conceito de Nietzsche sobre "interpretação do processo". Por fim, problematiza se Freud de fato estudou o filósofo alemão para a construção da psicanálise.

Palavras-chave: Nietzsche. Psicanálise. Filosofia. Psicologia. Epistemologia.

1 INTRODUÇÃO

Conforme SCHULTZ (2006) a psicologia é uma das áreas da ciência que é relativamente recente, se comparada aos outros grandes ramos de pesquisa como a Matemática, Física e Filosofia.

Somente no século XIV é que com Wilhelm Wundt a psicologia se transforma em um ramo científico próprio e independente. Isso se dá através da fundação do primeiro laboratório de pesquisa em psicologia em 1879 pelo mesmo na Universidade de Leipzig na Alemanha. (SCHULTZ; SCHULTZ, 2006)

Até então, a psicologia era estudada pelos Psicofísicos: Médicos e Fisiologistas que estavam dedicados em pesquisar sobre a percepção e memória do ser humano. Não apenas eles, mas filósofos também estudavam e escreviam sobre esse ramo da filosofia que era chamado por "Psicologia". (SCHULTZ; SCHULTZ, 2006

Um exemplo disso pode ser encontrado em Kierkegaard (2017) em que o dinamarquês fala sobre o tema do pecado e sua relação com a angústia:

[120] Graduando em Psicologia, Oitavo período, Centro Universitário Campo Real
[121] Mestre em Filosofia pela PUC-PR, docente em Centro Universitário Campo Real.

“A primeira Ética ignora o pecado, a segunda inclui a realidade efetiva do pecado nos seus domínios, e aqui outra vez só com a ajuda de um mal-entendido a *Psicologia* pode intrometer-se. ” (p. 25, itálico nosso)

Esse livro foi em 1844, muito antes da transformação da psicologia em ramo cientifico independente de estudo. Também pode se encontrar citações sobre a psicologia com Nietzsche (2015) no livro Além do bem e do mal, escrito em 1886:

“Pois a psicologia é, uma vez mais, o caminho para os problemas fundamentais. ” (p. 37)

Também se sabe que a construção e estruturação do conceito de inconsciente foi marcadamente importante para a psicologia, ela ocorre no século XX com Sigmund Freud, Carl Gustav Jung e Alfred Adler. Embora os autores tenham encontrado divergências em suas visões para o inconsciente, por determinado período trabalharam juntos e compartilharam experiências.

O trabalho parte então de uma problematização feita pelo autor: Haveria a possibilidade de autores da filosofia contemporâneos conceituarem nos seus sistemas filosóficos prelúdios do que viria a ser o inconsciente para Freud e a sua psicanálise? Em especial, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche.

Lançando mão dessa pergunta inicial, o objetivo do trabalho é buscar na literatura, através de uma metodologia de revisão conceitual e bibliográfica na obra Além do Bem e do Mal (2015) de Nietzsche determinados conceitos e citações sobre o que foi chamado por Freud de inconsciente. Especificamente, espera-se apresentar alguns conceitos elaborados pelo filósofo e pelo psicanalista sobre o pensamento e memória humanos.

2 DESENVOLVIMENTO

Friedrich Nietzsche foi um filósofo alemão que viveu entre 1844 – 1900, considerado um existencialista e por si próprio como um espírito livre. (NIETZSCHE, 2015). Escreveu diversos livros e estabeleceu seu próprio sistema filosófico caracterizado pela “Filosofia do Martelo”, a qual constantemente destrói conceitos pré-estabelecidos na sociedade e por meio de seu método crítico, “Martela” a tudo e a todos.

O mesmo, em seu livro Além do bem e do mal (2015) escreve

> [...] jamais me cansarei de enfatizar um pequeno e conciso fato que é reconhecido a contragosto por essas mentes crédulas – ou seja, que um pensamento surge quando "ele" quer, e não quando eu quero; por isso é um ato de DETURPAÇÃO dos fatos reais dizer que o sujeito "eu" é a condição do predicado "penso". ALGO pensa, mas que esse "algo" seja precisamente o velho e famoso "eu" é, para colocar isso de forma suave, somente uma suposição, uma afirmação, o que indubitavelmente não é uma "certeza imediata". Afinal, foi-se longe demais com esse "algo pensa" – pois mesmo esse "algo" contém uma INTERPRETAÇÃO do processo, e não pertence ao processo em si. (NIETZSCHE, 2015, p. 29)

Primeiramente, é necessário que essa citação seja explicada dentro de seu contexto filosófico. Nietzsche é um autor que escreve sem com máximas e através disso elabora seus conceitos. Ao afirmar que um "pensamento surge quando ele quer", ele retira do sujeito a primazia no processo racional e apresenta uma visão sobre um "instinto", sobre isso o mesmo afirma: "[...] o pensamento consciente de um filósofo é secretamente influenciado por seus instintos e forçado por canais definidos. " (NIETZSCHE, 2015, p. 15)

Após, ele afirma que esse "algo pensa" é apenas uma interpretação do processo, isso representa sua argumentação sobre o fato do ser humano apenas possuir perspectivas sobre a verdade e que ela não é absoluta. Isso leva a interpretações sobre o mundo e sobre si, mas não a "coisa em si" de fato, pois ela não existe.

Pois, para Nietzsche segundo Frezzatti Jr (2008): "A sabedoria da tradição, ou seja, a busca de algo fixo (a verdade absoluta), da ausência de movimento, é expressão de um instinto de morte, de destruição. " (p. 311)

Embora possam ser tecidos comentários sobre essa segunda parte da explicação, os autores se manterá na primeira para a aproximação com o objetivo proposto.

Aproximando então esse conceito do filósofo alemão, analisa-se agora a definição de Sigmund Freud (2006) para o inconsciente:

"A primeira dessas assertivas impopulares feitas pela psicanálise declara que os processos mentais são, em si mesmos, inconscientes e que de toda a vida mental apenas determinados atos e partes isoladas são conscientes. " (p. 31)

Aqui Freud trabalha a ideia de atos conscientes que a consciência não gerou, se a consciência não gera esses fatos, *algo* deve os ter gerado. Assim, é

possível observar uma aproximação com a citação de Nietzsche sobre o processo instintivo ao ver que ambos os autores argumentam sobre a existência de um “Não-eu” que é responsável pelo pensamento humano.

Freud (2006) também discorre sobre a memória humana, em que observa lacunas em narrativas de histórias passadas, seja na infância ou na vida adulta.

“Aqui e ali, é verdade, encontramos pessoas que se podem gabar de uma memória contínua, desde os primeiros começos até o dia de hoje; mas a outra alternativa, de lacunas na memória, é, de longe, a mais frequente. ” (FREUD, 2005, p. 201)

Quando ele fala sobre essas lacunas, representa que na psique humana há partes em que a mesma não possui ciência sobre si. Isso aproxima-se com o que Nietzsche fala sobre uma interpretação do processo, mas não ao processo em si, ou seja, que apenas interpretamos os dados conforme nos convém e com isso abrimos brechas nesse pensamento, que é o que Freud chama de “Lacunas”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o trabalho alcança seu objetivo inicialmente proposto de aproximar conceitos teóricos da filosofia Nietzscheniana e da Psicanálise, observando que as teorias elaboradas por Freud a partir de suas observações são similares a algumas máximas da filosofia de Friedrich Nietzsche.

Talvez se possa pensar que Freud seria um seguidor do pensamento do filósofo alemão devido à aproximação possível entre a teoria dos dois e pelo intervalo de tempo, em que até a publicação do livro A interpretação dos sonhos em 1900 por Freud, Nietzsche já havia publicado diversos livros e Freud poderia os ter lido.

Entretanto, para responder essa problematização, Jung (2013) escreve sobre Freud: “Confessou-me certa vez que jamais se interessou por ler Nietzsche. ” (p. 46)

Sendo assim, pelo menos publicamente, na teoria Psicanalítica não haveriam influências da filosofia do martelo de Nietzsche. A questão que se problematiza aqui é: Não-oficialmente, haveria Freud estudado Nietzsche?

4 REFERÊNCIAS

JUNG, C. G. **O espírito na arte e na ciência**. Petrópolis: Vozes, 2013. 167p.

FREUD, S. **Conferências introdutórias sobre Psicanálise (partes I e II) (1915 ~1916)**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. 240p.

SCHULTZ, D. P.; S. E. SCHULTZ. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006. 484p.

NIETZSCHE, F. W. **Além do bem e do mal – prelúdio de uma filosofia do futuro.** São Paulo: Martin Claret, 2015. 226p.

KIERKEGAARD, S. A. **O conceito de angústia.** Petrópolis: Vozes, 2017. 177p.

FREZZATI Jr., W. A. **O PROBLEMA DE SÓCRATES": um exemplo da fisiopsicologia de Nietzsche**. Filosofia Aurora, Vol. 20, Nº 27, p. 303-320, 2008.

DISTRITO FEDERAL E BRASILIA COMO CAPITAL FEDERAL

FONSECA, Stephanie Kneip Ortis[122]
MATOS, Jane Lopes[123]
MORETTO, Heloisa Buco[124]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[125]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo explorar o Distrito Federal como um ente federado, possuidor de autonomia e com características distintas dos demais entes e também esclarecer as diferenças entre o Distrito Federal e Brasília como sede administrativa da Capital Federal, tendo como fundamento a Constituição Federal e a analise bibliográfica de grandes doutrinadores como Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes e Paulo Branco , Pedro Lenza, Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino.

Palavras-chave: Autonomia. Brasília. Distrito Federal. Entes Federados.

1 INTRODUÇÃO

Nesse trabalho temos como objetivo tratar sobre a Federação detentora de soberania e seus Entes Federados possuidores de autonomia. Entre os Entes Federados encontram-se a União, os Municípios, Estados-membros e o Distrito Federal. O ultimo citado será tema abordado no presente trabalho, apresentando suas características, competências, regulamentações e principalmente sua discrepância entre os demais entes. Utilizando-se da dupla competências de Município e Estado-membro

Será apresentado ainda Brasília como sede administrativa da União, sendo considerada a Capital Federal e não uma cidade como mistificada.

2 DESENVOLVIMENTO

A República Federativa do Brasil, também chamada de Federação ou Estado Federal, é tutelada pela Constituição Federação, firmados pelo artigo 1° e 18 da mesma. “O artigo. 1° da Constituição Federal, afirma que a República Federativa

[122] Acadêmica do Curso de Direito, 4.° período matutino, do Centro Universitário Campo Real
[123] Acadêmica do Curso de Direito, 4.° período matutino, do Centro Universitário Campo Real
[124] Acadêmica do Curso de Direito, 4.° período matutino, do Centro Universitário Campo Real
[125] Professora Orientadora, da disciplina Direito Constitucional

do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal; sendo completado pelo art 18". (MORAES, 2016, p. 295)

A Federação pode-se considerar uma aliança entre unidades regionais pois são dotadas de autonomia política e denominadas entes federados, sendo elas o Distrito Federal, Estados Membros, Municípios e a União, e juntos formam a Federação Brasileira, dotada de soberania

> A partir do momento que os Estados ingressam na Federação perdem soberania, passando a ser autônomos. Os entes federativos são, portanto, autônomos entre si, de acordo com as regras constitucionalmente previstas, nos limites de sua competência; a soberania, por seu turno, é característica do todo, do "país", do Estado Federal, no caso do Brasil [...]. (LENZA, 2017, p. 455)

O Distrito Federal é um ente federativo autônomo assim como os demais (União, Estados e Municípios), com regiões administrativas e abriga a capita federal (Brasília) conforme o art. 18 par 1° da CF "Brasília é a Capital Federal" , tendo sua regulamentação pela CF art. 32. Possui capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração, sendo o único ente que possui competências estaduais e municipais.

Sua autonomia é parcialmente tutelada pela União " o Distrito Federal não dispõe de competência para organizar e manter, no seu âmbito, o Ministério Público, Poder Judiciário, polícia civil, polícia militar e o corpo de bombeiros militar [...] (CF art. 21, XIII e XIV) [...] Conforme explicita a Súmula Vinculante 39 do STF 'Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das policias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal'" (PAULO e ALEXANDRINO, 2017, p. 307)

Não se pode confundir o Distrito Federal como sendo um Estado ou Município, porque não é nem um e nem outro, visto que é vedado pela CF sua divisão em municípios e possui competência Legislativa e Tributaria, que é atribuída aos estados-membros ou seja, atua como ambos (município e estado), porém se considera como um ente único. "O Distrito Federal não é um estado, nem um município. Em regra, em razão da vedação à sua divisão em municípios, foram-lhe atribuídas as competências legislativas e tributarias reservadas aos estados e aos municípios (CF, arts. 32, par 1°e 147)" (PAULO e ALEXANDRINO, 2017, p. 307)

O Distrito Federal possui auto poder de uma lei orgânica, onde ele não tem poder de organização do ministério Público e do Poder Judiciário que atua em seu território, sendo igual aos Municípios, porém é igual aos Estados-membros quando falamos em competências, que são tipicamente estaduais, inclusive na competência legislativa, assim como o Estado-membro ele possui três representantes no Senado Federal, participando assim da formação legislativa da União, estando em conformidade com a Constituição Federal, arts.32 e 147. (MENDES e BRANCO, 2011, p. 848)

O Distrito Federal foi criado para abrigar a sede da União, onde ele possui autonomia sendo assim, ele pode se auto-organizar por meio de sua lei orgânica, também possui poder de autolegislação e de autoadministração, nas áreas de sua competência exclusiva. (MENDES e BRANCO, 2011, p. 849)

> O Distrito Federal se auto-organiza por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição. Igualmente, reger-se-à, pelas suas leis distritais editadas no exercício de sua competência Legislativa (CF, art. 32). (MORAES, 2014, p. 307)

Sendo a capacidade de autoadministração exercer suas competências administrativas, legislativas e tributarias, e sem qualquer ingerência da União (MORAES, 2014, p. 307)

Esses atos de gestão garantem ao Distrito Federal uma organização completa e a boa convivência social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, pode-se entender que o Distrito Federal é um Ente autônomo, possuidor de dupla competência tanto Estadual como Municipal, sendo vedada a indivisibilidade do Distrito Federal em municípios, portanto Brasília não pode ser considerada uma cidade, pois trata-se da Capital Federal a qual configura-se como sede administrativa da União.

4 REFERÊNCIAS

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 30.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MORAES, Alexandre**. Direito Constitucional**. 32.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PAULO, Vicente, ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado.** 16.ed. São Paulo: Forense, 2017.

ENFOQUE CRIMINOLOGICO SOBRE O DIREITO PENAL: CONTRIBUIÇÕES DA JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA HUMANIZAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

MUCHUTI, Jacinta[126]
TAVARES FILHO, Paulo Dinarte[127]
ZIELINSKI, Viviane[128]

RESUMO: A presente pesquisa é fruto das reflexões desenvolvidas na Pós Graduação em Gestão de Conflitos e teve como objetivo observar o crime através do enfoque criminológico, verificando a justiça restaurativa como uma tecnologia social para a resolução pacífica de conflitos e analisando a partir desta lente as contribuições dessa tecnologia para a sociedade através de alguns dados já levantadas e apresentadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Palavras-chave: Criminologia. Justiça restaurativa. Sociedade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar, a partir da do enfoque criminológico, como a justiça restaurativa vem contribuindo para a sociedade resgatando o senso de comunidade, diante da necessidade da busca por uma cultura de paz.

Para a o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a análise documental dos indicadores do relatório analítico propositivo Justiça Pesquisa publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desta feita, ao tratar do crime é imprescindível a análise da complexidade dos fatos que o permeia, não apenas pelo aspecto descritivo, percebendo as consequências geradas pela violência e os seus reflexos para a sociedade.

2 O ENFOQUE DA CRIMINOLOGIA SOBRE O DIREITO PENAL E A IMPORTÂNCIA DA JUSTÇA RESTAURATIVA

A complexidade do crime vai além da sua descrição analítica (típico, ilícito e culpável), bem como o julgamento e condenação do réu através de uma sentença condenatória, fazendo-se para tanto a dosimetria da pena.

[126] Pós em Gestão de Conflitos, Centro Universitário Campo Real.
[127] Pós em Gestão de Conflitos, Centro Universitário Campo Real.
[128] Pós em Gestão de Conflitos, Professora Orientadora Patrícia Melhem Rosas, Centro Universitário Campo Real.

Um crime gera danos, transforma condutas e modifica as relações sociais. A importância de se analisar e compreender essa violência gerada pelo crime e, como impacta a sociedade tornou-se fundamental na busca do desenvolvimento da sociedade. Como bem pontua Zehr (2015, p. 11):

> Enquanto sociedade, como devemos reagir às ofensas? Quando acontece um crime ou quando é cometida uma injustiça, o que precisa ser feito? [...] O sistema jurídico ocidental ou, mais especificamente, a justiça criminal, tem importantes qualidades. No entanto, vem crescendo o reconhecimento de suas limitações e carências [...] Muitos sentem que o processo judicial aprofunda as chagas e os conflitos sociais ao invés de contribuir para seu saneamento e pacificação".

Nesse diapasão a justiça restaurativa tem crescido no âmbito nacional como uma tecnologia social na busca pela resolução do conflito abarcando não apenas o aspecto legal do crime, mas envolvendo os diretamente impactados diante do delito cometido e devolvendo a eles o poder para uma solução satisfatória diante da lesão, e ainda envolvendo a sociedade na reconstrução da pacificação social.

2.1 CRIMINOLOGIA: O EMPIRISMO CRIMINAL

Estudando o Direito Penal, pode-se perceber que ele é um conjunto de normas e leis que definem as infrações penais e as respectivas sanções, com uma visão dogmática, não tendo o controle sobre a motivação da transgressão da norma, razão pela qual necessita de estudos e pesquisas fora do âmbito jurídico-penal, ou seja, nas ciências sociais e humanas, procurando não apenas explicar a motivação do delito, mas também a prevenção dele. Para Antônio Garcia Molina:

> É inegável que o Direito Penal simboliza o sistema normativo mais formalizado, com uma estrutura mais racional e com o mais elevado grau de divisão do trabalho e de especialidade funcional dentre todos os subsistemas normativos. O controle social penal é um subsistema dentro do sistema global do controle social; difere deste último por seus fins (prevenção ou repressão do delito), pelos meios dos quais se serve (penas ou medidas de segurança) e pelo grau de formalização que exige. (PABLOS DE MOLINA, 2002, p. 134-135).

De fato, percebe-se então que a Criminologia é uma ciência baseada no empirismo, por isso colabora e muito com o Direito Penal, preocupando-se em

esclarecer o fenômeno Crime e explicar à sociedade que a aplicação genérica do Código Penal pode ser totalmente desigual. Claramente expõe Alessandro Baratta:

> a) o direito penal não defende todos somente os bens essenciais, nos quais estão igualmente interessados todos os cidadãos, e quando pune as ofensas aos bens essenciais o faz com intensidade desigualdade e de modo fragmentário. b) a lei penal não é igual para todos, o status de criminoso é distribuído de modo desigual entre os indivíduos. c) o grau efetivo de tutela e a distribuição do status criminoso é independente da danosidade social das ações e da gravidade das infrações à lei, no sentido de que estes não constituem a variável principal da reação criminalizante e da sua intensidade. (BARATTA, 2002, p.162)

O sistema penal brasileiro necessita de mudanças urgentes, pois os sistemas de controle (castigo ou punição) acabam por reduzir as chances de ressocialização, em razão de rótulos colocados pela própria sociedade, afetando, portanto, a própria identidade da pessoa. Um dos objetivos da Criminologia também é estudar a pessoa que comete o crime. Para Sérgio Salomão Shecaira:

> O criminoso é um ser histórico, real, complexo e enigmático, um ser absolutamente normal, pode estar sujeito às influências do meio (não determinismos). E arremata dizendo: as diferentes perspectivas não se excluem; antes, comtemplam-se e permitem um grande mosaico sobre o qual se assenta o direito penal atual. (SCHECARIA, 2012, p.46)

Desde logo faz-se necessário ressaltar que a Criminologia busca também compreender mais o problema social que levou a pessoa delinquir e não apenas as circunstâncias do crime ou a possível motivação do mesmo, que, inclusive, friamente analisados no Código Penal, aumentam ou diminuem sua pena.

2.2 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO BRASIL

A Justiça Restaurativa é modelo construído a partir de análise crítica do sistema punitivo e do conflito, que propõe um novo enfoque sobre crime e justiça, oportunizando o empoderamento dos envolvidos na busca de soluções de conflitos que abarcam os aspectos além dos legais.

Explica Neto (apud PINHO, 2009):

> [...] fazer justiça do ponto de vista restaurativo significa dar resposta sistemática às infrações e a suas conseqüências, enfatizando a cura das feridas sofridas pela sensibilidade, pela dignidade ou reputação, destacando a dor, a mágoa, o dano, a ofensa, o agravo causados pelo malfeito, contando

> para isso com a participação de todos os envolvidos (vítima, infrator, comunidade) na resolução dos problemas (conflitos) criados por determinados incidentes.

No Brasil a Justiça Restaurativa, vem ao longo dos últimos anos ganhando destaque no meio jurídico. Algumas comarcas de Estados brasileiros instituíram projetos para desenvolver sua aplicação chamados de Projetos Pilotos, como é o caso dos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal (CNJ, 2018). Com a publicação da Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça os movimentos ficaram mais robustos, ganhando novos olhares.

A partir da Resolução o Conselho Nacional de Justiça realizou pesquisas em âmbito nacional onde ficou constatada a importância da Justiça Restaurativa em todo o país, trazendo alguns indicadores de impacto para a sociedade brasileira, dentre eles, constatou-se:

> [...] que a Justiça Restaurativa tem servido para:
> a) A resolução dos conflitos;
> b) A responsabilização dos ofensores pelos seus atos-reinserção social;
> c) Que os ofensores não reiterem na prática de crimes;
> d) O empoderamento do ofendido e da comunidade;
> e) Promover práticas para um convívio mais pacífico e/ou pacificação social;
> f) Reestabelecer os vínculos comunitários/familiares;
> g) Aprendizado de uma nova forma de relação e transformação das pessoas e das relações. (CNJ, 2018, p. 130)

A pesquisa demonstrou, que embora as práticas estejam isoladas em algumas Comarcas do país, aonde foram ouvidos ofendidos e ofensores, todos declararam a satisfação com as práticas:

> [...] que vão desde o tratamento acolhedor, respeitoso e esclarecedor, ao espaço para contar sua história e ser ouvido, demonstrar sentimentos como arrependimento ou vergonha, ou poder se desculpar perante o ofendido. Destacaram, ainda, o aprendizado de um novo modo de ver e se colocar no lugar do outro, de compreender os motivos do outro, de reagir e se relacionar com ele, bem como o apoio psicológico (como superação de um trauma) e material (como encaminhamento para um mercado de trabalho) para seguir adiante. (CNJ, 2018, p. 132).

O resultado dessa pesquisa de âmbito nacional demonstrou a importância das práticas restaurativas para a sociedade, transformando de maneira positiva os diretamente envolvidos em uma situação conflituosa, ao envolvê-los e afastá-los da violência e exclusão social do modelo do processo penal vigente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo verificar, a partir da criminologia, as contribuições da justiça restaurativa no Brasil, para o desenvolvimento social buscando formas humanizadas de soluções de conflitos. Desta feita, a partir dos referenciais teóricos e da análise documental, foram possíveis alguns apontamentos. A complexidade das relações humanas, trouxe a necessidade de analisar o crime para além dos aspectos legais, daí a importância dos estudos constantes da criminologia. O processo penal que envolve apenas o chamado crime-castigo vem se demonstrando ineficaz, pois negligencia os problemas sociais decorrentes do próprio delito para os envolvidos diretamente e inclusive os problemas sociais que levaram o ofensor à pratica do crime. Importa concluir que pesquisas sobre a aplicação Justiça Restaurativa têm demonstrado resultados positivos para os diretamente envolvidos e para a comunidade e para as Instituições envolvidas.

4 REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Critica e Critica do Direito Penal**. Revan, São Paulo 2002.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Analítico Propositivo.** JUSTIÇA PESQUISA. Direitos e Garantias Fundamentais: Pilotando Justiça Restaurativa: O papel do Poder Judiciário. 2018. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciárias/justiça-pesquisa/publica>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PABLOS DE MOLINA, Antônio Garcia. **Criminologia**: uma introdução a seus fundamentos teóricos. 3 ed. RT. São Paulo, 2002.

PINHO, Rafael Gonçalves de. Justiça Restaurativa: um novo conceito. **Revista eletrônica de Direito Processua**l, v.3, n 3, p. 242-268, jan/jun 2009. Disponível em: < http://www.arcos.org.br/periodicos/revista-eletronica-de-direito-processual/volume-iii/justica-restaurativa-um-novo-conceito>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 4.ed. RT. São Paulo, 2012.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. (trad. Tônia Van Acker). São Paulo: Palas Athenas, 2015.

SOBERANIA E OS DIREITOS HUMANOS

PACHECO, Gabriela Melhem [129]
SANTOS, Tatiane Gasparetto [130]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa [131]

RESUMO: A Soberania dos Estados, anteriormente, entendida como um poder precisamente do rei, exercida de forma drástica, absoluta e perpétua, atualmente é concebida, numa visão contemporânea, como um poder predominante do povo, exercido de forma muito mais simplista, abrangente, acessível e capaz de estruturar um Estado. Em meio à tanto poder, faz-se necessário a proteção das pessoas submersas à essa soberania, sendo essas detentoras de direitos humanos, pelo quais garantem a vida digna, com princípios básicos, fundamentos e garantidores capazes de disponibilizar a harmonia para os cidadãos.

Palavras-chave: Soberania; Direitos Humanos; Estado.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo abordar alguns tópicos referentes aos direitos humanos e a soberania, deste modo apresentar alguns parâmetros elencados pela doutrina e pela legislação atual. Por meio de pesquisas bibliográficas em obras, artigos científicos, periódicos e pela Constituição Federal, definir até que ponto a soberania estatal, sendo um poder supremo, pode interferir na aplicação dos direitos humanos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A Soberania Estatal

Soberania é o termo utilizado para definir o poder e a autonomia que o Estado possui em dois âmbitos, externo e interno, para se autodeterminar, auto organizar e autogovernar, sem sofrer interferências, que não sejam autorizadas por ele mesmo. (BULOS, p. 511, 2015).

[129] Acadêmica do curso de Direito – 4º período, Centro Universitário Campo Real
[130] Acadêmica do curso de Direito – 4º período, Centro Universitário Campo Real
[131] Orientadora Mestre – Direito Constitucional.

Ademais, a soberania possui características próprias, dentre elas: a unidade, a indivisibilidade, a inalienabilidade e a imprescritibilidade, e, portanto, esse poder não se divide com os entes da Federação, além disso, admite que o Estado possua poder discricionário com relação ao Direito Internacional. (BULOS, p. 511, 2015).

No entanto, como resultado dos processos de internacionalização dos direitos humanos, ocorrido nas últimas décadas, o conceito de soberania passou a sofrer alterações. Posto que, ela continua sendo uma característica exclusiva do Estado, contudo tem cedido espaço ao Direito Internacional, tendo em vista, os acordos e tratados assumidos entre os Estados, que visam, em suma, priorizar os direitos humanos. (MAZZUOLI, p. 173, 2002).

2.2 A SOBERANIA E OS DIREITOS HUMANOS

Os espaços cedidos pelos Estados, abrindo mão da soberania absoluta, ao assinarem tratados e acordos, são frutos das transformações sociais e culturais das sociedades, ao longo dos anos. Devido as guerras e conflitos, eles perceberam a necessidade de manter a paz para preservar a própria humanidade. Dessa forma, foram instituídas ações para proteger os Direitos do Homem, e com isso universalizar os direitos humanos. (LASCALA, p.90-91, 2011).

Nesse sentido, cada Estado que ratificar acordo de proteção dos direitos humanos, não enfraquece sua soberania, mas, pelo contrário, o insere na sua própria Constituição, como afirma Flávia Piovesan, “atribuindo-lhes um *status* hierárquico diferenciado”, ou seja, torna-se uma norma absolutamente superior de eficácia imediata. (PIOVESAN, p. 82, 2018). Assim, a Constituição Federal brasileira de 1988, por meio da emenda constitucional de 2004, inseriu em seu artigo 5º, o parágrafo 3º que assegura: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emedas constitucionais”. Visto a grande importância da matéria, pois trata-se de direitos fundamentais da pessoa humana.

Destarte, Flávia Piovesan discorre que “embora estes tratados sejam elaborados com o fim de importar em obrigações aos Estados que os ratificam, os seus verdadeiros beneficiários são os indivíduos que estão sob a jurisdição do Estado”. (PIOVESAN, p. 82, 2018). Tendo em vista que, colocam o ser humano no

centro das discussões, em parâmetros internacionais, sobre a proteção dos seus direitos.

Sobretudo, nos últimos anos, diante de tantos conflitos internos e externos que vários países têm sofrido, surge um grupo de indivíduos com características específicas que buscam a migração de um país para outro em busca de proteção e asilo. Nesse sentido, Julia Bertino Moreira, aponta que esse grupo, “denominado de refugiados cruzam as fronteiras em busca de segurança para resguardar suas vidas”. Para a autora “a decisão de receber refugiados se insere na lógica da soberania estatal, que leva em conta inúmeros fatores externos e internos, como considerações de segurança, capacidade socioeconômica de absorção, tradição humanitária e respeito a regimes internacionais”. (MOREIRA, p. 111, 2010).

Desse modo, Rossana Rocha Reis acrescenta que, de acordo com a Convenção de Genebra de 1951, “os Estado signatários tem a obrigação de analisar pedidos de asilo e de conceder aos refugiados o mesmo tratamento de que usufruem os cidadãos do país, no que concerne educação, saúde e às condições de emprego”. No entanto, a autora também discorre que “nenhum Estado é obrigado a acolher os refugiados, em respeito a sua soberania”. Ademais, “não há um poder superior capaz de controlar ou de punir os Estados que infringem a lei”. (REIS, p. 151-152, 2004).

No entanto, na violação desses direitos ou de quaisquer direitos humanos constantes dos tratados, o Estado violador poderá sofrer sanções, pois segundo Flavia Piovesan “se, no exercício de sua soberania, os Estados aceitam as obrigações jurídicas decorrentes dos tratados de direitos humanos, passam então a se submeter à autoridade das instituições internacionais, no que se refere à tutela e fiscalização desses direitos em seu território”. (PIOVESAN, p.87, 2018).

Nesse mesmo contexto a autora afirma que, “enfatizar os direitos dos indivíduos e os direitos dos povos é uma dimensão da soberania universal, que reside em toda a humanidade e que permite aos povos em envolvimento legítimo em questões que afetam o mundo como um todo”. Além disso, a autora ainda faz referência a respeito da soberania e da integridade que cada Estado possui, como uma questão central e inegável, entretanto, diante das transformações e avanços mundiais, não se pode mais afirmar a soberania exclusiva e absoluta, tal como era concebida pela doutrina tradicional. (PIOVESAN, p. 87-99, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o conceito de soberania estatal, antes visto como absoluta e inquestionável, passa a ganhar novas concepções, devido ao processo de universalização dos direitos humanos.

Desta maneira, foi possível fazer um breve estudo sobre a importância dos tratados celebrados entre Estados, que estão dispostos a ceder espaço ao Direito Intencional em prol de assegurar direitos aos seus povos.

4 REFERÊNCIAS

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. Ed. 9ª, p. 511. Saraiva. 2015.

BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 20.ago.2018.

LASCALA, Maria Carolina Florentino. **A relativização da soberania em prol dos direitos humanos**. Revista de Direito Público, p. 90-91. v. 6, nº. 2. ago/set. 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Soberania e a proteção internacional dos direitos humanos: dois fundamentos irreconciliáveis.** Revista de informação legislativa. p.: 173, nº 156. out/dez. 2002.

MOREIRA, Julia Bertino. **Redemocratização e Direitos Humanos: a política para refugiados no Brasil.** Revista brasileira de política internacional. p. 111. nº. 53. 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. Ed. 18ª. p.: 82-99. Saraiva. 2018.

REIS, Rossana Rocha. **Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. p.: 151-152. v. 19, nº. 55. jun. 2004

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS PRODUTIVAS E ORGANOLÉPTICAS DA ABOBRINHA EM FUNÇÃO DE DOSES DE NITROGÊNIO

MORGADO, Lucas Janouski Carneiro[132]
SANTOS, Elisana Albach dos[1]
WEISSBÖCK, Carolina[1]
CUNHA-CHIAMOLERA, Tatiana Pagan Loeiro da[133]

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi avaliar as características produtivas e as propriedades organolépticas conforme a variação nas doses de nitrogênio na adubação de cobertura na abobrinha. O experimento foi realizado em delineamento de blocos casualizados, com 5 tratamentos (T1: 62,5 kg ha^{-1}; T2: 125 kg ha^{-1}, T3: 187,5 kg ha^{-1}, T4: 250 kg ha^{-1} e T5: testemunha) e quatro repetições. Foram avaliados o comprimento, diâmetro, o número de frutos, ºBrix, pH e acidez titulável. As doses de nitrogênio não influenciaram nas características produtivas. Nas características organolépticas, o pH foi responsivo, ou seja, quando maior a dose, maior os valores.

Palavras-chave: *Curcubita pepo.* Adubação nitrogenada. Propriedades organolépticas.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2006, o Brasil produziu 178830 toneladas de abobrinha. O Estado de São Paulo é o maior produtor, com 43558 toneladas produzidas nesse mesmo ano. No Paraná, neste mesmo ano, foram produzidas cerca de 43379 toneladas desta hortaliça. No entanto a produção paranaense está crescendo, na safra de 2015, em uma área de 2484 hectares, foram produzidas 51714 toneladas.

A abobrinha (*Curcubita pepo*), pertence à família das Cucurbitáceas, espécie monoica, alógama e com polinização entomófila, ou seja, se dá somente através de insetos. Se adapta melhor em solos areno-argilosos bem drenados, bastante permeáveis onde a água infiltra com facilidade (AZAMBUJA et al., 2015). A abobrinha tolera temperaturas entre 20 e 35º C, não resiste temperaturas baixas nem geadas, visto que nessa condição o desenvolvimento das plantas é prejudicado e a polinização das flores através das abelhas é baixa, tendo como resultado frutos mal formados e baixa produtividade (FILGUEIRA, 2012).

O nitrogênio (N) é um dos nutrientes mais exigidos pelas culturas, pois através dele se obtém maior produtividade, além de, possuir função estrutural. Quando utilizado em excesso pode causar lixiviação do elemento para os lençóis freáticos tendo como consequência poluição ambiental. A aplicação de N foliar influência na

[132]Discentes do curso de Engenharia Agronômica, 6º Período, do Centro Universitário Campo Real.
[133]Orientadora e Professora do Curso de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real.

altura da planta e no comprimento dos frutos que se desenvolvem em modelo linear interferindo de forma positiva na produtividade dos frutos (AZAMBUJA et al., 2015).

Em experimento realizado por Pôrto et al. (2012), foi avaliado a produtividade da abobrinha submetida a diferentes doses de adubação com N e os resultados demonstraram que esse nutriente influenciou no número de frutos por planta, na massa média e na produtividade dessa hortaliça. Segundo Queiroga et al. (2007), nas hortaliças da família da abobrinha, até certas doses, o N proporciona um acréscimo da área foliar, o que favorece o processo fotossintético e permite um aumento da produção. Em outro experimento avaliando doses de N na cultura da abobrinha, Azambuja et al. (2015) observaram que o N influenciou na altura das plantas, no teor de N foliar e no comprimento dos frutos.

Dentre as características organolépticas, que são aquelas perceptíveis pelo sentido humano, o teor de sólidos solúveis evidencia a quantidade de todos os sólidos como açúcar, sais, proteínas, e demais sólidos estão na polpa ou no suco do fruto e esta propriedade é bastante significativa, pois é levada em conta para determinar a qualidade e aceitabilidade (VÁSQUEZ et al., 2005; MACEDO, 2012; NOWAKI, 2014). Conforme Barros et al. (2012), a refratometria é o método mais usado para determinar a quantidade de açúcar, na escala de ºBrix, presentes na amostra. A escala ºBrix determina a quantidade de gramas de açúcar presentes em cem gramas de solução.

De acordo com Souza et al. (2010), o potencial hidrogeniônico (pH), é uma medida que indica a acidez, a neutralidade ou alcalinidade de um meio. É determinado através do uso de um potenciômetro e eletrodos e permite definir a deterioração que ocorre nos alimentos devido os microrganismos, atividade enzimática, analisar a maturação dos frutos, etc.

A acidez total de um alimento é importante pois este dado fornece informações sobre a sua conservação e o seu processamento. Os ácidos orgânicos que estão nos alimentos, aqueles que são resultantes das alterações químicas e também os que são acrescentados nos produtos, resultam na acidez total. Para determiná-la, é utilizado análises titulométricas, medindo a capacidade deum produto reagir contra um reagente apropriado, que é utilizado na forma de solução, com concentração conhecida, denominada solução padrão (SOUZA et al., 2010).

Coelho et al. (2003) em seu experimento, verificaram que houve um aumento da acidez titulável conforme houve um aumento nas doses de nitrogênio na cultura do melão, em cultivo protegido, as doses de nitrogênio não influenciaram o pH

dos frutos, mas no cultivo a campo, com o aumento das doses de nitrogênio, houve um aumento também no pH.

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a influência de diferentes doses de nitrogênio nas características produtivas e organolépticas do fruto de abobrinha.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O experimento foi conduzido na Fazenda Experimental da Faculdade Campo Real, situada na Rodovia PR-170, localizada nas coordenadas 25°27'46.37"S 51°31'18"O e altitude 1.061m. Segundo classificação de *Köppen*, o clima da região é do tipo subtropical úmido mesotérmico (Cfb), apresentando verões amenos (média 21°C), invernos frios com geadas severas e freqüentes, chuvas bem distribuídas ao longo do ano e sem longos períodos de secas.

As características químicas do solo foram obtidas a partir de 20 subamostras, retiradas da área experimental à profundidade de 0-20 cm. Os resultados obtidos na análise do solo antes da instalação do experimento foram: pH 4,37; P = 7,46 mg/dm³ (mehlich); matéria orgânica = 41,23 g/dm³; V% = 42,1; H + Al = 7,15 cmol/cdm³; K = 0,42cmol/dm³; Ca = 2,73cmol/dm³; Mg = 2,05 cmol/dm³; SB = 5,2 cmol/dm³ e CTC = 12,35 cmol/dm³.

Na adubação química de cobertura foi aplicado, 150g por parcela do formulado 04-20-20. Foram utilizados mudas comerciais, transplantadas no dia 01/09/2017em canteiros de 1,5m x 1,0m e espaçamento de 0,60m entre plantas. O solo havia sido gradeado dias antes da instalação do experimento e não havia presença de plantas invasoras, a irrigação aconteceu diariamente.

O delineamento experimental foi em blocos ao acaso, cinco tratamentos e quatro repetições. Os tratamentos correspondem a doses de nitrogênio aplicados em cobertura (0, 0,5, 1,0, 2,0 e 4,0 vezes a dose média (70,0 kg/ha)), parceladas em três vezes (30, 45 e 60 dias após o transplantio), utilizando-se como fonte a ureia. A colheita foi realizada em (120 DAT). No momento da colheita foram avaliados o comprimento, diâmetro e o número de frutos por planta, ºBrix, pH e acidez titulável

total. As análises estatísticas consistiram de análise de variância, sendo as médias testadas pelo teste de Tukey, ao nível de 5% de probabilidade.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As doses de nitrogênio não influenciaram nas características produtivas da planta de abobrinha (Tabela 1). Isso pode estar relacionado a baixa fertilidade do solo, no qual as plantas tiveram boa resposta, independentemente da dose utilizada. O N é um dos nutrientes mais exigidos pelas culturas, pois através dele se obtém maior produtividade, além de, possuir função estrutural. Quando utilizado em excesso pode causar lixiviação do elemento para os lençóis freáticos tendo como consequência poluição ambiental. A aplicação de N foliar pode influenciar na altura da planta e no comprimento dos frutos, interferindo de forma positiva na produtividade, desde que o solo apresente boa fertilidade (AZAMBUJA, et al., 2015).

Com relação as características organolépticas, apenas o valores de pH foram significativos, no qual, quanto maior a dose utilizada, maior foram os valores de pH (Tabela 1). Corrêa et al. (2015), avaliaram a influência de diferentes doses de N nas qualidades físico químicas dos frutos da abóbora e verificaram que não houve diferenças para o pH dos frutos, ºBrix e acidez titulável total.

Tabela 1. Características produtivas e propriedades organolépticas da abobrinha submetida a diferentes doses de nitrogênio em cobertura.

Tratamentos	Comprimento (cm)	Diâmetro (cm)	Nº frutos --	ºBrix --	pH --	ATT --
0	22,17	7,02	2,75	1,20	5,75bc	1,47
0,5	25,35	6,27	3,25	1,25	5,87bc	1,10
1,0	27,10	8,07	4,25	1,07	5,50c	1,02
2,0	2,25	6,20	2,75	1,00	6,12ab	1,07
4,0	19,27	5,90	3,50	1,12	6,37a	1,25
Teste F	$2,75^{ns}$	$2,39^{ns}$	$1,98^{ns}$	$0,41^{ns}$	9,52**	$2,35^{ns}$
CV (%)	15,82	16,91	26,82	27,36	3,69	20,07

Médias seguidas pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo teste Tukey ($p<0,05$).
^{ns} = não significativo pelo teste F ($p<0,05$).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As doses de nitrogênio em cobertura não influenciaram nas características produtivas. Nas características organolépticas, o pH foi responsivo, ou seja, quando maior a dose, maior os valores.

4 REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, L. O.; BENETT, C. G. S.; BENETT, K. S. S.; COSTA, E. Produtividade da abobrinha 'Caserta' em função do nitrogênio e gel hidrorretentor. **Científica**. Jaboticabal, v. 43, n. 4, p. 353–358, 2015.

BARROS, M. M.; ARAÚJO, W. F.; NEVES, L. T. B. C.; CAMPOS, A. J.; TOSIN, J. M. Produção e qualidade da melancia submetida a adubação nitrogenada. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v.16, n.10, p.1078-1084, 2012.

COELHO, E. L.; FONTES, P. C. R.; FINGER, F. L.; CARDOSO, A. A. Qualidade dos frutos do melão rendilhado em função das doses de nitrogênio. **Bragantia**, v. 62, n. 2, p.173-178, 2003.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3 ed. Viçosa-MG: UFV, 2012. 421p.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2006. <http://www.ibge,gov.br>. Acesso em: 13 ago. 2015.

MACEDO, A. A importância nutricional das hortaliças. **Embrapa Hortaliças**. Ano 1, Número 2. Março/ Abril de 2012.

NOWAKI, R. H. D. **Produtividade e sólidos solúveis da melancia irrigada em função de doses de nitrogênio.** Dissertação (Mestrado em Fitotecnia). Universidade Estadual Paulista. Jaboticabal-SP. 33p. 2014.

PÔRTO, M. L.; FONTES, P. C. R.; ALVES, J. C.; ARRUDA, J. A. Produtividade e acúmulo de nitrato nos frutos de abobrinha em função da adubação nitrogenada. **Bragantia**, Campinas, v. 71, n. 2, p.190-195, 2012.

QUEIROGA, R. C. F.; PUIATTI, M.; FONTES, P. C. R; CECON, P. R.; FINGER, F. L. Influência de doses de nitrogênio na produtividade e qualidade de melão *Cantalupensis* sob ambiente protegido. **Horticultura Brasileira**, v. 25, p. 550-556, 2007.

SOUZA, L. M.; CORREIA, K. C.; SANTOS, A. M. G.; BARRETO, L. P.; BEZERRA, E. N. Comparação de metodologias de análises de pH e acidez titulável em polpa de melão. **Anais..** UFRPE: Recife, 2010.

VÁSQUEZ, M. A. N.; FOLEGATTI, M. V.; DIAS, N. S.; SOUSA, V. F. Qualidade pós-colheita de fruto de meloeiro fertirrigado com diferentes doses de potássio e laminas de irrigação. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 9, n. 2, p. 199-204, 2005.

REFUGIADOS VENEZUELANOS ENTRE OUTROS POVOS NO BRASIL: QUESTÃO DE DESEMPREGO, DIFICULDADES E AMPARO LEGAL

ROSAS, Rudy Heitor[134]
VINKLER, Karina[135]

RESUMO: Através de pesquisas bibliográficas, embasando-se em obras pertinentes, buscou-se demonstrar a perplexidade que assola a imigração dos venezuelanos, ao ultrapassar a fronteira do Brasil, bem como salientar todas as dificuldades enfrentadas por estes. Objetiva-se primordialmente atestar que o ordenamento jurídico brasileiro esteve preocupado em dar lhes melhor garantias de direitos e dignidade a essas pessoas.

Palavras-chave: Venezuelanos. Migração. Direito.

1 INTRODUÇÃO

Retrata-se que o Brasil com suas características acolhedoras acertou a promessa tratada na convenção de 1951 e ao protocolo de 1967, com inúmeros refugiados de diferentes países e se colocando como um país de reassentamento para diversas pessoas, no intuito de ajudar, as incalculáveis indivíduos desabrigados, criando se o Estatuto dos Refugiados, seguido da lei N 9.474/1997 da Constituição Federal de 1988, na qual o Brasil abrange um determinado regime, na finalidade de reger a proteção e a fiscalização dos direitos e deveres dos indivíduos refugiados de outros países.

Os refugiados venezuelanos tendem a entrar no território brasileiro pela fronteira do seu país de origem em divisa com Roraima, abandonando assim uma das maiores crises já vivenciada depois da Segunda Guerra. Essa crise vem se arrastando a tempos devido aqueda do preço do barril do petróleo e inúmeros programas sociais em que o governo de Hugo Chávez criou, o controle de preços no país tentando controlar a inflação com a tentativa vindo a falhar, assim os produtos das prateleiras vieram a sumir ocasionando extinguir e o acesso a pessoas de classes mais baixas mercar produtos necessários para sua sobrevivência a carecer.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DADOS ANTERIORES

[134]Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduado em Direito pela Faculdade Campo Real. Professor da Faculdade Campo Real.
[135]Acadêmica do curso de direito, 2º período, Faculdade Campo Real.

De acordo com a utilização da lei 9.474 criou-se um mecanismo próprio para a proteção dos refugiados, alavancando se mais um passo para a autorização dos indivíduos a conseguir a regularização de seus documentos. Com inúmeras dificuldades em um novo país desconhecido, os inúmeros refugiados têm vários obstáculos ao entrar em um novo território, conclui-se que:

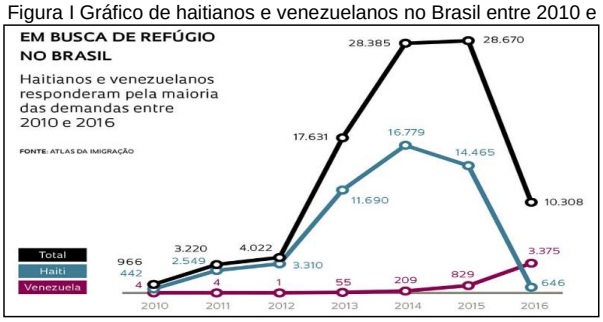
> 1)dificuldade com o idioma português; 2) baixa qualificação profissional; 3) desconhecimento por parte dos empregadores e dos funcionários das entidades de facilitação de mão de obra sobre o tema do refúgio; 4) desconhecimento dos refugiados sobre as regras trabalhistas brasileiras; 5) dispersão territorial dos refugiados em solo brasileiro; 6) falta de acesso dos refugiados a atividades produtivas, como microcrédito e economia solidária; 7) dificuldade de validação de diploma emitido no país de origem (BRASIL, 2016).

2.2 A LEI 9.474/97

A lei 9.474 veio com dimensão inovadora para garantir de fato soluções eficazes para os refugiados, simultaneamente a CONARE (órgão criado para consolidar a junção da lei – Comitê Nacional para Refugiados.) Porém no ano de 2005 a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), junto com demais entidades, que tempos atrás tinha saído do país e mantido sede apenas na cidade de Buenos Aires na Argentina retornou ao Brasil para promover uma versão de um país para assegurar e abdicar uma nova vida aos refugiados segundo Fontes, 2017.

O número de refugiados venezuelanos vem se elevando gradativamente, como mostra o gráfico abaixo:

Figura I Gráfico de haitianos e venezuelanos no Brasil entre 2010 e 2016.



Fonte: Atlas da imigração 2010.

Fontes, (2017), declara que como todo novo cidadão, precisa-se de um trabalho digno de onde terá que prover seu sustento, enfoque para a população refugiada que

se torna a concretização do direito para eles, com esperança de uma nova vida. ACNUR relata que:

> Para alcançar estes objetivos, o memorando prevê que MTE e ACNUR devem realizar esforços para promover a inclusão e a permanência dos refugiados e solicitantes de refúgio no mercado de trabalho, devendo ser levadas em conta suas especificidades culturais, linguísticas, psicológicas, de gênero e idade, também na elaboração de programas de qualificação social e profissional. Deve ser reconhecida a situação especial de vulnerabilidade desta população, cujas necessidades de proteção são diferenciadas, fazendo com que sejam empregadas medidas específicas para sua integração às políticas de inserção no mercado de trabalho. (ACNUR, 2013).

Agindo assim uma nova perspectiva entre a migração, que obtém um deslocamento de seu país de origem, para um país desconhecido, com o refúgio encontrado em país vizinho, o fluxo aumenta gradativamente, Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes relata “a decisão de migrar demonstra protagonismo perante a vida.’’ Aonde da impressão que o sujeito ganha uma certa liberdade para conseguir viver sua vida em um novo grupo social. Boron sociólogo Argentino relata uma referência, traz algumas alternativas que poderiam modificar em um sentido positivo e progressivo do atual cenário internacional, trazendo consequências também positivas para as migrações internacionais, com o início de um programa socialista de reconstrução social, antes que a barbárie capitalista liquide as possibilidades de existência humana neste planeta. (BORON, 2001, p. 1).

A lei 9.474 ainda encara o propósito de não deixar o indivíduo com certo tipo de fixação em um determinado espaço, pois ela busca estabilizar cada pessoa e consolidar uma reintegração do sujeito em uma determinada sociedade, Machado afirma que:

> Parece que é justamente por ser móvel que há uma preocupação em fixar o imigrante num lugar e num trabalho, para além do qual ele não pode fugir à vigilância. Esse “princípio de imobilidade” está espalhado por toda a legislação: o excesso de documentos, a necessidade regular de comparecer à Polícia Federal, a proibição da mudança, o impedimento até da mudança de emprego. Ao cruzar as linhas que formam um plano (a superfície do Estado), o imigrante embaralha regras e é imediatamente visto como um “poluidor” em potencial: da saúde à política, ele é uma ameaça. (MACHADO, 2016, p.213).

Vichich retrata a evolução do Direito Internacional serviu para a ampliação dessa definição: a Convenção Internacional a respeito Proteção dos Direitos daqueles Trabalhadores Migrantes e dos Membros de suas Famílias de 1990, fala que “trabalhador migrante”, é todo indivíduo que venha a realizar, realize ou tenha

realizado alguma atividade remunerada em um Estado do qual não seja de tal território nacional, inserindo inúmeras series e maneiras trabalhistas que até então permaneciam extintas, entre várias, os trabalhadores por conta própria e os trabalhadores de fronteira que laboram. (2015, p. 107)

De acordo com Juan Carlos Murillo González um Estado tem determinado trato de com a proteção internacional dos refugiados pode ser colocado em prática em três maneiras sucintas e diferentes com a ratificação dos instrumentos internacionais sobre refugiados (Convenção de 1951 e Protocolo de 1967); com o desenvolvimento em sua regulamentária interna em todos aqueles pontos de relevância, à proteção internacional e com a aplicação de uma política bondosa de atenção e proteção a refugiados procedentes de distintas partes do mundo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados analisados, podemos constatar que a lei foi eficaz depois de ter sido colocada em prática, com tudo os dados de refugiados estão subindo gradativamente e se tornando alarmante. Inúmeras pessoas têm procurado se estalar no Brasil sabendo do amparo legal do país, atrás de uma nova chance e o país provando seu suporte com a entrada de inúmeros indivíduos desconhecidos. Porém com todo embasamento não é possível constatar se no decorrer do tempo, irá suportar toda essa massa, dando condições de vida para milhares de refugiados. Pois a realidade presente no nosso país é um tanto diferente.

4 REFERÊNCIAS

ANDREA, S. et al. **Desafios para acesso ao trabalho de migrantes e refugiados no brasil**. Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.

CHELOTTI, J. De D.; et al. **Sobre vulnerabilidade e inclusão: as políticas de assistência aos refugiados no brasil e a sua (in) efetividade no que tange às crianças e adolescentes oriundos desses fluxos migratórios**. Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.

FONTES, F. De G. **Direito ao trabalho digno e a condição de refugiado no Brasil: análise da efetividade dos mecanismos de proteção**.

MURILLO, J.C. **Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados**. Revista Internacional de Direitos Humanos: SUR, p. 121-137, 2009.

SANTOS, J. E. S; et al. **Refugiados no brasil: estamos preparados para a proteção humanitária daquelas pessoas?**. Nomos, v. 37, n. 2.

SANTOS, L.L. **O direito ao trabalho digno do imigrante: uma análise da condição jurídica do trabalhador imigrante à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.**

SOARES, C. DE O. **O direito internacional dos refugiados e o ordenamento jurídico brasileiro: análise da efetividade da proteção nacional.**

DIAGNÓSTICO DE GESTAÇÃO EM REBANHOS LEITEIROS PELA ANÁLISE DO LEITE: UMA REVISÃO

RIBEIRO, Alexsander [136]
ALMEIDA, Karine Cristine [137]
PACHECO, Bárbara[3]
TORTORELLA, Rodrigo Dorneles [4]

RESUMO: A precisão e a precocidade do diagnóstico de gestação em bovinos leiteiros são fatores de grande importância para a manutenção da eficiência reprodutiva. É uma importante ferramenta para detecção de problemas de fertilidade tanto do rebanho como individuais. Uma nova opção que chega ao mercado é o diagnóstico de gestação pela análise do leite. Essa nova tecnologia pode ser uma importante aliada para se ter uma melhor mensuração do desempenho reprodutivo dos animais. Trazemos uma análise das vantagens e desvantagens desse sistema de diagnóstico bem como modelos de aplicação dentro da propriedade.

Palavras-chave: ELISA. GAP. Prenhez. Reprodução.

1 INTRODUÇÃO

A reestruturação da pecuária leiteira ocorrida nos últimos anos tem pressionado o produtor cada vez mais a buscar por eficiência na sua cadeia produtiva, sejam elas na parte de manejo e sanidade do rebanho, instalações, mão de obra e principalmente reprodução. Todos esses fatores precisam estar em perfeita sintonia para que se consiga entregar um produto de qualidade e para que a atividade traga a renda esperada (FERREIRA, 2002). A eficiência reprodutiva é um dos fatores que mais contribui para melhorar o desempenho e a lucratividade. Enfermidades puerperais e metabólicas, bem como falhas na detecção de estro, reduzem o desempenho reprodutivo das vacas e atrapalham a produção de leite por dia de vida útil da vaca (GOTTSCHALL, 1997). Existem várias formas de minimizar esse problema, uma delas é ter um acompanhamento Veterinário associado a novas tecnologias voltadas a reprodução que existem hoje. O objetivo do trabalho foi avaliar as vantagens e desvantagens do diagnóstico de prenhes pela análise do leite em bovinos leiteiros, bem como sua aplicação nas propriedades.

[136] Acadêmico do curso de Medicina Veterinária, 8º período, Faculdade Campo Real.
[137] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária, 8º período, Faculdade Campo Real.
[3] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária, 8º período, Faculdade Campo Real.
[4] Docente Orientador, Faculdade Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

Uma opção que chega ao mercado da reprodução de bovinos é o diagnóstico de gestação em vacas pelo leite. O teste consiste na análise de uma amostra de leite avaliando a presença de glicoproteínas associadas a prenhes (GAP) elas pertencem a uma família formada por cinco glicoproteínas secretadas pelas células trofoblásticas localizadas na placenta que podem ser isoladas e quantificadas (BUTLER et al., 1982). A vaca gestante passa a produzir essas proteínas em níveis mais elevados a partir do 28° dia de gestação, as quais podem ser identificadas por teste de ELISA.

No Brasil o teste feito é o Idexx Leite realizado apenas no laboratório da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRRH) localizado no estado Paraná. Ele consiste em um kit de ELISA (Figura 1) que detecta os níveis de glicoproteínas no leite com um marcador para prenhes. Ele confirma a gestação a partir do 28° dia (STRELCZUCK, 2015).

Figura 2 - Kit de ELISA usado para o diagnóstico de prenhes de ruminantes a partir de amostras de leite.

Fonte: (Idexx Brasil, 2018)

As amostras são coletadas nas propriedades em potes estéreis e com tampas e enviadas para o laboratório dentro de uma caixa de isopor devidamente fechada. As que apresentam resultados acima de 0,15 mg/dL são classificadas como positivas (gestantes) e abaixo de 0,10 mg/dL são classificadas como negativas (não gestantes). Os resultados compreendidos entre 0,10 mg/dL e 0,15 mg/dL são

classificados como inconclusivo e necessário à repetição do teste (STRELCZUCK, 2015).

O uso destas proteínas como diagnóstico de gestação pode ter seu valor comprometido devido ao fato de que estas glicoproteínas possuem um ritmo lento de desaparecimento, em torno de 60 dias no leite das vacas após o parto (KIRACOFE et al.,1993). Também se constata que a produção de glicoproteínas é inversamente proporcional a produção de leite.

Comparando com o diagnóstico de gestação pela ultrassonografia transretal a desvantagem do diagnóstico feito pelas amostras é de que caso ocorra perda gestacional, seus níveis de glicoproteinas se mantém detectáveis por 7 a 14 dias após a perda, podendo gerar um diagnóstico de falsa gestação (ROCHA, 1993). Contudo, as principais vantagens do diagnóstico pelo leite são, a facilidade no diagnóstico e menos estresse ao animal, uma vez que não se precisa fazer a palpação retal, pois coleta-se a amostra de leite no momento da ordenha.

O teste tem custo de aproximadamente R$ 8,00 por amostra, mais o valor do frete, contudo caso ultrapasse 45 amostras, pode haver uma redução no valor (dados não publicados).

Umas das alternativas para incorporar o teste de prenhes pelo leite na rotina da propriedade leiteira seria fazer o diagnóstico de gestação aos 30 dias pelo médico veterinário utilizando a ultrassonografia transretal, e fazer a reconfirmação aos 60 dias e depois aos 90 dias utilizado o teste de prenhes pelo leite. Esse protocolo torna-se interesante pois sabe-se que no terço inicial de gestação ocorrem as maiores perdas (FRANDSON, WILKE, & FAILS, 2009). Essa medida diminui a chance de se ter vacas vazias no rebanho e facilitando o manejo reprodutivo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico precoce de prenhes em vacas leiteiras é uma técnica fundamental na eficiência reprodutiva do rebanho, identificar as vacas não gestantes o quanto antes permite se tomar decisões estratégicas para minimizar as perdas por esse atraso na concepção, assim como descartar fêmeas improdutivas.

O uso da dosagem de glicoproteínas como método de diagnóstico de gestação já é realidade em muitos países como Estados Unidos e Reino Unido, com

resultados satisfatórios e um bom custo beneficio. No Brasil essa técnica é pouco disseminada, mas futuramente pode ser mais uma opção para o diagnóstico de gestação, cabe a cada propriedade ver o que é mais vantajoso e com um melhor resultado.

4 REFERÊNCIAS

BUTLER, J. E. et al. Detection and partial characterization of two bovine pregnancy specific proteins. **Biology of Reproduction**, Madson, n. 26, v. 5, p. 925-935, 1982.

FERREIRA, A. H. **Eficiência de sistemas de produção de leite: uma aplicação da análise envoltória de dados na tomada de decisão**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2002. 122p. Dissertação Mestrado em Economia Aplicada, Universidade Federal de Viçosa, 2002.

FRANDSON, W. W. L. & FAILS, A. D. **Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Grupo Gen, 2009.

GOTTSCHALL, C.S. **Indicadores de eficiência e manejo reprodutivo de bovinos de leite**. Canoas, RS: Ciclo de palestras em produção e manejo de bovinos de leite. 1997.

KIRACOFFE, G. H. et al. Pregnancy-specific protein B in serum of postpartum beef cows. **Journal of Animal Science**, Chanpaign, v. 71, n. 8, p. 2199-2205, 1993.

ROCHA, J. L. et al. Níveis de glicoproteínas em amostras de leite em período pós-parto e diagnóstico precoce de gestação. **Brazilian Journal of Veterinary Research and animal Science**, São Paulo, v. 30, p. 243, 1993.

STRELCZUCK, G. **Diagnóstico Precoce em Bovinos Leiteiros**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. 33p.

DIARREIA VIRAL BOVINA (BVD) – RELATO DE CASO

CRUZ, Larissa Nadin[1]
LINKE, Janaina Estéfane Wachter[1]
TORTORELLA, Rodrigo Dorneles[2]

RESUMO: A diarreia viral bovina (BVD) é uma doença que acomete principalmente os bovinos. Por ser uma doença de grandes perdas reprodutivas e econômicas, é de extrema importância o conhecimento sobre a mesma. O objetivo deste trabalho é conhecer as formas de contágio, principais sinais clínicos, diagnóstico e prevenção da doença.

Palavras-chave: Rebanho. Reprodutiva. Vírus.

1 INTRODUÇÃO

A diarreia viral bovina (BVD) é uma enfermidade que acomete o epitélio do trato respiratório superior, orofaringe e tecido linfoide regional. A doença causa lesões e perda da função das células epiteliais da cavidade oral, intestino delgado e esôfago que são prescindidas pela disfunção e morte dos linfócitos submucosos do tecido linfoide associado a mucosa (MALT) de ruminantes e é de grande importância pois acarreta perdas na produtividade e reprodução dos respectivos animais (ZACHARY & MCGAVIN, 2013).

O vírus da BVD pertence à família *Flaviviridae* viral e é membro do gênero pestivírus, que possui dois biótipos designados: o não-citopático e o citopático (RADOSTITS, et al., 2012).

A patogenia da doença está relacionada com a chegada de animais novos no rebanho e através do sêmen contaminado ou práticas de manejo que permitam o contato com animais carreadores. O vírus é transmitido por contato direto e indireto (ZACHARY & MCGAVIN, 2013). A transmissão direta ocorre através do contato com restos placentários, fetos abortados e contato nasal principalmente (RADOSTITS, et al., 2012). Já na forma indireta, o vírus é transmitido através de moscas sugadoras de sangue que podem se alimentar do animal infectado e repassar para os soronegativos (RADOSTITS, et al., 2012).

O objetivo do trabalho foi relatar um surto de BVD em uma propriedade de leite localizada em Campina do Simão, salientando formas de contágio, principais sinais clínicos, diagnóstico e prevenção da doença.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho consiste em um artigo técnico-científico baseado no tema de diarreia viral bovina junto de um relato de caso que foi realizado e acompanhado nos meses de fevereiro a junho de 2018. A pesquisa foi realizada utilizando artigos, revistas científicas e livros de Patologia Veterinária, Clínica Veterinária, Microbiologia Veterinária e Virologia Veterinária.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em maio de 2018, em uma propriedade em Campina do Simão, o serviço médico veterinário foi requisitado pelo produtor que estava preocupado com os sinais apresentados por 15 novilhas prenhes que havia comprado. Após 8 dias das novilhas na propriedade, as mesmas apresentavam ataxia, hematúria, petéquias nas mucosas, abortos e diarreia. Ainda, 7 destas vieram a óbito antes mesmo do diagnóstico da possível causa. Baseado nos sinais clínicos, achados da necropsia como lesões e úlceras no TGI, rúmen, omaso e abomaso e aumento de linfonodos mesentéricos, e no histórico de não vacinação do rebanho de origem das novilhas, o médico veterinário suspeitou de BVD. A confirmação veio após a coleta de sangue e exame para pesquisa de anticorpos contra o vírus da BVD.

No animal vivo, as amostras de sangue devem ser coletadas com EDTA e devem ser enviadas ao laboratório dentro de 24h para isolamento viral e pesquisa de anticorpos contra o vírus da diarreia bovina. Pode-se ainda determinar o teor de anticorpos no leite de tanque (ANDREWS, et al., 2008).

De modo geral, preconiza-se a vacinação para rebanhos com sorologia positiva e/ou histórico e doença clínica ou reprodutiva compatível ou que já tenha comprovada circulação viral (FLORES, et al., 2005). Esta prática é indicada também em criações com alta rotatividade de animais, propriedades onde são reunidos animais de diferentes procedências ou que tenham constante anexação de animais como em rebanhos leiteiros (FLORES, et al., 2005). Para uma imunização bem-

sucedida é adequado a vacinação da fêmea reprodutora pelo menos várias semanas antes do cruzamento (RADOSTITS, et al., 2012).

Segundo relatos do produtor, seu rebanho é vacinado 60 dias antes de entrar em fase reprodutiva e este protocolo se aplica a todas as novilhas de sua propriedade. Esta vacinação sistemática contribuiu para a doença não ter se alastrado no rebanho. Quando se obtém um diagnóstico positivo, a mãe do animal afetado e todos os outros animais do mesmo grupo devem ser submetidos à coleta de sangue e cultivo para pesquisa do vírus (ANDREWS, et al., 2008).

O aparecimento dos sinais da BVD nas novilhas compradas pode estar relacionado a queda na imunidade em função do estresse dos animais durante o transporte (FINO, 2011). Em razão do início repentino, a diarreia frequentemente é o principal sintoma observado junto com a salivação. Ocasionalmente os animais apresentam febre e perda de peso rápida, ocorrendo morte de 5 a 10 dias mais tarde (ANDREWS, et al., 2008).

As formas de BVD causadas por amostras citopatogênicas em animais persistentemente infectados (PI) são a aguda e a doença das mucosas (DM), sendo ambas fatais (FLORES, et al., 2005). A forma aguda é caracterizada por um período de incubação de 10 a 14 dias após a exposição, em que o animal apresentará febre bifásica (40-41ºC), anorexia, taquicardia, polipneia, redução na produção leiteira, diarreia aquosa profusa e após o início dos sinais clínicos, acidose, emaciação, desidratação, depressão e morte (FLORES, et al., 2005). Na infecção crônica os sinais na maioria das vezes são inespecíficos, como redução do apetite, perda de peso, apatia seguida de enfraquecimento do animal, diarreia intermitente, timpanismo crônico, erosões interdigitais e lesões erosivas crônicas na mucosa oral e na pele não-cicatrizáveis (FLORES, et al., 2005).

Corrimentos nasais e oculares persistentes também podem estar presentes, assim como na pele áreas de alopecia e hiperqueratinização frequentes na região do pescoço (FLORES, et al., 2005).

Não há tratamento específico para a doença, por isto, na suspeita da doença, deve-se considerar viáveis as opções de abate ou eutanásia (RADOSTITS, et al., 2012).

Medidas de controle e erradicação de BVD devem ser realizadas pelo profissional responsável pela sanidade do rebanho, podendo constituir da vacinação

de todo o lote de animais, detecção dos animais PI, seguida por eliminação destes em um adequado programa de biossegurança na propriedade (HIRSCH & FIGUEIREDO, 2006).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surto de BVD em uma propriedade, mesmo com controle vacinal, pode levar a prejuízos grandes, o que reforça a ideia de que a compra de animais sempre deve ser feita de locais com controle sanitário no mínimo semelhante ao do comprador.

4 REFERÊNCIAS

ANDREWS, A. H.; BLOWEY, R. W.; BOYD, H.; EDDY, R. G. **Medicina bovina: doenças e criação de bovinos**. 2.ed. São Paulo: Roca, 2008.

FINO, T.C.M. **Anticorpos contra Herpesvírus Bovino Tipo 1 (HVB-1) e Vírus da Diarréia Bovina a Vírus (BVDV) em rebanhos da raça Crioula Lageana no Planalto Catarinense**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2011, 76 p. Dissertação de Mestrado.

FLORES, E. F.; WEIBLEN, R.; VOGEL, F. S. F.; ROCHE, P. M.; ALFIERI, A. A.; PITUCO, E. M. A infecção pelo vírus da Diarréia Viral Bovina (BVDV) no Brasil – histórico, situação atual e perspectivas. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, Santa Maria, RS Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). V. 25 n. 3, Junho. 2005.

FLORES, E. F. **Virologia veterinária: virologia geral e doenças**. 2. ed. Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2012.

HIRSCH, C.; FIGUEIREDO, H. C. P. Diarreia bovina a vírus/ doenças das mucosas e rinotraqueíte infecciosa bovina. **Doenças transmissíveis na Reprodução de Bovinos**. UFLA/FAEPE, 2006.

RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; BLOOD, D. C.; HINCHCLIFF, K. W. **Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos.** Tradução de Adriana de Souza Coutinho. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

SILVA, M. V. M.; NOGUEIRA, J. L.; JUNIOR, V. P.; FERNANDES, R. A. Diarréia viral bovina: patogenia e diagnóstico – revisão de literatura. **Revista Cientifica Eletrônica de Medicina Veterinária**, São Paulo, n. 16, Janeiro. 2011.

ZACHARY, J. F.; MCGAVIN, M. D. **Bases da patologia em veterinária**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

A INFLUÊNCIA DO ABANDONO PATERNAL RELACIONADA AO CRIMINOSO

PACHECO, Bárbara Antoniczei[138]
ROSAS, Rudy Heitor[139]

RESUMO: O crime é um constante acontecimento em nossa sociedade e tende a crescer cada vez mais. Traumas psicológicos como abuso físico e/ou psicológico, abandono, violência podem contribuir para uma pessoa ser criminosa. Através de pesquisa bibliográfica e embasando-se em obras pertinentes buscou-se demonstrar neste trabalho a influência que o abandono paternal tem na mente de uma criança, traumatizando-a a ponto de se tornar criminosa, podendo revelar-se após a fase de criança enquanto entra na adolescência ou na vida adulta.

Palavras-chave: Abandono paternal. Criminoso. Mente criminosa. Crime.

1 INTRODUÇÃO

O direito em seu sentido amplo pode ser definido pelo conjunto de regras que regem as ações humanas dentro da sociedade, mantendo a ordem social. Dentre as várias divisões que o direito possui, há o Direito Penal, o qual é a parte do sistema normativo jurídico que define as infrações penais e aplica as penalidades (LISZT, 1899). A criminologia, que está inserida dentro do Direito Penal, tem como objeto de estudo o crime, o criminoso, a vítima e o controle social e está ligada com outras diversas matérias, como a Sociologia e a Psicologia (PÁDUA, 2015). O crime é uma infração penal que a lei aplica pena de cárcere ou ostracismo, isoladamente, alternativamente ou cumulativamente com pena de multa. (BRASIL, 2016).

Dentre seus diversos estudos, Sigmund Freud, o pai da psicanálise, deu um enfoque especial para o trauma. Freud elaborou um corpo teórico sobre as consequências das situações traumáticas do sujeito no seu período de infância. Freud analisava seus pacientes em seus encontros, quando o sujeito falava sobre suas lembranças e acontecimentos referentes à infância. Trauma significa qualquer fator patogênico, único ou repetitivo na qual ocorressem danos (ZAVARONI, 2015).

Dentre os diversos temas que a Psicologia estuda, um de seus temas é a Psicologia Jurídica, a qual estuda a relação psicológica com o sistema de justiça. A Psicologia Jurídica tem como objeto de estudo os comportamentos complexos que

[138] Acadêmica do curso de direito, 2º período, Centro Universitário Campo Real.
[139] Advogado. Professor da matéria de Criminologia no Centro Universitário Campo Real.

ocorrem ou podem ocorrer futuramente os quais tem e terão consequências no Direito (FRANCA, 2004).

O principal foco deste trabalho é demonstrar que através de um trauma produzido pelo abandono do indivíduo em sua infância por parte de um de seus pais, o mesmo poderá se tornar um criminoso.

2 DESENVOLVIMENTO

Os pais são instituídos por lei pela responsabilidade de seus filhos até eles completarem 18 anos. Dentro de uma relação familiar há a afetividade, a qual é responsável pelo estreitamento dos laços afetivos e morais de convivência, mas nem sempre os pais exercem seus deveres de forma adequada (CALDERAN, 2012).

Há diversos casos que são vistos em sociedade diariamente em nossas vidas que um pai ou a mãe abandonou seu filho, deixando para o outro progenitor, para um dos ascendentes de uma das partes ou levando para uma casa de adoção. Segundo Weishaupt (2014, p. 18): “O abandono afetivo paterno pode causar ao filho um dano psicológico profundo e irreversível, o que, talvez, influenciaria negativamente na sua identidade” (2014, p.18). Neste trabalho serão tratados apenas os casos de abandono por parte de um dos ascendentes.

A ausência de um vínculo familiar está ligada diretamente, na maioria das circunstâncias, aos casos de abandono parental, que para segundo Moreira (2014) seria um argumento para incentivar a adoção, pois sempre é melhor estar incluído em uma família, mesmo que com a flexibilização de família, do que fora dela.

> O indivíduo fará sua opção pelo caminho do bem ou do mal, sendo o ambiente familiar determinante para tal escolha. A familiaridade com esse argumento nos permite visibilizar alguns aspectos e suspeitar que a criminalidade, outrora explicada através de um determinismo biológico, passa a ter a possibilidade de explicação num determinismo familiar. (MOREIRA, 2014).

Um comportamento comum de uma criança é estar com familiares, principalmente com os pais e se sentir segura. Para a criança, o pai representa-se como a lei, sendo que uma das principais funções dele é ajudar no desenvolvimento psicológico do filho, exercendo um determinado controle, impondo limites e ensinando-o valores e intervindo quando necessário, auxiliando-o na fixação moral e no seguimento da lei (SILVA, 2013).

> Quando a lei não está internalizada pelo sujeito institui-se a destrutividade. É nesse momento que pode estar se formando um sujeito com potencial para entrar em conflito com a lei. A destrutividade ocasionada pela impossibilidade de internalização da lei, déficit esse causado pela ausência do exercício da função paterna, leva o jovem a procurar alguém que exerça essa função, e nessa procura inconsciente ele pode encontrar modelos de identificação que o afastem da norma social. (WINNICOTT apud SILVA 2013, p.40).

Quando a lei não está internalizada, quem acolhe o adolescente se torna como um “pai”, sendo que esse “pai” pode ser qualquer pessoa, tanto um amigo quanto um traficante. Às vezes portar uma arma proporciona segurança para o adolescente, fazendo-o ser visto e se tornando integrante de um determinado grupo no qual ele se sente inserido, o que não tinha antes, nem mesmo em sua família (ARAÚJO, 2006).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos argumentos citados, conclui-se que o abandono paternal influencia o comportamento do jovem, quando este tentará por intermédios sociais encontrar algo que preencha o vazio de um pai.

4 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sandra Maria Baccara. **Pai, aproxima de mim esse cálice**: significações de Juízes e Promotores sobre a Função Paterna no contexto da Justiça. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BRASIL. **Código Penal**. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 28 ago. 2018.

CALDERAN, Thanabi Bellenzier. Abandono afetivo e suas consequências jurídicas. **Revista da Faculdade de Direito de Uberlândia**, v. 40, n. 2, p. 339-369, 2012.

FRANCA, Fátima. Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 6, n. 1, p. 73-80, jun. 2004.

MOREIRA, Lisandra Espíndula; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Paternidade, família e criminalidade: uma arqueologia entre o Direito e a Psicologia. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 36-46, 2014. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 set. 2018.

PÁDUA, Vinícius Alexandre de. Objetos de estudo da criminologia moderna. **Conteúdo Jurídico**. 2015. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.53372&seo=1>. Acesso em: 02 set. 2018.

SILVA, Ricardo Alves da; ARAUJO, Sandra Maria Baccara. A representação da função paterna para instituições de auxílio a adolescentes em conflito com a lei. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 37-52, jun. 2013 .

VON LISZT, Franz. **Tratado de Direito Penal alemão**. Tradução de José Hygino Duarte Pereira. Rio de Janeiro: Briguiet, 1899.

WEISHAUPT, Gisele Carla; SARTORI, Giana Lisa Zanardo. Consequências do abandono afetivo paterno e a (in) efetividade da indenização. **Perspectiva**, Erechim, v. 38, n. 142, p. 17-28, junho/2014.

ZAVARONI, Dione de Medeiros Lula; VIANA, Terezinha Camargo. Trauma e Infância: Considerações sobre a Vivência de Situações Potencialmente Traumáticas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 331-338, set. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722015000300331&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 set. 2018.

A INFLUÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO PATRIARCADO NA CRIMINALIDADE FEMININA - DADOS DO APRISIONAMENTO DE MULHERES NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E NA CHINA

MOSS, Ana Maria[140]
PRATES, João Evandro Gomes[141]
SILVA, Sarah Dib Domingues[142]
ROSAS, Rudy Heitor[143]

RESUMO: Feito a partir do método bibliográfico, o presente trabalho tem por objetivo analisar a criminalidade feminina ao relacioná-la com o desenvolvimento social e com o a questão do patriarcado, este por ser um agente limitante da vida da mulher e do seu (não) envolvimento com o mundo do crime. Visando sustentar a tese de que em países onde há um determinado avanço sociológico do papel feminino as mulheres tendem a delinquir mais do que em nações onde ideologias patriarcais são mais restringentes a elas, dados a respeito da população prisional de EUA e China exemplificam o caso estudado.

Palavras-chave: Criminalidade feminina. Dados. Desenvolvimento social. Mulher. Patriarcado.

1 INTRODUÇÃO

Ao analisar a História pode-se observar a mulher inferiorizada, vítima de um modelo social patriarcal e machista, e não diferentemente na atualidade, ainda é vista pelos mesmos ditames. Porém, não se pode ignorar o avanço e as conquistas das mulheres, que conquistaram maior espaço na sociedade. Igualmente na criminalidade, a participação ou a não participação feminina resulta desse embate entre o desenvolvimento sociológico e o patriarcado. Ao decorrer dessa pesquisa, será apresentada a ligação entre as transgressões causadas em decorrência do progresso social e da influência patriarcal quando observadas certas localidades.

2 A EVOLUÇÃO DA CRIMINOLOGIA FEMINISTA

Pela ausência de mulheres com papéis atuantes na sociedade nos tempos mais primórdios, e consequentemente nos estudos da Criminologia, demorou muito

[140]Acadêmico do curso de Direito, 2º período, Centro Universitário Campo Real.
[141]Acadêmico do curso de Direito, 2º período,Centro Universitário Campo Real.
[142]Acadêmico do curso de Direito, 2º período, Centro Universitário Campo Real.
[143]Professor da matéria de Criminologia e Metodologia de Pesquisa, Centro Universitário Campo Real.

tempo para o estudo adquirir sua forma ideal. A primeira obra a mencionar amulher criminosa foi La Donna Delinquente, de Lombroso e Ferro, publicado entre o século XIX e XX. A maior problemática neste momento é a persistência dos estudos baseados no determinismo biológico de Lombroso, que desconsidera contextos sociológicos, não alcançando assim uma conclusão satisfatória no que se diz a criminalidade feminina (PIMENTEL, 2008).

Lombroso conceitua sua tese baseado no estudo biológico onde são momentos pontuais que levam a mulher a cometer atos ilícitos (SOARES, 2002). Bárbara Soares (2002) discorre sobre esta definição dos primevos estudos da criminalidade feminina:

> A base das explicações biopsicológicas [...] residia na noção de uma influência dos "estados fisiológicos" pelos quais passaria a mulher nas fases da puberdade, da menstruação, da menopausa, do parto (estado puerperal) – períodos em que estaria propensa à prática de crimes. Durante a vigência desses fenômenos [...], o seu estado psicológico ficaria alterado pela irritabilidade, instabilidade e agressividade.

A Criminologia feminista teve sua consolidação nos anos 70, graças ao período de transição o qual passou a Criminologia dez anos antes, o qual o afasta das raízes positivistas de Lombroso e move-se para um pensamento centrado na investigação social e na violência institucional. Junto a esse estudo, crescem também a relevância e amplificação do discurso feminista na sociedade, ambos culminando assim na consolidação da Criminologia Feminista (ANDRADE, 2014).

2.1 CRIMINALIDADE E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A criminalidade acompanha a evolução humana e desde sempre se há relatos de delitos, pois a violência é uma tendência natural do homem, como na inquisição, por exemplo. No entanto, com o fenômeno da globalização e a consequente formação de metrópoles, que são que cidades onde há grande concentração de inovações e de extrema urbanização, os eventos delituosos se fazem mais presentes pela presença incomparavelmente maior de população e de oportunidades que os centros urbanos trazem para o crime de modo igual para todos. Marinho (2003) discorre sobre tal fenômeno: "Estudos realizados no Brasil, Estados Unidos e Europa [...] têm mostrado consistentemente que taxas elevadas de crime

são muito mais comuns nas áreas urbanas que nas rurais" demonstrando que a urbanização fez com que tais atos delituosos aconteçam em maior frequência numa mesma localidade.

Por isso, a violência é algo que acabou tornando-se muito presente, com notícias diárias de relatos amedrontadores ao nosso redor. Ouvir, ver ou até mesmo viver tais acontecimentos fez-se um cotidiano de medo e temor e a sensação de insegurança se tornou intrínseco na vida de cada cidadão.

2.2 CRIMINALIDADE FEMININA E O PATRIARCADO

Reflexo da subordinação causada pela ideologia sexista, as mulheres foram restringidas à construída superioridade masculina. Pela visão opressora do machismo, a comunidade feminina era e, infelizmente, ainda é subestimada, sendo tratada como incapaz de pensar e agir, legal ou ilegalmente.

A sociedade é indiscutivelmente influenciada pelo patriarcado, e não obstante, os sistemas penais se estruturam pautados sob os moldes do mesmo. Dentro deles é reproduzido o sistema de controle social e dicotomia entre gêneros, isto podendo ser visto pelas taxas de aprisionamento e a gritante diferença entre o gênero masculino e feminino. Discorre Vera Regina P. de Andrade (2014) sobre essa característica do sistema penal:

> [...] o sistema penal replica a lógica e a função real de todo mecanismo de controle social, que, se em nível micro implica um exercício de poder e de produção de subjetividades (a seleção binária entre bem e o mal, o masculino e o feminino), em nível macro implica um exercício de poder (de homens e mulheres), reprodutor de estruturas, instituições e simbolismos. O sistema penal ocupa, assim, um importantíssimo lugar na manutenção do status *quo* social.

Tanto na vida em sociedade, no sistema prisional ou na criminalidade em geral, a mulher é inferiorizada, não apenas por não ser considerada apta a delinquir, mas também quando acaba por cometer um crime. Quanto a isso, J. Lemgruber (1999) escreve que: "A mulher transgressora não é considerada digna de respeito e atenção. [...] A expectativa de uma sociedade machista e patriarcal é que a mulher seja dócil e respeite as normas da família." Sendo assim, pode-se encontrar uma explicação para uma menor corruptibilidade ao crime por mulheres.

2.3 COMPARAÇÃO DA CRIMINALIDADE FEMININA A PARTIR DE DADOS DE ESTADOS UNIDOS E CHINA

Por meio de uma análise feita com base na quarta edição do *World Female Imprisonment List,* para o *World Prison Brief*, feito *pelo Institute for Criminal Policy Research*, é possível notar ao comparar os Estados Unidos da América e a China a diferença a respeito da criminalidade feminina nos dois países. Enquanto que no primeiro, um país desenvolvido e de primeiro mundo, que apesar de suscetível às diferenças de gênero, os números de mulheres no crime relativos à população é claramente elevado em relação a China, que conhecido por ser um país tradicionalista com raízes históricas patriarcais, tem a população carcerária feminina é consideravelmente menor.

Tabela 1 – Dados prisionais femininos nos EUA e na China - 2017

País	**População prisional feminina**	**Taxa de aprisionamento de mulheres (100 mil/hab)**
EUA	211.870	65,7
China	107.131	7,6

Fonte: Adaptado do *World Female Imprisonment List*, 4ª Edição, para o *World Prison Brief* feito pelo *Institute for Criminal Policy Research*, 2017.

Devido a isso, é possível entender que em países onde as mulheres teriam certa liberdade social maior, os atos criminosos cometidos por elas seriam maiores, enquanto que por outro lado, nas nações tidas por mais conservadoras, a parcela feminina que transgrede as leis criminalmente seria menor.

É importante ressaltar que, ainda que a população chinesa supere em 1 bilhão de habitantes a americana (China: 1,379 bilhão de habitantes; EUA: 325,7 milhões de habitantes), o número de mulheres presas nas cadeias dos Estados Unidos difere em 100 mil a mais do que nas chinesas, fortalecendo a corrente de análise em questão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, portanto, ao analisar dados coletados em diferentes países e sociedades, que a criminalidade feminina estaria relacionada com dois fatores: o

primeiro, o desenvolvimento social a respeito da igualdade de gênero, pode ser observado em países onde as taxas de criminalidade feminina são maiores, podendo creditar isso ao avanço sociológico feminista, no qual traços de machismo não são tão evidentes como em países que não acompanham a mesma evolução dos demais por conta do segundo fator: o patriarcado. Nestes, pode-se entender que população feminina, uma vez que é subjugada, não é condicionada ao envolvimento com o crime, consequentemente não representando grandes números de população carcerária quando em comparação a outros, como é possível notar ao comparar os números prisionais femininos dos Estados Unidos da América e da China.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vera Regina P. de. **Pelas mãos da criminologia**: O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012. (Pensamento Criminológico; 19).

CARVALHO, Flávio de Oliveira. **Desenvolvimento, mulheres e criminalidade:** uma análise dos relatos das presidiárias detidas por envolvimento com tráfico de drogas na cadeia pública de Montes Claros/MG. Universidade Estadual de Montes Claros, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2wv0lld>[144]. Acesso em 31 ago. 2018.

INSTITUTE FOR CRIMINAL POLICY RESEARCH. **World Female Imprisonment List**, World Prison Brief. 4. ed. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2LAB6ns>. Acesso em 02 set. 2018.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos**: análise sociológica de uma prisão de mulheres. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MARINHO, Frederico Couto. **Ambiente Urbano e Crime.** 2003. 107f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PIMENTEL, Eliane. **Criminologia e feminismo**: um casamento necessário. Universidade Nova de Lisboa, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2wqQ5ty>. Acesso em 27 ago. 2018.

SOARES, Bárbara. **Prisioneiras**: Vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

[144] Encurtamento de URL para garantir uma melhor visualização do conteúdo.

DADOS SOBRE O ABORTO

SILVA, Guilherme da Costa[145]
ROSAS, Rudy Heitor[146]

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi levantar informações a respeito da situação das mulheres que abortam de forma insegura no Brasil. Também foram apontadas algumas considerações sobre duas grandes conferências internacionais que discutiram, entre outras coisas, o aborto. O método de pesquisa foi a coleta de informações em sítios online. Pode-se concluir que muitas mulheres não respeitam a lei que criminaliza o aborto.

Palavras-chave: Aborto. Direitos da mulher. Interrupção da gravidez.

1 INTRODUÇÃO

O que é o aborto? Segundo a definição de Dicio (2018), aborto é a "interrupção voluntária ou provocada de uma gravidez". No Brasil, ele é legalizado em algumas situações e criminalizado em outras. O aborto é tratado pelo Código Penal de 1940 nos artigos 124 ao 128, sendo no geral criminalizado e em duas situações permitido: quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e se a gravidez resulta de estupro (BRASIL, 2018). Complementando, o Supremo Tribunal Federal (STF) descriminalizou o aborto no caso de feto anencefálico (STF, 2018).

No STF, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442 está em julgamento e trata da descriminalização do aborto. Sua justificativa é de que a criminalização fere "o direito das mulheres à vida, à dignidade, à cidadania, à não discriminação, à liberdade, à igualdade, à saúde, ao planejamento familiar, entre outros" (GLOBO, 2018).

No decorrer deste trabalho serão trazidos alguns dados sobre a situação do aborto inseguro no Brasil, e como o tema é tratado mundialmente.

2 SITUAÇÃO BRASILEIRA

Segundo Diniz et al. (2016), quase uma a cada 5 mulheres de 18 a 39 anos já realizou o aborto pelo menos uma vez. A cada um minuto, um aborto inseguro é realizado no Brasil. Segundo o Ministério da Saúde, cerca de 5 milhões de mulheres

[145] Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.
[146] Professor de Metodologia da Pesquisa e Criminologia do Centro Universitário Campo Real.

já abortaram pelo menos uma vez no Brasil (CASTRO, 2018). Essa é uma quantidade significante de mulheres que cometeram um crime, pois o aborto realizado não estava entre os permitidos pelas normas jurídicas. Essa quantidade de mulheres é cerca de sete vezes o total da população carcerária brasileira de 2016, lembrando que o Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo (VERDÉLIO, 2018). O perfil dessas mulheres que realizam o aborto inseguro é: casada, religiosa, com filhos e baixa escolaridade (DINIZ, 2016). Contrariando o senso comum, quem mais aborta não são as adolescentes.

Segundo Galvão (2018), quase metade das pessoas acima de 16 anos conhece alguém que abortou, e geralmente quem sabe é uma mulher. Em números absolutos, são 76 milhões de brasileiros que têm algum conhecido que abortou. Outro dado relevante é que 1 a cada 4 pessoas se declarou favorável à mulher poder decidir se deve abortar. Quanto maior a escolaridade, maior a chance de ser favorável. Essa porcentagem aumenta se for um aborto em casos específicos, como os já legalizados, gravidez não planejada, sem condições financeiras, e mulher de até 14 anos. Nessas situações, 8 a cada 10 brasileiros aceitam que a mulher tenha autonomia. A situação mais favorável é no caso de estupro (67%) e a menos favorável no caso de gravidez não planejada (16%). Por fim, o estudo indica que cerca de 8 a cada 10 pessoas concluem que o aborto deveria ser tratado como uma questão de direito ou de saúde pública, enquanto que somente 1 a cada 10 acredita ser caso de polícia.

3 SITUAÇÃO MUNDIAL

No século XX o Brasil participou de duas grandes conferências internacionais que trataram sobre o aborto, sendo a primeira em 1994, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (PATRIOTA, 2018), e a segunda em 1995, a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher (VIOTT, 2018).

Dentre diversas considerações, as mais relevantes para este trabalho são: orientação e tratamento humanitário para quem realizou o aborto; ampliar a prestação de serviços relativos à saúde materna, inclusive o aborto; não promover o aborto como método anticoncepcional ou de planejamento familiar; tratamento de complicações decorrentes de abortos; orientação pós-aborto; e incentivar a descriminalização do aborto (PATRIOTA, 2018; VIOTT, 2018).

As conferências impactaram diversos países desde então. Passados mais de 30 anos, mais de 30 países já alteraram diversos pontos de suas legislações para tornar o aborto mais seguro. (FERNANDES, 2018)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o aborto já é legalizado no caso de anencefalia, estupro e risco de vida da mãe. Entretanto, abortos ilegais continuam acontecendo em um ritmo acelerado. São milhões de mulheres que já abortaram e, caso todas elas fossem jogadas no sistema carcerário, não haveriam vagas.

Os governantes precisam tomar uma atitude, uma vez que essa situação se encontra insustentável. Uma saída seria olhar como os demais países estão lidando com a questão do aborto.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal**. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

CASTRO, Isis. **Direito à vida x aborto.** 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/45006/direito-a-vida-x-aborto>. Acesso em: 03 set. 2018.

DICIO. **Aborto – Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aborto/>. Acesso em: 02 nov. 2018.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 2, p. 653-660, fev. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200653&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016.

FERNANDES, Marcela. **Françoise Girard: 'Legalização do aborto não é só questão de saúde, mas de igualdade'**. 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/07/25/francoise-girard-legalizacao-do-aborto-nao-e-so-questao-de-saude-mas-de-igualdade_a_23488002/>. Acesso em: 05 set. 2018.

GALVÃO, Instituto Patrícia. **Percepções sobre o aborto no Brasil.** 2017. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/12/Pesquisa-Percep%C3%A7%C3%B5es-sobre-Aborto.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

GLOBO. **Quais os próximos passos na disputa sobre o aborto no STF**. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/08/06/quais-os-proximos-passos-na-disputa-sobre-o-aborto-no-stf.ghtml>. Acesso em: 03 set. 2018.

PATRIOTA, Tania. **Relatório da Conferência Internacional sobre população e Desenvolvimento**: Plataforma de Cairo, 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

STF. **ADPF 54 DF.** Relator: Ministro Marco Aurélio. DJ: 27/04/2005. JusBrasil, 2005. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14738666/questao-de-ordem-na-arguicao-de-descumprimento-de-preceito-fundamental-adpf-54-df>. Acesso em: 02 set. 2018.

VERDÉLIO, Andreia. **Com 726 mil presos, Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo.** 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/populacao-carceraria-do-brasil-sobe-de-622202-para-726712-pessoas>. Acesso em: 03 set. 2018.

VIOTT, Maria Luiza Ribeiro. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**: Pequim, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 03 set. 2018.

QUESTÕES SOBRE O ESTATUTO DO DESARMAMENTO

BORODIAK, Ketlyn Letícia Aparecida[147]
LEÃO, Daniel Henrique Mattos[148]
ROSAS, Rudy Heitor[149]

RESUMO: O presente trabalho tem como principal objetivo trazer para o centro de discussões a eficácia da lei de número 10.826/2002, conhecida como Estatuto do Desarmamento. Para isso, foi utilizado o método de pesquisa científico, com base em artigos e estudos estatísticos. Este trabalho não tem nenhuma intenção de ser parcial.

Palavras-chave: Estatuto do Desarmamento. Cultura Armamentista. Armas de Fogo.

1 INTRODUÇÃO

Todo novo projeto de lei tem seus objetivos. A Lei 10.826, sancionada em dezembro de 2003, conhecida como Estatuto do Desarmamento, propõe um controle de acesso mais rigoroso a armas de fogo e munições, com o pretexto de diminuir a taxa de homicídios ocorridos no país. Em datas anteriores ao início de vigência da referida lei, era comum encontrar revólveres para venda em lojas de artigos esportivos, munições em lojas de ferragens, além de encontrar pessoas portando seus armamentos em parques, festas e shoppings. (ALESSI, 2017).

Por se tratar de lei sancionada no início dos anos 2000, a possibilidade de isso voltar a fazer parte do cotidiano do brasileiro nos causa certa estranheza. Muitas são as discussões relacionadas ao tema, para ambos os lados. Talvez essa divergência de opiniões seja causada pelo fato do tema envolver diversos aspectos, sejam sociais ou ideológicos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DADOS ANTERIORES

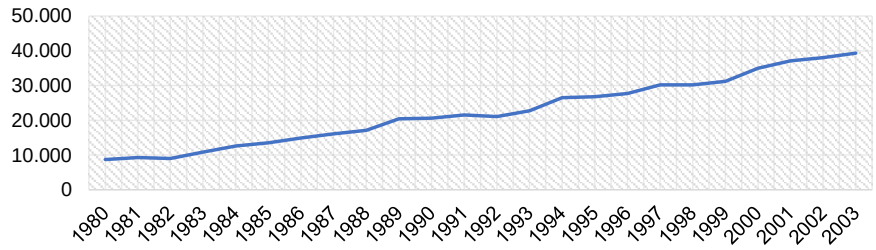
Para nos aprofundarmos no tema devemos primeiramente entender o contexto do surgimento da referida lei. Segundo a UNESCO, entre 1993 e 2003 o Brasil registrou uma média de 32 mil mortes por arma de fogo, um número totalmente

[147] Acadêmica do Curso de Bacharelado em Direito, 2º período, pelo Centro Universitário Campo Real.
[148] Acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito, 4º período, pelo Centro Universitário Campo Real.
[149] Professor adjunto do Centro Universitário Campo Real.

preocupante principalmente quando comparado a Guerra do Golfo, que em 1991, ano de conflito, registrou apenas 10 mil baixas. (BLUME, 2016).

A situação ficou extremamente delicada quando a OMS publicou um estudo, que foi realizado em 57 países, destes o Brasil tinha uma taxa de óbitos tão elevada que ficava atrás de apenas 1 país. Para ilustrar esses números tem-se o gráfico elaborado através de dados coletados pelo mapa da violência:

Gráfico 1 - Mortes por armas de fogo de 1980 até 2003



Fonte: Mapa da Violência (WAISELFISZ, 2016, p. 15)

O número que tendencialmente crescia é composto de: acidentes, suicídios, homicídios, dentre outros. Crendo que, se houvesse um número menor de armas de fogo em circulação, haveria menos mortes, cria-se a Lei 10.826. Baseada principalmente em experiências internacionais, cria-se a expectativa, de que o desarmamento civil resolveria o problema da violência.

2.2 A LEI 10.826/2002

Como visto anteriormente, o propósito da Lei 10.826 era reduzir o acesso a armas de fogo no Brasil, pois isso poderia diminuir a ocorrência de crimes praticados no nosso território. Esse tópico não vai abordar dados estatísticos, nem provar a eficiência da norma, mas sim debater sobre alguns importantes artigos presentes nessa lei.

No primeiro capítulo, é abordado o Sistema Nacional de Armas. Em seu primeiro artigo: “Art. 1º. O Sistema Nacional de Armas – Sinarm, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.” (BRASIL, Lei 10.826, 2002).

Ao Sinarm cabe, nos incisos do artigo 2º, identificar as características e a propriedade de armas de fogo, mediante cadastro; cadastrar as armas de fogo produzidas, importadas e vendidas no País; cadastrar as autorizações de porte de arma de fogo e as renovações expedidas pela Polícia Federal; cadastrar as transferências de propriedade, extravio, furto, roubo e outras ocorrências suscetíveis de alterar os dados cadastrais, inclusive as decorrentes de fechamento de empresas de segurança privada e de transporte de valores; identificar as modificações que alterem as características ou o funcionamento de arma de fogo; integrar no cadastro os acervos policiais já existentes; cadastrar as apreensões de armas de fogo, inclusive as vinculadas a procedimentos policiais e judiciais; cadastrar os armeiros em atividade no País, bem como conceder licença para exercer a atividade; cadastrar mediante registro os produtores, atacadistas, varejistas, exportadores e importadores autorizados de armas de fogo, acessórios e munições; cadastrar a identificação do cano da arma, as características das impressões de raiamento e de microestriamento de projétil disparado, conforme marcação e testes obrigatoriamente realizados pelo fabricante; informar às Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal os registros e autorizações de porte de armas de fogo nos respectivos territórios, bem como manter o cadastro atualizado para consulta.

No segundo capítulo desta lei, abordamos o tema do Registro. Nela é especificado todo o trâmite necessário para adquirir uma arma de fogo. Já no terceiro capítulo, tratamos do porte, e seus casos específicos previstos para que não haja ilegalidade.

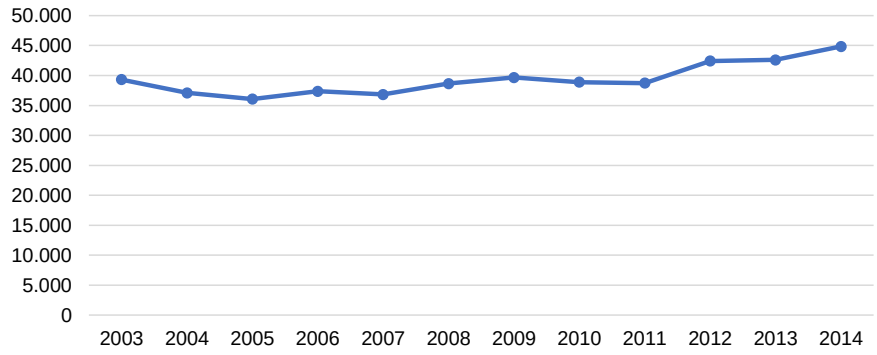
No quarto capítulo, existem previsões para o descumprimento das normas especificadas nos capítulos anteriores. São os casos de Posse irregular de arma de fogo de uso permitido (artigo 12º); Omissão de cautela (artigo 13º); Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (artigo 14º); Disparo de arma de fogo (artigo 15º); Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (artigo 16º); Comércio ilegal de arma de fogo (artigo 17º); Tráfico internacional de arma de fogo (artigo 18º).

Os últimos dois capítulos tratam-se de disposições gerais e finais, respectivamente. Neles constam algumas outras normas e informações que não estão contidas nos demais.

2.3 DADOS POSTERIORES

Embora o estatuto do desarmamento tenha entrado em vigência em 2003, e o seu propósito tenha sido de diminuir o acesso a armas de fogo, sob o pretexto de diminuir a violência no país, o número de mortes causadas por armas de fogo voltaram a crescer depois do ano de 2005. Depois disso, os índices só aumentaram, vide o gráfico abaixo:

Gráfico 2. numero de mortes por armas de fogo após o estatuto do desarmamento.



Fonte: Mapa da Violência (WAISELFISZ, pg. 15, 2016)

Nota-se assim com clareza a ineficiência do argumento supracitado. Mesmo retirando os armamentos da população, os números de homicídios causados por arma de fogo só aumentaram.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados analisados, podemos constatar que nos primeiros anos depois da aprovação do Estatuto do Desarmamento, a norma provou-se eficaz. Porém, por uma soma de fatores de várias naturezas, esses índices começaram a subir novamente. Não há como provar que, no contexto brasileiro, a revogação do presente estatuto serviria como um remédio para a enfermidade da violência, afinal, a realidade presente no nosso país é diferente, em muitos pontos, com países que comprovaram eficácia da população andar livremente armada.

4 REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil. **Como era o Brasil quando as armas eram vendidas em shoppings e munição nas lojas de ferragem**. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/25/politica/1508939191_181548.html>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BLUME, Bruno André. **O Estatuto do desarmamento deve ser revisto?**. 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/o-estatuto-do-desarmamento-deve-ser-revisto/>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 10.826/2002**. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.826.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016**. 2016. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E SUAS DISFUNÇÕES

FREITAS, Larissa Falco[150]
PAWLAK, Maria Helena Portela[151]
ROSAS, Rudy Heitor[152]

RESUMO: O presente resumo tem por finalidade estudar as disfunções do sistema penitenciário brasileiro, mostrar qual é a relação do desrespeito com o princípio da dignidade da pessoa humana e porque isso pode influenciar o detento voltar à prática de crimes. É necessário que a sociedade desmitifique a imagem de pena como castigo, e passe a ver como a reinserção do presidiário de volta à sociedade.

Palavras-chave: Princípio da Dignidade Humana. Sistema Penitenciário Brasileiro. Volta ao Crime.

1 INTRODUÇÃO

Nesse estudo científico será abordada a atual realidade do sistema penitenciário brasileiro e o princípio da dignidade humana. Enfatizando porque o preso volta a praticar crimes depois de ser submetido ao sistema de ressocialização brasileira.

Diante do exposto acima, o sistema prisional desrespeita o princípio da dignidade humana, dessa forma o preso acaba repetindo os atos ilícitos ao invés de se ressocializar para voltar ao convívio da sociedade.

De acordo com o que está previsto em lei, todos devem ser tratados da mesma maneira, sem distinções, ressaltando o respeito e a dignidade para com todos. Entretanto, da forma desumana que o presidiário é tratado dentro da cadeia, sem o apoio da sociedade, é fato que na maioria das vezes, esse indivíduo vai sair do cárcere e vai voltar a cometer crimes. Por isso a importância da ressocialização.

2 DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A RELAÇÃO DA VOLTA AO CRIME

De acordo com a Constituição Federal (1988), art. 5°: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à

[150]Aluna de direito, segundo período, Centro Universitário Campo Real.
[151]Aluna de direito, segundo período, Centro Universitário Campo Real.
[152]Docente de Criminologia, Centro Universitário Campo Real.

igualdade, à segurança e à propriedade". Deste modo, também fica assegurado à integridade psíquica e garante o desenvolvimento mental saudável. O art.5°. da Constituição ainda coloca "II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato". Não será segundo a mesma, permitido qualquer tipo de pressão ou agressão psicológica que venha a afetar a integridade psíquica da pessoa

Segundo Zaffaroni e Pierangeli (2013) não se pode afirmar que a função do sistema penal está sendo cumprida, pode-se dizer que este cumpre uma função simbólica diante dos marginalizados.

A dignidade humana é algo que geralmente é desrespeitada em presídios. Para que seja possível entender o princípio da dignidade da pessoa humana e a sua relação com a volta ao crime é importante que haja uma compreensão do que significa esse princípio. Sendo assim: "A dignidade da pessoa humana é o valor e o princípio subjacente ao grande mandamento, de origem religiosa, do respeito ao próximo. Todas as pessoas são iguais, e têm direito a tratamento igualmente digno". (BARROSO, 2011)

Diego Augusto Bayer (2013) afirma que a imagem do sistema penitenciário brasileiro são celas que mais se parecem com jaulas, instalações extremamente problemáticas, como por exemplo, superlotação, falta de assistência médica, social e jurídica. Inexistência de quaisquer atividades de trabalho ou educação. Corrupção, tortura e todas as formas de violência física e psicológica. Os números de violência que ocorrem dentro de celas e por parte de agentes são grandes. Reclusos não estudam, não trabalham e vivem em condições desumanas.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) expôs, o Projeto Sistema Prisional em Números, o qual mostrou que a taxa de ocupação de presídios está em 175% para 1.476 estabelecimentos penais no Brasil. (Conselho nacional do ministério público , 2018)

A lei de execução penal (1984), não está sendo exercida nas superlotações, o art. 88 garante celas individuais com dormitório, aparelho sanitário e lavatório. Porém sabe-se que é impossível celas individuais com o número atual de encarcerados, nessa situação o art. 85 do mesmo código prevê que o estabelecimento penal deve ter a lotação compatível com a estrutura e finalidade.

Por decorrência da superlotação de celas, as prisões se tornam ambientes favoráveis à propagação de doenças e epidemias, essas e outras razões fazem com que pessoas que chegaram ali em boas condições, saiam com doenças e com a saúde e resistência física comprometidas. São inúmeras as doenças adquiridas, mas as mais comuns são pneumonia, tuberculose, hepatite e AIDS. Muitos dos presos se tornam portadores de AIDS, por conta do homossexualismo, por conta de violências sexuais, e pelo uso de drogas injetáveis. (ASSIS, 2007)

> Infelizmente, a função real, diferente da função proposta e prescrita pelo ordenamento jurídico brasileiro, tem sido diametralmente oposta: os direitos dos apenados são negligenciados, deixados de lado, esquecidos e muitas vezes contrariados. As condições carcerárias não proporcionam sequer as condições adequadas para os fins propostos pela lei. Sua função tem se restringindo à apenas punir (NASCIMENTO e GUIMARÃES, 2015)

Muitas vezes acaba ocorrendo à dupla penalização, a pena que foram condenados a cumprir e também a saúde precária que se adquire no período de reclusão. O sistema penitenciário brasileiro encontra-se atualmente em um estado crítico e preocupante, pois não é apenas a liberdade do detento que está sendo privada, mas também sua dignidade, direito este que jamais deveria ser desrespeitado. (MEDONECKY, 2014)

A função social de penitenciárias seria a ressocialização de indivíduos, porém geralmente não cumpre seu papel, e além de não cumprir estigmatiza indivíduos. Como não é cumprido em média 90% das pessoas que voltam à sociedade cometem novos crimes e voltam à prisão. (MEDONECKY, 2014)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os conflitos que o sistema penitenciário brasileiro passa, fica claro que existe a necessidade de um novo modelo de reabilitação dos detentos, que atendesse as exigências da sociedade.

A maneira como o presidiário é tratado desrespeita o que está previsto em lei, e também desrespeita o princípio da dignidade mínima do ser humano.

Em vista disso, é evidente que as prisões Brasileiras não cumprem sua função, devido a condições desumanas e a falta de programas sociais. É necessário que a sociedade desmitifique a imagem de pena como castigo, e passe a ver como a

reinserção do presidiário de volta a sociedade, assim fazendo com que ele aprenda com seu erro e não volte a cometê-lo. (PITONDO, 2017)

Prezando o detento como pessoa humana, criando novas maneiras de reabilitação é o caminho para que ele se recupere de seus hábitos criminosos. Somente dessa maneira o povo será capaz de veros índices de reincidência reduzidos e seus presos recuperados e reinseridos em sociedade.

4 REFERÊNCIAS

ASSIS, R. D. D. A REALIDADE ATUAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO. **Revista CEJ**, Brasilia, n. 39, p. 74-78, dez. 2007.

BARROSO, L. R. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 3. ed. [S.l.]: saraiva, 2011. p. 272.

BAYER, D. A. Atuais condições da ressocialização no sistema penitenciário brasileiro. **jusbrasil**, 2013. Disponivel em: <https://diegobayer.jusbrasil.com.br/artigos/121943145/atuais-condicoes-da-ressocializacao-no-sistema-penitenciario-brasileiro>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. **lei de execuçao penal**, 1984. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. **constituiçao federal**, 1988. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 02 set. 2018.

CONSELHO nacional do ministério público. **Taxa de ocupação dos presídios brasileiros é de 175%, mostra relatório dinâmico "Sistema Prisional em números"**, 2018. Disponivel em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/11314-taxa-de-ocupacao-dos-presidios-brasileiros-e-de-175-mostra-relatorio-dinamico-sistema-prisional-em-numeros?highlight=WyJwcm9qZXRvIiwic2lzdGVtYSIsInByaXNpb25hbCIsIm5cdTAwZmFtZXJvcyIsInByb2pldG8gc2lzdGVtY>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MEDONECKY, P. O Sistema Penitenciário Brasileiro: a descriminação da sociedade e a ineficácia da ressocialização. **jusbrasil**, 2014. Disponivel em: <https://pamelamedonecky.jusbrasil.com.br/artigos/140913600/o-sistema-penitenciario-brasileiro-a-descriminacao-da-sociedade-e-a-ineficacia-da-ressocializacao>. Acesso em: 31 ago. 2018.

NASCIMENTO, R. V. R. D.; GUIMARÃES, R. B. a violação dos violadores: um estudo acerca das causas e consequências do estupro carcerário de estupradores no brasil. **revista transgressoes**, v. I, n. 2, p. 200-223, fev. 2015.

PITONDO, L. A. G. conteudo juridico. **O Sistema Prisional brasileiro e sua função ressocializadora**, 2017. Disponivel em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-sistema-prisional-brasileiro-e-sua-funcao-ressocializadora,590025.html>. Acesso em: 31 ago. 2018.

ZAFFARONI, R. E.; PIERANGELI, J. H. **Manual de direito penal brasileiro:** parte geral. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. I, 2013.

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL PERANTE A CRIMINOLOGIA

PEREIRA, Maria Fernanda[153]
ROSAS, Rudy Heitor[154]

RESUMO: O presente trabalho, a partir da análise de obras bibliográficas, teve como objetivo elucidar a atuação do assistente social no âmbito criminológico, a partir dos estudos da criminologia do século XX. Com eixo temático voltado para o delito como consequência das expressões da questão social, originária das contradições do sistema capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo. Desigualdade social. Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

A partir do desenvolvimento da sociedade capitalista e, consequentemente, da exploração social, foi necessário criar mecanismos para legitimar a punição de indivíduos que apresentassem comportamentos desviantes e ampliar o controle estatal perante a sociedade como um todo. Dessa forma, a população é levada a tratar o delinquente como o único expoente dos problemas criminais, obstruindo a construção histórica, econômica e política por trás dessa ideologia.

O Assistente Social, como profissional apto à criar caminhos para a formação de uma sociedade mais justa, encontra-se no centro da discussão criminológica, com a responsabilidade de esclarecer conceitos deturpados, resguardar indivíduos categorizados injustamente e materializar direitos assegurados apenas formalmente.

2 DESENVOLVIMENTO

A partir das revoluções europeias do século XVIII é possível visualizar a ruptura dos sistemas tradicionais de organização social, o que permitiu uma releitura dos aspectos econômicos, políticos e sociais no cenário mundial. Nesse contexto, marcado principalmente pela Revolução Industrial e a consequente instauração das bases do capitalismo, ocorre o aprofundamento da questão social, definida por

[153] Acadêmica do curso de Direito, 2º período, do Centro Universitário Campo Real.
[154] Professor adjunto das disciplinas de Metodologia e Criminologia, do Centro Universitário Campo Real, Advogado Criminalista.

Iamamoto (2003, p. 27) "[...] como o conjunto de questões das expressões das desigualdades da sociedade capitalista [...]", expressa a partir de manifestações da contradição desse sistema econômico: a socialização do trabalho versus a privatização da riqueza. (CHAVES, OLIVEIRA, 2017).

A partir da elucidação da questão social, constrói-se a necessidade de haver profissionais que realizem uma análise empírica dos elementos constitutivos de uma sociedade em um determinado período histórico, daí a importância do Serviço Social como profissão, "[...] para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais - sua produção e reprodução ampliada - quanto projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida." (IAMAMOTO, 2003, p. 28).

Iamamoto (2003) também ressalta que o assistente social tem sua importância delimitada a partir da atuação profissional em relação a questões sociais e materiais da classe trabalhadora, ou seja, seu campo de ação e objeto de estudo é originário das disparidades encontradas na relação capital versus trabalho. Compreende-se que o trabalho "[...] não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social." (BRAZ; NETTO, 2006, p. 34).

Depreende-se, portanto, que o assistente social terá sob seu enfoque o homem como um ente complexo, analisado a partir do meio e das relações sociais as quais está submetido. Dessa forma, o profissional agirá em áreas como educação, previdência social, conselhos de políticas públicas, no âmbito sociojurídico, etc., tendo neste último espaço uma vertente relevante para a atuação do agente: a violência.

O assistente social é frequentemente chamado para intervir em situações de violência, nas quais os tópicos levantados são, majoritariamente, a relação desta com o crime e a insegurança generalizada do ambiente. Como profissional, deve haver a busca pelo alargamento dessa discussão, integrando ao debate uma contextualização maior ao inserir questões sociais, de classe, econômicas e históricas, objetivando a busca por uma realidade fundamentada em relações de equidade e justiça. (XAVIER, 2008).

Sua ação deve ser baseada a partir de estudos estruturados em alicerces da realidade vigente, o que pode ser demonstrado teoricamente pela criminologia do

século XX, com ênfase na teoria do *labeling aproach*, a qual coloca o objeto da investigação criminológica como uma vertente da realidade social, pois afirma que

> [...] o desvio - e a criminalidade - não é uma qualidade intrínseca da conduta ou uma entidade ontológica pré-constituída à reação (ou controle) social, mas uma qualidade (etiqueta) atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social; isto é de processos formais e informais de definição e seleção. (ANDRADE, 1977, p. 205, apud XAVIER, 2008).

Deste modo, infere-se que o processo de criminalização ocorre de acordo com as expressões de um conflito social, que deve ser explorado a partir da estrutura cultural, política e econômica, vigente no cerne social.

A partir das premissas supramencionadas, há a propagação de ideias da criminologia crítica que, também no século XX, conceitua a criminalidade

> [...] como um *status* atribuído a determinados indivíduos, mediante uma dupla seleção: em primeiro lugar, a seleção de bens protegidos penalmente, e dos comportamentos ofensivos destes bens, descritos nos tipos penais; em segundo lugar, a seleção dos indivíduos estigmatizados entre todos os indivíduos que realizam infrações a normas penalmente sancionadas. (BARATTA, 2011, p. 161).

Por meio de grandes mídias sociais é possível perceber a tentativa de consolidação do vínculo entre violência e criminalidade, colocando os termos em uma equação diretamente proporcional e limitando a percepção da violência, pois a influência da ordem social corrente nas expressões acerca do tema é mascarada. Diante dessa diretriz, é perceptível que a classe dominante impõe o que é considerado violência, em convergência com os interesses necessários para manter uma ordenação estabelecida. (XAVIER, 2008).

A partir do exposto, entende-se que a consequência de descrever padrões de ilicitude pode ser encontrada na rotulação de determinados sujeitos, o que manifesta um sistema de exploração social e aprofundamento das questões sociais, pois, geralmente, a escolha de um padrão incriminatório perpassa pelas condições econômicas do sujeito. O que faz com que a sociedade credite apenas ao criminoso a responsabilidade pelo delito, ou seja, não há noção de reconhecimento de uma estrutura desigual presente nas nações regidas pelo sistema capitalista, a qual pode ser analisada como o ponto de origem do ato criminoso. (XAVIER, 2008).

É possível compreender, portanto, que a atuação do Assistente Social no contexto criminológico começa pela abertura de discussões amplas, científicas e empíricas, a fim de estruturar e aprofundar a ideia de que o criminoso é uma construção social, mantida por interesses de classe, levando o debate acerca da violência para além do indivíduo como, por exemplo, ao pensar no aumento da repressão social em setores definidos da população, e no processo que impede que os indivíduos da classe dominada exerçam seus direitos de maneira plena, já que muitos não têm acesso aos serviços sociais básicos de uma comunidade. (XAVIER, 2008). O profissional deve estar qualificado para atender as demandas do presente, para atuar de maneira interventiva galgando para um cenário social de equidade, construindo uma cidadania e materializando o direito de se ter uma qualidade de vida expressiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da linha de raciocínio abordada é possível creditar ao assistente social uma função de suma importância para o direcionamento da realidade, mudando os parâmetros sociais de desigualdade e exploração, incitando a sociedade a discutir de maneira explícita acerca de todos os sujeitos envolvidos nas expressões da questão social e colaborando para a desmistificação do conceito de violência e de criminoso. Faz-se necessário, portanto, que a sua formação seja constituída também por fundamentos históricos da criminologia, para que o agente seja capaz de identificar as contradições e a evolução das noções presentes nesse contexto, tornando-o apto a trabalhar de forma direta e intervencionista.

4 REFERÊNCIAS

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do Direito Penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011.

BRAZ, M.; NETTO, J.P. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006, v. 1.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Edistia Maria Abath Pereira de; CHAVES, Helena Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 143-163, abr. 2017.

XAVIER, Arnaldo. A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista: um debate para o Serviço Social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 274-282, dez. 2008.

A INVISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DO CAMPO

FLORIANO, Flavia Beatriz[155]
ROSAS, Rudy Heitor[156]

RESUMO: O presente trabalho aborda uma questão de pouca divulgação que necessita urgentemente da atenção por parte de todos. Decorrente da invisibilidade, a mulher do campo enfrenta uma luta diária de resistência, por liberdade e para o espaço seu de direito. Nesse sentido, o objetivo traçado na elaboração deste trabalho é divulgar e envolver cada vez mais pessoas nesse problema social, apresentando pesquisas virtuais e bibliográficas disponíveis, pautando-se em dados históricos e comprovações sociológicas a respeito da desigualdade de gênero e das várias formas de violência.

Palavras-chave: Mulher. Violência. Desigualdade. Invisibilidade

1 INTRODUÇÃO

Tendo como objeto de estudo a Violência contra a Mulher do Campo e da Floresta, este trabalho tem a finalidade de apresentar conceitos e dados sobre esse problema social que se agrava cada vez mais devido a ocultação dos casos e sua exclusão no levantamento de dados e pesquisas.

O tratamento violento com mulheres é identificado desde o início da história humana, só recentemente a questão passou a receber o devido enfoque para elaboração de políticas públicas específicas. Ainda que sejam altos os números e a frequência de casos, os relatos de violência, de modo geral, não são muito frequentes nos serviços de saúde e de segurança pública, menos ainda em relação as ocorrências na área rural; o que dificulta a identificação e o diagnóstico de uma situação de violência.

Existe uma naturalização, principalmente no campo, desse problema como uma experiência de caráter privado, mas a violência ocorre tanto nas relações interpessoais como nas sociais, gerando toda uma desvalorização social da população feminina, potencializando preconceitos e estereótipos que implicam diretamente nas relações interpessoais e conjugais.

[1] Acadêmica do curso de Direito, 2° período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui graduação em Direito pela Faculdade Campo Real (2012). Professor e Orientador do Centro Universitário Campo Real.

2 A VIOLÊNCIA OCULTA E LEGITIMADA

Em um país cuja economia é baseada na agricultura, grande parte de sua extensão territorial é formada por territórios rurais e pela cultura camponesa. De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, violência contra a mulher é qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, em locais públicos, no trabalho ou em casa. São diversas as formas de violência; em uma relação interpessoal a violência pode se apresentar como agressões físicas, violação ou coerção sexual, agressões ou chantagens emocionais e psicológicas, entre elas ofensas e humilhações. A violência é presente também nas relações sociais, na privação de acesso a recursos materiais e simbólicos, na exclusão de espaços de poder e de tomada de decisões, entre outras formas de discriminação.

2.1 A REALIDADE DAS MULHERES BRASILEIRAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

São muitas as mulheres que vivenciam boa parte – senão todas – dessas formas de violência e, regidas pela vergonha e pelo medo, caladas. Principalmente no campo, os traços patriarcais ainda são muito presentes e muito influentes. Uma em cada cinco (30% a 50%) mulheres declara já ter sofrido algum tipo de violência por parte de um homem, infelizmente até o dado momento não houveram pesquisas específicas sobre trabalhadoras rurais em situação de violência, no entanto, compreendida na violência de gênero, a violência familiar é muito comum e pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele.

> A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas(os) e empregadas(os) domésticas(os). Estabelecido o domínio de um território, o chefe, via de regra um homem, passa a reinar quase incondicionalmente sobre seus demais ocupantes. O processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico. (SAFFIOTI, 2011, p. 71)

No tocante às mulheres rurais e à cultura do campo, nota-se uma grande predominância do masculino tanto no trabalho quanto na família. Em uma educação

no campo o homem assume papel de comandante, alguém de poder e voz absolutos, como expressa uma jovem italiana em um diálogo no livro Histórias das Mulheres de Santa Catarina:

> "- Como é esse machismo que você fala?
> - Meu Deus! Os homens, geralmente, são os donos do pedaço em casa, na família, que manda no dinheiro, o que faz, o que não faz, o que plantar, não plantar, colher, vender, onde vai aplicar o dinheiro. São raras as famílias onde existe uma conversa com esposa, filhas, filhos, 'olha, vamos plantar isso'. Geralmente é o homem que faz, manda. Até na própria conversa com as agricultoras. A gente conversa bastante, onde eles chegam e dizem assim: 'eu plantei isso'. 'Eu colhi'. E não, nós plantamos, nós colhemos, não é a família. É o eu do chefe. O controle do dinheiro também. Acho que existe um machismo por parte dos rapazes, dos jovens também. Geralmente o rapaz sai e diz: 'olha, pai, tem um baile lá'. 'Quanto você precisa?' 'Olha, tanto"
> - E pra moça?
> - Pra moça tem menos, quando pergunta, quando pergunta. Se o pai perguntar. Geralmente as moças são um pouco mais retraídas. Quando ganham é bem menos que os rapazes." (MORGA, 2001, p.221)

As mulheres não crescem tendo muitas expectativas de vida, sendo o casamento uma grande conquista. Assim inicia uma relação de dependência e vulnerabilidade. O ambiente rural é caracterizado pelo distanciamento da cidade e, consequentemente, de serviços de saúde, segurança pública, assistência e principalmente educação, isolando a mulher e favorecendo a invisibilidade do problema.

3 LUTAS, CONQUISTAS E REPRESENTATIVIDADE

Apenas em 2003 as mulheres conquistaram o direito à titularidade de terras, anteriormente, era comum o sistema de deserdamento de mulheres, os bens só podiam ser propriedades de uma figura masculina, pai, marido ou filho. A referida conquista só foi possível graças a mobilização e organização das trabalhadoras rurais através da Marcha das Margaridas em 2007, após o evento, o governo implantou a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher por meio da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, que oferece delegacias especializadas, casas-abrigo, centros de referência, defensorias públicas e disque-denúncia. Após o evento e com a aprovação da Lei n° 11.340/2006 (Lei Maria da Penha, as mulheres obtiveram mais uma conquista, a criação do Fórum de Elaboração de Política para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, que conta

com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/CONTAG, entre outras instituições.

Há ainda outros órgãos de representatividade que as trabalhadoras rurais possuem, como o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTR que trabalham para fortalecer e ampliar a organização, mobilização e a formação sindical e feminista das mulheres trabalhadoras rurais, buscam ainda superar as desigualdades de gênero, dar visibilidade e reconhecimento de suas contribuições econômicas, políticas e sociais nesse processo.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DO CAMPO

São necessárias políticas públicas para essas mulheres. Os serviços de saúde são precários e para atendimentos especializados, como o de ginecologia, geralmente é necessário um grande deslocamento até outros municípios para ter acesso, além dos serviços de transportes públicos serem ineficazes.

Combater a violência contra a mulher do campo exige organização e mobilização, contudo, a melhor forma de combate é a conscientização dessas mulheres. Divulgar órgãos e instituições, públicas ou não, que orientem e trabalhem com a questão e não tapar os olhos para as marcas são importantes ações de combate, sendo possível também reivindicar à administração pública ações que tenham tal perspectiva, e claro, denunciar qualquer ato de violência observado

.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos conceitos e informações trazidas ao longo deste trabalho, é possível chegar a uma conclusão evidente. As normas sociais, portanto, também culturais, possibilitam a violência contra as mulheres, violência essa que se reflete nas diversas instituições sociais e no tratamento com essas mulheres. É fundamental negar a ideia de que violência é algo natural e afirmar que se trata de um fenômeno relacional e humano, buscando enxergar formas de violência, por mínima que seja, que se manifestam nas práticas cotidianas; tornando possível expor o vasto universo

de situações que permeiam os processos de produção, reprodução e perpetuação da violência exercida contra as mulheres baseadas nas desigualdades de gênero.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Mulheres do Campo e da Floresta, diretrizes e ações nacionais**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/mulheres-do-campo-e-da-floresta-diretrizes-e-acoes-nacionais> Acesso em: 01 set. 2018.

COMISSAO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS. **Combate à Violência contra as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. Brasília: Contag, 2008. Disponível em: < http://www.contag.org.br/imagens/f1390cartilha-cnmtr-contraviolencia022009.pdf> Acesso em: 16 ago. 2018.

MORGA, Antônio Emílio (Org.). **História das mulheres de Santa Catarina.** Santa Catarina: Argos, 2001.

REVISTA MARCHA DAS MARGARIDAS. Brasília: Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag, 2008. Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wpcontent/uploads/2015/02/REVISTA-Marcha-das-Margaridas-2007-.pdf Acesso em: 01 set. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VILLELA, Wilza Vieira et al. Ambiguidades e contradições no atendimento de mulheres que sofrem violência. **Saúde e sociedade,** São Paulo, v. 20, Supl. 1, p. 113-123., jan./mar. 2011.

O NÚCLEO MARIA DA PENHA GUARAPUAVA-PR NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

TONON, Anally Martins[157]
SCHERER, Deivieli Taborda [158]
BUGAI, Fernanda de Araújo [159]

RESUMO: Com intuito de salientar a discussão de gênero, este trabalho visa demonstrar as ações referentes à temática, bem como a promoção de políticas de enfrentamento á violência contra a mulher, desenvolvidas pelo Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) em Guarapuava-PR que a partir de uma equipe multidisciplinar desenvolve trabalhos com a comunidade, visando colaborar para construção de uma sociedade crítica e empoderada.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Empoderamento.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a construção do conceito de gênero através de revisões bibliográficas, destacando a discriminação de mulheres, devido às relações de poder constituídas pelo patriarcado. Sabendo que se tratam de condutas (re)produzidas pela sociedade dentro do ambiente escolar, vê-se a importância de evidenciar e tratar sobre gênero nas salas de aula.

Para tanto, a partir da edição da lei n.º 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, surgiram os núcleos de enfrentamento à violência contra a mulher, que desenvolvem estudos voltados a diversos ambientes sociais, para prevenir a propagação de práticas machistas, homofóbicas e racistas.

2 DESENVOLVIMENTO

Desde a primeira metade do século XX estuda-se a estruturação das diferenças entre homens e mulheres. Margaret Mead, antropóloga norte-americana, concluiu que cada povo criava seu conceito diferente sobre masculino e feminino, a partir de comportamentos designados a homens e mulheres não determinados pelo sexo, mas sim pela cultura em que estão inseridos. Nesse mesmo período, Simone de Beauvoir, em sua obra sob título O Segundo Sexo (1960), chama atenção às

[157] Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[158] Direito, 2º período, Centro Universitário Campo Real.
[159] Mestre, UNICENTRO. Docente, Centro Universitário Campo Real.

relações que permeiam a construção do que é uma mulher, defendendo a posição de que ambas as figuras são construídas socialmente, sendo considerada, portanto, a precursora do que prenuncia essa atual temática.

Desde as primeiras indagações sobre o tema estabeleceu-se a dicotomia gênero x sexo, e somente em meados da década de 1980, a historiadora Joan Scott definiu gênero, num sentido de absorção do sexo pelo gênero:

> É um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. (SCOTT,1995, p. 86).

No Brasil, a socióloga Heleieth Saffioti (2004, p.44) faz alusão à relação social patriarcal, com raízes na Roma Antiga, em que o patriarca detinha poderes sobre os corpos, vida e morte da esposa e filhos, que demonstram nítidas influências à sociedade hodierna.

É certo dizer que o patriarcado representa uma estrutura de poder baseada na violência, mas que não é a única que representa a desigualdade entre homens e mulheres, podendo ocorrer entre homem-homem e mulher-mulher. Por certo que o primeiro tipo de relação predomina, visto que desde o nascimento os seres humanos se deparam com ela, tendo a falocracia como pilar cultural (SAFFIOTI, 2004, p.45).

Caracterizadas como violência doméstica, através do processo de territorialização e domínio pelo homem no ambiente familiar, qualquer ser humano pertencente àquele território pode sofrer violência, que são assimiladas, inclusive, pelas crianças no seio familiar e, futuramente reproduzidas. Dessa forma, “a importância de tratar questões sobre gênero nas escolas reflete em toda sociedade, pois neste espaço não há apenas a reprodução, mas também a produção” (LOURO, 2014, p.84).

As pautas de gênero foram inseridas nas escolas apenas no final do século XX, em maioria, restritas a temas que envolviam basicamente questões ligadas à saúde, trabalho e comportamento. Berenice Bento nos afirma que:

> A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. (BENTO, 2011, n.p.)

Estudar o tema gênero, portanto, cabe também aos espaços acadêmicos, afim de dinamizar a discussão sobre o tema, aliada à produção de políticas públicas capazes de tratar e prevenir tal violência.

Especificamente no município de Guarapuava-Paraná, no ano de 2018, o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), foi inaugurado para somar-se às ações da Secretária Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SMPPM) e da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Trata-se de um subprograma, coordenado pelo departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), inserido no âmbito do programa de extensão "Universidade Sem Fronteiras (USF)". É composto por psicóloga, advogada, estagiária de Direito, orientadora do Direito, assistente social, estagiária de Serviço Social e uma orientadora do Serviço Social (PRATES, 2017).

O Núcleo Maria da Penha possui o objetivo de desenvolver ações que promovam o acolhimento e atendimento gratuito as mulheres para que lhes sejam assegurados seus direitos por meio de práticas socioeducativas e mobilização social. Sendo assim, o NUMAPE atua com dois eixos: 1) Eixo Intervenção: atendimento individualizado das mulheres que vivenciam situação de violência; 2) Eixo Prevenção: atividades de prevenção desenvolvidas pelas profissionais.

Os dados, disponibilizados pelo NUMAPE, se referem ao primeiro semestre de 2018 e mostram que foram feitos diversos atendimentos nas áreas de Direito, Psicologia e Assistência Social, com um crescimento significativo à medida que as ações se propagaram pelas comunidades e estão, ainda, sendo divulgadas no município e região. Vejamos:

Tabela 1 – Número de atendimentos de intervenção realizados pelo NUMAPE Guarapuava no primeiro semestre de 2018, correspondente ao eixo de ações, mês de referência e total de ações realizadas. Autoria própria a partir da fonte de dados.

EIXO -1 - INTERVENÇÃO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL	TOTAL
Cadastros novos	13	-	-	-	05	14	30	62
Atendimento Jurídico	-	05	07	03	01	05	29	50
Atendimento Psicológico	05	09	13	19	18	41	39	144
Atendimento Social	08	-	03	06	02	09	30	58
Total de Atendimentos	26	14	23	28	26	69	128	314

Fonte: Dados fornecidos pelo NUMAPE Guarapuava em agosto/2018

Tabela 2 - Número de atendimentos de prevenção realizados pelo NUMAPE Guarapuava no primeiro semestre de 2018, correspondente ao eixo de ações, mês de referência e total de ações realizadas. Autoria própria a partir da fonte de dados.

EIXO -1 - PREVENÇÃO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL	TOTAL
Campanha	-	-	-	-	01	0	0	01
Cinema Social	-	-	-	-	-	-	01	01
Oficinas	-	-	02	02	09	09	16	36
Palestras	-	-	09	-	03	01	02	15
Tardes Interativas	-	-	01	-	-	-	01	02
Trabalhos em Grupo	-	-	17	07	08	20	22	74
Total de Atendimentos	-	-	29	09	21	30	42	129

Fonte: NUMAPE (2018).

Conforme acima expostos, observa-se uma maior atuação do eixo de abordagem de intervenção a partir do mês de maio e, no eixo de prevenção, a atuação foi mais desenvolvida a partir do mês de março. De se observar que o NUMAPE exerce suas atividades durante todo o ano, porém o que justifica a ausência de atendimentos entre os meses de janeiro e fevereiro é a recente implantação do subprojeto na cidade de Guarapuava-PR.

Dentre as intervenções promovidas pela área jurídica foram realizadas ações de divórcio, partilha de bens, guarda, alimentos, etc. Na psicologia, suporte e orientações individuais, grupos terapêuticos, psicoterapia, etc. Já os atendimentos sociais, que são os receptores, acolhem, escutam, entrevistam e encaminham as mulheres para as áreas pertinentes de cada caso.

As intervenções ocorrem em três frentes de trabalho: educação, comunidade e saúde, ou seja, as ações são realizadas com alunos, grupos organizados de diferentes categorias, sociais, profissionais que atuam no enfrentamento a violência contra a mulher e nas mais diversas políticas públicas.

O NUMAPE atua nas escolas, realiza atividades como palestras, oficinas e trabalhos em grupos para promover construção de conhecimento sobre a temática de gênero, sexualidade e empoderamento feminino, além de levar informações sobre os serviços prestados pela rede de enfrentamento da violência doméstica e familiar,

contribuindo assim, para mudanças na realidade do ambiente escolar, e tornando-o uma área propícia para o combate da intolerância.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o conceito de gênero culturalmente construído, percebe-se a importância de refletir e identificá-lo na perspectiva da desconstrução dos papéis sociais. Visando combater práticas oriundas do machismo, sexismo e misoginia, como a violência doméstica e familiar, reafirma-se a importância de desconstruir as barreiras à discussão de gênero dentro das escolas.

Compreendemos que ações como as do Núcleo Maria da Penha – Guarapuava contribuem para o desenvolvimento dos sujeitos que estão inseridos na comunidade, visto que o cenário político atual está repleto de movimentos conservadores, que ganham cada vez mais força, e propõem leis que visam limitar direitos das minorias (homossexuais, transexuais, negros, etc.), sendo impossível discutir gênero sem mencionar raça, classe social e diversidade sexual.

Ao associar as relações de poder em que estamos envoltos, com as vivências dentro de um cenário machista, revela-se a importância de promover o empoderamento de pessoas e garantir direitos.

4 REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

BENTO, Berenice. **Na Escola se Aprende que a Diferença Faz a Diferença**. Revista Estudos Feministas, vol.19, nº 2, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2N8gp68>. Acesso em: 21/08/2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista**, 16 ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MEAD, Margaret. 1976. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Ed. Perspectiva.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. **Plano de Implantação do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE).** Guarapuava: Unicentro, 2017 (mimeo).

_____. **Relatório Semestral do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE).** Guarapuava: Unicentro, 2018 (mimeo).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. PDF.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995. Disponível em: <https://tinyurl.com/y6u4fmhd>. Acesso em: 30/08/2018.

A SÍNDROME DA DISFUNÇÃO COGNITIVA EM CÃES E GATOS

WEBER, Djulia[160]
PEREZ, Renata Severo[161]

RESUMO: A síndrome da disfunção cognitiva é uma patologia que acomete cães e gatos de idade avançada. Com o aumento da expectativa de vida dos animais de companhia é cada vez mais necessário o diagnóstico precoce e a prevenção assim como ajudar o proprietário a entender o problema, por isso o Médico Veterinário precisa conhecer informações como sinais clínicos e formas de tratamento para que exista um diagnóstico eficiente. O trabalho foi realizado a partir de revisão bibliográfica sucinta em artigos e livros com o objetivo de trazer algumas informações para as pessoas.

Palavras-chave: Animais. Idosos. Diagnóstico.

1 INTRODUÇÃO

Os cães e gatos estão vivendo cada vez mais tempo e são considerados membros da familia, com isso patologias neurodegenerativas relacionadas a idade vêm sendo cada vez mais comuns o que torna importante o estudo de doenças como a síndrome da disfunção cognitiva, tendo em vista a qualidade de vida do animal e das pessoas que convivem.

O objetivo do trabalho é trazer informações à comunidade acadêmica e aos tutores como auxilio para investigar e perceber os sinais que podem ser relevantes para que o Médico Veterinário realize o diagnóstico precoce que permite o manejo correto e atrasa a progressão da doença.

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema em artigos e livros, reunindo informações como diagnóstico, sinais clínicos, tratamento e prevenção de forma breve.

2 DESENVOLVIMENTO

A síndrome da disfunção cognitiva (SDC) parece com a doença de Alzheimer e pode ocorrer em cães e gatos com idade avançada gradualmente com passar dos meses ou anos (JERICÓ et al, 2014; TEIXEIRA, 2012). Esse problema afeta cães com mais de sete anos geralmente e percebe-se a alteração da relação do animal

[160] Acadêmica, 8° Período, Curso de Medicina Veterinária, Centro Universitário Campo Real
[161] Professora Orientadora, Curso de Medicina Veterinária, Centro Universitário Campo Real

com o ambiente em que vive (HECKLER et al, 2010; TRAVANCINHA, 2014) e em gatos com mais de doze anos. A doença pode ser classificada em leve, moderada e grave. Quanto mais idoso o animal mais os sintomas podem ser visíveis, como mostram estudos, fêmeas podem ser mais afetadas assim como castrados já que os animais inteiros podem ter a progressão da doença diminuída pela ação da testosterona (JERICÓ et al, 2014).

Formam-se emaranhados neurofibrilares e placas senis que causam alterações nos neurônios, pelo acumulo da proteina beta amilóide que é neurotóxica. Ocorre disfunção das mitocôndrias pela oxidação envelhecendo o cérebro que é vulnerável pelo alto metabolismo, limitada defesa e capacidade de reparação. Os radicais livres produzidos contribuem ao processo oxidando lipídeos, proteínas e nucleotídeos inicialmente no cortex e hipocampo cerebral. (JERICÓ et al, 2014; TEIXEIRA, 2012).

As queixas de alterações apresentadas pelos tutores estão relacionadas a comportamentos como ansiedade, agressividade, medo, atividade noturna, vocalização, urina e fezes no local errado. Mas os sinais clínicos podem ser bem inespecíficos, variando em comportamentos como desatenção, incontinência, evitar escadas, ficar perdido em casa, não reconhecer pessoas e animais do convívio familiar, surdez e interatividade diminuída. Gatos têm característica de ficarem muito agressivos (JERICÓ et al, 2014; TRAVANCINHA, 2014; HECKLER et al, 2011).

Quanto mais treinado for o animal mais fácil a identificação dos sintomas pelo tutor e assim o diagnóstico fica mais evidente. Para o veterinário ferramentas importantes são o histórico, a anamnese, o exame físico completo e neurológico, resultados dos exames complementares básicos e os testes cognitivos, utilizando questionários e aparelhos específicos para identificação dos sinais em que se avalia o ciclo de sono e vigília, interação social, nível de aprendizado, execução de tarefas diárias e presença de desorientação. Em gatos a avaliação pode ser ainda mais difícil. O diagnóstico definitivo é obtido após exclusão de outras condições patológicas (JERICÓ et al, 2014; TEIXEIRA, 2012).

O tratamento é um desafio, pois envolve várias práticas para melhorar a qualidade de vida do animal e diminuir a progressão da doença. Cada animal terá sua terapia adequada e o que tiver efeito benéfico pode ser mantido (PEREIRA, 2016).

A atividade física contribui desde a juventude na prevenção reduzindo o risco do desenvolvimento do problema, ela deve ser implementada gradualmente na

rotina do animal e a acupuntura tem se mostrado eficiente em vários aspectos (PINEDA et al, 2014; TEIXEIRA, 2012; HECKLER et al, 2011).

Enriquecimento ambiental também é um ponto chave para prevenção e tratamento da SDC, os animais já com a disfunção têm sua concentração reduzida então para estabilizar suas funções cerebrais é importante que estas atividades também sejam colocadas de forma gradual na vida do paciente.É realizada com a introdução de brinquedos, jogos de interação e treino de obediência, além da socialização com humanos e outros animais. Deve-se tomar cuidado com esse ponto quando aplicado em gatos, pois não gostam de mudanças e isso causa um estresse que pode aumentar os sinais de SDC (PINEDA et al, 2014; JERICÓ et al, 2014; HECKLER et al, 2011).

A terapia medicamentosa serve para melhorar alguns dos sinais clínicos que o paciente apresenta. A selegilina é o neuromodulador aprovado para o tratamento da SDC em cães que aumenta a dopamina, as catecolaminas e diminui os radicais livres na dose de 0,5 a 1,0 mg/kg administrado pela manhã. L-deprenil é outro fármaco neuroprotetor utilizado na dose 0,5 a 1 mg/kg uma vez ao dia. Para gatos não existe um medicamento aprovado, mas os fármacos de cães podem ter efeitos positivos, a selegilina é utilizada na dose 0,25 a 1,0 mg/kg. (JERICÓ et al, 2014). Vasodilatadores como a propentofilina e nicergolina também tem efeitos benéficos para o quadro de SDC (TEIXEIRA, 2012; TRAVANCINHA, 2014).

A dieta pode influenciar na prevenção e desacelerar a progressão da doença, alimentos como frutas e legumes podem ser inseridos na rotina destes pacientes. E a suplementação de vitaminas E, B, e C é benéfica por sua ação antioxidante, por combater os radicais livres assim como a introdução de ômega-3 por conta de seu efeito anti-inflamatório nas células de cães e gatos (PINEDA et al, 2014; JERICÓ et al, 2014).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, os materiais para pesquisa sobre a SDC ainda são poucos no Brasil, as pesquisas sobre esse problema são de importância para o clínico veterinário para dar aos animais acometidos mais qualidade de vida, já que a expectativa de vida vem aumentando esse pode ser um problema cada vez mais comum, o diagnóstico e os tratamentos devem ser cada vez mais desenvolvidos para esse tema.

4 REFERÊNCIAS

HECKLER, M.C.T; SANTOS, F.H; AMORIM, R.M. Testes para avaliação das funções cognitivas de memória e aprendizado em cães. **Neurobiologia**, 73, 2010.

HECKLER, M.C.T; SVICERO, D.J; AMORIM, R.M. Sindrome da disfunção cognitiva em cães. Clinica Veterinária. V.90, 2011.

JERICÓ, M. M; NETO, J. P. A; KOGIKA, M. M. Tratado de Medicina interna de cães e gatos. 1ed. Rio de janeiro: **ROCA**, 2014.

PINEDA, S; OLIVARES, A; MAS, A; IBAÑEZ, M. Cognitive dysfunction syndrome: updated behavioral and clinical evaluations as a tool to evaluate the well-being of aging dogs. **Arq. Med. Vet**. 46, 2014.

PEREIRA, R. M. C. A Síndrome da disfunção cognitiva canina. Dissertação de mestrado. **Universidade do porto**. 2016.

TEIXEIRA, H.O. Sindrome da disfunção cognitiva em cães. TCC. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2012.

TRAVANCINHA, J.D.N.P. Alterações comportamentais sugestivas de sindrome da disfunção cognitiva em cães geriátricos. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. 2014.

COLA ELETRÔNICA: SERIA OUTRA FALHA LEGISLATIVA?

DALLABRIDA, Jessica Fabiana[162]
LUCEKI, Ana Paula[163]
BUGAI, Fernanda de Araújo[164]

RESUMO: Por meio do método de revisão bibliográfica, o presente trabalho tem como objetivo explanar a respeito da utilização de meio eletrônico na realização de certames, para obtenção de vantagens ilícitas em relação aos outros candidatos, comprometendo a credibilidade dos concursos e exames de interesse público. Também visa expor entendimentos de um razoável enquadramento da conduta dentro do ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que, por muito tempo houve divergência, no ordenamento jurídico brasileiro, em relação ao seu enquadramento.
Palavras-chave: Cola Eletrônica. Direito Penal. Fraude. Certames.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Penal, conforme Rogério Greco (2017), possui como finalidade proteger os bens mais importantes e necessários para a convivência em sociedade. Desta forma, à medida que as relações sociais, culturais e patrimoniais etc, vão se desenvolvendo e variando, deve o Direito Penal atualizar-se de acordo com elas.

Contudo, sabe-se que o processo de modificação da sociedade, muitas vezes, não é acompanhado pela atualização das normas. Isso é evidente quando se compara o Código Penal Brasileiro vigente com a realidade social existente atualmente. Muitas disposições caíram em desuso, uma vez que algumas das condutas descritas nos tipos penais vigentes desde 07 de setembro de 1940, passaram, lentamente, a ter outra conotação dentro da sociedade. Por outro lado, novas formas de violar bens jurídicos relevantes, tutelados pelo Estado, foram criadas. Neste último caso, enquadram-se os crimes cometidos através, ou mesmo com auxílio, de tecnologias que, à época da elaboração do Código, não existiam.

Um exemplo disso, é o fato de que tem se tornado cada vez mais frequente o uso ilegal de aparelhos eletrônicos na realização de provas, sejam elas de concursos públicos, vestibulares, exames nacionais, de graduação entre outras. Desta forma, o presente trabalho, pautado em revisão bibliográfica, tem como objetivo explanar acerca

[162] Acadêmica do curso de Direito, 6º período, do Centro Universitário Campo Real.
[163] Acadêmica do curso de Direito, 6º período, do Centro Universitário Campo Real.
[164] Professora das disciplinas de Criminologia e Direito Penal, no Centro Universitário Campo Real. Mestra em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2016-2018). .

da configuração, ou não, da conduta mencionada como fato criminoso, bem como, em quais tipos penais esta prática poderia ser enquadrada.

2 DESENVOLVIMENTO

A famosa cola eletrônica consiste em utilizar algum artifício eletrônico, em avaliações que proíbem a sua utilização, com o fim de ter acesso à informações, passadas por especialistas (*experts)* nas matérias exigidas pelos exames, através de algum meio tecnológico, no momento da realização da prova, obtendo, assim, vantagem ilícita, em relação aos outros candidatos (MASSON, 2016). Conforme a visão de Auriney Uchôa de Brito (2012):

> Conduta comum nos bancos escolares, passou a ser vista com maior reprovabilidade quando utilizada em processos seletivos mais sérios, como vestibulares e concursos públicos. O dito popular "quem não cola não sai da escola" ganhou um tom fraudulento e criminoso para quem buscava justificar a burla realizada para ingressar na faculdade ou conquistar uma vaga nos quadros do funcionalismo público. (BRITO, 2012)

Certo é que esta conduta caracteriza efeitos no âmbito civil. O Supremo Tribunal de Justiça, tratando de esfera civil, entende que não há ilegalidade em razão de desclassificação do candidato que utilizar desse meio para beneficiar-se, não sendo passível de indenização por danos morais, caso sinta-se constrangido. Contudo, por muito tempo houve divergência se tal conduta seria passível ou não de ser tipificada como crime. Para analisar tal questão, passar-se-á a discorrer sobre quais são os possíveis enquadramentos aos tipos penais previstos na lei penal.

Uma primeira hipótese seria o crime de estelionato. O Código Penal define este crime como: "Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa". Mister é analisar os elementos descritos no referido tipo penal para concluir se existe, ou inexiste, a possibilidade da cola eletrônica enquadrar-se neste artigo. Primeiramente, quanto à ação descrita, "obter para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio", bem como, quanto a ser realizado "mediante artifício" ou "qualquer outro meio fraudulento", é possível realizar o enquadramento da conduta colar com o auxílio de meios eletrônicos ao tipo penal citado. Contudo, na utilização da cola eletrônica, não há o induzimento ou a prática de manter alguém (determinado) em erro (FRANCESCO, 2016). Mesmo entendimento é o de Guilherme Gontinjo Alves Teixeira (2012):

> Fraudar concurso público ou vestibular através de cola eletrônica não se enquadra na conduta do art. 171 do CP (crime de estelionato), pois não há como definir se esta conduta seria apta a significar algum prejuízo de ordem patrimonial, nem reconhecer quem teria suportado o revés. (TEIXEIRA, 2012).

Em contrapartida, conforme preleciona Auriney Uchôa de Brito (2012):

> Mesmo que as vítimas fossem indeterminadas, o fato não seria atípico, podendo-se enquadrá-lo no art. 2º, IX, da Lei nº 1.521/51, que define exploração da credulidade pública como sendo a conduta de quem busca "obter ou tentar obter ganhos ilícitos em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas mediante especulações ou processos fraudulentos". Logo, não era a indeterminação da vítima, fundamento idôneo para se declarar a atipicidade da cola eletrônica. (BRITO, 2012).

Todavia, este mesmo autor (2012), admite que os candidatos que utilizam-se da cola eletrônica para obter vantagem ilícita em provas não devem responder pelo crime de estelionato. Segundo ele, não é possível configurar o tipo penal previsto no artigo 171 do Código Penal porque os candidatos que utilizam-se de fraude não possuem, ao final, nenhuma vantagem econômica, fato esse que constitui elementar do tipo.

Uma segunda hipótese, por outro lado, pode ser o tipo penal da fraude em concurso público. A respeito deste crime: "utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público" é o que dispõe o caput e o inciso I do art. 311-A do Código Penal, incluído à legislação por intermédio da Lei 12.550/11.

O artigo citado acima, como um todo, visa tipificar a modernização dos meios de divulgação de informações que são utilizadas, neste caso, em determinados momentos em que o seu uso é proibido, como, por exemplo, antes do período em que os participantes de uma prova passam a realizá-la, pois aqui, o legislador preocupou-se em punir aqueles que, de alguma forma, possuem acesso à produção das provas e divulgam o seu conteúdo antes da realização das mesmas, para que os candidatos detentores destas informações obtenham vantagens em relação aos outros candidatos. Além desse tipo de conduta, o referido artigo, ao mencionar no núcleo do tipo penal a expressão "utilizar", passou a enquadrar também as condutas que ocorrem durante a realização da prova, pois, conforme preleciona Cleber Masson (2016, p. 568):

> De fato, antes do término da prova as respostas são sigilosas para o candidato e seu favorecimento implica em violação aos princípios constitucionais da isonomia e impessoalidade. Portanto, pouco importa se o especialista *(expert)* teve ou não acesso privilegiado às questões do exame antes da sua realização,

> pois o candidato, durante a avaliação, não pode receber qualquer tipo de informação apta a favorecer seu desempenho.

Neste mesmo sentido, a 5ª Turma do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), entendeu que a cola eletrônica viola o sigilo de prova de concurso público. Conforme consta na decisão de Recurso em Habeas Corpus nº 81.735 - PA (2017/0049658-0), a expressão “conteúdo sigiloso” previsto no ordenamento jurídico, não diz respeito simplesmente ao lapso temporal anterior ao momento da aplicação da prova, instrumento este chamado de gabarito oficial, mas deve englobar também o conhecimento pessoal do participante do certame, que por meio expressamente proibido em edital, compartilha suas respostas com os demais concorrentes, ou se utiliza da ajuda de especialistas na matéria exigida na prova, por meio de aparelhos eletrônicos, para obter vantagens em relação aos outros candidatos e prejudicar a credibilidade da prova a qual está sendo realizada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de meio eletrônico para obtenção de vantagem ilícita em avaliações, cujo seu uso é proibido, prejudicando a real análise de conhecimento pessoal do participante, por muito tempo não estava tipificada penalmente. Isso decorre devido a promulgação do Código Penal Brasileiro ter sido dada em 07 de setembro de 1940, há mais de meio século e ao fato de que, todos os dias surgem novas atualizações no cotidiano da humanidade, que está sempre em busca de melhorias e avanços, muitos deles tecnológicos, que não eram previstos na época da elaboração da lei penal.

Até o ano de 2015, o Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência no sentido de atipicidade da conduta de colar em concursos públicos e exames de interesse público. Isso porque, como mencionado anteriormente, a conduta de colar utilizando-se de meios eletrônicos não se subsume ao tipo penal de estelionato, único possível enquadramento até à época. Contudo, a partir da entrada em vigor da Lei 12.550/2011, tal entendimento mudou. Passou a se enquadrar as condutas de obter vantagem ilícita, utilizando-se de aparelhos eletrônicos, para consultar *experts* na matéria, durante a realização de provas, como penalmente puníveis, pois o artigo 311-A visa, justamente, prevenir e punir que os concursos e exames de interesse público tenham a sua credibilidade afetada.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal.** 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilhtmado.> Acessado em: 24/08/2018.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **Recurso em Habeas Corpus nº 81.735 - PA (2017/0049658-0)**. Recorrente: Belardim Berton Lopes Araujo. Recorrido: Ministério Público. Relator: Ministro Reynaldo Soares da Fonseca. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/cola-eletronica-concurso-publico-acordao1.pdf>. Acessado em: 30/08/2018.

BRITO, Auriney Uchôa de. **Fraudes em vestibulares e a tipicidade da ‘‘cola eletrônica’’.** 2012. Disponível em: <https://aurineybrito.jusbrasil.com.br/artigos/121936996/fraudes-em-vestibulares-e-a-tipicidade-da-cola-eletronica?ref=serp> Acessado em: 30/08/2018.

FRANCESCO, Wagner. **Cola Eletrônica é crime ou não é?.** 2016. Disponível em: <https://wagnerfrancesco.jusbrasil.com.br/artigos/386318045/cola-eletronica-e-crime-ou-nao-e> Acessado em: 23/08/2018.

GALLI, Marcelo. **"Cola eletrônica" viola sigilo de prova de concurso público, decide STJ.** 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-out-03/cola-eletronica-viola-sigilo-prova-concurso-publico-stj> Acessado em: 24/08/2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: parte geral, volume I.** 19ª Ed. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2017.

MASSON, Cleber. **Direito Penal Esquematizado, vol.3: parte especial, arts. 213 a 359-H.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

LIMITAÇÕES AO CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS

PABIS NETO, Alfredo[165]
SILVA, Arli Pinto da[166]

RESUMO: A pesquisa fundamentar-se-á pela busca do entendimento a respeito da discricionariedade da Administração Pública, exteriorizada por meio de atos administrativos e o possível controle por parte do Judiciário. O objetivo é perceber a extensão do mérito administrativo como prerrogativa da boa administração em contraponto com os mecanismos de controle. Ao final, o Estado Democrático de Direito e a constitucionalização vêm à tona como forma de justificativa das práticas fiscalizatórias, sempre levando em consideração a proeminência ou supremacia do Interesse Público.

Palavras-chave: Direito Administrativo. Ato Administrativo. Mérito Aministrativo. Controle Judicial. Discricionariedade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho vislumbrará um tema intensamente relevante e controvérso dentro do direito administrativo no que tange ao controle jurisdicional, legitimado pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso XXXV.

É de extrema importância o entendimento de que o administrador público goza de prerrogativas e sujeições como vantagens e limites, respectivamente, para o uso do poder em prol do bem comum ou, de maneira mais técnica, do interesse público.

Cabe salientar na referida pesquisa que, quando se trata de atos com viés discricionário, os mecanismos de controle limitam-se a um instituto chamado mérito administrativo que por sua vez determina os juízos de conveniência e oportunidade realizados pela figura do administrador público.

Entretanto, conforme já citado acima, o assunto é de truncada compreensão quando aparecem questionamentos inerentes à linha tênue que baliza o mecanismo de controle judicial e a prerrogativa do mérito administrativo, isto é, até onde vai a

[165] Acadêmico de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[166] Orientador. Mestre em Direito do Estado pela UFPR - Universidade Federal do Paraná, Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Leciona Direito Administrativo no Centro Universitário Campo Real em Guarapuava-PR e na Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP em Pitanga-PR, Advogado Militante na área de Direito Público.

fiscalização; onde inicia-se o poder da administração pública na figura do sujeito que está no seu comando. Eis, portanto, o ponto de partida.

2 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, necessita-se da compreensão das bases do propósito da pesquisa: o fator discricionário e o ato administrativo.

2.1 O FATOR DISCRICIONÁRIO

O termo discricionário é passível de desdobramentos dentro da doutrina de direito administrativo, sendo como poder discricionário, atividade discricionária ou discricionariedade.

Segundo Odete Medauar (2016, p. 135):

> (…) Se considerado, de modo rigoroso, o sentido desses vocábulos, o *poder discricionário* seria a atribuição legal de decidir com possibilidade de escolha; *atividade discricionária* refere-se ao exercício de funções com utilização do poder discricionário, enquanto *discricionariedade* é a própria possibilidade de escolha (…).

O fato é que, seja qual for o termo utilizado, a explicação da matéria é a mesma. O fator discricionário encontra-se incorporado ao *rol* de prerrogativas da autoridade administrativa, que confere poderes de decisão e atividade conforme critérios subjetivos, ou seja, atribui uma relativa liberdade de escolha diante de possibilidades possíveis, respeitando sempre os parâmetros previamente fixados no ordenamento jurídico. (MEDAUAR, 2016)

Conforme Marçal Justen Filho (2014, p. 244):

> Discricionariedade é o modo de disciplina normativa da atividade administrativa que se caracteriza pela atribuição do dever-poder de decidir segundo a avaliação da melhor solução para o caso concreto, respeitados os limites impostos pelo ordenamento jurídico.

Restringe-se o entendimento de que o uso da discricionariedade é ilimitado ou que não há controle pelo ordenamento. Tal situação seria passível de confusão com a arbitrariedade, cujas decisões e atividades são pautadas livremente sem parâmetros legais. Não há livre arbítrio no fator discricionário. A escolha segue, em um primeiro

momento, critérios objetivos (no caso, a lei) e, posteriormente, a subjetividade do administrador. Essa descrição corresponde ao Mérito Administrativo que, segundo Odete Medauar (2016, p. 137) "(…) expressa o juízo de conveniência e oportunidade da escolha, no atendimento do interesse público, juízo esse efetuado pela autoridade à qual se conferiu o poder discricionário".

Cabe ressaltar que o termo lei citado acima engloba tanto o *strictu sensu* quanto o bloco de legalidade ou juridicidade, pois estes igualmente àqueles possuem valoração normativa. O descumprimento da lei, dos princípios inerentes à administração pública ou até mesmo de um ato administrativo normativo, acarretam a ilegalidade. (JUSTEN FILHO, 2014)

2.2 ATO ADMINISTRATIVO

Constituem atos administrativos as manifestações da Administração Pública que criam, modificam ou extinguem relações jurídicas, possuindo um caráter formal, sendo exercidas no pressuposto da função administrativa. São mecanismos que o Estado dispõe para tomar decisões relevantes para a órbita jurídica (JUSTEN FILHO, 2014).

Consoante Odete Medauar (2016, p. 169):

> O *ato administrativo* constitui, assim, um dos modos de expressão das decisões tomadas por órgãos e autoridades da Administração Pública, que produzem efeitos jurídicos, em especial no sentido de reconhecer, modificar, extinguir direitos ou impor restrições e obrigações, com observância da legalidade.

Tal mecanismo, para a sua regular produção de efeitos, necessita da observância dos seguintes elementos: competência (o encargo para a edição do ato deve fazer parte da função administrativa do agente, sempre de forma vinculada); objeto (declaração do ato, ou seja, conteúdo material lícito, possível, determinado e moral, na forma discricionária); forma (exteriorização da vontade do ato, sempre formal, solene e vinculado); motivo (as circunstâncias de fato e os elementos do direito que justifiquem o ato, com caráter discricionário); e a finalidade (o interesse público, sempre vinculado). (MEDAUAR, 2016)

Algumas considerações são pertinentes, tal como em relação aos atributos do ato, ou seja, características que distinguem os atos administrativos de outras espécies de atos. Há uma carga de coercibilidade dentre as finalidades dos atos

administrativos em relação àqueles a quem se destinam, trata-se da exigibilidade ou imperatividade, o poder de imposição. Os atos administrativos são autoexecutáveis, isto é, não necessitam de consentimento ou autorização de outros órgãos ou poderes, pois são colocados em prática pela própria administração. (MEIRELLES, 2004)

Por derradeiro, e não menos importante, até para vincular com a abordagem do próximo tópico, a chamada presunção de legitimidade. A Administração Pública não é obrigada a comprovar que seus atos possuem embasamento legal, ou seja, ao editar o ato administrativo, é dispensável a necessidade de demonstrar que sua conduta está em conformidade com a lei. Entretanto, isso não exclui a responsabilidade sobre um dos elementos estruturantes do ato, o motivo. O administrador público deve apontar as circunstâncias de fato e os elementos de direito em todos os atos. (MEDAUAR, 2016)

Tal presunção é relativa em função dos diversos mecanismos de controle sobre a Administração Pública. Embora a conduta esteja vinculada sempre aos preceitos legais, ela poderá ser contestada, diante de uma suposta ilegalidade ou por juízos de conveniência e oportunidade em dissonância como o interesse público, pela própria Administração (dentro do princípio da autotutela) e também pelos meios externos de controle, como por exemplo o controle judicial. (MEDAUAR, 2016)

2.3 CONTROLE JUDICIAL SOBRE A DISCRICIONARIEDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Conforme já abordado, os atos administrativos da Administração Pública estão sujeitos aos diversos métodos de controle. O controle judicial é um deles e, dentro da discricionariedade, ele analisa somente os parâmetros normativos, ou seja, os critérios objetivos fixados subsidiariamente para o exercício do mérito administrativo por parte do administrador público (MEIRELLES, 2004).

A discussão inerente ao tema é saber identificar a extensão do controle judicial, com base não só na legalidade em sentido estrito, mas também em relação ao bloco de juridicidade. Verifica-se a introdução da principiologia na Administração Pública após a Constituição Federal de 1988 que proclamou, em seu artigo 37, *caput*, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (acrescentado pela Emenda 19/98), de forma expressa, e também dos princípios implícitos contidos ao longo de todo o ordenamento. (MEDAUAR, 2016)

Ao magistrado é possibilitada a apreciação dos parâmetros normativos que emolduram os atos, isto é, analisar as razões de fato e direito que subsidiam a edição das externalizações da vontade da Administração Pública. Entretanto, não se pode fazer juízos de conveniência e oportunidade, pois estaria pronunciando-se a respeito de administração, e não exercendo a sua atividade típica, que é a jurisdição. (MEIRELLES, 2004)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que embora a prerrogativa do mérito administrativo, sob o binômio conveniência e oportunidade seja num primeiro momento absoluta em prol da gestão do interesse público, ele poderá, sempre que necessário, ser fiscalizado pelo Poder Judiciário. Isso ocorre com o pressuposto do bloco de legalidade (lei em sentido amplo), reduzindo o grau de alcance da prerrogativa, sob o prisma dos princípios estruturantes da Administração Pública, com uma análise extensiva.

Trata-se, por derradeiro, da mais clara aparição do sistema de freios e contrapesos que tem como pressuposto a separação dos poderes, agregada a constitucionalização. A Administração Pública possui a liberdade de atuar em prol do interesse público, de maneira correta, submissa aos valores normativos. Ao Poder Judiciário confere-se o dever de intervir para a correção de atos que estão às margens da finalidade principal. Isso não é violação de poder. É a concretização de um Estado Democrático de Direito.

4 BIBLIOGRAFIA

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 10. ed. Ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2014.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 20.ed. ver., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 29.ed.- São Paulo. Editora Malheiros. 2004.

DIREITO A INTERVENÇÃO CIRÚRGICA: TRATAMENTO MÉDICO DE RISCO

ABDALA, Pâmella[167]
BARBOSA, Jackson William Farias [168]
BAVARESCO, Eduarda[169]
SELL, Elizabete Nizer[170]

RESUMO: O presente trabalho possui base em pesquisa bibliográfica, o mesmo tem por objetivo, a abordagem ao direito da personalidade e o embate aos direitos constitucionais à liberdade de crença e o direito à vida, diante desta temática procurou trazer a descrição de tais direitos abrangendo o direito da personalidade e conceito de pessoa, o direito à vida e o direito ao próprio corpo.

Palavras-chave: Direito à Vida. Liberdade de Crença. Intervenção.

1 INTRODUÇÃO

Com base nos estudos do direito da personalidade na apreensão de importantes autores como Maria Helena Diniz, Silvio de Salvo Venosa e Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho tem-se por objetivo esclarecer algumas dúvidas que perpetuam o direito a intervenção cirúrgica ao tratamento médico de risco, ou seja, demonstrar a base dos direitos recorrente ao ponto da intervenção, e ressaltar o que prevalece dos direitos se comparado, direito à vida versus direito à liberdade de crença, pois a própria Constituição Federal em seu art. 5º descreve sobre a inviolabilidade do direito à vida sendo este o primordial de todos os direitos.

A liberdade de crença está é inviolável por outrem, mediante a tal situação surge alguns apontamentos de Vieira Segundo o qual descreve como se deve reportar quando o indivíduo recusar-se a realizar um tratamento que lhe pode garantir a vida, ou quando o médico mesmo sabendo que é contra a vontade do paciente realizar a tal tratamento.

São percepções que serão melhores compreendidas mediante o desenvolver deste trabalho.

2 CONCEITO DE PESSOA E DIREITO DA PERSONALIDADE

[167] Acadêmico do curso de direito, 2º período B, Centro Universitário Campo Real.
[168] Acadêmico do curso de direito, 2º período B, Centro Universitário Campo Real.
[169] Acadêmico do curso de direito, 2º período B, Centro Universitário Campo Real.
[170] Professora de Direito Civil: Parte Geral II, Centro Universitário Campo Real.

Ao descrever sobre o conceito de pessoa utiliza-se o pensamento de Maria Helena Diniz ao qual traz a figura de pessoa de forma física, provida de direitos e deveres, sendo então um sujeito de direito aquele o qual é submisso a uma competência jurídica (Diniz, 2012, p. 129).

Todo ser humano é provido das relações jurídicas, no atual contexto do direito conceitua-se pessoa como indivíduo que é facultado de direitos e obrigações. Como toda pessoa tem o direito das relações jurídicas, afirma-se então que todo indivíduo é possuidor de personalidade. Ao retratar o contexto histórico, nem todas as pessoas eram dotadas de direitos e sim tidas como coisas ou objeto a exemplo deste eram os escravos que não possuíam direito a personalidade (VENOSA, 2013, p. 129, 130)

O direito da Personalidade são aqueles que têm por objeto os atributos físicos, psíquicos, e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais, sendo eles uma serie de características atribuídas à figura da pessoa. Torna-se inviolável a intimidade, honra, imagem e vida privada, cabe-se de indenização se forem violados. (GAGLIANO e PAMPLONA FILHO, 2011, p.187,188).

Conforme Goffredo Telles Jr. o direito da personalidade são considerados direitos subjetivos sendo estes do indivíduo, de defender o que lhe pertence, ou seja, a sua integridade física, intelectual e moral o qual são compostos de características que abrange sua liberdade, identidade, reputação e honra. De tal forma que os direitos da personalidade são: absolutos, Intransmissíveis, indisponíveis, irrenunciáveis, limitados, imprescritíveis, impenhoráveis e expropriáveis (DINIZ, 2012, pg.134, 135)

2.1 DIREITO À VIDA

O direito à vida humana é considerado um direito extrapatrimonial, mas mediante a diferentes situações pode acarretar um dano patrimonial, ao relacionar o corpo humano junto ao valor moral, desta forma pode gerar um valor financeiro, ao qual compete a indenização. Fatores que afetem a integridade física poderão ser reparados, sendo assim torna-se um bem suscetível de estima remuneração. O Código Civil em seus arts. 186 e 927 descreve que todo aquele ao qual corromper o direito ou causar dano a outrem, devido à ação ou omissão de forma voluntaria, imprudência, ou até mesmo negligência deverá compensar o dano, de tal maneira que admite-se o dano, que por construir um ato ilícito cabe reparação civil ao dano. (DINIZ, 2011, p.92)

A própria Constituição traz em seu Art. 5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviabilidade do direito à vida, a liberdade, à igualdade à segurança e a propriedade”. A vida é considerada um direito primordial, a essência de tudo, pois sem ela nada provem, sendo a única confirmação concreta de todo ser humano. As normativas jurídicas certificam a todo ser humano mesmo antes de seu nascimento o direito a vida (GAGLIANO e PAMPLONA FILHO, 2011, p.194)

2.2 DIREITO AO PRÓPRIO CORPO

A tecnologia junto à medicina está alcançando várias conquistas e avanços, técnicas que está há salvar muitas vidas, a exemplo de técnicas de transparentes trouxeram novos sonhos, novas oportunidades, mas há anos a questão dos transplantes condiciona o levantamento de hipóteses e dúvidas com relação a questões morais, éticas, jurídicas e religiosas. O que prevalece é o de que ninguém pode ser oprimido a incursão do seu próprio corpo contra sua permissão. O art.13 do Código Civil destaca que “Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes”. Mediante a tais afirmações torna-se relevante o consenso da pessoa com relação à possibilidade de transplantes dentre outras situações de risco a saúde, pois questões como direito a liberdade de crença transforma-se em uma barreira entre a vida, tornando-se influenciadores ao procedimento adequado a se fazer (VENOSA, 2013, p. 192,193).

Um dos pontos mais delicados é à concepção a limitação do controle da vontade individual, em discordância com relação à urgência de intervenção médicas ou cirúrgicas. O próprio art. 15 do Código Civil descreve que “ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou intervenção cirúrgica”. De tal maneira qualquer pessoa que necessitar abordagem médica, principalmente com intervenção cirúrgica, tem de se ter total consciência de suas consequências e riscos, sendo de responsabilidade do profissional que o conduz informar de todo procedimento, para certifica-se de tal responsabilidade torna-se necessário o registro por escrito, a fim de prevenir futuras obrigações. As pessoas doentes dentem o direito de não aceitar o tratamento, com base ao direito da integridade física, destaca-se que em caso de incapacidade de manifestação de vontade, passa–se

a responsabilidade para o seu representante legal. (GAGLIANO e PAMPLONA FILHO, 2011, p.199)

Ainda Gagliano e Pamplona Filho destaca que:

> Não havendo, entretanto, tempo hábil para oitiva do paciente como, por exemplo, em uma emergência de parada cardíaca, o médico tem o dever de realizar o tratamento, independentemente de autorização, eximindo-se a responsabilidade. O código penal brasileiro não considera crime de constrangimento ilegal, a intervenção médica ou cirúrgica, sem consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo a vida (GAGLIANO e PAMPLONA FILHO, 2011, p.199)

Percebe-se que tal situação exige uma extrema atenção, sem contar se incrementar quentões religiosas e filosóficas. Levanta-se a preocupação de como juntar o direito indisponível a vida junto à integridade física com relação a questões religiosas, sendo uma obrigação do médico mediante ao seu juramento de guerrear em prol da vida, indiferente da escolha a se tomar ambas não serão agradável a todos (GAGLIANO e PAMPLONA FILHO, 2011, p.200).

No que se diz respeito a direitos o art 5º da Constituição Federal destaca a inviolabilidade do direito à vida, sendo este direito que prevalece sobre todos os direitos. Também é explicito na Carta Magna de 1988, em seu art. 5º, inciso VI ressalta que é inviolável a liberdade de crenças, de tal forma a própria constituição expressa, que ninguém pode interferir aos atos de religiosidade a outrem. De tal maneira cria-se a suposição de um médico fazer uma transfusão de sangue em um indivíduo que tem por crença ser testemunha de Jeová, nesta suposição tem-se um embate entre o direito a crença e o direito a vida. Mediante a tal fato como se deve reportar a tal ponto de solucionar este caso, se o indivíduo recusar-se a realizar a transfusão, ou o médico mesmo sabendo que é contra a vontade do paciente realizar a transfusão e este realizar. Ao inicio deste problema seria fácil colocar-se que o direito à vida se destaca e prevalece aos demais diretos. Ao ponto que se houver embate, choque entre os direitos fundamentais, a resposta só será encontrada através de uma conciliação, de tal forma que um direito não exclua o outro por completo, mas que ambos fluam de forma harmoniosa. Conforme a conduta do médico ao âmbito do direito penal não se enquadra como crime a realização da transfusão de sangue se o mesmo apresenta estar em situação de risco, pelo fato de que não há uma normativa que exclui ou proíbe o que se é autorizado por outra normativa, tal questão deve ser solucionada no campo da tipicidade. Quando se cria uma intervenção médica guiada pela rigorosa lei da medicina

elaboram-se ricos os quais são aprovados. Dando assim a não prevalência de lesão no âmbito jurídico, ao destacar os riscos permitidos não se concreta nenhum fato típico (VIEIRA SEGUNDO, 2008, p.1,2 e 3)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se destacando que os direitos da personalidade são de suma importância e mediante ao exposto, torna-se imprescindível, que a percepção do fato decorra mediante aos dados colhidos sendo estes fatos a existência ou não do risco de vida. Por conta do risco o médico não será sujeito a responder civil ou criminalmente, exceto se não houver situação de risco ao qual prevalece a vontade do paciente. Caso haja a atuação do médico em situações onde não consta perigo de vida e contra vontade do indivíduo o médico terá de se responsabilizar civilmente e criminal. Ressalta ainda que se o paciente estiver incapacitado de concordar, sendo neste fato não acarretará violação da liberdade de crença ou responsabilidade civil.

4 REFERÊNCIAS

DINIZ, Maria Helena, Direito Civil Brasileiro: **Responsabilidade Civil**. 25. ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

_____, Direito Civil Brasileiro: **Teoria Geral do direito Civil.** 29. ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo, **Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

VENOSA, Silvio de Salva. **Direito Civil**: Parte geral. 13. ed. São Paulo: Atlas. 2013.

VIEIRA SEGUNDO, Luiz Carlos Furquim**. Breves apontamentos acerca da transfusão de sangue em testemunhas de jeová**. 2008 Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170531143149.pdf acesso e 18 mar. 2018.

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AO CRIME DE PECULATO: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DOS PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PENAL

GIACOMITTI,Ana Carolina Nodari[171]
LAUREANO, Delane Sulivan[172]
BODZINSKI, Felipe[173]
BUGAI, Fernanda de Araújo[4]

RESUMO: Este trabalho possui como objetivo apresentar as controvérsias judiciais quanto a aplicação do princípio da insignificância ao crime de peculato. O questionamento jurisprudencial e doutrinário relaciona-se ao fato de tratar-se de crime contra a administração, que fere, portanto, toda a sociedade. Desta forma, nesta pesquisa serão apresentados o princípio da insignificância e o crime de peculato de acordo com a interpretação legal, bem como estarão expostos os embasamentos de ambas as teses jurídicas, contrária e favóravel a aplicação do mencionado princípio.

Palavras-chave: Peculato. Crimes contra a administração pública. Princípio da insignificância.

1 INTRODUÇÃO

A palavra peculato tem sua origem no latim peculatus, vindo de pecus, que, à época antiga, era o nome atribuído a moeda corrente, muito embora, em tradução literal, signifique gado. Hungria, ao discorrer sobre o tema, elucida que:

> A subtração de coisas pertencentes ao Estado chamava-se *peculatus* ou *depeculatus*, sendo esse *nomen juris* oriundo do tempo anterior a introdução da moeda, quando, bois e carneiros (*pecus*), destinados aos sacrifícios, constituíam riqueza pública por excelência (...) com o *peculatus* era identificado o *sacrilegium*, isto é, o furto de coisas pertencentes ou consagradas aos deuses, sendo certo que, como adverte Mommsen, as *res sacrae* e as *res publicae* não se diferenciavam juridicamente. (1959, p. 319)

Nos tempos atuais, o crime de peculato significa a retirada de dinheiro ou de qualquer bem público efetuada por um funcionário público. Assim, muito embora cada país descreva a conduta a ser praticada de formas diferentes, pode-se dizer que o peculato é um comportamento criminoso de ordem patrimonial praticado exclusivamente por agente público (MÉDICI, 1999, p.28).

---

[171] Acadêmica de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[172] Acadêmico de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[173] Acadêmico de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[4] Orientadora, docente de Direito Penal no Centro Universitário Campo Real, mestranda pela Universidade Estadual do Centro Oeste.

No Brasil o crime de peculato está previsto no código penal, do art. 312 ao 313-B, subdividido em várias modalidades de condutas. No que tange a aplicação do princípio da insignificância (exclusão da tipicidade material em razão da baixa ofensividade ao bem jurídico tutelado) a tal crime, a doutrina e a jurisprudência divergem, ora dizendo ser possível, analisado o caso concreto, ora relatando que não é aplicável devido a ofensa à moral administrativa.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo elucidar as nuances doutrinárias acerca do crime supramencionado, especificamente o (in)cabimento do princípio da insignificância ao mesmo.

2. PECULATO

As modalidades do peculato estão previstas no art. 312 e seguintes do CP, que se divide em: apropriação (artigo 312, caput, 1ª parte), desvio (art., 312, caput, 2ª parte), furto (art. 312, § 1º), culposo (art. 312, § 2º), mediante erro de outrem (art. 313), e eletrônico: (art. 313 – A e B). Trata-se de crimes contra a administração pública, cometido por funcionários públicos, tanto os titulares quanto os que exercem função equiparada em entidade paraestatal, conforme art. 327 do Código Penal. Neste crime o entendimento geral é que o sujeito ativo é exclusivamente o funcionário público (em sentido amplo), tendo como sujeito passivo o Estado e o ente prejudicado.

O peculato por apropriação é o previsto na primeira parte do caput do artigo 312, e como o próprio nome já insinua, é a ação de apropriar-se de dinheiro ou bens valoráveis em razão do cargo que possui, não importando se o bem público ou privado. O agente tinha a liberdade desvigiada da coisa, inverte a posse, e age como se fosse dono, o chamado animus rem sibi habendi. (GRECO, 2015)

O peculato por desvio é previsto na segunda parte do caput do artigo 312, em que o agente não inverte a posse da coisa agindo como se dono fosse, mas desvia o dinheiro ou outro bem, visando favorecer a si mesmo ou terceiro, não havendo destino determinado do bem, podendo se aproveitar materialmente ou moralmente da ação. Essas duas formas de peculato são chamadas de peculato próprio onde o indivíduo tem o valor ou o bem em seu poder tendo em vista o serviço que presta a administração pública. (GRECO, 2015)

Existe também a modalidade de peculato conhecida como imprópria, prevista no § 1º do art. 312, que se configura quando o agente não deveria ter a posse do bem, mas subtrai ou deixa o bem ser subtraído em favor de si mesmo ou de outra pessoa, por conta das vantagens e facilidades que o cargo que ocupa lhe oferece. (GRECO, 2015).

Ainda, é previsto o peculato na modalidade culposa no § 2º do art. 312 do Código Penal, que ocorre quando um funcionário da administração está responsável pelo dinheiro ou pelo bem e não toma o devido cuidado, possibilitando que um terceiro aproprie-se da coisa (GRECO, 2015)

2.1 APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA

O direito penal é uma ferramenta sancionatória utilizada como ultima ratio, com o objetivo de proteger bens jurídicos de maior importância dentro do direito. Dessa forma, o estatuto penal está intimamente ligado aos princípios da intervenção mínima e da legalidade, este, conceituando que não há crime sem lei anterior que o defina (art 5º, XXXIX, CF)

Como entende Rogério Greco, o princípio da intervenção mínima tem a função de proteger determinados bens que se apresentam como de interesse jurídico, a fim de que estes sejam protegidos pelo direito penal (2017, p. 97–126)

Todos estes institutos jurídicos dão condições de sustentação do princípio da insignificância, que manifesta-se com o objetivo de excluir certas condutas, que apesar de possuírem tipificação formal, causam danos irrisórios, o suficiente para que sejam desconsideradas para fins penais por meio da não incidência da tipicidade material.

> Quando o legislador penal chamou a si a responsabilidade de tutelar determinados bens – por exemplo, a integridade corporal e o patrimônio -, não quis abarcar toda e qualquer lesão corporal sofrida pela vítima ou mesmo todo e qualquer tipo de patrimônio, não importando o seu valor. (GRECO, 2017, p. 113)

Partindo dessa premissa, entende-se que pode ser aplicado o princípio da insignificância com base em determinados requisitos: mínima ofensividade da conduta; ausência de periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica.

Compreende-se, portanto, que o princípio da insignificância é essencial ao direito penal, ao tornar atípicas as condutas de irrisório potencial lesivo ao bem tutelado. Desta forma, os tipos penais concentram-se em aplicar medidas sancionatórias contra questões de relevante valor jurídico.

Assim, no que se refere aos crimes contra administração pública, em específico as modalidades de peculato, existe divergência doutrinária e jurisprudencial quanto a (im)possibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Explica-se:

O STJ firmou entendimento em súmula (599 STJ) quanto à inaplicabilidade do princípio da insignificância aos crimes contra administração pública, embasado na tese de que a norma pretende resguardar não somente o patrimônio público, mas também a moral administrativa que resta violada ao menor dano contra a entidade pública.

> O entendimento firmado nas Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que não se aplica o princípio da insignificância aos crimes contra a Administração Pública, ainda que o valor da lesão possa ser considerado ínfimo, uma vez que a norma visa resguardar não apenas o aspecto patrimonial, mas, principalmente, a moral administrativa. (STJ, 2012)

Diferente é o entendimento do STF e de grande parte da doutrina, que entende que a aplicabilidade do princípio da insignificância é determinada pela gravidade da conduta, como leciona Rogério Greco:

“Entendemos, com a devida vênia, que não podemos fechar as portas do princípio simplesmente por estarmos diante de crimes dessa natureza. O caso concreto, observado de acordo também com o princípio da razoabilidade, é que determinará sobre a possibilidade ou não do reconhecimento do mencionado princípio.” (GRECO, 2015, p. 749)

Dessa forma, percebe-se que o conflito entre o princípio da insignificância e o interesse público divide entendimentos na área jurídica. Ressalta-se no entanto que

a lógica jurisprudencial não deve ser observada de forma diferenciada quanto à aplicação em crimes contra indivíduo certo, pois subentende-se que o valor normativo dos princípios é suficiente para demonstrar o caráter inquestionável de sua aplicação a todos os casos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os entendimentos controversos quanto a aplicabilidade do princípio da insignificância expõe a complexibilidade da análise deste tema que está longe de ser pacificado de mesmo entendimento pelos tribunais.

A divergência não envolve apenas um embate no campo teórico, mas também remete-se aos casos que vêm sendo julgados de forma distinta pelos tribunais, que, desta forma, comprometem a singularidade da interpretação da norma jurídica.

4 REFERÊNCIAS

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: Parte geral**. 17 ed. Rio de Janeiro: Editora Impetus LTDA, 2015. 920 p.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro: Ed Forense, 1959, v IX.

MÉDICI, Sérgio de Oliveira. **Apontamentos sobre o crime de peculato**. Justitia, São Paulo, v. 61, n. 185/188, p. 28-38, jan./dez. 1999. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/23540>. Acesso em: 25 ago. 2018

STJ - AgRg: 1275835 SC 2011/0212116-0, Relator: Ministro Adilson Vieira Macabu, Data de Julgamento: 11/10/2011, Quinta turma. **Jusbrasil**, disponível em :https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21283804/agravo-regimental-no-recurso-especial-agrg-no-resp-1275835-sc-2011-0212116-0-stj

SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA

BORTOLINI S. Paula[174]
SVENAR T. Flavianne[175]
HINO Z. Lucilene[176]

RESUMO: Este trabalho apresenta breve teoria sobre suicido na adolescência e as características desta fase. A adolescência é uma fase marcada por transições, e muitas vezes, os jovens passam por dificuldades emocionais e psicológicas. Se o adolescente não tiver apoio, como a família, para passar pelas mudanças que ocorrem por todas as esferas da sua vida, essas dificuldades podem gerar conflitos, podendo surgir transtornos psicológicos, escolares e na sociedade em geral. Alguns adolescentes não conseguem lidar com a frustração, há pouca capacidade de resolução dos problemas e estratégias para contornar obstáculos; muitas vezes, a única forma de "fugir", é recorrendo ao suicídio causando dados alarmantes, mostrando a necessidade de prevenção e conscientização.

Palavras-chave: Suicídio. Adolescente. Prevenção. Ideação suicida.

INTRODUÇÃO

Com base nos estudos realizados através das bibliografias e artigos, foram levantados dados sobre os índices de suicídio na adolescência e suas possíveis causas, abordando os problemas que podem afetar o indivíduo de uma forma direta, como por exemplo, causas sociais, familiares, transtornos (bipolar,alimentares, borderline, TOC, entre outras), doenças, bullying, sexualidade, etc.

O presente trabalho teve como objetivo coletar dados sobre as taxas de suicídio nessa fase, que vem apresentando números alarmantes, segundo a OMS; em 2009 foram registrados em Portugal cerca de 1025 mortes provocadas propositalmente entre indivíduos que estão entrando na puberdade até os adultos jovens, o que se dá com mais frequência entre jovens que se sentem rejeitados, sofrem abandono, violência sexual, depressão e similares.

A intenção deste, fora para conscientização sobre os riscos e os problemas psicológicos, que estão cada vez mais presentes nos jovens, trazendo danos a vida e bem estar dos adolescentes, que por sua vez, é um problema que envolve necessidade de olhares mais atentos para os sintomas que estes apresentam. A adolescência trata-

[174] Acadêmica de psicologia, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[175] Acadêmica de psicologia, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[176] Orientadora das autoras deste artigo, formada em Psicologia, especialista em intervenções clínicas e saúde mental, docente do Centro Universitário Campo Real,

se de uma fase complicada, a qual existem muitas oscilações emocionais, mudanças físicas, alterações no humor, dúvidas em relação à sexualidade, entre outros tipos de alterações que ocorrem neste período. É de suma importância que se invista mais em programas sociais, principalmente nas escolas, para a prevenção do suicídio, para que a população em geral saiba como lidar com essa situação, fazendo assim com que os pais possam tomar consciência do risco que seus filhos podem estar passando e, também, para apoiar os jovens que, por muitas vezes, se sentem sozinhos e se veem sem condições de pedir ajuda; podendo assim ocorrer a prevenção de casos que poderiam ser evitados se os cuidadores tivessem um olhar mais abrangente para esses sinais.

2 DESENVOLVIMENTO

A adolescência se inicia por volta dos 12 anos de idade (podendo variar de pessoa pra pessoa), durante essa fase, de acordo com o fator biológico ocorre a transição entre a infância e a vida adulta, identificada principalmente, pelas transformações biológicas da puberdade e relacionadas à maturidade biopsicossocial. Na fase da adolescência ocorre a busca pela identidade, onde o indivíduo se torna inseguro e anseia por seu lugar no mundo/sociedade. Neste período há dúvidas sobre a sexualidade, religião, grupo onde será aceito, busca dessa aceitação, problemas de relacionamentos amorosos e familiares, entre outras diversas situações que fazem essa fase tornar-se mais difícil. (OUTEIRAL, 2008). O fator cultural, racial, econômico, étnico e ambiente familiar também podem influenciar no comportamento e pensamento suicída, por isso é importante considerar os aspectos geográficos e culturais que muitas vezes relacionam-se com as tentativas de suicídio, com o intuito de desenvolver explicações multifacetadas sobre as principais causas do fenômeno em questão (Baptista, 2004).

Esta fase de transição onde o adolescente passa por desequilíbrios e instabilidade extrema é denominada por Aberastury (2000) como “síndrome normal de adolescência”, que segundo a autora é necessária para o adolescente, pois é neste processo que ele vai desenvolver sua identidade. Durante essa fase o adolescente deve deixar sua infância e enfrentar o mundo dos adultos, tendo altos e baixos no decorrer dessa fase, pois não está totalmente preparado para as responsabilidades da vida

adulta e muitas vezes não deseja perder a comodidade da infância. (ABERASTURY, 2000)

Segundo Aberastury (2000) por conta da crise existencial que ocorre nessa idade, os adolescentes são os mais propícios a sofrer os impactos de uma realidade frustrante. O adolescente apresenta uma vulnerabilidade que o torna sujeito a "absorver" os conflitos dos outros: pais, irmãos, amigos e de toda a sociedade. Ou seja, ele assume os aspectos mais doentios do meio em que vive, e isto faz com que adquira as características de todo o mal e permita assim a agressão do mundo do adulto, com singulares características sadomasoquistas. A repressão que o jovem sofre só agrava os conflitos pelos quais esta passando, causando um desenvolvimento de personalidade e de grupos sociais cada vez mais anormais, o que caracteriza em ultima instância uma autodestruição suicida da sociedade. (ABERASTURY, 2000)

Alguns adolescentes podem, por muitas vezes, achar que não são compreendidos e sentem-se inseguros, trancando-se em seu quarto desejando sumir; nesta fase ocorrem mudanças repentinas de humor, denominado labilidade emocional e isto é normal durante a adolescência. Torna-se preocupante se esses comportamentos forem frequentes, pois podem de fato estar sofrendo além daquilo que é esperado destes jovens, sendo transtornos, depressão, ansiedade, abusos (físicos, emocionais, psicológicos e sexuais), e requer uma atenção redobrada quando surgem comportamentos repetitivos, como raiva, tristeza, jovem muito quieto, isolado, etc. (ESSLINGER & KOVÁCS, 2006)

Com os adolescentes passando por essa fase de transição, o comportamento suicida pode vir a aparecer, podendo este ser dividido em três categorias: ideação suicida, tentativa de suicídio e suicídio consumado. Esta decisão de cometer suicídio não é um processo rápido, ou seja, não ocorre de uma hora para outra; sendo com frequência alguns sinais manifestados anteriormente, como automutilação, por exemplo. "O suicídio refere-se ao desejo consciente de morrer e à noção clara do que o ato executado pode gerar" (ARAÚJO *et al.*, 2010).

> "Os números elevados de suicídio na adolescência apontados em estudos podem ser explicados, não sendo uma regra, pela dificuldade que grande parte dos jovens têm de enfrentar as exigências sociais e psicológicas impostas pelo período da adolescência, o que podem impulsionar esses jovens a desenvolverem pensamentos e comportamentos suicidas. As ideias de morte também podem surgir

> como uma estratégia dos jovens para lidar com problemas existenciais, como a compreensão do sentido da vida e da morte" (Borges *et al.*, 2008).

Atualmente tem havido um aumento do número de suicídios na adolescência, já sendo considerado como a segunda causa da morte de jovens entre 15 e 19 anos. Apesar de a estatística demonstrar esse aumento, praticamente não houve avanço na concepção que as pessoas têm do indivíduo suicida, inclusive entre os profissionais de saúde, muitas vezes, esse ato é visto como uma "ousadia irreverente" falta de responsabilidade, inconsequência e até mesmo fraqueza. (Guerra, 2015);

> Assim, se, em vez de vermos neles [nos suicídios] apenas acontecimentos particulares, isolados uns dos outros e que necessitam cada um por si de um exame particular, considerarmos o conjunto dos suicídios cometidos numa sociedade dada durante uma unidade de tempo dada, constatamos que o total assim obtido não é uma simples soma de unidades independentes, um todo de coleção, mas que constitui em si um fato novo e sui generis, que possui a sua unidade e a sua individualidade, a sua natureza própria por conseguinte, e que, além disso, tal natureza é eminentemente social. (DURKHEIM, 1977, p. 14)

Muitos motivos podem levar uma adolescente a cometer o suicídio, dentre eles: as drogas; a timidez; o fracasso escolar; problemas de relacionamento familiar, sentimental e sexual; todavia, esses fatores se mostram mais potentes se vierem acompanhados da depressão, que se apresenta como a principal causa de suicídio nessa faixa etária. O suicídio ocasionado por uma depressão não ocorre de uma hora para outra, muitas vezes é planejado, e salienta-se aqui que na grande maioria das vezes os adolescentes suicidas dão sinais e "avisos" de seus sintomas.

Outro ponto a se destacar é que o fato de a sociedade ter uma visão distorcida sobre o ato suicida ocorre uma resistência ao socorro a esse adolescente, que quando comete o suicídio não quer acabar com a vida, mas com o sofrimento insuportável que aflige sua existência. (Guerra, 2015)

Dados recentes mostram que, em 12 anos, a taxa de suicídios na população de 15 a 29 anos subiu de 5,1 por 100 mil habitantes em 2002 para 5,6 em 2014 - um aumento de quase 10%. Os números obtidos com exclusividade pela BBC Brasil são do Mapa da Violência 2017, estudo publicado anualmente a partir de dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (BBC, Brasil). Na faixa etária de 15 a 29 anos, a taxa de suicídio tem se mantido sempre um pouco acima da verificada na população brasileira como um todo, segundo a publicação "Os Jovens do Brasil", lançado por Waiselfisz em 2014. Em alguns países como Canadá, Sri Lanka,

Áustria, Finlândia e Suíça, o suicídio em adolescentes e adultos jovens está se configurando em um padrão epidêmico (Meneghel *et al.*, 2004). Nesse sentido, a adolescência tem sido considerada um período vulnerável ao comportamento suicida.

Os jovens da atualidade sofrem com uma sobrecarga de responsabilidades na sociedade, causadas pela pressão de TER/SER, ser aceito pelos grupos sociais onde está inserido e ter responsabilidades desde cedo, muitas vezes cobradas pela família. Essa sobrecarga, somada as mudanças transitórias que os jovens sofrem, aumentam a probabilidade de um suicídio vir a acontecer, mas, os jovens que tentam ou consumam o ato não querem acabar com a vida, querem acabar com a dor, e quando não veem outra saída, se matam.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se através dos estudos realizados sobre a necessidade de conhecer os fatores de riscos que podem levar o adolescente a suicidar-se, as formas de prevenção para que este ato não ocorra, podem incluir observação e atenção aos sintomas e aos sinais dados pelos indivíduos com ideação suicida, acolher o adolescente em suas fragilizações, dúvidas, medos, angústias, fortalecimentos dos vínculos familiares, entre outros. O tratamento psicológico pode se mostrar importante e necessário nestes casos, para que assim haja intervenção amenizando sintomas e possibilitar a preservação da saúde e bem estar do sujeito; a abordagem da psicanálise seria uma das opções, pois pode trabalhar com o problema e a causa, melhorar a compreensão do sujeito sobre si mesmo e ao estabelecer vínculo com o paciente auxilia sua relação junto aos familiares e outros profissionais (caso houver) para que todos possam desenvolver estratégias de cuidados para este problema social.

4 REFERÊNCIAS.

OUTEIRAL, José. **Adolescer.** Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

ESSLINGER, Ingrid. **Adolescência: Vida ou Morte?.** São Paulo: Atica, 2006.

ABERASTURY, Arminda. **Adolescência normal.** Artmed 2000**.**

DURKHEIM, Emile. **O Suicídio.** Martin Claret 2005.

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822013000100002> acesso em: 10 de julho de 2017, 14h26min.

FARIA, A, C, G, M. **Suicídio na Adolescência.**

Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede 2014> acesso em: 01/09/2018 as 19:45

BBC Brasil; Crescimento constante: taxa de suicídio entre jovens sobe 10% desde 2002 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39672513> acesso em:01/09/2018 as 20:16

GUERRA, L, F; O suicídio na adolescência. Portal Educação. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br> acesso em:01/09/2018 as 20:40.

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO O CERNE GRAMATICAL E AXIOLÓGICO/VALORATIVO DOS DEMAIS FUNDAMENTOS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LIBERALESSO, Evandro Facco[177]
NOGUEIRA, Meliane Ludimar Domenico[178]
FONTES, Evelyn Cavali da Costa Raitz[179]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo promover uma reflexão acerca da dignidade da pessoa humana como elemento central do Artigo 1º da Constituição Federal, a fim de demonstrar que a opção legislativa ultrapassa a mera questão gramatical, chegando às raias de erigir o dito fundamento como norte interpretativo, limitativo e expansivo dos demais fundamentos da república federativa do Brasil e, consequentemente, de todo o Ordenamento Jurídico.

Palavras-chaves: Dignidade. Fundamento. República. Sobreprincípio.

1 INTRODUÇÃO

Os fundamentos da República Federativa do Brasil, assim como o princípio da separação dos poderes, a indissolubilidade do vínculo federativo, os objetivos fundamentais e os princípios que regem as relações internacionais, são considerados princípios político-constitucionais, ou seja, são os pilares do ordenamento jurídico brasileiro.

Tão importantes que são, estão elencados no abrir de portas da Constituição Federal, especificamente no Título I, e representam as características essenciais do Estado brasileiro. Todavia, de numa análise mais acurada do próprio Artigo 1º da Lei Maior, é possível perceber que a dignidade da pessoa humana como ponto central do dispositivo ultrapassa a questão gráfica, chegando às raias de significar o ponto de equilíbrio e limitação/expansão dos demais fundamentos.

2 DESENVOLVIMENTO

Os fundamentos da República Federativa do Brasil estão previstos no Art. 1º da Constituição Federal de 1988:

[177]Aluno do Curso de Direito Noturno, 3º período do Centro Universitário Campo Real.
[178]Aluna do Curso de Direito Noturno, 3º período do Centro Universitário Campo Real.
[179]Orientadora e Professora da Disciplina de Direito Constitucional I, Centro Universitário Campo Real.

> "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
> I - a soberania;
> II - a cidadania
> III - a dignidade da pessoa humana;
> IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
> V - o pluralismo político".

A análise gráfica do dispositivo deixa expresso que a dignidade da pessoa humana está colocada como elemento central dos fundamentos da república federativa do Brasil. Contudo, analisando detidamente cada um dos demais pilares trazidos pelo dispositivo, a conclusão inexorável é a de que a posição semântica não foi mera coincidência, de modo que a dignidade é o ponto limitador/expansor de interpretação e aplicação de todos os demais fundamentos trazidos pela Lei Maior. Daí a se dizer que a dignidade da pessoa humana ocupa a posição central, tanto gramática quanto axiológica/valorativamente.

O respeito pela dignidade na Constituição Federal foi repetido do paradigmático Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, segundo o qual "*todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Dotados de razão e consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade*". A previsão, portanto, da dignidade da pessoa humana como fundamento da republica federativa do Brasil é consequência lógica e inafastável daquela normativa convencional e suprema.

Basicamente, pois, é o cenário legislativo brasileiro atual acerca da dignidade da pessoa humana: convenção e constituição. Isso deixa transparecer a centralidade do homem no Ordenamento Jurídico. Nos dizeres de Silva (*apud* PIOVESAN, 2003, p. 192).

> É a primeira vez que uma Constituição assinala especificamente, objetiva do Estado Brasileiro, não todos, que seria despropositado, mas os fundamentais, e, entre eles, uns que valem como base das prestações positivas que venham a concretizar a Democracia econômica, social e cultural, a fim de efetivar na prática a dignidade da pessoa humana.

Sob o prisma mencionado, portanto, de que a dignidade da pessoa humana ultrapassa a posição gráfica central do artigo representativo do abrir de portas da Constituição Federal, colocando-se, verdadeiramente, como o ponto nodal e fulcral de todo o Ordenamento Jurídico, passa-se à análise dos demais fundamentos da república federativa do Brasil com o objetivo de corroborar tal afirmativa.

Nesse caminho, a **soberania,** como característica fundamental do Estado, pode ser considerada um poder supremo e independente, garantindo que a vontade do Estado não seja subordinada a qualquer interferência interna ou externa.

Assim, no âmbito interno, o Estado brasileiro é superior a todas as outras pessoas, sendo que suas decisões prevalecem sobre a de grupos sociais. Já na órbita internacional, apesar de o nosso Estado ser igual aos demais - pois a igualdade é um dos princípios adotados pela República Federativa do Brasil (RFB) nas suas relações internacionais -, somente se submete a regras às quais manifestar livremente o seu consentimento.

Acontece que até mesmo a soberania deve respeitar a dignidade da pessoa humana. Ou seja, se o Estado somente se vincula às normas que voluntariamente aderiu tal discricionariedade não prevalece no que pertine àquele fundamento maior. Afinal, a partir do momento em que o Estado subscreveu a supramencionada Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 1948, abriu mão de cumprir a legalidade pura e simples, comprometendo-se a respeitar o ser humano como norte de atuação. Nesse aspecto, memora-se a lição da doutrinadora Flávia Piovesan (2003, p. 188):

> Sob o prisma jurídico, percebe-se que a primazia da pessoa, fundada na dignidade humana, é resposta à aguda crise sofrida pelo Positivismo Jurídico. Tal crise é emblematicamente associada à derrota do Fascismo na Itália e do Nazismo na Alemanha. Estes movimentos políticos e militares ascenderam ao poder dentro do quadro da Legalidade e promoveram a barbárie em nome da lei, como leciona Luiz Roberto Barroso. Basta lembrar que os principais acusados em Nuremberg invocaram o cumprimento da lei e a obediência a ordens emanadas da autoridade competente. [...]

Ao fim e ao cabo, a soberania, a partir da adesão ao documento de 1948, é limitada, interpretada e dosada a partir da dignidade da pessoa humana, de modo a transparecer que até mesmo o Estado encontra condicionante na sua órbita de atuação.

Não é diferente quanto à **cidadania**, segundo fundamento na ordem do Art. 1º da Constituição Federal, o qual se mostra intimamente ligado ao conceito de democracia, pois supõe que o cidadão participe da construção do seu Estado, visando o bom funcionamento das instituições.

Contudo, somente é possível cogitar cidadania, ou melhor, exercício da verdadeira e material democracia, se garantida dignidade à pessoa humana. Afinal, as opções políticas (não somente partidárias) são influenciadas pela situação atual do ser humano. A título de exemplo, como esperar exercício da democracia material – e não

meramente formal a partir do voto - de quem não tem instrução básica, saúde, alimentação, moradia ou segurança? Será que o resultado não seria deturpado e condicionado à superação imediata dessas omissões estatais?

Prosseguindo na análise dos fundamentos da República Federativa do Brasil, a **livre iniciativa** reforça a condição de que o Estado brasileiro é capitalista, já que o trabalho é garantia de subsistência das pessoas e busca o estímulo ao crescimento e ao desenvolvimento do País. Contudo, vai, no mesmo dispositivo, obtemperada pelos **valores sociais**, deixando expresso que a dignidade da pessoa humana é o freio/contrapeso à livre iniciativa, a qual não deve subjugar os trabalhadores, sob pena de violação do preceito constitucional. O artigo 170 da Constituição Federal reforça esse fundamento ao afirmar que "*A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social*...".

Por fim, o **pluralismo político**, além de conceder a liberdade de criação e funcionamento dos partidos políticos, outorga aos cidadãos liberdade de convicção política e filosófica, garantindo a participação de diferentes grupos sociais no processo político nacional. No entanto, o pluralismo político não resguarda os discursos de ódio, assim considerados quaisquer manifestações com o propósito de inferiorizar uma pessoa com base na raça, religião, nacionalidade ou opção sexual. Mais uma vez, portanto, a dignidade da pessoa humana mostra-se como o ponto de equilíbrio e limite interpretativo do fundamento.

Nesse prisma, coligadamente ao ser humano, o fundamento dignidade da pessoa humana é núcleo base e informador de todo o Ordenamento Jurídico, como critério interpretativo, programático e normativo. Considerando que o direito nacional deve ser visto como um sistema, cujo ápice é a Constituição Federal, pode-se afirmar que "*a dignidade humana simboliza, deste modo, um verdadeiro superprincípio constitucional, a norma maior a orientar o Constitucionalismo contemporâneo, nas esferas local e global, dotando-o de especial racionalidade, unidade e sentido*". (PIOVESAN, 2003, p. 195).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise dos fundamentos da república federativa do Brasil, mormente da dignidade da pessoa humana, conclui-se que sua colocação como normativa central do

dispositivo que encabeça a Constituição Federal não foi mera opção legislativa despida de sentido prático. Ao contrário, mostra-se como mensagem clara e manifesta da consagração da dignidade da pessoa humana como fundamento do próprio Estado democrático de direito, de modo que possível, ainda, a expansão do pensamento a ponto de referir que todas as normas, incluindo os direitos fundamentais, devem servir de alicerce àquela premissa, mesmo que isso signifique a limitação de direitos consagrados.

Por fim, cabe destacar que, apesar de os elementos do Artigo 1º da Constituição ser princípios primordiais e basilares do Ordenamento Jurídico, a dignidade da pessoa humana se sobrepõe aos demais, consolidando-se como centro gramático e axiológico/valorativo dos fundamentos da república federativa do Brasil.

4 REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. 1948. "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**". Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm >. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 05 de Outubro de 1988**. 1998ª. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Dos Princípios Constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição**. In: LEITE, George Salomão. **Dos Princípios Constitucionais: considerações em torno das normas principiológicas da Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 180-97.

CRIAÇÃO, OBJETIVOS E FUNÇÕES DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO.

BINI, Thiago[180]
LIBERALESSO, Evandro Facco[181]
NOGUEIRA, Meliane Ludimar Dominico[182]
MALUF, Juliana[183]

RESUMO: Com o objetivo de promover, supervisionar e liberalizar o comércio internacional, a OMC foi criada em 1994 pelo Acordo de Marrakesh, mas iniciou suas atividades a partir de 1º de janeiro de 1995. Entre seus objetivos, destaca-se o aumento da produção e do comércio de bens e serviços e a utilização dos recursos mundiais compatíveis com o desenvolvimento sustentável. O objetivo do presente trabalho é visitar o assunto no viés da criação, dos objetivos e funções da Organização Mundial do Comércio. Utilizou-se do método dedutivo, com base na revisão bibliográfica, visando o debate e a discussão sobre o assunto.

Palavras-chaves: Criação. Objetivos. Funções. OMC.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada em 1994 pelo Acordo de Marrakesh. Tal acordo é também conhecido como Acordo Constitutivo da OMC.

Porém, iniciou suas atividades em 1º de janeiro de 1995 e desde então tem atuado como a principal administradora do sistema multilateral de comércio, o qual não fica restrito a uma determinada região do globo terrestre, mas sim vinculado a todos os seus Membros. Esse sistema compreende um conjunto de regras e acordos que regulam o comércio internacional. Atualmente a OMC é composta por 164 Membros e sua cede está localizada em Genebra, na Suíça.

As reuniões acontecem de dois em dois anos, ocasião em que são exercidas as diversas funções atribuídas a essa organização internacional como a administração dos acordos comerciais celebrados entre seus Membros, a promoção de foros para negociações, a mediação de disputas comerciais, a monitoração das políticas nacionais de comércio, a assistência técnica e o treinamento aos países-membros em desenvolvimento.

[180]Aluno do Curso de Direito Noturno, 3º período do Centro Universitário Campo Real.
[181]Aluno do Curso de Direito Noturno, 3º período do Centro Universitário Campo Real.
[182]Aluna do Curso de Direito Noturno, 3º período do Centro Universitário Campo Real.
[183]Orientadora e Professora da Disciplina de Direito Internacional, Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

O Acordo Constitutivo da OMC é o instrumento jurídico que define as bases dessa organização mundial. Através da leitura do preâmbulo desse acordo, é possível entender as diretrizes da organização.

> As Partes do presente Acordo,
> Reconhecendo que as suas relações na esfera da atividade comercial e econômica devem objetivar a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e um volume considerável e em constante elevação de receitas reais e demanda efetiva, o aumento da produção e do comércio de bens e de Serviços, permitindo ao mesmo tempo a utilização ótima dos recursos mundiais em conformidade com o objetivo de um desenvolvimento sustentável e buscando proteger e preservar o meio ambiente e incrementar os meios para fazê-lo, de maneira compatível com suas respectivas necessidades e interesses segundo os diferentes níveis de desenvolvimento econômico,
> Reconhecendo ademais que é necessário realizar esforços positivos para que os países em desenvolvimento, especialmente os de menor desenvolvimento relativo, obtenham uma parte do incremento do comércio internacional que corresponda às necessidades de seu desenvolvimento econômico,
> Desejosas de contribuir para a consecução desses objetivos mediante a celebração de acordos destinados a obter, na base da reciprocidade e de vantagens mútuas, a redução substancial das tarifas aduaneiras e dos demais obstáculos ao comercio assim como a eliminação do tratamento discriminatório nas relações comerciais internacionais,
> Resolvidas, por conseguinte, a desenvolver um sistema multilateral de comércio integrado, mais viável e duradouro que compreenda o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, os resultados de esforços anteriores de liberalização do comércio e os resultados integrais das Negociações Comerciais Multilaterais da Rodada Uruguai.
> Decididas a preservar os princípios fundamentais e a favorecer a consecução dos objetivos que informam este sistema multilateral de comércio,
> Acordam...

Nota-se, da leitura do primeiro parágrafo, que os objetivos dos Membros da Organização Mundial do Comércio são os seguintes:

1º) Elevar os níveis de vida da população: através do livre comércio pode-se proporcionar maior bem-estar aos consumidores, haja vista que estes passam a ter acesso a uma grande quantidade de produtos, por preços mais em conta e de melhor qualidade.

2º) Garantir o pleno emprego: o livre comércio proporciona uma alocação mais efetiva dos fatores de produção.

3º) Garantir um volume considerável e em constante elevação de receitas reais e demanda efetiva.

4º) Aumentar a produção e o comércio de bens e serviços: como consequência da criação da OMC, surgem outras áreas de comércio como a de serviços e direitos de propriedade intelectual.
5º) Utilizar os recursos mundiais de forma compatível com o desenvolvimento sustentável: com o propósito de estimular a proteção do meio ambiente, estimula-se a utilização de recursos naturais de forma mais responsável e consciente.

No parágrafo segundo do preâmbulo, consta, expressamente, o princípio do tratamento especial e diferenciado aos países em desenvolvimento, especialmente os de menor desenvolvimento relativo, cujo propósito é estimular a participação dos países em ascensão no comércio internacional, já que a maior parte dos Membros da OMC é composta por países em desenvolvimento.

O parágrafo terceiro define os métodos a serem empregados para fins de alcançar os objetivos propostos no parágrafo primeiro. Esses métodos buscam a liberalização do comércio internacional, o que será feito através da celebração de acordos com base na reciprocidade e na redução das tarifas aduaneiras e dos obstáculos que impedem o comércio, já que este é considerado o propulsor do desenvolvimento e crescimento econômico dos Estados.

O parágrafo quarto trata do desenvolvimento de um sistema multilateral mais viável e duradouro, ou seja, o acordo vigente anteriormente, Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), baseava-se tão somente em um acordo internacional. Já com a criação da OMC, institucionalizou-se efetivamente a regulação e o estímulo ao comércio internacional.

Quanto às funções da OMC, definidas no art. 3º do Acordo de Marrakesh, tem-se que:

> 1. A OMC facilitará a aplicação administração e funcionamento do presente Acordo e dos Acordos Comerciais Multilaterais e promoverá a consecução de seus objetivos e constituirá também o quadro jurídico para a aplicação, administração e funcionamento dos Acordos Comerciais Plurilaterais.
> 2. A OMC será o foro para as negociações entre seus Membros acerca de suas relações comerciais multilaterais em assuntos tratados no quadro dos acordos incluídos nos Anexos ao presente Acordo. A OMC poderá também servir de foro para ulteriores negociações entre seus Membros acerca de suas relações comercias multilaterais e de quadro jurídico para a aplicação dos resultados dessas negociações segundo decida a Conferência Ministerial.
> 3. A OMC administrará o entendimento relativo às normas e procedimentos que regem a solução de controvérsias (denominado a seguir ‘Entendimento sobre Solução de controvérsias’ ou ‘ESC’) que figura no Anexo 2 do presente Acordo.
> 4. A OMC administrará o mecanismo de Exame das Políticas comerciais (denominado a seguir ‘TPRM’) estabelecido no anexo 3 do presente Acordo.
> 5. Com o objetivo de alcançar uma maior coerência na formulação das políticas econômicas em escala mundial, a OMC cooperará no que couber com o Fundo

Monetário Internacional e com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e com os órgãos a eles afiliados.

Uma das funções desempenhadas pela OMC é a de administrar os acordos internacionais entre seus membros, facilitando sua aplicação, administração e funcionamento. Importante frisar que existem dois tipos de acordo firmados no âmbito dessa organização mundial: multilaterais e plurilaterais.

Os acordos multilaterais obrigam todos os integrantes da OMC, enquanto os acordos plurilaterais vinculam somente aqueles Membros que expressamente a eles desejarem se obrigar, ou seja, aquele que de forma facultativa aderir ao acordo.

Quando os Membros da OMC celebram acordos internacionais de comércio, atendendo ao princípio da reciprocidade, os países concedem vantagens mútuas entre si e esperam receber outras em troca. Nesses acordos a OMC deve atuar como foro para as negociações comerciais internacionais realizadas entre seus Membros.

No caso de um país-membro da organização internacional adotar uma política comercial não compatível com as regras do sistema multilateral, gerando conflitos comerciais entre seus Membros, a OMC deve envidar esforços para solucionar tais controvérsias comerciais.

Entre as funções da OMC, consta também a de revisar as políticas comerciais dos países-membros, o que permite uma maior transparência no sistema multilateral de comércio. As revisões ocorrem de forma periódica e com intervalos diferentes.

Não menos relevante que as demais, a cooperação entre as organizações internacionais também se encontra entre as funções da OMC. Essa cooperação visa buscar a formulação de políticas econômicas em escala global, alcançando uma maior coerência nas relações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio internacional é o responsável pelo estímulo ao desenvolvimento e ao crescimento econômico dos países. E é por meio das trocas comerciais realizadas entre os Estados que se promove tal desenvolvimento. Foi a partir disso que se instituiu a Organização Mundial do Comércio, para que criasse as condições e regras que permitissem a liberalização do comércio internacional.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio**, de 15 de abril de 1994. Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1994/decreto-1355-30-dezembro-1994-449684-anexo-pe.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2018.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 10.ed. São Paulo: LTr, 2010.

JÚNIOR, Alberto do Amaral. **OMC e o Comércio Internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

NASSER, Rabih Ali. **A OMC e os países em desenvolvimento**. V. 12. São Paulo: Política Externa, 2003.

CURANDEIRISMO COMO PRÁTICA CULTURAL

SCHIMITEZ, Carla Taina[184]
CARDOSO, Felipe Antonio[185]
OLIVEIRA, Lyandra Anita[186]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar as controvérsias existentes a respeito do Crime de Curandeirismo, analisando o Código Penal, Liberdade Religiosa e o Princípio da Intervenção Mínima, como também as respectivas doutrinas e jurisprudências relacionadas ao curandeirismo. Considerando que o Brasil é um Estado Laico, no qual é assegurada a liberdade de crença da população.

Palavras-chave: Curandeirismo. Liberdade Religiosa. Intervenção mínima.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo foram pesquisadas as formas de curandeirismo no Brasil, e as diversas religiões presentes em nossa cultura que praticam esse ato como forma de substituir a medicina moderna, analisando tal prática com o crime contra a saúde e a paz pública descrito no artigo 284° do código penal brasileiro.

Sendo o objetivo analisar as controvérsias existentes a respeito do Crime de Curandeirismo descrito no código penal brasileiro, tendo em vista o princípio da intervenção mínima, e também a liberdade religiosa existente em nosso país descrita na CF no artigo 5°, inciso VI, Tendo em vista a laicidade do Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

O curandeirismo é uma prática cultural que vem sendo realizada há muitos anos no Brasil, na qual o curandeiro afirma ter o poder de curar mediante métodos alternativos e forças “misteriosas”. Conforme conceitua MAGNO (2009): “O curandeirismo é crime previsto no art. 284 do CP porque o método alternativo utilizado

184 Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
185 Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
186 Direito, 6° período, Centro Universitário Campo Real.

pode piorar a situação do enfermo (...)". Portanto, a pratica de Curandeirismo é proibida, com o objetivo de tutelar a saúde pública, haja vista os riscos que a população corre ao ser exposta à praticas medicinais ministradas por quem não tem o mínimo de instrução e de conhecimento adequado de medicina.

Nesse sentido, o Código Penal tipifica em seu artigo 248, o crime de curandeirismo, qual seja:

> "CP. Art. 284. Exercer o curandeirismo:
> I – prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente qualquer substância;
> II – usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;
> III- fazendo diagnósticos:
> Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos.
> Parágrafo único: se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa".

Entretanto, vivemos em um país repleto de crenças, culturas, religiões como a Umbanda e o Candomblé que, além de suas rezas, orações e cultos, são praticados rituais empíricos, em que muitas vezes são utilizados materiais orgânicos, como técnicas "medicinais". Por vivermos em um Estado Laico, que tem como princípios a imparcialidade em assuntos religiosos, não apoiando nem discriminando nenhuma religião, nossa própria Constituição Federal prevê em seu artigo 5º, inciso VI: "É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias."

Logo, devemos ter muita cautela para não transgredir essa norma fundamental, ao analisar o crime de curandeirismo. Nesse sentido, Fernando Capez diferencia:

> (...) os atos que integram o ritual religioso, como os passes dados na religião espírita, na umbanda, as benzeduras ou o exorcismo realizados pelo padre católico, uma vez que constituem atos de fé e não geram efeitos prejudiciais à saúde pública, não constituem crime. Tal não se sucede se há a utilização dos rituais religiosos para o fim de tratamento de moléstias, como a prescrição de remédios e a realização de diagnósticos". (CAPEZ, 2005, PG. 249).

Logo, entende-se que somente haverá a prática do crime de curandeirismo, quando a prática oferecer risco à saúde pública, quando forem praticados atos que deveriam ser exclusivos do médico, como prescrever e ministrar remédios, e realizar diagnósticos.

Deve-se também analisar esse crime à luz do princípio da Intervenção Mínima do Estado na vida do particular, o Estado não deve intervir na crença de uma nação, na crença de determinado grupo de pessoas, desde que essa não ofereça real risco à saúde pública. Nesse sentido leciona GRECO:

> O poder punitivo do Estado deve estar regido e limitado pelo princípio da intervenção mínima. Com isto, quero dizer que o Direito Penal somente deve intervir nos casos de ataques muito graves aos bens jurídicos mais importantes. As perturbações mais leves do ordenamento jurídico são objeto de outros ramos do Direito (GRECO, 2010, pg 45).

Logo, entende-se que o Estado não deve interferir nas práticas baseadas na crença de determinado grupo, desde que estas não ofereçam risco à saúde pública.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da arte do Curandeirismo ser praticado na maioria das vezes por pessoas que não possuem instrução adequada, as quais se utilizando de meios principalmente naturais, embora sendo considerado crime, o Brasil como sendo um Estado Laico, que defende a inviolabilidade quanto liberdade a crença e consciência, também presando por princípios como Imparcialidade e Liberdade Religiosa, apenas irá intervir nesta pratica quando está vir a oferecer risco a saúde pública, ou seja, vir a ferir um bem protegido pela legislação brasileira. Precisando portanto, haver uma ponderação no momento de punir esta prática, priorizando os atos que virem a violar o bem jurídico tutelado.

4 REFERÊNCIAS

MAGNO, Alexandre. **Curandeirismo.** Disponível em:<http://www.alexandremagno.com/novo/faq/curandeirismo>. Acesso em: 28 ago. 2013.

BRASIL. Constituição Federal, de 05 de Outubro de 1988. Brasília, DF: Diário Oficial nº 191-A, 1988.

BRASIL. Código Penal. Art.284. **Vade mecum**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: dos crimes contra os costumes a dos crimes contra a administração pública. v. 3. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GRECO, Rogério. Código Penal: Comentado/ Rogério Greco – 4 ed. – Niterói, RJ: Impetus. 2010

AS DIFERENÇAS DO PERFIL CRIMINOLÓGICO ENTRE O SERIAL KILLER E O PSICOPATA

DIAMANT, Maria Luciana[187]
ROSAS, Rudy Heitor[188]

RESUMO: Existem diferenças entre *Serial Killer* e psicopata? Mesmo sendo assassinos, eles se diferenciam em suas motivações. O *Serial Killer* tende agir após uma situação traumática, seja no âmbito familiar e/ou social. O psicopata leva em consideração o seu "eu" para cumprir seus objetivos. Se passando por uma pessoa de boa índole. Logo, ficando acima de qualquer suspeita. Este trabalho foi baseado em pesquisas realizadas em livros, artigos e páginas da internet sobre o assunto. Primeiramente, será analisado cada um dos perfis individualmente. E para concluir, será comparado as diferenças encontradas entre o *Serial Killer* e o psicopata.

Palavras-chave: *Serial Killer*. Psicopata. Criminologia.

1 INTRODUÇÃO

A criminologia possui um papel importante, assim como a psicologia e a psiquiatria, que em conjunto procuram solucionar os inúmeros casos de assassinatos.

Neste artigo abordaremos a diferença entre o *Serial Killer* e o psicopata, procurando entender a mente de ambos, efetuando assim o estudo sobre os seus diferentes perfis criminológicos e sobre o que os motivam a cometer delitos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SERIAL KILLER

Lombroso (1816-1818), foi considerado o pai da criminologia moderna. Para ele, os criminosos teriam características próprias, seriam mais altos, teriam, crânios menores que os homens "normais" e maiores do que os crânios dos "loucos", possuiriam aparência desagradável, orelhas de abano, nariz adunco, queixo protuberante, maxilar largo, maças do rosto proeminentes, barba rala, cabelos revoltos, caninos grandes, cabelos e olhos escuros, além de ter olhar firme e vidrado, insensíveis a dor (CONSTRUINDO VICTORIA, 2013).

[187] Direito, 2º Período, Faculdade Campo Real.
[188] Professor, Faculdade Campo Real.

Porém, nos dias atuais, com a evolução dos estudos provenientes da criminologia, já se sabe que o *Serial Killer* é um criminoso que age de forma planejada, para alcançar a sua vítima.

Nem sempre a loucura leva ao crime, mas o crime pode levar a loucura (CASOY, 2004), o risco que a sociedade corre com a possível manifestações de *Serial Killer* e psicopatas, acaba nos deixando, apreensivos, já que esses criminosos não deixam transparecer nenhuma evidência por se tratar de pessoas com um Q.I. acima do normal.

Ouviu-se, pela primeira vez, o termo *Serial Killer* em 1970 por Robert Rossler, que na época já era aposentado do FBI.

James Brussel, foi o primeiro a estudar a mente de criminosos. Em seus estudos, gravava as suas entrevistas com *Serial Killers* que já tinham sido condenados e presos nos E.U.A. Entre eles, Emil Kenpler, Charles Mason, David Berkowitz (CASOY, 2004).

Para ser considerado um *Serial Killer*, algumas pessoas precisam ser mortas com as mesmas características ou mesmo ritual, a partir de dois assassinatos, poderá ser considerado um *Serial Killer* (PENTEADO FILHO, 2012).

Suas vítimas são escolhidas de acordo com sua aparência. Provavelmente, remetendo-os à algum evento traumático que aconteceu em sua infância. Como por exemplo: eventual abuso e/ou violência sexual. A sua satisfação vem do estar no controle. E uma das suas características, é de pegar um pertence da vítima, após cometer o delito, para lhe servir de troféu.

Estudos nos apresentam quatro tipos de *Serial Killer* (CASOY, 2004):

- **Visionário:** É um indivíduo completamente insano e psicótico. Ouve vozes dentro da sua cabeça e as obedece. Pode, também, sofrer alucinações ou ter visões.
- **Missionário:** Socialmente não demonstra ser psicótico, mas internamente tem a necessidade de “livrar” o mundo do que julga imoral ou indigno. Este tipo escolhe um certo grupo para matar, como prostitutas, homossexuais, etc.

- **Emotivos:** Matam por pura diversão. Dos quatro tipos estabelecidos, é o que realmente tem prazer de matar e utiliza requintes sádicos e cruéis
- **Libertinos:** São os assassinos sexuais. Matam por "tesão". Seu prazer será diretamente proporcional ao sofrimento da vítima sob tortura e ação de torturar, mutilar e matar. Canibais e necrófilos fazem parte deste grupo.

Além destes, temos os *Serial Killers* "organizados" e os "desorganizados". O comum entre todos eles é o sadismo e a desordem psicológica crônica e progressiva (CASOY, 2004).

Para o Dr. Joel Norris, o *Serial Killer* tem seis fases (CASOY, 2004):

1º. **Fase Áurea:** Onde o assassino começa a perder a compreensão da realidade.
2º. **Fase da Pesca:** Quando o assassino procura a vítima ideal.
3º. **Fase Galanteadora:** Quando o assassino seduz ou engana sua vítima.
4º. **Fase da Captura:** Quando a vítima cai na armadilha.
5º. **Fase do Assassinato ou Totem:** Auge da emoção para o assassino.
6º. **Fase da Depressão:** Ocorre depois do assassinato. Quando a depressão atinge, ele recomeça o seu ciclo de assassinatos desde o início.

Para eles, suas vítimas são apenas objetos que lhes interessam. Suas intenções é humilha-las, tortura-las e mata-las (CASOY, 2004).

A duração de cada crime pode variar de 36 a 94 minutos. As vítimas mais fracas fisicamente são as suas vítimas preferenciais, pois são mais fáceis para dominar. Como por exemplo: Prostitutas, vagabundas ou caronistas.

As mulheres também podem ser *Serial Killers*, suas vítimas são maridos, amantes, velhos ou doentes em fase terminal.

Algo que é comum a todos os *Serial Killers* são as fantasias compulsivas e complexas, considerando que o crime já é a sua fantasia. Onde eles planejam e executam a vítima. E a vítima é apenas um objeto que reforça esta fantasia.

Alguns *Serial Killers* matam as suas vítimas, e depois as mutilam. Algumas vezes deixando-as nuas para se sentirem no controle da situação (CASOY, 2004).

Para os profissionais forense, é muito importante traçar o perfil do criminoso, de maneira racional e lógica, baseando em estudos psicológicos e sociológicos.

Dentro da ciência forense, existem três tipos de cientistas (CASOY, 2004):

- **Cientista forense geral:** Tem conhecimento sobre a maioria dos assuntos, dos processos forenses e suas possibilidades de resultados.
- **Cientista forense especialista:** Tem conhecimento sobre um assunto específico. Por exemplo, numa cena de crime, o estudo das machas de sangue é feito por um serologista.
- **Cientista forense subespecialista:** Tem conhecimento específico sobre uma subcategoria. Como por exemplo, analista de DNA.

2.2 PSICOPATAS

Identificar um psicopata não é fácil. Considerado um transtorno de personalidade. Parecem ser pessoas inofensivas, que em muitas vezes são simpáticas, amáveis, prestativas, e que jamais levantaria qualquer suspeita (PENTEADO FILHO, 2012).

Segundo alguns estudos ela pode ser considerada uma doença.

Um indivíduo normal, quando tem que decidir ou realizar algo, coloca 3 coisas: a sua vontade, a sua razão e seus sentimentos. Já para o psicopata, o que mais importa, é colocar em prática apenas a sua razão (SILVA, 2008).

A mentira passa a ser um estilo de vida, que os acompanham desde o momento que começam a falar até o dia da sua morte. O único momento em que falam a verdade é quando a polícia os descobrem.

Muitos criminosos desejam riqueza, status e poder. Os psicopatas apresentam crueldade e cometem seus crimes por satisfação pessoal (SILVA, 2017).

Segundo a Dra. Ana Beatriz da Silva (2008), a psicopatia não é uma doença mental, é na verdade, uma personalidade diferenciada, uma maneira de ver o ser, na qual o outro não representa absolutamente nada.

Nos dias de hoje existem tratamentos que podem recuperar os psicopatas, entre eles: Terapia familiar ou socioterapia, para tentar curar esses indivíduos, tornando-os aptos a retornar à sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo realizado, se conclui que há diferenças no *modus operandi* entre o *Serial Killer* e o psicopata.

O *Serial Killer* tem a sua origem em eventuais traumas vivenciados, possivelmente, na infância. Mas nada impede que uma pessoa venha a se tornar em outras fases da vida. O *Serial Killer* planeja e executa suas vítimas sempre seguindo o mesmo ritual, inclusive guardando objetos pessoais delas como se fossem troféus.

O psicopata, por ser considerado um desvio de conduta, a sua manifestação ocorre na infância, com demonstrações de atos de maldade e sendo considerado um ser insensível ao próximo. Quando adulto, e em sociedade, se apresenta como uma pessoa simpática, educada, e que jamais levantaria alguma suspeita.

4 REFERÊNCIAS

CASOY, Ilana. **Serial Killer:** louco ou cruel?. 6. ed. São Paulo: Madras, 2004.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, Amanda Monique da. **O Perfil Criminológico dos Assassinos em Série**. Caruaru: ASCES/UNITA, 2017.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas:** O Psicopata Mora ao Lado. 1. ed. Bauru: Fontanar, 2008

As características de um criminoso segundo Cesare Lombroso. Construindo Victoria. Disponível em: <https://construindovictoria.wordpress.com/2013/03/04/as-caracteristicas-de-um-criminoso-segundo-cesare-lombroso/>. Acesso em: 08 set. 2018.

MERCOSUL: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO INTERNA

SANTOS, Leslie de Fatima[189]
PANKEVICZ, Marilene[190]
MALUF, Juliana[191]

RESUMO: O presente trabalho tem como elemento o Tratado do Mercosul no escopo a estruturação e organização interna do Mercosul. Uma Organização Internacional tem sua formação à composição de vários países que se unem com o intuito de cooperar e alcançar objetivos comuns. No que se refere à estrutura jurídica, podem ser supranacionais ou intergovernamentais, sempre preservando a soberania dos Estados. A busca ao estudo tem como objetivo trazer a estrutura normativa jurídica do Mercosul, visando o entendimento estrutural adotado pela composição dos Estados, tendo como método de pesquisa o dedutivo, utilizando análises bibliográficas.

Palavras-chave: Organizações Internacionais. Mercosul. Estrutura Jurídica.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo explanar a estruturação normativa e o arranjo interno dos Estados membros do Mercosul. Com destaque adotado a estrutura institucional e normativa intergovernamental, ou seja, a cooperação dos Estados membros com base na preservação total da soberania estatal de cada estado.

Em 1991 o Tratado de Assunção definiu órgãos internos de funcionalidade, sendo adotada a estrutura normativa intergovernamental, deixando assim definido nenhuma outra possibilidade de criação de órgãos supranacionais.

Este tratado é o documento fundamental de estrutura interna do “Mercado Comum do Sul”, que passou então ao definido Mercosul, onde estão definidos os princípios embrionários da instituição entre os Estados-Partes.

2 DESENVOLVIMENTO

No dia 26 de março de 1991, mais precisamente em Assunção, capital do Paraguai, foi fundado o Tratado de Assunção, que tem seus membros constituintes a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a

[189] Aluna do Curso de Direito Noturno, terceiro período do Centro Universitário Campo Real.
[190] Aluna do Curso de Direito Noturno, terceiro período do Centro Universitário Campo Real.
[191] Professora e Orientadora da Disciplina de Direito Internacional, Centro Universitário Campo Real.

República Oriental do Uruguai, formando assim os Estados-Partes e constituintes deste Tratado.

Na sua fundação foram instituídos ao Tratado 24 artigos que compuseram os princípios, os propósitos e os instrumentos internos da estruturação e organização deste encontro. Ainda compõe a estrutura normativa cinco anexos e dois protocolos, que visam celebrar em comum acordo entre os estados tudo que lhes traga benefícios. Ficou estabelecido entre os Estados membros e formadores do Tratado que a denominação "Mercado Comum do Sul" se chamaria então Mercosul e que se estabeleceria ate 31 de dezembro de 1994.

Como podemos observar em seu artigo primeiro acordaram:

> Art. 1º Os Estados-Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (Mercosul).
> Este Mercado comum implica:
> A livre circulação de bens, serviços e fatores entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
> (...)
> O compromisso dos Estados-Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

O artigo 9º do Tratado de Assunção traz a estrutura institucional do Mercosul e trata do quadro no que se refere a administração e execução do tratado e dos acordos específicos e decisões que se adotem no âmbito jurídico que o mesmo estabelece o período de transição e ficam a cargo dos órgãos a seguir: a) Conselho do Mercado Comum; b) Grupo Mercado Comum. Em 1994, com a celebração do Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto), ampliou a estrutura do Mercosul para seis órgãos. (Mazzuoli, 2013, pag. 679).

Nestes seis órgãos estruturais normativos e institucionais, veremos grupos e conselhos tratados dentro dos Estados-Partes.

Conselho do Mercado Comum (CMC). O Conselho é o órgão superior do Mercosul ao qual incumbe a condução politica do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum (art.3). É integrado pelos Ministros das relações Exteriores e pelos Ministros da Economia. Sua presidência é exercida por rotação dos Estados-partes, em ordem alfabética, pelo período de seis meses (art.5), [...].

Grupo Mercado Comum (GMC). Este é o órgão executivo do Mercosul (art. 10). É integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados pelos respectivos governos, dentre os quais devem constar necessariamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Ministérios da Economia e Bancos Centrais, sempre com a coordenação dos Ministérios das Relações Exteriores. (art.11). São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum (art. 14), velar o tratamento do Tratado e de seus Protocolos e dos Acordos firmados em seu âmbito [...].

Comissão de Comercio do Mercosul (CCM). Trata-se de órgão encarregado de assistir ao Grupo Mercado Comum. Compete a aplicação dos instrumentos de politica comercial comum dos Estados-partes para o funcionamento da união aduaneira. Acompanhar, revisar matérias relacionadas com o comercio intra-Mercosul e com terceiros países (art. 16). São integrantes quatro membros titulares e quatro membros alternos por Estado-parte. A função dessa comissão é velar pela politica intra-Mercosul e com terceiros países; considerar e pronunciar-se sobre as solicitações apresentadas pelos Estados [...].

Parlamento do Mercosul (Parlasul). Com origem, nos termos do Protocolo de Ouro Preto, havia uma Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), como órgão representativo dos parlamentos os Estados-partes do Mercosul (art. 22). Essa Comissão tinha por função dentre outras, encaminhar recomendações ao Conselho do Mercado Comum. Em meados de 2004 houve a decisão de criar o Parlamento do Mercosul, como previsto no regulamento. Como proposito o parlamento veio representar os povos do Mercosul, assumindo a defesa permanente da democracia, da liberdade e da paz, promover o desenvolvimento sustentável da região com justiça social e respeito à diversidade cultural de suas populações; garantir a participação dos atores da sociedade civil no processo de integração [...].As competências do Parlasul vêm definidas no art. 4 do Protocolo.

Foro Consultivo Econômico-Social (FCES). Representa os órgãos econômicos e sociais, integrado por igual número de representantes (art. 28 do Protocolo de Outro Preto). Tem função consultiva e se manifesta mediante Recomendações no Grupo Mercado Comum.

Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM). Grupo de apoio operacional do Mercosul, responsável pela prestação de serviço aos demais órgão do Mercosul, tendo sua sede na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Serve como arquivo oficial da

documentação do Mercosul, realiza a publicação das decisões tomadas, fazendo traduções autenticas para os idiomas espanhol e português (art. 39), [...]; informa e faz registros; desempenhar tarefas que sejam solicitadas pelo Grupo Mercado Comum e pela Comissão do Comercio Mercosul; faz prestação de contas e relatórios anuais de atividades; esta secretaria esta a cargo de um Diretor, que deve ser nacional de um dos Estados-partes, com mandato de dois anos sendo vedada a reeleição. (Mazzuoli, 2013, pag. 682-679-680).

Silva em sua tese destaca que “atualmente, a estrutura do Mercosul mostra-se muito mais complexa do que previsto em suas normas fundamentais, temos a presença de reuniões especializadas, Grupos Ad Hoc e Comitês”. (pag. 360).

Porém simplifica os propósitos previstos no tratado de Assunção:

> Mercado comum – 31.12.1994 - Livre circulação de bens/serviços/fatores produtivos - Estabelecimento de uma TEC + adoção de politica comercial comum - Coordenação das politicas macroeconômicas e setoriais = concorrência - Harmonização das legislações - Princípios: gradualidade – flexibilidade – equilíbrio - União aduaneira 31.12.2005 (Protocolo de Ouro Preto) - Implementação dos instrumentos de politica comercial - Elaboração de um quadro normativo complementar. (Silva, 2002, pag. 361).

Na norma constituinte dos tratados as regras são objetivas, devendo haver parcerias e objetivos claros entre os estados que compõe, justamente para que o intuito dos projetos desenvolvidos tenha propósitos alcançados, logrando êxito em todos os trabalhos desenvolvidos entre os Estados-partes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da busca e analise se obteve o conhecimento estrutural do Mercosul e que o tratado optou pela estrutura intergovernamental com a cooperação dos Estados e a preservação total da soberania de cada estado componente. O tratado Mercosul é um processo continuo, pois está sempre implementando em algum aspecto seja ele politico, econômico ou social.

4 REFERÊNCIAS

MAZZUOLI, **Coletânea de direito internacional**, atual até 01.10.2003, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de direito internacional público**. 7. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SILVA. Roberto Luiz. Direito internacional público. 2. ed. rev. atual. e ampl. Belo Horizonte, 2002. Acesso em: 31 jan. 2017.

http://trabalhos.congrega.urcamp.edu.br/index.php/mic/article/view/98. Acesso em: 12 de ago. 2018.

PODER JUDICIÁRIO: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

SANTOS, Leslie de Fatima[192]
PANKEVICZ, Marilene[193]
FONTES, Evelyn Raitz[194]

RESUMO: O presente trabalho tem como elemento principal a busca ao conhecimento a estruturação do Poder Judiciário Brasileiro e sua organização normativa. Com a Constituição Federal de 1988, nasceram os princípios imutáveis para o Estado, onde não há possibilidade de separação dos três poderes que são: Legislativo, Executivo e Judiciário. A busca ao estudo traz a organização do Poder Judiciário e a importante alteração, trazendo consigo a conquista de acompanhar e transformar a sociedade, com medidas necessárias assegurando direitos e deveres aos cidadãos a partir do texto Constitucional.

Palavras-chave: Constituição Federal de 1988. Poder Judiciário. Estrutura e Organização Jurídica.

1 INTRODUÇÃO

A partir da Constituição de 1988 a qual conferiu autonomia institucional ao Poder Judiciário nunca adotado antes em outros modelos constitucionais. O documento trouxe singularidade e dignidade por garantir autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como assegurar aos Magistrados a independência funcional e decisória.

O Poder Judiciário tem junção com o Poder Executivo e Legislativo, porém, o que caracteriza sua singularidade é a atividade jurisdicional, facultando decisões autônomas de forma aprovada legalmente, contudo vinculantes em casos de direitos que abarquem interesses contestados e que tragam um cunho de lesão entre partes.

2 DESENVOLVIMENTO

Após o período de subordinação a regimes autoritários, a Constituição Federal de 1988 ressurge com o fundamento da participação da sociedade no desenvolvimento do Estado Brasileiro. Junto desse desenvolvimento nasce um governo mais participativo em que os três poderes trazem participações vinculadas nas decisões, porém independentes e harmônicos, como dispõe já nos princípios fundamentais da

[192] Aluna do Curso de Direito Noturno, terceiro período do Centro Universitário Campo Real.
[193] Aluna do Curso de Direito Noturno, terceiro período do Centro Universitário Campo Real.
[194] Professora e Orientadora da Disciplina de Direito Constitucional, Centro Universitário Campo Real.

Constituição Federal Brasileira em seu artigo 2º: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”.

Em mesmo sentido FERREIRA FILHO dispõe:

> Essa simplificação consiste em afirmar que a função legislativa estabelece a lei (a norma coercitivamente exigível), que o Executivo executa (ou faz executar), e segundo a qual o Judiciário julga. Entretanto, a posição do Legislativo é antes de preeminência que de preponderância, pois há um relativo equilíbrio entre os três Poderes. (pag. 43).

Nessa harmonização de poderes, cabendo a cada órgão a sua função, a estrutura do Poder Judiciário Brasileiro disciplina na forma dos princípios que origina a Constituição Federal nos seus artigos 92 a 126, distribuindo suas funções entre os diferentes órgãos que compõem a estrutura do sistema, dispondo precisamente em seu artigo 92 e inciso que constituem os seguintes órgãos:

I – Supremo Tribunal Federal: Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente questões de inconstitucionalidade. (pag. 100).

I-A - O Conselho Nacional de Justiça – O CNJ foi acrescentada pela EC nº. 45, de 8 de dezembro de 2004 e compõe-se de 15 membros com mandato de 2 anos, admitidos a uma recondução, dentre estes o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministros, Juízes, Advogados e cidadãos, (art. 103-B, I-XIII).

Por se tratar de Emenda Constitucional ainda recente acaba sendo confundida como um órgão de norma e deveres externos, porém a estruturação do CNJ é atribuída aos cuidados internos do judiciário, justamente por ser composta por membros do STF. SILVA, (pag. 568), discorre:

> Outro ponto muito controvertido, sempre, foi o do chamado *controle externo* do Poder Judiciário. Esta expressão peca por sua má significação, porque transmite a ideia de que o Poder Judiciário seria controlado por um órgão externo. Isso seria inconcebível, porque então este órgão e que seria o Poder. Isso não exclui a necessidade de um órgão não-judiciário para o exercício de certas funções de controle administrativo, disciplinar e de desvios de condutas da magistratura, como é previsto na constituição de vários países[...]Esse tipo de órgão externo é benéfico à eficácia das funções judiciais, não só por sua colaboração na formulação de uma verdadeira politica judicial, como também

> porque impede que os integrantes do Poder Judiciário se convertam num corpo fechado e estratificado. Sob outro aspecto não é desprezível a ideia de que esse tipo de órgão contribua para dar legitimidade democrática aos integrantes do Poder Judiciário, cuja investidura não nasce de fonte primária da democracia, que é o povo. O Conselho Nacional de Justiça, criado pelo art. 103-B introduzido na Constituição pela EC-45/2004 assume alguma dessas funções e, por isso, juntamente com o Conselho nacional do Ministério Publico, certamente poderá prestar bons serviços ao sistema nacional de administração da Justiça, em bora seja tipicamente um órgão interno do Poder Judiciário, pelo predomínio de magistrados em sua composição.

A principal função deste órgão é controlar a atuação administrativa e financeira do Judiciário, buscando que os magistrados cumpram com seus deveres de julgar as causas nas suas imparcialidades.

II – Superior Tribunal de Justiça: Art. 104. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo trinta e três Ministros, que serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos de idade e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada [...], Este Tribunal julga causas criminais de relevância e que envolvam governadores de estados, Desembargadores e Juízes de tribunais Regionais Federais, Eleitorais e Trabalhistas. (pag. 106/107).

II-A – O Tribunal Superior do Trabalho: Art. 111-A. Compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República. Acrescentado pela EC nº. 92, de 12 de julho de 2016. (pag. 112).

III – Os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais: Art. 106/110. São órgãos da Justiça Federal os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, que compõe-se de, no mínimo, sete juízes, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta anos e menos de setenta e cinco anos. (pag. 109).

IV – Os Tribunais e Juízes do Trabalho: Art. 111: São órgãos da Justiça do Trabalho: I – o Tribunal Superior do Trabalho (item II-A); II - os Tribunais Regionais do Trabalho; III – Juízes do Trabalho. São julgadas ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito publico externo e da administração publica direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. (pag. 111/115).

V – Os Tribunais e Juízes Eleitorais: Art. 118. São órgãos da Justiça Eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral; os Tribunais Regionais Eleitorais; os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais. Compõe-se por no mínimo sete membros, que são escolhidos mediante eleição e voto secreto e outros órgãos. (pag. 115/122).

VI – Os Tribunais e Juízes Militares: Art. 122. São órgãos da Justiça Militar: I – o Superior Tribunal Militar, que terá quinze Ministros vitalícios; II – os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei. (pag. 143-144).

VII – Os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios: Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição. (pag. 117).

O Judiciário é o órgão coberto da função jurisdicional tem toda uma estrutura que sempre acresce com a necessidade das atualizações tecnológicas e politicas, porém na forma da evolução Federal deste Poder; diz a professora SADEK: “Não há como fazer uma reforma do judiciário sem ter forças políticas apoiando essa reforma”.

O trabalho de forma coletiva e harmônica com os três poderes, assegura e traz aos cidadãos o espelho da nossa base jurídica, bem como do trabalho politico e o intuito de cada órgão para com o desenvolvimento do País.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função do Poder Judiciário é garantir os direitos individuais, coletivos e sociais, bem como resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado, colocando o direito no caso concreto. Está subdividido em diversos órgãos que obedecem a critérios hierárquicos e de alçada. Para isso, tem sua autonomia administrativa e financeira asseguradas pela Constituição Federal. Cabe à estruturação e organização responder aos desafios da modernização, ou ainda aquelas falhas de sistemas provenientes de visões fragmentadas na administração do sistema. Essa responsabilidade é fundamental para que o sistema em si tenha como princípio a justiça rápida e transparente, necessária ao principio da segurança jurídica brasileira.

4 REFERÊNCIAS

http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp041679.pdf acesso em 21-08-2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: de 5 de outubro de 1988 / organização Alexandre de Moraes, 45 ª ed. rev. Ampl. São Paulo, Atlas, 2018.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Constituição e governabilidade**. São Paulo, Saraiva. 1995.

SADEK, Maria Tereza. **Controle externo não resolve os problemas do Judiciário**. Entrevista, Folha de São Paulo. A-12, 10 de novembro 2003.

SILVA, José Afonso de. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO SOBRE O TRANSTORNO ESPECÍFICO DE APRENDIZAGEM COM PREJUÍZO NA LEITURA POR PARTE DOS PROFISSIONAIS E FAMILIARES.

JACINTY, Mylena[195]
ROCHA, Hellen Carolinne[196]

RESUMO: A dislexia levanta até hoje várias dúvidas e carrega com si vários estereótipos e preconceitos, com base nisso procurou-se demonstrar no presente trabalho características diagnósticas do transtorno específico de aprendizagem com prejuízo na leitura e dificuldades que o indivíduo pode enfrentar caso não seja realizado corretamente seu diagnóstico. Utilizou-se artigos sobre o tema da dislexia, dificuldades diagnósticas e também livros para trazer o conceito do transtorno. A dislexia traz grandes prejuízos à vida do indivíduo que não tem o conhecimento de seu transtorno, como também o processo diagnóstico é falho pela falta de informação dos profissionais.

Palavras-chave: Transtorno de aprendizagem. Dislexia. Diagnóstico tardio.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno Específico de Aprendizagem de Leitura popularmente conhecido como dislexia, é um transtorno que abrange diversas áreas da questão de leitura, ortografia e compreensão do indivíduo quanto a textos visuais, partindo disso percebe-se a importância de um diagnóstico correto e em tempo certo, mas que muitas vezes não acontece.

O presente trabalho tem como objetivo apontar as dificuldades que o indivíduo qual possui dislexia irá ter em decorrência de um diagnóstico incorreto ou tardio. Sendo subdividido em tópicos desenvolvido a partir de revisão bibliográfica de artigos relacionados a transtornos de aprendizagem e seu diagnóstico, como também em livros que apontam os critérios diagnósticos e conceitualização de tal transtorno.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

A dislexia se refere a um transtorno de aprendizagem, também conhecido como transtorno específico de leitura (F81.0) - classificação do CID-10 – ou como transtorno específico da aprendizagem com prejuízo na leitura (315.0) - classificação do DSM-5- que se apresenta na área da leitura e ortografia, não sendo causado por deficiência mental ou física; baixa visão ou cegueira e/ou problemas auditivos; fatores sociais; falta

[195] 6° Período, Centro Universitário Campo Real.
[196] Orientadora, especialista em Psicopedagogia.

de escolarização, escolarização inadequada, não adaptativa, pobreza ou adversidade social; não entendimento da língua ou quaisquer outros transtornos mentais e neurobiológicos (DSM-V, 2005).

> A habilidade de compreensão da leitura, o reconhecimento de palavras na leitura, à habilidade de leitura oral e o desempenho de tarefas que requerem leitura podem estar todos afetados. Dificuldades para soletrar estão frequentemente associadas a transtorno específico de leitura. (CID-10, 1993,p. 240).

Em compreensão da citação acima, a dislexia não prejudica apenas a leitura e escrita, mas também a compreensão de textos, sendo que o indivíduo pode ler um texto/frase perfeitamente, mas não consegue obter uma compreensão do mesmo.

Segundo Nogueira e Beserra (2017), indivíduos com esse transtorno não tem a mesma capacidade de leitura que os demais na mesma faixa etária, mas tal característica não se traduz como falta de inteligência ou saúde. Em relação à parte biológica do transtorno, a capacidade de leitura e escrita está ligada a parte parietal do cérebro, onde se localiza o centro nervoso da escrita. Pessoas com dislexia geralmente apresentam algum familiar com o mesmo transtorno, sendo assim às vezes apresentando caráter hereditário. A sua ocorrência é maior em meninos do que em meninas, ainda não se obteve resposta do porque de tal peculiaridade.

Para uma melhor visualização do transtorno Nogueira e Bessera *apud* Veras (2017) trazem uma listagem com algumas dificuldades frequentemente vistas:

> Confusão de letras, sílabas ou palavras com pequenas diferenças de grafia: a/o, c/o, e/f,etc. Confusão de letras, sílabas ou palavras com grafia semelhante, porém com orientação especial diferente: b/d, p/b, b/q, etc. Confusão de letras que possuem sons parecidos: b/d, p/q, b/q, etc. Confusão de letras que possuem sons parecidos: b/d, p/q, d/t, m/b, etc.[...] Substituição de palavras por outras estruturas mais ou menos semelhantes: salvou no lugar de saltou, sentiu no lugar de mentiu.Contaminação de sons: latito em vez de palito. Adição ou omissão de sons, sílabas ou palavras; casa em vez de casaco, neca em vez de boneca, etc. Repetição de sílabas, palavras: casa em vez de casaco, neca em vez de boneca, etc. Repetição de sílabas, palavras ou frases: macaco, paipai. Saltou de linha, volta à linha anterior e perda da linha durante a leitura. Acompanhamento com o dedo da linha que está sendo lida. Leitura do texto palavra por palavra. Problemas de compreensão do texto. Escrita em espelho (em sentido inverso ao normal) Letra ilegível; Leitura analítica e decifratória. Quando lê silenciosamente, a criança não consegue deixar de murmurar ou mover os lábios, pois precisa pronunciar as palavras para entender o seu significado.

Partindo de tais exemplificações podemos falar sobre como se dá a identificação e diagnóstico da pessoa com o transtorno específico de leitura. O DSM-V apresenta

uma série de critérios que a pessoa deve apresentar para receber o diagnóstico do transtorno específico de aprendizagem:

> A. Dificuldades na aprendizagem e no uso de habilidades acadêmicas, conforme indicado pela presença de ao menos um dos sintomas a seguir que tenha persistido por pelo menos 6 meses, apesar da provisão de intervenções dirigidas a essas dificuldades:
> 1. Leitura de palavras de forma imprecisa ou lenta e com esforço [...]
> 2. Dificuldade para compreender o sentido do que é lido[...]
> 3. Dificuldades para ortografar (ou escrever ortograficamente) [...]
> 4. Dificuldades com a expressão escrita [...]
> C. As dificuldades de aprendizagem iniciam-se durante os anos escolares, mas podem não se manifestar completamente até que as exigências pelas habilidades acadêmicas afetadas excedam as capacidades limitadas do indivíduo." (DSM-V, 2005, p.66, 67).

Alguns critérios já citados anteriormente foram descartados na citação acima. Como pode-se observar esse transtorno não implica em complicações somente na leitura de palavras ou troca de letras, como falado anteriormente, aspectos como interpretação, compreensão e dificuldades na escrita são aspectos que são considerados parte do diagnóstico não resultantes de uma baixa escolarização ou deficiência mental.

2.2 IMPLICAÇÕES DIAGNÓSTICAS DO TRANSTORNO

A dislexia como transtorno ainda traz muitas dúvidas e estereótipos aos indivíduos que a possuem, muitas vezes taxados como preguiçosos pelos professores que não tem um conhecimento correto das características do transtorno, em decorrência disso é importante valorizar o diagnóstico correto para os alunos em anos iniciais.

Araújo (2011) fala que o diagnóstico tardio traz prejuízos emocionais e sociais, trazendo também uma declinação na autoestima na criança, pois as mesmas sofrem com o preconceito dos demais colegas e ainda não conseguem entender o porquê de sua dificuldade. A autora ainda destaca que as crianças geralmente são identificadas apenas na 3° ou 4° série, sendo o final do ciclo básico de educação.

Quanto ao processo diagnóstico um estudo realizado pelas autoras Ciasca, Gonçalves e Pestun (2002) destaca a importância da presença de uma equipe interdisciplinar nesse processo, sendo primeiramente tais dificuldades percebidas pelo professor e equipe escolar na qual a criança está inserida.

Segundo Araújo (2011) a desinformação dos familiares, e falta de formação dos professores são fatores que prejudicam em muito esse processo diagnóstico, pois são eles que estão em maior convivência com o sujeito e que apresentam noções de desenvolvimento, principalmente professores, podendo apresentar queixas e levantar hipóteses sobre a aprendizagem da crianças.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que muitos indivíduos ainda tem poucas informações sobre os transtornos de aprendizagem, e que essa falta de informação pode acarretar em diversas implicações como o preconceito, por parte de professores com formação inadequada, familiares e amigos/ colegas de classe que não apresentam o transtorno, que trazem assim a ideia de que o outro é preguiçoso ou desleixado. E ainda os prejuízos para a formação desse sujeito, qual não tendo o diagnóstico correto não receberá, muitas vezes, atendimento especializado e diferenciado para sua dificuldade o prejudicando em todo o seu processo de formação acadêmica e profissional.

4 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mariene de Sousa. Implicação do diagnóstico tardio no processo de ensino aprendizagem para alunos com dislexia. Universidade de Brasilia- UNB. 2011. Acesso em 08 de set. 2018, disponível em: < http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/2557/1/2011_MarienedeSousaAraujo.pdf>

BESSERRA, Theóphilo Michel Álvares Cabral; NOGUEIRA, Maria Zuleide de Lima. Dislexia: Leitura e Escrita numa Perspectiva Bibliográfica . **Id on Line Rev. Psic.** V.10, N. 33. Janeiro/2017 - ISSN 1981-1179

CIASCA, Sylvia; GONÇALVES,Vanda Maria Gimenes; PESTUN, Magda S. Vanzo. A IMPORTÂNCIA DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR NO DIAGNÓSTICO DE DISLEXIA DO DESENVOLVIMENTO. **Arq Neuropsiquiatr** 2002;60(2-A):328-332.

CID-10. Classificação de Transtornos mentais e de Comportamento da CÍD-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnosticas - Coord, Organiz. Mund. da Saúde ; trad. Dorgjval Caetano. - Porto Alegre: Artmod, 1993.

DSM-5. Manual Diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. **American Psychiathic Association** – 5 ed.- Porto Alegre: Artmed, 2014.

PSICOPEDAGOGIA NA ESCOLA INCLUSIVA

PIEREZAN, Scheila Ariela[197]
SILVA, Ana Caroline[198]
ROCHA, Hellen Carolinne[199]

RESUMO: Esse trabalho reforça pontos importantes sobre o psicopedagogo e nos fala sobre a sua atuação na escola inclusiva, relato sobre um âmbito geral o que é inclusão, para exercer nossa profissão nos ampara com diretrizes e leis, como por exemplo o eca. Nos traz pontos a serem mudados ou que estão em transformação. Conta com uma revisão bibliográfica de um artigo principal.

Palavra chave: Psicopedagogia. Escola Inclusiva. Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo, uma reflexão entre a demanda do psicopedagogo com a inclusão escolar. Deste modo, compreender quais são os pretextos é indispensável para adentrar e interpretar as diversas formas e problemas frente a este assunto. A psicopedagogia vem ganhando mais força, ao analisarmos as vantagens, não apenas do aluno, mas sim em qualquer instituição que haja ensino. Ignorando as dificuldades como superlotação em escolas, falta de especialização de profissionais e até mesmo o preconceito sobre o termo psico, (de origem grega *psyché* que significa alma) e com todas as dificuldades achando uma forma de atuar.

Essa revisão bibliográfica nos conduz à psicopedagogia junto com a inserção do aluno na escola inclusiva, vendo um comparativo de como os psicopedagogos vem trabalhado e incluindo os estudantes nas redes públicas de ensino, nos leva a conhecer as dificuldades assim como os benefícios encontrados.

2. DESENVOLVIMENTO

A psicopedagogia é uma área que engloba a psicologia e a pedagogia, investiga o ato de aprender busca o entender do processo em que adquire conhecimento, compreende as patologias e acham um meio de solucionar, fazendo com que não tenha

[197] Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[198] Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[199] Orientadora.

mais atrasos na vida do sujeito, como esse mecanismo funciona, assim relata Jorge Visca:

> A psicopedagogia foi uma ação subsidiária da medicina e da psicologia, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidora de um objeto de estudo – o processo de aprendizagem – e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios" (Visca apud Bossa, 2007, p.23).

A inclusão significa compreender, fazer parte, assim falar de inclusão escolar nos diz que o indivíduo está introduzido a escola, assim a instituição de ensino deverá cooperar, auxiliar com toda sua capacidade. A Educação Inclusiva vem para acolher a diversidade do aluno, as dificuldades distintas de cada indivíduo não pode ser caracterizada como impedimento de aprendizagem, e sim consideradas e relevantes para um novo tipo de ensino.

> O princípio básico deste novo modelo (Educação Inclusiva) é que todos os alunos, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, e, como consequência, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (GLAT; BLANCO, 2007. p.16.).

Com as Políticas Públicas, Constituição Federal de 1988 (BRASIL,1988), andando pelo estatuto da criança e do adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), também políticas mais novas por exemplo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e os decretos 7.611; 7612 (BRASIL, 2011a; 2011b) e a Lei 13.146 (BRASIL, 2015) que institui a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.

Mesmo com vários fatores a favor das escolas inclusivas, as adversidades vão além, como as superlotações de escolas públicas, havendo apenas um docente para quarenta e cinco alunos, falta formação e especialização dos professores, espaço físico pobre, equipamentos auxiliares, dificuldades geográficas, condições socioeconômicas, envolvimento dos pais nas atividades dos filhos, entre outros. A escola inclusiva é colateral com a escola de ensino básica fundamental, ao mesmo tempo que o aluno tenha o ensino fundamental, há necessidade de algo a mais, o que seria a inclusão de novos técnicas e formas de educação.

Devem ficar atento de como se deu a integração e quais alunos foram incluídos, e porque houve a inclusão. Para Rubinstein (1996), "a psicopedagogia tem como meta

compreender a complexidade dos múltiplos fatores envolvidos no processo de (aprender)". O papel do psicopedagogo neste âmbito vem para entender qual a dificuldade do aluno, quais são as maneiras de organizar e compor o ensino, ver as possibilidades do sujeito e ofertar oportunidades de escolhas. O trabalho desse profissional é amplo e complexo, e quanto mais indagado aparecerá inúmeras chances de conseguir englobar pessoas com deficiência nas escolas inclusivas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto devemos levar em conta algumas considerações sobre a educação inclusiva, que ao ver das políticas públicas e diretrizes deve promover direitos igualitários a todos, contudo torna-se um desafio pois envolve mudanças nas concepções de sociedade, educação, sujeito e escola.

Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos sem discriminação, e a cada qual com suas diferenças, entretanto alcançar esses objetivos requer alterações nas instituições e no envolvimento do quadro docente. Para que se faça realidade, é necessário ter conhecimento sobre esse processo do desenvolvimento do indivíduo com a relação de ensino aprendizagem, considerando como se estabelece para cada aluno.

À frente desse pressuposto, devemos utilizar novos métodos e investir em capacitações, focando na formação profissional do professor, visando a melhoria no processo de ensino, além de prestar assistência ao professor para a resolução de problemas que surgiram no dia a dia, em sala de aula, dando ênfase ao incentivo e a valorização das metas estabelecidas, e não aos obstáculos que se encontraram no caminho desta metodologia.

4 REFERÊNCIAS

BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. RS, Artmed, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira,** 1988.

CUNHA, N. M; REDING, A. G.: **Psicopedagogia e Inclusão Escolar: Caminhos Possíveis**. Sem ano. 14f. Trabalho de pesquisa. Secretaria Municipal de Educação Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Decreto 7.611, 17 nov. 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, 2011a.

Decreto 7.612, 17 nov. 2011. **Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com deficiência** – Plano Viver sem Limite. Diário Oficial da União. Brasília, 2011b.

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069 de 13/07/1990.

GLAT, R.; BLANCO, L.de M. V. **Educação especial no contexto de uma educação inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Ed. Sette Letras, 2007.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

RUBIENSTEIN, E.. **A Intervenção Psicopedagógica** Clínica, in SCOZ at alii, Psicopedagogia: Contextualização, Formação e Atuação Profissional, Porto Alegre: Artes Médicas, 1922.

VOTE EM MIM, É PELO "BEM" DO POVO. A RECONDUÇÃO DE CARGOS ELETIVOS NO BRASIL E SUAS REFLEXÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS

PLETSCH, Fabio Augusto [200]
FARIA, Elizania Caldas [201]
GERKE, Mylena Bermudez [202]

RESUMO: O tema acerca do trabalho dirige-se a reeleição de candidatos ao Poder Executivo e Legislativo. Tem como base a análise dos reflexos sociais e econômicos da reeleição no país, de maneira direta ou indireta, partindo de dados preliminares, da análise da Constituição Federal, de doutrinas do Direito Constitucional e de artigos científicos. Assim, buscou-se estabelecer uma conclusão sobre qual a finalidade da reeleição no sistema político brasileiro.

Palavras-chave: Reeleição. Candidato. Poder Executivo. Poder Legislativo.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal, mais especificamente no artigo 14 prevê a Soberania Popular que deverá ser exercida por meio do sufrágio universal e pelo voto direto e secreto - podendo ser realizados plebiscitos, referendos, iniciativas populares ou eleições que ocorrem a cada dois anos no Brasil.

O sistema de reeleição, base deste trabalho, é bastante discutido na doutrina que apresenta pontos positivos e negativos. Portanto, o resumo expandido tem como objetivo demonstrar de forma sucinta a visão popular quanto o tema, a aceitação da recondução ao cargo e as formas utilizadas pelos candidatos para conseguir fomento em suas campanhas eleitorais.

Tem, ainda, como objeto de pesquisa a estruturação dos cargos eletivos, definido como tema central de estudo às reflexões sociais e econômicas da reeleição Por tal motivo, institui-se esta pesquisa, trabalho de importância fundamental e que irá auxiliar a população a compreender como funciona o sistema de reeleição em nosso país.

Utilizou-se de legislação específica, tendo como principal base o Direito Constitucional, com âmbito em seus doutrinadores, dando ênfase na pesquisa descritiva

[200] Acadêmico do curso de Direito, 4° período, Centro Universitário Campo Real
[201] Professora Orientadora. Graduada em Direito pela Faculdade Campo Real (2015). Pós-Graduada em Ciências Criminais pela Faculdade Campo Real (2017).
[202] Professora Orientadora. Coordenadora do Curso de Direito e Procuradora Institucional do Centro Universitário Campo Real

e como método, o dedutivo. Buscou-se com este, resultados preliminares acerca da reeleição no país e das reflexões que advêm disto.

2 DESENVOLVIMENTO

Instaurado pela Emenda Constitucional n° 16 de 04 de junho de 1997, o sistema de reeleição eleitoral possibilitou a reeleição de candidatos para os cargos do Poder Executivo, considerado como uma forma de aperfeiçoamento da capacidade de decisão dos eleitores onde, cada um poderá decidir sobre a recondução a partir das qualidades de cada político e seu desempenho no mandato anterior.

A Atual Constituição Federal estabelece que a Forma de Governo adotada no território brasileiro é a República. Onde há uma interação entre governantes e governados. Por isso, os mandatos dos candidatos são temporários, pois tem um limite de tempo imposto, que pese quatro anos e, também, existe a eletividade, pois os políticos dependem do vontade popular. Assim, é imprescindível que os candidatos devam prestar contas de seus gastos à justiça de maneira transparente.

A cada pleito percebe-se que os políticos sempre são os mesmos, se houve alguma alteração é de descendente substituindo ascendente para concorrer ao mesmo cargo político, caracterizando, assim a hereditariedade que não foi adotada pelo nosso país.

A reeleição por vezes não é benéfica para a população brasileira. Pois, o mesmo candidato permanece no mesmo cargo ocupado dando continuidade aos mesmos projetos. Não há renovação.

Torna-se evidente que grande parte da população desaprova a reeleição para cargos do Poder Executivo. Assim, existem inúmeros projetos legislativos que tem o objetivo a proibição da reeleição aos políticos no Brasil. Contudo, esta realidade se torna distante. Mesmo considerando que a escolha dos representantes é feita pela população votante, ou seja, maiores de dezesseis anos que já possuam título de eleitor e não se encontrem com documentação eleitoral suspensa, são influenciados por grandes empresas e também familiares a votar em candidatos que já ocuparam algum cargo político.

Há também, uma grande influência da religião neste quesito, como dito por Valdemar Figueiredo Filho (2005, p. 16):

> As implicações políticas da diversidade de igrejas evangélicas não estão claras. Trabalhamos com a hipótese que a mídia que se destina ao público evangélico tem um poder de síntese considerável. Esta mídia tem exercido influências sobre as igrejas evangélicas que vão desde a liturgia até as definições políticas.

A influência se dá em todas as religiões, não somente pelas igrejas evangélicas. Líderes espirituais que são vistos como sensatos influenciam fiéis a votar em determinado candidato pois ele defende princípios bíblicos. Esquecendo que o ser humano é capaz de agir por impulso, por emoções ou pela ganância.

Deve-se entender a eleição de um candidato como um contrato social, como estabelecido pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau, sendo um momento em que os indivíduos transferem os seus direitos a um governante com a finalidade de que ele garanta os direitos da coletividade. (ROUSSEAU, 2014)

Apesar disto, nem todos os cidadãos tem a consciência da importância de um mandato eletivo. Da consciência política ser indispensável na votação. O que acontece muito no Brasil é a compra de votos pelos políticos. Eleitores se vendem por bens insignificantes, que pese combustível, quantias baixíssimas em dinheiro, quantia de alimentos e promessas de emprego.

SPECK (2003) aduz que:

> A compra de votos é um fenômeno intermediário e transitório na sucessiva implementação de sistemas de governo representativo em muitos países. Devemos distinguir três etapas: primeiro, o voto sob chantagem ou extorsão; segundo, o voto negociado ou comprado e terceiro, o voto como manifestação de crédito ou reprovação de candidatos e representantes políticos.

Além disso, muitos candidatos ao buscar uma nova candidatura para o mesmo cargo ou para um cargo superior procuram meios que os auxiliem monetariamente em suas campanhas, como os financiamentos públicos ou privados.

Os financiamentos acabam por gerar uma troca de favores entre às empresas e os políticos, que futuramente facilitarão a presença da empresa em licitações e assegurarão o nome da mesma no cenário nacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, não se pode estabelecer um resultado concreto sobre o tema pesquisado. Por hora, chega-se à uma conclusão preliminar que, o sistema de reeleição vigente no país possui prós e contras. Podendo ser benéfico para a população quando o candidato reeleito mantém ou traz projetos novos e busca concluí-los para o bem da

população. E também, maléfico quando o gestor do cargo eletivo desvia as verbas destinadas à construção de projetos para a melhoria da qualidade de vida da população. Tema que ainda será amplamente discutido e pesquisado em outros trabalhos.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 17 mai. 2018

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

FIGUEIREDO FILHO, Valdemar. **Entre o Palanque e o Púlpito: Mídia, Religião e Política**. São Paulo: Annablume, 2005.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Do contrato social.** Tradução Eduardo Brandão - 11. ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das letras, 2014.

SPECK, Bruno Wilhelm. **A compra de votos: uma aproximação empírica**. *Opin. Publica*. 2003, vol.9, n.1, pp.148-169. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762003000100006&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 27 jun. 2018

INTERVENÇÃO FEDERAL: PRESSUPOSTOS E A INTERVENÇÃO NO RIO DE JANEIRO

ROCHA, Felipe Aranda[203]
MIETZ, Raiane[204]
RAITZ, Evelyn Cavali Da Costa[205]

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a Intervenção Federal, seus pressupostos e o caso ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 2018. Objetivamos explicar o que consiste a Intervenção, para tanto explicamos brevemente a regra, e após isso, de fato a Intervenção, sendo esta uma medida de exceção. Portanto utilizamos pesquisas bibliográficas que reportam a um entendimento que a Intervenção tem pressupostos estabelecidos na Constituição e que é necessário a nomeação de um interventor, o qual se faz necessário para cumprir a função da mesma. Ainda, objetivou explicar a intervenção no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Intervenção Federal. Pressupostos. Interventor. Rio de Janeiro.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas tem como finalidade explanar a intervenção e seus pressupostos juntamente com o caso do Rio de Janeiro, fato ocorrido recentemente em nosso país.

Portanto, é visto uma necessidade de entender brevemente a autonomia política de um ente federado, para se falar na intervenção do mesmo, sendo esta a regra que se institui na Constituição Federal (CF) e a Intervenção Federal como uma medida excepcional. Vale lembrar que para ocorrer tal medida excepcional, têm-se pressupostos, os quais são abordados no trabalho. Explana-se também, de forma objetiva do caso de Intervenção federal ocorrida no Brasil no ano de 2018, apresentando o interventor, sua função e seus limites.

2 DESENVOLVIMENTO

É de nosso conhecimento que o Estado federal dá aos seus entes federados autonomia política, pois está expresso na CF: “Art. 18. A organização político-

[203] Acadêmico do curso de Direito, quarto período turma A, Centro Universitário Campo Real.
[204] Acadêmica do curso de Direito, quarto período turma A, Centro Universitário Campo Real.
[205] Orientadora Mestre em Direito Empresarial e Cidadania, Unicuritiba.

administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição." (Constituição Federal. Art. 18, *caput*). Tal autonomia como dispõe José Afonso da Silva (1999, p. 484) "é a capacidade de agir dentro de círculo preestabelecido [...]", logo, a Constituição Federal estabelece taxativamente os limites da mesma dos entes federados nos artigos 25, 29 e 32.

A intervenção, como coloca a autora:

> Intervenção é uma medida temporária e excepcional, prevista na Constituição em hipóteses restritas, que autoriza que um ente federado passe a ter ingerência nos negócio políticos de outra entidade federada, suprimindo-lhe, por tempo determinado, a autonomia. É, pois, um instrumento de proteção que o Estado Federal possui para preservar sua própria continuidade. (MASSON, 2015, p. 577)

Assim, a intervenção federal é uma medida de exceção, ou seja, é contrário a regra da autonomia política dos entes federados. Ressaltando que é taxativo e encontra-se na CF com os pressupostos e limites**.**

Os pressupostos estão colocados nos artigos 34, 35 e 36 da CF, lembrando que o 34 refere-se a União intervindo nos estados, que é o foco principal e está citado logo em seguida; o 35 os estados intervindo nos seus municípios; e o 36 hipóteses de quem pode requerer e de limites.

> Art. 34. A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:
> I - manter a integridade nacional;
> II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
> III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
> IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
> V - reorganizar as finanças da unidade da Federação que:
> a) suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior;
> b) deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei;
> VI - prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial;
> VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:
> a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;
> b) direitos da pessoa humana;
> c) autonomia municipal;
> d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.
> e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
> (Art. 34 da Constituição Federal do Brasil)

No inciso I do artigo acima, tem-se o primeiro pressuposto, no sentido de assegurar o que é colocado no art. 1º da CF, em questão da indissolubilidade; no inciso II, tem-se o pressuposto para a intervenção quando há de repelir invasão estrangeira, para manter a soberania da nação, sendo assim, o presidente age com total independência; inciso III, quando ocorre comprometimento com a ordem pública, ou seja, tem por objetivo estabelecer o liame entre os entes federados, viabilizando a singularidade do Estado Federal, fato presenciado estado do Rio de Janeiro; no IV, a intervenção ocorre para assegurar o livre exercício dos poderes da federação, isto é, decreta-se a intervenção quando um ou mais dos poderes estiverem impossibilitados ou coagidos de praticarem suas funções; no inciso V alínea "a", tem-se quando há a suspensão da dívida fundada, a qual é conceituada no artigo da lei 4.320/1964: "A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos" (Art. 98 da lei nº 4.320/1964 do Brasil); na alínea "b" refere-se aos municípios que não receberem suas receitas; já no inciso VI a autora entende que:

> **"[...] a intervenção para a execução de lei federal somente poderá ocorrer quando não haja solução judicial para o caso, ou seja, a recusa do governo estadual em cumprir lei federal não seja passível de correção pelos órgãos judiciários" (MASSON, 2015, p. 580)**

E por fim o inciso VII, colocando a intervenção como assegurador dos princípios dispostos nas alíneas.

2.1 Rio de Janeiro

No ano de 2018, ocorreu em nosso País Intervenção Federal, aprovado pelo Senado e assinado em concordância pelo atual presidente Michel Temer, sob o estado do Rio de Janeiro, em decorrência da grave ameaça a segurança pública que ocorre naquela região, visto o art. 34, III da CF. A segurança do estado passa a ser competência Federal, deixando de ser responsabilidade estadual, até 31 de dezembro de 2018. Em fevereiro deste mesmo ano, foi proposto pela câmara dos deputados o decreto da intervenção, vindo a obter 340 votos favoráveis e 72 contra. A necessidade da intervenção veio decorrente do grande índice de violência durante o Carnaval de 2018, que todos os anos conglomeram milhares de pessoas de todas as regiões sendo a época de horrores para a segurança pública. (UOL Notícias. 2018). Assim, foi nomeado pelo presidente para ser o interventor o general de exército Walter Braga Netto, "[...] caberá a ele comandar o sistema de segurança do Rio, que abrange as polícias Civil e Militar, o corpo de bombeiros e o sistema penitenciário." (SECRETARIA DE GOVERNO. 2018).

O interventor, segundo José Afonso da Silva:

> [...] o interventor é figura constitucional e autoridade federal, cujas atribuições dependem do ato interventio e das instruções que receber da autoridade interventora [*ou seja, a União*]. Suas funções limitadas ao ato de intervenção, são federais. Mas também pratica atos de governo estadual, dando continuidade à administração do estado nos termos da Constituição e das leis deste." (SILVA, 1999, p. 489, *grifo nosso*)

Dito isso, o interventor deve se limitar a fazer o que lhe foi imposto no decreto, atendendo suprir o motivo da intervenção no artigo 34 da CF, neste caso, o general Walter Braga Netto, atual interventor, deve garantir a ordem pública prevista no inciso III do artigo supracitado. Vale lembrar que o governador afasta-se de sua função, e pode retornar concluída a intervenção, exceto se tiver impedimentos legais.

Deve-se ficar atento a distinção entre intervenção militar e intervenção Federal, pode ocorrer esta confusão pelo fato de que o interventor escolhido foi um general, no decreto foi estipulado deveria ser ocupado o cargo por um militar. No Brasil, as intervenções militares, segundo a Constituição Brasileira de 1988, só podem efetivar-se legalmente em três casos específicos: 1) Intervenção federal; 2) Estado de Defesa; 3) Estado de Sítio. (BRASIL ESCOLA, 2018).

Existe inconstitucionalidade de uma intervenção militar no país, que não seja decorrente dos atos legais, caso ocorra algum episódio envolvendo apologia, instigação do povo para uma ameaça intervencionista desse gênero, ocorre entre os militares a quebra da hierarquia, da autoridade suprema e da violação ao princípio da legalidade e da Constituição da República Federativa do Brasil, é tipificado como crime militar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o presente trabalho abordou brevemente sobre a autonomia política dos estados (ente federado), o qual era necessário para o entendimento da exceção dessa autonomia, isto é, a Intervenção Federal. A Intervenção coloca pressupostos, previstos no art. 34 da CF, e um interventor nomeado pelo presidente ou nas hipóteses do art. 36 da CF.

Há de se notar que houve essa medida no Rio de Janeiro, e este trabalho objetivou quem é o interventor e por quem foi nomeado, dispondo seu controle e a sua finalidade, além de esclarecer que não se pode confundir intervenção militar com a intervenção Federal.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.320/1964**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

FERNANDES, Cláudio. “O que é intervenção militar?”. **Brasil Escola**. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-intervencao-militar.htm>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MAIA, Gustavo. Câmara aprova intervenção federal no Rio por 340 votos a 72. 2018. **UOL Notícias**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/20/camara-vota-intervencao-federal-no-rio.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional**. 3. Ed. Bahia: Juspodivm, 2015.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Garantia da Lei e da Ordem. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garantia-da-lei-e-da-ordem>. Acesso em: 27 ago. 2018.

SECRETARIA DE GOVERNO. Cinco fatos sobre a intervenção federal no Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2018/fevereiro/cinco-fatos-sobre-a-intervencao-federal-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 26 ago. 2018.

SILVA, José Afonso Da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 16. Ed. São Paulo: Frase, 1999

A CRIANÇA E A MORTE

SILVA, Jéssica Da[206]
ALVES, Patricia Rodrigues[207]
FIUZA, Debora Rickli[208]

RESUMO: Sabendo que o conceito de morte é um tema que desencadeia ações e emoções subjetivas em diferentes culturas, o presente trabalho busca refletir por meio da visão da psicologia sobre como a concepção de morte afeta uma criança de 12 anos, levando em consideração que na cultura ocidental a morte geralmente é vista como um conceito aversivo. Foi observado quais os comportamentos foram manifestados pela criança, através do relato ouvido sobre perdas. Para este estudo foi utilizado suporte bibliográfico e entrevista, em livros e artigos científicos que teorizam sobre o tema. De modo geral, os resultados obtidos foram revelações aversivas diante do tema, sobretudo, uma resistência psíquica para se refletir sobre algo que traz angústia e medo.

Palavras-chave: Psicologia.Criança. Morte. Luto.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visou por meio de revisão bibliográfica levantar reflexões sobre como a criança reage diante da morte. Foi realizada uma entrevista semi-estruturada com uma criança de 12 anos, observando seus comportamentos por meio das respostas exteriorizadas por ela. Em um segundo momento, foi realizada uma entrevista com um profissional da psicologia, abordado algumas questões referentes a possíveis intervenções diante de casos de lutos em situações que necessitam de atendimento.

O propósito deste trabalho consistiu em observar as respostas internas e externas da criança diante do tema, quais suas experiências, o que sabe sobre a morte, como soube de tal assunto, quais as suas reações e, a partir disso, fazer uma reflexão sobre qual o papel do psicólogo diante dessa especificidade, buscando por meio de uma revisão da teórica e de pesquisa a campo refletir sobre a intervenção do psicólogo diante dos processos de luto infantil.

2 DESENVOLVIMENTO

[206]Acadêmica, Psicologia, 9º Período, turma “A”, Faculdade Campo Real.
[207] Acadêmica, Psicologia, 9º Período, turma “A”, Faculdade Campo Real.
[208] Professora, Orientadora, Psicologia, Faculdade Campo Real.

Nos dias atuais percebe-se uma dificuldade em representar a morte, muitas vezes, sendo um assunto não trabalhado, principalmente no que se refere às crianças. A criança, assim como adulto, vivencia as fases do luto, e estas são necessárias para que o processo de elaboração e aceitação aconteça.

Conforme Basso e Wainer (2011), a morte ainda é vista como um tabu, cercada de mistérios e de crenças e as pessoas, frequentemente, não se encontram preparadas para lidar com a finitude humana. A morte é vista de maneira distinta em diferentes culturas, é possível dizer que na cultura oriental ela é abordada com certa leveza, diferentemente da cultura ocidental onde é vista aversivamente.

Para Kubler-Ross (1991), existe cinco fases necessárias que uma pessoa passa diante de uma perda, a negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. A negação é um mecanismo de defesa do ego contra a dor que a perda causa. A duração varia de pessoa para pessoa. Na raiva surgem os sentimentos e ressentimentos, normalmente essas emoções são projetadas no ambiente externo. Na barganha é como se existisse acordo para que as coisas voltem a ser como era antes, promessas e pactos são exemplos de barganha. Na depressão ocorre um sentimento profundo de sofrimento, tristeza, culpa, desesperança e medo são comuns. Por fim, na aceitação a pessoa já não experimenta o desespero e não nega a realidade. Nesse estágio é importante que a pessoa alcance a paz e a aceitação com dignidade.

Segundo Kubler-Ross (1991), quando se permite que a criança continue na casa onde ocorreu uma desgraça e participe da conversa das discussões e dos temores, faz com que não se sinta sozinha na dor, proporcionando-lhe um luto compartilhado.

> O modo como a criança é capaz de elaborar a perda de um ente querido se relaciona a fatores intrapsíquicos (elaboração da posição depressiva arcaica e recursos para elaborar perdas) e a fatores externos (Relação com a pessoa perdida [...]). (FRANCO e MAZORRA, pg 505, 2007).

De acordo com Campos (2013), pensar a questão da morte na teoria psicanalítica deve partir de sua possibilidade de representação própria, ou seja, não temos em nosso inconsciente uma significação da nossa morte, pois como Freud relata (1915/1996), o inconsciente não retém representações sobre ela, não é possível falar da morte sem a experienciar, sendo assim impossível relatar uma memória dela. Sendo assim, é possível discorrer sobre ela apenas ao observarmos ou presenciarmos a perda de alguém próximo a nós.

Segundo Torres (1999), a partir dos estudos de Piaget a criança só entende que a morte é irreversível quando atinge o pensamento operatório concreto. A maior dificuldade de compreender pode dificultar a elaboração da perda. Para Scalozub (1998), a criança tem dificuldade de elaborar a perda de um objeto amado, pois seu psiquismo ainda está em formação. Devido à dificuldade cognitiva para significar a perda, a elaboração do luto vivida pela criança é processada no decorrer da estruturação psíquica, em diferentes momentos de sua vida, com isso ela vai significando o que viveu.

A primeira entrevista foi aplicada a uma criança do sexo feminino de 12 anos. Foram realizadas perguntas abertas, de forma que a mesma respondesse no formato de uma conversa. A criança respondeu objetivamente, apresentando dúvidas em algumas questões.

A segunda entrevista foi realizada com uma psicóloga do sexo feminino, 26 anos de idade e 3 anos de atuação. Trabalha atualmente em clínica e no Caps AD III – Infanto Juvenil. O objetivo foi elaborar questões referentes a intervenção do psicólogo diante da morte para a criança.

Foi possível perceber que a criança no momento da entrevista, encontrava-se ao final da fase operatório concreto e início da fase operatória formal, estipulada por Piaget, com doze anos de idade, mesmo alegando que nenhum familiar seu conversou com ela sobre a morte, a mesma já tinha uma opinião formada sobre o conceito de morte e o aconteceria após esse evento.

Relatou que presenciou a morte pela primeira vez quando seu cachorro de estimação morreu, e foi saber o que era a morte, quando assistia em filmes. Perdeu sua avó quando tinha sete anos de idade, relatou não lembrar muito dos fatos, mas ficou triste e chorou ao observar sua irmã mais velha recebendo a notícia por telefone, posteriormente, sua mãe relatou que no dia do velório a criança estava presente e a única queixa da criança nessa situação vivenciada foi que nenhum adulto a ergueu do chão para observar o caixão.

Foi possível observar no momento da entrevista, que mesmo a jovem tendo crenças particulares, a dor da perda existia e não era vista com certa leveza como nas crenças orientais, a jovem apontava comportamentos de esquiva e fuga a sua dor, pois quando respondia as questões direcionadas a ela e seus sentimentos, respondia rindo, podendo ser visto esses risos como forma de esconder sua dor.

Por meio da entrevista realizada com a psicóloga foi possível compreender que a forma mais amena de intervir nessas situações é permitir que criança, assim como

o adulto, vivencie as fases do luto. Não há uma maneira concreta de dar uma notícia da morte, vai depender da fase em que a criança se encontra. Porém, não se deve omitir a situação, a notícia da morte deve ser informada. Muitas vezes, a família prefere esconder das crianças a notícia da morte como uma medida de protegê-las, isso exemplifica quando cuidadores falam para a criança que a pessoa que morreu foi viajar. As crianças observam os comportamentos dos familiares e a não elaboração do luto poderá trazer danos à criança. Diante disso, é importante trabalhar com as crianças o significado da perda. Nesse sentido, existem histórias infantis que mostram em contos que a morte é um processo natural.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, por meio deste trabalho realizado foi possível conhecer a intervenção do psicólogo diante de uma notícia de óbito a uma criança, juntamente com os aspectos psicológicos manifestados por ela.

A partir da análise dos dados foi possível perceber que a criança necessita elaborar o luto com o auxílio da família, entendendo que a notícia precisa ser comunicada e não escondida. Em casos de solicitação do familiar por um psicólogo para orientar uma notícia de óbito, este pode estar acompanhando de acordo com a demanda apresentada.

Conclui-se, que o trabalho do psicólogo, principalmente em ambientes hospitalares é extremamente importante, já que este fornece um apoio a uma fase tão delicada que a experiência do luto, sobretudo, para a criança diante da morte.

REFERÊNCIAS

BASSO Lissia Ana; WAINER Ricardo. **Luto e perdas repentinas: contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental** Rev. bras.ter. cogn. vol.7 no.1 Rio de Janeiro jun. 2011.

CAMPOS. **Considerações Sobre a Morte e o Luto na Psicanalise.** Rev. Psi. UNESP 12(1),2013.

FRANCO Maria Helena P.; MAZORRA Luciana. **Criança e Luto: VivenciasFantasmáticas Diante da Morte do Genitor**. Estudos de Psicologia. Campinas SP 24(4) dez. 2007

SENGIK Aline Sberse; Flávia BrocchettoRAMOS. **Concepção de Morte na Infância.** Psicologia & Sociedade, 25(2), 379-387 2013.

DOAÇÃO DE CORPOS *POS MORTEM* PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA EM ANATOMIA HUMANA: LEGISLAÇÃO E IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA SAÚDE – UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

SANTOS, Fernando Sluchensci[209]
CARRARO, Talita Cristina Moreira Moraes[210]

RESUMO: A Anatomia Humana é uma disciplina clássica e obrigatória em grades curriculares de cursos da saúde. O objetivo principal deste trabalho é o de destacar as etapas envolvidas no processo de doação de corpos, levando em consideração aspectos éticos, legais e sua importância para a formação de futuros profissionais da saúde. O presente estudo é do tipo revisão com levantamento em bancos de dados *on line.* Conclui-se que o número de doações no Brasil é baixo e que uma melhor explanação ao tema, refletiria diretamente no aumento da taxa de doações, contribuindo amplamente para os conhecimentos técnicos e práticas médicas.

Palavras-chave: Doação de corpos. Anatomia Humana. Estudo e pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Define-se Anatomia como sendo a área das ciências biológicas e biomédicas que estuda micro e macroscopicamente a constituição dos seres vivos. Esta palavra tem origem do vocábulo grego "*anatome*" ("*ana"* = através de; "*tome"* = corte) significando, basicamente, "estudo através do corte". (DANGELO & FATTINI, 2007).

A Anatomia Humana é uma disciplina clássica e obrigatória em grades curriculares de todos os cursos de nível técnico e superior na área da saúde. O contato precoce já no ingresso ao ensino superior permite uma melhor compreensão e assimilação em relação a aspectos estruturais (morfologia e/ou histologia), funcionais (fisiologia), genéticos, embriológicos, biomecânicos, bioquímicos e cinesiológicos inerentes a formação acadêmica específica. (FILHO, et al., 2016).

O estudo prático da anatomia reflete significativamente na formação tanto acadêmica quanto profissional se tratando de uma disciplina de cunho normativo de caráter inegável no que diz respeito a sua importância, considerada como pré-requisito

[1]Discente do 6º período do curso de Fisioterapia, Faculdade Guairacá.
[210]Docente da Faculdade Guairacá, Colegiado de Ciências Biológicas.

essencial para a compreensão, entendimento e assimilação de outras disciplinas que têm suas bases fundamentadas em conhecimentos anatômicos precedidos. Diante da exposição de tal, indaga-se: Como diagnosticar, reabilitar ou tratar ou mesmo definir um melhor prognóstico sem os conhecimentos morfofisiológicos humanos? É impossível. (KRAUSE, 2004).

Acadêmicos e profissionais da saúde devem conhecer os procedimentos jurídicos e éticos envolvidos na doação de corpos, além da sua importância para a formação acadêmica. A conscientização e a exposição da temática a população, bem como divulgação científica é essencial, a fim de esclarecer e incentivar novos doadores ainda em vida. Desta forma, o objetivo principal do estudo é o de destacar as principais etapas envolvidas no processo de doação de corpos *pos mortem* para fins de estudo e pesquisa em anatomia humana, levando em consideração aspectos éticos e legais, bem como a sua importância para a formação técnica de futuros profissionais da área da saúde.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente estudo é do tipo revisão, caracteriza-se como qualitativo, multidisciplinar e descritivo, com levantamento bibliográfico em bancos de dados *on line* (*Medline, Scielo, Pubmed* e Google Acadêmico). Ao todo utilizaram-se 6 artigos na elaboração do estudo, todos em língua portuguesa. O critério de inclusão dos trabalhos consultados relacionou-se com a relevância ao tema, sendo publicados a partir do ano de 2004.

Na literatura obtêm-se informações de que nem sempre a obtenção de cadáveres e de peças anatômicas para fins de estudos e pesquisa foi tão burocrática. Na antiguidade, por exemplo, corpos de criminosos condenados a morte eram destinados a esse fim. A partir do século passado, com uma concepção ampliada de visão do ser humano a respeito de aspectos humanísticos e com o desenvolvimento da bioética, limitou-se essa prática. (BARROS, 2012).

Nos Estados Unidos, Alemanha e Japão, a doação de corpos é difundida em campanhas de grande abrangência. Na Índia, o governo federal conscientiza quanto a importância desta ação, incentivando uma adesão a causa, levando a altas taxas de doações voluntárias ainda em vida. No Brasil, a destinação de corpos de indigentes e de mortos não reclamados por respectivos familiares se deu durante muito tempo. Hoje,

observa-se uma mudança radical quanto a esse processo, havendo obrigatoriedade no cumprimento de aspectos legais. (MELO & PINHEIRO, 2010).

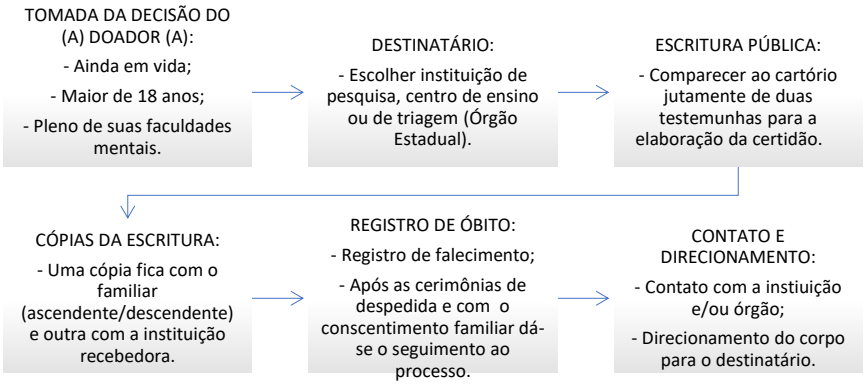
A lei de número 8.501/92, de 30 de dezembro de 1992 foi sancionada com o intuito principal de regularizar os procedimentos éticos e legais em relação ao direcionamento de corpos humanos não reclamados a fins de estudo e pesquisa em anatomia humana a instituições de ensino e de pesquisa. Após o período de 30 dias de divulgação em meios de comunicação local do referido falecimento, na ausência de identificação do indivíduo, esse pode ser encaminhado a centros de estudo conforme lista existente e regulamentada pelo órgão estadual responsável pela triagem e direcionamento. Vale ressaltar que cabe a entidade recebedora manter dados referentes à identificação do corpo, tais como fotografias, documentação legal, laudos e etc. (VISCENTE et al., 2017).

A doação de corpos ainda em vida é outra forma que objetiva a manutenção dos acervos e ampliação do número de corpos a fins de estudo em instituições de nível superior. Programas institucionais emergem com o mesmo intuito anterior. Como parte do processo legal, este deve ser seguido com base no Artigo 14 da Lei 010.406.202 do Código Civil Brasileiro, sendo permitida unicamente a doação de forma gratuita e sem bonificações pessoais e/ou institucionais. Entretanto, para o cumprimento legal e ético do desejo de ser um doador, deve-se realizar declaração ou testamento, com reconhecimento lavrado em cartório, autorizando a doação por parte de familiares de primeiro grau (descendentes ou na ausência desses, de ascendentes). Na declaração deve ser especificado a instituição de ensino (Faculdade, Universidade ou mesmo o Órgão Estadual de Triagem) para qual o doador deseja ser encaminhado pós-morte. O Quadro 1 resume didaticamente as etapas envolvidas nesse processo. (VISCENTE et al., 2017).

Conforme o Código Civil de 2002, na doação em vida, o indivíduo doador deve realizar uma declaração de que em pleno uso de suas faculdades mentais, deseja destinar seu corpo para fins de estudo e pesquisa. Uma vez que a doação seja realizada por familiares de primeiro grau, esses devem realizar da mesma forma o procedimento registrando o desejo em doar o cadáver de seu ente para os devidos fins já mencionados. Recebendo o corpo, a instituição assume todas as obrigações em relação a responsabilidades legais. Não havendo mais interesse na utilização do cadáver, esse pode ser redirecionado a outra instituição, ou mesmo, sob consentimento do órgão

regulamentador, realizar-se o sepultamento ou cremação do respectivo corpo. (MELO & PINHEIRO, 2010).

Quadro 1. Representação esquemática das etapas envolvidas no processo de doação do próprio corpo ainda em vida.



Fonte: VISCENTE et al., 2017. (Adaptado)

Por razões culturais e religiosas o número de doações no Brasil é inferior se comparado a outros países. O funeral é valorizado e respeitado pelas famílias. Entretanto, em consideração a dor da perda do ente querido, caso seja desejo do mesmo ou de seus familiares, o direcionamento até a órgão recebedor se dará apenas após as cerimônias de despedida. (MELO & PINHEIRO, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Havendo carência quanto a abordagem da temática, esse estudo tem como cunho principal o de instigar a população acadêmica na realização e disseminação de campanhas de divulgação acerca da importância da doação voluntária *pos mortem* de corpos para fins de estudo e pesquisa em anatomia humana, bem como sua importância para a formação de futuros profissionais da área da saúde. A explanação de aspectos e implicações éticas e legais, refletiria diretamente no aumento da taxa de doações

ainda em vida, contribuindo amplamente para os conhecimentos técnicos envolvidos no estudo de práticas médicas.

4 REFERÊNCIAS

BARROS, A.D. **Doação de cadáveres para fins de estudo e pesquisa: perspectivas futuras.** Rev. O anatomista. v 2, abr/jun, 2012.

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar.** São Paulo: Atheneu, 2007, 708p.

FILHO, A. M.; BORGES, M. A. S.; FIGUEIREDO, I. P. R.; VILLALOBOS, M. I. O.; TAITSON, P. F. **Refletindo o Ensino da Anatomia Humana.** Revista Enfermagem, v. 19, n. 2, p. 169-175. 2016.

KRAUSE, M. H. **Anatomia: A Ordem do Corpo**. Rev Bras de Enf. 2004; 57(1):79-84.

MELO, E. N., PINHEIRO, J. T. **Procedimentos legais e protocolos para utilização de cadáveres no ensino de anatomia em Pernambuco.** Revista Brasileira de Educação Médica. v. 34, p. 315–323,2010.

VICENTE, B. S.; QUEIROGA, D. A.; SILVA, K. T.; ZAMATA, S. S. A.; SOUSA, E. M. D. Centro de Ciências da Saúde / Departamento de Morfologia / PROBEX, 2017. **ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA UTILIZAÇÃO DE CADÁVERES COM FINS DE ENSINO NA EXTENSÃO.** Disponível em: < http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/4CCSDMPROBEX2013422.pdf >

AS CONSEQUÊNCIAS DO ÁLCOOL NA SOCIEDADE BRASILEIRA ENQUANTO DROGA LÍCITA

CASTRO, Lucas Everaldo [211]
MOSQUER, Oswaldo Mateus[1]
ROSAS, Rudy Heitor[212]

RESUMO: O presente trabalho visa expor os malefícios causados pelo álcool à sociedade brasileira. Empregou-se como método a análise de periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina, assim como matérias disponibilizadas pela revista Veja e dados técnicos informados, pela OMS (Organização Mundial da Saúde), e pela OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). A pesquisa possibilitou analisar de forma mais profunda o grande impacto que o alcoolismo e a irresponsabilidade na hora do consumo de bebidas alcóolicas causam na sociedade brasileira como um todo.

Palavras-chave: Impacto. Alcoolismo. Malefícios.

1 INTRODUÇÃO

O álcool, mesmo sendo uma droga lícita, vem assolando cada vez mais a sociedade brasileira. O presente artigo surge costurando dados de fontes conceituadas para ilustrar a real situação em que se encontra nosso país. O fator primordial para o desenvolvimento da pesquisa foi salientar as inúmeras desvantagens causadas pelo uso constante de tal substância, sendo a principal o alcoolismo.

O objetivo deste trabalho é justamente apresentar o grande impacto do consumo do álcool em território nacional. É de notório saber que, diversos acidentes envolvendo o álcool ocorrem diariamente em nosso país, refletindo um grande problema que poderia ser evitado através de medidas simples, que se baseiam na educação e respeito dos indivíduos para com o próximo e, até mesmo, para com seu próprio corpo.

Ao afetar as capacidades cognitivas do corpo, o álcool torna-se tão perigoso, ou até mesmo mais perigoso, que qualquer outra droga, seja ela lícita ou ilícita. Tal fato por si só já é motivo de discussão no âmbito social e, consequentemente, jurídico, servindo assim de inspiração para o presente estudo.

2 ÁLCOOL NA HISTÓRIA

[211]Acadêmicos do curso de direito, 2º período A, Centro Universitário Campo Real
[212]Professor Orientador de Criminologia, Centro Universitário Campo Real

O álcool como conhecemos nos dias de hoje é uma criação muito antiga, sendo desconhecida a data exata da sua origem. Essa droga psicoativa faz parte da história da humanidade, estando presente em relatos de povos antigos e até mesmo na bíblia, onde é possível encontrar passagens que relatam a utilização de bebidas alcoólicas em festas e comemorações. Durante o século XX, essa famosa substância já demonstrava certo impacto na sociedade. Como exemplo disso pode-se observar a chamada “Lei Seca”, instaurada nos Estados Unidos no ano de 1920, a qual visava proibir a produção, transporte e o consumo das bebidas alcóolicas.

A lei citada foi abolida posteriormente, no ano de 1933, mas serviu como uma ilustração das proporções que o consumo das bebidas derivadas de álcool atingiu nos últimos séculos.

Atualmente, no Brasil, a compra e o consumo de bebidas alcóolicas só são permitidos por lei quando o indivíduo completa seus 18 anos de idade. Tal medida visa evitar que crianças e adolescentes tenham contato com o álcool, e que, a partir disso, desenvolvam vícios e doenças que possam acarretar sérios problemas, tanto de saúde como sociais. É sabido que quanto menor o acesso para o consumo de álcool, menos problemas relacionados ao uso dessa substância tendem a ocorrer.

Além disso, práticas como o aumento dos preços de venda de bebidas alcoólicas e a redução na publicidade também são recomendadas, com objetivo de evitar seu consumo.

> Na maior parte dos países das Américas, o álcool é produzido e vendido por entidades privadas, e em certos casos os governos regulamentam e supervisionam essas atividades no interesse da saúde pública. Os governos podem tomar muitas medidas para controlar o acesso ao álcool; por exemplo, estabelecer um monopólio governamental, limitar as horas e os dias de venda e aplicar a legislação que determina a idade mínima para a compra. (OPAS, 2015, p.5)

Através da utilização de tais medidas é bastante provável que a incidência de contato de crianças e adolescentes com bebidas alcoólicas venha a diminuir, uma vez que, pela restrição do acesso e da publicidade, a exposição dos menores de idade ao álcool é menor.

2.1 EFEITOS NO ORGANISMO

Na sua classificação como droga o álcool encontra-se no patamar das depressoras, que são aquelas que afetam o funcionamento do cérebro deixando o mesmo mais lento, vindo a provocar uma grande diminuição na capacidade de atenção além da perda gradativa da concentração, gerando instabilidade nas tensões emocionais e afetando diretamente a capacidade intelectual do indivíduo. A dependência é um dos principais males que acompanham seu uso.

Dessa forma, ingerir tal substância de forma irresponsável e exagerada pode levar à morte uma vez que, quando uma grande quantidade de álcool é absorvida pelo corpo uma parte é mandada para a corrente sanguínea, diminuindo dessa forma os batimentos cardíacos do indivíduo, o que pode vir a ocasionar uma insuficiência cardíaca, como definiu a coordenadora do projeto Balada com Ciência da Unifesp e pesquisadora do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), Zila van der Meer Sanchez em entrevista para a Revista Veja: “Em altas doses, o álcool intoxica o organismo a ponto de deixar as reações tão lentas que a pessoa para de respirar, contrariando a grande superstição de que a ingestão desenfreada de bebidas alcoólicas não tem consequências graves ao ser humano”.

Além de causar danos ao seu usuário, o consumo excessivo de bebidas alcoólicas mostra grande capacidade de afetar, indiretamente, outros indivíduos.

Acidentes automobilísticos e agressões são geralmente as principais consequências do consumo inconsequente do álcool, afetando diretamente na criminalidade e na mortalidade.

Entre as drogas lícitas e ilícitas que mais causam danos tanto ao usuário, quanto a outros indivíduos, o álcool encontra-se em primeiro lugar, obtendo grande vantagem sobre as demais drogas. Isso torna-se explícito como demonstra o gráfico logo abaixo:

DANOS CAUSADOS EM SOCIEDADE PELO ÁLCOOL

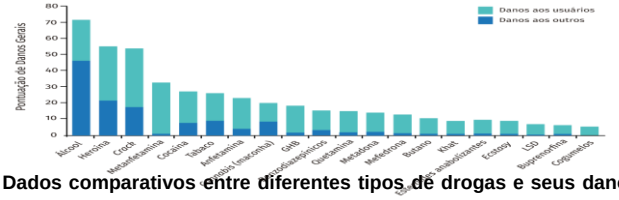


Figura 1 - Dados comparativos entre diferentes tipos de drogas e seus danos aos usuários (cor clara) e a terceiros (cor escura).

Fonte: Nutt, Leslie e King (2010), adaptado por NUTE-UFSC (2016)

2.2 IMPACTO DO ÁLCOOL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Além de causar a destruição de laços familiares, o álcool vem se tornando um problema de saúde pública no Brasil nos últimos anos, sendo a droga lícita que mais teve relação com a causa de mortes em todo território nacional. Tal fato torna-se ainda mais evidente quando nos deparamos com informações disponibilizadas por meios de comunicação e de estudo acerca do tema.

O que torna a situação cada vez mais preocupante é que o consumo de bebidas alcoólicas no Brasil aumentou cerca de 43,5% (cada brasileiro a partir de 15 anos no ano de 2006 consumia cerca de 6,2 Litros de álcool puro por ano, dando um salto para 8,9 Litros), em 10 anos, de acordo com estudo divulgado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) no ano de 2017.

Dentre os vários aspectos que levaram esse aumento do consumo de bebidas alcoólicas, deve ser ressaltada a própria cultura brasileira, a qual instiga através de festas como o Carnaval por exemplo, o indivíduo a beber. Dessa maneira, sem qualquer política de prevenção efetiva por parte das organizações governamentais, os adolescentes encontram-se cada vez mais inseridos em uma realidade voltada para a bebedeira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho concluímos que as graves consequências trazidas pela ingestão de bebidas alcoólicas são resultados de uma grande elevação no índice de consumo das mesmas. Sabe-se que o consumo se elevou em 43,5% nos últimos 10 anos, e o mais alarmante nessa situação é a ligação do número com a idade do indivíduo, o qual, em média, tem seu primeiro contato com o álcool com 15 anos de idade.

Além de abranger um público cada vez mais jovem, o álcool vem preocupando com seus efeitos como uma droga lícita depressora, que altera as capacidades físicas e psicológicas do usuário. Dessa forma, fica clara a necessidade de expor de forma mais incisiva as consequências que o mesmo traz não só para aquele que o consome, mas também para terceiros, alertando do perigo e indicando possíveis

alternativas que venham a auxiliar na diminuição dos índices de consumo e mortalidade pelo álcool.

4 REFERÊNCIAS

CHADE, Jamil, PALHARES, Isabela. Em 2016, brasileiro bebeu mais álcool do que a média mundial, diz OMS. 2017. Disponível em: <https://istoe.com.br/consumo-de-alcool-aumenta-435-no-brasil-em-dez-anos-afirma-oms/>. Acesso em: 05 set. 2018.

JUSTIÇA, Ministério da. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Substâncias psicoativas e seus efeitos.** In: _____. Aberta: portal de formação a distância. Florianópolis: UFSC, 2017.

NUTT, D. J.; KING, L. A.; PHILLIPS, L. D. Drug harms in the UK: a multicriteria decision analysis. The Lancet, v. 376, n. 9752, p. 1558-1565, nov. 2010. Disponível em: <http://www.ias.org.uk/uploads/pdf/News%20stories/dnutt-lancet-011110.pdf>. Acesso em: 05 set. 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE-OPAS. **Relatório de situação regional sobre o álcool e saúde nas Américas: Um Resumo.** Washington: 2015.

VIDALE, Giulia. **Por que a overdose de álcool pode ser fatal?** 2015. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/por-que-a-overdose-de-alcool-pode-ser-fatal/>. Acesso em: 24 ago. 2018.

REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

COLAÇO, Sabrina Aparecida Ramos[213]
CORDEIRO, Patrick Santos[214]
NOGUEIRA, Camila Christie Melo[215]

RESUMO: O regime disciplinar diferenciado surgiu com o objetivo de regularizar a situação precária do sistema carcerário brasileiro atendendo suas necessidades relativas à segurança e defesa da ordem pública. Por esse motivo o Regime Disciplinar Diferenciado está intrinsecamente interligado com a atuação dentro de organizações criminosas que vislumbrando gerar prejuízos à ordem pública desenvolviam atividades criminosas no meio social e no interior dos presídios.

Palavras-chave: Regime Disciplinar Diferenciado. Crime Organizado. Sistema Carcerário Brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2001 os números de rebeliões ocorrendo nos presídios brasileiros motivados pelas represálias a membros importantes de organizações criminosas gerou um caos desenfreado no sistema carcerário brasileiro. Descarte que, em função dessa balbúrdia, os legisladores visando regularizar o sistema carcerário instituíram o Regime Disciplinar Diferenciado por meio da Resolução da Secretária da Administração Penitenciária n°26 de 2001.

O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) foi instituído como forma de sanção disciplinar, atuando de modo que viesse regular o sistema carcerário punindo quem cometesse crime doloso. Todavia, embora tivesse como objetivo infundir a ordem, o RDD foi recebido com críticas ásperas da doutrina, sendo considerado por muitos inconstitucional.

Diante desses fatos, o presente trabalho tem como objetivo explanar a respeito do surgimento do Regime Disciplinar Diferenciado, suas características, funcionalidade e relação com o crime organizado.

2 DESENVOLVIMENTO

[213] Direito, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[214] Direito, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[215] Rudy Heitor Rosa, professor de Execução Penal do Central Universitário Campo Real.

O surgimento do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), se deu por conta do aumento desenfreado das facções criminosas nos presídios em São Paulo. Sua concepção ocorreu por meio da Resolução nº 26 de 2001, sendo que mais tarde foi incluído na Lei de Execução Penal tendo sua previsão no artigo 52.

> Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:
> I. duração máxima de trezentos e sessenta dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada.
> II. recolhimento em cela individual.
> III. visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças, com duração de duas horas;
> IV. o preso terá direito à saída da cela por 2 horas diárias para banho de sol.
> § 1° O regime disciplinar diferenciado também poderá abrigar presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros que apresentem alto rico para ordem e segurança do estabelecimento penal ou da sociedade.
> § 2° Estará igualmente sujeito ao regime disciplinar diferenciado o preso provisório ou o condenado sob o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando. (BRASIL, 2018)

Acerca da aplicação da lei, houveram inúmeras críticas da doutrina, alegando se tratar de aplicação inconstitucional devido ao fato de não atender ao princípio do “non bis in idem”.

Ademais o escritor e magistrado Guilherme de Souza Nucci afirma que: “é preciso [...] avaliar a real e efetiva necessidade da inclusão do preso, especialmente do provisório, cuja inocência pode ser constatada posteriormente, no RDD” (2006, p. 308).

O regime Disciplinar Diferenciado também abarca algumas críticas diante a psique do apenado que pode vir a ficar recolhido pelo período de trezentos e sessenta dias. A doutrina afirma que o isolamento humano pelo período de trezentos e sessenta dias é cruel, desumano, degradante e coloca em risco os princípios da dignidade da pessoa humana. (MARTINS et al, 2016)

Todavia, embora a legitimidade estatal do Regime Disciplinar Diferenciado seja criticado pela doutrina, podemos concluir que o mesmo acaba se demonstrando efetivo em alguns aspectos já que busca efetivar a segurança nos estabelecimentos penais, bem como resguardar a ordem pública que vem sendo ameaçada por criminosos que mesmos que encarcerados, se mantém no domínio de facções criminosas. (VALE, 2015)

> O fenômeno da criminalidade organizada atuante no interior dos presídios brasileiros é, sem dúvida tema extraordinariamente atual e preocupante. Facções criminosas, antes de inexistentes, se organizaram com eficiência e profissionalismo criminoso, comandando a criminalidade de dentro para fora do sistema penitenciário. (PORTO, 2008, p. 101)

Diante desses fatos, podemos concluir que o Regime Disciplinar Diferenciado foi regulado para trazer maior segurança aos estabelecimentos prisionais atendendo ao que dispõe o artigo 52 da Lei de Execução Penal. Todavia, visando manter a integridade física e psicológica do preso, é necessário que o Regime Disciplinar Diferenciado também atenda o que dispõe o artigo 45 da LEP, para que dessa forma busque por meio dessa sanção a resolução dos problemas comportamentais dos presidiários, evitando inúmeras revoltas motivadas pelo cárcere.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado abrange questões que vão além da resolução momentânea dos problemas carcerários no Brasil. Podemos verificar que o RDD, embora tenha como objetivo sanar as deficiências presentes nos estabelecimentos penais vindo a evitar a ação interna e externa do crime organizado, acaba por meio dos recolhimentos sancionatórios gerando mais discórdia e problemas com os presidiários.

A letra da lei dispõe que o período que o apenado pode vir a ficar recolhido diante de uma falta disciplinar grave é de trezentos e sessenta dias, podendo ser repetida até o limite de um sexto da pena aplicada. Contudo, podemos verificar que esse prazo de isolamento pode ser prejudicial ao preso, já que viola princípios básicos como o da dignidade da pessoa humana e coloca em risco a saúde física e psicológica do apenado.

Mesmo se tratando de uma medida extrema que é utilizada somente como último recurso para manter a ordem no sistema prisional, é possível observar que o Regime Disciplinar Diferenciado possui uma previsão vaga sobre suas condições de aplicabilidade. Embora o artigo 45 da Lei de Execução Penal disponha a respeito do tema, é palpável o quanto o assunto deve ser estudado para sancionar os presos que são acometidos por esse regime, e ainda assim conseguir meios de manter um ambiente humano, que possa priorizar a saúde física e mental dos apenados.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL., **Lei de Execução Penal.** Lei n° 7210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MARTINS, Lúdheiner et al. RDD – Regime Disciplinar Diferenciado. **Jus Brasil**. 2016. Disponível em:<https://ludheyner.jusbrasil.com.br/artigos/379169218/rdd-regime-disciplinar-diferenciado?ref=serp> . Acesso em 30 de ago de 2018.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Execução Penal**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 6.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PORTO, Roberto. **Crime Organizado e Sistema Prisional**. São Paulo: Atlas, 2008.

VALE, Ioniltton Pereira. O Regime Diferenciado no Brasil. **JusBrasil**. Disponível em: <https://ioniltonpereira.jusbrasil.com.br/artigos/176139147/o-regime-disciplinar-diferenciado-no-brasil>. Acesso em: 30 ago. 2018.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS.

CHIOTT, Thairini
ROCHA, Hellen Carolinne

RESUMO: O presente trabalho busca descrever aspectos da violência contra as mulheres e como seria a atuação do psicólogo que é de suma importância, pois o mesmo tem o papel de acolher a vítima, auxiliando-a à perder seus medos, a entregar o agressor e ajudando à vítima a voltar com a sua identidade antes das agressões. Esse trabalho teve como suporte uma revisão bibliográfica a respeito do tema com o objetivo de aprofundar o conhecimento nessa área.

Palavras-chave: Violência doméstica. Mulheres. Vítimas. Psicólogos.

1 INTRODUÇÃO

Todos os dias ficamos sabendo de histórias cada vez mais graves de violência contra a mulher. É um problema que acontece a muitos anos e só se tornou crime no Brasil a partir do ano de 2006 graças a Lei Maria Da Penha, que tem como objetivo punir os agressores, prevenir novos casos de violência e prestar assistência às vítimas. Hoje, mulheres que sofrem violência doméstica contam com serviços médicos, psicológicos e apoio da justiça. O serviço psicológico é de extrema importância para tratamento das vítimas, já que este pode auxiliá-las a denunciar o agressor, ficar longe do mesmo, deixando-as mais seguras de si mesmo com sua autoestima restaurada mudando sua atual realidade.

Nessa pesquisa foram abordados temas como: os tipos de violência contra a mulher, a Lei Maria da Penha, o feminicídio, o perfil dos agressores e o papel do psicólogo ao auxiliar as vítimas de violência. A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica seguindo uma abordagem qualitativa. Teve como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre o tema e como seria a intervenção do psicólogo clínico em relação às vítimas.

2 DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa foi realizada de acordo com o modelo bibliográfico com abordagem qualitativa, sendo realizada a partir de um levantamento de materiais científicos como livros, e artigos encontrados em sites como SciELO, WebArtigos e sites

do Senado. Essa pesquisa teve como objetivo abordar fatos relevantes sobre a violência contra as mulheres e ampliar o conhecimento nessa área.

A violência contra a mulher apesar de ser frequente passa muitas vezes despercebida, pois atualmente a nossa sociedade ainda é muito machista, com a ideia de que o homem é superior à mulher e com isso muitas mulheres acabam se submetendo a vários tipos de violência. A maioria dos casos de violência contra a mulher ocorre em sua própria casa, em todas as classes sociais e o agressor é alguém do seu âmbito familiar.

> Durante muitos anos a mulher encarou a violência sofrida por ela como um fenômeno natural, principalmente quando acontecia na relação conjugal ou no ambiente doméstico, que, até pouco tempo, era vista como um problema da esfera privada, onde o Estado não poderia intervir, pois predominava a ideia de que: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. (CORTIZO & GOYENECHE, 2010 apud MONTEIRO, p.9)

A violência contra a mulher passou a ser considerada crime a partir de 07 de agosto de 2006 quando entrou em vigor a Lei 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha que foi criada com o objetivo de eliminar a violência contra a mulher, prestar assistência às vítimas, punir os agressores e garantir medidas protetivas a mulheres em situação de violência. (JUSBRASIL, 2013)

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2015), a violência contra a mulher vai muito além da agressão física, ela pode ser de várias outras maneiras como a violência moral que inclui xingamentos e humilhações, violência psicológica que invés de causar danos físicos à vítima causa danos psicológicos com a distorção de fatos para fazer com que a mulher se sinta louca e duvide da sua sanidade, a indiferença, chantagem, controlar a mulher não a deixando sair, isolar dos amigos e familiares, a violência sexual que ocorre quando a mulher é forçada a atos sexuais desconfortáveis e sem vontade e a violência patrimonial que é a quebra proposital de objetos da mulher.

De acordo com o Observatório de Mulher Contra a Violência (2015), em uma pesquisa realizada em 2015 pelo Instituto DataSenado, duas em cada dez mulheres não tomou nenhuma atitude em relação às agressões sofridas, 24% por preocupação com os filhos, 21% por medo de vingança do agressor, 16% por achar que seria a última agressão e 7% se sentiam envergonhadas.

De acordo com o Senado (2018) a violência contra a mulher acontece em um ciclo que apresenta três fases: a) acumulação da tensão, b) explosão, c) lua-de-mel.

> Durante a fase de acumulação da tensão, dá-se uma escalada gradual da violência, que vai desde agressões verbais, provocações e discussões até

> incidentes de agressões físicas leves. A tensão vai aumentando até fugir ao controle e dar ensejo a uma agressão física grave, em um ataque de fúria, já caracterizando a fase de explosão. Após o incidente agudo de violência, inicia-se a fase de lua-de-mel, em que o agressor, arrependido, passa a ter um comportamento extremamente amoroso e gentil, tentando compensar a vítima pela agressão por ele perpetrada. O comportamento calmo e amoroso, contudo, depois de um tempo, dá lugar a novos pequenos incidentes de agressão, reiniciando-se a fase de acumulação de tensão e, consequentemente, um novo ciclo de violência (SENADO, 2018, p. 6).

Os agressores geralmente ilustram sentimentos de impotência, falta de controle nos seus impulsos, fragilidade a humilhações, histórico familiar violento, baixa autoestima, mudanças de humor repentinas, facilidade de irritabilidade entre outros fatores. É importante salientar que, com o passar do tempo, as agressões acabam se tornando cada vez mais frequentes e mais graves, podendo levar a mulher à pensamentos suicidas, pensamentos de assassinar seu agressor ou até mesmo, se não for interrompido as agressões, pode acontecer um feminicídio. (SENADO, 2018)

“O feminicídio é todo e qualquer ato de agressão derivado da dominação de gênero, cometido contra indivíduo do sexo feminino, ocasionando sua morte.” (ROMERO, 2014, apud OLIVEIRA, COSTA e SOUZA, 2015, p. 2) A taxa de feminicídio do Brasil é registrada como a quinta mais alta do mundo, o número chega à 4,8 para cada 100 mil mulheres, sendo assim, em 2015 o Brasil sancionou a Lei 13.104/2015 que aumenta a pena mínima de 6 para 12 anos e máxima de 20 para 30 anos para autores de feminicídio. (ARTIGO 19, 2018)

É de suma importância que as mulheres denunciem seus agressores, mesmo com medo ou vergonha, pois somente assim ela será capaz de sair desse ciclo de violência que pode deixá-la em situações de riscos cada vez maiores causando conseqüências extremas como o feminicídio.

2.1 O PAPEL DO PSICÓLOGO NO ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:

As consequências psicológicas das vítimas são grandes e podem permanecer por muito tempo. Elas podem causar insônia, pesadelos, falta de apetite, falta de concentração, depressão, ansiedade, síndrome do pânico e até mesmo comportamentos de auto destruição como o consumo de álcool e drogas (KASHANI; ALLAN, 1998 apud ANDRADE et al, 2012). Além disso, a mulher que se acostuma com os vários tipos de violência possui uma dificuldade de querer mudar sua realidade,

possui medo de criar novos laços. Sendo assim, é preciso muito esforço do psicólogo para conseguir ajudá-la mudar tudo isso.

O psicólogo deverá fazer um “rapport” e criar um vínculo terapêutico muito forte com a vítima, oferecendo à ela um ambiente seguro e confortável pois só assim ela vai conseguir falar sobre aquilo que lhe causou tanto sofrimento. (SOARES, 2005; PIMENTEL, 2011 apud MONTEIRO, 2012).

“É um trabalho que exige do profissional muita paciência, pois a mulher precisa mudar sua visão a respeito de fenômenos que foram naturalizados por ela.” (HIRIGOYEN, 2006 apud MONTEIRO, 2012, p. 23). É necessário que o psicólogo faça uma escuta adequada, prestando atenção no que está sendo dito, siga as etapas com paciência deixando a vítima se manifestar no tempo dela e mostrar à ela que a violência sofrida não foi sua culpa para que assim ela possa se proteger, estabelecer limites em uma próxima relação e resgatar o que ela era antes de sofrer à violência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher nos faz perceber o quanto é visível a desigualdade entre os gêneros, onde o masculino age com relações de poder em cima do feminino o que faz com que ocorra os diversos tipos de violência. O papel do psicólogo é de muita importância nesses casos onde o profissional precisa construir uma intervenção diferente das demais utilizadas. Quando se trabalha a violência contra a mulher para obter resultados positivos é preciso trabalhar a abordagem multidisciplinar, ou seja, atuando em parceria com outras áreas, pois muitos casos envolvem também a Justiça com a Lei Maria da Penha.

As mulheres são encaminhadas para atendimento psicológico para finalidade de trabalhar com sua autoestima, fazendo com que ela volte à descobrir seus desejos e vontades e refletir sobre as violência sofridas que não foram culpa dela. É importante mostrar à ela sobre o ciclo da violência e que o mesmo vai continuar acontecendo caso não haja nenhuma intervenção assim ampliando sua consciência para quando houver um padrão de relacionamento abusivo, consiga encontrar recursos para sair dessa situação.

4 REFERÊNCIAS

MONTEIRO, Fernanda Santos. **O papel do Psicólogo no atendimento às vítimas e autores de violência doméstica.** 2012. 63 f. Monografia (Bacharelado em Psicologia) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

ANDRADE, A. F. et al. ***A atuação do psicólogo no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica na clínica de psicologia aplicada*** *– C. P. A. – Ulbra – Itumbiara – GO*. 2012.

Violência contra a Mulher - Legislação Nacional e Internacional*.* 2013. Disponível em:<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/121937941/violencia-contra-a-mulher-legislacao-nacional-e-internacional> acesso em: 04/09/2018

OLIVEIRA, COSTA E SOUZA. Feminicídio e violência de gênero: Aspectos sócio jurídicos. Revista Tem@. v. 16. n. 24/25. Páginas 21 a 43, janeiro a dezembro de 2015.

Violência contra mulher não é só física; conheça outros 10 tipos de abuso**. 2015.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/violencia-contra-mulher-nao-e-so-fisica-conheca-10-outros-tipos-de-abuso> acesso em: 04/09/2018

A reação das Mulheres à violência*.* 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/a-reacao-das-mulheres-a-violencia> acesso em: 04/09/2018

*SENADO FEDERAL****.*** **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais.** Brasília. 2018.

Dados sobre o feminicídio no Brasil. Disponível em: <http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2018/03/Dados-Sobre-Feminic%C3%ADdio-no-Brasil-.pdf> acesso em: 04/09/18

MOVIMENTOS SEPARATISTAS E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DA SILVA, Giseli Novak[216]
PLETSCH, Fabio Augusto [217]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa [218]

RESUMO: O trabalho versa sobre um tema muito comentado no cenário regional, ou seja, fala sobre o interesse da população em separar seu estado/região da federação. Explicou-se também o que é federação desde seu surgimento até os dias atuais falando de suas características e de sua previsão legal quanto a direito de secessão. Explica-se também quais as possíveis formas de formação de estado e quais os requisitos a serem compridos para que se efetive a formação.

Palavras-chave: Federação. Estados. Movimentos separatistas. Constituição.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por fim estabelecer o que é federação como forma de estado no Brasil e demonstrar com base em dados históricos tendo como base o método dedutivo, buscando explicar o geral e em seguida, o particular. Busca-se explicar o que é uma federação e buscar conclusões acerca dos movimentos separatistas que ocorrem no país demonstrando a falha destes movimentos e de que/onde se originam.

. Utilizando de doutrina específica, como Pedro Lenza e Uadi Lammêgo Bulos além de, fazer grande uso da constituição federal em seus diversos artigos explicou-se quais os meios e formas de se separar um estado e quais os requisitos impostos pela constituição para este fim.

2 DESENVOLVIMENTO

O federalismo teve seu inicio a constituição norte-americana de 1787 em virtude do fracasso do modelo anteriormente adotado. Foi instaurado após a proclamação da independência das 13 colônias britânicas da América onde, cada qual passou a intitular-se um novo Estado, sendo este Estado, soberano e com plena liberdade e independência. Estes Estados resolveram formar um tratado internacional

[216] Discente do curso de direito do Centro Universitário Campo Real
[217] Monitor acadêmico e discente do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real
[218] Mestre em Direito Empresarial e Cidadania e docente do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.

que foi intitulado como artigos de confederação, a confederação dos estados Americanos. Era permitido a todos o direito de secessão, ou seja, o direito de retirar-se do tratado o que causaria uma grande fragilidade perante possíveis ataques britânicos, após isso foi instaurado o pacto da federação. (LENZA, 2017, p. 451)

Tendo inspiração no modelo norte-americano o Estado brasileiro assumiu a forma de estado federal em 1889, por meio do Decreto n. 1, de 15.11.1889, e se mantem até os dias de hoje.

Uadi lammêgo Bulos em seu livro Curso de Direito Constitucional traz como conceito de federação:

> É a *federação*, portanto uma genuína *técnica de distribuição do poder*, destinada a coordenar competências constitucionais das pessoas políticas de Direito Público Interno, que, no Brasil equivalem à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A Federação, que em sentido clássico é uma associação de Estados-membros, não se confunde com outras figuras político-institucionais que traduzem técnicas de distribuição e exercício do poder político. (2015, p.923)

O artigo 1° *caput* da constituição da república federativa do Brasil aduz que, *"A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito".* A partir deste artigo serão analisados os movimentos separatistas que ocorrem ou ocorreram no Brasil.

Os movimentos separatistas são mobilizações que buscam como o próprio nome fala separar determinados territórios, ou seja, torna-los independentes. Esses movimentos advêm de determinações populares e podem ser religiosos, políticos culturais ou até mesmo econômicos.

> Na contemporaneidade, o nacionalismo pouco mudou. Ele encontra-se nos movimentos separatistas ou independentistas que exigem, "sob os signos sorridentes da identidade e da emancipação", o direito ao princípio das nacionalidades. Todos reivindicam o reconhecimento da nação/comunidade que representam, o direito à soberania e autonomia da nação, o direito à constituição a um Estado nacional. (LESSA, 2017)

Os meios de comunicação divulgam os diversos movimentos existentes no país, dentre eles o principal é o movimento *o sul é o meu país* que, defende a autonomia da região sul onde já foram realizados dois plebiscitos para consultar previamente a

população sobre a separação dos três estados - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - do Brasil.

Há uma incongruência nestes movimentos, pois, para se separar um estado membro da federação devem se cumprir alguns requisitos estabelecidos pelo artigo 18 § 3° da constituição federal sendo eles, plebiscito, onde a população interessada deverá aprovas a formação de um novo Estado, a propositura do projeto de lei complementar onde segundo o artigo 4° §1° da lei n. 9.709/98 diz que sendo favorável a consulta prévia será proposto um projeto de lei perante umas das casas do congresso nacional, audiência das assembleias legislativas sendo apresentado o projeto de lei complementar como já citado competirá as assembleias proceder audiência, o parecer das assembleias não é vinculativo, sendo assim, mesmo desfavorável poderá dar-se continuidade ao projeto e por fim a aprovação da lei complementar pelo congresso nacional. (LENZA, 2017, p.479)

O artigo acima citado deverá ser conjugado com outro artigo, o artigo 48, VI da constituição federal que expressa:

> Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

Destaca-se então que os estados podem entre si, incorporar-se por meio da fusão, subdividir-se por meio da cisão e desmembrar-se por meio do desmembramento. (LENZA, 2017, p.479)

Então, considerando a frase *"união indissolúvel"* indica-nos que não é previsto o direto de secessão no estado brasileiro, indicando de forma clara que somos um a federação, onde os estados e municípios possuem autonomia, e não uma confederação onde, forma-se uma aliança entre estados soberanos sem compartilharem sem sua soberania.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ressalta-se que o federalismo consiste na descentralização do poder político, gerando repartição de competências e dando aos entes federados autonomia, o Brasil é um Estado federal onde todos os entes federados união, estados membros,

distrito federal e municípios são igualmente autônomos e ocupam o mesmo espaço jurídico dentro de um pano hierárquico e devem receber tratamento isonômico. A federação no brasil é indissolúvel e por isso conclui-se que nenhum dos entes federados pode romper o pacto federativo, não sendo possível a dissolução por emenda constitucional visto que, é uma clausula pétrea expressa no artigo 60 §4° da constituição federal.

4 REFERÊNCIAS

As referências devem ser elaboradas de acordo a NBR:6023 da ABNT.

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 26 ago. 2018

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição federal anotada.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 1892. Acesso em: 26 ago. 2018

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Acesso em: 26 ago. 2018

LESSA, Monica leite. **O nacionalismo no século XXI**. Disponível em: <http://www.mundoemtranse.com.br/index.php/2017/10/23/o-nacionalismo-no-seculo-xxi> Acesso em 26 ago. 2018

A FORMAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA

ZARPELLON, Jullya Larsson[219]
ALMEIDA, Patrick Luan de[220]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[221]

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a formação de novos Municípios. Objetivamos com tal feito explicitar o que consiste Município, o qual, é a pessoa jurídica de direito público interno e autônoma nos termos e de acordo com as regras estabelecidas na Constituição Federal. Para tanto, utilizamos pesquisas bibliográficas que reportam a um entendimento que a formação de novos Municípios é possível mediante texto constitucional em seu artigo 18, §4º. Os requisitos para formação é a criação de Lei Complementar Federal, estudo de viabilidade municipal, plebiscito e criação da Lei Orgânica Estadual.

Palavras-chave: Municípios. Formação. Requisitos. Emenda constitucional.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas, tendo como objetivo conceituar o que são municípios e de que forma é possível a formação de novos.

Ao decorrer das explanações, serão elencados os requisitos e os modos de formação dos novos municípios, bem como as especificações que devem ser estritamente respeitadas de cada requisito.

O artigo 18, § 4° da Constituição Federal determina os critérios a serem seguidos para ocorrer a formação de novos municípios, esse artigo foi complementado por meio da Emenda Constitucional 45/96 que veio para dificultar a formação de novos municípios, podendo assim, ter um controle para que não se formassem desenfreadamente novos municípios como ocorrera antes da referida emenda.

2 DESENVOLVIMENTO

Para iniciarmos nossa explanação deve ser conceituado o significado de Município, sendo ele “pessoa jurídica de direito público interno e autônoma nos termos

[219]Acadêmica do curso de Direito, 4º período, do Centro Universitário Campo Real.
[220]Acadêmico do curso de Direito, 4º período, do Centro Universitário Campo Real.
[221]Orientadora mestre em Direito Empresarial e Cidadania pela UNICURTITIBA.

e de acordo com as regras[...]" (LENZA, 2012, p. 445) estabelecidas na Constituição Federal.

A Constituição Federal, por meio dos artigos 1°, 18, 29, 30 e 34,VII, c, determinou como Município entidade federativa, tornando-o , em nosso sistema de governo Federativo, indispensável. Para tanto, integrou-o na organização político-administrativa, assegurando-o plena autonomia, possuindo a tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, autoadministração e autogoverno. (MORAES, 2017, p. 418)

Como supracitado, o Município possui autonomia e não soberania, "uma vez que a soberania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil." (LENZA, 2012, p. 445). Ressalta-se que todos os Entes Federados (União, Estados Membros, Distrito Federal e Municípios) são detentores de autonomia política.

Acerca da tríplice de capacidade referente aos Municípios, Alexandre de Moraes discorre:

> [...] o município **auto-organiza-se** através de sua Lei Orgânica Municipal e, posteriormente, por meio da edição de leis municipais; **autogoverna-se** mediante a eleição direta de seu prefeito, Vice-prefeito e vereadores, sem qualquer ingerência dos Governos Federal e Estadual; e, finalmente, **autoadministra-se**, no exercício de suas competências administrativas, tributárias e legislativas, diretamente conferidas pela Constituição Federal. (MORAES, 2017, p. 418, grifo nosso)

A formação de novos municípios é constitucionalmente possível por meio da Emenda Constitucional nº 15, de 12 de setembro de 1996, esta emenda modificou o texto original da Constituição Federal, tornando o processo de formação de novos municípios mais rigoroso, para que se evitasse a formação desenfreada dos municípios. A emenda tornou exclusivo a formação dos novos municípios sob responsabilidade da lei estadual, sendo assim, o artigo 18, §4° determina:

> Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.
> § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Art. 18)

Essa formação de novos Municípios far-se-á após seguir critérios pré-determinados. Devido ao artigo 18, citado a cima, ser uma Norma Constitucional de

eficácia Limitada, faz necessário a criação de uma lei infraconstitucional para produzir a plenitude se seus efeitos, essa lei deve ser a Lei Complementar Federal, que "determinará o período para a mencionada criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, bem como o procedimento" (SILVA apud LENZA, 2012, p.445), contudo, tal Lei Complementar Federal não existe ainda, em anos anteriores o Presidente da República vetou por duas vezes o projeto de lei sob o argumento de que o texto aumentaria as despesas públicas.

Sem existir esta Lei, os demais requisitos a serem citados adiante, não poderão produzir efeitos, uma vez que a Lei é primordial para dar início ao processo de criação de um novo município. Os demais requisitos a serem cumpridos, posteriormente a Lei Complementar Federal, são: realização de um estudo de viabilidade municipal, plebiscito e Lei Ordinária Estadual.

O segundo requisito é a realização de um estudo de viabilidade municipal que "deverá ser apresentado, publicado e divulgado, na forma da lei, estudo demonstrando a viabilidade da criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios" (LENZA, 2012, p. 446). Esse estudo tem como objetivo demonstrar a capacidade financeira do Município, comprovando se este poderá se manter como um ente autônomo, alcançando os valores necessários para custear a administração, bem como manter a manutenção da saúde, da educação e das condições necessárias da população. Ressaltando que este estudo é essencial para prosseguir com as demais etapas, se comprovado que o município não consegue se manter, não continua a formação.

Após o estudo de viabilidade se mostrar positivo, o requisito seguinte é o plebiscito, esse requisito é a consulta prévia da população dos municípios diretamente interessados. O plebiscito será convocado pela Assembleia Geral, sendo que deverão ser a maioria dos votos válidos dos municípios interessados, não podendo levar em consideração a vontade de apenas um dos municípios. Esse terceiro requisito é chamado de condição de procedibilidade, pois sem a aprovação da população, a formação do novo município ficará estagnada, se aprovada "o legislador estadual terá discricionariedade para aprovar ou rejeitar o projeto de lei de criação do novo Município. Em igual sentido, mesmo que aprovada a lei pelo legislador estadual, o Governador de Estado poderá vetá-la." (LENZA, 2012, p. 446)

Dando continuidade, o requisito seguinte é a criação de Lei Ordinária Estadual, que tem como objetivo, único e exclusivo, a criação dos novos municípios.

Como último requisito, todos os anteriores deverão ter sido favoráveis para ser efetivamente possível a formação dos novos municípios, essa lei deverá ser criada "dentro do período que a lei complementar federal definir, desde que já tenha havido um estudo de viabilidade e aprovação plebiscitária[...] (LENZA, 2012, p. 446)

Nesse ponto explicitaremos os modos de formação dos novos municípios, os quais são: Criação ou Emancipação; Incorporação ou Absorção; Fusão e Desmembramento.

A emancipação é quando um município já existente, cede uma parcela de seu território para a formação de um novo município. O município preexistente, também chamado de município "mãe", mantém personalidade jurídica sendo considerado um novo município na Federação Brasileira, pois tem a alteração de seu território, da sua população e de sua autonomia política.

O segundo modo de formação é a incorporação, nessa situação um município com maior poder econômico irá incorporar um município de menor potencial econômico, tendo a alteração de seu povo, de seu território e de sua autonomia política, por isso se torna um novo município.

A fusão é determinada pela união/junção de dois municípios diferentes, os quais deixam totalmente de existir, para dar origem a um completamente novo município, com novo território, nova população e uma autonomia política diferenciada.

O último modo é o desmembramento, acontece quando um município preexistente cede parcela de seu território, transferindo área geográfica para outro município, também já existente, formando dois novos municípios.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalhou versou sobre a possiblidade da formação de novos Municípios, conceituando este e esclarecendo os requisitos necessários a serem seguidos, bem como os modos que se darão a esta formação a fim de atingir êxito.

Concluímos que, constitucionalmente, a formação de novos municípios é possível, todavia, de forma prática, não é admissível devido a inexistência da Lei Complementar Federal, que foi inserida no texto da Constituição Federal por meio da emenda constitucional nº 45/96 como requisito essencial.

A referida emenda, foi de suma importância para o controle desenfreado da formação de novos Municípios que houveram, tornando o processo mais rígido e

moroso, levando em consideração todos os aspectos econômicos e sociais, para a melhor adequação do momento da formação.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <file:///I:/Constitucional%204%C2%B0%20IC/Livros/CONSTITUI%C3%87%C3%83O%20FEDERAL.pdf>. Acesso em: 24ago. 2018.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DIREITOS HUMANOS DOS DETENTOS

ROCHA, Felipe Aranda[222]
ALMEIDA, Patrick Luan de[223]
FACHI, Jussara Wirmond[224]
GERKE, Mylena Bermudez[225]
SELL, Elizabete Nizer [226]

RESUMO: Entende-se como direitos universais, os direitos conferidos para todas as pessoas sem distinções, inclusive para pessoas que cometeram atos ilícitos e estão respondendo por esses crimes por meio da pena de prisão no sistema carcerário brasileiro. Assim, aqueles que estão cumprindo pena privativa de liberdade estão amparados pelos direitos universais e não poderão ser distanciados de seus Direitos Humanos, merecendo dignidade pelo simples fato de ser humano. O método de pesquisa utilizado possui como fonte livros e artigos científicos dos campos do Direito, como também pesquisas as normas brasileiras vigentes.

Palavras-chave: Direitos humanos. Dignidade humana. Sistema carcerário. Detentos.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como intuito principal conceituar o que são os direitos humanos, evidenciar as situações precárias do sistema carcerário brasileiro e destacar os direitos e garantias individuais dos detentos no Brasil. Estas situações precárias, muitas vezes, acontecem pela superlotação dos presídios brasileiros. É notório as irregularidades existentes nos presídios brasileiros, existe a superlotação, os abusos contra presos e falhas quanto ao atendimento diferenciado à saúde, educação e segurança.

Ao analisar os relatórios do Departamento Penitenciário Nacional pode-se evidenciar a fragilidade do sistema carcerário brasileiro e como o caráter ressocializador da prisão atualmente não logra êxito. Inúmeros são os motivos, contudo, dentre eles está o objeto de estudo deste trabalho, que pese a ausência dos Direitos Humanos no cárcere. Por isso, faz-se indispensável seu estudo.

[222] Acadêmico do Curso Direito, 4° período, Centro Universitário Campo Real.
[223] Acadêmico do Curso Direito, 4° período, Centro Universitário Campo Real.
[224] Acadêmica do Curso Direito, 4° período, Centro Universitário Campo Real.
[225] Professora Orientadora. Graduada em Direito pela Faculdade Campo Real (2015). Pós-Graduada em Ciências Criminais pela Faculdade Campo Real (2017).
[226] Professora Orientadora. Graduada em Direito pela Faculdade Campo Real (2005). Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Previdência Social pela Faculdade Campo Real (2007). Mestranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste.

2 DESENVOLVIMENTO

De início, faz-se importante destacar o conceito de Direitos Humanos. Segundo a ONU (Organizações das Nações Unidas): “são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição”.

O sistema carcerário brasileiro recebe os detentos com um grau mínimo de dignidade humana, pois, não tendo espaço físico para abrigar tantos presos, ocorrem as superlotações nos presídios. As pessoas são obrigadas a conviver em locais apertados em condições desumanas, não possuindo seus Direitos Universais respeitados pelo fato de estar na condição de presidiário, cumprindo pena por uma conduta contrária as normas vigentes.

Conforme entendimento de Romualdo Flávio Dropa (2018):

> O sistema carcerário no Brasil, hoje, está falido. Mudanças radicais neste sistema se fazem urgentes, pois as penitenciárias se transformaram em verdadeiras “usinas de revolta humana”, uma bomba-relógio que o judiciário brasileiro criou no passado a partir de uma legislação que hoje não pode mais ser vista como modelo primordial para a carceragem no país.

O que se encontra nas prisões brasileiras são pessoas aglomeradas sem condições mínimas de higiene, alimentação, descanso, educação ou trabalho. Hoje a penitenciária é vista como um verdadeiro depósito de pessoas.

A legislação que criou esse sistema já não pode ser vista como um modelo a ser seguido, pois não atinge a finalidade que ela mesma propõe, que pese a ideia de ressocialização do indivíduo. Assim, importante se faz a análise da Atual Constituição Federal que assegura:

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

Assim, toda e qualquer pessoa indistintamente é igual em direitos e obrigações, possuindo resguardo constitucional quanto as suas integridades. Segundo Castilho (2012) “a expressão direitos humanos representa, em sentido amplo, o conjunto das atividades realizadas de maneira consciente, com o objetivo de assegurar ao homem a dignidade e evitar que passe por sofrimentos.” Atividades estas que são menosprezadas pelo Estado Brasileiro em relação aos detentos.

Os Direitos Humanos possuem função preventiva e garantista de direitos universais, tais como à vida, liberdade, igualdade e segurança pessoal, para que os direitos não sejam colocados em risco ou tenhamos um abuso de poder por parte do Estado.

Atualmente, o Brasil ocupa o terceiro lugar no ranking dos países com maior população prisional, com cerca de 715.655 pessoas nesta situação, dentre estas 148.000 se encontram em prisão domiciliar. A capacidade do sistema penitenciário é de apenas 357.219 tendo um déficit de 210.436 presos, dados estes do Conselho Nacional de Justiça de 2014.

Um outro agravante para a situação de quem se encontra em cárcere no sistema prisionário brasileiro é o chamado Labeling Approach que é a teoria do etiquetamento. Pois, o rótulo de prisioneiro é extremamente fixado pelo cárcere e pelo seu ambiente, mesmo após o cumprimento da pena esse rótulo não é desestigmatizado e em muitos casos, é tão fixado que o indivíduo continua na situação do crime, agravado pelo ambiente carcerário que não cumpriu com os direitos que deveriam ser universais, fazendo com que o índice de prisioneiros apenas aumente, indo contra seu objetivo principal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação atual dos encarcerados brasileiros é contraditória com sua teoria, sendo marginalizados cada vez mais e o papel da prisão, que seria ressocializar o indivíduo não tem eficácia, tornando, muitas vezes pior devido à falta de direitos que todas as pessoas merecem independentemente de qualquer situação ou condição.

Murara (2016) defende que “os direitos humanos e a dignidade humana teriam a importante tarefa de serem limites ao poder de punir do Estado, servindo de baliza para o hiperencarceramento brasileiro”. Essa superlotação se dá pela junção de diversos tipos de criminosos, não levando em conta a individualização da pena e os delitos praticados. Deste modo, os pequenos infratores após cumprirem a pena saem conspirados pelos criminosos perversos, se tornando assim, uma escola do crime.

Os direitos humanos seriam um dos caminhos para ocorrer a eficácia do sistema carcerário brasileiro, para que estes indivíduos fossem ressocializados e não marginalizados como ocorre nos tempos atuais. Sendo a privação da liberdade a pena propriamente dita, não necessitando dos agravantes e da perda de direitos inerentes à pessoa.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 jan. 2018.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. 2012. Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/948/1/Direitos%20Humanos%20-%20Vol.%2030%20-%20Ricardo%20Castilho.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil**. 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/censo-carcerario.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN.** 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2018.

DROPA, Romualdo Flávio. **Direitos Humanos no Brasil**: a exclusão dos detentos. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3874>. Acesso em: 07 jan. 2018.

KAWAGUTI, Luis. Ouvidoria constata degradação e abusos em prisões do Brasil. BBC. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130510_ouvidoria_prisoes_lk>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MURARO, Mariel. Sistema prisional brasileiro e direitos humanos. Canal Ciências Criminais. 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/sistema-prisional-2/>. Acesso em 10 jan. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. O que são os direitos humanos? Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>. Acesso em 10 jan. 2018.

MEDICINA LEGAL - EMBRIAGUEZ

ANDRADE, Michael [227]
KRENCHINSKI, Felipe Haas[228]
SZEREMETA, Maurício [229]

RESUMO: Constituindo importante matéria de discussão jurídica, tem-se o estado de embriaguez. Através do presente trabalho, buscar-se-á delimitar as diferenças conceituais entre a embriaguez, alcoolemia, e alcoolismo. Também buscar-se-á explanar alterações sofridas pelo organismo, quando da ingestão de álcool, bem como os parâmetros médico-legais adotados e os mais indicados à constatação do estado de embriaguez.

Palavras-chave: Embriaguez. Constatação. Medicina legal. Direito.

1 INTRODUÇÃO

São vários os efeitos jurídicos que decorrem da constatação (ou não) do estado de embriaguez. No âmbito penal pode funcionar como causa extintiva da punibilidade ou como agravante de pena (vide art. 28§ 1º e art. 61, II, "l" Código Penal). Pode constituir contravenção penal (vide artigos 62 e 63 da Lei de Contravenções Penais). Pode, no âmbito Cível, ensejar em limitação à prática de certos atos (art. 4, II, Código Civil); etc. Entretanto, antes de incidirem os efeitos jurídicos pertinentes, é importante restar caracterizado o próprio estado de embriaguez.

Portanto, mais elementar que conhecer os efeitos jurídicos que decorrem de tal estado, é compreender o próprio conceito médico legal. Assim desponta o presente trabalho, cujo intuito é compreender e explanar o que se entende, em medicina legal, por embriaguez, bem como os conceitos acidentais que permeiam o tema.

2 DESENVOLVIMENTO

Antes, porém, de adentrar-se no tema, algumas distinções conceituais necessitam ser compreendidas.

2.1 EMBRIAGUEZ, ALCOOLISMO E ALCOOLEMIA

[1]Aluno de direito, 8ºC, Campo real.
[2]Aluno de direito, 8ºC, Campo real.
[3]Aluno de direito, 8ºC, Campo real.

Embriaguez e alcoolismo são no dia a dia, vocábulos utilizados como sinônimos. Apesar do uso recorrente das expressões, cada uma conta com campo semântico próprio, referindo-se a condições e situações específicas.

Primeiro, esclareça-se que embriaguez é conceituada, nas palavras de Francisco Silveira Benfica e Márcia Vaz (2015, p. 127), como:

> (...) um estado de intoxicação aguda e transitória que elimina ou diminui no agente sua capacidade de entendimento e autodeterminação (...) Ao definir a embriaguez como um estado de intoxicação aguda, estamos limitando o conceito a uma interação do ser humano com uma substância exógena, de caráter transitório.

Os professores (2015) informam que o termo alcoolismo para a Organização Mundial da Saúde é toda a forma de ingestão de álcool que exceda ao consumo tradicional, aos hábitos sociais da comunidade considerada, quaisquer que sejam os fatores etiológicos responsáveis e qualquer que seja a origem desses fatores como: hereditariedade, constituição física ou influências fisiopatológicas e metabólicas adquiridas.

Diferentemente das nomenclaturas supracitadas, alcoolemia é definida por França (2017, p. 973) como “resultado da dosagem do álcool etílico na circulação sanguínea e seus percentuais trazidos em gramas ou decigramas por litro de sangue”.

Assim, em suma, é seguro dizer que ao contrário de embriaguez, estado momentâneo, alcoolismo é hábito, conduta reiterada, que exceda os padrões considerados normais pela comunidade. Por seu turno, alcoolemia é resultado de exame técnico.

Postas as conceituações fundamentais, passa-se ao estudo dos efeitos psicomotores que decorrem do estado de embriaguez.

2.2 MANIFESTAÇÕES FÍSICAS, PSÍQUICAS E NEUROLÓGICAS DA EMBRIAGUEZ

França (2017) discorre que a ação tóxica causada pela ingestão excessiva de álcool pelo organismo revela-se por manifestações físicas, neurológicas e psíquicas.

Segundo o especialista, as manifestações físicas materializam-se em olhos cansados, aceleração dos batimentos cardíacos, da respiração e do pulso, além de hálito com odor etílico. Também descreve que apenas um desses indícios isolado não

é suficiente para que o perito firme convicção, diagnosticando, de modo categórico, o estado de embriaguez.

Dentre as manifestações neurológicas, França aduz que a marcha fica prejudicada; a coordenação motora fica imprecisa; a harmonia entre certos conjuntos de movimentos fica prejudicada; há dificuldade na realização de movimentos rápidos e opostos; há distúrbio na articulação das palavras; há dificuldade na prolação de vocábulos; há alterações de tônus muscular, etc.

O *expert* acentua que ainda pode ocorrer perda parcial da sensibilidade tátil, dolorosa e térmica, além de soluços, vômitos, embotamento das funções sensoriais, caracterizado pela redução do rendimento da audição, visão, gustação e olfação.

Ainda sobre o tema, desenvolve o professor que as manifestações psíquicas apresentam-se de maneira progressiva. Começam pelas alterações do humor, do senso ético, da senso-percepção, da atenção do curso do pensamento, da associação de ideias até atingirem os impulsos menores. Explica também que o indivíduo, aos poucos, passa a apresentar atitudes caracterizadas pelo exagero e pelo ridículo, tornando-se inconveniente, falastrão, soltando a língua sobre fatos muitas vezes comprometedores, ficando bem-humorado, com atenção diminuída, memória prejudicada e capacidade de julgamento fragilizada.

Por fim, esclarece que, em virtude da deficiência das inibições morais e intelectivas, o embriagado passa a avaliar as coisas intempestivamente, fica impulsivo, audacioso e chega, muitas vezes, a atentar contra a moral pública.

2.3 FASES DA EMBRIAGUEZ

França (2017) discorre que as fases da embriaguez podem ser divididas em três grandes grupos, a saber: a) fase da excitação; b) fase da confusão; e c) fase do sono.

Ensina ele que na fase de excitação o indivíduo se mostra animado, loquaz, bem-humorado e faz muitas graças, piadas, por muitas vezes demonstra uma falsa impressão de maior capacidade intelectual, também fala muitas mentiras, revela alguns segredos íntimos e mostra-se extremamente instável.

Na segunda fase, discorre, fase da confusão, emergem perturbações nervosas e psíquicas, tais como: confusão ao falar; andar cambaleante; perturbações sensoriais; e irritabilidade.

A terceira fase, pontua o *expert*, é a fase do sono, conhecida também como fase comatosa, na qual a pessoa, após beber, já não consegue mais ficar em pé, até o ponto de mergulhar em sono profundo. Explica também que as expressões físicas traduzem-se por ausência de reação aos estímulos normais: as pupilas dilatam-se e param de reagir à luz; os músculos relaxam e o suor tona-se excessivo. É a fase da inconsciência.

2.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A título de elucidação, o Decreto n.º 6.488/08, estabelece parâmetros objetivos para caracterização dos crimes de trânsito que envolvam motorista sob influência de álcool. Da leitura do Decreto extrai-se que os parâmetros de constatação giram em torno de 0,6 e 2,0 g/1.000 ml de sangue ou a partir de 0,3 mg/l de ar expelido

Entretanto França (2016), critica o método adotado. Isso porque, segundo ele, há certa dificuldade em, apenas com exame de alcoolemia, apurar os reais efeitos que o álcool exerce sobre o indivíduo no momento da análise. Para isso, propõe a realização de exame clínico, no qual os seguintes quesitos devem ser respondidos pelo perito responsável (2017, p. 980):

> O perito deverá responder à Justiça, afirmando:
> 1° – Se há ou não embriaguez;
> 2° – Se, em caso afirmativo, a embriaguez é ou não completa;
> 3° – Se a embriaguez comprovada é um fenômeno episódico, ocasional, ou se se trata de um estado de embriaguez aguda manifestada em alcoolismo crônico;
> 4° – Se se trata de uma embriaguez patológica;
> 5° – Se, no estado em que se encontra o paciente, pode ele pôr em risco a segurança própria ou alheia;
> 6° – Se é necessário o tratamento compulsório.

Justifica o *expert* que deve ser realizada uma análise mais precisa e circunstancial, uma vez que existem diferentes tipos de organismos, em que os efeitos da ingestão de álcool variam em quantidades e concentrações por ml de sangue. Nessa linha, nada impede que o exame de alcoolemia apresente uma taxa baixa de teor alcoólico no organismo, mas o indivíduo esteja totalmente embriagado.

> Nessas condições, a caracterização de um estado de embriaguez é sempre um critério clínico em que se procura evidenciar a capacidade de autodeterminar-se normalmente, revelada pelo agente ao tempo do evento criminoso, competindo ao perito averiguar se as suas condições somatoneuropsíquicas configuram as especificações da lei. (FRANÇA, 2017, p. 981).

Assim, pois, torna-se difícil constatar, apenas pela realização de exame de alcoolemia, o estado de embriaguez. Com efeito a atitude mais prudente é a realização de análise casuística, das condições físicas, neurológicas e psicológicas do indivíduo para constatação do estado de embriaguez. Somente assim é que se pode conferir maior segurança ao operador do direito que precisa da informação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim é possível observar que que o estado de embriaguez acaba por gerar alterações psicomotoras nos indivíduos, motivo pelo qual a legislação brasileira se ocupa em dar tratamento diferenciado aos assim constatados; entretanto, também observa-se que inexistem elementos absolutamente objetivos capazes de caracterizar o estado de embriaguez. E, muito embora o perito médico-legal possa ser chamado para atuar na formação de convicção, em última análise é o operador do direito quem detém a delicada competência de fazer incidir os efeitos jurídicos pertinentes.

4 REFERÊNCIAS

BENFICA, Francisco Silveira; VAZ, Márcia. **Medicina legal**. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal**. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

GOMES, Hélio. **Medicina legal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978.

ANÁLISES DE QUALIDADE DO LEITE *IN NATURA* DO MUNICÍPIO DE MARQUINHO-PR

WELINSKI, Dábila Rayanne[230]
SILVA, Andressa Lopes[1]
UCHAK, Alisson Ferreira[1]
BONAPAZ, Rubia dos Santos[2]

RESUMO: Fraudes no leite *in natura* também são práticas comuns, visando sempre conferir maiores lucros com isso o objetivo do presente trabalho foi determinar as características como pH e densidade das amostras de leite. Foram coletadas 04 amostras de leite *in natura* visando o levantamento de dados sobre a qualidade do produto comercializado, o que possibilitará fornecer informações a população consumidora. Portanto, estava fora dos padrões 50% das amostras no alizarol, 60% no álcool, e na densidade não houve alteração. Resultados podem indicar problemas higiênico-sanitários de obtenção, transporte e conservação e um risco a saúde do consumidor.

Palavras-chave: Leite *in natura*. Qualidade. Análises.

1 INTRODUÇÃO

A região sul do país é favorável para a produção leiteira, todavia ela contribui para o desenvolvimento social e econômico da mesma. Entretanto, se faz necessário avaliar a qualidade do leite *in natura*.

Segundo Marques et al; (2007) há diversos testes realizados para avaliar a qualidade do leite produzido, um dos mais utilizados é a prova do alizarol, realizada na propriedade antes do carregamento do leite. O teste é realizado com a mistura em partes iguais de leite e de alizarol. Conforme a alteração da cor, a amostra é rejeitada por não ser apta ao tratamento térmico, e o leite é considerado como sem estabilidade térmica, ou seja, possui acidez elevada (OLIVEIRA, 2009).

Segundo Tsioupas; (2007) outro teste realizado é a prova do álcool que é usado como um método rápido para estimar a estabilidade das proteínas do leite durante o processamento térmico, uma vez que o leite com baixa qualidade higiênica durante a sua produção pode apresentar redução do pH pela fermentação da lactose em ácido lático, resultando, assim, em maior instabilidade da proteína.

> Nesta prova, o álcool atua como um desidratante e simula as condições do aquecimento. Caso haja floculação do leite, pode-se suspeitar de leite ácido. De acordo ainda com a técnica descrita, os resultados podem ser alterados pela interferência de substâncias presentes no leite que alteram o equilíbrio cálcio-

[230]Curso Nutrição, 4° período, Faculdade Campo Real.
[2]Ms Rubia Bonapaz, Centro Universitário Campo Real.

> magnésio e citrato-fosfórico do leite, neste método o teste é realizado com a mistura em partes iguais de leite e álcool (OLIVEIRA, 2009).

Fraudes no leite *in natura* também são práticas comuns, visando sempre conferir maiores lucros. Uma das mais comuns é a adição de água no leite o que diminui a densidade, a porcentagem de matéria gorda, equilibra acidez e aumenta o índice crioscópico (MENDONÇA et al, 2009).

O presente trabalho objetivou avaliar a qualidade do leite *in natura* de 4 grandes propriedades diferentes, comercializado na região de Marquinho-PR, visando fornecer informações para a população consumidora deste produto.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAS E MÉTODOS

Este trabalho consistiu de uma pesquisa cientifica com testes realizados no laboratório do Centro Universitário Campo Real, no mês de março de 2018.

Foram coletadas 05 amostras de leite *in natura* na localidade de Guampará, no município de Marquinho-PR, cada amostra era constituída por 500 mL de leite. 4 das amostras eram de produtores distintos, que armazenavam o leite em um resfriador coletivo, sendo a 5° amostra uma mistura dos mesmos.

Os leites passam por alguns exames para avaliar se a modificações da sua qualidade, antes de ser comercializados. Portanto foram realizados alguns testes em laboratório para analisar se a alterações microbianas e na densidade do produto. Tais como:

- A estabilidade ao alizarol: A Técnica de Alizarol foi realizada transferindo para um tubo de ensaio 2 mL de leite e 2mL solução de Alizarol, homogeneizando cuidadosamente, em seguida analisou-se a cor obtida (DE OLIVEIRA FERNANDES; et, 2016).
- Estabilidade ao álcool: O teste do álcool foi realizado em placa de Petri, sendo colocados 2 mL de leite e 2 mL de álcool 68%, agitando-se durante alguns segundos (VIERA, 2017).
- Lacto-densimetro: Esta análise foi realizada por lacto-densímetro de Quevenne, com escala entre 1,029 a 1,033 g/ml (VENTUROSO,2017), nela avaliou-se a densidade, sendo que, para cada amostra de leite analisada, mergulhava-se o termolactodensímetro em uma proveta de 500

> mL, inteiramente completa por leite, com leitura da temperatura e densidade realizadas na escala do aparelho utilizado. Em seguida, procedia-se à conversão a 20 ºC, através da tabela de correção as determinações de densidade dos diferentes leites (DE GOUVEIA MENDES; et al, 2010).

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados foram discutidos com os padrões de normalidade segundo a Embrapa para leite *in natura* refrigerado, que estabelece os seguintes padrões: estabilidade ao alizarol a 72%; ao álcool 68%, e da densidade entre 1,029 e 1,033 g/ml correspondendo de 29 a 33 graus Quevenne.

Das 5 amostras de leite *in natura* analisadas, 02 amostras (40%) foram estáveis na prova do Alizarol, apresentando uma coloração tijolo/rosa claro, e 03 amostras (60%) estavam ácidas e apresentaram cores amarelo pardo.

> O teste do alizarol, realizado no momento da coleta do leite pelos laticínios, objetiva estimar a estabilidade térmica do leite ou para verificar se o leite encontra-se ácido, tendo em vista que o leite estiver ácido ao entrar em uma alta temperatura irá coagular, sendo as amostras positivas descartadas por não serem consideradas aptas aos processos de beneficiamento (SUÑÉ et al,2010).

Observa-se que a cor rosa claro ou tijolo representa o leite normal (Estável), a cor amarelo ou vermelho significa que leite é ácido (Instável) e a cor arroxeada ou violeta o leite está alcalino (Instável) apresentando suspeita de neutralizantes da acidez ou suspeita de água (Brasil, 2006).

Segundo Zanela (2006); a precipitação positiva se dá pela perda da estabilidade da caseína ao teste do álcool, que é a principal alteração observada. Segundo Suñé (2010), quando a ocorrência de formação de um precipitado, ou coagulação. Essa precipitação pode ocorrer pela redução do pH, na fermentação da lactose até a produção de ácido lático, o que resulta na instabilidade da proteína, podendo ser a falta de higiene e deficiente refrigeração do leite com fatores que podem ocasionar a fermentação da lactose.

Na prova do álcool os resultados coincidiram com o teste do alizarol, havendo floculação em 03 amostras (60%), ou seja, foram observadas alterações, e em 02 amostras (40%) não ocorreu floculação.

> A densidade do leite é fortemente influenciada pela gordura, pois, ao aumentar-se a matéria gorda a densidade diminui, e vice-versa, podendo ser utilizada para

> detectar fraudes por aguagem ou adição de solutos sendo que, qualquer fator que aumente ou diminua o peso ou volume do leite afetará a densidade (FERREIRA et al 2007).

Conforme Freire et al; (2014)l a imersão de um densímetro de massa constante no líquido provoca deslocamento de uma quantidade deste que é, em volume, igual à do densímetro utilizado e, em massa, proporcional à densidade da amostra. Esse deslocamento faz o líquido alcançar um valor na escala graduada em graus densitométricos.

> A densidade do leite depende diretamente da matéria dissolvida e suspensa no volume pesquisado, isto é, do extrato seco desengordurado, gordura e água. Um leite com baixo teor em gordura apresenta maior densidade enquanto que uma amostra com alto teor de gordura mostra menor densidade. Por outro lado, uma amostra de leite com maior quantidade de água (como por exemplo, no caso de fraude por adição de água no leite) tem densidade menor do que a amostra normal. Isto acontece porque a densidade da água é menor quando comparada ao leite e o resultado final tende a se aproximar do valor da água (BRASIL, 1981).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo indicaram que 50% dos leites *in natura* avaliados não estavam em conformidade com os padrões legais estabelecidos pela Embrapa, na amostra que estava presente a mistura dos leites apresentou um resultado intermediário, devido a junção dos mesmos. Tais resultados demonstraram problemas na qualidade do leite, indicando problemas higiênico-sanitários de obtenção, transporte e conservação do produto. Estes resultados servem para fornecer informações a população consumidora.

4 REFERÊNCIAS

AGUIAR FERREIRA, Márcia. Controle de Qualidade Físico-Químico em Leite Fluído. 2007.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento** – Instrução Normativa nº 68, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. Laboratório Nacional de Referência Animal. Métodos analíticos oficiais para controle de produtos de origem animal e seus ingredientes: métodos físicos e químicos. Brasília, DF, v. II, cap. 14, p. 1, 2, 4 e 5, 1981.

DE GOUVEIA MENDES, Carolina et al. ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E DE FRAUDE DO LEITE INFORMAL COMERCIALIZADO NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN. **Ciência Animal Brasileira**, v. 11, n. 2, p. 349-356, 2010.

DE OLIVEIRA FERNANDES, Sinaria et al. Avaliação da qualidade do leite "in natura" entregue em laticínio no município de Ji-Paraná, Rondônia–estudo de caso. **CIÊNCIA & TECNOLOGIA**, v. 2, n. 1, p. 12-17, 2016.

Fagnani R, Battaglini APP, Beloti V, Urbano A, de Camargo Bronzol J. Alcohol Stability of Milk from the Perspective of X-Ray Diffractometry. Food Biophysics. 2016;11(2),198-205. 6.

FREIRE, Maitê Figueiredo et al. Características físico-químicas do leite cru refrigerado entregue em uma cooperativa no estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciência Veterinária**, v. 13, n. 2, p. 71-75, 2006.

Lewis MJ. The measurement and significance of ionic calcium in milk–a review. International Journal of Dairy Technology. 2011;64(1):1-13.

LORENZETTI, Dayane Karina. Influęncia do tempo e da temperatura no desenvolvimento de microrganismos psicrotróficos no leite cru de dois estados da Região Sul. 2006.

MARQUES, Lúcia Treptow et al. Ocorrência do leite instável ao álcool 76% e não ácido (LINA) e efeito sobre os aspectos físico-químicos do leite. **Revista Brasileira de Agrociência**, v. 13, n. 1, p. 91-97, 2007.

M. B. O. C. D. M. et al. Qualidade Fisico-Química de Amostras de Leite Cru Comercializadas Informalmente no Norte do Paraná. Journal of health sciences, Aragon-Alegro LC / UNOPAR Cient, Ciênc. Biol. Saúde., v. 11, n. 4, p. 47-50, 2009./mar. 2018.

SUÑÉ, R. W. A incidência de amostras de leite com reação positiva ao teste do álcool em diferentes concentrações na região da Campanha do Rio Grande do Sul e a relação com a acidez titulável no acidímetro de Dornic. **Embrapa Pecuária Sul-Documentos (INFOTECA-E)**, 2010.

Tsioulpas A, Lewis MJ, Grandison AS. Effect of minerals on casein micelle stability of cows' milk. Journal of Dairy Research. 2007;74(02), 167-173.

VIEIRA, Denise Leite et al. Álcool e adolescentes: estudo para implementar políticas municipais. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, p. 396-403, 2007.

VENTUROSO, Raphael Costa et al. Determinação da composição físico-química de produtos lácteos: estudo exploratório de comparação dos resultados obtidos por metodologia oficial e por ultra-som. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, v. 43, n. 4, p. 607-613, 2007.

UTILIZAÇÃO DE CONTÊINERES MARÍTIMOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: UMA OPÇÃO SUTENTÁVEL

KULAK, Simone Cristina[231]
OLIVEIRA, Felipe Vargas de[232]
PEDROSO, Ingridi Schadeck[233]
VOLSKI, Isabela[234]

RESUMO: Na atual busca por materiais e métodos de construção sustentáveis, a reutilização de contêineres marítimos se apresenta como uma grande oportunidade. Esse material possui potencial de uso na construção civil quase ilimitado, podendo ser empregado nos mais diversos tipos de projetos. Este trabalho tem como objetivo apresentar as principais vantagens e desvantagens, preços e possibilidade de desenvolvimento de projetos utilizando contêineres como material de construção.

Palavras-chave: Contêineres marítimos. Construção civil. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Os contêineres marítimos vêm ganhando espaço na construção civil pois existem diversas vantagens em investir nessa nova alternativa, que englobam desde sustentabilidade, a economia e praticidade, além de propiciarem um potencial criativo quase ilimitado e uma execução muito mais rápida que o convencional. (QUEM INOVA, 2016).

Existem diversos tipos de contêineres marítimos. Os modelos utilizados na construção civil são o *dry standard* e o *high cube*, por terem medidas que permitem a criação de ambientes de dimensões proporcionais as de uma casa comum, e também pelo tipo de carga que carregam durante seu uso, que não costuma ser tóxica. A Tabela 1 sumariza os dados acerca dos padrões desses contêineres.

Tabela de Dimensões dos Contêineres

	20 pés			40 pés		
	Comprimento	Largura	Altura	Comprimento	Largura	Altura
Dry Standard	6,05m	2,43m	2,59m	12,19m	2,43m	2,59m
High Cube	6,05m	2,43m	2,89m	12,19m	2,43m	2,89m

Fonte: Elaboração Própria

[231] Acadêmica do 4º período do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Campo Real.
[232] Acadêmico do 4º período do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Campo Real.
[233] Acadêmica do 4º período do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Campo Real.
[234] Orientadora, professora do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Campo Real.

Devido suas medidas padronizadas, os contêineres funcionam como se fossem módulos, e podem ser misturados entre si para criar a composição que se desejar utilizando o tamanho adequado de acordo com o projeto. O empilhamento dos contêineres permite que o container da base receba sobre ele uma carga de até 216 toneladas, ou nove unidades, que após convertidas em estruturas e transformadas com acabamento total, podem chegar tranquilamente a altura de um prédio de 15 andares. Além disso, o fato de poderem ser utilizados em balanço, muitas vezes sem colunas de sustentação, e também na posição vertical, permitem um melhor aproveitamento do espaço físico disponível. (QUEM INOVA, 2016).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 VANTAGES E DESVANTAGENS

Um dos motivos vantajosos em construir com contêineres é a mobilidade e flexibilidade que possuem. O projeto pode chegar ao endereço da obra 100% pronto e, além disso, é possível transferí-lo facilmente para outros locais. Ademais, o projeto pode ser facilmente modificado, ampliado e alterado diversas vezes, devido seu caráter modular. (QUEM INOVA, 2016).

Além do conteiner em si ser um material sustentável, devido sua fabricação em ligas metálicas que podem ser recicladas inúmeras vezes e ao fato de poderem ser comprados como sucata da indústria de transporte de cargas, é possível ainda, com sua utilização, manter ao menos 65% do solo permeável, pois os pontos de apoio que necessitam são mínimos, podendo conservar a geografia do terreno praticamente intacta. Ademais, sua utilização gera uma grande economia de recursos naturais, pois usa menos areia, tijolo, cimento, água, ferro, etc. (QUEM INOVA, 2016).

Apesar das diversas vantagens que podem ser apresentadas, também encontramos algumas dificuldades, como a necessidade de mão de obra especializada, que ainda é escassa no mercado, a utilização de maquinários (empilhadeiras e guindastes) para transportar e auxiliar na montagem. (QUEM INOVA, 2016).

Outra constatação é que os contêineres utilizados na construção civil necessitam receber acabamento e revestimento para propiciar conforto aos usuários, pois naturalmente tem caractrísticas de serem um péssimo isolante acústico e ótimo condutor de calor. É necessário ainda, no ato de compra, exigir os documentos que certifiquem

que o conteiner nunca transportou ou armazenou produtos químicos tóxicos ou prejudiciais a saúde.

Na sequência apresentam-se as características econômicas do uso de contêineres como material de construção.

2.1 PREÇOS

Em termos gerais, ao construir com contêineres a obra se torna mais limpa, com a redução de entulho. Na maioria das vezes seu uso não requer grandes serviços de fundação e terraplanagem, e apresenta grande durabilidade, pois tem longa vida útil. O valor médio do metro quadrado para este tipo de construção é de R$1.500,00. Além da possibilidade de uso para construção de residências, os containers têm sido utilizados em projetos comerciais. (YAZBEK, 2015).

Assim as obras podem ficar de 15% a 25% mais em conta se comparado a alvenaria convencional. Ademais, se a obra for de um empreendimento comercial, onde quanto antes inaugurado mais rápido ocorrerá o retorno financeiro, as vantagens são ainda maiores, pois obra é entregue, em média, em 40% do tempo de uma construção do mesmo porte executada em alvenaria. (QUEM INOVA, 2016).

2.2 PROJETOS ARQUITETÔNICOS UTILIZANDO CONTÊINERES

2.2.1 ESCRITÓRIO E RESIDÊNCIA

A arquiteta Carla Dadazio tinha o desejo de trabalhar e morar no mesmo lugar. O uso de contêineres foi a solução adotada. O projeto fez uso de dois contêineres de 30m² cada. O escritório fica no piso térreo e no pavimento superior se encontra a residência. Ambos ambientes foram desenvolvidos sem divisórias internas para um melhor aproveitamento dos espaços. As paredes do banheiro e dos lavabos isolam o dormitório e o escritório. Para o piso foi aplicado compensado naval de aspecto rústico no pavimento inferior e para o superior um piso vinílico que simula a madeira natural. A Figura 1 apresenta esse projeto.(HABITISSIMO, 2016)

Figura 1: Escritório e casa da arquiteta Carla adazio construída com contêineres no Brasil.

2.2.2 CONDOMÍNIO COM CONTÊINERES

Para construir um condomínio na cidade de Piracicaba, em São Paulo, foi utilizada uma concepção a partir de contêineres reciclados. Incentivado pelo empresário brasileiro Antônio Carlos Leão, este investiu cerca de R$1 milhão no empreendimento. Primeiro do tipo no Brasil, possui 28 apartamentos já mobiliados e distribuídos em dois prédios de quatro andares. O aluguel médio de uma das unidades (que possui cerca de 28m²) gira em torno de R$ 780,00. As unidades são feitas com contêineres revestidos por camadas de isopor e gesso, o que impede que o sol entre em contato com o metal e deixe o ambiente muito quente. A Figura 2 apresenta esse empreendimento multifamiliar. (HABITISSIMO, 2016)

Figura 4: Condomínio de Contêineres em Piracicaba, São Paulo - Brasil.

A apresentação desses projetos exemplifica o potencial de uso dos contêineres como materiais de construção civil. O contraste entre as vantagens e desvantagens e valor econômico traduz a sustentabilidade de seu uso, tendo em vista que em comparação aos métodos tradicionais de construção se torna viável. Por fim, a seguir serão apresentadas as considerações finais acerca desse estudo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de contêineres marítimos na construção civil vem se popularizando e despertando o interesse de uso em variados tipos de projeto. Além de ser uma opção sustentável, os projetos idealizados a partir de contêineres apresentam muitas vantagens quando comparado aos métodos tradicionais de construção, como rapidez, redução de resíduos de obra, custo reduzido e menos transtorno em todo processo. Com os módulos é possível criar desde casas até estabelecimentos comerciais ou soluções personalizadas para sua necessidade.

A partir desde estudo comprova-se, portanto, que os contêineres são uma opção para realização de projetos sustentáveis, pois aliam diversas vantagens que superam suas desvantagens. Outros aspectos deste material e suas possibilidades de aplicações aqui não elencadas certamente merecem um estudo mais aprofundado, pois, como apresentado, as possibilidades são tão vastas quanto à criatividade dos projetistas.

4 REFERÊNCIAS

QUEM INOVA. **5 Vantagens de Usar Contêineres na Construção Civil.** 2016. Disponível em: https://queminova.catracalivre.com.br/inova/5-vantagens-de-usar-conteineres-na-construcao-civil/. Acesso em: 06/06/2018 às 11:24.

YAZBEK, Priscila. **Containers Viram Casas com Apelo Moderno e Preços Atraentes.** 2015. Disponível em: https://exame.abril.com.br/seudinheiro/containers-viram-casas-com-apelo-moderno-e-precos-atraentes/. Acesso em 04/06/2018 às 14:25.

HABITISSIMO. **3 Projetos brasileiros idealizados com containers.** 2016. Disponível em: https://projetos.habitissimo.com.br/projeto/3-projetos-brasileiros-idealizados-com-containers. Acesso em 04/06/2018 às 15:14.

LEGALIZAÇÂO DO ABORTO

TUMELLERO, Ana Caroline[235]
LOFFI, Juliani, Schneckemberg [1]
ROSAS, Rudy Heitor[236]

RESUMO: O trabalho tem como objetivo mostrar e explicar os motivos da legalização do aborto e trazendo exemplos, além disso trataremos aqui as três exceções em que é permitido o aborto no Brasil, em qualquer outra situação interromper a gestação considera-se CRIME, a grande maioria dos brasileiros acredita que as mulheres que fazem aborto devem ser punidas independentemente da situação.

Palavras-chave: Brasileiros. Punidas. Exceções. Gestação.

1 INTRODUÇÃO

O supremo Tribunal Federal realizou audiências públicas para discutir a possibilidade de descriminalizar o aborto ate a 12ª semana de gestação, a audiência sem debates ouviu um total de 60 especialistas para apresentar e defender seus argumentos, foram discutidos que sejam considerados inconstitucionais os artigos 124 e 126 do Código Penal Brasileiro,os artigos em questão determinam pena de prisão de ate três anos para as mulheres que abortam e de ate dez anos para quem provocar o aborto com a autorização da mulher. Vale lembrar que pela legislação brasileira, o aborto só é permitido em casos de estupro, de feto anencéfalo, e no caso da mãe estar com a vida em risco.

2 DESENVOLVIMENTO

O código Civil em seu artigo 2° põe-se a salvo os direitos do nascituro, mesmo que o artigo refira-se mais á pessoa com vida que adquire personalidade civil. “A personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.”

Já a Constituição Federal, no artigo 5° dispõe acerca da proteção a vida sem fazer qualquer referência á concepção, o que sugere a não adoção pelo texto constitucional da teoria que põe a salvo a vida naquele instante. Essa é uma das teorias.

[235] Acadêmica do curso de Direito, do segundo período, do Centro Universitário Campo Real.
[236]Orientador, docente do curso de direito, Centro Universitário Campo Real.

O direito de escolha é fundamental para que as mulheres possam decidir sobre suas vidas com autonomia. O estado deve garantir meios para que as mulheres possam decidir como, quando e com quem querem ter seus filhos, esses meios são o pré-natal, a licença maternidade entre outros. Para aquelas que desejam interromper a gravidez, devem garantir saúde plena e serviços humanizados de aborto.

Os riscos do aborto para á saúde depende muito de como o procedimento abortivo seja realizado. Se ele for realizado em um ambiente inadequado, por pessoas sem treinamento e equipamentos perigosos, na maioria das vezes leva a sérias complicações e pode levar até à morte. Se ele for feito em ambiente adequado, com profissionais experientes, é seguro e o risco de morte é menor do que o risco de morte no parto normal. O país não precisa necessariamente ser a favor do aborto, mas sim, precisa ser a favor da liberdade das mulheres e respeitar a sua decisão.

Mas nem sempre foi assim, na antiguidade Greco-romana, o aborto era moralmente aceito e juridicamente lícito, mas havia um limite, a tutela do interesse masculino, os gregos não fizeram leis punitivas para o aborto, mas a pratica exigia a autorização do marido ou patrão, para que não negasse ao homem a sua descendência. Com a revolução francesa e o surgimento dos estados nacionais, as guerras, pestes e descobertas geográficas foram determinadas novas mudanças, mais filhos para a república significava mais braços empregados no trabalho e na defesa, mais contribuintes e mais soldados para realizar funções úteis e necessárias. Sendo assim as primeiras legislações orgânicas relacionadas ao controle do aborto surgiram na França em 1870, quando o ato foi considerado um crime contra a pessoa.

O Brasil mantém a criminalização do aborto em três casos, duas delas previstas na lei penal (quando não há outra forma para salvar a vida da gestante e se a gravidez for resultante de crimes contra a dignidade sexual) e a terceira admitida em decisões judiciais (malformação fetal incompatível com a vida extra-uterina), se no caso a mulher por questões religiosas ou éticas não quiser praticar o aborto permitido, isso diz respeito a ela, no caso dela querer praticar o aborto, a justiça, o direito e o Estado devem ser colocados a sua disposição, não colocando a frente disso a religião, pois religião é uma coisa e direito é outra.

O aborto já acontece no Brasil, sendo ele legalizado ou não, a atriz Claudia Alencar, de 68 anos, em entrevista, relembrou um momento bastante delicado de sua juventude. A atriz falou sobre o aborto que realizou aos 17 anos e desabafou:

> “Eu fiz o aborto sem anestesia. Ele colocou um ferro dentro de mim, que eu me lembro a dor até hoje. E fez assim [gesticula], raspou e jogou no lixo de metal, que eu ouço o som até hoje e a dor até hoje. E eu fui com meus pais, com a boca fechada, tirar férias no Guarujá, não falei nada para ninguém”, Disse a atriz.

Se as pessoas são favor, são tidas como uma pessoa mundana, sem caráter, sem amor ou carinho a vida alheia, como se não houvesse situações que obrigam as pessoas a fazer esta difícil decisão. Existe uma diferença entre ser a favor do aborto e ser a favor da legalização do aborto, uma significa ser a favor de envenenar e triturar o cérebro de fetos indefesos; a outra é ser a favor de legalizar a primeira em algumas ou em todas as situações mesmo que se ache ou não, que é um ato deplorável.

O aborto já acontece, então se ele ser legalizado, a diferença vai ser que não teremos tantas mortes de mulheres vitimas de infecção por causa de abortos mal feitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas mulheres que cometem o aborto se arrependem, e com elas a culpa passa a destruir o seu interior. É de saber de qualquer cidadão que existem vários meios contraceptivos para evitar a gravidez e por esse motivo que gera muita discussão entre eles, pois como é de se esperar se a mulher não quer engravidar ela deve usar algum método contraceptivo. Alguns desses métodos são: Anticoncepcional, a camisinha, o DIU (hormonal ou de cobre) adesivo, diafragma entre tantos outros. Isso é um assunto complicado para discutir e que ainda vai gerar muita discussão entre todos os brasileiros, por que não é um assunto fácil de se conversar, e agora cabe ao STF decidir se o aborto será legalizado ou não.

4 REFERÊNCIAS

MAIOR PARTE DOS BRASILEIROS É CONTRA A LEGALIZAÇÇÃO DO ABORTO. 2018. Disponivel em:< https://www.terra.com.br/noticias/brasil/maioria-dos-brasileiros-e-contraria-a-legalizacao-do-aborto>Acesso em: 29. Ago. 2018

PAIT, HELOISA. **UM ARGUMENTO PRAGMATISTA EM DEFESA DO DIREITO DE ABORTO**. 2018. Disponivel em:<https://cultura.estadao.com.br/blogs/estado-da-arte/um-argumento-pragmatista-em-defesa-do-direito-de-aborto/>Acesso em: 30. Ago. 2018

SAHIONE, YURI. **UMA REFLEXAO SOBRE DIREITO AO ABORTO E PREPONDERANCIA CONSTITUCIONAL**. 2018. Disponivel em: < https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/uma-reflexao-sobre-direito-ao-aborto-e-preponderancia-constitucional/>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SEDICIAIS. SHEILA. **10 MÉTODOS CONTRACEPTIVOS PARA EVITAR A GRAVIDEZ**. 2018. Disponivel em:<https://www.tuasaude.com/metodos-contraceptivos/> Acesso em: 30. Ago. 2018

DESMISTIFICANDO A DIFERENÇA ENTRE BRASÍLIA E DISTRITO FEDERAL

SILVA, Isabela Veroneze[237]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa [238]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo principal estabelecer as diferenças entre Brasília e Distrito Federal. Foi elaborado com base na percepção da dificuldade acadêmica e principalmente da população em geral em diferenciar esses dois conceitos que possuem características diferentes. Através do estudo bibliográfico de doutrinas foi possível analisar cada um e pontuar a sua principal diferença.

Palavras-chave: Brasília. Capital Federal. Distrito Federal.

1 INTRODUÇÃO

A primeira menção em uma Constituição sobre a capital do Brasil ocorreu em 1891 e posteriormente em 1988 que ficou consolidado qual seria a Capital Federal nacional.

Porém existe uma grande confusão ao nos referirmos a ela, a capital do Brasil é Brasília ou o Distrito Federal? É o que vamos descobrir no decorrer deste estudo.

Ambos possuem previsão na atual Constituição Federal de 1988, inicialmente no art. 1º já conseguimos observar que o Distrito Federal é um ente federativo do Brasil: “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal” (BRASIL, Constituição Federal de 1988) quanto a Brasília está localizado no art. 18, parágrafo 1º: “§ 1º Brasília é a Capital Federal.”. (BRASIL, Constituição Federal de 1988)

2 DESENVOLVIMENTO

O Distrito Federal é um ente federativo atípico pois em certos momentos terá legitimidade de um Estado-membro e em outros de um município. Através de pesquisa bibliográfica foi possível identificar as características inerentes a este ente federativo.

> O Distrito Federal goza de autonomia, podendo auto-organizar-se, por meio de lei orgânica própria. Dispõe também das atribuições de autogoverno,

[237] Acadêmica do 4º período do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.
[238] Mestre em Direito Empresarial e Cidadania, Professora de Direito Constitucional II.

> autolegislação e autoadministração nas áreas de sua competência exclusiva. (MENDES, 2014, p.804)

Apesar de possuir autonomia, ela não é plena, porque a constituição impõe algumas limitações como: a Polícia Civil, Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ser organizado, estruturado e mantido pela União, conforme art. 32, § 4º. Também o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal serão organizados e mantidos pela União (arts. 21, XIII e XIV, e 22, XVII da CF/88).

> A Emenda à Constituição n. 69, de 2012, transferiu da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal. (MENDES, 2014, p.804)

Essa transferência foi possível por causa da competência ser privativa, ou seja, nesses casos a União pode delegar a outro ente essa função.

Outra característica importante é a vedação expressa da divisão do Distrito Federal em municípios, previsto no caput do art. 32 da CF/88, ao contrário do que acontece com os Estados e Territórios. Sua extensão territorial é de 5.822,1 km². Embora seja proibido a divisão territorial em municípios, o Distrito Federal se divide em regiões administrativas.

> As regiões administrativas são subdivisões territoriais do Distrito Federal, cujos limites físicos, estabelecidos pelo poder público, definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos de natureza local. (BRASIL, Lei 4.545 de 1964)

Mapa – Distrito Federal

Fonte:https://ubiplaces.com.br/blog/2016/10/10/onde-morar-em-brasilia-custo-de-vida-mobilidade-urbana-e-orientacoes/mapa-brasilia-ubiplaces/

Quanto a Capital Federal, houve na Constituição de 1891 no art. 3º uma referência quanto a sua formação que determinou expressamente:

> Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 kilometros quadrados, que será opportunamente demarcada, para nella estabelecer-se a futura Capital Federal. Effectuada a mudança da capital, o actual Distrito Federal passará a constituir um Estado. (BRASIL, Contituição Federal de 1891)

Isso se definiu com a Constituição de 1988 que determinou Brasília como a Capital Federal.

> Brasília, assim, assume uma posição jurídica específica no conceito brasileiro de cidade. Mas não se encaixa no conceito geral de cidades, porque não é sede de município. É civitas e polis, enquanto modo de habitar de sede do Governo Federal... Brasília tem como função servir de Capital da União, Capital Federal e, pois, Capital do Brasil, como entidade de direito internacional. (SILVA, 2005, p. 472)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo estudo das doutrinas constitucionais foi possível concluir que Brasília não é um município que pertença ao Distrito Federal, mas é uma das suas regiões administrativas, a mais importante delas, pois concentra a sede do Congresso Nacional.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br /ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição Da República Dos Estados Unidos Do Brasil. 1891.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm >. Acesso em: 29 ago. 18

BRASIL. **Lei 4.545 de 1964.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ LeiS/L4545.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, José Afonso da Silva. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

PREVALÊNCIA DE HEPATITE B E C NO MUNICIPIO DE GUARAPUAVA

RODRIGUES, Ana Cristina[239]
AVANZI ,Valéria Miranda [240]

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre as hepatites B e C, nos aspectos clínico-epidemiológicos, diagnóstico, terapia utilizada e profilaxia. Os estudos indicaram que estas doenças são transmitidas por via parenteral e sexual, e podem evoluir para a forma crônica. Para prevenção da hepatite B existe vacina, além do tratamento, mas a prevalência global do vírus ainda é alta, pois cerca de 780 mil pessoas morrem anualmente no mundo; já para a hepatite C não há vacina, apenas tratamento. Conclui-se que essas doenças são um problema de saúde pública e podem levar o paciente a óbito.

Palavras-chave: Hepatite B, Hepatite C, Vírus, Saúde, Transmissão.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que a cada dia, no mundo, ocorrem mais de 1 milhão de novos casos de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). As mais comuns são: clamídia, gonorreia, sífilis e tricomoníase, incluindo-se também aí as hepatites B, C e HIV/aids. (BRASIL, 2017).

A hepatite B, de 1999 até 2016 teve 212.031 casos notificados no Brasil. De 2007 a 2016, em cerca de 5,2% dos casos houve infecção pelo HIV. A sua média nacional, desde 2011, continua sendo 6,9 casos/100 mil habitantes. (BRASIL, 2017).

Já a hepatite C, de 1999 a 2016 registrou 319.751 casos com um dos marcadores anti-HCV ou HCV-RNA reagente e 155.032 com ambos. De 2007 a 2016 houve infecção com o HIV em 9,8% dos casos confirmados. (BRASIL, 2017).

A atenção integral à pessoa com as ISTs, (infecçao sexualmente transmitida) no momento adequado e oportuno, interrompe a cadeia de transmissão dessas infecções e pode melhorar a qualidade de vida das pessoas. Os profissionais das unidades de saúde devem fazer o acompanhamento dos pacientes, para reduzir os índices, criando uma relação de confiança entre interlocutores, resgatando recursos internos do doente,

[239] Acadêmica do curso de Biomedicina, Centro universitário Campo Real.
[240] Coordenadora do curso de Biomedicina, Centro Universitário Campo Real.

para que possa reconhecer-se como sujeito de sua saúde e transformação pessoal. (OLIVEIRA *et al,* 2007).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EPIDEMIOLOGIA

As hepatites virais são provocadas por diferentes agentes etiológicos, com tropismo primário pelo tecido hepático. Apresentam características epidemiológicas, clínicas e laboratoriais, com importantes particularidades. Sua distribuição é universal, e a amplitude dos diferentes tipos varia muito de região para região. Essas hepatites têm suma importância, devido ao grande número de indivíduos atingidos e pela possibilidade de complicações das formas agudas, de médio e de longo prazo quando da cronificação. (BRASIL, 2008).

A transmissão da hepatite B se faz por via parenteral, sexual e vertical. A parenteral deve-se à inoculação intravenosa, por transfusão de sangue ou hemocomponentes, uso de drogas intravenosas ou inoculação percutânea. A vertical ocorre no parto, com implicações clínicas graves, pois até 90% dos casos evoluem para infecção crônica, mas é possível imunizar os recém-natos. (BRASIL, 2005).

A hepatite C infecta hoje cerca de 200 milhões de pessoas no mundo. É o principal agente etiológico da hepatite crônica. A transmissão se dá por via parenteral, mas, em muitos casos, é impossível identificar a via de infecção. A população de risco inclui pessoas que receberam hemotransfusão antes de 1992, usuários de drogas intravenosas, pessoas com tatuagens e piercings, alcoólatras, portadores de HIV e transplantados, hemodialisados e hemofílicos, mas o uso de drogas injetáveis é o maior responsável (cerca de 60% dos casos). (BRASIL, 2003).

2.2 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

As hepatites são doenças consideradas de notificação compulsória. O ato de fazer a notificação é muito importante, pois os dados se tornam mais exatos e também possibilitam que os doentes recebam os devidos cuidados e atendimento.(BRASIL, 2008).

2.3 MANIFESTAÇÕES CLINICAS

Os sintomas mais frequentes da hepatite viral são os seguintes: hepatite aguda: cansaço intenso; icterícia; colúria; acolia fecal; febrícula; mal-estar gastrointestinal; dor abdominal; hepatite crônica, cansaço; dores articulares; cirrose hepática; anemia e emagrecimento.

A infecção aguda na hepatite B é variável. Em geral é assintomática em recém-nascidos e 30 a 50% sintomática em pré-adolescentes e adultos. Seu período de incubação é 45 a 160 dias. O período de estado se inicia com colúria, icterícia, hipocolia, e hepatomegalia, durante 4 a 6 semanas, e raramente chega aos 4 meses, caracterizada a forma prolongada que evolui lentamente para a cura. Casos de 1% a 2% nas primeiras 4 semanas podem levar a óbito. (BELDA, 2009).

A infecção por HCV manifesta- se de forma aguda na minoria das pessoas infectadas. O período de incubação até o aparecimento dos sintomas é entre a 6ª e 7ª semana; a maioria dos pacientes são oligossintomáticos. Estudos em indivíduos infectados pelo HCV mostram índices muito altos de cronificação; 20% a 40% dos casos resultam em cirrose hepática. (BELDA, 2009).

2.4 DIAGNÓSTICO CLÍNICO

Na hepatite B podem ser solicitados testes bioquímicos, como análise de aminotransferases (ALT e AST). Em geral os valores destas são superiores a 500 UI/l na fase aguda e a elevação persistente por mais de seis meses sugere evolução crônica, podendo ser solicitada análise histológica. Quando os níveis de bilirrubinas, fosfatasse alcalina e gama glutamil transpeptidases estão altos, pode ser feito um diagnóstico diferencial com as icterícias obstrutivas, através da ultrassonografia. Os diagnósticos etiológicos são feitos pela positividade do HBsAg. Nesses casos o anti HBc IgM mantém-se alto durante cerca dos 3 primeiros meses da infecção aguda. O contato para o IgM também pode ocorrer com a vacinação. (BRASIL, 2008).

A hepatite C pode ser encontrada no soro, no período de 1 a três semanas após a exposição, os níveis de 106 a 108 genomas por Ml e ALT se tornam elevados, concluindo com o diagnóstico sorológico para HCV. (BELDA, 2009).

2.4 TRATAMENTO

O tratamento para hepatite B e C é como para os outros tipos de hepatites. Não existindo terapêutica especifica comprovada, recomenda-se repouso relativo, e uma das drogas de escolha é o interferon-2 alfa, com uma resposta terapêutica em torno de 50% não sendo padronizada uma dose específica para a B, e na C utiliza-se o interferon-2 alfa, na dose de 3 a 5 milhões de unidades administradas por via subcutânea, 3 vezes por semana, durante 12 meses. (BRASIL, 2003).

2.5 PROFILAXIA

Na hepatite B os métodos de prevenção são para as ISTs, como sexo seguro e precauções. Na profilaxia pré-exposição são feitas medidas higiênicas, e por imunização ativa por meio da vacina VHB. Indica-se a profilaxia pós-exposição às pessoas que tiveram contato sexual, pós-exposição de acidente com sangue de pacientes infectados e em recém-natos de mães positivas. No entanto, para a hepatite C não existe uma vacina até o momento, e deve-se ter cuidado ao compartilhar agulhas já infectadas e também praticar sexos seguro. (BELDA, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infecção pelo HBV é uma das principais causas de doença hepática no mundo e estima-se que cerca de dois bilhões de pessoas já tiveram contato com o vírus. Por ano, morrem 500 mil a 1,2 milhões de pessoas por cirrose ou hepatocarcinoma causados pelo vírus. Assim, é muito importante que estudos continuem a ser realizados, para obter-se mais informações sobre os mecanismos de escape viral e infecção oculta, e poder tratar melhor os pacientes. Também é importante que campanhas de prevenção sejam feitas, para informar a população sobre os riscos da hepatite B e suas formas de transmissão e como evitar o contágio da doença, além de informar sobre a vacinação, que tem sido de extrema importância no combate ao HBV.

A hepatite C é atualmente uma das causas mais comuns de doença hepática crônica em todo o mundo. Apesar da importante diminuição da transmissão relacionada à transfusão de hemoderivados, o compartilhamento de material contaminado por usuários de drogas intravenosas vem crescendo e pode ser responsável por um número

significativo de casos, especialmente entre os mais jovens. Estudos com metodologia adequada, visando o conhecimento da prevalência da hepatite C, bem como os fatores de risco para a sua aquisição na população brasileira são necessários, para que as medidas de controle e a alocação de recursos para combate à infecção pelo HCV sejam implantadas corretamente.

4 REFERÊNCIAS

BELDA JUNIOR, W. **Doenças sexualmente transmissíveis**. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Programa nacional de hepatites virais. **Hepatites virais o Brasil esta atento.** Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Programa nacional de hepatites virais. **Hepatites virais o Brasil esta atento.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Programa nacional de hepatites virais. **Hepatites virais o Brasil esta atento.** 3 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL, Secretaria de Vigilância de Saúde. **Boletim epidemiológico**. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-de-hepatites-virais-2017> Acesso em 05 de Abril de 2018.

OLIVEIRA, D. C.; FORMOZO, G. A.; GOMES, .A. M.T.; ACIOLI, S.; MARQUES, S.C.; COSTA, T.L.; HERINGER, A. A produção de conhecimento sobre HIV/AIDS no campo da teoria de representações sociais em 25 anos da epidemia. **Revista eletrônica de enfermagem,** 2007, n. 9, ano 3, p. 821-34. Disponível em http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n3/v9n3a21.htm. Acesso em 10 de Abril de 2018.

TRANSTORNO DO COMPORTAMENTO OPOSITOR E OS DIAGNÓSTICOS NO AMBIENTE ESCOLAR

LIMA, Eduarda Reiner[241]
GUNHA, Sara Maria[242]
MICHELIN, Maria Eloisa[243]
LAROCCA, Lígia Gobbo[244]

RESUMO: O Transtorno Desafiador Opositor (TDO) é caracterizado, principalmente, por desobediência e humor irritável. É comum ser confundido com o comportamento normal da adolescência na escola, local de várias discussões em relação à inquietude referida aos alunos e à falta de controle dos educadores, fator que pode levar à patologização de fenômenos, tais como a indisciplina. Sabendo que a escola é uma instituição de controle social, o uso de medicamentos é visto como uma ferramenta para manter a ordem. Porém, o diagnóstico precoce e sem os devidos cuidados pode não ser a melhor saída para a retomada do controle da classe.

Palavras-chave: Transtorno Opositor Desafiador. Escola. Patologização. Normatização.

1 INTRODUÇÃO

A falta de disciplina dos estudantes é um problema comum nas escolas. Educadores enfrentam situações de desobediência e falta de controle das classes e incluem-se, em alguns desses casos, o diagnóstico de transtornos como o Transtorno Desafiador Opositor e o Transtorno de Déficit de Aatenção e Hiperatividade, mas não são raros os casos em que essa identificação é precipitada. Nesse contexto, observa-se a intensa patologização dos alunos, como se seus comportamentos devessem ser justificados por alguma anormalidade. É dessa forma que a medicalização aparece como um método para a retomada da autoridade por parte dos professores.

A fim de explanar sobre este assunto, foi realizada a análise de artigos científicos e revisão bibliográfica, despertando a reflexão e discussão sobre a visão normatizadora das escolas diante do comportamento das crianças e adolescentes e o diagnóstico apressado de tais casos.

[241] Acadêmica de Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[242] Acadêmica de Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[243] Acadêmica de Psicologia, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[244] Orientadora, graduada em Psicologia pela UFPR, Especialista em Políticas Públicas para Infância e Juventude pela UEPG docente do Centro Universitário Campo Real e psicóloga clínica.

2 DESENVOLVIMENTO

Para desenvolver a pesquisa acerca do Transtorno Desafiador Opositor e o diagnóstico no contexto escolar, foi realizada a pesquisa e análise de artigos científicos sobre a temática, os quais foram discutidos e seus resultados serão explanados em seguida.

2.1 TRANSTORNO DESAFIADOR OPOSITOR

Para o DSM-V (2014, p. 462) o Transtorno Desafiador de Oposição (TDO) pode gerar nos comportamentos um "padrão" de humor irritável, dificuldade em obedecer a regras, negatividade e questionamento. Os comportamentos devem durar no mínimo seis meses para receber o diagnóstico de TDO. Além disso, para o DSM-IV, os sintomas apresentam início em sua maioria em casa, nos casos mais graves pode ocorrer em ambientes diversos. O TDO traz prejuízos significativos na vida da criança ou adolescente em todo o seu contexto social.

Os comportamentos podem ser apresentados no ambiente escolar, influenciando no relacionamento da criança/adolescente com os colegas. Teixeira (2014, p.18) assegura que o TDO apresenta "um padrão persistente de comportamentos negativistas, hostis, desafiadores e desobedientes observados nas interações sociais da criança com adultos e figuras de autoridade". Teixeira ainda afirma que a criança/adolescente tende a perder a paciência com facilidade, tornando-se agressiva. Paulo e Rondina (2010) afirmam que os comportamentos não são manifestados todas as vezes de maneira visível como já caracterizado, mas podem ser apresentados em forma de silêncio, apatia e omissão. Como já falado, o transtorno pode trazer prejuízos relacionado às interações sociais, desencadear baixa autoestima, humor deprimido, exclusão, entre outros de acordo com o autor Teixeira (2014).

2.2 CONCEPÇÃO NORMATIZADORA DA ESCOLA

Atualmente, no contexto escolar, é frequente a patologização dos estudantes desobedientes. Para Luengo (2010), a disciplina passou a ter a finalidade de desenvolver e racionalizar o âmbito físico e moral, tornando o indivíduo maleável, pois "é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser

transformado e aperfeiçoado". (FOUCAULT, 2008, p. 118). A autora defende, ainda, que ao promover um padrão de comportamento como "normal", o educador passa a ter um caráter higienista, cujo papel não é apenas educar, mas também localizar anomalias, fazendo da escola "uma instituição homogeneizante, autoritária e normatizadora" (LUENGO, 2010, p. 51).

Luengo (2010) afirma que o aluno que possui um padrão de comportamento diferente é dado como desajustado ou imperfeito, que requer assistência para encaixar-se no padrão social. Essa ajuda junta-se ao panoptismo, termo usado por Foucault para se referir à imposição automática e individualizante do poder, demonstrando que o controle da moral e da ordem é obtido com a vigilância.

A partir do cenário descrito, entende-se a razão da patologização ser uma prática tão frequente. É definida como "o próprio ato de apontar no diferente uma doença que, mesmo inexistente, passa a ser reconhecida e diagnosticada pela equipe escolar e de saúde" (LUENGO, 2010, p. 63). A mesma autora declara ainda que, a fim de retomar o controle de seus alunos, os educadores aderem ao processo de medicalização, enquadrando questões de cunho social e político em questões médicas, na busca de encontrar as causas e soluções dos problemas escolares.

2.3 DIAGNÓSTICO DO TDO NO AMBIENTE ESCOLAR

Segundo Almeida et al. (2014) é de se esperar que crianças sejam mais desobedientes e impulsivas, mas quando essas características saem de controle com mais intensidade é necessário um olhar especial para o contexto da situação e buscar orientações com profissionais da área de saúde mental. Neste caso, considera-se importante acrescentar que, mais do que apenas repassar o caso, torna-se essencial a escola se aproximar do contexto do aluno, seja ele familiar ou comunitário. O que se constata é a necessidade da compreensão que este conjunto de sintomas revela de uma posição subjetiva diante dos contextos sociais da criança e do adolescente.

Ainda segundo Almeida et al. (2014) matar aula e mentir são situações frequentes em adolescentes, por isso é importante ressaltar a observação da maneira como esses fatos ocorrem, se são esporádicos ou se constituem síndromes de desvio de comportamento.

Os autores ressaltam, ainda, que é preciso frisar a repercussão do afastamento do indivíduo em grupos que apresentam comportamentos adequados e seu fortalecimento a vínculos com grupos desviantes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa realizada foi possível observar que os sintomas do Transtorno Desafiador Opositor são comumente encontrados em salas de aula, mas com frequência o seu diagnóstico é feito de forma precipitada. Esse fato ocorre devido à semelhança da sintomatologia do TDO e dos comportamentos rebeldes e desafiadores considerados normais à adolescência. Devido a esse contexto e ao característico modelo normatizador da escola, estudantes são encaminhados à psicopedagogos e psicólogos a fim de serem diagnosticados e, em muitos casos, até medicados para que os educadores consigam reassumir o controle da turma.

Portanto, se faz extremamente necessário o conhecimento dos transtornos mais comuns da fase escolar por parte dos professores, além de serem compreendidos de forma crítica, contextualizada e singularizada, além de cautela ao “pré-diagnosticar” os estudantes. Ademais, a proximidade da comunidade escolar à realidade do aluno se faz fundamental, visto que ao conhecer o ambiente familiar e comunitário no qual ele está inserido muitas das suas atitudes podem ser explicadas, auxiliando na forma como o professor pode lidar com esses comportamentos desviantes.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. P., Ferreira, L. V. G., Zamarchi, P. F., de Morais Alves, D. R., Xavier, R. N., & Boni, E. P. P. (2014). Análise Funcional em um estudo de caso de Transtorno Desafiador de Oposição e Transtorno de Conduta. ***Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente*****,** *5*(2), 15-35.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5.).** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, 948 p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** 35.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LUENGO, F. C. (2010). **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância.**

PAULO, Marta Mantovanelli de; RONDINA, Regina de Cássia. Os principais fatores que contribuem para o aparecimento e evolução do transtorno desafiador opositor (TDO). **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**. Ano VII, n. 14, Maio de 2010. Garça/SP. Editora FAEP.

TEIXEIRA, Gustavo. **O Reizinho da Casa: manual para pais de crianças opositoras, desafiadoras e desobediente.** 1 ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2014, 108 p.

"CRISE DE IDENTIDADE" NA PÓS-MODERNIDADE: ESTUDO À LUZ DE STUART HALL

BORTOLOTTI, Fernanda Seidel[245]

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo discutir a identidade na pós-modernidade segundo a teoria de Stuart Hall. Com esse intuito, o principal livro do autor sobre o tema foi tomado como referencial, trazendo entre outros aspectos as definições de sujeito no percurso da história e também os movimentos descentradores, que influenciaram as mudanças identitárias. Concluiu-se que o uso de aspas desde o título desta produção não foi em vão, já que a pós-modernidade de fato implica na construção de um sujeito descentrando, que reposiciona seus núcleos centrais inúmeras vezes durante sua existência e não vive em crise por isso.

Palavras-chave: Identidade. Pós-modernidade. Cultura.

1 INTRODUÇÃO

Stuart Hall, jamaicano que migrou para a Inglaterra antes de completar sua segunda década de vida, teve em suas experiências pessoais as primeiras inspirações para problematizar academicamente alguns tópicos. Seus estudos preocupavam-se justamente com questões pertencentes à vida das pessoas – real, digna de respeito e compromisso científico (COSTA; WORTMANN; SILVEIRA, 2014).

Neste breve espaço propõe-se apresentar um esboço de suas produções a respeito de (crise de) identidade na pós-modernidade. Busca-se analisar a máxima da "crise de identidade", desde como essa ideia se originou até sua sustentabilidade de acordo com os escritos de Hall.

O livro "*Questions of Cultural Identity"*, publicado em na versão original em 1996 e trazido para o no Brasil sob o título "A Identidade Cultural na Pós-Modernidade" já conta com mais de 10 edições em nosso país. Os 6 capítulos dividem-se duas partes, a primeira com os 2 iniciais e a segunda com os 4 restantes. Na primeira seção são apresentadas mudanças no conceito de identidade e sujeito, sendo mais especificamente a este trecho que o presente estudo diz respeito.

2 DESENVOLVIMENTO

[245]Mestranda em Educação, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).
Bacharel em Psicologia, Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI).

Inicia-se a discussão a respeito da “crise de identidade” no cenário pós-moderno com uma definição primordial do próprio conceito de identidade do sujeito. Hall (2014) procurou entender a trajetória da humanidade por meio de três concepções. A primeira, o sujeito do Iluminismo: individualista, voltado para seu centro, ou seja, sua identidade. O indivíduo seria centrado desde o nascimento até o final de seus dias em um único núcleo interior que permaneceria intacto. O sujeito sociológico, segunda concepção que colocaria em questão os aspectos do núcleo, que passaria a ser passível de influencia por meio da relação com o outro. Apesar da essência de cada indivíduo, o exterior seria capaz de penetra-la. Por fim a terceira, e até então a perspectiva mais atual para entender a identidade. O sujeito pós-moderno baseado em definições históricas (e não biológicas), capaz de manifestar-se diferente e até contraditoriamente em determinados tempos e espaços.

A modernidade tardia apareceria assim como uma possibilidade de descentração da identidade do sujeito. A realidade permitiria um centro identitário com vários núcleos coabitando em um único sujeito e, inclusive, núcleos que se reorganizassem à medida que este ser se desenvolvesse (HALL, 2014).

A partir desta perspectiva, a hipótese de uma “crise de identidade” instaurada na sociedade pós-moderna passa a ser percebida como uma falácia. Segundo Hall (2014) a ideia de uma identidade unificada ao longo da vida seria uma visão fantasiosa do indivíduo, na tentativa de construir uma história cômoda sobre si próprio diante de tantos movimentos com potencial descentrador.

Ao todo, cinco movimentos foram apontados por Hall (2014) como potencializadores de avanços para a história do sujeito, por meio do deslocamento de ideias que eram entendidas como centrais até então. A superação do pensamento Marxista, no que diz respeito à ideia de que os homens eram submissos às condições históricas para construíssem sua história, foi a primeira de uma séria de interpretações do autor e talvez uma das mais polêmicas.

A repercussão das críticas à teoria de Marx tomou proporções semelhantes as que Hall fez a respeito de Freud. Para o autor (2014) a psicanálise apresentaria o inconsciente como algo tão poderoso que subestimaria a racionalidade do sujeito, sendo este portanto o segundo movimento. Dando sequência, Saussure parece ter sido julgado pela mesma pena que Freud, por infringir a autoridade do indivíduo ao afirmar a língua como um sistema social e não uma expressão dos pensamentos mais interiores e originais de cada um de nós. De acordo com essa perspectiva, não seriamos autores

das palavras que proferimos, apenas reprodutores de significados embutidos em nossa língua.

Foucault foi o quarto movimento ao tratar de uma nova modalidade de poder, o disciplinar. Preocupou-se com a regulação, a vigilância, e o governo da espécie humana, sendo os principais meios de propagação do poder disciplinar as instituições policiadoras e disciplinadoras.

O quinto e mais recente movimento, contudo já bastante articulado e de grande importância foi o feminismo. Acompanhado de outros movimentos sociais, como os estudantis e pela paz, foi responsável por inúmeras repercussões. O quinto e último movimento apontado por Hall diferencia-se dos outros, pois contribui a favor da descentração, trazendo subsídios de apoio direto a ela – no caso dos outros quatro foi a superação de seus moldes que favoreceu as novas possibilidades de identidade.

A pós-modernidade trouxe ao sujeito a possibilidade se livrar de amarras que até então eram vistas como necessárias para se manter íntegro. Os novos tempos permitiram que, livres, cada um pudesse buscar a si mesmo. Observando de fora, toda essa movimentação parece uma crise (de identidade), porém na realidade, bem de perto, é o movimento do ser autentico que se descobre nos erros e acertos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendida a suposta crise de identidade como justificável, necessária e sadia inconstância do sujeito, há de se considerar que, ainda que o autor e a obra em questão sejam grandes marcadores nos estudos sobre identidade cultural e possíveis crises na pós-modernidade, a demanda de outros estudos principalmente devido ao ano e país de publicação existe. A leitura que se faz dos textos de Hall está longe de ser ultrapassada, contudo novos aspectos de mais de três décadas de história poderiam ser abordados. Ainda, é relevante contar com estudos nacionais que apresentem a realidade através de exemplos deste contexto.

Sugere-se aos interessados em aprofundar o tema que recorram a outras publicações do referido autor, também aos autores que o mesmo cita ao no decorrer de suas produções. A continuidade da leitura do próprio livro em questão também é indicada para compreender as identidades culturais e os aspectos oriundos do pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, sobretudo, nacionais.

4 REFERÊNCIAS

COSTA, Marisa Vorraber; WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. Stuart Hall: tributo a um autor que revolucionou as discussões em educação no Brasil. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v.39, n.2, p.635-649, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

DO CURANDEIRISMO COMO CRIME EM DESUSO NO ORDENAMENTO JURÍDICO PENAL

FIORI, Eduarda Barão[246]
PSZYSIENZNY, Antonio Junior[247]
BUGAI, Fernanda de Araújo[248]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo abordar as peculiaridades do crime de Curandeirismo, tipificado no art. 284 do Código Penal Brasileiro, assim como apresentar uma visão mais contemporânea envolta a este, de modo a arguir as situações que desencadearam seu desuso e uma possível aplicação do *abolitio criminis.* Para a elaboração do trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Curandeirismo. Desuso. Práticas Religiosas. *Abolitio Criminis*.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o direito deve acompanhar o desenvolvimento de uma sociedade e, com isso, deve criar regras a partir da necessidade comum, ou revogá-las pelo mesmo motivo. Atualmente é difícil falar em curandeirismo sem o associá-lo às práticas religiosas, tendo em vista que um número considerável de religiões se utiliza de atos e substâncias em busca da cura dos mais diversos males.

Embora seja uma prática comum, curandeirismo é crime e está tipificado no art. 284 do Código Penal Brasileiro. No entanto, sua responsabilização jurídico penal entrou em desuso, sendo o objetivo deste trabalho abordar os fatores que deram causa a essa não aplicação do crime em comento, assim como realizar uma análise jurisprudencial, como se verá a seguir.

2 DESENVOLVIMENTO

O Brasil é um Estado laico e que prevê a liberdade de crença religiosa, disposto respectivamente nos artigos: 19, I e 5º, VII da Constituição Federal de 1988. Diante disso, são inúmeros os cultos religiosos praticados dentro do território brasileiro, desde aqueles que se fundam em filosofia, até os que buscam práticas empíricas.

[246] Acadêmica do 6º período do curso de Direito, pelo Centro Universitário Campo Real.
[247] Acadêmico do 6º período do curso de Direito, pelo Centro Universitário Campo Real.
[248] Orientadora. Mestre, UNICENTRO. Docente, Centro Universitário Campo Real.

O direito, por sua vez, deve acompanhar o desenvolvimento da sociedade. Um fato social deve existir e ser relevante o suficiente para que o direito o regulamente, adequando-se aos costumes, sob pena de perder a eficácia. Assim, de situações corriqueiras ou surgem novos fatos que necessitem de regulamentação ou normas já existentes entram em desuso, como é o caso do crime em discussão.

O crime de curandeirismo está tipificado no Código Penal em seu artigo 284, que assim prevê:

> Art. 284 - Exercer o curandeirismo:
> I - prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;
> II - usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;
> III - fazendo diagnósticos:
> Pena - detenção, de seis meses a dois anos.
> Parágrafo único - Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa (BRASIL, 1940).

A redação do artigo supracitado impõe o sujeito ativo do delito como sendo aquele que não tem conhecimento da medicina, que se vale de superstições, prescreve, ministra, aplica substâncias ou faz rezas para chegar a cura de uma enfermidade. Em razão disso, cotidianamente a prática de curandeirismo é associada às práticas religiosas, tendo em vista que é muito comum ritos religiosos praticarem atos, ou ministrarem substâncias que “prometem a cura” para uma enfermidade.

Em face disso, a doutrina tenta trazer uma distinção, de modo a diferenciar, ou até mesmo excluir as práticas religiosas na incidência desse crime, como segue:

> Deve-se tentar levar a efeito a distinção entre crença religiosa e as atividades praticadas por pessoas ignorantes, que acreditam em seus poderes milagrosos de cura e que, com isso, acabam criando uma situação de perigo à incolumidade pública. (GRECO, 2016, p.491).

De modo geral, nem todos as cidades brasileiras contam com o mínimo necessário de atendimento adequado à saúde, lugares estes em que se torna muito corriqueira a busca por curandeiros, que atendem a população pautados na fé, dispondo de conhecimentos sobre ervas. Diante disso, indaga-se: seria justo buscar responsabilidade penal para estas pessoas, quando nem mesmo o Estado consegue dar suporte à saúde da população?

Não obstante, liberdade de crença é preceito constitucional, conforme o inciso VI, do art. 5º da Constituição Federal e, como já mencionado, é inevitável falar em práticas religiosas sem lembrar das crenças de atos curandeiros, talvez, esteja aí a

explicação do fato desse crime ter entrado em desuso, e ser um possível objeto de uma *abolitio criminis,* de maneira em que nova lei revogue o referido tipo penal*,* tendo em vista que não há mais sentido o código penal tratar como crime o que já foi moralmente aceito, neste sentido, dispõe o doutrinador Damásio de Jesus (2015, p.119): “Não se justifica que o Estado continue a impor a sua vontade em prejuízo de interesses jurídicos fundamentais do transgressor da norma quando considera inútil, anacrônica e iníqua.”

Ademais, a criminologia dispõe que para um fato ser considerado crime, ele deve ser um problema social, e este por sua vez, para ser caracterizado precisa dispor de alguns critérios, quais sejam, *incidência massiva na população* (fatos reiterados), *incidência aflitiva* (fato produz dor e incômodo à vítima), *persistência no espaço temporal* (fatos reiterados e persistentes em um lapso temporal) e *inequívoco consenso* (quanto à etiologia e técnicas de intervenção). (SHECAIRA, 2011, p. 55-57).

Ante o exposto, percebe-se que a prática do curandeirismo não possui o critério da *incidência aflitiva,* pois o mesmo não provoca um incômodo na sociedade, bem como já foi aceito pela mesma.

Prova do desuso do referido crime é a realização de pesquisas jurisprudenciais no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em que pode-se constatar a existência de apenas cinco condenações, em grau de recurso, pela prática de curandeirismo, sendo que dessas, a mais recente ocorreu no ano de 2000, enquanto as demais foram nos anos de 1990, 1993 e 1996. (TJPR, 2018).

Portanto, comparando-se aos demais crimes elencados no Código Penal, o crime de curandeirismo possui precedentes insignificantes, ou seja, considerando a atualização do ordenamento jurídico e a constante transformação social, a prática de curandeirismo não é mais dissociada de práticas religiosas, e por isso, foi aos poucos sendo aceita pela sociedade, não engajando mais em prática delitiva e caindo em desuso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito surge para regulamentar as relações humanas que ocorrem na vida em sociedade, porém, a sociedade evolui, os costumes mudam, e o direito precisa se adequar a ela. Devido aos fatos, constantemente o direito se renova, leis novas surgem e anteriores perdem seu objeto.

Em face das inúmeras religiões praticadas no território brasileiro, que possuem os mais diversificados rituais, o crime de curandeirismo caiu em desuso, porque ele caracteriza como crime algo que está associado diretamente às práticas religiosas. Alega o tipo que ele está lá para proteger a incolumidade pública de maneira a não permitir que se busque cura fora dos campos da medicina.

Tendo em vista que o tipo penal é muito amplo, e precisa de posicionamento doutrinário para afirmar que as práticas religiosas afastam o crime, ele perde seu objeto, por que sem a responsabilização religiosa, que é costume moralmente aceito, não há mais quem ele responsabilizar, tendo em vista que as condutas eximidas pela doutrina já se encontram tuteladas por outro crime, restando por fim para o curandeirismo ser objeto de *abolitio criminis*.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal – Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acessado em: 29 Ago. 2018.

_____. **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 29 Ago.2018.

_____. **Tribunal de Justiça do Paraná**. Acórdão. Curandeirismo. Paraná. 2018. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/publico/pesquisa.do?actionType=pesquisar>. Acesso em: 03 Set. 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte especial: artigos 213 a 361 do código penal**. 13. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2016.

JESUS, Damásio. **Direito penal, volume I: parte geral.** 36.ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia.** 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 414 p.

DECISÃO INDIVIDUAL, PREJUÍZO COLETIVO

VASINESKI, Anthony Felipe[249]
OLIVEIRA, Gabriele de Lara[250]
SOUZA, Flavia Silva de[3]

RESUMO: A era da informação, traz consigo inúmeros desafios que exigem dos profissionais de saúde uma nova perspectiva acerca de seus pacientes. A enxurrada de dados que inunda o dia-a-dia de todos, origina assuntos nos quais não detém de muita credibilidade e prejudicam anos de pesquisa e investimentos. A pesquisa será do tipo revisão bibliográfica com método descritivo-exploratório. Espera-se com esse estudo, entender e evidenciar os movimentos antivacinais que atingem o país, trazendo uma perspectiva mais próxima no caso, para o âmbito acadêmico, destacando a importância de buscar fontes seguras de informação, evitando equívocos que podem ser fatais.

Palavras-chave: Vacinação, *Fakenews*, Imunização, Enfermeiro.

1 INTRODUÇÃO

O sucesso da Campanha de Erradicação da Varíola (CEV) fortaleceu, dentro do Ministério da Saúde (MS), uma corrente que defendia maiores investimentos no controle de doenças infecciosas preveníveis por imunização (TEMPORÃO, 2003).

Como destaca Temporão (2003) algumas iniciativas importantes ocorridas no período, que se estende de 1973 a 1980, permitem perceber a construção de uma base técnica, política e institucional que apenas nas décadas seguintes iria consolidar-se como importante ferramenta do Estado no controle efetivo de algumas doenças na nosologia prevalente no país.

O objetivo principal do Programa é de oferecer todas as vacinas com qualidade para boa parte das crianças que nascem anualmente em no Brasil, tentando alcançar coberturas vacinais (CV) de 100% de forma homogênea e no máximo de municípios possíveis (DATASUS, 2016).

A compreensão da importância da vacinação felizmente prevalece e, aliada ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao trabalho realizado pelos gestores e ao senso de responsabilidade dos cidadãos, reforça a consciência de que vacinar uma

[249] Acadêmico de Enfermagem, do quarto período, no Centro Universitário Campo Real.

[250] Acadêmica de Enfermagem, do quarto período, no Centro Universitário Campo Real. [3] Enfermeira Especialista, Docente no Centro Universitário Campo Real.

criança significa não apenas protege-la, mas sustentar uma condição de saúde coletiva alcançada com muito trabalho e esforço (CONENSUS, 2018).

Dito isso, como as notícias equivocamente escritas e muitas vezes mentirosas influenciam a população a não aderir a vacinação? E qual o papel do profissional enfermeiro, tão fundamental nesse contexto, para evitar esses agravos à saúde coletiva?

Além disso, como descreve Teixeira e Rocha (2010) a CV aponta como necessária a definição de estratégias, que com o auxílio da vigilância, direciona o foco para onde se localiza o problema, buscando compreender as variações que ocorrem nesses indicadores para o não alcance da CV estipulada.

Nesse sentido, o enfermeiro como responsável da vacinação no âmbito da saúde coletiva, seja dentro da sala de vacina, na Unidade Básica de Saúde (UBS), ou na vigilância epidemiológica, deve estar a par da cobertura vacinal de sua unidade ou município, considerando que este dado é de extrema relevância para a logística das imunizações. Desde a fabricação até chegada da vacina nos postos de saúde, faz-se necessário um processo controlado e organizado. Contudo, caso a UBS não esteja imunizando sua população, ou seja, não atingindo a CV esperada, a mesma corre o risco de sofrer punições, como por exemplo o corte de orçamento, que acaba prejudicando os profissionais que ali trabalham e por conseguinte a própria população, que padece com a falta de imunobiológicos, material e recursos para manter uma sala de vacina em dia, seguindo as regras do PNI.

O objetivo deste trabalho é identificar como a escolha da não realização da vacina pode afetar os indivíduos coletivamente.

Logo, destaca-se a relevância do tema discutido, quanto mais cedo estimularmos e ensinarmos a população a buscar a informação correta, de fontes seguras, como sites governamentais, de órgãos públicos de saúde, melhor será para toda a sociedade. O enfermeiro, não pode, como defensor e promotor da saúde pública, deixar que esta situação tome proporções as quais podem se tornar irreversíveis para muitos.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de um estudo descritivo-explicativo contemplando revisão bibliográfica. A pesquisa descritiva objetiva investigar uma série de informações acerca do que se deseja pesquisar. Esta modalidade de estudo almeja descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

Neste sentido são: os estudos de casos, os de análise documental, a pesquisa ex-post-facto. Para o autor a analise descritiva pode pecar quando os fenômenos e os fatos estão à margem da possibilidade de verificação por meio da observação, ou acometidos de falhas oriundas das técnicas de coletas de dados, dos questionários, escalas e entrevistas, uma vez que pode haver a subjetividade relacionada a entrevistas o que pode gerar imprecisão.

Pesquisa explicativa são aquelas em que identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso, é o tipo mais complexo e delicado (GIL, 2008, p. 28).

A pesquisa bibliográfica já em seus principais aspectos pode ser contemplada pelo levantamento de outros estudos acadêmicos, que foram publicados em meios eletrônicos, livros, artigos científicos. Todo trabalho cientifico começa pelo levantamento bibliográfico permitindo encontrar na leitura destes, várias informações pertinentes ao assunto estudado (FONSECA, 2002).

Para a realização do estudo a pesquisa foi realizada nos períodos de junho a setembro de 2018 através de pesquisa bibliográfica online. Os artigos inclusos no estudo foram de critério de busca na base de dados, Google acadêmico, SCIELO, publicados em português, com disponibilidade gratuita e na íntegra, abrangendo pesquisas sobre cobertura vacinal, vigilância epidemiológica. Os anos de publicações encontrados foram de 1987 a 2018.

Esta coleta de dados utilizou-se de literaturas e artigos científicos os quais indicavam os seguintes complementos: tipo de publicação, nome do periódico cientifico, ano de publicação entre outras informações relevantes para o estudo.

É sabido que existem diversas campanhas incentivando a imunização da população no Brasil inteiro e que abrangem boa parcela da população. O PNI tem como fundamento – juntamente com a Lei Orgânica nº 8080 de 1990 - de prover acesso

irrestrito de todos os usuários do SUS, garantindo a promoção, integral, universal e descentralizada dos serviços de saúde, inclusive a vacinação.

Embora esforços contínuos para atingir sempre o máximo de pessoas possíveis, o programa, além de enfrentar problema com a infraestrutura, está sendo alvo de movimentos antivacinais que prejudicam a cobertura da população espalhando notícias e recortes sem contexto, prejudicando a efetividade do programa.

De forma bem objetiva, este fenômeno ocorre principalmente pelo fácil acesso a informação que a internet proporciona para a população e a falta de senso crítico, no entanto, da mesma forma que ela (a internet), ajuda a sanar dúvidas, ela pode ser usada como ferramenta de controle de massa. Com apenas alguns cliques e alguns recortes de reportagens sobre situações adversas de reação pós-aplicação vacinal, cria-se uma *fakenew*, totalmente fora de contexto e demasiadamente comprometedora, o que leva a população (e até mesmo profissionais de saúde), a questionarem a qualidade e a efetividade das vacinas.

Parte desta culpa, se dá pelo modelo educacional ultrapassado e que dificulta o aprendizado, obrigando os indivíduos a decorarem fórmulas e regras, sem aprender de fato o tema tratado, sem construir o conhecimento necessário para entender o porquê de tal fórmula ser usada bem como qual regra deve ser seguida.

Desta maneira, a veiculação de notícias falsas por qualquer um fundamenta a prática cultural contemporânea da relativização da verdade. Acredita-se muito mais no que convém do que naquilo que está atrelado às verdades factuais (CAJÚ, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando-se de um problema de saúde coletiva, o trabalho almeja alcançar uma compreensão sobre o atual impacto das mídias socias nas campanhas de imunização, no que diz respeito à adesão da população, levando em conta o atual quadro da cobertura vacinal e a transição epidemiológica do país.

Além disso, é fundamental para todo profissional de saúde (em especial o enfermeiro), esteja ele formado ou no ambiente acadêmico, abraçar esta causa e ressaltar tanto para a academia, quanto para leigos a importância de manter o calendário

vacinal em dia, respeitando prazos e recomendações da equipe de enfermagem, sempre mantendo-se saudável e protegido.

Para tanto, é imprescindível que os enfermeiros, como educadores em saúde, estejam mais próximos de seus pacientes, para que estes estejam amparados quando questionamentos a respeito da efetividade da vacina, venham à tona, e que estes e somente estes, possam sanar essas dúvidas e evitar que a população acabe caindo em armadilhas que a internet proporciona.

Com base no que foi exposto neste trabalho, entende-se, portanto, um desafio para os atuais e futuros profissionais, os quais devem se manter vigilantes, atualizados e dispostos a enfrentar os problemas que a era da tecnologia e da verdade relativa, causam no processo de manutenção da saúde.

4 REFERÊNCIAS

TEMPORAO, José Gomes. O Programa Nacional de Imunizações (PNI): origens e desenvolvimento. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.

10, supl. 2, p. 601-617, 2003. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

59702003000500008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 Ago. 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. DATASUS. Disponível em< http://pni.datasus.gov.br/apresentacao.asp > Acesso em 20 Ago. 2018.

REVISTA CONENSUS. **A queda da imunização no Brasil.** Disponível em< http://www.conass.org.br/consensus/queda-da-imunizacao-brasil/#top > Acesso em 20 Ago. 2018.

CAJÚ, Léo. **As fake news e o panoptismo de Michel Foucault**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS): 8º Congresso Internacional de Ciberjornalismo, Mato Grosso do Sul, MS. 2017. Disponível em <

http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor8/files/2017/08/As-fake-news-e-o-panoptismo-deMichel-Foucault.pdf > Acesso em 03 Set. 2018.

TEIXEIRA**,** Antonia M. da S.; ROCHA, Cristina M. V.; **Vigilância das coberturas de vacinação: uma metodologia para detecção e intervenção em situações de risco.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 19(3):217-226, jul-set 2010.

Disponível em <

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigilancia_coberturas_vacinacao.pdf

> Acesso em 05 Set. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6° ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. 202 p.

TRIVIÑOS, A. N. S. Int**rodução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987

O OLHAR DA PSICOLOGIA PERANTE A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

SANTOS, Fernanda Almeida[251]
RIOS, Elisandra Zaiacz[252]

RESUMO:
O presente estudo objetiva explanar sobre a deficiência intelectual, suas definições e causas, assim como problematizar e sugerir intervenções realizadas por profissionais de psicologia com este público. Considera-se importante problematizar o tema devido aos índices de ocorrências em nosso país, assim como a invisibilidade social que a causa ainda enfrenta.

Palavras-chave: deficiência intelectual. Intervenção. Psicologia.

1 INTRODUÇÃO

A deficiência intelectual, conhecida pela sigla DI refere-se a um conjunto de características relacionadas ao desenvolvimento individual. Geralmente compromete significativamente um ou mais aspectos cognitivos, o que faz com que seu portador aparente desenvolvimento intelectual abaixo do esperado para sua idade cronológica.

Estudos sobre a temática se fazem necessários para compreender definição, causas e problematizar a o trabalho do psicólogo com este público que requer recursos especiais. O presente texto foi produzido através de revisão bibliográfica e discussões vindas da vivência profissional.

2. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento infantil é marcado por estágios ou etapas, levando em conta o que é esperado na idade cronológica, como defendem alguns autores que mencionam a maturação biopsicossocial para que a aprendizagem ocorra. No percurso histórico desde a Grécia sempre houve a busca do “corpo perfeito” as pessoas que nasciam com uma deficiência congênita eram consideradas anormais. Em Algumas culturas os pais tinham autorização das autoridades para tirar a vida de crianças que nascessem com algum tipo de deficiência.

A deficiência esteve sob dois polos rejeição por parte da sociedade e proteção assistencialista. O individuo portador de deficiência não era visto como um sujeito de direito. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de

[251]Psicóloga.
[252]Psicóloga.

2017, havia cerca de 45 milhões de pessoas portadoras de alguma deficiência, sendo que destas, cerca de 50% referem-se à algum nível de deficiência intelectual.

Segundo Whibtbourne *et al.*(2015) o diagnóstico de deficiência intelectual ocorre na infância quando se é percebido alguns déficits na esfera intelectual. Este diagnóstico deve preceder alguns critérios: déficits nas habilidades intelectuais gerais, que engloba raciocínio soluções de problemas, habilidades de apreender e aprendizagem em um contexto acadêmico. O segundo critério do diagnóstico aborda prejuízo no funcionamento adaptativo, está relacionado a idade e ao grupo cultural, comunicação, social e prático da vida diária, relacionamento interpessoal. Já o terceiro critério refere-se a idade de início: devem ser percebidos déficits relevantes no indivíduo, antes que o mesmo complete 18 anos, mesmo que o diagnóstico seja levantado posteriormente.

Estes critérios devem ser levantados através de uma ampla e cautelosa avaliação, que entre outros instrumentos utilize um teste de inteligência que mensure o nível em que se encontra o indivíduo e as possíveis intervenções. Os testes são meios para diagnosticar, no entanto ele deve ser padronizado contemplado a cultura em que o avaliado está inserido. Os resultados deverão enfatizar as áreas de inabilidade, bem como as de competência. O terapeuta ao avaliar o diagnóstico é necessário averiguar o grau da deficiência intelectual que pode ser: leve, moderada e grave. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM V) direciona o profissional a utilizar testes de sensibilidade cultural onde denota o prejuízo na esferas de comportamento adaptativo.

2.1. CAUSAS

Em relação as causas da deficiência intelectual os autores são unânimes ao classificar os múltiplos fatores tais como teratogênicos, genéticos, virais, atraso no nascimento, sofrimento fetal.Segundo Schwartzman & Lederman apud Shevell (2008), síndromes genéticas ou anormalidades cromossômicas, asfixia intraparto, disgenesia cerebral, severa privação psicossocial e exposição pré-natal a agentes tóxicos. De acordo com Schwartzman & Lederman (2017) nos casos de síndrome de Down são graus mais severos de deficiência intelectual devido às causas genéticas.

Um estudo realizado por Rodrigues (2012),no hospital de Coimbra levou em consideração a etiologia da deficiência intelectual definida por Schaefer e Bodensteiner em 1992 que considerou os fatores de “complicações pré e perinatais (infecções, prematuridade, complicações obstétricas), pobreza e nível sociocultural baixo. Outros

fatores ambientais como a exposição a teratógenos durante a vida intrauterina (sendo o álcool o mais frequente) e causas genéticas".

2.2. INTERVENÇÃO

No planejamento para uma intervenção deve levar em consideração a singularidade de cada indivíduo e seu grau de deficiência intelectual pautando fatores que contribuam para potencializarão de áreas adaptativas e novas aprendizagens.

Ao psicólogo, cabe trabalhar com este público à nível clínico ou escolar, onde orienta profissionais que trabalhariam diretamente em sala de aula com portadores de DI (Deficiência Intelectual).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na deficiência intelectual um fator determinante é um diagnóstico eficaz e precoce a fim de minimizar os prejuízos causados. Para que isto ocorra é fundamental a parceria de pais professores e equipes multidisciplinares, todos tem um papel fundamental na vida deste individuo.Na pratica educacional os professores encontram dificuldades quando desconhecem a deficiência e o aluno acaba sendo rotulado e estereotipado, contudo esta concepção deve ser modificada e transformada para que o aluno adquira suas potencialidades.

Por isso é fundamental o dialogo do psicólogo junto a equipe pedagógica a fim de informar e auxiliar em atividades que capacitem o aluno. O psicólogo não atua individualmente, mas em uma equipe afim de planejar ações conjuntas para a elaboração de uma intervenção que a tenda a necessidade do aluno.

4 REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 – **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL: http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/cresce-numero-de-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-formal

RODDRIGUES, Venâncio Margarida, SARAIVA, Jorge M., FERNANDES Boavida - Avaliação e Investigação Etiológica do Atraso do Desenvolvimento Psicomotor / Deficiência Intelectual. Tradução: Renata Oliveira **Revista SAUDE Infantil**- 2012

WHITEBOURNE, Susan Krauss. **Psicopatologia: perspectivas clinicas dos Transtornos psicológicos**/ Susan Krauss ; Richard P. Halgin ; tradução Maria Cristina G. Monteiro; revisão 7 ed. Porto Alegre: AMG, 2015H

SCHWARTZMAN, José Salomão; LEDERMAN, Vivian Renne Gerber. **Deficiência intelectual: causas e importância do diagnóstico e intervenção precoces**. http://revista.ibict.br/inclusao/article/viewFile/4028/3364

MODALIDADE CONVITE: VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS INERENTES AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PABIS NETO, Alfredo[253]
SILVA, Arli Pinto da[254]

RESUMO: Objetivou-se com a presente pesquisa investigar a inadequação da modalidade licitatória convite, utilizando como fundamentação a principiologia da Administração Pública. Tal modelo de licitação encontra-se em dissonância com o princípio da isonomia, que assegura igualdade de tratamento em relação aos licitantes. É incongruente o seu uso tendo em vista que a legalidade se movimenta atrelada ao bloco de juridicidade, que engloba leis e princípios. A vulnerabilidade das condições fica nítida ao observar as portas escancaradas que o legislador deixou para os atos de improbidade, bem como todos os ilícitos administrativos que colocam em risco a gestão do interesse público.

Palavras-chave: Direito Administrativo. Licitações. Princípios da Administração. Princípio da Isonomia.

1 INTRODUÇÃO

A referida pesquisa surge com o intuito de investigar a pertinência de uma das modalidades licitatórias elencadas na Lei nº 8.666/1993, o Convite, bem como analisar a sua violação à pricipiologia das Licitações e da Administração Pública em geral, previstas no artigo 37, *caput, da* Constituição Federal, e no artigo 3º da referida lei de licitações e contratos administrativos, que regulamenta o artigo 37, XXI, do diploma maior.

É fato notório que todos os atos da administração pública devam observar a legalidade *strictu sensu*, mas também, ao bloco de juridicidade. Este, assim como aquele possui valoração normativa que vincula os agentes públicos no exercício da função administrativa.

A partir de ensinamentos dos renomados autores do direito administrativo, objetivar-se-á a desconstrução da modalidade licitatória convite, com a indicação, ponto a ponto, de quais aspectos da legalidade ampla foram violados.

2 DESENVOLVIMENTO

[253] Acadêmico do 6º período, Direito, Centro Universitário Campo Real.
[254] Orientador. Mestre em Direito do Estado pela UFPR - Universidade Federal do Paraná, Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Leciona Direito Administrativo na Faculdade Campo Real em Guarapuava-PR e na Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP em Pitanga-PR, Advogado Militante na área de Direito Público.

A administração pública, dentro do disposto no artigo 37, XXI da Constituição Federal de 1988, mediante a evidência de uma demanda, seja ela relativa à obras, serviços, compras e alienações, estará vinculada ao procedimento licitatório para os contratos, salvo nos casos especificados em lei (BRASIL,2018).

Para incício de análise, faz-se necessária a conceitualização de licitação que, conforme Hely Lopes Meirelles:

> (…) é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que proporciona igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.

Para Odete Medauar (2016, p. 216), "A Administração não pode contratar livremente, porque deve ser atendido o princípio da igualdade de todos para contratar com a Administração e a moralidade adiministrativa, sobretudo". Vislumbra-se no argumento da autora que há uma vinculação íntima da gestão pública com a principiologia, incluída ao bloco de legalidade.

Prossegue a autora especificamente sobre Licitação:

> *Licitação*, no ordenamento brasileiro, é o processo administrativo em que a sucessão de fases e atos leva à indicação de quem vai celebrar contrato com a Administração. Visa, portanto, a selecionar quem vai contratar com a Administração, por oferecer proposta mais vantajosa ao interesse público. A decisão final do processo licitatório aponta o futuro contratado (MEDAUAR, 2016, p. 216).

A finalidade do procedimento ou processo licitatório[255], conforme já citado acima no pensamento de Odete Medauar, é a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, tendo como prossuposto uma demanda.

Consoante Maria Sylvia Zanella di Pietro (2018, p. 408), o intuito dessa finalidade justifica-se assim, pois:

> (…) a licitação equilave a uma oferta dirigida a toda a coletividade de pessoas que preenchem os requisitos legais e regulamentares constantes no edital; dentre estas, algumas apresentarão suas propostas, que equivalerão a uma aceitação da oferta de condições por parte da Administração; a esta cabe escolher a que seja mais conveniente para resguardar o interesse público, dentro dos requisitos fixados no ato convocatório.

[255] Evidência de divergência no tocante à utilização dos termos por parte dos autores.

Tendo em consideração tal finalidade, o atendimento ao bem comum, ou, de maneira mais técnica, o interesse público, deve respeitar o bloco de legalidade sobremaneira. Consoante o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993:

> A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da vinculação ao procedimento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (BRASIL, 2018).

A principiologia utilizada para o processo ou procedimento licitatório são as mesmas relacionadas às atividades da Administração em geral, reforçando ainda mais a ideia de que a administração pública, no exercício de gerir o bem comum, deve atentar-se não somente à legalidade estrita, mas também aos princípios, sob pena de incorrer em ilegalidades e abusos de poder (MEIRELLES, 2004).

Interessa mencionar que são modalidades de licitação da Lei 8.666/93: a Concorrência, a Tomada de Preços, o Concurso, o Leilão, e a modalidade pertinente à presente discussão, o Convite.

Tal modalidade, prevista no artigo 22, parágrafo 3º da Lei 8.666/93 (BRASIL, 2018):

> É a modalidade de que participam interessados do ramo pertinente ao objeto do futuro contrato, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na especialidade, que manifestarem interesse em participar com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas do prazo final de apresentação das propostas.

Verifica-se, logo de pronto, que a Administração enviará a carta-convite (instrumento convocatório) aos escolhidos, dentro do ramo de atuação, independente de cadastro, e o estenderá aos demais que estejam cadastrados na especialidade. Essa situação, em comparação ao princípio da isonomia, apresenta-se em dissonância, visto que a igualdade de tratamento entre os licitantes não é cumprida.

Segundo José dos Santos Carvalho Filho (2014, p. 281), "O *modus procedendi* do convite, sem a menor dúvida, rende maior ensejo a atos de improbidade de alguns maus administradores". Essa situação parece nítida pelo fato de o legislador alegar, nos primeiros artigos da referia lei, princípios estruturantes às relações

contratuais que envolvam a administração pública e, de forma contraditória, dispôr sobre uma modalidade que por sua natureza estabelece tratamento diferenciado aos licitantes.

A situação de improbidade citada acima diz respeito ao fato de a administração, em um primeiro momento, convidar os interessados com quem de fato queira contratar, ou seja, possibilita abertamente a formação de conluios e a exteriorização de acordos preexistentes, que utilizarão o procedimento ou processo licitatório como um modo de encobrir um ato ilícito administrativo. A moralidade administrativa, compreendida implicitamente no texto do ordenamento, também é trazida à tona num efeito em cadeia, resultado da violação da isonomia cumulada com o ato de improbidade.

Maria Sylvia Zanella di Pietro (2018, p. 448) dispõe abertamente em sua obra sobre essa violação ao princípio da isonomia, no que tange a necessidade da apresentação da habilitação por parte dos interessados que manifestarem-se em até vinte e quatro horas: “A habilitação dos licitantes, nessa hipótese, só é obrigatória para aqueles que se apresentarem sem terem sido convidados pela Administração, porque têm que estar cadastrados; para os demais, é facultativa (…)”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que a referida modalidade licitatória - convite - está às margens da principiologia administrativa, embora seja um dispositivo legal, regulamentado e com caracterizações específicas. No que concerne ao enquadramento dos agentes licitantes do processo, assegura-se sempre a isonomia de tratamento para que todos gozem de igualitárias oportunidades em contratar com a administração pública, em sua área de atuação contratual. Mas isso não é respeitado.

O fato intrigante é a dissonância exacerbada entre os dispositivos da mesma lei. Ora impõe limites de índole principiológica, ora oportuniza um tratamento diferenciado no que tange aos interessados. Tal entrave evidencia-se em dois pontos: primeiramente a exigência de cadastro para os que não forem convidados, porém manifestarem interesse em participar do certame no prazo legal; e em um segundo momento, o requisito de habilitação relativo aos mesmos, sendo que os convidados estão isentos de comprovação (tendo como pressuposto a discricionariedade da autoridade responsável pelo procedimento).

O objetivo principal do convite, sem sobra de dúvidas, seria a diminuição do formalismo nas contratações de pequeno vulto, conforme sintetização do conceito por José dos Santos Carvalho Filho (2015, p. 280). Entretanto, o legislador foi infeliz ao estabelecer parâmetros de atuação no procedimento ou processo licitatório que não são cumpridos. Logicamente, essa modalidade faz-se inadequada, tendo em vista que é pouco utilizada na atualidade, podendo ser substituída pela tomada de preços ou pelo pregão, modalidade da Lei 10.520/2002.

Por derradeiro, ressalta-se a importância do bloco de legalidade não só no âmbito administrativo, mas também a observância dos mesmos na edição de leis, regulamentos, atos administrativos normativos etc. O direito não é somente lei. E, como pressuposto da lei, o princípio norteia todo o ordenamento de forma ampla, tendo em vista que possui intenso valor normativo.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 8.666/93**. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.html>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 26. ed. rev. ampl. e atual. – São Paulo: Atlas, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31. ed. rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo.** 10. ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 20.ed. ver., atual. e ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 29.ed.- São Paulo. Editora Malheiros. 2004.

PANORAMA HISTÓRICO E CONCEITUAL DA ERGONOMIA NOS PROCESSOS PRODUTIVOS

PEITER, Felipe Goularte[256]
RECH, Matheus[257]
FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes[258]

RESUMO: O presente resumo expandido tem como objetivo central a análise da importância da ergonomia no ambiente de trabalho, considerando os fatores intervenientes aos processos laborais. Utilizando-se de mecanismo de levantamento a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, o estudo tem como intuito a investigação da ergonomia nos postos de trabalho, diante da discussão de autores e representações científicas, buscando analisar o foco em que as melhorias para o trabalhador e para a empresa estão inseridas, em conjunto com as inovações tecnológicas, tendo em vista que elas vem gerando grandes mudanças nas indústrias.

Palavras-chave: Ergonomia. Fadiga. Estresse. Ergonomia e discussões.

1 INTRODUÇÃO

As tarefas e esforços, muitas vezes, são desempenhadas em uma mesma posição por um determinado tempo, com esforços e postura inadequada, para evitá-las, é fundamental moldar o trabalho ao homem. O local de trabalho e de rotinas laborais deve ser saudável, conforme é citado por Alvarenga (2013, p. 65), “o trabalho a ser executado pelo trabalhador deve ser digno em todos os sentidos, ou melhor, não só no plano material, mas, em especial, no aspecto imaterial – físico, mental e social, de modo a assegurar-lhe um meio ambiente do trabalho sadio e equilibrado”.

Assim, deve-se propor aconchego e conforto, de forma a melhorar a produtividade, estabelecer o foco e, consequentemente, fazer os colaboradores trabalharem com alegria e satisfação.

A ergonomia, então, vem para ajudar nesse aspecto. Conforme Másculo et al. (2011. p. 29), essa área de análise “(...) contribui decisivamente para que os operadores tenham as condições requeridas para executar satisfatoriamente suas tarefas”. Cabe, portanto, verificar os padrões e estilos de vida diante dos aspectos de bem-estar, qualidade de vida e ergonomia.

[256] Acadêmico de Engenharia de Produção, regularmente matriculado no 6º período. Centro Universitário Campo Real
[257] Acadêmico de Engenharia de Produção, membro do Programa Extensão das Engenharias, regularmente matriculado no 6º período. Centro Universitário Campo Real
[258] Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR); Mestre em Engª. de Produção (UTFPR).

O termo ergonomia veio para substituir a fisiologia e a psicologia do trabalho, sendo adotado pelos principais países europeus. De acordo com Dul e Weerdmeester (2010, p. 13), “o termo ergonomia significa: *ergon* (trabalho) e *nomos* (regras). Nos Estados Unidos, usa-se também, como sinônimo, *human factors* (fatores humanos)”.

Vê-se, portanto, que a ergonomia é uma área extremamente complexa, pois conduz à abordagem e à integração com áreas como: engenharia, psicologia, física, sociologia, arquitetura, ciências legislativas, entre outras.

Com isso, é necessário cuidar para que as relações entre transformações tecnológicas e o ser humano não sejam catastróficas, caso não haja uma correta análise entre os fatores humanos e as novas projeções do trabalho. A ergonomia tem como objetivo estudar a adaptação do trabalho ao homem, com isso, verifica as habilidades, limitações e capacidades do próprio (FREITAS; MINETTE, 2014). O presente estudo tem, diante desse panorama, levantar os principais pontos de discussão que circundam a ergonomia e suas interveniências aos processos produtivos.

2 DESENVOLVIMENTO

A história da ergonomia é muito antiga, e uma das primeiras aplicabilidades mais efetivas foi após a Segunda Guerra Mundial, em 1949, como decorrência do trabalho de diversos profissionais de várias áreas, que participaram juntos daquela Guerra. Os resultados desse trabalho da união das áreas foram muito satisfatórios. (DUL; WEERDMEESTER, 2012). Mas a primeira definição de Ergonomia foi feita em 1857, no auge da revolução industrial europeia, pelo cientista polonês Wojciech Jarstembowsky, estabelecendo que, segundo Másculo et al (2011. p. 9) “a ergonomia como uma ciência do trabalho requer que entendamos a atividade humana em termos de esforço, pensamento, relacionamento e dedicação”.

Segundo Iida (2005, p. 7), “(...) no Brasil, a Associação Brasileira de Ergonomia - Abergo, foi fundada em 1983. Antes disso, tinha-se realizado, no Rio de Janeiro, o I Seminário Brasileiro de Ergonomia, em 1974, quando diversos pesquisadores brasileiros apresentaram seus trabalhos (...)”. Verifica-se, então, que

> Em agosto de 2000, a Associação Internacional de Ergonomia – IEA adotou a definição oficial de ergonomia, como sendo uma disciplina científica relacionada ao entendimento das interações entre os seres humanos e

> diferentes elementos ou sistemas, e à aplicação de teorias, princípios, dados e métodos a projetos com o objetivo de aperfeiçoar o bem-estar humano e o desempenho global do sistema (ABERGO, 2013).

A ergonomia no Brasil, por muitas empresas, era vista como uma simples verificação ambiental - de maneira superficial. É visível, porém, que essa concepção está mudando, as empresas estão percebendo que necessitam que ter uma visão mais ampla, assumindo que terão que lidar com uma demanda muito complexa, pois as atividades tendem a reduzir os esforços físicos e aumentar a carga mental de trabalho.

O trabalho com condições psicossociais e físicas sem aperfeiçoamento podem gerar acidentes, má qualidade, pouca produtividade, doenças, erros humanos, transtornos relacionais, com isso, os principais fatores desses acontecimentos são a fadiga e o estresse (IIDA, 2005).

Como mencionado previamente, a fadiga é um dos principais fatores que desestimulam o trabalhador, com a correria do dia a dia, tendo que cumprir horários e turnos de trabalho, assim afetando também o relacionamento com as pessoas em seu redor. A fadiga é algo que varia de acordo com cada organismo, dependendo dos parâmetros individuais, pois algumas pessoas se sentem mais fatigadas e outras são mais resistentes, por isso fatigam menos (COZON, 2006).

As consequências da fadiga em um ambiente de trabalho podem ser extremamente prejudiciais, pois a pessoa fatigada perde a segurança, precisão no que está exercendo, e, de acordo com Iida (2005, p. 356), “ela começa a fazer uma simplificação de sua tarefa, eliminando tudo o que não for essencial, a força, velocidade e precisão dos movimentos tendem a diminuir, [...] os movimentos tornam-se descoordenados”.

Com a modernização da sociedade, situações de estresse vêm sendo vivenciada com mais frequência, como no aumento de competitividade, transformações tecnológicas, condições de trabalho e até mesmo no trânsito (IIDA, 2005).

A situação pode ser considerada mais grave do que aparenta; uma pessoa estressada apresenta mudanças físicas, biológicas, psicológicas e social, afetando a saúde do trabalhador fazendo com que tenha perda de autoestima, insônia, não tem a mesma confiança na sua própria capacidade (GAZZANIGA; HEATHERTON, 2005).

Um exemplo possível se enquadra na profissão de motorista de ônibus. O colaborador pode acumular um excesso de carga mental, devido ao fato de exercer

tarefas monótonas e repetitivas, causando um aumento de erros que podem originar acidentes (MÁSCULO et al, 2011).

Todos esses fatores podem modificar o desenvolvimento profissional, tendo em vista que no momento em que o colaborador apresentar qualquer alteração no seu comportamento e na sua produtividade, a empresa deve verificar os motivos de tal acontecimento e buscar solucionar, sendo que nos casos em que essas mudanças decorrem da atividade exercida a favor da mesma, ela é responsável por prestar todo o auxílio necessário.

Com isso, a ergonomia vem se desenvolvendo e quando ela é aplicada com sucesso, traz ótimos benefícios a empresa e ao funcionário, reduzindo a fadiga, o estresse, os erros, os acidentes, assim, proporcionando conforto, segurança e uma saúde melhor.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ergonomia nos postos produtivos vem ganhando, cada vez mais, interesse à gestão dos processos, tendo como base diversas ferramentas ou modelos de análise que auxiliem as tomadas de decisões (DUL; WEERDMEESTER, 2012). Diante do exposto, facilitando a compreensão de aspectos que proporcionem ao funcionário maior conforto, rapidez e segurança, o que traz benefícios para ambas as partes, pois evita que seus funcionários pratiquem métodos impróprios, tornando assim mais fácil a execução de suas funções, gerando uma maior produtividade.

Dessa forma, Iida (2005) estabelece que, ao verificar os pontos de ergonomia e adequação dos postos de trabalho, mesmo que mínimos, é possível aproximar o sucesso e bem-estar da empresa em longo prazo. Dessa forma, essa tarefa deve ser contínua e buscando sempre a participação ativa de todos os envolvidos.

4 REFERÊNCIAS

ABERGO. **O que é Ergonomia.** Disponível em: <http://www.abergo.org.br/internas.php?pg=o_que_e_ergonomia,>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **Artigos:** Meio Ambiente do Trabalho Saudável e Equilibrado: Proteção à Saúde do Trabalhador. 2013. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/95514/2013_alvarenga_rubia_meio_ambiente.pdf?sequence=1>. Acesso em: 27 ago. 2018.

COZON, Grégoire. **Fadiga Crônica.** São Paulo: Larousse do Brasil, 2006.

DUL, Jan; WEERDMEESTER, Bernard. **Ergonomia Prática**. 3ª ed - São Paulo; Blucher, 2012.

FREITAS, Marcelo Pinto de; MINETTE, Luciano José. **A importância da ergonomia dentro do ambiente de produção.**2014. Disponível em: <http://www.saepro.ufv.br/wp-content/uploads/2014.5.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

GAZZANIGA, Michael S; HEATHERTON, Todd F. **Ciência Psicológica:** mente, cérebro e comportamento. 2.imp. rev. - Porta Alegre: Artmed, 2005.

IIDA, Itiro. **Ergonomia:** projeto e produção. 2º edição ver. e ampl. - São Paulo: Blucher, 2005.

MÁSCULO, Francisco Soares et al. **Ergonomia:** trabalho adequado e eficiente. 1ª edição. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DOS DIREITOS SOCIAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

MACHADO, Zuleica[259],
SANTOS, Tiala[260]
RAITZ, Da Costa Evelyn [261].

RESUMO: No presente trabalho será citado sobre as leis asseguradas aos cidadãos cujas caracterizadas relevantes estão nos direitos fundamentais de garantia constituídos e apresentados nos aspectos dos direitos sociais especificados conforme a referência que normatiza a Constituição Brasileira de 1988 a qual salienta no artigo 6° o direito à educação, à moradia, e à saúde arts. (196-200).

Palavras-chave: Constituição, Estado, fundamentais, direitos sociais.

1 INTRODUÇÃO

Para aprimorar os conhecimentos e para complementar a prática dos conhecimentos adquiridos na disciplina de direito constitucional foi realizado uma pesquisa fundamentada em referencias bibliograficas com a intenção de aprofundar sobre os direitos fundamentais que transcorrem os direitos sociais.

Apresenta MENDES, BRANCO (2016), os direitos fundamentais são dependentes e para que aconteça a sua realização de provimentos estatais em conformidade de órgãos e processos importantes para sua efetividade. Destaca-se que possui variações de multiplicidade com relações ao direito à organização e procedimento: direito de prestação em sentido amplo e direito de prestação em sentido estrito.

Os direitos negativos são diferenciados como “direitos negativos implica direitos a prestação em sentido estrito (positivos) quanto direito de defesa (negativos)” (MENDES, BRANCO, 2016, p.655) e assim estas dimensões necessitam de recursos para a sua garantia. Os direitos sociais são uma dimensão de prestação (positiva) argumento principal oposto à sua judicialização.

Nota-se que os autores citam Direitos sociais na Constituição Federal de 1988 e Jurisprudência do STF**.** O surgimento dos direitos sociais iniciou quando a Constituição Federal de 1988 foi expressada catalogada em direitos cuja inauguração foi feita primeiramente em 1934.

[259] Acadêmica, Direito, 3° período Centro Universitário Campo Real.
[260] Acadêmica, Direito, 3° período Centro Universitário Campo Real.
[261] Orientadora Professora Dra.de Direito Constitucional (ministrante da disciplina de Direito Constitucional) do Centro Universitário Campo Real.

O mesmo autor cita que esta carta de 1934 trazia um título no qual especificava “Ordem Econômica e Social” arts. 115-47 destacando os direitos fundamentais que as relações de trabalho seguidas por outras “cartas seguintes - constituição de 1937. (Arts. 135-155), de 1946 (arts. 145-162) de a1967/69 (arts. 157-166) – e apenas rompidas pela Constituição de 1988” (MENDES, BRANCO, 2016, p.671)

Entende-se que MENDES, BRANCO (2016), os direitos fundamentais repercutem envolvendo os direitos sociais que contemplam direito à educação, direito à moradia e o direito e a saúde conforme relevância no artigo sexto.

2 DESENVOLVIMENTO

Nesta obra científica procurou-se pesquisar fundamentos metodológicos por meio da referência bibliográfica para melhorar e aprofundar os conhecimentos adquiridos sobre o direito constitucional e qual o papel e a função específicos dos direitos fundamentais e garantias conforme a Constituição Brasileira prevê referentes aos direitos sociais.

> Art. **6**°- São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional n. 26, de 14-2-2000.
> (BRASIL,2018)

Os direitos calcados na Constituição Federal de 1988 mostra direitos fundamentados autênticos normatizando a sua e definindo sua eficácia no que confere o direito social.

> a exemplo das demais normas de direitos fundamentais, as normas consagradas e direitos sociais possuem aplicabilidade direta e eficácia imediata, ainda que o alcance desta eficácia deve ser avaliada sempre no contexto de cada direito social e à luz de outros direitos e princípios. (MENDES, BRANCO, 2016, p.672)

Direito à educação

De acordo com MENDES, BRANCO (2016), o direito à educação é de suma importância para a conscientização dos valores tutelados pela constituição, e de mais importância para construção de valor mínimo de dignidade para os cidadãos.

No Brasil o desleixo por parte dos órgãos responsáveis públicos com a rede educacional extensa e de qualidade acabou que ocorreu a hostilidade de amplos setores da sociedade. Conforme art. 205 da Constituição Federal onde conceitua-se que "visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, se prepara para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (MENDES, BRANCO, 2016, p.675).

Por isso MENDES, BRANCO (2016), ressalta-se a importância de educação de qualidade, para que cada profissional dentro de sua área seja um expert no assunto, domine totalmente. Assim uma consolidação se faz necessário para direito a educação como um direito fundamental muito discutida pela constituição.

Conforme MENDES, BRANCO (2016), sendo assim a concretização desse direito social e a busca para superar a ineficácia educacional brasileira, dessa maneira se originou o mandado de obrigação o direito à educação como direito de todos e dever do Estado. Estabelecido pela constituição aos municípios cabe atuar preferencialmente na área educacional infantil (art.211, § 2º).

E o autor cita quanto ensino fundamental e médio compete a união organizar o sistema de ensino, financiar as instituições de ensino publico e federais exercer e garantir equalização, onde há muita interferência do judiciário na elaboração das politicas, como a necessidade de garantir os direitos fundamentais sociais.

Analisa MENDES, BRANCO (2016), a atuação do Ministério Publico é relevante não apenas por meio de instrumentos processuais como também pelas ações da curadoria da infância e juventude, sendo ele pode agir de forma mais direta e transparente com população mais carente.

Direito à moradia

Conforme MENDES, BRANCO (2016), esse integrar o rol dos direitos sociais do art.6º em 14 de fevereiro de 2000 por meio da Emenda Constitucional nº 26 a imprescindibilidade do direito a moradia é aclamada, na Declaração Universal dos direitos da pessoa humana (art.25) e no Pacto Internacional dos Direitos econômicos, sociais e culturais (art. 11).

Observa-se que MENDES, BRANCO (2016), elenca na constituição que "moradia" como direito social art.6º, mas também se inclui como "necessidades vitais básicas" (MENDES, BRANCO, 2016, p.682)

Ao direito de moradia e propriedade, esta em destaque o usucapião especial estabelecido no art.183 da CF, qual prevê a aquisição de domínio pelo possuidor de

área urbana de até 250 metros quadrados que a utilize para uma moradia ou de sua família.

De acordo com MENDES, BRANCO (2016) um possuidor que tiver posse, por cinco anos ininterruptos, sendo inferior a 50 hectares, em zona rural, tendo nela moradia e tornando-a improdutiva por seu trabalho e de na família, pelo art. 191 torna-se proprietário.

Compreende ainda o mesmo autor a constituição portuguesa de moradia "constituição de Portugal Art.65 Habitação e organismo. Todos tem direito, para si e para sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar" (MENDES, BRANCO, 2016, p.682)

Direito à saúde

Ressalta MENDES, BRANCO (2016), que o direito fundamental à saúde é consagrado conforme a constituição de 1988 sendo a primeira carta brasileira que realiza este fato. Outras constituições anteriores menções na qual a constituição de 1824 que fazia referência a uma garantia de socorro público art. 179, XXXI.

E também o autor cita no âmbito de proteção à saúde no artigo 196 da constrição federal definindo direitos há todas as pessoas, dever do Estado, garantias sócias econômicas, teriam que decrescer com o risco de doenças e de outros agravos orientado pelo principio de obtenção universal e igualitário, intermediada por ações e serviços para da saúde como proteger promover e recuperar.

Verifica-se MENDES, BRANCO (2016), com relação ao direito de todos está inscrito tanto direito individual com coletivo de proteger à saúde normatizada no art. 196 tratando-se de direito social. No que se faz referência é dever do Estado colocado claramente para além do direito fundamental de prestação à saúde por parte desde os Municípios, Estados União e distrito Federal.

O estado possui um dever de realizar politicas publicas fazendo a manutenção para redução doenças visar proteger, promover e recuperar à saúde art.196 expressa na contribuição constitucional art. 23, II.

Outro ponto das garantias mediadas por politicas sócio econômicas cujas necessidades de formar políticas públicas concretas ao direito à saúde. Assim como reduzir doenças e outros agravantes com ações de prevenção art.198, II da Constituição. A OMS correlaciona o bem estar da saúde com o saneamento básico

melhorar redes de esgotos diminuiria doenças. Está estabelecida na constituição o direito de acesso universal e igualitário na assistência à saúde sem preconceitos ou algum tipo de privilégio art. 7º, IV, da Lei n.8.080/90.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que neste trabalho as concepções sobre os direitos e garantias fundamentais apresentados dos direitos sociais específicos, os elencados no artigo 6º da Constituição Federal. Através do estudo da evolução dos direitos e de sua atribuição nas Constituições, percebe-se gradativamente a crescente conscientização da normatização dos direitos, e a possibilidade da sua aplicabilidade.

O Estado social de Direito tem como fundamento a finalidade de melhorar as condições de vida dos indivíduos reduzindo a hipossuficiência proporcionando a concretização e a promoção da igualdade social. As vistas da inserção das normas de direitos sociais na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 foi de mera importância nas garantias fundamentais dos direitos sociais. Por conseguinte, notou-se que dentre as garantias constitucionais no ordenamento jurídico pátrio, tratou-se da ênfase do Direito à educação, o Direito à saúde e o Direito à moradia são instrumentos jurídicos próprios para concretude desses direitos universais.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. ***Curso de Direito Constitucional***. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

A EXECUÇÃO PENAL VOLTADA PARA A COMUNIDADE LGBT

CILIVI, Gabriela de Almeida[262]
PORTELA, Diego Rodrigues [263]
ROSAS, Rudy Heitor[264]

RESUMO: O presente estudo buscou investigar, a partir dos padrões heteronormativos da sociedade, como é abordado juridicamente o tema da população LGBT presente nos presídios brasileiros, voltando a pesquisa à execução penal específica para estas pessoas. Tomou-se uma abordagem qualitativa nas pesquisas e análises bibliográficas de livros, artigos e legislação nacional para feitura deste trabalho. Observou-se que apesar da carência de dados informativos sobre o tema, há uma movimentação para a criação de leis e resoluções que nos aproximam da distante realidade ideal, no que se refere ao tratamento desses presos.

Palavras-chave: Execução penal. LGBT. Sistema Prisional.

1 INTRODUÇÃO

As nem tão recentes discussões sobre teorias de gênero no Brasil, e no mundo, trazem para o direito diversos desdobramentos, fazendo com que seja importante, e necessário, a realização de pesquisas ampliando o conhecimento sobre o tema, e aperfeiçoando os debates ao redor ideal principiológico da dignidade e do respeito à pessoa humana.

Todas as pessoas se manifestam de alguma forma quando o assunto é a comunidade LGB[265] baseando suas opiniões pessoais nos mais diversos fundamentos, retirados de ideais como: suas crenças religiosas, seus estudos, seu posicionamento político, ou apenas, sua ignorância, uma vez que não se tem uma legislação específica tratando da proteção necessária a este grupo.

O Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do mundo, o que faz das questões referente aos LGBTs presentes nesse sistema, conhecido por sua precariedade, serem pautas de embates jurídicos complicados, como é o caso do HC

[262] Acadêmico do curso de Direito, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[263] Acadêmica do curso de Direito, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[264] Professor de Execução Penal, Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.

[265] Diante das mais variadas siglas as quais são utilizadas nos mais diversos estudos direcionados ao grupo, como LGBTI com a inclusão dos intersexos, ou ainda LGBTQ, onde a letra "q" refere-se à *queer*, que significa "excêntrico", entre outras denominações, optou-se por usar a sigla LGBT, uma vez que é esta a empregada nas resoluções estudadas para o presente trabalho, afastando a discussão de qual seria a melhor ou mais correta denominação a ser utilizada.

152.491, onde o STF determinou a transferência de dois transexuais para um presídio correspondente com sua identidade de gênero (STF, HC 152.49, 2018).

Assim, o presente trabalho, busca entender as violências de gênero que ocorrem dentro dos presídios brasileiros, seus motivos, e formas de alterar essa realidade. Na pesquisa valeu-se da abordagem qualitativa, pesquisa documental e bibliográfica, através de: artigos, livros e legislação sobre o tema.

2 CÁRCERE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Sabe-se que o sistema prisional brasileiro evidencia uma quantidade enorme de direitos violados com base nos dados a respeito de superpopulação carcerária, falta de individualização da pena, além das tantas dificuldades de acesso à defesa, entre outros direitos estabelecidos na Lei de Execuções Penais.

O cárcere no Brasil possui regulamento com base em um código próprio de cada presídio, fazendo com que os presos sofram diariamente com violência físicas e psicológicas, em relação aos próprios presos ou ainda aos funcionários públicos que lidam diretamente com eles. Isso se dá pela decisão do Estado em enfrentar os crimes com força policial e encarceramento, sem se preocupar com o social e econômico que originam o problema.

Nesse sentido Wacquant (2001a, p. 7) versa:

> [...] a penalidade neoliberal é ainda mais sedutora e mais funesta quando aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século.

Em relação à comunidade LGBT, segundo dados fornecidos pela Anistia Internacional em seu informe 2017/18 dos direitos humanos no mundo, o Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018) . Se essa realidade se mostra cruel fora do encarceramento, o que se vê dentro é ainda mais assustador.

É bastante evidente o padrão heteronormativo[266] em que vivemos na sociedade, e isso se reflete para dentro das penitenciárias. Uma vez dentro de uma

[266] A expressão “heteronormatividade” é usada ao demonstrar o cenário onde são marginalizadas as orientações sexuais que diferem da heterossexual. Sendo considerado anormal aquilo que foge dos “padrões” biológicos levados em consideração pela sociedade.

penitenciária masculina para iniciar o cumprimento de pena, por exemplo, independente de sua orientação sexual e sua identidade de gênero, o preso/presa perderá seu tratamento por hormônios, terá seu cabelo raspado, suas unhas cortadas, vestimentas masculinas e ainda será colocado na convivência dos outros detentos, o que evidencia claramente uma afronta escandalosa às garantias e aos princípios primordiais de nossa Constituição.

Fica claro que a comunidade LGBT sofre ainda mais no cárcere, dado que ordem sexual sempre privilegia o masculino, como natural na sociedade, o que faz com que o feminino apenas aceite aquilo que lhe é imposto. Assim em um ambiente onde o masculino tende a dominar o próprio masculino pela influência e medo, o homossexual se apresenta como uma vítima ainda mais indefesa, não apenas por ser minoria, mas também pelos estigmas aplicados a ele pela sociedade e Estado.

3 A LEGISLAÇÃO VOLTADA PARA A EXECUÇÃO PENAL DO LGBT

O princípio norte da nossa Constituição Federal é o da dignidade da pessoa humana (BRASIL, 1988, artigo 1º, III) direcionada e garantida a todo cidadão. A nossa Carta Magna, ainda estabelece e garante à toda pessoa que for presa, proteção a sua integridade física e moral (BRASIL, 1988, artigo 5º, LXIX).

Apesar das iniciativas do poder público, não há lei específica que condene a homofobia em nosso país, e ainda, carece de lei que concedam direitos a população LGBT. Isso significa que nas ruas do Brasil, a situação para este grupo já se demonstra complicada, e o problema agrava-se quando tratamos do que ocorre atrás das grades.

. Menciona-se o artigo 5º da LEP que visa a individualização da pena, levando em consideração a personalidade do preso (BRASIL, 1984), porém há de se destacar que tal princípio não deve ocorrer apenas no processo de conhecimento, devendo ter função na fase executória (GOULART, 1970, p.12).

Tendo tais princípios como norte, em atitudes inovadoras, têm-se aberto espaço para a discussão a respeito da comunidade LGBT no cárcere, é exemplo a Resolução Conjunta nº 01 de 2014 do Conselho Nacional de Discriminação, que estabeleceu parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil.

Destaca-se o art. 3 da referida resolução que determina que: “Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência

específicos"; e em seu artigo 4° que: "As pessoas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas".

Assim, alguns presídios brasileiros, embora poucos, já adotam as alas ou galerias específicas para a comunidade LGBT, sendo tal atitude considerada uma boa prática institucional, uma vez que torna o ambiente mais seguro para essas pessoas.

Sabe-se que essas atitudes talvez não sejam as ideais, mas é importante destacar a atenção que vem sendo dada ao assunto, uma vez que a produção de debates sobre o referido tema trará aos poucos, soluções em busca de um ideal, que ofereça segurança e respeito a comunidade LGBT.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta claro que a carência de dados a respeito da população LGBT em cumprimento de pena privativa de liberdade no Brasil, é um desafio para as tentativas de melhor atender as necessidades do grupo.

Todo exposto, é apenas parte superficial de um assunto com consequências sociais de grandes proporções, e que vem recebendo pouca atenção, o que demonstra a necessidade de um estudo mais aprimorado e direcionado, em busca de informações que possam ajudar a unificar a resposta da seguinte pergunta: "Qual a melhor maneira de tratar o LGBTI preso respeitando as particularidades de cada um?".

Vê-se em nosso país uma crescente atenção relacionada ao tema que parte de diversos lados, e em consequência disso, a criação de resoluções que buscam um melhor atendimento do público específico nas penitenciárias, dada a falta de legislação específica.

Dessa forma, defende-se a ideia que a identidade de gênero há de ser considerada na busca da efetiva individualização da pena, pois há diversas maneiras de ser viver a sexualidade, dispondo ou não de gênero, muito além dos padrões impostos pela sociedade.

É certo que as transformações necessárias não ocorrerão da noite para o dia, porém se demonstra a fundamental importância do tema, e da atuação referente a ele, não apenas no que diz respeito a legislação, mas também a partir de políticas públicas.

5 REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2017/18**: os direitos humanos no mundo. 2018. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

BRASIL**. Constituição** (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 09 set. 2018.

_____. **Lei n. 7.210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm> Acesso em: 09 set. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Resolução Conjunta nº 1 de 15 de abril de 2014**. Disponível em < http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-conjunta-01-2014-cncd-lgbt-e-cnpcp>. Acesso em: 09 set. 2018.

GOULART, Henny. **A individualização da pena no direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970.

STF. **HC 704292**. Relator(a): Min. LUIS ROBERTO BARROSO, julgado em 14/02/2018, publicado em DJe-130 DIVULG 19/02/2018 PUBLIC 20/02/2018.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Revan, 2001a. (Coleção Pensamento Criminológico).

HISTOPLASMOSE: REVISÃO DE LITERATURA

PEREIRA, Cristiani Rocha [267]
FERREIRA, Jean Antonio[268]
CAMARGO, Robson Bueno[3]
PEREZ, Renata Severo[4]

RESUMO: A histoplasmose é uma afecção que, em sua maioria, possui caráter sistêmico. A doença pode ser causada por diversas variedades do fungo *Histoplasma capsulatum* e acomete principalmente animais domésticos, como cães e gatos. O objetivo deste trabalho é apresentar uma revisão de dados bibliográficos a respeito das principais características da doença, como etiologia, sinais clínicos, diagnóstico e tratamento.

Palavras-chave: Histoplasmose. Fungo. Animais. Zoonose.

1 INTRODUÇÃO

Caracterizada como uma micose primária e de caráter pulmonar, a histoplasmose é uma doença causada pelo fungo *Histoplasma capsulatum* e adquirida pela inalação de seus esporos (FERREIRA, MORAES, 2015).

O *Histoplasma capsulatum* é responsável pela doença tanto em humanos quanto em animais domésticos, tendo sua ocorrência raramente encontrada em animais pecuários. Em humanos, a histoplasmose assemelha-se a tuberculose devido a disseminação do fungo em região pulmonar, além de disseminar-se para outras partes do corpo humano (CRUZ, 2010).

Quanto a infecção em animais, a histoplasmose é rara em animais pecuários, mesmo havendo registros de infecções em equinos, bovinos e suínos (RADOSTITS *et al.,* 2012). Em animais domésticos, como os felinos e caninos, a histoplasmose caracteriza-se principalmente como uma infecção micótica sistêmica e em sua maioria subclínica, podendo apresentar-se na forma pulmonar ou gastrintestinal (CRUZ, 2010).

O presente trabalho se propôs a realizar uma revisão bibliográfica a respeito da histoplasmose, com pontos como agente etiológico, epidemiologia, transmissão, diagnóstico e profilaxias relacionadas a esta patogenia, bem como tratamento e outras informações relevantes.

[267] Estudante de Medicina Veterinária, 7º período, Faculdade Campo Real.
[268] Estudante de Medicina Veterinária, 6º período, Faculdade Campo Real.
[3] Estudante de Medicina Veterinária, 6º período, Faculdade Campo Real.
[4] Docente Msc de Medicina Veterinária, Faculdade Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

Como causador da histoplasmose, o agente etiológico *Histoplasma capsulatum* é um fungo dimórfico altamente dependente de temperatura. Esta característica torna-se essencial para a identificação do gênero de *Histoplasma*, uma vez que o seu dimorfismo de forma micelial para leveduriforme é regulada principalmente pela temperatura, onde, na menor temperatura (25ºC), o fungo cresce de forma filamentosa e multinuclear, sendo esta a sua forma micelial encontrada no meio ambiente. Após a entrada no organismo animal, o fungo é incubado a 37ºC e converte-se de sua forma micelial a leveduriforme (CRUZ, 2010).

A histoplasmose pode ser causada por até duas variedades de *H. capsulatum*, sendo estas *H. capsulatum*: var. *capsulatum* e var. *duboisii*. Entretanto, a variedade *duboisii* é encontrada geralmente em regiões tropicais da África, sendo o seu reservatório natural desconhecido (FERREIRA, ÁVILA, 2011). Deste modo, a infecção por *H. capsulatum* var. *capsulatum* torna-se mais relevante, uma vez que esta possui distribuição mundial, havendo regiões endêmicas como África, Austrália, América Latina, EUA, Índia, Malásia e Brasil (FERREIRA, MORAES, 2015).

Estes dados tornam-se importantes uma vez que o fungo *Histoplasma capsulatum* é tido como um dos mais importantes patógenos oportunistas do homem, portanto considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma zoonose (SILVEIRA et al., 2016). Em humanos, a mesma passa a ser conhecida como Doença de Darling (SILVEIRA et al., 2016).

Entre as espécies suscetíveis a infecção micótica em questão, os felinos e os caninos encontram-se como os principais acometidos. De forma geral, costuma acometer animais com idade inferior a 4 anos e que possuam acesso frequente a ambientes externos (CRUZ, 2010).

Na natureza, o fungo costuma ser encontrado em solos contaminados por fezes acumuladas de aves e morcegos, sendo frequentemente detectado ao redor de galinheiros, poleiros ou em cavernas onde haja presença de morcegos, visto que estes últimos são naturalmente infectados pelo *Histoplasma capsulatum* (FERREIRA, ÁVILA, 2011). Outras fontes de risco para a proliferação do fungo incluem, além do solo, minas, poços, ocos de árvores, construções antigas, forros e porões (FERREIRA, MORAES, 2015). Cruz (2010) descreve também estes locais como sendo favoráveis para o

desenvolvimento deste e outros fungos pois a presença de substâncias nitrogenadas na urina dos animais infectados modifica o pH do solo, retém umidade e inibe o crescimento de bactérias competidoras, tornando o ambiente propício a sua proliferação. Quanto aos demais locais, estes localizam-se em geral protegidos do sol e apresentam pouca variação de temperatura, fornecendo assim um nicho ideal para a *Histoplasma capsulatum* (CRUZ, 2010).

Em relação a sua porta de entrada, a inalação de formas infectantes do fungo demonstra-se como sendo a principal via, visto que a severidade da doença está geralmente associada a quantidade de microconídios inalados (FERREIRA, ÁVILA, 2011).

Após a inalação de esporos de *H. capsulatum*, o fungo atinge a sistema respiratório inferior, instalando-se nos alvéolos pulmonares e realizando sua incubação (ROSSINI, GOULART, 2006). Após um período de 12 a 16 dias, este adquire a forma de leveduras, que são fagocitadas e multiplicam-se no interior do macrófago, rompendo-o e liberando um maior número de leveduras nos tecidos (CRUZ, 2010). Esta infecção é reconhecida e controlada por células T auxiliares, que através da liberação de interferon-gama ativam os macrófagos para a eliminação das leveduras intracelulares (ROSSINI, GOULART, 2006).

Em casos de resposta imune adequada, o processo realizado é uma intensa reação granulomatosa seguida de cicatrização, fibrose e calcificação (ROSSINI, GOULART, 2006). Caso contrário, com a infecção, os linfonodos regionais também são afetados, acarretando na disseminação do fungo também pela via hematogênica (CRUZ, 2010). E, como a maioria das doenças, a histoplasmose é articulada de acordo com a quantidade de esporos inalados, assim como por fatores como imunidade, nutrição e idade do hospedeiro (FERREIRA, MORAES, 2015).

As principais formas em que a histoplasmose animal apresenta-se incluem a histoplasmose pulmonar e a gastrintestinal (CRUZ, 2010). Entre estas duas formas, a pulmonar pode apresentar-se como pneumonia granulomatosa fulminante, causando sinais como dispneia, tosse, sons pulmonares anormais, febre, anorexia, perda de peso e nódulos calcificados no parênquima pulmonar. Já a sua forma gastrintestinal, o animal pode apresentar hepatopatias como a hepatomegalia, diarreia com muco, tenesmo e outros sinais como perda de peso, icterícia e ascite (CRUZ, 2010). Entretanto, de acordo com Ferreira et al. (2007), a maioria dos casos apresenta apenas infecção subclínica.

O diagnóstico da histoplasmose geralmente é feito através do isolamento e identificação de *H. capsulatum*, onde a presença do fungo em esfregaços corados pelos métodos de Wright ou Giemsa são visualizados (FERREIRA, ÁVILA, 2011). Para esta cultura, secreções do trato respiratório são as formas biológicas mais utilizadas no diagnóstico, e em casos de infecção disseminada, também podem ser analisados aspirados de medula óssea, esfregaços sanguíneos periféricos, urina e raspados de mucosa (FERREIRA, ÁVILA, 2011). Já a nível bioquímico, as alterações vistas incluem azotemia, hipoproteinemia, hiperbilirrubinemia e hiperglobulinemia (CARNEIRO et al. 2005).

Além destes, exames como pesquisa de anticorpos, pesquisa de antígenos e intradermorreação com histoplasmina podem ser utilizados para o diagnóstico da doença (FERREIRA, MORAES, 2015). Ademais ao diagnóstico laboratorial, o diagnóstico sorológico pode ser empregue, utilizando técnicas como Reação de Fixação do Complemento (RFC), Radioimunoensaio (RIA), Imunodifusão Dupla (ID) e, por fim, a utilização do método de ELISA (VELOSO, 2015).

Quanto a questões de profilaxia, para evitar a infecção pelo fungo, medidas como higiene são essências. A principal medida preventiva inclui proteger-se de inalações de aerossóis que contenham excretas de animais infectados, além de medidas como o uso de desinfetantes em superfícies (CRUZ, 2010).

Em animais diagnosticados, o tratamento da doença é diferenciado de acordo com a histoplasmose adquirida, sendo a histoplasmose pulmonar tratada com cetoconazol ou itraconazol e, em casos mais graves, a associação destes medicamentos com a anfotericina B (CRUZ, 2010). Acerca do prognóstico, cães com histoplamose pulmonar variam de razoável a bom e em demais casos, assim como nos gatos, o prognóstico é de reservado a grave (FERREIRA et al. 2007).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação clínica da infecção por *Histoplasma capsulatum* depende do estado imunológico do hospedeiro, do número de partículas fúngicas inaladas e da virulência deste fungo.

Sabendo que o *Histoplasma capsulatum* possui distribuição mundial, deve-se evitar a exposição desnecessária a locais contaminados, zelando pela qualidade de vida animal como um todo, realizando como tal, a limpeza regular dos locais com potencial

para se tornar uma fonte de infecção.

4 REFERÊNCIAS

CARNEIRO, R. A.; LAVALLE, G. E.; ARAÚJO, R. B. **Histoplasmose Cutânea em Gato: Relato de Caso**. Arq. Bras. Med. Vet. Zootec., v.57, supl. 2, p.158-161, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abmvz/v57s2/28317.pdf> Acesso em: 27 mai. 2018.

CRUZ, L. C. H. **Micologia Veterinária.** 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.

FERREIRA, A. W.; ÁVILA, S. L. M. **Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Autoimunes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011

FERREIRA, R. R.; MACHADO, M. L. S.; SPANAMBERG, A.; BIANCHI, S. P.; AGUIAR, J.; HUMMEL, J.; FERREIRO, L. **Infecções Fúngicas do Trato Respiratório de Cães e Gatos**. Acta Scientiae Veterinarie. 35 (Supl 2): s285-s288, 2007. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13304/000628652.pdf> Acesso em: 26 mai. 2018.

FERREIRA, A. W.; MORAES, S. L. **Diagnóstico Laboratorial das Principais Doenças Infecciosas e Autoimunes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

RADOSTITS, O. M.; GAY, C. C.; BLOOD, D. C.; HINCHCLIFF, K. W. **Clínica Veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos**. RJ, Editora Guanabara Koogan, 2016.

ROSSINI, T. F.; GOULART, L. S. **Histoplasmose Clássica: Revisão**. RBAC, vol. 38(4): 275-279, 2006. Disponível em: <https://lume-re-demonstracao.ufrgs.br/atlasmicologia/files/Link_Caso_16.pdf> Acesso em 27. Mai. 2018.

SILVEIRA, E.; MOTTIN, I. B.; EHLERS, A.; MARQUES, S. M. T. **Histoplasmose felina disseminada: relato de um caso. Pubvet,** v.10, n.3, p.207-211. Mar. 2016. Disponível em: <http://www.pubvet.com.br/artigo/2699/p-styletext-align-justifystronghistoplasmose-felina-disseminada-relato-de-um-casostrongp> Acesso em: 27 mai. 2018.

VELOSO, S. S. ***Histoplasma Capsulatum*** **em Pulmões de Morcegos no Estado de Mato Grosso**. UFRGS, 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/131246/000981018.pdf?sequence=1> Acesso em: 26 mai. 2018.

A EDUCAÇÃO EM UM VIÉS DA ESCOLA REGULAR E DA ESCOLA DE REABILITAÇÃO A APADEV (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES VISUAIS)

PROTCZ, Emanuele[269]
BUENO, Indiamara, Aparecida[270]
ANTONIO, Selso[271]
HINO, Lucilene, Zavadzki[272]

RESUMO: A pessoa deficiente visual desenvolve habilidades em outras partes, motoras e cognitivas. O referido trabalho teve por objetivo ressaltar a importância da escola regular e da escola de reabilitação trabalharem juntas para atingir em totalidade o aluno deficiente visual. A realização do trabalho foi com uma aluna da Apadev (Associação de pais e amigos dos deficientes visuais). Aonde pode-se perceber que a aluna apresenta um bom desenvolvimento escolar, por influência da intermediação da escola regular com a escola de reabilitação em que ambas trabalham juntas. Também pode ser trabalhado em um referencial bibliográfico para mais aprofundamento do assunto.

Palavras-chave: Educação. Deficiência. Habilidades. Limitações.

1 INTRODUÇÃO

A pessoa deficiente visual desenvolve diversas habilidades em outras áreas, na qual por ela ter um déficit em uma parte motora cria-se mecanismos que se desenvolvem mais aguçados em outras partes, porém é necessário ser estimulado para um melhor desenvolvimento.

O referido trabalho pauta-se em expor a importância das duas redes a escola regular e a escola de reabilitação andarem juntas para atingir em totalidade o aluno deficiente visual, pois desta forma se torna mais fácil a estimulação dos outros sentidos que não seja a visão. Segundo Nunes e Lomônaco (2008), a cegueira é uma deficiência visual caracterizada pela impossibilidade de apreensão de informações do mundo pela

[269] Emanuele Protcz; cursando10º período de Psicologia; Centro Universitário Campo Real; Guarapuava-PR, cursando Pós-Graduação de Neuropsicopedagogia e Múltiplas Deficiências pela Faculdade Dom Bosco de Maringá-PR.
[270] Indiamara Aparecida Bueno cursando10º período de Psicologia; Centro Universitário Campo Real Guarapuava-PR.
[271] Selso Antonio cursando10º período de Psicologia; Centro Universitário Campo Real, Guarapuava-PR
[272] Lucilene Zavadzki Hino, formada em psicologia, especialista em Intervenções Clinicas e Saúde Mental, possui curso de formação em psicanálise clínica, diagnostico, e tratamento, realiza o processo de avaliações institucionais, bem como avaliação pré-cirurgica. Início do doutorado em psicologia e orientação de estágios no Centro Universitário Campo Real. Trabalha a 7 anos com atendimentos psicológicos, realiza projetos como voluntária na área de oncologia, atendendo pacientes e familiares.

visão. Existem dois tipos de deficiência visual: cegueira e baixa visão. As duas formas mais comuns de avaliação da capacidade visual são pela acuidade (discriminação de formas) e pelo campo visual (capacidade de percepção da amplitude dos estímulos).

Na escola o processo educacional tem o intuito de desenvolver os direitos de todos os alunos inclusos, proporcionando uma mente ativa, questionadora e aberta, na busca de compreender os dinamismos intrínsecos ao conteúdo da forma como se apresentam. Abrindo portas que considerem prioridades e hierarquizem valores na construção de um agir ecologicamente equilibrado e alinhado com sua dimensão de ser humano (BRANDÃO; ALLESSANDRINI; LIMA 1998. p.21).

Percebe-se a grande importância de incentivos pedagógicos para estimular os alunos a se interessarem, sendo necessário novas formas de fazer com que o aluno goste de estudar, um dos meios é adaptar novos materiais conforme a necessidade, pois assim torna-se acessível e interessante o estudo.

O referido trabalho pautou-se na prática sendo trabalhado com uma aluna deficiente visual da Apadev, aonde também pode ser trabalhado em um referencial bibliográfico para melhor aprofundamento do assunto.

2 DESENVOLVIMENTO

A pessoa pode nascer cega ou adquirir ao longo da vida por uma patologia, aonde existem diversos fatores a ser considerado, a seguir será exposto como é definida a cegueira para o autor.

Segundo Nunes e Lomônaco (2008), cego é o indivíduo com acuidade menor que 0,1 ou campo visual com menos de 20 graus. Já a baixa visão é definida por uma acuidade de 6/60 e 18/60 e/ou um campo visual entre 20 e 50 graus. A capacidade visual é avaliada por essas medidas com todas as correções ópticas possíveis (óculos, lentes etc.). A perda da visão antes dos cinco anos de idade é chamada cegueira congênita. Já os cegos que perdem a visão a partir dessa idade são considerados cegos adventícios.

A criança cega busca seus meios para poder realizar as atividades na casa na escola no círculo de amizade. Ter relações sociais saudáveis, o apoio dos amigos, familiares é muito importante para a criança enfrentar as dificuldades de conviver com uma deficiência.

> O desenvolvimento infantil por meio das relações estabelecidas entre a criança e seu ambiente, privilegiando a pessoa em sua totalidade, nas suas expressões singulares e na relação com os outros, desenvolveu sua teoria buscando compreender os objetivos da criança e os meios que ela utiliza para realiza-los (MONTOYA et al, 2004 p.47).

Todo desenvolvimento mental da crianças só se estabelece tendo em conta o meio cultural e social em que está inserido, trocas relacionais são fundamentais para o desenvolvimento infantil.

Se o aluno gosta de estudar a obtenção do conhecimento gera satisfação, e cada vez mais vai querer adquirir novos conhecimentos e assim sempre estará em busca de aprender mais. Desta maneira cabe a escola estar ciente da importância de incentivar os alunos aos estudos, porem também depende do aluno interagir, tirar as dúvidas, mostrar interesse pelo aprendizado.

Segundo Canazza (2007), no momento em que se discute a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, faz-se necessário desenvolver trabalhos de pesquisa que se dediquem a analisar as implicações da formação continuada de professores.

É de estrema importância que o professor saiba trabalhar corretamente com o aluno que apresenta deficiência, que entenda sua limitação porem não superproteja, pois dependendo da deficiência não o torna incapaz ou menos inteligente, sendo necessário que o professor não o trate diferente, pois o aluno não se sentirá bem se for superprotegido passará a sensação de incompetência.

Pereira (2012) menciona que Wallon, analisando as origens do conhecimento na criança, apresenta duas particularidades do pensamento infantil: a ausência do pensamento reflexivo, que configura a capacidade de pensar o próprio pensamento, e a ausência de tomada de posição, que configura a capacidade de assumir um ponto de vista.

Ainda Pereira (2012) enfatiza algumas contribuições de Piaget para os estudos da linguagem na criança, poderíamos iniciar afirmando que, para este autor, o pensamento representativo (rudimentar) tem início com a capacidade de evocar objetos e eventos ausentes. Esta nova aquisição (representativa) promove transformações que ampliam os conhecimentos advindos da inteligência prática e permite a elaboração de operações mentais complexas que os atos, por sua limitação temporal, não alcançam.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto com a realização do referido trabalho pode-se perceber a importância da escola regular e a de reabilitação trabalharem juntamente, para atingir em totalidade o aluno que apresenta alguma deficiência. Com a aluna atendida na Apadev pode-se perceber que existe este trabalho de intermediação entre as duas escolas, em que a escola regular manda trabalhos, atividades e provas para serem adaptados na Apadev, esse processo tem trazido resultados positivos para a aprendizagem da aluna.

A elaboração do trabalho agregou conhecimentos pois pode ser realizado um referencial bibliográfico do assunto, assim como pode ser colocado em prática, em que as duas formas de levantamentos de dados levaram a conteúdos significantes, destacando a importância de atingir em totalidade o aluno, intermediando relações desta maneira proporcionado uma melhor maneira no processo de ensino do aluno, para que seus direitos sejam reservados.

4 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ALLESSANDRINI Cristina Dias; LIMA Edvaldo Pereira. **Criatividade e Novas Metodologias.** São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 1998 v. 4 21 p.

CANAZZA, Maria Júlia. **Atuação de professores do ensino itinerante face à inclusão de crianças com baixa visão na educação infantil.** Paidéia Ribeirão Preto 2007 v.17 n.36. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/paideia/v17n36/v17n36a11.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2018.

MONTOYA, Adrián Oscar Dongo. et al. **Introdução à Psicologia da Educação.** São Paulo: Editora Avercamp, 2004. 47 p.

NUNES, Sylvia da Silveira; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **Desenvolvimento de conceitos em cegos congênitos: caminhos de aquisição do conhecimento.** Campinas: Editora Psicol. Esc. Educ. 2008 vol.12 no.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 mar. 2018.

PEREIRA, Caciana Linhares. **Piaget, Vygotsky e Wallon: contribuições para os estudos da linguagem.** Maringá: Editora Psicol. Estud. 2012 vol.17 no.2. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000200011>. Acesso em: 25 mar. 2018

COMPARAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE TOTAL DE POLIFENÓIS EM ERVA-MATE PARA CHIMARRÃO E FOLHAS ULTRA REFINADAS

CORDIAKA, Hellen Oxane [273]
GRZYBOWSKI, Adelia [274]

RESUMO: A *Ilex paraguariensis* (erva-mate) apresenta grande quantidade de polifenóis, compostos bioativos antioxidantes. Consumida em larga escala, este trabalho é importante para o conhecimento de fatores que alteram a quantidade de polifenóis no produto final. Para isso os polifenóis totais foram determinados através da análise espectrofotométrica de amostras comerciais de erva mate para chimarrão e de folhas ultra refinadas, obtidas em Laranjeiras do Sul – PR. Foi possível observar que não houve diferença estatística entre o teor nos diferentes produtos comerciais. Portanto, sugerem-se estudos sobre o modo de consumo para determinar se os produtos possuem a mesma capacidade antioxidante.

Palavras-chave: *Ilex paraguariensis*. Compostos fenólicos. Antioxidantes

1 INTRODUÇÃO

Originária da região subtropical da América do Sul, a erva-mate como é popularmente conhecida a *Ilex paraguariensis*, é consumida rotineiramente na forma de chimarrão, tereré, mate solúvel e chá mate. A erva-mate foi utilizada primordialmente pelos povos nativos como uma bebida estimulante e conta com potencial para outras aplicações como medicamentos, produtos de higiene e cosméticos (FAGUNDES, et al. 2015).

De acordo com alguns estudos sobre as propriedades químicas dessa planta, ela apresenta uma grande quantidade de polifenóis, bioativos com alto poder antioxidante sob os radicais livres (ALIKARIDIS, 1987; MATSUMOTO, 2008). Estes são liberados muitas vezes pelo próprio metabolismo do organismo, são moléculas muito instáveis e reativas, além de uma intensa capacidade de reagir com outras moléculas provocando a oxidação, consequentemente causando envelhecimento e morte celular até patologias mais severas como doenças crônicas e degenerativas (VASCONCELOS, et al. 2014). Portanto, este trabalho tem o intuito de conhecer os fatores que alteram a quantidade total de polifenóis na erva-mate, como o processamento e forma de estocagem de produtos comerciais.

2 DESENVOLVIMENTO

[273] Biomedicina, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[274] Docente orientadora, Doutora em Ciências Farmacêuticas

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

2.1.1 Seleção de amostras

As amostras de *Ilex paraguariensis* foram cedidas pela empresa Erva Mate Laranjeiras, de Laranjeiras do Sul - PR, e então separadas de acordo com diferentes formas de processamento e embalagem: Erva mate para chimarrão, embalagem aluminizada a vácuo (lote A: 046; lote B 050, Fab. Julho/2018); Folhas ultra refinadas (Kogoi®), dispostas em embalagem aluminizadas a vácuo (lote A: 015, Fab. Maio/2018; lote B: 004, Fab. Setembro/2017). Duas amostras distintas não comerciais de folhas ultra refinadas, dispostas em embalagem plástica (lote A: Fab. Maio/2018; lote B: Fab. Julho/2018).

2.1.2 Obtenção dos extratos aquosos

A metodologia empregada foi descrita por Burgard, onde os extratos aquosos foram preparados em quintuplicata utilizando amostras processadas de duas formas: erva mate para chimarrão e folhas ultra refinadas. Foi utilizado 1g de cada amostra e 10 mL de água destilada na proporção 1:10 mantendo a ebulição a 85°C durante trinta minutos, em seguida os extratos foram filtrados em papel de filtro. A seguir, acondicionados em vidro e envolvidos com papel alumínio, armazenados a 4ºC até o momento das análises.

2.1.3 Determinação de polifenóis totais

A determinação de polifenóis foi realizada em triplicata de acordo com o método descrito por Wettasinghe & Shahidi utilizando o reagente Folin-Ciocalteau, através de espectrofotometria à 765 nm. A curva padrão foi realizada utilizando ácido gálico em concentrações que variaram de 50 a 500 mg/L, obtendo-se R^2=0,9834 e equação da reta de y=0,0013x-0,0508.

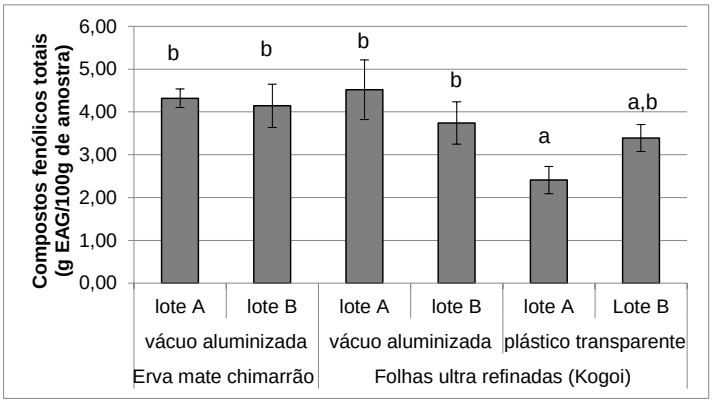
2.1.4 Quantificação de dados e análise estatística

Os valores obtidos através da quantificação de polifenóis totais em diferentes formas de apresentação de erva-mate foram expressos em g EAG (Equivalente de Ácido Gálico)/100g de amostra. Os dados foram apresentados na forma de média ± desvio padrão das replicatas. Foi realizada a análise estatística ($p < 0,05$) através do teste de tukey (One-Way Anova), onde as letras representam diferença estatística. As análises foram feitas nos softwares Microsoft Office Excel 2010 e Statistica 10.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os resultados expressos no gráfico 1 a seguir, obteve-se um valor de 4,32 e 4,14g EAG/100g para as amostras erva mate para chimarrão dispostas em embalagem a vácuo aluminizada, lote A e B respectivamente. Para as folhas ultra refinadas obteve-se um valor de 4,52 g e 3,74 g EAG/100g nas amostras do lote A e B, respectivamente dispostas em embalagem aluminizada. E para as amostras dispostas em plástico transparente obteve-se um valor de 2,41 g e 3,39 g EAG/100g de amostra lote A e B, respectivamente.

Gráfico 1: Resultados das análises de quantificação de compostos fenólicos em diferentes formas de apresentação de *Ilex paraguasiensis.*



NOTA: Valores expressos em g EAG/100 g amostra, com média ± desvio padrão. As letras representam a diferença estatística determinada pelo teste de Tukey (α=0,05).

Das amostras de erva mate para chimarrão esperava-se obter uma quantidade maior de compostos fenólicos, além de tudo eram de dois lotes distintos, porém fabricados no mesmo mês (Julho/2018). Os resultados obtidos apresentaram-se como

o esperado, semelhantes estatisticamente. Porém os valores quantificados encontram-se um pouco abaixo dos já descritos na literatura, como no estudo realizado por Donaduzzi et al. 2003, que descreveram valores que variaram de 7,91 g e 9,59 g EAG/100g de amostra. Contudo o estudo de Frizon, C. N. T. et al 2015, demonstrou valores entre 3,7 e 13,31 g EAG/100g de amostra, dentro do obtido neste trabalho. Segundo Santos et al. 2015, a erva mate quando moída grossa apresenta um teor mais elevado de polifenóis totais devido a presença de pedúnculos o que pode justificar os baixos teores fenólicos obtidos no presente estudo, visto que a erva mate utilizada é mais fina apresentando poucos talos visíveis em sua composição.

Já nas amostras do tipo Kogoi esperava-se obter um teor fenólico diferente ao de erva mate para chimarrão, visto que sua fabricação é realizada somente com folhas ultra refinadas, em um processo muito mais minucioso. Nas amostras de folhas ultra refinadas A e B dispostas em embalagem aluminizada a vácuo o teor de polifenóis foi semelhante estatisticamente ao de erva mate para chimarrão, entretanto, nas amostras acondicionadas em embalagem plástica, os valores mostraram-se inferiores quando comparadas aquelas armazenadas em embalagem aluminizada a vácuo. Outro fator que deve ser levado em consideração é a comparação entre a data de fabricação entre essas amostras, visto que uma delas acondicionada em embalagem plástica foi fabricada em Maio/2018, apresentou valor inferior em contraste às amostras armazenadas em embalagem aluminizada a vácuo, mesmo a com a data de fabricação mais antiga (Setembro/2017), demonstrando assim que a luminosidade e presença de oxigênio alteram a composição de polifenóis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo conclui-se que a forma de processamento das amostras (chimarrão ou folhas ultra refinadas) não altera o teor de polifenóis, porém a forma de armazenamento sim, uma vez que amostras armazenadas em embalagem aluminizada a vácuo apresentaram um teor de polifenóis superior ao encontrado em amostras dispostas em embalagem plástica. Dessa maneira pressupõe-se que a forma de acondicionamento do produto final pode alterar o seu teor fenólico. Sugere-se mais estudos complementares a fim de analisar mais precisamente se o modo de consumo dos produtos de erva-mate altera a capacidade antioxidante.

4 REFERÊNCIAS

ALIKARIDIS, F. **Natural constituents of *Ilex* species.** Journal of Ethnopharmacology, vol. 20, p. 121-144, 30 mar. 1987.

BURGARDT AC. **Desenvolvimento de uma bebida, utilizando extrato de erva-mate verde (*Ilex paraguariensis*)**. Paraná. Universidade Federal do Paraná, 2000.

DONADUZZI, Carmen Maria et al. **Variação nos teores de polifenóis totais e taninos em dezesseis progênies de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hill.) cultivadas em três municípios do Paraná.** Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, Toledo v. 7, n. 2, p. 129-133. Mai./Ago. 2003.

FAGUNDES, A. et al. ***Ilex Paraguariensis*: Compostos Bioativos E Propriedades Nutricionais na Saúde**. Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento. São Paulo. v.9. n.53. p. 213-222. Set./Out. 2015.

FRIZON, C. N.T., Et al. **Determination of total phenolic compounds in yerba mate (*Ilex paraguariensis*) combining near infrared spectroscopy (NIR) and multivariate analysis.** LWT-Food Science and Technology p.795-801, 11 out. 2014.

MATSUMOTO, Ruth Lobato Teixeira. **Atividade antioxidante do chá mate (*Ilex paraguariensis*)**. São Paulo, 2008.

SANTOS, C. O. SILVEIR, M. L. R. SANTOS, R. O Et. Al. **Compostos fenólicos totais e capacidade antioxidante de diferentes tipos de erva-mate para chimarrão**. 5° Simpósio de Segurança Alimentar, Bento Gonçalves. 2015

VASCONCELOS, T. et al. **Radicais Livres e Antioxidantes: Proteção ou Perigo?** Journal of Health Sciences, p. 213-219, 20 jun. 2014.

WETTASINGHE, M., SHAHID, F. Evening Primrose Meal: A Source of Natural Antioxidants and Scavenger of Hydrogen Peroxide and Oxygen-Derived Free Radicals. Journal of Agricultural and Food Chemistry, p, 1801-1812, 22 abr. 1999.

ILUMINISMO E A ÁREA JURÍDICA PENAL

BARBOSA, Jackson William Farias[275]

OLIVEIRA, Robert Capote de [276]

BUGAI, Fernanda de Araújo[277]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo a análise e compreensão da corrente Iluminista voltada à área penal. A pesquisa priorizou através de referencial bibliográfico destaque a autores clássicos que compõem a corrente iluminista iniciada no século XVIII. Destaca-se, então, que, o Iluminismo foi de suma importância, pois, auxiliou em várias mudanças e revoluções sociais que permeiam até a atualidade. Além disso, sendo seus conceitos à luz da razão que procurou apresentar novas percepções a fim de auxiliar a elaboração de um contexto social mais justo e igualitário.

Palavras-chave: Iluminismo. Direito Penal. Revolução.

1 INTRODUÇÃO

Uma nova forma de pensar começou a prevalecer no século XVIII na Europa, argumentando novas maneiras de descobrir o contexto social, as instituições e o mundo. Neste período surge o Iluminismo como uma luz que traz liberdade da escuridão.

No que se refere ao âmbito jurídico, o iluminismo conduz a ideia da existência natural do direito, que garante desde os primórdios, a dignidade a todos os seres humanos. Não sendo relevante a procura do saber de quais motivos que levam a pessoa a conviver em sociedade, na concepção iluminista, o homem não é visto como meio, mas sim como fim do contexto social.

2. ILUMINISMO E O DIREITO PENAL

Ao descrever sobre o direito penal, torna-se indispensável citar Cesare Beccaria e sua obra “Dos Delitos e das Penas”, publicado em 1764 na Itália, de já que os fundamentos de sua área de estudo é de fato o direito penal. Com sua produção marcada no contexto iluminista que servira de estrutura para o conhecimento jurídico-

[275] Acadêmico do curso de direito, 2º período B, Centro Universitário Campo Real. E-mail: dir-jacksonbarbosa@camporeal.edu.br
[276] Acadêmico do curso de direito, 2º período B, Centro Universitário Campo Real. E-mail: dir-robertcapote@camporeal.edu.br
[277] Professor de Criminologia, Centro Universitário Campo Real. E-mail: prof_fernandabugai@camporeal.edu.br

penal, contribuiu assim, para moldar as características da politica criminal moderna. Este caminho de luzes do saber tomou rumos que levaram a grandes mudanças no processo social Iluminista.

Sontag *et al* interpreta o iluminismo do século XVIII da seguinte forma:

> O iluminismo do século XVIII é apresentado geralmente como a filosofia que preparou a revolução francesa e a tomada do poder pela burguesia. De tal forma, o iluminismo teria um estreito vínculo com o Liberalismo e seria, por principio, oposto ao absolutismo monárquico. O discurso Iluminista apresentam sinuosidades ao longo do desenvolvimento de todo o processo, muito mais complexa é a relação da filosofia das luzes e de seus portadores com os monarcas absolutistas nos Estados onde o atraso econômico e institucional tornava anacrônica a recepção das ideias Liberais (SONTAG et al,2009, p.17,18.)

A presente concepção iluminista dessa época tem por foco a independência do homem através do uso da razão, a convocação à independência do indivíduo mediante suas capacidades racionais, e a utilização do conhecimento cientifico na resolução de conceitos místicos, são o que melhor identificam a base racional.

O apelo por mudanças acirraram as mudanças atribuídas por essa base iluminista de tal forma que Beccaria assimila:

> Olhemos a história e veremos que as leis, que são, ou deveriam ser, pactos entre homens livres, não passaram, geralmente, de instrumentos das paixões de uns poucos, ou nasceram de fortuita e passageira necessidade, não já ditadas por frio analista da natureza humana, capaz de concentrar num só ponto de vista: a máxima felicidade dividida pelo maior numero (BECCARIA, 1999, p.23).

Ao analisar o processo das leis voltadas aos direitos básicos, foram poucas as nações que aceleraram o passo através de movimentos sociais, e pensadores que se dispuseram em prol de outrem para o favorecimento de alguns direitos da maioria. Em vez disso, muitas nações enfrentaram o pior dos maus sociais para enfim desfrutarem de um conjunto de leis mais justas.

Charles-Louis de Secondat, Barão de La Brède e de Montesquieu, conhecido como Montesquieu habilidosamente pontua a simplicidade das leis criminais da seguinte forma:

> Nas leis de Estados tantas regras, restrições, extensões, que multiplicam os casos particulares e parece fazer da própria razão uma arte. Nos Estados moderados, onde a cabeça do menor cidadão e considerável, não se retira dele sua honra e seus bens, sem um longo exame: ele só é privado de sua vida quando é a própria pátria que o está acusando, e ela só o acusa deixando-lhe todos os meios possíveis de se defender (MONTESQUIEU, 1996, p.83, 86).

Dessa forma, o autor elenca a necessidade de que o desenvolvimento de leis deve ocorrer de modo simples e eficiente. No que se refere ao modelo republicano, haveremos de nos deparar com um sistema mais burocrático que nas monarquias, em outros modelos de governo, as questões burocráticas são mais elevadas no que se refere a riqueza, a honra, a liberdade e a vida.

A ênfase de Jean-Jacques Rousseau recai sobre o direito à vida e a morte da seguinte maneira:

> Ora, o cidadão não é juiz do perigo ao qual a lei o expõe; e quando o príncipe lhe diz: "Ao Estado é útil que morras" ele deve morrer, pois não foi senão sob essa condição que viveu em segurança até esse momento, e sua vida não é mais uma mercê da natureza, mas um dom condicional do Estado. A pena de morte, imposta aos criminosos. Pode ser de certa forma encarada sob esse ponto de vista: para não ser vítima de um assassino é que se consente em morrer, sendo o caso (Rousseau, 2002, p. 48, 49).

Assim, a todo o indivíduo que interferir no direito social cabe-lhe a figura de traidor ou rebelde. Assim, tal indivíduo será excluído do contexto social merecendo ser julgado como inimigo. Os direitos que o Estado proporciona passam a ser inconciliáveis, e quando se tem o veredito por culpado e condenado à morte, este é menor do que um inimigo.

Em relação ao tema criminal, Paul-Michel Foucault possibilitou uma melhor compreensão da maneira como eram penalizados os criminosos. No que se refere à pena, Michael Foucault discorre da seguinte maneira:

> A forma prisão preexiste á sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constituiu fora do aparelho judiciário, quando se elaboram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixa-los e distribui-los espacialmente, classifica-los, tirar deles o máximo de tempo, e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento continuo, mantê-lo numa visibilidade sem lacuna, forma em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, construir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza (Foucault,1999, p.195)

Essa forma de presídio tinha seu respectivo objetivo: tornar os indivíduos dóceis e utilizar seu potencial de maneira que fosse útil quando vinculado ao ambiente prisional. O modelo de detenção penal era algo revolucionário para o século XVIII e início do século XIX. Tal método de coerção tornou-se marca na história da área da justiça criminal abrindo portas às questões humanas.

Sontag et al interpreta Montesquieu em relação as penas, da seguinte maneira:

> Uma pena moderada, mas certa, tem efeito maior do que uma pena excessiva e aleatória. A desigualdade das penas segundo a condição social dos condenados, a arbitrariedade dos juízes e o confisco de bens que prejudica a família inocente são algumas das características indicadas pelos iluministas como típicas do direito penal (SONTAG et al,2009, p.120).

Com uma visão aguçada, Montesquieu assim como demais iluministas, preocupam-se com os métodos um tanto desumanos, no que tange a área penal. Tal composto social, provido de uma estrema desigualdade, ao qual a lei do mais forte prevalece, a injustiça torna-se parte da realidade dos menos favorecidos. A busca de uma igualdade percorre nos conceitos iluministas. Segundo Foucault, com as mudanças das leis as penas passam de um modelo carrasco para uma metodologia corretiva condicionando o individuo a reintegração ao contexto social, ele descreve o mecanismo penal do seguinte modo:

> Na Essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal. É beneficiado por uma espécie de privilégios de justiça, com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instancias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma "infra - penalidade" quadricular um espaço deixado vazio pelas leis, qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença (FOUCAULT, 1999, p. 149)

Quando o individuo quebra as regras ou comete um delito, as normativas sociais o conduzem a ficar isolado do agrupamento social, oportunidade em que surgem novas regras inerentes ao processo de correção e, quando essas novas regras são obedecidas, são atribuídos pequenos benefícios que conduzem à reestruturação da pessoa para um reestabelecimento no convívio social. Quanto mais o individuo rejeita as normas aplicada a ele no ambiente externo da sociedade chamado prisão, mais tempo este levará para sua correção. Nesse processo de correção, o qual o indivíduo é condicionado, delimita-se um processo de normativas para que a pessoa siga com intuito de reeduca-lo a integração ao conjunto social.

3. CONCLUSÃO

O presente estudo pretendeu demonstrar que as punições passaram a ser visualizadas com um olhar mais detalhista tornando de certa forma o julgamento mais justo de maneira que assegurasse os direitos humanos. Serviu para entender as dinâmicas da sociedade e os passos dados pela humanidade para a construção de um mundo de certo modo mais justo e igualitário. Portanto, o movimento iluminista teve por finalidade, a soberania da razão, voltado a uma sociedade racional.

Concluímos então, que o andamento jurídico penal obteve grandes avanços. Entre esses avanços destaca-se a questão humanizadora que, por meio de experiências lamentáveis na história, composta de muita luta e persistência, conseguiu destacar a valorização do ser humano e não trata-lo simplesmente como um objeto. Não se pode

negligenciar estas mudanças sociais que apresentaram uma nova forma de ver o mundo - um mundo de liberdade e justiça onde todos possam apreciar seus devidos direitos de forma igualitária - onde o forte não prevaleça sobre o fraco e que a lei venha fazer jus a sua existência. São preocupações que foram ganhando força e espaço o qual conceitua o ambiente social em que vivenciamos.

4 REFERÊNCIAS

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos Delitos e das Penas**. 2ª ed. São Paulo: Revisita dos Tribunais. 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MONTESQUIEU, Chales de Secondat, Baron de. **O Espirito das Leis.** 2ª São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROUSSEAU, Jean – Jacques. **Do Contrato Social.** 1ª ed. eBooksBrasil, 2002.

SONTANG, Ricardo; et al. **Iluminismo e Direito Penal.** 1ª ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOSPITALIZAÇÃO INFANTIL

PROTCZ, Emanuele[278]
SANTOS, Rosilda da Aparecida Lauterio [279]
MARTINS, Danielli Silva [280]

Orientadora:
FIUZA, Rickli, Debora [281]

RESUMO: A hospitalização infantil é considerada um momento aversivo para a criança e seus responsáveis, acarretando sintomas negativos, tanto físicos quanto emocionais. O ambiente hospitalar, pode ser visto pelo paciente como um local “estranho”, mesmo que já se tenha passado pela experiência do internamento. Objetivo deste trabalho é levantar a problemática abordada no período de criticidade do adoecimento, a hospitalização infantil, desta maneira identificar variáveis que interferem diretamente no seu desenvolvimento e desajuste na sua rotina diária. Para desenvolvê-lo partiu-se da análise de dados coletados, através de entrevista semiestruturada.

Palavras-chave: Hospitalização Infantil. Adoecimento. Luto. Enfrentamento.

1 INTRODUÇÃO

No que diz respeito a Hospitalização Infantil, percebe-se no processo histórico os grandes avanços nessa área, avanços referentes ao biológico e emocional. Os atendimentos humanizados, já são fontes de pesquisas e referências de bons resultados na área hospitalar. Nessa vertente, entra a psicologia, como ferramenta crucial, visando agilizar o processo, bem como facilitadora da redução de traumas e melhora no entrosamento da equipe multidisciplinar e pacientes.

Segundo Chiattone (2003 apud Collet, 2010, p.10) os fatores que se destacam sobre a instituição hospitalar são as atitudes da equipe como as rotinas hospitalares rigorosas e com pouca flexibilidade, o tipo de internação, se foi via pronto socorro, que é mais agressiva, ou ambulatório considerada mais tranquila, a duração da internação e a natureza da doença. Dessa forma, tais experiências determinam a consequência

[278] Emanuele Protcz; cursando10º período de Psicologia; Centro Universitário Campo Real; Guarapuava-PR, cursando Pós-Graduação de Neuropsicopedagogia e Múltiplas Deficiências pela Faculdade Dom Bosco de Maringá-PR.
[279]Rosilda da Aparecida Lauterio Santos cursando10º período de Psicologia; Centro Universitário Campo Real, cursando Pós-Graduação de Neuropsicopedagogia e Múltiplas Deficiências pela Faculdade Dom Bosco de Maringá-PR.
[280]Danielli Martins Silva cursando10º período de Psicologia; Centro Universitário Campo Real.
[281] Debora Rickli Fiuza graduação em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Mestrado em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro).

negativa ou positiva da hospitalização. Quanto maior o tempo de hospitalização, menores as oportunidades de desenvolvimento normal para criança.

2 DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi realizado um questionário com perguntas abertas para uma mãe, sendo que a mesma permaneceu por um período hospitalizada juntamente com o seu filho de 06 meses de idade. Na entrevista, foi questionado sobre a doença pela qual o bebê foi acometido, bem como os tratamentos e intervenções médicas, tendo como objetivo principal da entrevista avaliar a importância da psicologia e da equipe multidisciplinar no período do internamento, bem como a avaliação dos resultados.

Segundo Gonçalves (1983, apud Campos, 1995, p. 50) a palavra hospital origina-se do latim ‘’hospes”, significa hóspedes, deu origem ‘’hospitalis ‘’e ‘’hospitium’’ que designavam o lugar onde se hospedavam na antiguidade, além de enfermos, viajantes e peregrinos.

Atualmente, muitas coisas evoluíram no setor da saúde pública, a população procura os atendimentos hospitalares quando necessitam. Estima-se que este local tenha equipe multiprofissional com várias especificidades, comtemple também recursos técnicos avançados e atenda de maneira rápida e eficiente aos indivíduos que assim necessitem.

Segundo Rocha (1993, apud Collet, 2010, p.41) o hospital era visto como instrumento terapêutico, mudando a percepção da sociedade sobre a assistência à saúde, retirando das famílias a responsabilidades sobre o cuidado dos doentes. Desta maneira os doentes ficavam internados em isolamentos, sem poder receber visitas, método para prevenção das infeções cruzadas. As crianças eram mantidas isoladas uma das outras, e confinadas em seu leito.

Esta evolução, no decorrer da época, foi método aderido, como melhor escolha para crianças adoecidas, consequentemente afastando os familiares. Assim desta forma o saber e a prática familiar foram ignorados pelo cientificismo da prática médica.

Para Nightingale (1989, apud Collet 2010, p.47), no decorrer de estudos científicos que foram evoluindo surgiu os fundamentos de enfermagem pediátrica, centrada na puericultura, como conjunto de regras e noções sobre arte de criar fisiológica e higienicamente as crianças.

No Brasil que em termos de serviços de saúde, em meados da década de 1880, e um dos primeiros indícios que seriam voltados os olhares para a infância se deu mediante as ideias liberais vindas da Europa, emergindo a compreensão da criança como cidadão de direitos e ocorre a regulamentação da escola pública primaria.

Segundo Ribeiro (2006, apud Collet 2010, p.7) somente mais tarde, nos fins do século XIX é que Artur Mocorvo fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, local voltado para cuidados materno-infantil. As ações de saúde até ao início do século XX, eram voltadas à criança compreendiam o programa de assistência ao menor, o qual era responsabilidades da classe médica e ações direcionadas a profilaxia e a higiene, garantindo o bem-estar e a saúde.

Pode-se inferir que no âmbito hospitalar, no setor da pediatria, é imprescindível a atuação do profissional psicólogo, nesse momento o paciente e família estão fragilizados, muitas vezes com situações rotineiras relacionadas à hospitalização, onde o psicólogo pode amenizar esse sofrimento, aliviar a angústia, com uma simples escuta qualificada e acolhimento do paciente e da família.

> A Criança em hospitalização fica sujeita as alterações físicas e emocionais, tais como inapetência, distúrbios do sono, ansiedade, irritabilidade, dor, desconforto, afastamento da sua vida cotidiana, de sua família e amigos, não se reconhece doente, percebendo seu corpo mutilado, invadido e precisa se aceitar e reconhecer doente, encontra-se em situação de crise, de estresse e sofrimento psíquico, passando a expressar sua insatisfação, dor ,angustia, mediante palavras ou comportamentos, que muitas vezes são diferentes do habitual (CHIATTONE, 2003; ALCANTARA, 2007, apud COLLET, 2010, p. 40).

Ressalte-se nesse contexto a fragilidade eminente da criança e da família e entende-se como fundamental a organização eficiente e humanizada da equipe multidisciplinar do hospital, como fator relevante na melhora física e emocional de ambos, paciente e cuidadores.

Portanto, o familiar tem a finalidade de proporcionar encorajamento para melhor resultado no processo de restabelecimento, pois a criança busca apoio, orientação, referencias de tempo, proteção para o desconhecido e para o seu sofrimento. Se a criança pode contar com assistência deste familiar, capaz de suportar os sofrimentos e ansiedades surgidos durante a doença e a hospitalização.

Também são garantidos por direito da criança conforme ECA. (Estatuto da Criança e Adolescentes), reconhecendo-o como um instrumento regulador e que assegura direitos e proteção à criança e ao adolescente.

> Essa compreensão de infância e adolescência construída e a atuação do psicólogo, como profissional da saúde, contribuíram para o surgimento de técnicas que possibilitem a atenção em relação à demanda de promoção e proteção, prevenção e tratamento das pessoas. No que compete ao manejo do psicólogo com crianças e adolescentes, as práticas variam de acordo com a situação em que estão inseridos. Independentemente de qual seja a práxis, há princípios legais que oferecem subsídios para o trato das crianças e adolescentes. Este subsídio é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (BRAMBILA; AVOGLIA, 2010).

Desta forma Sousa (2014) em seu artigo sobre a Psicologia Hospitalar, ressalta que devesse respeitar as limitações provindas da doença, tentar suprir as necessidades, não só orgânicas, mas também as que se referem ao psicológico e educacional da criança.

Para crianças que estão debilitadas, assim como para cuidadores, é de extrema importância que a equipe na área hospitalar propicie uma rotina, adequando às necessidades dos pacientes, eventualmente do acompanhante também. Proporcionado um ambiente acolhedor, auxiliando, explicando os procedimentos antes de realizá-los, como forma de evitar problemas psicológicos, principalmente para criança, sempre levando em consideração a idade desta e nível de entendimento, respeitando a individualidade e subjetividade do sujeito, tornando consciente a responsabilização dos pais ao cuidar do seu filho.

Segundo Morais et.al. (2009), a hospitalização é percebida como sendo uma experiência desagradável por determinar processos de perda, independentemente do tempo de permanência no hospital e da faixa etária. Contudo, as crianças são extremamente mais vulneráveis.

Além disso, o trabalho do psicólogo, neste paradigma intensifica em aliviar as angustias, ansiedades, encorajamento no processo de luto, assim evitando possíveis traumas ocorridos no período crítico para criança e família, durante hospitalização infantil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi de extrema relevância a discussão de assuntos emergentes, que afetam milhares de crianças, repercutindo na sistêmica familiar, como é caso do adoecimento, tratamento e restabelecimento da criança neste período de internamento no âmbito hospitalar. Foram analisados como se deu os processos psicológicos, biológicos e fisiológicos da criança, familiares e cuidadores em sua totalidade.

Neste sentido, foi possível detectar a fragilidades durante o processo, as fases do luto enfrentados pela família, objeto complementar de pesquisa no presente trabalho, através dos dados coletados concluiu-se a grande relevância do psicólogo hospitalar nesses ambientes que acabam sendo estigmatizados como hostis, de acordo com a situações enfrentadas, esta imagem negativa pode ser amenizada.

4 REFERÊNCIAS

BRAMBILLA, B.B. **O Estatuto da criança e do adolescente e a atuação do psicólogo** Psicol. inf. vol.14 no.14 São Paulo out. 2010.
Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100007> Acesso em: 09.mai.2018.

COLLET, N. **Manual de enfermagem em Pediatria** 2. Ed. Goiania:AB,.2010

CAMPOS, T.C.P.; **A Psicologia Hospitalar. A atuação do psicólogo em hospitais**.2. ed. São Paulo; EPU,1995. Inclui bibliografia ISBN85-12-60480-8.

MORAIS, S.N.G.; et.al **Experiência existencial de mães de crianças hospitalizadas em Unidade Pediátrica*** Rev. esc. enfermo. USP vol.43 no.3 São Paulo Sept. 2009
Disponível. em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342009000300020 >Acesso em: 08.mai.2018

SOUSA, S.E.; **A Importância do Psicólogo no Tratamento de Crianças Hospitalizadas.** Disponível em <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/504.%20a%20import%C2ncia.>Acesso em: 06. Maio 2018.

HABILIDADESDE E DIFICULADADES DE UMA ALUNA COM T.D.A.H. (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade)

PROTCZ, Emanuele[282]
SANTOS, Rosilda da Aparecida Lauterio [283]
MARTINS, Danielli Silva [284]
FIUZA, Rickli, Debora [285]

RESUMO: No presente trabalho foi abordado temática da criança com TDAH, que apresenta acentuada dificuldade acadêmica e social. Nesse sentido é necessário compreender suas diferenças e limitações. Durante a realização da intervenção terapêutica no contexto escolar foi possível coletar dados, com intuito de oportunizar atividades pedagógicas a criança com TDAH, que permitam seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo e afetivo, oferecendo a essa clientela métodos e recursos didáticos especiais para seu desenvolvimento no processo educativo, trabalhando com exclusividade a dificuldade da criança, assim como para um melhor aproveitamento no âmbito escolar, interação e sociabilização.

Palavras-chave: Criança. Dificuldades. Aprendizagem. Intervenção. Transtorno.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão da criança com TDAH (F90 Transtornos hipercinéticos) está prevista em lei, porém existem fatores e individualidades de cada aluno a serem considerados, as deficiências podem ser as mesmas, os transtornos também podem ser os mesmos em determinados grupos, porém, não se pode avaliar todos os alunos da mesma forma, nem proporcionar os mesmos estímulos, sem avaliar as peculiaridades de cada criança. Para que a inclusão de fato aconteça em sua integralidade e saia do âmbito apenas legal passando a ser implementada na prática com excelência acadêmica, estudos e avaliações são fundamentais em todos os casos de inclusão.

Segundo Cunha (2000) as relações de crianças com TDAH com os adultos são frequentemente marcadas por uma ausência de inibição social, com falta de cautela e

[282]Emanuele Protcz; cursando10º período de Psicologia; Centro Universitário Campo Real; Guarapuava-PR, cursando Pós-Graduação de Neuropsicopedagogia e Múltiplas Deficiências pela Faculdade Dom Bosco de Maringá-PR.
[2]Rosilda da Aparecida Lauterio Santos cursando10º período de Psicologia; Centro Universitário Campo Real, cursando Pós-Graduação de Neuropsicopedagogia e Múltiplas Deficiências pela Faculdade Dom Bosco de Maringá-PR.
[3]Danielli Martins Silva cursando10º período de Psicologia; Centro Universitário Campo Real
[4]Debora Rickli Fiuza graduação em Psicologia pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), Mestrado em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro).

reserva normais. São impopulares com as outras crianças e podem se tornar isoladas socialmente. Estes transtornos se acompanham frequentemente de um déficit cognitivo e de um retardo específico do desenvolvimento da motricidade e da linguagem. As complicações secundárias incluem um comportamento dissocial e uma perda de autoestima.

Segundo Missawa e Rosseti (2014) a criança com TDHA possui transtornos caracterizados por início precoce (habitualmente durante os cinco primeiros anos de vida, falta de perseverança nas atividades que exigem um envolvimento cognitivo, e uma tendência a passar de uma atividade a outra sem acabar nenhuma, associadas a uma atividade global desorganizada, incoordenação e excessiva. Os transtornos podem se acompanhar de outras anomalias. As crianças hipercinéticas são frequentemente imprudentes e impulsivas, sujeitas a acidentes e incorrem em problemas disciplinares mais por infrações não premeditadas de regras que por desafio deliberado.

Cunha (2000) postula que o TDAH é uma síndrome heterogênica, de etiologia multifatorial, dependente de fatores genéticos-familiares, adversidades biológicas e psicossociais, caracterizada pela presença de um desempenho inapropriado nos mecanismos que regulam a atenção, a reflexibilidade e a atividade motora. Seu início é precoce, sua evolução tende a ser crônica, sem repercussões significativas no funcionamento do sujeito em diversos contextos de sua vida.

Segundo diagnóstico e a própria definição do transtorno no DSM V, que pessoas com TDAH apresentam dificuldades em conseguir administrar projetos de longo prazo ou finalizar os projetos iniciados.

2 DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho será iniciado com metodologias educacionais, com abordagem prevalecente na TC, terapia comportamental, por se tratar de condicionamentos, reforços positivos e negativos, acredita-se que essa abordagem seja mais eficaz, com resultados mais imediatos.

Os métodos utilizados a aplicabilidade e testagem para aluna de onze anos estudante escola municipal, foram basicamente pesquisa de campo, testes projetivos, embasados nos testes de HTP, somada a observações da criança em diversos contextos e situações dentro e fora do ambiente acadêmico, bem como pesquisas bibliográficas a respeito do diagnóstico de TDAH. Situação e ambiente como Informações obtidas na escola e com a família.

Foi necessária uma investigação minuciosa para levantamento de coletas de dados. Questionários para obter informações relevantes, também serão aplicadas atividades diversificadas, bem como métodos de sondagem pedagógica para avaliar melhor a condição cognitiva e acadêmica da criança.

Desta forma o procedimento de análise foi feito através de observação durante a aplicação das atividades, bem como pequenas intervenções lúdicas para avaliar o desempenho da criança em diversos contextos.

Para simplificar e poder observar com maior clareza as questões do desenvolvimento da criança, sua visão do mundo que a cerca, bem como de si própria nesse contexto, foi necessário identificar quais são as áreas do desenvolvimento que a aluna se identifica melhor, para a partir daí, implementar atividades que sejam possíveis de serem realizadas e até prazerosas para ela. Buscando assim maior empatia na sua realização.

Segundo Campos (1993) caracterizado pelos sintomas de déficit de atenção, hiperatividade e impulsividade, esse transtorno pode ser classificado em quatro tipos: tipo desatento não enxerga detalhes, tipo hiperativo, tipo combinado e tipo não específico, quando as características apresentadas são insuficientes para se chegar a um diagnóstico completo, apesar dos sintomas desequilibrarem a rotina diária.

Segundo Silva (2003) na hiperatividade física a criança se mostra agitada, não consegue ficar quieta e, por isso, move-se constantemente em casa, na sala de aula e em outros ambientes que frequenta. Entretanto, a hiperatividade mental apresenta-se de forma mais sutil o que torna o diagnóstico mais complicado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados durante aos atendimentos realizados com a criança, pode se observar uma melhora nítida com relação ao afeto com a professora auxiliar, também foi possível perceber um aumento significativo no que sugere sua autoestima, fato esse percebido através dos cuidados pessoais físicos, como a higiene, escolha das roupas, a criança estava usando batom, até então, isso não havia ocorrido, pois até o presente momento, o que se percebia nas atitudes dela, era apatia, um certo descuido da aparência, desejo latente de não ser vista ou notada.

Ao termino deste trabalho foi possível verificar dados obtidos través deste estudo e aplicação teste de HTP, assim identificando comportamentos estes que estavam prejudicando o ensino e aprendizagem.

Neste sentido faz se necessário para enriquecer e ampliar o conhecimento sobre a criança com TDHA, assim como para equipe da escola ter um olhar amplificado na inclusão destes, para que se sintam pertencentes ao ensino e aprendizagem. Pois educar é melhor remédio e a escola precisa se transformar, adaptar-se à realidade e às demandas encontradas no dia a dia de cada integrante da escola.

Para Psicologia Escolar educar e melhor remédio, só e possível fazer a diferença na vida destes alunos se o trabalho for igualitário, todos pelos mesmos objetivos e poderão ser superados por incorporação às condições sócias históricas tais como: dinâmica familiar (cultura, valores, hábitos e socialização) condições de acesso ao conhecimento sistematizado que promoverão o sucesso na vida acadêmica da criança com TDAH.

4 REFERÊNCIAS

CAMPOS, D. M. S. **O teste do Desenho como instrumento de diagnóstico da personalidade**. Rio de Janeiro, 1993, Vozes 38 eds. 110p.

CUNHA, A. J. **Psicodiagnóstico**- V. Porto Alegre. 5 ed. Artmed, 2000. 972 p.

SILVA, A. B. B. Mentes Inquietas - Entendendo melhor o mundo das pessoas Distraídas, Impulsivas e Hiperativas. São Paulo: Editora Gente, 2003.

MISSAWA, D. D. A. - ROSSETI B. C. **Psicólogos e TDAH: possíveis caminhos para diagnóstico e tratamento**. 2014 Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542014000100007>. Acesso em: 25 agost. 2018.

CONSTRUÇÃO CIVIL: USO E APLICABILIDADE DE CONCRETO FEITO COM BORRACHA E TELHAS DE BARRO

CHIMERES, Gleydson Garcia[286]
QUADROS, Sintia [287]
SANTOS, Valter[288]
VOLSKI, Isabela[289]

RESUMO: O presente resumo tem como objetivo principal apresentar a aplicação de borracha de pneu e resíduos de telhas de barro no concreto, visando solucionar o problema do seu descarte em locais inadequados através da sua incorporação ao concreto. A metodologia aplicada verificou qual a resistência desse concreto e sua aplicabilidade nas construções.

Palavras-chave: Concreto; borracha de pneu; telhas de barro.

1 INTRODUÇÃO

A busca por alternativas sustentáveis tem se baseado na inserção de materiais classificados como resíduos ao concreto. Segundo Sardi (2007) a aplicação de resíduos de borracha em agregado em concretos de cimento Portland têm sido estudada por profissionais para fins de amenizar o impacto causado ao meio ambiente por estes materiais, ou seja, sendo visto como uma alternativa para esse problema.

O setor da construção civil é um dos grandes produtores de RCDs (resíduos de construção e demolição) ou o chamado “entulho”. Esses materiais são gerados dentro do canteiro de obras, desde o início até o fim da obra. A resolução 307 do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA (2001, p.01) define os resíduos de construção civil como sendo aqueles que se obtém da construção, reformas, reparos e demolições de obras e, ainda, resultantes da preparação de uso de solo vindo de escavação de terrenos.

Esta pesquisa apresenta um breve relato da composição do concreto, material utilizado no desenvolvimento do trabalho. Sequencialmente, apresenta-se a pesquisa bibliográfica acerca do uso de borracha e das RCDs de telhas de barro no concreto. Ao que se refere a aplicabilidade desses materiais no concreto, irá ser disposto na

[286]Graduando do Curso de Engenharia Civil, 4º período do Centro Universitário Campo Real.
[287]Graduanda do Curso de Engenharia Civil, 4º período do Centro Universitário Campo Real.
[288]Graduando do Curso de Engenharia Civil, 4º período do Centro Universitário Campo Real.
[289]Docente Orientadora, Bacharel em Engenharia Civil.

descrição do teste experimental, culminando-se na análise e discussão dos resultados e considerações finais da pesquisa.

2 DESENVOLVIMENTO

O concreto é o material mais usado na construção civil brasileira, composto por uma mistura de água, cimento, areia e brita. Esse material plástico é moldado de maneira a adquirir a forma desejada antes que desenvolva um processo de endurecimento, adquirindo resistência suficiente para resistir sozinho aos esforços que o solicitam.

De acordo com Silva (2010, p.6), o concreto da alta resistência surgiu em Chicago nos Estados Unidos em meados dos anos 60. Era chamado desse modo porque visava aumentar a resistência a compreensão. Essa definição deixou de ser utilizada pois, o passar dos anos, contribuiu para outras propriedades.

Quanto ao uso de materiais descartado em concreto, o uso de borracha de pneus pode ser uma solução para destinação desse resíduo. Pinaffi et al. (2013, p.99) afirmam que o descarte de pneu é um problema ambiental grave ainda sem uma destinação realmente eficaz. Por isso, uma alternativa é fazer experimentos para fins de uso desse material incorporado ao concreto, fazendo a substituição de outro agregado, ao qual é extraído de recursos naturais. Tal propósito visa maior sustentabilidade ao material.

Corroborando com essa temática, Silveira et.al. (2016) afirmam que o desenvolvimento sustentável, tornou-se fundamental o investimento em pesquisas científicas, em todas as áreas, com o objetivo de melhorar os modos de produção visando reduzir o desperdício de materiais, economizar energia e preservar o meio ambiente. Possa e Antunes (2016, p.149) ressaltam também que os resíduos de materiais não estão ligados somente em aspectos econômicos, mas também em ambientais. Sendo assim, através do uso de resíduos agregados ao material é possível produzir concreto com aplicabilidade, utilizando de recursos sustentáveis.

De acordo com Bignozzi et.al (2004, p.78), os estudos da utilização de resíduos de borracha de pneu em concretos de cimento Portland existem aproximadamente a uma década. Esses trabalhos visam além das contribuições ao meio ambiente, proporcionar enriquecimento de diferentes propriedades aos materiais de cimento Portland, sejam pastas, argamassas ou concretos.

Um exemplo a pesquisa de Fattuhi e Clark (1996, p.236), verificando que os concretos com adição de resíduos de borracha de pneu de granulométrica fina (até 5 mm) apresentaram valores de resistência à compressão menor do que àqueles adicionados de resíduos, de mesma natureza, com maiores granulométricas (até 16mm). Martins (2005) ressalta que para facilitar a comparação de diferentes estudos de concretos com adição de resíduos de borracha de pneu inservível, se faz coerente referenciar a quantidade de resíduo implementada em relação ao metro cúbico de concreto, e não em relação a outros parâmetros variáveis como porcentagens de areia e/ou agregado graúdo, pois assim quando analisados diversos concretos torna-se maçante os múltiplos cálculos auxiliares para a comparação da quantidade efetiva de resíduo de borracha de pneu adicionado em cada estudo.

Baseando-se nestes estudos e visando ampliar o uso de RCD em concreto, o procedimento adotado para efetuar os testes experimentais desse estudo foi baseado na NBR 5738. O método adotado foi a produção de 3 (três) corpos de prova com mesmos traços de areia, cimento e brita, sendo adicionado os materiais em estudo em diferentes quantidades conforme Tabela 1. A borracha utilizada está entre 3 a 5 cm. Os corpos de prova foram moldados segundo a NBR 5738, e ainda sob recomendações da mesma foram deixado em temperatura ambiente por 24 horas. Na sequência, foram desmoldados e deixados submersos em água saturada com cal pelo período de 28 dias.

Tabela 1. Traço dos Corpo de Prova, TF E FCK

Corpo de Prova	Cimento (Kg)	Areia (Kg)	Brita (Kg)	A/C	Material Adicional	Tonelada Força	fck 28 dias (Mpa)
1	2,3	6,8	5,59	2,1 L	1,1 Kg (telha)	7,80	9,90
2	2,3	6,8	5,59	2,176 L	1,1 Kg (telha) + 686 g (Borracha)	5,35	7,04
3	2,3	6,8	5,59	2,3 L	456 g (Borracha)	3,15	4,01

Fonte: Os autores, 2018

Após o prazo de 28 dias, os corpos de prova foram submetidos ao teste resistência à compreensão em equipamento específico, obtendo-se a resistência característica (fck) aos 28 dias para cada um dos traços adotados. Os resultados obtidos revelam resistência abaixo do requerido para uso em peças estruturais de concreto,

revelando que os concretos com os traços obtidos podem ser aplicados apenas em locais sem finalidade estrutural como, por exemplo, calçadas de pedestres ou locais sem carregamentos excessivos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de materiais descartados e resíduos de demolição como agregados de concreto é uma alternativa para a sua destinação final. Esse trabalho teve como objetivo testar o uso de resíduos de pneu e telhas de barro em concreto. Após os testes, realizados de maneira simplificada, constatou-se que a adição desses materiais ao concreto, nos traços ensaiados, não gera uma resistência característica adequada para seu uso. Com isso, para bom um desempenho desse material necessita-se avançar nos estudo dos traços para chegar a resultados satisfatórios nesse quesito. Um estudo mais aprofundado, poderá explorar o uso desses materiais em proporções adequadas, visando a determinação dos percentuais ideais para cada um dos elementos incrementados. Portanto, esse estudo é um parâmetro inicial sobre o uso desses resíduos incorporados ao concreto.

4 REFERÊNCIAS

CRUZ, A. A. A; CALHABEU, E. M.; MARTINS, C. A.; SARDI, V. L. **Utilização de resíduos de borracha de pneus como agregado em concreto de cimento portland**. UFRGN, CBECIMAT, 2002.

PINAFFI, C. D.; SILVA, C. C.; SOLINA, M. R. F.; FIGUEIREDO, F. B.; BIZARRO, L. M. C. E.; CAMPOS, C. F. S. **Estudo e análise da fabricação de concreto a partir do uso de resíduos de borrachas de pneus**. 2013. P99-106. V.05. Unoeste – Presidente Prudente-SP.

MARTINS, I. R. F.; AKASAKI, J. L. **Avaliação da adição de fibras de borracha de pneus no comportamento do CAD**. In: Congresso Brasileiro do Concreto, 47º, 2005b, Recife. IBRACON, 2005b CD-ROM, Trabalho 47CBC0209.

FATTUHI, N. I.; CLARK, L.A. **Cement-based materials containing shedded scrap truck tyre rubber**. Construction and Building Materials, v.10, p.229-236,1996.

BIGNOZZI, M. C.; SACCANI, A.; SANDROLINI, F. **New polymer mortars containing polymeric wastes**. Part 1. Microstructure and mechanical properties. Composites, Part A: applied science and manufacturing, c. part A 31, p. 97-106,2000.

SILVA, R. N.; **Um estudo sobre o concreto de alto desempenho**. 2010. UEFS – Departamento de Engenharia Civil. Feira de Santana/BA.

SILVEIRA. M. P. ALBURQUERQUE. M. C. F.; CASSOLA. S.; BORTOLUCCI.A. A. PAULLI.L.; VILLA. F. M. D. **Estudo do comportamento mecânico do concreto com borracha de pneu.** revista matéria. Vol.21.N2.ISSN 1517-7076 artigo 11711, p.416-428, 2016.

POSSA. S. A.; ANTUNES. E. G. P.; **Proposta de reutilização do resíduo de cerâmica vermelha proveniente da construção civil e demolições no município de Criciúma, SC**. Revista Tecnologia e Ambiente, v. 22, 2016, Criciúma, Santa Catarina. ISSN 1413-8131.

CONAMA (2001, P.01) – Resolução 307, de 05 de Julho de 2002.

NBR 5738: PROCEDIMENTO PARA MOLDAGEM E CURA DE CORPOS DE PROVA.

REDES ELÉTRICAS INTELIGENTES

GHIZONI, Joair Amancio[290]
STIPP, João Pedro[291]
ZUBRESKI, Weliton[292]
BORSATO,Carlos Roberto[293]

RESUMO: Com a grande demanda de energia, o sistema de energia elétrica (SEE), vem sofrendo grandes transformações e as *smarts grids* vem ganhando cada vez mais âmbito no cenário elétrico. Este trabalho teve como objeto apresentar e discutir sobre os benefícios trazidos com a implantação das redes inteligentes no sistema de energia elétrica, fundamentado em pesquisas bibliográficas, ou seja, em materiais já escritos sobre o tema.

Palavras-chave: Redes elétricas inteligentes; Smart grid; Automação.

1 INTRODUÇÃO

Como podemos ver, a energia elétrica é essencial para a humanidade e a muito tempo vem sendo um fator determinante na evolução técnico-econômica de muitos países mundiais.(Toledo et al, 2012)

Devido a grande demanda de energia, o Sistema de energia elétrica (SEE), vem sofrendo grandes transformações de proporção. E essas transformações baseia-se na modernização de geração, transmissão, distribuição e até mesmo no uso final da energia, planejando apontar questões que vão desde o desgaste das linhas atuais, mudanças climáticas e até a eventualidade participação do usuário final no planejamento e operação do sistema. Esse novo conceito vem atendendo pelo nome de “Smart Grid” que quer dizer Redes inteligentes. (Falcão, 2010)

Assim, vemos que a principal diferença das s*mart grids,* em comparação aos sistemas de segunda e terceira geração, é o grande aumento de qualidade e quantidade de dados inerentes ao desempenho da rede, fazendo com que assim haja possibilidade, com base nestes dados, dos consumidores finais influírem no desempenho da rede, otimizando-a. Com a otimização no desempenho das redes de energia elétrica refletirá

[290] Acadêmico do Curso de Engenharia Elétrica, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[291] Acadêmico do Curso de Engenharia Elétrica, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[292] Acadêmico do Curso de Engenharia Elétrica, 6º período, Centro Universitário Campo Real, integrante do Programa de Extensão das Engenharias.
[293] Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina, Pós-Graduado em nível de especialização: MBA em logística, fundação Getúlio Vargas.

em menores custos para o fornecimento de energia, e consequentemente, em menores tarifas para os consumidores.(Bandeira, 2012)

2 DESENVOLVIMENTO

Há pouco mais de 100 anos surgiu a energia elétrica, a qual revolucionou a indústria sendo empregada nos processos de produção existentes, possibilitando a indústria a buscar novos mercados. Porém esse mesmo modelo de 100 anos atrás que nós ainda utilizamos, possui diversas limitações técnicas, o qual não irá atender às necessidades do século XXI, por isso devemos começar a integrar novos sistemas de energia, como por exemplo, as fontes de energia limpa e conceitos de smart grid.

As redes elétrica inteligentes (ou “smart grid”, no termo original em inglês), são um conjunto de tecnologias das áreas de computação, automação e comunicação aplicadas em um sistema de energia elétrica, possibilitando uma melhor integração das redes, um melhor sistema de monitoramento e de medição, aumentando assim a confiabilidade do sistema e evitando perdas.(Santos, 2013)

Sabemos que houve muita evolução na tecnologia, porém não houve uma revolução no setor de energia como ocorreu por exemplo, no setor de telecomunicações. As concessionárias de energia elétrica devem de reinventar e atualizar diversos sistemas.

Uma das tecnologias que estão ultrapassadas, são os medidores de energia, pois a grande maioria ainda é analógico, o que dificulta os consumidores a saberem coisas simples, um exemplo disso, seria saber o gasto diário de sua conta.

Com a implantação das smart grid seria possível um fluxo biunívoco de informações, onde distribuidor e consumidor podem acompanhar a evolução do uso de energia e também seria possível responder em tempo real qualquer alteração no sistema, em outras palavras, a rede possuiria um sistema de autorecuperação que tem a capacidade de detectar, analisar e corrigir eventuais problemas.(Cabello,2012)

O conceito de Smart Grid relaciona várias áreas, mas algumas devem ser priorizadas, visando à efetividade do projeto. Pode-se considerar como algumas das áreas que devem ser priorizadas:

Infraestrutura de medição avançada: através da qual será criada uma rede bidirecional, ou seja, através dessa infra-estrutura será realizada a troca de informações entre os consumidores e as concessionárias de energia e o gerenciamento dos dados.

A rede de comunicação: O desenvolvimento de componentes e estudo para o alcance geográfico que pode ser alcançado e análise de sua eficiência em tempo real, a fins de que podem ser realizadas ações de prevenção ou solução dos problemas que podem surgir.

O gerenciamento da rede de distribuição de energia: Através deste pode-se aperfeiçoar o desempenho dos componentes da rede(um exemplo pode ser os transformadores).

A segurança da rede: Dados muito importantes serão transmitidos através da smart grid é importante que seja garantido a integridade e segurança de todos os elementos que compõem o sistema.

O transporte elétrico: É preciso um preparado para integrar o sistema Smart Grid para o transporte elétrico, pois a demanda de formas novas de energia está muito necessitado.

A eficiência energética: A qualidade da energia também deve ser um fator importante a se considerar. Essa qualidade poderia ser monitorada por sensores de qualidade de energia espalhados pela rede.

O armazenamento de energia: Visando aproveitar melhor toda energia que é gerada.

Para a implantação do Smart Grid seja bem sucedida e torne-se viável será necessário um sistema de qualidade que tenha capacidade de se integrar com as diversas ferramentas (operação, manutenção, projetos, cálculos de engenharia) já existentes em uma concessionária de energia, o grande problema é que as concessionárias de energia, possuem diferentes tipos de ferramentas exigindo assim que o sistema Smart Grid seja um sistema genérico que possa se comunicar com todos os modelos de concessionárias.

Uma tecnologia muito importante utilizada em grande parte das concessionárias do mundo, não somente de energia, mas também de gás ou de água, para o gerenciamento de seus ativos é o Geographic Information System (GIS), a integração do Smart Grid com o GIS é de grande importância, pois transformaria essa tecnologia em um sistema supervisório que funcionaria de maneira on-line. Sem a

utilização de um GIS, é praticamente impossível se atingir os objetivos do Smart Grid, pois seria através deste, que os dados recebidos seriam analisados, estudados e utilizados para melhorias, planejamentos, operações, entre outros procedimentos, mas para a realização dessa integração, é preciso se ter conhecimentos das várias regras de negócios utilizadas no GIS de uma concessionária de energia, os quais são de grande relevância para um bom funcionamento do sistema.(Barbosa, 2010)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho expôs um breve princípio para às tecnologias viabilizadoras para a implantação do conceito de redes inteligentes no sistema de energia elétrica. Com a inserção dessa tecnologia renderá um ambiente com enorme potencial para o avanço no desempenho desse sistema no que diz respeito a qualidade e confiabilidade do suprimento de energia, contenção de emissões e participação ativa de consumidores, controle na expansão e na operação.

4 REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Fausto P. M. **Redes de energia elétrica inteligentes.** 2012.

BARBOSA, Tiago M. **Smart Grid: As redes elétricas inteligentes do futuro.** 2010. Monografia - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade São Francisco, Itatiba, 2010.

CABELLO, Andrea F. **Redes Elétricas Inteligentes no Brasil: A necessidade de uma avaliação**. 2012.

FALCÃO, Djalma M. **Integração de tecnologias para viabilização da smart grid.** 2010.

SANTOS, Leonardo B. **SMART GRID.** 2013. 54 f. Monografia - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade São Francisco, Itatiba, 2013.Cap. 1.

TOLEDO, Fabio O; GOUVEIA, Flavia P; RIELLA, Rodrigo J. **Introdução às redes inteligentes de distribuição de energia elétrica.** 2012.

APOLIPOPROTEINA "E" E O RISCO PARA O ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL

FREITAS, Nei Adão Ribeiro de[294]
BINI, Viviane Eloisa[295]
DALL AGNOL, Simone Mader [3]
MASCARENHAS, Luis Paulo Gomes[4]

RESUMO: O presente estudo visa analisar o risco da Apolipoproteina "E" (Apo E) e o Acidente vascular cerebral (AVC). Tem seu objetivo analisar a relação entre polimorfismo da Apolipoproteína E e AVC fundado na análise do risco entre o polimorfismo genético da Apo E e o AVC. Conclui-se que vários autores em seu estudo relatam o risco aumentado de AVC com a Apo E e seus alelos.

Palavras-chave: Apolipoproteina. Acidente vascular cerebral. Fatores de risco.

1 INTRODUÇÃO

O acidente vascular cerebral (AVC) é uma alteração brusca que ocorre no sistema circulatório cerebral, é caracterizado por isquêmica ou hemorragia que acarreta deficiências neurológicas e incapacidades em diferentes graus. Em consequência do seu impacto social, alto custo de tratamento e alterações nas atividades de vida diária, é considerado um dos maiores problemas de saúde pública no mundo (ALMEIDA, 2012).

Nesse sentido o AVC pode ser classificado em dois grandes grupos: isquêmico (AVCi) ou AVC hemorrágico (AVCh). O mais frequente, com cerca de 85% dos casos, é o AVCi, que se caracteriza pela interrupção do fluxo sanguíneo (obstrução arterial por trombos ou êmbolos) em uma determinada área do encéfalo. No Brasil, o AVCi representa, na população nacional, segundo diferentes estatísticas, entre 53% a 85% dos casos de AVC (ROLIM; MARTINS, 2011).

[294] Fisioterapeuta, Mestrando em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste.
[295] Fisioterapeuta, Mestranda em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste.
[3] Professora Especialista do Curso de Fisioterapia da Faculdade Guairacá, Mestranda em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste.
[4] Graduação em Educação Física. Mestre em Atividade Física e Saúde. Doutor Saúde da Criança e do Adolescente. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro.

O AVCh caracteriza-se por uma hemorragia subaracnóide (HSA), em geral decorrente da ruptura de aneurismas saculares congênitos localizados nas artérias do polígono de Willis e a hemorragia intraparenquimatosa (HIP), cujo mecanismo causal básico é a degeneração hialina de artérias intraparenquimatosas cerebrais (SITTA et al., 2010).

De acordo com Flauzino et al. (2014), são várias as vias fisiológicas que estão envolvidas na fisiopatologia do AVCi, dentre elas citam-se o metabolismo lipídico, a resposta inflamatória crônica local e sistêmica, a coagulação, a regulação da pressão sanguínea, a adesão celular e polimorfismos genéticos.

Xue et al. (2012) relatam que dentre estes marcadores moleculares para o AVC encontramos a Apolipoproteina E (Apo E) que é um receptor de lipoproteína de baixa densidade e desempenha um papel crucial no metabolismo do colesterol.

Assim esse estudo visa analisar a relação entre polimorfismo da Apolipoproteína E e o Acidente vascular cerebral.

2 DESENVOLVIMENTO

O método de pesquisa empregado nesse estudo é a pesquisa exploratória. O estudo do tema leva em consideração a Apolipoproteína E, como fator de risco para o AVC. Além dos fatores de risco tradicionais, como hipertensão arterial, diabetes ou obesidade, diferentes argumentos permitem suspeitar da intervenção fatores genéticos na aparência de um fator de risco.

A Apo E tem três isoformas comuns: alelos e2, e3, e4, formam o polimorfismo E2E2, E2E3, E2E4, E3E3, E3E4 e E4E4 (OJOPI; BERTONCINI; NETO, 2004). Boumendjel et al. (2013) relatam em seu estudo que a existência de uma provável relação entre o gene da apo E (alelo e4, e2) e AVCh e alelo 4 e AVCi, através do seu papel na patogênese da angiopatia.

Souza et al. (2003) em seu estudo destaca que a Apo E (apo E), associada à doença arterial coronariana (DAC) e com a diversidade do perfil lipídico sérico entre os indivíduos, também tem sido relacionado como um fator de risco para AVC, pois exerce importante papel na modulação das lipoproteínas aterogênicas. O gene foi mapeado no cromossomo 19, e suas frequências em populações caucasianas são mais comum E3E3 é representado em 60% da população seguido por E3E4 (22%), E2E3 (12%), E4E4 (3%), E2E4 (2%) e E2E2 (1%).

Zhao et al. (2017) demonstram em uma população do noroeste da China, que os resultados indicaram o alelo e4 está relacionado ao AVC e ao genótipo E4E4 estava relacionado à doença dos pequenos vasos. Em conclusão, em uma população do noroeste da China, o alelo APOE e4 foi associado ao nível de lipídios no sangue. Os níveis de colesterol foram os fatores de risco para o AVC.

Basun et al. (1996) em seu estudo com indivíduos com 75 anos ou mais, compararam a incidência de AVC nos 1.077 de 1124 indivíduos genotipados que transportaram E2E3, E3E3 ou E3E4 e estimaram a proporção de danos cognitivos atribuíveis a um fator de risco para AVCh.

Estudos como os de Konialis et al. (2016) evidenciaram que o alelo E4 da Apo E tem papel importante como fator de risco para o AVEi e doença coronariana porém, estas pesquisas, não relatam a interação deste fator com outras condições crônicas como a diabetes e a hipertensão, destacando assim a relevância de aprofundamento neste tema.

Levando esses estudos em conta, é possível associar a Apo E e o alelo e4 ao risco de AVC na população.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo alcançou seu objetivo, pois demostra que vários autores em seus estudos relatam o risco aumentado para o AVC com o polimorfismo da Apolipoproteína E, e o tema em questão se faz necessário para alertar a população quanto as causas do AVC.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sara Regina Meira. Análise epidemiológica do Acidente Vascular Cerebral no Brasil. **Rev Neurocienc.** 20(4):481-2. DOI: 10.4181/RNC.2012.20.483ed.2p. 2012.

BASUN, H; CORDER, EH; GUO, Z; LANFFELT, L; CORDER, LS; MANTON, KG; WINBLAD, B; VIITANEN, M. Apolipoprotein E polymorphism and stroke in a population sample aged 75 years or more**. Stroke.** Aug; 27(8):1310-5, 1996.

BOUMENDJEL, Sabrina; KHODJA, Djamel; HAMRI, Abdelmajid; BENLATRECHE, Chérifa; ABADI, Noureddine. Polymorphisme de l'apolipoprotéine Eet les accidents vasculaires cérébraux. **Ann Biol Clin**. 71 (1) : 21-6, 2013.

FLAUZINO, Tamires; ALFIERI, Daniela Frizon, KALLAUR, Ana Paula; ALMEIDA, Elaine Regina Delicato; REICHE, Edna Maria Vissoci. Polimorfismos genéticos associados ao metabolismo lipídico envolvidos na fisiopatologia do acidente vascular encefálico isquêmico. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 35, n. 2, p. 163-180, 2014.

KONIALIS, Christopher; SPENGOS, konstantinos; ILIOPOULOS, Panagiotis; KARAPANOU, Sophia; GIALAFOS, Elias; HAGNEFELTI, Birgitta; VEMMOS, Konstantinos; ZAKOPOULOS, Nikolaos; PANGALOS, Constantinos. The APOE E4 Allele Confers Increased Risk of Ischemic Stroke Among Greek Carriers. **Advances in clinical and experimental medicine:** official organ Wroclaw Medical University, v. 25, n. 3, p. 471-478, 2016.

OJOPI, Elida Benquique; BERTONCINI, Alexandre Bruno; NETO, Emmanuel Dias. Apolipoproteína E e a doença de Alzheimer. **Rev. psiquiatr.** clín. vol.31 no.1 São Paulo 2004.http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010160832004000100005. Acesso em: 10/09/2018.

ROLIM, Cristina Lúcia Rocha Cubas Rolim; MARTINS, Monica. Qualidade do cuidado ao acidente vascular cerebral isquêmico no SUS. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 27(11): 2106-2116, nov, 2011.

SITTA, Érica Ibelli; ARAKAWA, Aline Megumi, CALDANA, Magali de Lourdes; PERES, Sílvia Helena de Carvalho Sales. A contribuição de estudos transversais na área da linguagem com enfoque em afasia. **Rev. CEFAC**, São Paulo, 2010.

SOUZA, Dorotéia; CAMPOS, Bernadete; ARRUDA, Érika; YAMAMOTO, Lucy; TRINDADE, Daniel; TOGNOLA, Waldir. Influence of the polymorphism of apolipoprotein e in cerebral vascular disease. **Arq Neuropsiquiatr**. 61(1):7-13, 2003.

XUE, Pei; NIU, Wen-Quan; JIANG, Zhao-Yan; ZHENG, Min-Hua; FEI, Jian. A meta-analysis of apolipoprotein E gene ε2/ε3/ε4 polymorphism for gallbladder stone disease. **PLoS One**, v. 7, n. 9, p. e45849, 2012.

ZHAO, li li; SU, Gang; CHEN, Li xia; YAN, Qi; WANG, Xue ping; YUAN, Wei; WANG, Lei; ZHANG, Zhen chang. Apolipoprotein E polymorphisms are associated with ischemic stroke susceptibility in a Northwest China Han population**. Biosci Rep**. Dec 22; 37(6): BSR20171088, 2017.

DO SUPLÍCIO À CRISE DO SISTEMA PENAL

ZANELLA Katerine[296]
BONFIM, Rivaldo[297]
BUGAI, Fernanda de Araújo[298]

RESUMO: O presente aborda a transição das penas de suplício para o modelo de apenamento atualmente adotado no Brasil, ou seja, as mudanças no sistema de punição antes do corpo que migrou para a restrição de liberdade e a construção do sistema prisional, local de destino da pessoa apenada, cuja migração surge no período iluminista e transforma-se gradativamente até a atualidade, através da perspectiva de análise em Michael Foucault.

Palavras-chave: Penas. Iluminismo. Justiça.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre a evolução do sistema penal e sua transição no período iluminista, que influenciou no método de aplicação de penas e reflete-se até a atualidade.

Abordaremos os aspectos históricos, partindo do pensamento de Cesare Bonesana, conhecido como Marquês de Beccaria, em sua principal obra Dos Delitos e das Penas (1764), em que o teórico da Escola Clássica se opõe à maneira até então imposta de punição. Sua obra destaca a inutilidade da pena de morte no sistema jurídico e a maneira de como as penas não se debatiam de forma igual aos delitos cometidos naquele período.

Com relação às prisões, explicaremos o que foi a teoria panóptica, segundo o inglês Jeremy Bentham, que retrata os presídios a partir da análise comportamental dos encarcerados, e qual o resultado gerado por esse meio, através da crítica de Michel *Foucault sob a arte de vigiar e punir (2014). Ao final, analisando a evolução das penas no decorrer do iluminismo, relacionaremos ao sistema jurídico penal nos dias de hoje e as transformações ocorridas.*

[296]Acadêmica do Curso de Direito, 2° Período do Centro Universitário Campo Real. E-mail: katerinezanella@homail.com
[297]Acadêmico do Curso de Direito, 2° Período do Centro Universitário Campo Real. E-mail: dir-rivaldobonfim@camporeal.edu.br
[298] Mestre, Unicentro. Docente, Centro Universitário Campo Real.

2 O SURGIMENTO DAS PENAS E SUA EVOLUÇÃO.

Desde os primórdios, o homem, em decorrência da vivência em sociedade, teve suas relações mediadas por conflitos e relações de poder, a liberdade integral não trazia segurança e causava medo e temor à população.

A sociedade "fatigada de uma liberdade insegura em que a incerteza de conservá-la tornava-se inútil, então as pessoas optam por sacrificar uma parte dela para gozar do que lhes resta com mais segurança" (BECCARIA, 1764, p. 26), assim, a sociedade abdica para o Estado uma parte de sua liberdade em prol de mais segurança, dando origem à soberania da nação representada pelo Estado a quem cabe a guarda também da esfera penal, o desenvolvimento e aplicação de leis e o direito de punir.

Até o período iluminista as penas impostas aos infratores das leis eram conhecidas como suplícios e tinham por função elucidar a verdade, expondo aos olhos do povo a verdade através do interrogatório, "um suplício bem-sucedido justifica a justiça, na medida que publica a verdade do crime no próprio corpo do supliciado" (FOUCAULT, 2014, p.46).

No suplício o sofrimento é ponto essencial, porém, não é único ponto desta prática que, de acordo com Michael Foucault, divide-se em critérios, dos quais, o primeiro deles prevê uma produção "de sofrimento que se possa, se não medir exatamente, ao menos, apreciar, comparar e hierarquizar" (FOUCAULT, 2014, p.36), são os sofrimentos físicos. Em segundo lugar, deve fazer parte de um ritual, cuja função é de purificar o corpo do condenado a partir de marcas que com ele seguirão pelo resto da vida, aliviando o peso da vítima. E, por terceiro, o suplício deve ser ostentoso e admirado por todos, mostrando o triunfo do Estado, expressados pelos gritos de dor do culpado (FOUCAULT, 2014 p.36). Portanto, a presença de um público era fator necessário para garantir o ritual intimidativo do suplício.

Com o apogeu do Iluminismo, as ideias antes difundidas de que a religiosidade seria o centro do mundo, passam a dar lugar às ideais de emancipação humana, o homem como sendo o centro da razão:

> O discurso iluminista do século XVIII tem como marca principal a defesa da causa da emancipação humana pelo uso da razão. A fórmula célebre de Kant sapere aude (ousai saber), o apelo à autonomia do sujeito a partir das suas potencialidades racionais e o uso da ciência na dissolução da imagem mística e encantada do mundo são o que melhor caracteriza o pensamento das Luzes. No plano político, a reivindicação da emancipação pela razão fez com que o Iluminismo ganhasse uma tonalidade fortemente crítica que, em suas formas

> extremadas, assumiu um caráter contestatório consideravelmente subversivo em relação aos poderes constituídos (JUNIOR&CASTRO, 2008, p. 265).

As ideias iluministas além de mudarem a forma de pensamento social, também trouxeram evoluções para o sistema penal, que precisou se readequar às novas ideologias, pois com a evolução da sociedade os simples desmandes da monarquia não faziam mais sentido e o ritual do suplício deixou de intimidar ao povo, ao mesmo passo que a monarquia necessitava modernizar-se e manter a centralização de poder (JUNIO&CASTRO, 2008, p 265).

Não havendo mais espaço para castigos desnecessários e torturas, a prisão se tornou a principal resposta ao cometimento de delitos, pois acreditava-se que realmente era eficaz na reabilitação do apenado.

Nessa esteira de solução criminal a partir da prisão, Jeremy Bentham desenvolve o que seria a utopia da cidade perfeita exemplarmente governada. Ou seja, conforme Foucault descreve (2014, p. 190-194), trata-se de uma figura de arquitetura anelar dividida em celas, com uma torre central abertas na direção da face interna do anel, sendo que as celas possuem janelas paralelas à torre, o que permite à guarda da torre uma visão panorâmica de cada cela, sem que a pessoa presa tenha retorno dessa visão, ou seja, vigia-se sem ser vigiado, o que garante a ordem e evita-se a tentativa de evasão.

Partindo dessa temática de controle, Foucault assevera que as relações sociais modernas têm a característica de atuação de tal poder tríplice, exercido sobre os sujeitos por meio de vigilância individual, controle e correção. As disciplinas substituem o velho princípio “retirada-violência” que regia a economia do poder pelo princípio “suavidade-produção-lucro”. Deve neutralizar os efeitos de contra poder que dela nascem e que formam resistência ao poder que quer dominá-la: agitações, revoltas, organizações espontâneas, conluios — tudo o que pode se originar das conjunções horizontais (FOUCAULT, 2014, p.198-201).

Atualmente, no Brasil, o sistema prisional visa a ressocialização e a recuperação do preso, porém, não acontece na materialidade, considerando-se que a sociedade ainda não aceita o cárcere como necessário, na reabilitação do infrator há uma preocupação demasiada com a questão da fuga e de indisciplina do que a própria reinserção do preso na sociedade.

Nessa linha de pensamento, percebem-se as mudanças que o período iluminista trouxe no sistema penal e no pensamento da sociedade. Se, no período de

surgimento dos métodos punitivos eles eram vistos como formas de entretenimento, hoje em dia a sociedade se coloca de forma alheia, aos interesses dos encarcerados, como se eles estivessem numa sociedade a parte. Após a condenação, a pessoa "torna-se, na concepção própria do termo, um marginal, e a sociedade por ele já não se interessa. Só quando rebeliões e evasões ocupam as manchetes dos jornais é que nos lembramos de que o preso "também" e "ainda" é um ser humano" (BRZEZINSKI, 1996, p. 9).

No Brasil o sistema penal, submete o preso ao encarceramento como comenta Teixeira:

> Regulamentados no Brasil pela Lei de Execução Penal - Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – LEP -, os estabelecimentos penais destinam-se, em especial, ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso, conforme preceitua o art. 82, que ainda informa que a mulher e o maior de 60 (sessenta) anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal. (TEIXEIRA, 2008, p 94)

A pena, antes aplicada unicamente como forma de punição ao corpo, agora se coloca como retirada da liberdade, no modelo do sistema prisional "observada na Europa e nos Estados Unidos da América, de exagerada opção pelas penas privativas de liberdade como mecanismo de combate ao crime e de proteção à sociedade, com consequente aumento das populações carcerárias, misto de incremento das taxas de criminalidade, de recrudescimento das políticas criminais e do endurecimento das penas" (TEIXEIRA, 2008, p.96). O número de apenados no Brasil é cada vez maior, uma vez que o sistema não dá conta de recolocar o preso no mercado de trabalho, deste modo, o mesmo não encontra outra forma de sobrevivência e comete novos crimes. Assim como comenta Andrade e Ferreira:

> Pesquisas mostram que 65% deles são, sobretudo, jovens, negros e de baixa renda. Esses seres humanos são vistos pela sociedade como sub-humanos, porque em geral eles já eram alvo de preconceito de classe, de cor e, quando comete um crime a justiça os define como criminosos recebendo, portanto, o último selo, o último estigma do criminoso, aquele que se associa aos demais. O sistema carcerário brasileiro se configurou desde a sua gênese como uma espécie de apartheid social, onde se conhece os senhorzinhos, os algozes e os flagelados (ANDRADE & FERREIRA, 2015, p.119).

As instituições carcerárias estão se tornando cada vez mais depósitos de gente, um aglomerado de pessoas que não possuem direitos. Ao passo que reforça ainda mais, a estrutura de desigualdade social e cultural do país.

3. CONCLUSÃO

As aplicações das penalidades como vimos, sofreram alterações no decorrer do movimento Iluminista. Sua evolução aconteceu principalmente devido as ideias de pensadores iluministas, e um dos principais destacados neste artigo, foi o ponto de vista de Cesare Beccaria. Percebemos que seu pensamento na formalidade das penas foi de forte influência sobre as aplicações penais ao período moderno. Isso se destacou claramente na abolição da forma rígida da qual era imposta aos indivíduos que cometiam alguma infração. Como a da pena de morte, à tortura, muito usada na época, e do qual era uma das formas mais cruéis de punir. Ao seu ver a violência gerava violência, o que culminou na igualdade de todos perante a função social e da maneira em que as penas deveriam ser punidas de acordo com o delito cometido. O que é de suma importância no sistema jurídico penal atual.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, U. S.; FERREIRA, F. F. CRISE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO capitalismo, desigualdade social e prisão. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v.3, n.1, p. 24-38, 2014.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das Penas**. 1.ed. São Paulo: EDIPRO, 1764. 242p.

BRZEZINSKI, I. Francisco. **A vida numa penitenciária**. 1. ed. Curitiba: Juruá,1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 42.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014, 302p. ISBN 978-85326-0508-5.

JÚNIOR, A. Dal Ri; CASTRO, Alexander. **Iluminismo e absolutismo no modelo jurídico-penal de Cesare Beccaria.** Sequência. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. v.29, n 57, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/14958-46126-1-PB.pdf. Acesso em: 10 junho 2018.

TEIXEIRA, S. W. Domingues. **Estudo sobre a evolução da pena, dos sistemas prisionais e da realidade brasileira em execução penal – propostas para melhoria do desempenho de uma vara de execução penal**. 216f. Dissertação de Mestrado Profissional. Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. 2008, 216p.

ALIENAÇÃO PARENTAL: QUESTÕES JURIDICAS E A PROBLEMATICA DO ABUSO SEXUAL

BOMFIN, Rivaldo[299]
ZANELLA, Katerine[300]
SELL, Elizabete Nizer[301]

RESUMO: As relações afetivas estão cada vez mais fragmentadas, e as separações se tornam muito comuns. Ao fim do relacionamento se acentua as disputas por guarda de menor. Neste contexto a pesquisa apresenta de forma breve a questão da alienação parental baseada na teoria de Gardner e suas implicações, quando se choca com denúncia de abuso sexual por um dos cônjuges. Para dar conta do tema o texto busca embasamento metodológico bibliográfico, bem como a doutrina e legislação em vigor.

Palavras-chave: Direito da Família. Alienação Parental. Abuso Sexual.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa busca analisar a Lei 12.318/2010, que altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. A mesma lei está gerando, alguns questionamentos acerca de sua interpretação jurídica. Deste modo, o trabalho visa colocar algumas observações, sobre ordenamentos jurídicos da lei e suas interpretações.

A seguinte problemática decorre do fato que, no fim de alguns relacionamentos, a genitora descobre que o filho está sendo abusado, mas ao realizar a denuncia, o fato gerador decai sobre a alienação parental. E por muitas vezes a genitora por falta de provas acaba sendo afastada do menor, ficando com a guarda, o suposto denunciado.

Para isto, será necessário, análise do termo Síndrome de Alienação Parental (SAP) criado pelo Psiquiatra Infantil Richard Gardner em 1985.

A pesquisa busca embasamento metodológico bibliográfico, assim como, fonte doutrinária e jurisprudencial, além da legislação acerca do tema proposto.

2 DESENVOLVIMENTO

As mudanças na sociedade, e também no núcleo familiar estão se fragmentando ano após ano. As relações afetivas aparecem do dia para noite, assim como se extinguem rapidamente. Com o fim desses relacionamentos, ficam os filhos mais vulneráveis a este processo. O divórcio ou separação, nem sempre se dá por viés

[299] Acadêmico do Curso de Direito, 2º período do Universitário Campo Real.
[300] Acadêmica do Curso de Direito, 2º período do Universitário Campo Real.
[301] Orientadora: Professora de Direito Civil do Centro Universitário Campo Real.

amigável e os genitores travam uma “guerra” em torno da criança por vários motivos. Um deles, é a guarda do menor, pensão alimentícia, visitações entre outros.

Visando o bem estar do menor, e na tentativa de evitar as supostas manipulações por parte de um dos genitores é que se criou a Lei 12.318/2010, que dispõe sobre a alienação parental e que modifica o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O art. 2º da lei define Alienação Parental como:

> Art. 2º. Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.
> Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:
> I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
> II - dificultar o exercício da autoridade parental;
> III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
> IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
> V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
> VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
> VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós. (BRASIL, 2010).

Deste modo, qualquer interferência no pensar ou agir da criança induzida por qualquer um dos genitores, que interfira no relacionamento afetivo ou emocional, são formas de alienação parental. Considera-se alienação parental quando um dos genitores desqualifica a conduta do outro por qualquer motivo no exercício da paternidade ou maternidade. Observe-se que este caso acontece quando o genitor com a guarda do menor transfere para a criança as frustrações do fim do relacionamento, e joga para o genitor que não está presente a culpa do abandono do lar.

Ainda nos incisos II, III e IV, do parágrafo único, da Lei 12.318/2010, exemplifica como formas de alienação parental, os empecilhos impostos por um dos genitores ao outro, dificultando contato com a criança, ou negando informações sobre a mesma. Nos incisos V, VI e VII dispõe que omitir informações pessoais relevantes, da criança ou adolescente sobre saúde, educação ou endereço pode afetar os laços fraternos parentais entre ambos.

O inciso VI é que vem sendo analisado de forma polêmica; consta que “apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para

obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente" é uma das formas de alienação parental mais grave, pois é nele que a alienação parental se materializa pela apresentação da falsa denúncia contra genitor, ou familiar do mesmo. Essa denúncia pode gerar consequências ao sujeito ativo, inclusive responsabilização criminal pela pratica de calúnia e difamação.

Para tanto, Gardner define Síndrome da Alienação Parental - SAP como se tratando de um distúrbio:

> é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor (o que faz a "lavagem cerebral, programação, doutrinação") e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. Quando o abuso e/ou a negligência parentais verdadeiros estão presentes, a animosidade da criança pode ser justificada, e assim a explicação de Síndrome de Alienação Parental para a hostilidade da criança não é aplicável (GARDNER, 2002, p.2).

Deste modo, questiona-se, como deve proceder um julgador que recebe em suas mãos uma petição de guarda, em que um dos cônjuges está sendo acusado de abuso sexual? Chega a ser abominável imaginar tal fato, o caso é que muitas vezes, o cônjuge movido por raiva utiliza-se deste fato falsamente, para afastar o outro do convívio do menor. Casos de abuso sexual ainda geram polêmica, e quando ocorrem no âmbito da família, se torna ainda mais difícil, como comenta Maria Berenice Dias:

> Ao depois, nem sempre o abuso deixa vestígios físicos, visto que sua configuração não depende da prática sexual com conjunção carnal, coito vagínico ou anal. A prova, muitas vezes, limita-se ao confronto da palavra de um adulto com a de uma criança, que tem enorme dificuldade de relatar o ocorrido. Tudo isso dificulta a apuração de sua prática, o que leva a um número exacerbado de absolvições, a ponto de poder dizer-se que a impunidade é a regra (DIAS, 2010, p.1).

Há um conflito de interesses que permeiam toda essa ação, por um lado, a justiça analisa o crescente número de falsas denúncias e através do teoria de Gardner julga a acusação como síndrome da alienação parental, assim cita Dias:

> Esta realidade perversa pode levar a um injustificado rompimento do vínculo de convivência. Mas há outra consequência, ainda pior: a possibilidade de identificar como falsa denúncia o que pode ser uma verdade. Nos processos envolvendo abuso sexual, a alegação de que se trata de síndrome da alienação parental tornou-se argumento de defesa e vem sendo invocada como excludente de criminalidade (DIAS, 2010, p.1-2).

A denúncia é muito difícil, pois geralmente o genitor não utiliza violência, e o menor não entente o abuso como uma ato de violência e sim julga como gestos de carinho e atenção. Quando a vítima se dá conta de que se trata de uma prática erótica,

a violência já passou. Geralmente o agressor é uma pessoa próxima e toda família ama e respeita.

Tais questionamentos deveriam ser analisados, pois se a alienação parental fere o direito da criança à convivência familiar saudável, a sujeição da criança ao abuso sexual e a convivência com o abusador, mesmo sendo seu genitor, ou do seu próprio grupo familiar fere a Constituição Federal de 1988, e seu artigo 227. A prioridade é o direito da criança e do adolescente que sobrepõe à direitos paternais, de tutela ou guarda assim definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dispõe no artigo 5º que "[…] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais" (Brasil, 1990).

Em casos de queixa do menor, de abuso por menor que esta venha aparecer, se faz necessário que haja perícia iminente, e as medidas necessárias para preservar a integridade psicológica do menor, evitando danos futuros. Ainda sobre isso, Dias assevera:

> Ainda que tais mecanismos não venham a acabar com estes crimes tão hediondos, têm enorme significado, pois, além de minimizarem as sequelas de ordem psicológica na pessoa das pequenas vítimas, vão permitir que se identifique com mais segurança quem é o seu autor: ou o genitor que de fato abusou sexualmente do filho ou quem denunciou falsamente a ocorrência de incesto, duas formas perversas de abuso que igualmente precisam ser punidas. É chegada a hora de se tomar consciência de que a família nem sempre é um espaço de cuidado e um ninho de amor, havendo necessidade de se tornar efetivo o comando constitucional que assegura a crianças e adolescente proteção integral com absoluta prioridade (DIAS, 2010, p. 7).

Todo aparato jurídico deve constar de peritos médicos, psicólogos, assistentes sociais que devem estar preparados para distinguir o que de fato é mágoa e remorso da genitora ou genitor; quando se trata de uma queixa do menor deve se ter uma ênfase maior por parte da justiça.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou, como pode ser grande a tragédia humana decorrente da alienação parental. Desse modo alienação parental deriva, da dificuldade do ser humano adulto lidar com as frustações de uma separação indesejada, e consequentemente não jogar nos filhos essa responsabilidade. A falta do amadurecimento de um dos cônjuges, para lidar com essa situação e os filhos, não sejam afetados. A grande questão é quando o judiciário se depara com essa situação de alienação parental a Lei 12.318/2010 já traz

receitas prontas e se justificam por ela própria. A elucidação imediata e eficaz se faz necessária para minimizar as injustiças, portanto, a questão chave é que o principal objeto de combate é a causa, não as consequências da alienação parental.

Conclui-se que é necessário, observar o caso concreto no seio da família, e na sociedade. Deve ter uma abertura maior para ouvir todos ao envolto do menor, as receitas de Gardner nem sempre funcionam em todo mundo, deve se analisar o entorno das entrelinhas, para que, casos de abuso sexual a crianças, sejam deixados de lado, e se analisem somente a alienação em si. Deste modo, ter-se-á um direito coerente, e justo.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1990.Disponivel em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10619333/artigo-5-da-lei-n-8069-de-13-de-julho-de-1990. Acesso em:17/04/2018.

BRASIL. Constituição(1988)**. Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília, DF: senado Federal1988.

BRASIL. Decreto-lei nº12.318\2010, de 26 de agosto de 2010. **LEI 12.318/2010 (LEI ORDINÁRIA).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em :10/04/2018.

DIAS, M. Berenice. **Incesto e a síndrome da alienação parental.** Resumo Publicado da obra. 2010. Disponível em: http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_705)5__incesto_e_a_sindrome_da_alienacao_parental.pdf. Acesso em :10/04/2018.

GARDNER. Richard A. M.D. **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)?** 2002. Disponível em: http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente. Acesso em: 08/04/2018

CARBOXITERAPIA NO TRATAMENTO DE LIPODISTROFIA GINÓIDE

ROCHA, Thais Caroline Bobroski[302]
MARTINS, Ananery Aparecida[303]

RESUMO: A lipodistrofia ginóide (LDG) é uma disfunção estética que acomete principalmente mulheres, sua causa é multifatorial. Dentre os tratamentos mais procurados para o tratamento dessa disfunção estética está a carboxiterapia, que consiste na insuflação de gás carbônico medicinal nas regiões acometidas pela LDG. Realizou-se um estudo de revisão bibliográfica buscando compreender melhor a ação da carboxiterapia no tratamento da LDG.

Palavras-chave: Lipodistrofia Ginóide. Fibro Edema Gelóide. Celulite. Carboxiterapia.

1 INTRODUÇÃO

A carboxiterapia começou a ser utilizada na década de 30 na Europa. Inicialmente era usada para o tratamento de arteriopatias periféricas através de banhos secos ou mergulhos em água carbonada. Em 1953, um cardiologista chamado Jean Baptiste Romuef, após 20 anos de pesquisa publicou seus estudos sobre o uso terapêutico da carboxiterapia aplicada via subcutânea (FERREIRA et al, 2012).

A lipodistrofia ginóide (LDG) acomete principalmente mulheres e tem como causa diversos fatores como: predisposição genética (morfologia corporal, tipo de gordura e a disposição da mesma no corpo), idade, hábitos alimentares, sedentarismo (reduz o gasto calórico, a massa muscular e a circulação sanguínea, e aumenta a camada de tecido adiposo), tabagismo, alterações na microcirculação (dificuldade de oxigenação dos tecidos devido ao comprometimento do fluxo sanguíneo) e no sistema linfático, alterações hormonais (o estrógeno aumenta a atividade da enzima LPL, que por sua vez estimula a lipogênese), etc. Não há por tanto um único fator que desencadeie o surgimento da LDG, sua causa é multifatorial e interligada (KEDE; SABATOVICH, 2009; MAIO, 2017).

É popularmente conhecida como “celulite”, termo inadequado, pois este significa “inflamação do tecido celular”. A celulite pode ocorrer na hipoderme e no tecido celular subcutâneo, onde há um quadro histológico com presença de processo inflamatório agudo, podendo estar associado à infecção bacteriana. Observa-se presença de eritema e edema, dor e limites não muito definidos. Evolui lentamente e pode ocorrer sintomatologia sistêmica e linfadenopatia regional associada. Portanto o

[302] Acadêmica de Biomedicina, 8º Período, Centro Universitário Campo Real.
[303] Docente Orientadora, Centro Universitário Campo Real, Especialista em Biomedicina Estética.

termo “celulite” deve ser utilizado somente quando refere-se a patologia tratada por médicos (GUIRRO; GUIRRO, 2004; FURTADO; GOUVEIA; BRITO, 2016).

Nos centros clínicos e estéticos é grande a procura por tratamento que amenize as alterações estéticas causadas pela LDG. Dentre os tratamentos a carboxiterapia se destaca entre os mais requisitados. A carboxiterapia é um tratamento que consiste na insuflação de gás carbônico medicinal, utilizado para diversos fins, entre eles o tratamento de LDG. A aplicação de CO_2 promove uma melhor oxigenação dos tecidos (Efeito Bohr), além de estimular a produção de colágeno e elastina (KEDE; SABATOVICH, 2009).

Considerando as afirmações presentes no último parágrafo, o intuito desse trabalho foi pesquisar informações sobre a carboxiterapia para o tratamento de LDG buscando um melhor entendimento sobre a ação desse tratamento para tal disfunção estética.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Para a elaboração do presente trabalho realizou-se uma pesquisa de revisão bibliográfica com o objetivo de melhor explanar os estudos realizados até o momento sobre a carboxiterapia no tratamento da lipodistrofia ginóide, abordando sua origem, causa, tecidos acometidos, etc., e como a mesma age no tratamento dessa disfunção estética.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A LDG é ocasionada devido a alterações metabólicas no tecido subcutâneo acometendo também a derme, microcirculação e adipócitos. Ocorre uma infiltração edematosa, não inflamatória no tecido conjuntivo subcutâneo e polimerização da substância fundamental que causa a formação de tecido fibrótico. Pode causar dor devido à aderência e aumento do tecido subcutâneo. Esta afecção causa alterações em alguns elementos do tecido conjuntivo subcutâneo aumentando a viscosidade da substância fundamental ligadas à estase capilovenular e linfática (BORGES, 2010).

Os vários fatores que influenciam no surgimento da LDG fazem com que os adipócitos cresçam, aumentando a espessura e consistência dos tecidos subcutâneos superficiais, causando alterações na matriz intersticial dos tecidos e deficiência

microcirculatória, gerando uma fibrose, que intensifica a sensibilidade local, diminui a mobilidade do tecido e faz com que a pele se retraia e fique com o aspecto de “casca de laranja” (KEDE; SABATOVICH, 2009; PARIENTI, 2001).

Ao comprometer a microcirculação (arteríolas, vênulas e sistema linfático), a LDG pode causar telangiectasias, sensação de peso e câimbras nas pernas e pés, redução da temperatura da epiderme, e edema pela dificuldade de filtração ou por alterações na morfologia do sistema linfático (BORGES; SCORZA, 2016).

Segundo Fontanive [2016], o dióxido de carbono (CO_2) foi descoberto por Joseph Black em 1784, é um gás atóxico, não causa embolia e é muito utilizado em procedimentos como histeroscopias, videolaparoscopia e etc. Produto natural do metabolismo humano está presente em diversas reações. Em condições fisiológicas normais em repouso produz-se em torno de 200 mL/ minuto, já em situações de esforço físico o valor de eliminação fica em torno de 600 a 1000 mL/ minuto. Por ser bastante solúvel sua absorção e eliminação é extremamente rápida, porém a vasodilatação causada pelo mesmo tem efeito mais duradouro.

A ativação da circulação ocorre, pois ao injetar-se CO_2 provoca-se um desequilíbrio na pressão de O_2 e CO_2, causando uma hipercapnia e a redução do pH local, o organismo entende isso como uma falta de O_2, então o CO_2 age no miócito das arteríolas causando uma vasodilatação local, essa vasodilatação permite que uma grande quantidade de hemoglobina oxigenada chegue até a região, então a hemoglobina libera o O_2 provocando uma melhor oxigenação do tecido e capta o CO_2, essa cascata de reações gera hiperemia e aumento da temperatura da epiderme (ABRAMO et al, 2009; BORGES, 2010; VARLARO et al, 2007).

De acordo com BORGES (2010) e PIANEZ (2016), o CO_2 também age no sistema nervoso simpático e causando uma pequena alteração de pH de acidose para alcalose, promove a formação de vasos sanguíneos e linfáticos, além de estimular a produção de colágeno e elastina.

A carboxiterapia também gera lipólise, pois ao injetar-se CO_2, este ativa a enzima adenilciclase que produz os mediadores químicos AMPc, que ativam a enzima lípase, responsável pela quebra dos triglicerídeos (BORGES, 2010).

O Efeito de Bohr é observado através do desvio à direita da curva de separação de oxigênio-hemoglobina devido ao aumento de CO_2 e de H^+ no sangue. A maior disponibilidade de CO_2 aumenta pO_2, a concentração de ácido carbônico (H_2CO_3) e de íons de hidrogênio (H^+) nos tecidos, isso faz com que a hemoglobina que possui

maior afinidade pelo CO_2 libere o O_2 para ligar-se a ele, resultando numa maior disponibilidade de O_2 nos tecidos e consequentemente melhorando a sua oxigenação (GUYTON; HALL 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo fazer uma revisão de literatura sobre a ação da carboxiterapia no tratamento da LDG, visto que atualmente a mesma está entre os tratamentos mais realizados nos centros estéticos, pois promove bons resultados na redução da LDG.

A carboxiterapia é considerada um tratamento seguro, pois utiliza o CO2 medicinal que possui 99,9% de pureza, próprio para o uso terapêutico não tendo relatos de efeitos adversos ou complicações importantes.

A lipodistrofia ginóide é uma disfunção estética que acomete principalmente mulheres, e que pode causar desconforto tanto pela dor, como pela baixa auto-estima que a mesma pode gerar.

Podemos perceber que a carboxiterapia possui respaldo na literatura para seu uso seguro, sendo utilizada em várias áreas da medicina, da fisioterapia dermato-funcional e na biomedicina estética.

4 REFERÊNCIAS

ABRAMO, Antonio C. et al. **Elevação da Temperatura Cutânea Após Infusão Controlada de Dióxido de Carbono.** Disponível em: < http://www.rbcp.org.br/details/489/elevacao-da-temperatura-cutanea-apos-a-infusao-controlada-de-dioxido-de-carbono>. Acesso em: 30 Ago. 2018.

BORGES, Fábio dos Santos. **Modalidades Terapêuticas nas Disfunções Estéticas.** São Paulo: Phorte, 2010.

BORGES, Fábio dos Santos; SCORZA, Flávia Acedo. **Terapêutica em Estética: conceitos e técnicas.** São Paulo: Phorte, 2016.

FERREIRA, Lydia Masako et al. **Carboxiterapia: buscando evidência para aplicação em cirurgia plástica e dermatologia.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcp/v27n3/02.pdf> Acesso em: 12 set. 2018

FONTANIVE, Tiago O. **Carboxiterapia.** Disponível em: www.tiagofontanive.com.br. Acesso em: 20 mar 2018

FURTADO, Filipa; GOUVEIA Catarina; BRITO, Maria João. **Protocolos de Actuação Unidade de Infecciologia.** Disponível em: http://anuariohde.com/artigos_posters/comunica/1567.pdf. Acesso em: 26 mar. 2018.

GUIRRO, Elaine; GUIRRO, Rinaldo. **Fisioterapia Dermato-Funcional.** São Paulo: Manole, 2004.

GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. **Tratado de Fisiologia Médica.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

KEDE, Maria P. V; SABATOVICH, Oleg. **Dermatologia Estética.** São Paulo: Atheneu, 2009.

MAIO, Maurício de. **Tratado de Medicina Estética.** São Paulo: Roca, 2017.

PARIENTI, I. J. **Medicina Estética.** São Paulo. Andrey, 2001.

PIANEZ, Luana R. **Effectiveness of carboxytherapy in the treatment of cellulite in healthy women: a pilot study.** Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5001663/>. Acesso em: 30 Ago. 2018.

VARLARO, V et al. **Carboxytherapy: effects on microcirculation and its use in the treatment of severe lymphedema.** Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7330/7b073d92019a4f1b6c7c6becf12c4ea8237d.pdf >. Acesso em: 30 Ago. 2018.

A ATUAÇÃO DO CIS NO EXERCÍCIO DO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO E SUA VINCULAÇÃO COM O TRABALHO EM REDE

RAVARENA, Vanessa[304]
ROSSIGNOLLI, Bruna Maria[305]
AMARAL, Cilmara Toledo[306]

RESUMO: O presente trabalho, fruto da Pós Graduação em Gestão de Conflitos, tem por objetivo conceituar o termo rede dentro do âmbito da administração pública, além de dissertar sobre a importância da mesma dentro do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná – CIS. Nessa direção, a revisão bibliográfica permitiu a aproximação com a temática em tela, destacando as principais categorias teóricas que a norteiam, tornando possível garantir a abordagem qualitativa das reflexões e análises ora apresentadas.

Palavras-chave: Rede. Consórcios. Administração pública.

1 INTRODUÇÃO

Em conformidade com os estudos realizados na Pós Graduação em Gestão de Conflitos, esse trabalho tem como objetivo apontar a importância da rede na esfera pública, bem como, a atuação dela no Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná – CIS. Isto posto, é preciso compreender o conceito de rede levando em consideração a união de serviços para um bem comum, no caso da gestão pública, baseado no atendimento à população. Nesse sentindo, as redes se concretizam de diversas formas, levando em conta a especificidades dos serviços e da realidade local.

De acordo com Fleury (2005), o termo rede dentro da esfera governamental, é utilizada na junção da política e na administração pública. Dessa forma, a rede dentro do âmbito da gestão pública concretiza um modelo estratégico de gestão que pode envolver políticas locais e globais. Ainda que não se tenha registros de

[304]Graduada no Curso de Direito da Faculdade Campo Real, Guarapuava-PR e cursando especialização em Gestão de Conflitos, vanessaravarena@yahoo.com.
[305] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Acadêmica do Curso de Especialização em Gestão Pública com ênfase do Sistema Único de Assistência Social – SUAS pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Acadêmica do Curso de Especialização em Gestão de Conflitos do Centro Universitário Campo Real.
[306] Graduada no Curso de Direito da Faculdade Campo Real, Guarapuava-PR e cursando especialização em Gestão de Conflitos.

ser uma tendência dentro dos serviços públicos, esse modelo cria uma estratégia afim de qualificar e melhorar as políticas públicas brasileiras.

Essa junção de esforços e das políticas, promove uma interligação dos serviços estatais, os quais compartilham de interesses comuns. Desse modo, é através dessa interação dos serviços, que se constrói a rede. Nesse sentido, a rede fomenta toda a comunicação entre os serviços, bem como, o compartilhamento de conhecimentos e percepções de problemas (FLEURY, 2005).

Para melhor exemplificação do trabalho em rede no âmbito dos serviços públicos dedicados ao atendimento da população, se fez necessário aprofundar-se no estudo bibliográfico e na aplicação do mesmo no CIS. Esse consórcio, foi criado em fevereiro de 2000, como resposta a necessidade de suprir os atendimentos em especialidades médicas.

Este resumo apresenta reflexões orientadas numa proposta de estudo qualitativo que, nas palavras de Minayo (2007), permite aprofundar o assunto, ou seja, obter conhecimento para além da aparência, de forma a compreender e analisar o fenômeno estudado. Além disso, foi realizada entrevista semiestrutura afim de aprofundar a atuação do CIS e o exercício do trabalho em rede no âmbito dos consórcios de saúde.

Para tanto, optou-se pela revisão bibliográfica, no intuito de reconhecer teoricamente a temática estudada, sob pontos de vistas diferentes e complementares, considerando as variadas categorias que a compõe.

2 DESENVOLVIMENTO

O trabalho em rede, segundo a autora Célia R. B. Schlithler surgem como uma forma de organização, capaz de enfrentar a complexidade dos problemas sociais os quais envolvem o setor privado juntamente com o setor público. A rede compreende a construção das políticas públicas, orientadas pelas demandas e expressões da questão social. Com isso, conceituamos rede conforme a autora:

> As redes são mesmo formadas por pontos (pessoas/organizações) ligados por fios que os conectam (comunicação). [...] As redes sociais podem ser temáticas, focadas em determinadas questões sociais ou áreas territoriais. É bastante comum o questionamento sobre se as redes sociais são o mesmo que parcerias ou alianças. A parceria pode ser entendida como a relação estabelecida para o desenvolvimento de um projeto, elaborado e proposto por uma pessoa ou organização que precisa de parceiros para implementá-lo. Como os projetos

> têm um ciclo de vida pré-determinado, sua conclusão representa o fim daquela parceria. No caso das alianças, duas ou mais pessoas ou organizações se comprometem com a elaboração e o desenvolvimento de ações, cujo prazo é mais longo ou indefinido. Essas ações são, geralmente, parte de um programa que reúne vários projetos concebidos para atingir objetivos definidos pelos participantes da aliança. (SCHLITHLER, p.1-2)

Sendo assim, a rede trata-se de uma união de esforços e serviços no atendimento à população. O termo rede dentro da esfera governamental como referencia Cavalcanti (2006, p.242) “As organizações governamentais são desenhadas de modo a garantir um conjunto de espaços de poder para acomodar compromissos e alianças firmados pelo grupo que assume a direção do aparato”. Assim articulam o conjunto das organizações governantes.

Diante dessas especificidades Fleury (2005), explica que a criação e manutenção da estrutura de redes, devem possuir objetivos comuns e de uma dinâmica gerencial compatível e adequada a sua realidade. Podendo sim, assentar um poder compartilhado onde impõem desafios administrativos fundamentais, vinculados aos processos de negociação e distribuição de recursos e interação.

Ao passo que algumas competências são particulares de cada Ente federativo, outras lhes são comuns, como cuidar da saúde e assistência pública, com isso citamos os consórcios, regidos pela Lei nº 11.107/2005.

Isso posto, o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná – CIS, criado antes da Lei nº 11.107/2005 é uma forma de associação entre os municípios, destinada a serviços de saúde a população, orientadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS (CIS, 2018a).

Tendo em vista essas especificidades, o consórcio CIS está correlacionado aos sistemas municipais de treze municípios, sendo eles: Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Candói, Foz do Jordão, Goioxim, Laranjal, Pitanga, Prudentópolis, Pinhão, Cantagalo, Palmital, Reserva do Iguaçu e Turvo. Sendo assim, articula o atendimento a outros municípios, oferecendo um atendimento de maior complexidade (CIS, 2018a).

Dessa forma, de acordo com CIS (2018b) compõe-se de trinta e uma especialidades atendendo os treze municípios. Tanto no atendimento por consultas, como nos serviços de exames e procedimentos.

À vista disso, O CIS mobiliza-se como uma associação afim de responder as demandas no âmbito da saúde. Além disso, o Consórcio ainda possui

convênios com recursos específicos para o Programa da Rede Mãe Paranaense, Rede da Saúde do Idoso, Saúde Mental, Serviços com hipertensos e diabéticos, os quais são beneficiados onze municípios do Consórcio (exceto Pinhão e Turvo) (CIS, 2018b).

Diante dessas especificidades, a rede dentro do CIS, é configurada pela união desses municípios na construção de uma rede de atendimento aos habitantes no âmbito da saúde. Compreendendo que sujeito de direito deve ser atendido de maneira eficaz e eficiente, orientada pelo Sistema Único de Saúde – SUS (CIS, 2018b).

Ainda sobre esse assunto, podemos identificar a atuação de outras redes dentro do CIS. Apresentando a complexidade dos serviços e de sua atuação em rede dentro e fora do Consórcio.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, dentro do estudo do trabalho em rede levando em conta a atuação do CIS. Que o poder da rede dentro da esfera das políticas públicas voltadas a área da saúde, devem respeitar a dignidade e a garantia dos direitos humanos.

É necessário frisar que a complexidade da rede na saúde atravessa a disputa de saberes e poderes. Contudo, como a rede está em constante construção, utiliza-se de estratégias de ação territorial e democrática. Apresentando ações intersetoriais que colocam em cena o cuidado e a proteção dos sujeitos de direitos envolvidos.

O processo de planejamento em rede é muito mobilizador, o que promove o protagonismo dos integrantes, condição imprescindível para o desenvolvimento das políticas e serviços públicos. No qual, se compartilham ideais e se definem objetivos e metas que levarão a ações conjuntas consistentes e provocadoras de transformações sociais.

4 REFERÊNCIAS

FLEURY, Sonia. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. **Administração em Diálogo**, São Paulo, no 7, 2005.

CIS, Consórcio Intermunicipal de Saúde do Centro Oeste do Paraná. Sobre o CIS. Disponível em: < http://www.ciscentrooeste.com.br/carregaConteudo.php?p=9# >. Acesso em: 23/08/2018a.

CIS, Consórcio Intermunicipal de Saúde. Entrevista concedida a Bruna Maria Rossignolli, Cilmara Toledo Amaral e Vanessa Ravarena. Guarapuava, 03 de agosto de 2018b. [A entrevista encontra-se transcrita nessa atividade].

CAVALCANTI, Marly (Org.). **Gestão social, estratégicas e parcerias:** redescobrindo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006. 321 p., il. ISBN 85-02-05425-2.

BRASIL. Decreto-lei n 11.107, de 6 de abril de 2005 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm. Acesso em: 28/08/2018.

SCHLITHLER. Célia R. B. **Redes Intersetoriais de Desenvolvimento Comunitário**. 2010. Disponível em: < http://projeccia.com.br/images/download/comunidade/Redes-intersetoriais.pdf >. Acesso em:28/08/2018.

O NOVO DIREITO REAL DE LAJE E SUAS ESPECIFICIDADES QUANTO A DIFERENCIAÇÃO COM O DIREITO REAL DE SUPERFÍCIE

FIORI, Eduarda Barão [307]
PSZYSIENZNY, Antonio Junior [308]
BUENO, Janaina[309]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir as especificidades de um novo direito real, o direito de laje, assim como, arguir as principais diferenças com o direito real de superfície, e ainda, demonstrar de maneira sucinta as críticas doutrinárias perante esse novo direito inserido no inciso XIII do art 1225 do Código Civil. Para a elaboração deste, foi utilizado de consultas na legislação, doutrinas e jurisprudências. Ademais, apesar do direito real de laje sofrer algumas críticas doutrinárias, essa nova espécie de direito buscou a regularização de propriedades, como os denominados "puxadinhos".

Palavras-chave: Direito real. Laje. Superfície.

1 INTRODUÇÃO

O direito real de laje surgiu com a medida provisória nº 759/2016, a qual se converteu em lei nº 13.465 de 11 de Julho de 2017. Porém, essa nova espécie de direito real não pode ser confundida com o direito real de superfície, tendo em vista que o direito real de laje resguarda o direito sobre uma laje, propriamente dita, ou sobre o subterrâneo de uma construção já existente, enquanto o direito real de superfície concede o direito ao superficiário sobre o solo.

Embora semelhantes, os direitos supracitados são autônomos, e diante disso, o presente trabalho tem por objetivo arguir as suas especificidades, de modo a diferenciá-los e demonstrar o motivo pelo qual a nova espécie de direito real, o direito de laje, se faz necessário em uma sociedade contemporânea em meio à crises habitacionais.

2 DESENVOLVIMENTO

[307] Acadêmica do 6º período do curso de Direito, pela instituição de ensino Centro Universitário Campo Real.
[308] Acadêmico do 6º período do curso de Direito, pela instituição de ensino Centro Universitário Campo Real.
[309] Professora de Direitos Reais no Centro Universitário Campo Real.

Com uma crise habitacional no Brasil, surgiram as moradias denominadas “puxadinhos”, e sabe-se que o direito deve acompanhar o desenvolvimento social e cultural de determinado povo em que se aplica o ordenamento jurídico. Desse modo, a par de uma sociedade contemporânea, o direito real precisou se adequar às novas formas de moradia, buscando regularizar propriedades até então irregulares, carentes de registro público. É aí que surge a nova espécie de direito real, o direito real de laje, também podendo ser chamado de direito de sobrelevação.

Esse novo direito surgiu com o advento da lei nº 13.465 de 11 de Julho de 2017, a qual inseriu ao artigo 1225 do Código Civil, o inciso XIII, caracterizando agora o direito de laje como um direito real. A lei que deu origem a essa nova espécie de direito real, foi uma conversão da medida provisória 759/2016. O Código Civil o regulamenta em seus artigos 1510-A à 1510-E.

Importante destarte, antes de adentrar as especificações desse direito, é mencionar as críticas doutrinárias perante esse, tendo em vista que há doutrinadores que criticam o surgimento desse direito real, com o fundamento de que o mesmo seria desnecessário, haja visto o já existente, direito real de superfície. Por esse motivo, é oportuno e importante apresentar as principais diferenças entre esses direitos reais.

2.1 DO DIREITO REAL DE SUPERFÍCIE

O direito real de superfície resguarda o direito sob o solo/superfície, como o próprio nome diz, e sua forma de configuração está prevista no artigo 1369 do Código Civil, conforme abaixo citado:

> Art. 1.369. O proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
> Parágrafo único. O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, salvo se for inerente ao objeto da concessão. (BRASIL, 2002).

Ainda, para melhor explicar o direito real de superfície, o doutrinador Carlos Roberto Gonçalves (2014, p. 450), dispõe que:

> Trata-se, em suma, de uma limitação espontânea ao direito de propriedade por intermédio de concessão por escritura pública registrada em Cartório de Registro de Imobiliário, na qual o titular do direito real mais amplo concede à outra parte contratante, doravante denominada *superficiário*, o direito real de construir *ou* plantar em seu terreno.

Assim, o proprietário de um direito real mais amplo (dono do terreno) concede ao superficiário o direito ao solo, para que esse constitua o direito real de superfície. A concessão se dará mediante escritura pública e será por tempo determinado, como dispõe o art. 1369 do Código Civil.

O direito supracitado não se confunde com arrendamento, pois neste instituto há um direito obrigacional e obrigatoriamente oneroso, ao contrário do direito real de superfície, o qual poderá ser gratuito, conforme art. 1370 do Código Civil. E ainda, por ser um direito obrigacional, o arrendamento não dá o direito de registro público sobre o bem.

2.2 DO DIREITO REAL DE LAJE

O direito real de laje é o direito de sobrelevação, podendo ser sobre uma laje, no sentido literal, ou no subterrâneo de uma construção. Por mais que haja alguns doutrinadores que criticam sua criação, o mesmo não possui relação com o direito a superfície.

Dentre as características inerentes a esse direito, as quais estão previstas nos artigos 1510-A à 1510-E, é oportuno mencionar a sua autonomia, de modo a ser constituída matrícula própria, e ainda, poderá o detentor do direito de laje, desde que com a autorização do proprietário da construção base, constituir um novo direito de laje sobre a sua superfície. Também, as obras de manutenção e conservação da edificação, tanto da propriedade base, quanto a propriedade de laje, serão divididas entre seus respectivos proprietários.

Nesta nova espécie de direito real estão presentes todas as características e institutos inerentes aos demais direitos reais, inclusive, sendo passível a usucapião, como infracitado:

> E mesmo que a cessão seja gratuita, a título de comodato, se o cessionário passa a se comportar como titular exclusivo da laje, alterando o seu *animus* e a própria natureza da posse precária até então exercida, poderá, em nosso sentir, consolidar o seu direto sobre a construção sobrelevada (direito real de laje), mediante usucapião, contando-se o prazo de prescrição a partir do momento em que deixa de se comportar como simples comodatário, por aplicação da regra da “interversio possessionis”. (TARTUCE, Flávio, 2017).

Ainda, o direito real de laje sofre limitações inerentes a sua própria natureza, ou seja, ele somente pode ser constituído quando não for possível a individualização de lotes ou moradias, tendo em vista que o mesmo resguarda direito de construção em sobrelevações. (ARRUDA, 2017).

Por fim, verifica-se a autonomia do direito real de laje, sendo esse um instrumento de regularização habitacional no país, ainda que implicado algumas limitações. E embora criticado, essa nova espécie de direito não merece ser confundida com o direito real de superfície, pois como já mencionado, ambos regulamentam diferentes formas de uso da propriedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil sofre com a precariedade de moradias, as quais muitas são constituídas sem nenhuma fiscalização e de modo irregular. Diante à necessidade de viabilizar a regularização de propriedades, surge o direito real de laje, o qual possibilita a construção em sobrelevações ou em subsolos de propriedades já edificadas.

Essa nova modalidade de direito real dá ao proprietário autonomia sobre a sua construção, possibilitando matrícula própria, e se preferir uma eventual locação ou alienação. Porém, como já explanado anteriormente, esse direito sofre limitações inerentes a sua própria natureza, tal como a possibilidade de constituir, em nome próprio ou alheio, uma nova propriedade sobre sua laje, carecendo de autorização expressa do proprietário da construção base.

Embora criticado por alguns doutrinadores, por ser julgado desnecessário a ponto do direito real de superfície ser suficiente, o direito real de laje possui peculiaridades perante o direito de superfície, tendo em vista que ambos são direitos autônomos e resguardam direitos sobre diferentes meios de utilização da propriedade; enquanto o direito real de laje resguarda o direito de propriedade em sobrelevações ou subsolos, o direito real de superfície resguarda o direito de propriedade sobre o solo, sem que haja uma construção base.

Por fim, como explanado, ambos os direitos anteriormente citados, possuem especificações e limitações próprias, não merecendo serem confundidos ou serem sujeitados a dúvida quanto a sua necessidade de existência.

4 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Sande N.. **Direito real de laje: um instrumento de inclusão urbana e de reconhecimento ao direito humano a moradia**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XX, n. 164, set 2017. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19628>. Acesso em: 24 ago. 2018.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em 24 ago. 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 5 . 663 p. (5).

TARTUCE, Flávio. **Direito Real de Laje: Primeiras impressões.** Jusbrasil. 2017. Disponível em: <https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/417476632/direito-real-de-laje-primeiras-impressoes>. Acesso em: 24 ago. 2018.

A LEI DE DROGAS E A NECESSIDADE DE LAUDO DE CONSTATAÇÃO DEFINITIVO

SALVADOR, Fernanda Karoline Batista[310]
SOARES, Isabela Dambroski[311]
PAULA, Myllena Antonichen Danguy de [312]
ROSAS, Rudy Heitor[313]

RESUMO: O presente trabalho de iniciação científica visa estudar dentro da disciplina de Medicina Forense a Lei 11.343/2006, demonstrando a necessidade da realização de laudo definitivo que ateste a materialidade da substância que deu ensejo a prisão em flagrante. A partir da busca de conceituação, tecendo linhas gerais acerca do referido instituto, conforme coleta de dados em fontes bibliográficas disponíveis em meios físicos e digitais, bem como, em documentos disponíveis na internet.

Palavras-chave: Lei 11.343/2006. Laudo Pericial Definitivo. Materialidade do Delito.

1 INTRODUÇÃO

O laudo pericial é de extrema importância em qualquer litígio judicial, haja vista que o magistrado não é conhecedor de todas as técnicas possíveis, assim sendo a figura do perito auxilia no bom andamento processual e no cumprimento da legislação penal.

A realização da perícia bem como do laudo definitivo é imprescindível para que uma sentença definitiva seja proferida sem ilegalidades. Todavia, o que ocorre na maioria das vezes com relação a Lei 11.343/2006, é a condenação dos acusados com base apenas no laudo de constatação provisório realizado no momento da prisão em flagrante.

2 DESENVOLVIMENTO

A perícia será realizada sempre que o juiz não dispuser de conhecimentos técnicos suficientes para julgar o litígio, bem como, quando não puder ser comprovada a materialidade do delito sem a realização de laudo pericial definitivo. A atuação da perícia criminal e médico legal é essencial para o embasamento da decisão judicial e

[310] Acadêmica do Curso de Direito, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[311] Acadêmica do Curso de Direito, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[312] Acadêmica do Curso de Direito, 8º período, Centro Universitário Campo Real
[313] Professor do Curso do Direito, matéria de Medicina Forense, Centro Universitário Campo Real.

sua livre atuação tem sido evocada como imprescindível para a defesa dos direitos e garantias fundamentais das pessoas. (ZAVERUCHA, 2003, p.102)

No mesmo sentido, é importante asseverar a respeito do conceito de perícia e da forma com a qual ela é utilizada pelo judiciário, desta feita:

> Perícia é um instrumento especial de constatação, prova ou demonstração, cientifica ou técnica, da veracidade de situações, coisas ou fatos. Perícia é um modo definido e delimitado, é um instrumento, portanto, este por sua vez é especial porque se concretiza por uma peça ou relatório com características formais, intrínsecas e extrínsecas, também definidas (o laudo pericial). Esta peça contém, por outro lado, o resultado materializado, fundamentado científica ou tecnicamente, dos procedimentos utilizados para constatação, prova ou demonstração conclusiva sobre a veracidade do estado do objeto sobre a qual recai. (ALBERTO, 1996, p. 19)

Assim sendo, observadas as suas formalidades, após a realização da perícia, será redigido o laudo pericial, para que o juiz de forma discricionária analise o mesmo e com isso dê embasamento a sua decisão.

Dentro da perícia há uma infinidade de matérias e áreas, bem como de laudos a serem realizados, neste sentido a Lei 11.343/2006, prevê a possibilidade de realização do chamado laudo de constatação preliminar, em seu artigo 50, § 1º e 2º, *in verbis:*

> Art. 50. Ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 24 (vinte e quatro) horas.
> § 1º Para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
> § 2º O perito que subscrever o laudo a que se refere o § 1º deste artigo não ficará impedido de participar da elaboração do laudo definitivo. (PLANALTO, 2006)

Analisando o dispositivo narrado, o laudo de constatação ao qual se refere o legislador tem caráter provisório, ou seja, serve apenas como escopo de demonstrar a materialidade dos fatos para a lavratura da prisão em flagrante e até mesmo para dar origem a uma futura denúncia pelo Ministério Público.

Com relação ao que se refere no disposto do inciso 2º da referida Lei, a necessidade da realização do laudo definitivo é imprescindível, pois a materialidade comprovada dará suporte para um futuro decreto condenatório, neste mesmo sentido:

> O laudo de constatação da droga apreendida é provisório e tem a finalidade de demonstrar a materialidade para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito e para o oferecimento e recebimento da denúncia. Para que possa ser prolatada a sentença há necessidade de que a droga apreendida seja periciada com o emprego de técnicas científicas. Esta perícia é denominada de exame químico toxicológico, que será materializado pelo laudo de exame químico toxicológico, denominado pela Lei de Drogas simplesmente de laudo toxicológico ou laudo definitivo em contraposição ao laudo de constatação, que também é comumente chamado de laudo provisório. (SILVA, 2016, p. 196)

O laudo definitivo atenderá às formalidades previstas no Artigo 159 do Código de Processo Penal, o qual dispõe que a perícia será realizada por um perito oficial ou por dois peritos não oficiais, com diplomas de nível superior. Assim sendo, a lavratura do laudo definitivo é uma garantia fundamental do acusado, de que ele só será condenado se a materialidade do delito que praticou for comprovada por pessoas com conhecimento técnico para tal.

Bem como, esse foi o entendimento do STJ, em sede recursal, qual seja HC 350.996 em 29 de agosto de 2016.

> PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. AUSÊNCIA DE LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.
> É imprescindível, para a condenação pelo crime de tráfico de drogas, que seja anexado o laudo toxicológico definitivo, concluindo que a falta desse laudo conduz à absolvição do acusado por falta de materialidade delitiva. Precedentes (STJ, 2016)

Desta feita, como se resta referendado pelo STJ acerca do presente tema, fica claro a necessidade de apresentação do laudo toxicológico definitivo para comprovação da materialidade do delito.

O laudo de constatação ao qual se refere o Artigo 50 §2, é também chamado de provisório por não possui caráter científico e servir como base apenas para o oferecimento da denúncia.

Já o laudo toxicológico definitivo é crucial na determinação da natureza da materialidade questionada, confirma ou não o que há no laudo preliminar, possuindo metodologias muito precisas, que não deixam dúvidas acerca do resultado encontrado. Nesta perspectiva:

> b) Laudo Definitivo. É o que resulta do **exame químico-toxicológico,** feito de forma científica e minuciosa. É esse laudo que comprova a **materialidade** do delito – a existência do princípio ativo. [...] No laudo definitivo devem constar a

> **existência** do princípio ativo , a **quantidade** da droga e a **metodologia** empregada para a realização do exame. (BALTAZAR e GONÇALVES, 2017, ebook)

Verifica-se, portanto, a necessidade de ser realizado o exame de forma precisa, e por profissionais capacitados, pois a materialidade atestada na perícia dará ensejo a uma futura condenação, de forma que deve ser juntado aos autos antes da oitiva das partes, para que as mesmas tenham conhecimento acerca do conteúdo presente do laudo.

Vale destacar também, que a ausência do laudo provisório gera a impossibilidade da denúncia ser recebida, contudo, a ausência de laudo definitivo, como já mencionado anteriormente acarreta na inexistência de sentença condenatória definitiva.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, é possível inferir que a confecção de laudo provisório, o qual evidencia e existência de substâncias entorpecentes é de extrema relevância para que a persecução penal seja iniciada de maneira correta, evitando uma prisão arbitrária, bem como, dando garantia a um devido processo legal, conforme assegurado constitucionalmente, evitando movimentar o judiciário de maneira indevida e garantindo as responsabilizações para aqueles que cometerem condutas tipificadas pela lei de drogas.

Dessa maneira, não restam dúvidas quanto aos requisitos estabelecidos pelo legislador como sendo necessários para que um indivíduo seja processado, de forma que o julgador tenha através do laudo definitivo embasamento suficiente para decidir acerca das acusações feitas, e uma vez comprovada a autoria e materialidade do delito possa gerar uma sentença penal condenatória apta a gerar seus efeitos penais, livre de vícios e ilegalidades.

4 REFERÊNCIAS

ALBERTO. Valder Luis Palombo. **Perícia Contábil.** São Paulo: Atlas, 1996.

BALTAZAR, José Paulo Junior, GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Legislação Penal Especial Esquematizado.** 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017, e-book.

BRASIL. **Lei nº 13.343**, de 23 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 26. ago. 2018.

_____. **Lei nº 3. 689**, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm >. Acesso em: 26. Ago. 2018.

SILVA, César Dário Mariano da. **Lei de Drogas Comentada.** 2. ed. São Paulo: APMP – Associação Paulista do Ministério Público. 2016.

STJ. **Recurso de Habeas Corpus nº 350.996**. Relator Min. Nefi Cordeiro. DJe, Brasília, 29.ago.2016, Seção 3, p. 7043

ZAVERUCHA, Jorge. **Polícia Civil de Pernambuco:** o desafio da reforma. 3.ed. Pernambuco: UFPE, 2003.

GESTÃO DE ESTOQUES

GONÇALVES, Edson dos Santos[314]
OLEINIK, Bruna Temari[315]
BORSATO, Carlos Roberto[316]
MAZURECHEM, Sandro Roberto[4]

RESUMO: Este trabalho traz estrategicamente a Gestão de Estoque, que é uma função essencial nas organizações e fundamental nas administrações de materiais e insumos, mostrando que não podem continuar com métodos simplificados e tradicionais. De uma maneira geral está ferramenta de gestão busca melhores alternativas para se manter atualizada no mercado globalizado, mostrando como reduzir custos e busca pela otimização de recursos. Este estudo será apresentado através de conceitos, objetivos e características mais importantes relacionados aos estoques, oferendo assim, vantagens internas que alavancaram objetivos organizacionais.

Palavras-chave: Gestão de Estoques. Materiais. Redução de Custos. Almoxarifado.

1 INTRODUÇÃO

Gestão de Estoque é um tema que cresce cada vez mais dentro das empresas hoje em dia. Uma necessidade que as empresas têm de gerenciar seus estoques de modo estratégico e eficiente para reduzir seus custos, focando sempre a satisfação do cliente, tornando-se um diferencial, para ganhar mais espaço no mercado atual aonde se encontra bastante competitivo, globalizado e concorrido.

Este artigo tem como foco abordar: como as empresas podem reduzir seus custos através da Gestão de Estoques estrategicamente. Tendo-o como objetivo principal, os modelos de Gestão de Estoques adequado para empresas que querem reduzir custos, bem como algumas etapas, que sem elas, o fluxo da gestão de estoques não se completa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 LOGÍSTICA

[314] Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção, 10º Período, Centro Universitário Campo Real (CUCR).
[315] Acadêmica do Curso de Administração, 2º Período, Faculdade Educacional da Lapa (FAEL).
[316] Professor Orientador. Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Especialista nível MBA em Logística Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).
[4] Professor Coorientador. Mestre em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Paraná-PR (UFPR).

Não se pode falar em estoques, sem primeiro falar sucessivamente de como ele chega a qualquer lugar. A logística tornou-se um instrumento fundamental para a manutenção de estoques e da competitividade, submetendo-a aos novos conceitos de gerenciamento da cadeia de suprimentos e responsabilizando-a pela integração dos processos de negócios, desde os fornecedores até os usuários de finais (GIMENES, OLIVEIRA e LEÃO, 2008).

Segundo Carvalho (2002), logística é a parte do gerenciamento da cadeia de abastecimento que planeja, implementa e controla o fluxo e armazenamento eficiente e econômico de matérias-primas, materiais semiacabados e produtos acabados, bem como as informações a eles relativas, desde o ponto de origem até o ponto de consumo, com o propósito de atender às exigências dos clientes.

Neste contexto, chama a atenção o pensamento do ex-diretor presidente da Revlon, Inc., Michael C. Bergerac, que é citado em Ballou (1993) que diz todo erro de gerenciamento se reflete no estoque. Defendo assim que se existir um erro na logística, pode gerar prejuízos nos estoque sem ao menos chegar ao destino.

2.2 ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS

Segundo Chiavenato (2005) A administração de materiais engloba a totalidade dos fluxos de materiais, o transporte interno, e o armazenamento no deposito de produtos acabados. Percebe-se que a administração de materiais, é um fluxo de produtos para a empresa, que gerencia as atividades de estoques e movimentação, no que diz respeito ao suprimento da empresa. É responsável pela atividade de compra e abastecimento da empresa.

Dias, (2010) diz que a Administração de Materiais compreende o agrupamento de materiais de várias tipos, e a ordenação dessa atividade com a demanda de produtos e/ou serviços da empresa.

É uma atividade muito importante para administração de materiais, onde afeta tanto a economia e eficácia de materiais na empresa. Administração de materiais cuida dos estoques, serve como garantia de operações cotidianas, oscilações de demanda, tanto o de produção ou de oferta, tem como função principal regular o fluxo de negócios. Sua finalidade é que o material (produto) chegue ao local desejado, na hora e quantidade correta.

2.3 COMPRAS

Atualmente a função compra é mais voltada para o planejamento do processo de aquisição de materiais, fornecedores confiáveis e como finalidade compra de produtos de melhor qualidade possível a um menor custo.

2.4 GESTÂO DE ESOQUES

Segundo Dias (2012), uma empresa bem estruturada precisa ter uma gestão de estoques clara e bem definida, uma das funções dos administradores de armazéns e/ou almoxarifados é manter todas as movimentações registradas em suas tecnologias de controle.

Segundo Chiavenato (2005, p. 67), "[...] Estoque é a composição de materiais, materiais em processamento, materiais semiacabados, materiais acabados, que não é utilizada em determinado momento na empresa, mais que precisa existir em função de futuras necessidades".

Tem como função planejar, controlar o material armazenado na empresa, também controla os desvios, desperdícios, apuração dos excessivos investimentos. Segundo BALLOU (1993), em relação à correta gestão dos estoques são: a melhoria dos serviços de atendimento ao consumidor; os estoques agem como amortecedores entre a demanda e o suprimento; podem proporcionam economia de escala nas compras e; agem como proteção contra aumento de preços e contingências.

As principais funções ou razões para manutenção dos estoques são:

a). Garantir o abastecimento de matérias, neutralizando os efeitos de:
Demora ou atraso no fornecimento de materiais, sazonalidade no suprimento e de riscos de dificuldade no fornecimento.

b). Proporcionar economias de escala:
Através da compra ou produção em lotes econômicos, pela flexibilidade do processo produtivo e pela rapidez e eficiência no atendimento ás necessidades.

2.5 NÍVEIS DE ESTOQUES

A diferença entre o estoque máx. e o mín. trás o estoque de segurança, que e acordo com Chiavenato (2005), entende-se por estoque de segurança a

quantidade morta de itens em estoque que só deverá ser utilizada em casos extremos, como por exemplo, rejeição do lote de compra ou aumento da demanda.

3 SISTEMA MRP (PLANEJAMENTO DAS NECESSIDADES DE MATERIAIS)

MRP é um sistema de controle de estoque, usado via computador, onde dá a quantidade a ser comprada de cada item com precisão, para um determinado tempo ou período. É um sistema muito vantajoso em relação aos outros, permitindo que a empresa veja o seu impacto do seu replanejamento caso ocorra.

Segundo Davis, Chase e Aquilano (2001), indústrias com mais de 10 milhões em vendas anuais, em sua maioria, necessitam de um sistema computadorizado para o controle por causa da velocidade que as empresas devem ter para reagir a constantes mudanças no sistema e do grande volume de materiais, suprimentos e componentes, que são parte de linhas de produtos sempre em expansão.

Os benefícios quando a empresa usa MRP são: formação de preços mais competitivos, níveis de estoques mais baixos, respostas mais rápidas as demandas do mercado, maior flexibilidade para mudar o programa mestre de produção, custos de setup reduzidos, tempo ocioso reduzido. Já as suas desvantagens são: não ajuda a otimizar os custos de aquisição, obriga a empresa a comprar quantidades menores, mas de maneira mais frequente. Este motivo leva o estoque de segurança ser menor do que o normal sendo menor do que o habitual, não tendo vantagem em tê-lo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma boa gestão para ter sucesso depende do apoio de uma alta gestão da empresa, uma boa logística visto que ela estuda meios eficazes e eficientes para uma melhor redução de custos, redução de itens comercializados, ajustes no lead time dos fornecedores e boa utilização de ferramentas e conceitos de gestão é fundamental para as empresas diminuindo seus custos e melhorando o tempo e organização na empresa. Estoques cheios é ruim para a administração para a empresa, pois com uma aplicação indevida do capital de giro das empresas, acabam entrando em falência, num mundo competitivo e globalizado, exige um manuseio correto do estoque, onde é fundamental utilizar os materiais corretamente para que seja necessário para uma produção correta.

5 REFERENCIAS

BALLOU, Ronald H. **Administração de Materiais: transportes, administração de Materiais e distribuição física.** Trad. Hugo.T.Y. São Paulo. 1ª Ed. Atlas, 1993.

CARVALHO, José Meixa Crespo de. **Logística**. 3ª ed. Lisboa: Ed. Silabo, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Materiais: uma abordagem introdutória.** Rio de Janeiro. 3ª reimp. Elsevier, 2005.

DIAS, Marco Aurélio Pereira. **Administração de Materiais Uma Abordagem Logística.** São Paulo. 5ª Ed. Atlas, 2010.

DIAS, Marco Aurélio Pereira. **Administração de Materiais Uma Abordagem Logística.** São Paulo. 6ª Ed. Alas, 2012.

GIMENES, Antonia Maria. OLIVEIRA, Marcio Jabour de. LEÃO, William Gonçalves São. **Gestão de estoque: analisando o custo de armazenagem externa de uma empresa do ramo lácteo situada na região de londrina.** INESUL, 2008.

DAVIS, Mark M., CHASE, Richard B., AQUILANO Nicholas J. **Fundamentos Da Administração da Produção.** Editora: Bookman. 2001.

MARKETING OU ENDOMARKETING, UM ESTUDO COMPARATIVO

GONÇALVES, Edson dos Santos[317]
OLEINIK, Bruna Temari[318]
MAZURECHEM, Sandro Roberto[319]

RESUMO: Este trabalho traz estrategicamente a diferenciação entre marketing e endomarketing, que são funções essenciais nas organizações e fundamental nas relações com publico interno e externo, mostrando que não podem continuar com métodos simplificados e tradicionais. De uma maneira geral estas ferramentas institucionais buscam melhores alternativas para o bem estar de todos os envolvidos, melhor relacionamento com clientes e melhor posicionamento de seus focos estratégicos. Este estudo será apresentado através de conceitos, objetivos e características mais importantes relacionados ao tema comparativo, trazendo assim, as vantagens que alavancaram objetivos organizacionais.

Palavras-chave: Marketing. Endomarketing. Comparação. Resultados.

1 INTRODUÇÃO

A diferenciação entre Marketing e Endomarketing se dá ao fato de quem para quem ela é direcionada. Os dois aspectos são distintos, más possuem varia semelhanças.

Segundo Bergamini (2015), as instituições, pensando em uma nova perspectiva, adotam o endomarketing por servir como uma ferramenta essencial, que faz a equipe vestir a camisa, tomar as ações frontais da empresa. As estratégias transformam o público interno nos principais compradores da ideia, da visão, da missão que a empresa quer vender. Para se chegar neste nível, marketing e endomarketing devem ser pensados totalmente em conjunto, entretanto é importante que o departamento de Marketing e R.H (Recursos Humanos) estejam sempre em sintonia, trabalhando em conjunto para manter as estratégias alinhadas.

As etapas de cada nível serão pré-estabelecidas no decorrer deste trabalho, visando diferenciar as ações e em que período são analisas e implementadas.

2 DESENVOLVIMENTO

[317] Acadêmico do Curso de Engenharia de Produção, 10º Período, Centro Universitário Campo Real (CUCR).
[318] Acadêmica do Curso de Administração, 2º Período, Faculdade Educacional da Lapa (FAEL).
[319] Mestre em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Paraná-PR (UFPR).

Ainda segundo Bergamini (2015), Marketing e Endomarketing apesar de terem aplicações completamente diferentes, mantêm algumas semelhanças, que podem ser visualizadas principalmente na hora de se pensar em estratégias. Se no marketing tem-se a metodologia adotada como os 4 Ps (produto, preço, praça e promoção), pode-se analisar em conjunto na estratégia de endomarketing, que eles ajudam a pensar melhor na aplicação dos mesmos.

Para Viecelli et al. (2017), de maneira geral, marketing é a forma que as organizações, independentemente de qual segmento for, utilizam para comunicar o seu objetivo final e mostrar o valor agregado de seus produtos ou serviços a serem realizados. Para o cliente, o valor é a percepção referente aos benefícios e o que diz respeito aos custos de comprar ou usar esses produtos ou serviços.

Já o endomarketing, tem como principal objetivo, fazer com que todos os funcionários, ou seja, pessoal interno tenham uma visão clara e compartilhada sobre os negócios da empresa em questão, incluindo os sistemas e gestão, as metas, os resultados esperados, produtos, serviços e ações relacionadas no mercado que atua (BRUM, 2005).

Para Kotler (2001), a principal responsabilidade do marketing é alcançar receitas lucrativas para a empresa. Para isso, deve-se identificar, avaliar e selecionar as oportunidades constantemente modificadas pelo mercado, definir estratégias para conquistar o mercado-alvo. Já para Churchill Júnior e Peter (2010), o marketing para serviços é quase igualmente ao marketing para produtos. Ambos devem proporcionar valor agregado para os clientes e devem ser oferecidos a preços aceitáveis, por assim dizer. Os profissionais têm uma relação pessoal contínua com seus clientes e demais contatos, a prestação de serviço deve ser de qualidade para não somente atrair clientes, mas também os reter pelo maior tempo possível.

Os 4 Ps são, segundo Machado et al. (2012), referente a uma espécie de mix de marketing, engloba as decisões do produto, as quais avaliam a identificação de oportunidades de lançamento de produtos e sua adequação às necessidades dos clientes.

Figura 1 – Ilustração dos 4Ps

Fonte: Kotler e Keller (2006)

Por tanto a empresa deve adotar o marketing interno que é a tarefa bem-sucedida de contratar, treinar e motivar seus funcionários que desejam atender com seu melhor potencial os consumidores. (KOTLER, 1998). Também o endomarketing consiste em ações de marketing direcionadas ao público interno das empresas. Tem a finalidade de promover, de todos com todos, entre os funcionários e departamentos os valores destinados a servir o cliente ou o consumidor final de seus produtos ou serviços. Os funcionários devem estar alinhados integralmente com os objetivos da empresa. O endomarketing é o trabalho em equipe, a cooperação e a integração dos vários setores da organização (BEKIN, 2004).

Brum (2005) afirma que é preciso que o marketing se volte para dentro da empresa, internamente, para que o funcionário se torne um ser comprometido com corporação e com modernidade, possibilitando intensa troca de informações e o fortalecimento dos canais de comunicação da empresa, conquistando maior credibilidade interna e melhor atendimento ao público.

As oportunidades de marketing e endomarketing em geral, estão juntas aos pontos fortes, a estrutura diferenciada possibilita novas modalidades a diferenciados níveis dentro das organizações, e a alta tecnologia destinada a estar junto à sustentabilidade e ao atendimento personalizado podem vir a ser atrativos para novos clientes.

Segundo Goetten, Gonçalves e Santos (2017), o objetivo do Endomarketing ou marketing institucional interno, é a definição de um conjunto de estratégias de marketing em si voltadas para os indivíduos internos. Atingir tal fato não é simples, são

recomendadas e necessárias ações e implementação de ferramentas da gestão qualidade total, bem como programas que visam bem-estar e à saúde no ambiente trabalho, o incentivo à qualificação de envolvidos e continua e ampla publicidade das informações pertinentes e levantadas de todos os departamentos para todos os departamentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão, marketing e endomarketing são ao mesmo tempo muito parecidos e distantes um do outro. Dessa forma, um nunca pode se distanciar do outro. Equipes de Marketing e Recursos Humanos devem manter a sinergia, uma espécie de troca de informação, experiências e vantagens no momento de colocar em prática ações com o público interno para atender o publico externo, já que cada setor tem competências essenciais para garantir a efetividade do endomarketing.

4 REFERÊNCIAS

BEKIN, Saul Faingaus. **Endomarketing: como praticá-lo com sucesso**. Pearson Prentice Hall**.** São Paulo. 2004.

BERGAMINI, Daniane. **Endomarketing.tv.** 2015. Diferenças e semelhanças entre marketing e endomarketing. Disponível em <https://endomarketing.tv/marketing-e-endomarketing/> Acesso em: 29 ago. 2018.

BRUM, Analisa de Medeiros. Endomarketing: como estratégia de gestão: encante seu cliente interno. **L&PM**. Porto Alegre. 2005.

CHURCHILL JÚNIOR, Gilbert. A.; PETER, J. Paul. **Marketing: criando valor para os clientes**. Saraiva**.** 2. ed. São Paulo. 2010.

GOETTEN, Caroline Ferencz.; GONÇALVES, Edson dos Santos.; SANTOS, Fernando Martins. Endomarketing, uma estratégia organizacional de sucesso. **VII ConBRepro (Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção). Anais.** 2017.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** Atlas**.** 5. ed. São Paulo. 1998.

KOTLER, Philip. **Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados.** Futura. 9. ed. São Paulo. 2001.

KOTLER, Philip.; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing.** Pearson Prentice Hall. 12 ed. São Paulo. 2006.

MACHADO, Carolina de Mattos Nogueira.; CAMFIELD, Claudio Eduardo Ramos.; CIPOLAT, Carina.; QUADROS, Juliane do Nascimento de. Os 4 P's do Marketing: uma Análise em uma Empresa Familiar do Ramo de Serviços do Norte do Rio Grande do Sul. **IX SEGrT (Simpósio de excelência em gestão e Tecnologia). Anais**. 2012.

VIECELLI, Alissa Veluma.; PITTOL, Clediane.; CENCI, Fernanda.; GRÍGOLO, Sidnei. Estratégias de marketing e endomarketing: uma proposta de planejamento estratégico para uma organização do segmento fitness. **Unoesc & Ciência** - ACSA Joaçaba, v. 8, n. 2, p. 113-120, jul./dez. 2017.

INDENIZAÇÃO PREVENTIVA: ANÁLISE DA APLICAÇÃO LEGAL

BODZINSKI, Felipe[320]
GIACOMITTI, Ana Carolina Nodari[321]
TEIXEIRA, João Ricardo R.[322]

RESUMO: Este trabalho possui como objetivo analisar as principais características da indenização de caráter preventivo, uma das três funções da teoria tríplice funcional da indenização. Assim, serão demonstradas as aplicações práticas desta tese no direito além de críticas fundamentadas em alguns dos principais doutrinadores do direito civil.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Tríplice função da indenização. Aplicabilidade ao direito brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

O Termo indenização significa compensar, no direito civil é utilizada em situação de ressarcimento a um dano sofrido, como aduz o artigo 927 do Código Civil: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Entende-se sobretudo, que a indenização deve ser proporcional ao dano causado. Entretanto, além do dano material, a indenização é também aplicável ao dano moral, que por sua subjetividade torna-se difícil a avaliação do dano sofrido. Porém como ressalta a doutrina, a indenização por dano moral possui a função de reduzir os prejuízos sofridos, como relata Cavalieri Filho (2012, p. 103):

> Creio que na fixação do *quantum debeatur* da indenização, mormente tratando-se de lucro cessante e dano moral, deve o juiz ter em mente o princípio de que

[320] Acadêmico do Curso de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.

[321] Acadêmica do Curso de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.

[322] Graduação em Direito - Faculdades Novo Ateneu de Guarapuava (2005), Mestrando em Educação pela Unicentro (2018), pós graduação em Direito Público Municipal e Administração Pública - Unicampo (2007), pós graduação em Direito do Consumidor - Uniderp/LFG (2010)

> o dano não pode ser fonte de lucro. A indenização, não há dúvida, deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia a maior importará em enriquecimento ilícito.

Desta forma, conclui-se que o instituto indenizatório apresenta uma natureza complexa, que por conta das evoluções sociais demandam de um aperfeiçoamento constante de acordo com as alterações da sociedade.

2. TRÍPLICE FUNÇÃO DO DANO MORAL

Em busca de uma melhor equivalência entre o dano e o ressarcimento, a jurisprudência brasileira apresenta um novo instituto a fim de determinar o valor de indenização devida a questões de dano moral. A chamada função tríplice do dano moral, o qual demonstra que a indenização é valorada devido a três elementos: função compensatória, punitiva e preventiva.

> O valor arbitrado à título de danos morais deve observar as situações econômicas do ofensor e do ofendido, não sendo irrisório, tampouco fonte de enriquecimento para a vítima. Além disso, deve o magistrado atender, para a quantificação da indenização, a tríplice função do dano moral: compensar à vítima, punir o agente e servir como exemplo para desestimular a prática reiterada da conduta lesiva. (...) entende-se ser proporcional e razoável majorar a indenização para R$ 10.000,00 (dez mil reais). RECURSO DE APELAÇÃO IMPROVIDO". (TJ-BA, 2017)

O instituto apresentado provém do direito inglês e apresenta além da tradicional indenização compensatória, outros dois elementos de análise para determinar a quantidade indenizatória devida.

A indenização de caráter punitivo, apesar de por muitas vezes comparada junto à indenização preventiva, refere-se ao direito de punir em razão do dano, como forma de castigar aquele que comete ato lesivo.

Distingue-se a indenização punitiva da indenização de função preventiva, também chamada de função pedagógica ou educativa, sendo esta utilizada para demonstrar a sociedade que a conduta que gera lesão a outro será punida pelo Estado.

Dessa forma, o referido instituto possui o objetivo de desestimular comportamentos que resultem em danos a terceiros a partir da majoração do valor indenizatório sentenciado.

2.1 IRREGULARIDADES NA APLICAÇÃO DA TRÍPLICE FUNÇÃO INDENIZATÓRIA

Apesar do acatamento do instituto em decisões judiciais, a tríplice função indenizatória é contestada pela corrente doutrinária majoritária. Pois a teoria apresenta inúmeros vícios em sua aplicação que comprometem a correta aplicação do direito.

Primeiramente, a indenização perde seu caráter essencial, a proporcionalidade entre o dano e o ressarcimento. Pois desta forma, a indenização deixa de ser equivalente ao dano e passa a ser fonte de lucro para a vítima que inicia uma ação indenizatória. Caso este instituto jurisprudencial torne-se aplicado de forma majoritária será notório também o aumento de ações indenizatórias, muitas das quais com o único intuito de obter vantagem econômica por meio do sistema jurídico.

Outro questionamento doutrinário quanto a aplicação do instituto indenizatório está relacionada a sua imprevisão na legislação, que faz com que o judiciário inove a legislação. Desta forma, o sistema judiciário atua de forma abusivamente empoderada, tornando-se um grande perigo para o sistema de divisão de funções consagrado pela Constituição Federal.

Por fim, observa-se que o caráter punitivo da indenização por dano moral assemelha-se ao direito da vingança privada, onde não existe a compensação pelo dano, mas sim uma forma de satisfação por conta de um prejuízo sofrido contra outra pessoa, como leciona o renomado doutrinador:

> Seja como for, em sistemas jurídicos derivados da doutrina romano-canônica, como a nossa, apresenta-se como verdadeira anormalidade, posto caracterizar-se como um misto de pena civil e sanção penal, de natureza pecuniária, considerando que assume o objetivo precípuo de punir o sujeito causador do dano. (STOCO,2014 p. 1925)

Desta forma, a aplicação da indenização com base na tríplice função da indenização resta precariamente fundamentada. Fato que demonstra a impossibilidade de aplicação da tese nas condições atuais do direito brasileiro.

2.2 NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO PREVENTIVA

A recorrência de situações de abuso de direito demonstram a necessidade da intervenção legislativa a fim de evitar o aproveitamento econômico por meio de condutas que causem danos a outrem.

Nos Estados Unidos, em 1968, a empresa de veículo Ford criou um automóvel nomeado como Ford Pinto. Após o início de sua comercialização, foi descoberto que o veículo incendiava após sofrer colisões traseiras, fato que ocorria devido a falhas graves na produção do veículo. Em ação judicial, descobriu-se que a empresa tinha conhecimento dos riscos em caso de acidente, mas devido a cálculos realizados pela empresa, constatou-se que o valor indenizatório das ações sofridas seria inferior ao custo da realização de um recall em toda a sua linha automotiva. Estima-se que falha na produção dos veículos ocasionou o incêndio de 2.100 veículos, com ao menos 180 mortes em incêndios. (WAKE FOREST STUDENT, 1999)

Por esta razão, defende-se a correta aplicação da indenização de caráter preventivo em indenizações de danos morais. A adaptação correta da tese ao sistema judiciário é possível com a observação de certos pressupostos que devem estar regulados em lei.

Como exemplo disso, a fim de solucionar a desproporcionalidade entre a lesão e o dano em indenização preventiva, a doutrina sugere a possibilidade de aferir o valor excedente do ressarcimento a instituições sem finalidade lucrativa, como leciona Rubens Leonardo Marin (2006, p. 435):

> Uma solução salomônica ao caso vislumbra a entrega da quantia determinada como punição ao agente a determinadas instituições beneficentes comprometidas com a luta e prevenção de atos danosos semelhantes ao praticado. Evita-se, assim, o enriquecimento do sujeito passivo.

Apesar da possibilidade de aplicação dentro dos requisitos materiais da ação, é necessário observar que a parte autora não possui legitimidade para requerer

aplicação da condenação indenizatória de caráter preventivo, haja vista que não possui a legitimidade para defender o interesse público.

Para solucionar este empecilho, sustenta-se que é dever do Ministério Público, como órgão protetor dos direitos sociais agir como representante dos direitos sociais com o objetivo de requerer a indenização de caráter preventivo em ação vertente da lide inicial.

Por estas razões, é necessário e viável que se desenvolva um novo conceito legal que acolha a indenização de caráter preventivo, que resultará em um significante aumento econômico da indenização, de forma que desestimule práticas lesivas ao consumidor.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indenização de caráter preventivo é uma linha jurisprudencial que demonstra erros quanto a sua legalidade, de forma a ser brilhantemente refutada pela doutrina majoritária. Sua origem estrangeira demanda que o legislador realize uma adaptação da tese às particularidades do ordenamento jurídico brasileiro.

Apesar dos esforços do sistema judiciário em dizer o direito a cada parte conforme o seu devido quinhão, é necessário que sejam observados os ritos legais para a constituição e aplicabilidade das normas. Desta forma, a sociedade estará protegida de ações unilaterais que se tornem uma ameaça a democracia.

4 REFERÊNCIAS

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**.10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARIN, Rubens Leonardo. **Dos sentidos da responsabilidade civil no código civil de 2002, e sua correlação aos tipos**. 1 ed. São Paulo: Editora Método, 2006. 632 p.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**: Doutrina e Jurisprudência. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 2496 p.

TJ-BA. Apelação: APL 00006166520108050080. Relator: Lígia Maria Ramos Cunha Lima. Quinta Câmara Cível. DJ: 22/02/2017. **Jusbrasil**, disponível em: https://tj-ba.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/433371232/apelacao-apl-6166520108050080/inteiro-teor-433371241

WAKE FOREST STUDENT, FACULTY AND STAFF WEB PAGES. **The Ford Pinto case**. Disponível em: <http://www.wfu.edu/~palmitar/Law&Valuation/Papers/1999/Leggett-pinto.html>. Acesso em: 30 ago. 2018.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO DIREITO BRASILEIRO

BODZINSKI, Felipe[323]
GERKE, Mylena Bermudez[324]
SELL, Elizabete Nizer[325]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo demonstrar a influência da mídia nas relações de direitos e a prejudicialidade desta ação. Após a problematização da situação, a pesquisa apresentará possíveis alternativas que solucionem o problema de maneira eficiente sem, no entanto, prejudicar o direito da liberdade de expressão resguardado pela Atual Constituição Federal. O método de pesquisa utilizado possui como fonte artigos científicos dos campos do direito e do jornalismo, além de livros do tema midiático e de sua história, como também pesquisas as normas brasileiras vigentes.

Palavras-chave: Controle midiático. Influência política. Conflito de Direitos.

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970, a televisão torna-se um bem de consumo comum a grande parte da população. Neste momento as poucas empresas do ramo televisivo encontram-se em um espiral de crescimento econômico. Esta nova tecnologia capaz de transmitir conteúdo audiovisual em tempo real faz com que a mídia expanda seu alcance informativo para todo o país. (AZEVEDO, 2006)

Ao final da ditadura militar, ressurge no Brasil a política democrática, trazendo consigo novas ideologias ainda não consolidadas na política nacional. A mídia torna-se uma ferramenta decisiva para definir os princípios deste novo Estado brasileiro, tendo poder de amplitude suficiente para influenciar a decisão da população sobre os novos rumos da política brasileira. Assim, em período eleitoral faz-se indispensável seu estudo.

[323] Acadêmico do Curso Direito, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[324] Professora Orientadora. Graduada em Direito pela Faculdade Campo Real (2015). Pós-Graduada em Ciências Criminais pela Faculdade Campo Real (2017).
[325] Professora Orientadora. Graduada em Direito pela Faculdade Campo Real (2005). Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Previdência Social pela Faculdade Campo Real (2007). Mestranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste.

2 A MÍDIA E O DIREITO

A Palavra mídia é um termo é derivado do latim *médium*, introduzido no vocabulário inglês no século XIX para se designar aos inventos do telégrafo, fotografia e rádio, pois por meio deles era possível transmitir mensagens. A mídia atual corresponde ao conjunto dos principais sistemas de comunicação social, como rádio, jornais, revistas, televisão e internet. A função da mídia é transmitir informações sem prejudicar ou intervir diretamente no processo de formação de opinião do receptor da mensagem.

No entanto a mídia apresenta demasiada influência sobre a opinião de seus espectadores, apresentando opiniões sobre fatos em nome da liberdade de expressão prevista na Atual Constituição Federal.

AZEVEDO (2006) afirma que "historicamente algumas das características mais notáveis do nosso sistema de mídia permanecem imutáveis: o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa."

Esse oligopólio existente na mídia brasileira simplifica a produção de conteúdo, pois em um ambiente de pouca concorrência a crítica popular torna-se menos exigente, passando a ser mais tolerante com o conteúdo exibido pelas plataformas de mídia.

A Lei número 9.504 de 1997 trouxe novos ares ao tratamento da política por parte da imprensa, que passou a sofrer regulamentações, diminuindo de forma significativa sua influência, em especial nos períodos eleitorais do país.

Deste modo, o artigo 44 da Lei 9.504/97 prevê que "a propaganda eleitoral no rádio e na televisão restringe-se ao horário gratuito definido nesta Lei, vedada a veiculação de propaganda paga."

Ainda, o artigo 45 da Lei 9.504/97 traz mais vedações a mídia:

> Artigo 45: Encerrado o prazo para a realização das convenções no ano das eleições, é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal e em seu noticiário: [...] III - veicular propaganda política ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes; IV - dar tratamento privilegiado a candidato, partido ou coligação.

Embora os artigos definam normas compreendidas como morais pela população, tal normatização demonstra que a mídia tem poder de exercer significativa

influência na opinião da população, devendo ser regulamentada para evitar situações de favorecimento a ideias e pessoas específicas.

Uma solução para o problema em questão seria o surgimento de um sistema midiático mais variado que esteja acessível a toda a população. Isso acontece a partir da década de 1990, com o surgimento da internet, que apresenta ao mundo uma nova forma de comunicação mundial.

A internet passa a ser uma das formas de mídia mais utilizadas em todo o mundo que democratiza o direito de transmitir informações que agora podem ser feitas por qualquer pessoa em qualquer lugar. Conforme a premissa da liberdade de mercado este ato em si seria suficiente para tornar a mídia uma ferramenta informativa, pois já não existe um monopólio de informações.

No entanto, o sociólogo John Brookshire Thompson demonstra que a pluralidade de informações não é suficiente para solucionar o problema de influência midiática, propondo um sistema de pluralismo regulado, onde a liberdade de expressão coabita com uma regulamentação do Estado. Assim, define que “o mercado deixado em si mesmo não pode garantir necessariamente as condições de liberdade de expressão e promover a diversidade e o pluralismo na esfera da comunicação.” (Thompson, 2006)

Tal definição conclui a ideia de a amplitude de mídias proporcionada pela propagação da internet não é suficiente para garantir que a mídia não fará uso de sua influência. Pois, a disputa proporcionada por um mercado saturado faz com que noticiários busquem uma apelação ainda maior ao público, com o objetivo de atrair a sua atenção.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência midiática sobre a população é um fato inegável que acaba por influenciar também nas relações de direito público. Concluindo-se que a mídia é uma ferramenta que deve ser controlada pelo Estado.

No entanto, em um país constituído sobre a égide do Estado Democrático de Direito e que possui uma recente história de regimes ditatoriais este controle é contraposto ao fato de ferir o princípio de liberdade de expressão de previsão constitucional. Demonstrando que esta situação é um conflito inegociável.

Baseado nesses fatos, resta ao governo regulamentar questões relacionadas a veracidade dos fatos afirmados pela mídia e resguardar aos cidadãos seus direitos individuais de forma que não tenham seus direitos prejudicados.

4 REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, abr./mai. 2006.

BRASIL. Lei n° 9504/97. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**. 5 ed. Petrópolis Rj: Editora Vozes, 1998.

O ABORTO NO BRASIL E A ADPF 442

RODRIGUES, Maria Eduarda Rossoni[326]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[327]

RESUMO: O presente trabalho insta trazer a discussão sobre a necessidade da descriminalização do aborto, tendo em vista tanto os argumentos trazidos na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 442, apresentada no Supremo Tribunal Federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), como também alguns outros preceitos fundamentais apresentados na Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Aborto. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Direitos Fundamentais.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente coloca-se que a ideia principal do presente trabalho se dá em torno da inconstitucionalidade da criminalização do aborto no Brasil, bem como apresentar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental de número 442, mostrando não somente os pontos já nela colocados, como também visão própria do assunto abordado.

Ademais, serão apresentados os artigos previstos no Código Penal de 1940, na Constituição Federal de 1988 e demais argumentos e estudos, que juntos mostraram a controvérsia existente no ordenamento jurídico brasileiro. O trabalho teve, por base, métodos de pesquisa bibliográficos.

2 DESENVOLVIMENTO

Dentro do Código Penal de 1940, o aborto voluntário da gestante é criminalizado dentro dos artigos 124 e 126. “Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: Pena - detenção, de um a três anos. (...) Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante: Pena - reclusão, de um a quatro anos”. Ocorre que, no momento em que o Código Penal vigente atualmente foi criado, outra Constituição Federal vigorava.

A desumanização e desvalorização da mulher à época do código não mais deve valer em face da sociedade atual. Pode-se, inclusive, comparar esta ideia com a

[326] Acadêmica de Direito, do 4º período, na Faculdade Campo Real.
[327] Orientadora e professora da disciplina de Direito Constitucional II.

mudança do Código Civil de 1916 para o de 2002. A mulher, que era posta como objeto de desvalorização nos anos 1900, hoje tem ganhado voz e aparência na sociedade. Com a mudança de pensamento do povo e seus respectivos governantes, a Constituição Federal de 1988 foi criada, e nela foram incluídos direitos e garantias fundamentais, igualando, ainda, homens e mulheres em todos os sentidos. Então a descriminalização do aborto se faz extremamente necessária para que as mulheres possam, enfim, realmente decidir sobre si.

Nas palavras do doutrinador Fernando Capez: “é certo que, em se tratando de aborto, a Igreja sempre influenciou com os seus ensinamentos na criminalização do mesmo, fato este que perdura até os dias atuais” (CAPEZ, 2012. p. 129). Desde então já conseguimos enxergar a inconstitucionalidade da lei, que teve por base conceitos religiosos, e perdura até hoje num Estado que deveria ser totalmente laico. Assim, uma questão de fé não poderia prevalecer acima do que se considera saúde pública. Nas palavras de Alexandre de Moraes: “a Constituição Federal assegura o livre exercício do culto religioso, enquanto não foi contrário à ordem, tranquilidade e sossego públicos (...) (MORAES, 2016. p. 115)”. Portanto, não se pode falar em argumentos religiosos que visem excluir um direito pessoal de uma pessoa que pode, inclusive, nem professar a mesma fé. A liberdade de escolha sobre abortar ou não deve partir somente da mulher, e o Estado, para assegurar a individualidade de cada mulher, deve garantir em seu ordenamento jurídico, tal liberdade.

No que diz respeito ao aborto no ordenamento jurídico brasileiro, ele é descriminalizado nas hipóteses de gravidez decorrente de estupro e quando a vida da gestante corre risco por conta da gravidez. Nas jurisprudências, também ocorre a descriminalização quando se fala em feto anencefálico. Porém, se a vida da gestante e a garantia de dignidade de sua vida são mais importantes que o desenvolvimento gestacional do feto nestes casos, por que não estender e abranger estas garantias à vida de qualquer gestante que deseje interromper a gravidez, durante as 12 primeiras semanas de gestação?

Seguindo esta linha, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) apresentou junto ao STF a ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) número 442, o qual tem por objeto os artigos 124 e 126 do Código Penal, já anteriormente citados, cujos estes estão, segundo eles, insustentáveis diante dos preceitos fundamentais previstos nos artigos: 1º, I e II; 3º, inciso IV; 5º, *caput* e incisos I e III; 6º, *caput*; 196; e 226, §7º. Segundo o Partido, “a criminalização do aborto provoca violações

ao direito à saúde (CF, art. 6º), a integridade física e psicológica das mulheres e à proibição de submissão ou a tratamento desumano ou degradante (CF, art. 5º, III)". O que podemos discutir a respeito é: o que o Estado, sendo a autoridade de proteção dos direitos de seu povo, vê ao criminalizar uma conduta que diz respeito à vida digna de uma cidadã brasileira?

A tramitação da ADPF 442 no Supremo Tribunal Federal mostra que o Brasil tem, enfim, escutado diversas mulheres que clamam pela liberdade de seus corpos e suas escolhas. A cultura patriarcal criada, desenvolvida e inserida na sociedade brasileira, mata e destrói mulheres todos os dias, afinal, se o homem não quiser ser pai, ele abandona a criança sem ser responsabilizado criminalmente por isso. Mas se a mulher não quiser ser mãe, tem de levar a gestação até o fim, sob pena ser julgada, condenada, criminalizada e marginalizada. A ideia machista criada de que a mulher deve ser mãe, deve amar seus filhos incondicionalmente e não pode, de forma alguma, pensar em não os ter, é uma violência extremamente grave contra a mulher.

A Constituição Federal de 1988 prevê, logo em seu artigo 1º, inciso III, que tem como fundamento a dignidade da pessoa humana. Analisando a partir deste ponto, pode-se questionar: "o que é uma vida digna?". O valor moral e espiritual do princípio da dignidade da pessoa humana torna este totalmente pessoal. Desta forma, o que é digno para uma pessoa, pode não ser para outra. A liberdade de seguir ou não com uma gravidez indesejada, para algumas mulheres pode ser algo tranquilo, com poucos problemas e poucas preocupações, porém para outras pode desencadear doenças como depressão e ansiedade, tornar a vida destas mulheres extremamente ruins e ainda ser, inclusive, motivo de suicídio. Além de que existem diversas mulheres e até famílias sem estrutura financeira e psicológica para gerar filhos, tornando, portanto, suas vidas sem dignidade. E ainda dentro deste pensamento, a própria Constituição Federal prevê:

> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. (...) § 7º: Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

Sendo assim, é nítido o direito de escolha da família, ou da própria mulher gestante, a escolha a respeito do planejamento familiar, tornando-se assim, inconstitucional a criminalização do aborto. Nas palavras do doutrinador Pedro Lenza:

> Nos termos do artigo 226, §7º, fundado nos princípios da **dignidade da pessoa humana** e da **paternidade responsável,** o **planejamento familiar** é de livre decisão do casal, competindo ao Estado proporcionar recursos educacionais e científicos para o exercício do direito, **vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.** (LENZA, 2013. p. 1313)

Segundo o doutrinador Uadi Lammêgo Bulos: “contemplar o planejamento familiar como direito do casal é providência útil, em época de notável explosão demográfica” (BULOS, 2015. p. 1624). O Estado deve, então, dispor de todos os recursos para que o planejamento familiar de cada um se dê em conformidade com seus desejos, dando a mulher gestante e ao resto da família, quando houver, apoio médico e psicológico ao iniciar a gestação, bem como se houver a intenção de sua interrupção voluntária.

Seguindo a linha da Constituição Federal, no seu artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”. Segundo o doutrinador Pedro Lenza: “o direito à vida, previsto de forma genérica no art. 5º, *caput*, abrange tanto o direito de não ser morto, privado de vida, portanto, o direito de continuar vivo, como também o direito de ter uma vida **digna**”. Desta forma, o doutrinador explica que “(...) para a lei, o fim da vida estaria previsto com a morte cerebral e, novamente, sem cérebro, não haveria vida, e portanto, nessa linha, o conceito de vida estaria ligado (segundo o STF) ao surgimento do cérebro”. (LENZA, 2013. p. 1041, 1042)

Diante disto, a formação do cérebro no feto começa no início da gestação, e tem seu sistema nervoso completo ao sexto mês. Desta forma, alguns filósofos da bioética argumentam que a vida só se inicia na 24ª semana, quando o feto está com o sistema nervoso completo, tornando-se assim um feto viável, ou seja, que já pode se desenvolver fora do útero da gestante. Sendo assim, nas 12 primeiras semanas de gestação, o feto não tem capacidade de sentir dor ou de ter sentimentos. Inclusive em estudos feitos na Inglaterra comprovam que até a 24ª semana o feto ainda não sente dor por conta de que “as conexões nervosas no cérebro não se formaram completamente, e o ambiente do útero cria um estado de sono induzido, como um estado de inconsciência”.

Desta forma, é evidente a incompatibilidade da criminalização do aborto em face da Constituição Federal, e estando a Constituição no maior patamar do ordenamento jurídico, o Código Penal deve obedecer e seguir seus artigos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentado o tema e argumentos, pode-se claramente perceber que as ideias trazidas pela ADPF 442 fazem todo sentido. A ideia da descriminalização do aborto com argumentos dentro da Constituição Federal e de demais estudos dentro da biologia e desenvolvimento humano, mostram que está na hora do Brasil adotar essa ideia para garantir liberdade, dignidade e independência às mulheres brasileiras.

4 REFERÊNCIAS

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional.** 9 ed. São Paulo: Saraiva. 2015.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 17 ed. São Paulo: Saraiva. 2013.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 32 ed. São Paulo: Atlas. 2016

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal, volume 2, parte especial: dos crimes contra a pessoa, dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 121 a 212).** 12 ed. São Paulo: Saraiva.

BRASIL. **Código Penal.** 3 ed. Barueri: Manole. 2018.

SENADO FEDERAL. **Constituição Federal.** Brasília: Edição administrativa do Senado Federal. 2017.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/psol-stf-descriminalize-aborto-meses.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.

JEFFREYS, Branwen. **Fetos não sentem dor antes de 24 semanas de gestação, diz estudo britânico**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/ciencia/2010/06/100625_feto_dor_mv>. Acesso em: 27 ago. 2018.

DIREITOS E DEVERES, CONSULTA AO APARELHO CELULAR E APLICATIVO DE MENSAGEM, COMO WHATSAPP, EM UMA ABORDAGEM POLICIAL OU PRISÃO

GUERLINGUER, José Lucas[328]
MATOSO, Guilherme[1]
RUTH, Yohan[1]
ROSAS, Rudy Heitor[329]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo apontar direitos e deveres dos cidadãos, no decorrer de uma abordagem policial ou prisão. Além de retratar quanto à privacidade em relação ao uso de aparelhos celulares em investigações criminais. O tema central tem como intuito apresentar, o que por muitas vezes a sociedade desconhece em se tratando de leis. Tal trabalho primou por uma pesquisa descritiva bibliográfica, através do estudo celebrou se a maneira de proceder em casos de abordagem, prisão e excessos por parte dos policiais, e quanto à privacidade ao acesso as informações do aparelho celular e seus aplicativos de mensagens.

Palavras-chave: Direitos. Abordagem. Policial. Celular.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é mostrar como um cidadão deve se portar durante uma abordagem policial, tendo em vista seus direitos e deveres. Também apresenta quanto ao fato do uso do celular atualmente, e suas inúmeras informações, o qual pode servir numa possível investigação, ou na formação de provas em inquéritos policiais.

A sociedade de certa forma desconhece seus direitos quanto à privacidade, e como proceder em situações pouco cotidianas. Com isso, o trabalho busca mostrar de forma sucinta, informações de grande relevância, as quais estão baseadas em leis vigentes, alem de tratados e convenções que trazem o devido amparo jurídico.

No decorrer estão apresentadas normas técnicas, dispondo leis e as comentando de maneira mais informal, assim facilitando a compreensão. Outro ponto busca explicitar quanto às provas obtidas sem a devida autorização, que nesses casos não produzem valor algum em processos e investigações.

2 DIREITOS, DEVERES, E A PRIVACIDADE NUMA ABORDAGEM POLICIAL

[328] Acadêmicos do 2° Período de Direito, do Centro Universitário Campo Real.
[329] Professor da disciplina de Criminologia, do Centro Universitário Campo Real.

2.1 DIREITOS ASSEGURADOS E DEVERES IMPOSTOS, EM UMA EVENTUAL ABORDAGEM POLICIAL OU PRISÃO

Em se tratando do caso abordagem, vamos ao seguinte ponto, como devemos agir caso sejamos abordados por uma patrulha policial, ou até mesmo um policial disfarçado? Primeiramente o cidadão deve permitir, sem resistir, que o policial o reviste, mesmo que considere a revista desnecessária. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, 2016). É necessário manter a calma, pois a situação pode tomar rumos desnecessários. Mesmo quando impelido e coagido a ser submetido à busca pessoal e ou a prisão ilegal, sem que a autoridade policial apresente mandado judicial ou um motivo legal e plausível, deve manter-se calmo, para evitar incorrer no crime de desobediência previsto no "Art. 330 - Desobedecer à ordem legal de funcionário público: Pena - detenção, de quinze dias a seis meses, e multa" (BRASIL, 1940, p. 124), ou ser enquadrado no crime de resistência a qual dispõe o Código Penal, que trás em seu artigo o seguinte "Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio (...)" (BRASIL, 1940, p. 124), se houver resistência somada com ameaça ou agressão.

Em relação aos direitos temos os seguintes em caso de sermos abordados, como saber identificação do Policial Militar, se assim desejar, ser revistado por Policiais Militares do mesmo sexo, desde que não ocasione prejuízo ao andamento da ocorrência conforme prevê o "Art. 249. A busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência" (BRASIL, 1941, p. 64). Acompanhar visualmente a revista realizada no seu veículo, e ao término da abordagem, saber o motivo pelo qual foi abordado, esses são direitos assegurados em uma abordagem. (PARENTONI, 2012).

Entretanto, o cidadão se sentir ofendido deve exercer os seus direitos e sempre denunciar o fato à Ouvidoria de Polícia e se possível ao Promotor de Justiça, no Ministério Público de sua cidade. Quando o abuso de autoridade ocorrer, é recomendável tomar os nomes dos policiais envolvidos, testemunhas, e se possível anotar o numero da placa da viatura, lembrando, quantos mais dados obtidos mais útil será numa futura ação penal contra os autores. Mesmo sem ter todas as informações acima, comunique o ocorrido ao Ministério Público ou à Corregedoria de Polícia. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, 2016).

2.2 ACESSO A INFORMAÇÕES PESSOAIS EM APLICATIVO DE MENSAGEM, DURANTE UMA ABORDAGEM POLICIAL

Tal tema gera bastante embate no âmbito jurídico por não se ter uma regra especifica. Com o avanço da tecnologia, qualquer pessoa atualmente tem acesso a um aparelho celular, e nele pode ser armazenado inúmeros aplicativos, fotos, vídeos e mensagens, essas quais podem conter fatos ilícitos ou provas de atos que sejam contras as leis.

Assim como os casos de interceptação telefônica através de escutas, o acesso ao conteúdo do celular do acusado também só pode ser realizado mediante prévia autorização judicial e através disso dando as melhores formas de agir legalmente para evitar problemas e não sofrer danos morais e materiais a curto e longo prazo, visto que esse ato citado pode acontecer com qualquer pessoa.

Neste contexto vamos ao seguinte ponto, e valido o uso pela polícia, numa abordagem policial ou numa prisão em flagrante, ao acesso as informações contidas em um aparelho celular?

Com esse paradigma vamos as seguintes leis, convenção e pacto, que estão prescritos a seguir como na Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, a qual promulgada pelo Decreto Nº 678, De 6 De Novembro De 1992, no Pacto Internacional sobre Direitos Civil e Políticos, promulgado Decreto Nº 592, De 6 De Julho De 1992 e na Constituição Federal, a qual da certa margem a interpretação, e gerando discussões entre juízes, a ponto de ser adotado a jurisprudência para um consenso geral quanto ao tema. Partindo para o principio que nos rege que é a Constituição Federal, que nos traz o seguinte: “art. 5º, X, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação” (BRASIL, 1988, p. 13), neste contexto percebesse que ela é clara, porém, não especifica muito quanto aos direitos à privacidade.

Agora indo de encontro ao tema abordado, a Constituição Federal apresenta “art. 5º, XII, é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas (...)” (BRASIL, 1988, p. 13), o qual trás em específico o tema na LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996. Com isso tiramos a conclusão que o celular parte do mesmo princípio. Desta forma, fica ilícito e não permite que a polícia numa prisão ou abordagem use o telefone acessando o aplicativo de

mensagem (WHATSAPP) ou outro, para comprovar um ato ilícito ou achar provas para a confirmação do mesmo. (LANDIM, 2016).

> Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob segredo de justiça (BRASIL, 1996)

Diante do fato apresentado, mesmo estando intitulado como incabível e desqualificado, ainda assim seja usado como prova em um processo, a Constituição prevê no seu art. 5º, LVI, que são "inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos" (BRASIL, 1988, p. 16). Estamos diante de uma norma geral, que menciona processo, sem fazer qualquer distinção entre processo civil e penal, exigindo assim uma interpretação adequada à especificidade do processo penal e às exigências das demais normas constitucionais que o disciplinam.

Em uma ilação de inquérito, onde dados e arquivos do celular, incluindo conversas de WHATSAPP, colhidas sem autorização judicial, será constituído prova ilícita, por violar os preceitos constitucionais e internacionais, podendo, inclusive, resultar na nulidade de todo o processos, atingindo outras provas pelo fato de que se uma prova foi concebida de maneira incorreta, imprópria ou por meios ilícitos, outras provas apresentadas podem ter sido extraídas da mesma forma, ou seja, ilicitamente, assim conforme apresenta a teoria do fruto da árvore envenenada – "fruit of the poison tree doctrine". (ORTEGA, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em tudo que foi apresentado neste trabalho, torna-se evidente que a erudição é de suma importância, pois ninguém esta isento de sofrer uma abordagem, quanto mais uma invasão de privacidade.

Dessa maneira devemos ter a percepção que de forma alguma podemos perder a calma, tendo como premissa que o dialogo e a devida aclamação, isto é sanar problemas no presente, que por ventura possam acarretar em sanções futuras.

Sendo assim o acesso à informação é algo indispensável, e que todo conhecimento alcançado nunca será em excesso, ainda mais se tratando de direitos e deveres que devemos ter para nós e para com os outros.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Da aplicação da lei penal**. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dez de 1940. Código penal, Rio De Janeiro,RJ, dez 1940. p. 80.

BRASIL. **Leis das contravenções penais**. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de out de 1941. Código de processo penal, Rio de Janeiro,RJ, out 1941.

BRASIL. Constituição (1988), **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.296, de 24 de jul de 1996. **Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5° da Constituição Federal**, jul 1996. Disponivel em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9296.htm>. Acesso em: 08 set. 2018.

LANDIM, Marcos. **A polícia pode acessar conteúdos armazenados em aparelho celular (whats app) do investigado?** 2016. Disponivel em: <https://marcoslandim.jusbrasil.com.br/artigos/361018480/a-policia-pode-acessar-conteudos-armazenados-em-aparelho-celular-whats-app-do-investigado>. Acesso em: 30 ago. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **ABORDAGENS POLICIAIS - CONHEÇA SEUS DIREITOS**. 2016. Disponivel em: <http://www.gaeco.mppr.mp.br/pagina-61.html>. Acesso em: 07 set. 2018.

ORTEGA, Flavia. Teixeira. **Teoria dos frutos da árvore envenenada. 2016**. Disponivel em: <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/noticias/335087045/teoria-dos-frutos-da-arvore-envenenada>. Acesso em: 31 ago. 2018.

PARENTONI, Roberto. **Abordagens policiais – direitos, deveres e dicas de comportamento**. 2012. Disponivel em: <https://robertoparentoni.jusbrasil.com.br/artigos/121939878/abordagens-policiais-direitos-deveres-e-dicas-de-comportamento>. Acesso em: 08 set. 2018.

.

OPINIÃO PÚBLICA E A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO DIREITO BRASILEIRO

GIACOMITTI, Ana Carolina Nodari[330]
GERKE, Mylena Bermudez[2]
SELL, Elizabete Nizer[3]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo avaliar a existência ou inexistência da influência da mídia no direito brasileiro. Analisar qual o papel da mídia como formadora de opinião popular e qual é a consequência deste papel nos tribunais brasileiros, levando em conta não apenas as questões relacionadas ao direito penal, mas nas demais ramificações do direito que tomam cada vez mais as manchetes dos jornais nacionais. O método de pesquisa utilizado possui como fonte artigos científicos dos campos do direito, além de livros do tema midiático e de sua história, como também pesquisas as normas brasileiras vigentes.

Palavras-chave: Mídia. Influência. Imprensa. Direito Brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento da tipografia revolucionou a maneira de como as notícias chegavam aos indivíduos, mesmo com o baixo índice de alfabetização, o aumento da circulação de jornais e a diminuição dos preços, fez com que as pessoas aprendessem a ler, deixando de ser algo exclusivo das classes mais altas da sociedade, preservando assim, a história e a cultura das comunidades.

Com o passar dos anos, foram surgindo novos meios de comunicação, como o rádio, a televisão e a internet. Em função disso, aumentou-se a necessidade de encontrar uma nova notícia, cada vez mais rápido, para garantir as vendas ou o topo da audiência em relação aos concorrentes.

A mídia em diversos momentos divulga de forma mais ampla casos que causem comoção nacional para conseguir chamar a atenção dos telespectadores, e na maioria das vezes, esses casos estão diretamente ligados ao Direito. Podemos citar como exemplo, assassinatos, roubos, atentados terroristas, casos de corrupção e violência. Garantir uma manchete desse tipo antes dos concorrentes significa muito no meio jornalístico. O problema é como essa notícia é transmitida a população. Assim,

[330] Acadêmica do Curso de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Professora Orientadora. Graduada em Direito pela Faculdade Campo Real (2015). Pós-Graduada em Ciências Criminais pela Faculdade Campo Real (2017).
[3] Professora Orientadora. Graduada em Direito pela Faculdade Campo Real (2005). Pós-Graduada em Direito do Trabalho e Previdência Social pela Faculdade Campo Real (2007). Mestranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste.

faz-se indispensável o estudo da existência ou inexistência da influência da mídia na sociedade brasileira.

2 INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO DIREITO E NA OPINIÃO POPULAR

Na época da ditadura militar, as notícias divulgadas deveriam ser favoráveis ao governo e, ainda, eram vedadas críticas ao regime imposto. A Constituição Federal Brasileira de 1988, é uma constituição chamada de cidadã e democrática, pois surgiu após anos de ditadura em nosso país. Momento em que a imprensa que sofria com a censura, ganha liberdade. Assim, os meios de comunicação se tornam livres para que pudessem publicar qualquer tipo de informação e opinião. (FERNANDES, 2016).

O Artigo 220 da Constituição Federal de 1988, diz que:

> Artigo 220: A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. § 3º Compete à lei federal: I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada; II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. § 4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso. § 5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. § 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Com este artigo, os jornalistas receberam a chamada liberdade de expressão, podendo assim, em seus textos e programas de televisão, compartilhar a sua opinião com o público, não sendo possível sofrer qualquer tipo de repressão política por explanar sua percepção dos diversos temas da sociedade. Contudo, a mídia atual sofre grandes críticas, pois as notícias dadas não são imparciais, elas se dão conforme o viés político do jornalista ou da empresa para qual ele trabalha, moldando a opinião de muitas pessoas, que, por assistirem na televisão, escutarem no rádio, ou mesmo lerem uma manchete na rede social, tomam aquilo como verdade absoluta, sem buscar

aprofundamento no tema, entender a realidade dos fatos ou até mesmo analisar as fontes da notícia divulgada.

O Direito Penal talvez seja o que mais sofra com esse problema, visto que em muitos canais de televisão (que ainda é o meio de comunicação mais acessível a sociedade) no fim da tarde, dedicam horas da sua programação a trazer programas sensacionalistas de “caça ao bandido”, cobrindo em tempo real crimes e ações da polícia. Além desse tipo de programa, ainda existem aqueles crimes com grande repercussão, que geram grande comoção popular e recebem uma cobertura quase cinematográfica, como por exemplo: Caso Isabella Nardoni, Caso Eliza Samudio, Caso Richthofen, Caso Tatiane Spitzner, entre outros.

Crimes que não tem um grande diferencial, parecido com tantos outros já ocorridos, e que de repente ganham notoriedade nacional, é difícil esperar neutralidade dos jurados que foram sorteados, visto que eles passaram anos acompanhando coberturas jornalísticas sobre isso. Mesmo que a intenção seja fazer o melhor trabalho possível, isento de qualquer influência, inconscientemente tudo que ele viu ou ouviu da mídia sobre o caso pode influenciá-lo. (CASTRO FILHO, 2016).

É importante também ressaltar, que muitos casos que são relevantes para o Direito só vieram à tona graças a mídia ou ganharam força por causa dela, principalmente casos que envolvam políticos como o Mensalão e a Operação Lava Jato. Senão fosse pela constante cobrança dos meios de comunicação, que acabam por gerar pressão popular, esses casos teriam provavelmente sido arquivados por se tratarem de pessoas com poder e influência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal problema dessa grande exposição dos casos pela mídia é que muitas vezes não se respeita todas as fazes do processo, a imprensa acaba por interferir no devido processo legal condenando antes de um julgamento. Não são poucos os casos de pessoas que passaram anos na cadeia para, depois, se descobrir que eram inocentes. A mídia cumpre seu papel de informar a população, mas da forma que faz, acaba gerando um senso comum contra os acusados não respeitando o princípio do contraditório e o direito à ampla defesa. Contudo, não se pode ignorar o fato de que em muitos casos a exposição da situação perante a sociedade faz com que medidas sejam

tomadas, o caso repercute, e no fim a justiça é feita. Por isso, conclui-se que a mídia é grande influenciadora da opinião pública.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Biênio 2015/2016.

CASTRO FILHO, Maurício Vieira de. **A imprensa como formadora da opinião pública em crimes de grande repercussão**. Disponível em: < https://mauriciovcfilho.jusbrasil.com.br/artigos/246055841/a-imprensa-como-formadora-da-opiniao-publica-em-crimes-de-grande-repercussao> Acesso em agosto de 2018.

FERNANDES, Maria Rayane de Oliveira. **A influência da mídia nos casos de grande comoção social e no processo penal**. Disponível em: < https://jus.com.br/artigos/50786/a-influencia-da-midia-nos-casos-de-grande-comocao-social-e-no-processo-penal> Acesso em agosto de 2018.

ESTUDO DOS POLÍMEROS CONDUTORES: HIPERGLICEMIA

BOIKO, Thales Felipe[331]
GONÇALVES, Daniel José Gomes[332]
CALDEIRA, Izabel Moraes[333]

RESUMO: O poliacetileno, um polímero orgânico, quando dopado, é capaz de conduzir corrente elétrica por si. Suas propriedades intrínsecas torna-o um material a ser utilizado não somente na engenharia, mas também na área medicinal. Pesquisadores da Universidade Federal do Paraná, descobriram uma forma de combate contra a doença da hiperglicemia a partir de uma planta comumente chamada de erva-de-são-simão.

Palavras-chave: Poliacetileno. Polímeros Condutores. Hiperglicemia.

1 INTRODUÇÃO

Em um tempo no qual as tecnologias são inovadas de uma forma exponencial, torna-se necessário a aquisição de novos materiais para certas melhorias, seja em processamento, resistividade e até mesmo leveza.

Polímeros, em sua disjunção literal, significa vários meros. Por serem baratos e leves, ligado à sua capacidade de ser encontrada, ou até mesmo de serem feitos em laboratórios, abre um grande espaço na área de pesquisas. Eles podem ser rígidos, frágeis, elásticos... Cada tipo de polímero pode ser ordenado em grupos: o qual possuir características semelhantes integram-se no grupo.

Tendo como base o que foi citado anteriormente, a busca pela mesclagem do útil ao agradável vem tomando uma grande relevância nos últimos tempos. O poliacetileno, no qual iremos abordar, tem ganhando muito espaço no meio científico por possuir características peculiares, seja na área eletrônica ou medicinal.

2 DESENVOLVIMENTO

[331] Graduando de Engenharia Elétrica, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[332] Graduando de Engenharia Elétrica, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[333] Mestre em Ciência e Engenharia dos materiais, Professora do Centro Tecnológico, Centro Universitário Campo Real.

Na química, funções orgânicas são aquelas que apresentam Carbono em sua estrutura. O poliacetileno (C_2H_2) em seu estado natural, assim como todos outros materiais orgânicos, tende a ser um material propício à isolação.

Para que haja a condução, é necessário que em sua estrutura possua elementos com dupla ligação conjugadas. Com isso, é possível a passagem de um material isolante para condutor. Segundo Zoppi e Paoli (1993), as reações químicas de oxidação (ou redução) nas cadeias poliméricas é capaz de criar cargas positivas (ou negativas) deslocalizadas, que são neutralizadas pela incorporação de ânions (ou cátions), gerando a chamada dopagem.

Maia et.al, em seu artigo sobre a síntese de polímeros condutores, cita:

> Desde a publicação do trabalho de MacDiarmid e cols4, houve um crescimento significativo da pesquisa sobre estruturas poliméricas conjugadas, levando ao desenvolvimento de novas famílias de polímeros condutores. Com modificações químicas apropriadas, eles podem exibir um intervalo de condutividades desde semicondutor até condutor. (MAIA et al, 1999).

Nos anos 70, o poliacetileno dopado surgiu, trazendo consigo uma vasta gama de possibilidades. Por possuir altíssima capacidade de condução (superior a cobre e platina), passou a ser explorada em diferentes lugares, como em baterias, transistores, células fotovoltaicas, sensores... Indústrias e universidades passaram a estudar de perto esse e outros polímeros.

Porém, não é só de pão que vive o homem. Pesquisas ligadas a saúde juntamente com o auxílio de tecnologias presentes nos dias de hoje fizeram com que cientistas da Universidade Federal do Paraná descobrissem uma “nova luz” à pessoas que sofrem de hiperglicemia. Segundo Pollo et. al (2018), a descoberta de alguns glicosídeos poliacetilínicos proveniente da planta *Vernonia Scorpioides,* que é popularmente chamada de erva-de-são-simão, mostraram-se com pouca ou nenhuma citotoxicidade. A partir disso, com experimentos realizados em ratos obesos, um anti-hiperglicêmico foi originado.

Foram extraídos quatro quilos (4 Kg) da planta para o estudo, e primeiramente foi submetida ao etanol e deixada para maceração por duas semanas. Após isso, passou por outros inúmeros processos que vai desde a evaporação rotativa até a separação por cromatografia por partição centrífuga (CPC). E no final, o produto passou a ser chamado de 3,4-dihydrovernoniyne-4-O-β-glucoside.

Os cobaias eram ratos do tipo Wistar, que pesavam entre 180 e 200 gramas. Ficavam em um ambiente de 21°C, eram alimentados com comidas em forma de grânulos e podiam beber água a vontade. Para a verificação de tolerância de glicose, eles foram deixados sem comida por 16 horas, porém a água era livre. Os ratos foram divididos em dois grupos: enquanto um receberia os atuais remédios para o controle da hiperglicemia, o outro ainda teria o acompanhamento do produto originado anteriormente, podendo ser injetado 0.1, 0.5 ou até 9 mg/Kg via intraperitoneal. A glicemia foi verificada no início, durante e no final do tratamento. Depois de 30 minutos, o nível aumentou drasticamente, e passou a ser medida com intervalos cada vez maiores: de 15 passou para 30 minutos, de 30 para 60 minutos e assim sucessivamente. Sangue foi retirado para determinar a glicemia pelo método da glicose oxidase. O fígado e o músculo sóleo foram pegos e passaram por uma vasta gama de processos físicos e químicos.

Deixando a parte experimental de lado, Pollo et.al (2018) comenta:

> Avaliou-se o efeito do 3,4-dihydrovernoniyne-4-O-β-glucoside no teste de tolerância à glicose. O 3,4-dihydrovernoniyne-4-O-β-glucoside 0,1 mg/kg reduziu a glicemia aos 15 minutos em cerca de 10% em comparação com o grupo de controle hiperglicêmico, respectivamente. A dose de 0,5 reduziu eficientemente a glicemia aos 15, 30 e 180 min em torno de 20% quando comparada ao grupo controle hiperglicêmico. Além disso, 9 mg/kg diminuíram os níveis séricos de glicose em torno de 30% e 20% aos 30 e 60 minutos, respectivamente. (Pollo et al, 2018).

Visto que os polímeros são compostos orgânicos, a sua capacidade de biodegradação é alta. Villanova (2010) cita que a sua utilização em indústrias farmacêuticas na composição de remédios é altamente desejável, visto que um

material quando introduzido no organismo é necessário que desapareça depois de cumprir sua função.

Sabendo do grande potencial dos polímeros, não deixa dúvidas que há uma infinidade de polímeros capazes de aperfeiçoar medicamentos já existentes, com o intuito de melhorar a vida da população.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os polímeros, que antigamente eram vistos como coadjuvantes, hoje com a ajuda da tecnologia, vem ganhando grande espaço em todos os tipos de indústrias O poliacetileno, que atualmente tem seu grande nome na parte eletrônica, mostra-se

capaz de atuar também em outras partes, como na criação de novos remédios para diabéticos.

A facilidade de biodegradação proveniente de suas propriedades orgânicas, trazem consigo um leque de possibilidades que devem ser pesquisadas e usufruídas pela população, visando melhorar não só a saúde, mas também o meio ambiente.

4 REFERÊNCIAS

POLLO, Luiz A.E; FREDERICO, Marisa J; BORTOLUZZI, Adailton J; SILVA, Fática R.M.B; BIAVATTI, Maique W. **A new polyacetylene glucoside from Vernonia scorpioides and its potential antihyperglycemic effect.** Elsevier, 2018.

ZOPPI, Rita Aparecida; PAOLI, Marco-A. de. **Aplicações tecnológicas de polímeros intrinsecamente condutores: perspectivas atuais.** Química Nova, 1993.

MAIA, DALTAMIR J; PAOLI, Marco-A. de; ALVES, Oswaldo L; ZARBIN, Aldo J. G; NEVES, Silvara das. **SÍNTESE DE POLÍMEROS CONDUTORES EM MATRIZES SÓLIDAS HOSPEDEIRAS.** Química nova, 2000.

VILLANOVA, Janaina C.O; ORÉFICE, Rodrigo L; CUNHA, Armando S. **Aplicações Farmacêuticas de Polímeros.** Polímeros: Ciência e Tecnologia, vol. 20, nº 1, p. 51-64, 2010.

A EFETIVIDADE DE POLÍTICAS E PROGRAMAS QUE AUXILIAM A AGRICULTURA FAMILIAR

LARA, Larine De[334]
CHICONATTO, Patrícia[335]
SHIMITT, Vânia[336]

RESUMO: O presente resumo tem como objetivo avaliar a efetividade das políticas e programas que auxiliam a agricultura familiar em Guarapuava, a partir de revisão bibliográfica e análise de dados disponibilizados. Tendo como resultado a efetivação do PNAE, abrangendo 18 mil alunos, o PAA em risco de corte ou diminuição do percentual (99%) e o PRONAF contribuindo para geração de renda, certificação e incentivo financeiro. O Projeto Vida Rural incentiva o comércio de alimentos com Segurança Alimentar. Percebe-se a importância da agricultura familiar no desenvolvimento regional e a necessidade de reestruturações de políticas e programas de acordo com o contexto sócio-econômico.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Segurança Alimentar e Nutricional.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Lamarche (1993), a agricultura familiar foi marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade centradas em três pilares: a grande propriedade, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Apesar da importância da agricultura familiar brasileira, historicamente, este setor foi excluído das políticas públicas, onde os recursos estatais eram direcionados para as grandes propriedades monocultoras de produtos destinados, sobretudo, à exportação. Como conseqüência, possibilitaram a modernização na monocultora.

> O reconhecimento da agricultura familiar, que compõe se da família, trabalho e produção, passou a perceber a necessidade de ações do Estado, em especial, a formulação de programas de políticas públicas. Sendo criado o Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), em 1994 e o Pronaf (Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura) em 1996 (BERGAMASCO,2014).

[334]Nutrição, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[335]Nutrição, docente, Centro Universitário Campo Real.
[336]Nutrição, docente, Centro Universitário Campo Real.

A Lei nº 11.326/2006 descreve o agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, e que: não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

Estudos comprovam a importância da agricultura familiar na ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro (OLIVEIRA, 2013). O Censo Agropecuário de 2006 registrou 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura familiar, o que representa 74,4% do pessoal ocupado, enquanto os estabelecimentos não familiares ocupavam 4,2 milhões de pessoas, correspondendo a 25,6% da mão de obra ocupada.

> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um programa suplementar a educação que objetiva fornecer alimentação escolar para os alunos de toda a rede de ensino matriculados em escolas públicas e filantrópicas da educação básica, do ensino médio, educação de jovens e adultos e educação integral. Os princípios do programa são a universalidade e a ampliação do atendimento estudantil, a fim de atender a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. (SANTOS, 2014).

De acordo com a Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem como finalidade promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para isso, ele compra alimentos produzidos por agricultores, destinando a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Devido à importância da agricultura na produção de alimentos, desenvolvimento social e econômico, faz-se necessário entender as políticas públicas na agricultura familiar, para verificar a sua efetividade. A partir disso, este trabalho tem como objetivo analisar os Programas: Pronaf, PAA e PNAE.

2 DESENVOLVIMENTO

Um dos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira é o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que se realiza pelas compras governamentais como incentivo à alimentos oriundos da agricultura familiar (BERGAMASCO, 2014)

O PAA se articula com a política de segurança alimentar e nutricional (GRISA, 2013). O mesmo foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 07 de maio de 2008, sendo uma das ações do Projeto Fome Zero junto com instituições públicas que defendem o fortalecimento da agricultura familiar.

Em 1994 aconteceu a criação do Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), com distribuição de crédito por categorias de agricultores (MATTEI, 2005).

Em que o agricultor familiar era considerado microprodutor para se enquadrar no Manual de Crédito Rural (MCR). Sendo prejudicado a disputar crédito com os grandes produtores (BELIK, 2000). O Programa sofreu modificações, dando origem, em 1996, ao Pronaf. A ampliação do programa teve relação com linhas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado em 1954 pelo Ministério da Saúde e formalizado em 1955 pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com o objetivo de reduzir a desnutrição escolar e, ao mesmo tempo, melhorar os hábitos alimentares dos alunos.

Apesar de historicamente o PNAE apoiar a agricultura familiar, onde adquire alimentos para a alimentação escolar, foi apenas com a Lei n. 11.947 de 16 de junho de 2009 que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local ou regional.

Conforme Brasil (2009), de acordo com o artigo 14 dessa lei, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra de alimentos para o PNAE devem ser utilizados para a aquisição de alimentos proveniente da agricultura familiar.

De acordo com dados informativos, Central Cultura (2017), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem risco de 99% de corte no orçamento, em que os contratos não seriam aprovados pelo Conab (Companhia Nacional do Abastecimento), prejudicando o acesso a alimentação a grupos dependentes e os agricultores na renda e produção, com redução nas verbas pelo governo federal.

Em relação ao PRONAF no município de Guarapuava, de acordo com o Jornal Extra de Guarapuava, publicado dia 08 de junho de 2018, destaca a influência do Pronaf para o desenvolvimento social e econômico, descrevendo as evoluções de

algumas famílias após aderirem o programa, auxiliando no investimento e na legalização da venda dos produtos comerciais.

Sobre o PNAE em Guarapuava, ele disponibiliza às escolas frutas, verduras, hortaliças, legumes, proteínas, alimentos ricos em vitaminas, sais minerais e fibras, sendo servidas mais de trinta e uma mil refeições por dia, em que mais de 18 mil alunos são beneficiados, sendo destaque no GT em 2008, conforme a Prefeitura de Guarapuava descreve em seu site.

> Já no que se refere ao município de Guarapuava, o Programa Vida Rural, incentiva o auxilio no comércio de frutas e verduras, aumentando a produção. Com a Feira do Produtor e a Feira Solidária, que faz a troca de alimentos por materiais recicláveis, com investimentos em máquinas, insumos e habitações, além do produtor tornar-se um microempresário com certificação, onde a prefeitura investiu R$13 milhões com parcerias com sindicatos, cooperativas (PREFEITURA DE GUARAPUAVA).

Dentre os materiais e métodos utilizados estão a busca em artigos, descritivos da prefeitura e notícias referente ao município de Guarapuava relacionado aos programas PAA e PNAE, PRONAF, por meio de revisão bibliográfica, em estudo a agricultores familiares da região.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar contribui para o desenvolvimento econômico, social e regional, ofertando alimentos de maior qualidade, propriedades organolépticas, aporte nutritivo e menor risco de saúde e contaminação microbiológica devido o menor tempo de exposição nos processos de manipulação, transporte, armazenamento e consumo.

Portanto, faz-se necessário a contextualização da realidade regional perante a aplicação de políticas e programas para alcançar maior efetividade, podendo trazer maiores benefícios para os produtores e consumidores, além de novas alternativas que possam ser realizadas com incentivo governamental.

4 REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P., BORSATTO, R. S. e ESQUERDO, V. F. S. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: reflexões a partir de estudos de casos no estado de São Paulo**. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, Buenos Aires-Argentina, n. 38, p. 25-50, 2013.

BRASIL. *Lei nº 11.947, de 16/06/2009:* **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2478043>. Acesso em: 15 maio 2010.

CENTRAL CULTURA DE COMUNICAÇÃO. **Corte superior a 99% no paa preocupa instituições de guarapuava**. Disponível em: <http://www.centralcultura.com.br/?pag=noticias.php&id=50617#>. Acesso em: 06 set. 2018.

CONAB. **Cartilha PAA**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/cartilha_paa.pdf>. Acesso em: 06 set. 2018.

ELIK, W. PRONAF: Avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO da SILVA, J. (Orgs.). ***O Novo Rural Brasileiro* – Políticas Públicas**. Jaguariúna: Embrapa, volume 4, p. 93-116, 2000.

EXTRA GUARAPUAVA. **Agroindústria de guarapuava faz sucesso com embutidos e frango** caipira. Disponível em: <https://extraguarapuava.com.br/guarapuava/agroindustria-de-guarapuava-faz-sucesso-com-embutidos-e-frango-caipira>. Acesso em: 06 set. 2018

GRISA, C. **As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva**. *Desenvolvimento em Debate*. v. 1, n. 2, jan./abr. e maio/ago., p. 83-109, 2013.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Tomo I. Trad. TIJIWA, A.M. N. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília: MDA/NEAD, 2005

OLIVEIRA, J. T. A. **Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006.** *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba-SP, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013

PREFEITURA DE GUARAPUAVA. **Programa melhora qualidade de vida dos pequenos produtores.** Disponível em: <http://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/programa-melhora-qualidade-de-vida-dos-pequenos-produtores/>. Acesso em: 06 set. 2018.

PREFEITURA DE GUARAPUAVA. **Merenda escolar**. Disponível em: <http://www.guarapuava.pr.gov.br/cidadao/merenda-escolar/>. Acesso em: 06 set. 2018.

SANTOS, Sérgio Ribeiro Dos; COSTA, Maria Bernadete De Sousa; BANDEIRA, Geovanna Torres De Paiva. **As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE).** Scielo, Paraíba, v. 18, n. 2, jan. 2016.

AS ÁRVORES LIMÍTROFES NO DIREITO DE VIZINHANÇA

CHAGAS, Letícia[337]
BORCATE, Tamires Batista[338]
SANTOS, Janaina Bueno[339]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo desenvolver sobre o direito de vizinhança e as árvores limítrofes que segue no Código Civil mais precisamente nos artigos 1.282, 1.283 e 1.284. Pode-se dizer que as árvores e seus frutos trazem problemas entre vizinhos, afinal, por falta de instrução não sabem ao certo qual é o direito de cada um em relação àquela árvore e seus frutos e o que pode ser feito em relação a este conflito entre vizinhos, gerando conflitos desnecessários, perturbando a convivência coletiva.

Palavras-chave: Vizinhos. Frutos. Galhos. Código Civil. Conflitos.

1 INTRODUÇÃO

As árvores limítrofes e o direito de vizinhança, é um assunto que causa muito conflito entre vizinhos, causando discórdias que não são necessárias e também geram muitas dúvidas como por exemplo: “A árvore transcende a minha propriedade, os frutos estão do lado do meu terreno e mesmo assim eles não me pertencem?”. Por esse motivo se torna um assunto muito discutido.

O presente estudo se encontra no Código Civil no livro III sob o título Do Direito das Coisas, capítulo V Dos Direitos de Vizinhança, na seção II Árvores Limítrofes, nos artigos 1.282, 1.283 e 1.284.

Os artigos que serão tratados nesse estudo vieram exatamente com o objetivo de administrar esses possíveis conflitos que possam surgir devido a existência de uma árvore na linha divisória entre terrenos vizinhos, as raízes e galhos das árvores que ultrapassam a propriedade e acabam invadindo a propriedade alheia, e também os frutos dessa árvore e a quem pertencem. Será verificado o direito de cada vizinho nessas situações específicas que constam no Código Civil e uma breve introdução sobre o que seria o direito de vizinhança. Por se tratar de um resumo, não pretende esgotar o tema, a intenção é analisar o significado do supracitado estudo, assim como esclarecer suas principais características.

2 DESENVOLVIMENTO

[337] Acadêmica de Direito, 6ºB noturno, Centro Universitário Campo Real.
[338] Acadêmica de Direito, 6ºB noturno, Centro Universitário Campo Real.
[339] Graduada em Direito, Orientadora, Docente no Centro Universitário Campo Real.

O direito de vizinhança consiste em normas que regulamentam o relacionamento entre vizinhos. Protege a saúde, sossego e segurança. Prevê o artigo 1.277 do Código Civil que "o proprietário ou o possuidor de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que o habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha" (BRASIL, 2002). São regras que limitam o direito de propriedade a fim de evitar desacordos entre proprietários, respeitando o convívio social.

Os direitos de vizinhança representam todo conjunto de normas e princípios organizam a relação pacífica e agradável entre vizinhos, assim, são poderes negativos e positivos como as ações e omissões, que são impostos por lei aos proprietários e possuidores que estão na mesma vizinhança. (FILHO; GAGLIANO, 2017, p.1030).

Washington de Barros Monteiro (2003, p.135) cita em sua obra um conceito sobre o direito de vizinhança:

> Os direitos de vizinhança constituem limitações impostas pela boa convivência social, que se inspira na lealdade e na boa-fé. A propriedade deve ser usada de tal maneira que torne possível a coexistência social. Se assim não se procedesse, se os proprietários pudessem invocar uns contra os outros seu direito absoluto e ilimitado, não poderiam praticar qualquer direito, pois as propriedades se aniquilaram no entrechoque de suas várias faculdades.

Árvores limítrofes de acordo com o artigo 1.282 do Código Civil é “A árvore, cujo tronco estiver na linha divisória, presume-se pertencer em comum aos donos dos prédios confinantes” (BRASIL, 2002). Ocorre uma presunção de condomínio em relação a árvore, assim, um exemplo é caso o proprietário do terreno A e o proprietário do terreno B, sejam donos da árvore, com isso toda conservação, manutenção e despesa tem que ser dividida entre os donos, assim como os seus frutos.

Neste sentido:

> Quando o tronco está na divisa de duas propriedades, isto é, situa-se parte no imóvel de um sujeito e parte no de outro, a árvore, presume-se da propriedade comum deles. Da comunhão decorre que nenhum dos proprietários, sem o consentimento do outro, poderá derrubá-la ou mesmo cortar os ramos ou as raízes. Decorre também que devem repartir as despesas com a manutenção da planta, como as relacionadas à poda, adubagem, combate a fungos e outras. Além do mais, é consequência da comunhão a repartição dos frutos por ela gerados em partes iguais para os dois, independentemente de quem os colha ou de onde venham a cair naturalmente. Derrubada de comum acordo, por fim, dividirão os comunheiros a madeira. (COELHO, 2006, p.172)

Observa-se que, o Código Civil refere-se ao “tronco”, ou seja, para ser considerada pertencente aos dois vizinhos, o tronco da árvore que precisa estar na divisória dos terrenos e não somente algumas raízes ou galhos.

Quando a árvore não tem seu tronco no meio da linha divisória ela pertence ao dono do solo que está plantada, sendo ele responsável sozinho pela manutenção, conservação e despesas dessa árvore. Os frutos que sejam pendentes, ou seja, que ainda não foram colhidos são do proprietário da árvore. Já os frutos que caem de forma natural pertencem ao dono do solo que caiu, como cita o artigo 1.284 do Código Civil “Os frutos caídos da árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular” (BRASIL, 2002).

Para os frutos caírem de forma natural, eles precisam estar maduros, e assim o dono da árvore precisa colher a tempo, antes que caiam em solo alheio. O dono do imóvel/solo alheio tem que tolerar a entrada do dono da árvore para retirar esses frutos antes do tempo, ou ele mesmo colhe e entrega para o dono da árvore. Se o vizinho não tolera a entrada do dono da árvore para retirada dos frutos, ou deixa de colher eles e entregar para o dono, e se perca esse frutos por esse motivo, o vizinho tem que indenizar. Algo também importante é que se os frutos caem em solo público de forma natural eles são do dono da árvore.

Conforme entendimento de Sílvio de Salvo Venosa (2004, p.376):

> Se o terreno em que darão os frutos for público, continuam a pertencer ao dono da árvore, porque nesse caso desaparece o risco de entreveros. A queda dos frutos deve ser natural, para permitir a aquisição pelo dono do terreno confinante. Se provocada, o agente pratica ato ilícito e se apossa do que não lhe pertence. Enquanto ligados à árvore, os frutos pertencem a seu dono, que pode colhê-los. Somente poderá ingressar no terreno vizinho para tal, no entanto, se houver autorização.

Sendo assim, não é direito do vizinho, chacoalhar a árvore para ocasionar a queda dos frutos, nem colher os pendentes, ainda que um galho adentre a sua propriedade, mas é permitido colher e entregar ao dono da árvore. Se os frutos caírem em propriedade pública, continua sendo do dono, cometendo furto quem se apossar desses frutos. (GONÇALVES, 2017, p.396)

Pode acontecer dos galhos e raízes invadirem a propriedade do vizinho e ele tem o direito a fazer o corte exatamente até a linha divisória, é o que dispõe o artigo 1.282 do Código Civil “As raízes e os ramos de árvore, que ultrapassarem a estrema do prédio, poderão ser cortados, até o plano vertical divisório, pelo proprietário do terreno invadido” (BRASIL, 2002). O que não pode ser realizado, é cortar os galhos

que tenham frutos, porque pode causar um prejuízo ao dono da árvore e será necessário indenizá-lo, e se cortar a raiz ou galhos da árvore, e causar um prejuízo a ela como a morte por exemplo, será necessário também indenizar.

Um exemplo a ser citado, é um caso que ocorreu no estado de Rondônia, na área de rural de Porto Velho, um homem de 54 anos foi morto a tiros e duas pessoas ficaram feridas, segundo o que consta no boletim de ocorrência os envolvidos são vizinhos e teriam se desentendido pelo fato da vítima ter cortado alguns galhos de uma árvore que ficava na divisa entre as chácaras. (G1 RO, 17 jul. 2017). Esse é um de muitos desentendimentos que ocorrem todo dia entre vizinhos, pela falta de instrução em relação a seus direitos de vizinhança e árvores limítrofes, casos que poderiam ser evitados com o maior acesso das pessoas ao seus direitos previstos em lei.

Dessa forma, podemos concluir que não é necessário causar perturbação na convivência social/coletiva entre vizinhos, causando um conflito desnecessário, se a árvore está em uma só propriedade, os frutos, exceto os que caem de forma natural no solo do vizinho, são do dono da árvore, e se o tronco da árvore estiver na linha divisória, pertence a ambos, tanto em relação a despesa, manutenção e usufruir do fruto. Respeitando essas regras em relação ao vizinho a qualidade de convivência social seria aumentada, e os conflitos gerados por este assunto no judiciário diminuiriam consideravelmente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o presente trabalho, que o direito de vizinhança, protege a saúde, o sossego e a segurança, e são normas que regulamentam o direito entre vizinhos. As árvores limítrofes, é um assunto que gera muita dúvida e causa conflitos entre vizinhos, pelo fato de não terem o conhecimento muitas vezes de quem é o dono da árvore ou quem deve ficar com seus frutos, e quem paga os danos causados pela mesma. Foi visto que o Código Civil considera a árvore dos dois quando o tronco fica na linha divisória entre as duas propriedades. E quando o tronco da árvore não está na linha divisória, ela pertence ao solo de quem está plantada, com direito a seus frutos, exceto quando caem no solo de forma natural, quando isso ocorre, o solo em que caiu os frutos o proprietário é dono. Assim como pode-se cortar galhos e raízes que

ultrapassem o limite da linha divisória, desde que não cause prejuízos, nem a morte da árvore, podendo o mesmo responder por isso.

É sempre importante lembrar que conviver bem com os vizinhos é essencial, evitando determinados conflitos através da informação sobre os seus direito em relação a árvore limítrofe pode se ter uma qualidade de convivência sem igual, evitando conflitos que muitas das vezes já estão solucionados na própria lei. Levando em consideração tudo que acima foi citado, conclui-se que o diálogo, a informação e o acesso das pessoas a regras do Código Civil são essenciais no tocante de uma harmoniosa convivência social.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm#art2044>. Acesso em: 28 ago. 2018.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de direito civil.** São Paulo: Saraiva, 2006. p.172.

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Manual de direito civil**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 1030.

G1. **Um homem é morto e dois ficam feridos em briga de vizinhos por causa de galhos de árvore em RO**. Portal G1 Globo. Cacoal e Zona da Mata. 17 de julho de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/cacoal-e-zona-da-mata/noticia/um-homem-e-morto-e-dois-ficam-feridos-em-briga-de-vizinhos-por-causa-de-galhos-de-arvore-em-ro.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 396.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil.** 39.ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p.135.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2004. p.376.

A PROVA TESTEMUNHAL E O CRIME DE FALSO TESTEMUNHO

PSZYSIENZNY, Antonio Junior[340]
FIORI, Eduarda Barão[341]
FARIA, Elizania Caldas[342]

RESUMO: O presente trabalho é feito com base em pesquisas bibliográficas e vai abordar a prova testemunhal no processo penal. Diante da sua importância para o processo, será analisado o valor desta prova para se chegar a verdade processual do fato pretérito e como as pessoas poderão ser responsabilizadas pelos seus depoimentos por distorcer a verdade ou faltar com ela.

Palavras-chave: Prova. Testemunha. Responsabilidade. Falso testemunho.

1 INTRODUÇÃO

O Processo Penal brasileiro busca a verdade processual de um crime, ou seja, a tese aceita é aquela que é provada nos autos, pelos meios admitidos de prova. As partes levantam suas teses, seja ela de defesa ou de acusação, e elas precisam ser fundamentadas visando o convencimento do magistrado.

Nosso ordenamento jurídico aceita inúmeras espécies de provas desde que possuam caráter lícito. Embora o ônus da prova, de modo geral, caiba, em regra, à acusação, é de interesse da defesa também provar as questões alegadas que sejam mais favoráveis ao réu, ou que ataquem o alegado pela acusação, e deem ensejo a absolvição.

A prova busca, de certa forma, uma reconstituição de um fato pretérito, e uma delas é a prova testemunhal, que tem forte valor processual pois pode efetivamente ser produzida mediante contraditório judicial, e são também as únicas, em alguns casos.

Em razão de sua importância são regulamentadas pelo ordenamento jurídico, que prevê questões como: a possibilidade de ser testemunha, valor desta prova, impedimentos de prestar testemunho e a responsabilidade em razão do depoimento, podendo a pessoa incorrer no crime de falso testemunho.

2 DA PROVA TESTEMUNHAL

[340] Acadêmico de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[341]Acadêmica de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[342]Professora de Direito Processual Penal no Centro Universitário Campo Real.

Uma vez que consumada a conduta criminosa, não há mais como se chegar a denominada “verdade real” do crime, porque essa verdade fica restrita somente às partes quando do acontecimento do fato. Após o ocorrido, tudo o que não se possa provar no processo, pelos meios admitidos de prova, não passam de mera especulação. A prova deve ser encarada como um instrumento pelo qual queremos convencer alguém da nossa versão de um fato pretérito. Diante disso, o Processo Penal busca, no máximo, uma verdade processual do delito, para com base nesta, daquilo que se foi provado nos autos, diante do contraditório judicial, ser proferida a sentença:

> A decisão judicial não é a revelação da verdade (material, processual, divina etc.) mas um ato de convencimento formado em contraditório e a partir do respeito às regras do devido processo. Se isso coincidir com a “verdade” muito bem. Importa é considerar que a “verdade” é contingencial, e não fundante. O Juiz, na sentença, constrói – pela via do contraditório – a sua convicção acerca do delito, elegendo os significados que lhe parecem válidos (dentro das Regras do jogo, é claro). O resultado final nem sempre é (e não precisa ser) a “verdade”, mas sim o resultado do seu convencimento – construído nos limites do contraditório e do devido processo penal. (AURY, 2016, p. 210)

Na busca dessa verdade processual são permitidas todas as espécies de provas que não tiverem caráter ilícito, definição esta que o Código de Processo Penal não traz, devendo se socorrer do artigo 369 do Código De Processo Civil, que dispõe:

> As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz

Em razão do referido artigo muitos são os meios de prova admitidos no processo penal, como imagens, laudos, documentos, confissão..., mas aqui faremos uma análise da prova testemunhal.

Essa prova consiste na oitiva de testemunhas que não são partes no processo mas, que presenciaram ou sabem de algo em relação ao fato ocorrido, tal qual conceituadas por Gustavo Henrique Badaró (2017, p. 475): “A testemunha é o indivíduo que, não sendo parte nem sujeito interessado no processo, depõe perante o juiz sobre fatos pretéritos relevantes para o processo e que tenham sido percebidos pelos seus sentidos”. A testemunha pode ser direta, indireta, numerária, informante etc. Essa modalidade de prova é considerada uma das mais importantes, até porque, não raras vezes, a única prova do processo é aquela proveniente da oitiva de testemunhas.

A prova testemunhal tem por características a: oralidade, objetividade, judicialidade, retrospectividade, individualidade, imediação e claro, tem caráter relativo, pois se pode provar o contrário. Muitas vezes a pessoa que vai relatar os fatos se encontra impregnada pelo interesse em apoiar uma das partes, e em razão disso acaba por se deixar influenciar por fatos externos e sentimentos. E é aí que surge uma das problemáticas decorrentes da prova testemunhal. De regra, toda pessoa pode ser testemunha conforme o artigo 202 CPP, mas há exceções, como: aquelas que estão dispensadas de depor (artigo 206, CPP) e aquelas que estão proibidas de depor por terem tomado conhecimento dos fatos em razão da função (artigo 207 CPP).

Pois bem, uma vez arrolada a testemunha e ela não se enquadra nas hipóteses daqueles que não devem prestar depoimento, elas esclarecerão os fatos das quais tem conhecimento, às partes e ao magistrado na fase de instrução, diante do contraditório judicial, onde serão inquiridas diretamente pelas partes mediante a fiscalização do juiz.

3 RESPONSABILIDADE JURÍDICO PENAL

Quando se fala em prova testemunhal precisamos tomar certos cuidados, essa espécie de prova tem grande valor probatório para atuar no livre convencimento do juiz, porém ela depende das recordações de uma pessoa, o que por si só já nos traz certa fragilidade, como destaca a doutrina:

> A prova testemunhal é de inegável valor probatório. Contudo, há que se ter sempre em mente que o ser humano é incapaz de reproduzir fielmente um fato pretérito. É comum que durante o depoimento, normalmente diante da solenidade do ato e com a presença inibidora das autoridades do judiciário e do Ministério Público, o nervosismo tome conta da testemunha, o que facilita sobremaneira a imprecisão das informações. Dessa forma o magistrado deve ter muito cuidado na apreciação da prova para discernir entre pequenas incongruências do depoimento, fruto do nervosismo natural do ato, e incongruências que comprometem o seu valor probatório. (NICOLITT, 2016, p. 698)

Não longe disso ainda há as questões de falsas memórias e também aqueles casos em que a testemunha tem por intenção em omitir, mentir ou distorcer fatos em favor de uma das partes, e quando isso ocorre, e é descoberto a testemunha poderá ser responsabilizada pelo crime de falso testemunho, tipificado pelo artigo do 342 do CP.

Em relação ao cometimento do delito, há algumas ponderações que a doutrina e jurisprudência tem feito em relação ao enquadramento jurídico penal dessas pessoas, porque a responsabilização observa os laços ou vínculos em que a testemunha tem com a parte, por isso são divididas em numerárias e informantes, a principal distinção entre elas é o valor atribuído ao depoimento de cada uma como prova.

A doutrina e demais pesquisadores se dividem com relação a responsabilidade em relação ao crime de falso testemunho, por um lado afirmam que o compromisso de dizer a verdade é peça fundamental para o crime, como é o caso de André Nicolitti (2016, p. 696):

> Entendemos que para a configuração do crime de falso testemunho o depoente deve ter prestado compromisso de dizer a verdade, sem essa obrigação não pode haver crime pelo falso. Como a própria lei desobriga certas pessoas de firmarem o compromisso, não haveria sentido a distinção legal das situações se ambas estivessem submetidas às mesmas consequências.

Em contrapartida há corrente em contrário, que basta que o depoente preste perante o juiz o testemunho que o mesmo está sujeito a incorrer no crime de falso, prestando ou não compromisso legal, porque devem dizer a verdade conforme expõe, ANA LUIZA ALMEIDA FERRO (2002):

> A dispensa do compromisso, por sua vez, não implica a dispensa do dever de dizer a verdade, visto que o dever de testemunhar ostenta caráter público. Mentir sem compromisso é tão grave quanto mentir sob juramento. Pelo princípio do livre convencimento do juiz, este pode colher os fundamentos de seu decisum na seara da prova semeada, seja pela testemunha numerária, seja pela testemunha informante. Portanto, o falso testemunho de uma ou de outra pode igualmente levar a erro o julgador, prejudicando severamente a administração da justiça, objeto jurídico da infração.

Assim, para aqueles adeptos dessa corrente o compromisso legal funciona como um aspecto formal, que ajuda a definir o valor probatório do testemunho prestado, mas que a falta dele não exime o depoente de responsabilização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão de não ser possível afirmar que se chegou a verdade real de um crime, o processo penal visa a verdade processual do fato, em que se chega pelos meios de prova admitidos por nosso ordenamento jurídico.

Assim sendo, a prova testemunhal é notória espécie de prova, onde por meio de depoimentos é possível esmiuçar um fato ocorrido por vários pontos de vista, por meio da interrogação extrair o máximo possível de informações pertinentes a corroborar a tese feita em favor da parte. Embora estejamos falando de pessoas com todas as fragilidades humanas, seus depoimentos possuem valor probatório para atuar no livre convencimento do juiz, mas que podem inclusive ser responsabilizadas pelos fatos que narrou.

5 REFERÊNCIAS

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo penal**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

BRASIL. **Código Penal – Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acessado em: 29/08/2018.

_____. **Código de Processo Civil _ Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm>. Acessado em: 01/08/2018

_____. **Código de Processo Penal – Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acessado em: 01/08/2018.

FERRO, Ana Luiza Almeida. **O sujeito ativo do crime de falso testemunho: a questão do não-compromissado e do não-ad vertido**. Disponível em: <https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/374/sujeito%20ativo%20crime%20falso_Ferro.pdf?sequence=1>. Acessado em: 08/08/2018.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

_____. Direito Processual Penal. 14. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.

NICOLITT, André. **Manual de processo penal**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

A INCONSTITUCIONALIDADE DA IMPRONÚNCIA

BOTAN, Larissa Roceti[343]
ARÊDES, Tatiane De Moraes Belmonte[2]
OLIVEIRA, Oiara Guanaira de[3]
PLATZGUMER, Vinicius[4]
ZAMPIER, Bruno[5]

RESUMO: Este trabalho objetiva abordar o procedimento especial - Tribunal do Júri, em especial, a impronúncia, uma das possibilidades de decisão ao fim da primeira fase, em que se forma a culpa do agente, ressaltando que, por não fazer coisa jurídica julgada material, expõe o acusado a uma situação de incerteza jurídica, podendo vir a ser processado diversas vezes pelo mesmo fato, violando gravemente princípios e garantias constitucionais, tais como a presunção de inocência, o In Dubio Pro Reo, dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Impronúncia. Inconstitucionalidade. Princípios Constitucionais.

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo tem por objetivo explicitar as nuances da decisão de impronuncia, a qual vem sendo questionada vez que ela causaria uma situação de insegurança jurídica no processo penal, pois o acusado poderia a qualquer momento voltar a ser processado pelo mesmo fato já que a decisão não faz coisa julgada material. Dessa forma, tal decisão interlocutória vai de encontro aos princípios constitucionais como a presunção de inocência.

2 DESENVOLVIMENTO

O Tribunal do Júri se encontra inserido no Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais da Constituição Federal, sendo que seu procedimento se encontra no Código de Processo Penal. Rege-se pelos princípios da plenitude de defesa, sigilo das votações, soberania dos veredictos e tem competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

[343]Cursando o 6° período, do curso de Direito, do Centro Universitário Campo Real.
[2] Cursando o 6° período, do curso de Direito, do Centro Universitário Campo Real.
[3]Cursando o 6° período, do curso de Direito, do Centro Universitário Campo Real.
[4]Orientador graduado em Direito pela Faculdade Campo Real, pós-graduando em Ciências Criminais pelo Centro Universitário Campo Real, atualmente professor de Direito Penal no Centro Universitário Campo Real.
[5]Co-orientador graduado pelo Centro Universitário Curitiba, mestre em Filosofia pela UFPR, atualmente professor de Direito Penal no Centro Universitário Campo Real.

Trata-se de um procedimento complexo porque trabalha com infrações penais que protegem um valioso bem jurídico de nosso ordenamento jurídico, qual seja, a vida. Nesse contexto, pode-se visualizar duas fases do procedimento do júri: a uma, similar ao procedimento ordinário e presidida pelo Juiz singular; a duas, trata-se do Plenário do Júri, que é composta pelo Conselho de Sentença para deliberar sobre a reprovabilidade de sua conduta, perquirido o injusto penal e sua culpabilidade.

É necessário atentarmos para a primeira fase do procedimento. Esta diferencia-se dos demais procedimento porque, ao final da instrução processual, o Juiz poderá pronunciar o acusado, caso esteja convencido da materialidade e tenha fortes indícios de autoria, levando este a segunda fase do procedimento; desclassificar o delito, reconhecendo a incompetência do Tribunal do Júri para seu julgamento; absolvê-lo sumariamente, caso opere-se alguma das hipóteses do art. 415 do CPP; ou impronunciá-lo, quando da existência de fundada dúvida sobre a autoria ou materialidade.

Para Eugênio Pacelli, o réu deverá ser impronunciado "quando o juiz, após a instrução, não vê ali demonstrada sequer à existência do fato alegado na denúncia, ou, ainda, não demonstrada à existência de elementos indicativos da autoria do aludido fato." (OLIVEIRA, 2009, p. 644).

Nessa cadência, quando o órgão acusador se deparar com uma carência probatória acerca dos elementos essenciais a pleitear a decisão de pronúncia do desviante punível, se vê obrigado a pedir a impronúncia, como aludido acima. Frisa-se que isso não significa dizer que a acusação se desincumbiu de exercer o seu ônus acusatório, mas, tão somente não comprovou a hipótese capaz de ensejar na pronúncia.

Para analisarmos este fato jurídico, mister se faz relembrar que vivemos em um Estado Constitucional, onde nada encontra-se acima da Carta Magna de 1988, e as garantias ali elencadas jamais podem ser olvidadas, posto que consistem na proteção do indivíduo em face do grande poder estatal. Cumpre ressaltar que, apesar de não existirem princípios supremos, a dignidade da pessoa humana norteia todo o ordenamento jurídico pátrio e irradia-se sobre a esfera processual penal.

Nesse sentido, indispensável à lição de Salah Khaled Junior, que numa leitura a partir de James Goldshmdt, assinala que a "[...] a estrutura do processo penal de uma nação é o termômetro dos elementos democráticos ou autoritários de sua Constituição." (2013, p.14). Com esse panorama, percebe-se que a estrutura de um processo penal deve apresentar um elo com os princípios constitucionais, e isso,

necessariamente, refletirá sobre o processo penal, formando, desse modo, um processo penal de viés humanitário e acusatório.

E, quando o Juiz decide pela impronúncia, não exauri a pretensão punitiva, podendo então o órgão acusador oferecer nova denúncia dentro do limite prescricional, por quantas vezes quiser, desde que sobrevenham novos indícios sobre autoria e materialidade.

Seria como se a punição estatal fosse uma partida de futebol: os jogadores titulares são os réus, expostos durante o jogo processual às sanções que podem lhes serem aplicadas, o réu impronunciado está no banco de reservas, sem saber se vai ser convocado ou não, pois está sujeito à conveniência do técnico (Ministério Público).

É nítida a situação de angustia diante da constante ameaça de ser novamente processado pelo mesmo fato, violação clara a dignidade do réu, como se o legislador tivesse, de uma maneira maligna, arranjado uma forma de punir o acusado por um crime doloso contra a vida mesmo sem provas, não lhe aplicando a pena de prisão, mas retirando sua tranquilidade. Assim, apresenta-se o Professor Nucci (2008, p.749):

> No Estado Democrático de Direito, soa-nos contraditória essa posição na qual é inserido o acusado, após a impronúncia. Não tem direito de ir a Júri para ter o mérito da questão apreciado e conseguir, se for o caso, a absolvição definitiva, mas também não está absolvido desde logo. É lançado num limbo jurídico.

Desta forma, o Estado ao exercer sua função de perseguir condutas penalmente relevantes, passa por cima das garantias editadas por ele mesmo. Como se, ainda estivéssemos no modelo inquisitório, onde diante da dúvida, seria o acusado considerado culpado.

Winfried Hassemer, (2005, p.231), aduz sobre o *in dúbio pro reo* que:

> Ele menciona que qualquer dúvida na verdade do caso produzido ou dos seus dados atua em favor do acusado; que este só pode ser condenado quando o Tribunal não tiver nenhuma dúvida sobre a verdade do caso produzido. Disso resulta também que não é o acusado que deve provar a inocência, mas o Estado sancionador que deve provar a sua culpa.

Nessa direção, vê-se que, se não existem provas de autoria e materialidade, é consagrado em todos os demais procedimentos que o réu deverá ser absolvido. Ao impronunciar diante da precariedade probatória, afirmamos que o denunciado é potencialmente culpado, mitigando a garantia o *in dúbio pro reo,* decorrente do princípio da presunção de inocência.

Vale ressaltar que a impronúncia acarreta efeitos danosos ao sujeito, que diante da incerteza processual, inclusive nas relações empregatícias deste, já que a decisão constará em sua folha de antecedentes e, se tiver que apresentá-la, o potencial empregador analisará que aquela pessoa está sujeito à clave estatal, podendo a qualquer momento abandonar seu posto de trabalho para cumprir alguma pena, e etiquetando-a como criminoso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do anteriormente exposto, é possível observar a constitucionalidade do procedimento, tendo em vista sua previsão constitucional, contudo, isso não significa que o procedimento consiste num todo constitucional, visto que a decisão de impronúncia deve passar por uma filtragem constitucional.

Observamos que a decisão de impronúncia se reveste de um limbo jurídico, transformando o sujeito num mero instrumento processual, o que converge para um sistema inquisitório de processo e, por consequente, antidemocrático.

Além disso, acaba gerando efeitos “secundários”, como na dificuldade de se assentar no mercado de trabalho, haja vista o estigma conferido a todos aqueles que se submetem a um processo criminal.

Destarte, o presente trabalho conclui que para efetivar o real Estado Democrático Constitucional, a decisão de impronúncia deve ser lida como inconstitucional e quando se deparar com esse nada jurídico, deve, o ofício judicante, consagrar o sagrado princípio da presunção de inocência – *in dúbio pro reo* – e, absolver sumariamente o cidadão que foi acusado de ter cometido um crime doloso contra a vida, uma vez que o Estado-Acusador não lhe provou. Ademais, deixá-lo nesse limbo jurídico, é uma clara afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana.

4 REFERÊNCIAS

HASSEMER, Winfried. ***Introdução aos Fundamentos do Direito Penal.*** Porto Alegre: Sergio Antonio Frabis, 2005.

KHALED JUNIOR, Salah H..***A busca da verdade no processo penal: para além da ambição inquisitorial***. São Paulo: Atlas, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. ***Júri: princípios constitucionais*.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. ***Curso de Processo Penal***. 12. ed., atual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2009.

ACAREAÇÃO E A INEFICÁCIA NO PROCESSO PENAL

RACHELLE, Sarah Renata [344]
SCHON, Ana Julia Arenhart [345]
FARIA, Elizania Caldas [346]

RESUMO: Este trabalho, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, tem por objetivo apresentar o instituto da acareação, meio de prova previsto no artigo 229 do Código de Processo Penal Brasileiro. Ainda, visa explanar sobre seu procedimento e como este instituto é aplicado ao caso concreto, bem como, quem possui legitimidade para requerer a acareação e quais são seus efeitos em sede de investigação policial ou no correr do processo, tendo em vista sua ineficácia para o processo penal.

Palavras-chave: Acareação. Processo Penal. Meio de Prova.

1 INTRODUÇÃO

A acareação é o procedimento no qual os envolvidos no processo, ou seja, os acusados, as testemunhas e a vítima, são colocadas frente a frente com o objetivo de esclarecer divergências de suas declarações sobre os fatos e circunstâncias presentes no caso, tal procedimento está previsto no artigo 229, do Código de Processo Penal.

Com este objetivo, deve-se esclarecer as divergências existentes entre duas ou mais versões produzidas no curso do inquérito ou da ação penal. Se inexistir a divergência, então não há que se falar em meio de prova da acareação, tendo em vista a banalização indevida deste instituto e verificar a eficácia processual desde instituto, vez que o mesmo não é muito utilizado justamente por não apresentar efetividade.

2 DESENVOLVIMENTO

Este meio de prova se encontra como mencionado, se encontra no artigo 229, do Código de Processo Penal:

> Art. 229. A acareação será admitida entre acusados, entre acusados e testemunhas, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

[344] Acadêmica de Direito, Centro Universitário Campo real.
[345] Acadêmica de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[346] Professora de Direito Processual Penal no Centro Universitário Campo Real.

> Parágrafo único. Os acareados serão reperguntados, para que expliquem os pontos de divergências, reduzindo-se a termo o ato de acareação.

O procedimento da acareação ocorre de forma simplória, os envolvidos serão notificados para comparecer perante a autoridade competente, para que esclareçam as declarações prestadas anteriormente no interrogatório.

Para a realização da acareação, são necessários alguns requisitos, tais como a existência prévia de declarações, ou seja, que os participantes da acareação tenham sido interrogados antes; que exista divergência entre as declarações; e que o fato que pretende esclarecer seja relevante para o processo se em âmbito de ação penal e para o procedimento se em âmbito de inquérito policial.

Entretanto, este instituto só irá ser utilizado se estiver de acordo com os requisitos, e se disser respeito a fatos relevantes, ou seja, fatos que são capazes de afetar a defesa em sua essência ou excluir ou modificar a acusação, para que evite a banalização do mesmo, utilizando-o apenas quando for imprescindível.

Quanto á realização da acareação, dita neste sentido:

> A acareação poderá ser realizada tanto na fase policial como judicial, sempre se respeitando o direito do imputado de não participar do ato, sempre que as declarações divergirem sobre fatos ou circunstâncias relevantes. O ato deverá ser feito em audiência, constando na ata a descrição das perguntas e respostas. (LOPES Jr., 2016, p. 519)

Este meio de prova como supracitado, pode ser usado tanto na fase de investigação policial: “art. 6º. Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá: (...) VI – proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações” (BRASIL, Código de Processo Penal, 2016, p. 614), quanto na fase processual, sendo que o imputado deve ter o direito de recusar participar do ato.

Quando o caso concreto se apresenta com menor complexidade, é provável que os indivíduos envolvidos possuam a tendência de manter suas versões prestadas no interrogatório, sendo assim, o meio de prova em questão não se faz necessário e, portanto, surge um grande dilema quanto à eficácia ou ineficácia do instituto, devido ao fato de que os indivíduos envolvidos na acareação poderão se recusar a participar, por exercer seu direito de não produzir provas contra si mesmo, ou ainda, manter suas versões, o que faria com que o instituto perdesse a força perante o processo gerando a ineficácia.

Outro motivo pelo qual o instituo é tratado como ineficaz, é o fato de que os indivíduos envolvidos no inquérito ou no processo têm o dever de dizer a verdade, sob pena de prisão do crime de falso testemunho, sendo que a acareação só será feita depois de colhidos os depoimentos, ou seja, em tempo de verificar o falso testemunho e resolver o problema de forma a não ser necessária a acareação, conforme entendimento do STF: “O momento oportuno para a acareação se dá depois da colheita de toda a prova oral”. (BRASIL. STF, AP. 470 Q.05/MG. Rel. Joaquim Barbosa. Julg. 08.04.2010).

Portanto, o instituto da acareação, se mostra ineficaz, sem força para produzir efeitos no âmbito jurídico, pois na prática os indivíduos possuem a tendência de manter suas versões, na maioria das vezes.

Em que pese se tratar de fase investigativa, a iniciativa pode ser pelo Delegado de Polícia, ou por requisição de membro do Ministério Público ou pelo Juiz. E também, por parte dos interessados, ou seja, a vítima, o acusado ou o advogado. Já no curso da ação penal, a iniciativa ocorre de ofício pelo Magistrado que a preside, ou a requerimento das partes, tanto o advogado quanto o Ministério Público ou pelo assistente de acusação.

Contudo, as perguntas e respostas feitas durante a acareação deverão constar na ata da audiência, que precisará ser assinada por todos os presentes.

Os efeitos advindos da acareação, quando esta não se der por ineficaz, servem para esclarecer o fato e as circunstâncias relacionadas ao conflito, da mesma maneira que podem alterar o equilíbrio do processo, interferindo na decisão final, mudando ou retirando alguns depoimentos antes prestados.

Portanto, a partir do momento em que este é solucionado, o inquérito policial ou a ação penal podem continuar conforme o Princípio do Devido Processo Legal, seguindo o Código de Processo Penal e estando em conformidade com a Constituição Federal (art. 5º, LV), devendo, portanto, assegurar o contraditório e a ampla defesa, tal como as outras garantias processuais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o presente trabalho, que o instituto da acareação é um procedimento de suma importância que visa esclarecer o juízo dos fatos alegados pelos envolvidos, reconstituindo o fato propriamente dito e analisando sua complexidade, de

forma a solucionar o conflito em que deixe claro quem é o ofensor e quem é o ofendido, podendo ser requerido tanto em fase investigativa quanto em fase processual, sendo que nestes termos deverão ser respeitadas as garantias processuais.

4 REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Aparecido da Silva. **"O que se pretende por acareação".** Disponível em: https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2142760/o-que-se-entende-por-acareacao-aparecido-da-silva-bitencourt. Acesso em 07 ago. 2018.

BRASIL. **Código de Processo Penal (1941)**. Vade Mecum. 21. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. STF, AP. 470 Q.05/MG. Rel. Joaquim Barbosa. Julg. 08.04.2010.

Canal Ciências Criminais. **O que se entende por acareação no processo penal?** Disponível em: https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/395518910/o-que-se-entende-por-acareacao-no-processo-penal. Acesso em 07 ago. 2018.

LOPES Jr., Aury. Direito processual penal. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016. P. 519.

NAGIMA, Irving Marc Shikasho. **"Da Acareação no Processo Penal".** 2012. Disponível em: https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7267/Da-acareacao-no-Processo-Penal. Acesso em 08 ago. 2018.

NETTO, Santos Fiorini. **Acareação – meio de prova**. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/27463/acareacao-meio-de-prova. Acesso em: 15/09/2018.

CONCEITO, REQUISITOS E MODOS PARA FORMAÇÃO DE MUNICÍPIOS NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DALLA VALLE, Gustavo Orlando De Toni[347]
OLIVEIRA, Matheus Domingues de[348]
RAITZ, Evelyn Cavali Da Costa[349]

RESUMO: A seguinte pesquisa visa a apresentação de informação de grande relevância social, sendo esta a "Formação de Municípios no Espaço Geográfico Pátrio", especificando suas características, métodos e requisitos de execução. Este trabalho fora realizado por meio de pesquisas bibliográficas de publicações de autores com notório saber jurídico, bem como interpretação própria da legislação brasileira, por meio das quais houve a definição dos aspectos principais do tema e, por fim, comparação e enquadramento ao meio social atual.

Palavras-chave: Entes Federados. Formação de Municípios. Constituição Federal.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a formação de municípios, na qualidade de entes federados, dentro da Federação Brasileira; disposições legais encontradas na Constituição Federal Brasileira de 1988 e demais leis; posições doutrinárias; apresentação e especificação dos requisitos e modos - criação/emancipação, incorporação/absorção, fusão e desmembramento - exigidos para tal ação; falta de implementação legislativa neste âmbito e os reflexos realístico-sociais desta lacuna.

2 DESENVOLVIMENTO

A constituição Federal Brasileira de 1988 consagra os municípios como entes federados, pelo fato de estes serem dotados das seguintes características: serem pessoas jurídicas de direito público interno e possuírem autonomia política – a qual é limitada ao território geográfico local. Acerca desta última característica, sua existência é condicionada à apresentação da Tríplice Capacidade, a qual é constituída pela auto-organização e normatização própria, por meio de Lei Orgânica Municipal (uma espécie de constituição federal, porém limitada às competências municipais); autogoverno, sendo apresentado por meio do sufrágio universal na eleição direta de seus prefeitos,

[347] Direito, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[348] Direito, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[349] Orientadora, professora da matéria de Direito Constitucional II, Centro Universitário Campo Real.

vice-prefeitos e vereadores; autoadministração, presente no exercício de funções administrativas, tributárias e legislativas. (MORAES, Alexandre de, 2016, p. 302-303)

2.1 FORMAÇÃO

A previsão legal expressa para a formação dos municípios na República Federativa do Brasil está contida na Emenda Constitucional nº 15 de 12/09/1996, a qual implementou o texto do § 4º ao artigo 18 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo a formação dos municípios por meio da criação, incorporação, fusão ou desmembramento, bem como os requisitos necessários para a execução de tal ação, sendo estes a formulação de Lei Complementar Federal, Lei Estadual, Consulta Prévia e Estudos de Viabilidade Municipal, aspectos estes que serão especificados a seguir. Cabe ressaltar que a Emenda Constitucional supracitada dificultou a criação de novos municípios por meio da implantação do requisito de Lei Complementar federal, diferentemente do texto expresso constitucional tido antes dela, tendo como intenção "[...] evitar o surgimento desenfreado de novos municípios e o controle exclusivo da LC estadual". (LENZA, Pedro, 2016, p. 544).

Redação original de 1988.

> § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas. (BRASIL, 1988).

Redação dada pela EC Nº 15/1996.

> § 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei. (BRASIL,1996).

2.1.1 Requisitos

O primeiro requisito necessário para a formação de municípios é a elaboração de Lei Complementar Federal, estabelecendo determinado prazo para tal

ação. Cabe ressaltar que tal lei não se encontra expressa em nosso ordenamento jurídico atual, impossibilitando, assim, a formação de novos munícipios. Em hipótese de formulação e implementação desta lei, até o momento inexistente, dar-se-á seguimento aos requisitos subsequentes.

O segundo requisito será a formulação de Lei Estadual dispondo acerca das condições genéricas exigíveis, por exemplo, a divisão da autonomia política que será estabelecida no novo município. A Lei Estadual *a priori* citada apenas pode ser instituída dentro do prazo estipulado pela Lei Complementar Federal supracitada.

O terceiro requisito é a consulta prévia, realizada com a população interessada, mediante o plebiscito, seguindo os parâmetros estipulados pela Lei nº 9.709 de 18 de novembro de 1998, em seu artigo 7º, a qual complementou a hermenêutica acerca de "população interessada", anteriormente tida apenas como os aptos a votar pertencentes ao distrito (neste caso, município) emancipado.

O quarto e último requisito é o Estudo de Viabilidade Municipal, o qual tem por finalidade o exame e a comprovação da existência das condições que permitam a consolidação e desenvolvimento dos municípios envolvidos, e deverá comprovar, preliminarmente, se formam atendidos os sub requisitos por ele estabelecidos. Este Estudo deve estar previsto na Lei Estadual que será publicada dentro do prazo estipulado pela Lei Complementar Federal.

2.1.2 Modos De Formação

O primeiro modo de formação previsto em lei é a Criação/Emancipação, o qual consiste quando um município pré-existente transfere área geográfica de seu território primitivo para a formação de um novo município. O primitivo manterá a personalidade jurídica, no entanto, será novo ente federado devido a alteração territorial, populacional e de autonomia política.

O segundo modo é a Incorporação/Absorção, sendo no qual um "município-mãe", obrigatoriamente maior, irá incorporar em si a área geográfica de outro município, deixando, este último, de existir e passando a pertencer ao município incorporador.

O terceiro modo é a Fusão, situação na qual dois ou mais municípios se unem, criando novo ente federado possuidor de personalidade jurídica distinta as anteriores tidas por cada um dos municípios primitivos.

O quarto e derradeiro modo é o Desmembramento, caracterizando-se pelo fato de um município pré-existente ceder parcela de seu território para outro município também já existente, nesta situação ambos manterão suas personalidades jurídicas, no entanto, serão novos municípios, visto que ocorrerão alterações em suas populações, territórios e autonomias políticas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de legislação complementar federal que possibilite a execução do tema aqui apresentado acarreta repercussão em todo o meio social brasileiro, visto que é de notório conhecimento os conflitos gerados pelo interesse de diversos distritos em suas respectivas separações e obtenção de autonomia política, quer sejam baseados no argumento de “pequena parte sustentar o município todo”, abandono ou descaso do município para com determinadas localidades (em geral, localidades rurais afastadas), ou qualquer outro motivo que afete ou não determinado ciclo social.

4 REFERÊNCIAS

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 32.ed., São Paulo: Atlas, 2016.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 15.ed., São Paulo: Malheiros, 2004.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20.ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 agosto. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 15**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc15.htm#art1>. Acesso em: 26 agosto. 2018.

BRASIL. **Lei 9.709**. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccIVIL_03/leis/L9709.htm>. Acesso em: 26 agosto. 2018.

ALIMENTAÇÃO E FATORES PROTETORES NA SAÚDE DA PELE FACIAL

ALMEIDA, Débora Carneiro[350]
CORREIA, Franciele Catiuse[1]
ALMEIDA, Sandra Mara[1]
SCHMITT, Vania[2]

RESUMO: A pele desempenha diversas funções protetoras, a principal delas é como barreira contra agentes agressores externos. Foi realizada pesquisa com acadêmicos do curso de Nutrição, as perguntas foram referentes às características da pele, frequências alimentares e o consumo de água. Observou-se que a maioria dos entrevistados não apresenta medidas protetoras à pele, sendo necessária intervenção para que a população tenha acesso a essas informações e possam cuidar da sua pele com medidas preventivas.

Palavras-chave: Pele. Envelhecimento. Cuidados. Danos

1 INTRODUÇÃO

A pele é o maior órgão do corpo humano. Recobre toda a superfície corporal atuando como barreira, separando o meio externo do meio interno do corpo, permitindo a proteção contra agentes agressores externos, além de regular processos fisiológicos internos. Por ser a parte mais visível do corpo humano, serve também como um espelho, retratando o que se passa internamente no nosso organismo, através das características que apresenta, revelando desequilíbrios e manifestando as necessidades do organismo (DIAS, 2008).

Devido a sua grande exposição, a pele sofre uma série de agressões ao longo do tempo, principalmente devido a exposição aos raios solares e a poluição, necessitando, assim, um cuidado maior para que permaneça com aspecto viçoso e saudável por mais tempo. Com o passar do tempo, a pele exposta ao sol torna-se ressecada, manchada e com rugas, enquanto a pele saudável tende a se manter lisa, macia e homogênea. Assim, cuidar da pele implica também em proteger-se do sol, além de adotar um estilo de vida saudável, uma alimentação equilibrada, evitar o tabaco, além de mantê-la sempre limpa e hidratada (BAYER, 2018).

[350] Nutrição, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Docente do curso de Nutrição, Centro Universitário Campo Real.

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar a incidência dos diferentes tipos de danos presentes na pele da população estudada, os cuidados tomados para prevenção desses danos, bem como, avaliar o consumo de diversos tipos de alimentos que podem influenciar na saúde da pele.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi realizada com alunos do 8° período do curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real. Contou com 27 participantes, sendo 24 mulheres (88,8%) e 3 homens (11,1%), cuja a idade variou entre 20 a 29 anos.

Os participantes foram submetidos a um questionário de fácil entendimento, com perguntas referentes às características da pele, frequências alimentares e o consumo de água.

Após a coleta os dados foram tabelados, analisados e obtiveram-se os seguintes resultados apresentados nos gráficos 1, 2 e 3.

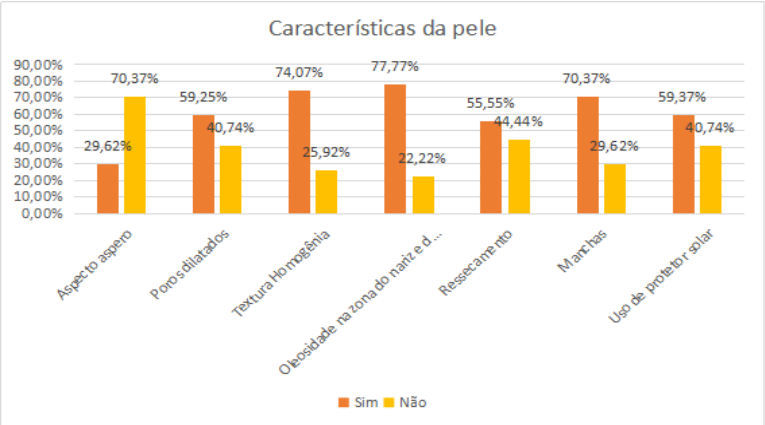


Gráfico1

De acordo com os dados no gráfico 1, teve grande presença de problemas de pele facial. Dentre os participantes 59,2% relataram possuir poros dilatados, 77,7% oleosidade na zona T (nariz e testa), 55,5% ressecamento e 70,37% manchas. Em relação ao uso de protetor solar apenas 59,3% informaram fazer o uso diariamente.

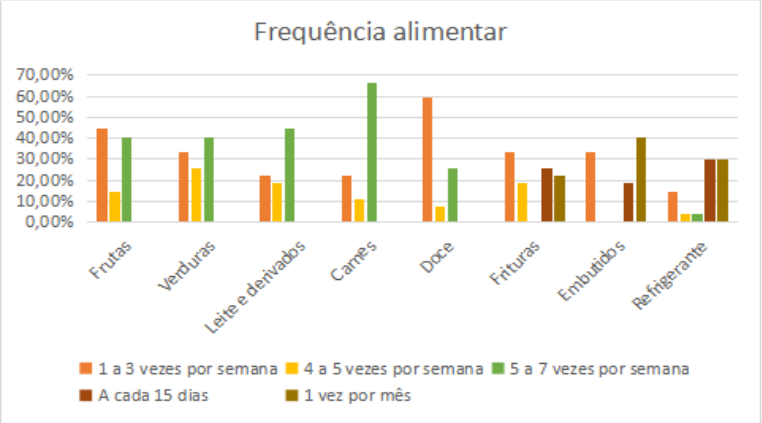


Gráfico 2

A partir dos dados do gráfico 2, pode-se perceber que o consumo de frutas, verduras e leites e derivados prevaleceu com frequência no cotidiano dos participantes. O consumo de carne ocupou posição de destaque, 66,6% dos participantes informaram o consumo do alimento de 5 a 7 vezes na semana. Outro destaque foi o consumo de frituras, embutidos e refrigerante, observou-se o consumo moderado desses alimentos que teve grande presença nas opções de a cada 15 dias e 1 vez por mês. Em contrapartida o consumo de doces teve grande predominância no dia a dia desses participantes, com 59, 2% de 1 a 3 vezes na semana e 25,9% de 5 a 7 vezes na semana.

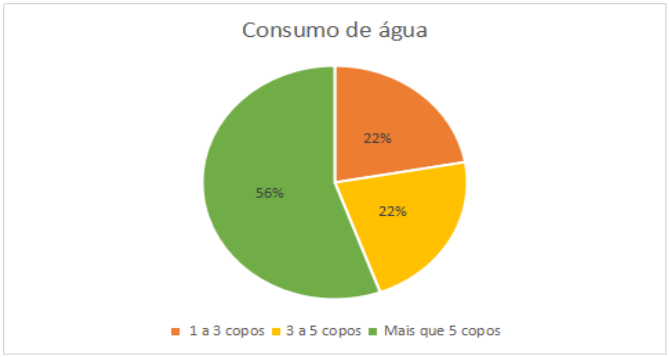


Gráfico 3

Conforme os dados no gráfico 3 em relação à ingestão de água entre os participantes, verificou-se que a maioria dos participantes (56%) ingerem a quantidade recomendada, visto que o consumo de água é um fator positivo em relação a saúde da pele.

Conforme os resultados apresentados, verifica-se que em relação às características da pele tem uma predominância de oleosidade e um alto índice de manchas na pele. O uso do protetor solar é relativamente baixo considerando que a pesquisa foi feita com universitários do último período de um curso da área da saúde.

Em relação à frequência alimentar observou que a ingestão de frutas e verduras está na média, pois somando os índices de 1 a 3 vezes na semana e 5 a 7 vezes na semana se obtém um valor maior que 80% em relação aos participantes, visto que uma alimentação saudável é um fator determinante para que a pele facial apresente boas características.

Com os resultados obtidos na pesquisa sobre a ingestão hídrica notou que 56% dos entrevistados ingere a quantidade recomendada de água. Mas também foi possível observar que 22% ingere apenas de 1 a 3 copos de água por dia, sendo uma quantidade bastante inferior ao recomendado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos na pesquisa pode-se concluir que deve existir um equilíbrio entre alimentação saudável, ingestão de água adequada e uso de protetor solar diário para que se obtenha uma boa saúde da pele facial. No entanto, não é o que se observa. Dessa forma, se faz necessária intervenção para que toda a população tenha acesso a essas informações e possam cuidar da sua pele com medidas preventivas.

4 REFERÊNCIAS

DIAS, Ana Margarida Pereira da Silva de Portugal. **Nutrição e a Pele.** 2008. 49 f. Monografia (Especialização) - Curso de Nutrição, Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, Porto, 2008. Disponível em: <https://repositorio-

aberto.up.pt/bitstream/10216/54741/3/120815_0819TCD19.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Bayer. **Cuidados com a Pele.** Disponível em: <https://pharma.bayer.com.br /pt/areas-terapeuticas/saude-de-a-a-z/dermatologia/cuidados-pele/index.php>. Acesso em: 28 ago. 2018.

PRINCÍPIO DO ESTADO DE INOCÊNCIA NO PROCESSO PENAL

FARIA, Elizania Caldas[351]
CARVALHO, RhayzaSantini de[352]
MACHADO,Daniel Valentim[353]

RESUMO: Este trabalho, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, tem por objetivo apresentar o princípio do estado de inocência e sua aplicação no Processo Penal, à partir dos preceitos constitucionais do Estado Democrático de Direito. Visa analisar a sua aplicação e importância para o processo penal brasileiro, enquanto direito fundamental de todos os cidadãos.

Palavras-chave: Aplicação; Princípio; Processo;

1 INTRODUÇÃO

Presente no ordenamento jurídico, o princípio do estado de inocência, também chamado de princípio da presunção de inocência, assegura que todo indivíduo acusado em um processo penal, deve ser presumido inocente, até que sua sentença condenatória seja transitada em julgado. Este princípio garante que ninguém seja presumido culpado pela prática de algum ilícito, reforçando que o ônus da prova pertence à acusação, e não à defesa no processo. O indivíduo somente se tornará culpado a partir da sentença transitada em julgado, evidenciando sua culpa no processo penal. Contudo, em alguns momentos o Processo Penal brasileiro acaba por exigir do acusado a demonstração de sua inocência, como nos casos de alegação de excludentes de ilicitude, culpabilidade ou punibilidade. Considerando a previsão constitucional, tem-se que a inversão do ônus da prova, aceita em alguns tribunais, fere a normativa constitucional, desrespeitando a presunção de inocência e retirando da acusação o ônus de provar o que menciona na inicial acusatória.

2 CONCEITUAÇÃO DO PRINCÍPIO E A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988,apresenta o princípio do estado de necessidade, em seu artigo 5º, inciso LVII, “ninguém será

351
352Acadêmica de Direito, 6º período B, Centro Universitário Campo Real.
353Acadêmica de Direito, 6º período B, Centro Universitário Campo Real.

considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Ou seja, o acusado é sujeito de direitos dentro da relação processual.

O princípio da presunção de inocência é de enorme importância ao processo penal brasileiro, sendo um direito fundamental de todo indivíduo, garantido pela nossa Constituição Federal. Neste sentido:

> Sob a perspectiva do julgador, a presunção de inocência deve(ria) ser um princípio da maior relevância, principalmente no tratamento processual que o juiz deve dar ao acusado. Isso obriga o juiz não só a manter uma posição "negativa" (não o considerando culpado), mas sim a ter uma postura positiva (tratando-o efetivamente como inocente). (JÚNIOR, Aury Lopes. 2014)

Decorre do princípio, que a liberdade do acusado só pode ser restrita antes da sentença penal definitiva, a título de aplicação de medida cautelar, segundo lei. O acusado não tem a necessidade de provar a sua inocência, a acusação é que possui o dever de provar sua culpa.

Conforme este entendimento:

> Sabe-se, que o Estado brasileiro tem interesse em punir indivíduos que tenham condutas que contrariam a lei, podendo aplicar sanção àqueles que cometem ilícitos. No entanto, esse direito-dever de punir do Estado deve respeitar a liberdade, um bem jurídico do qual o cidadão não pode ser privado, senão dentro dos limites da lei. (BATISTA, BEHRMANN, *et al*., 2015).

Em razão do princípio do estado de inocência, o artigo 393, inciso II do Código de Processo Penal, foi revogado. O mesmo permitia lançar o nome do acusado no rol de culpados, como uma consequência da sentença penal condenatória recorrível. Entretanto, este princípio não afasta a aplicação da prisão provisória, segundo a Súmula nº09 do Superior Tribunal de Justiça.

O princípio da prevalência do interesse do réu (*in dubio pro reo*), se integra ao princípio do estado de inocência, na medida que, havendo dúvida em relação a culpabilidade do acusado, o estado de inocência deve sempre prevalecer, resultando na absolvição do acusado.

Referindo-se aos efeitos da aplicação do princípio da presunção de inocência, Guilherme de Souza Nucci (2008, p. 85) discorre:

> Reforça, ainda, o princípio penal da intervenção mínima do Estado na vida do cidadão, uma vez que a reprovação penal somente alcançará aquele que for efetivamente culpado. Finalmente, impede que as pessoas sejam obrigadas a se auto acusar, consagrando o direito ao silêncio.

O referido princípio não serve apenas como um benefício aos indivíduos acusados, mas sim como uma garantia aos inocentes que, sendo acusados pela prática de um crime, poderiam estar respondendo pelo mesmo com a liberdade restrita. A aplicação do princípio da presunção da inocência gera decorrência imediata na atribuição do ônus da prova. O ônus da prova é o encargo que as partes têm de provar os fatos que alegam. Contudo, há que se pensar ônus da prova como incumbência das partes no processo (ônus subjetivo) como "regra de julgamento para o julgador" (ônus objetivo).

Enquanto regra de julgamento, segundo a Constituição Federal, artigo 5º, LVII, vigora o princípio da presunção legal de inocência, ou seja, se no momento do julgamento restar ao julgador uma situação de dúvida insuperável, mesmo que as partes tenham produzido as provas que lhe cabiam, deverá julgar com base na presunção de inocência e do *in dubio pro reo.* Já no seu aspecto subjetivo, enquanto encargo que sobrecai às partes, de produção de provas, dispõe o artigo 156 do CPP que "a prova da alegação incumbirá a quem a fizer". Disto surgem duas correntes doutrinárias: a) Ônus da prova da acusação e da defesa – a depender de quem alega (majoritária); b) Ônus da prova exclusivo da acusação – independentemente de alegações, compete à acusação provar o fato típico e TODOS os seus elementos, bem como, a inexistência de excludentes (minoritária).

A primeira corrente discute que incumbe à acusação a prova do fato imputado, sua autoria, elemento subjetivo, relação de causalidade, recaindo sobre a defesa a prova de qualquer fato *impeditivo, modificativo ou extintivo* do direito (artigo 333 do CPC). Ou seja, à defesa compete a prova das excludentes de ilicitude, de culpabilidade ou causas de extinção da punibilidade. Dentro desta primeira corrente há autores que fundamentam que a acusação não precisaria provar a ilicitude de um fato típico e o elemento subjetivo do tipo, que estes seriam 'presumidos' a partir da ocorrência da tipicidade (Hélio Tornaghi, Mirabete, HidejalmaMuccio) caberia à defesa, entretanto, provar o contrário.

A segunda corrente doutrinária diz que o ônus da prova é exclusivo da acusação – considerando o princípio constitucional da presunção de inocência e do in dubio pro reo – desta forma, competiria à acusação provar o fato típico, antijurídico e culpável, com todos os seus elementos. Desta feita, de acordo com a doutrina tradicional: cabe à acusação provar a existência do fato criminoso e de causas que implicar aumento de pena, a autoria e também a prova dos elementos subjetivos do

crime (dolo ou culpa). Ao réu, por sua vez, cabe provar excludentes de ilicitude, de culpabilidade e circunstâncias que diminuam a pena. Entretanto, tal entendimento fere, claramente, o princípio da presunção da inocência, uma vez que, atribui ao acusado o ônus de provar a sua situação de inocência.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com o presente trabalho, que o princípio do estado de inocência é um princípio base do direito brasileiro, sendo fundamental para tutelar a liberdade dos indivíduos na relação processual penal. É através dele que o acusado possui a garantia em ser presumido inocente, até ser transitada em julgado a sentença penal. A sua aplicação de maneira equivocada pode gerar a inversão do ônus da prova para o acusado. De, presumidamente inocente, o acusado passará a arcar com o ônus da prova da exclusão daquilo que lhe estão imputando.

4 REFERÊNCIAS

BATISTA, E. *et al*. **Princípio da Presunção de Inocência**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/42932/principio-da-presuncao-de-inocencia>. Acesso em: 18 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18ago. 2018.

JÚNIOR, Aury Lopes. **Direito Processual Penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. 7.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 2008.

A MORTE E A CIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A INSERÇÃO DOS CEMITÉRIOS NO ESPAÇO URBANO

LACHOWSKI, Joice Fernanda[354]
SOUZA, Mayara Vieira de[355]

RESUMO: Os espaços destinados à cemitérios demandam atenção especial sobre a sua inserção na malha urbana. A sua tipologia tradicional pode incidir negativamente em seu meio, seja pelos impactos causados pela contaminação do solo ou pelo impacto visual no *skyline* urbano devido à sua arquitetura. Neste trabalho buscamos compreender as diferentes tipologias cemiteriais existentes e o seu impacto na malha urbana.

Palavras-chave: Cemitérios; Tipologias; Impactos Socioambientais;

1 - INTRODUÇÃO

A discussão sobre os espaços cemiteriais e seu constante crescimento dentro das cidades, suscitam questões importantes para compreensão das diferentes formas de sepultamento, do espaço mortuário e dos problemas socioambientais gerados pela produção do necrochorume. Neste sentido, dado os impactos causados ao meio ambiente pela tipologia tradicional dos cemitérios e o crescente desenvolvimento do território urbano incidem sobre a disponibilidade dos espaços cemiteriais. Estes, por sua vez, também em constante crescimento, acabam inevitavelmente provocando a justaposição de zonas residenciais e cemiteriais.

Umas das alternativas possíveis, que reduzem os impactos socioambientais causados pelos cemitérios tradicionais, são os crematórios. No Brasil, o número destes espaços tem aumentado ao longo das duas últimas décadas, devido ao custo, os costumes e as necessidades.

Este trabalho é uma aproximação sensível ao tema, para o desenvolvimento da parte teórica do trabalho final de graduação. Desta forma, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada através de livros, artigos científicos e reportagens sobre tema, buscando compreender as diferentes tipologias de cemitérios, os impactos causados no espaço urbano e o crematório como uma possível alternativa socioambientalmente aceita.

[354] Acadêmica do 9º período de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Campo Real.

[355] Arquiteta Urbanista, Mestra e Doutoranda em Políticas Públicas. Docente do Colegiado de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.

2 - DESENVOLVIMENTO

O espaço cemiterial sofreu constantes mudanças ao longo dos tempos modificando principalmente sua estética e a organização espacial.

Na idade média, os cemitérios ficavam próximos das igrejas, de modo que não causavam estranhamento, mas, ao contrário, faziam parte da rotina das pessoas e eram considerados como espaços de socialização. Posteriormente, nos séculos XVIII e XIX, os cemitérios passaram a ser construídos longe das cidades e das habitações humanas (ARIÈS,1977).

> Após esse período, as civilizações influenciadas pelos higienistas europeus que começaram a pensar na saúde das populações. Os corpos mortos eram considerados os principais causadores das várias epidemias que assolavam as cidades ao longo dos anos, portanto, era prioridade afastá-los do convívio dos vivos. (PAGOTO, 2004, p.19).

No momento presente, existem pelo menos três tipologias cemiteriais: (i) Cemitérios parque; (ii) Cemitérios horizontais e (iii) Cemitérios verticais. Cada um possui uma característica própria e distinta entre outros. Contudo, apesar de distintas, cada tipo de cemitérios pode oferecer um risco potencial de contaminação ao meio ambiente e danos à saúde pública. (CAMPOS, 2007).

Os cemitérios horizontais, também chamados tradicionais, são os espaços onde os humanos sepultam os seus mortos, sendo que muitos desses lugares costumam ter nomes de santos católicos. Muitos cemitérios tradicionais possuem instalações precárias e com isso acabam por ter uma vazão de necrochorume ao solo, contaminando os lençóis freáticos.

O "necrochorume", na definição de Leite (2009, p.06) são os líquidos provenientes da decomposição de cadáveres que, inicialmente gasosos (também chamados de efluentes cadavéricos), tornam-se, por fim, líquidos.

Os Cemitérios parques ou jardins surgiram na Europa em 1950 e sua principal característica são as amplas áreas verdes em que são inseridos. Sua estrutura para enterro é composta por gavetas ou jazigos subterrâneos, cobertos por gramados e sinalizados por uma lápide (KEMERICH,2014).

Os cemitérios parques costumam prezar pelo bem-estar das pessoas, utilizando como estratégia uma arquitetura do espaço mais integrada à natureza. Geralmente

rodeado de árvores e flores, procuram transmitir uma sensação de paz e tranquilidade, tornando o momento de despedida ou visita, menos doloroso.

Os cemitérios verticais foram criados devido ao problema com a falta de espaço para sepultamento. Projetados acima do nível do solo no formato vertical, os corpos são sepultados em gavetas. Essa tipologia reduz o risco de contaminação ambiental. As gavetas são separadas, porém se posicionam uma ao lado da outra e sobrepondo-se de modo a formarem andares para assim facilitar a circulação de visitantes tanto por meio de corredores, escadas ou elevadores.

Os impactos visuais decorrentes dos cemitérios verticais utilizados são basicamente os mesmos de quando se implanta um edifício residencial. Um aspecto negativo em relação a essa tipologia se deve ao empírico constrangimento que muitas pessoas sentem ao morar próximo a um cemitério.

Os crematórios, surgem em tempos remotos como um método higiênico e ritualístico de despojar seus cadáveres e no contexto atual figuram como uma alternativa viável às tipologias cemiteriais existentes.

Ao longo da história, a prática de cremação foi e é muito utilizada entre os povos orientais. No ocidente com a vinda e consolidação do cristianismo fez com que a cremação entrasse em desuso e o sepultamento tornou-se principal destino de cadáveres (SILVA, 2002).

De acordo com Fávero (1980, p. 505), “pela cremação, o corpo é reduzido, em fornos apropriados, a um bocado de cinzas que pode ser guardado em recipiente de pequenas dimensões, do ponto de vista higiênico, seria o processo ideal de tratamento de cadáveres."

Em comparação com os enterros tradicionais (sepultamento), a cremação não apresenta riscos de poluição do lençol freático, além disso, a fornalha possui um sistema computadorizado que evita que a queima dos corpos emitam poluentes para atmosfera. Neste sentido, a cremação possui uma importância significativa em relação à morte e seus impactos ambientais, ainda que abra uma lacuna na arte cemiterial.

O primeiro crematório do Brasil foi fundado em São Paulo, na década de 70. Por aproximadamente vinte anos, o crematório da Vila Alpina foi considerado o único crematório para fins funerais do país. De acordo com reportagem realizada por Ricardo

Westin, para o Jornal do Senado (2013), até a década de 1990, o Brasil possuía apenas um crematório, hoje conta com mais de 30. Isto demonstra que o tema é contemporâneo, porém, as informações disponíveis sobre o assunto ainda são limitadas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As referências analisadas demonstram a importância do tema e nos ajudam a compreender a relação entre a morte e a cidade, na perspectiva cultural, social e territorial. Para além, também demonstram a necessidade do planejamento destes espaços na malha urbana, pois os impactos ambientais podem incidir negativamente sobre a terra. Desta forma, emerge a necessidade de se refletir sobre a inserção destes espaços e as outras formas possíveis de sepultamento ou cremação.

O crematório surge como uma opção viável para que estes impactos sejam diminuídos, pois a incineração é uma opção higiênica, eficiente e com menor impacto ambiental.

4 - REFERÊNCIAS

AGATHA, M.et al. ***Tratamento do necrochorume em cemitérios.*** Atas de Saúde Ambiental.São Paulo,2017.

ARIÈS, Philippe. ***História da morte no Ocidente****:* Da idade média aos nossos dias. Trad. Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

CAMPOS, A.P.S. ***Avaliação do potencial de poluição no solo e nas aguas subterrâneas decorrentes da atividade cemiterial***. Universidade de São Paulo, em 2007.Disponível em: www.teses.Usp.br/teses/.../6/...25112007.../DISSERTACAO_FSP_USP_CEMITERIOS.pdf . Acesso em: 19 de agosto de 2018

FÁVERO, F. ***Medicina Legal*****.** 11 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

KEMERICH. Pedro Daniel da Cunha. Et al. *A questão ambiental envolvendo os cemitérios no Brasil.* ***Revista Monografias Ambientais***. REMOA. V.13, nº5. Edição Especial. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/dowload/14506/pdf. Acesso em: 31.jul.2018

LEITE, E.B (2009). *Análise físico- química e bacteriológica da água de poços localizados próximo ao cemitério da comunidade Santana, Ilha de Maré, Salvador-BA*. Candombá-**Revista Virtual,** v.5,n.2,p.132-148. Acesso em 20.08.2018

THOMPSON, B. (2015). *Cemitérios verticais, espaço urbano e meio ambiente: O novo discurso científico universitário de incentivo a verticalização do cemitério e cremação.***Primeiros Estudos**, (7), 07-26.

WESTIN, Ricardo. **Crematórios de Multiplicam pelo Brasil**. *Jornal do Senado.* Brasília, p. 01-02. 13 ago. 2013.

ATIVISMO JUDICIÁRIO E A DEMOCRACIA

ALBERTON, Rafaela Cristina[356]
SANCHES, Ana Letícia Andrade[357]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[358]

RESUMO: Essa pesquisa trata sobre a tripartição dos poderes, a democracia e o ativismo judicial, com o objetivo de explicar quais são as principais consequências que essa expressiva politização do judiciário acarreta, analisando os conceitos da separação dos poderes e do regime democrático implementado no Brasil, além de discutir quais deveriam ser os limites para essa atuação do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Ativismo. Constitucional. Democracia.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca relacionar o Princípio da Separação dos Poderes, com o ideal democrático e o ativismo judicial. Colocando em destaque as consequências trazidas quando um poder extrapola as funções de outro.

Levando em conta os três pilares desse trabalho, busca-se baseado em suas definições. Em tese, o regime democrático pertence ao povo e quando o Poder Judiciário usurpa outras áreas que não de sua competência, o princípio democrático é violado severamente, haja vista que o mesmo não é eleito pelo povo, além de extrapolar o sistema de freios e contrapesos.

O trabalho possui três momentos distintos, primeiro conceituar o Princípio de Separação dos Poderes, depois definir Democracia e a relacioná-la com a tripartição, para após esse momento vincular todos os aspectos com o ativismo judicial que é o cerne do trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

Para iniciar o estudo da problemática, precisamos pensar que desde os primórdios de nossa civilização buscamos maneiras de nos organizar da forma mais concordante possível, estipulando regras de convivência e agindo, de modo geral, de forma resignada. (FIGUEIREIDO, 105)

[356] Direito, Quarto Período, Centro Universitário Campo Real.
[357] Direito, Quarto Período, Centro Universitário Campo Real.
[358] Possui graduação em Direito pela UNICURITIBA (2003). Especialização na área jurídica pela EMAP (2005). Mestrado em Direito pela UNICURITIBA (2008). Atualmente exerce a docência no Centro Universitário Campo Real, nas cadeiras de Direito Constitucional e Processo Constitucional. Paralelamente, presta assessoria jurídica à clientes e empresas.

Em nossa sociedade atual, especificadamente na brasileira, o elemento basilar dessa organização é a Constituição Federal, que adota a tripartição dos poderes. Essa separação é uma descentralização de funções, para que essas não fiquem delegadas a uma só pessoa (FIGUEIREDO, 106). Advindo dessa ideia, temos o sistema de freios e contrapesos, que um poder fiscaliza o outro reciprocamente, pugnando os abusos que podem vir a ser cometidos. Garantindo dessa forma, um Estado justo e democrático.

Esse princípio da tripartição dos poderes foi consagrado no livro de Montesquieu, “O Espírito das Leis”: Ele nos trouxe essa divisão de poderes independente e harmônica como conhecemos hoje. “Em matéria de separação de poderes o oráculo sempre consultado e sempre citado é Montesquieu” (HAMILTON, 2003, p.299).

Agora que tratamos da separação de poderes e levamos em consideração que ele garante um Estado democrático, é válido comentarmos sobre democracia, que assegura a concretização da convivência humana. É o regime político adotado no Brasil, que automaticamente vinculou-se ao conceito de Estado de Direito, como a Constituição Federal consagra em seu artigo 1º. (FIGUEIREDO, 2016, p.111).

O regime democrático é a oposição de qualquer regime ditatorial que poderia ser imposto em nosso país. Na democracia o povo tem papel efetivo na operação das ações que se vinculam às suas necessidades.

Desse modo a tripartição dos poderes pode ser entendida como um instrumento da democracia, pois o Poder Executivo e Poder Legislativo são a expressão direta da vontade popular exercida por meio do voto. E o poder Judiciário cumpre a lei, exercendo-se dessa forma a finalidade da democracia: governo do povo e para o povo.

Entretanto, com o passar do tempo, podemos observar que tem ocorrido um fenômeno de ativismo judicial decorrente de uma descrença do povo relacionada aos políticos, conduzindo a confiança para a esfera judicial. É um fenômeno que ocorre em muitas partes do mundo, onde Supremas Cortes e Cortes Constitucionais têm atuado em âmbitos político e moral. (HACHEM, 2018, p.9). Ran Hirshl batizou esse fenômeno de “juristrocracia”. (HIRSHL, 2004, p.1 e 2)

A Teoria da Separação dos Poderes, que tem o objetivo de ser harmônica e ser um dispositivo de garantia de descentralização das competências estatais, acaba sendo questionada quando se trata de ativismo judicial, pois o mesmo encontra-se localizado ao centro de duas perspectivas: separação dos poderes e democracia. (FIGUEIREDO, 2016, p.113)

O próprio significado de Judicialização quer dizer que questões que importam às instâncias tradicionais de decisões políticas e sociais, estão sendo transferidas ao Judiciário, o que altera a linguagem, a argumentação e o modo de participação da sociedade, porém não se confunde com o ativismo judiciário. O ativismo é um modo proativo de interpretação da constituição. (BARROSO, 2008, p.3-6)

Ao adentrar dentro do espaço que não lhe é delegado, automaticamente o Poder Judiciário desloca-se do Direito e transpõe-se na política, dando soluções jurídicas a problemas claramente políticos e consequências são variadas e não vantajosas. Há algumas situações que são favoráveis ao ativismos judiciário, como o controle de constitucionalidade, qualquer juiz tem capacidade de declarar inconstitucionalidade de uma lei. Há afronta explícita ao Poder Legislativo, e interferindo no Estado Democrático de Direito, que diz que a lei é a decorrência da justiça. (FIGUEIREDO, 2016, p.113)

Em um contexto histórico brasileiro, o ativismo judicial ganhou forças com a Constituição Federal de 1988, que atribui diversas competências ao magistrado e, consequentemente, uma expressiva atuação no controle de constitucionalidade. O que claramente podemos verificar é o Judiciário agindo como Legislativo, cujo poder de discussão de constitucionalidade de leis lhe foi retirado passando para as mãos do Judiciário. Afastando dessa forma a independência e harmonia entre os poderes. (FIGUEIREDO, 2016, p.114 e 115)

> O ativismo judicial representa a insuficiência do Estado em atender aos anseios da sua população, bem como em buscar a realização dos objetivos que lhe foram postos. Trata-se de uma patologia constitucional, uma conduta que deveria ser exceção à regra converte-se em forma ordinária de composição dos meus diversos conflitos sociais, transformando o Judiciário em esfera pública de decisão tanto das questões mais fundamentais para o Estado e para a sociedade quanto de situações banais do cotidiano. (FIGUEIREDO, 2016, p.115)

O ativismo judicial é manifestado por meios de alguns atos como: aplicação direta da Constituição às situações que não estão expressas no texto constitucional,

independendo da manifestação do legislador, declaração de inconstitucionalidade de atos normativos e imposição de condutas ou abstenções do Poder Público. (BARROSO, 2008, p. 6)

Nesse aspecto, trata Elival da Silva Ramos:

> O exercício da função jurisdicional para além dos limites impostos pelo próprio ordenamento que incumbe, institucionalmente, ao Poder Judiciário fazer, atuar, resolvendo litígios de feições subjetivas (conflitos de interesse) e controvérsias jurídicas de natureza objetiva (conflitos normativos). Há, como visto, uma sinalização claramente negativa no tocante às práticas ativistas, por importarem na desnaturação da atividade típica do Poder Judiciário, em detrimento dos demais Poderes. (RAMOS, 2010, p.129)

Quando o Poder Judiciário extrapola limites, tanto do Legislativo como do Executivo devido ao grande número de medidas provisórias editadas, impedindo que o Legislativo possua uma agenda própria ocorrendo uma política "judicializada". (FIGUEIREDO, 2016, p.118)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessa pesquisa realizada, percebemos que o Princípio da Separação dos Poderes não pode ser considerado absoluto, o ativismo judiciário está presente para ser uma prova dessa constatação, haja vista que há uma sobreposição de funções e competências.

O ativismo judiciário é prejudicial para nosso ideal democrático, extrapola o sistema de freios e contrapesos causando um desequilíbrio evidente, havendo uma supremacia do Poder Judiciário sobre o Poder Legislativo.

Concluindo-se assim a necessidade de ações que legitimem a harmonia e independência entre os Poderes para que não se agrave mais essa politização da Justiça.

4 REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática.** Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/eadcnj/mod/resource/view.php?id=47743 > Acesso em: 28/08/2018 às 16:15

FIGUEIREDO, Eduardo Fin. **O Ativismo Judicial. O Princípio da Separação dos Poderes e a Ideia de Democracia** <

http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/percurso/article/view/1728 > Acesso em: 28/08/2018 às 16:20.

HACHEM, Daniel Wunder. Editorial – **Separação de poderes e diálogos institucionais**. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 5, n.1, p. 9-14, jan/abr 2018.

HAMILTON, Alexander. **O federalista**. Belo Horizonte. Líder. 2003.

HIRSCHL, Ran. **Towards juristocracy: the origins and consequences of the new constitutionalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

RAMOS, Elival da Silva. **Ativismo Judicial parâmetros dogmáticos**. São Paulo. São Paulo. Saraiva. 201. P.129.

O PAPEL DA VITIMA PERANTE: A POLITICA CRIMINALISTA

CAVALCANTE, Jorge Lopes[359]
HENICH, Raul[1]
PEREIRA, Jhonaton Vicentim[1]
HEITOR, Rudy Rosas[2]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo estudar a trajetória da participação da vítima no âmbito das ciências criminais, a qual por muito tempo esteve oculta perante o processo penal. O estudo do tema fundamentou-se na análise bibliográfica de criminalistas contemporâneos e de obras do período Iluminista, as quais retratam o sistema criminal da época e seu impacto perante a sociedade.

Palavras-chaves: Sistema Criminal. Repercussão na Sociedade. Omissão das Vítimas. Processo Penal.

1 INTRODUÇÃO.

Na idade média, época na qual a própria vítima efetuava a sua reparação de danos, o delito existia em uma visão de vingança, e a lei se fazia presente ao lado da vítima, contudo na escola Clássica de Beccaria, estavam centradas no delinquente e no crime, demonstrando nenhuma consideração jurídica com a vítima.

Nos últimos séculos, houve um total menosprezo da vítima pelo Direito Penal, sendo que muitas vezes, é dada ênfase ao crime, na busca pela culpa do criminoso, especialmente pelo impacto perante a sociedade devido ao desvio, principalmente na forma de condenação.

Houve uma neutralização da vítima, a reação do crime passou a ser uma resposta do Estado, demostrando a omissão do sofredor perante a finalidade da punição. Destacando nas obras em acima citadas, uma menor preocupação quanto aos aspectos de reparação do dano, bem como nas teorias, traz consigo uma busca de prevenção de crime diante a sociedade.

Dessa forma, existe um integral esquecimento da vítima em relação ao crime, e passou ser dada ênfase na forma de punir, assim como na busca de moldar o comportamento da sociedade em relação ao ato de prevenir o crime.

2 DESENVOLVIMENTO.

[359] Acadêmico do curso de direito, 2º período A, Centro Universitário Campo Real.
[2] Professor de Criminologia, Centro Universitário Campo Real.

2.1 CONCEITO DE VÍTIMA E VITIMOLOGIA.

Vítima é a pessoa física ou jurídica que suporta os danos, sejam eles econômicos, físicos ou mentais, consequentes do cometimento de um crime. A vitimologia é a ciência que analisa a vítima e sua relação com o crime e o criminoso no âmbito penal.

Além do estudo comportamental da vítima, a vitimologia procura compreender se houve influência por parte das ações da vítima que resultaram na prática do delito.

2.2 A VÍTIMA COMO AGENTE PUNITIVO.

Como mostra a história, a vítima já ocupou papel relevante no processo de reparação dos delitos, sendo responsável pela punição do infrator. A vítima agia por suas próprias mãos e a punição recaia sobre o culpado. Esta época remota é denominada como período de vingança privada, pois a punição seria imposta exclusivamente como vingança, sem que houvesse qualquer medida com a pessoa do criminoso ou com o crime cometido. Seria a lei do mais forte exercida e executada pela própria vítima.

Devido à evolução das organizações sociais, progresso político e revolucionário dos povos. O Estado passa a centralizar o poder, limitando a autonomia dos grupos e famílias, e aos poucos, o particular foi impedido de exercer a justiça com suas próprias mãos, ocorrendo o afastamento da vingança privada, como forma de reação punitiva. Superada a fase da vingança divina e da vingança privada, o Estado assume o poder de perseguir e punir o autor do delito, diminuindo a importância da vítima no conflito penal.

2.3 ESCOLA CLÁSSICA.

Na Escola Clássica a vítima era esquecida, e os castigos destinados ao criminoso buscavam prevenir toda e qual quer forma de desvio perante a sociedade, ou seja, era um período de castigos severos que muitas vezes levavam a morte do “suposto culpado”. Ninguém se omitia perante as decisões e contra as babareis das penas,

sobretudo pelo poder estar centrado nas mãos de um Rei, principalmente sobre os abusos de um domínio sem limites. De acordo com Beccaria (1764, p.18)

> Não há espetáculo mais hediondo que o de uma família inteira coberta de infâmia, mergulhada nos horrores da miséria pelo crime do seu chefe, crime que essa família, submetida à autoridade do culpado, não poderia prevenir, mesmo que tivesse os meios para tanto.

Segundo o mesmo autor, o efeito de um delito compete ao soberano afirmar sobre a quebra do contrato social, o acusado responder sobre sua violação e um terceiro que decide a contestação. Esse terceiro é o magistrado, cuja sentenças devem ser sem apelo e que deve simplesmente pronunciar se há um delito ou se não há. (BECCARIA,1764, p.11).

Diante disso, conforme o crime seria o suplicio, uma espécie de espetáculos de horrores destinados aos criminosos que cometiam delitos, outro sim por desagradar às ordens do soberano.

Foucault revela que:

> O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune: não é absolutamente a exasperação de uma justiça que, esquecendo seus princípios, perdesse todo o controle. Nos “excessos” dos suplícios, se investe toda a economia do poder. (FOUCAULT, 1987, p. 37).

Outro sim, contudo havendo a evolução na sociedade, notadamente perante a forma de vigiar e punir, o surgimento do Panoptismo, o cárcere buscaria demostrar uma perfeita forma de punir e vigiar, correspondendo em uma estrutura de mais perfeito de poder.

Diante das ações de condenação destinados aos criminosos, demonstram uma series de erros cometidos, e a omissão do vitimado perante o processo, o objetivo até presente momento seria exclusivamente punir, especialmente sem pensar no sofrimento do acusado

Foucault declara que:

> A punição ideal será transparente ao crime que sanciona; assim, para quem a contempla, ela será infalivelmente o sinal do crime que castiga; e para quem sonha com o crime, a simples ideia do delito despertará o sinal punitivo. Vantagem para a estabilidade da ligação, vantagem para o cálculo das proporções entre crime e castigo e para a leitura quantitativa dos interesses,

> pois tomando a forma de uma consequência natural, a punição não aparece como o efeito arbitrário de um poder humano. (FOUCAULT, 1987, p. 125).

Assim sendo, buscava-se castigar de forma mais assombrosa, para que se moldasse o estilo da sociedade perante a conscientização de não buscar a criminalidade.

2.4 REDESCOBERTA DA VÍTIMA.

Durante muito tempo, a vítima foi esquecida na realidade penal. O estudo da vítima aparece logo após a II Guerra Mundial, em razão do holocausto sofrido pelos judeus nos campos de concentração nazistas. A partir deste momento os estudos vitimológicos passam a demonstrar uma nova imagem em relação a vítima. Tendo a vítima como sujeito ativo e não somente um informante, capaz de influenciar os fatos referentes ao delito. Atualmente a vitimologia preocupa-se com a realização de estudos em prol de maiores assistências em favor da vítima.

3 CONCLUSÃO

Diante dos fatos mencionados acima, referente a vítima no crime, pode-se trazer uma posição de equilíbrio, de acordo com a ciência que estuda a mesma, tratando-se da vitimologia. Colocando a vítima no local central do crime e não o réu, desde o princípio que, respeite todos os seus direitos e garantias.

No contexto delitivo, a análise da vítima é de suma importância no caso concreto, pois, a partir desta, vem a gerar consequências jurídicas, como por exemplo, a exclusão da culpabilidade do agente pela aplicação da inexigibilidade de conduta diversa, ou o próprio crime ser excluído, em virtude da inexistência da tipicidade. A relação entre vítima e agente ofensor, não se caracteriza apenas pela contraposição, mas sim pela convergência de vontades. Tratando-se do delito, a vítima passa a ser omissa pelo Estado e essa atitude possui fatores delicados, pois, voltando a atenção ao crime e ao criminoso, se esquece das consequências que ali são geradas ao sofredor, como danos sociais, físicos, psíquicos, entre outros.

Mesmo com toda consequência gerada em crime, aos olhos da sociedade, enxerga-se de maneira equivocada o criminoso e a vítima, sobretudo, passa a ser visto

como culpado e outro como inocente. Mesmo sendo explicito com clareza, na maioria dos casos, a culpabilidade do delinquente, não se pode enxergar com a mesma exatidão a inocência da vítima. Mesmo ela, contribuindo com sua conduta, até mesmo sem saber, a vítima deve ter maior atenção ao se tratar dos seus direitos assegurados pelo Código de Processo Penal, para evitar problemas maiores, citados acima e chegar a um melhor desfecho de um, colocando a vítima em uma posição central no delito.

Por fim, necessita-se de políticas públicas de suporte psicossocial na busca por um enfrentamento e superação dos traumas gerados, sobretudo com o intuído de evolução e melhora no quesito social, psicológico e cognitivo das vítimas.

4 REFERÊNCIAS.

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos Delitos e Das Penas.** Trad. Flório de Angelis. 2. Reimpr. São Paulo: EDIPRO, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** Nascimento da prisão**.** Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

Vitimologia: conceituação e aplicabilidade. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/36073/vitimologia-conceituacao-e-aplicabilidade> Acesso em: 28 ago. 2018.

Comportamento da vítima. Disponível em: <http://www.tjdft.jus.br/institucional/jurisprudencia/jurisprudencia-em-foco/a-doutrina-na-pratica/circunstancias-judiciais-1/comportamento-da-vitima> Acesso em: 31 ago. 2018.

Evolução Histórica da Vítima e o Surgimento da Vitimologia. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1424> Acesso em: 9 de set. 2018.

LUTA HISTÓRICA: A TRAJETÓRIA DOS DIREITOS DAS MULHERES

BAHLS, Fabiola Alexia [360]
NISER, Lohayne Fernanda [1]
PELEGRINI, LucianaLuiza[361]

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi apresentar a luta histórica das mulheres para a conquista e efetivação de seus direitos básicos, bem como expor a criação da lei que as protege da violência familiar e doméstica. O trabalho apresenta uma breve trajetória dos direitos das mulheres, bem como as desigualdades sofridas pelo gênero feminino durante as grandes revoluções e momentos históricos. Encontra-se presente a contribuição das mulheres na Revolução Francesa e a exploração do trabalho feminino durante a Revolução Industrial. Em continuidade foi abordado a Lei Maria da Penha e por fim expostas as diversas formas de violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Mulheres. Desigualdade. Direito. História.

1 INTRODUÇÃO

Ao ser analisado alguns contextos históricos é nítida a forma como as mulheres eram constantemente excluídas e acabavam sendo direcionadas a viver como donas de casa, já que estavam diante de um cenário de patriarcado onde eram submissas em relação aos homens, que eram considerados o sexo forte.

No entanto elas estiveram presentes, diretamente e indiretamente, em grande parte das conquistas e também foram as protagonistas de lutas históricas para a concepção de direitos que lhes foram negados durante séculos. A Declaração dos Direitos das Mulheres e da Cidadã é um dos grandes exemplos desta luta.

Atualmente as mulheres ainda lutam pela conquista plena desses direitos, e mesmo com garantias previstas em legislação, ainda são vítimas de diversos tipos de violência e desrespeito.

O objetivo deste trabalho é apresentar a luta histórica das mulheres para a conquista e efetivação de seus direitos básicos, bem como expor a criação da lei que as protege da violência familiar e domestica atualmente em nosso país.

2 DESENVOLVIMENTO

[360] Acadêmica do curso de Direito, 2º período B, Centro Universitário Campo Real.
[361] Professora Orientadora de Metodologia da Pesquisa, Centro Universitário Campo Real.

Ao se tratar da evolução dos Direitos da Mulher é de suma importância pautar sobre o século das luzes, ou iluminismo, que foi um movimento intelectual europeu surgido na França, e sua principal característica era a defender o uso da razão sobre o da fé para entender e solucionar os problemas da sociedade. Acreditava-se que todos deveriam fazer parte de uma sociedade justa e com direitos iguais a todos, este contexto histórico foi de fundamental importância na questão da garantia dos direitos de liberdade e igualdade. O movimento serviu como princípio para os pensamentos das mulheres de que estavam vivendo em uma constante desigualdade, já que naquela época vivia-se sob uma estrutura familiar patriarcal em virtude da religião.

Outro grande contribuinte para os pensamentos femininos foi a Revolução Francesa, a partir daí se iniciou a participação das mulheres na busca da efetivação dos seus direitos. Esta revolução tinha como lema "LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE", e foi nela que se consolidou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, seu primeiro artigo já deixava explicito a sua finalidade: "Art.1.º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum." (FRANÇA FILHO, 1789).

Apesar de participarem dos movimentos da época os direitos das mulheres foram excluídos desta declaração, foi neste contexto que as mulheres começaram a reivindicar seus direitos e papeis perante a sociedade. As mulheres foram capazes de movimentar a Revolução Francesa, e segundo Michelet, "as mulheres estiveram na vanguarda da nossa Revolução. Não é de admirar: elas sofriam mais". Foi a parte feminina que protestou contra a fome e pediu pão em frente ao Palácio de Versalhes. Um dos eventos marcantes na participação das mulheres na Revolução ocorreu quando Pauline León, leu na tribuna uma petição assinada por trezentas mulheres a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne.*

Que detinha em seus 17 artigos reivindicações básicas das mulheres perante a sociedade.

> Art.1.º A mulher nasce e vive igual ao homem em direitos. As distinções sociais não podem ser fundadas a não ser no bem comum.
> Art. 2.º O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão. (Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne. 1791).

O projeto foi rejeitado pela Convenção, mas apesar de estarem vivendo em um contexto de extremo machismo, onde seus direitos básicos como cidadã lhes eram negados, a Revolução Francesa faz com que se questione o papel da mulher perante a sociedade.

A Revolução Industrial contribuiu muito nesse processo, foi o momento onde a mulher teve inserção no mercado de trabalho e ao serem incorporadas passaram a ter dupla jornada de trabalho, nas fabricas e cuidando dos afazeres domésticos e maternais. Apesar do avanço, eram sujeitas a péssimas condições de trabalho, salários correspondentes à metade do salário masculino, além da nítida situação de exploração e jornada de trabalho exaustiva. Teve como resultado inúmeros problemas sociais, sendo o maior deles a mortalidade infantil e materna.

Atualmente no Brasil existe uma lei específica para proteção da mulher, sancionada em 7 de agosto de 2006 que visa proteger mulheres da violência doméstica e familiar, também estão previstas as situações de violência psicológica como afastamento dos amigos e familiares, ofensas, destruição de objetos e documentos, difamação e calúnia.

A lei ganhou este nome devido à luta da farmacêutica Maria da Penha para ver seu agressor condenado. Maria é uma farmacêutica brasileira, natural do Ceará, que sofreu constantes agressões por parte do marido. No ano de 1983 seu cônjuge tentou assassiná-la com um tiro, que a deixou paraplégica. Logo ao retornar a sua residência sofre outra tentativa de assassinato. Diante da comprovação de que Marco (seu marido) era o autor das tentativas de homicídio, Maria denunciou seu agressor, e se encontra em uma condição que muitas mulheres já enfrentavam neste caso: incredulidade por parte da Justiça brasileira. Marco foi julgado e condenado duas vezes, mas saiu em liberdade.

O caso ficou conhecido internacionalmente com a publicação do livro “Sobrevivi... Posso Contar”. Após tal ocorrido o Brasil é condenado por negligencia pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) e com o apoio da OEA, Marco é condenado a dez anos de reclusão. Após o caso Maria da Penha um conjunto de entidades reuniu-se para discutir formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e estabelecer mecanismos para prevenir e reduzir este tipo de violência, como também prestar assistência às vítimas. E em agosto de 2006 a lei 11.340/06 finalmente entra em vigor.

A violência contra as mulheres é mais presente do que se imagina e quando se refere a tal ato repudiante temos vasto conhecimento de que não diz respeito apenas à violência física, as diversas formas de violência estão prescritas no Artigo 7º da lei no 11.340/06, sendo todas elas a violência física, psicológica, sexual, violência e a moral.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido que os direitos das mulheres e a conquista da Lei Maria da Penha em nosso país foram frutos de lutas históricas mundiais que refletiram em nossa sociedade. A Lei Maria da Penha foi um marco na justiça brasileira referente aos direitos das mulheres, mas infelizmente nem tudo se foi resolvido, a batalha é diária no que se refere aos direitos humanos das mulheres. No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Para isso Ministério Público juntamente com o Poder Judiciário precisam desenvolver políticas públicas sérias e efetivas entorno desse assunto.

Os operadores do direito devem se atentar na violação de tais direitos a proteção das mulheres, vindo do Estado ou cidadãos comuns é preciso que haja maior atenção diante de tais casos, punindo por meio da nossa legislação e de instrumentos judiciais.

Não se pode admitir atitudes sexistas que são arcaicas dentro dos dias de hoje, a mulher tomou posicionamento e conquistou sua voz politicamente, economicamente e juridicamente. A igualdade de gênero precisa ser discutida em salas de aula para que as futuras gerações se desprendam de possíveis pensamentos sexistas, para uma sociedade mais justa e igualitária.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>-Acesso em: 10 ago. 2018

FERREIRA FILHO, Manoel G.; et. al. **Liberdades Públicas.** São Paulo, Ed. Saraiva, 1978. Disponível em: < http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 28 set. 2018.

OBSERVE**. Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/lei_mariadapenha>. Acesso em: 09 jun. 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Cadernos da Escola do Parlamento. **Igualdade de Gênero**. Disponível em: <http://www2.câmara.sp.gov.br/dce/escola_do_parlamento/publicacoes/CEP_IV_Igualdade_de_Genero_I.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2018.

JORNAL MULIER. Mulheres operárias: do século XVII aos dias atuais. Disponível em: <http://jornalmulier.com.br/mulheres-operarias-do-seculo-xvii-aos-dias-atuais/> -. Acesso em 31 mai. 2018.

PODODERMATITE ULCERATIVA EM COELHO (*Oryctolagus cuniculus*) - RELATO DE CASO

ALMEIDA, Karine Cristine[362]
OLIVEIRA, Helen Magna Poncio[363]
ALMEIDA, Gislane[364]

RESUMO: A pododermatite é uma afecção dermatológica que ocorre na face palmar do metacarpo e metatarso. Ocorre comumente em coelhos (*Oryctolagus cuniculus)* por diversas etiologias. O relato de caso é de um lagomorfo, fêmea, 2 anos de idade que apresentava pododermatite ulcerativa recidivo. Diversos tratamentos foram realizados, como antibiótico local e sistêmico, curetagem cirúrgica, até melhora significativa da lesão, porém havendo recidiva e necessidade de continuidade com o tratamento e busca por tratamentos alternativos.

Palavras-chave: Lesão. Lagomorfo. Exóticos.

1 INTRODUÇÃO

A pododermatite ulcerativa, também conhecida como jarretes doloridos, é uma dermatite crônica granulomatosa e ulcerativa da face palmar do metacarpo e face plantar do metatarso dos lagomorfos (HESS, TATER, 2012; BANSK et al, 2010).

Os coelhos (*Oryctolagus cuniculus)* não apresentam coxins plantares e palmares e sim uma camada de pêlo denso cobrindo os dígitos (COSTA, 2012). Segundo Donelly e Vella (2012), na posição de repouso (estação), a superfície plantar do membro posterior, juntamente com os dígitos ao jarrete, estão constantemente em contato com o solo.

Em confinamento em gaiolas pequenas com forração incorreta (cimento, arame, camas úmidas e sujas) constitui um fator prevalente para o surgimento de pododermatite (HESS, TATER, 2012). A genética é outro fator, já que animais com a pele mais finas e de pêlo mais macio e curto, como coelhos da raça Rex, tem maior predisposição para a doença, visto que essas regiões são pouco protegidas (VAN PRAAG, 2014). Animais obesos são igualmente predispostos, visto que o suporte de peso causa isquemia e necrose por pressão (HESS, TATER, 2012). Segundo Bansk et al. (2010), casos de estresse, embora menos frequentes, pode ser outro fator

[362] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[363] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária, 9º período, Centro Universitário Campo Real..
[364] Professora especialista em medicina de animais selvagens e pet exóticos, Centro Universitário Campo Real. .

contribuinte em coelhos com ansiedade e ataques nervosos, devido às batidas repetidas no solo.

Os sinais clínicos iniciam com alopecia na superfície plantar, acompanhado por hiperplasia epidérmica e paraqueratose, inflamada e eritematosa, com presença de tecido necrótico no centro da lesão. Na fase secundária, a lesão apresenta calosidade, podendo desenvolver úlcera e abcessos, pequenas hemorragias locais e dor. Sem o devido tratamento, a infecção pode disseminar-se para os tecidos subjacentes, podendo causar infecção do sistema linfático, osteomielite e septicemia (VAN PRAAG, 2014).

O diagnóstico se dá pelos sinais clínicos, citologia das lesões pode ajudar na identificação de infecções secundárias (PATERSON, 2006). Exame radiológico é realizado para a confirmação de osteomielite (HESS, TATER, 2012).

O tratamento inicial é realizado através do debridamento e limpeza da lesão, utilizando antibióticos tópico e sistêmico e medicamentos para analgesia (PATERSON, 2006).

A pododermatite ulcerativa é muitas vezes difícil de tratar e a recorrência é comum. As lesões são de difícil resolução e em caso de osteomielite e deslocamento do tendão o prognóstico é reservado (PATERSON, 2006; COSTA, 2012). A pododermatite bilateral severa, envolvendo osteomielite e infeção de tendões ou ligamentos subjacentes, pode justificar a eutanásia (HESS, TATER, 2012).

O presente trabalho tem como objetivo relatar um caso, de pododermatite ulcerativa em uma coelha da raça Lion Head, com diferentes tratamentos.

2 DESENVOLVIMENTO

Foi atendida uma coelha, fêmea, Lion Head, na Terra Exótica - Pet Shop, de dois anos de idade, apresentando úlcera de decúbito em região plantar e palmar. No exame físico, o animal apresentava escore corporal normal e opacidade nos pelos.

Como primeira medida de tratamento, foi realizado a curetagem da ferida e curativo com pomada sulfadiazina de prata, aplicada duas vezes por dia e administrado via oral enrofloxacino 5 mg/kg, por sete dias, para a analgesia foi utilizado cloridrato de tramadol 5 mg/kg por sete dias e meloxicam 0,2 mg/kg por três dias.

O animal apresentou regressão da ferida até completa cicatrização. Passados dois meses, houve a recidiva da lesão, após o animal passar por situações de estresse na tentativa de adaptação com outra fêmea da mesma espécie.

Apresentava apatia, relutância em se locomover e escore corporal abaixo do normal. Foi realizado um novo protocolo de tratamento, com a curetagem da ferida novamente.

Foi utilizada pomada antimicrobiana à base de clorexidina e Cutisanol® em pó, composto por bismuto de subgalato e óxido de zinco, aplicada nos locais da lesão. A troca de bandagem e medicamentos tópicos eram realizados duas vezes por dia, durante 30 dias. Utilizava-se uma fralda higiênica descartável como forração da gaiola, para melhor conforto do animal, trocada duas vezes ao dia. Entretanto não houve melhora significativa no quadro de cicatrização, necessitando dar continuidade ao tratamento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a pododermatite é uma patologia de difícil resolução, podendo haver recidivas e necessita de cuidados especiais durante toda a vida do animal. Os fatores ambientais influenciam muito, havendo a necessidade de manter o local sempre limpo, seco e com uma superfície macia para apoio.

A recuperação do animal com pododermatite pode ser lenta, e dificultosa e seu tratamento deve ser instituído o quanto antes. No presente estudo houve sucesso no tratamento inicial, porém após um acontecimento de estresse o animal apresentou uma recidiva, sem sucesso no tratamento secundário, necessitando de estudos para tratamentos alternativos para a cura completa do ferimento.

4 REFERÊNCIAS

BANKS, R. A. et al. Guinea pigs. In: **Exotic small mammal care and husbandry**. Willey-Blackwell, EUA, 2010.

COSTA, I. A. **Pododermatite ulcerativa em aves e mamíferos exóticos.** Évora, 2004. Disponível em:<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13991/1/Tese%20final%20corrigida%20tabulada2.pdf>. Acesso em: setembro/2018.

DONELLY, T. M. VELLA, D. Basic Anatomy , Physiology and Husbandry. In: QUESENBERRY, K. E., CARPENTER, J. W. **Ferrets, Rabbits and Rodents: Clinical Medicine and Surgery.** Missouri, EUA, p. 157-173, 3 ed. 2012.

HESS, L., TATER, K. Dermatologic Diseases. In: QUESENBERRY, K. E., CARPENTER, J. W. **Ferrets, Rabbits and Rodents: Clinical Medicine and Surgery.** Missouri, EUA, p. 157-173, 3 ed. 2012.

PATERSON, S. Skin Diseases and Treatment of Rabbits. In: **Skin Diseases of Exotic Pets, Blackwell Science**, EUA, ISBN, pp. 288-312, 2006.

VAN PRAAG. E. **Sore hocks (pododermatitis) in rabbits**. Disponível em:<http://www.medirabbit.com/EN/Skin_diseases/Mechanical/Pod/Podo.htm>. Acesso em: setembro/2018.

A INTERTEXTUALIDADE NA PROPAGANDA: UM OLHAR EM "LOVING 'IT'"

BARBOSA, Jordana.[1]
CACILHO, Marco Antonio.[2]

RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de analisar a campanha "Loving 'IT'" sob as esteira da intertextualidade já que ela é recorrente em textos publicitários. Justifica-se a análise dessa propaganda por conta de ter sido divulgada por diversos países e trabalhada com um formato incomum, tendo em vista que normalmente são divulgadas. Recorreu-se ao método bibliográfico de pesquisa já que foi embasado em diversos estudiosos como Kristeva (2008) Sandmann (2003). Os resultados apontam que a intertextualidade dentro do texto publicitário é um recurso de grande valia para recorrer a uma publicidade criativa.

Palavras-chave: Análise de anúncios. Publicidade. Intertextualidade. Marketing de guerrilha.

INTRODUÇÃO

A intertextualidade é trabalhada por diversos autores que, em suma, apresentam-na como uma relação e inspiração vinda de outros textos, sendo que um texto nunca virá com seu sentido único, ele sempre proverá de um significado anteriormente colocado por um autor em um determinado contexto. Sobre isso, Kock (2003, p. 59) declara que os textos "fazem parte de outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe.".

A partir desta definição de intertextualidade foi possível analisar como a campanha nomeada como "Loving 'IT'" da rede alimentícia Burguer King utilizou-se da técnica para dialogar seu *slogan* "The Moral is: never trust a crown." com o filme de terror em que um dos protagonistas é um palhaço, conduzindo à relação do mascote do seu maior rival comercial, sendo que, por conta desta estratégia publicitária usada esta peça foi escolhida para ser desenvolvida neste projeto.

O objetivo, portanto, é analisar a propaganda supracitada e seus recursos intertextuais utilizados para transformar esta campanha em um projeto bem sucedido, visto que alcançou em divulgação em mais de 5 continentes, segundo o site Coloribus (2017), e entender o porquê dessas técnicas terem sido importantes para torna-la um viral.

DESENVOLVIMENTO

A todo instante estamos rodeados de inúmeros anúncios em que é selecionado qual será dado a devida atenção e qual não será, sendo que no ponto de vista publicitário quanto mais o anúncio for inovador e criativo utilizando-se de uma linguagem atrativa e meios ousados, mais seu trabalho será bem avaliado e recompensado por gerar resultados. Afinal, é valioso usar de um bom "recurso para atrair o leitor, para chamar sua simpatia, para prender sua atenção, para chocá-lo" (SANDMANN, 2003, p. 48) e conquistar o público apresentando seu serviço ou produto.

Dentro dos recursos da linguagem publicitária, existem diversas estratégias que podem ser usadas para prender a atenção de um grupo-alvo pré-estabelecido na campanha, uma delas é a intertextualidade, termo introduzido pela estudiosa Julia Kristeva na década de 60 (SAMOYAULT, 1968) e definido pelo dicionário *Aurélio* como uma "mistura de textos ou parte de textos já existentes, compostos por um ou vários autores, que resulta num novo texto", ou seja, define um trecho escrito como um conjunto de obras que são definidas por meio de um conjunto de outros trabalhos que precisam ser conhecidos por quem recebe a mensagem.

Em geral, a intertextualidade vem de uma pressuposição de que tudo que é dito advém de outras ideias e pode ser compreendido de diferentes maneiras a partir do que o receptor da mensagem publicitária tem de bagagem cultural. A partir de quando um texto ou termo já existente é utilizado, transfere-se a ele um significado anterior e complementa-se um novo através do contexto em que lhe foi atribuído, segundo Kristeva (1974;64) "todo textos se constrói como mosaico de citações" embasando todo o conteúdo partindo de outras teorias e transferindo diversas significações um determinado discurso.

Com este recurso de intertextualidade, a agência alemã *Grabarz and Partner* no ano de 2017, realizou a campanha intitulada de "Loving 'IT'" para a empresa alimentícia Burguer King, que segundo o site Coloribus (2017), que arquiva diversas peças publicitárias inovadoras, tornou-se um viral em 72 horas chegando a 900 milhões de visualizações e gerou nas mídias sociais a maior fonte de engajamento do BK (Burguer King) dentro da Alemanha, por meio da *hashtag* "never trust a crow" apresentada como slogan.

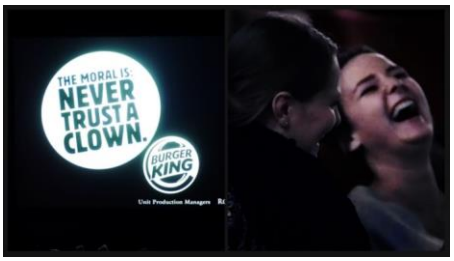
A propaganda foi exibida ao final do filme "It", uma adaptação do livro de Stephen king, que conta a história de um palhaço chamado Pennywise responsável por

assombrar e devorar crianças em um período determinado de tempo, durante esses acontecimentos, um grupo de amigos tentam desvendar os mistérios dos desaparecimentos, conhecendo então de perto o palhaço que aterroriza tanto os personagens do filme quanto os espectadores que assistirem ao filme de terror mais famoso em Hamburgo (Coloribus, 2017).

Ao finalizar a exibição do filme, antes dos créditos, projetou-se uma mensagem na tela: *"The moral is: Never Trust a crown."*, em português, "A moral é: Nunca confie em um palhaço.", esse texto provocou risos pela plateia que conseguiu relacionar o que haviam acabado de assistir ao fato de que o maior concorrente do Burguer King, a rede McDonald's, tem como seu mascote um palhaço, Ronald McDonald's.

Pode ser incluída como estratégia, nesta campanha, o Marketing de Guerrilha, "que, atualmente é conhecido como uma ferramenta que, por meio de ações ousadas e inusitadas, visa conquistar à atenção do público, gerar boca a boca entre os consumidores e obter mídia espontânea [...]" (MENEGUELLI, 2010, p. 49). Entendemos então, que a estratégia de transformar o filme de terror como uma recém-adquirida bagagem cultural que ao final seria empregada por meio da intertextualidade foi um meio de ficar mais próximo ao seu público e trazer uma novidade com humor, permitindo o entendimento, sem a nomeação de seu concorrente, possibilitando a viralização das reações das pessoas ao se depararem com a ação dessa agência publicitária alemã.

Figura 3 – A frase projeta no telão e a reação das pessoas presentes.



Fonte: Google Imagens.

Após a filmagem da intervenção com as reações das pessoas, no trabalho divulgado e editado aparece o título da campanha sendo apresentado como "Loving 'IT'" e trazendo, também, uma relação de intertextualidade explícita com o título do filme "It" e com o amar a rede BK e seus produtos, que segundo Koch (2003) é quando um texto,

no caso aqui exposto, uma palavra, é transcrita exatamente da mesma forma, sendo que, agora, transmite um novo significado, mas ainda sim retoma ao antigo para “encadear sobre ele ou questioná-lo” perante um assunto em questão, aqui, o gosto pela marca BK e a obra cinematográfica.

Por último, a compreensão de que “cada linguagem serve a determinados objetivos no processo de comunicação e atua sobre diferentes [...] indivíduos.” (HOFF, 2004, p. 106) é essencial para poder compreender que, neste anúncio, foi usada a intertextualidade para que a marca Burguer King se destacasse perante seu adversário e ocupar seu espaço divulgando, mesmo que indiretamente, seus produtos, investindo na intimidade com o público por apresentar uma moral, sugerindo como um conselho.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa foi realizada com sucesso a julgar que ter usado o filme como uma alavanca para o entendimento do texto utilizado na ação publicitária, foi uma boa estratégia de marketing sabendo que “a leitura requer daquele que lê a capacidade de adquirir ou de absorver conhecimentos” (MARCELINO, 2018, p.20) e foi, assim, antecipado o contexto para a compreensão do que a propaganda queria transmitir a esse determinado grupo de pessoas.

A tática de qualquer propaganda tem como objetivo chamar a atenção, conquistar a simpatia e fazer com que, a partir dessa promoção, um coletivo, escolhido como alvo pela agência, conduza-se à uma ação a favor dos objetivos traçados antecipadamente (HOFF, 2004; SANDMANN, 2003). Contudo, fica visível como foi bem utilizada na campanha “Loving ‘It’”, por conquistar seu público em um lugar e momento inusitado, fazendo com que até quem não estava ali presente nas filmagens se divertissem com o projeto, compartilhando e comentando com outras pessoas, tornando mais popular o Burguer King e a intertextualidade transmitida em seu discurso.

Contudo, intertextualidade nesta propaganda foi o diferencial que uma agência tanto procura para o desenvolvimento de uma grande campanha, mostrando o lado do filme de terror e comparando-o com seu maior oponente do mesmo ramo alimentício sem apresentar um nome, elevando o nível da competição e do BK. Portanto, a importância da intertextualidade no contexto publicitário pode ser comprovada por meio do anúncio analisado, que atingiu o seu objetivo em relação ao público pré-estabelecido, mas principalmente, por torna-lo criativo e inesperado gerando humor e viralizando

dentro das mídias sociais, através da conversa entre o slogan, o filme e o mascote concorrente, contextualizando a competição entre os adversários do ramo alimentício, Burguer King e McDonald, mesmo que não tenha sido apresentado nenhuma outra marca além da logo apresentada na propaganda.

4 REFERÊNCIAS

MARCELINO, Raul. **Intertextualidade e produção de sentidos: Análise em anúncios publicitários** – 2018. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3626#preview-link0> Acesso em: 03 set. 2018

SAMOYOULT, Tiphaine. **A intertextualidade.** - 2008 Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/21878762/intertextualidade---livro-completopdf> Acesso em: 03 set. 2018

SANDMANN, Antônio. A linguagem da propaganda. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

ADAGE. Burger king rides the 'it' wave and advises, 'never trust a clown'. Disponível em: <http://adage.com/article/creativity/fast-feeder-rides-wave-advises-trust-a-clown/310796/> Acesso em: 03 set. 2018

BOX OFFICIE MOJO. It. Disponível em: <https://www.boxofficemojo.com/movies/?id=it.htm> Acesso em: 03 set. 2018

ADOROCINEMA. It – A coisa. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-144685/> Acesso em: 03 set. 2018

COLORIBUS. Loving “It”. Disponível em: <https://www.coloribus.com/adsarchive/tv-commercials-ambient-directmarketing-casestudy/burger-king-loving-it-image-23015415/> Acesso em: 03 set. 2018

MENEGUELLI, Cintia. **Novas estratégias publicitárias na conquista do consumidor: o caso do marketing de guerrilha.** – 2010. Disponível em: <https://mba.americaeconomia.com/sites/mba.americaeconomia.com/files/tcccintiafinal.pdf> Acesso em: 03 set. 2018

HOFF, Tânia. Redação Publicitária. IN: **A relação entre título e imagem na propaganda impressa**. Tania Hoff, Lourdes Gabrielli. 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. O texto e a construção de sentido. IN: **A Construção dos Sentidos no Texto: Intertextualidade e Polifonia**. Ingedore Koch. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS CRIMES DE PREVARICAÇÃO E PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA QUANTO À FINALIDADE

MACHADO, Patrick Luiz de Lima[365]
SVIERCOSWSKI, Shayara Ronik[366]
BUGAI, Fernanda de Araújo[367]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo explanar sobre os crimes de prevaricação e prevaricação imprópria, ambos praticados contra administração pública, quando ocorre a substituição da defesa do interesse público, pelo interesse privado, colocando em risco a regularidade do funcionamento da administração pública por crimes sempre cometidos por funcionário público em desfavor do Estado.

Palavras-chave: Crime. Administração Pública. Prevaricação.

1 INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo são os crimes tipificados nos artigos 319 e 319-A do Código Penal, quais sejam, prevaricação e prevaricação imprópria, identificando ao leitor as principais diferenças entre os dois tipos penais previstos em nossa legislação, em que o primeiro se dedica a contemplar a atividade estatal geral e o segundo delito, direciona-se ao combate da crise atualmente vivenciada pelo sistema prisional no Brasil.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica pautada nos ensinamentos de doutrinadores do direito penal.

A prevaricação comum é aquela cometida por agente público que visa atender aos seus interesses privados em detrimento do interesse da Administração Pública, enquanto a prevaricação imprópria, crime capitulado apenas no ano de 2007, consiste na ação individualizada de Diretor ou Agente do Sistema Penitenciário.

Ambos os crimes estão contemplados, no Código Penal, no rol dos crimes contra a Administração Pública e seu cometimento representa afronta não apenas ao ordenamento jurídico pátrio, mas ao sentimento de higidez do Estado face aos seus servidores, pois colocam em risco sua atuação e, no segundo caso, prestigiam a continuidade de crimes que fomentam as ilegalidades ocorridas dentro do sistema penitenciário.

2 DESENVOLVIMENTO

[365] Acadêmico de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[366] Acadêmica de Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[367] Mestre, UNICENTRO. Docente, Centro Universitário Campo Real.

2.1 Prevaricação

Na prevaricação o agente público deixa de realizar seus atos de oficio, para atender seu sentimento ou interesse pessoal, deixando o interesse público de lado e levando em conta somente seu interesse privado.

O crime de prevaricação própria está elencado no artigo 319 do Código Penal e consiste em “Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal” (BRASIL, 1940), ou seja, prevalece o interesse privado do servidor público ao interesse público que é o bem jurídico tutelado pelo tipo penal. Esse crime é conhecido como crime egoísta ou preguiçoso, pois ocorre quando o funcionário público se desvirtua da finalidade pública e passa a visar interesse ou sentimento pessoal. Como ensina, Damásio E. de Jesus (2003, p. 175) “na prática do fato o funcionário abstém da realização da conduta a que está obrigado, ou a retarda ou a concretiza contra a lei, com a destinação especifica de atender a sentimento ou interesse próprios”.

Pode-se dizer que ocorre prevaricação quando o servidor público dotado de certa carga de trabalho, abandona esse cumprimento para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, como, por exemplo, descansar, ir para a praia ou simplesmente para não trabalhar, para a configuração do tipo, não importa a motivação clara e certa do agente, bastando a satisfação de interesse ou sentimento pessoal.

Segundo Cleber Masson (2014, p. 677). “Sentimento pessoal, por sua vez, é a posição afetiva (amor, ódio, amizade, vingança, inveja etc.) do funcionário público relativamente às pessoas ou coisas a que se refere a conduta a ser praticada ou omitida.”

O ato praticado pelo funcionário público por mero egoísmo também configura a prevaricação, por exemplo, quando ocorre o acúmulo de função e trabalho por um servidor enquanto o outro, designado para os mesmos atos, dolosamente se mantém ocioso.

Para o sujeito praticar a prevaricação ele deve deixar de praticar atos de oficio, retardar ou praticar de forma indevida os atos de sua competência ou atribuições de maneira consciente e voluntária, por se tratar de crime doloso.

Sobre dolo, ensina Damásio de Jesus (2003, p. 176):

> O primeiro é o dolo, vontade livre e consciente dirigida ao retardamento, omissão ou realização do ato. É necessário que abranja o conhecimento da ilegalidade da conduta, i. e., é preciso que o sujeito saiba que está retardando ou deixando de realizar o ato de forma indevida ou que o esteja praticando contra a lei.

Importante ressaltar que cometerá a prevaricação somente aquele servidor público que possui atribuição específica para determinada função, não havendo que se falar no delito quando se tratar de designação de atividades diversas, por exemplo, se o superior hierárquico de um funcionário público determinar o cumprimento de ato que não corresponde à sua função e este deixar de cumpri-lo, não será responsabilizado por prevaricação.

Também não podemos confundir prevaricação com corrupção passiva privilegiada, prevista no artigo 317, §2º do Código Penal (BRASIL, 1940), pois diferencia-se nos dois crimes a intenção do agente, o que motivou a pratica do crime:

> O crime em estudo não se confunde com a corrupção passiva privilegiada, em que o agente age ou deixa de agir cedendo a pedido ou influência de outrem. Na prevaricação não existe este pedido ou influencia. O agente toma iniciativa de agir ou se omitir para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Assim, se um fiscal flagra um desconhecido cometendo irregularidade e deixa de autuá-lo em razão de insistentes pedidos deste, há corrupção passiva privilegiada, mas, se o fiscal deixa de autuar porque percebe que a pessoa é um antigo amigo, configura-se a prevaricação. (LENZA, 2016, p. 806).

Corrupção passiva privilegiada corresponde ao favorecimento de terceira pessoa, enquanto que a prevaricação ocorre quando o sujeito pretende atender sentimento ou interesse pessoal.

2.2 PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA

A prevaricação imprópria é uma nova modalidade de prevaricação, está elencada no artigo 319-A do Código Penal, incluído pela lei nº 11.466 de 2007 da seguinte maneira: “Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo” (BRASIL, 2007), ou seja, é um modo de prevaricação específico, praticado somente no contexto do sistema penitenciário.

Sobre o tema, define Masson:

> A finalidade buscada pelo legislador, portanto, é impedir e punir o acesso do preso a aparelhos de comunicação idôneos a permitir sua comunicação com outras pessoas, estejam elas situadas também no mundo carcerário ou fora dos estabelecimentos prisionais. (MASSON, 2014, p. 683).

No entanto, a pena prevista para o crime vai de 3 meses a 1 ano, sendo, portanto, ineficiente para a intenção estatal de reprimir tais condutas, é o que o autor nos apresenta:

> Lamentavelmente, contudo, o legislador foi deveras tímido na cominação da pena a uma conduta revestida de enorme gravidade, especialmente por lesar os interesses do Estado e da sociedade, ensejando enormes prejuízos à segurança pública. Ofende-se, dessa forma, o princípio da proibição da proteção insuficiente de bens jurídicos, uma das variantes do princípio da proporcionalidade. (MASSON, 2014, p. 682)

Desse modo, sempre que um diretor ou agente do sistema penitenciário perceber que pessoas estão ingressando em unidades prisionais com aparelhos de comunicação externa (celular, rádio, ou demais aparelhos), e, dolosamente se omite, permitindo que aquele aparelho ingresse naquele local, deverá ser responsabilizado por prevaricação imprópria, pois a intenção deste tipo penal é combater a facilidade de comunicação entre pessoas presas e as ruas.

Acerca do resultado da infração, para configuração do tipo penal independe que a pessoa a quem se destinava o aparelho efetivamente o utilize para outros fins ilícitos:

> [...] pouco importa se o aparelho de comunicação será utilizado pelo preso para fins de lícitos ou ilícitos, pois ele não ostenta o direito de comunicação por meios artificiais com o mundo exterior ou com outros presos. Portanto, comete o crime o Diretor de Penitenciária que permite o ingresso de um aparelho de telefonia celular para o preso conversar com sua namorada ou para comunicar-se com outros integrantes da sua organização criminosa. (MASSON, 2014, p. 684)

Salienta-se que esse crime é próprio, ou seja, pode ser cometido unicamente por diretor de unidade prisional ou agente desse sistema, sendo que não se aplica às eventuais pessoas que ingressem com aparelhos para comunicação externa nas unidades prisionais, tampouco à pessoa presa que o utilizar, às quais destinam-se previsões legais específicas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo-se que o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado, logo, o agente público não deve de forma alguma priorizar seus interesses privados sob o interesse público, este estudo pretendeu evidenciar as principais distinções, de forma especifica e pouco aprofundada, considerando se tratar de um resumo, sobre os crimes previstos nos artigos 319 e 319-A do Código Penal.

Dentre todas as explanações atinentes ao assunto, fica demonstrado que embora tais crimes tragam nomenclaturas parecidas, diferem-se quanto à autoria e aplicação, enquanto um abrange o bom funcionamento da atividade pública, o outro abarca esse mesmo propósito, aliado à tentativa do legislador em combater a ineficiência da segurança dos estabelecimentos prisionais do país, que abre passagem para enormes prejuízos à segurança da administração pública.

4 REFERÊNCIAS

JESUS, Damásio de. **Direito Penal Parte Especial.** 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

LENZA, Pedro. **Direito Penal Parte Especial Esquematizado.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MASSON, Cleber. **Direito Penal Parte Especial Esquematizado.** 4. ed. São Paulo: Editora Método, 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.466, de 28 de MARÇO DE 2007. **Altera a Lei nº 7.210, de...** Brasília, Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11466.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA: A PARTICIPAÇÃO POPULAR, A APROPRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

BASSANI, Carolina[368]
JORGE, Débora Rocha Faria[369]
SOUZA, Mayara Vieira de[370]

RESUMO: Através das contribuições feitas por Jane Jacobs no urbanismo e dos estudos de Zygmunt Bauman sobre a busca pelo pertencimento, além da análise de outros referenciais bibliográficos, propomo-nos nesta pesquisa falar sobre a relação das pessoas com os espaços públicos e como eles se influenciam mutuamente determinando assim a qualidade do espaço. Como aconteceu em Curitiba, capital do Paraná, com a Praça de Bolso do Ciclista, na região do bairro São Francisco, inaugurada em 2014, onde um grupo de pessoas transformou uma paisagem marginalizada em um espaço para a interação entre os indivíduos e suas manifestações culturais.

Palavras-chave: Urbanismo, Espaço Públicos, Participação Popular

1 INTRODUÇÃO

Uma cidade é “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens” (ROLNIK, 1995, p.12), formada por esta dimensão humana e seu espaço físico, que ligam-se mutuamente, transformam-se e ditam a qualidade do espaços, sendo palco para experiências e intercâmbio de relações pessoais e interpessoais.

A disposição dos espaços depende muito de políticas públicas de acesso a lazer, políticas estas que na maioria das vezes são determinadas por poderes políticos

[368] Aluna do oitavo período de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Campo Real. e-mail: arq-carolinabassani@camporeal.edu.br.

[369] Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia universidade Católica do Paraná (PUCPR), pós-graduada em “Cidade, Meio Ambiente e Políticas Públicas” pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Ciência Política pela UFMG e máster di secondo livello em “Políticas Territoriais e Ambientais pela Sustentabilidade e Desenvolvimento Local” pela Universidade de Ferrara (Ferrara, Itália). Atualmente é docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Curitiba/PR) e membro do Grupo de Pesquisa em Conflitos Urbanos (UFPR e UTFPR) e Observatório de Conflitos de Curitiba.

[370] Arquiteta Urbanista. Mestra e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná. Docente do Colegiado de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Campo Real. e-mail: prof_mayarasouza@camporeal.edu.br.

consolidados através do voto popular, mas que tomam outras proporções após as eleições. São destes meios equivocados que surgem ações ilegais, visto que o cidadão não está acostumado com um direito que lhe é concedido e legitimado, o de participar e fiscalizar todas as decisões a respeito das políticas envolvidas no funcionamento de uma cidade. Através da gestão democrática, governo e sociedade organizada ficam lado a lado, decidem juntos e coordenam os caminhos em paralelo na tomada de decisões, apresentando como consequência uma maior qualidade nos investimentos dos espaços e o desenvolvimento da cidade, em uma relação de corresponsabilidade.

Outro fator determinante para a qualidade de um espaço é a questão de sua implantação. Seu entorno tem que ser favorável a suas funções, superando questões estéticas e superficiais, buscando assim um maior dinamismo, humanizando as ruas e adensando a cidade, pois lugares com pessoas atraem mais pessoas e aumenta a sensação de segurança e uso dos espaços. Bem como, manter um espaço vivo demanda interesse por parte da comunidade, tornando o espaço um local com identidade própria para a cidade e para quem usa. Para ilustrar um espaço que atenda todos esses pontos, estudou-se a Praça de Bolso do Ciclista, em Curitiba no Paraná.

2 DESENVOLVIMENTO

Com o crescimento massivo das cidades, pequenos espaços urbanos vêm se tornando alternativas para pontos de convívio social, surgem pequenos parques como resposta para intervenções dinâmicas e baratas, visto que não exigem grandes investimentos. Nos Estados Unidos têm-se os *pocket parks*. São praças de bolsos que existem desde a década de 60, implantados em pequenos lotes voltados aos trabalhadores para que suprissem o lazer nos intervalos das jornadas de trabalhos, geralmente localizados em áreas subutilizados e/ou abandonados.

A Praça de Bolso do Ciclista fica localizada na cidade de Curitiba no Paraná, no marco zero do bairro São Francisco, no centro histórico, na esquina da rua São Francisco com a rua Presidente Faria, revitalizada no ano de 2012. Inaugurada em 22 de setembro de 2014, possui 127 m², os idealizadores principais foram cicloativistas integrantes da Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu (CICLOIGUAÇU) em parceria com a Bicicletaria Cultural. Apesar da revitalização do entorno, o espaço permanecia inutilizado, servindo como despejo de entulhos e ponto de tráfico. Em 2011, estudou-se a possibilidade daquele lugar tornar-se uma praça com a temática voltada para a bicicleta. Fazendo o levantamento do terreno foi descoberto que ele pertencia para

Prefeitura Municipal de Curitiba, o coletivo passou então a averiguar a possibilidade da apropriação daquele espaço, voltado para a criação de um lugar de convívio. As discussões começaram na gestão municipal de 2009-2012, que possuía como projeto de governo a revitalização do centro velho da cidade, unindo assim interesse público, privado e de parte da população na reestruturação do local.

O primeiro projeto apresentado pelo IPPUC, foram consideradas três dimensões conceituais: (i) simbólica; (ii) utilitária e (iii) comunitária do local. A gestão fez a promessa de entrega da praça para o período do Fórum Mundial da Bicicleta que aconteceria em fevereiro de 2014. Entretanto, com a mudança da gestão, a entrega da praça não se concretiza a tempo do evento, devido aos processos licitatórios e também pela realização da Copa do Mundo da FIFA de 2014, que demandou investimentos e esforços em outras obras para a viabilização dos jogos. A realização do fórum, fomentou as discussões sobre a necessidade daquele espaço, foi sugerido então, que a construção da praça fosse realizada por mutirões formados pela própria população aos finais de semana que se comprometeriam com a execução da obra.

O IPPUC aceitou a proposta e ficou acordado que a Prefeitura entraria com os materiais e equipamentos e que fariam os serviços iniciais da obra e os mutirões fariam o restante. Os mutirões se realizaram em 21 finais de semana e tiveram o auxílio de aproximadamente 100 pessoas, foram realizadas juntamente com as obras, agendas culturais para promover a praça e chamar ainda mais voluntários.

Sociedade e poder público em co-responsabilidade com a cidade, esta é a definição de uma justaposição de poder. “A participação não é uma simples legitimação, mas sim um processo de diálogo que precisa ser enfrentado em todos os níveis de governo” (GRAZIA, 2010, p 91). Uma gestão participativa que se comprometa realmente com o problema é uma gestão que seja feita não só por um poder público estabelecido, mas também pela sociedade que pode ser representada por diversos segmentos da comunidade em geral e que devem estar a par da “elaboração, na execução e no acompanhamento de planos” (GRAZIA, 2010, p 91), o que é um direito fundamental de cidadania a todos nós concedidos.

Para a jornalista e urbanista Jane Jacobs (2011), quem determina o uso dos parques e praças, são as pessoas e cabe a elas também determinar o sucesso daquele lugar, pois praças são extremamente efêmeras, podem ser espaços com muitas pessoas ou com poucas pessoas, podem ser orgulho ou ser algo desprezado. Quanto

a isso a autora do livro “Morte e Vida das Grandes Cidades” nos diz:

> A primeira precondição para compreender como a cidade e os seus parques influenciam-se mutuamente é acabar com a confusão entre os usos reais e os fantasiosos (...)”, entre tais usos, ela pontua “para compreender o desempenho dos parques é também necessário descartar a falsa convicção de que eles são capazes de estabilizar o valor de bens imóveis ou funcionar como âncoras da comunidade. (JACOBS, 2011, p 99).

Em locais onde o entorno não possui variedade de usos, a tendência é de que a praça se torne um vazio urbano, visto que não há uma circulação ativa de pessoas em diversos horários. Jacobs nos diz que o sucesso dos parques urbanos é “fruto de sua vizinhança e (...) como a vizinhança gera uma sustentação mútua por meio de usos diferentes ou deixa de gerar esta sustentação” (JACOBS, 2011, p 107). O entorno da Praça de Bolso do Ciclista, é formado basicamente por comércio e escritórios, comprometendo o uso da praça, ou seja, se não há uma vizinhança ativa em diversos horários, isso causa um problema para sua utilização.

O sucesso do lugar está intimamente ligado em criar um espaço que tenha uma identidade dentro da cidade, que seja reconhecido por tal feito e que seja adaptável ao longo do tempo de acordo com a demanda de uso necessária ao contexto que estiver inserido, pertencer é extremamente necessário, entretanto, não é a resposta para o sucesso da função social do local. Bauman, a respeito disso, nos diz que “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. (BAUMAN, 2005, p. 19)”, ou seja, quando nos sentimos pertencidos a algum lugar, continuamos a nossa busca por uma identidade, pois, ao nos sentirmos confortáveis com essa posição, acabamos por revogar a busca por novas ideologias a quais nos sentimos pertencidos. A praça, foi construída a partir de esforços vindo do pertencimento de uma ideia de melhoria de um espaço urbano, entretanto, ela não se apresenta ainda como identidade do local, visto que após a conclusão de suas obras, o espaço tornou-se pouco utilizado e aos poucos, vem sofrendo com o esquecimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lugares como a Praça de Bolso do Ciclista, cuja apropriação do espaço público,

conta uma história que envolve sociedade e poder público em uma relação onde um entende a necessidade do outro no processo e o resultado garante um espaço adequadamente planejado. A relação do espaço com o usuário está intimamente ligada à qualidade deste espaço, pois uma cidade deve ter variados usos e atrair pessoas para os espaços públicos em diversos horários. A Praça de Bolso do Ciclista é um desses lugares onde a preservação deve se fazer contínua, visto que sua implantação apresenta pontos desfavoráveis e atualmente apresenta um uso bem mais restrito e uma sensação de insegurança considerável. O lugar deve contar com a ajuda dos idealizadores e usuários para manterem os seus cuidados e o poder público garantir as pré condições básicas para a sua manutenção, pois esta é a resposta para um espaço "vivo", a co-participação da população e do poder público em prol da preservação do espaço.

4 REFERÊNCIAS

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Matins Fontes, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GRAZIA, Grazia de. **Participação e política urbana: a experiência do ministério das cidades.** In: Ambiens sociedade cooperativa (org.). Estado e Lutas Sociais. Curitiba: Kairós, 2010, 352 p.

SANTANA, Daniella Tschöke**. Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/PR: Idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação.** 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2016.

ANALISE DE FUNCIONAMENTO DE PULVERIZADORES DE BARRA NO MUNICIPIO DE VIRMOND - PR

MINSKI Vidomar[371]
MORAES, Natan Eduardo Moreira de [372]
SANTOS, João Vitor Potulski[373]
ZERBIELLI Luiz Carlos[374]

RESUMO: Com o aumento dos custos de produção, o controle dos processos relacionados a aplicação de produtos agrícolas torna-se cada vez mais importante, repercutindo nos índices de produtividade da cultura. Desta forma, torna-se possível avaliar os pontos críticos e proceder as alterações necessárias. Neste contexto, o trabalho teve por objetivo realizar o levantamento das condições dos pulverizadores na região do município de Virmond-PR, bem como apontar possíveis soluções para os problemas identificados. Foram avaliados 30 pulverizadores entre 400 e 2000L, sendo encontrado pelo menos uma não conformidade em cada equipamento, com problema mais recorrente a falta de proteção em partes móveis.

Palavras-chave: Agroquímicos, Inspeção de pulverizadores, Impacto Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Na tentativa de potencializar o rendimento e a qualidade das culturas agrícolas, vários estudos vêm sendo desenvolvidos, com enfoqueno combate de doenças, plantas daninhas e pragas de plantas cultivadas. Para isso, desde a revolução industrial, observamos o desenvolvimento e o uso de diversas máquinas e tecnologias, sendo uma delas o uso de agroquímicos.

Tendo em vista que o uso de agroquímicos vem aumentando exponencialmente, ocupando um lugar de destaque entre as técnicas utilizadas (JOBIM et al, 2007), o estado dos pulverizadores agrícolas é fundamental, e tem como principais impactos, redução do impacto ambiental e melhora na eficiência das aplicações, além de tornar possível a implantação de programas de certificação (ANTUNIASSI; GANDOLFO, 2005).

Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo avaliar a situação de condições de funcionamento dos pulverizadores agrícolas na região de Virmond-PR, bem como identificar não conformidades, e por fim, propor possíveis soluções para os problemas identificados.

[371] Engenheiro agrônomo, Centro Universitário Campo Real, (42)999280844
[372] joão vitor potulski dos santos, natan eduardos moreira de moraes.
[373] Engenharia agronômica, 2° período, centro universitário campo real.
[374] Mestre em Agronomia, professor do curso de Engenharia agronômica do Centro Universitário Campo Real, (42)999280854, Email: rpof_luizcarlos@camporeal.edu.br.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado na empresa Sollosul insumos Agrícola, localizada na BR 158 km 4,7 em Laranjeiras do Sul – PR.

Para a primeira parte do trabalho foram avaliados 30 pulverizadores agrícolas com capacidade de volume de calda de 600 L e 2000 L, sendo que para a coleta de dados foi utilizado um questionário de frequência, de acordo com metodologia proposta por Gandolfo (2001).

Foram avaliadas as variáveis: Vazamentos no tanque; Vazamento na bomba de pressão; Funcionamento de manômetro; Estado de mangueiras e conexões; Estado de filtro de linha; Estado de filtro de ponta; Estado das pontas de pulverização e Presença de proteção de partes móveis

Para a segunda etapa do trabalho foi realizada a verificação da vazão de 22 pulverizadores, sendo os resultados coletados antes e após a limpeza dos sistemas hidráulicos. Após as inferências, os operadores foram orientados a realizar as devidas alterações, visando alcançar a máxima eficiência dos sistemas de aplicação.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.2.1 Resultados de não conformidades

Como pode ser observado na Tabela1, todos os equipamentos avaliados apresentaram pelo menos um tipo de não conformidade.

Tabela 1: Número de observações de não conformidades e suas respectivas porcentagens.

Item avaliado	Irregularidades	
	Número de observações	%
Vazamentos no tanque	2	6,66
Vazamento na bomba de pressão	3	10,0
Funcionamento de manômetro	27	90,0
Estado de mangueiras e conexões	4	13,33
Estado de filtro de linha	5	16,60
Estado de filtro de ponta	3	10,00
Estado das pontas de pulverização	3	10,00
Proteção de partes móveis	29	96,66

Fonte: Minski (2018).

Para vazamentos no tanque de reserva, observou-se que 6,6% dos equipamentos apresentaram problemas, e além do concerto dos pontos de vazamento foi recomendado a substituição do reservatório em casos mais severos.

Dos equipamentos observados 10% apresentou vazamentos na bomba de pressão, sendo recomendado a revisão completa do sistema de pressurização.

O funcionamento de manômetro foi o item que apresentou a segunda maior taxa de não conformidade, com 90% dos equipamentos sendo reprovados neste quesito. Para tal, recomendou-se a substituição ou aferição dos equipamentos presentes nos implementos.

Condições precárias também foram encontradas na conservação de conexões e mangueiras, sendo que 13% dos equipamentos apresentaram problemas relativos a estes componentes.

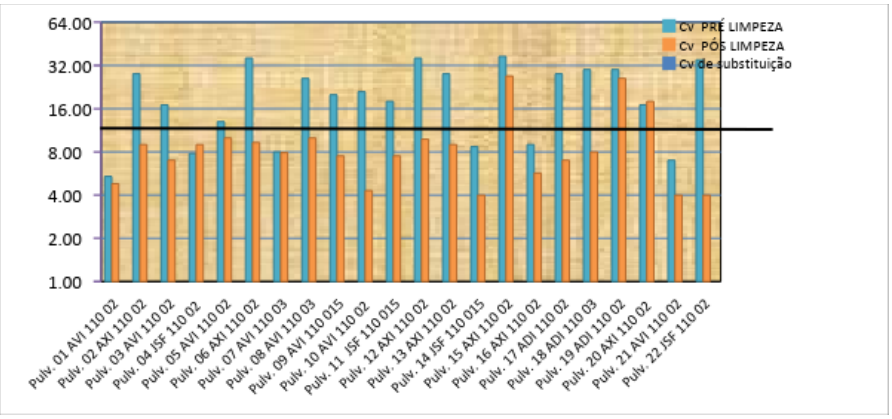
Os filtros de linha apresentaram 16,66% de irregularidade dos equipamentos avaliados, sendo que 76,67% encontravam em condições adequadas de uso, e 6,6% não possuíam o filtro de linha. Enquanto para filtro de pontas o percentual de equipamento com inconformidade foi de 10%.

Dos equipamentos avaliados 10% apresentou problemas no estado de pontas de aplicação, sendo observado pontas desgastadas, com diferenças significativas de vazão, danificadas, e em casos mais extremos pontas de diferentes formatos na mesma barra de aplicação.

A ausência de proteção de partes móveis destacou-se como variável mais recorrente, sendo observada em 96,66% dos equipamentos avaliados.

2.2.2 RESULTADOS DE PRÉ LIMPEZA DOS SISTEMAS HIDRÁULICOS

Após a aferição dos pulverizadores em situação de campo, foi identificado apenas 27,3% dos equipamentos encontravam-se em condições aceitáveis de funcionamento (Figura 1), com variações de vazão para o conjunto acima de 15% entre pontas (Gandolfo, 2005). Os demais 72,7% apresentaram variação de vazão entre pontas acima de 15%, sendo reprovados para aplicação de produtos fitossanitários.



Fonte: Minski (2018)

De acordo com Dornelles (2011), estes índices em uma aplicação de defensivos dificultam o posicionamento correto dos produtos, sendo que em partes do pulverizador estará ocorrendo sub dosagem, tendo variação superior a 10%.

Após a limpeza dos filtros, das pontas de aplicação, do reservatório e das mangueiras, e realização de nova coleta das vazões, observou-se que dos equipamentos reprovados na primeira coleta apenas 13,63% continuaram com desempenho abaixo do aceitável, sendo para estes recomendada a substituição do conjunto de pontas de aplicação. Os demais 59,1% apresentaram desempenho aceitável, demonstrando que a limpeza dos sistemas de pulverização apresenta-se como alternativa simples e eficiente, com baixo custo de execução.

Há de se levar em conta que existem inúmeras marcar no mercado de conjunto de pontas, podendo nesse sentido gerar um custo maior aos pequenos produtores quando da aquisição de conjunto de melhor qualidade (Gandolfo, 2005). Apesar disso, mesmo para pulverizadores com maior tempo de uso, a manutenção preventiva apresenta ótimos resultados, gerando economia e potencializando os resultados na produção de culturas agrícolas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rotina de inspeção e manutenção dos pulverizadores avaliados é precária, e a implementação de um programa de inspeção periódica embasado em vistorias nos

pulverizadores em parceria com produtores é necessária e evidente, para garantir eficiência, economia e segurança ao processo produtivo. Ações simples como a limpeza no sistema apresentam grande eficiência na melhoria de qualidade de aplicação de produtos agrícolas, repercutindo em segurança e economia.

4 REFERÊNCIAS

ANTUNIASSI, U.R.; GANDOLFO, M.A. **Velhos e sem manutenção.** Cultivar Máquinas, Pelotas, v.2, n.14, p.25-27, 2002.

ANTUNIASSI, U.R.
Tecnologia de aplicação de defensivos. UNESP, 2004. Online. Disponível em: http://www.sindag.org.br/Site/datadoc/art_13.pdf

DORNELLES, M. E.; SCHLOSSER, J. F.; BOLLER, W.; RUSSINI, A.; CASALI, A. L. **Inspeção técnica de tratores e pulverizadores utilizados em pulverização agrícola. Engenharia na Agricultura.** Viçosa, v. 19, n.1, p. 36-43, 2011.

GANDOLFO, M. A**. Inspeção periódica de pulverizadores agrícolas.** 2001. 101 f. Tese (Doutorado em Energia na Agricultura) - Faculdade de Ciências Agronômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2001.

GANDOLFO, M. A.; ANTUNIASSI, U.R.; GANDOLFO, U. D.; MORAES, E.D.; RODRIGUES, E.B.; ADEGAS, F.S. **Inspeção periódica de pulverizadores: diagnóstico para a região norte do Paraná. Artigo técnico.** Engenharia Agrícola, Jaboticabal, v.33, n.2, p.411- 421, 2013.

GANDOLFO, M.A; ANTUNIASSI, U.R. **Inspeção periódica de pulverizadores**. Disponível em:<http://www.mbrapa.br/produtos/algodao/publicacoes/trabalhos_cba5/325.pdf> Acesso em: 02 abr. 2018.

GANDOLFO, M.A; ANTUNIASSI. **Tese (Doutorado em Energia na Agricultura)** - Faculdade de Ciências Agronômicas, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2001.

JOBIM, P. F. C. et al. **Existe uma associação entre mortalidade por câncer e uso de agrotóxicos: Uma contribuição ao debate.** 2007. Disponível em: balho com agrotóxicos. São Paulo: Funda centro, 2005. 53p.

INTERVENÇÃO FEDERAL

RAMOS, Adrielle de[375]
OLIBONI, Ana Caroline dos Santos[376]
RAITZ, Evelyn Cavali Da Costa[377]

RESUMO: O objetivo desse resumo vem mostrar através de métodos e pesquisas, maneiras sobre o que se trata a Intervenção Federal, como atuam na sociedade, quais são suas espécies, qual o motivo que leva a necessidade de termos esse assunto retratado em nossa Constituição Federal, buscar entender em quais hipóteses haverá intervenção realizada pela União.

Palavras-chave: União. Espontânea. Solicitação. Requisição. Representação.

1 INTRODUÇÃO

Podemos encontrar em nossa Constituição Federal, situações de irregularidades aonde será necessário ocorrer uma intervenção, que se trata de uma interferência de um ente federado em outro, tirando por determinado tempo, a aludida autonomia, essas hipóteses de erros devem ser interpretadas de modo restritivo, unificando a um rol taxativo. A intervenção na qual será retratada é a Federal, que é realizada pela União em alguém inferior á ela. Estado- Membro, Distrito Federal ou até mesmo em Município que é localizado em território federal, que está previsto no art.34 da CF, sendo de competência privativa do Presidente da República dar a decretação e execução, porém dependerá de autorização do Congresso Nacional em um prazo de 48 horas.

Ocorrerá o risco de não ser decretada se ela for inconstitucional, ou seja, violar quaisquer princípios fundamentais. Acabado os motivos pelo qual ocorreu a intervenção, as autoridades que foram afastadas de seus cargos a eles voltarão, seguro impedimento legal conforme previsto o art.36 §4º.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 FASE INICIATIVA

[375] Direito, Noturno 4° A, Centro Universitário Campo Real.
[376] Direito, Noturno 4° A, Centro Universitário Campo Real.
[377] Orientadora Prof. Disciplina de Direito Constitucional.

Nesta hipótese como está previsto, a Constituição Federal irá indicar quem provocará o processo interventivo. “A Constituição Federal, dependendo da hipótese prevista para intervenção federal, indica quem poderá deflagrar o procedimento interventivo”. (ALEXANDRE DE MORAES, 2003, p.239).

Sendo a **Espontânea,** quando o Presidente da República age através de oficio, podendo ser feito a qualquer momento quando houver algum dos motivos do art.34, I, II, III e V da CF. Outra espécie é a **Provocada por Solicitação,** nessa o impedimento caíra sobre o Legislativo ou o Executivo.”.

> Os Poderes Legislativo (Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa) e Executivo (Governador do Estado ou do Distrito Federal) locais solicitarão ao Presidente da Republica a decretação da intervenção no caso de estarem sofrendo coação no exercício de suas funções. O Poder Judiciário local, diferentemente, solicitara ao Supremo Tribunal Federal que, se entender ser o caso, requisitara a intervenção ao Presidente da Republica “(MORAES, 2003.p.239).

. Há ainda a intervenção por Requisição, o Presidente da República irá agir de modo vinculado, ou seja, deverá necessariamente decretar o ato interventivo, a menos de caso de suspensão da executoriedade do ato impugnado. Desse modo ele simplesmente atacará o efeito do veredito da Corte Excelsa, aprovando o ato. Conforme o art.34, IV, VI, juntamente com o art.36, I, II, “No caso de desobediência a ordem ou decisão judicial, a decretação dependerá de requisição do STF, STJ ou do TSE, de acordo com a matéria”. (PEDRO LENZA, 2009, p.325). Por se encontrar incompreendido á norma constitucional.

2.2 FASE JUDICIAL

Só ocorrerá em caso de prover execução de lei federal e para garantir a submissão dos princípios constitucionais, se tratando de ações destinadas ao STF. “Julgada procedente, o STF oficia o Presidente da República, requisitando a decretação da intervenção”. (ANDRÉ RAMOS TAVARES, 2012, p.1188).

Deverá julgar provenientes os atos propostos, endereçando ao Presidente da República, para os fins de decreto interventivo, cabendo a simples formalização de uma sentença tomada pelo órgão judiciário.

2.3 DECRETO INTERVENTIVO

Nesta fase a intervenção será executada através de um decreto presidencial, uma vez publicada será de eficácia imediata, dando originalidade a todos os atos relacionados à intervenção. “A decretação materializar-se-á através de decreto presidencial de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução, e, quando couber, nomeará o interventor”. (PEDRO LENZA, 2009, p.326).

Conforme o art.36,§1º,” O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas”. O interventor será visto como um servidor público federal e terá sua capacidade moderadas pelos limites impostos no decreto, seja ela espontânea ou provocada, é de capacidade particular do Presidente da República, conforme previsto no art.84, X, da CF.

> O interventor nomeado pelo Decreto presidencial será considerado para todos os efeitos como servidor público federal, e a amplitude e executoriedade de suas funções dependerá dos limites estabelecidos no decreto interventivo. (MORAES, 2003, p.241).

Quando cessados os motivos da intervenção, elas voltarão a seus cargos, salvo impedimento legal. É o que determina o art. 36, §4º.

2.4 CONTROLE POLITICO

Após ter o decreto mandado pelo Presidente da República, o Congresso realizara o Controle Político, aceitando ou negando a intervenção.

> O Congresso Nacional realizará controle político sobre o decreto de intervenção expedido pelo Executivo no prazo de 24 horas. Assim, nos termos do art. 49, IV da Carta Maior, o Congresso Nacional ou aprovará a intervenção federal ou a rejeitará, sempre por meio de decreto legislativo, suspendendo a execução do decreto”. (LENZA, 2009, p.326)

Por meio de rejeição, o Presidente terá de finalizar no mesmo instante, sobre pena de cometer crime de responsabilidade de acordo com o art.85, II – (atentado contra os Poderes Constitucionais do Estado) passando o processo a ser inconstitucional. “Negada à intervenção, o Presidente tem de cessá-la imediatamente, com *efeitos ex*

nunc. Se o Presidente se negar a fazer cessar a intervenção, pratica crime de responsabilidade". (ANDRÉ RAMOS TAVARES, 2012, p.1190).

Sendo aprovada a intervenção, o Presidente citará um interventor, retirando, até que volte para a regularidade às competências envolvidas. Não tendo mais nenhum motivo para a intervenção, estes mesmo retornaram a seus cargos, salvo algum impedimento legal (art.36,§4º).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, que a medida de intervenção federal é uma forma realizada em casos especiais, quando houver uma irregularidade por parte de seus entes. Ela busca trazer estabilidade necessária do princípio da Constituição, por meio de aperfeiçoamento da responsabilidade de seus gestores, que através de seus cidadãos são eleitos para servir uma sociedade.

4 REFERÊNCIAS

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 13. ed. rev. atual e ampli. São Paulo: Saraiva. 2009.

MORAES, Alexandre. **Direito constitucional.** 13. Ed. São Paulo: Atlas. 2003.

TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional.** 10. Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva. 2012.

APLICAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA AOS ATOS INFRACIONAIS

PSZYSIENZNY, Antonio Junior[378]
MELHEM, Patrícia Manente Rosas[379]

RESUMO: Diante da defasagem do sistema retributivo em relação aos atos infracionais e do sentimento de impunidade que recai sobre à criança e adolescente, este trabalho vai abordar a possibilidade de aplicação da justiça restaurativa a estes casos. Será utilizada para elaboração deste trabalho a pesquisa bibliográfica consistente principalmente na análise de dados referentes ao assunto.

Palavras-chave: Ato Infracional. Justiça Restaurativa. Adolescentes.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto das discussões realizadas no grupo de estudos em Justiça Restaurativa. Considerando que as atuais medidas socioeducativas não têm cumprido com o papel ressocializador, verificando o alto índice de reincidência dos menores e que se faz necessário buscar ao máximo possível reabilitar o menor, surge o interesse em relação a aplicação da justiça restaurativa aos atos infracionais, visto que as práticas restaurativas buscam efetivamente reparar os danos e não apenas retribuir o mal causado. Por fim, analisar como as praticas restaurativas cumprem melhor com os princípios da doutrina de proteção integral e age em conformidade com os padrões estabelecidos pela lei ao ato infracional na ressocialização.

2 DESENVOLVIMENTO

Diante do cenário atual do Judiciário brasileiro doutrinadores vêm primando pelos métodos alternativos de soluções de conflitos, e vem surgindo uma corrente que afirma que devemos devolver às partes o embate, para que possam efetivamente o solucionar.

Na área criminal quem ganha forma é a Justiça Restaurativa que segue a regra dos demais modos alternativos e devolve ao infrator, vítima e a sociedade a resposta ao crime, por meio da voz ou da palavra. Atualmente, muito vem sendo discutido em relação à aplicação da Justiça Restaurativa em crimes de menor potencial ofensivo, violência doméstica, crimes contra a administração pública, mas neste

[378] Graduando em Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[379] Professora do Centro Universitário Campo Real, orientadora.

trabalho será abordado a aplicação da Justiça Restaurativa nos atos infracionais praticados por crianças e adolescentes.

Nosso ordenamento jurídico regulamenta a situação da criança e do adolescente pela lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, enquanto ao imputável o código penal busca retribuir o mal causado, para punir aquele que o cometeu, para o adolescente o foco é outro:

> Os adolescentes autores de ato infracional, pela legislação brasileira, são submetidos a medidas socioeducativas. A medida socioeducativa é, ao mesmo tempo, a sanção e a oportunidade de ressocialização, contendo, portanto, uma dimensão coercitiva, uma vez que o adolescente é obrigado a cumpri-la, e educativa, uma vez seu objetivo não se reduz a punir o adolescente, mas prepará-lo para o convívio social (VOLPI, p. 66)

As atuais medidas socioeducativas estão previstas no artigo 112 do ECA, e apesar de aprendermos que a sua principal função não é sancionar, mas a reinserção ao convívio social, há fortes resquícios do sistema retributivo impregnado nela, uma vez que as medidas socioeducativas são também uma resposta ao delito:

> Embora a doutrina da proteção integral almeje garantir direitos aos indivíduos em desenvolvimento, considerando-os como sujeitos inseridos na sociedade e participantes da vida social, é de rigor reconhecer que as medidas socioeducativas, além de uma dimensão pedagógica, com vistas à educação e à ressocialização com a garantia dos direitos fundamentais, possuem um caráter retributivo, no sentido de punição pelo cometimento de um ato ilícito. (CHINEN, 2017)

Considerando esse fato exposto e partindo da premissa de que, a medida socioeducativa embora de forma menos rigorosa, pertence ao sistema retributivo, temos nessas “penas” os mesmos problemas daquelas aplicadas aos crimes cometidos por imputáveis, é neste sentido que aparece a Justiça Restaurativa, que busca por meio dos círculos restaurativos reabilitar para devolver a pessoa ao convívio social, restaurando os laços rompidos pelo delito, tentando fazer retornar ao *status quo*, indo muito além da resposta imediata ao ato, mas com uma preocupação a longo prazo.

O sistema retributivo em geral, apresenta muitas falhas, como por exemplo a superlotação dos presídios e a grande violação de direitos fundamentais como a dignidade humana. Em relação aos adolescentes o mesmo caso, o atual “sistema de encarceramento dos adolescentes” é executado pelos CENSES que se encontram tão

lotados quanto as penitenciárias e possuem um número de unidades excessivamente menor.

Em face dessa realidade, surge a proposta de solução alternativa de conflitos também ao ato infracional, com a utilização de práticas restaurativas.

A própria lei nº 12.594/12 (SINASE) que é responsável por regulamentar a execução das medidas socioeducativas dispõe:

> Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios:
> II - excepcionalidade da intervenção judicial e da imposição de medidas, favorecendo-se meios de autocomposição de conflitos;
> III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;
> IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

Ou seja, ela prevê como prioridades as práticas restaurativas, que atendam a necessidade da vítima e que seja priorizado o fortalecimento de vínculos, tudo o que a justiça restaurativa traz, tal qual, como abordado por Chris Marshall (2005):

> Justiça Restaurativa é um termo genérico para todas as abordagens do delito que buscam ir além da condenação e da punição e abordar as causas e as consequências (pessoais, nos relacionamentos e sociais) das transgressões, por meio de formas que promovam a responsabilidade, a cura e a justiça. A justiça restaurativa é uma abordagem colaborativa e pacificadora para a resolução de conflitos e pode ser empregada em uma variedade de situações (familiar, profissional, escolar, no sistema judicial, etc.). Ela pode também usar diferentes formatos para alcançar suas metas, incluindo diálogos entre a vítima e o infrator, “conferências” de grupo de comunidades e familiares, círculos de sentenças, painéis comunitários, e assim por diante.

Sendo assim a justiça restaurativa está de acordo com a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, pois os fundamentos essenciais da sua aplicação são também aqueles idealizados a proteção do menor, a Constituição Federal traz a responsabilidade das instituições para com o adolescente como disposto:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Para os adolescentes não deve ser diferente, precisa trazer essas mesmas instituições como protagonistas no acompanhamento ao menor, porque a responsabilidade também é deles, se não enquanto família, enquanto sociedade, e assim notamos o perfeito encaixe das conferencias familiares, que puxa para o processo de restauração essas pessoas do convívio social do ofensor e ofendido com o intuito de que:

> Abordagens de Justiça Restaurativa presume-se que a vergonha experimentada pelo infrator diante de pessoas que lhe são caras –não apenas familiares, mas amigos, etc. – e que são chamadas em audiências ou encontros, cumpre um papel positivo em todo o processo. Nesses casos, estaríamos diante de um determinado estigma. A diferença, não obstante, é que ele seria sempre limitado a um grupo de pessoas e seria realidade em um contexto quase privado. O objetivo das audiências e encontros, de qualquer forma, é a superação da vergonha através de uma legitimada integração do infrator à comunidade (ROLIM, 2006).

Por fim, além dos quesitos já expostos, o papel dessas pessoas que participam do processo restaurativo na fase pós, é de também cuidar para que seja cumprido o acordo, seja de prestar uma maior fiscalização na vida daquele que um dia causou um injusto, é acompanhar a vida posterior, coisa que deveria ser função do estado, mas que ele sozinho não consegue.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos atualmente em uma cultura processualista, de maneira que todos os problemas da sociedade acabam tornando-se novo processo no judiciário. Chegamos a um ponto em que as partes já não tentam resolver por si um problema, mas forçam o estado a vir exercer a tutela jurisdicional, e tudo por que a maioria das vezes um nem ao menos tentou conversar com o outro e perguntar o “por que?”. Em face dessa razão, surgiram os métodos alternativos de solução de conflitos, como a Justiça Restaurativa, que tentam colocar as partes frente a frente para dialogar, dar direito a palavra e a oportunidade de serem ouvidas.

Por fim, foi abordada sua aplicação em face dos atos infracionais, explanando sobre os benefícios que a Justiça Restaurativa traz consigo às partes, solucionando o conflito, minimizando ao máximo o atrito entre os envolvidos, e cumprindo melhor tanto com o caráter pedagógico quanto de ressocialização do adolescente.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal Brasileira.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em: 20/08/2018.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acessado em: 20/08/2018.

_____. **SINASE – Lei nº 12.594/12.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acessado em: 20/08/2018

CHINEN, Juliana Kobata. **Justiça restaurativa e ato infracional: representações e práticas no judiciário de Campinas – SP**. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18252/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20JR%20FGV%20Juliana%20Kobata%20Chinen%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acessado em: 20/08/2018

MARSHALL, Chris. **Como a justiça restaurativa assegura a boa prática uma bordagem baseada em valores.** Disponível em: <http://justica21.web1119.kinghost.net/arquivos/bib_194.pdf>. Acessado em:20/08/2018.

VOLPI, Mário. **Sem liberdade, sem direitos: a privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei.** São Paulo: Cortez, 2001.

ROLIM, Marcos. **Justiça Restaurativa: para além da punição.** Disponível em: <http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1327493829_Para%20Alem%20da%20Pris%C3%A3o.pdf>. Acessado em 20/08/2018.

A BIOMASSA DE MADEIRA COMO UM MÉTODO ALTERNATIVO PARA A GERAÇÃO DE ENERGIA SUSTENTÁVEL

AGOSTINHO, Diego[380]
BORSATO, Carlos Roberto[381]

RESUMO: O conceito de sustentabilidade emerge como um fenômeno recorrente no panorama social, político e econômico do Século XXI, uma vez que a finitude dos recursos naturais coloca em risco a sobrevivência humana, conduzindo à busca de métodos alternativos que apontem soluções para os problemas globais relacionados ao meio ambiente. Nesse sentido, através da presente pesquisa de caráter bibliográfico, busca-se analisar as principais vantagens da utilização da biomassa de madeira para a geração de energia sustentável, observando-se que a biomassa de madeira se apresenta como uma das alternativas mais representativas no âmbito da energia sustentável.

Palavras-chave: Energia Sustentável. Biomassa. Madeira. Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade emerge como um fenômeno recorrente no panorama social, político e econômico do Século XXI em uma dimensão global, uma vez que a finitude dos recursos naturais coloca em risco a sobrevivência humana. Nesse sentido, as esferas governamentais reconhecem a importância de ampliar a discussão em convenções mundiais, com o objetivo de mobilizar os órgãos estatais para determinar as diretrizes operacionais em relação ao desenvolvimento econômico sustentável, sobretudo, para a busca de métodos alternativos que apontem soluções para os problemas globais relacionados ao meio ambiente.

Sob essa perspectiva, justifica-se o presente trabalho devido à importância de ampliar a discussão em relação às fontes renováveis de energia e as políticas ambientais, com o objetivo de conscientizar os setores sociais acerca da relevância do tema para a evolução do desenvolvimento sustentável e para a manutenção dos recursos naturais da terra. Além disso, objetiva-se a investigação teórico-metodológica das tecnologias presentes para a geração de energia sustentável, utilizando-se da biomassa de madeira como fonte de energia como um dos métodos tecnológicos alternativos existentes na contemporaneidade.

A biomassa de madeira pode ser concebida como uma das tecnologias de geração de energia sustentável de extrema potencialidade no âmbito mundial, uma vez

[380] Acadêmico do 6º período de Engenharia Elétrica, Centro Universitário Campo Real.
[381] Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduado em nível de Especialização: MBA em logística, Fundação Getúlio Vargas. prof_borsato@camporeal.edu.br

que sua fonte de energia possui um caráter renovável através do ciclo de carbono. Além disso, a biomassa de madeira corresponde 8,7% da matriz energética mundial e 13,9% da brasileira, contemplando a sua oferta em resíduos florestais, industriais e urbanos, assim como nas plantações de florestas. Contudo, observa-se que as florestas designadas exclusivamente para geração de energia encontram-se incipientes, entretanto, com um potencial acentuado de desenvolvimento quando vislumbrado a longo prazo, principalmente no Brasil, devido sua vasta extensão florestal, sendo que o Brasil ocupa o 2º país com maior extensão florestal no cenário global.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

A presente pesquisa possui caráter exploratório e descritivo, de natureza bibliográfica, sendo que as informações foram obtidas através de base de dados eletrônico, que contém artigos científicos e periódicos, devidamente referenciados. O banco de dados utilizado para a obtenção das informações foi a SciELO, uma biblioteca eletrônica que disponibiliza artigos e periódicos científicos desde 1997, com influente disseminação científica em todo o mundo. As palavras-chaves que constituíram o percurso investigativo da pesquisa foram: Sustentabilidade, Energia Sustentável, Biomassa e Biomassa de Madeira. Posteriormente, filtrou-se a apresentação dos artigos somente na região do Brasil e no idioma Português, com a data de publicação entre 2010 a 2015.

O principal instrumento utilizado para a obtenção das informações foi o documento intitulado Perspectivas do Setor de Biomassa de Madeira Para a Geração de Energia, elaborado em 2011 pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES. Além disso, utilizou-se de outros artigos científicos devidamente referenciados, que se relacionam com a temática do presente trabalho, a fim de oferecer dados complementares para sua elaboração.

Objetiva-se com essa investigação bibliográfica, analisar as principais vantagens da utilização de biomassa de madeira para a geração de energia sustentável, além dos desafios a ela vinculada em sua prática no âmbito dos setores elétricos brasileiro, sobretudo, no que se refere às políticas associadas à promoção dessa prática como fonte de energia.

2.2 A BIOMASSA DE MADEIRA: UMA ALTERNATIVA PARA A GERAÇÃO DE ENERGIA SUSTENTÁVEL

O conceito de biomassa refere-se ao fenômeno bioquímico referente à energia existente em todo material orgânico (não fóssil), constituído por energia mecânica, térmica ou elétrica no seu conteúdo interno, originando-se de resíduos florestais (madeira), agrícola (soja, arroz, cana-de-açúcar, entre outros) e resíduos urbanos e industriais (sólidos ou líquidos, como o lixo). A biomassa de madeira inclui todos os elementos constituintes da árvore: tronco, folhas, ramos, raízes e casca. Sua utilização como fonte de energia possui uma raiz histórica identificada no contexto da primeira metade do Século XIX, uma vez que a biomassa de madeira supriu 90% da energia e do combustível dos Estados Unidos nesse período, tornando-se uma das fontes de energia mais importante para os seres humanos. (VIDAL & HORA, 2011)

> O modelo tecnológico, adaptado ao mundo moderno, apoiou-se muito cedo no emprego preferencial de energia proveniente dos combustíveis não renováveis, tais como carvão mineral, gás natural e petróleo. Esse fato obrigou o ser humano a aumentar drasticamente o consumo de combustíveis fósseis a tal ponto que essas reservas, presumivelmente, segundo vários especialistas se esgotarão nos próximos cem anos. [...] conclui-se que a estratégia a ser adotada, especialmente pelos países com economias fragilizadas em decorrência da conta petróleo, é a adoção de políticas capazes de propiciar, a curto e médio prazos, **o desenvolvimento de novas fontes alternativas de energia**, **preferencialmente renováveis, limpas e, potencialmente geradoras de novos postos de trabalho, além de contribuir para um melhor equilíbrio das suas respectivas matrizes energética**. Neste contexto, destaca-se a biomassa florestal que pode ser utilizada como fonte de energia limpa, renovável, e geradora de empregos. (SOARES, et al., 2006, p. 02, grifo nosso)

A utilização da biomassa de madeira como fonte de energia sustentável no setor elétrico, fundamenta-se em algumas propriedades associadas ao combustível gerado e as rotas termoquímicas de conversão da biomassa. Desse modo, em relação à constituição da madeira, a sua qualidade é determinada pelo poder calorífico (potencial de energia liberado na forma de calor através de sua combustão), densidade básica (quantidade de massa por unidade de volume), densidade energética (quantidade de energia útil liberada por um combustível por unidade de volume, quando submetido à combustão) e o teor da umidade (enfatiza-se que a alta umidade reduz a capacidade energética para sua combustão). (RIBEIRO, 2018)

Em relação as rotas termoquímicas de conversão da biomassa, observa-se que sua transformação energética está sustentada nos processos físicos, químicos e biológicos. Os diferentes sistemas de conversão (fermentação, liquefação, combustão

direta, processamento mecânico, densificação, pirólise, torrefação e gaseificação) devem ser considerados a partir da eficiência energética, emissões de carbono e o custo associado. (CARMO, 2013)

A aplicação da biomassa de madeira para a geração de energia sustentável estende-se também, além do setor agricultor, agropecuário e industrial, para o setor de transporte, com a geração de biocombustíveis, sendo que suas diversas formas de conversão permitem a sua síntese em forma de etanol de amido e açúcar, assim como o biodiesel de oleaginosas e gorduras animais. "Um conceito interessante para um futuro próximo é o das biorrefinarias, em que se produzem não somente calor e energia, mas também combustíveis líquidos e produtos industriais. (VIDAL & HORA, 2011, p. 276)

> A maior parte da biomassa consumida em 2030 ainda virá de resíduos agrícolas e florestais, com parcela crescente originada de culturas energéticas para a produção de **biocombustíveis**. A tendência é que, de forma crescente, a produção de energia com base em **biomassa** ocorra em **biorrefinarias**, nas quais os biocombustíveis para transporte, energia elétrica, calor, químicos e outros produtos de mercado serão coproduzidos por meio de diferentes tipos de biomassa, extraindo o máximo aproveitamento dos insumos utilizados. (VIDAL & HORA, 2011, p. 306, grifo nosso)

As biorrefinarias emergem, sob esse viés, como uma alternativa eficaz no âmbito da energia sustentável, uma vez que permite a conversão de matérias-primas de origem vegetal em produtos químicos e biocombustível, com a utilização da biomassa oriunda da madeira e de outros substratos vegetais. Desse modo, as biorrefinarias são constituídas por instalações industriais que geram e utilizam as matérias-primas em seu caráter renovável e sustentável, em que, através dos processos físico-químicos, enzimáticos ou biológicos, transformam estas matérias em subprodutos que atendam às necessidades do consumo contemporâneo, de forma sustentável e com o mínimo de impacto ambiental.

A bioenergia corresponde 14% do consumo energético mundial, sendo que o objetivo é que em vinte anos, esse índice se eleve em até 30% do total de energia consumida pela humanidade, uma vez que essa energia não produz substâncias nocivas à natureza (quando realizado uma rota de conversão adequada), é renovável e não corre o risco de esgotar-se, diferente de outras fontes de energia (petróleo, carvão e gás natural, por exemplo). Além desse desafio no cenário mundial, observa-se que a projeção desse método alternativo de fonte de energia sustentável deve considerar o desenvolvimento de tecnologias avançadas de conversão. Além disso,

> [...] para maior fomento da bioenergia, as políticas governamentais e os esforços industriais deveriam ser direcionados para o aumento da modernização da agricultura em regiões como a África e a América Latina, para expandir a produção global de alimentos e, consequentemente, o volume de biomassa disponível, sem grande risco ambiental.

Nota-se, nesse sentido, que as entidades setoriais devem ser estimuladas a investirem em novos projetos de energia de biomassa florestal, uma vez apresenta um potencial acentuado de gerar impactos sociais, ambientais e econômicos, sendo que com o crescimento e a diversificação de circulação monetária nesse meio urbano e rural conduz à geração de empregos, tributação e promove a conscientização acerca de questões ambientais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que um dos objetivos anunciados pela União Europeia é a redução de emissão de CO2, a biomassa de madeira apresenta-se significativamente nesse sentido, como uma das alternativas mais representativas no âmbito da energia sustentável. Entretanto, observa-se que sua concretização está submetida aos incentivos governamentais para sua materialização, além de subsídios políticos e culturais, o que promove sua execução em âmbito nacional e internacional.

4. REFERÊNCIAS

VIDAL, A. C. F. & HORA, A. B. Perspectivas do setor de biomassa de madeira para a geração de energia. Revista Papel e Celulose. BNDES. 2011.

RIBEIRO, G. B. D. **Análise Técnica E Econômica Da Produção De Energia Termelétrica A Partir Da Biomassa Florestal**. Universidade Federal de Viçosa. MG. 2018.

SOARES, T. S. Uso da Biomassa Florestal na Geração de Energia. Revista Científica Eletrônica de Engenharia Florestal. Ano IV. Nº 08. Agosto. 2006.

CARMO, V. B. **Avaliação Da Eficiência Energética Renovável De Biomassas Alternativas Para Geração De Eletricidade.** Universidade Estadual de Campinas. 2013.

DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE NA INFÂNCIA: O PAPEL DA FAMÍLIA

JACENTE, Larissa Volf[382]
FIGUEIREDO, Edvaldo Lucas de[383]
AUSEC, Humberto Oliveira[384]

RESUMO: A pesquisa justifica-se pelas dificuldades encontradas nas relações afetivas dos indivíduos na fase adulta, tendo como precursor a maneira com que a sexualidade foi abordada na infância. Assim, o estudo pretende demonstrar que, para o pleno desenvolvimento desta nos sujeitos, a família é imprescindível neste processo, e, para tanto, deve tratar esta característica com naturalidade, como algo inato da própria espécie. Este trabalho é de cunho teórico-conceitual, e a metodologia utilizada foi a descritiva e qualitativa, a qual apropriou-se dos apontamentos de autores como Mary S. Calderone e James W. Ramey (1986), Jimena Furlani (2009) e John Langone (1981).

Palavras-chave: Sexualidade. Infância. Família. Crianças.

1 INTRODUÇÃO

Ainda na atualidade, a maioria das famílias encara a sexualidade como um tabu, apesar das constantes pesquisas realizadas que abordam esta temática como algo inato do corpo humano. Além disto, grande parte dos pais não têm conhecimento de que seu filho exerce sua sexualidade desde muito cedo, tampouco o modo como esta é desenvolvida, talvez por realmente não a entender, ou mesmo por negar a potencialidade sexual da criança. Todavia, a infância influencia diretamente na fase adulta deste indivíduo, e, caso o sexo seja tratado como algo “sujo” pelos familiares, fortes danos podem ser causados no sujeito, provocando sentimentos de raiva e frustração, além de prejudicar até mesmo as futuras relações afetivas deste.

O estudo justifica-se pela dificuldade que certas pessoas têm ao estabelecer uma relação amorosa com seus pares, devido, entre outros motivos, ao modo como a sexualidade foi abordada em sua infância. Para tanto, a presente pesquisa tem como objetivo incentivar os pais a reconhecer tais atitudes sexuais de seus filhos como algo próprio da espécie, bem como demonstrar como estes podem auxiliar no decorrer deste processo, respondendo as dúvidas dos mesmos de forma clara e tranquila, de modo a tratar este comportamento com naturalidade ao invés de inibi-lo.

[382] Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, IV período, da Faculdades do Centro do Paraná – UCP.
[383] Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdades do Centro do Paraná – UCP.
[384] Mestre em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina – UEL e Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdades do Centro do Paraná – UCP.

2 DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa é de cunho teórico-conceitual e a metodologia utilizada foi a descritiva e qualitativa, a qual apropriou-se dos apontamentos de autores como Mary S. Calderone e James W. Ramey (1986), os quais demonstram o modo como a sexualidade é desenvolvida do nascimento até os doze anos, bem como Jimena Furlani (2009), que aborda os mitos e tabus relacionados à tal prática, e John Langone (1981), que destaca a importância de uma Educação Sexual.

No que diz respeito ao desenvolvimento da sexualidade nos indivíduos, Langone (1981, p. 101) afirma que “O sexo é um comportamento humano normal, um impulso poderoso com o qual todos nascemos, tão natural como a fome e a sede.”, considerando esta particularidade como algo inato de todos os sujeitos.

No entanto, assim como outros variados aspectos presentes na vida dos seres humanos, a sexualidade também vai mudando com o passar do tempo. Ela é mais simples e direta na infância, bem como menos genitalizada. Após alguns anos, principalmente pela influência do papel do outro, ela tende a se modificar. “Mas, quando se trata de sexo, surge um problema. A maioria dos pais não vai lhe dizer que você deve se instruir sobre o sexo através da experiência.” (LANGONE, 1981, p. 90). Desta forma, o autor afirma que tal sexualidade não é tratada com a mesma naturalidade como, por exemplo, o potencial que a criança tem de aprender à comer, andar ou falar. Isto se deve ao fato de o sexo ser tratado há muito como uma atitude “suja” ou “pecaminosa”, tendo a religião como principal influenciadora deste processo, cujas visões, na grande maioria, defendem que o ato sexual deve ser consumado somente após o casamento.

Todavia, conforme afirma Jimena Furlani (2009, p. 18-19), “[...] muitos dos mitos sexuais são reforçados pela falta de informação científica básica, permitindo que o senso comum prevaleça e determine as “verdades” balizadoras das práticas sexuais dos indivíduos.” Assim, em função da referida falta de informação, a maior parte dos pais passou a censurar e reprovar tais comportamentos sexuais de seus filhos, alguns até mesmo negando esta condição inata do desenvolvimento humano, o que acarretou na existência de indivíduos que, na fase adulta, têm dificuldades para estabelecer uma relação saudável com seus pares. No entanto, considerando que a sexualidade é inerente ao sujeito, mesmo com esta reprovação por parte dos pais, é quase impossível para tais indivíduos não desfrutar destes comportamentos, agora sendo usufruídos

juntamente ao sentimento de culpa, conforme apontam Calderone e Ramey (1986, p. 90-91):

> Já que a masturbação foi energicamente condenada em tempos anteriores, algumas crianças, então, não são capazes de desfrutar do seu próprio prazer. Estas crianças estarão agora aprisionadas em ciclos de masturbação, culpa, uma luta em vão buscando a abstinência, mais masturbação, mais culpa etc.

Desta forma, os autores afirmam que a condenação de tais atitudes não faz com que elas sejam extintas, mas sim, influenciam negativamente o modo como a criança enxergará a sexualidade, principalmente quando for adulta. Logo, ao invés dos pais perpetuarem o sentimento de que esta é uma condição inata do sujeito, bem como ensinarem aos seus filhos que existe local e hora adequada para ser fortalecida, a grande maioria faz exatamente o contrário: reprime-os quando nota qualquer interação, seja da criança com seu próprio corpo ou com o corpo de algum colega. No entanto, tal descobrimento faz parte da infância e um dos maiores empecilhos é a não-aceitação dos pais. Fato, este, que continua ocorrendo substancialmente, conforme afirma Langone (1981, p. 91):

> Mesmo hoje, muitos adultos aprovariam as palavras que um clérigo escreveu há muitos anos sobre educação sexual: "É necessário advertir o menino contra a masturbação sem correr o risco de induzi-lo a esse pecado, ensinando como cometê-lo", disse o sacerdote. E acrescentou essas palavras de cautela: "Ao dar aos jovens uma educação sexual, nunca devemos abordar o prazer associado ao ato sexual. As suas mentes poderiam eventualmente perverterem-se." Esse tipo de conselho, apesar de bem-intencionado, acarreta mais danos do que benefícios porque está baseado numa moralidade deturpada, na idéia[385] de que o sexo é mau, em vez de basear-se na verdade. [...] A estimulação dos próprios genitais é absolutamente normal, e a maioria, senão a totalidade dos médicos, lhe dirá que ela não causa nenhum mal. Na verdade, pode aliviar a tensão sexual que vai se acumulando e às vezes causa problemas físicos e emocionais.

Assim, segundo Calderone e Ramey (1986, p. 18-19), como a sexualidade é algo inato do sujeito, é incorreto e pouco provável omiti-la, principalmente quando bebês, já que grande parte dos meninos têm ereções desde muito cedo, bem como nas meninas ocorre a ereção do clitóris e a lubrificação vaginal. Tais processos devem ser respeitados e, mais do que isto, aceitos pelos pais, uma vez que a interferência nestes comportamentos ocasiona danos futuros, tanto na sexualidade individual da criança, quanto no desenvolvimento desta com seus pares, tendo em vista que, conforme apontam Calderone e Ramey (1986, p. 21), "A capacidade para intimidade e confiança

[385] A escrita do autor será seguida fielmente e não serão feitas adequações ortográficas.

estabelecida na infância repercutirá anos depois na capacidade de intimidade e confiança em um relacionamento amoroso".

Para tanto, segundo os autores, é perceptível que, quando o bebê é tratado de forma harmoniosa pelos pais e tem a possibilidade de estimular sua sexualidade de modo saudável, esta continuará evoluindo gradativamente no decorrer de toda sua vida. Todavia, havendo uma interferência negativa, visando, talvez, a inibição da sexualidade somente no período que compreende a infância do sujeito, tal inibição também acontecerá de forma progressiva, influenciando a fase adulta do indivíduo.

Logo, conforme Calderone e Ramey (1986), a solução mais cabível para melhora deste quadro seria, primeiramente, reconhecer tais comportamentos dos filhos como algo natural do ser humano e não interferir neste desfrute sexual, bem como na descoberta que estes fazem de seus próprios corpos e de seus pares. Desta forma, as crianças assimilariam que podem confiar em seus genitores e teriam a liberdade de perguntar sempre que surgissem dúvidas. Tais questões são de extrema importância, visto que, com o acompanhamento e o auxílio dos pais em todas as etapas do desenvolvimento sexual que ocorrem na infância, vários acontecimentos têm a probabilidade de ocorrência diminuída, como uma gravidez indesejada e/ou doenças sexualmente transmissíveis.

Assim, conforme Langone (1981, p. 96): "Os pais que atingiram um equilíbrio sexual, que se sentem à vontade falando sobre o assunto, entre si ou com os filhos, são, sem dúvida, os melhores professores." Logo, sendo os pais a principal influência que as crianças têm nesta fase, é imprescindível que estes proporcionem os subsídios necessários para o desenvolvimento pleno da sexualidade de seus filhos, uma vez que "O sexo nunca perderá o seu mistério, nem a sua atração, [...] Tudo o que podemos fazer é aceitá-lo como um fato da vida e tratá-lo com o respeito que merece." (LANGONE, 1981, p. 110)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que a sexualidade é algo inato no indivíduo, se desenvolvendo durante toda a vida, e sendo mais simples e direta, bem como menos genitalizada no período que compreende a infância, se faz necessário que os pais encarem tal descoberta que a criança faz do próprio corpo com naturalidade.

Desta forma, é imprescindível que as questões dos filhos sejam respondidas de forma clara e objetiva, demonstrando que a ocorrência de tais comportamentos é algo inerente do sujeito, mas que existem hora e local apropriado para reforçá-la, ao invés de simplesmente tentar inibir tais atitudes. Tal inibição culminaria no prejuízo da vivência plena de sua própria sexualidade, como também afetaria as posteriores relações afetivas destes, tendo em vista que os pais são as principais referências que as crianças têm nesta fase.

Logo, o importante é que seja fortalecido o pensamento de que este é um aspecto imprescindível da infância, e, para tanto, não deve ser negligenciado ou negado. A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, portanto, as conclusões ainda estão em aberto.

4 REFERÊNCIAS

CALDERONE, M. S.; RAMEY, J. W. **Falando Com Seu Filho Sobre Sexo:** Perguntas e Respostas Para Crianças do Nascimento Até a Puberdade. 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1986. Tradução de Lauro Ferreira Barbante e Maria Clara Cescato.

FURLANI, Jimena. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana:** Subsídios ao Trabalho em Educação Sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LANGONE, John. **Como Se Preparar Para o Sexo.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. Tradução de Maria Aparecida Nóbrega de Moraes Rego.

SENTIMENTO DE CULPA NO DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE: O PAPEL DA RELIGIÃO ORGANIZADA

JACENTE, Larissa Volf[386]
AUSEC, Humberto Oliveira[387]

RESUMO: O estudo justifica-se pela dificuldade de se considerar a sexualidade como condição normal do desenvolvimento humano e como este processo pode sofrer interferência negativa por agências controladoras. Desta forma, pretende demonstrar que, assim como tais agências utilizam de coerção para propagar o pensamento de que o sexo é "sujo", o indivíduo tem a possibilidade de entender esta persuasão e, utilizando sua criticidade, decidir por si próprio se isto lhe convém aceitar. Esta pesquisa é de cunho teórico-conceitual e a metodologia utilizada foi a descritiva e qualitativa, a qual apropriou-se dos apontamentos dos autores Furlani (2009), Langone (1981) e Skinner (1998).

Palavras-chave: Sexualidade. Sentimento de culpa. Religião.

1 INTRODUÇÃO

A participação numa religião organizada impõe ao indivíduo um conjunto de valores relacionados a vários aspectos da vida. Quando consideradas as variações religiosas judaico-cristãs no mundo ocidental, podemos observar que o controle da sexualidade tem um papel de destaque.

Esta interferência na vivência sexual de seus membros não acontece na forma de incentivos, mas ao contrário, pela tentativa de restringir algumas de suas possibilidades como, por exemplo, a sexualidade homoafetiva e a atividade sexual antes do matrimônio.

Tendo em vista que tais valores religiosos contrastam ao desenvolvimento da sexualidade, esta interferência pode tomar formas coercitivas, em especial para as crianças e jovens que podem vir a desenvolver sentimento de culpa relacionado aos seus desejos sexuais.

Desta forma, o estudo justifica-se pela dificuldade de se considerar a sexualidade como condição normal do desenvolvimento humano e como este processo pode sofrer interferência negativa por agências controladoras, em especial daquelas advindas das religiões organizadas.

[386] Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, IV período, da Faculdades do Centro do Paraná – UCP.
[387] Mestre em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina – UEL e Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdades do Centro do Paraná – UCP.

A pesquisa pretende demonstrar que, assim como tais agências utilizam de coerção para propagar o pensamento de que o sexo é “sujo”, o indivíduo tem a possibilidade de entender esta persuasão e, utilizando sua criticidade, decidir por si próprio se isto lhe convém ou não aceitar.

2 DESENVOLVIMENTO

Esta pesquisa é de cunho teórico-conceitual e a metodologia utilizada foi a descritiva e qualitativa, a qual apropriou-se dos apontamentos de autores como Jimena Furlani (2009), que aborda os variados mitos e tabus presentes na sociedade atual, John Langone (1981), que trata a sexualidade como condição inata do desenvolvimento humano, e B. F. Skinner (1998), que demonstra o modo como a religião, enquanto agência controladora, desenvolve seu papel coercivo.

Em função do controle que os sistemas religiosos têm sob seus seguidores e futuros “fiéis”, inúmeras pessoas se abstém do sexo, ou, ao praticá-lo, são atemorizadas por sentimento de culpa, simplesmente porque este ato é considerado, por boa parte da população, como algo “sujo”, se praticado fora do indicado por líderes religiosos.

Assim, conforme afirma Langone (1981, p. 98), “Muita gente dirá que é errado e que os jovens deveriam se abster. Às vezes esta posição rígida está baseada em princípios religiosos, na crença tradicional de que sexo é sinônimo de pecado.” Desta forma, ao invés de considerar o desenvolvimento da sexualidade como algo natural do indivíduo e propagar tais pensamentos aos seus seguidores, a grande maioria das religiões acaba organizando contingências que desencadeiam sentimentos de medo ou provocam dissimulações.

Deste modo, é possível que não se desfrute da sexualidade em sua plenitude pelo constrangimento de que isto não seja algo muito virtuoso. Por outro lado, caso o indivíduo mesmo assim se engaje em atividades sexuais não indicadas, irá fazê-lo de forma dissimulada, como uma maneira de evitar a desaprovação social dos demais membros da igreja, tenha a própria pessoa sofrido tal tratamento ou tendo visto outras serem mal consideradas por atitudes semelhantes.

Para tanto, segundo Skinner (1998, p. 385), “A agência pune o comportamento pecaminoso de um modo que gera automaticamente uma condição aversiva que o indivíduo descreve como um “sentimento de pecado”.” Deste modo, o sujeito perde alguns privilégios, e, para que volte a sentir-se pertencente ao local em que está

inserido, tais agências induzem-no a inibir os impulsos sexuais, de modo a esconder seus sentimentos, visando o passe livre para o Céu. Todavia, conforme afirma Langone (1981, p. 94):

> A educação sexual do jovem é importante também para o bom ajustamento pessoal e social do adulto. Uma má orientação sexual pode fazer com que você se sinta culpado. Por exemplo, você pode ter se envolvido nalguma atividade sexual que os seus pais ou mesmo os seus amigos desaprovem. Se você não estiver bem informado, é natural que sinta ansiedade e mesmo ache que é uma pessoa "má". É provável que você resolva o problema quando for mais velho, mas sempre existe a possibilidade de que um sentimento de culpa irracional deixe uma marca difícil de apagar.

Assim, segundo o autor, se esta sexualidade for abordada de modo errôneo, principalmente na infância e adolescência, pode causar desastrosos efeitos na fase adulta do indivíduo, dificultando suas relações afetivas. No entanto, mesmo quando adultos, se estes praticam atos sexuais fora do casamento, é possível notar uma abordagem semelhante, onde os sistemas religiosos suscitam-lhes o pensamento de que tal ato revela uma "fornicação", por não estar de acordo com os preceitos que a Bíblia instituiu.

Deste modo, considerando que, para exercer o controle é necessário que estes sujeitos estejam, de alguma forma, indefesos para reagir e questionar, as religiões utilizam discursos emotivos, manipulando os sentimentos de seus seguidores, conforme afirma Skinner (1998, p. 386):

> Como a emoção usualmente é um meio importante de controle religioso, o condicionamento respondente é importante. A arte, a música e os espetáculos religiosos geram respostas emocionais, retratando os sofrimentos dos mártires, as tormentas dos condenados ao inferno, as ternas emoções da família, e assim por diante.

Desta forma, tais indivíduos acabam se sensibilizando pelas comoventes histórias que lhes são apresentadas, e, esquecendo-se da condição inata da sexualidade nos seres humanos – muitas vezes, até mesmo por nunca ter tido a oportunidade de compreendê-la de fato –, passam a encará-la, também, como algo "sujo", compartilhando do mesmo pensamento das religiões.

Todavia, no que diz respeito à sexualidade feminina, esta imposição é consideravelmente maior, levando em consideração a cautela com que a virgindade é tratada, conforme afirma Furlani (2009, p. 146-147):

> Como mito, a idéia[388] básica está na crença de que ser virgem significa ser virtuosa, com qualidade moral, ter pureza da alma. A virtude seria uma condição apenas da mulher que fosse deflorada no casamento, o que conferiria à mulher todo o respeito.

Segundo a autora, é notória a diferença no tratamento entre homens e mulheres e, apesar de tais regras serem impostas, também, ao gênero masculino, as punições são, de fato, menos severas no que tange a eles. As mulheres, por sua vez, ao praticarem tais atos, são vistas como infames pecadoras e, sendo a virgindade algo que não pode ser recuperado, acabam sendo colocadas em segundo plano no que diz respeito à procura dos homens por uma esposa.

Logo, para que seja possível a propagação do pensamento de que a sexualidade é condição inata da espécie, e que possuir desejos sexuais não transforma ninguém em "pecador", mas sim, num ser humano comum, que possui precisões libidinosas, tais como outras necessidades fisiológicas básicas, como se alimentar e dormir, se faz necessário demonstrar às crianças e jovens que, segundo Langone (1981, p. 105), "A decisão de ter sexo não deve ser governada pelo que os outros pensam. Afinal, você tem liberdade de escolha".

Todavia, para que esta decisão seja tomada com consciência, a sexualidade deve ser trabalhada, tanto na escola, quanto na família, de modo a desmistificar os tabus impostos pela sociedade, objetivando o desenvolvimento de uma postura responsável por parte dos indivíduos, que, desta forma, poderão fazer suas próprias escolhas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar deste trabalho ter apresentado o modo como o desenvolvimento da sexualidade humana pode vir a sofrer uma interferência deletéria por parte da religião, é importante ressaltar certos pontos. Primeiramente, não se pressupõe que todas as interferências sejam igualmente deletérias. Também é relevante observar que as religiões, mesmo as de matrizes judaico-cristãs, são significativamente diferentes umas das outras.

Para além destas diferenças, fatores como se a igreja está em grandes centros urbanos ou no interior, se há líderes religiosos, se o local é ou não conservador e se tais

[388] A escrita da autora será seguida fielmente e não serão realizadas adequações ortográficas.

valores sobre a sexualidade contrastam mais ou menos com os demais membros da comunidade, são aspectos igualmente importantes para entender esta interferência.

Logo, a educação é peça fundamental no estímulo a uma consciência que entenda a sexualidade como condição inata do indivíduo. Assim, trabalhar a mesma de modo natural, ao invés de reprimi-la, é a chave para que pessoas de todas as idades desenvolvam sua sexualidade de modo pleno e saudável.

4 REFERÊNCIAS

FURLANI, Jimena. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana:** Subsídios ao Trabalho em Educação Sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LANGONE, John. **Como Se Preparar Para o Sexo.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. Tradução de Maria Aparecida Nóbrega de Moraes Rego.

SKINNER, B. F. Religião. In: SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano.** 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Cap. 23. p. 381-391. Tradução de João Carlos Todorov e Rodolfo Azzi.

MULHERES E O DIREITO À MORADIA: um estudo da questão aplicado à Guarapuava

DALLABRIDA, Geyza Valeria[389]
SOUZA, Mayara Vieira de[390]

RESUMO: O direito a moradia adequada é elemento fundamental para a concretização do direito à cidade. Neste sentido, a discussão da moradia sob uma perspectiva de gênero tem ganhado força a relevância nos últimos anos. Neste trabalho, tendo como recorte o bairro Residencial 2000, da cidade de Guarapuava, que teve suas unidades habitacionais destinadas às mulheres chefes de família, busca-se compreender se o bairro cumpre os requisitos mínimos de moradia adequada, a partir de uma discussão sobre os direitos das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres; Direito à moradia; Gênero,

1 INTRODUÇÃO

A discussão a respeito do direito das mulheres à moradia adequada, ganhou relevância nos últimos anos. Em grande parte, decorrente da profunda desigualdade existente entre homens e mulheres, que se materializa principalmente nas cidades e nas relações trabalhistas. De acordo com a cartilha “Como fazer valer o direito das mulheres à moradia" da Organização das Nações Unidas - ONU -, para além das desigualdades salariais, o cerne do problema decorre da forte inserção das mulheres no mercado informal de trabalho, sem garantias trabalhistas e a possibilidade de comprovação de renda, requisitos fundamentais para a participação das mesmas em programas habitacionais.

Neste sentido, a titularidade da propriedade em nome da mulher, incide sobre a questão pois garante a segurança da posse, como por exemplo em casos de divórcio. Nesses casos, é resguardado o direito das mulheres de permanência no imóvel.

> (...) em casos de divórcio, frequentemente as mulheres são forçadas a deixar a casa, já que esta não lhes pertence; em muitos lugares, mulheres sem título da propriedade não conseguem se inscrever em programas de créditos ou solicitar empréstimos para melhorar sua moradia e seus negócios; casamentos precoces, polígamos, ou mesmo religiosos, por serem formas não reconhecidas junto às autoridade, muitas vezes põem em risco o direito das mulheres à moradia. (ONU, 2011, p.08)

[389] Graduanda do 6º período em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real. email: arq-geyzadallabrida@camporeal.edu.br
[390] Arquiteta Urbanista. Mestra e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Paraná. Docente do Colegiado de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Campo Real. e-mail: prof_mayarasouza@camporeal.edu.br

Outro ponto importante, é a inserção destas moradias dentro da malha urbana. Ainda de acordo com a cartilha da ONU (2011, p.16), para que a moradia seja considerada adequada, ela deve estar inserida em um local que ofereça a possibilidade de desenvolvimento econômico, social e cultural e com ampla disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo a análise do Residencial 2000, localizado em Guarapuava, buscando compreender se o bairro se enquadra nos parâmetros acima citados. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória, que busca maior "familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses."(GIL, 2002, p.41). Neste sentido, foi realizado um levantamento bibliográfico e cartográfico sobre o tema.

2 - DESENVOLVIMENTO

A gestão e organização do espaço nas cidades é regularizada pelo Estado que, segundo Rolnik (1995), está presente em todo o cenário urbano, desde o código das edificações, leis de zoneamento, na polícia garantindo a segurança e afins. O Estado é, segundo Corrêa (1989), um dos principais agentes sociais que visa criar condições de realização da sociedade capitalista e suas demandas, isto é, segundo o autor, condições que viabilizam o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações.

O direito à moradia está previsto no Art. 6º da Constituição Federal de 1988, como um direito fundamental a qualquer brasileiro. Para as mulheres o direito à moradia é, segundo Cartilha da ONU, indispensável para garantir a autonomia em todos as áreas, para a efetivação de outros direitos, além de ser um lugar essencial para a realização de suas atividades cotidianas.

Para garantir esses direitos e ainda assim manter seus propósitos, segundo Corrêa (1989), o Estado cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua comprovação está quando, em uma ação direta do Estado, através do planejamento a partir do zero, cria-se núcleos urbanos de habitação distantes do centro da cidade.

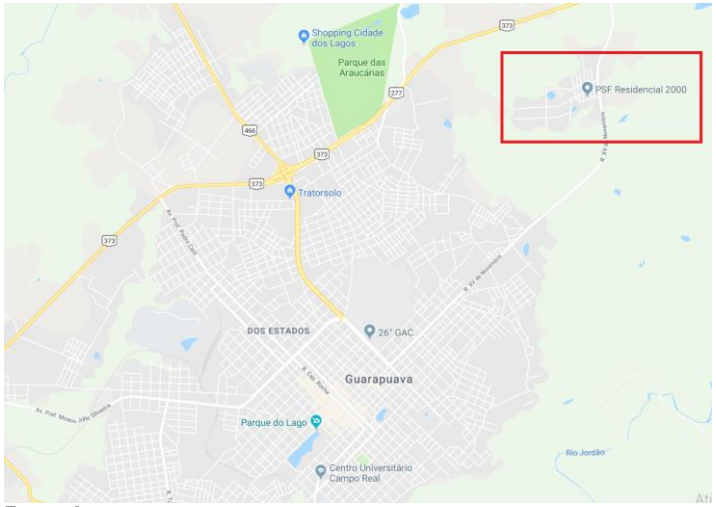
Como exemplo disso, o Loteamento Residencial 2000 no Bairro Morro Alto, em Guarapuava, em sua totalidade 500 residências que, conforme a Prefeitura Municipal de Guarapuava, foram construídas através de parcerias entre a Prefeitura Municipal e o

Governo Federal, através do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV - e destinadas à pessoas com deficiência, mulheres chefes de família, idosos e vítimas de enchentes.

O MCMV, lançado em 2009, é o maior programa de provimento habitacional realizado no Brasil, desde o extinto Banco Nacional de Habitação - BNH -, principalmente pelo grande aporte de recursos investidos. (FARIA, POLLI, FRÓES & SOUZA, 2017). “No âmbito desse programa, foram contratadas 3,4 milhões e entregues 1,7milhões de unidades habitacionais, incluindo todas as faixas de renda e todas as modalidades de produção” (RIZEK, AMORE & CAMARGO, 2014,p.531).

Desde a sua implementação, a titularidade do imóvel do MCMV é dado prioritariamente às mulheres, sendo que a exceção somente ocorre quando o homem possui a guarda dos filhos. Em entrevista realizada com Eleonora Menecucci em 2015, a ex-ministra destacou que cerca de 89% dos imóveis do programa estão em nome das mulheres. Posteriormente, com a inserção da Lei n. 12.424 de 2011, às mulheres chefes de família passaram também a ter prioridade no atendimento do programa.

Voltando ao Residencial 2000, o loteamento está localizado no Bairro Morro Alto, área periférica da cidade, distante do centro e carente de infra-estruturas e equipamentos urbanos necessários. O principal problema do bairro, decorre principalmente da falta de inserção do mesmo na malha urbana. Longínquo do centro, o bairro é ligado à cidade somente pela rua XV de Novembro, como observado no mapa abaixo:



Fonte: As autoras.

A partir deste contexto, conforme analisa Lavinas (1997), o acesso à propriedade em regiões distantes do centro reduz a mobilidade feminina, o que dificulta a permanência e a inserção das mulheres no mercado de trabalho e reforça sua dependência.

Outros problemas são apontados por Ermínia Maricato em entrevista à Fellet (2018), que segundo a entrevistada, a horizontalidade no crescimento das cidades com as construções desses bairros residenciais distantes dos centros urbanos encarece muito esses investimentos, pois as necessidades de extensão das redes de saneamento básico e das linhas de transporte público para o acesso dessas pessoas às cidades, são alguns dos requisitos mínimos para a qualificação desses espaços.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A titularidade em nome da mulher proporcionado pelo Minha Casa Minha Vida, se destaca como um enorme avanço ao direito da mulher à moradia adequada, proporcionando autonomia, a possibilidade da concretização do direito à cidade e da realização de justiça social.

Contudo, a concretização da moradia adequada perpassa por inúmeras questões, dentre elas o acesso a equipamentos urbanos, infraestrutura adequada e pleno acesso à serviços. No caso do Residencial 2000, destaca-se a destinação das unidades habitacionais à mulheres chefes de família, o que garante a autonomia dessas mulheres no tocante pessoal e até profissional. Em grande parte, o bairro nos parâmetros de boa localização, uma vez que conta com Unidade Básica de Atendimento e uma Escola Estadual de Ensino. Porém, a falta de inserção do bairro com a malha urbana, afeta as possibilidades de geração de renda, o acesso ao emprego formal, a cultura e o lazer.

4 -REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1989.

FELLET, João. Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária, diz ex-secretária do governo Lula. **Bbc News Brasil.** São Paulo, p. 0-0. 4 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520>. Acesso em: 13 set. 2018.

GOVERNO DO BRASIL (Brasil). Governo Federal (Org.). Mulheres respondem por maioria das escrituras do Minha Casa Minha Vida. **Portal do Governo Brasileiro.** Brasília, p. 0-0. 03 jun. 2015. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/noticias/infraestrutura/2015/06/mulheres-respondem-por-maioria-das-escrituras-do-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 15 set. 2018.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Globalização, fragmentação e reforma urbana:** O futuro das cidades brasileiras na crise. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Cap. 2. p. 169-187.

RIZEK, Cibele Saliba; AMORE, Caio Santo and CAMARGO, Camila Moreno de. **Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida "entidades".** *Cad. CRH* [online]. 2014, vol.27, n.72, pp.531-546. ISSN 0103-4979.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

JORNALISMO B/REPRODUÇÃO (Brasil) (Org.). Lutas por moradia, ocupações e insurgências urbanas. **Observatório das Metropoles: Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia.** Curitiba, p. 0-0. 25 jul. 2017. Disponível em: <http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/lutas-por-moradia-ocupacoes-e-insurgencias-urbanas/>. Acesso em: 15 set. 2018.

FUTUROS PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO NA CIDADE DE GUARAPUAVA - PR

BONASSA, Barbara [391]
DACOREGGIO, Ana Esteche [392]
SOUZA, Gabriel C Soares de [393]

RESUMO: O presente trabalho aborda diferentes processos de gentrificação, pretéritos e em andamento, no município de Guarapuava-PR. Esta dinâmica urbana contemporânea é decorrente do tipo de desenvolvimento urbano que a cidade vem adotando, cujo maior impacto é sentido na vida das pessoas vítimas deste processo. A metodologia aplicada prevê uma breve pesquisa bibliográfica para esclarecer tais definições e conceitos para então analisar dois casos do município em estudo: o entorno do Parque do Lago e os assentamentos habitacionais vizinhos ao novo bairro Cidade dos Lagos. O objetivo é analisar possíveis repetições de remoções indiretas da população mais pobres e suas consequências.

Palavras-chave: Gentrificação. Planejamento. Urbanismo. Guarapuava.

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Guarapuava nos últimos anos apresentou um grande crescimento territorial urbano decorrente do crescimento do PIB municipal, o qual acarretou vantagens e desvantagens para diferentes parcelas da população local. Isto se deve a forma com que este desenvolvimento urbano vem sendo planejado, isto é, a predileção por um determinado grupo de moradores de maior renda para os novos espaços urbanos decorrentes de intervenção urbanísticas, como será apresentado.

Estas priorizações por um determinado grupo de cidadãos em intervenções de qualificação urbana têm se tornado frequente na história urbana brasileira. Em geral, os territórios objeto de melhorias urbanísticas são acompanhados por uma valorização imobiliária, a qual é potencializada pela retirada da população de mais baixa renda, quer seja de maneira direta – como a remoção de parte da população para uma região periférica da cidade – ou indireta, através da gentrificação.

[391] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 8º período, do Centro Universitário Campo Real.
[392] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 8º período, do Centro Universitário Campo Real.
[393] Arquiteto e Urbanista, Mestre em Engenharia Urbana, e Professor de disciplinas de Planejamento Urbano, Urbanismo e Projetos Arquitetônicos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.

Esta migração popular reforça a desigualdade social entre os bairros centrais e periféricos da cidade de forma a induzir o aumento da insegurança urbana, como também a sobrecarga no sistema de mobilidade do município. Diante a gravidade das consequências desta dinâmica urbana, o trabalho objetiva assimilar como esse desenvolvimento urbano se efetua e, principalmente, se este processo de gentrificação vem se repetindo. Assim, após absorver o significado deste processo de migração popular, a metodologia adotada abordará dois breves estudos de caso de Guarapuava: um na região central da cidade e outro, mais recente, na periferia da cidade para onde a expansão urbana é incentivada.

2 DESENVOLVIMENTO

Para o autor Ribeiro, o processo de gentrificação se desenvolve em três recortes: o espacial, o temporal e o social, sendo uma das origens possíveis:

> [...] a saída das famílias mais abastadas dos bairros centrais em direção a áreas mais remotas e longe dos incômodos urbanos. A massificação desse processo foi intensificada com a segunda revolução industrial. Esses dois fatores definem o ponto de partida do esvaziamento dos centros, seguido pela ocupação desses por famílias de baixa renda". (RIBEIRO, 2014. p. 461-486)

Este exemplo, comum a muitas cidades brasileiras, acontece no espaço central da cidade, com a substituição da população mais abastada pela mais pobre, que acelera o processo de desvalorização de um território bem servido de infraestrutura. Acontece que tal região provavelmente receberá intervenções de benfeitorias uma vez que é bem localizada e com oferta de serviços já implantados, o que resultará na valorização de tais terrenos e, consequentemente, o aumento do custo de vida local. Fato que induz os moradores de mais baixa renda a procurarem terrenos compatíveis com os seus salários, não mais necessitando remover os mais pobres como os lucros imobiliários desejam, mas sim os removendo indiretamente, ou seja, gentrificando-os.

Este desenvolvimento urbano não se restringe às áreas centrais com substituição socioeconômica, mas também em todas as regiões que tiveram um espaço temporal de valorização desencadeador do aumento do custo de vida e, posteriormente, objeto de gentrificação. Em outras palavras, este processo de revitalizações de bairros com potencial imobiliário onde falta infraestrutura, tende a aumentar o custo de vida do bairro e afastar seus moradores tradicionais por falta de condições financeiras dos

mesmos de maneira a atrair a classe rica para consumir os lotes recém valorizados. Trata-se de um desenvolvimento urbano que determina qual classe social irá pertencer a cada um dos territórios da cidade.

Considerando o tema e o que está acontecendo de desenvolvimento na cidade de Guarapuava, o processo de gentrificação será abordado em duas áreas da cidade: no Parque do Lago na região central e no entorno do novo bairro Cidade dos Lagos, na periferia geográfica da cidade.

Os processos de gentrificação já vem acontecendo na cidade de Guarapuava a alguns anos, um deles e de maior destaque foi na região do Parque do Lago. Em meados dos anos 1990, quando se iniciou o processo de construção do parque, ali habitavam moradores da Vila Amarela, muito conhecida como Buraco Quente, e na gestão do então Prefeito Cesar Franco, houve a elaboração do projeto do Parque do Lago, o qual os moradores locais acabaram sendo obrigados a se retirarem seja por remoção direta para o Residencial 2000 ou se estabelecendo em bairros vizinhos, como a Sambra, mediante gentrificação. Fato que causou uma revitalização para as classes mais ricas da cidade usufruírem do centro urbano, mas deixando de lado e desencadeando ainda mais as regiões de moradia ilegais ao entorno do mesmo, gerando o crescimento das regiões de ocupações próximos ao parque.

Diante deste estudo e analisando o crescimento da cidade com o que se chama de “o novo centro”, o bairro Cidade dos Lagos e seus vizinhos, segunda área brevemente estudada, irá trazer um desenvolvimento econômico muito relevante. Acontece que a região onde o mesmo está inserido acaba por gerar discussões se adotará o tipo crescimento urbano semelhante ao primeiro exemplo da revitalização do Parque do Lago ou se irá manter a população de baixa renda nesta região periférica:

> Muitas vezes, as áreas periféricas de uma cidade formam-se de maneira não planejada, seja através de invasões, seja através de uma expansão descontrolada de loteamentos imobiliários em áreas afastadas. Esses locais, quase sempre sem infraestrutura básica (como saneamento, asfalto e transporte público de qualidade), sofrem pela distância em relação aos principais centros urbanos da cidade. (PENA, Rodolfo F. Alves. 2016)

Mas com a elaboração deste novo centro com a introdução do *shopping center*, dentre outros equipamentos, as regiões próximas a ele, ganharão destaque e como trata-se de um sistema capitalista, futuramente a valorização destas regiões será grande, os terrenos ali serão cobiçados pela classe alta da sociedade que muito provavelmente terão outros planos para o local: “Com isso, regiões antes desvalorizadas

e sem estruturas ressignificam-se, passando por uma acentuada especulação imobiliária e modernização de seus espações". (PENA, Rodolfo F. Alves. 2016)

O bairro Cidade dos Lagos, possui uma infraestrutura digna e que todos os cidadãos deveriam prover, além do planejamento ideal de uma cidade completamente organizada. Esses pontos, de real importância, resultarão na modernização e aumento da especulação imobiliária tratada por Pena, por exemplo, investidores comprarão terrenos nos bairros ao redor por um preço relativamente baixo, com o intuito de tirar para si toda a sua valorização. Mas, existe por trás disso, uma questão importante à ser resolvido: para onde vão essas pessoas? Elas estão preparadas para venderem seu local de moradia? A cidade está preparada para preocupar-se com um aumento de favelas e locais de ocupação em regiões periféricas e/ou ambientalmente frágeis como as margens dos rios? E as consequências para a mobilidade urbana?

Todo este investimento, de alguma maneira irá atingir os moradores tradicionais que estão naquela região por não possuírem condições de se estabelecerem em locais com moradia digna. O desenvolvimento da área está crescendo cada vez mais, logo os moradores dos bairros Aldeia, Primavera e Xarquinho terão que se "adequar" para permanecerem no local, ou por fim acabam por vender suas casas para compradores com maior renda.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo gentrificação irá de certa maneira atingir o entorno do bairro Cidade dos Lagos, afirma-se isso pois, a área está sendo muito bem consolidada, é uma região de expansão urbana da cidade de Guarapuava, com a instalação de equipamentos de escala regional, como o exemplo do Shopping, e das redes de infraestrutura urbana. Seu entorno será valorizado e consequentemente seus moradores tradicionais receberão ofertas para retirar-se dali, migrando-se para regiões onde suas condições serão compatíveis, pois seu local atual será transformado urbanisticamente e o que hoje é uma região periférica será enobrecida.

Com tudo, é importante destacar que o bairro Cidade dos Lagos trará para a cidade de Guarapuava um desenvolvimento relevante em vários pontos, mas não se pode fazer com que isto prejudique uma determinada parcela da sociedade. O desenvolvimento da cidade não pode se restringir a uma parcela da população, como

acontece com a gentrificação, deve abranger a sociedade como um todo, pois todos têm direito à uma cidade ideal.

4 REFERÊNCIAS

COSTA, Emannuel. **O que é gentrificação e por que você deveria se preocupar com isso**. 2016. Disponível em: <http://www.courb.org/pt/o-que-e-gentrificacao-e-por-que-voce-deveria-se-preocupar-com-isso/>. Acesso em: 10 set. 2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Gentrificação. O processo de gentrificação nas cidades**. 2016. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/gentrificacao.htm> Acesso em: 10 set. 2018.

TAGLIANI. Simone. **O texto definitivo para entender gentrificação e sua relação com o urbanismo**. 2017. Disponível em: <https://blogdaarquitetura.com/o-texto-definitivo-para-entender-gentrificacao-e-sua-relacao-com-o-urbanismo/>. Acesso em: 14 set. 2018.

RIBEIRO, Daniel de Albuquerque. **Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de *gentrification* no Parque Histórico do Pelourinho., Salvador – BA**. Cad. Metrop. São Paulo. v. 16. n. 32. pp. 461-486. 2014.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. **O esvaziamento do conceito de gentrificação como estratégia política**. Santa Catarina. Cadernos Naui. Vol. 4. n. 7. 2015.

ANÁLISE DO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA ENTRE ACADÊMICOS DE CURSO DIURNO E NOTURNO DE UMA UNIVERSIDADE DA REGIÃO SUL.

BINI, Viviane Eloisa[1]
SZCZYPIOR, Vanessa[2]
MASCARENHAS, Luis Paulo Gomes[3]

RESUMO: Objetivo dessa pesquisa foi analisar o nível de atividade física (NAF) de acadêmicos de cursos diurno e noturno da Unicentro. Amostra constituiu-se por 177 acadêmicos, 99 matriculados em Fisioterapia e 78 em ciências biológicas. A avaliação foi feita pelo questionário internacional de atividade física (IPAQ-C). Não houve diferença no NAF entres os cursos (p 0,875). Os estudantes mais propensos a comprimir o nível adequado de atividade física sãos aqueles que estão iniciando a vida acadêmica e não trabalham.

Palavras-chave: Exercício. Estudantes. Turnos.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a OMS (2015), atividade física pode ser conceituada como toda ação que realize um movimento decorrente da contração muscular e acarrete um gasto energético. O nível de atividade física (NAF) varia entre as pessoas, em consequência disso há recomendações do NAF para adultos com idade a partir de 18 (OMS, 2015).

Com o ingresso na universidade, a pratica de atividade física pode ser reduzida, como mostra os resultados encontrados por e Brandão, Pimentel e Cardoso, (2011) que mostram a elevada prevalência de indivíduos inativos ou insuficientemente ativos fisicamente, chegando a 80%. Alguns autores acreditam que esse fato pode ser explicado pelas novas relações sociais, novos comportamentos e o turno de estudos que também pode estar associado ao NAF, com tendência a diminuir entre alunos que estudam a noite (Fontes e Vianna 2009).

A prática de atividade física proporciona inúmeros benefícios para a saúde, de modo que a diminuição dela pode provocar alterações relacionadas com maior ocorrência de ~~doenças adquiridas~~ ao longo da vida (LIMA et al, 2014). Considerando a importância do nível de atividade física, o objetivo desse estudo foi investigar o nível de atividade física em cursos e turnos distintos.

2 DESENVOLVIMENTO

O cálculo amostral por *amostra aleatória simples, com erro amostral de 5%, nível de confiança 95% e percentual mínimo de 68% (Fontes e Vianna 2009). Para selecionar os participantes foi realizado o cálculo de amostragem estratificada proporcional com sorteio*

aleatório. A população foi constituída por 139 alunos matriculados no curso de Fisioterapia diurno e 100 matriculados no curso de Ciências Biológicas noturno da instituição UNICENTRO, campus CEDETEG, Guarapuava – PR. A amostra retirada foi de 177 acadêmicos, dos quais 99 matriculados em Fisioterapia e 78 em ciências biológicas

Foram incluídos na pesquisa os acadêmicos devidamente matriculados nos respectivos cursos que assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Foram excluídos da pesquisa os acadêmicos do terceiro ano de Fisioterapia, os quais estavam realizando pesquisas similares, alunos que não estivessem presentes no momento da aplicação do questionário ou o respondessem de forma incompleta.

Após a identificação, os acadêmicos responderam o questionário internacional de atividade física (IPAQ-C) (MATSUDO ET. AL; 2001) – versão curta. Após respondê-lo, os alunos foram classificados em categorias: Sedentário, Insuficientemente Ativo e Ativo.

Para identificar a relação entre as variáveis estudadas foi utilizado o teste de Qui Quadrado ou Exato de Fischer. Para esta análise estatística foi utilizado o *software* Bioestat 5.0, com nível de significância de $\alpha \leq 0,05$.

3 RESULTADOS

Do total de 177, 65 alunos não estavam presentes nos dias da coleta ou se recusaram a participar, dos 112 estudantes que responderam o questionário, 15 foram excluídos por responderam o questionário de forma inadequada. Dos 97 questionários analisados 50 pertenciam ao curso de fisioterapia e 47 ao curso de ciências biológicas. No que se refere ao NAF entre os períodos não houve diferença estatisticamente significante (p 0,875) (Tabela 1).

Tabela 1. Comparação do nível de atividade física entre os períodos.

Nível de Atividade Física	Período		Total	Qui²	p
	Vespertin	Noturno			
Ativo	31	31	62		
Insuficientemente ativo	14	11	25	0,27	0,875
Sedentário	5	5	10		

Na tabela 2, verificou-se que o maior número de sedentários se encontra no quarto ano seguido pelo primeiro ano, no terceiro e quinto ano não se constatou nenhum sedentário. Em relação ao grupo dos insuficientemente ativos o primeiro ano apontou um número maior

comparado aos demais. A respeito dos ativos, a prevalência encontra-se no primeiro ano, sucedido pelo segundo ano. No entanto não houve significância estatisticamente na comparação (p 0,06).

Tabela 2. Comparação do nível de atividade física entre os anos.

Ano	Ativo	Insuficiente Ativo	Sedentário	Total	Qui²	p
Primeiro	25	8	4	37		
Segundo	19	5	1	25		
Terceiro	2	4	0	6	14,69	0,06
Quarto	10	4	5	19		
Quinto	6	4	0	10		

Com relação ao trabalho, apenas o curso de biologia apresentou alunos que trabalham, desses, grande parte foram classificados como ativos, assim como os que não desempenhavam essa atividade. Dados dispostos na tabela 3.

Tabela 3. Nível de atividade física relacionado ao trabalho.

Nível de atividade física	Trabalho		Total	Qui²	P
	Sim	Não			
Ativo	23	39	62		
Insuficientemente at	7	18	25	0,66	0,72
Sedentário	3	6	9		

4 DISCUSSÃO

Este estudo mostrou que 63,92% dos estudantes avaliados encontram-se ativos, 25,77% insuficientemente ativos e 10,31% encontram-se sedentários. O resultado mostrou-se antagônico a maioria dos estudos desse cunho, já que os índices de sedentarismo ou prática insuficiente de atividade física é mais elevada entre universitários podendo atingir até 80%. (MIELKE et. Al 2010; BRANDÃO, PIMENTEL, CARDOSO, 2011). No entanto outros estudos mostram resultados semelhantes como Fontes e Viana (2009), que observaram que 68,8% dos estudantes encontravam-se ativos.

As características associadas ao menor nível de atividade física nesse estudo estão relacionadas a série em que o aluno se encontra e ao fato de trabalhar preferencialmente. O

maior nível de alunos ativos encontra-se no primeiro ano indicando uma predisposição a redução do nível de atividade física no decorrer da vida acadêmica. Kwan MY e colaboradores (2012), mostraram que com o passar dos anos devido a transição para a idade adulta, período em que declínios de atividade física são evidentes, há em geral, uma diminuição de 24% na atividade física. Da mesma forma, isso pode explicar o fato de que com o passar do tempo as responsabilidades ganham mais ênfase e tende-se a disponibilizar menos tempo para as atividades físicas, deixando-as em segundo plano.

Lipp e Tanganelli (2002) afirmam que muitos estudantes não relaxam ou desfrutam do seu tempo de lazer pela carga de atividades impostas na universidade, há fortes evidências que sugerem que a atividade física pode melhorar o bem-estar mental e autoestima.

Com relação ao turno, embora não haja diferença no nível de atividade física, mesmo sem existir estatísticas oficiais que caracterizam o estudante do ensino superior noturno, sabe-se, pela observação prática, que a maioria é formada por estudantes trabalhadores, consequentemente, tem frequências mais baixas de atividade física.

Eventualmente, o fato de não haver diferença entre os turnos, pode ser explicado devido o curso de Fisioterapia ser integral, o que também ocasiona um menor tempo para pratica de atividades físicas e os períodos livres nos quais podem ser realizadas as atividades físicas também se tornam mais escassos ao longo do curso. (GASPAROTTO LPR, SILVA MP, CAMPOS W, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo conclui que não houve diferença estatisticamente significante entre o NAF dos cursos de Ciências Biológicas e Fisioterapia. Destaca-se o fato da maioria dos ativos serem do primeiro ano, mostrando que no início da vida acadêmica são mais propensos a comprimir o nível adequado de atividade física.

6 REFERÊNCIAS

BRANDÃO Maria Piedade; PIMENTEL Francisco Luís, CARDOSO, Margarida Fonseca. Impact of academic exposure on health status of university students**. Revista de Saúde Pública,** São Paulo, v. 1, n. 45, p.49-58, 2011.

FONTES, Ana Cláudia Dias; VIANNA, Rodrigo Pinheiro Toledo. Prevalência e fatores associados ao baixo nível de atividade física entre estudantes universitários de uma universidade pública da região Nordeste - Brasil**. Revista Brasileira de Epidemiologia,** São Paulo, v. 1, n. 12, p.20-29, mar. 2009.

GASPAROTTO, Guilherme da Silva; MOREIRA, Natália Boneti; GASPAROTTO, Lívia Pimenta Renó; SILVA, Michael Pereira da; CAMPOS, Wagner de. Associação entre Fatores Sociodemográficos e o Nível de Atividade Física de Universitários. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento,** [s.l.], v. 21, n. 4, p.30-40, 30 dez. 2013.

KWAN MY1; CAIRNEY J; FAULKNER GE; PULLENAYEGUM EE; Physical Activity and Other Health-Risk Behaviors During the Transition Into Early Adulthood.**American Journal Of Preventive Medicine,** [s.l.], v. 42, n. 1, p.14-20, jan. 2012.

LIMA Manoel CS; BARBOS Maurício F; DINIZ Tiego A; CODOGNO Jamile S; FREITAS JÚNIOR, Ismael F; FERNANDES, Rômulo A. Early and current physical activity: relationship with intima-media thickness and metabolic variables in adulthood. Braz J Phys Ther. V 18, n.5 p462-46, 2014.

LIPP, Marilda E. Novaes; TANGANELLI, M Sacramento. Stress e Qualidade de Vida em Magistrados da Justiça do Trabalho: Diferenças entre Homens e Mulheres. **Psicologia: Reflexão e Crítica,** São Paulo, v. 3, n. 15, p.537-548, 2002.

MATSUDO, S; ARAUJO, T; MATSUDO, V; ANDRADE, D; ANDRADE, E; OLIVEIRA, L. C; BRAGGION, G. Questionário internacional de atividade física (i paq): estudo de validade e reprodutibilidade no Brasil. **Atividade Física e Saúde,** São Paulo, v. 6, n. 2, p.5-18, 2002.

ORGANIZATION, World Health. **Physical activity.** 2015. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs385/en/>. Acesso em: 28 ago. 2015.

AJUSTE DE CENTRO DE CÉLULA

RIEKSTINS, Aline Daiane Veiga[394]
BOTH, Hinaylen [395]
SOUZA, Gabriel C Soares de[396]

RESUMO: O presente trabalho analisa a legislação da cidade de Guarapuava quanto à Célula de Planejamento (CP) e à via Centro de Célula, fazendo a verificação da elegibilidade do centro de célula localizada na CP que engloba os bairros Santa Cruz, Trianon, e parte do Boqueirão e do Santana. Para isso, investigou-se a oferta de equipamentos urbanos, infraestrutura e o sistema viário. Como resultado desse trabalho, foi proposto o ajuste deste centro de célula, da Rua Cristina Zimmer para Rua Leonardo Coblinski.

Palavras-chave: Célula de Planejamento. Centro de Célula. Ajuste. Análise.

1 INTRODUÇÃO

A legislação da cidade de Guarapuava prevê disposições sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo urbano e das áreas urbanas do Município na Lei Complementar nº 46/2014. Entre essas disposições, na seção V, entende-se por Células de Planejamento (CP), “as áreas delimitadas, conforme mapa de zoneamento [...], que se destinam a promover uma melhor distribuição de uso, por todo o perímetro urbano do Distrito Sede”. Cada uma dessas Células apresenta uma via caracterizada como ‘Centro de Célula’, as quais correspondem às principais “vias de comércio e serviço de bairro e as vias principais do sistema de transporte coletivo”. Elas admitem preferencialmente o uso misto, de atividades comerciais e de prestação de serviços de pequeno e médio porte, permitindo também o uso residencial unifamiliar.

Desta maneira, o presente trabalho, ainda em fase de desenvolvimento, tem como objetivo analisar a célula de planejamento que compreende os bairros Santa Cruz, Trianon, e parte do Boqueirão e do Santana, com foco na verificação da elegibilidade do seu centro de célula, a Rua Cristina Zimmer no Boqueirão. É adotada a metodologia de abordagem qualitativa, que se “preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32), em conjunto a pesquisas em

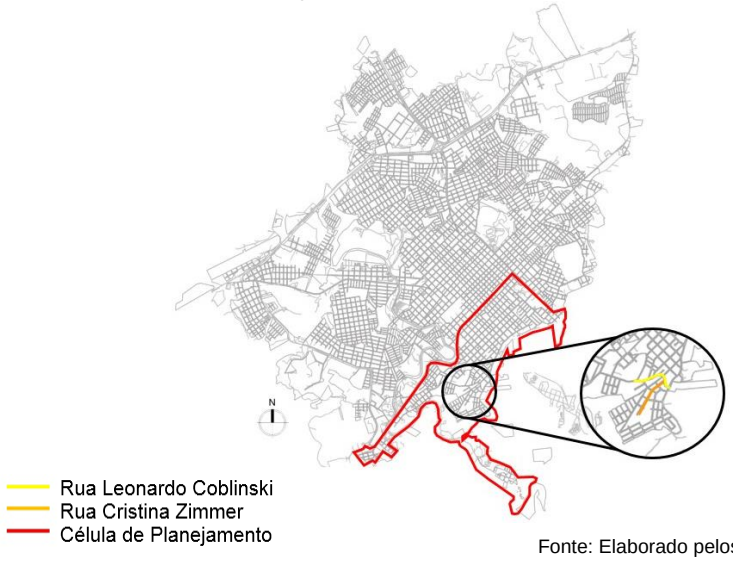
[394] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 8º Período, do Centro Universitário Campo Real.
[395] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 8º Período, do Centro Universitário Campo Real.
[396] Arquiteto e Urbanista, Mestre em Engenharia Urbana, e Professor de disciplinas de Planejamento Urbano, Urbanismo e Projetos Arquitetônicos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.

documentos oficiais da Prefeitura de Guarapuava e na análise das ofertas de comércio, serviços e sistema viário.

2 DESENVOLVIMENTO

No atual contexto da cidade e da célula de planejamento em análise (Imagem 1), compreende-se que o centro de célula, Rua Cristina Zimmer, está próximo ao Vale do Jordão e é adjacente a duas vias comerciais com notoriedade na CP, a Rua Leonardo Coblinski e a Avenida Vereador Rubens Siqueira Ribas, que fazem a conexão desta CP com as demais. Segundo o Conselho do Plano Diretor de Guarapuava, o CONCIDADE, a atual via centro de célula, não é considerada via adensamento e nem passível de alargamento e, segundo o Plano Diretor da cidade (Lei Complementar nº 16/2006), é uma via local, caracterizada por permitir acesso direto a áreas residenciais ou restritas. Outro fato relevante sobre este centro de célula, é que não possui rede de esgoto em sua maioria. Essas informações são coerentes com a realidade, já que a via em questão, possui apenas 4 equipamentos urbanos, que são a Associação da Caixa Econômica Federal, a Igreja Católica, o Bar Gonçalves e o Bar do Caxão, caracterizando-a assim como majoritariamente residencial.

Imagem 1: Localização da Célula de Planejamento em Guarapuava



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Segundo Schmidt (2009), historicamente, o bairro Boqueirão possui população com renda média/baixa, e o valor do solo urbano é de padrão baixo. A renda mensal do bairro apontada pelo CONCIDADE é de R$922,85, e não figura entre as mais altas da cidade.

As análises citadas apontam que o centro de célula previsto pela Prefeitura não se encontra devidamente coerente com as leis municipais, nem no que tange a definição de centro de célula, como também às análises de infraestrutura, sistema viário e equipamentos urbanos da via.

Assim, a proposta desse trabalho sugere um ajuste de centro de célula para esta CP, para melhor desenvolver tal área de importância para a cidade. O novo centro de célula seria a Rua Leonardo Coblinski, adjacente ao atual centro de célula, por estar mais coesos com a Lei 46/2014.

Para essa análise, o referencial teórico é o sistema de classificação de áreas urbanas de Robin Renner, desenvolvido em seu livro “Urban Being: Anatomy & Identity of the City”. Segundo Zorn (2017), o diagnóstico de Renner varia de macrorregiões que podem, até mesmo, cruzar fronteiras do país, e que ele chama de "células urbanas". Estas células são importantes quando se examina a identidade e a eficiência de uma cidade, e são definidas tanto por suas propriedades físicas quanto pelas ações que ocorrem dentro delas. São importantes para começar a identificar potenciais e problemas em áreas específicas, e ainda evitar erros futuros com relação a infraestrutura.

Segundo Renner (2017 apud ZORN, 2017), uma célula linear é dividida em duas ruas unidirecionais, causando vias mais estreitas e amigáveis para os pedestres. Junto com fatores como o tráfego lento de automóveis e o transporte público as células lineares são centros comerciais importantes. Sendo assim, a Via Leonardo Coblinski, será investigada e tratada como uma célula urbana linear, em uma micro escala, pois a via possui sentido duplo de tráfego de automóveis; como também comércio de apoio imediato para a população da CP, disponibilizando à população, equipamentos como mercado, sorveteria, lanchonete, salão de beleza, lojas populares, lava carros, casa da madeira e borracharia. Outro fator que fortalece o argumento de ajuste, se dá no fato da Rua Leonardo Coblinski ser uma via Coletora, destinada a “coletar e distribuir o trânsito que tenha necessidade de entrar ou sair das vias de trânsito rápido ou arterial, possibilitando o trânsito dentro das regiões da cidade” (CONCIDADE, Lei Complementar

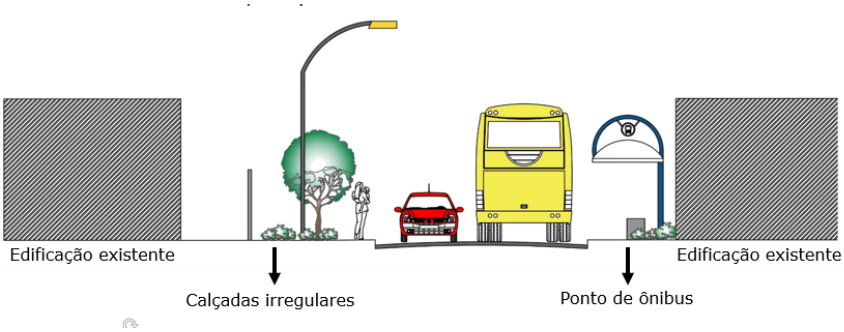
nº 16/2006) e por possuir infraestrutura básica instalada, diferente do atual centro de célula.

A proposta de novo Centro de Célula vem para oferecer “suporte” à população dos bairros mais próximos, Boqueirão e Jordão, já que os bairros Santa Cruz e Trianon possuem maior proximidade do Centro da cidade.

A via proposta para o ajuste tem proximidade e ligação direta com e entre duas avenidas importantes da CP: Avenida Serafim Ribas (saída para o Pinhão) e Avenida Vereador Rubens Siqueira Ribas (“Rua do Jordão”). Embora, a via em análise, não disponha de equipamentos urbanos de saúde, educação e lazer, estas vias próximas amparam e disponibilizam à população tais equipamentos. Concomitante à via, o antigo loteamento “Núcleo Santa Cruz” e um novo loteamento, reforçam o discurso de Jane Jacobs (2000) de aumentar a movimentação de pessoas e, consequentemente, os “olhos das ruas”, fortalecendo ainda mais a proposta de ajuste de Centro de Célula.

Investigou-se também o perfil viário da rua Leonardo Coblinski, para se ter maior entendimento sobre as condições físicas da via. O perfil abaixo (Imagem 2) mostra que as calçadas de ambos os lados da via são irregulares, contando com muitos desníveis, vegetação sem cuidado, e mobiliário urbano, deixando de lado o bem estar e o trânsito dos pedestres. As edificações também estão muitas vezes irregulares quanto aos recuos obrigatórios da Prefeitura.

Imagem 2: Perfil viário Rua Leonardo Coblinski



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Como continuidade do trabalho parcial apresentado, a proposta de ajuste de Centro de Célula também preconizará a melhoria das calçadas e a priorização do

pedestre. Pretende-se como prognóstico ampliar o número de pessoas ao longo da via a fim de aumentar os “olhos da rua” e, consequentemente, a sensação de segurança, e assim, fortalecer ainda mais o comércio local, e o novo Centro de Célula.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse trabalho, percebeu-se que o atual Centro de Célula da CP analisada não possui uma elegibilidade efetivamente coerente com a legislação, a realidade e as necessidades da via. Portanto, para entender sobre as potencialidades e os problemas futuros para o Centro de Célula e a Célula de Planejamento, a proposta de ajuste para a Rua Leonardo Coblinski busca resolver questões sociais, de equipamentos e da legislação.

4 REFERÊNCIAS

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009

GUARAPUAVA. **Lei complementar nº 46/2014**. 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/g/guarapuava/lei-complementar/2014/4/46/lei-complementar-n-46-2014-dispoe-sobre-o-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-urbano-das-areas-urbanas-do-municipio-de-Guarapuava>. Acesso em: 05 de setembro de 2018

GUARAPUAVA. **Plano Diretor de Guarapuava**. 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-guarapuava-pr>. Acesso em 05 de setembro de 2018

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **A (re) produção de um espaço desigual: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR).** 281 f. Tese (Pós-graduação em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

ZORN, Annalise. **Célula Urbana**. 2017. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/878365/como-o-desenho-das-celulas-urbanas-afeta-a-funcao-e-o-sucesso-dos-bairros>. Acesso em 12 set 2018.

PRAÇA E A VIOLÊNCIA URBANA

BOTH, Hinaylen[397]
RIEKSTINS, Aline Daiane Veiga[398]
SOUZA, Gabriel C Soares de[399]

RESUMO: O presente trabalho analisa a possibilidade da diminuição da violência urbana através de espaços públicos, verificando a influência desses espaços na melhoria da qualidade de vida e a relação entre a carência de espaços públicos e a violência urbana, através da metodologia de abordagem qualitativa realizada de forma bibliográfica. Os espaços públicos, como as praças, incentivam o convívio e a sociabillidade das pessoas, resgata a identidade cultural, incentiva a sua ocupação e preservação, elevando assim a sensação de segurança.

Palavras-chave: Violência Urbana. Praça. Sociabilidade. Segurança.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa sobre a influência de espaços públicos coletivos na violência urbana, analisando a relação destes no aumento da qualidade de vida. A praça incentiva o convívio e a sociabillidade das pessoas, que estão cada vez mais individualistas, corroborando dessa forma com a diminuição da sensação de insegurança. Essa troca de experiências e convívio desencadeia a sensação de pertencimento ao local, humanizando as relações, consequentemente promovendo a diminuição da violência no local. O incentivo à integração entre as pessoas, pode fazer com que o senso de comunidade renasça.

Este trabalho foi desenvolvido com a metodologia de abordagem qualitativa que "[...] privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais" (MARTINS, 2004, p. 289). Nesse sentido, ela se "preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais" (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32), para isso, foi realizado uma revisão bibliográfica sobre o tema proposto visando identificar uma possível relação entre redução da violência urbana e praças públicas bem sucedidas, isto é, movimentadas.

[397] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 8º Período, do Centro Universitário Campo Real.
[398] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 8º Período, do Centro Universitário Campo Real.
[399] Arquiteto e Urbanista, Mestre em Engenharia Urbana, e Professor de disciplinas de Planejamento Urbano, Urbanismo e Projetos Arquitetônicos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

No atual contexto da cidade e das pessoas, a impessoalidade e o individualismo definem as relações sociais, onde o contato direto com o outro é parcialmente inibido pelas condições de violência já internalizadas na vida urbana (NEVES, 2012, p. 173), esse estado de insegurança é atribuído por Castel, que é citado por Bauman (2009, p. 16), ao individualismo proporcionado pelo modo de vida moderno, que substituiu as comunidades unidas pelo dever individual de cada um cuidar de si próprio, que traz a ideia de que o perigo está em todas as partes.

Bauman caracteriza a insegurança moderna pelo medo dos criminosos e crimes, que faz com que suspeitemos das outras pessoas e não confiemos na solidariedade humana (2009, p. 16). “Quanto mais medo exista numa sociedade, mais fragmentada ela será, e ao mesmo tempo quanto mais segmentada seja a cidade, mais facilmente ela será dominada pelo medo” (SCHACHTER, 2014). O individualismo, marginalização, isolamento, desconfiança e agressividade, que são responsáveis pela violência, são causados pela decomposição das condições de vida em comunidade, assim, uma cidade sem áreas de encontro, gera o medo ao desconhecido e o ódio ao diferente, tornando o ambiente cada vez mais hostil. (SCHACHTER, 2014).

Farias (2005, p. 170) afirma que há relação entre Urbanismo e Violência. A criminalidade é uma das faces da violência. Nas cidades, pode haver um clima de violência criado, estimulado ou potencializado pela desordem urbana. O conceito de violência urbana “[...] se refere tanto aos fenômenos que acontecem na cidade quanto aqueles gerados pela cidade, a partir de seus processos violentos, vinculados às formas de produção do espaço urbano e suas consequências físicas, sociais e culturais” (SCHACHTER, 2014). A raiz do problema da violência urbana está na “[...] forma de apropriação do espaço pelo capitalismo tardio, que gera uma urbanização cada vez mais caótica e agressiva, cuja consequência é o crescimento exponencial dos conflitos e das contradições” (SCHACHTER, 2014).

A segregação espacial é considerada uma das características mais marcantes das cidades brasileiras e é subdivida em três tipos: oposição entre o centro e a periferia; separação entre as áreas ocupadas pelas moradias das classes mais populares das ocupadas pelas classes mais privilegiadas; separação entre as funções urbanas que ficam contidas em zonas específicas (LOJIKINE, 1997 apud SABOYA, 2009). A

segregação espacial ainda pode ser classificada em voluntária e involuntária. Na voluntária o indivíduo busca, por iniciativa própria, localizar-se próximo a outras pessoas de sua classe, já na involuntária as pessoas são segregadas contra a sua vontade, por falta de opção (SABOYA, 2009).

Para Villaça (2001) nas cidades brasileiras há a diferenciação entre os bairros no que diz respeito ao perfil da população, às características urbanísticas, de infraestrutura, de conservação dos espaços e equipamentos públicos. A segregação urbana traz inúmeros problemas às cidades, como a desigualdade, enfraquecimento das relações sociais e tolerância, que contribuem para o aumento da violência urbana (SABOYA, 2009).

Em um fórum de debate no site AU sobre o tema: *a arquitetura e o urbanismo podem contribuir para diminuir a violência?*, Ferraz[400] afirmou que:

> Espaços seguros e democráticos são essenciais para a promoção da segurança pública e prevenção da violência. Nesse sentido, a arquitetura e o urbanismo ganham importância central. Uma forma eficiente para reduzir a criminalidade é incentivar os governos locais e seus parceiros a investirem em melhorias urbanas e projetos arquitetônicos. Mas só isso não basta: é preciso realizar um amplo trabalho com a comunidade, de modo a envolvê-la na execução desses projetos e na discussão sobre os espaços públicos [urbanismo inclusivo]. (FERRAZ, 2007).

Charifker (2007), complementa o debate citando como exemplos projetos de intervenção social e revitalização de áreas públicas de lazer e cultura que resgatam a identidade cultural de uma determinada comunidade, incentivando a sua ocupação e preservação, assim elevando a sensação de segurança.

Jane Jacobs, definida como genial urbanista e ativista social, defende que a vida em comunidade, como conhecer o vizinho, criar redes, misturar-se com os diferentes, saudá-los, e voltar a sorrir no espaço público, é a cura da insegurança e a violência (MARCOS, 2016).

> A garantia da recreação e do lazer nas cidades diminui as tensões sociais, dificultando o surgimento de ofensores motivados ao cometimento de delitos. [...] Assim, o combate à violência pode ser realizado por meio de políticas públicas garantidoras da dignidade da pessoa humana, nos termos da diretriz constitucional de garantia das funções urbanísticas. (FARIAS, 2005, p. 181).

[400] Foram selecionados como referências somente aqueles que fossem reconhecidamente acadêmicos e com experiência notória na área.

O urbanismo inclusivo pretende emponderar os grupos que estão à margem, aqueles que foram excluídos dos papeis ativos da sociedade, dando importância a eles dentro do espaço público para que esse empoderamento se reflita, então, na tomada de decisão das comunidades (ZATARAIN, 2017), o que para Jacobs, citada por Marcos (2016), possibilita o renascimento do sentimento de pertencimento, criação de vínculos e contatos, humanizando o espaço através do encontro, intercâmbio e diferenças,

Gaete (2016), nos apresenta um exemplo na cidade de Bangkok na Tailândia, no Bairro Khlong Toei, que é um bairro de risco, onde quase não há espaços públicos entre as centenas de residências. Neste foi implementado espaços de lazer que conforme o autor, melhoraram a qualidade de vida no bairro, a partir da implementação, em vazios urbanos, de campos de futebol que se adaptassem as características do terreno, configurando assim em formas incomuns, nome esse dado ao projeto “The Unusual Football Field” (O Incomum Campo de Futebol), permitindo assim que centenas de crianças e jovens tenham opções de lazer em seu bairro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse trabalho, percebeu-se o potencial que áreas públicas destinadas ao convívio tem em relação a diminuição da violência urbana, a partir do fortalecimento da vida em comunidade e interação entre as pessoas, pois ao alterar as configurações físico-espaciais do local, modifica-se assim, o comportamento e estruturas sociais dentro daquele espaço.

4 REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

CHARIFKER. Bruna. A arquitetura e o urbanismo podem contribuir para diminuir a violência?. **AU**. 2007. Disponível em: < http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/159/artigo52010-1.aspx> Acesso em 30 ago 2018.

FARIAS, Paulo José Leite; Ordem urbanística e a prevenção da Criminalidade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasilia, v.42, n.168, p.167-184, out./dez. 2005.

FERRAZ, Sonia Maria Taddei. A arquitetura e o urbanismo podem contribuir para diminuir a violência?. **AU**. 2007. Disponível em: <

http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/159/artigo52010-1.aspx> Acesso em 30 ago 2018.

GAETE, Constanza Martínez. **Os incomuns campos de futebol que melhoraram um Bairro em Bangkok**. Tradução de Romullo Barato. 2016. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/798525/os-incomuns-campos-de-futebol-que-melhoraram-um-bairro-de-bangkok> Acesso em 30 ago 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009

MARCOS, Martín; **Jane Jacobs e a humanização dos espaços**. 2016. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/786817/jane-jacobs-e-a-humanizacao-da-cidade> Acesso em 30 ago 2018.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza; Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago, 2004.

MUKAI, Toshio. **Direito e legislação urbanística no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

NEVES, Luiz. **Violência urbana e o processo de transformação dos acessos aos edifícios residenciais do bairro da Glória, Rio de Janeiro/RJ**. 223 f. Tese (Pós-graduação em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012

SABOYA, Renato. **Segregação urbana.** 2009. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2009/05/segregacao-espacial-urbana/> Acesso em 30 ago 2018.

SCHACHTER, Silvio. **A violência urbana e a urbanização da violência**. 2014. Disponível em: <http://pavio.net/2014/05/25/a-violencia-urbana-e-a-urbanizacao-da-violencia/> Acesso em 30 ago 2018.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001

ZATARAIN, K.; **Urbanismo inclusivo:** emponderando as crianças em nossas cidades. Tradução de Romullo Baratto. 2017. Disponível em: <http://www.archdaily.com.br/br/867175/urbanismo-inclusivo-empoderando-as-criancas-em-nossas-cidades> Acesso em 30 ago 2018.

REVISÃO LITERÁRIA SOBRE A DOENÇA DE PARKINSON

OLIVEIRA, Milena Morais de[1]
WEIDE, Gilson Faccin[2]
BIERNASKI, Antônio Neto[3]
AGGIO, Cristiane de Melo[4]

RESUMO: A Doença de Parkinson é uma patologia de caráter neurodegenerativo cujas as alterações se dão principalmente pela morte de neurônios dopaminérgicos da substância negra na região dos núcleos da base do encéfalo. Suas causas ainda não foram completamente esclarecidas, motivando a realização desta revisão de literatura sobre os aspectos clínicos e etiológicos da doença. Verificou-se que não há muitos artigos relacionados na disciplina de enfermagem e concluiu-se que ações educativas aos familiares são importantes para que esses possam entender os sinais, sintomas e os cuidados a respeito da doença que é primordial para fazer a adequações no cuidado de acordo com as necessidades de cada paciente.

Palavras-chave: Doença de Parkinson. Envelhecimento. Incapacitação.

1 INTRODUÇÃO

A doença de Parkinson (DP) é um distúrbio crônico e degenerativo dos gânglios da base, onde há uma diminuição nas reservas de dopamina na substância negra e uma consequente despigmentação desta estrutura e tem-se associado a doença à aceleração anormal do processo de envelhecimento (UMPHRED, 2004).

Os principais sinais e sintomas desta doença são bradicinesia, tremor e rigidez e instabilidade postural, assim os indivíduos tendem a reduzir a quantidade de suas atividades, tal como sua aptidão física. Estudos demonstram que a força muscular e reduzida durante a doença e aos sintomas motores são acrescidas alterações cognitivas e de comportamento, com tendência ao isolamento, ansiedade, distúrbios do sono e depressão. (GOULART; et al, 2004).

Atualmente pode ser considerada a segunda doença neurodegenerativa senil mais comum, acometendo cerca de 1% a 2 % da população acima de 65 anos, é mais frequente acima dos 60, embora uma pequena porcentagem possa ser acometida pela doença na faixa dos 40, e até 30 anos (LODOVICI, 2006).

Diante do exposto, buscou-se sumarizar os aspectos etiológicos, epidemiológicos, fisiopatológicos e os sinais e sintomas apresentados no processo do envelhecimento que estejam relacionados aos pacientes com DP.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Realizou-se uma revisão bibliográfica, por meio de materiais de cunho científicos indexados nas bases de dados Scielo, Lilacs, Science Direct, Google Acadêmico, que tratavam da DP, seus aspectos clínicos, etiológicos e terapêuticos no seu título, resumo e objeto de pesquisa.

2.2. RESULTADO E DISCUSSÃO

2.2.1 Fisiopatologia

A fisiopatologia da doença é caracterizada pela morte dos neurônios do sistema nervoso central, na região denominada de substância negra, os quais são responsáveis por sintetizar a dopamina, um neurotransmissor que controla a transmissão dos comandos conscientes vindos do córtex cerebral para todos os músculos do corpo humano. Com a perda dos mesmos, há um funcionamento anormal da região e o aparecimento de alguns sinais, destacando-se o tremor de repouso pois essa transmissão elétrica dos comandos para os movimentos fica desregulada (ALS BARROS, 2007).

O sistema dopaminérgico junto com os neurônios de melanina sofre despigmentação. Desta forma, entende-se que quanto mais clara a substância negra, maior é a perda de dopamina (TEIVE, 2005).

2.2.3 Etiologia

A DP apresenta uma etiologia idiopática, porém acredita-se que o seu surgimento provém de fatores ambientais e genéticos, podendo interagir e contribuir para o desenvolvimento neurodegenerativo da patologia (O' SULLIVAN LEWIS,1993).

Inúmeros fatores têm sido relacionados ao processo etiopatogênico da DP, como a ação das neurotoxinas ambientais, com base no surgimento de casos de parkinsonismo em usuários de heroína, a exposição de toxinas agroindustriais e o consumo de água de poço, também considerados fatores de risco (PEREIRA et al., 2000).

A hipótese da contribuição do envelhecimento cerebral na etiopatogenia da DP baseia-se na prevalência aumentada da doença com o passar da idade, associado à exposição a um agente tóxico, desencadeando, por conseguinte, está patologia (TEIVE, 2003).

2.2.4. Sinais e sintomas

O conjunto de sinais e sintomas da DP surge de maneira progressiva, sendo muitas vezes atribuídos ao próprio processo de envelhecimento. Para que surjam os chamados sinais cardinais: rigidez, bradicinesia, tremor de repouso e alterações posturais, já deve-se ter havido uma perda de cerca de 60% dos neurônios (MENESES; TEIVE, 2003; NATIONAL PARKINSON FOUDATION, 2011).

Geralmente, o sintoma inicial é tremor ao repouso ou escrita diminuída (micrografia). Com o tempo, a rigidez e a bradicinesia são notadas e começam a ocorrer alterações posturais (UMPHRED, 2004).

2.2.5. Diagnóstico

O diagnóstico da DP baseia-se principalmente nas características clínicas de parkinsonismos, como tremor, rigidez, hipocinesia, marcha e postura anormais e face sem expressão. Entretanto, o auxiliar diagnóstico mais importante talvez seja a resposta à levodopa. Os pacientes com DP quase sempre apresentam uma resposta satisfatória a essa droga. Se um paciente não responder nunca à levodopa, o diagnóstico de alguma outra forma de Parkinson é provável (ROWLAND, 2002).

Em pacientes abaixo dos 40 anos e, principalmente, entre os menores de 21 anos de idade que apresentem rigidez, tremor e bradicinesia, antes de diagnosticar DP, é recomendado exames de laboratório. Esses casos são denominados de Parkinsonismo Precoce (AZEVEDO et al., 2006).

2.2.6. Tratamento

É mister ressaltar que não existe, até o momento, como prevenir, parar, ou curar a doença. As abordagens terapêuticas utilizadas visam diminuir os sintomas motores da doença. Atualmente, o tratamento mais utilizado é o farmacológico (Levodopa), a cirúrgica, Técnicas Lesionais: destruição de determinada área cerebral (a Talamotomia e a Palidotomia estereotática), a estimulação profunda (introdução de

um eletrodo no cérebro) e a terapia celular (introdução de um grupo de células em determinada área do organismo com o objetivo de substituir funcionalmente células que foram perdidas no curso de um processo degenerativo) (NASSEF et al., 2006).

2.2.7. Cuidados de enfermagem

Os cuidados de enfermagem incluem orientações quanto à alimentação, uso de espessantes e alimentos que minimizem riscos de aspiração para o paciente. Outro fator importante a ser abordado pelos profissionais da equipe de enfermagem refere-se ao isolamento social, derivado tanto pela presença de sintomas motores quanto por outros fatores como dificuldade de locomoção, sialorréia e dificuldade de fala. A enfermagem e a equipe como um todo devem, ainda, estar atentos para problemas como constipação, que pode ser minimizada com o aumento da ingesta de fibras e água e com a prática regular de exercícios físicos. (RIEDER; 2012)

Além da atuação da enfermagem, o paciente com DP precisa ser acompanhado por outros profissionais como: fonoaudiólogo, fisioterapeuta, nutricionista, urologista e psicólogo, além é claro do neurologista e do clínico geral. A enfermagem, especificamente, dá suporte assistencial, principalmente no que se refere as alterações advindas do processo de envelhecimento, de quadros somáticos, a condição da DP e acompanhamento dos efeitos resultantes do uso de fármacos. O desconhecimento desses fatores e dessas estratégias de cuidado acaba gerando uma lacuna na assistência e a ausência de ações efetivas que poderiam evitar problemas futuros para o paciente com DP e sua família. (KUSTER et. al 2014)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho revelou que a população de idosos está aumentando consideravelmente nos últimos anos, e consequentemente as doenças típicas do envelhecimento, sendo a Doença de Parkinson umas das doenças com grande incidência nesta faixa etária, como comprova o portal do ministério da saúde, que estima cerca de 200 mil pessoas sofram com a doença e que só neste ano foram gastos R$ 17,91 milhões em medicamentos.

Diante destes números, podemos dizer que ações educativas, aos profissionais de saúde e familiares são importantes para que esses possam entender os sinais e sintomas, os cuidados a respeito da doença que é primordial para poderem fazer as adequações no cuidado e nas medidas terapêuticas que possibilitem a este paciente manter a independência nas suas atividades diárias, possibilitando assim um melhor convívio com a doença e suas incapacidades, melhorando a qualidade de vida dos parkinsonianos e de seus familiares.

4 REFERÊNCIAS

UMPHERED, D. A; **Reabilitação neurológica**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2004.

GOULART R.P et al. **O Impacto de um Programa de Atividade Física na Qualidade de Vida de Pacientes com Doença de Parkinson**. Revista Brasileira de Fisioterapia, v. 9, n° 1, p.50 a 54, 2004.

LODOVICI, P. A. **Musicoterapia como coadjuvante à doença de Parkinson**. Dissertação (Mestrado em Gerontologia). Universidade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

NATIONAL PARKINSON FOUNDATION. **Parkinson's disease**. Disponível em: www.parkinson.org. Acesso em: 08 de Setembro de 2018.

NASSEF, M. C; BRAVO, P. A. F. **Doença de Parkinson: terapêutica atual e avançada.** Disponível em: www.revistas.cff.org.br Acesso em: 10 de Setembro de 2018.

MENESES, M. S.; TEIVE, H. A. G. Histórico. In: Meneses M. S, Teive, H. A .G. **Doença de Parkinson: aspectos clínicos e cirúrgicos**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996. p. 4-14

TEIVE H.A.G. **Etiopatogenia da doença de Parkinson.** Rev Neurocienc 2005.

O' SULLIVAN S.B SCHIMITZ T.J; **Fisioterapia Avaliação e Tratamento**; 2° ed. Manole, p. 549 a 562, 1993.

PEREIRA, J. S.; CARDOSO, S. R. **Distúrbio Respiratório na Doença de Parkinson**. Rev Fisioterapia Brasil, v. 1, n. 1, p. 23-26, 2000.

ROWLAND, L. P. **Merritt: tratado de neurologia**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

AZEVEDO, R. et al. **Atividade física e doença de Parkinson**. Revista Digital,

2006. disponível em: http://www.efdesportes.com/edf101/parkins.htm Acesso em: 09 de Setembro de 2018.

BARROS, ALS; COSTA, Eridеise; MEDEIROS, Josian Silva. **Doença de Parkinson: Uma visão Multidisciplinar**; Pulso Editorial, 2007.

RIEDER; C.R.M. **Manifestações não motoras da doença de Parkinson**. In: Reis T. Doença de Parkinson: busca da qualidade de vida. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2012.

KUSTER, B. J. K; SILVA, L. A. A; LEITE, M. T; COSTA, M.C. **cuidados de enfermagem ao usuário com doença de Parkinson na atenção básica de saúde.** Revista Enfermagem UFSM, p.10 a 18, 2014.

OSTEOSSARCOMA EM CÃES – RELATO DE CASO

MOTTA, Rhamona Karina de Paula[401]
PASKO, Igor Emanuel Ourique[402]
DA SILVA, Aline Aparecida[3]

RESUMO: O osteossarcoma é um tumor que acomete cães de grande porte a gigante, sendo o tumor mais comum na clínica de pequenos animais. Consiste em um tumor maligno, de origem primária e rápida disseminação, causando metástases. Atinge geralmente ossos longos como úmero e fêmur, com predisposição em machos de qualquer faixa etária. A causa ainda é desconhecida, podendo ser por fraturas não tratadas ou traumas pelo grande peso corporal do animal. O objetivo do trabalho foi relatar métodos alternativos para o tratamento dessa patologia.

Palavras-chave: osteossarcoma. tumor. ozonioterapia. maligno. metástase.

1 INTRODUÇÃO

As neoplasias estão mais comuns na rotina de clinica veterinária de pequenos animais. Com o passar dos anos, os tratamentos estão se mostrando mais eficientes, devido aos novos fármacos disponíveis e com a preocupação de seus proprietários (PENTER, 2013).

O osteossarcoma é um tumor maligno primário responsável por 85% dos casos, que ocorre com maior frequência na clinica de pequenos animais. Normalmente acomete cães de porte grande a gigante em região metafisária, como pastor alemão, rottweiler, doberman e são bernardo, com predisposição em machos, já em cães menores o índice é extremamente baixo (TEIXEIRA, et al 2010). Animais castrados tem maior predisposição comparada a animais inteiros (PENTER, 2013). Geralmente atinge os ossos longos do organismo, como fêmur e úmero, desde animais jovens a idosos.

A etiologia desse tumor ainda é desconhecida, porém estudos mostram que ossos longos sustentam pesos maiores e podem sofrer traumas focais ou multifocais, possuem atividade celular maior, ou seja, a partir dessa atividade pode ter início a doença, pode ser por fraturas que não foram tratadas, fraturas que não consolidaram, por osteomielite crônica (OLIVEIRA e SILVEIRA, 2008) ou até mesmo infarto e cistos (PENTER, 2013). Animais com osteossarcoma podem apresentar-se assintomáticos por vários meses e com a evolução da doença, encontra-se edema local e claudicação. O

[401] Medicina Veterinária, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[402] Medicina Veterinária, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[3] Mestre, Professora, Centro Universitário Campo Real.

aumento de volume está relacionado à compreensão tecidual onde o organismo está impossibilitado de drenar normalmente, formando o edema. Nos membros afetados possuem dor a palpação, inchaço e sinal de “godet” positivo (SHAW e IHLE, 1999), a dor é resultado da expansão do tumor em micro fraturas onde ocorre ruptura do periósteo, podendo evoluir para metástases, com predileção no sistema respiratório (PENTER, 2013).

Os sinais podem ser de forma aguda ou crônica, quando possuem metástases os sinais respiratórios podem variar de tosse, apatia, anorexia, perda de peso, fraqueza, dispneia, taquipneia ou hipertermia. Para diagnóstico dessa patologia incluem exames físicos, exames laboratoriais, exames bioquímicos, radiografias, cintilografia óssea e ultrassonografia. A confirmação dos dados se dá pela biópsia (RAHAL, et al, 2003), pode ser utilizado a tomografia computadorizada ou ressonância magnética, que mostram a extensão do tumor (OLIVEIRA e SILVEIRA, 2008). Para diagnóstico diferencial dessa patologia incluem tumores primários e metastáticos, osteomielite e cistos (PENTER, 2013). O tratamento pode ser feito de forma paliativa ou definitiva, como tratamento primário a amputação do membro, pois com a ressecção irá promover a retirada do foco da dor e outras medidas como cirurgia de preservação do membro, a quimioterapia com cisplatina ou carboplatina e a radioterapia. O prognóstico é desfavorável, pois se trata de uma doença agressiva e com rápida disseminação metastática (SHAW e IHLE, 1999).

2 DESENVOLVIMENTO

Foi atendido no departamento veterinário RealVet, um canino da raça hottweiller, fêmea, 11 anos, pesando 33 kg com suspeita de fratura. Em anamnese o animal estava com a vacinação e vermifugação em dia, apresentando taquicardia, dispneia, mucosas róseas, hidratação de 1seg, TPC (tempo de preenchimento capilar) 2seg, temperatura retal 39,5ºC e linfonodos normais. Apresentava dor em membro torácico direito e foi submetido ao exame radiográfico na projeção látero-lateral direita (Figura 1). No exame radiográfico foi possível observar um tumor ósseo, conhecido como osteossarcoma. Foi solicitado hemograma e prescrito antibióticoterapia com benzilpenicilina administrado a cada 48 horas, na dose de 3,3 ml subcutâneo, anti-inflamatório meloxicam 2% a cada 24 horas na dose de 0,33 ml e analgésico opióide tramadol a cada 12 horas durante 5 dias na dose 2,6 ml. No retorno após 3 dias o tumor

havia formado um abscesso no qual foi drenado no dia anterior. Os exames apontaram eritrócitos 6,67milhões/mm³, hemoglobina 12,7 g/dL e hematócrito 39,8% indicando normalidade, o VCM (volume corpuscular médio) de 59,7 µ³, HCM (hemoglobina globular média) de 19,0pg e CHCM (concentração da hemoglobina corpuscular média) 31,9% indicando alteração e leucócitos normais de 8.900 mm³. O TGP (transaminase glutâmico-pirúvica) de 16,0 U/L e FA (fosfatase alcalina) de 103,00 U/L estavam altos e a creatinina estava normal com l1,19 mg/dL. Em anamnese o animal havia melhorado e foi submetido à radiografia de tórax, látero-lateral direita (figura 2) e o resultado da radiografia confirmou metástase pulmonar. O proprietário não queria iniciar com quimioterapia, nem realizar amputação do membro, então foi instituído um tratamento alternativo com ozonioterapia (O_3) uma vez por semana na concentração de 40mg/ml intra retal. O animal foi submetido a 4 sessões, durante 4 semanas. Após esse período, a cadela veio a óbito.

A ozonioterapia consiste em uma terapia alternativa devido a seu estímulo, síntese e ativação de anticorpos. Ajuda na oxigenação a partir da vasodilatação dos vasos, age como antialérgico e anti-inflamatório e diminui a agregação plaquetária. Alguns trabalhos mostram que possui amplo espectro de ação tanto para bactérias como fungos e vermes. Sua ação no organismo está relacionada com os radicais livres, ou seja, em casos que a doença não está muito avançada funciona na produção de radicais livres como superóxido dismutase (SOD), GSH peroxidase (GSH-Px), GSH redutase (GSH-Rd) e catalase que em doses menores tem funções benéficas (PENIDO et al, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O osteossarcoma é um tumor ósseo extremamente agressivo que se dissemina de maneira rápida, levando a metástase pulmonar o que agrava a doença, o prognóstico desse animal era desfavorável, com pouco tempo de vida. A ozonioterapia é um tratamento alternativo muito usado e discutido atualmente, e sua utilização sugere como uma alternativa para melhorar a qualidade de vida do animal.

4 ANEXOS

Figura 1: Osteossarcoma em membro torácico direito.
Fonte: RealVet, 2018.

Figura 2: Pequenos focos de metástase pulmonar.
Fonte: RealVet, 2018.

5 REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, F., SILVEIRA, P. R. Osteossarcoma em Cães. **Revista Cientifica Eletrônica de Medicina Veterinária.** v. 6 n. 10 p. 1-21, 2008.

PENIDO, B. R., LIMA, C. A., FERREIRA, L. F. L. Aplicações da Ozonioterapia na Clínica Veterinária. **PUBVET.** v**.** 4 n. 40 p. 1-23, 2010.

PENTER, C. D. **Estudo Retrospectivo da Sobrevivência de Cães com Osteossarcoma Apendicular Submetidos à Amputação de Membro com e sem Quimioterapia Adjuvante.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2013, 52p.

RAHAL, S. C., MAMPRIM, M. J., SEQUEIRA, J. L., FRANCO, A. P. R. Osteopatia Hipertrófica Associada à Metástase Pulmonar de Osteossarcoma em um Cão. **Ars Veterinária.** v. 19 n. 1 p. 35-39, 2003.

SHAW, D. H., IHLE, S. L. **Medicina Interna de Pequenos Animais.** 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999, 696p.

TEIXEIRA, L. V., MARTINS, D. B., FIGHERA, R., LOPES, S. T. A. Estudo Clínico de Osteossarcoma Canino. **Acta Scientiae Veterinariae.** v. 2 n. 38 p. 185-190, 2010.

CONFLITOS DE PRINCÍPIOS NO TRIBUNAL DO JÚRI E A REVISÃO CRIMINAL: BREVE ANÁLISE A PARTIR DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

LAUREANO, Delane Sulivan[403]
PRESTES, Jaqueline de Oliveira[404]
FARIA, Elizania Caldas[405]

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a divergência entre o princípio da soberania dos vereditos e o princípio da motivação das decisões judiciais, e os reflexos trazidos para o instituto processual da revisão criminal. Há entendimentos doutrinários que discordam da possibilidade de realização de revisão criminal contra as decisões proferidas pelo Tribunal do Júri, uma vez que se estaria desrespeitando a soberania dos vereditos. Outros, no entanto, asseguram a possibilidade de revisão criminal. Independente da hipótese adotada, se deve priorizar a presunção de inocência, princípio processual penal brasileiro norteador da análise das provas.

Palavras-chave: Tribunal do Júri. Soberania dos Vereditos. Princípio da Ponderação.

1. INTRODUÇÃO

O instituto do Júri foi disciplinado no ordenamento jurídico brasileiro, pela primeira vez, em 1822, restrito, contudo, aos crimes dolosos contra a vida apenas em 1969 (ABDALLAH, 2010). Segundo Renato Brasileiro de Lima (2018, p.1349):

> O Tribunal do Júri é um órgão especial do Poder Judiciário de primeira instância, pertencente à Justiça Comum Estadual ou Federal, colegiado e heterogêneo, formado por um juiz togado, que é seu presidente, e por 25 (vinte e cinco) jurados, 7 (sete) dos quais compõem o Conselho de Sentença, que tem competência mínima para o processo e julgamento dos crimes dolosos contra a vida, temporário, porquanto constituído para sessões periódicas, sendo depois dissolvido, dotado de soberania quanto às decisões, tomadas de maneira sigilosa e com base no sistema da íntima convicção, sem fundamentação, de seus integrantes leigos.

O sistema da íntima convicção, adotado pelas decisões proferidas no júri, se caracteriza pela dispensa de fundamentação acerca dos motivos que suscitaram a decisão. Este princípio embasa o da soberania dos veredictos e protege o conselho de sentença de qualquer modificação da decisão, se não por novo conselho de sentença. Segundo este princípio, as decisões do júri não poderiam ser alteradas em outras instânicas ou ainda, pelo próprio juiz presidente do Tribunal do Júri. Contudo, por vezes, a ausência de fundamentação no Tribunal do Júri pode ensejar o instituto da revisão

[403]Graduando em Direito no Centro Universitário Campo Real.
[404]Graduanda em Direito no Centro Universitário Campo Real.
[405]Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Professora de Direito Processual Penal III no Centro Universitário Campo Real.

criminal, diante de indícios de que a motivação da decisão proferida pelo júri partiu de uma prova ilícita.

Diante disso, o objetivo do presente trabalho é analisar a colisão entre os princípios da motivação das decisões judiciais e da soberania dos veredictos, e o reflexo que este embate traz para o instituto da revisão criminal das decisões prolatadas no Tribunal do Júri, sob o viés do princípio da presunção de inocência.

2. TRIBUNAL DO JÚRI, PRINCÍPIOS APLICÁVEIS E REVISÃO CRIMINAL

O princípio da motivação das decisões judiciais está baseado na garantia do devido processo legal, expresso na Constituição Federal, artigo 5º, LIV. A previsão constitucional para aquele princípio foi dada pela emenda constitucional nº 45, de 2004, e se encontra no artigo 93, IX, CFRB: "todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade [...]". A importância de tal previsão está associada à inadmissibilidade de julgamentos arbitrários, os quais colocam em risco a proteção dos cidadãos. Seguindo o mesmo raciocínio, Goulart (2011) expõe que "isto se dá porque em um Estado Democrático de Direito não se pode admitir que os atos do Poder Público sejam expedidos com descaso às garantias constitucionais do indivíduo".

Para que as garantias sejam mantidas, e haja de fato a motivação das decisões, segundo Krieger (2012), deve o juiz demonstrar de forma direta a todos os interessados, principalmente às partes, o que o convenceu e motivou suas conclusões processuais. Uma vez que não haja clareza e objetividade na motivação penal, de acordo com Scheid (2007), surgem alguns vícios, como a motivação incompleta e a ausência de motivação, os quais obstruem a efetivação das garantias processuais, pois:

> Ao se depararem com uma motivação não-motivada, o réu e sua defesa técnica não têm possibilidade de perceber se os seus argumentos e se suas provas foram avaliadas pelo juiz, o que frustra a ampla defesa e o contraditório. [...] Em um processo penal de índole garantista, o réu tem o direito de conhecer todos os aspectos que conduziram o juiz a tomar a decisão condenatória ou absolutória, isto é, a acolher a hipótese de acusação ou a da defesa (Scheid, 2007, p.144-148).

Por outro lado, a existência e previsão constitucional do júri como garantia individual, solidificada em cláusula pétrea (art. 5, XXXVIII, CFRB), se assenta na crença, dentre outras, de que os jurados apreciam o caso concreto com mais benignidade do que o juiz togado, que representa o Estado enquanto força impositiva da lei, vez que

seriam mais receptivos a circunstâncias de caráter extrajurídico (REIS; GONÇALVES, 2016). Os jurados são motivados por algo intrínseco a sua própria natureza, por isso que se fala em desnecessidade de motivação legal, pois no íntimo de cada um há uma motivação, a qual encontra-se amparada pelo direito natural (SOARES, 2015). Do mesmo modo, o júri representa a vontade popular, e por conta disso, expressa a soberania através de seu veredicto, daí o princípio da soberania dos veredictos.

Segundo Lima (2018), esta soberania resulta do raciocínio que um tribunal formado por juízes togados (tribunal de segunda instância, por exemplo) não pode modificar a decisão proferida pelo Conselho de Sentença, no que se refere ao mérito. Caso houvesse a possibilidade dos juízes reexaminarem o mérito da decisão proferida pelos jurados, estaria se suprimindo a competência destes em julgar os crimes dolosos contra a vida, definida constitucionalmente. Entretanto, o fato de não poder alterar o mérito da decisão proferida, não significa que as decisões sejam irrecorríveis. É possível que o Tribunal recursal devida pela cassação da decisão, para que o acusado seja submetido a um novo julgamento perante o Tribunal do Júri.

Evidencia-se que há aparente conflito entre o princípio da motivação das decisões e o da soberania dos veredictos, vez que, de um lado, tem-se a necessidade de justificação das decisões tomadas, e, de outro, o caráter soberano dos veredictos proferidos. É por este motivo, diante de tal conflito, e da ciência da existência de erros judiciários, que se discute o alcance do instituto da revisão criminal contra a decisão proferida pelo júri. Conforme Lopes Junior (2016), a revisão criminal é, em síntese, “meio extraordinário de impugnação, não submetida a prazos, que se destina a rescindir uma sentença transitada em julgado, exercendo por vezes papel similar ao de uma ação de anulação, ou constitutiva negativa”.

Mister salientar que tal medida é cabível quando a sentença condenatória, ou absolutória imprópria, transitada em julgado, for contrária ao texto expresso em lei penal, ou à evidência dos autos, quando se fundar em provas comprovadamente falsas, e, quando se descobrirem novas provas de inocência ou que possibilitem redução especial da pena do condenado, conforme dispõe o artigo 621 do CPP.

No que tange a possibilidade de revisão, há em evidência duas correntes doutrinárias. A primeira corrente diz não ser possível que o tribunal revisione as decisões proferidas pelo Tribunal do Júri, proferindo sentença que a substitua ou modifique, vez que estaria violando o princípio da soberania dos veredictos. Somente sendo possível, caso haja uma das hipóteses do art. 621 do CPP, a anulação da decisão previamente

proferida, para que outro conselho de sentença profira nova decisão, respeitando-se a competência constitucional (CAMPOS, 2010, p. 292-293). A segunda corrente afirma que o Tribunal pode, e deve, quando evidenciada uma das hipóteses do art. 621 do CPP, anular a sentença oriunda do júri e proferir outra em seu lugar, vez que o espírito do referido tribunal popular é de privilegiar o direito à liberdade, portanto, o ato rescisório *pro reo* não ofenderia o princípio da soberania do júri. Tal entendimento tem se ampliado no Direito pátrio, ensejando a possibilidade de aplicação do art. 626 do CPP a decisão do conselho de sentença (CAMPOS, 2010, p. 292-293).

Por fim, não há de se olvidar que a regra da presunção de inocência é a balizadora do direito processual penal brasileiro, por força principiológica constitucional, razão pela qual ninguém pode ser cerceado de demonstrar-se inocente ou ter sua pena reduzida após sentença transitada em julgado. Importante ressaltar que, no ano de 2013, a Corte Constitucional foi instada a manifestar-se acerca do assunto, pronunciando-se ARE 674151/MT, de relatoria do Ministro Celso de Mello (2013):

> Em suma: o Tribunal de segunda instância, ao julgar a ação de revisão criminal, dispõe de competência plena para formular tanto o juízo rescindente ("judicium rescindens"), que viabiliza a desconstituição da autoridade da coisa julgada penal mediante invalidação da condenação criminal, quanto o juízo rescisório ("judicium rescissorium"), que legitima o reexame do mérito da causa e autoriza, até mesmo, quando for o caso, a prolação de provimento absolutório, ainda que se trate de decisão emanada do júri, pois a soberania do veredicto do Conselho de Sentença, que representa garantia fundamental do acusado, não pode, ela própria, constituir paradoxal obstáculo à restauração da liberdade jurídica do condenado.

A decisão proferida pelo Supremo deu nova roupagem ao conflito constitucional estabelecido e possibilitou que a revisão criminal, além de cassar a decisão, e submeter o acusado a novo júri, revise ou absolva o indivíduo, mesmo quando a decisão rescindenda provenha do Conselho de Sentença.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Júri é verdadeira forma de expressão do sistema democrático de Direito, vez que institui o direito do acusado de ser julgado por seus pares da sociedade. Assim, muito embora o princípio da soberania dos veredictos tenha de ser respeitado, há de ser confrontado, no caso concreto, com os demais princípios constitucionais, em especial a motivação das decisões e a presunção de inocência, a fim de que os direitos individuais, inclusive os do réu, sejam preservados.

4. REFERÊNCIAS

ABDALLAH, Joanna Palmieri. A fundamentação das decisões dos jurados no Tribunal do Jùri. **Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, p. 1-29, 2010.

BRASIL. **Constituição Brasileira**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

CAMPOS, Walfredo Cunha. **Tribunal do júri: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOULART, Douglas. **O princípio da motivação como garantia processual**. 2011. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6308/O-principio-da-motivacao-como-garantia-processual>. Acesso em: 24 ago. 2018.

JUNIOR, Aury Lopes. **Direito processual penal**. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 1159 p.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal: volume único.** 6. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2018, 1872 p.

KRIEGER, Mauricio Antonacci. **Das garantias constitucionais: motivação das decisões.** 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,das-garantias-constitucionais-motivacao-das-decisoes,36495.html>. Acesso em: 24 ago. 2018.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito processual penal: esquematizado**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 765 p.

SCHEID, Carlos Eduardo. **A Motivação das Decisões Penais a partir da Teoria Garantista.** Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Direito. São Leopoldo, Rio Grande do Sul, 2007. 194p.

SOARES, Lívia Vasconcelos. **A desnecessidade de motivação dos jurados no Tribunal do Júri**. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/45470/a- desnecessidade-de-motivacao-dos-jurados-no-tribunal-do-juri>. Acesso em: 25 ago. 2018.

STF. **ARE 674151/MT**. Relator: Celso de Mello. DJ: 15/10/2013. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo728.htm#transcricao1. Acesso em: 10 set. 2018.

PREVALÊNCIA DE SÍFILIS GESTACIONAL NOS BAIRROS DE GUARAPUAVA-PR ENTRE 2011 E 2017

TABORDA, Emilaine[406]
LENHARD-VIDAL, Adriane[407]

RESUMO: A sífilis gestacional pode trazer graves consequências ao feto pelo não tratamento da mãe portadora. Esta pesquisa objetivou avaliar sua prevalência em Guarapuava. Os dados foram obtidos no SINAN entre 2011-2017, para avaliar os bairros mais acometidos. Foram notificados 96 casos de sífilis gestacional, com média de 13,7 casos/ano, sendo 86% de mulheres com até 30 anos e a maioria (43%) diagnosticadas no 3º trimestre de gestação. Demonstra-se a importância do acompanhamento pré-natal para diminuir os casos de sífilis congênita, além de contribuir com o município para a realização de ações de saúde.

Palavras-chave: Doença sexualmente transmissível (DST). Sorologia não treponêmica. *Treponema pallidum*.

1 INTRODUÇÃO

A sífilis tem como agente etiológico a bactéria *Treponema pallidum*, da família Treponemataceae. É um agente patogênico exclusivo do ser humano. A transmissão da sífilis ocorre de duas maneiras principais, uma delas é a sífilis adquirida, cuja transmissão ocorre pela via sexual. A outra forma é a vertical, denominada sífilis congênita. Há outras maneiras menos comuns, chamadas de transmissão indireta, que podem ser por contato com objetos contaminados, tatuagens e transfusões sanguíneas (AVELLEIRA; BOTTIN; 2006).

A sífilis congênita ocorre quando a mãe transmite a infecção por via transplacentária ao feto, em qualquer fase gestacional e/ou estágio da doença materna, porém quanto maior o contato do feto com os treponemas, maior sua probabilidade de infecção. Sendo assim, as chances de transmissão nos estágios iniciais da doença são muito maiores comparadas nos estágios mais avançados. A transmissão pode ocorrer no momento do nascimento, caso o parto seja vaginal e o feto entre em contato com as lesões genitais maternas (BELDA JR, 2009).

[406] Acadêmica do curso de Biomedicina, 8º Período, Centro Universitário Campo Real.
[407] Biomédica, Professora do curso de Biomedicina do Centro Universitário Campo Real, Doutora em Patologia Experimental pela Universidade Estadual de Londrina.

A sífilis congênita pode ocasionar abortos, óbitos fetais, mortes neonatais, entre outras complicações. Metade dos bebês acometidos pela sífilis congênita não apresentam sintomas da doença após o nascimento (OLIVEIRA; VERDASCA; MONTEIRO, 2008). Quando a sintomatologia está presente desde o nascimento, geralmente os sintomas são exantema maculoso facial e nas extremidades, lesões bolhosas, fissuras periorais e anais, condilomas latuns, rinite muco sanguinolenta (SARACENI et al., 2007). Quando os sintomas surgem após o nascimento e antes dos dois anos de idade são chamados de sífilis congênita precoce e, após os dois anos, de sífilis congênita tardia (geralmente neste caso os danos são irreversíveis) (BRASIL, 2005).

Esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar a prevalência de sífilis gestacional em Guarapuava-PR conforme o bairro de moradia da portadora. Com isto, quantificar os casos de sífilis gestacional, identificando quais os bairros mais acometidos, propiciando o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a esta doença.

2 DESENVOLVIMENTO

A metodologia empregada foi a de análise de dados obtidos através de fichas de investigação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), de gestantes diagnosticadas com sífilis em Guarapuava-PR entre 2011-2017, dados estes fornecidos pela Secretária de Saúde do município. O presente projeto foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), sob CAAE 91508518.2.0000.0106 e número de parecer 2.732.347. Foram coletados os seguintes dados: idade no momento do diagnóstico, idade gestacional e local de residência (bairro).

Durante o período de tempo avaliado, foram notificados 96 casos de sífilis diagnosticada durante a gestação, gerando uma média de 13,7 casos/ano. Comparando-se com Soares et al. (2017), a média se manteve constante, pois no período de 2014-2015 houve 12,5 casos/ano no município de Guarapuava-PR, mas está muito abaixo da média do Estado do Paraná de 55,5 casos/ano (BRASIL, 2017). O número total de notificações por ano de 2011 à 2017 foram de 21, 7, 16, 5, 7, 12 e 29 casos, respectivamente. Pode perceber-se que nos anos de 2011-2013 houve uma

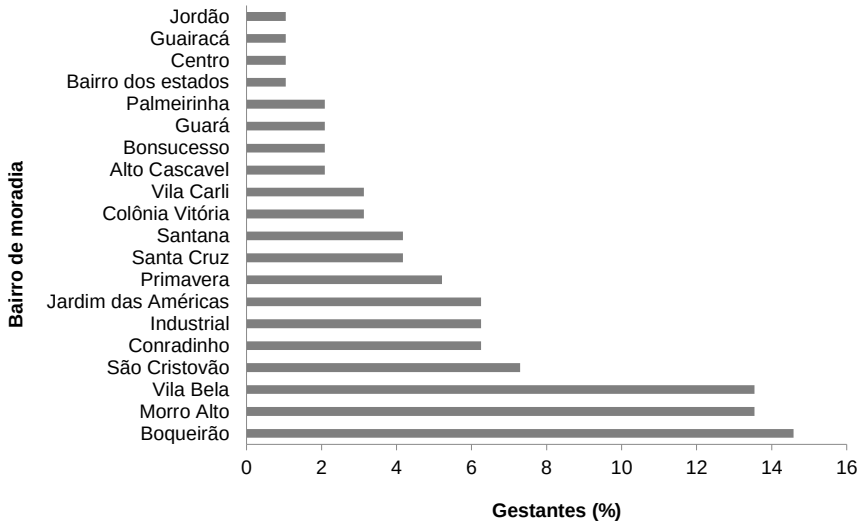
grande variação do número de notificações; já a partir de 2014, o número de casos notificados começou a crescer, atingindo o ápice em 2017.

No momento do diagnóstico, 30% das gestantes tinham menos de 20 anos de idade, 39% de 20 à 25 anos, 17% de 26 à 30 anos, 7% de 31 à 35 anos e 7% apresentava a idade maior ou igual à 36 anos de idade. A distribuição está de acordo com o apresentado pelo Ministério da Saúde, que afirma que a população mais acometida pela sífilis é a de mulheres de 15 a 29 anos (BRASIL, 2017).

O protocolo de pré-natal “Mãe Paranaense” seguido pelo município de Guarapuava estabelece que os exames sorológicos (HIV, sífilis e toxoplasmose) devem ser feitos nos três trimestres da gestação (PARANÁ, 2017). Das notificações obtidas, 31% das gestantes foram diagnosticas no 1º trimestre, 26% no 2º trimestre e 43% no 3º trimestre, sendo que metades dos diagnósticos realizados no último trimestre da gravidez foram realizados na hora do parto. No Brasil, 29,2% das gestantes acometidas por sífilis são diagnosticadas no 1º trimestre de gravidez, 30,7% no 2º trimestre e 33,1% no 3º trimestre (BRASIL, 2017). Isto demonstra que geralmente o diagnóstico/notificação ocorre de maneira tardia no país inteiro, não só no município alvo do estudo. A sífilis congênita tem seu controle mais efetivo diretamente relacionado a qualidade de assistência pré-natal, pois quando diagnosticada no início da gestação e tendo um tratamento de qualidade e eficaz, as chances de o feto nascer com a sífilis congênita são diminuídas de maneira drástica (CARDOSO et al., 2018).

A distribuição dos casos notificados por bairro do município é apresentada na figura 1.

Figura 1 – Distribuição de gestantes diagnosticadas com sífilis conforme bairro de moradia no munícipio de Guarapuava-PR, no período de 2011-2017



Observa-se uma distribuição heterogênea de casos de sífilis gestacional no município. A princípio, as unidades de saúde que atendam os bairros Vila Bela, Morro Alto e Boqueirão são as que necessitam de intensificação em campanhas de conscientização sobre sífilis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se todos os danos causados pela sífilis ao feto e o aumento no número de casos de sífilis gestacional nos últimos anos, demonstra-se a necessidade de campanhas sobre a doença e a importância do acompanhamento pré-natal, para que se consiga reduzir o número de casos, diminuindo por consequência os casos de sífilis congênita.

4 REFERÊNCIAS

AVELLEIRA, J.C.R.; BOTTINO, G. Sífilis: diagnóstico tratamento e controle. **An Bras Dermatol**, v. 81, n. 2, p. 111-126, Mar. 2006.

BELDA JR, W. **Doenças sexualmente transmissíveis**. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2009. p. 7-39.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Diretrizes para o Controle da Sífilis Congênita**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Boletim epidemiológico:** Sífilis 2017. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

CARDOSO, A.R.P.; ARAÚJO, M.A.L.; CAVALCANTE, M. do S.; FROTA, M.A.; MELO, S.P de. Análise dos casos de sífilis gestacional e congênita nos anos de 2008 a 2010 em Fortaleza, Ceará, Brasil. **Ciênc Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 563-574, 2018.

OLIVEIRA, V.M.; VERDASCA, I.C.; MONTEIRO, M.C. Detecção de sífilis por ensaios de ELISA e VDRL em doadores de sangue do Hemonúcleo de Guarapuava, Estado do Paraná. **Rev Soc Bras Med Trop**, v. 41, n. 4, p. 428-430, 2008.

PARANÁ. Secretária de Estado da Saúde. Programa Mãe Paranaense. **Protocolo de atenção ao pré-natal:** Risco habitual. Secretária de Estado da Saúde, 2017.

SARACENI, V.; DOMINGUES, R.M.S.M.; VELLOZO, V.; LAURIA, L. de M.; DIAS, M.A.B.; RATTO, K.M.N; DUROVN, B. Vigilância da sífilis na gravidez. **Epidemiol Serv Saúde**, v.16, n. 2, p. 103-111, 2007.

SOARES, L.G.; ZARPELLON, B.; SOARES, L.G.; BARATIERI, T.; LENTSCK, M.H.; MAZZA, V. de A. Sífilis gestacional e congênita: características maternas, neonatais e desfecho dos casos. **Rev Bras Saúde Mater Infant**, v. 17, n. 4, p. 781-789, 2017.

A MULHER E O CÁRCERE

BERLATTO, Fernanda Humeniuk[408]
CALIXTO, Amanda Pessoa[409]
IZIDORO, Thiciane Zentil[410]
ROSAS, Rudy Heitor[411]

RESUMO: O presente trabalho aborda a questão da mulher em situação de cárcere, estudando brevemente o contexto histórico das penas imputadas. Os procedimentos metódicos empregados para obter os resultados que compuseram e embasaram esta pesquisa foram obtidos por meio de revisão bibliográfica, empregando-se o método de abordagem dedutivo no sentido de que, buscou-se entender as regras gerais sobre o assunto e verificar a sua aplicabilidade. Diante disso, foi possível uma análise no que concerne ao tratamento carcerário feminino, refletindo acerca da constante violação dos direitos humanos, bem como o aumento das desigualdades diante da realidade enfrentada diariamente pelas presas.

Palavras-chave: Cárcere. Violação de Direitos. Feminino.

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em cárcere e no cumprimento de pena, isso prontamente nos remete a violação de direitos básicos inerentes ao homem. Apesar de ser um estabelecimento em que os condenados deveriam ser apenas penalizados pelos delitos que praticaram, tendo privada sua liberdade, mas ao mesmo tempo sendo habilitados para retornarem ao convívio em sociedade, estamos cansados de saber que a realidade é bem diferente. Isso ocorre porque os cárceres no Brasil são marcados pela superlotação, precariedade na infraestrutura, bem como falta de acesso à educação e a saúde, etc. Sendo estes direitos básicos resguardados pela nossa Constituição Federal.

Porém, no que concerne aos presídios femininos à realidade apresenta-se ainda pior. Isso ocorre porque para a sociedade e o Estado é como se só existissem homens apenados, mas obviamente também existem mulheres e o tratamento que elas recebem equipara-se ao do homem, de forma totalmente errônea e inviável em razão da discrepância entre as necessidades dos homens e das mulheres.

[408] Direito, 8º B, Centro Universitário Campo Real.
[409] Direito, 8º B, Centro Universitário Campo Real.
[410] Direito, 8º B, Centro Universitário Campo Real.
[411] Professor de Execução Penal, Bacharelado em Direito, Centro Universitário Campo Real.

Dessa forma, a mulher apenada fica num total descaso, pois não há interesse do Estado em adaptar da forma correta o cárcere para acolhimento da mulher que cometeu um crime. E isso, juntamente com a inexistência de políticas públicas para reinserção dessas mulheres em sociedade traz consequências graves, pois acarreta numa habilitação difícil, bem como numa chance maior de reincidência no crime, além de diversos problemas de saúde, tanto físico quanto mental, em razão do ambiente precário em que vivem e também do psicológico abalado.

2 DESENVOLVIMENTO

No contexto histórico, as penas que eram imputadas aos homens e as mulheres sempre foram distintas. A pena dos homens tinha por objetivo torná-lo funcional aos meios de produção, por sua vez, a da mulher tinha a finalidade de fazê-la retornar aos paradigmas que eram impostos a ela socialmente. Este foi um dos fatores que contribuiu para que as mulheres buscassem por igualdade de gênero, e após muita luta, conseguiram uma equiparação constitucional, dispondo sobre igualdade de tratamento entre os sexos sem qualquer distinção, mas ainda há muito que se conquistar na prática.

Em tese, a pessoa ao estar encarcerada deve ter apenas seu direito de liberdade de locomoção limitado, porém “A prisão não é apenas o castigo, está sempre acompanhada por outras penas...” (Oliveira, p. 105). Com a situação atual dos presídios brasileiros há uma série de outros direitos que não são respeitados e que não contribuem, de forma alguma, para reabilitação dos indivíduos. Dessa forma, ao analisar a realidade como um todo, sabe-se que há superlotação, precariedade da infraestrutura, não atendimento às necessidades básicas do ser humano que são expostos às condições deploráveis e vivem num local totalmente desapropriado. Nesse sentido:

> A superlotação das celas, sua precariedade e sua insalubridade tornam as prisões num ambiente propício à proliferação de epidemias e ao contágio de doenças. Todos esses fatores estruturais aliados ainda à má alimentação dos presos, seu sedentarismo, o uso de drogas, a falta de higiene e toda a lugubridade da prisão, fazem com que um preso que adentrou lá numa condição sadia, de lá não saia sem ser acometido de uma doença ou com sua resistência física e saúde fragilizadas (DIAS, 2016).

Porém quando se pensa em presídio feminino, devemos lembrar que as mulheres possuem peculiaridades, por exemplo, com relação à gestação,

amamentação, menstruação, necessidades básicas que são completamente ignoradas, tendo em vista que as mulheres apenadas na maioria das vezes são tratadas sem qualquer distinção, como se fossem homens. Isso anda junto com o princípio da individualização da pena, dessa forma:

> A individualização, personalização e humanização da pena são garantias constitucionais que asseguram ao delinquente um tratamento mais justo e racional. São princípios fundamentais da pena, assegurados nas normas constitucionais e imprescindíveis para que o Direito Penal alcance seus objetivos, se é que se pretende que esse Direito possa ser algo mais do que o mero exercício da força e da brutalidade (SANTOS, p. 340).

Ainda, a Lei de Execução Penal em seu artigo 83, § 2º prevê que os estabelecimentos penais para mulheres devem ter berçário, onde elas possam cuidar dos filhos e amamentá-los, no mínimo, até os seis meses de idade. Além disso, devem ter agentes exclusivamente do sexo feminino, conforme art. 83 § 3º da LEP, com o objetivo de evitar maus tratos, abusos sexuais e violação da intimidade das presidiárias. Ocorre que em estabelecimento penal mistos é bastante comum ter agentes do sexo masculino nas áreas das presas, o que é expressamente proibido por lei, mas que na prática não é cumprido.

É garantida também, com relação à assistência a saúde, conforme art. 14, § 3º da LEP o acompanhamento à mulher na sua gestação que estende-se ao recém-nascido após a gestação, sendo vedado o uso de algemas nas mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto, durante o trabalho de parto e também durante o período do chamado puerpério imediato, em conformidade com o disposto no art. 292, parágrafo único do Código de Processo Penal.

Contudo, na realidade há mulheres que são algemadas para realizarem tais procedimentos, mesmo estando em uma situação de extrema vulnerabilidade e não oferecendo nenhum risco. Além disso, a criança já nasce com seus direitos violados, porque de fato é necessário que o bebê fique com a mãe até os seis meses, mas isso num ambiente adequado que certamente não é o que se encontra nas penitenciárias femininas, pois acabam expondo a criança a um ambiente insalubre, com ratos e baratas, facilitando a proliferação de doenças e colocando a saúde tanto da mãe que necessita de cuidados especiais na gestação, bem como um acompanhamento após o parto, quanto do bebê, em risco.

A realidade vivenciada no cárcere, conforme já mencionada, é bem diferente do que o nosso ordenamento jurídico prevê, além das mulheres terem laços sociais rompidos ao adentrar no cárcere, há ainda privação de direitos e garantias constitucionais. Com base nisso:

> O tratamento para mulheres presas é pior que o dispensado ao homem, que também sofre com as precárias condições na prisão, mas a desigualdade de tratamento é decorrente de questões culturais e com direitos ao tratamento condizente com as suas particularidades e necessidades. (BORGES, 2005, p. 87).

Com isso ficam evidentes tais violações, bem como o reforço da desigualdade, em razão das condições que as presidiárias se encontram, ficando totalmente vulneráveis e desamparadas pelo Estado. Percebe-se ainda que, fica demonstrado que o sistema penal brasileiro contribui ainda mais para a violação dos direitos humanos, principalmente com relação à mulher encarcerada, que se encontra em situação de total descaso e abandono.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto conclui-se que os cárceres femininos não estão preparados para recepcionar ninguém, menos ainda as mulheres que apresentam peculiaridades inerentes a condições de seu gênero, dessa forma dificulta a possibilidade de habilitação, por estarem num local totalmente degradante que reforça ainda mais a desigualdade.

Nosso sistema prisional já é conhecido pela maneira que aprisiona e violenta todos os presidiários, contribuindo para violação de direitos humanos e não cumprindo com seu real objetivo que é reduzir a criminalidade e a violência na sociedade. Com isso, tem-se que as prisões que abrigam as mulheres são totalmente inadequadas, não são pensadas e muito menos adaptadas para atender suas particularidades, o que acarreta numa invisibilidade das mulheres.

Importante ressaltar que não se trata de oferecer regalias às apenadas, mas sim fornecer as condições mínimas para que tais mulheres tenham uma vida digna, e tenham cerceado apenas seus direitos com relação à liberdade (pois essa é uma das finalidades do cumprimento da pena) não com relação à saúde, a dignidade, etc. Além disso, é imprescindível promover políticas públicas com a finalidade de contribuir para

habilitação dessas mulheres em sociedade e dessa forma combatendo, de forma efetiva, a criminalidade.

4 REFERÊNCIAS

BORGES, Paulo César Corrêa. **Direito Penal Democrático**. 1. ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2005.

DIAS, Cláudio Cassimiro. **Realidade do Brasil**. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3481/A-realidade-atual-do-sistema-penitenciario-brasileiro> . Acesso em: 27 set. 2018.

OLIVEIRA, Camila Belinaso de. **A Mulher em Situação de Cárcere**. Porto Alegre, Fi, 2017.

SANTOS, Bartira Macedo Miranda. **Criminologias e Política Criminal.** Disponível em:<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/23r885k0/Y3632VpXY7bw6oLS.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

RESOLUÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À PARTIR DO ATIVISMO JUDICIAL

BORYÇA, Marynara[412]
STAVINSKI, Clarissa Gomes de Lima[413]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[414]

RESUMO: O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas, a fim de expor como o ativismo judicial tem sido realizado como forma de garantir as políticas públicas, onde o poder Executivo vem a ser omisso e o poder Judiciário acaba por intervir para garantir condições mínimas. Com isso, buscou-se mostrar de que modo os direitos e garantias fundamentais vêm sendo assegurados.

Palavras-chave: Ativismo Judicial. Executivo. Políticas Públicas. Judiciário. Direitos Fundamentais.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da História foi muito questionada a forma de divisão de poderes até chegar aos moldes atuais: Executivo, Legislativo e Judiciário. É função do poder Executivo assegurar os direitos e garantias fundamentais, por meio de leis estabelecidas pela Constituição Federal.

O ativismo judicial seria um método, realizado pelo poder Judiciário, de buscar efetivação dos interesses da sociedade, quando a administração do Estado não consegue satisfazê-los. Portanto, em última instância, todo cidadão que não tiver seu direito executado, poderá recorrer por meio de ação judicial.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A LEGISLAÇÃO

Conforme art. 2º da Constituição Federal Brasileira: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. A legislação brasileira assim dividiu as funções de seus órgãos públicos com o fim de combater a tirania, caso os poderes ficassem sob responsabilidade de uma só pessoa, conforme Helton Kramer Lustoza (2015).

412 Acadêmica de Direito, 4. Período, Centro Universitário Campo Real.
413 Acadêmica de Direito, 4. Período, Centro Universitário Campo Real.
414 Orientadora. Professora da disciplina de Direito Constitucional do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.

Além da tentativa de se evitar o abuso de poder, é um fato que a separação de poderes tem como um de seus objetivos reduzir o tempo de duração de seus procedimentos, segundo Taís Caroline Pinto e Mariana Lobo Zanata “a atribuição de tais funções visou, primordialmente, facilitar o exercício de determinadas funções de cunho prático e administrativo (…)” (LOBO e PINTO, s.d.).

Por fim, o fracionamento das funcionalidades de cada órgão resulta na atuação de fiscalizador de um para com o outro, o que, em tese, teria como consequência a diminuição na corrupção e a garantia de que as decisões que afetam o povo sejam tomadas de forma correta (LUSTOZA, 2015, p. 217).

2.2 A HISTÓRIA

Quem veio a transmitir a primeira ideia de separação de poderes foi o americano John Locke. Contudo, ele os separou em Legislativo, Executivo e Federativo. O primeiro seria responsável pela elaboração de leis voltadas para a população; o segundo deveria “cumprir as leis elaboradas pelo poder legislativo”; já o terceiro “nada mais é do que o poder que possui o governante, portanto, o executivo, de tratar das questões de ordem externa do Estado” (ALBUQUERQUE, s.d.). O poder judiciário não seria um poder autônomo, pois cabe ao poder executivo a aplicação das leis.

Montesquieu foi o responsável por acrescentar a função judicial: “os juízes de uma nação não são mais que a boca que pronuncia as sentenças da lei, seres inanimados que não podem moderar nem sua força, nem seu rigor” (TAVARES, 2012, p. 1199).

O que se percebe é que em ambas as teorias a aplicação de leis é imutável, o que demonstra que não era utilizada a hermenêutica jurídica, assim sendo, julgava-se sem levar em conta os costumes dos locais.

2.3 DA INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO

Conforme o artigo 2º da Constituição, já mencionado anteriormente a respeito da tripartição dos poderes, visto que são independentes e harmônicos entre si, não podendo um interferir na esfera do outro, com o risco da ocorrência de inconstitucionalidade, o Poder Judiciário acabou por intervir no âmbito executivo quando este é incapaz de exercer suas funções.

Segundo Verônica Chaves Cordeiro Donato, “a Constituição Federal de 1988, conferiu ao Poder Judiciário força suficiente para participar ativamente das questões sociais e políticas”, preceitua em seu art. 5º, inciso XXXV, que: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.” Assim, quando um indivíduo apreciar o Judiciário a respeito de uma transgressão realizada por órgão legislativo ou executivo, este terá de examinar e julgar determinada questão sem poder se recusar a cumprir tal função.

2.4 COMO SE DÁ O ATIVISMO JUDICIAL

O direito à saúde está intimamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana e questões como a de saúde são normalmente objeto de ações judiciais, pois, o Estado não possui capacidade de fornecer o necessário fazendo com que o próprio poder Executivo não consiga suprir suas incumbências.

Conforme Phillip Gil França e Maria Cecília Soares Vannucchi:

> O Direito à saúde tem íntima e inegável conexão com o direito fundamental à vida, mas não só a de se manter vivo, mas com a noção de um direito a uma vida com qualidade, como consectário do princípio da dignidade da pessoa humana” (FRANÇA e VANNUCCHI, 2015).

Sendo assim, ao perceber a omissão administrativa ou legislativa, é obrigação do judiciário de efetivar os princípios expostos na Constituição.

Segundo Anderson Vichinkeski Teixeira:

> Um juiz ativista, em sentido positivo, atua na busca da proteção dos direitos fundamentais e da garantia da supremacia da Constituição, assumindo uma postura concretizadora quando diante da abstração de princípios constitucionais, como dignidade da pessoa humana, proteção ao menor, assistência aos desamparados, etc.” (TEIXEIRA, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com essa pesquisa que não há inconstitucionalidade na interferência do Poder Judiciário nos outros poderes, tendo em vista que sua função é de auxiliar na resolução dos conflitos. Sendo assim, sempre que houver a necessidade de intervenção será convocado tal poder para sanar esta problemática, como uma forma de suprir os direitos e garantias fundamentais.

4 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Armando. **A Teoria Lockeana da Separação de Poderes**. Sem ano. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4129304d04cff4cb>. Acesso em 27 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

DONATO, Verônica Chaves Cordeiro. 2016. **O Poder Judiciário no Brasil: Estrutura, Críticas e Controle**. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp041679.pdf>. Acesso em 27 ago. 2018.

FRANÇA e VANUCCI. **Uma análise do controle judicial dos atos administrativos de atendimento à saúde pública**. 2015. Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/leitura/uma-analise-do-controle-judicial-dos-atos-administrativos-de-atendimento-a-saude-publica>. Acesso em 27 ago. 2018.

LUSTOSA, Helton Kramer. **Eficiência administrativa e ativismo judicial: escolhas orçamentárias, políticas públicas e o "mínimo existencial social"**.1.ed. Curitiba: Íthala, 2015.

PINTO, Taís Caroline; ZANATA, Mariana Lobo. **Ativismo Judicial: Uma análise crítica da judicialização da política como instrumento democrático de concretização dos Direitos Fundamentais.** Sem ano. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=a0833c8a1817526a>. Acesso em 27 ago. 2018.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. Ativismo judicial: nos limites entre racionalidade jurídica e decisão política. **Rev. direito GV**, São Paulo, vol. 8, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322012000100002>. Acesso em 27 ago. 2018.

GERMINAÇÃO E EMERGÊNCIA EM SEIS CULTIVARES DE TRIGO

LILLER, Adrieli Maria Kovalski[415]
COSTA, Liliane Maricele Almeida[416]
PEREIRA, Salatiel Felipe[417]
REDIVO, Greice Daiane Rodrigues Gomes[418]

RESUMO: Este experimento teve como objetivo avaliar a germinação e vigor de sementes de trigo em testes a campo, verificando qual era o índice de plantas emergidas e acima de 4 cm por metro quadrado. Para isso foram avaliadas 6 variedades de trigo sendo a testemunha produção própria e sem tratamento de sementes. As variedades testadas foram TBIO Consistência, BRS Sanhaço, IPR Potyporã, FPS Certero, ORS 1403 e a testemunha TBIO Noble. O experimento foi realizado no munícipio de Guarapuava. As cultivares que apresentaram melhor germinação e maior velocidade de emergência foram ORS 1403 e FPS Certero.

Palavras-chave: *Triticum aestivum***.** Sementes**.** Qualidade.

1 INTRODUÇÃO

O trigo é um cereal da família das poaceae, pertence ao gênero *Triticum**,*** e as espécies mais cultivadas são *Triticum aestivum, T. durum* e *T. monococcum*. O grão se destaca por ser utilizado na produção de farinha para massas como, pães, biscoitos, macarrão, bolos e etc, além de ser utilizado na nutrição animal (OLIVEIRA NETO & SANTOS, 2017).

As sementes são de extrema importância para um bom estabelecimento da lavoura de trigo. As mesmas são constituídas de pericarpo, camada de aleurona, endosperma e eixo embrionário. Segundo Oliveira Neto & Santos (2017) as cultivares de trigo mais utilizadas no Brasil são Mirante, Tbio Mestre, BRS 394, BRS 264, Coodetec 150 e IPR Catuara TM. Barbieri et al. (2013) afirmam que sementes de qualidade elevada apresentam maior velocidade em processos metabólicos contribuindo para uma germinação mais uniforme e um bom estabelecimento inicial de stand. Os autores afirmam que reduções iniciais de stand podem ocorrer devido a fatores como ataques de insetos, estresses abióticos, luz, condições do solo e qualidade da semente.

Avaliar sementes envolve testes de germinação e vigor, contudo estes testes apresentam limitações, pois são realizados em laboratório, ou seja, em condições ideais,

[415] Discente de Engenharia Agronômica, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[416] Discente de Engenharia Agronômica, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[417] Discente de Engenharia Agronômica, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[418] Docente e orientadora do curso de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real.

o que pode trazer um resultado superestimado de germinação (SILVA et al., 2012). Sendo assim faz-se importante avaliar o desempenho a campo das cultivares.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido na Fazenda Três Capões, no município de Guarapuava. Foram utilizados 6 tratamentos diferentes, tratando-se de 6 cultivares de trigo sendo elas: TBIO Consistência, BRS Sanhaço, IPR Potyporã, ORS 1403, FPS Certero e TBIO Noble. Foi usada como tratamento testemunha a cultivar TBIO Noble a qual é semente salva da safra anterior e plantada na mesma região, sem tratamento. As outras variedades receberam tratamento de sementes industrial com o inseticida Tiametoxan e o fungicida Tiram. As doses usadas foram de 100 ml de Tiametoxan para 100 kg de semente e 200 ml de Tiran para 100 kg de semente

O espaçamento entre linhas utilizado no experimento foi de 0,158 m. Para adubação foi colocado 238 kg ha^{-1} do formulado 02-20-18. A velocidade de plantio foi de 5 km/h e a distribuição de sementes foi de 153 kg ha^{-1}.

A área total do experimento é de 2360 m^2 incluindo bordaduras e espaços entre as parcelas.

Para a realização do experimento foi utilizado o delineamento inteiramente casualizado, onde foram feitas 4 repetições de 4 tratamento, somando 24 parcelas de 90,85 m^2 de área.

As variáveis avaliadas foram plântulas emergidas por metro quadrado e plântulas emergidas por metro quadrado acima de 4 cm.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o plantio foi acompanhado dia-a-dia o experimento e as primeiras plantas emergidas foram encontradas a partir do 9º dia após o plantio. Por meio de análises estatísticas usando o teste de Tukey, foi possível observar que após 9 dias de plantio a cultivar que possuía maior número de plântulas emergidas por metro quadrado foi a ORS 1403. Conforme apresentado na tabela 1 as cultivares FPS Certero, TBIO Consistência e IPR Potyporã não apresentaram diferença significativa entre elas.

Tabela 1 – Número de plantas emergidas 9,10 e 11 dias após plantio (DAP) e número de plantas com mais de 4cm de comprimento após 9,10 e 11 dias após plantio (DAP)

	9 DAP		10 DAP		11 DAP		4 cm aos 9DAP		4 cm aos 10DAP		4cm aos 11DAP	
ORS 1403	41,5	a	119,1	a	157,0	a	1,1	a	27,2	a	106,5	a
FPS CERTERO	25,1	b	84,1	b	135,2	a	0,9	ab	16,6	b	68,5	b
TBIO CONSISTÊNCIA	18,8	bc	41,1	c	93,9	b	0,3	bc	4,5	c	24,8	c
IPR POTYPORÃ	17,9	bc	39,4	c	74,7	bc	0,1	c	3,5	c	12,2	cd
BRS SANHAÇO	16,5	c	36,2	c	53,0	c	0,6	c	2,9	c	10,5	cd
TBIO NOBLE	0,0	d	0,6	d	3,1	d	0,0	c	0,0	c	1,1	d
DMS (5%)	7,5103		14,6503		37,3727		0,7520		9,9776		18,4017	

Aos 10 dias pós-plantio foi percebido a variedade ORS 1403 continuou sendo a com maior índice de plântulas emergidas, mas como pode ser notado na tabela 1 a cultivar FPS Certero apresentou um arranque maior que as outras cultivares sendo a segunda com a melhor emergência, enquanto as cultivares TBIO Consistência, IPR Potyporã e BRS Sanhaço não apresentaram diferenças significativas entre si. A cultivar TBIO Noble começou a apresentar plantas em emergência.

Depois de 11 dias após o plantio a cultivar FPS Certero atingiu o patamar de emergência da cultivar ORS 1403, como demonstrado na Tabela 1, as médias das duas cultivares não diferiam mais entre si. A variedade TBIO Consistência não apresentava diferente se comparada às variedades IPR Potyporã e BRS Sanhaço, porém estas duas últimas tiveram diferenças significativas. A variedade que apresentou o menor índice de emergência foi a testemunha TBIO Noble a qual era cultivar de produção própria e sem tratamento de sementes

Quanto ao número de plântulas emergidas com mais de 4 cm, foi possível notar conforme relatado na tabela 1 que as variedades FPS Certero e ORS 1403 foram as que apresentaram melhor resultado. Entre as outras cultivares não houve diferença estatística considerável.

No 10º primeiro dia pós-plantio a cultivar ORS 1403 já apresentava um número superior de plântulas acima de 4 cm se comparado as outras cultivares. A FPS Certero também se destacava quando comparadas as outras cultivares e as mesmas

não apresentavam médias diferentes estatisticamente entre si, como pode ser percebido na tabela 1. No 11º dia não houve muita diferença quando comparado ao dia anterior as cultivares que apresentavam maior velocidade de germinação continuavam sendo as mesmas como é apresentado na tabela 1.

4 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com este experimento foi possível observar que as cultivares ORS 1403 e FPS Certero apresentam melhor índice e velocidade de germinação a campo, sendo boas opções para plantio de trigo sobre o ponto de vista de desenvolvimento inicial. Também é possível concluir que sementes salvas e sem tratamento apresentam baixo índice e baixa velocidade de germinação.

5 REFERÊNCIAS

BARBIERI, A. P. P.; MARTIN, T. N.; MERTZ, L. M.; NUNES, U. R.; CONCEIÇÃO, G. M. Redução populacional de trigo no rendimento e na qualidade fisiológica das sementes. **Ciência Agronômica**. v. 44, n. 4, p. 724-731, 2013.

OLIVEIRA NETO, A. A.; SANTOS, C. M. R. **A cultura do trigo**. 1 ed. Brasília: Conab, 2017. 218 p.

SILVA, V. N.; GOMES JUNIOR, F. G.; CICERO, S. M. Computerized imaging analysis of seedlings for assessment of physiological potential of wheat seeds. **Revista Brasileira de Sementes**. v. 34, n. 4, p. 589-596, 2012.

MONITORAMENTO ELETRÔNICO: UMA ALTERNATIVA À SUPERLOTAÇÃO PRISIONAL

WUIDELESKI, Aline Cristiane[419]
BARBOSA, Regiane do Carmo[420]
QUADROS, Ueslen Leal[421]
ROSAS, Rudy Heitor[422]

RESUMO: Este trabalho visa estudar a aplicabilidade do monitoramento eletrônico bem como algumas de suas funções primordiais, quais sejam, a reinserção do preso no meio social bem como descarregar as penitenciarias brasileiras, já que estas possuem índices muito elevados de apenados. Analisar também a aplicação do monitoramento eletrônico que foi instituído pela lei 12.258/10, tal medida é usada em casos que o apenado é beneficiado para um regime domiciliar de cumprimento de pena ou de saídas temporárias, como elenca o art.146-B da Lei de Execução Penal (LEP).

Palavras-chave: Monitoramento eletrônico. Superlotação carcerária. Prisão. Substituição.

1 INTRODUÇÃO

As primeiras experiências com o dispositivo de monitoramento eletrônico datam a década de 60. No referido ano de 1964 um conjunto de pesquisados de Harvard desenvolveu um transmissor portátil denominado como *"*Behavior Transmitter-Reinforcer (BT-R*)"*, a finalidade dele era fiscalizar doentes mentais e delinqüentes. O equipamento produzia gráficos que indicavam a localização daquele indivíduo que estivesse usando. (AZEVEDO E SOUZA, 2016).

Após isto, a utilização do equipamento começou a ser cada vez mais aprimorada e utilizada por diferentes países, para distintas finalidades.

Em âmbito nacional, começou-se a falar sobre o monitoramento eletrônico em 2001, quando o Congresso Nacional começou a discutir sobre a superlotação carcerária que na época tinha por volta de 230 mil apenados.

Houveram 8 projetos que versavam sobre esta questão, porém apenas em 2010 foi promulgada a Lei 12.258/10 que regulamentou a utilização de monitoração eletrônica na execução penal brasileira.

[419] Aline Cristiane Wuideleski, Direito, 8° Período do Centro Universitário Campo Real.
[420] Regiane Do Carmo Barbosa, Direito, 8° Período do Centro Universitário Campo Real.
[421] Ueslen Leal De Quadros, Direito, 8° Período do Centro Universitário Campo Real.
[422]Prof. Me. e orientador Rudy Heitor Rosas da Disciplina Execução Penal do Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

A crise no sistema carcerário é um dos temas de maior relevância no âmbito jurídico, bem como no social. Sua repercussão é grande, porém pouco se nota políticas de curto ou longo prazo afim de amenizar os efeitos. Quando tratamos da superlotação, um dos fatores primários vem por meio do desrespeito aos direitos constitucionais do indivíduo.

Observa-se assim, a relevância em debater sobre essa questão. Nesse sentido, Andrea Almeida Torres cita que: ‘’ A realidade dos presídios em todo país é o retrato fiel de uma sociedade desigual e da ausência de uma política setorial seria e estruturada que enfrente a ineficiência do sistema penitenciário.” (TORRES, 2007, p. 197).

Ao que tange à direitos, a Lei de Execução Penal em seu art. 88 contempla que:

> Art.88. O Condenado será alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório.
> Parágrafo único: São requisitos básicos da unidade celular:
> a) Salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;
> b) Área mínima de 6,00m2 (seis metros quadrados).

Embora possuam seus direitos legalmente normatizados, a realidade do apenado é outra, já que os graves problemas estruturais enfrentados pelo sistema não parecem ter um fim. Deste modo o monitoramento eletrônico ganha cada vez mais espaço no atual ordenamento.

Segundo dados obtidos por meio de relatórios do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), no ano de 2014 a população carcerária no Brasil chegou ao quantum de 622.202 indivíduos. Vale ainda se ressaltar que a maioria deles se encontram em condições degradantes, sem o mínimo de dignidade humana para subsistência.

Alusivo ao monitoramento eletrônico, em 15 de julho de 2010 por intermédio da Lei 12.258 este foi instituído na Lei de Execução Penal (LEP) a qual alterou dispositivos e também incluiu novos.

Ao integrar o Monitoramento Eletrônico de apenados no ordenamento jurídico, mais especificamente no regime semiaberto, criou-se uma alternativa relevante à superlotação do sistema prisional. Com esse mecanismo auxiliar o Estado pode

reinserir o detento à sociedade, cumprindo um de seus objetivos principais, a ressocialização.

Nesse contexto, temos a implantação das tornozeleiras eletrônicas, por exemplo, tem por função monitorar o presidiário e ver onde o mesmo se encontra. Com isso consegue se retirar alguns presos que possuem penas menos gravosas de traz das grades e colocá-los em convívio com a sociedade, até mesmo como fim de ressocialização.

A Lei. 12.258/10 em seu art.146-C dispõe que:

> **Art. 146**-C. O condenado será instruído acerca dos cuidados que deverá adotar com o equipamento eletrônico e dos seguintes deveres: (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010).
> **I**- receber visitas do servidor responsável pela monitoração eletrônica, responder aos seus contatos e cumprir suas orientações; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010).
> **II**- abster-se de remover, de violar, de modificar, de danificar de qualquer forma o dispositivo de monitoração eletrônica ou de permitir que outrem o faça; (Incluído pela Lei nº 12.258, de 2010).

O monitoramento do apenado se dá por meio de sinalizador de GPS.Com o uso do equipamento eletrônico o presidiário precisa cumprir algumas regras entre elas a limitação de horário e de frequentar determinados lugares pré-estabelecidos.

Quando houver comprovação da violação dos deveres do apenado ocasionará uma alteração no processamento da execução. Em conformidade com o artigo supracitado e os critérios avaliados pelo magistrado, poderá ocorrer sanções como a regressão de regime, revogação de prisão domiciliar e a revogação de autorização de saída temporária, além da advertência por escrito que se aplica de forma residual quando o magistrado optar por não aplicar nenhuma das medidas anteriores.

Ou seja, poderá ocorrer a revogação do monitoramento caso haja violação de deveres no período de vigilância. Todavia quando houver desvirtuamento de conduta e esta for de pouca gravidade será aplicada uma advertência escrita sem consequências mais gravosas.

Ao que se refere a competência para fiscalização do monitoramento eletrônico, ela é apenas do judiciário, na figura do magistrado ou do tribunal. As autoridades administrativas, como é o caso do diretor do estabelecimento prisional ou do secretário de segurança pública ou de justiça não poderão intervir nessa matéria.

O monitoramento eletrônico pode ser sobreposto em duas possibilidades com previsão legal, a primeira em relação as saídas temporárias no regime semiaberto (arts.

122 a 125 c/c o art. 146 – B, II, da LEP), segunda os que se encontram em prisão domiciliar (art. 117 c/c o art. 146 – B, IV da LEP).

A saída temporária é concedida ao indivíduo que esteja em cumprimento de pena no semiaberto, ele é autorizado a sair por até sete dias. Esse benefício pode ser concedido 4 vezes ao ano. A finalidade dessa saída é que o apenado estude, participe de alguma espécie de atividade para retornar ao convívio social e principalmente, que visite sua família.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um sistema penitenciário falido, com péssimas estruturas e que contém altos índices de lotação devido ao descaso dos poderes competentes, percebemos que é totalmente difícil reintegrar o preso à sociedade.

Nesse contexto entra o monitoramento e é possível concluir que embora ocorram críticas a respeito da sua constitucionalidade ou não, esse tem se mostrado um efetivo instrumento de controle penal. Ou seja, essa vigilância a distância que é concedida ao preso em casos específicos tem se demonstrado eficaz, satisfazendo suas finalidades.

4 REFERÊNCIAS

AZEVEDO E SOUZA, Bernardo de. **O monitoramento eletrônico como medida alternativa à prisão preventiva**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. 2016. Disponível em: <Https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109222/lei-de-execucao-penal-lei-7210-84>. Acesso em: 13 Ago. 2018.

CAPEZ, Fernando. **Execução penal simplificado**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARVALHO, Salo de. **Crítica à Execução Penal.** 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

GRECO, Rogerio. **Monitoramento Eletrônico**. Jusbrasil. 2012. Disponível em: <https://rogeriogreco.jusbrasil.com.br/artigos/121819870/monitoramento-eletronico. > Acesso em: 13 Ago. 2018.

FARIAS, Helvio. **Superlotação carcerária no Brasil.** Jus.com.br. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/60759/superlotacao-carceraria-no-brasil. > Acesso em: 13 Ago. 2018.

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ASPECTOS ALIMENTARES RELACIONADOS COM A PRESENÇA DE ACNE EM UM GRUPO DE UNIVERSITÁRIOS

STORER, Mariana[423]
ANTUNES, Mílary Ellen[1]
KULIK, Rosinei[1]
SCHMITT, Vania[424]

RESUMO: A acne é uma inflamação com acúmulos de secreções e restos celulares, considerada uma dermatose crônica inflamatória que é constituída por uma glândula sebácea desenvolvida com um grande ducto e pelo rudimentar. O objetivo da pesquisa foi relacionar o consumo alimentar com a acne, por meio da elaboração de um questionário aplicado ao público. A maioria dos indivíduos relatam optar por alimentos doces e fritos, os quais aumentam as chances de apresentar acne, bem como baixa ingestão de frutas e verduras variadas durante o dia ou na semana, tendo assim uma baixa proteção contra a inflamação e saúde da pele.

Palavras-chave: Acne. Alimentação. Nutrição. Adolescente. Adulto.

1 INTRODUÇÃO

A acne vulgar é uma inflamação pilossebácea da pele, definida inicialmente pela presença de um cômedo, mais conhecido como “cravo”. Isso ocorre devido ao bloqueio de saída de unidade pilossebácea, que como consequência apresenta acúmulo de secreções e restos celulares. A manifestação da acne também envolve a elevação da carga hormonal, bem como fatores genéticos que facilitam a obstrução. É considerada uma dermatose crônica inflamatória que é constituída por uma glândula sebácea desenvolvida com um grande ducto e pelo rudimentar (BENNER *et al.,* 2006).

Essa inflamação envolve quatro fatores principais: a hiperqueratinização folicular, aumento da produção de sebo pelas glândulas sebáceas, fatores endócrinos envolvidos e liberação de mediadores da inflamação no folículo e na derme adjacente.

O seu quadro clinico é composto por uma variedade de lesões que podem ser divididas em não inflamatórias como comedões fechados e abertos, e inflamatórias com pápulas, pústulas e nódulos (SCIPIONI *et al.,* 2015).

[423] Nutrição, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Docente do curso de Nutrição, Centro Universitário Campo Real.

Devido a produção de sebo, origina-se a colonização bacteriana com instalação da *Propionibacterium acnes* no processo inflamatório da glândula. Por isso, pacientes com acne possuem mais sebo e bactérias do gênero P. Acne, do que indivíduos sem acne. Dessa forma, a severidade das lesões da pele varia desde os cômedos isolados até nódulos dolorosos e cicatrizes (BENNER *et al.,* 2006).

O objetivo da presente pesquisa foi avaliar o consumo e preferências alimentares de acadêmicos de nutrição em relação a alimentos que podem prevenir ou possibilitar o surgimento de acne.

2 DESENVOLVIMENTO

Esse trabalho foi elaborado por meio de um questionário que abordava questões específicas relacionadas a acne, totalizando 26 participantes, com idade de 20 a 36 anos, do 8º período do curso de nutrição do Centro Universitário Campo Real.

3 RESULTADOS

Quando questionados sobre a preferência de alimentos doces, os participantes foram instruídos a marcar uma nota de 1 a 10, o resultado foi que 23 (88%) dos entrevistados marcou nota acima de “5”. Sendo que destes, 7 (26,9%) atribuíram nota 10. Demonstrando grande afinidade do grupo por esse tipo de alimentos.

Sobre a preferência por alimentos fritos, a maior concentração de notas foi “7”, com 5 (19,2%) das pessoas. No entanto, observa-se uma ampla distribuição de notas e o mais curioso, não foram elencadas notas nas categorias “9” e “10”, não sendo esse tipo de alimento o preferido pelo grupo avaliado.

Em relação a já ter tido acne, 21 (80,76%) das pessoas responderam que sim. Porém, quando questionados se isso afetou ou não a vida social, 18 (69,23%) responderam que não.

Sobre o uso de suplementos como *Whey protein, albumina e caseína*, apenas 4 (15,38%) pessoas responderam que já utilizaram. Em um estudo de Costa, *et al.* (2013), comprovou-se que 17 (6%) dos atletas que utilizam suplementos alimentares em geral tiveram efeitos colaterais indesejados, sendo 15% destes relacionados a acne. Com isso, o efeito dos suplementos também é um risco para a população ter acne se não associada a um controle da mesma pela boa alimentação.

Por fim, sobre a frequência de consumo por alimentos que tem relação com a prevenção ou causa da acne, observou-se que são consumidos diariamente os seguintes alimentos: brócolis (3,84%), cenoura (7,69%), laranja (11,53%), morango (7,69%), mamão (7,69%), tomate (19,23%), leite e derivados (69,23%).

Segundo a literatura, uma dieta balanceada rica em frutas, verduras, legumes, produtos integrais e de baixo índice glicêmico está associada a uma melhora da pele, como prevenção contra a acne. Alguns alimentos ricos em vitamina A, C e do complexo B são importantes para a manutenção de uma pele saudável. Um mineral que auxilia é o zinco, o qual equilibra os níveis do hormônio masculino (testosterona), para que não haja aumento da acne, bem como inibe a 5 alfa redutase, diminuindo o estimulo da produção de sebo pela glândula sebácea, assim como consequente redução da atividade microbiana. O selênio também é um mineral que tem benefício nesses casos, pois está associado às vitaminas A e E, podendo assim reduzir a gravidade da acne resistente e ajudar a aliviar as cicatrizes resultantes da mesma (MARQUES *et al.,* 2015).

No entanto, observa-se que há alta prevalência de consumo diário de leite e derivados, que são alimentos que propiciam o surgimento da acne, se tornando um fator de risco.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que uma alimentação saudável, de maneira variada, rica em frutas e verduras que possuem vitaminas do tipo A, C, e do complexo B, assim como minerais como o zinco e o selênio, são essenciais no processo contra acne. Bem como, evitar alimentos que possam favorecer o surgimento da mesma é essencial.

Percebeu-se que entre os acadêmicos avaliados, houve baixa ingestão de frutas e verduras, e alto índice de consumo de produtos lácteos. Dessa forma, pressupõe-se que a população precisa se conscientizar mais em relação à saúde da pele em qualquer fase de vida.

5 REFERÊNCIAS

COSTA, D.C; ROCHA, N.C.A; QUINTÂO, D.F. Prevalência do uso de suplementos alimentares entre praticantes de atividade física em academias de duas cidades do vale

do aço/mg: fatores associados. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva.** v. 7. n. 41. p. 287-299. 2013. Disponível em: <http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/view/406/387>. Acesso em: 31 de agosto de 2018.

SCIPIONI, G; et al. Acne e dieta: uma revisão. **Nutrire.** p. 104-109. 2015. Disponível em: <http://sban.cloudpainel.com.br/files/revistas_publicacoes/454.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2018.

SUDO, E.J.S; FILHO, L.F. Princípios fisiológicos da acne e a utilização de diferentes tipos de ácidos como forma de tratamento. **Faculdade de Cambury, FAMERP – Faculdade de medicina de São José do Rio preto.** Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br/ohs/data/docs/18/88_-_PrincYpios_FisiolYgicos_da_ACNE_e_a_utilizaYYo_de_diferentes_tipos_de_Ycidos_como_forma_de_Tratamento.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2018.

TEIXEIRA, et al. Dicas importantes – Acne. 2007. Disponível em: <http://www.colegioamef.com.br/Pubs/Documents/Dicas%20Importantes%20ACNE.pdf>. Acesso em: 27 de agosto de 2018.

BENNER, F.M; et al. Acne: Um tratamento para cada paciente. **Revista Ciência médica.** p. 257-266. 2006. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/cienciasmedicas/article/viewFile/1117/1092>. Acesso em: 27 de agosto de 2018.

MARQUES, R.S; et al. **Acne vulgar e alimentação: efeitos reparadores.** Monografia - Faculdade Atenas, 2015. Disponível em: <https://docplayer.com.br/53102879-Acne-vulgar-e-alimentacao-efeitos-reparadores-resumo.html>. Acesso em: 27 de agosto de 2018.

A DIFICULDADE DA REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL NOS CRIMES SEXUAIS

CAMARGO, Patricia Santos[425]
VALESKI, Vanessa[426]
ROSAS, Rudy Heitor[427]

RESUMO: O presente trabalho buscou de forma sucinta explicar o que é prova pericial e sua necessidade na prática penal, visto que a prática criminosa quase sempre deixa vestígios e a realização da perícia auxilia para se chegar mais próximo da verdade (processual) dos fatos. Visto a importância da perícia, sabe-se que ela não deve ser dispensada, devendo ocorrer de forma direita ou indireta, mesmo que seja de difícil realização, como é o caso dos crimes sexuais em questão.

Palavras-chave: Prova pericial. Processo penal. Crimes sexuais.

1 INTRODUÇÃO

É conhecida a importância das provas para o direito em si, são elementos essenciais, uma vez que apresentam as evidencias ao magistrado do caso trazido para julgamento, e este, através do livre convencimento motivado, profere sua decisão tomando por base estas provas.

Dentre os meios de provas existentes está a prova pericial, a qual deverá ser requerida pela autoridade policial, pelo juiz, ou ainda pelas partes. Tendo em vista que a grande maioria dos crimes deixam vestígios, a prova pericial sempre deve ser feita, independente do crime e do grau de dificuldade para sua realização.

Ao se observar os crimes sexuais, percebe-se o quanto é delicado tratar da perícia, pois os vestígios quase sempre se encontram diretamente no corpo da vítima, a qual, já abalada com os fatos, muitas vezes acaba por desfazer-se dos mesmos antes mesmo de se prestar ao perito para realização dos exames necessários.

2 DESENVOLVIMENTO

A essencialidade da prova pericial para o processo penal resta evidenciada quando o legislador se preocupa em cuidar do tema no art. 158 e seguintes do Código de Processo Penal.

[425] Direito, 8º C, Centro Universitário Campo Real.
[426] Direito, 8º C, Centro Universitário Campo Real.
[427] Professor de Medicina Forense, Centro Universitário Campo Real.

Conforme entende Reis (2016, p. 333) a prova pericial “É o exame realizado com a finalidade de instruir o julgador, por pessoa com conhecimentos específicos sobre matéria técnica, científica ou artística relacionada ao fato criminoso e suas circunstâncias”. Sendo que sua realização fica a cargo do perito, cujas responsabilidades e questões sobre a nomeação vem previstas a partir do art. 275 do CPP.

Ainda sobre o tema discorre Julio Fabbrini Mirabete (2000, p. 416):

> [...] a perícia deve ser determinada pela autoridade policial logo que tiver conhecimento da prática da infração penal (art. 6º, VII) ou até a conclusão do inquérito, bem como pelo juiz, durante a instrução, ou mesmo a requerimento das partes, na denúncia ou queixa ou no prazo da defesa prévia, ou ainda no final da instrução [...]

O Código de Processo Penal institui como obrigatória a realização de perícia de corpo de delito em casos de infrações que deixem vestígios, podendo este ser realizado direta ou indiretamente, cuja realização não pode ser suprida pela confissão do acusado (art. 158 do CPP).

Tem-se por corpo de delito “o conjunto de elementos sensíveis deixados pelo crime” (REIS, 2016), aquilo que torna a infração palpável, perceptível aos sentidos. Já o exame de corpo de delito seria a perícia realizada sobre estes elementos.

Ocorre que nem sempre a realização desta perícia será simples, pois em alguns crimes, como os crimes sexuais, os vestígios podem ser de difícil constatação. Guilherme Felipe Miguel (2016), discorre sobre esta dificuldade:

> O estupro e o estupro de vulnerável representam, por outro lado, um grave delito crime que muitas vezes não deixa vestígios, durante a sua tentativa, ou apesar de ocorrer a consumação, esses vestígios desaparecem após um determinado tempo, dificultando de sobremaneira a coleta de prova pericial com a vítima da agressão sexual. Entretanto, nas hipóteses onde o crime deixa alguma espécie de vestígios, torna-se essencial será a prova pericial, e que é efetivamente principalmente por meio do exame de corpo de delito [...].

O crime contra a dignidade sexual está previsto a partir do art. 213 do CP, e “dado que constitui grave atentado à liberdade sexual do indivíduo, integra o rol de crimes hediondos, uma vez que a lei n. 8072/90 se refere expressamente a todas as formas, simples e qualificadas, desse crime” (CAPEZ, 2010, p. 207).

Nestes crimes, um dos meios mais comuns de realizar a prova pericial é pela constatação de espermatozoides que, segundo Drezett (2011):

> [...] podem ser detectados no conteúdo vaginal, no canal cervical, na região anal ou na cavidade oral. Manchas de esperma podem ser identificadas nas roupas da vítima por meio da lâmpada de Wood ou, quando muito pequenas, por microscopia ótica. Técnicas moleculares permitem a identificação do cromossomo Y em até 40% das amostras negativas por técnicas convencionais.

Ou, ainda, pelo exame himenal realizados em crianças e adolescentes que ainda não iniciaram sua vida sexual, e que, segundo o mesmo autor, "a avaliação pode ser prejudicada pela frequente complacência da membrana que pode não apresentar lesões, mesmo consumada a violência sexual" (DREZETT, 2011). Além de que parte considerável das adolescentes inicia atividade sexual antes de sofrer a violência, o que limita o percentual em que este último exame é realizado.

O tempo decorrido entre a violência e a realização da perícia é crucial para a análise comprobatória do ilícito praticado, uma vez que a identificação de espermatozoides é comprometida após passado certo lapso temporal, devendo, a própria vítima, seu responsável ou qualquer pessoa que tenha conhecimento do delito, encaminha-la o quanto antes possível para a realização do exame.

Diante das graves consequências deixadas pelo crime de estupro, tanto físicas quanto psicológicas, imperioso se faz o estudo do referido tema, ora, as sequelas deixadas pelo crime podem ser permanentes, e diante da maior credibilidade depositada na prova pericial, sua realização se torna essencial visando uma melhor apresentação probatória ao magistrado, para que este profira uma sentença justa e adequada, assegurando os direitos dos envolvidos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se de maneira clara a necessidade da prova pericial nos crimes sexuais, pois, apesar de sua dificuldade e de ser muitas vezes invasiva na vítima, é através dela que pode se conseguir meios de provas da autoria do crime, e é claro, provas da sua materialidade. Sendo assim, mesmo passado um lapso temporal, pode ser possível a coleta, por exemplo, de espermas, que mesmo mortos, contém DNA, que ajudará na comprovação da autoria. Por tanto, a perícia, torna-se uma peça chave para a comprovação dos atos criminosos.

4 REFERÊNCIAS

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DREZETT, Jefferson et al. **Influência do exame médico-legal na responsabilização do autor da violência sexual contra adolescentes**. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/20007/22093>. Acesso em: 02 set. 2018.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de processo penal interpretado**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MIGUEL, Guilherme Felipe. **As dificuldades de utilização da prova pericial nas hipóteses de estupro de vulnerável no ordenamento jurídico brasileiro**. 2016. Disponível em: <http://emporiododireito.com.br/leitura/as-dificuldades-de-utilizacao-da-prova-pericial-nas-hipoteses-de-estupro-de-vulneravel-no-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em: 02 set. 2018.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios**. Direito processual penal esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

USO DA CREATINA ASSOCIADA A HIPERTROFIA MUSCULAR

SANTOS, Willian Machado[428]
CHICONATTO, Patrícia[2]

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo relacionar o uso da suplementação de creatina como forma de obtenção e maximização de resultados associados a hipertrofia sem danos aos praticantes e usuários daqueles sob estresse muscular associado ao correto uso da suplementação, por tanto será utilizado uma metodologia descritiva com abordagem quantitativa e o instrumento será revisão bibliográfica. A suplementação de creatina mostrou aumentar de forma significativa à massa muscular e força em praticantes de musculação, podendo, quando bem administrada servir como meio indução ao alto rendimento.

Palavras-chave: Creatina. Nutrição Esportiva. Rendimento. Hipertrofia.

1 INTRODUÇÃO

As pessoas tem buscado na prática de atividades físicas melhorar seu desempenho esportivo, sua estética corporal, seu bem-estar, além de tentar atingir uma saúde melhor. Incluem-se neste contexto para atingir seus objetivos, três importantes conceitos: Exercício Físico, Rendimento e Utilização de recursos que ampliem essas características.

Segundo os estudos os suplementos alimentares são substâncias químicas produzidas especialmente para complementar a alimentação. Eles podem ser compostos de todas as vitaminas e minerais e por isso são conhecidos como **multivitamínicos** ou podem conter apenas determinadas substâncias, como ocorre no caso da Creatina e da Spirulina, que são indicados especialmente para quem pratica algum tipo de atividade física.

Conforme GUALANO *et al. (2012)* a creatina é um recurso ergogênico cuja suplementação tem sido associada ao aumento da hidratação corporal total e ao aumento da massa muscular dos consumidores. Entretanto, estudiosos questionam se o aumento da massa muscular é um ganho real.

A creatina é um derivado de aminoácidos de uso frequente entre atletas e praticantes de atividade física, em especial aqueles que praticam modalidades de alta intensidade e curta duração. O principal objetivo desses atletas é se beneficiar do efeito ergogênico da creatina, com o possível ganho de massa muscular e a melhoria no

[428] Nutrição, 6° Período, Faculdade Campo Real.
[2] Professora, Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO.

desempenho físico. Em humanos, a creatina é armazenada principalmente na musculatura esquelética (95%) e, em menor quantidade, no cérebro, fígado, rins e testículos.

A utilização da creatina em forma de suplemento alimentar vem sendo estudada em diversos campos da saúde e com públicos diferenciados como idosos, enfermos, atletas e praticantes de atividade física. Dentre os resultados positivos já encontrados com a utilização da creatina, estão a melhora entre portadores de miopatias inflamatórias, distrofias musculares, síndromes de deficiência em creatina, condicionamento pré e pós isquêmico, déficit cognitivo e também a melhora no desempenho de praticantes de atividade física e atletas (Selberg, 2002).

Durante um exercício de alta intensidade a quebra da creatina libera energia para regenerar o trifosfato de adenosina. Mais de 90% dos níveis de creatina encontram-se na musculatura esquelética e sua regeneração após o exercício é dependente de oxigênio. A creatina exerce importante papel na contração muscular e são encontrados estoques de cerca de 120g de creatina em um homem de 70 kg. Através da suplementação com creatina é possível regular a homeostase da glicose, aumentando sua captação pelos tecidos periféricos. (Peralta e Amancio, 2002).

Este estudo faz uma revisão sistemática sobre a eficiência da creatina em praticantes de exercícios físicos, independentemente de estes serem ou não atletas de competição. Detalhar as pesquisas mais importantes sobre os efeitos no corpo humano da creatina em relação ao exercício físico cujo objetivo é avaliar o efeito da suplementação de creatina sobre a hidratação e o aumento de massa magra em indivíduos previamente treinados e não treinados, submetidos a um programa de treinamento resistido.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho consiste de uma referência bibliográfica, no período de julho e agosto de 2018. Para tanto será utilizada de uma revisão bibliográfica a partir de artigos científicos, livros acadêmicos obtidos através de busca nos bancos de dados, tais como: Scielo, Google Acadêmico e livros acadêmicos.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os primeiros segundos de um exercício de alta intensidade, o ATP encontrado na musculatura é mantido em níveis mais ou menos constantes, o ATP utilizado como fonte de energia é rapidamente reposto devido à quebra da creatina fosfato (CP). Após um exercício de alta intensidade, cerca de 50% da concentração de CP é regenerada dentro de 1 minuto, a ressíntese total da CP se completa dentro de 5 minutos (Peralta e Amancio, 2002). A síntese da creatina ocorre no fígado, rins e pâncreas, tendo como precursores três aminoácidos distintos importantíssimos: arginina, glicina e metionina (Cruzat, Rogero e Tirapegui, 2007). Em seguida, a creatina completa sua síntese pela adição de um grupo metil fornecido a partir da metionina (S-adenosilmetionina). Esta reação ocorre especificamente no fígado. (Peralta e Amancio, 2002). A absorção muscular da creatina ocorre em virtude de um processo saturável de transporte de sódio (Silva e Bracht, 2001). Uma vez dentro da célula, a creatina é fosforilada a fosfocreatina durante o repouso pela enzima creatina quinase (CK). Essa enzima possui funções de extrema importância como: criar um reservatório energético prontamente disponível; prevenir um aumento do ADP livre intracelular; criar um reservatório de prótons, permitir sinalização para início da glicogenólise no exercício, entre outros (Silvae Bracht, 2001).

A suplementação de creatina mais indicada é de 5g, quatro vezes ao dia, por 5 dias, porém, não interfere em exercícios físicos de alta intensidade e de curta duração, assim como não interfere na fadiga ou no pico de força em indivíduos treinados e não treinados (Silva e Bracht, 2001). Entretanto, a suplementação com creatina tem sido conduzida com o intuito de aumentar a capacidade de trabalho e a potência muscular durante contrações musculares de esforço máximo, podendo melhorar a realização de repetidos (Torres-Leal e Marreiro, 2008). Estes aumentos são associados à combinação do aumento das reservas iniciais de creatina fosfato e da ressíntese acelerada de creatina fosfato (Gualano e colaboradores, 2008). A suplementação aguda com creatina pode rapidamente elevar o ganho de força e de massa muscular, principalmente através da retenção hídrica, um efeito importante na melhoria do no desempenho físico (Cruzat, Rogero e Tirapegui, 2007). Em relação à força, a grande maioria de estudos indica que a suplementação aguda com creatina pode rapidamente elevar o ganho de força e de massa muscular, principalmente através do aumento do volume de água intracelular (Cruzat, Rogero e Tirapegui, 2007), estudos mostram que existem aumentos significativos da força ou potência durante a realização de corridas de curta duração e

aumento do rendimento em exercícios realizados em séries de esforço máximo (Torres-Leal, Monteiro, 2008).

Já na hipertrofia, muitos estudos que evidenciaram maiores aumentos na massa magra em consequência da suplementação de creatina, combinada com o treinamento de força e hipertrofia resultando em aumentos de hipertrofia maiores do que aqueles vistos quando da suplementação ou treinamento isoladamente (Gualano, 2010).

O presente estudo buscou avaliar as características fisiológicas e físicas obtidas com a utilização da suplementação de creatina no rendimento. Os estudos mostram que a ingestão diária de cerca de 5 gramas (em média) por dia de creatina é o suficiente para obter os ganhos de massa muscular e peso corporal. Os estudos descritos nessa revisão sugerem que os ganhos de força e massa magra advindos da suplementação de creatina são consequências dos aumentos de retenção hídrica, expressão gênica e eficiência da tradução de proteínas relacionadas à hipertrofia, além da proliferação e ativação de células satélites GUALANO *et al.* (2010)

Somado aos aspectos discutidos, o estudo descreve a relação com que o consumo de suplementos nutricionais tem efeito, principalmente pelo que tange a hipertrofia e, principalmente a estética e o corpo perfeito como consequência do rendimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos encontrados, conclui-se que a suplementação de creatina mostrou aumentar de forma significativa à massa muscular e força em praticantes de musculação, podendo, quando bem administrada servir como meio indução ao alto rendimento. O consumo de creatina é efetivo na melhoria do desempenho físico humano, porém, em condições específicas de exercício, principalmente em atividades de curta duração, alta intensidade e períodos curtos de recuperação.

4 REFERÊNCIAS

Araújo, E.R.; e Colaboradores. Creatina: Metabolismo e efeitos de sua suplementação sobre o treinamento de força composição corporal. **Rev Bras Nutrição Esportiva,** São Paulo, Vol. 3. Num. 13. Jan/fev, 2009. p. 63- 69.

Bacurau, R.F.; e Colaboradores. **Hipertrofia: Hiperplasia: fisiologia, nutrição e treinamento do crescimento muscular.** São Paulo: editora Phorte, 2001.

Gualano, B.; Benatti, F.B.; Ferreira, J.C.B.;Franchini, Emerson; Brum, Patricia Chackur;Lancha Junior, Antonio Herbert. Efeitos da suplementação de creatina no exercício intermitente de alta intensidade: divergências e recomendações metodológicas. **Revista Brasileira de Cineantropometria** & Desempenho Humano, Florianópolis, SC, Vol. 10, Num. 2, 2008(b). p. 189-196.

Gualano B, Roschel H, Lancha-Jr AH, Brightbill CE, Rawson ES. In sickness and in health: the widespread application of creatine supplementation. **Amino Acids**. 2012;43(2):519-29.

Selberg O, Selberg D. Norms and correlates of bioimpedance phase angle in healthy human subjects, hospitalized patients, and patients with liver cirrhosis. **Eur J Appl Physiol.** 2002;86(6):509-16.

Peralta, J.; Amancio, O.M.S. A creatina como suplemento ergogênico para atletas. Revista de Nutrição, Campinas, Vol. 15, Num.1, 2002. p. 83-93.

Mendes, R.R.; Tirapegui, J. **Creatina: o suplemento nutricional para a atividade física- Conceitos atuais. Caracas,** Vol.52, Num.2, 2002.

Silva, E.G.B.; Bracht, A.M.K. Creatina,função energética, metabolismo e suplementação no esporte. **Revista da Educação Física** Vol.12, Num.1, 2001. p.27-33

Torres-Leal, F.L.; Marreiro, D.N.Considerações sobre a participação da creatina no desempenho físico. **Revista Brasileira de Cineantropometria** & Desempenho Humano, Florianópolis, SC, Vol.10, Num. 3, 2008. p. 294-300.

Gualano, B.; Acquesta, F.M.; Ugrinowitsch,C.; Tricoli, V.; Serrão, J.C.; Lancha Junior, A.H. Efeitos da suplementação de creatina sobre força e hipertrofia: atualizações. Ver **Bras Med Esporte**, Niterói, RJ, Vol. 16, Num. 3, 2010. p. 219-223.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES EM HEMODIÁLISE

CAMPOS, Emanueli Dalla Vecchia de[429]
CHICONATTO, Patrícia[430]

RESUMO: A Doença Renal Crônica tem casos novos todos os anos. A hemodiálise é a terapia substitutiva mais comum. Essa doença prejudica a homeostase corporal, as principais complicações são a desnutrição energético-proteica e a alteração no metabolismo de minerais. O presente trabalho tem como objetivo verificar qual o estado nutricional de pacientes em hemodiálise em clínicas brasileiras, através de revisão bibliográfica de artigos. Através da pesquisa observou-se uma grande prevalência de pacientes do sexo masculino, a maior parte adultos, com renda e escolaridade baixas, e casados. Com relação ao estado nutricional a maioria foi classificada como eutrófica.

Palavras-chave: Rins. Hemodiálise. Nutrição. Insuficiência Renal.

1 INTRODUÇÃO

A Doença Renal Crônica (DRC) é considerada um problema emergente de saúde pública mundial, devido ao aumento da prevalência ao longo dos anos, e que na maioria das vezes só é diagnosticada nos estágios mais graves (MACHADO, 2014). A hemodiálise é a terapia substitutiva mais comum nos casos de DRC, e o seu uso está aumentando cerca de 7% ao ano (SZUCK, 2016). Segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia, o número total estimado de pacientes em hemodiálise no país em julho de 2016 era de 122.825 pessoas, o que corresponde a um crescimento de 31,5 mil pacientes nos últimos cinco anos, com aumento médio anual de 6,3% (MARINHO, 2018).

São considerados portadores da DRC os adultos que apresentarem a taxa e filtração glumerular menor que 60 mL/min/1,73 m², ou com valores maiores, quando associada a algum marcador de lesão renal por pelo menos três meses (KDIGO, 2012). Os pacientes com DRC possuem limitações físicas, sociais e emocionais que interferem na Qualidade de Vida (QV) das pessoas (MARINHO, 2018).

A DRC prejudica o funcionamento adequado de todo o organismo, já que os rins são fundamentais para a homeostase corporal. As principais complicações são a desnutrição energético-proteica (DEP) e a alteração no metabolismo de minerais (MACHADO, 2014). O termo perda de energia-proteína refere-se especificamente a

[429]Nutrição, 6º Período, Faculdade Campo Real.
[430]Nutricionista, Mestre, Faculdade Campo Real.

uma redução na massa de proteína e gordura em pacientes com a doença. A desnutrição está associada a uma série de complicações graves, como infecções, insuficiência cardíaca, redução na síntese de proteínas e cicatrização de feridas prejudicada e aumenta as taxas de hospitalização em pacientes em hemodiálise. (SZUCK, 2016).

A DEP é uma doença de origem multifatorial que inclui aspectos relacionados tanto ao consumo alimentar insuficiente em energia e nutrientes quanto às alterações hormonais e metabólicas que podem ocasionar um aumento do catabolismo energético e/ou proteico, como perda de nutrientes pelo paciente, bioincompatibilidade das membranas dos filtros de diálise, resistência à ação da insulina e do hormônio do crescimento, acidose metabólica, presença de comorbidades e inflamação (MACHADO, 2014). Os pacientes desnutridos têm 45% mais internações hospitalares, o que reduz a qualidade de vida e indica mal prognóstico. (SZUCK, 2016).

O presente trabalho tem como objetivo verificar qual o estado nutricional de pacientes submetidos à hemodiálise em clínicas brasileiras, as informações são encontradas em estudos já realizados anteriormente, encontrados em base de dados como Scielo, Google Acadêmico e Plataforma Ebsco.

2 DESENVOLVIMENTO

Oliveira et al (2012), em sua pesquisa encontrou uma amostra de 575 pacientes em 12 centros de hemodiálise de Belo Horizonte (MG), sendo que a maioria possuía menos que 60 anos (60,9%) e a maioria sendo do sexo masculino (57,7%). Com relação ao estado civil desses pacientes 57,6% declararam ser casados, 19,3% solteiros, 13,7% viúvos e 9,2% divorciados. A renda dos pacientes em 50,3% dos casos era proveniente de aposentadoria. A escolaridade mais prevalente foi de ensino fundamental completo/incompleto (59%). Com relação a comorbidades, a grande maioria dos pacientes (97,6%) apresentaram algum tipo de comorbidade, sendo as mais comuns diabetes mellitus (35,1%) e hipertensão arterial (89,4%). Com relação ao estado nutricional, que foi avaliado pela ASG (Avaliação Subjetiva Global) a maioria foi classificada como eutrofia (80,5%), seguido de suspeita de desnutrição ou moderadamente desnutridos (17%) e desnutridos graves (2,5%).

D'amico et al (2013), consegui uma amostra de 63 pacientes na cidade de Guarapuava (PR), com a idade variando entre 20-83 anos, a média de idade do sexo

masculino foi de 56,9 anos e do sexo feminino de 48,8 anos. A maioria dos pacientes sendo do sexo masculino (52,3%). A maior parte dos pacientes recebia até 3 salários mínimos (77,8%). As doenças de base mais prevalentes foram diabetes mellitus (42,8%), síndrome néfrica crônica (26,9%) e hipertensão (19,04%). O tempo de tratamento médio foi de 2 anos para as mulheres e de 3 anos para os homens. Com relação ao estado nutricional 50,7% dos pacientes estavam classificados como eutrofia e 7,9% desnutridos, sendo todos esses pacientes do sexo feminino.

Machado et al (2014), em sua pesquisa conseguiu uma amostra de 34 pacientes na cidade de Guarulhos (SP), com a média de idade de 59,4 anos, sendo a maioria com menos de 60 anos (52,9%). A maioria dos pacientes do sexo masculino (64,7%). Com relação ao estado civil boa parte se declarou com conjugue (70,6%). A renda da maioria dos pacientes variou entre 1 e 3 salários mínimos (55,9%), com relação a escolaridade a maior prevalência foi de até 8 anos de estudo (55,9%). O tempo de diálise foi de até 2 anos e meio para 70,6% dos casos. Em relação ao estado nutricional, boa parte se encontrava em eutrofia (50%), seguido de obesidade (32,4%) e desnutrição (17,6%).

Clementino et al (2014), consegui uma amostra de 43 pacientes na cidade de João Pessoa (PB), com a idade variando entre 20 e 59 anos, sendo a média de 38 anos. 56% dos pacientes do sexo masculino. Dos 43, 37% informaram ter renda familiar de até 1 salário mínimo. As escolaridades mais prevalentes foram 23% para o ensino fundamental completo e também 23% para o ensino médio incompleto. O tempo de tratamento médio para os homens foi de 7 anos, enquanto que para as mulheres foi de 4 anos. As doenças de base mais prevalentes foram glomerulonefrite em 32% das mulheres e em 33% dos homens, em seguida a nefroesclerose hipertensiva em 26% das mulheres e em 33% dos homens.o estado nutricional classificado pelo IMC foi de 54% dos pacientes em eutrofia e 17% em desnutrição, considerando a DCT 42% estava em eutrofia, 17% em desnutrição leve e 17% em obesidade, pela CB 29% em desnutrição leve e 25% em eutrofia, pela CMB 34% em desnutrição moderada e 25% em desnutrição leve e 25% em eutrofia e, ainda pela AMBc 54% dos pacientes em desnutrição grave e 29% em eutrofia.

Marinho et al (2017), no seu trabalho encontrou 110 pacientes em uma cidade que integra o Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru (BA), sendo 57,1% do sexo masculino, a grande maioria com menos de 60 anos (69,5%). Com relação ao estado civil, os pacientes foram classificados como casado (46,7%), solteiro (38,1%),

divorciado (11,4%) e viúvo (3,8%). A maioria declarou que a renda familiar era de até 1 salário mínimo, e 80% afirmou possuírem ensino fundamental completo ou incompleto. O tempo de tratamento foi de 3 meses a 5 anos. Neste estudo o principal objetivo foi avaliar a qualidade de vida e as características sociodemográficas dos pacientes, portanto não houve a classificação do estado nutricional.

Os trabalhos estudados tiveram amostras que variaram entre 34 e 575 pacientes em tratamento substitutivo. Sendo a maioria do sexo masculino, com menos de 60 anos, casados, com rendas de 1 a 3 salários mínimos, com a escolaridade entre o ensino fundamental e médio, com tempo de tratamento a partir de 3 meses. Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) foram citadas como doenças de base e também comorbidades nos estudos. Foram realizados estudos nos estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Paraná e São Paulo. Nas pesquisas foram encontrados a maior parte dos pacientes em eutrofia.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na maioria das pesquisas realizadas observou-se uma grande prevalência de pacientes do sexo masculino entre, a maior parte ainda sendo classificada como adultos, com renda e escolaridade baixas, e casados.

Com relação ao estado nutricional é importante lembrar que somente um marcador não é indicado para avaliar o indivíduo como um todo, mas a maioria foi classificada como eutrófica. Vale ainda ressaltar que quando mais indicadores são utilizados podem ser verficadas outras classificações e ainda, em alguns casos uma hiperhidratação dos hemodialisados (D'AMICO, 2013).

Mais pesquisas acerca do tema devem ser realizadas para classificar o estado nutricional dos pacientes em hemodiálise nos centros brasileiros. Essa classificação correlacionada com as comorbidades presentes pode ajudar no tratamento e também na prevenção da doença.

4 REFERÊNCIAS

CLEMENTINO, A. V. et al. Avaliação Nutricional de Pacientes com Insuficiência Renal Crônica Submetidos à Hemodiálise em uma Clínica de Nefrologia em João Pessoa-PB. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, São Caetano do Sul, v. 18, n. 4, p. 287-296, ago./2014.

D'AMICOA, L. D. F. et al. Caracterização do Estado Nutricional de Pacientes com Insuficiência Renal Crônica em Programa de Hemodiálise na Cidade de Guarapuava – Paraná. **UNICIÊNCIAS**, Guarapuava, v. 17, n. 1, p. 17-24, dez. 2013.

International Society Of Nephrology, KDIGO 2012 Clinical Practice Guideline for the Evaluation and Management of Chronic Kidney Disease. **Official Journal of the International Society of Nephrology,** EUA, v. 3, n. 1, p. 1-163, jan. 2013.

MACHADO, Alisson Diego; BAZANELLI, Ana Paula; SIMONY, Rosana Farah. Avaliação do consumo alimentar de pacientes com doença renal crônica em hemodiálise. **Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 76-84, mai./ago. 2014.

MARINHO, C. L. A. et al. Associação entre características sociodemográficas e qualidade de vida de pacientes renais crônicos em hemodiálise. **Cuidarte**, Bucaramanga, Colombia, v. 9, n. 1, p. 2017-2029, 2018.

OLIVEIRA, G. T. C. D. et al. Avaliação nutricional de pacientes submetidos à hemodiálise em centros de Belo Horizonte. **Associação Médica Brasileira**, Belo Horizonte, v. 58, n. 2, p. 240-247, jan. 2012.

SZUCK, P. et al. Association between nutritional indicators and risk of hospitalization among hemodialysis patients. **Nutrição**, Campinas, v. 29, n. 3, p. 317-327, mai./jun. 2016.

SEPARAÇÃO DE ESTADO E IGREJA NOS TRIBUTOS PÚBLICOS

CORRENT, Mayron Tadeu[431]
KOLISKI, Paula Alessandra[432]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[433]

RESUMO: No presente estudo a seguir, tem o objetivo de separar o poder secular (Estado) e o poder religioso (Igreja), mostrar como a Constituição Federal protege e assegura a liberdade religiosa, com o modelo de Estado Laico, o qual veda qualquer relação entre ambos, proibindo os tributos com o objetivo de garantir a liberdade religiosa.

Palavras-chave: Estado. Liberdade Religiosa. Tributos.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trabalhará partindo da ideia da garantia de liberdade religiosa prevista em nossa Constituição Federal de 1988, tendo em vista que o Estado passou a ser laico, antes de possuir um artigo, e lei especifica, antigamente o catolicismo era visto como uma "religião oficial" do Brasil, isso acabou após o Brasil país republicano passa a ser um Estado Laico, ou seja não existe mais uma religião oficial, mas, o catolicismo ainda é a religião com maior adeptos no Brasil.

Essa mudança não foi algo rápido, a mudança histórica, política e intelectual, para estabelecer o Estado Laico, o liberalismo e o positivismo auxiliaram nessa alteração de grande importância, os positivistas exerceram um papel fundamental nessa separação.

Desse modo, nossa constituição federal se preocupando com a liberdade religiosa, cria uma lei assegurando esse direito, essa separação do Estado se envolver com questões religiosas, para que todos possam ter a liberdade de acreditar e seguir o que acreditam, sendo proibido, o Estado, a União, Distrito Federal e Municípios, auxiliar com tributos para a Igreja.

2 DESENVOLVIMENTO

[431] Direito, Quarto Período, Centro Universitário Campo Real.
[432] Direito, Quarto Período, Centro Universitário Campo Real.
[433] Graduação em Direito pela UNICURITIBA (2003), Especialização na área jurídica pela EMAP (2005), Mestrado em Direito pela UNICURITIBA (2008). Atualmente exerce a docência no Centro Universitário Campo Real, nas cadeiras de Direito Constitucional e Processo Constitucional. Paralelamente, presta assessoria jurídica à clientes e empresas.

Segundo o artigo 5º, inciso VI da Constituição Federal de 1988 ressalta que “É inviolável a liberdade de consciência e de crença sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma de lei, a proteção aos locais de cultos e liturgia”, isso quer dizer que desde esse inciso o Estado passa a ser laico, significa que no nosso país tem um posicionamento em relação à religião podendo assim garantir e proteger à liberdade religiosa de seguir a qual acreditarmos ou também optarmos pelo ateísmo e agnóstico.

Celso Lafer diferencia um Estado laico, convencional e teocrático, embora agora nosso pais ser um Estado laico, antes era chamado de Estado Convencional, que seria uma religião oficial, que influência nas decisões do Estado como exemplo o Butão com o budismo, e também existe o chamado Estado Teocrático, que com base nas regras da religião irá ser tomada as decisões políticas, o exemplo seria o Irã, com o islamismo.

Celso Lafer ainda ressalta que “Em um Estado laico, as normas religiosas das diversas confissões são conselhos dirigidos aos seus fiéis e não comandos para toda a sociedade” ou seja ele passa a ideia de que o que cada um acredita só diz respeito à si mesmo, não podem impor que todos em algo.

> Para evitar equívocos, é bom lembrar que a expressão organização religiosa pode ser tomada, também, como expressão sinônima de entidade religiosa, agremiação religiosa ou instituição religiosa. Usamos essa acepção quando dizemos que as igrejas são organizações religiosas. No entanto, quando tratamos de liberdade de organização religiosa, o sentido que atribuímos à expressão é outro. Organização religiosa designa, então, o modo de constituição e funcionamento das entidades religiosas (SANTOS JUNIOR, 2007, p. 77).

Segundo José Afonso Silva, no assunto em Estado-Igreja ele separa tópicos que devem ser analisados tais como: Confusão, União e Separação. Para a confusão o Estado e a Igreja se confundem, acaba comprometendo a vida religiosa do povo, pois o líder é quem define o rumo político da ação, na União o Estado e a Igreja estabelecem e organiza assuntos voltados para ambos, já a separação impede que a igreja interfira em questões políticas.

Finalmente, a Constituição Federal de 1988 separa a Igreja e o Estado no seu seguinte artigo 19º, inciso I:

> É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embarcar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

O artigo 19 demostra a laicidade estatal, garantindo assim a liberdade religiosa, podendo o indivíduo crer em qualquer divindade religiosa.

Ainda a Constituição Federal de 1988, no inciso VI, "Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: b) templos de qualquer culto;"

O dispositivo constitucional assegura que todos tem liberdade de convicção religiosa, e portanto nenhum órgão que arrecada algum tipo de tributo pode interferir no exercício religioso.

Para Eduardo Sabbag (2012, p. 57-59), o Estado, ente político, tem o direito de possui o poder de impor as pessoas, uma parte de seus bens em razão de sua soberania estatal. O autor na expressão de tributar ressalta que o "poder de direito, lastreado no consentimento dos cidadãos, destinatários da invasão patrimonial, tendente à percepção do tributo".

> A imunidade dos templos religiosos demarca uma norma constitucional de não incidência de impostos sobre os templos de qualquer culto. Não se trata de um benefício isencional, mas de uma exoneração de ordem constitucional, à qual se pode atribuir o rótulo de ''imunidade religiosa''. (SABBAG, Eduardo, 2012, p.322).

Ainda de modo exemplificado sobre o artigo citado acima Antonio Carrazza, qual diz que "Não há a incidência dos imposto sobre o serviço religioso, qual seja, o ISS, sobre o imóvel onde se realiza os cultos, IPTU, bem como sobre a renda, aquisição de bens imóveis, isto é, a incidência do ITBI, visto que nas palavras do tributarista"

Isto é, as entidades tributantes não podem, nem mesmo através de impostos dificultar os exercícios religiosos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o presente estudo apresentado, teve como conclusão que quando foi instituído a divisão entre o Estado e a Igreja, o estado passou a ser laico, deixando de cobrar tributos e não podendo se coligar com a igreja, assim não podendo intervir na crença religiosa de cada cidadão.

Sendo assim assegurando e garantindo o direito de cada um seguir sua religião com liberdade religiosa.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui... Acesso em: 21 nov. 2016.

Disponível em: http://www.hottopos.com/ebooks/ESTADO%20LAICO.pdf

Disponível em: http://www.anajure.org.br/artigo-os-limites-da-intervencao-do-poder-publico-nas-organizacoes-religiosas/.

SABBAG, Eduardo. ***Manual de Direito Tributário***. 1ªed.São Paulo: Saraiva, 2009.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de Direito Constitucional** Tributário. 2ªed.São Paulo:RT, p. 232.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional positivo*. São Paulo: **Revista dos Tribunais,** 1989.

O USO DE CELULARES EM ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS BRASILEIROS: COEXISTÊNCIA DELITIVA E A INEFICÁCIA ESTATAL

PRESTES, Jaqueline de Oliveira[434]
ALMEIDA, Maria Eduarda dos Anjos de[435]
BUGAI, Fernanda de Araújo[436]

RESUMO: Objetivou-se examinar como a prevaricação imprópria quando somada ao favorecimento real impróprio, impulsionam a continuidade delitiva dentro das unidades prisionais, e qual o grau de importância da falta de atuação estatal para estas recorrentes situações. Na maioria das vezes os delitos ocorrem simultaneamente e agravam ainda mais o nível da criminalidade brasileira. Algumas medidas preventivas, como bloqueadores de sinais, são sugestões atuais. Mas outros problemas como a má infraestrutura e localização das unidades prisionais impedem que suas aplicações. Logo, o problema está adiante da penalização de quem favorece o ingresso de celulares, sendo principalmente determinado pela ineficácia da atuação estatal.

Palavras-chave: Favorecimento real impróprio. Prevaricação imprópria. Continuidade delitiva.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Brasil enfrenta um grande problema prisional, dentre tantos existentes, relacionado ao uso de aparelhos celulares. Isto porque, o uso de celulares promove a constância do cometimento de crimes, principalmente no que tange o comando e a organização criminosa (SCHWALBERT, 2017). Mesmo sendo ilegal, o porte e uso de celulares nos estabelecimentos prisionais, a entrada através de meios ilícitos é incontrolável e tomou grandes proporções. Entende-se meios ilícitos neste contexto, tanto a conduta que caracteriza a prevaricação imprópria quanto o favorecimento real impróprio.

Ambas as condutas quando somadas resultam no que atualmente é visualizado nos diversos estabelecimentos prisionais: uma sobreposição de delitos que fomentam as atividades criminosas dos detentos. Com isso, o objetivo do presente trabalho foi analisar como a simultaneidade dos delitos, prevaricação imprópria e favorecimento real impróprio, é encorajada pela falta de atuação estatal e acaba estimulando de forma viciosa a ininterrupção delitiva dos detentos.

[434] Graduanda em Direito no Centro Universitário Campo Real.
[435] Graduanda em Direito no Centro Universitário Campo Real.
[436] Mestre em Desenvolvimento Comunitário na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Orientadora, Centro Universitário Campo Real.

2 PREVARICAÇÃO IMPRÓPRIA, FAVORECIMENTO REAL IMPRÓPRIO E A SIMULTANEIDADE DELITIVA

A ocorrência descontrolada da criminalidade organizada hoje no Brasil é altamente fortalecida pela ausência de medidas administrativas eficientes que impeçam a entrada de celulares em estabelecimentos prisionais. O que até há poucos anos era agravado pela ausência e ineficácia da punição para aqueles que permitissem ou promovessem o contato dos aparelhos com os detentos.

Na tentativa de coibir e punir estas ações, tipificou-se o crime de prevaricação imprópria, previsto no artigo 319-A do Código Penal (1940): “Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo”, este dispositivo foi incluído no ordenamento através da Lei 11.466 de 2007. Em outras palavras, o crime de prevaricação imprópria se configura com a conduta omissiva própria do servidor público que, devendo impedir a entrada de aparelhos eletrônicos dentro de presídios, não o faz (SILVA JÚNIOR, 2014).

Se no art. 319, prevaricação, o agente público age para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, na prevaricação imprópria pouco importa a motivação, consumando o fato no momento em que o sujeito deixa de impedir o acesso aos meios de comunicação (BITENCOURT, 2012). Segundo Paola Alexandra Schwalbert (2017), essa lei veio preencher a lacuna existente na Lei de Execução Penal nº 7.210 de 1984, como também do Código Penal de 1940, pois até então não havia tipificação para prevaricação imprópria. Mesmo com o suprimento da lacuna existente, ainda haviam brechas para aqueles que não estivessem especificados na prevaricação imprópria, e também para os agentes públicos que agissem através de atos comissivos (CAPEZ, 2012).

Com isso, o crime de favorecimento impróprio foi acrescido ao Código Penal através da Lei 12.012 de 2009, com o artigo 349-A: “Ingressar, promover, intermediar, auxiliar ou facilitar a entrada de aparelho telefônico de comunicação móvel, de rádio ou similar, sem autorização legal, em estabelecimento prisional” (BRASIL, 2018).

Segundo Cezar Roberto Bitencourt (2012), a grande diferença no delito previsto no art. 349-A é que o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa. A princípio, este tipo penal se destinaria a terceiros que promovem, intermediam ou facilitam o contato de aparelhos de comunicação com os detentos. Porém, segundo Rogério Greco (2014,

p. 671): “Não será impossível a sua aplicação a algum funcionário público que, sem receber qualquer vantagem com isso, de alguma forma facilite [...] ou mesmo que faça a intermediação entre o preso e alguém que se encontre fora do sistema”.

O grande problema relacionado aos delitos de prevaricação imprópria e favorecimento real impróprio, é que muitas vezes estes delitos acabam ocorrendo ao mesmo tempo. Pois, a prática daqueles indivíduos que ingressam ilegalmente com celulares em unidades prisionais muitas vezes, está associada ao comportamento dos agentes prisionais que sabendo o que está acontecendo nada fazem para impedir. Nestes casos, trata-se principalmente da ineficácia administrativa perante a conduta dos servidores, as quais caso fossem efetivas poderiam evitar o êxito de muitos delitos. De acordo com Souza (2018), o artigo 319-A trata de puro simbolismo penal que, no caso, decorre da ineficiência estatal na administração penitenciária, já que a utilização de telefones celulares nesses estabelecimentos é recorrente.

No presente, uma solução apontada pela doutrina é a utilização de bloqueadores de celulares, para nos casos em que os detentos mesmo que possuíssem aparelhos de forma ilegal, estes se tornariam inúteis e deixariam aos poucos de serem introduzidos. Contudo, muitas dificuldades se agregam ao uso dos bloqueadores nas unidades prisionais, visto a velocidade em que ocorrem as mudanças no meio tecnológico e o alto custo dos aparelhos, “um bloqueador de celulares torna-se obsoleto muito rapidamente, tem um custo elevado de aquisição e manutenção, e ainda criam mais um problema: induz um maior número de pessoas transitando no interior dos estabelecimentos prisionais” (SILVA e SANCHEZ, 2015, p.57).

Esta maior circulação de pessoas se dá ao fato de que seria necessário a presença constante de profissionais responsáveis pela manutenção dos sistemas de bloqueio e “os apelos do governo às empresas de telecomunicações na tentativa de ‘vedar’ tais comunicações, [...], esbarraram em dificuldades técnico operacionais, ainda sem uma resposta satisfatória dos especialistas” (BITENCOURT, 2012, p.1497). De acordo com Alexandre Alberto Gonçalves da Silva e Pedro Luís Próspero Sanchez (2015, p.57):

> Os presídios, em sua grande maioria, estão inseridos dentro de aglomerações urbanas, próximos de residências, escolas, comércios, dentre outros, o que dificulta uma delimitação específica, precisa, de até onde se consegue bloquear as transmissões via celular, afetando a comunicação dos cidadãos comuns, que moram e trabalham no entorno desses locais e que têm seus direitos constitucionais de livre comunicação afetados.

Não se trata apenas da falta de tecnologia, mas principalmente da falta de planejamento administrativo do Governo quanto à localização e infraestrutura das unidades prisionais. Além disso, outros problemas se assomam, como a falta de raio X e detectores de metais, o grande fluxo de materiais a serem triados que entram todas as semanas nas unidades, as más condições salariais e de trabalho e a falta de proteção para os funcionários.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a ocorrência simultânea da prevaricação imprópria e favorecimento real impróprio, nutre a atuação criminosa dos detentos, visto que estes não precisam interromper muitas das práticas delitivas que cometiam em liberdade. Ambas as condutas foram tipificadas recentemente no ordenamento brasileiro. No entanto, é possível que o caminho para a solução se estenda além da criminalização das condutas, dependendo em grande parte da atuação estatal. Visto que, a administração estatal deveria tentar propiciar condições de trabalho melhores para os funcionários públicos atuantes neste meio, modernizar a segurança e a infraestrutura dos estabelecimentos prisionais, e reduzir o fluxo de materiais que ingressam frequentemente nas unidades. Somente desta forma seria possível assegurar a finalidade sancionatória retributiva-preventiva.

4 REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal comentado.** 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. 1772 p.

BRASIL. **Código Penal.** Decreto-Lei Nº2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 28 ago. 2018.

_____. **Lei de Execução Penal**. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 29 ago. 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte especial, volume IV.** 18. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2014. 848 p.

SCHWALBERT, Paola Alexandra. **A problemática do uso de aparelhos telefônicos pelos presos nos presídios brasileiros**. 2017.Universidade de Passo Fundo. Carazinho, Rio Grande do Sul, 2017. 82p.

SILVA, Alexandre Alberto Gonçalves da; SANCHEZ, Pedro Luís Próspero. Bloqueio de celulares em penitenciárias: um paralelo entre Brasil e EUA. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, v. 14, 2015, p.46-61.

SILVA JÚNIOR, José et al. **Crime de prevaricação em virtude da ampla facilitação da entrada de aparelhos de comunicações nos presídios brasileiros**. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28879/crime-de-prevaricacao-em- virtude-da-ampla-facilitacao-da-entrada-de-aparelhos-de-comunicacao-nos-presidios-brasileiros>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SOUZA, Luciano Anderson de. **Crimes contra a Administração Pública**. 1. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2018. 330p.

CONHECIMENTO DE ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO SOBRE OS BENEFÍCIOS DA INGESTÃO DE COLÁGENO

DOS SANTOS, Bruna Leticia [437]
SABAKEVISKI, Leticia [1]
DE OLIVEIRA, VAZ, Maiara[1]
SCHMITT, Vania[438]

RESUMO: O colágeno é uma proteína fibrosa encontrada em todos os tecidos conjuntivos do corpo, apresentando cerca de 25% a 30% de toda proteína corporal. Na fase adulta, as deficiências de colágeno começam a serem notadas. No organismo ocorre uma diminuição de sua produção, sendo necessários fins estéticos a fim de alcançar efeitos terapêuticos. O trabalho tem por objetivo avaliar o conhecimento de estudantes de nutrição sobre o colágeno. Observou-se que o colágeno é conhecido pela maioria das pessoas para ser utilizado em procedimentos estéticos, porém, a maioria não tem conhecimento sobre outros benefícios que ele possui

Palavras Chave: Colágeno, Nutrição, Alimentos.

1. INTRODUÇÃO

O colágeno é uma proteína fibrosa encontrada em todos os tecidos conjuntivos do corpo, apresentado cerca de 25% a 30% de toda proteína corporal. É considerada uma proteína chave, sendo responsável em manter as células dos tecidos unidas, fortalecê-las, além de participar no processo de cicatrização ou regeneração da pele (GONSALVES, et al; 2015).

No organismo encontramos diferentes tipos de colágenos. O tipo I é considerado o mais comum, onde são encontrados nos tendões, na cartilagem fibrosa, no tecido conjuntivo frouxo e no tecido conjuntivo denso. O tipo II fica localizado nos locais onde resiste grandes pressões como na cartilagem hialina e na cartilagem elástica. O tipo III é encontrado nos diferentes órgãos como pulmões, fígado, nos músculos do intestino e no útero. O tipo IV está presente nos rins, tendo função de sustentação e filtração (GONSALVES, et al; 2015).

O colágeno ganhou espaço nos últimos anos devido as suas inúmeras aplicações. A área que mais teve destaque foi à área de estética e cosmética, devido as suas atividades e técnicas que auxiliam o bem-estar dos indivíduos (FRANZEN et al; 2013).

[437] Nutrição, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Docente do curso de Nutrição, Centro Universitário Campo Real.

A preocupação em ter uma pele saudável e bonita, livre dos danos do envelhecimento, tem levado grande numero de pessoas, principalmente do sexo feminino, a procurar por profissionais aptos a realizar tratamentos estéticos que retardem o processo de envelhecimento (ZAGUE, 2015).

Diante do exposto, o presente trabalho busca abordar o conhecimento de estudantes de Nutrição sobre a ação do colágeno para a saúde.

2. DESENVOLVIMENTO

Trata-se de um estudo quantitativo, onde foram feitas observações mediante a aplicação de questionário estruturado, com perguntas fechadas. Sendo elas: sobre saber o que é colágeno, se já utilizou algum produto com colágeno, se acredita que a vitamina C auxilia na absorção de colágeno, se existe diferença na produção de colágeno entre homens e mulheres, se o colágeno pode auxiliar na prevenção e tratamento de doenças, qual a melhor forma de reposição de colágeno, quais alimentos são fontes de colágeno.

A aplicação do questionário ocorreu no período de agosto de 2018, com participação de estudantes do curso de nutrição do Centro Universitário Campo Real.

3. RESULTADOS

Participaram da pesquisa 25 acadêmicos, os quais responderam o questionário proposto. Todos os participantes afirmaram saber o que é colágeno, destes, 25 (64%) relataram já ter feito uso de produtos com colágeno.

A maioria (88%) acredita que a vitamina C auxilia na absorção do colágeno e 24 (96%) pessoas afirmam existir diferença entre produção de colágeno em homens e mulheres.

Dentre as doenças que os acadêmicos acreditam que podem ser prevenidas e tratadas com o colágeno estão: osteoporose (56%), tireoide (8%), hipertensão (4%).

Considerando essa ação benéfica do colágeno, é importante pensar em formas de reposição de colágeno, tendo em vista que com o passar dos anos a produção corporal tende a diminuir. 84% afirmam que a melhor forma de reposição é por meio da alimentação, 12% por meio de produtos e procedimentos estéticos e 4% por meio de ingestão de colágeno hidrolisado.

Como a maioria acredita ser a alimentação a melhor fonte de reposição, observa-se que existe um consenso de que a gelatina (56%) é a melhor fonte de colágeno, enquanto a junção de frutas cítricas e gelatina foi relatada por 32%. Apenas frutas cítricas foi relatado por uma pessoa (4%).

Tendo como base as respostas do questionário aplicado, observa-se que a maioria das pessoas já ouviram falar sobre o colágeno; grande porcentagem acredita que a melhor forma de repor tal produto no organismo é pelo consumo de alimentos; quase todos acham que existe diferença na produção de colágeno comparando homens e mulheres; no que diz respeito a vitamina C, responderam que ela auxilia na absorção; a maioria disse que o colágeno pode ser encontrado na gelatina; menos da metade dos participantes acredita que o colágeno ajuda na prevenção da osteoporose; mais da metade dos indivíduos já usaram algum produto com colágeno.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O colágeno é conhecido pela maioria das pessoas para ser utilizado em procedimentos estéticos, porém, a maioria não tem conhecimento sobre outros benefícios que ele possui.

Observou-se que quase todos já fizeram uso de algum produto que continha o colágeno. Sendo assim, ao realizar a leitura de alguns estudos e, observando os resultados obtidos pode-se concluir que cada vez mais as pessoas estão preocupadas com a sua aparência.

5. REFERÊNCIAS

FRANZEN, Jaqueline Maisa; DOS SANTOS, Juliangela Mariane Schröeder Ribeiro; ZANCANARO, Vilmair. Colágeno: uma abordagem para a estética. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, v. 2, n. 2, p. 49-61, 2013.

GONÇALVES, Gleidiana Rodrigues et al. Benefícios da ingestão de colágeno para o organismo humano. **Revista Eletrônica de Biologia (REB). ISSN 1983-7682**, v. 8, n. 2, p. 190-206, 2015.

ZAGUE, Vivian. **Influência da suplementação com colágeno hidrolisado no metabolismo da matriz extracelular e proliferação de fibroblastos dérmicos humanos derivados de áreas fotoprotegida e fotoexposta, cultivados em**

monocamada e equivalente dérmico. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CÁRCERE MATERNAL

COITINHO, Jaqueline A.[439]
SANTOS, Tainara Damas[440]
ROSAS, Rudy Heitor[441]
PELEGRINI, Luciana Luiza[442]

RESUMO: O presente trabalho, através de pesquisas bibliográficas, objetiva buscar os direitos de mães no cárcere, especialmente através da Lei n° 11.942 de 28 de maio de 2009, que garante os direitos das mesmas. O objetivo foi demonstrar como a mãe e o filho passam por empecilhos quando ocorre este fato. Notou-se que a conduta criminosa se estende até o menor, enquanto sua guarda pertence à mãe.

Palavras-chave: Gestante. Cárcere. Filho. Direito. Amamentação.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar a forma trágica de como gestantes carcerárias são privadas de seus direitos como mãe, e como esse impasse é estendido até seu filho, que passa a primeira etapa de sua vida em situações desagradáveis, expostos aos perigos do cotidiano carcerário.

Deve-se levar em conta a saúde dessas mulheres, que geralmente não recebem o atendimento médico necessário e acabam por ter seus filhos em celas, que muitas vezes estão superlotadas. E delas ainda era tirada a ligação de maior necessidade entre a mãe e seu descendente, que é a amamentação.

Apenas depois de criada a Lei n° 11.942 de 28 de maio de 2009, tiveram o direito de amamentar seus filhos nesse período que é de grande importância para um desenvolvimento saudável do recém-nascido. Porém, na prática esse ato não ocorre como o previsto em Lei.

Depois de construído o laço fraterno entre ambos, chega o momento de distanciá-los, pois a penitenciária não é um local adequado para o desenvolvimento de uma criança, que necessita de socialização e liberdade, não cumprindo assim a pena de sua mãe.

[439] Acadêmica do curso de Direito, 2° período A, Centro Universitário Campo Real.
[440] Acadêmica do curso de Direito, 2° período A, Centro Universitário Campo Real.
[441] Professor de Criminologia do Centro Universitário Campo Real.
[442] Professora de Metodologia da Pesquisa, Centro Universitário Campo Real.

Enquanto dela for privada a liberdade, a guarda do menor fica por conta de um familiar ou de uma instituição, caso não haja familiar capacitado para tal responsabilidade. No entanto, são permitidas as visitas constantes, para que não haja uma quebra no vínculo familiar.

2 DESENVOLVIMENTO

Quando uma pessoa é acusada de um crime, consequentemente é privada de sua liberdade. E no momento em que se trata de mulheres gestantes, esta conduta criminosa acaba se estendendo para o seu filho, que nasce quando sua mãe está presa e poderá permanecer na cadeia na fase inicial de sua vida (GOMES, 2011).

Muitos dos estabelecimentos femininos não possuem estrutura para atender às gestantes. Nos que possuem, a mudança de ambiente acontece logo que se tenha conhecimento da gestação, mas em alguns a mudança ocorre somente no 7° ou 8° mês gestacional (QUEIROZ, 2015).

Várias detentas já chegam grávidas nos presídios, algumas já no final da gestação e que nunca passaram por um obstetra. E muitas destas mulheres acabam ganhando seus filhos nestes locais impróprios, pois quando entram em trabalho de parto, ninguém se importa ou alegam ter viaturas disponíveis para levá-las a um hospital para dar à luz (QUEIROZ, 2015).

Quando levadas ao hospital, as mesmas dão à luz algemadas na cama e algumas são logo após o nascimento de seus filhos:

> Na hora de ir pro quarto tem que ficar algemada. Pra amamentar você vai até o berçário. Aí tinha guarda que me levava pra amamentar, mas tinha guarda que não levava, não. Eles que amamentavam lá do jeito deles. As guardas mulheres não deixavam e o homem que deixava, acredita? Mas não era todo dia não (QUEIROZ, 2015).

A amamentação é um fato de grande importância para o desenvolvimento da criança, para a sua nutrição e até mesmo para o laço entre mãe e filho, sendo um direito garantido pela Constituição Federal: “Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.” (BRASIL, 1988, art. 5°).

Através da Lei n° 11.942 de 28 de maio de 2009, no artigo 1°, § 3°: às gestantes presidiárias asseguraram o direito de um período de amamentação de no

mínimo seis meses e cuidados médicos a elas durante a gestação e no pós-parto e também aos bebês: “Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido” (BRASIL, 2009). Pois o direito à saúde é garantido pela Constituição Federal de 1988 e deve ser usufruído por todas as mulheres, estando ou não sob pena privativa de liberdade.

Com seus direitos garantidos, é preciso que levem seus filhos aos presídios junto a elas, mas algumas cumprem pena em locais impróprios e seus filhos precisam se sujeitar às mesmas condições subumanas em que vivem, passando a dormir no chão durante esse período:

> O berçário tinha 110 mulheres num espaço de quarenta e poucas. Tinha mãe que havia acabado de chegar do hospital, assim, que pariu hoje de manhã, já recebeu alta no mesmo dia, e estava ali, dormindo no chão. E o bebê no chão com junto ela, claro (QUEIROZ, 2015).

Não há dados precisos sobre o tempo em que as crianças costumam ficar com suas mães no sistema prisional, pois isso varia entre as unidades da federação e entre os sistemas penitenciários: ““Uma vez que, em Brasília, a criança é retirada da prisão aos seis meses; em Curitiba, é possível que ela fique até os seis anos; em Minas Gerais, elas deixam o cárcere aos dois anos e, no Pará, ao nascer.”” (ANDI, 2011 apud AZAMBUJA, 2013, p. 53).

A Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 conforme o artigo 89 dispõe que:

> A penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa (BRASIL, 1984).

Porém, essas crianças não podem ficar junto das mães por muito tempo, em razão de não ser um lugar adequado para o seu desenvolvimento, é adequado para a fase inicial de sua vida, para criar laços entre eles. Mas uma hora haverá a separação, pois, a criança não cometeu crimes para cumprir penas (GOMES, 2011).

Entretanto, a separação deve ser preparada gradativamente pela mãe, levando em conta o bem-estar da criança. Depois de serem separados, deverá ser garantido para o vínculo familiar, que sempre que possível haja o encontro de mãe e seu filho (REIS, s/a).

Segundo a Lei 8.069 em seu artigo 33:

> Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais (BRASIL, 1990).

Ademais, há casos em que o bebê não pode permanecer com a mãe enquanto ela se encontra privada de sua liberdade, posteriormente, sua guarda deverá ser conferida a um familiar, mediante decisão judicial. Não havendo familiar apto a este encargo, há que se buscar outra pessoa, que possua condições físicas e emocionais, e que conceba a guarda da criança. Não havendo essas duas possibilidades, a criança será acolhida em uma instituição (AZAMBUJA, 2013).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou demonstrar que a conduta criminosa acaba se estendendo até o filho recém-nascido da mulher carcerária, e este acaba vivendo a primeira etapa da sua vida junto dela, enfrentando o cotidiano precário de um sistema carcerário. A estas mulheres, muitos direitos são ignorados, como o de ter um acompanhamento médico satisfatório, onde o trabalho de parto ocorra de forma segura, já que muitas acabam por ter seus filhos na cela. O direito de amamentar seu descendente deveria acontecer num estabelecimento de segura convivência, já que este é um ato de extrema importância para ambos, pois é construído um vínculo fraterno e a criança passa a ser mais saudável. Após determinado tempo, o descendente é tirado do cárcere, pois esse local não é adequado a uma criança, que deve socializar e ter liberdade. E sua guarda é conferida a um familiar ou uma instituição caso não haja familiar capacitado.

4 REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, Maria Regina Flay. Os bebês filhos de mães que cumprem pena privativa de liberdade. **Revista de Gênero & Direito,** v. 7, n. 1, p. 46-67, 2013.

BRASIL. **Código Penal**. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/viewFile/%207901/5586>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. **Constituição Federal.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. **Lei 8.069**. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

_____. **Lei 11.942.** 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11942.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

GOMES, Viviani Cristina Donini. **Crianças no cárcere.** 2011. Disponível em: <http://biblioteca.uniritter.edu.br/imagens/035UNR89/00006F/00006FC5.pdf>.Acesso em: 26 ago. 2018.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015, E-book.

REIS, Isabella Karolyni Ferreira. **Mães com filhos no cárcere.** s/a. Disponível em:<https://www.fadiva.edu.br/documentos/jusfadiva/2014/10.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2018.

ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO: APLICABILIDADE DA LEI 13.146/2015 NO ÂMBITO ESCOLAR BRASILEIRO

PRESTES, Jaqueline de Oliveira[443]
SELL, Elizabete Nizer[2]

RESUMO: As pessoas com deficiência gradativamente foram conquistando seus direitos, mas somente com a lei 13.146/2015 há um avanço maior, incluindo a garantia de acessibilidade nas escolas. Com isso, o objetivo do presente trabalho foi verificar o desenvolvimento da acessibilidade no âmbito escolar após a promulgação desta lei. Constatou-se que, em muitos casos há bons projetos e melhorias concretizando a acessibilidade. Por outro lado, em outros casos falta sensibilidade de algumas instituições e profissionais, que ainda apresentam resistência para acolher e vivenciar a inclusão. Conclui-se que mesmo com as dificuldades e o trabalho incessante, os resultados advindos dessas mudanças são promissores.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Acessibilidade. Educação inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, vigente desde 2015, traz grandes inovações para o tratamento igualitário das pessoas com necessidades especiais, a partir da inclusão de novos direitos e da reafirmação de outros já existentes, inclusive na área da educação. Além de intensificar novos debates e ações destinados a incluir socialmente os quais dessa lei dependem, principalmente através da acessibilidade, um dos grandes pilares da inclusão. A acessibilidade é definida pela lei 13.146/2015 como a:

> Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Segundo Paganini e Bonfante (2016), a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente já traziam alguns direitos fundamentais atrelados ao acesso à educação e à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas. No entanto, na visão das autoras, mesmo com diversas normativas inseridas no ordenamento jurídico brasileiro buscando garantir a consolidação destes direitos, ainda

[443] Graduanda em Direito no Centro Universitário Campo Real.
[2] Mestranda em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Orientadora, Centro Universitário Campo Real.

existe muita violação e desrespeito a estas normas. A partir disso, o objetivo do presente trabalho foi analisar a condição da acessibilidade no âmbito escolar após a promulgação da lei 13.146/2015.

2 DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988, segundo Laraia (2009), foi um marco para os direitos sociais, trazendo vários dispositivos que visam a proteção das pessoas com deficiência, gerando assim, uma mudança no tratamento dessas pessoas e inovando com uma visão preocupada com a inclusão social, havendo então o rompimento com o modelo assistencialista vigente até então. Outras leis e decretos atrelados aos direitos dos deficientes foram efetivados após a última Constituição. Porém, avanços normativos simultâneos em múltiplas áreas só foram possíveis com a lei 13.146/2015, a qual traz uma nova visão da deficiência, esta deixando de ser condição, e passando a ser definição da pessoa com deficiência. Em outras palavras, o indivíduo não está deficiente, ele é deficiente, condição esta que o define como tal. Deste modo a lei determina:

> Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Logo, progressos no tratamento e na socialização das pessoas com necessidades especiais não dependem mais somente de avanços pessoais, mas também de cessar ou, ao menos minimizar as barreiras físicas que impeçam a plena inclusão, o que direciona os esforços para a concretização da acessibilidade. Para Juliana Paganini e Patrícia dos Santos Bonfante (2016, p.13-14):

> Tal mudança é importante porque, ao retirar do corpo da pessoa, exclusivamente, a condição de deficiência, imputando aos fatores socioambientais, por exemplo, a fonte da desigualdade gerada, a lei possibilita sanar essa desigualdade pela alteração destes fatores e não mais, tão somente, pela reabilitação da própria pessoa.

A partir desta necessidade de alterar prioritariamente o ambiente para possibilitar a inclusão e evitar a segregação, é que muitas escolas brasileiras estão buscando constantemente efetivar a acessibilidade de seus alunos. Um bom exemplo, segundo Mendanha (2016), é o Centro de Ensino Fundamental (CEF) 1, na Asa Norte, em

Brasília, o qual conta com um projeto pedagógico especial. Os professores são preparados para entender o caso de cada aluno e confeccionam material diferenciado para os que têm deficiência. Há também educadores sociais voluntários, e a instituição passou por uma reforma que melhorou a acessibilidade, como a construção de rampas e a adaptação dos banheiros.

Em outro caso, profissionais do SENAI-PB levando em conta a evasão de alunos com deficiência visual e auditiva de seus cursos, decidiram promover a acessibilidade digital através da adequação do material didático, o qual foi inserido em uma plataforma web contendo sons e imagens ampliadas. Como resultado, os alunos que utilizaram a plataforma tiveram desempenho superior ao daqueles que não utilizaram, além da evasão cair pela metade (SARMENTO e REGO, 2017). Segundo Antunes e Pimenta (2017), a obrigação de reformular planejamentos e diretrizes de ações inclusivas nas instituições deve ser compromisso de todos, o que até o momento é direcionado apenas para um departamento ou grupo de pessoas. Os autores citam a melhoria de bibliotecas, entendidas como indispensáveis no processo de ensino-aprendizagem de alunos do ensino regular e técnico. Os quais entende, que um sistema inclusivo deve ter disponibilidade de espaço físico, acervo e serviços de informação que atendam a necessidade de todos os usuários. O que exige também atenção, formação e planejamento dos funcionários.

No entanto, não são todas as instituições de ensino que se adequaram às normas de acessibilidade após a lei 13.146/2015, sendo conhecido muitos casos de exclusão (principalmente em instituições particulares) que necessitaram da intervenção do Ministério Público, por não respeitarem o artigo 28 da referida lei no que tange:

> § 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

Infelizmente, se por um lado existem bons exemplos de acessibilidade escolar, ainda se faz muito necessário conscientizar a sociedade sobre a importância da inclusão e das normas que tratam sobre ela, pois segundo Soraya Mendanha (2016):

> A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), que representa as escolas particulares, questionou a norma por acreditar que ela comprometeria o orçamento dos estabelecimentos de ensino. Em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu manter a exigência, considerando-a constitucional.

Isso mostra que é necessário ultrapassar a exclusão tida até então como normal, na qual as pessoas com deficiência deveriam receber educação separadamente dos demais, e aceitar a inclusão de uma perspectiva positiva, na qual todos são beneficiados com a diversidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei 13.146/2015 inova em muitos aspectos relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, e traz como um de seus pilares a acessibilidade. No entanto, se faz necessário uma mobilização constante da sociedade para efetivar estes direitos, e eliminar as barreiras que possibilitem o livre acesso destas pessoas a todos lugares, principalmente à escola. Pois, o ambiente escolar deve conter as condições para a plena acessibilidade, dirimindo as diferenças físicas, motoras, sensoriais e intelectuais entre seus alunos, sendo estas ações afirmativas necessárias para a inclusão.

Por fim, os casos citados no presente trabalho, assim como muitos outros, evidenciam que ainda há falhas no sistema educacional inclusivo, mesmo após o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Porém, o interesse de alguns profissionais e instituições em melhorar as condições de acessibilidade para os alunos, demonstra que apesar das dificuldades em adaptar os ambientes, preparar profissionalmente os funcionários e adequar-se às novas normas, é possível inovar, ensinar e promover a inclusão de qualidade gradualmente.

4 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Cleuza Diogo; PIMENTA, Jussara Santos. **Acessibilidade em biblioteca escolar na perspectiva das políticas públicas e diretrizes institucionais do IFRO.** Revista ACB, v. 22, n. 3, p. 564-580, 2017.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.html. Acesso em: 13 fev. 2018.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. **A Pessoa com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. 2009. 109 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/8878/1/Maria%20Ivone%20Fortunato%20Laraia.pdf. Acesso em: 16 fev. 2018.

MENDANHA, Soraya. Com avanços na educação, Lei Brasileira de Inclusão completa um ano. **Senado Notícias**. Brasília, jul. 2016. Seção Cidadania. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/05/com-avancos-na-educacao-lei-brasileira-de-inclusao-completa-um-ano. Acesso em: 17 fev. 2018.

PAGANINI, Juliana; BONFANTE, Patrícia dos Santos. O direito fundamental à educação de crianças e adolescentes com deficiência e o sistema educacional inclusivo: análises preliminares. **Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.** 2016. 19. Disponível em: https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14755/3590. Acesso em: 16 fev. 2018.

SARMENTO, Camila Freitas; REGO, Herbert Costa do. **Acessibilidade e Inclusão Digital de Cegos e Surdos em Plataformas Web: um estudo de caso.** In: XXVIII Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE, p. 1763- 1765, 2017.

PROTEÇÃO A PALAVRA E A IMAGEM

CORREIA, Dircely Caldas[444]
MUDRE, Karoline[445]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[446]

RESUMO: O objeto do presente trabalho visa mostrar a proteção a palavra e a imagem. Que estão abrangidas no direito da personalidade no código civil e na Constituição Federal, onde trata da proteção a palavra, escrita e fala. Para o bom desenvolvimento do trabalho foi usado alguns autores de renome como Venosa,Diniz e Gagliano, elencando pontos importantes como os direitos da pessoa morta e também limitações coexistentes dentro do direito da personalidade .

Palavras-chave: Palavra. Proteção. Direito. Imagem.

1 INTRODUÇÃO

Neste resumo expandido temos a intenção de falar sobre o Direito da Personalidade com ênfase no Direito a imagem e a Palavra. Direito a imagem é o direito que toda pessoa tem sobre a sua imagem, se ela pode ou não ser usada em mídias desde que ela não atinja sua integridade física e moral. O Direito a Palavra refere a escritas de livros, artigos e jornais sem mencionar o autor, isso pode concretizar como plagio e está ligado aos direitos autorais.

2 DESENVOLVIMENTO

Os direitos da personalidade estão resguardados no Código Civil, sendo o Artigo 20 a proteção a palavra e a imagem, onde alega que

> [...] a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a da publicação, a exposição ou a imagem de uma pessoa poderão ser proibidas a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais.(Artg.20 Código Civil)
> [...] deveras ninguém pode usufruir em nome de outra pessoa bem como á vida, a liberdade e a honra e etc. Poder-se á por ex, admitir sua disponibilidade em prol do interesse social,"Em relação ao direito da imagem. Pessoa famosa

[444] Autora, acadêmica do curso de Direito,4° período Centro Universitário Campo Real.
[445] Coautora, acadêmica do curso de Direito, 4° período Centro Universitário Campo Real.
[446] Orientadora, Professora Evelyn Cavali da Costa Raitz de Direito Constitucional, Centro Universitário Campo Real.

> poderá explorar sua imagem na promoção de vendas de produtos, mediante uma remuneração.(Diniz,2005,p.131)

O artigo 20 protege a divulgação de escritos e tutela de voz humana, ou seja não se pode publicar um texto sem a legítima autorização do escritor e também transmitir declarações verbais do autor.

Em nossa atual Constituição, o direito a imagem esta previsto em três tópicos diferentes do artigo 5º : incisos V, X e XXVIII alínea "a". É considerado pela CF como um direito autônomo e independente.

A proteção a palavra e a imagem estão ligadas ao direito de liberdade que o individuo possui. A autorização de algo relacionado a exposição de sua imagem é exclusiva da pessoa, e compete tão somente a ela autorizar ou não o uso de seu retrato ou fala. Ainda segundo, o Artigo 20, parágrafo único do Código Civil, essa proteção também se aplica a pessoas mortas.

2.1. DIREITOS DA PESSOA MORTA

A doutrina denomina tais legitimados como sendo "Os lesados indiretos são os parentes do morto que estão legitimados para requerer a tutela jurídica dos seus direitos da personalidade (art. 12, p. Único e art. 20, p. Único, CC). Mesmo não havendo direito da personalidade do morto, existe uma tutela que ampara tais direitos da pessoa. Tutela esta reconhecida ao conjugue/companheiro, ou qualquer familiar ate o quarto grau. Portanto permite aos parentes estarem em juízo pedindo em nome do próprio, uma vez em que sentirem-se lesados pelo fato ocorrido. Considerando-se assim legitimidade ordinária. A qual usada pelos parentes para propor ação de dano moral à imagem do "de cujus", quando as mesmas sentirem-se afetadas.

"Art. 12. (...) Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau."

Tal legitimidade não é concorrente entre os parentes, pois, o parente mais próximo por consequência acaba excluindo o direito do parente mais distante, conforme a linha sucessória presente no mesmo código, a qual não impede um eventual litisconsórcio facultativo.

2.2 DIREITO AO CORPO MORTO (CADÁVER):

Pode-se adiantar, que quando a vida acaba não deixa-se de existir os direitos, uma vez que o cadáver possui proteção jurídica. O art. 1°, III da CF "a dignidade da pessoa humana", é uma das formas que asseguram tal proteção, pois com a morte não se perde a dignidade da pessoa morta.

O novo Código Civil também se preocupou com o tema, consoante se depreende da análise do seu art. 14:

> Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
> Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.

Gagliano(2015) apresenta que, levando a possibilidade de que a personalidade termina com a morte da pessoa natural, pode-se afirmar também que a partir desse momento deixaria também de existir direitos tais como emanação da personalidade jurídica. Entretanto baseado na ideia de que deve-se preservar a dignidade humana – e seus restos mortais lhe representam pós morte -, considera-se a preservação da dignidade do ser humano com o direito da personalidade.

Quando se trata de transplante de órgãos e tecidos de pessoas falecidas, quando não há em vida manifestação de vontade o ordenamento jurídico brasileiro colocou em pratica uma lamentável reviravolta.

De fato, previa, originalmente, o art. 4.da Lei n. 9.434/97: "Art. 4. Salvo manifestação de vontade em contrário, nos termos desta lei, presume-se autorizada a doação de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano, para finalidade de transplantes ou terapêutica *post mortem*".

Destinou-se, portanto, o sistema de consentimento presumido no Direito brasileiro. Levando em consideração que a doação *post mortem* seria presumidamente autorizada pelo falecido, podendo haver a hipótese de vontade contraditória sendo

estabelecida, em sua carteira carteia de identidade civil ou na carteira nacional de habilitação, por meio da seguinte frase “não doador de órgãos ou tecidos”.

3. AS LIMITAÇÕES DO DIREITO

Diniz(2005) ressalta que há certos aspectos da vida pessoal de uma pessoa que precisam ser preservados, para que não atinja a sua intimidade, porém há algumas limitações a esse direito imposta, como podemos observa em uma das obras de Maria Helena Diniz.

> Deveras não pode privar pessoa notória, ou publica, de sua intimidade revelando fato reservado ao redigir sua biografia nem desconhecer o fascínio que ela exerce, nem exigências históricas, judiciais, policiais, tributarias e de saúde. (DINIZ, 2005, p.135).

Pessoas públicas de cunho político no exercício de seus cargos não podem impedir que sejam filmados ou fotografados, salvo na sua intimidade. E também quando se referir a segurança pública, onde a vontade do meio social prevaleça como por ex: divulgar a imagem de um criminoso procurado pela justiça.

Silvio de Salvo Venosa também fala sobre a limitação deste direito.

> Entretanto, não pode deixar de ser levado em conta o aspecto do agente que se recusa a divulgar sua imagem sob qualquer fundamento, respeitado sempre o interesse público nessa divulgação. Antes mesmo da divulgação, há que se levar em conta o ato de captação da imagem, que também pode não ser de interesse do agente. A simples captação da imagem pode, nesse prisma, configurar ato ilícito. Nesse diapasão, o mesmo dispositivo estatui que essa proibição não vingará, quando esses comportamentos forem autorizados ou a divulgação ou atividade semelhante for necessária à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública. (VENOSA, 2013, p. 210)

Em sua obra Venosa diz que devem ser analisados os aspectos objetivos e subjetivos, pois há situações em que não configuram o a violação deste direito, como é o caso da nudez em um desfile de carnaval, pois em nosso país é uma pratica tolerada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concentrou-se na responsabilidade por uso da palavra e imagem, tendo como foco os preceitos constitucionais e feitos de alguns autores de grande

renome no ramo jurídico e dispositivos da legislação infraconstitucional, em especial o código civil vigente.

A ameaça da violação da imagem pela tecnologia fez com que esta recebesse, além do Direito Civil, a proteção constitucional, no princípio, decorrente da vida e, posteriormente, como bem autônomo, pois a intimidade e a honra são insuficientes para englobar todos os casos de lesão a imagem.

Podemos concluir que o direito a imagem e a palavra, como todos os outros itens do direito da personalidade, foram criados para proteção da privacidade e individualidade de cada pessoa sendo ela viva ou morta. Através desse direito temos a certeza que nossa imagem, fala ou escrita não serão divulgadas sem a devida permissão, seja para ferir nossa integridade física, moral ou para fins comercias e lucrativos.

5. REFERÊNCIAS

Publicado por: Breno Tessarini de Carvalho, 2016. disponível em: https://brennotessinari.jusbrasil.com.br/artigos/316692366/como-se-da-a-protecao-da-personalidade-da-pessoa-morta.Acesso 30 de março 2017 às 10:14 horas.

DINIZ, Maria Helena.**Teoria Geral do Direito Civil brasileiro**, 1° volume, p.131.2005

DINIZ, Maria Helena, **Curso de Direito Civil brasileiro** 29° edição (2012), p. 131. disponível em:https://estudeidireito.wordpress.com/2016/03/06/doutrinas-do-direito-civil-parte-geral-download/. Acesso em: 25 de março de 2017.

GAGLIANO, Pablo Stoloze e Filho, Rodolfo Pampola. **Novo Curso de Direito Civil**, parte geral 1, p. 222,223.2017

TARTUCE, Flávio. Os direitos da personalidade no novo Código Civil. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 10, n. 878, 28nov.2005. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/7590/os-direitos-da-personalidade-no-novo-codigo-civil. Acesso em: 30 de maço de 2017.

VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil, Parte Geral** 13º edição(2013), p.210,211.

DESPROPRIAÇÃO X DIREITO DA JUSTA INDENIZAÇÃO

FALCÃO, Carlos Eduardo[447]
HAÇUL, Hugo[448]
RAITZ, Evelyn da Costa Cavali[449]

RESUMO: O objetivo nesse projeto de extensão é inquirir sobre umas das mais incisivas maneiras de intervenção estatal na propriedade privada, discorrendo sobre as formas de desapropriação previstas em nosso ordenamento jurídico, assim como a justa indenização a qual o expropriado tem direito de receber por parte do Estado, que é o novo detentor da propriedade.

Palavras-chave: Desapropriação. Justa Indenização. Necessidade Pública. Interesse Social.

1 INTRODUÇÃO

O instituto desapropriação é uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada dos indivíduos, em que o mesmo transfere para si a propriedade de terceiro, fundamentada por razões na necessidade pública, na utilidade pública ou no interesse social, em que o titular do bem obriga-se a constranger esse, mediante prévia e justa indenização, em dinheiro.

Impende salientar, determinado instituto é classificado como de direito público, o qual é rotulado como garantia constitucional, previsto no artigo 5º, inciso XXIV.

Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa será a inspeção das regras que norteiam este instituto e a análise a respeito das discussões de como se dará a prévia e justa indenização.

2 DESENVOLVIMENTO

A desapropriação representa um modo involuntário de perda da propriedade, constitui um modo de transferência forçada do domínio particular para o domínio público, sendo esta ocasião sempre fundamentada mediante as formas que a lei assegura para desapropriação. Destaca-se ainda, que o modo de aquisição desse bem por parte do Poder Público terá caráter originário.

> Fala-se em modo originário porque, 'para a perda dominial e a aquisição correspondente, não concorre a vontade do titular do direito extinto. A

[447]Acadêmico do curso de direito, 4º período C, do Centro Universitário Campo Real.
[448]Acadêmico do curso de direito, 4º período C, do Centro Universitário Campo Real.
[449]Orientadora, professora da matéria de Direito Constitucional, do Centro Universitário Campo Real

> expropriação não é um negócio jurídico de direito privado, nem, portanto, compra e venda forçada ou transmissão forçosa.

2.1 PRESSUPOSTO PARA A DESAPROPRIAÇÃO

Consoante interpretação do disposto no artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal, a desapropriação far-se-á por necessidade pública ou utilidade pública, ou a um interesse social. A respeito do assunto, faz-se necessário explanar a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves (2014), em que o mesmo diz:

> A necessidade publica surge quando a Administração defronta problemas que só se podem resolver com a transferência de bens particulares para o domínio da pessoa administrativa incumbida de solucioná-los. A utilidade pública se apresenta quando a utilização de bens particulares é conveniente aos interesses administrativos, embora não sejam imprescindíveis. E o interesse social ocorre quando a transferência de bens particulares para o domínio público ou de delegados do poder público se impõe, como medida destinada a resolver problemas da coletividade criados pela propriedade particular de um ou de alguns indivíduos.

Ainda, acaso a propriedade, seja ela urbana ou rural, não estiver cumprindo com a função social imposta pela lei poderá haver a chamada desapropriação-sanção. Para esta modalidade, serão agentes ativos o Município, para propriedades urbanas, e a União, para fins de reforma Agrária. O pagamento deverá ser feito mediante títulos da dívida pública resgatáveis no prazo de até dez anos para o meio urbano (artigo 182, parágrafo 4º, inciso III, da Constituição Federal), e títulos da dívida agrária resgatáveis no prazo de até vinte anos para o meio rural (artigo 184, da Constituição Federal). Frisa-se ainda, que as propriedades de pequeno e médio porte não serão atingidas por essa circunstância de desapropriação.

2.2 LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA

A cerca do assunto faz se necessário, incialmente, invocar que não basta a legitimidade ativa para desapropriar. Sendo assim, a depender do caso concreto deverá existir um decreto da autoridade pública competente, declarando a utilidade pública dos bens expropriados.

Destarte, são sujeitos ativos da desapropriação a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e os Territórios (Dec.-Lei n. 3.365/41, art. 2º). Também

têm legitimidade, “os concessionários dos serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público, ou que exerçam funções delegadas, de interesse geral. Nesse caso, porém, dependem de autorização expressa, consoante de lei ou contrato (art. 3º, dec.-lei 3.365)”. (Gonçalves, 2014, p. 339). A respeito da legitimidade passiva, são objetos da desapropriação os bens e direitos patrimoniais, desde que sirvam a uma utilidade pública. Os direitos personalíssimos, inerentes do indivíduo, bem como a moeda corrente não são suscetíveis a serem expropriados.

2.3 PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

A desapropriação possui dois meios para se concretizar: o meio administrativo e o judicial. O primeiro deles, diz respeito a um acordo convencionado entre expropriante e expropriado sobre o montante da indenização.

Não ocorrendo entendimento entre as partes, será observado o processo judicial em que terá como objeto, não o mérito da desapropriação, mas a justa indenização. Inicialmente, vale salientar que será designado um perito da confiança do juiz para proceder à estimativa do bem.

A respeito da indenização, proclama Carlos Roberto Gonçalves (2014):

> para que seja justa, a indenização há de ser a mais completa, devendo abranger não só o valor real e atual dos bens à data da avaliação, como também os lucros cessantes do proprietário, as despesas com a sub-rogação se se tratar de imóvel vinculado, juros da mora e juros compensatórios, custas, salários de peritos e honorários de advogado se quantum for fixado judicialmente, em importância superior à oferecida pela Administração.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e fatos apresentados neste projeto de extensão podem nos mostrar de maneira um pouco mais sucinta a desapropriação em si e as possibilidades de ser executada dentro das normas da nossa Constituição Federal.

Como a Constituição Federal Brasileira garante o direito a propriedade, os mais leigos acreditam que a nada poderá retirá-los de sua posse, o que não é bem assim que acontece, pois em decorrência do Princípio da Supremacia do Interesse Público, o Poder Público goza de certas prerrogativas que viabilizam desapropriar em bem da coletividade ou para atender uma finalidade necessária aos órgãos públicos.

Visto que existem tais autorizações para a desapropriação de propriedades de terceiros, buscamos demonstrá-las no trabalho exposto, assim como

as atitudes que devem ser tomadas para que o indivíduo expropriado não sofra lesão alguma, podendo se restabelecer em lugar distinto, mas em propriedade semelhante a qual lhe pertencia.

4 REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito das coisas**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. 15.ed. São Paulo: Saraiva. 2011.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direitos Reais**. 6.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

BRASIL. **Constituição Federal**. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2018

AS DIRETRIZES DO GRUPO TERAPÊUTICO NO TRATAMENTO COM MULHERES DEPRESSIVAS

ROCHA, HelenPoliana [450]
SOUZA,Sandrieli [451]
CAMPOS, Maira, Thatiane Pedroso [452]

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo explorar a influência dos grupos terapêuticos nos casos de depressão que atingem o público feminino, visando à melhora na saúde mental através da psicoterapia e atuação medicamentosa no organismo. Os grupos terapêuticos são fundamentais para a melhora do quadro clinico do paciente, haja vista que através do compartilhamento de informações, experiências, vivencias e históricos de vida, é possível discutir pontos positivos e negativos de cada sujeito, para que assim seja capaz de alterar o comportamento que está prejudicando o seu desenvolvimento, recuperando sua saúde mental.

Palavras-chave: Grupo Terapêutico. Mulheres. Empoderamento. Auto-estima.

1 INTRODUÇÃO

O campo da psicologia social permite a realização do grupo terapêutico, o qual tem o intuito de estabelecer contato com a vivência grupal, possibilitando aos integrantes do grupo a troca de experiências. Cardoso e Seminotti (2005) enfatizam que o grupo é compreendido como um local de ajuda, no qual expõem suas vivencias com intuito de amenizar o sofrimento, através da interação e auxilio dos participantes, quais apontam os pontos positivos e negativos para ajudar o sujeito que está passando por uma situação delicada.

De acordo com a Agência Brasil (2017) a depressão afeta mais de 300 milhões de pessoas de diferentes faixas etárias, sendo caracterizada como transtorno psiquiátrico que ocasiona alteração na produção de hormônios dos neurotransmissores, ou seja, de hormônios cerebrais, como a noradrenalina, seratonina e a dopamina, apresentando sofrimento à pessoa afetada, como tristeza profunda, oscilação de humor, sentimento de impotência, humor deprimido, perda de interesse nas atividades, baixa autoestima e falta de concentração, alguns casos também apresentam ansiedade e pensamentos suicidas.

Tendo em vista a grande importância do grupo terapêutico juntamente com a administração de medicamentos é possível destacar o quão eficaz é para o paciente

[450]Psicologia, 10 período, Centro Universitário Campo Real.
[451]Psicologia, 10 período, Centro Universitário Campo Real.
[452]Especialista em saúde mental, docente do curso de psicologia do Centro Universitário Campo Real.

frequentar os grupos terapêuticos. Um grande destaque nas terapias em grupos é a possibilidade do indivíduo se desenvolver melhor na convivência com o outro, no qual a capacidade de falar e ouvir também é aflorada. A oportunidade de conhecer e estar em contato com novas pessoas, principalmente pessoas que podem ter algo em comum com o paciente é um dos diferenciais, haja visto que a troca de experiências irá permitir a visualização de novos caminhos para enfrentar a depressão. Através da troca, todos começam a se sentir mais fortes para enfrentar o problema e passam a vê-lo de uma forma diferente.

2 DESENVOLVIMENTO

A palavra depressão surgiu para elucidar sintomas nos pacientes marcados por um quadro mental denominado por sentimentos negativos e tristeza profunda podendo ser de natureza afetiva ou de humor, esses sintomas se tornam frequentes afetando os relacionamentos, convivência no trabalho, e as relações sociais. De acordo com o CID 10 (2004) a depressão está presente no grupo das doenças proveniente de transtorno de humor, sendo esses definidos como:

> Transtornos nos quais a perturbação fundamental é uma alteração do humor ou do afeto, no sentido de uma depressão (com ou sem ansiedade associada) ou de uma elação. A alteração do humor em geral se acompanha de uma modificação do nível global de atividade, e a maioria dos outros sintomas são quer secundários a estas alterações do humor e da atividade, quer facilmente compreensíveis no contexto destas alterações. A maioria destes transtornos tendem a ser recorrentes e a ocorrência dos episódios individuais pode frequentemente estar relacionada com situações ou fatos estressantes" (Cid-10, 2004).

Todavia, a depressão aparece de maneira silenciosa causando impacto comportamental e transformando a vida de seus pacientes, com irritabilidade, e tristeza profunda, apresentando fatores limitantes comportamentais e de bem-estar (FLECK *et al*., 2009). A depressão abrange jovens, adultos, crianças e idosos, no qual os jovens representam a maior causa de suicídio com sintomas decorrentes de fatores externos e internos, proveniente de percas e processos pós-traumáticos.

No entanto Wong (2017) destaca que a depressão atinge mais o sexo feminino comparado ao sexo masculino, sendo que os homens se utilizam do álcool e de outras drogas em uma tentativa de mascarar os sintomas depressivos, buscando no vicio a fuga da realidade, qual muitas vezes podem ser ocasionados devido aos problemas familiares, estresse no trabalho, questões econômicas e sociais.

A depressão ocasiona rebaixamento do humor, redução da energia e diminuição da atividade, bem como baixa autoestima, sentimento de inferioridade, oscilação de humor, fadiga, cansaço constante, limitação física e redução na capacidade de concentração. Esses sintomas resultam em significativas percas e queda na convivência social, familiar e no ambiente de trabalho. “Quando as pessoas se tornam clinicamente deprimidas, sentem-se tristes e frequentemente chorosas, são perturbadas por culpas e podem tornar-se mais facilmente irritáveis do que o normal” (HERMOLIN, RANGÉ; PORTO, 2000, p. 171).

Os grupos terapêuticos auxiliam no processo de fortalecimento, empoderamento e aumento de autoestima dos pacientes através de técnicas psicoterapêuticas e conversa, visando reforçar os pontos positivos do paciente. De tal modo KLEIN (1996, p. 220), cita que “um processo de preparação claro e refletido ajuda o paciente a desenvolver uma situação positiva e realista que facilita o tratamento”. Nesse sentido o grupo terapêutico auxilia na preparação das mulheres para enfrentar os obstáculos que fragilizam sua saúde mental moldando os comportamentos falhos.

Todavia Osório (1997, p. 69), explica que:

> [...] o ponto fundamental na dinâmica grupal é a interação, e é sobre esta que temos que focar nosso interesse especulativo, independentemente do vértice teórico sob o qual nos posicionamos para compreender tanto os aspectos construtivos como os obstrutivos da atividade grupal dos indivíduos.

Dessa forma, o grupo visa possibilitar a troca de experiências entre as mulheres com o mesmo quadro clínico, proporcionando ações corretivas na luta por suas aflições, objetivando a melhora na saúde mental, tendo em conta que são levantadas questões referentes às experiências, ou seja, nesse momento passam a compartilhar suas histórias elucidando o momento de aceitação do diagnóstico e enfrentamento da doença, apontando os motivos fundamentais que estão auxiliando na melhora. Através da interação grupal é possível explorar a subjetividade das mulheres, e assim compreender a situação pela qual estão passando, com o intuito de alterar os padrões comportamentais, pois a partir da compreensão, o paciente percebe a importância de modificar a situação delicada pela qual está passando. O compartilhamento das vivências faz com que as integrantes do grupo percebam a importância de expor seus sentimentos, pois sabem que nesse ambiente irão receber o suporte necessário para superar suas dificuldades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os argumentos apresentados conclui-se que o trabalho realizado com o tratamento da depressão, por meio dos grupos terapêuticos tem caráter fundamental no restabelecimento do indivíduo com depressão. Percebe - se que os resultados alcançados com os grupos terapêuticos juntamente com a administração de medicamentos garantem uma melhora considerável no tratamento da depressão. Ao tomar atitude de frequentar o grupo terapêutico, o paciente tende por meio do convívio social, trabalhar habilidades sociais, onde cada participante do grupo é acolhido e confortado pelo grupo e profissionais envolvidos, superando a timidez, proporcionando o empoderamento seguido da autoestima.

Portanto, é necessário entender que trabalhar com grupos não significa atender um maior número de pessoas, mas sim promover um real compartilhamento de saberes entre comunidade e profissionais de saúde. No qual se cria um espaço de crescimento pessoal e se constrói uma galeria de espelhos que permite a troca de experiências, por isso colocamos em evidência o conceito do grupo terapêutico no tratamento da depressão, reconhecendo a real importância na intervenção da subjetividade de cada indivíduo.

4 REFERÊNCIAS

AGENCIA DO BRASIL. **OMS: depressão afeta mais de 300 milhões e números estão aumentando.** Brasília, 2017. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/oms-depressao-afeta-mais-de-300-milhoes-inumeros-estao-almentando> Acesso em 15 de agosto de 2018.

CARDOSO, Cassandra; SEMINOTTI, Nedio. **O grupo psicoterapêutico no Caps.** Porto Alegre RS, 2005. Disponível em <https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1413-81232006000300025&script= sci_arttext>. Acesso em 14 de agosto de 2018.

CID 10. **Classificação internacional de doenças**: OPS/OMS EDUSP. 1 2004

FLECK, Marcelo P. et al. ReviewoftheguidelinesoftheBrazilian Medical Association for thetreatmentofdepression (Fullversion). **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 31, p. S7-S17, 2009.

LICINIO, Julio; WONG Ma-Li. Biologia da Depressão. Artmed, São Paulo 2007.

HERMOLIN, Marcia Kawa; RANGÉ, Bernard Pimentel; PORTO, Patrícia Ribeiro. Uma proposta de tratamento em grupo para depressão. **Revista Brasileira de terapia comportamental e Cognitiva**, v. 2, n. 2, 2000.

KLEIN RK. **Psicoterapia de grupo a curto prazo**. In: Kaplan HI, Sadock BJ, editores. Compêndio de psicoterapia de grupo. 3a ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996. p. 215-25.

VITAMINA E: CONSUMO E OS BENEFICIOS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

HADDAD, Barbara Cristina Barão [1]
DRUCIAK, Thais Correia [1]
SCHMITT, Vania [2]

RESUMO: A vitamina E também conhecida como tocoferol é um antioxidante que previne as reações com os radicais livres além de outras funções. As fontes de vitamina E são fáceis de serem encontradas, no entanto seu consumo não é tão frequente assim. Esse estudo foi realizado com indivíduos jovens entre 20 a 35 anos, com o intuito de avaliar o consumo de alimentos fontes de vitamina E e ressaltar seus benéficos no organismo como um todo e no processo de envelhecimento cutâneo.

Palavras-chave: VITAMINA E. ANTIOXIDANTE. ENVELHECIMENTO. NUTRIÇÃO E ESTETICA.

1 INTRODUÇÃO

A vitamina E também conhecida como tocoferol é um antioxidante lipossolúvel presente nas membranas celulares protegendo os ácidos graxos poliinsaturados da oxidação lipídica e, assim, prevenindo as reações com os radicais livres. Possui também papel de prevenção de diversas doenças, incluindo câncer, diabetes, catarata e doenças cardiovasculares e cerebrovasculares e, também, está associada à prevenção ou redução do declínio da cognição.

A produção contínua de radicais livres leva o organismo a desenvolver mecanismos de defesa para limitar os níveis intracelulares e impedir a indução de danos. Os antioxidantes são agentes responsáveis pela inibição e redução das lesões causadas pelos radicais livres nas células. Algumas vitaminas possuem essa função, como o retinol, ácido ascórbico e tocoferol mais conhecidas como, respectivamente, vitamina A, vitamina C e vitamina E (STEINER, 2002).

As fontes da vitamina E são naturais sendo abundante e suficiente para maioria da população, porem muitas pessoas não tem habito de consumir diariamente alimentos fontes de dessa vitamina e assim causando a falta no organismo e provocando algumas doenças no envelhecimento. Alguns exemplos alimentos que possuem vitamina E,

gérmen de trigo, óleo ou semente de girassol, amendoim, óleo de milho, espinafre, brócolis, oleaginosas, entre outros.

Este estudo tem como finalidade avaliar o consumo de vitamina E na alimentação de jovens e adultos e assim trazer os benefícios que ela traz para o organismo, principalmente no processo de envelhecimento.

2 DESENVOLVIMENTO

O estudo foi realizado através de um questionário de frequência alimentar, rápido e de fácil compreensão, com as maiores fontes de vitamina E. Sendo realizado com 26 acadêmicos do ultimo período do curso de nutrição do Centro Universitário Campo Real, em Guarapuava- Paraná, com faixa etária de 20 a 38.

O questionário continha dez alimentos fontes de vitamina E, listados em ordem decrescente na quantidade de vitamina E presente em cada um deles, levando em conta 100 gramas de produto, e as opções de frequência de consumo como 1 x na semana; 2 a 4 x na semana; 5 a 7 x na semana ou nunca.

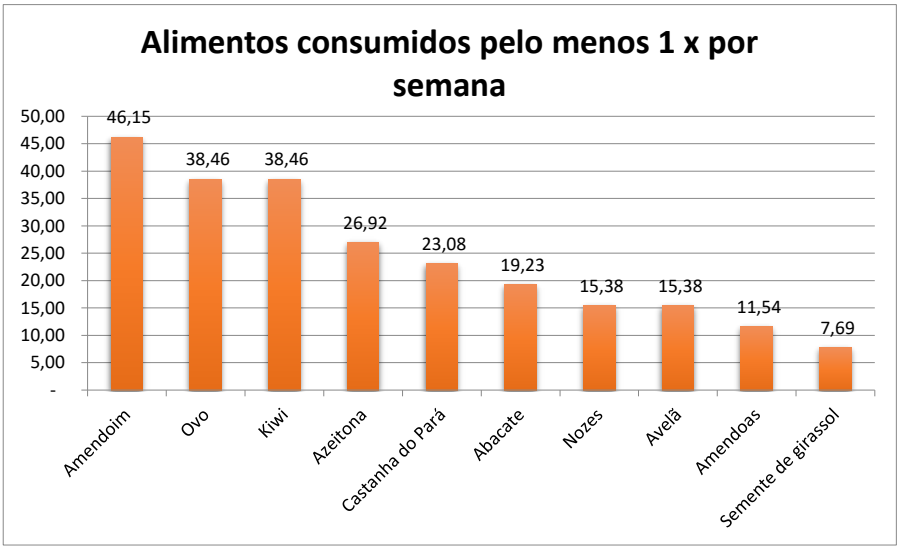
O resultado da pesquisa está na tabela a seguir:

Alimento	% 1 x na semana	% 2 a 4 x na semana	% 5 a 7 x semana	% nunca
Semente de girassol	7,69	0	0	92,3
Amêndoas	11,5	0	0	88,4
Avela	15,4	0	0	80,7
Nozes	15,4	0	0	80,7
Amendoim	46,2	3,85	7,69	38,4
Castanha do para	23,1	0	0	76,9
Azeitona	26,9	0	3,85	69,2
Ovo	38,5	34,6	26,9	0
Abacate	19,2	11,5	7,69	61,5
Kiwi	38,5	3,85	3,85	53,8

Como pode ser visto na tabela acima o consumo de alimentos fontes de vitamina E não é tão frequente na população estudada. Dentre os dez alimentos listados sete encontram-se acima de 60% que nunca são consumidos e dois acima de 38 %. Entre esses mesmos dez alimentos quatro encontram-se em destaque, pois tiveram

porcentagem de consumo de 1 a 7 x por semana, sendo eles o amendoim, ovo, abacate e kiwi.

No entanto todos os alimentos tiveram portagem de consumo de pelo menos 1 x por semana como mostra o gráfico abaixo.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vitamina E traz diversos benefícios para nossa saúde, e não apenas para o bom funcionamento do organismo ou na prevenção de doenças, mas também no bom aspecto cutâneo prevenindo a ação dos radicais livres.

O consumo de alimentos fontes de vitamina E deve ser diário, assim, é claro, como todas as outras vitaminas e nutrientes. No entanto, mesmo sendo necessário um valor muito baixo de sua ingestão, aproximadamente 15 mg/dia, nem sempre é possível atingi-lo apenas com um alimento.

Por isso uma dieta balanceada, com diversidades de alimentos é de extrema importância para a prevenção de diversas doenças e também para obtenção de um envelhecimento com maior qualidade.

4 REFERÊNCIAS

SANTOS, M. P. **O PAPEL DAS VITAMINAS ANTIOXIDANTES NA PREVENÇÃO DO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO**. Disciplinarum Scientia. Série: Ciências da Saúde, Santa Maria, v. 14, n. 1, p. 75-89, 2013.

GUIMARÃES, M. R. M , VIANNA, L. M. A. **VITAMINA E E FUNÇÃO COGNITIVA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.** Rev Neurocienc 2010;18(2):249-255

FUZARO JUNIOR, G., et al. **ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO NO ENVELHECIMENTO E NA APOSENTADORIA.** In: COSTA, JLR., COSTA, AMMR., and FUZARO JUNIOR, G., orgs. O que vamos fazer depois do trabalho? Reflexões sobre a preparação para aposentadoria [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, pp. 103-116. ISBN 978-85-7983-763-0.

HELIÓGRAFO: EQUIPAMENTO DE MEDIÇÃO DE RADIAÇÃO SOLAR

FREITAS, Carolina de[453]
OLIVEIRA, Danielle Carvalho de[454]
LEHRER, Adailton Marcelo[455]

RESUMO: Neste artigo é apresentado o heliografo e suas funções, apresentando sua origem e aplicações. Seus conceitos que surgem desde Aristóteles, até Joseph Nicéphore Niépce em 1822, utilizando de aspectos físicos e químicos para a medição da radiação emitida pelo sol. A radiação solar tem papel fundamental no ciclo hidrológico, fazendo parte da precipitação das chuvas e no metabolismo da vegetação enfatizando a importância do estudo e pesquisa.

Palavras-chave: Heliógrafo; Sol; Radiação;.

1 INTRODUÇÃO

A observação dos astros, como o sol, estrelas e planetas, está presente desde os antigos povos egípcios, que através do movimento do sol conseguiam prever as cheias do nilo e as estações, e na grécia, onde Aristóteles já observava o movimento do sol e como isso influenciava nas estações e no ciclo da água em 350a.c com seu livro meteorológica.

Meteorologia, vem do grego *μετέωρος metéōros* "elevado; alto (no céu)" (de *μετα- meta-* "acima" e *ἀείρω aeiro* "eu levanto") e *-λογία -logia* "estudo, palavra" (Wikipedia, 2018), e tem como objetivo, sendo uma ciência, estudar a atmosfera terrestre. Para observar os fenômenos que ocorrem na atmosfera, são utilizados alguns equipamentos que auxiliam na observação e obtenção de dados. No decorrer dos anos vários equipamentos surgiram: barómetros, pluviômetros, termômetros, e entre eles o heliógrafo. O princípio utilizado pelo heliógrafo foi descoberto em 1822 pelo fotógrafo Joseph Nicéphore Niépce, que utilizada de placas feitas de estanho derivado de um petróleo fotossensível para criar imagens. No Brasil, o heliógrafo mais utilizado é o heliógrafo de Campbell-Strokes, que foi criado por John Francis Campbell em 1853.

2 DESENVOLVIMENTO

[453] Acadêmico do Curso de Engenharia Civil, 6º período, Centro Universitário Campo Real, integrante do Programa de Extensão das Engenharias
[454]Acadêmico do Curso de Engenharia Civil, 6º período, Centro Universitário Campo Real, integrante do Programa de Extensão das Engenharias
[455]Engenheiro químico e civil, professor coordenador de engenharia civil, CAMPO REAL, Guarapuava - PR, prof_adailton@camporeal.edu.br;

Segundo Soares e Batista (2004) a radiação em um ponto da superfície terrestre que varia conforme a hora do dia, e outras variáveis como as condições atmosféricas, local, propriedades térmicas e a geometria do sistema, para auxiliar nos estudos dessa área são utilizados alguns equipamentos que ajudam na captação e geração de dados, um deles é o heliógrafo.

O heliografo é um equipamento que auxilia no estudo da radiação, medindo a quantidade de tempo que da incidência de luz solar na superfície (em horas), em uma determinada localidade e dia do ano. O instrumento registra em tiras graduadas de papel cartão, queimando a tira enquanto houver o fluxo luminoso que concentram os raios solares de forma convergente através da esfera de cristal.

> O mais usado no Brasil é o heliógrafo de Campbell-Strokes, formado por uma esfera de vidro transparente, montada sobre um eixo inclinável (fixado de acordo com a latitude do lugar), cujo suporte possui uma calha onde são colocadas as heliogramas.(SOARES E BATISTA, pag 58, 2004)

São utilizados três tiras de papel cartão cada uma para determinada época do ano, são elas a tira curva comprida utiliza no período de 16 de outubro até 29 de fevereiro antes e depois do solstício de verão, já a tira reta é utilizada entre 1 de março a 15 de abril e 1 de setembro a 15 de outubro antes e depois do equinócio de outono e de primavera e a última é a tira curta usada no período 16 de abril a 31 de agosto antes e depois do solstício de inverno características utilizados as estações do hemisfério sul.

Um passo importante para a sua utilização após a escolha correta das tira é a instalação do equipamento, primeiramente deve se encontrar um lugar adequado para a sua instalação de preferência em um lugar alto onde alguma coisa não cause sombra sobre o equipamento aproximadamente 1,30 metros do solo para que se possa ficar acima do horizonte . Outro passo está em ajustar o arco que envolve a esfera de cristal em graus que auxilia na melhor posição do equipamento conforme a época do ano e para latitude do local, por fim posicionar o equipamento conforme norte-sul geográfico.

Os equipamentos que mede a radiação incidente na superfície terrestre nesse caso o heliógrafo auxiliam inúmeras áreas, entre elas a meteorologia e a climatologia que de forma direta geram dados para se obter o detalhamento do clima de uma região e o seu ciclo hidrológico. Essas informações e dados têm total relevância na agricultura e no planejamento de obras de infraestruturas por exemplo, em quase todas as áreas

deve haver e interação e o entendimento no espaço e ambiente em que se aplica qualquer coisa. A radiação solar tem papel fundamental no ciclo hidrológico, fazendo parte da precipitação das chuvas e no metabolismo da vegetação enfatizando a importância do estudo e pesquisa com o auxílio de equipamentos que facilitem os processos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado os equipamentos facilitam e agilizam processos, neste caso o heliógrafo dentro do estudo da radiação solar auxilia inúmeras áreas de forma direta e indireta.

4 REFERÊNCIAS

ARCE, José Luís Pelayo. **El Heliógrafo de Campbell-Stokes**. 2013. Disponível em: <https://www.tiempo.com/ram/1762/el-heligrafo-de-campbell-stokes/>. Acesso em: 07 jun. 2018.

MARTINS, Samantha. **Bola de Cristal?**. 2012. Disponível em: <http://meteoropole.com.br/2012/03/bola-de-cristal/>. Acesso em: 07 jun. 2018.

NETOPEDIA, N. **Descobertas (1880-1920)**. Disponível em: <http://netopedia.tripod.com/invenc/Descobertas.htm>. Acesso em: 07 jun. 2018.

SOARES, Ronaldo Viana. BATISTA, Antonio Carlos. **Meteorologia e climatologia florestal.** Curitiba: Editor, 2004. 195 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 85-904353-1-8.

WIKIPEDIA. **Heliografo**. 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Heli%C3%B3grafo>. Acesso em: 07 jun. 2018.

WIKIPEDIA. **Joseph Nicéphore Niépce**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Nic%C3%A9phore_Ni%C3%A9pce>. Acesso em: 07 jun. 2018.

AVALIAÇÃO MORFOLÓGICA DE OVÓCITOS PARA A PREVENÇÃO DA DISTROFIA MUSCULAR DE DUCHENNE: UMA REVISÃO

SERTORIO, Rafaelle [456]
DIAS, Fernanda Viero [2]

RESUMO: Dentre as diferentes miopatias, a distrofia muscular de Duchenne (DMD) trata-se de um distúrbio geneticamente determinado, no qual o gene afetado é recessivo e está ligado ao cromossomo X. Esta doença possui uma incidência de 1 em cada 3.000 nascimentos de sexo masculino, causando complicações à codificação da proteína responsável pela manutenção das células musculares, denominada como distrofina. Com o intuito de situar a causa e a origem da doença, este trabalho de caráter bibliográfico, utilizou onze artigos relacionados à DMD, para verificar a avaliação morfológica dos ovócitos e marcadores moleculares, trazendo métodos que possibilitarão a prevenção desta miopatia cromossômica.

Palavras-chave: Distrofia muscular de Duchenne. Avaliação morfológica. Marcadores moleculares. DMD. Célula do *cumulus*.

1 INTRODUÇÃO

A distrofia muscular de Duchenne (DMD) manifesta-se em idade precoce sendo considerado um distúrbio geneticamente determinado, onde o gene afetado é recessivo e está interligado ao cromossomo X, o qual acarreta infortúnios na codificação da proteína *distrofina,* que se responsabiliza pela conservação das células musculares (BUSHBY K; CONNOR, 2011).

As crianças diagnosticadas iniciam o seu primeiro estágio de vida saudáveis, prosseguem em seu desenvolvimento como as demais, no entanto, as perdas funcionais aparecem nas primeiras décadas de sua vida, a fraqueza muscular aumenta quantitativamente, levando o enfermo a depender precocemente de cadeira de rodas. Com o desenvolvimento da doença se detecta outras disfunções musculares que afetam o sistema cardiorrespiratório e as funções pulmonares, ocasionando o aumento da insuficiência respiratória. Em suma, os meninos vão a óbito durante a segunda década de suas vidas, em decorrência do desenvolvimento acelerado deste distúrbio (LUCCA; PETEAN, 2016).

Com relação aos diagnósticos, comumente faz-se uso de exames de DNA em sangue periférico (ou em raspado de mucosa bucal), sendo de grande importância para o diagnóstico da doença. Outra possibilidade é realizar o diagnóstico por meio de

[456]Biomedicina, segundo período, Faculdade Campo Real.
[2]Docente ms. Fernanda Dias, Faculdade Campo Real.

exames pré-natais de certeza através da análise da expansão citosina, timina e guanina (CTG) em DNA extraído de vilosidades coriônicas. Entretanto, não é possível prever qual será a gravidade do quadro clínico em um feto portador da mutação particularmente levando-se em conta a grande heterogeneidade somática no tamanho da expansão. Uma das aplicações práticas mais importantes do projeto *Genoma Humano* é o desenvolvimento de testes genéticos para diagnóstico e para prevenção (a partir da identificação de casais em risco). Tem sido de grande utilidade o diagnóstico molecular, pois em muitos casos, permite confirmar o diagnóstico evitando outros exames que podem ser invasivos e pouco informativos. Além disso, a identificação de mutações patogênicas em indivíduos assintomáticos contribui para prevenir o nascimento de novos afetados o que é fundamental para doenças graves ainda incuráveis (ZATZ, 2002).

Por essa razão, torna-se fundamental a busca de outros parâmetros indicativos da qualidade ovocitária, de modo a viabilizar uma seleção mais apurada como analise da competência ovocitária nas células do *cumulus*, as quais podem predizer a capacidade do desenvolvimento de ovócitos em sua total morfologia. Diante dessa importante comunicação que existe entre as células do *cumulus* e o ovócito, as mesmas podem ser utilizadas para identificação de marcadores moleculares. O uso destes marcadores dará a oportunidade de predizer a competência do ovócito (SARLO, 2009; CORDEIRO, 2012).

Com o intuito de situar a causa e a origem da doença, este trabalho de caráter bibliográfico, faz uso de onze artigos relacionados à DMD, para verificar a avaliação morfológica dos ovócitos e marcadores moleculares, trazendo métodos que poderão possibilitar a prevenção desta miopatia cromossômica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

Este é um trabalho de caráter bibliográfico, o qual tem como objetivo situar a causa e a origem da doença, avaliando possíveis formas de prevenção da Distrofia muscular de Duchenne, foram utilizados onze artigos relacionados à doença e os critérios de inclusão resumiram-se a partir da eficiência dos artigos e correlação ao histórico, diagnóstico, tratamento e aspectos moleculares relacionados à DMD.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É uma doença genética de herança recessiva, ligada ao cromossomo X. Na mulher encontram-se dois cromossomos X, um herdado de seu pai, e outro de sua mãe. No homem, existe um cromossomo X, herdado da mãe, e um cromossomo menor, o Y, herdado do pai. O gene da DMD está localizado no braço curto do cromossomo X, numa região denominada Xp21. Como na mulher existem dois cromossomos X, se um deles tiver o gene defeituoso, o outro cromossomo X garantirá o bom funcionamento da proteína distrofina. Desse modo, a mulher pode ser portadora do gene da DMD, mas ela não manifestará a doença. Portanto a DMD afeta na maioria das vezes o sexo masculino porque nele só há um cromossomo X (QUEIROZ, 2017).

Cerca de 1/3 dos casos de DMD são causados por mutações novas (ZATZ et al., 1977), e os restantes 2/3 são herdados de mães portadoras. A maioria (mais de 90%) das mulheres portadoras de mutações no gene da distrofina é assintomática (EMERY, 1993). Entretanto tem um risco de 50% de passar o gene defeituoso para a sua descendência, isto é, metade dos filhos pode ser afetada e metade das filhas portadoras, porém clinicamente normais. Outro aspecto importante é o mosaicismo gonadal. Isto é, aproximadamente 10% das mães de casos isolados de DMD, nas quais não foi detectada mutação no sangue periférico, podem ser portadoras da mutação na linhagem germinativa (PASSOS-BUENO et al., 1990; 1992). Ou seja, possuindo grandes chances de repassar esses genes defeituosos para sua descendência. A identificação de mutações patogênicas em indivíduos assintomáticos contribui para prevenir o nascimento de novos afetados o que é fundamental para doenças graves ainda incuráveis. (ZATZ, 2002). A seleção dos ovócitos de melhor qualidade baseada apenas em critérios morfológicos tem sido rotineiramente utilizada para a produção de embriões *in vitro*. Entretanto, a avaliação morfológica é insuficiente para diferenciar ovócitos afetados dos não afetados (LONERGAN et al. 2003; KRISHER 2004, COTICCHIO et al. 2004).

Os diagnósticos sugeridos só irão evitar o risco de descendentes afetados, mas não sugere uma intervenção que além de evitar a transmissão desses genes, proponha as portadoras uma chance de possuírem descendentes não afetados. A partir destes fatores, foram analisadas hipóteses que possibilitarão a escolha de ovócitos não afetados, para a produção de embriões saudáveis correlação a distrofia muscular de Duchenne, mas essa seleção só será possível se a portadora for recessiva para o gene, ou seja, se o seu genótipo for heterozigoto. Sendo a seleção dos ovócitos baseada em critérios morfológicos, unido ao uso de marcadores moleculares, sendo essa uma opção

repensável para o selecionamento dos ovócitos de mulheres portadoras do gene da distrofia muscular de Duchenne.

Por essa razão, torna-se fundamental a busca de outros parâmetros indicativos da qualidade ovocitária, de modo a viabilizar uma seleção mais apurada, e, consequentemente, um aumento na eficiência das tecnologias de reprodução assistida (TRAs) em humanos. A abundância relativa de genes relacionados à competência ovocitária nas células do *cumulus* pode predizer a capacidade de desenvolvimento de ovócitos humanos, diante dessa importante comunicação que existe entre as células do *cumulus* e o ovócito, elas podem ser utilizadas para identificação de marcadores moleculares. O uso destes marcadores dará a oportunidade de predizer a competência do ovócito, os quais estariam localizados dentro ou adjacente ao gene afetado de um modo não invasivo, para assim, reproduzir embriões não afetados através de técnicas de reprodução assistida (SARLO, 2009; CORDEIRO, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos mencionados, pode-se observar que a distrofia muscular de Duchenne além de ser uma doença de herança cromossômica, possui uma manifestação quantitativa, agindo de maneira precoce e acarretando infortúnios na codificação da proteína distrofina causando assim, disfunções musculares ao ser afetado. Os tratamentos se resumem a fisioterapias, medicamentos associados à atividade física, corticoides, particularmente a prednisona, são utilizados na tentativa de melhorar parcialmente a força muscular global, função pulmonar (SANTOS MARIANO, 2009). Não possui cura e a biologia molecular só vem sido utilizado como forma de diagnostico até o momento.

A partir da leitura dos artigos foi possível identificar a possibilidade de uma nova forma de prevenção da distrofia muscular de Duchenne se houver uma junção e um rearranjo das pesquisas científicas envolvidas.

4 REFERÊNCIAS

BUSHBY, Kate; CONNOR, Edward. Clinical outcome measures for trials in Duchenne muscular dystrophy: report from International Working Group meetings. **Clinical investigation**, v. 1, n. 9, p. 1217, 2011.

CORDEIRO, D.M. "Identificação de marcadores moleculares para a competência ovocitária em células do cumulus bovinas." 2012.

DE LUCCA, Silvana Aparecida; LOPES PETEAN, Eucia Beatriz. Paternidade: vivências de pais de meninos diagnosticados com distrofia muscular de Duchenne. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, 2016.

EMERY AEH 1993. Duchenne muscular dystrophy (2nd ed.). Oxford University Press, Oxford e Nova York, pp. 25-45.

LONERGAN, P.; RIZOS, D.; GUTIERREZ-ADAN, A.; FAIR, T.; BOLAND, M.P. Oocyte and embryo qualiti: effect of origin, culture conditions and gene expression. Patterns. **Reproduction in Domestic Animals**, v. 38, p. 259-257, 2003.

PASSOS-BUENO, MARIA RITA; LIMA, M. A.; ZATZ, M. Estimate of germinal mosaicism in Duchenne muscular dystrophy. **Journal of medical genetics**, v. 27, n. 11, p. 727, 1990.

PASSOS-BUENO, M. R. et al. Mosaicism for Duchenne muscular dystrophy mutations: new recurrence risk estimates based on the deletion site in the gene. **Am. J. Human. Genet**, v. 51, p. 1.150-1.155, 1992.

SANTOS MARIANO, Wagner dos; SEVILHA, Rita Cássia CC; SOUTO, Adriana. ASPECTOS GENÉTICOS, FISIOLÓGICOS E CLÍNICOS DE UM PACIENTE COM DISTROFIA MUSCULAR DE DUCHENNE. **Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 13, n. 1, 2009.

ZATZ, Mayana et al. Segregation distortion of the CTG repeats at the myotonic dystrophy (DM) locus: new data from Brazilian DM families. **Journal of medical genetics**, v. 34, n. 9, p. 790, 1997.

ZATZ, Mayana. A biologia molecular contribuindo para a compreensão e a prevenção das doenças hereditárias. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 1, 2002.

QUEIROZ, A. BENGALA LEGAL Distrofias musculares . Disponível em: < http://www.bengalalegal.com/distrofias-musculares#duchenne >. Acesso em: 29 mar. 2017.

DA PROVA ILÍCITA, ILEGÍTIMA E PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO: EXCEÇÕES AO PRINCIPIO DA INADMISSIBILIDADE

MACHADO, Patrick Luiz[457]
SVIERCOSWSKI, Shayara Ronik[458]
FARIA, Elizania Caldas[459]

RESUMO: Este estudo tem por objetivo realizar um estudo incipiente sobre provas ilícitas, realizando, para tanto, a abordagem sobre provas ilegítimas e provas ilícitas, além de abordar as provas ilícitas por derivação e as exceções ao princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas, no âmbito do processo penal brasileiro. O referido escrito, de natureza teórica, foi elaborado com base na metodologia aplicada à pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chaves: Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas ilícitas por derivação

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo só a comunidade jurídica se deparou com a definição única, trazida pela Constituição Federal de 1988, acerca das provas ilícitas. A ausência de disposições legais expressas geraram discussões doutrinárias e o uso da legislação estrangeira como parâmetro para a construção de uma posição acerca da sua (in)adimissibilidade. A reforma processual propiciada pela publicação da Lei nº 11.690 de 2008, incluindo no Código de Processo Penal Brasileiro o artigo 157, não cessou as discussões doutrinárias, mas trouxe direções mínimas sobre o instituto, a serem seguidas pelos juristas, embora sua redação não tenha sido de extrema qualidade.

A alteração feita em 2008 também envolveu a previsão acerca da Prova Ilícita por derivação. O artigo 157 do CPP se refere não apenas às provas ilícitas, mas também às derivadas. Os parágrafos deste artigo trouxeram para o âmbito legislativo as teorias que eram utilizadas, anteriormente, pelo judiciário, para a justificarem a existência de exceções à inadminissibilidade das provas ilícitas por derivação. Assim, tendo como objetivo este estudo, tendo como objetivo analisar os problemas existentes sobre as provas ilícitas e as ilícitas por derivação, far-se-á uma análise, bibliográfica, sobre o assunto, que está disposto na Constituição Federal no seu artigo 5°, LVI.

2 DA PROVA EM SENTIDO GERAL

[457]Graduando em Direito, no 6º período, no Centro Universitário Campo Real.
[458]Graduanda em Direito, no 6º período, no Centro Universitário Campo Real.
[459]Professora de Direito Processual Penal no Centro Universitário Campo Real.

A palavra “prova” tem sua origem do latim *probatio,* que por sua vez, vem do verbo *probaro,* seu significado diz respeito à verificação, ensaio, inspeção, exame, confirmação (CAPEZ, 2010, p. 342). É o núcleo, o cerne de um processo, pois são as provas, que ajudaram as partes a tentar convencer o magistrado da existência ou não de um fato, também serve para que o magistrado decida em seu favor.

Assim, prova, em linhas gerais, tem a finalidade de tentar construir um estado de certeza na mente do julgador, para que ele possa decidir a favor da tese levantada, ou, sobre a existência ou inexistência, da verdade ou inverdade de um fato que é trazido dentro de um processo. Essa dinâmica de “tentativa” de se provar algo, é de suma importância para a solução de um processo.

3 PROVAS ILÍCITAS, ILEGÍTIMAS E PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO

3.1 PROVA ILÍCITA:

A primeira noção sobre prova ilícita emanava da Constituição Federal, em seu artigo 5°, LVI que dispõe “São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos” (BRASIL, 1988). A partir deste dispositivo a doutrina tentava definir o que são provas ilícitas. e então se constrói o conceito, com base na repercussão sistemática do ordenamento jurídico brasileiro, mas, também, com comparações de ordenamentos jurídicos estrangeiros. A primeira definição foi da grande processualista Ada Pellegrini Grinover (1996, p. 131) que entende prova ilícita em sentido estrito como sendo:

> A prova colhida com infringência ás normas ou princípios colocados pela constituição e pelas leis, frequentemente para proteção das liberdades públicas e em especialmente dos direitos de personalidade e mais especificamente do direito a intimidade

Durante muito tempo existiu apenas esse dispositivo constitucional dispondo sobre provas ilícitas. Apenas em 2008, com a redação dada pela lei 11.690, que o legislador trouxe outra forma de definição para tal assunto

> Ilícito advém do latim (illicitus = il + licitus), possuindo dois sentidos: a) sob o significado restrito, quer dizer o proibido por lei; b) sob o prisma amplo, tem o sentido de ser contrário à moral, aos bons costumes e aos princípios gerais de direito. Constitucionalmente, preferimos o entendimento amplo do termo ilícito, vedando-se a prova ilegal e a ilegítima. (NUCCI, 2009, p. 353)

Entende-se que quando uma prova é produzida, mas sem obedecer as normas legais ou constitucionais, esta é chamada de prova ilícita, e, portanto, deve ser desentranhada, retirada do processo, assim como preconiza o art. 157, caput, do CPP "São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais". (BRASIL, 1941).

Necessário compreender, contudo, que a prova ilícita difere da prova denominada como ilegítima, sendo que, ambas possuem sanções processuais distintas também.

3.2 PROVA ILEGITIMA

As provas ilegítimas dizem respeito tão somente às provas que desrespeitam as formas processuais não constitucionais. É, portanto, a prova obtida durante o processo, que não respeita uma regra do direito processual, como por exemplo, o depoimento da testemunha judicial sendo trazido de forma escrita. Neste exemplo foi violada apenas uma forma processual, um trâmite do processo disposto no *códex*, no qual o artigo 204 do Código de processo penal, que traz o seguinte "O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito" (BRASIL, 1941).

O que diferencia a prova ilícita da prova ilegítima, além do fato da primeira desrespeitar o direito material e a outro o direito processual, é a sua consequência, ou melhor, sua sanção processual. A prova reconhecida como ilícita, ocorre o desentranhamento dos autos uma vez que ela é inadmissível e não pode ser refeita. Na prova ilegítima a sanção é prevista na própria lei processual, no caso, a simples nulidade do ato procedimental, podendo ser até refeita, se houver a correção dos vícios.

3.3 PROVA ILÍCITA POR DERIVAÇÃO

É baseada na teoria americana da arvore dos frutos envenenados, Fernando Capez dispõe sobre isso da seguinte forma:

> Essa categoria de provas ilícitas foi reconhecida pela Suprema Corte norte-americana, com base na teoria dos "frutos da arvore envenenada" – *fruitsofthepoisonoustree*--,segundo a qual o vício da planta se transmite a todos os seus frutos. (CAPEZ, 2010, p 347.)

Entre 1988 que nada dispunha sobre isso, até 2008 com a reforma, possui o Brasil algumas jurisprudências que trazem menção à “teoria da árvore dos frutos envenenados”, a reforma de 2008 se inspirou nessa teoria para colocar no nosso processo penal afim do melhoramento do ordenamento.

A prova por derivação, ela por si só, separada de todo contexto, parece correta, parece uma prova lícita, feita com respeito às normas legais, constitucionais, legais e de direito material. Mas quando analisada dentro do contexto processual, descobre que é uma prova licita que se origina de uma prova ilícita.

Por exemplo, uma escuta telefônica feita de maneira ilegal e, à partir dessa escuta, se descobre que existe uma arma ilegal. Todo procedimento até a possível apreensão do objeto é correto, seguindo os trâmites estabelecidos. Essa prova parece ser lícita, mas se origina, se deriva, de uma escuta telefônica clandestina. Por isso a analogia com a nomenclatura da teoria, tudo que advêm de um ilícito, também é ilícito. Nada que se deriva daquela origem ilícita pode ser admitida no processo penal, pois no *códex* há esta vedação: “São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras”. (BRASIL, 1941)

Percebe-se, acerca do dispositivo supracitado, e com base no que dizem a doutrina, que existem exceções, tais exceções também inspiradas na doutrina norte-americana. Ou seja, o termo “inadmissível no processo” não parece ser tão sólido assim. Dentre as exceções destacam-se:

A) quando não existir um nexo de causalidade entre a prova ilícita originária e a prova ilícita derivada. Por óbvio, se não tem nexo de causalidade não tem derivação. Tem-se, por exemplo, um delegado, não sabe da existência da escuta ilegal, sem conhecimento nenhum da situação, e dá continuidade ao processo.

B) Fonte independente: é quando existe a prova ilícita por derivação que me levou a tal crime, mas existem outras diversas fontes legais que dizem a mesma coisa, um exemplo disso é uma tortura pra saber alguma informação, mas também várias outras testemunhas informam a mesma informação obtida pela tortura.

C) da descoberta inevitável: acontece quando, com os trâmites normais de investigação, a autoridade policial iria chegar àquela conclusão, o que houve é que com a prova ilícita por derivação se antecipou a descoberta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prova é um instituto de grande relevância para o Processo Penal, pois ela é a principal forma de se influenciar o convencimento do julgador. Este estudo teve por finalidade a análise, ainda que incipiente, das provas ilícitas, originárias e por derivação, cuja previsão se encontra na Constituição e no Código de Processo Penal, bem como as provas ilícitas por derivação, essas que devem ser inadmissíveis no processo, devendo ser desentranhadas dos autos.

Também foram objeto de estudo as provas ilegítimas, estas diferentemente das demais, não são desentranhadas, pois podem ser refeitas, já que não seguiram um tramite processual. Também é necessário destacar que mesmo sendo as provas ilícitas por derivação inadmissíveis, foi possível concluir que esta regra não é absoluta, pois existem exceções ao principio da inadmissibilidade das provas ilícitas.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código de Processo Penal**. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 26 ago. 2018.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 875 p. ISBN 978-85-02-08631-9.

GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhães. **As nulidades no processo penal.** 2. ed. São Paulo: Malheiros, c1992. 253 p. Bibliografia

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado.** 9.ed.rev.at.amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 1246 p. ISBN 978-85-203-3538-3.

A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER DETENTA.

CORREA, Elenice[460]
MORAES, Jeferson[1]
PIRES, Pamela Horokoski[1]
CAVALCANTE, Marilia[2]

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo analisar as condições de vida e de saúde das mulheres privada de liberdade no Brasil, considerando que este público está mais suscetível e vulnerável ao adoecimento. A enfermagem tem papel fundamental na assistência a mulher carcerária desenvolvendo ações que possibilite promoção e prevenção de doenças, garantindo o acesso a estes serviços.

Palavras-chave: Mulher privada de liberdade. Assistência de enfermagem. Vulnerabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O enfermeiro tem um papel fundamental no serviço de saúde, pois é o profissional responsável pelo planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação da assistência prestada ao usuário. A prática de Enfermagem é semelhante em todos os contextos, incluindo as unidades prisionais, pois o mesmo acolhe o indivíduo, orienta, presta cuidados, acompanha seu estado de saúde, além de articular ações de educação e promoção à saúde a fim de prevenir agravos de acordo com aspectos éticos e legais da profissão (APOLINÁRIO, 2013).

Deve-se avaliar as condições que se encontra a unidade prisional para que o serviço seja ofertado com qualidade tais como superlotação, falta de médicos ambiente inapropriado, umidade e pouca ventilação, condições psicossociais sendo estes os mais comuns que favorece o aparecimento de doenças oportunas transmissíveis e crônicas colocando em risco a vida das mulheres privadas de liberdade.

Segundo Lima (2015) os enfermeiros de unidade prisional se empenham muito para conseguir prestar assistência adequada, buscam garantir esta assistência de saúde em conjunto com a Unidade Básica de Saúde (UBS) desenvolvendo trabalho multidisciplinar.

> (PNSSP), por meio da Portaria Interministerial nº 1.777, de 09 de setembro de 2003, inclui a população presidiária no Sistema Único Conhecendo a importância de todos os cidadãos terem o Direito à Saúde, garantidos por lei, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário

[460] Acadêmicos (as), Enfermagem 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Docente Ms.de Enfermagem, Centro Universitário Campo Real.

> de Saúde (SUS), assegurando sua cidadania na perspectiva dos direitos humanos (LIMA, 2015).

Este estudo busca discutir a necessidade de ações na atenção à mulher privada de liberdade, tendo como objetivo analisar as ações de Educação e Promoção à Saúde, com ênfase na fase reprodutiva, nos períodos do pré-natal, parto e puerpério no sistema prisional.

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho foi realizado através de uma revisão de literatura, entre os meses de março a agosto de 2018, a pesquisa foi realizada através da leitura de periódicos e livros presentes na biblioteca do Centro Universitário Campo Real, também através do banco de dados, como: Scielo, Google Acadêmico, Periódicos CAPES, etc.

Apesar da lei garantir o acesso a mulher encarcerada ao serviço de saúde e assistência durante pré-natal e puerpério essa não é a realidade nas prisões brasileiras, a maioria não possui estrutura adequada, com isso as mesmas são obrigadas a procurar auxilio em hospitais próximo à penitenciária.

Segundo Pícoli et al. (2014), nas maiorias das vezes as situações precárias de infraestrutura como ventilação, umidade, superlotação acesso a saúde de forma dificultada faz com que se torne um ambiente proporcional de risco a estas mulheres e seus filhos, podendo causar agravos físicos, emocionais e psicossocial.

A maternidade durante o período de reclusão é vista de forma negativa para as mães e crianças e considerado um problema de saúde pública para os gestores e profissionais da área de saúde. Pessoas privadas de liberdade não podem ser privadas do direto e acesso a saúde. Várias medidas estão sendo tomada para melhora, porém ainda há um longo caminho a ser percorrido França et al. (2016).

> O direito à saúde, garantido por lei a todos os presidiários no Brasil, mostra-se uma realidade ainda distante do sistema prisional, uma vez que há evidentes falhas na assistência prestada às mulheres privadas de liberdade (MACEDO et al., 2017).

Diante das vulnerabilidades encontradas concluiu-se que as estratégias de promoção da saúde sexual em ambiente prisional devem englobar a complexidade das peculiaridades vivenciadas pelas presidiárias, pois as mesmas relatam falta de troca de informação e esclarecimento de dúvidas durante o atendimento entre os profissionais (PIMENTEL, 2015).

A enfermagem não pode ficar omissa quando os direitos à saúde são violados. A deficiência na prestação do serviço só contribui para o agravo das doenças crônicas como diabetes, hipertensão, exames de rotina como ginecológico e mamografia, medidas contraceptivas entre outras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher encarcerada sofre um descaso no que diz respeito ao acesso a saúde pois as políticas públicas voltadas a assistência desta população não são suficientes. Vale ressaltar que essas mulheres têm direitos iguais aos demais cidadãos. Pode-se observar que o convívio entre mãe e filho, fortalecimento destes laços/vínculos são importantes para ambos que deve ser construída desde o pré-natal sendo que a enfermagem tem papel fundamental no acolhimento, orientação e promoção a saúde desta população.

Mas para que isso aconteça faz-se necessário que a gestão penitenciaria reconheça a necessidade e desenvolva políticas, ações e programas específicos para o sistema penitenciário feminino.

4 REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, F. H. **Significados atribuídos por enfermeiros à assistência que prestam a indivíduos em situação prisional**. 2013. 140 f. Dissertação (Mestre em Enfermagem) - Universidade Estadual Paulista - UNESP, Botucatu, 2013.

LIMA, J. F. **O direito à saúde das mulheres gestantes e puérperas no Sistema Penitenciário Feminino do Distrito Federal**. 2015. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Saúde Coletiva) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MACEDO, F. R. M. et al. Perfil socioeconômico e saúde ginecológica de presidiárias. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, p. 30-36, 2016.

PÍCOLI, R. P. et al. Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 38, n. 1, p. 67-82, 2014.

PIMENTEL, I. D. S. et al. Percepção de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência à saúde no sistema penitenciário. **Revista Interdisciplinar**, v. 8, n. 4, p. 109-119, 2015.

FRANÇA, A. M. B. D.; SILVA, J. M. D. O. E. A mulher em situação de prisão e a vivência da maternidade. **Revista de enfermagem UFPE**, v. 10, n. 5, p. 1891-1894, 2016.

DIREITO A PRIVACIDADE E CRIMES NA INTERNET: INVASÕES DE DISPOSITIVOS TECNOLÓGICOS OU INFORMÁTICOS.

RAVANELLO, Andres[461]

RESUMO: É de fundamental a ampliação através do direito da noção do que é admissível ou não; do que são direitos e deveres dentro de determinado espaço. Desta forma, considerando as enormes transformações na sociedade no que concerne a tecnologia, estudos acerca do tema, e a criminalização de certas práticas se apresenta como necessidade imperativa. Podemos identificar que há muito tempo uma questão em particular sempre foi tratada com muita importância que é privacidade; ou seja, o direito que o indivíduo tem de ter sua privacidade protegida.

Palavras-chave: direito. Privacidade. Internet. Tecnologia. Constituição.

1 INTRODUÇÃO

A privacidade compreende em última análise os aspectos da liberdade; assim temos duas faces da mesma moeda: no caso especifico a liberdade e privacidade é desta forma, que entendemos que a dita era cibernética, segundo muitos estudiosos traz avanços importantíssimos, principalmente na forma de se comunicar, acaba de certa forma com as fronteiras, que anteriormente demandavam esforços muito maiores. Contudo, percebe-se os prós e contras, e em decorrência disto temos atualmente um número extremamente significativo e cada vez maior de crimes cibernéticos sendo praticados cotidianamente.

Na mesma via do conceito de liberdade, a internet expressa-se exprimindo ao máximo o que isso possa significar, porém, a liberdade na internet não significa ausência de lei ou normas que regulamentem nossas ações ou práticas no mundo virtual, ou seja, não se pode jamais violar os direitos individuais de terceiros, independente do ambiente. Assim sendo o Código Penal brasileiro prevê uma série de condutas criminosas, sejam aquelas que dizem respeito a confidencialidade prevista já em 1940 pelos arts. 153 e 154 ou os mais recentes pensados especificamente para este tema como o projeto de Lei. N. 35/2012, alterando e acrescentando novos artigos. Mais do que isso, o direito a privacidade está presente no artigo 5º da Constituição Federal; onde de forma

[461] Direito, 3º período. Faculdade Campo Real.

explicita assegura todos os direitos a intimidade, vida privada e hora a imagem do cidadão.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa se caracteriza como sendo bibliográfica, identificando assim os principais conceitos e as características dos crimes praticados através da invasão de dispositivo informático. O método de abordagem será: através do método dedutivo, bem como os métodos de procedimentos se dão por meio de procedimento monográfica, a técnica de pesquisa será de forma bibliográfico. Para melhor compreensão, cita-se o que especificamente está previsto no Código Penal no que concerne a lei de Invasão de dispositivo informático:

> Art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita:
>
> Pena- detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.
>
> § 1º Na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no caput.
>
> § 2º Aumenta-se a pena de um sexto a um terço se da invasão resulta prejuízo econômico.
>
> § 3º Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido.
>
> Pena – reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave.
>
> § 4º Na hipótese do § 3º, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiros, a qualquer título, dos dados ou informações obtidas. (BRASIL, 2012).

Há também segundo a normatização a distinção entre sujeito passivo e ativo; o primeiro é aquele que está passível de cometimento do ato criminoso, neste sentido deve ser observado que em alguns casos a responsabilidade quanto ao cuidado com certas informações deve ser maior, como exemplo: o funcionário público que tenha acesso a uma gama de informações privilegiadas maior.

O sujeito passivo é todo aquele que pode ser vítima de tal crime, que pode ter seus dados e informações violados, vazados, manipulados, ou seja, todos invariavelmente podem correr esse risco, tanto a pessoa física quanto a jurídica.

> O sujeito passivo da infração é, portanto, qualquer pessoa passível de sofrer dano moral ou material decorrente da ilícita obtenção, adulteração ou destruição de dados ou informações devido à invasão ou violação de seu sistema informático, mediante vulneração de mecanismo de segurança. Assim também é sujeito passivo aquele que sofre a instalação indevida de vulnerabilidades em seu sistema para o fim de obtenção de vantagens ilícitas. São exemplos as atuações em que indivíduos inserem vírus espiões para obter, adulterar ou destruir dados em sistemas informáticos. Importa ressaltar que a vítima não precisa ser a proprietária ou titular do sistema informático ou do hardware ou software invadido pelo criminoso. Na verdade, qualquer pessoa que tenha sua privacidade violada pelo invasor é sujeito passivo da infração. Por exemplo: um amigo usa o computador de outro para conversas particulares via internet, cujo conteúdo é ali armazenado por meio de senha. Alguém invade o sistema informático daquele computador e viola a privacidade, não do dono do computador, mas do seu amigo. Ora, este segundo também é vítima do crime. O mesmo se pode afirmar quanto aos usuários das chamadas “Lans houses” que sofram o mesmo tipo de violação indevida. (CABETTE, 2013, p. 2)

Podemos perceber que no que diz respeito a violação de privacidade através de dispositivos tecnológicos, cada caso deverá ser analisado especificamente, devido à grande gama de possibilidades e tipos de violações. Mas qual é o significado deste elemento essencial para o ser humano, o que representa a intimidade; neste sentido para Reale, 2000, a intimidade ou privacidade se constitui enquanto a compreensão da própria consciência enquanto valor subjetivo, antes ou opostamente a repulsa da sociedade significa elemento fundamental para que o convívio em sociedade seja possível e se manifeste de forma saudável:

> Solidão autentica não nasce de um ato de aversão ou de repulsa à convivência humana, por fora do tédio ou da vaidade, mas significa apenas a tomada de consciência do valor da subjetividade em si mesma, inclusive como raiz primeira da sociabilidade, pois assim como no íntimo da consciência habita a verdade, é também aí que reside o gérmen da sociedade. (REALE, 1996).

De certa forma, e neste sentido todos que tenham dados e informações armazenados de alguma em dispositivo informático ou eletrônico, com acesso ou não a internet, ao menor descuido, estão passiveis de se tornarem sujeitos passivos; acabando por se tornarem vítimas deste crime. Na mesma via como destaca Bitencourt, 2017, faz parte da liberdade, elemento este essencial quanto aos aspectos que estão

afirmados e assegurados na constituição federal as questões referentes a preservação e manutenção das privacidades, pois, de outra forma esse conceito não seria possível.

> A proteção da *liberdade* não seria completa se não fosse assegurado ao indivíduo o direito de manter em sigilo determinados atos, fatos ou aspectos de sua vida, particular e profissional, cuja divulgação pode produzir dano pessoal ou a terceiros, de monta considerável. Esse direito integra o direito integra *o direito de privacidad*e. (Bitencourt, 2017, p. 554).

Outro elemento interessante é que para que o crime ocorra independe que tal dispositivo tenha acesso a internet, para fins de esclarecimento, fica claro que a invasão de privacidade não significa que a internet seja imprescindível, ao contrário:

> Por fim, para a configuração do crime é irrelevante que o dispositivo violado encontre-se conectado à rede mundial de computadores, conhecida como internet. Em outros termos, a proteção penal não é da rede mundial de computadores, mas da privacidade individual, pessoal ou profissional do ofendido. (Bitencourt, 2017, p. 557).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, passamos a compreender o quão importante é a inviolabilidade da pessoa humana em seus mais variantes e diversas possibilidade. Soma-se a tudo isso, os novos meios e possibilidades que surgiram na contemporaneidade em relação aos meios informatizados. Como afirmado anteriormente é de fundamental importância os avanços que esses meios e ferramentas trouxeram com relação a desenvolvimento e propagação da informação. Porém, surge também, e com muita veemência a necessidade de reafirmação e garantia de determinados direitos fundamentais, como o direito à privacidade previsto na legislação brasileira.

> A evolução tecnológica torna possível uma devassa na vida intima das pessoas. Nada obstante, na época atual, as teleobjetivas, assim como os aparelhos eletrônicos d ausculta, tornam muito facilmente devassável a vida intima das pessoas. Sem embargo, disso, sentiu-se a necessidade de proteger especificamente a imagem das pessoas, a sua vida privada, a sua intimidade. (GUERRA, 1999, p. 48).

Neste sentido uma reflexão cada vez mais se faz presente quanto a real aplicação do direito já previsto no código, como no artigo 5º da constituição, referente a privacidade, a inviolabilidade das informações. Porém, com a chegada da tecnologia um novo paradigma se instaurou: como assegurar que direitos constitucionais já previstos

não sejam ignorados pelo uso cotidiano de novos meios de informações. Assim sendo cabe ao operador do direito se debruçar sobre tais questões, e propor na mesma via da tecnologia, soluções que garantam a respeitabilidade de normas e garantias fundamentais, bem como sem ser invasivo ou retrógrado quanto a sua aplicabilidade.

4 REFERÊNCIAS

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal: parte especial 2: crimes contra a pessoa**. 17 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL. Lei nº 12.737/12. 2018. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/105612>. Acesso em: 08 de julho. 2018.

CABETTE, E. L. S. O novo crime de invasão de dispositivo informático. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-fev-04/eduardo-cabette-crime-invasao-dispositivo-informatico >. Acesso em: 15 de julho. 2018.

GUERRA, Sidney César Silva. A liberdade de imprensa e o direito à imagem. Biblioteca das teses. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

REALE, Miguel. Solidão autêntica. Folha de São Paulo, 08.12.1968, Caderno 3, p. 1.11.11.1993 e 17.02.1996.

PREVALÊNCIA DE ALTERAÇÕES DE CONTAGEM E MORFOLOGIA ESPERMÁTICA EM GUARAPUAVA

GADENS, Pamela Cristiane[462]
DAL FORNO, Gonzalo Ogliari[463]

RESUMO: O presente estudo trata-se uma análise comparativa, com objetivo de quantificar a prevalência de casos de infertilidade masculina em Guarapuava, e de tentar elucidar o motivo do aumento de casos de infertilidade masculina. Será feita uma análise utilizando dados relacionados aos exames feitos pelos pacientes, oriundos do banco de dados de um laboratório de Guarapuava, entre os anos de 2014 a 2017. Nesses exames serão analisados todos os passos realizados no procedimento, a quantidade e as condições dos espermatozoides de cada paciente. Resultados preliminares apontam que cerca de 50% dos exames analisados apresentam algum tipo de alteração relativa à fertilidade.

Palavras-chave: Infertilidade. Motilidade espermática. Análise morfológica.

1 INTRODUÇÃO

A infertilidade pode ser caracterizada pela incapacidade de um indivíduo se reproduzir, podendo ser relacionada às causas femininas ou masculinas (CASTRO, et al., 2014). Definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um problema de saúde pública, a infertilidade acomete cerca de 9% a 15% dos casais em idade fértil que não conseguem gerar um filho após um ano de atividade sexual regular sem proteção, ou, a incapacidade de levar uma gestação ao termo (HARTON & TEMPEST, 2012).

O homem fértil deve possuir um número mínimo de 15 milhões de espermatozoides por mililitro de esperma, quantidades diminuídas podem ser decorrentes de bloqueios nos ductos que transportam os espermatozoides ou problemas na sua produção (KASHANIAN & BRANNIGAN, 2015). As causas podem ser divididas em pré-testiculares (doenças relacionadas ao hipotálamo, hipófise ou órgãos periféricos), testiculares (anormalidades dos cromossomos sexuais, varicocele, criptorquidia, por exemplo) e pós-testiculares (problemas congênitos ou adquiridos que impliquem no transporte dos espermatozoides até a ejaculação) (DURAIRAJANAYAGAM, 2018). Além dos fatores internos citados, há também fatores externos que prejudicam a fertilidade masculina, como altas temperaturas, exposição a

[462] Graduanda do curso de Biomedicina, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[463] Mestre em Biologia Celular e Molecular, pela Faculdade de Biociências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

agentes tóxicos, tabaco, alguns medicamentos, entre outros (OHANNESSIAN et al., 2014).

As causas que impedem o homem de ter um filho, embora sejam mais facilmente detectadas, apresentam maior dificuldade de tratamento do que nas mulheres e ainda são consideradas, de modo geral, subdiagnosticadas e subtratadas (ARRUDA et al., 2007). O tratamento, na maioria dos casais, é convencional, medicamentos ou cirurgias resolvem, mas não deixa de ser um trabalho complexo dependendo da idade do casal, tempo de infertilidade, e o que levou a esse diagnóstico (RAIMUNDO, 2015).

Considerando que a infertilidade vem se tornando um problema de saúde pública (OHANNESSIAN et al., 2014), estudos que abordam problemas relacionados à saúde reprodutiva das pessoas vêm crescendo gradativamente e desmistificando a ideia de que problemas de infertilidade tem relação direta com a mulher. Como apontam os estudos já mencionados, pôde-se descobrir que o homem é responsável pela mesma porcentagem de infertilidade que a mulher (ROSENBLATT et al., 2010). Descobrindo o quanto antes o motivo da incapacidade de gestar, o diagnóstico e o tratamento são mais rápidos e mais eficazes. Portanto, abordar esse tema tem importância significativa não apenas nas causas mais prováveis de infertilidade masculina, mas também no conhecimento da porcentagem estimada de homens que é atingido por esse problema.

O objetivo do trabalho é identificar, nos dados fornecidos pelo laboratório, a prevalência e possíveis alterações de contagem e morfologia espermática entre os anos de 2014 a 2017, relacionando as principais alterações encontradas com as causas de infertilidade relatadas na literatura para a elaboração de um mapa metabólico que aponte as prováveis rotas para o desenvolvimento das alterações.

Nas seções que seguem, serão apresentados os materiais e métodos utilizados no presente estudo, bem como os resultados preliminares dos dados.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

O presente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO e aprovado de acordo a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, e baseia-se em análise de dados de exames já realizados por pacientes juntamente com revisão integrativa.

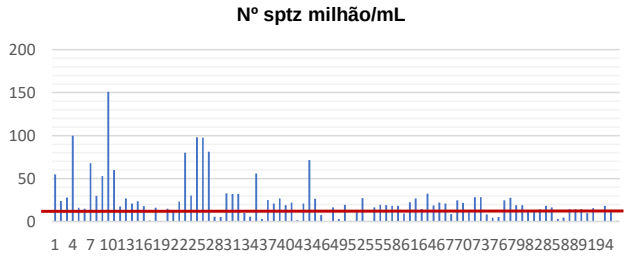
A população é composta por 96 homens que realizaram o espermograma em um laboratório entre os anos de 2014 a 2017. Irão fazer parte da amostra todos os homens em idade fértil que fizeram o exame entre os anos estipulados, com critérios de inclusão de exames com dados alterados de pacientes em idade fértil e critérios de exclusão de exames com dados normais de pacientes em idade fértil, e indivíduos que fizeram vasectomia.

Após análise e tabulação dos dados em planilhas do programa Excel®, esses serão analisados estatisticamente utilizando o programa GraphPad Prism 6.0 for Windows. Após análise de distribuição normal de dados e de homogeneidade de variância, os dados serão avaliados preferencialmente por testes paramétricos (teste T ou ANOVA seguido de teste de Tukey). Neste trabalho, apresentam-se apenas os resultados preliminares resultantes da tabulação no programa Excel®.

2.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A análise do sêmen é amplamente utilizada para avaliar a fertilidade masculina, portanto é necessário observar atentamente cada valor encontrado. Segundo a OMS (2010), alguns dados são utilizados como parâmetros para determinação da normalidade do material ejaculado. No presente estudo, foram tabulados 96 espermogramas, separando-os por categoria analisada. Observou-se que aproximadamente 27% dos pacientes têm um volume de esperma ejaculado alterado, e aproximadamente 20% dos pacientes apresentam pH fora do intervalo de normalidade de 7,2 a 8. O processo de liquefação das amostras foi inferior a 30 minutos, resultados que se encontram abaixo dos valores de referência estipulados pela OMS, seguidos de cor e aspecto alterados (23% e 2% anormais respectivamente), e viscosidade alterada em 16% deles. O número necessário de espermatozoides para obter a fecundação de forma natural é a partir de 15 milhões por mL, estando abaixo dessas referências 57% dos pacientes, com um número bastante reduzido em sua contagem total, como demonstra o gráfico abaixo.

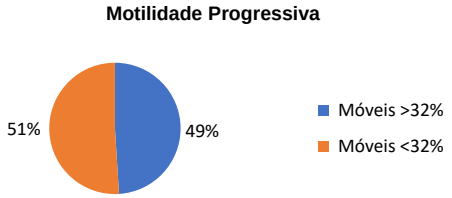
Gráfico 1: Número de espermatozoide por mL.



FONTE: Dados da pesquisa 2018l

Após essa contagem, o achado mais importante do exame é a morfologia dos espermatozoides, que mede a capacidade progressiva de sua movimentação e a quantidade dos que seriam capazes de se movimentar até chegar ao óvulo. Os dados da pesquisa demonstram que 51% dos pacientes apresentaram motilidade progressiva <32%, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 2: Porcentagem de Motilidade Progressiva em pacientes de Guarapuava.



FONTE: Dados da pesquisa 2018

Motilidade nesses níveis diminuem as chances de fecundação, visto que, uma maior quantidade de seus espermatozoides não se movimenta de forma progressiva, ou são imóveis.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de dados analisados até o momento demonstra que por volta de 50% dos exames analisados apresentam algum tipo de alteração relativa à fertilidade. Com a análise do restante dos dados a partir das ferramentas estatísticas e dos testes paramétricos, vislumbra-se que será possível elaborar um mapa metabólico que aponte as prováveis rotas para o desenvolvimento das alterações. Para isso, os próximos

passos da pesquisa preveem a busca de mais informações na literatura sobre o tema e o estabelecimento de correlação entre esta e os dados levantados.

4 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Jalsi Tacon, et al. Causas genéticas para a infertilidade masculina. **Reprodução e climatério**. v. 22, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jalsi_Arruda/publication/52003478_Causas_geneticas_para_a_infertilidade_masculina/links/0c9605284c3be5a81f000000/Causas-geneticas-para-a-infertilidade-masculina.pdf> Acesso em: 23 mar 2018.

CASTRO, W. R., et al. A saúde do homem que vive a situação de infertilidade: um estudo de Representações Sociais. **Esc. Anna Nery,** v. 18, n. 4, p. 669-675, 2014.

DURAIRAJANAYAGAM, D. Lifestyle causes of male infertility. **Arab Journal of Urology.** 2018. n. 16 p. 10-20. Disponível em: <https://wwwsciencedirect.com/science/article/pii/S2090598X18300068?via%3Dihub> Acesso em: 19 abr 2018.

HARTON, G. L.; TEMPEST, H. G. Chromosomal disorders and male infertility. Ásia, janeiro, 2012. **Asian Journal of Andrology**, 14(1), 32–39. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3735152/> Acesso em: 07 abr 2018. **https://doi. org/10.1038/aja.2011.66???**

KASHANIAN, J. A.; BRANNIGAN, R. E. Infertility is often thought of as a problem only among women; men are often overlooked. **JAMA,** v. 313, Number 17, 5, Mai. 2015. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/fullarticle/2281706> Acesso em: 08 abr 2018. ISSN 1538-3598

OHANNESSIAN, A.; GAMERRE, M.; AGOSTINI, A. Epidemiología de la fertilidad. **EMC - Ginecologia-Obstetricia.** V.50, n. 3. p. 1-8, 2014.

RAIMUNDO, José Miguel. Saúde. Infertilidade uma realidade atual? Revisores&auditores. **Revista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas,** p. 66, out-dez. 2015. Disponível em: http://www.oroc.pt/revista/detalhe.php?id=80. Acesso em: 09 abril 2018.

ROSENBLATT, C., et al. Infertilidade Masculina - Novos Conceitos. **Prática Hospitalar.** São Paulo, Ano XII, Nº 71, 85-92, 2010.

World Health Organization**. WHO Laboratory Manual for the Examination and Processing of Human Semen**, 5th ed.Geneva:World Health Organization, 2010. ISBN 978 92 4 154778 9

DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE PECULATO

AMARAL, Rafaela[464]
BIANCO, Isabelly Del Castilo[465]
MARTINI, Eduarda Marques[466]
BUGAI, Fernanda de Araújo[467]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar a aplicabilidade do Princípio da Insignificância nos crime contra a Administração Pública. Sobre o tema, sabe-se que ainda há muitas controvérsias dentro dos tribunais, envolvendo todo o Poder Judiciário e por conta disso será mostrado o conceito do crime peculato, bem como suas espécies e por fim, o entendimento doutrinário majoritário e as decisões do Supremo Tribunal Federal e Supremo Tribunal da Justiça, com a intenção de provir um posicionamento sobre o assunto

Palavras-chave: Peculato. Administração Pública. Funcionário Público. Princípios.

1 INTRODUÇÃO

O peculato é um ilícito penal praticado por servidor público contra o Estado ou particular, em razão da posse de bem móvel em razão da função pública. Cabe ao princípio da insignificância analisar a relevância do objeto furtado e a ofensa que o ato isolado profere ao interesse público.

O princípio da insignificância tem alguns requisitos elaborados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a sua aplicação, que se dá de forma cumulativa, no direito material, como requisitos objetivos temos: a mínima ofensividade da conduta, a nenhuma periculosidade da conduta, o reduzidíssimo grau de reprovabilidade da conduta e a inexpressividade da lesão. E como subjetivos a importância do objeto material para vítima e resultado do crime para a mesma.

O STJ sumulou a matéria em desfavor dos servidores que praticarem peculato, justificando que a moral administrativa sempre é atingida, ou seja, causa dano, invalidando o uso do princípio. O STF, entretanto, tem julgados e jurisprudências em favor dos acusados em virtude da inexpressividade do dano em alguns casos.

[464] Direito, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[465] Direito, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[466] Direito, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[467] Orientadora. Mestre, Unicentro. Docente, Centro Universitário Campo Real.

Na doutrina penal, o entendimento majoritário, como a de Francisco Assis Toledo, é a favor da utilização do princípio da insignificância em casos de peculato, desde que presentes os requisitos: valor insignificante e ausência de gravidade da conduta exclui-se então a tipicidade material em casos que a quantidade ou valores não indiquem lesão tributária.

2 DESENVOLVIMENTO

O crime de peculato é modalidade antiga que teve origem no Direito Romano, de acordo com Damásio (2003) naquela época se dava apenas quando o delito tinha como objeto algum bem do Estado, não importando a qualidade da pessoa que cometeu o ilícito.

O peculato, atualmente, é tipificado no artigo 312 do Código Penal como "Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio" (BRASIL, 1940), com pena prevista entre 02 a 12 anos de reclusão e multa.

Logo, no *caput* do tipo penal podem-se observar alguns requisitos necessários na configuração do delito, como a condição de funcionário público e que a posse do objeto provenha do cargo na administração pública. Considera-se, então, bem jurídico tutelado qualquer bem móvel que esteja sob os cuidados do Estado.

Conforme está previsto no artigo 312 do Código Penal e em consonância com os ensinamentos de Damásio (2003) o peculato divide-se em quatro espécies:

a. Peculato – Apropriação ("caput" – primeira parte): o sujeito deve estar na posse licita da coisa, sendo ela em razão de ser cargo, e apropria-se da mesma como se dono fosse;

b. Peculato – Desvio ("caput" – parte final): nesta espécie, o agente altera o destino ou aplicação e destina a coisa em proveito próprio ou alheio. Não se pode falar em desvio quando se trata de verba pública, caso seja em proveito do órgão público e nem mesmo do uso de máquinas públicas;

c. Peculato – Furto (§ 1º): aqui, o funcionário público não está na posse da coisa, mas na sua condição de funcionário possui facilidade em subtrair ou cooperar para que terceiro pratique o crime;

d. Peculato – Culposo (§ 2º): ocorre quando, o agente público, por negligencia, imperícia ou imprudência, concorrer para que terceiro se aproprie, desvie ou subtraia a coisa.

O Código Penal em seu artigo 313, prevê o peculato mediante erro de outrem, que consiste em apropriar-se da coisa, a qual em razão de seu cargo recebeu por erro de outrem. O que diferencia esse ato tipificado do estelionato é que aqui o agente não induz a vítima ao erro, mas se aproveita do erro da mesma para se apropriar da coisa.

A Lei 9.983 de 2000 inseriu mais duas espécies de peculato no Código Penal, sendo elas: peculato eletrônico e peculato previdenciário, nesses casos pode se falar em estelionato, pois o agente utilizará meio ardil para obter vantagem indevida, bem como a inserção de dados falsos e alteração não autorizada no sistema de informações da administração pública, essa espécie está prevista no artigo 313 – A, do Código Penal.

Por fim, temos o artigo 313–B, o qual traz a seguinte redação: "modificar ou alterar, o funcionário público, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente" (BRASIL, 1940). Aplica-se a pena de detenção de três meses a dois anos, cumulada com multa.

O crime de peculato é objeto de muitas discussões dentro do âmbito jurídico, em razão da discordância em relação à aplicação do princípio da insignificância nesse delito, pois envolve a administração pública e, consequentemente, abrange questões relacionadas ao interesse público e o dano causado.

O princípio da insignificância tem como objetivo afastar ou excluir a tipicidade da conduta do agente em crimes de bagatela, onde o dano causado não pode ser considerado relevante, pela inexistência de lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado e penalmente relevante, estando relacionado ao princípio da intervenção mínima, que defende o Estado deve utilizar o Direito Penal apenas como último recursos.

Como ensina Francisco de Assis Toledo (1994, p. 133) "Segundo o princípio da insignificância, que se revela por inteiro pela sua própria denominação, o direito penal, por sua natureza fragmentária, só vai até onde seja necessário para a proteção do bem jurídico. Não deve ocupar-se de bagatelas."

O conceito de administração pública dentro do Direito Penal é analisado de forma ampla, como explana Marcelo Carita Correra (2014) como toda atividade funcional

do estado e dos entes públicos – seja ela subjetiva ou objetiva. Diferente do usado no Direito Administrativo ou no Direito Constitucional.

O Código Penal Brasileiro estabelece os Crimes Contra a Administração no Título XI, da Parte Especial, o peculato e os crimes contra a administração pública em geral tem gerado bastante debate quanto a aplicação do princípio da insignificância para o afastamento da tipicidade material nesses casos.

O STJ definiu sua posição com a edição da Súmula 599: “O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública” (BRASIL, 2018), enquanto o STF demonstra clemência, em casos onde não avistam o dano efetivo ao patrimônio da Administração Pública, presentes os requisitos, aplicam o princípio da insignificância.

Vimos, portanto, que em relação ao peculato o princípio da insignificância ainda é muito discutido e controverso, sendo que a doutrina e até mesmo a jurisprudência não são unanimes quanto a aplicabilidade de tal princípio.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos notar que o peculato já vem desde o direito romano, e precisa que algumas especificações sejam preenchidas para que se trate do mesmo, temos como exemplo o fato de que o autor do crime deve ser um funcionário público e também tem que se tratar de bem imóvel.

Assim como no peculato o princípio da insignificância também tem a necessidade de que se preencham alguns requisitos estipulados pelo STJ e também pelo STF.

Muitos acreditam que não seja correto aplicar tal princípio ao crime de peculato, por se tratar de bens públicos, e sendo assim, de interesse de todos, porém não são todos que pensam dessa forma, já que em alguns casos há doutrinadores que acreditam que deve sim ser aplicado o princípio e sendo assim ser excluída a tipicidade material do ato.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº 599.

CORRERA, Marcelo Carita. **O princípio da insignificância e os crimes contra a Administração Pública**. 2014. Disponível em: < http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-principio-da-insignificancia-e-os-crimes-contra-a-administracao-publica,49490.html>. Acesso em: 04 set. 2018.

DE JESUS, Damásio E. **Direito Penal, Parte Especial: dos crimes contra a fé pública e dos crimes contra a administração pública**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003. V. 4.

TOLEDO, Francisco de Assis. **Princípios básicos de direito penal**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

FMI, DOS IDEIAIS A REALIDADE. ANÁLISE SINTÉTICA DE ESTRUTURAÇÃO

RAVANELLO, Andres[468]
S. OLIVEIRA, Julian[469]
MALUF, Juliana[470]

RESUMO: A ideia em que uma organização internacional é elevada como sempre auxiliadora e móvel de benécias por vezes é colocada em cheque, essa pesquisa visa uma análise sintética de tais pressupostos, bem como o contexto ao qual foi criado esse fundo.

Palavras-chave: FMI. Direito. Brasil. Internacional. Economia.

1 INTRODUÇÃO

Uma organização internacional é compreendida como uma agregação de sujeitos de Direito Internacional que se constituem basicamente por Estados. A finalidade é uma busca por interesses comuns, tendo como meio a cooperação recíproca e a intencionalidade de manter certas relações benéficas. Dentre elas no âmbito econômico, social e na resolução de conflitos e sua prevenção. Nesse ínterim o Fundo Monetário Internacional (FMI), trabalha para promover a cooperação monetária global. Facilitar o comércio internacional, reduzir o nível de pobreza e a geração de emprego são apenas alguns exemplos dos objetivos dessa organização, o qual decoremos nessa pesquisa.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa se caracteriza como sendo bibliográfica, identificando assim os principais conceitos e as características dos FMI, bem como críticas pertinentes aos métodos empregados pelo mesmo no modo de prosseguir com os empréstimos referentes ao fundo internacional e as consequências nos países envolvidos. A pesquisa se configurara através do método dedutivo através da pesquisa bibliográfica e transcrição.

[468] Direito, 3º, Centro Universitário Campo Real.
[469] Direito, 3º, Centro Universitário Campo Real.
[470] Professora e Orientadora da Disciplina de Direito Internacional, Centro Universitário Campo Real.

3 OBJETIVOS

Apresentar o conceito e como funciona a política ou características referentes ao Fundo monetário Internacional (FMI), bem como os contextos históricos em que houve sua aplicação.

3.1 OBJETIVO ESPECÍFICO

Com esta verificação aspira-se aquilatar a noção acerca do tema, e afeiçoar-se com meios ou métodos ou obrigações impostas pelo fundo internacional.

- Apurar o conhecimento acerca da temática na área do direito.
- Promover o debate, considerando o crescimento de questionamentos acerca do tema e sua eficácia quanto as exigências empregadas pelo FMI.

4 DESENVOLVIMENTO

O Fundo Monetário Internacional, doravante citado como FMI, tem como pretensão assegurar o bom funcionamento do sistema financeiro mundial, através do monitoramento das taxas de câmbio e da balança de pagamento. Para melhor compreensão do surgimento deste fundo internacional bem como seus objetivos propostos deve-se contextualizar com os momentos históricos vivenciados pela 1ª e 2ª guerra, em que dadas as devastações causadas em muitos dos países envolvidos, problemas sistemáticos eram recorrentes. A ideia do FMI foi imaginada em 1944 em uma conferência da ONU na cidade de Bretton Woods, New Hampshire, EUA. Seu principal objetivo era a concepção de um fundo monetário que atendesse a demanda mundial por recursos para desenvolvimento das nações, ou seja, dos países, os quais ali se encontravam unidos. Neste primeiro momento se encontravam 44 países que juntos buscavam a criação do FMI.

Com os efeitos da globalização e das relações internacionais, em que a economia mundial se torna um fator preponderante a ser levado em consideração o cenário globalizado e as mínimas alterações econômicas de determinado país ou países influenciam ou alteram a estabilidade do sistema monetário internacional. Assim sendo, estão previstos como objetivos no Acordo Constitutivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) os seguintes termos:

> É instituído o Fundo Monetário Internacional, que funcionará de acordo com as disposições seguintes: Artigo I: (i) Promover a cooperação monetária

> internacional por meio de uma instituição permanente que forneça um mecanismo de consulta e colaboração no que respeita a problemas monetários internacionais; (ii) Facilitar a explanação e o crescimento equilibrado do comércio internacional e contribuir, assim, para o estabelecimento e manutenção de níveis elevados de emprego e de rendimento real e para o desenvolvimento dos recursos produtivos de todos os membros, como objetivos primordiais da política econômica; (iii) Promover a estabilidade dos câmbios, manter regulares arranjos cambiais entre os membros e evitar desvalorizações cambiais competitivas; (iv) Auxiliar a instituição de um sistema multilateral de pagamentos respeitantes às transações correntes entre os membros e a eliminação das restrições cambiais que dificultam o desenvolvimento do comércio mundial; (v) Proporcionar confiança aos membros, pondo à sua disposição os recursos do Fundo sob garantias adequadas, dando-lhes assim possibilidade de corrigirem desiquilíbrios das suas balanças de pagamento sem recorrerem a medidas destrutivas da prosperidade nacional ou internacional; (vi) De acordo com o que precede, abreviar a duração e diminuir o grau de desequilíbrio das balanças internacionais de pagamentos dos membros. (FMI, 2018).

É desta forma que o mantimento de um equilibrado e estável sistema monetário internacional se torna um dos principais ideais a serem alcançados pelo FMI; como objetivos orbitantes deste eixo principal, podemos colocar a redução da pobreza dos cidadãos e elevação da riqueza para proporcionar melhores condições de vida, referentes aos países envolvidos ou membros.

Entretanto, deve se ter bem claro em qual problema especifico da economia o FMI atua, neste caso é com relação a problemas enfrentados pelos países em balanças e pagamentos. Assim sendo, o fundo pode ser apelado quando derivam desta natureza. Para melhor exemplificação: para outras questões desenvolvimentistas que se referem a infraestrutura e desenvolvimento temos a atuação do banco mundial, ou seja, nesta hipótese o FMI não atuaria especificamente.

Como pertencentes do mesmo fundo os países membros tem direito a empréstimos proporcionais aquilo que contribuem, com juros muito menores com relação a qualquer outra instituição financeira. Porém, para que se possa usufruir do FMI, deve-se observar uma situação emergencial. Neste sentido, quando um determinado país recorre ao fundo, é porque provavelmente passa por situação de crise econômica extremamente grave; em vista disso, muitos requisitos passam a ser exigidos por parte do FMI. Pois, quando a situação é de risco ao próprio fundo, que visa ajudar o país solicitante, mas também a autopreservação, consequentemente preservando as garantias dos demais países membros, estabelece uma série de exigências.

As exigências ou condicionalidades são estritamente necessárias para que os objetivos do FMI sejam alcançados com sucesso. Por conseguinte, é muito comum que o FMI avalie com muito cuidado a situação econômica e política de determinado país; como por exemplo de condicionalidades pode-se citar: melhorar as contas públicas, aumento de impostos, diminuir a inflação, estas são algumas imposições do FMI para possível concessão de empréstimo do fundo. Portanto, o FMI teria como objetivo a posteriori; através das condicionalidades que envolvem variáveis econômicas, propor condições ou requisitos dentro de modelos macroeconômicos para que as nações alcancem meios ou formas de se desenvolverem efetivamente, consequentemente terem condições de pagar seus débitos. Como exemplificação: o FMI através de determinada análise macroeconômica pode constatar se o país importa mais do que exporta; tem déficit público (quando o governo está gastando demais e desnecessariamente); e tem uma poupança baixa em relação aos investimentos. Tudo isso influenciaria para propor as condicionalidades:

> Inicialmente fundamentado na crença de que era preciso pressionar os países para obter políticas econômicas mais expansivas, hoje o FMI concede recursos somente se os países se engajarem em políticas como corte de gastos, aumento de impostos e elevação das taxas de juros, medidas que levam a uma retração da economia, Keynes estaria se revirando no túmulo se pudesse ver o que aconteceu com o projeto que idealizou. (STIGLITZ, 2000, p. 39).

Outro exemplo foi a situação do Brasil que em 1982, passava por uma enorme crise, não tinha reservas internacionais, acabou recorrendo ao fundo, que se mostrou inflexível propondo metas extremamente difíceis de serem alcançadas pelo país, o que acaba por desestabilizar ainda mais a balança interna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi a melhor compreensão dessa organização que atua de forma tão sistemática que acaba por se tornar um moderador entre países. Claro, quando á olhamos em seu papel principal o qual se vê na mediação e da busca pela paz global. Ao examinar de forma mais minuciosa observamos essa relação a qual suas exigências acabam por forçar um caráter humanitário nos países que se agregam sob suas finanças.

A título de elucidação peguemos uma característica comum das questões obrigacionais do FMI a países que emprestaram dinheiro em períodos de crises; o aumento de impostos, se pensarmos na realidade brasileira, sabemos que o país sempre teve uma pesada carga de tributária, e desde a redemocratização as taxas só aumentam. Como cada produto e serviço tem variadas percentualidades de impostos, de acordo com o que é atribuído, podemos a partir de uma média chegar entre 41 e 43% de impostos atualmente que incidem sobre tudo que se consome. Isto posto como poderíamos afirmar com veemência que além do valor exorbitante de imposto já pago, como um aumento poderia melhorar a realidade macroeconômica de nosso país, ou qualquer outro a que se aplique dados parecidos? Ao contrário, posta esta realidade a consequência mais obvia é o inchaço da maquina pública, e a inercia da nação quanto a produção de riqueza.

Ao fim, o que se propõem é uma inquirição quanto à eficácia do Fundo Monetário Internacional (FMI), o que fica claro ao final de tal problemática é que os objetivos originários não estão sendo realizados ou concretizados, talvez devido a forma ou ferramentas quanto a busca dos mesmos objetivos. E as obrigações impostas pelo FMI, são no mínimo genéricas que não condizem com a realidade complexa de cada país, para real obtenção de seu desenvolvimento.

6 REFERÊNCIAS:

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). [2014]. Disponível em: < http://www.imf.org/external/index.htm>. Acesso em: 12 ago. 2018.

CRETELLA JÙNIOR, José, 1920 – **1000 perguntas e respostas de direito internacional público e privado.** – Rio de Janeiro : Forense, 2002.

STIGLITZ, Joseph. **What I Learned at the word economic crisis**. The Insider, April, 2000.

EVOLUÇÃO DA CRIMINOLOGIA

RAVARENA, Vanessa[471]
TERRES, Osmarina Nola[472]
VIEIRA, Simone Abrão[473]

RESUMO: Este estudo tem por objetivo a explanação inicial do que trata o estudo da Criminologia, quais são suas principais funções bem como o desenvolvimento da mesma no âmbito jurídico, possibilitando ainda a compreensão de suas teorias existentes na antiguidade e como as mesmas vêm evoluindo de forma significativa na área jurídica e ainda como sua utilização pode ser benéfica, destacando as principais categorias teóricas que a norteiam, tornando possível garantir a abordagem qualitativa das reflexões e análises ora apresentadas.

Palavras-chave: Criminologia. Evolução. Crime.

1 INTRODUÇÃO

O Direito tem por objetivo resolver os conflitos sociais, sendo assim, faz-se necessário o estudo da criminologia, o estudo do crime, da vítima, do infrator, aprofundando-se assim na prevenção dos delitos e da punição eficaz dos crimes cometidos.

Em conformidade com os estudos realizados e de acordo com Shecaira (2018, p.49) entende-se que o estudo do Direito Penal e da Criminologia deve ser realizado segundo premissas atualizadas, quer dizer, tendo consciência de que o mundo atual, é marcado pelo movimento da globalização.

2 DESENVOLVIMENTO

A criminologia é um conjunto de conhecimentos que tem como objeto o crime, o criminoso, a vítima e o controle social, procurando explicar a criminalidade e suas causas, bem como da personalidade do criminoso e como o ressocializar.

A criminologia surge no âmbito jurídico sob a ideia de que o crime não pode ser visto como um fato isolado, isso porque, precisamos estudar e compreender o crime. Um dos objetivos da criminologia é o controle social, uma vez que este é entendido

[471] RAVARENA, Vanessa. Pós Graduação, Gestão de Conflitos; Cemtro Universitário Campo Real
[472] TERRES, Osmarina Nola. Pós Graduação, Gestão de Conflitos; Centro Universitário Campo Real
[473] VIEIRA, Simone Abrão. Pós Graduação, Gestão de Conflitos; Centro Universitário Campo Real

como o conjunto de instituições e estratégias, que conforme o autor se divide em: “Agentes Informais de controle social, que são: família, escola, profissão, opinião pública etc. Agentes formais são: a Polícia, a justiça, a Administração Penitenciária etc.” (GOMES, 2010, P.120).

2.1 ESCOLAS DA CRIMINOLOGIA

Quando surgiu, a criminologia tratava de explicar a origem do delito, o delinquente, à vítima e o controle social do delito como já mencionado, podemos afirmar resumidamente o nascimento da criminologia com a escola clássica, como verifica-se:

> A criminologia clássica assumiu o legado liberal, racionalista e humanista do iluminismo, especialmente sua orientação jusnaturalista. [...] Concebe o crime como fato individual, isolado, como mera infração à lei: é a contradição com a norma jurídica que dá sentido ao delito, sem que seja necessária uma referencia a personalidade do autor ou a sua realidade social, para compreendê-lo. (GOMES, 2010, P.166)

A escola clássica buscou saídas para as injustiças do sistema penal, tratando o comportamento delitivo com uma pena justa. A escola positiva se apresenta como superação do liberalismo individualista clássico, na demanda de uma eficaz defesa da sociedade.

Com isso menciona os autores Antonio García-Pablos de Molina e Luiz Flávio Gomes (2010, p.177): “Os postulados da Escola Positiva, em contraposição aos da Escola Clássica, podem ser sintetizados desta maneira: o delito é concebido como um fato real e histórico, natural, não como uma fictícia abstração jurídica.”

A escola positiva estudava as características físicas do indivíduo e com isso seria possível descobrir se o individuo seria ou não criminoso. A Escola Sociológica por sua vez traz outras definições, como vemos:

> No marco da Sociologia criminal, a teoria da reação ou do etiquetamento marca um novo caminho ao substituir as teorias clássicas da criminalidade pelas chamadas teorias da criminalização. [...] não importa porque se delinque, senão porque precisamente certas pessoas são etiquetadas como delinquentes pelas instancias do controle social formal. (GOMES, 2010, p.193-194).

A escola positiva, concentrava-se nas influências sociais e econômicas sobre os criminosos e os índices de criminalidade, etiquetando as pessoas como delinquentes.

A Escola de Chicago, fruto da sociologia americana, é uma das primeiras a desenvolver trabalhos criminológicos diferentes do positivismo, conforme o autor Álvaro Mayrink Costa (1980, p.1047), comenta que o delinquente deve ser educado para que assuma sua responsabilidade para com a sociedade, na tentativa de possibilitar um convívio saudável entre todos.

As Escolas que foram criadas usaram a interdisciplinaridade, ou seja, com a cooperação de várias disciplinas para realizarem seus estudos, ciências como a Psicologia, Biologia, Psiquiatria, Sociologia entre outras, sendo elas a base de análises criminológicas. Nesta época que começaram a surgir as Escolas Criminológicas, com o objeto de estudar o criminoso e encontrar respostas sobre a origem do crime, a maneira de combatê-lo e de preveni-lo.

Sendo assim, constatou-se que o principal centro de questionamentos não poderia ser o delito em si, e que o delinquente merecia importância uma vez que foi ele quem gerou a conduta delitiva, impedindo com que ele e outros agentes delitivos de cometessem os mesmo atos.

2.2 CRIMINOLOGIA E O DIREITO PENAL.

O Direito Penal é definido como uma disciplina jurídica da reação social contra o crime assim como a criminologia que estuda o crime e o infrator, sob a perspectiva sociológica, biológica e natural. O Direito Penal sendo uma ciência normativa a qual impõe regras de conduta proibitivas, punindo aqueles que as violam, seu objeto, portanto, é o crime. Entre o Direito Penal e a Criminologia há uma relação de necessidade, onde é fornecido os indicativos da criminalidade para as ações estratégicas.

A Criminologia e direito penal devem atuar em conjunto na intenção e forma efetivamente, prevenir e controlar a criminalidade. A Criminologia Crítica, que procura enxergar não somente os fenômenos do delito, como também questionamentos sobre fatos relevantes não somente ao autor, mas aos órgãos de controle social. Assim, tanto a criminologia como o direito penal estudam o mesmo objeto, qual seja, o delito.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se do exposto, que o estudo bem como o desenvolvimento desta ciência é de fundamental importância, para que sejam possíveis melhores e mais eficazes tratativas com vítimas/autores de casos desta natureza.

A compreensão da história de pessoas que se encaixam nessas situações, de criminalidade, nos traz a elucidação de que muitas vezes a solução para essas problemáticas vai muito além dos primeiros envolvidos como vítima(s) e autor(es).

4 REFERÊNCIAS

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia.** Apresentação de Alvino augusto de Sá. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MOLINA, Antonio García-Pablos de; GOMES, Luiz Flávio. **Criminologia:** introdução a seus fundamentos teóricos; introdução às bases criminológicas lei 9.009/95 - Lei dos juizados especiais criminais. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

COSTA, Álvaro Mayrink da. **Criminologia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Rio, 1980.

PLANTAS MEDICINAIS COMO TRATAMENTO AUXILIAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

MEZZADRI, Beatriz[474]
CHOCIAI, Camila Strassacapa[1]
GODOFREDO, Iara[1]
PELEGRINI, Luciana Luiza [475]

RESUMO: O presente resumo tem como objetivo elucidar sobre a utilização de plantas medicinais associadas ao tratamento medicamentoso nas redes de atenção primária do Sistema Único de Saúde. A metodologia utilizada foi baseada em revisão bibliográfica. Além disso, apresenta também uma tabela contendo as principais plantas medicinais utilizadas no Paraná (macela, falso-boldo, capim-limão, camomila, hortelã, entre outras), seu modo de preparo e as suas intencionalidades de utilização.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Medicina popular. Fitoterapia. Etnobotânica.

1 INTRODUÇÃO

As plantas medicinais podem ser definidas como vegetais que possuem princípios ativos cuja ação é terapêutica, e, quando associada à medicina tradicional, auxilia a recuperação da saúde humana. Relatos indicam que os homens sempre buscaram na natureza recursos para melhorar sua qualidade de vida. Na China Antiga, por volta de 5000 a.C, já havia o conhecimento de drogas que derivam de plantas. No Brasil, o uso teve início por indígenas que foram descritos por jesuítas como, por exemplo, o padre José Anchieta. Entre as décadas de 50 e 70, as plantas medicinais perderam valorização social devido ao impulso da química orgânica promovida pela medicina alopática. Todavia, a preocupação com a biodiversidade e com o desenvolvimento sustentável trouxeram novas expectativas ao estudo das plantas medicinais brasileiras.

A fitoterapia está inserida na medicina popular, logo, apresenta relação direta com a Atenção Primária de Saúde. Contudo, os profissionais das Unidades Básicas de Saúde não recebem as instruções necessárias para realizar um trabalho de orientação

[474] Acadêmicas do curso de Medicina, segundo período, do Centro Universitário Campo Real.

[475] Orientadora, docente do curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.

adequada aos usuários do SUS. As plantas medicinais ainda não possuem a capacidade de substituir os medicamentos ofertados pelo governo, contudo, se ministradas corretamente, poderiam auxiliar nos tratamentos terapêuticos quando há falta de remédios para distribuição nas Unidades Básicas de Saúde.

A medicina popular apresenta o uso de fitoterápicos se baseando em grande parte por tradições orais. Sabe-se que o uso inadequado de plantas medicinais pode acarretar efeitos tóxicos ao organismo, todavia, há a prevalência de uma crença de que os fitoterápicos não causam nenhum efeito prejudicial à saúde, o que salienta a necessidade de uma maior atenção dos órgãos de saúde pública na orientação da população que utiliza tais recursos.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo elucidar sobre a utilização de plantas medicinais associadas ao tratamento medicamentoso nas redes de atenção primária do Sistema Único de Saúde.

2 DESENVOLVIMENTO

A metodologia utilizada foi baseada em revisão bibliográfica de artigos científicos e livros sobre plantas medicinais.

Com a forte presença do modelo biomédico na formação acadêmica dos profissionais de saúde, há uma prevalência no uso exclusivo de medicamentos industrializados nas Unidades Básicas de Saúde, sendo assim, muitos não delegam valor ao tratamento por fitoterápicos. Tal situação se deve pela falta de conhecimento que os mesmos apresentam sobre a correta utilização das plantas medicinais e sua correlação farmacológica (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012).

A introdução dos conhecimentos fitoterápicos na Rede de Atenção Primária pode servir como benefício ao minimizar os custos advindos de medicamentos com alto valor financeiro. A fitoterapia é amplamente utilizada pela população brasileira, pois se apresenta com fácil disponibilidade e baixo custo financeiros, porém, as políticas públicas ainda não fornecem cursos que deem o conhecimento necessário - como cultivo e preparo - para os profissionais da saúde colocarem em prática os recursos da medicina natural (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012).

No Brasil, considerando a ampla diversidade de espécies vegetais, bem como a riqueza étnico-cultural, as plantas medicinais ocupam posição de destaque em relação à importância do uso popular medicinal. A realização de estudos etnobotânicos possibilita o resgate e a preservação dos conhecimentos populares das comunidades envolvidas (VALENCIANO; KEIZO, 2000).

Na Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, realizada em 1978, como parte do plano de ação da OMS para atender o objetivo "Saúde para todos no ano 2000", foi incentivada a valorização das terapias tradicionais, entre elas a fitoterapia, reconhecidas como recursos possíveis, mais fáceis e economicamente viáveis de aumentar a cobertura de atenção primária à saúde (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012).

No Brasil em 1996 houve a 10ª Conferência Nacional de Saúde onde houve a proposta de incorporar a terapias alternativas e populares, como a fitoterapia, no SUS (CRUZ-SILVA; PELINSON; CAMPELO, 2009).

Para que o conhecimento científico seja mais bem difundido e se torne uma realidade, necessita-se de projetos tecnológicos e pesquisas que possam fundamentar e fortalecer a fitoterapia e possam fazer com que a Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos seja implementada em todo o território nacional, especialmente nas UBS (BRUNING; MOSEGUI; VIANNA, 2012).

O quadro seguir visa facilitar o entendimento sobre a utilização de algumas plantas de fácil acesso na região paranaense.

Quadro 1 – Principais plantas medicinais e finalidades de uso, no estado do Paraná.

Planta	**Parte utilizada**	**Finalidade terapêutica**	**Modo de preparo**	**Modo de utilização**
Macela *Achyroecline satureioides D.C.*	Flor	Estômago, gripe, digestão, cólica, fígado, dor de bexiga, dor de barriga, insônia e calmante	Infusão, decocção, tisana e xarope	Oral
Falso-boldo *Coleus barbatus Benth*	Folha	Estômago, dor de cabeça, dor de barriga, fígado e calmante	Maceração, tisana, infusão, decocção e	Oral

			chimarrão	
Capim limão *Cymbopogon citratus Stapf*.	Folha	Estômago, calmante, gripe, pressão, dor de cabeça, febre, tosse e insônia	Infusão, decocção e chimarrão	Oral
Camomila *Matricaria chamomilla L*.	Flor	Calmante, estômago, intestino, digestão, febre, laxante, diarréia, cólica, bronquite, pressão e infecção	Infusão, decocção e xarope	Oral
Poejo *Mentha pulegium L.*	Folha e caule	Dor de barriga, febre, alergia, gripe, tosse, calmante, cólica, insônia, estômago, gases e infecção	Infusão e decocção	Oral
Hortelã *Mentha sp.*	Folha e caule	Estômago, gripe, garganta, vermes, emagrecer, tosse, cólica, calmante, pressão, menopausa, dor de cabeça e digestão	Decocção e tisana	Oral
Malva *Malva sp.*	Folha e caule	Infecção, estômago e garganta	Infusão, decocção, maceração e chimarrão	Oral, tópico e bochecho
Erva doce *Foeniculum vulgare Mill.*	Semente, flor, folha e caule	Gripe, estômago, dor na bexiga, gases, para vim leite, dor de cabeça, digestão, calmante, cólica, intestino, dor de barriga e pressão	Infusão, decocção e chimarrão	Oral
Manjerona *Origanum majorona L*.	Folha e caule	Dor de barriga, pressão, intestino, rins, gripe, calmante e cólica	Infusão e decocção	Oral
Laranja *Citrus aurantium L.*	Folha e casca	Gripe, calmante, tosse, febre e dor de cabeça	Infusão, decocção e xarope	Oral

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, conclui-se que as plantas medicinais podem trazer muitos benefícios desde que sejam utilizadas juntamente com o tratamento medicamentoso tradicional e de forma correta para evitar efeitos colaterais. As plantas medicinais se apresentam como uma opção viável na manutenção da saúde devido a seu fácil acesso

e baixo custo. No entanto, o conhecimento popular é baseado na tradição oral e ainda falta preparo por parte dos componentes das unidades para dar as orientações adequadas aos usuários da Rede de Atenção à Saúde.

4 REFERÊNCIAS

BRUNING, Maria Cecilia Ribeiro; MOSEGUI, Gabriela Bittencourt Gonzalez; VIANNA, Cid Manso de Melo. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu: Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 17, p.2675-2685, 17 out. 2012.

CRUZ-SILVA, Claudia Tatiana Araújo da; PELINSON, Ana Paula; CAMPELO, Ângela Manoela. Abordagem etnobotânica acerca do uso de plantas medicinais na região urbana no município de Quedas do Iguaçu - Paraná. **Cultivando O Saber**, Cascavel, v. 2, n. 1, p.14-25, 2009.

LIMA, Cristina Batista de.; et al. Uso de Plantas Medicinais pela População da Zona Urbana de Bandeirantes-PR. Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.600-602, jul. 2007.

LORENZI, HARRI. **Plantas medicinais no Brasil:** nativas e exóticas / Harri Lorenzi, Francisco José de Abreu Matos; computação gráfica Henrique Martins Lauriano. – 2. Ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008.

LAMEIRA, Osmar Alves; PINTO, José Eduardo Brasil Pereira **Plantas Medicinais: do cultivo**, **manipulação e uso** a **recomendação popular**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 264p.

Organização Pan-Americana da Saúde. Declaração de Alma-Ata. In: **Conferência Internacional Sobre Cuidados Primários de Saúde**, 6-12 set 1978, Alma-Ata.

VALENCIANO, M; KEIZO, M. **O poder de cura das plantas medicinais**. São Paulo: Ed. Méd, 2000.

VIGANÓ, Joselaine.; VIGANÓ, Josenéia Aparecida.; da Cruz-Silva, Claudia Tatiana, Araujo. Utilização de plantas medicinais pela população da região urbana de Três Barras do Paraná. **Acta Scientiarum. Health Sciences,** v. 29, n. 1, p. 51-58 2007.

PREVENÇÃO DA SÍNDROME DA MORTE SÚBITA INFANTIL A PARTIR DE NINHOS ECOLÓGICO

DE MEDEIROS, Manoela Medeiros[1]
PEREIRA, Danielly Flauzino[2]
RIBEIRO, Ana Clara Pinesso[3]
COTLINSKY, Solange Cristina Costa[4]

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo investigar a morte inesperada e mal compreendida de crianças menores de um ano, denominada Síndrome da Morte Súbita Infantil (SMSI), foi utilizado o método de revisão integrativa, com busca na bases de dados de nove artigos da Scielo e sites na plataforma virtual. Os estudos revelaram redução na ocorrência da SMSI, influenciada pelo co-leito familiar, pois o projeto Baby Box previne por meio de ninhos ecológicos e proporciona um ambiente de sono seguro ao lactente.

Palavras-chave: Baby Box. Lactante. Síndrome da Morte Súbita Infantil. Sono Seguro.

1 INTRODUÇÃO

A temática nessa revisão bibliográfica é a morte inesperada e mal compreendida de crianças menores de um ano, denominada Síndrome da Morte Súbita Infantil, buscando como objetivo preveni-la, visto que suas causas estão relacionadas a: posição da criança ao dormir, características maternas, falta de orientação correta aos familiares, fatores biopsicossociais e co-leito familiar.

Visando reduzir a ocorrência da SMSI, influenciada pelo co-leito familiar, o projeto Baby Box proporciona um ambiente de sono seguro ao lactente, mantendo o hábito de compartilhar o mesmo espaço que seus cuidadores. Foram utilizados nove artigos da base de dados Scielo e na plataforma virtual.

2 DESENVOLVIMENTO

Em 1938 a Finlândia lançou o projeto baby box em resposta à alta mortalidade infantil. A intenção era prover itens essenciais aos bebês, aproximar as mães e seus filhos das redes de saúde e trazer o sentimento de alegria com a chegada do bebê. A distribuição começou com poucas famílias, hoje todas as famílias já recebem o kit Baby Box. (BBC News, 2013). O kit inclui uma caixa, na qual estão vários acessórios importantes para os primeiros meses do bebê. A caixa é proveniente de materiais recicláveis, sendo ecologicamente correta e de baixo custo.

A ideia se expandiu pelo mundo e vários países a aderiram. De acordo com uma notícia no publicada no site BBC News (2013), o primeiro filho do duque e duquesa de Cambridge, príncipe George também saiu da maternidade com sua Baby Box. Na Austrália o governo lançou uma campanha visando reintroduzir costumes culturais para prevenir a SMSI, “Wahakura” é um berço da cultura indígena Maori com a mesma intenção (HAUCK, 2010 apud MOON, 2016).

Presente também na cidade de Guarapuava, interior do Paraná, no Brasil, o projeto chamado de Baby Box é desenvolvido pelo Rotaract Club de Guarapuava, clube parceiro do Rotary International. A ideia é a entrega, para famílias cadastradas, de caixas que poderão ser usadas como berço e que contém itens como: colchonete, lençol, manta, fraldas, lenços umedecidos, sabonete, meias, chupetas, toucas, roupas e entre outros itens (MATAKAS, 2018).

O objetivo principal desses ninhos ecológicos é evitar o co-leito familiar. Aproximadamente 90% das mães colocam a criança a dormir no mesmo quarto dos pais, sendo que 68.5% afirmam terem adormecido/dormido com a criança na sua cama pelo menos uma vez, segundo Azevedo (2015) em uma pesquisa observacional em Portugal. "A cama compartilhada agrava o risco de superaquecimento da criança devido ao calor proveniente do corpo dos pais sob as cobertas, podendo também favorecer a ocorrência de asfixia." (GEIB, 2006). Estudos indicam que em classes econômicas de baixa renda o hábito da criança de compartilhar a cama é muito comum, trazendo riscos à segurança do bebê na de dormir. Como por exemplo: asfixia, sufocamento e dependência emocional. (GEIB, 2006)

Além disso, a posição do lactente na hora do sono tem extrema influência. Dormir em decúbito ventral aumenta os riscos da SMSI. Pois essa posição contribui para a obstrução das vias aéreas, aspiração de dióxido de carbono, super aquecimento e por fim pode influenciar na coordenação motora do pescoço do bebê. (BYARD, 2018)

Outros aspectos considerados impactantes na SMSI são: a idade materna, os níveis de escolaridade e números de consulta pré-natal, conforme é mostrado na tabela 1. “Por que meu bebê morreu? O que eu fiz para causar a morte do meu bebê?" ou "O que eu poderia ter feito para evitá-la?" são frases que refletem desse baixo nível de conhecimento sobre a SMSI e de como preveni-la (BERGMAN, 2011). O conhecimento básico sobre o sono e cuidados com o recém-nascido deve ser transmitido às gestantes e mães na maternidade.

Em 2010, o departamento de saúde de Baltimore lançou uma campanha para a prevenção da SMSI, contando com depoimentos de pais que perderam os filhos por levá-los para dormir junto à cama e instituiu um vídeo educativo para todas as mães. Essa ação infantil diminuiu em 46% a mortalidade infantil no país. (REGENOLD, 2014 apud MOON, 2016).

Variáveis	**Óbitos**	
Idade da mãe (anos)	**Números**	**%**
15 a 19	10	17,2
20 a 24	18	31,0
25 a 29	13	22,4
30 a 34	09	15,5
35 a 39	02	3,4
40 a 44	04	6,9
45 a 49	02	3,4
Escolaridade (anos de estudo)		
<05	06	10,3
05 a 08	13	22,4
09 a 11	13	22,4
>12	08	13,8
Ignorado	18	31,0
Número de consultas de pré-natal		
<06	24	41,4
06	04	6,9

>06	05	8,6
Sem registro	12	20,7
Não realizou	11	19,0
Ignorado	02	3,4

Tabela 1: Óbitos segundo a idade e escolaridade maternas e número de consultas pré-natal. Ribeirão Preto, SP, Brasil, 2012

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SMSI é multifatorial, tendo como causas apresentadas com relevância: o co-leito, perfil biopsicossocial materno e posição do lactente ao dormir, podendo ser prevenida pelos ninhos ecológicos, os quais oferecem um ambiente de sono seguro, sem que ocorra o distanciamento de seu cuidador e que ainda traga a ideia de proteção como um verdadeiro ninho.

4 REFERÊNCIAS

BBC NEWS. **Magazine monitor**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/magazine-22751415>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BBC NEWS. **Magazine monitor**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/blogs-magazine-monitor-23138306>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MOON, Rachel Y.; HAUCK, Fern R.; COLSON, Eve R.. Safe Infant Sleep Interventions: What is the Evidence for Successful Behavior Change?. **Current Pediatric Reviews**, [s.l.], v. 12, n. 1, p.67-75, 4 jan.2016. Bentham Science Publishers Ltd..http://dx.doi.org/10.2174/1573396311666151026110148.

ROTARACTCLUBGUARAPUAVA. **Projetos**. Disponível em: <http://www.rotaractclubguarapuava.org.br>. Acesso em: 28 ago. 2018.

AZEVEDO, Lúcia; MOTA, Liliana; MACHADO, Ana Inês. Ambiente de sono seguro no primeiro ano de vida. **Nascer e Crescer**, Porto, v. 24, n. 1, p. 18-23, mar. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-07542015000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 ago. 2018.

GEIB, Lorena Teresinha Consalter; NUNES, Magda Lahorgue. **H**ábitos de sono relacionados à síndrome da morte súbita do lactente: estudo populacional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22,n.2,p.415-423,Feb.2006.

BYARD, Roger W.; BRIGHT, Fiona; VINK, Robert. Why the Prone Position Is a Risk Factor for Sudden Infant Death Syndrome. **Forensic Sci Med Pathol**, Sydney, v.14,n.1,pp.114–116, mar. 2018. Available from <https://doi.org/10.1007/s12024-017-9941-y>

CARETI, Camila Marques; SCARPELINI, Ana Helena Parra; FURTADO, Maria Cândida de Carvalho. Perfil da mortalidade infantil a partir da investigação de óbitos. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 352-60, jun. 2014. ISSN 1518-1944. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/20321/17252>. Acesso em: 07 set. 2018. doi:https://doi.org/10.5216/ree.v16i2.20321.

BERGMAN, Abraham B.. Próximos passos no estudo da síndrome da morte súbita do lactente. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre , v. 87, n. 2, p. 87-88, Apr. 2011 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00217557201100020000 2&lng=en&nrm=iso>. access on 25 Aug.2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0021-75572011000200002

DIREITO DO NASCITURO À ALIMENTOS GRAVÍDICOS

COITINHO, Jaqueline A.[476]
LEITE, Jéssica Tauana[477]
SANTOS, Tainara Damas[478]
SELL, Elizabete Nizer[479]

RESUMO: Através da pesquisa bibliográfica, baseando-se em obras relevantes, de forma objetiva buscamos demonstrar os direitos do nascituro à alimentos gravídicos, como também através da Lei n° 11.804, de 5 de novembro de 2008, a importância da preservação desses direitos. Busca-se nesse trabalho, o dever na prestação alimentícia ao nascituro. Esse direito é garantido à mulher no período de gestação para que quando aconteça o nascimento com vida ele seja convertido em favor do nascituro.

Palavras-chave: Direito. Nascituro. Alimentos gravídicos.

1 INTRODUÇÃO

O tema que envolve o seguinte trabalho são os direitos do nascituro à alimentos gravídicos, ou seja, os direitos do ser já concebido que ainda está por nascer. Relaciona-se à teoria concepcionista com a Lei de Alimentos Gravídicos, que consagra o início da personalidade jurídica a partir da concepção, amparando os direitos do nascituro, especialmente quanto aos alimentos gravídicos. Seu conteúdo está presente, atualmente nos ditames do artigo 2º do Código Civil Brasileiro.

Esses direitos têm como base, na qual o suposto pai deve contribuir economicamente para com a genitora que carrega seu suposto filho, para que assim possa garantir a vida e o desenvolvimento intrauterino do nascituro, conforme a Lei n° 11.804/2008. Porém, a mãe deve provar ao juiz que determinado ser é o pai do nascituro, para que então haja contribuição.

2 DESENVOLVIMENTO

A palavra nascitura é derivada do latim *nasciturus*, que significa aquele que deverá nascer, já concebido no ventre materno, mas que ainda não nasceu.

Limongi França, citado por, Francisco Amaral, define-o como sendo: “O que

[476]Acadêmica do curso de Direito, 2° período A, Centro Universitário Campo Real.
[477] Acadêmica do curso de Direito, 2° período A, Centro Universitário Campo Real.
[478] Acadêmica do curso de Direito, 2° período A, Centro Universitário Campo Real.
[479] Professora de Direito Civil: Parte Geral II, Centro Universitário Campo Real.

está por nascer, mas já concebido no ventre da mãe." (GAGLIANO; PAMPOLHA FILHO,2011, p.126). Em outras palavras, cuida-se do concebido, embora ainda não nascido.

Segundo Pablo Stolze e Rodolfo: "O fato é que, nos termos de legislação em vigor, inclusive no Novo Código Civil, o nascituro, embora não seja expressamente considerado pessoa, tem a proteção legal dos seus direitos desde a concepção." (GAGLIANO; PAMPOLHA FILHO, 2011, p. 129).

Os direitos no âmbito civil advêm da personalidade civil, que se cria a partir do nascimento com vida. No entanto, há uma exceção, que é os direitos do nascituro desde sua concepção. Assim traz o Código Civil: Art. 2º: "A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro." Sendo assim, os direitos referentes ao nascituro são de natureza eventual, criando-se expectativas, e que condiciona ao nascimento com vida (BRASIL, 2002).

Um dos direitos é o recebimento dos alimentos gravídicos que são os que o nascituro mesmo que ainda esteja em formação já tem direitos de receber em razão da gravidez. O suposto pai tem a obrigação de contribuir para que a criança nasça com vida e com saúde, porém não se trata apenas do que se é consumível diretamente, trata-se também de exames, perícias, ou até pequenas cirurgias que a criança terá que se submeter enquanto está no ventre materno para que possa nascer com vida e saúde (BATISTA, 2016).

A Lei 11.804, de 5 de novembro de 2008conforme o artigo 2º dispõe que:

> Os alimentos de que trata esta Lei compreenderão os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto, inclusive os referentes à alimentação especial, assistência médica e psicológica, exames complementares, internações, parto, medicamento e demais prescrições preventivas e terapêuticas indispensáveis, a juízo do médico, além de outras que o juiz considere pertinentes (BRASIL, 2008, art. 2).

Essa lei disciplina o direito de alimentos da mulher gestante e a forma como será exercido, o objetivo da lei é dar a absoluta proteção ao nascituro e a gestante. Assim como a Constituição Federal de 1988 assegura em seus direitos fundamentais a vida, a saúde, alimentação, na qual deverá ser executado pelos pais (ASD, 2016).

Segundo Gagliano e Pampolha Filho:

> O nascituro tem direito a alimentos, por não ser justo que a genitora suporte todos os encargos da gestação sem a colaboração econômica do pai da criança

> que está por vir ao mundo. Por isso, é com bons olhos que vislumbramos que tal matéria passou a ser objeto de legislação expressa, através da Lei n. 11.804, de 5 de novembro de 2008, que disciplinou o direito aos chamados “alimentos gravídicos”, que compreendem todos os gastos necessários à proteção do feto (GAGLIANO; PAMPOLHA FILHO, 2011, p.131).

Ademais, há casos em que, devido à condição financeira negativa do suposto pai, despesas referentes à internação e ao parto não são por ele devidas, o SUS (Sistema Único de Saúde) paga as despesas específicas (BATISTA, 2016).

Conforme a Lei n° 10406/02no art. 1698 do Código Civil:

> Se o parente, que deve o alimento em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide (BRASIL, 2002, art. 1698).

Se o homem for incapaz de arcar com as outras despesas, é possível que elas sejam transferidas para os supostos avôs. Em relação a obrigação dos avós a prestar alimentos Maria Helena Diniz declara:

> Só haverá obrigação dos avós em prestar alimentos ao neto, se os pais deste não possuírem condições de fazê-lo. A ação de alimentos não procede contra ascendente, sem prova de estar o parente de grau mais próximo impossibilitado de satisfazer a obrigação alimentar (DINIZ, 2010, p. 612).

Só acontecerá a ação de alimentos contra os avós se o pai estiver ausente, impossibilitado de exercer atividade laborativa ou não tiver recursos econômicos (DIAS; SOUZA, 2015).

A necessidade e o direito da gestante e do nascituro, um dos pontos mais complicados para se pleitear esses alimentos, são as provas de paternidade, como não há a possibilidade de nenhum exame clínico permitido pelo nosso ordenamento jurídico no caso em questão, cabe a gestante provar indícios da paternidade para requerer o cumprimento de tal obrigação como exemplos mensagens eletrônicas, documentos e até testemunhos, os quais possam conduzir o juiz a um entendimento de que seja real a paternidade (SANCHES, 2016).

Depois que o bebê nasce é feito o teste de paternidade pelo exame de DNA (ácido desoxirribonucleico**)**. Como também uma revisão dos alimentos nos moldes, pois trata-se do verbo de caráter alimentar, o qual valor destina-se as despesas adicionais

do período de gravidez e que sejam decorrentes, do momento da concepção ao parto, até mesmo referentes à alimentação especial (COSTA, 2017).

Silvio de Salvo Venosa também afirma que: “Os alimentos são devidos não apenas pelo companheiro reconhecido, mas por qualquer um que tenha concebido o nascituro.” (VENOSA, 2011, p.138). Ele quis dizer que, independente de não estar comprovado que o suposto pai é o genitor legítimo, ele deve contribuir economicamente com a genitora. A genitora tem até o momento do parto para propor a ação de alimentos gravídicos. Após o nascimento do filho, a legitimidade passa a ser deste.

Quanto à legitimidade passiva, deverá figurar como réu o suposto pai, ou seja, aquele que manteve relações sexuais com a gestante na época da concepção. Não é possível o litisconsórcio passivo na possibilidade de a gestante ter mantido relação sexual com mais de uma pessoa, pois geraria incerteza quanto à paternidade, acarretando assim na improcedência do pedido (BATISTA, 2016).

Quando a possibilidade de dúvida sobre o suposto pai, e mesmo assim ela é omitida com a intenção de prejudicá-lo ou até mesmo em benefício próprio, agindo assim com má fé, há então a possibilidade de indenização por danos morais ao suposto pai que pagou os alimentos gravídicos e depois do nascimento comprovou não ser o pai (BATISTA, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou a análise da Lei nº 11.804/08, referente aos Alimentos Gravídicos, a partir de obras de autores e fontes citadas. Foi observado que o nascituro tem direitos a este desde o momento em que é concebido, sendo um dos direitos fundamentais. A grande importância dos alimentos gravídicos é que a partir dele permitirá uma qualidade de vida melhor às gestantes e aos futuros filhos, que precisam de suporte financeiro do pai ou de outros parentes. Está deverá provar ao juiz que ele pode ser o suposto pai, para que os direitos do nascituro possam ser cobrados. Nota-se também que não pode provar concretamente que o suposto pai é legítimo até que seja realizado o exame de DNA (ácido desoxirribonucleico**)**. Em caso de o homem não ser o suposto pai depois do nascimento permite a este a possibilidade de indenização por danos morais previsto no Código Civil.

4 REFERÊNCIAS

ASD, Advocacia e Consultoria Jurídica. **Alimentos Gravídicos- Lei 11.804/2008**. 2017. Disponível em: <Https://advdalfovo.jusbrasil.com.br/artigos>. Acesso em: 29 mar. 2018.

BATISTA, Raissa Nikele. **Os Alimentos Gravídicos e os Direitos inerentes ao suposto pai quando da não confirmação da paternidade**. 2017. Disponível em: <HTTPS://raissanikele14.jusbrasil.com.br/artigos/315253060/os-alimentos-gravidicos-e-os-diretos-inerentes-ao-suposto-pai-quando-da-nao-confirmacao-da-paternidade>. Acesso em: 30 mar.2018.

BRASIL. **Lei 10.406.** 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 31 Mar. 2018.

_____. **Lei 11.804.** 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11804.htm>. Acesso em: 30 mar. 2018.

COSTA, Amanda Sousa. **Alimentos Gravídicos.** 2017. Disponível em:<https://googleweblight.com/i?u=https://scosamanda.jusbrasil.com.br/artigos/413844567/alimentos-gravidicos&hl=pt-BR>.Acesso em: 29 mar. 2018.

DIAS, Luciano Souto; SOUZA, Thalita Figueiredo. **Alimentos avoengos: a obrigação conjunta dos avós paternos e maternos pela prestação alimentícia aos netos.** 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35317/alimentos-avoengos-a-obrigacao-conjunta-dos-avos-paternos-e-maternos-pela-prestacao-alimenticia-aos-netos/2>. Acesso em: 31 mar. 2018.

DINIZ, Maria Helena: **Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família.** Volume 5. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPOLHA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral.** Volume I. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANCHES, José Cesar S. **Alimentos Gravídicos.** 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/47257/alimentos-gravidicos>. Acesso em: 30 mar. 2018.

VENOSA, Silvio de Salvo: **Direito Civil Parte Geral.** 13. ed. São Paulo: Atlas S.A.- 2013.

ARMAZENAMENTO DO ABACAXI SUBMETIDO A DIFERENTES TEMPERATURAS

SILLA, Leysse Emannuelle[480]
CUNHA-CHIAMOLERA, Tatiana Pagan Loeiro da[481]
PELEGRINI, Luciana Luiza[482]

RESUMO: O abacaxi é uma fruta que requer cuidados na pós-colheita, para que mantenha qualidade e frescor, aumentando a doçura. A fruta do abacaxi foi armazenada em diferentes temperaturas, para observar qual a melhor e mais adequada para que no seu pós-colheita, não sejam perdidas suas principais características. Após 21 dias de armazenamento, em freezer, geladeira e temperatura ambiente, foram feitas avaliações quanto a sua maturação, acidez total, pH, ºBrix e testes organolépticos, para saber quais ambientes melhoram os aspectos necessários do pós-colheita. As diferentes temperaturas não influenciaram nos valores de pH e ATT do fruto de abacaxi.

Palavras-chave*:* *Ananas comosus* L. Armazenamento de frutas. Pós-colheita.

1 INTRODUÇÃO

O abacaxi é uma fruta originaria das américas (américa tropical), que tem como nome cientifico *Ananas comosus* (L.), e pertence à família das Bromeliaceae, mede em torno de 80 cm com folhas longas e rígidas (SILVA et al., 2008). O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de abacaxi. O país tem como destaque na produção os estados de Minas Gerais, Paraíba, Bahia, Pará e Rio Grande do Norte, sendo que o destino final do produto é o mercado interno, pelo fato da logístico ser um processo que possuí muitas dificuldades no país (IBGE, 2008).

Uma das grandes dificuldades encontradas está relacionada a pós-colheita, de frutas e hortaliças, pois requer padrões mínimos de qualidade e cuidados para que o produto não seja danificado (PEREIRA et al., 2015). O abacaxi é um fruto que não atinge maturidade longe da planta, de acordo com Celeste Maria Patto de Abreu:

> O abacaxi pertence aos frutos não climatéricos, isto é, não atinge pico de respiração e amadurecimento após a colheita, devendo ser colhido no seu completo desenvolvimento fisiológico para que chegue em boas condições ao consumidor. O fruto não deve ser colhido demasiado verde, pois, nestas condições, possui pouca ou quase nenhuma reserva amilácea e não amadurece. Uma vez separado do pé, a maturação do fruto não tem continuidade e, consequentemente, sua qualidade será imprópria para o consumo.” (DE ABREU, 2000, p 28).

[480] Acadêmica do 4º período de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real.
[481] Orientadora e docente do curso de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real.
[482] Coorientadora e docente do curso de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real.

Por ser um fruto não climatérico, seu transporte deve ser feito de forma rápida ou levando em consideração transporte climatizado em temperaturas baixa para que o mesmo não se degrade (DE ABREU et al., 2000). A manutenção de qualidade e diminuição de perdas no pós-colheita, é necessário que o produto tenha uma boa qualidade inicial, maneira de manuseio adequada, armazenamento, transporte e umidade relativa do ambiente que controle ou mantenham suas funções fisiológicas (DE ABREU et al., 2000).

Quando os frutos são separados da planta mãe, os mesmos continuam seus processos metabólicos, ou seja, continuam com seu processo de respiração celular, o que faz que textura, cor, sabor e aroma sejam modificados. E essas mudanças, podem não agradar o ponto de qualidade que é exigido por consumidores. Para deixar esses processos lentos e prologar a vida de frutas, a melhor forma é o armazenamento em temperaturas baixas, processo eficaz e baixo custo (DE ABREU et al., 2000).

A temperatura é geralmente o fator ambiental mais importante que afeta a vida pós-colheita de frutos e legumes. Baixa temperatura é eficaz para manter a alta qualidade pós-armazenamento de produtos hortícolas (HONG et al., 2012). Foram verificadas diferentes temperaturas de armazenamento para o fruto do abacaxi, neste trabalho buscou-se elucidar quais são as mais adequadas para o pós-colheita da fruta, sem que seu sabor e demais caraterísticas essenciais sejam prejudicadas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no laboratório de Nutrição e dietética, do Centro Universitário Campo Real no dia 26 de agosto de 2017, sendo escolhido o abacaxi. Foi utilizado um abacaxi inteiro, fatiado e novamente cortado em 4 pedaços que foram acondicionados em bandejas de isopor, resultando em um total de 15 bandejas, com 4 pedaços em cada. Cada bandeja foi envolvida com plástico filme, que a cobrisse totalmente, sem deixar a fruta exposta, e em seguida todas as bandejas foram identificadas e armazenadas em diferentes temperaturas.

O delineamento experimento utilizado foi inteiramente casualizado constituído de três tratamentos (temperatura ambiente 20-25ºC, temperatura -5ºC e temperatura -10ºC) e cinco repetições. Após 21 dias armazenados, as amostras foram retiradas dos

ambientes em que estavam armazenados e foram conduzidas ao laboratório de sementes, onde foram submetidas às análises organolépticas.

As características avaliadas foram pH, ºBrix, acidez total, estado de maturação, sendo que cada um desses testes foi feito em triplicada, para se afirmar com exatidão os resultados obtidos. O teste de pH contou com o auxílio de 3 amostras em forma líquida da fruta sendo uma de cada das diferentes temperaturas, foi necessário a utilização do liquidificador com 100ml de água destilada para o preparo do suco, onde o pHmetro calibrado ficou submerso verificando o resultando e depois foram feitas as comparações com as demais amostras. O ºBrix é o aparelho utilizado para medir a doçura em que a fruta se encontra, utilizou refratômetro de mão, foram feitas 3 amostras de cada ambiente, adicionando duas gotas no aparelho, fazendo a medição do ºBrix.

O estado de maturação foi testado com iodo, colocamos a fruta em um béquer com solução de iodo, aguardamos 10 minutos e verificou-se a coloração. Sendo que se a fruta apresentasse coloração azul, o grau de amido seria elevado e a mesma se encontrava imatura, caso contrário, se não ocorresse à mudança na coloração o amido já havia sido quebrado em sacarose e o abacaxi encontrava-se maduro.

A acidez total foi feita com titulação, onde são necessários 10 ml de suco da fruta acondicionada no erlenmayer com 90 ml de água destilada, e em seguida adicionado três gotas de fenolftaleína. Em uma bureta, adicionar 25 ml de hidróxido de sódio a 0,1 de N, abrindo suavemente a bureta e agitando o erlenmayer até a solução ficar com coloração rosa. Sendo que o volume gasto expresso à acidez.

Os dados foram submetidos a análise de variância, sendo as médias testadas pelo teste de Tukey, ao nível de 5% de probabilidade.

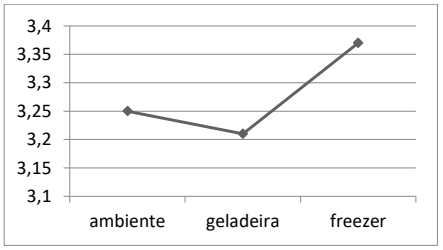
2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os testes foram realizados, utilizados as frutas que ficaram armazenadas no freezer (-10ºC), da geladeira (-5ºC), e o de temperatura ambiente (20ºC – 25ºC). Os frutos armazenados a geladeira e em temperatura ambiente apresentavam fungos, porém, os frutos em temperatura ambiente se encontravam mais deteriorados, quase não sendo possível sua identificação.

A primeira análise feita foi em relação ao pH, a qual não apresentou diferença significativa entre os armazenamentos (Figura 1), resultados semelhantes foram observados por Chitarra (2005). Nos frutos houve a proliferação de fungos, o pH ficou

mais baixo (no caso do armazenamento na geladeira). Pois o processo de maturação, envolve a oxidação das células e com isso a queda do pH.

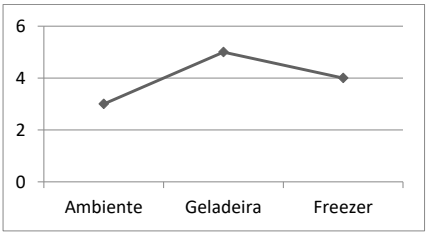
Figura 1. Amostra de pH nas diferentes temperaturas.



FONTE: Autores et al., 2017.

O teor de ºBrix que corresponde ao total ou determinação quantitativa de sólidos solúveis, tem como finalidade determinar a doçura da fruta. Os valores foram abaixo do índice mínimo que (Figura 2). Segundo Donadio e Zaccaro (2016), variam entre 12 a 16. No caso o que poderia ter ocasionado resultados baixos, seria o grau de maturação do abacaxi, que consequentemente deve ter sido colhido antes da hora, comprometendo a sua doçura.

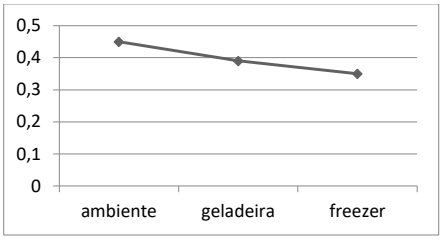
Figura 2. Teste de ºBrix no Abacaxi, com diferentes temperaturas.



FONTE: Autores et al., 2017.

A acidez total titulável (ATT) não apresentou mudança de valores em seus resultados (Figura 3). Sendo que amostra depositada na geladeira e no freezer apresentaram a mesma titulação. Os valores ficaram similares aos encontrados por Donadio e Zaccaro (2016).

Figura 3. Teste de acidez total titulavel.



FONTE: Autores et al., 2017.

3 CONCLUSÃO

As diferentes temperaturas não influenciaram nos valores de pH e ATT do fruto de abacaxi. As baixas temperaturas influenciaram negativamente na doçura do fruto.

4 REFERÊNCIAS

CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. **Pós-colheita de frutas e hortaliças**: fisiologia e manuseio. 2.ed. Lavras: UFLA, p. 786, 2005.

DE ABREU, C., M., P. AMARAL, C., M. GONÇALVES, N., B. DE CARVALHO, V., D. **Abacaxi pós-colheita**. Embrapa para transferência de tecnologia, Brasília – DF. Edição 1º, p 45, 2000.

DONADIO, L.C.; ZACCARO, R.P. Valor Nutricional de Frutas. **Revista de nutrição alimentar brasileira**, v 4, n. 15, p. 87-95, 2016**.**

HONG, K .Q.; XIE, J. H.; ZHANG, L. B.; SUN, D. Q.; GONG, D. Q. Effects of chitosan coating on postharvest life and quality of guava (*Psidium guajava* L.) fruit during cold storage. **Scientia Horticulturae**, v. 144, p. 172–178, 2012.

IBGE. **Sistema IBGE de recuperação automática** - SIDRA: levantamento sistemático da produção agrícola. Diponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

PEREIRA, E.; DOS SANTOS, Y. M. G.; FILHO, M. T. L.; FRAGOSO, S. P.; PEREIRA, B. B. M. Qualidade pós-colheita de frutas e hortaliças cultivadas de forma orgânica. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Pompal** –PB. v. 10, n.2, p. 56 - 60, abr-jun, 2015.

SILVA, S., TASSARA, H. **FRUTAS BRASIL FRUTAS**. Editora Empresa das Artes, p 322, 2008.

MIP SOJA - MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS

SIQUEIRA, Wellington José [483]
HENICH, Roberto Celito[1]
Barboza, Marcos Roberto [2]

RESUMO: O trabalho realizado buscou obter dados em uma área experimental onde semanalmente foi monitorada para contagem de insetos pragas e inimigos naturais, para avaliar os níveis de dano econômico e de controle. Todas as decisões no que diz respeito ao nível de controle foram baseadas em pesquisas realizadas pela Embrapa soja. Após 12 semanas de monitoramento, o resultado obtido comprovou os dados da diminuição de aplicações de inseticidas em áreas monitoradas com o MIP, pois foi necessário aplicar apenas uma vez o controle químico, devido ao nivel de controle atingido pela lagarta da soja (A*nticarsia gemmatalis).*

Palavras-chave: Dano econômico. Integração. Monitoramento.

1 INTRODUÇÃO

O Manejo integrado de pragas (MIP) na cultura da soja teve início no Brasil em 1970, devido a preocupação com o uso excessivo de defensivos agrícolas e é constantemente aperfeiçoado (CAMPO et.al 2012). O MIP visa à tomada de decisão para o controle de pragas através de inúmeras informações sobre os insetos, usando técnicas de controle com objetivo de diminuir a utilização de inseticidas (PROKOPY; KOGAN, 2003). Saber identificar corretamente a praga e seus inimigos naturais, assim como a cultura atacada e seus danos econômico são ferramentas importantes para o sucesso do monitoramento do MIP.

No início dos anos 70 a utilização de defensivos agrícolas não havia um controle fiscal em aplicações, fazendo o uso incorreto de inseticidas e acaricidas, elevando as doses e números de aplicação (MOSCARDI; SOSAGÓMEZ, 1996). A média era de 5 aplicações, entre 3 a 10 por safra e os inseticidas utilizados eram de alta toxidade e amplo espectro de ação (GAZZONI OLIVEIRA, 1984). O uso indiscriminado trouxe problemas como intoxicação de trabalhadores, desequilíbrio ecológico, contaminação do solo, resistência de pragas entre outros. Dessa forma profissionais de empresas brasileiras começaram buscar maneiras de diminuir esses problemas.

[483] Acadêmicos do 6º período de Engenharia Agronômica do centro universitário Campo Real.
[2] Docente orientador do curso de Engenharia Agronômica do centro universitário Campo Real.

Chegando finalmente a um conjunto de controles menos invasivos, tanto para a planta como para os inimigos naturais, com o objetivo de diminuir as populações de pragas. Estas técnicas têm em sua base as condições do ambiente, os níveis de controle, o monitoramento, a taxonomia, a biologia e os ecossistemas. Seus pilares são o controle cultural, controle biológico, controle comportamental, controle genético, controle varietal e controle químico (PICANÇO, M. C. 2010).

O principal controle se da através dos inimigos naturas, esses predam e parasitam os insetos praga, levando a diminuição desses no ambiente. A soja está suscetível ao ataque dos insetos desde a semeadura até a colheita. Coleópteros atacam as raízes, lagartas atacam as folhas, porém a soja é uma cultura que tolera ate 30% de desfolha, por isso o nível de dano econômico em relação aos insetos é alto (SOSA-GÓMEZ., et.al. 2010). O objetivo deste trabalho foi verificar através da aplicação dos métodos do Manejo Integrado de Pragas a eficiência deste método em uma lavoura comercial.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

A semeadura da soja ocorreu no dia 28/11/2017, na fazenda experimental do centro universitário Campo Real, Guarapuava- PR, com latitude de 25º27’46”198 s. A altitude na região está entre 800-1200 m, sendo um forte componente na determinação do clima frio e úmido (Maack, R. 2002). A semeadura foi conduzida onde naturalmente apresenta um solo ácido, distrófico, saturado por alumínio, pobre em fosforo e argiloso, com baixa capacidade de troca catiônica, também apresenta argila com baixa atividade e coloração avermelhada com acentuada drenagem (Iapar., 2000).

O clima na região de Guarapuava caracteriza-se por sem subtropical úmido, com ocorrência de verões frescos, temperatura média inferior a 22ºC, invernos com eventos de geadas fortes. A pluviosidade apresenta-se bem distribuída ao longo do ano, com precipitações médias mensais acima de 100 mm. A latitude que 1000m e 1200m em relação ao nível do mar, combinada com latitude de 25º garante um clima ameno à maior parte do ano (Thomas e Vestena., 2003).

2.1.1 Condução do experimento

Para se obter as informações e conhecimentos necessários para aplicar o Manejo integrado de pragas na cultura da soja, Participou-se do curso de Inspetor de Campo no MIP soja, que teve a sua teoria em 5 dias no sindicato rural de Guarapuava, onde adquiriu-se conhecimento de como funciona o programa, as principais pragas ocorrentes na soja, entendendo seus hábitos alimentares, morfologia, nível de dano econômico e seus inimigos naturais. Também foram recebidos alguns materiais para conseguir identificar o inseto praga e inimigo natural, contendo suas principais características.

O monitoramento do MIP foi conduzido em uma área de 5 ha, semeado com a cultivar 5838 da Monsoy. A primeira data de amostragem ocorreu no dia 15/12/2017, quando o estádio da cultura estava em V3, e as plântulas com 12 dias de emergência. A partir desta data, semanalmente o inspetor de campo, junto com o técnico do Senar – PR, percorram a área do experimento, fazendo 10 amostragens entre as fileiras da cultura da soja com o pano de batida em uma extensão de 1 metro.

Primeiramente, de forma que não danificasse as plantas de soja, batia-se na planta para observar o número de insetos que caiam no pano, em seguida identificou-se os insetos como pragas ou inimigos naturais, passando as informações para uma tabela. Após percorrer a área e concluir as 10 amostragens, foi feita a média de todos os insetos coletados, para então analisar se a quantidade encontrada atingia o nível de controle. Em seguida passaram-se os dados para uma planilha, que foi enviada regularmente para o técnico.

2.2 RESULTADOS ENCONTRADOS

Ao longo das semanas que decorreram o monitoramento, os inimigos naturais sempre estiveram presentes na área, provavelmente por conta de ter sido aplicada uma vez apenas inseticida químico para o controle de insetos, fator de extrema importância na sobrevivência desses inimigos naturais. Ao aplicar as ferramentas do MIP, obteve-se dados que comprovam a importância da sua realização, pois o número de aplicações de inseticidas nas áreas que não são assistidas pelo programa, na região sul é de 1,9 e no Brasil é de 4 aplicações (MIP-soja 2015-2016). Já na área onde foi realizado este trabalho, foi aplicado uma única vez. Em relação ao custo de aplicação também se

obteve uma lucratividade considerável em relação à média da região e nacional. Foi gasto 0,7 sacas de soja.há$^{-1}$ com aplicação de inseticidas, já a média nas áreas não assistidas pelo manejo, segundo pesquisas feitas por MIP soja 2015-2016 é de 1,9 sacos. há$^{-1}$.

As principais pragas ocorrentes na região são a lagarta da soja (*Anticarsia gemmatalis),* a lagarta falsa-medideira (*Chrysodixis includens),* a lagarta das vagens (*Spodoptera ssp.)* e as lagartas do grupo Heliothines, também os percevejos, principalmente o barriga verde (*Dichelops ssp).* Porém, ao longo das semanas que foram feitas as amostragens, apresentou-se baixo nível de insetos pragas, e também baixa porcentagem de desfolha.

O número de inimigos naturais foi constante ao longo da safra, fator importante no controle biológico das pragas. Apenas na décima semana após o começo das amostragens, quando a soja estava com cerca de 74 dias após a emergência, o nível de controle foi alcançado, com média de 19,1 lagartas da soja (*Anticarsia sp.)* por metro linear, nesse momento o controle químico foi realizado. Do momento da aplicação até a colheita da soja, os números de insetos encontrados não atingiram o nível de controle, não sendo necessário realizar mais nenhuma aplicação de controle químico em relação a insetos praga.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É correto afirmar que o MIP é uma excelente tática para a diminuição de produtos químicos na cultura da soja. Apresenta diversos pontos positivos, tanto em relação a lucratividade, preservação dos inimigos naturais, diminuição da compactação, diminuição de resistência dos insetos aos produtos químicos, e
principalmente preservação do meio ambiente.

4 REFERÊNCIAS

FERREIRA, B. S. C; CAMPO, C. B. H;; MOSCARDI, F; **SOJA, manejo integrado de insetos e outros artrópodes praga.** EMBRAPA, BRASÍLIA DF, 2012.

GAZZONI, D. L; OLIVEIRA, E. B. **Manejo de pragas na soja.** Brasilia, DF, 1984.

IAPAR. Instituto Agronômico do Paraná. **Cartas climáticas do Paraná.** Versão 1.0. 2000. (formato digital) 1 CD, 2000.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Parana.** Curitiba, Imprensa Oficial, 2002.

MOSCARDI, F; SOSA- GOMES, D. R. **Biotecnologia e manejo integrado de praga.** Londres 1996.

PICANÇO, M. C. **Manejo integrado de pragas.** Universidade Federal de Viçosa, MG Brasil 2010.

PROKOPY, R. J, KOGAN, M. **Controle de pragas integrado.** Enciclopédia dos insetos, New York 2003.

SOSA-GÓMES, D. R; MOSCARDI, F; FERREIRA, B. S. C; CAMPO, C. B. H PANIZZI, A. R; CORSO, A. F; BUENO, A. F; HIROSE, E; GAZZONI, D. L; OLIVEIRA, E; B. **SOJA, manejo integrado de pragas.** SENAR- PR, 2010.

THOMAZ, E. L; VESTENA, L. R. **Aspectos Climáticos de Guarapuava – PR.** Unicentro, Guarapuava PR, 2003.

SARAMPO NO BRASIL: UMA RETROSPECTIVA EPIDEMIOLÓGICA

BORGES, Jonathan J.[484]
CASTILHO, Lucas D. M.[1]
NEGRÃO, Stefan W.[485]

RESUMO: Através da leitura de artigos relacionados a reintrodução do sarampo no continente americanos, foi possível concluir que a doença vem desde o século passado sendo combatida. Já houve duas erradicações da doença no continente americano em 2001 e 2016. Mas com a possibilidades de novas introduções da doença no continente, políticas de contínua imunização, vigilância e respostas são essenciais para a manutenção da saúde públicas.

Palavras-chave: Erradicação. Imunização. Políticas públicas. Sarampo. Viagens internacionais.

1 INTRODUÇÃO

O sarampo é uma doença extremamente infectocontagiosa. (LEMOS *et al*, 2017, p. 1). Em 2002 foi declarada extinta das américas. (World Health Organization (WHO), 2010, p. 2). No Brasil, embora a doença tivesse sido erradicada, a falta de imunização homogênea deixou certas regiões vulneráveis à ressurgência de casos de sarampo. (LEITE *et al*, 2015, p. 2). O principal motivo, de acordo com dados, dessa ressurgência são viagens internacionais e imunização inadequada. (VAN BINNENDIJK *et al*, 2008, p. 1). Por estes motivos fica claro a importância de uma cobertura de vacinação completa e um programa de vigilância e resposta a novos possíveis surtos.

Através da análise de diversos estudos relacionados à ressurgência do sarampo em lugares onde a doença já havia sido erradicada, conclui-se que uma imunização homogênea e contínua de toda uma população é essencial para manter o controle sobre a doença.

2 DESENVOLVIMENTO

Na década de 1960 foram confirmados mais de 600 mil casos de sarampo nas américas. Após esforços de políticas públicas, nacionais e internacionais, de

[484] Acadêmico do segundo período do curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.
[485] Médico Cardiologista e Coordenador Adjunto do curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.

incentivo à imunização, o número de acometidos pelo vírus decaiu progressivamente até ser completamente erradicado no início do século XXI. (LEITE *et al*, 2015, p. 1)

Porém, novos casos ressurgiram nas américas em meados de 2011 aonde mil trezentos e onze novos casos foram relatados. No Brasil, por exemplo, entre 2012 e 2014, houve um aumento de 36.650% dos casos de sarampo, sendo que o maior número de pessoas acometidas pela doença foi registrado no Ceará (94,6%). Esses números se justificam quando se analisa a cobertura de vacinação que foi irregular para crianças com menos de um ano de idade entre o período de 2013 e 2015. Algo que é explicado pela não imunização adequada (<95%) de aproximadamente metade do total de municípios do Ceará, por exemplo. (LEITE *et al*, 2015, p. 2)

Para reforçar o efeito negativo da não imunização, é importante citar um fato que ocorreu na Holanda em 2007. Trata-se de um país extremamente desenvolvido, no qual há uma boa cobertura de vacinações e que mesmo assim teve casos devido a bolsões que não se imunizam por motivos religiosos. Também, vale ressaltar que o meio pelo qual esse país teve contato com o patógeno se deu através do fluxo internacional de pessoas. Ou seja, um lugar nunca está totalmente isento da presença de ameaças patológicas. (VAN BINNENDIJK *et al*, 2008, p. 1). Assim, tornando explícita a necessidade, mesmo após a erradicação, de políticas de respostas a surtos e de contínua imunização.

No Brasil, os métodos clássicos de controle não foram suficientes para conter a epidemia. Dessa forma, fez-se necessário a criação de uma comitiva de especialistas, um acordo entre os três poderes do governo, a condução de um instituto ativo nas buscas dos casos suspeitos, vacinações domiciliares, microplanejamento e uma ampla campanha contribuíram para a contenção da epidemia. (LEMOS *et al*, 2017, p. 1).

A meta de vacinação de crianças de até 4 anos e 11 meses de idade estipulada pelo Ministério da Saúde em 2018 é imunizar no mínimo 95% do total de crianças da população brasileira. (BRASIL, 2018, p. 12). Porém, somente 93,19% das crianças foram imunizadas até o presente momento. (BRASIL, 2018). Todos esses esforços demonstram a vontade do poder público em novamente controlar a doença. Entretanto, é necessário ainda que outras faixas etárias, além de neonatos e crianças, sejam imunizadas, para que a imunização seja homogênea e eficaz. (FONNESBECK, C. J. et al, 2015, p.1)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A não imunização homogênea e contínua, somada ao contato internacional de pessoas potencializa a aparição e/ou ressurgência de doenças infectocontagiosas, como o sarampo. Porém, um país que esteja preparado, para possíveis epidemias, com políticas de vigilância e respostas estão mais aptos a conterem novos surtos. Além disso, a conscientização e a adesão populacional em medidas preventivas contra doenças infectocontagiosas contribui significativamente no controle epidêmico.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Informe Técnico Campanha Nacional de Vacinação Contra Poliomielite e Contra o Sarampo**. Disponível em:<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/agosto/06/Informe-Campanha-Polio-e-Sarampo-04-07-2018-final-CGPNI.pdf>. Acesso em: 11 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações**. Disponível em:<http://sipni.datasus.gov.br/si-pni-web/faces/relatorio/consolidado/coberturaVacinalPolioSarampoCampanha.jsf> Acesso em: 11 set. 2018.

FONNESBECK, C. J. et al. Measles outbreak response decision-making under uncertainty: a retrospective analysis. **Royal society**, [S.L.], v. 15, n. 140, p.111-222, jan. 2015.

LEITE, Robério Dias; BEREZIN, Eitan Naaman. Measles in Latin America: Current Situation. **Journal Of The Pediatric Infectious Diseases Society**, [s.l.], v. 4, n. 3, p.179-181, 6 ago. 2015. Oxford University Press (OUP).

LEMOS, Daniele Rocha Queiroz et al. Measles epidemic in Brazil in the post-elimination period: Coordinated response and containment strategies. **Vaccine**, [s.l.], v. 35, n. 13, p.1721-1728, mar. 2017. Elsevier BV.

VAN BINNENDIJK, Robert S. et al. Air travel as a risk factor for introduction of measles in a highly vaccinated population. **Vaccine**, [s.l.], v. 26, n. 46, p.5775-5777, out. 2008. Elsevier BV.

World Health Organization (WHO) [Internet]. Measles. Reported cases by WHO Region. 63.a ASAMBLEA MUNDIAL DE LA SALUD A63/18 Punto 11.15 del orden del día provisional. **Erradicación mundial del sarampión**. Informe de la Secretaría; 2010.

A POSTURA DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA FRENTE AO PACIENTE A LUZ DA PSICOTERAPIA EXISTENCIAL

GUIBES, Jéssica[486]
MACHADO, Karine Yasmin Vollet[487]
CAMPOS, Maira Thatiane Pedroso de [488]

RESUMO: Há tempos o papel do Psicólogo na sociedade tem por representação social uma prática mecanicista, com estereótipo de corrigir e ajustar atitudes e comportamentos dos indivíduos que procuram este serviço. A luz do Existencialismo, a prática psicoterápica tem outra visão, diante disso, faz-se necessário o esclarecimento da forma pela qual o psicólogo atua em conjunto com o paciente. O desenvolvimento desta pesquisa deu-se pela investigação bibliográfica sobre a prática do psicólogo no viés existencialista, apontando características essenciais no processo de psicoterapia e do comportamento do psicólogo diante das demandas trazidas pelo paciente.

Palavras-chave: Existencialismo. Psicoterapia. Atuação Psicoterápica.

1 INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da ciência psicológica, os profissionais dessa área

têm enfrentado os estereótipos colocados pela teoria da representação social, esta que por sua vez faz jus ao conhecimento construído na sociedade pelo senso comum (SANTOS & ALMEIDA, 2005. p. 21). É sabido que diante das variadas abordagens da psicologia, cada uma tem sua própria visão de atuação e do comportamento que o profissional deve exercer diante do processo de psicoterapia. A representação mais popular na sociedade, a partir do senso comum, é a de que o profissional de psicologia deve apenas solucionar os ‘’problemas’’ dos indivíduos, sem criar laços com o mesmo, de forma a apresentar-se friamente diante das demandas trazidas pelo paciente, focalizando somente na resolução dessas.

Como a própria teoria psicológica existencialista afirma, o

[486] Acadêmica de Psicologia, 4ª período, Centro Universitário Campo Real.
[487] Acadêmica de Psicologia, 4ª período, Centro Universitário Campo Real.
[488] Especialista em Saúde Mental e docente do curso de Psicologia, Centro Universitário Campo Real.

estabelecimento de um vínculo entre psicólogo e paciente se faz essencial para o desenvolvimento do processo de psicoterapia, porém deve-se compreender a priori que ‘o Existencialismo traz [...] a proposta psicoterápica, onde o Homem é

respeitado enquanto Homem, alguém possuidor de sentimentos, sensações e emoções’’ (ANGERAMI-CAMON, 1984, p. 32). Dessa forma, objetiva-se apresentar nesta pesquisa o modo de atuação do profissional em si, relacionado à visão de homem e de mundo existencialista. A pesquisa delineou-se em livros e artigos embasados no viés existencialista, apresentando autores como Angerami (1984, 2003, 2007), Sartre (2014) e colaboradores.

2 DESENVOLVIMENTO

A representação social da postura do psicólogo

A teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici (1978), tem por definição um conjunto de ideias, fenômenos e conceitos interpretados pela sociedade e que circulam nesta, de geração para geração. ‘’Configuram sistemas de valores e práticas que têm vida própria; são prescritivas, pois surgem no meio social (MORAES et al. ano, p. 2) ’’. Apesar da conceituação desta teoria apresentar-se de modo positivo, muitas vezes sua finalidade pode ser distorcida, ocasionando uma visão equivocada do conhecimento. Um dos objetivos da representação social é internalizar o conhecimento novo, desconhecido, de modo a dar forma a este e a partilhá-lo no meio social (MORAES et al. ano, p. 2-3).

A representação social no contexto da Psicologia acontece desde seu surgimento, pois há tempos essa ciência cristalizou um modo atuação padronizado na divisão categórica entre profissional e paciente. Porém, durante o desenvolvimento da Psicologia, com novas abordagens e teorias ganhando espaço, o padrão de atuação foi sofrendo mudanças de acordo com os ideais teóricos de cada autor.

Um estudo feito por Souza Filho e colaboradores (2006), com moradores da cidade de João Pessoa, na Paraíba, sobre a representação social do psicólogo, demonstrou em seus resultados que o psicólogo é visto como um profissional ligado diretamente à classe alta e com objetivos de ajudar e orientar seus pacientes. A partir disso, entende-se que em parte a população possui uma visão distorcida, tanto da atuação como da postura do psicólogo no processo psicoterápico, gerando assim informações equivocadas acerca da própria Psicologia.

A postura do psicólogo a luz da Psicoterapia Existencial.

A partir da corrente filosófica existencialista, diversos autores como Sören Kierkegaard (1979) e Jean-Paul Sartre (2014) discorrem sobre a visão de homem. Sartre afirma que ‘’o homem nada é além do que ele se faz’’ (2014, p. 19) e é nesse embasamento que constroe-se o centro dessa psicoterapia. O indivíduo no contexto da psicoterapia, ainda é enquadrado num molde de comportamento ligado a nomeação de paciente, ocasionando assim a contradição dos próprios princípios que a Psicologia traz. O psicoterapeuta Carl Rogers, afirma que a estruturação do conhecimento se dá primeiramente na relação com o ser humano (BEZERRA&BEZERRA, 2014, p.24). O autor e psicoterapeuta brasileiro Valdemar Augusto Angerami (1984) discute esse mesmo tema, afirmando que:

> O Homem é aniquilado, e acachapado pelo sistema social [..]. O sistema social que o desumaniza, por outro lado, foi sedimentado por ele próprio e, dessa forma, sua destruição existencial é feita apenas e tão somente por si mesmo (ANGERAMI, 1984, p. 17).

Tal fato é percebido no desenvolvimento da sociedade, pois o próprio homem cria sistemas e condições que o delimitam e, neste contexto, o restringe de suas próprias criações. É nesse contexto que surge o novo prisma da psicoterapia existencial, colocando o foco desta no indivíduo em si, pois como afirma Angerami (2003) ‘’em nossa abordagem, é ele que constrói o seu caminho e o enredo de sua vida [..]’’ (p. 94). No livro *Psicoterapia Existencial (2007)*, Angerami discorre sobre a dificuldade de fortalecer o desenvolvimento da abordagem, pois ‘’aceitar cada pessoa como sendo única [...] explicar o sofrimento e os desatinos existenciais, seguramente, é uma proposta muito difícil de ser aceita num mundo padronizado e até mesmo robotizado (p.118)’’. Portanto compreende-se que antes de dar início a um processo de terapia, deve-se reformular conceitos internalizados e estereotipados que podem influenciar negativamente no processo.

O primeiro passo é a desconstrução por parte do psicoterapeuta relacionando-se a questões como onisciência, ou seja, o profissional deve compreender que na psicoterapia existencialista o centro do processo é o paciente. Outra questão a ser repensada pelo profissional é o objetivo da abordagem, pois, de acordo com a teoria existencialista, o processo psicoterápico tem fundamento na libertação do paciente,

desse modo ‘’o terapeuta deve ter claro, nos parâmetros de sua atuação, que ao paciente cabe a decisão de suas alternativas, bem como a escolha de seus próprios ideais (ANGERAMI, 1984, p. 37)’’. Assim sendo, o psicoterapeuta deve ser tolerante e compreensivo com o paciente por todo o processo de terapia. Na maioria das abordagens psicológicas, o relacionamento entre terapeuta e paciente é tido como um vínculo, porém na representação social deste profissional muitas vezes o psicoterapeuta apresenta-se de forma distante.

Entretanto, na teoria existencialista esse vínculo é desenvolvido de forma singular

> O paciente, numa Psicoterapia à luz do Existencialismo, terá no terapeuta alguém cuja atitude básica é ‘’estar-junto’’ nesse processo de busca e crescimento existencial. O terapeuta será alguém que irá ‘’ajudar’’ o paciente a descobrir suas próprias veredas existências (ANGERAMI, 1984, p. 37).

A atitude de ‘’estar-junto’’ ao paciente no processo psicoterápico desenvolve no indivíduo sentimentos de segurança e autossuficiência, além de fazer com que o terapeuta crie condições de progressão da psicoterapia. Porém, podem ocorrer situações onde esses sentimentos não se desenvolvam, assim o terapeuta também deve ‘’atuar-junto’’ ao paciente, amparando-o a perceber sua realidade existencial. ‘’O ‘’atuar-junto’’, bem como o ‘’estar-junto’’, precisam ser compreendidos na plenitude de sua dimensão, para que não sofram distorções na sua real e verdadeira essência (ANGERAMI, 1985, p. 40)’’. Diante disso, fica clara a atuação do psicoterapeuta frente ao paciente e ao vínculo estabelecido pois, segundo essa abordagem, é nesse contexto que se desenrola o processo psicoterápico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação social do profissional de psicologia apresenta-se na sociedade de forma distorcida, pois como afirmou-se, na psicoterapia existencial a essência do processo manifesta-se no relacionamento entre profissional e paciente, no vínculo estabelecido dentro da terapia, envoltos por atitudes como ‘’estar-junto’’ e ‘’atuar-junto’’. A atuação principal do psicoterapeuta é baseada na condição de libertação do paciente, evidenciando a este sua capacidade de encontrar novas possibilidades de existência e de crescer e desenvolver-se de acordo com sua situação e decisão. Assim sendo, conclui-se que a relação entre psicoterapeuta e paciente concebe-se a partir, primeiramente, do respeito do terapeuta para com a subjetividade do mesmo, do

comprometimento de ambos na desconstrução dos estereótipos e moldes colocados pela sociedade e, por fim, na libertação do paciente frente aos desatinos existenciais, amparado pelo próprio terapeuta, pois acima de tudo, a base da relação entre dois seres humanos é o amor.

4 REFERÊNCIAS

ANGERAMI, Valdemar Augusto. **Psicoterapia existencial**. 4. ed. São Paulo: Thomson Learning Brasil, 2007.

_____. **Psicoterapia e subjetivação**: *Uma análise de fenomenologia, emoção e percepção*. São Paulo: Thompson Learning Brasil, 2003.

_____. **Existencialismo e psicoterapia**. São Paulo: Traço, 1984.

BEZERRA, Márcia Elena Soares; BEZERRA, Edson do Nascimento. Aspectos humanistas, existenciais e fenomenológicos presentes na abordagem centrada na pessoa. Rev. Nufen (online), v. 4, n. 2, jul-dez, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v4n2/a04.pdf Acesso em: 15 set. 2018.

MORAES, Patrícia Regina de et al. **A teoria das representações sociais.** 2013. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2013/teoria_representacoes.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Leda Maria de**. Diálogos com a teoria das representações sociais**. Ed. UFAL/UFPE, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA FILHO, Marcilio Lira de et al. **Como as pessoas percebem o psicólogo**: *um estudo exploratório*. Rev. Paidéia, v. 16. N. 34, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n34/v16n34a13.pdf Acesso em: 14 set. 2018.

A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AO ESTAGIÁRIO

DALLABRIDA, Jessica Fabiana[489]
OLIVEIRA, Vanessa Karina Santos[490]
SILVA, Arli Pinto da[491]

RESUMO: Embasado em revisão bibliográfica, o presente estudo tem como objetivo explanar acerca dos conceitos contidos na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), a chamada LIA, no que tange às possíveis formas de atos de improbidade administrativa, bem como aos conceitos de sujeito passivo e sujeito ativo, focado nesta última hipótese, à possibilidade ou não da figura do estagiário cometer atos de improbidade administrativa e poder ser responsabilizado por tal cometimento.

Palavras-chave: Lei de Improbidade Administrativa. Sujeito ativo. Estagiário.

1 INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição em 1988, até a criação da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa - LIA), havia um contraste entre a norma constitucional e a lei ordinária. Enquanto a primeira apontava somente punições do gênero (atos de improbidade administrativa), a legislação ordinária existente, a qual ainda estava de acordo com a ordem jurídica anterior, normatizava somente o enriquecimento ilícito. Com a instituição da Lei de Improbidade Administrativa, tornou-se possível a imposição de medidas mais eficientes e com maior potencial intimidativo, bem como responsabilizar uma série mais significativa de atos que caracterizam improbidade administrativa, os quais podem vir a ser cometidos por agentes públicos e, ainda, por terceiros. (FAZZIO JÚNIOR, 2014, p. 32).

Desta forma, partindo dos conceitos trazidos e do alcance da Lei de Improbidade Administrativa, o presente trabalho tem como objetivo abordar quais são as hipóteses de sujeitos passivos, bem como as de sujeitos ativos que podem figurar na ação de improbidade administrativa, dando maior enfoque sobre a possível caracterização do estagiário como sujeito ativo no ato de improbidade administrativa.

[489] Graduanda no curso de Direito, 6º período, Faculdade Campo Real.
[490] Graduanda no curso de Direito, 6º período, Faculdade Campo Real.
[491] Mestre em Direito do Estado pela UFPR - Universidade Federal do Paraná. Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Leciona Direito Administrativo na Faculdade Campo Real em Guarapuava-Pr e na Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná - UCP em Pitanga-Pr. Advogado Militante na área de Direito Público.

Para a realização do presente estudo, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, acrescida com a análise da jurisprudência pátria existente sobre o assunto.

2 DESENVOLVIMENTO

Conforme preleciona Marçal Justen Filho (2011, p. 996):

> A improbidade administrativa consiste na ação ou omissão violadora do dever constitucional de moralidade no exercício da função pública, que acarreta a imposição de sanções civis, administrativas e penais, de modo cumulativo ou não, tal como definido em lei.

A referida responsabilização pelos atos de improbidade administrativa decorre de previsão constitucional e, por isso, aplica-se em todo o âmbito Federal e, no que couber, a todos os Poderes Estatais, tanto em relação à administração pública direta, quanto à indireta (ALEXANDRINO; PAULO, 2017, p. 174). Tal previsão, encontra-se no art. 37, § 4º, da Constituição Federal de 1988, que dispõe:

> Art. 37, § 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. (BRASIL, 2018)

Para regulamentar este dispositivo, foi promulgada a Lei de Improbidade Administrativa - LIA (Lei nº 8.429/92), em 3 de junho de 1992, com o intuito dar sequência a esta previsão e sancionar autores de atos de improbidade administrativa (FAZZIO JÚNIOR, 2014, p. 72). A LIA estabelece em seu texto, primeiramente, aqueles a quem ela será aplicável:

> Art. 1° Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei. (BRASIL, 2018)

Em seus artigos 2º e 3º estão os sujeitos ativos, ou seja, os agentes que podem cometer ato de improbidade administrativa e a quem ela será aplicada:

> Art. 2° Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou

> vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior. (BRASIL, 2018).
> Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta. (BRASIL, 2018)

No decorrer de seu texto, a Lei nº 8.429/92 define também quais são as possíveis modalidades de atos de improbidade administrativa, sendo elas: atos que acarretem enriquecimento ilícito, previstos no art. 9º; atos que importem em prejuízo ao erário, conforme dispõe o art. 10; atos que decorrem da indevida aplicação ou concessão de benefício financeiro ou tributário, conforme art. 10-A, que foi acrescido pela Lei Complementar nº 157/16; e os atos que forem contrários aos princípios da Administração Pública, previstos no art. 11 da referida lei (PIETRO, 2018, p. 224).

Diante do exposto, pode-se concluir, que o sujeito ativo é o agente público, que de acordo com a Lei nº 8.429/92, é aquele que mantém vínculo administrativo, isto é, aquele que possui cargo, emprego ou função com as entidades definidas no art. 1º e § ú da LIA, ainda que transitoriamente ou sem remuneração (FAZZIO JÚNIOR, 2014, p. 132).

Veja-se então, para que o sujeito possa ser réu na ação de improbidade administrativa, é necessário que se enquadre dentro de alguns requisitos. Em análise, pode-se dizer que, em primeiro momento, deve o agente ser um sujeito capaz, o qual deve desempenhar dentro da administração pública uma atividade vinculada a ela de qualquer modo. Esta atividade pode ter sido a ele nomeada, designada, comissionada, eleita ou ainda contratada, de forma temporária ou permanente. Destaque-se que o exercício de tais atividades deve ser prestado para as pessoas jurídicas elencadas no art. 1º, da LIA (FAZZIO JÚNIOR, 2014, p. 83).

A partir das considerações acima realizadas, passa-se ao estudo da possibilidade de o estagiário enquadrar-se como sujeito ativo em relação à Lei de Improbidade Administrativa.

Conforme cita Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2018, p. 674): “agente público é toda pessoa física que presta serviço ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta”. Desta forma, como as funções exercidas pelo estagiário fazem parte de um conjunto de atribuições e responsabilidades, criados por lei, com nome certo e remuneração determinada, por meio de símbolos de função pública, pode-se concluir que o cargo de estagiário enquadra-se no conceito de agente público e, portanto, é

possível a responsabilização de tal figura por eventuais atos improbos que venha a cometer (FAZZIO JUNIOR apud MEDAUAR, 2014, p. 164).

Neste sentido, a 2ª Turma do STJ, provendo recurso especial do Ministério Público Federal, em caso oriundo do Rio Grande do Sul recentemente admitiu a possibilidade de enquadrar o estagiário que atua no serviço público, no conceito legal de agente público:

> DIREITO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA A ESTAGIÁRIO.
>
> O estagiário que atua no serviço público, ainda que transitoriamente, remunerado ou não, está sujeito a responsabilização por ato de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992). De fato, o conceito de agente público, constante dos artigos 2º e 3º da Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), abrange não apenas os servidores públicos, mas todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública. Assim, na hipótese em análise, o estagiário, que atua no serviço público, enquadra-se no conceito legal de agente público preconizado pela Lei 8.429/1992. Ademais, as disposições desse diploma legal são aplicáveis também àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma, direta ou indireta. Isso porque o objetivo da Lei de Improbidade não é apenas punir, mas também afastar do serviço público os que praticam atos incompatíveis com o exercício da função pública.
>
> REsp 1.352.035-RS, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 18/8/2015, DJe 8/9/2015.

É possível verificar no julgado acima exposto, que as justificativas utilizadas para conclusão de que o estagiário que atua no serviço público está sujeito à responsabilização por improbidade, estão no fato de que não somente os servidores públicos incluem-se no conceito de agente público. Notadamente, é possível verificar que, em algumas circunstâncias, o estagiário fica submetido a tarefas de substancial importância para o desempenho da administração pública, com acesso a documentos, imagens e informações altamente sigilosas, o que assemelham as suas tarefas às de um servidor público.

Saliente-se que, não obstante o estagiário não possua um vínculo efetivo, e também não se refira a cargo em comissão, e, ainda que o estágio seja voluntário, é necessária a autorização e o conhecimento da administração pública. Portanto, responderá nos termos da Lei de Improbidade, pois, conforme mencionado, o art. 3º da Lei nº 8.429/92 admite que haja a responsabilização pelos atos de improbidade, mesmo que o sujeito ativo não se trate de agente público.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é possível averiguar que a função do estagiário se trata de uma incumbência de posição administrativa, ou seja, o estagiário possui diretamente um vínculo com a administração pública, ainda que não efetiva, através de competências atribuídas a ele, fato que o enquadra no conceito de agente público e, por consequência, torna-o plenamente possível de se tornar réu na ação de improbidade administrativa.

Desta forma, é importante que o estagiário que cometa ato de improbidade seja responsabilizado, pois o objetivo da LIA não é somente a punição, mas também afastar o agente improbo da atuação no serviço público.

4 REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado.** 25ª Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método: 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 21º Ed. São Paulo. Saraiva, 2016.

BRASIL. **Lei de Improbidade Administrativa.** 21º Ed. São Paulo. Saraiva, 2016.

Brasil. **Superior Tribunal de Justiça**. Estado do Rio Grande do Sul. Segunda Turma. Recurso Especial nº 1.352.035. Possibilidade de aplicação da Lei de Improbidade Administrativa a Estagiário. Jurisprudência do STJ e Tribunais Regionais Federais.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Improbidade Administrativa.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo.** 7ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

MAYARA, Hitala. **Lei de Improbidade Administrativa, sujeito ativo e estagiário**. 2015. Disponível em: <https://blog.ebeji.com.br/lei-de-improbidade-administrativa-sujeito-ativo-e-estagiario > Acesso em: 01/08/2018.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo.** 31ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

LEI MARIA DA PENHA E SUA EFETIVIDADE.

MANAKA, Camila Stadnik[492]
SANTOS, Julia[493]
RAITZ, Evelyn[494]

RESUMO: Este trabalho tem como objeto de estudo a lei Maria da penha, sendo seu objetivo mostrar como as leis da constituição contribuem para a efetividade da lei. Este estudo se constituiu através do método da pesquisa, baseada em fontes bibliográficas de autores, com referências teóricas analisadas e publicadas em livros, artigos científicos e páginas de web sites. Após o levantamento de informações, organização destes dados bibliográficos, análise, interpretação e redação.

Palavras-chave: Maria da Penha. Constituição. Efetividade.

1 INTRODUÇÃO

A lei de n° 11.340, de 7 de agosto de 2006 representa uma vitória na constituição federal em relação aos diversos tipos de discriminação, esta lei vêm para garantir os diretos das mulheres, classe esta, que até então vivia em plano “submerso” numa sociedade extremamente patriarcal no qual o gênero masculino era visto como centro de tudo.

A lei Maria da Penha leva este nome em homenagem a lutadora da mesma Maria da Penha Maia Fernandes á qual foi casada com Marco Antonio Herredia Viveros, suas agressões tiveram inicio em 1983, com diversas tentativas de assassinato contra Maria e mesmo ela procurando a policia , nada foi feito a respeito, até a mesma entrar com o pedido na corte interamericana de Direitos humanos à qual deu ênfase e destaque as violências domesticas, condenando o Brasil por negligencia e omissão perante a situação avassaladora que ocorria dentro das famílias, a partir de então a nossa sociedade patriarcal começa a averiguar a violência nos lares com outros olhos, fato que até então era “insignificante”.

2 DESENVOLVIMENTO

A constituição federal prevê as garantias de direitos fundamentais, em seu artigo 1°, inciso III a carta prevê, um dos princípios fundamentais a dignidade da pessoa

[492] Acadêmica do 4° período do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.
[493] Acadêmica do 4° período do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.
[494] Professora e orientadora de Direito Constitucional

humana o que deixa claro que tal princípio se aplica a todos de forma unilateral e sem diferenciação de qualquer raça, cor, sexo , ou religião , todos devem ter seu direito preservado. O artigo 5° vem reafirmar em seu caput: " Todos são iguais perante a lei , sem distinção de qualquer natureza[...]", ainda em seu inciso I "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações nos termos desta constituição". (BRASIL.2018)

Dessa forma, temos o direito concreto que em tese é límpido e claro porém, por diversos momentos acaba sendo atingido por uma cultura patriarcal instaurada na sociedade. A sociedade patriarcal é instituída com o Homem como centro de todas as coisas, sobrepondo sua vontade perante os outros , através da subordinação e acato de suas ordens segundo weber:

> "No caso da autoridade doméstica, antiquíssimas situações naturalmente surgidas são a fonte da crença na autoridade, baseada em piedade, para todos os submetidos da comunidade doméstica, a convivência especificamente íntima, pessoal e duradoura no mesmo lar, com sua comunidade de destino externa e interna; para a mulher submetida à autoridade doméstica, a superioridade da norma e da energia física e psíquica do homem; para a criança, sua necessidade objetiva de apoio; para o filho adulto, o hábito, a influência persistente da educação e lembranças arraigadas da juventude; para o servo, a falta de proteção fora da esfera de poder de seu amo, a cuja autoridade os fatos da vida lhe ensinaram submeter-se desde pequeno". (WEBER, 1991, p. 234).

Esta dominação instaurada como o Homem sendo o "senhor" está presente no cotidiano de todas as mulheres, no trabalho quando são desqualificadas pelo gênero, na remuneração inferior, mas em principal em casa, pois é onde ocorre as violências diárias e constantes.

Diante do machismo instaurado na sociedade cultural, a Lei Maria da Penha é a nitidamente o pontapé inicial e simboliza uma referência na proteção da família e uma libertação a população feminina, estabelece a violência doméstica e familiar contra a mulher, e estipula a violência em cada uma de suas manifestações tanto : física, sexual, psicológica, moral e patrimonial e adequa esta violência como uma violação dos direitos humanos. Porém, se identifica que para fixar os dispositivos legais e vencer a naturalização do feminicídio é de extrema importância desenvolver condutas que viabilizem uma mudança nos valores sociais e instaurem mecanismos para suplementar propostas intervencionistas dando ênfase as vítimas.

Mesmo com os avanços desta questão é preciso divulgar e levar ao conhecimento da sociedade os direitos de proteção garantidos pela lei às mulheres

vitimadas por esta forma de violência, assegurando-lhes acesso a informação e orientação para que seus direitos sejam efetivamente garantidos.

De acordo com o texto para discussão “Avaliando a efetividade da lei Maria da Penha” realizado por Daniel Cerqueira, Mariana Vieira Martins Matos, Ana Paula Antunes Martins e Jony Pinto Junior, são raríssimas as informações sobre os totais de casos relacionados a esta lei, dificultando os estudos sobre a sua real efetividade.

> De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1,2% das mulheres sofreu agressão em 2009, o equivalente a um contingente de 1,3 milhão de mulheres vitimadas.

Ainda baseado no texto anteriormente citado, em uma pesquisa feita pela fundação Perseu Abramo, 43% das mulheres que foram entrevistadas responderam sofrer algum tipo de violência ao longo da vida.

Não obtendo reais dados para estudo os autores do texto “ Avaliando a efetividade da lei Maria da Penha” comentam:

> Como não dispomos de dados para estudar o efeito da LMP sobre os tipos de violência não letais – que é o foco direto da LMP –, baseamos toda a nossa avaliação empírica na análise dos homicídios e daqueles que ocorreram dentro das residências. Contudo, a partir da discussão acima, fica claro que a evidência da diminuição dos crimes letais, por conta da introdução da lei, pode estar associada à diminuição de centenas de milhares de incidentes de violência doméstica que acontecem a cada ano no Brasil, na medida em que os homicídios são apenas uma pequena ponta do iceberg das agressões totais.

Dessa forma fica claro que a lei foi apenas uma medida inicial para resolver a problemática, porém há muito o que se fazer pois mesmo havendo uma lei específica, milhares de mulheres ainda vivem dependentes dos homens e não os denunciam por medo da violência e represália que pode ocasionar uma vez que o sistema judiciário leva um bom tempo para julgar os casos mas também por serem dependentes financeiramente, sendo assim precisamos de leis com maior efetividade e de pouca demora para solucionar os casos mas também precisa-se dar suporte para que essas mulheres consigam enfrentar todo o processo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com a evolução das leis de proteção as mulheres, os dispositivos ainda são falhos e deficitários pois devido a demora dos processos e a quantidade de vitimas

lesionadas todos os dias as medidas aplicadas são insuficientes levando diversas mulheres morte; assassinadas de forma torpe e cruel por seus ex e atuais companheiros , devido á não possuírem o apoio jurídico, emocional, financeiro necessário e de toda a sociedade para sua proteção e dar um basta a tudo isso.

4 REFERÊNCIAS

WEBER, Max. Sociologia da dominação. In: WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1991. p. 187-223.

Maria da Penha. 2012. http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/maria-da-penha-1 Acesso em 15 agos.2018

Avaliando a efetividade da lei Maria da penha. 2015 https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/a-efetividade-da-lei-maria-da-penha. Acesso em: 14 agos.2018

COMPORTAMENTO ALIMENTAR E ANSIEDADE EM UNIVERSITÁRIOS NO PERÍODO DE PROVAS

SOUZA, Angela[495]
SCHMITT, Vania[496]
CHICONATTO, Patrícia[497]

RESUMO: O comportamento alimentar representa a relação entre o estado fisiológico e psicológico, e as condições ambientais de uma pessoa. Desde os primeiros anos na universidade o estudante já se depara com fatores estressantes frente aos desafios impostos. Foi realizado um estudo transversal, por meio de um questionário com perguntas referentes ao tema, após verificou-se a porcentagem de ocorrências entre homens e mulheres. Nas mulheres as mudanças relatadas no período foram maiores que as dos homens. Conclui-se que é necessário realizar intervenções para que as pessoas consigam passar por esse período de estresse com maior facilidade e não tenham alterações no comportamento alimentar, evitando a possibilidade de doenças por esse motivo.

Palavras-chave: Alimentação. Ansiedade. Comportamento Alimentar.

1 INTRODUÇÃO

Um dos motivos do aparecimento de doenças crônicas-degenerativas no ser humano é a alimentação, que é considerada hoje a principal causa de mortalidade no adulto. É percebido que modificações no comportamento alimentar são determinantes para prevenir doenças ligadas à alimentação e promover a saúde do indivíduo (ALVARENGA M et al., 2015).

O comportamento alimentar representa a relação entre o estado fisiológico e psicológico, e ainda as condições ambientais de uma pessoa. Sendo assim tal comportamento é efeito de determinantes internos e externos, tendo suas bases fixadas na infância, a partir do que é passado na família, sendo levado em conta a crença, cultura, valores e tabus (GALISA et al., 2014).

Existem fatores sociodemográficos, bem como os determinantes comportamentais, psicossociais e sociocognitivos que irão ajudar no estabelecimento

[1] Acadêmica do 6º período do curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real.
[2] Orientadora. Mestra em Desenvolvimento Comunitário, Centro Universitário Campo Real, e-mail: prof_vaniaschmitt@camporeal.edu.br
[3] Coorientadora. Mestra em Desenvolvimento Comunitário, Centro Universitário Campo Real, e-mail: prof_patriciachiconatto@camporeal.edu.br

do perfil nutricional de uma pessoa, trazendo importantes resultados ao seu estado de saúde (BENTO et al., 2014).

Com as oportunidades aumentando cada vez mais, adolescentes estão ingressando no meio acadêmico em maior percentual. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 58,5% dos estudantes cursando o ensino superior estão entre a faixa de 18 a 24 anos (COSTA et al., 2017).

Desde os primeiros anos na universidade o estudante já se depara com fatores estressantes frente aos desafios impostos nesse novo cenário. Com essas mudanças intensas no dia a dia do indivíduo, a qualidade de vida pode ser alterada negativamente, pela menor frequência de atividade física e refeições não balanceadas, colaborando para o desdobramento de doenças crônicas, distúrbios gastrointestinais, depressão, ansiedade, decretando o aumento dos níveis de estresse (COSTA et al., 2017).

O objetivo desse trabalho é verificar a presença de ansiedade relacionada com o comportamento alimentar de estudantes universitários do curso de Nutrição, no período de provas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, com abordagem quantitativa. O público alvo foram os acadêmicos do curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real, totalizando 94 pessoas participantes.

O questionário abordou temas referentes ao comportamento alimentar e a sintomas de ansiedade na semana de provas. Foram questionados sobre quais alimentos eram ingeridos com mais frequência em estado de ansiedade, e se além do sintoma citado, existia algum outro que era alterado nesse período, como nervosismo, irritação, sono, humor. Alguns alimentos foram apontados para que se tivesse informação sobre seus hábitos alimentares. E para que fosse finalizado o questionário as perguntas finais foram se após a semana de provas eles voltavam com sua rotina normal, e a comer normalmente.

Os dados obtidos foram empregados em uma planilha no Excel, para melhor visualização e organização. Em seguida foram avaliados os dados e verificadas as frequências por meio de porcentagens.

2.2 RESULTADOS

Avaliando as respostas dos 94 participantes, observou-se que 85 (91,3%) são do sexo feminino, demonstrando prevalência. A idade média dos participantes é de 20,41±3,95 anos.

Quanto à percepção dos sentimentos no período de provas, a maioria das mulheres relatou que teve mudanças no humor (57,6%), na ansiedade (90,5%) e irritação (74,1%). A maioria (62,3%) também relatou apresentar distúrbios no sono. Em relação aos homens que participaram da pesquisa, nota-se que os resultados foram em sua maioria diferentes dos obtidos com as mulheres, sendo que 25% deles relata mudanças de humor e presença de irritação, 12,5% relatam sentir ansiedade e aumento da fome no período. Porém, 62,5% relatam alterações no sono durante o período.

Sobre a percepção de aumento da fome no período, no caso das mulheres, 52,9% relatam o sintoma, e 82,3% percebem alterações no comportamento alimentar, sendo que 55,2% afirma realizar exageros na alimentação. Sobre as mudanças no comportamento alimentar e exageros na alimentação, as alterações também são menores quando comparadas às relatadas pelas mulheres, sendo 25% e 12,5%, respectivamente.

Ainda em relação ao exagero em se alimentar, foi questionado qual tipo de alimento ou bebida era o mais consumido durante esses episódios, das mulheres, 40% relatou aumentar o consumo de doces, 20% de alimentos salgados e 11,7% a ingestão de bebidas alcoólicas. Demonstrando que esse exagero pode ser realizado em quantidade dos alimentos usualmente consumidos, mas não em um grupo específico, como os citados anteriormente. Dos homens, apenas 12,5% relatou aumento de consumo de doces, salgados e bebidas alcoólicas.

Quando perguntado se algum tipo de alimento faz se sentir melhor nesse período, 62,3% das mulheres relata que o chocolate auxilia. Os demais alimentos citados por elas foram sorvete (12,9%), bolo (12,9%), batata frita (27%), pizza (23,5%), lanches (37,6%). Enquanto dos homens, 25% relata sobre o chocolate e 12,5% sorvete e pizza, os demais alimentos não foram citados por eles.

Quando perguntado se realizam as refeições com calma durante esse período, apenas 29,4% das mulheres e 37,5% dos homens relatam que sim. Sobre o período pós provas, foi solicitado que informassem se voltam a se alimentar da mesma forma que no período anterior às provas de forma imediata, 89,4% das mulheres e 62,5% dos homens afirmam que sim.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que existem diferenças na percepção de comportamento alimentar e ansiedade entre homens e mulheres. Notando que nas mulheres as mudanças são mais acentuadas. Porém, mesmo em menor quantidade, nos homens as alterações também estão presentes.

Assim, demonstra-se que é necessário realizar intervenções para que as pessoas consigam passar por esse período de estresse com maior facilidade, e não façam alterações no seu padrão alimentar durante o período, visto que isso pode ser um fator de desenvolvimento de doenças por conta de uma alimentação desequilibrada, podendo resultar em doenças crônicas e até mesmo em transtornos alimentares.

4 REFERÊNCIAS

ALVARENGA M, organizadora. **Nutrição comportamental.** Barueri: Manole; 2015. Xxv, 549 p.

BENTO, I, et, al. Fatores associados às fases de comportamento alimentar de usuários dos restaurantes populares em Belo Horizonte/MG-Brasil**. Revista portuguesa de Saúde Pública,** Universidade Nova de Lisboa, v. 34, n. 3, p. 1-9, 2014.

COSTA et, al. **Impactos do estresse e sua associação com o comportamento alimentar dos graduandos em enfermagem**, 2017.

GALISA, M, et. al. **Educação alimentar e nutricional: Da teoria à prática**. 2014 ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2014.

DEPRESSÃO PÓS CIRURGIA BARIÁTRICA

MAUS, Estela Julianni[498]
OLIVEIRA, Marcelo[499]

RESUMO: O presente artigo visa realizar uma revisão bibliográfica referente à depressão pós cirurgia bariátrica. Sabe-se que esse procedimento é um método cirúrgico invasivo, utilizado para o emagrecimento e recuperação da saúde em pacientes obesos mórbido. Entretanto, o processo de transformações súbitas, tais como: declínio acentuado do peso, restrições e adequações alimentares, incorrem em quadros psíquicos, destacando a depressão. A análise dos artigos mostrou os desafios emocionais vivenciados por pacientes após a realização da cirurgia bariátrica.

Palavras-chave: Obesidade. Cirurgia bariátrica. Desafios emocionais. Depressão.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) é definida como uma doença crônica, cuja característica principal é o acúmulo excessivo de gordura corporal, que traz sérios danos ao indivíduo. Ela pode ser medida através do índice de massa corporal (IMC), cujo resultado dá-se pelo cálculo entre peso e altura, indicando os possíveis riscos para a saúde. (SILVEIRA et al.,2016; REZENDE et al.,2012).

Os indivíduos que apresentam um grau elevado de obesidade, segundo seu IMC, recorrem, após vários tratamentos não efetivos, à cirurgia bariátrica. Este método cirúrgico é utilizado para o emagrecimento e recuperação da saúde, porém a perda de peso súbito e alterações nos hábitos de vida no pós-operatório, incorrem em quadros psicológicos, principalmente a depressão. (NAVARRO et al., 2009; CONCEIÇÃO et al., 2014).

2 DESENVOLVIMENTO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a obesidade é uma condição anormal de acúmulo excessivo de gordura em tecidos adiposos, que acarretam em prejuízos para a saúde do indivíduo. É uma doença crônica, que em seu

[498] Medicina, Segundo Período, Centro Universitário Campo Real.
[499] Psicólogo, mestre em filosofia. Docente no Centro Universitário Campo Real.

estado mais grave, traz mais chances de insucessos nos tratamentos terapêuticos. (SILVEIRA et al.,2016; REZENDE et al.,2012).

A obesidade é classificada quando o IMC (índice de massa corpórea), resultado do peso em kg dividido pelo quadrado da altura em metro, encontra-se acima de 30kg/m². Porém existem classificações quanto à gravidade: obesidade grau I, quando o IMC se encontra entre 30 e 34,9 kg/m²; obesidade grau II, quando IMC está entre 35 e 39,9 kg/m²; e obesidade grau III, quando ultrapassa 40 kg/m².[5] A obesidade grave, mórbida ou obesidade grau III é considerada um ponto chave de ameaça a vida, pois além de comprometer as relações interpessoais, traz consigo problemas fisiológicos, diminuindo a qualidade de vida do indivíduo. (NAVARRO et al., 2009).

Atualmente, existem diversos tratamentos terapêuticos para auxiliar os pacientes que possuem algum grau de obesidade. Dentre eles estão incluídos: dietas, nas suas diversas variedades, psicoterapias, medicamentos, programas de atividades físicas. Entretanto, indivíduos obesos mórbidos não conseguem ter um resultado positivo com esses métodos. Devido a isso, muitos recorrem ao último recurso: a cirurgia bariátrica. (PATRÍCIO et al.,2011).

A cirurgia bariátrica realiza a redução do estômago, que perde cerca de 90% da sua capacidade absorção. O órgão, não suportando mais a quantidade de alimento ingerido normalmente, manda mensagens de saciedade ao cérebro, fazendo com que o indivíduo faça uma ingestão alimentar menor. Os critérios para que possa ser utilizado esse procedimento são baseados no IMC, quando este se encontra acima de 40 kg/m² ou 35 kg/m² com doenças associadas (estável pelo menos 5 anos); insucesso com outros tratamentos (mínimo 2 anos); ausência de causas endócrinas de obesidade. (NAVARRO et al., 2009; PATRÍCIO et al.,2011).

O que se espera como resultado da cirurgia bariátrica é a perda de peso, melhora das comorbidades e das condições de vida do paciente. Entretanto esse processo é muito mais complexo, pois os fatores psicológicos, físicos e sociais estão diretamente ligados ao resultado pretendido. Muitos indivíduos buscam na cirurgia a resolução dos seus problemas, englobando o lado mais estético. Porém ao se realizar o procedimento, acabam adentrando em um longo processo de recuperação e adaptação ao novo corpo, culminando, na maioria dos casos, em distúrbios psicológicos. (NAVARRO et al., 2009; CONCEIÇÃO et al., 2014; TELLES-CORREIA et al., 2016).

Umas das variáveis psicológicas que se destaca é a depressão. Pessoas obesas, normalmente, apresentam uma imagem corporal desfocada, notando apenas

as dimensões incompatíveis com o seu real desejo. Entretanto no período pós-operatório, o paciente continua com essa imagem deturpada, mesmo estando com o corpo magro, fica sobrepondo a imagem anterior ao seu corpo atual. Nota-se durante esse processo, que o fato de não poderem descontar suas frustações na comida, acabam procurando outra válvula de escape, trazendo prejuízos no lado psicológico, agravando ainda mais os sintomas depressivos.

Nesse processo adaptativo as mudanças estão evidenciadas em todos os aspectos: alimentação, relações sociais, mudança de rotinas, sendo que muitos não conseguem lidar com a atual condição, retornando ao seu estado de insegurança, ansiedade e sintomas depressivos. Esses pontos também se somam ao acúmulo de pele excessivo, provenientes da perda ponderal acelerada, reforçando a baixa autoestima, dificultando no processo de recuperação. (PATRÍCIO et al.,2011; CONCEIÇÃO et al., 2014).

Devido a todos esses aspectos os pacientes criam limitações psicossociais em decorrência da insegurança, fazendo com que, em muito dos casos, volte a estaca zero, ganhando novamente os quilos perdidos e aumentando o grau de depressão. (NAVARRO et al., 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa revisão bibliográfica demonstrou as expectativas criadas pelos pacientes acerca da cirurgia bariátrica, como meio de dar fim a todos os seus problemas. Entretanto, notou-se um alarmante quadro de sintomas psicológicos, principalmente a depressão, advindos da insegurança, ansiedade, resultados não atingidos, mudanças drásticas do corpo e dos novos hábitos de vida. (RABUSKE et al., 2008).

A obesidade grau III é uma condição clínica grave associada a morbidade, devido as complicações dos quadros clínicos. Os pacientes que a possuem têm um aumento de psicopatologias, deste modo, é necessário um acompanhamento psicológico e clínico, visando a redução das possíveis complicações pós-operatórias. (BALDIN et al., 2007).

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sebastião S. ZANATTA, Daniela P. REZENDE, Fabiana F. Imagem corporal, ansiedade e depressão em pacientes obesos submetidos à cirurgia bariátrica**. Departamento de Psicologia,** v.17, n.1, p.153-160, 2012.

FAGUNDES, Maria A.B.G. CAREGNATO, Rita C.A. SILVEIRA, Luiza M.O.B. Variáveis psicológicas associadas à cirurgia bariátrica. **Aletheia,** v. 49, n. 2, p. 47-54, jul./dez. 2016.

LEAL, Cristiano W. BALDIN, Nelma. O impacto emocional da cirurgia bariátrica em pacientes com obesidade mórbida. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul,** v.29, n.3, 2007.

LOPES, Andreia. TELLES-CORREIA, Diogo. Depressão, obesidade e cirurgia bariátrica. **Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca,** v.14, n.2, dezembro. 2016.

MARCELINO, Liete F. PATRÍCIO, Zuleica M. A complexidade da obesidade e o processo de viver após a cirurgia bariátrica: uma questão de saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva,** v.16, n.12, p.4767-4776, 2011.

MOLINER, Juliane de. RABUSKE, Michelli M. Fatores biopsicossociais envolvidos na decisão de realização da cirurgia bariátrica. **Psicologia Teoria e Prática,** v.10, n.2, p.44-60, 2008.

PREVEDELLO, Carlise F. LIBERALI, Rafaela. NAVARRO, Francisco. Evolução ponderal de pacientes submetidos à cirurgia bariátrica. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento,** v.3, n.16, p.272-283, jul./ago. 2009.

SOUSA, Paula. BASTOS, Ana Pinto. VENÂNCIO, Carla. VAZ, Ana Rita. BRANDÃO, Isabel. COSTA, José M. MACHADO, Paulo. CONCEIÇÃO, Eva. Compreender a sintomatologia depressiva após a cirurgia bariátrica: O papel do peso, da alimentação e da imagem corporal. **Revista Científica da Ordem dos Médicos,** p.450-457, jul./ago. 2014.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E O EMPODERAMENTO FEMININO

CONTI, Ana Caroline[500]

RESUMO: O presente estudo visa, através do levantamento bibliográfico, trazer esclarecimentos acerca da Justiça Restaurativa tais como sua origem, conceito, experiências consolidadas e princípios, e sua relação com o empoderamento, mais especificamente o empoderamento da mulher em situação de violência doméstica. Dessa forma, procura-se demonstrar de que forma a Justiça Restaurativa pode, através do empoderamento, ajudar a cessar o conflito permanentemente nesses casos ao nivelar as relações de poder.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Empoderamento. Resolução de Conflito

1 INTRODUÇÃO

A Justiça Restaurativa é um modelo alternativo e/ou complementar de resolução de conflitos, onde as partes, de maneira consensual e voluntária, buscam uma maneira de dialogar e reparar o dano moral e emocional decorrente do mesmo. O empoderamento dentro da relação vítima ofensor é muito importante para que ocorre um equilíbrio e a estabilização do conflito.

Através do estudo da Justiça Restaurativa e do Empoderamento feminino, procura-se entender de que maneira o uso das práticas restaurativas pode efetivamente auxiliar no processo de restauração dos laços familiares, principalmente após a ocorrência da violência doméstica, visto que o sistema penal tradicional não pune corretamente o agressor e não protege a mulher nessas situações.

2 DESENVOLVIMENTO

Na presente pesquisa, foi feito um levantamento bibliográfico inicial conceituando a Justiça Restaurativa, sua origem, princípios e partes envolvidas utilizando autores como Howard Zehr, Marcelo G. Saliba, Renato Sócrates Gomes Pinto, Edgard Bianchini, entre outros. Foi realizado também o estudo sobre o Empoderamento, qual sua origem e quais seus níveis, para enfim chega ao empoderamento feminino.

Os diversos conceitos de justiça restaurativa buscam sintetizar a Justiça Restaurativa como um processo colaborativo, que faz com que as partes afetadas

[500] Estudante de Direito, 10ª período, Centro Universitário Campo Real.

(vítima, ofensor, sociedade, família), busquem uma maneira de reparar os danos causados pela transgressão. Ou seja, não se trata apenas de mais um processo entre o réu e Estado, pois torna as partes protagonistas, e a vítima como participante ativa do processo.

Elementos da Justiça Restaurativa são observados em diversas culturas, tendo natureza antropológica, sendo observada similaridade em práticas indígenas e tradições de diversos povos pelo mundo.

No Brasil, a Justiça Restaurativa está a menos de 20 anos sendo aplicada, e vem apresentando bons resultados não somente na área criminal, mas também no ambiente escolar e laboral para a pacificação de conflitos.

No Brasil:

> O modelo restaurativo no Brasil não é cópia dos modelos estrangeiros, pois nosso modelo é restritivo, e carece de muitas transformações legislativas para a aplicação integral da justiça restaurativa. Ademais, como a justiça restaurativa é um processo de constante adaptação, é de bom alvitre sempre a adequação necessária à realidade brasileira. (PINHO, 2009, p. 246)

O processo restaurativo deve empoderar e informar:

> Além disso, as vítimas precisam ser empoderadas. A justiça não pode simplesmente ser feita para e por elas. As vítimas precisam se sentir necessárias e ouvidas ao longo do processo. Uma das dimensões do mal é que elas foram despidas de poder, portanto, uma das dimensões da justiça deve ser a restituição desse poder. No mínimo isso significa que elas devem ser a peça principal na determinação de quais são suas necessidades, e como e quando devem ser atendidas. Mas as vítimas deveriam participar de alguma forma do processo como um todo. (Zehr, 2008, p.183)

Através do empoderamento, as pessoas transformam-se em sujeitos ativos, por autonomia, renunciando ao estado de tutela e de dependência, segundo Kleba (2009).

Através da Justiça Restaurativa, há o resgate da legitimidade de vítima, dando-lhe dignidade e igualdade de direitos, proporcionando o seu empoderamento e resgate de sua cidadania.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empoderamento é parte integrante da Justiça Restaurativa, pois é através dele que as partes envolvidas no conflito se tornam participantes ativas da resolução do problema, e não apenas expectadores do processo. A auto composição através das

práticas restaurativas tem mostrado resultados mais satisfatórios que o modelo usual utilizado pelo processo penal, pois ao participarem do processo de decisão, as partes comprometem-se e assumem suas responsabilidades, dando a elas um sentimento de colaboração mútua e de poder sobre suas vidas, fazendo cessar assim o conflito existente.

4 REFERÊNCIAS

PINHO, Rafael Gonçalves. Justiça Restaurativa: um novo conceito. **Rev. Eletrônica de direito processual**. UERJ. Ano 3. v III. 2009, Rio de Janeiro. Disponível em < http://www.arcos.org.br/periodicos/revista-eletronica-de-direito-processual/volume-iii/justica-restaurativa-um-novo-conceito#topo> Acesso em 10 ago 2018

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008.

KLEBA, M.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Revista Saúde Soc**. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/29498/31358> Acesso em 20 mar 2018.

EFEITO DA ADUBAÇÃO NITROGENADA EM COBERTUTRA NA CULTURA DA ALFACE

MACHADO, Emerson[501]
STEMPNIAK, Michelle[1]
PEREIRA, Jaine[1]
CUNHA-CHIAMOLERA, Tatiana Pagan Loeiro da[502]

RESUMO: A alface roxa é rica em minerais e vitaminas importantes para nosso desenvolvimento. Com isso, o objetivo deste trabalho foi avaliar a produção da alface, utilizando diferentes compostos orgânicos como fonte de nitrogênio. Após o experimento observou-se que a composição dos materiais aplicados não influenciou significativamente a produção de alface. Para tanto constatou-se que o uso de adubação orgânica, viabiliza o custo final da produção e torna-se mais saudável à saúde dos consumidores.

Palavras-chaves: *Lactuca sativa* L. Adubação. Nitrogênio.

1 INTRODUÇÃO

A alface (*Lactuca sativa* L.) é a hortaliça folhosa de maior importância no Brasil com área cultivada de aproximadamente 35 mil ha. Seu cultivo é intensivo e atualmente o mercado de sementes de alface é estimado em torno de US$ 2 milhões por ano O tipo predominante no Brasil é do grupo crespa, liderando 70% do mercado. As do grupo americana e lisa detêm 15% e 10%, respectivamente, enquanto outras (vermelha, mimosa, romana) correspondem a 5% do mercado (SALA; COSTA, 2005).

A alface se desenvolve melhor em regiões de clima temperado, possui sua origem no sul da Europa e na Ásia Ocidental, resistindo a baixas temperaturas. Cultura que no início era mais cultivada no outono e no inverno, no centro-sul do Brasil, porém cada vez mais está aumentando seu consumo no mercado brasileiro obtendo uma demanda maior, com isso se é plantado o ano todo em várias regiões sendo em casas de vegetação ou também a campo com túnel baixo. Mesmo com climas desfavoráveis, melhor período para a produção de alface é quando as temperaturas estão menos elevadas (SALA; COSTA, 2005).

[501] Discentes do curso de Engenharia Agronômica, 6º Período, Faculdade Campo Real.
[502] Docente do Curso de Engenharia Agronômica.

Em dias curtos e com temperaturas amenas, entre 20 e 25 °C, o desenvolvimento vegetativo é favorecido para a maioria das cultivares. O cultivo da alface geralmente é feito com o uso de mudas para transplante posterior. Preparadas com substratos comerciais em bandejas, obtêm melhor rendimento do que suas sementes; tanto quanto a uniformização das mudas, controle fitossanitário e danos às raízes no momento do transplante (FILGUEIRA, 2003).

A temperatura do ar é o elemento climático que exerce maior influência nos processos fisiológicos das plantas de alface, podendo acelerar ou retardar as reações metabólicas, sob condição de temperatura ótima ou inferiores a esta, respectivamente. Para todas as cultivares de alface, a ocorrência de dias curtos e temperaturas amenas favorecem a etapa vegetativa, sendo estas, inclusive, resistentes a baixas temperaturas e geadas leve (FILGUEIRA, 2003).

A Alface roxa é rica em vitamina A Niacina, C, minerais, cálcio, fósforo e ferro. O cálcio e o fósforo favorecem o desenvolvimento dos ossos e dos dentes e a alface é considerado por muita gente, um ótimo calmante e remédio contra a insônia. A vitamina A conserva a saúde da pele e das mucosas, a vitamina niacina ajuda a evitar o problema da pele e do sistema nervoso e a vitamina C evita a fraqueza dos ossos e má formação dos dentes. O que faz a alface ficar roxa é a substância da antocianina, essa substancia faz o alimento ficar com a cor vermelha, ao misturar com a clorofila verde, a alface fica roxa, certas substâncias como intoxidantes e antocianina ajuda no combate ao envelhecimento (FILGUEIRA, 2003).

O nitrogênio é um dos nutrientes mais importantes para o metabolismo fisiológico das plantas e está relacionado diretamente na formação de proteínas. Algumas espécies apresentam alta exigência de disponibilidade de N, sendo este o segundo nutriente mais exigido pelas hortaliças. Nas hortaliças folhosas, o efeito deste nutriente promove aumento na produtividade; o fornecimento de doses adequadas estimula o crescimento vegetativo, expande a área fotossinteticamente ativa, além de proporcionar folhas com coloração mais atrativa e suculentas (FELTRIM et al., 2009).

Objetivou-se com esse estudo avaliar as características agronômicas da alface frente a aplicação de diferentes doses de adubos orgânicos (bovino), e químicos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido na Fazenda Experimental da Faculdade Campo Real, localizada na Rodovia PR 170, km 9, coordenadas 25º27'45,4"S e 51º31'24,34"O, no período de fevereiro a junho de 2018. Na tabela 1, é possível observar os dados climatológicos históricos da região, segundo o IAPAR, para o período de 1976 a 2016.

As mudas de alface utilizadas foi a cultivar Gabriela, cedida pela empresa Hort&Man, sendo o plantio realizado no dia 21 de abril de 2018. O delineamento experimental utilizado foi em blocos ao acaso, com 5 tratamentos (testemunha, esterco bovino, formulado 04-14-08, ureia em grânulos com cobertura de aveia e ureia sem cobertura) e 4 repetições, totalizando 20 parcelas.

As mudas foram transplantadas com espaçamento de 25 cm entre plantas e 25 cm entre linhas. Todas as parcelas foram expostas a mesma condição de irrigação e tratamento fitossanitário. O controle das plantas daninhas foi feito manualmente. No momento da colheita foram avaliados à altura das plantas (cm), diâmetro da cabeça (cm), número de folhas e massa fresca (g planta^{-1}).

Os dados foram submetidos a análise de variância e se verificada diferença significativa, as médias foram submetidas ao teste de Tukey a 5% de nível de significância.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As alfaces não sofreram influência das diferentes fontes de adubação utilizada (Tabela 1). Isso pode estar relacionado a fertilidade do solo, quando aplicado nitrogênio, independentemente da fonte, as alfaces responderam de forma positiva. Resultados semelhantes foram observados por Feltrim et al. (2009), quando comparou diferentes sistemas de cultivos e doses de nitrogênio no cultivo da alface crespa.

Tabela 1. Altura da parte aérea, número de folhas, diâmetro da cabeça e massa fresca da alface, submetidos a diferentes doses de adubos.

Tratamentos	Altura de planta (cm)	Número de Folhas	Diâmetro (cm)	Massa Fresca (g planta^{-1})
Testemunha	8,85	17	18,22	75,22
NPK	10,20	16	16,55	68,40
Adubo orgânico	10,80	16	16,05	73,40
Ureia + aveia	8,20	13	17,87	54,37

Ureia s/ aveia	8,20	13	17,87	61,87
Teste F	3,14^{ns}	1,38^{ns}	0,46^{ns}	0,51^{ns}
CV (%)	14,52	18,69	16,32	36,14

Médias seguidas pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo teste Tukey ($p<0,05$).
^{ns} = não significativo pelo teste F ($p<0,05$).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes adubações não aumentou as características produtivas das alfaces.

4 REFERÊNCIAS

COSTA, C. P.; SALA, F. C. A evolução da alfacicultura brasileira. **Horticultura Brasileira**, v. 1, n. 23, 2005.

FELTRIM, A. L.; CECILIO FILHO, A. B.; REZENDE, B. L. A.; BRANCO, R. B. F. Produção de alface-crespa em solo e em hidroponia, no inverno e verão, em Jaboticabal-SP. **Científica**, v. 37, p. 9-15, 2009.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa, MG: UFV. 2008. 421 p.

AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE SOBRAS DE REFEIÇÕES EM UMA TURMA DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM GUARAPUAVA-PR

DE LIMA, Glenda Chemeres[503]
SCHMITT, Vania [504]
CHICONATTO, Patrícia[505]

RESUMO: A análise do índice de sobras pode avaliar a quantidade de desperdício gerado pela Unidade, podendo ser associado com o porcionamento excessivo, má aceitação pelos alunos, e até a falta de apetite e aceitação do cardápio proposto. Foram coletados dados em uma escola particular, em uma turma de educação infantil em período integral com idade entre 4 a 6 anos, durante 30 dias. Neste contexto, o objetivo foi avaliar o desperdício de uma UAN em uma escolar particular em Guarapuava por meio de percentuais.

Palavras-chave: Alimentação Escolar, Alimentação Coletiva, Desperdício

1 INTRODUÇÃO

A construção dos hábitos alimentares se inicia com a influência de fatores fisiológicos e ambientais, começando na gestação e evoluindo para a amamentação, sofrendo modificações de acordo com o ambiente em que a criança será exposta durante a infância, assim formando os seus hábitos alimentares. Com isso as crianças aprendem a respeito dos alimentos não só com experiências, mas também observando outros (ROSSI et al., 2008). A alimentação dos pais ou cuidadores costuma influenciar o comportamento na alimentação infantil, afetando a preferência de alimentos e a regulação da ingestão energética (VALLE et al., 2007).

A infância é a fase de formação dos hábitos alimentares, com o ingresso na escola a criança está suscetível e influências, sobre tudo nas escolhas alimentares (SANTOS, 2015). A realização de atividades diárias e trabalhos escolares são executados na escola, assim sendo um lugar que ajudará a construção dos hábitos alimentares. A alimentação escolar tem uma relação direta com a qualidade de vida do aluno e influência de forma determinante no seu rendimento escolar (NASCIMENTO et al., 2016).

503 Acadêmica do curso de Nutrição da Faculdade Campo Real.
504 Orientadora. Mestra em Desenvolvimento Comunitário, Centro Universitário Campo Real, e-mail: prof_vaniaschmitt@camporeal.edu.br
505 Coorientadora. Mestra em Desenvolvimento Comunitário, Centro Universitário Campo Real, e-mail: prof_patriciachiconatto@camporeal.edu.br

Este estudo teve como objetivo analisar o total ingerido e avaliar o índice de desperdício de alimentos de uma UAN em uma escola particular em Guarapuava-PR, por meio de percentuais coletados no local.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida em uma Unidade de Alimentação e Nutrição de uma empresa privada que possui a área escolar inclusa, esta distribui aproximadamente 140 refeições diariamente, no período de segunda-feira a sexta-feira, possuindo o buffet e a produção de lanches.

A análise de desperdício foi realizada de acordo com as fórmulas de Vaz (2006). Para o cálculo de porcentagem das sobras utiliza-se a fórmula:

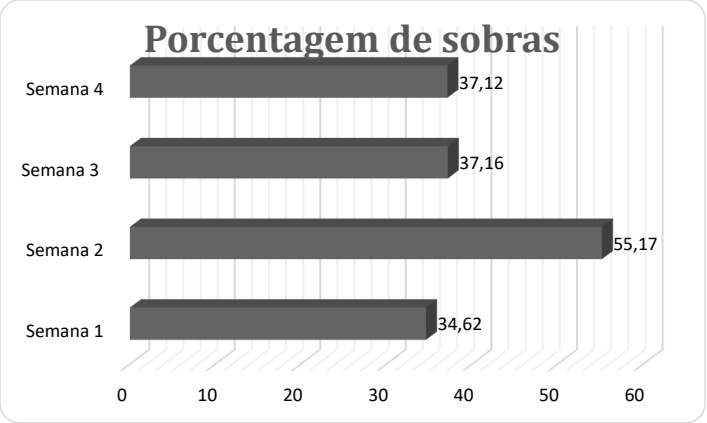
% de sobras = sobras após servir x 100/ peso da refeição distribuída

A coleta de dados foi realizada pela manhã, antes da disposição das preparações e pós-almoço, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, no período de 09 de abril a 09 de maio de 2018. Os pesos das preparações pre-almoço foram realizados em cubas médias de inox com os alimentos dispostos, retiradas do balcão de disposição de preparações. Após o almoço as cubas retornavam à cozinha juntamente com a bacia com sobras da refeição. Para a aferição do peso dos utensílios foi utilizada uma balança digital modelo *Triunfo*, com capacidade de 15kg.

2.2 Resultados

O restaurante possui um cardápio de nível básico, bastante diversificado, a refeição é distribuída em cubas, com utilização de pratos médio e fundos de melanina e colheres de inox médias. O prato servido é composto por: porção de carne picada; dois tipos de guarnições; uma porção de feijão (preto ou carioca); e dois tipos de saladas podendo ser cozidas ou in natura. A porção completa é servida por dois funcionários da cozinha do local, fazendo com que haja um porcionamento padrão.

Os dados apresentados no Gráfico 1 demonstram as porcentagens de sobras, que foram coletadas durante as 4 semanas de pesquisa na Unidade.



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Gráfico 1 – Percentual de sobras durante quatro semanas.

Observa-se que os percentuais encontrados no presente trabalho, segundo os parâmetros de avalição propostos por Vaz (2006) encontram-se elevados. Observa-se o percentual de restos na primeira semana foi de 34,62%, na segunda subiu para 55,17%, e na terceira e quarta semana ficou bastante estabilizado entre 37,16% e 37,12%. Tendo como valor médio de sobras 41%.

Na Unidade de Alimentação e Nutrição o desperdício é um fator de relevância, pois envolve não somente o alimento, mas do ponto de vista econômico. O fator desperdício é denominado como perdas que não são utilizados para a elaboração das refeições, assim como também os restos de alimentos que sobram no prato dos comensais (CANONICO et al., 2014). As sobras são definidas como o excedente do que foi produzido, não sendo distribuído (VIANA, 2016).

Na área da alimentação coletiva há um alto valor de sobras, onde na maioria das vezes não podem ser utilizadas. Ao evitar tal processo poderá ocorrer um aumento de rendimento no local, segundo Rabelo (2016) sobras alimentares trazem em si uma parcela dos custos de cada etapa da produção: custos com matéria-prima, tempo gasto com a mão de obra durante o processo produtivo e energia dos equipamentos envolvidos para elaboração das refeições.

O percentual demonstra com clareza que é preciso diminuir os níveis de sobras no local, e manter os níveis de desperdícios mais baixos do que os encontrados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados encontrados, conclui-se a necessidade de ações para diminuição do percentual de sobras na UAN. Sugere-se aos responsáveis da unidade que organizem treinamentos para funcionários responsáveis pelo servir, para que o porcionamento seja padrão, fazendo que não haja um número elevado de desperdício por sobras de alimentos não distribuídos. Bem como, evitar produzir quantidade excessiva que não será distribuída aos comensais.

E por fim, a existência de um controle de desperdício para a cozinha, assim detectando o aumento de sobras, visualizando como inserir uma medida corretiva para diminuição de custos.

4 REFERÊNCIAS

CANONICO, Flávia Schiavon; PAGAMUNICI Lilia Maria; RUIZ Suelen Pereira. Avaliação de sobras e resto-ingesta de um restaurante popular do município de Maringá-PR. **Revista UNINGÁ Review**, Maringá, v. 19, n.2, p.05-08, jul/set. 2014.

NASCIMENTO, Maria Celeste; DE OLIVEIRA, Jussimara Barros; FONTAN, Gabrielle Cardoso Reis; SILVA, Marcondes Viana. Avaliação da adesão e aceitabilidade dos cardápios do Programa de Alimentação Escolar em escolas municipais de Itapetinga – BA: indicadores de desperdício de alimentos. **Revista Eletrônica em Gestão**, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria, v. 20, n. 1, jan.-abr. 2016, p. 73-85

ROSSI, Alessandra; MOREIRA, Emília Addison Machado; RAUEN, Michelle Soares. Determinantes do comportamento alimentar: uma revisão com enfoque na família. **Rev. Nutr**., Campinas, nov./dez., 2008.

VALLE, Janaína Mello Nasser; EUCLYDES, Marilene Pinheiro. A formação dos hábitos alimentares na infância: uma revisão de alguns aspectos abordados na literatura nos últimos dez anos. **Revista APS**, v.10, n.1, p. 56-65, jan./jun. 2007.

VAZ, C. S. Restaurantes – Controlando custos e aumentando lucros. Brasília, Ed. LGE, 2006.

VIANA, Kamila Luiza Santos; DE SOUZA, Ana Luiza Marque. **Avaliação do índice de resto ingestão, antes e durante uma campanha educativa, em unidades de alimentação e nutrição (UAN),** Porto Velho – RO. UNIC – Universidade de Cuiabá, 2016.

ONCOLOGIA - FAMILIARES E EQUIPE

WROBLEWSKI, Géssika[506]
LIMA, Naiara de Cássia[507]
FIUZA, Debora Rickli[508]

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo um estudo biográfico e uma pesquisa de campo em forma de entrevista. As pesquisas foram realizadas através de livros e artigos que mostram a realidade da oncologia, como a família reage ao descobrir a doença, qual o trabalho que os profissionais da psicologia buscam realizar neste contexto. Para o desenvolvimento foi aplicada uma entrevista a um profissional da equipe de trabalho da oncologia, conhecendo melhor o dia a dia de um profissional dessa área e os relatos já vivenciados por ele.

Palavras-chave: Oncologia. Empatia. Multidisciplinar.

1 INTRODUÇÃO

A palavra oncologia vem do grego onkos, que significa massa, tumor, e o termologia quer dizer estudo, portanto, é uma área médica que estuda os tumores. O câncer não é uma única doença, existem vários tipos diferentes. De acordo com o Guia da saúde Familiar - Câncer, na maioria das vezes, o câncer é descoberto por causa dos sintomas ou porque a pessoa percebe um caroço ou algo anormal. As principais formas de tratamento são: cirurgia, radioterapia ou quimioterapia e medicamentos. O paciente além dos cuidados físicos, também deve cuidar do bem-estar psicológico. (RESS, 2001).

A equipe que cuida do paciente com câncer é multidisciplinar envolvendo todos os profissionais da área da saúde, como por exemplo, médicos, enfermeiros, psicólogo, nutricionista, fisioterapeuta, entre outros. O papel do psicólogo dentro do hospital é cada vez mais importante, por meio do atendimento multidisciplinar torna-se mais efetivo, com o acolhimento realizado pela escuta ativa e agir como mediador entre familiares e equipe da saúde, com esclarecimentos sobre a doença, a fim de diminuir a angústia, deixando o ambiente menos hostil.

A psicologia hospitalar no setor da oncologia auxilia tanto o paciente como familiares e equipe médica, para diminuir as angústias do impacto sobre a doença e o tratamento que a equipe da saúde acolhe o sofrimento. A doença

[506] ACADEMICA: Psicologia, 10° Período, Centro Universitário Campo Real.
[2] ACADEMICA: Psicologia, 10° Período, Centro Universitário Campo Real.
[3] DOCENTE: Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO

é acompanhada de um intenso sofrimento psicológico que atinge o doente e a família. Destes fatos decorre a necessidade de um plano terapêutico global integrando os cuidados somáticos e psicológicos. (CARDOSO, et al., 2009).

O presente trabalho irá abordar questões referentes à oncologia, focando principalmente no trabalho realizado pela equipe, envolvendo os cuidados necessários a cada paciente, os cuidados paliativos, situações de luto e seu bem-estar físico e psicológico. A partir de revisões bibliográficas realizadas em artigos, livros e entrevista com um profissional da saúde o trabalho irá apresentar informações necessárias para demonstrar a importância da Psicologia em acolher o sofrimento da família do paciente e também da equipe da saúde.

2 DESENVOLVIMENTO

A psicologia está presente desde o primeiro diagnóstico do paciente, e envolve não somente o paciente, mas também familiares e equipe médica. O papel do psicólogo em oncologia propõe o apoio psicossocial e psicoterapêutico diante do impacto do diagnóstico e de suas consequências e mostra a possibilidade de auxílio para melhor enfrentamento. (SCANNAVINO Et al., 2013)

A psico-oncologia promove a atenção às famílias e equipe, rebaixando as ansiedades, fortalecendo os vínculos de todos os envolvidos que ficam em torno da doença, auxiliando nas dúvidas sobre o tratamento.

Em forma de questionário com perguntas semi-estruturadas com um profissional de enfermagem que atua na área oncológica do hospital São Vicente de Paulo na cidade de Guarapuava-PR, com o intuito de obter conhecimento sobre o trabalho realizado pela equipe na área da oncologia, buscando compreender como os profissionais da área da saúde se preparam para enfrentar o sofrimento dos pacientes e como esse trabalho influencia os familiares do paciente.

Na entrevista, a profissional pontuou informações sobre enfrentamento das dificuldades do paciente, cuidados paliativos, comportamentos em frente ao paciente, e sobre conceitos em geral dos cuidados na oncologia. Em relatos observou o sofrimento do profissional que há 26 anos está na profissão e que no início não existiam muitos casos de câncer no hospital, mas com o tempo houve um aumento considerável.

A empatia é necessária durante o tratamento, pois o paciente precisa se sentir acolhido, amparado naquele momento difícil. CARDOSO et al. (2001) Afirma que apesar de alguns doentes conseguirem adaptar-se à doença, outros apresentam dificuldades,

apresentando perturbações emocionais, e um profissional que compreende a dor do outro, auxilia na vulnerabilidade que esta, pode fornecer um tratamento melhor e mais humanizado.

No decorrer da entrevista observou-se o amadurecimento na vida profissional diante do sofrimento do outro e da família, já que no começo houve um choque e revolta ao ver a angústia do paciente e de sua família. Porém, ainda existem casos que ficaram marcados por sua gravidade.

FERREIRA et. al. (2011) apresentam que os profissionais de saúde devem estar capacitados para identificar as necessidades do paciente. E o tratamento psicológico com a equipe proporciona uma adaptação sobre os sofrimentos e angústias dos familiares e do paciente.

Nos cuidados paliativos, a preocupação com o sofrimento e a dor do paciente são as condições que mais afligem a equipe da saúde, conforme entrevista, fazem o possível para que o paciente esteja confortável, diminuindo a dor, fornecendo atenção, para que se sinta acolhido, pois o paciente se sente fragilizado e vulnerável psicologicamente diante a doença.

Segundo PORTO et. al. (2010) o papel do psicólogo hospitalar em cuidados paliativos é dar um novo direcionamento à qualidade e ao valor do significado da vida, bem como auxiliar o paciente e sua família nessa situação que estão vivenciando. É dar condições ao doente de lidar com essa situação e redescobrir o sentido da vida no momento vivenciado por ele, e confortando também a família que passou junto com o paciente os momentos de luto diante a doença. De acordo com MELO et al. (2013) no caso de pacientes terminais, o psicólogo atua auxiliando a família na decisão sobre o local da morte, seja em hospital ou em domicílio, é discutido com a equipe e considerando as condições e recursos de apoio, como estrutura domiciliar, familiar e do cuidador, pois conforme o entrevistado não utilizar a sedação no paciente, resulta em um conforto para a família ter um tempo adequado para despedidas.

De acordo com MONTEIRO et. al. (2015) o grupo familiar sofre gradativamente com as mudanças pela doença, criando novos horários, modificando compromissos pelas internações do paciente, e cada membro do grupo familiar reage de forma singular à realidade do adoecido, e utilizam de estratégias de enfrentamento para se adaptar a situação. O cuidador se confronta com as escolhas do paciente e as suas e que muitas vezes são deixadas de lado, desta forma ele tem que lidar com o luto de ver as mudanças que seu ente querido, tanto na forma física como psicológicas, pois os

projetos de vida, sonhos são deixados para trás. Para o psico-oncologista ter um espaço que ofereça conforto e atenção para este cuidador é fundamental, para que o mesmo possa elaborar simbolicamente sua situação e criar meios de enfrentamento que alivie seu sofrimento diante do paciente.

A equipe médica também sofre alterações diante do adoecido, conforme entrevista observou-se a sofrimento a o verificar diagnóstico e repassar a família sobre o câncer, e a dor do tratamento apenas amenizar a dor e não curar. A psicologia trabalha com a escuta, auxiliando na boa comunicação entre equipe e familiares, para que ocorra de forma clara e de simples entendimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos estudos realizados, nota-se que o câncer é uma doença que não atinge apenas ao paciente, mas também a equipe profissional e principalmente a família, que passa por todo o processo de tratamento, de sofrimento e de luto antecipado junto com o paciente.

Pela entrevista realizada, nota-se a importância da empatia, o profissional deve antes de tudo ser humano, acolher o paciente, mostrar que tem uma grande equipe disposta a fazer de tudo para sua melhora, sua qualidade de vida.

A família precisa ser o apoio do paciente, muitas vezes a família até se culpa por não poder fazer nada para ajudar, se sentindo impotente. A família passa pelos mesmos estágios do paciente ao descobrir uma doença como o câncer, o luto antecipatório, as fases de negação, revolta, depressão, até chegar ao enfrentamento, são fases muito difíceis para a família e para o paciente.

Portanto, nota-se a importância da união da equipe multidisciplinar com a família para um bom tratamento e para melhor enfrentamento da doença.

4 REFERÊNCIAS

CARDOSO G.,LUENGO A.,TRANCAS B.,VIEIRA C.,DÓRIS R. **Aspectos Psicológicos do Doente Oncológico.** 2009) Disponível em: http://www.psilogos.com/Revista/Vol6N1/Indice9_ficheiros/Cardoso%20et%20al%20_%20p8-19.pdf. Acesso em: 24 Abril 2018.

MELO A.C. VALERO F. F. MENEZES M. **A intervenção psicológica em cuidados paliativos.** 2013. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862013000300007 . Acesso em: 25 Abril 2018.

MONTEIRO S. , SCHEIFLER I. **Acompanhamento Psicológico ao Cuidador Familiar de Paciente Oncológico.** 2015. Disponível em: http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA/pdf/?dd1=16212. Acesso em: 24 Abril 2018.

PORTO G. LUSTOSA M.A.**Psicologia Hospitalar e Cuidados Paliativos**. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582010000100007. Acesso em: 24 Abril 2018.

RESS G.J.G. Guia da Saúde Familiar - Câncer , Editora três Ltda, Cajamar- SP, 2001 .

SCANNAVINO C.S.S et al. **Psico -Oncologia: Atuação do Psicólogo no Hospital de Câncer de Barretos.** 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/pusp/v24n1/v24n1a03.pdf . Acesso em: 24 Abril 2018.

CANABIDIOL E SEU USO TERAPÊUTICO EM ANIMAIS

CORRÊA, Thaynara Miranda [509]
MACHADO, Thais Aparecida [510]
VIER, Jaine [511]
DAL FORNO, Gonzalo Ogliari [512]

RESUMO: *Cannabis sativa* ou popularmente conhecida como maconha, é uma planta com grupos de diversos compostos canabinóides, com capacidade psicoativa ou não, tendo como um dos principais produtos o canabidiol, que age como apoio terapêutico para diversas doenças de difícil tratamento. A planta apresenta um desafio para a utilização medicinal, pois, necessita inúmeros estudos para conseguir combinar seu uso positivo com os efeitos negativos. O objetivo deste trabalho foi realizar uma pesquisa bibliográfica, formulando e apresentando tabelas que mostrem o uso do canabidiol como tratamento para animais e sua eficácia.

Palavras-chave: *Cannabis sativa.* Canabidiol. Animais. Canabinóides.

1 INTRODUÇÃO

A *Cannabis sativa*, mais conhecida popularmente por maconha é uma planta de propriedades terapêuticas diversas, possuindo diversos grupos, dentre os mais importantes encontra-se os canabinóides (JÚNIOR, 2013).

Os canabinóides são um grupo de substâncias obtidas da *Cannabis sativa* que pode ou não ter uma capacidade psicoativa, sendo o canabidiol o mais importante dessas substâncias (RANG et al, 2007).

A importância de desenvolver novas tecnologias para o tratamento de animais, possibilitam também novos métodos de terapia para humanos, os estudos científicos por novos medicamentos buscam tratamentos alternativos, viáveis e eficazes para doenças que ainda não possuem diagnóstico de cura definitivo e atingem a nossa sociedade como um todo, seja na saúde humana ou animal.

O presente trabalho teve por objetivo realizar uma revisão bibliográfica coletando o maior número de artigos e informações referente ao uso do canabidiol em diversas doenças que acometem os animais, como estes respondem ao tratamento e se essa terapia é eficiente.

[509] Medicina Veterinária, 8° Período, Centro Universitário Campo Real.
[510] Medicina Veterinária, 8° Período, Centro Universitário Campo Real.
[511] Medicina Veterinária, 8° Período, Centro Universitário Campo Real.
[512] Msc. Biologia Celular e Molecular.

2 DESENVOLVIMENTO

Foram utilizados 37 artigos desde 2004-2017 por meio de buscas eletrônicas com os termos "*canabidiol", "cannabis sativa", "canabidiol e animais",* através destes, foram desenvolvidas tabelas com perguntas especificas sobre o uso do canabidiol em animais.

N°	TÍTULO DO ARTIGO/TESE	ANO
01	Avaliação dos Níveis de Citocinas em Soro e o Papel de Tratamento com Canabidiol em Modelo Animal de Asma	2010
02	Avaliação Comportamental em Ratos Wistar Adultos Submetidos à Meningite Pneumocócica com Tratamento Adjuvante com Canabidiol	2011
03	Papel Neuroprotetor do Canabidiol em Ratos Neonatos Após Transecção do Nervo Isquiático	2013
04	Uso do Canabidiol como Protetor Contra Disfunções Cognitivas Associadas ao Acúmulo de Ferro Cerebral em Ratos	2011
05	Avaliação do Papel do Sistema Canabidiol em um Modelo de Lesão Renal por Isquemia/ reperfusão em Animais	2015
06	Alterações nas proteínas de fissão e fusão mitocondriais, caspase 3 e sinaptofisina cerebrais induzidas pela sobrecarga de ferro neonatal: reversão pelo tratamento com canabidiol	2013
07	Caracterização da Inibição por Pré-pulso em Primatas não-humanos (*Sapajus spp.*) e Avaliação dos Efeitos da Dizocilpina e Canabidiol na Modulação do Filtro Sensório-motor	2015
08	Avaliação da Atividade Antidepressiva da Associação entre os Fitocanabinoides Delta-9 – Tetrahidrocanabidiol e Canabidiol em Camundongos	2012
09	Comparação dos Efeitos Farmacológicos do Canabidiol e Seu Análogo Sintético HU-474	2017
10	Tratamento Repetido com Canabidiol Reverte Alterações Comportamentais Observadas em um Modelo de Esquizofrenia Baseado no Antagonismo dos Receptores NMDA: Possivel Envolvimento dos Receptores 5-HT1A e CB1	2017
11	Avaliação dos Efeitos do Tratamento Agudo com Canabidiol Sobre a Memória Aversiva e de Reconhecimento em Ratos Adultos	2011
12	Efeitos do Canabidiol Sobre Estruturas Encefálicas Envolvidas com a Resposta Emocional Condicionada Contextual	2008
13	Efeitos Comportamentais do Canabidiol em um Modelo de Psicose Induzida por S(+)-Ketamina em Ratos Wistar	2012
14	Avaliação dos Efeitos do Canabidiol sobre os Parâmetros Inflamatórios e Comportamentais em Modelo Experimental de Meningite Pneumocócica	2015
15	Envolvimento do Núcleo Leito da Estria Terminal nos Efeitos Ansiolíticos do Canabidiol	2011

16	Efeitos da Administração de Canabidiol no CPFmv de Ratos Submetidos ao Teste de Nado Forçado	2013
17	Efeitos do Canabidiol, um Canabinóide Derivado da *Cannabis Sativa*, em um Modelo Murino de Inflamação Pulmonar Aguda: Uma Avaliação Imune – neuro – endocrinológica	2012
18	Efeitos do canabidiol no Comportamento Agressivo Induzido por Isolamento Social em Camundongos	2016
19	Efeito do Canabidiol Sobre a Reconsolidação da Memória de Medo ao Contexto: Envolvimento dos Receptores CB1 do Córtex Pré-límbico	2014
20	Avaliação Histométrica em ratos do feito da fumaça da *Cannabis sativa* (maconha) no reparo ósseo ao redor de implantes de titânio	2009
21	Diferentes respostas reforçadoras e locomotoras induzidas pela ativação endocanabinóide em ratos adolescentes e adultos das linhas Wistar e SHR	2007
22	The neuroprotective effect of cannabidiol in an in vitro model of newborn hypoxic–ischemic brain damage in mice is mediated by CB2 and adenosine receptors	2010
23	Evaluation of the neuroprotective effect of cannabinoids in a rat model of Parkinson's disease: Importance of antioxidant and cannabinoid receptor-independent properties	2007
24	Cannabidiol, a safe and non-psychotropic ingredient of the marijuana plant Cannabis sativa, is protective in a murine model of colitis	2009
25	Involvement of 5HT1A receptors in the anxiolytic- like effects of cannabidiol injected into the dorsolateral periaqueductal gray of rats	2008
26	Pharmacological evaluation of the natural constituent of Cannabis sativa, cannabichromene and its modulation by delta-tetrahydrocannabinol	2010
27	Cannabidiol exerts anti- convulsant effects in animal models of temporal lobe and partial seizures	2012
28	Oral anti-inflammatory activity of cannabidiol, a non-psychoactive constituent of cannabis, in acute carrageenan-induced inflammation in the rat paw	2004
29	Effects of cannabidiol on amphetamine-induced oxidative stress generation in an animal model of mania	2009
30	Cannabidiol, a constituent of Cannabis sativa, modulates sleep in rats	2009
31	The effect of hydroalcoholic extract of Cannabis Sativa on appetite hormone in rat	2014
32	Antihyperalgesic effect of a Cannabis sativa extract in a rat model of neuropathic pain: mechanisms involved	2008
33	The effect of Cannabis sativa hydroalcoholic extract on sperm parameters and testis histology in rats	2013
34	Beneficial effects of a Cannabis sativa extract treatment on diabetes- induced neuropathy and oxidative stress	2009
35	Antidepressant- like effect of delta- tetrahydrocannabinol and other cannabinoids isolated from Cannabis sativa L.	2010
36	Effects of cannabidiol and diazepam on behavioral and cardiovascular responses induced by contextual conditioned fear in rats	2006

37	Cannabinoid- induced conditioned place preference in the spontaneously hypertensive rat-an animal model of attention deficit hyperactivity disorder	2009

N°	ANIMAL UTILIZADO NA PESQUISA	QUANTIDADE	TRATAMENTO PARA QUAL FINALIDADE?	VIA DE ADMINISTRAÇÃO	TRATAMENTO FOI EFICAZ?
01	Ratos wistar	21	Asma	Intraperitoneal	Sim
02	Ratos wistar	75	Meningite	Intraperitoneal	Sim
03	Ratos wistar	-	Efeito neuroprotetor do nervo isquiático	Intraperitoneal	Sim
04	Ratos wistar	60	Disfunções cognitivas	Intraperitoneal, oral	Sim
05	Ratos wistar	30	Lesão renal	Intraperitoneal	Sim
06	Ratos wistar	-	Alteração proteica, mitocondrial e cerebral	Intraperitoneal	Não
07	Macacos pregos	12	Filtro sensório motor	Intraperitoneal	Não
08	Camundongos suíços	8-10 animais por grupo	Depressão física e mental	Intraperitoneal	Sim
09	Camundongos suíços	-	Animais sensíveis a drogas anticompulsivas e antinociceptivas	Intraperitoneal	Sim
10	Camundongos	5 por caixa	Esquizofrenia	Intraperitoneal	Sim
11	Ratos wistar	60	Memória	-	Não
12	Ratos wistar	-	Estruturas encefálicas	Intraperitoneal, microinjeção	Sim
13	Ratos wistar	250	Esquizofrenia	Intraperitoneal	Sim
14	Ratos wistar	120	Meningite pneumocócica	Intraperitoneal	Sim
15	Ratos Wistar	-	Ansiedade	Injeção cerebral	Sim
16	Ratos wistar	-	Estresse e depressão	Injeção intracortical	Sim
17	Camundongos	-	Inflamação pulmonar aguda	Intraperitoneal	Sim
18	Camundongos suíços	8 animais por gaiola	Comportamento agressivo	Intraperitoneal	Sim
19	Ratos wistar	4 a 5 animais por caixa	Memória	Intraperitoneal, intra córtex pré-límbico	Sim

20	Ratos wistar	30	Reparo ósseo	Inalatória	Não
21	Ratos Wistar e SHR	-	Ansiedade, reações locomotoras e comportamentais	Intraperitoneal	Sim
22	Ratos	-	Hipóxia isquêmica	Modelo in-vitro	Sim
23	Ratos Sprague Dawley	-	Parkinson	Intraperitoneal	Sim
24	Ratos ICR	-	Colite	Intracolonica	Sim
25	Ratos Wistar	179	Ansiedade	Intra-dlPAG	Sim
26	Ratos ICR	-	Efeito antiedematoso	Intravenoso	Sim
27	Ratos Wistar Kyoto	-	Efeito anticonvulsivante	Intraperitoneal	Não
28	Ratos MaleWistar	-	Efeitos anti-inflamatórios	Intraplantar	Não
29	Ratos Wistar	-	Distúrbio comportamentais	Intraperitoneal	Sim
30	Ratos Wistar	-	Alterações do sono	Intracerebral ventricular	Sim
31	Ratos Wistar	30	Apetite	Via Oral	Sim
32	Ratos Wistar	8-10 em 6 grupos	Dor neuropática	Via Oral	Sim
33	Ratos Wistar	28	Motilidade espermática	Intraperitoneal	Sim
34	Ratos Wistar	6-8 em 3 grupos	Neuropatia	Via Oral	Sim
35	Murganhos Swiss Webster	-	Depressão	Intraperitoneal	Sim
36	Ratos Wistar	-	Comportamento e efeito cardiovascular	Intraperitoneal	Sim
37	Ratos SRH	-	Hipertensão	Intraperitoneal	Não

Os estudos 01, 17 e 22 referem-se a doenças respiratórias e todos concluem as pesquisas mostrando a eficácia do tratamento com o uso de canabidiol. Já o 36 e 37 obtém resultados quanto ao uso do canabinóide no tratamento de patologias cardíacas, mas apenas o estudo 36 apresenta um resultado positivo.

As alterações comportamentais estão aplicadas nos estudos 18, 21, 29 e 30, e estes apresentam o canabidiol como um tratamento eficiente.

Reações locomotoras também se apresentam nas pesquisas, estas estão descritas nos estudos 07, 20 e 21, mas apenas a pesquisa 21 apresenta resultado efetivo em relação ao tratamento.

A meningite é uma patologia descrita nos estudos 02 e 14 e mostra a terapêutica eficiente referente ao canabinóide utilizado; o que difere do estudo 28, que pesquisa o efeito anti-inflamatório quanto ao uso do canabidiol e não obtém resultados positivos.

As pesquisas concluídas dos números 05, 26, 31 e 33 são lesão renal, efeito antiedematoso, apetite e motilidade espermática respectivamente; estas não possuem relação entre si, mas apresentam resultados correspondentes à eficácia terapêutica do tratamento.

Os estudos presentes em 03, 04, 06, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 21, 23, 25, 27, 32, 34 e 35 referem-se a doenças que acometem o sistema nervoso central, estas apresentam o maior número de pesquisas contidas neste trabalho (aproximadamente 51%) e possuem resultados significativamente positivos em relação ao uso de canabidiol como tratamento neurológico. Apenas os estudos 06, 11 e 27 não comprovam o canabinóide como um composto de eficácia na terapia de suas patologias.

Esta tabela mostra que a maioria das pesquisas (aproximadamente 81%) comprova que o canabidiol tem efeito terapêutico benéfico em diversas patologias.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstra que, o maior número de estudos obteve êxito na pesquisa, mostrando que o canabidiol pode atuar beneficamente em diversas doenças que acometem os animais. Estes resultados trazem possibilidades alternativas de tratamento para as mais variadas enfermidades, ressaltando a importância de desenvolver tecnologias e métodos de terapia para animais, enfatizando também o benefício para humanos.

4 REFERÊNCIAS

JÚNIOR, L. C. P. **Avaliação da administração oral do Canabidiol em voluntários sadios**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto- SP, 2013. 71p.

RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M.; FLOWER, R. J. **Farmacologia**. 6 ed. Tradução de Raimundo R. Santos e outros. Rio de Janeiro: Elsevir, 2007, 831 p.

UMA PÁGINA NA HISTÓRIA DO BRASIL

WROBLEWSKI, Géssika [513]
LIMA, Naiara de Cássia [514]
SANTOS, Ana Bela [515]

RESUMO: Esse trabalho teve como objetivo um estudo biográfico da história dos manicômios no Brasil, através de uma análise narrativa. As pesquisas foram realizadas através de livros e artigos que mostravam a realidade dos manicômios no Brasil, o modo com que eram e que são tratados os pacientes. Os profissionais da saúde, a luta antimanicomial e Reforma Psiquiátrica contribuíram muito para a melhora no tratamento das pessoas com transtornos mentais, mas ainda existem diversos fatores que precisam ser mudados para existir melhora no tratamento público e também privado da saúde mental.

Palavras-chave: Transtorno Mental. Manicômios. Luta Antimanicomial. Reforma Psiquiátrica.

1 INTRODUÇÃO

"O Ministério da Saúde traz um simplificado conceito de doença, colocando-a como uma alteração ou desvio do estado de equilíbrio de um indivíduo com o meio ambiente". (MS, 1987). Doença é o oposto de saúde, é aquilo que altera algum estado físico, mental ou emocional de uma pessoa. Já o conceito de saúde, de acordo com a OMS (organização mundial da saúde) não se caracteriza apenas pela ausência de doenças, mas seria um estado de completo bem-estar físico, mental e social.

A doença mental se caracteriza por uma anormalidade, sofrimento psicológico, mental, onde muitas vezes atrapalha no convívio social, nas atividades diárias. Assim como a doença física, a doença mental também precisa de tratamento. O médico psiquiatra e o psicólogo possuem uma função essencial no tratamento dos transtornos mentais e devem trabalhar em conjunto.

Por muito tempo, a doença mental foi nomeada como loucura, e os indivíduos que possuíam a doença eram chamados de loucos, alienados. Esses indivíduos eram retirados da sociedade para não "sujá-la". Após muitos estudos, muita luta a favor desses indivíduos, a loucura passou a ser tratada como doença. As lutas continuaram para então conseguir os direitos dos doentes mentais, foi conseguido então, um avanço

[513] Acadêmica de Psicologia, 10◦ Período – Centro Universitário Campo Real.
[514] Acadêmica de Psicologia, 10◦ Período – Centro Universitário Campo Real.
[515] Docente, Coordenadora do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real, Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.

na humanização e na socialização das pessoas portadoras de transtornos mentais, conseguindo também a quebra de pré-conceitos.

Ao decorrer desse trabalho, serão relatados alguns fatos que mostram a realidade dos manicômios, sua história passada e também a realidade nos dias de hoje.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2011), cerca de 450 milhões de pessoas no mundo sofrem com transtornos mentais. No Brasil, os pacientes psiquiátricos correspondem a 9% dos atendimentos realizados na rede pública de saúde, mas a saúde mental ainda está longe de receber a mesma importância dada à saúde física.

O tratamento psiquiátrico no Brasil seguia como de exemplo o modelo europeu. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, os governantes acharam necessário “limpar as cidades”, retirando da rua os desempregados, mendigos, marginais e loucos. Esses indivíduos eram mandados para os manicômios, que foram criados para abrigá-los. Em 1852, no Rio de Janeiro, foi criada a primeira instituição para assistência psiquiátrica pública brasileira, o Hospício Dom Pedro II. Nessa época, a loucura era tratada como doença, e o cuidado e atendimento dos pacientes ficavam por conta das irmãs de caridade. Há relatos e críticas por conta dos maus tratos que os pacientes sofriam nos hospícios. Em 1890 os hospícios brasileiros deixaram de ser dirigidos por irmãs de caridade e passaram a ser controlados por médicos.

As primeiras tentativas de cura utilizadas nos hospícios foram baseadas no tratamento moral proposto por Dr. Phillipe Pinel. A partir da década de 1950, o Brasil adotou novas terapias para tratamento da loucura, incluindo a eletroconvulsoterapia e os novos psicofármacos.

Em 1964, foi realizado um convênio entre o governo e os hospitais psiquiátricos privados, que recebiam a maior parte das verbas destinadas à saúde mental brasileira. Porém, muitas denúncias foram realizadas a essas instituições pelos maus tratos, sendo comparado a campos de concentração nazista.

No ano de 1978 surge o Movimento dos trabalhadores de saúde mental (MTSM), que indicaram a necessidade de uma reforma psiquiátrica no Brasil. No ano de 1987, ocorreu a luta antimanicomial, o lema do movimento era “Por uma sociedade sem manicômios”. Esse movimento era composto pelos populares e por profissionais da

saúde, que lutavam pelos direitos das pessoas com transtorno mental, para conseguirem a tão esperada Reforma Psiquiátrica.

Essa nova proposta da Reforma Psiquiátrica tinha como objetivo a inclusão da prevenção, promoção, recuperação e a ressocialização dos portadores de transtorno mental. Destacando o fato de combater a ideia de isolamento do indivíduo que possuía transtorno mental. Essas pessoas que faziam parte do movimento denunciaram os maus tratos, abusos que os pacientes sofriam nas instituições psiquiátricas e a precariedade dessas instituições. Essa reforma psiquiátrica tinha a ideia de substituir o tratamento que era realizado nos manicômios por serviços comunitários. Dessa forma, o paciente faria parte da sociedade, fortalecendo seus vínculos familiares e sociais, sem isolamento. Para substituir as internações, os pacientes teriam acesso a atendimentos psicológicos, atividades alternativas de lazer, e tratamentos menos invasivos e violentos do que aqueles que eram dados. Dessa forma, a família passou a ter papel fundamental na recuperação do paciente.

Portanto, na década de 90 essas ideias da reforma psiquiátrica foram colocadas em prática. Aos poucos, o Ministério da Saúde substituiu o tratamento em hospitais por atendimentos comunitários. Entre 1991 a 1995 foram criados 100 núcleos e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de atendimento psiquiátrico comunitário (CERSAM) no Brasil. Em 2008, a rede pública contava com 1.291 CAPS e 216 hospitais psiquiátricos, diminuindo ainda mais nos próximos anos.

Em 1991 o país possuía 86 mil leitos psiquiátricos em hospitais, em 2003 foram reduzidos para 52.406 leitos, localizados, em sua maioria, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em 2003 foram reduzidos 1.890 leitos psiquiátricos e em 2004 mais 2.800 leitos desativados.

Em 2001, foi regulamentada a Lei 10.216, promulgada em 06 de abril, que implantou um atendimento comunitário aos pacientes psiquiátricos no país. Esse atendimento comunitário incluía aspectos como: a criação de serviços comunitários de assistência psiquiátrica em substituição à internação, a diminuição progressiva do número de leitos em hospitais psiquiátricos (desospitalização), a proibição das internações compulsórias, ou seja, feitas a pedido de familiares ou vizinhos dos pacientes. Os serviços alternativos implantados em substituição aos hospitais são: hospital dia, hospital noite, centros de convivência, centros de atenção ou referência e lares protegidos. Serviços alternativos no atual modelo: ambulatórios e emergências psiquiátricas em hospitais gerais, oficinas de trabalho protegido, unidades de

preparação para a reinserção social, residências protegidas e serviços de atendimento às famílias.

Os CAPS, que foram criados na década de 90, são serviços públicos, que oferecem tratamentos intensivos, semi-intensivos e não intensivos. No tratamento intensivo, são oferecidos atendimentos diários como objetivo de reinserir o paciente na sociedade. Quando há necessidade de internação, o próprio CAPS encaminha o paciente para leitos de saúde mental em hospitais que oferecem internação de curto prazo.

Em 2015, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Ordem dos Advogados (OAB) e a Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde Mental (AMPASA) uniram-se para realização de inspeção nacional aos manicômios judiciários, hospitais de custódia, alas psiquiátricas, em 17 estados do País e no DF. Foi verificado que a maioria dessas instituições não atende aos princípios da Reforma Psiquiátrica. Foi percebido com clareza a falta de respeito aos direitos humanos, a falta de tratamento e cuidados com os pacientes, a superlotação, a precariedade na estrutura física, na higiene, na limpeza do local, nas instalações e nas refeições. As técnicas de trabalho utilizadas são ruins, e a sobrecarga de trabalho para os funcionários é muito grande. A maioria dessas instituições não possui psicólogos e quando possui é apenas um psicólogo para atender uma demanda muito grande de pacientes. Foi relatado a impossibilidade de convívio dos pacientes com suas famílias, com poucas visitas ou até mesmo pacientes que não recebem visitas, cortando o vínculo familiar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela análise realizada, pode-se concluir que a reforma psiquiátrica no Brasil foi de grande importância para os profissionais da saúde, portadores de transtornos mentais, e também familiares, pois com a implantação da lei foram conseguidos muitos avanços na área da saúde mental e também nos direitos dos indivíduos portadores de transtornos mentais.

Outra grande melhora foram as aberturas do tratamento da saúde mental em comunidades, como por exemplo, o CAPS que retirou muitos leitos em hospitais psiquiátricos, tendo o principal objetivo aos pacientes o acesso as suas casas, suas famílias e o convívio na sociedade e não a internação, ao isolamento e o esquecimento em leitos.

Portanto, percebe-se que ainda existe um longo caminho a ser percorrido na área da saúde mental, mas os primeiros passos e desafios foram enfrentados, com a nova reforma psiquiátrica e todos os serviços implantados na saúde mental. Devemos continuar lutando pelos direitos dos indivíduos com transtorno mental, porque todas as pessoas tem direito à liberdade, direito a viver em sociedade e direito de receber cuidados e tratamento, mantendo seu lugar de cidadão na sociedade.

4 REFERÊNCIAS

ALVES Domingos S. **Reforma Psiquiátrica**. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/memoria%20da%20loucura/mostra/reforma.html. Acesso em: 30 ago.2018.

BARROSO, Sabrina M.; SILVA Mônia A. **Reforma Psiquiátrica Brasileira: o caminho da desinstitucionalização pelo olhar da historiografia**. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php. Acesso em: 30 ago.2018.

BARROSO, Sabrina M. **Vivências em Saúde Mental: Teorias, práticas e relatos**. Curitiba, PR: Juruá, 2011.

BERLINCK Manoel T.; MAGTAZ Ana C.; TEIXEIRA Mônica. **A Reforma Psiquiátrica Brasileira: perspectivas e problemas.** 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php. Acesso em: 31 ago.2018.

BLEGER, José. **Psico-Higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1984.

Clínica de Saúde Mental do Porto. Disponível em: http://www.clinicadesaudementaldoporto.pt/002.aspx?dqa=0:0:0:58:0:0:1:0:0&ct=57. Acesso em: 31 ago.2018.

Conselho Federal de Psicologia. **Inspeções aos Manicômios**. Brasília, DF. Relatório Brasil 2015.

HumanizaSUS. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/vpc/reforma.html. Acesso em: 31 ago.2018.

ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA ADULTA.

WROBLEWSKI, Géssika[516]
KATCHOROUSKI, Jéssica Rielly[517]
ARAÚJO, Regiane Bueno[518]

RESUMO: O objetivo geral deste trabalho é relatar os transtornos decorrentes em crianças abusadas e violentadas sexualmente e suas repercussões na vida adulta, através de uma narrativa. Para a realização do presente artigo usou-se de estudos realizados através de livros, artigos científicos e pesquisas já publicadas por outros autores, que auxiliaram no maior entendimento do tema.

Palavras-chave: Violência sexual. Psicologia Jurídica. Abuso Sexual.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa proporcionar aos acadêmicos uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições, fortalecendo e ampliando seus conhecimentos e repertórios, e principalmente buscar entender alguns dos transtornos gerados pelo abuso sexual em crianças e a forma que se deve realizar o tratamento psicológico.

> O abuso sexual deixa a maioria das pessoas incomodadas. É triste pensar que os adultos causem dor física e psicológica nas crianças para satisfazer seus próprios desejos, especialmente quando esses adultos são amigos confiáveis membros da família. (Watson, 1994, p.12,).

A violência sexual é qualquer ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicossexual mais adiantado que a criança ou o adolescente. Sua intenção é estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse episódio violento pode variar desde atos que não se produzem o contato sexual (exibicionismo, produção de fotos), até diferentes ações que incluem contato sexual com ou sem penetração. Engloba também a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia. (BRASIL, 2002; apud GONÇALVES H. S., BRANDÃO, E. P., 2004)

[516] Acadêmica de Psicologia, 10◦ Período – Centro Universitário Campo Real.
[517] Acadêmica de Psicologia, 10◦ Período – Centro Universitário Campo Real.
[518] Orientadora da pesquisa. Docente no Curso de Psicologia da Faculdade Campo Real, Psicóloga, Mestranda pela Universidad de La Empresa - UDE em Ciências Criminológico-Forense; Graduada em Psicologia pela UNIPAR, Especialista em Análise do Comportamento Humano e Terapia Analítica Comportamental pela Unipar.

Segundo PFEIFFER L. e SALVAGNI E. P. (2005) a violência sexual trata-se de um episódio que atinge todas as idades, classes sociais, etnias, religiões e culturas e pode ser considerado como qualquer ato ou conduta baseado no gênero, que cause dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à vítima e, em extremos, a morte.

A vivência de situações traumáticas, como o abuso sexual durante a infância e a adolescência, pode acarretar sérios prejuízos tanto ao desenvolvimento infanto-juvenil quanto para a vida adulta, com repercussões cognitivas, emocionais, comportamentais, físicas e sociais, que variam para cada indivíduo (Briere e Elliot et al., 2003 apud Rangé B.)

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo HABIGZANG, L. F. e KOLLER, S. H. (2011) a violência sexual contra crianças e adolescentes é apontada como um problema de saúde pública, devido seus efeitos negativos para o desenvolvimento cognitivo, emocional, comportamental e físico das vítimas e por seus altos índices de ocorrência em diferentes níveis socioculturais. O abuso sexual tem sido indicado como uma das formas mais graves de violência, pois frequentemente está relacionado a abusos físicos e psicológicos.

Segundo dados epidemiológicos, a maioria dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes ocorrem dentro da casa da vítima, se configurando como abuso sexual incestuoso, sendo o pai biológico o principal culpado. As meninas são as principais vítimas, principalmente dos intrafamiliares, e a idade de início dos abusos é precoce, entre os 5 e os 10 anos. A mãe geralmente é a pessoa mais procurada na solicitação de ajuda, e a maioria dos casos é revelada pelo menos um ano depois do início do abuso sexual. (BRAUN, et al., 2002; apud HABIGZANG , L. F. e KOLLER, S. H. 2011)

Azevedo e Guerra (1988, apud CAPITÃO C. G., ROMARO R. A., 2008) averiguaram por meio de pesquisa realizada no município de São Paulo, que os casos denunciados aos órgãos públicos são raros. Apenas cerca de 6,5% das vítimas são do sexo masculino. Nos casos de incestos, 70% das vezes o autor do abuso foi o pai biológico e que esse tipo de agressão não ocorre apenas nas camadas menos favorecidas, mas que são frequentes nas camadas sociais economicamente mais privilegiadas.

Em uma pesquisa realizada no Brasil, Vaz (2001, apud CAPITÃO C. G., ROMARO R. A., 2008) relata que 80% das vítimas de abuso sexual eram crianças e

adolescentes do sexo feminino, sendo que em 75% dos casos relatados, o abusador era o pai ou padrasto.

Para a maioria dos pesquisadores, o abuso sexual infantil é facilitador para o aparecimento de psicopatologias graves, prejudicando a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. Os efeitos do abuso na infância podem se manifestar de várias maneiras, em qualquer idade da vida (ROMARO; CAPITÃO, 2007, p. 151, apud FLORENTINO B. R. B., 2015).

A reação da criança diante vai depender da duração do abuso, já existiu casos de apenas um abuso causar a morte de uma criança, como outros casos não, e da presença ou ausência de figuras de apoio para a criança (familiares, profissionais ou amigos) e da proximidade do vínculo entre a criança e aquele que a agrediu (agravando a vivência de traição de confiança). (AMAZARRAY e KOLLER, 1998; BANYARD e WILIAMS, 1996, apud GONÇALVES H. S., BRANDÃO, E. P., 2004)

Dalgalarrondo (2000, apud FLORENTINO B. R. B., 2015) aponta que alguns estudos apresentam resultados que confirmam existir uma forte relação entre ter sofrido abuso na infância e transtornos de conduta na adolescência e na vida adulta. Alguns transtornos são classificados como transtorno de identidade de gênero. Há também os transtornos de preferência sexual, que incluem as parafilias como fetichismo (dependência de alguns objetos inanimados com estímulo para a excitação e satisfação sexual); voyerismo (excitação sexual em olhar pessoas envolvidas em comportamentos sexuais ou íntimos); sadomasoquismo (preferência por atividade sexual que envolve servidão ou a influição de dor ou humilhação); pedofilia (preferência sexual por crianças púberes); e outras, conforme descritas na Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento – CID – 10 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1993).

Hiperatividade ou retraimento; baixa autoestima; dificuldade de relacionamento com outras crianças ou com adultos, acompanhada de reações de medo, fobia ou vergonha; culpa, depressão, ansiedade e outros transtornos afetivos; distorção da imagem corporal; enurese e/ ou eco prese; amadurecimento sexual precoce, ou masturbação compulsiva; gravidez e tentativas de suicídio tão associadas à violência sexual. (BERKOWITZ et al, 1994, apud GONÇALVES H. S., BRANDÃO, E. P., 2004)

De acordo com BANYARD E AILLIAMS (1996, apud GONÇALVES H. S., BRANDÃO, E. P., 2004) quando o abuso vem acompanhado de violência física, as consequências de curto prazo tendem a ser mais traumáticas, com ansiedade, depressão e distúrbios do sono.

De maneira evidente, a exposição ao abuso sexual na infância está associada a prejuízos em longo prazo, exibindo fator de risco para o desencadeamento de diversas alterações de ordem psicológica e funcional, entre as quais depressão, ideias suicidas, ansiedade e transtorno do estresse pós-traumático. Através de uma pesquisa realizada, as repercussões devastadoras foram mostradas ao se avaliar a capacidade de resiliência e auto perdão em mulheres sobreviventes de abuso sexual na infância, que apresentaram níveis de desesperança, capacidade para o autoperdão inferiores e níveis mais elevados de sintomas de estresse pós-traumático, quando comparados a outras mulheres que apresentaram as mesmas dificuldades, mas que não foram abusadas sexualmente na infância. São alterações que variam em tempo e intensidade, afetam o referencial de vida de meninas vitimadas e resultam em grandes sofrimentos emocionais. (CARVALHO E LIRA, et al., 2017)

É fundamental que o psicólogo reconheça com clareza o seu papel, suas atribuições e as contribuições que pode conferir ao caso que lhe foi encaminhado (Brito, 2012).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema abuso sexual tem sido amplamente tratado pela literatura científica, a psicologia tem dedicado grande atenção nesta área, tendo em vista o envolvimento dos psicólogos no acolhimento a esta população, realizando escutas e auxiliando na amenização da dor. O abuso sexual infantil é um dos problemas de saúde pública, devido à elevada incidência epidemiológica e aos sérios prejuízos para o desenvolvimento das vítimas.

Os psicólogos podem utilizar recursos teóricos específicos e instrumentos de uso exclusivo dos profissionais, que fortalecem sua atuação na área jurídica em casos tão complexos como os de abuso sexual contra crianças e adolescentes, assim sendo bem preparados podem ser agentes ativos na escuta qualificada e na fala sem dano em casos deliciados com o abuso sexual infantil.

4 REFERÊNCIAS

ALBERTO, Maria de Fátima Pereira et al . O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. **Psicol. cienc.** prof., Brasília , v. 28, n. 3, p. 558-573, set. 2008 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000300010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2018.

BRANDÃO, E.P.; GONÇALVES, H.S. (2004) **Psicologia Jurídica no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: NAU

CAPITAO, Cláudio Garcia; ROMARO, Rita Aparecida. **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes.** Psicol. Am. Lat., México , n. 13, jul. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000200014&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2018 as 11:47.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bergamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n2/1984-0292-fractal-27-2-0139.pdf>. Acesso em 01/09/2018 as 11:50.

HABIGZANG L.; KOLLER S. Terapia Cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In: PETERSEN, C.S et. al. Terapias Cognitivo-Comportamentais para crianças e adolescentes: **Ciência e Arte**. Artmed, 2011.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e et al . ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES NA VIDA ADULTA. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 26, n. 3, e0080016, 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000300320&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 set. 2018.

PFEIFFER, Luci e SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria** - Vol. 81, Nº5(supl), 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf >. Acesso em 01/09/2018 as 11:52.

RANGÉ, B. et. al. Psicoterapias **Cognitivo-Comportamentais: Um Diálogo com a Psiquiatria**. Artmed. Porto Alegre: 2011.

A INTOLERÂNCIA ÀS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRA PREVISTA NO CÓDIGO PENAL

CAVESKI, Aline Gomes[519]
KOS, Ingridy Laura Raifur[520]
ARÊDES, Tatiane de Moraes Belmonte[521]
BUGAI, Fernanda de Araújo[4]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a ligação das religiões afro-brasileiras no que tange à prática de fé em contraposição aos preceitos do Direito Penal, pautados no direito fundamental de crença, previsto na Constituição Federal de 1988 e a necessidade de realizar uma reforma do Código Penal Brasileiro para a retirada do curandeirismo como um delito.

Palavras-chave: Curandeirismo. Direito Penal. Liberdade Religiosa. Umbanda.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com várias culturas diferentes, ou seja, um país miscigenado. Na história da construção do país, com a escravidão e o tráfico de pessoas negras, dentre inúmeras outras consequências, famílias foram separadas e impedidas de praticar a sua religião de uma forma aberta. Somente após a abolição da escravatura e da proclamação da república que ocorreram em 1888 e 1889, que puderam realizar as práticas religiosas livremente.

O Código Penal Brasileiro carrega em um de seus artigos o crime de curandeirismo, que, mesmo não se aplicando à sociedade atual, mostra que uma religião, advinda dos negros/escravos, é caracterizada como crime e tendo uma penalidade, fazendo com o que ainda exista rejeição das religiões afro-brasileiras.

2 DESENVOLVIMENTO

Quando os navios negreiros atracavam no porto do território brasileiro, trazendo consigo escravos advindos da África, que foram retirados a força da sua terra natal, foram expostos e colocados em praça pública para a venda de forma desumana,

519Graduando em Direito, sexto período, Centro Universitário Campo Real.
520Graduando em Direito, sexto período, Centro Universitário Campo Real.
521Graduando em Direito, sexto período, Centro Universitário Campo Real.
4Mestre, Unicentro. Docente, Centro Universitário Campo Real.

sendo que chegaram às terras brasileiras para substituir a mão de obra indígena, nesse contexto surgiu à escravidão no Brasil. “No começo da colonização, vinham para as províncias da Bahia e Pernambuco; depois, para Paraíba, Alagoas e Sergipe” (SOUZA, 2001, p. 99).

Com o aumento do tráfico de pessoas, várias foram espalhados por toda extensão do território, pessoas foram retiradas de suas famílias, dificultando a preservação das tradições.

Os escravos eram vendidos para os senhores do engenho, eram tratados da pior maneira possível explorados nas fazendas de açúcar, não tinham vestes adequadas, alimentação e ficavam locados nas senzalas onde não possuíam lugar para descanso e a higiene era escassa. Eram castigados fisicamente e não podiam cultuar a sua religião espontaneamente, sendo assim, obrigados a seguir a religião do seu senhor, que na época, a única religião aceita era o catolicismo.

Após a abolição da escravatura em 1888, os negros puderam agrupar-se para seguir a sua fé publicamente e, aos poucos, começaram a surgir os terreiros onde praticavam os seus cultos, o que antes era proibido por lei, o que não impedia sua prática dentro das senzalas, porém, escondida ou disfarçada.

O Brasil é um país miscigenado, onde se misturam as culturas, religiões, cores e raças. As religiões afro-brasileiras carregam um estigma e peso muito grande perante a sociedade, estas religiões são descendentes de uma história que marcou o Brasil, mesmo sendo um grande pecado cometido, o preconceito ainda está fixo, o que acaba ocorrendo vários casos de intolerância religiosa.

A Umbanda é uma das religiões afro-brasileiras que se vale de métodos de cura, como por exemplo, identificar doenças, indicar chás, remédios naturais, realizar trabalhos, receber passe das entidades incorporadas nos médiuns do terreiro, estes meios de cura podem serem considerados como curandeirismo.

O Código Penal Brasileiro vigente foi promulgado em 1940, uma época carregada de intolerância, e, quanto ao curandeirismo, assim dispõe:

> Art. 284 – Exercer o curandeirismo.
> I – prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância;
> II – usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;
> III – fazendo diagnósticos:
> Pena – detenção, de seis meses a dois anos;
> Parágrafo único – Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa. (BRASIL, 1940)

Em contrapartida, um dos direitos fundamentais que a Constituição Federa de 1988 é a liberdade de crença, tipificado no artigo 5º, VI, dispõe que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantia, na forma da lei, a proteção aos locais e as suas liturgias” (BRASIL, 1988).

Ou seja, as religiões que possuem a origem africana já carregam desde o início o peso do preconceito, o Código Penal perpetua essa ideia de definição de um padrão religioso, criminalizando aquilo que não condiz com esse padrão. Mesmo tendo a garantia constitucional da liberdade religiosa e o Estado laico, ainda se pune aquele que prescreve, usa gestos, palavras para encontrar a cura de um enfermo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isto, podemos concluir que é impossível falar sobre o curandeirismo sem mencionar este assunto com a liberdade de crença, sendo que os meios utilizados, especificamente, pela umbanda para poder ajudar as pessoas, são os mesmos que estão agrupados nos incisos do artigo 284 do Código Penal.

É necessário realizar uma reforma no Código Penal Brasileiro, pois ainda é notável os resquícios de pensamentos antiquados de 1940, podendo este artigo ser revogado assim como o artigo que penalizada o “crime” de adultério.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Penal**. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 01 set. 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 22 p.

SILVA MORAES JUNIOR, Antonio Edmundo. **Curandeirismo X Intervenção Mínina.** 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31052/curandeirismo-x-intervencao-minima>. Acesso em: 13 set. 2018.

SOUZA. Irivaldo Joaquim de. **Introdução às principais religiões**. **História, ecumenismo e diálogo inter-religioso**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2001.

AMPLIANDO A COMPREENSÃO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO LUTO A PARTIR DA ANALISE DO COMPORTAMENTO

OLIVEIRA, Juliano Mateus[522]
PRUCHNIAK, Heverton Cesar[523]

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a partir de uma perspectiva Analítico Comportamental a elaboração do luto. Para tanto, a ferramenta utilizada foi a pesquisa bibliográfica sobre o tema, a partir de materiais disponíveis em meios eletrônicos e acervo na biblioteca do Centro Universitário Campo Real. A pesquisa demonstrou o quanto a análise do comportamento pode contribuir no processo de elaboração do luto devido a sua visão de homem pautada nos princípios do Behaviorismo Radical.

Palavras-chave: Luto. Analise do Comportamento. Behaviorismo Radical.

1 INTRODUÇÃO

O luto é inerente ao homem. De um ponto de vista psicológico, perpassa o sentido da morte em si, ligando-se diretamente à relação de vínculo e afetividade que se tem a um objeto. O nível de sofrimento diante de tal situação, deriva da intensidade da relação ou afeto pela pessoa ou objeto perdido, seja em um processo de término de relacionamento, mudanças de emprego, cidade, escola, ou de fato, a perda de alguém. Até mesmo as fases de desenvolvimento, da infância para a adolescência, da adolescência para a vida adulta, são calçadas por processos de luto, onde o sujeito tem que deixar sua vida anterior, desfazendo-se de seu corpo de criança por exemplo, para abraçar a nova fase que viverá**.** (KOVÁCS, 2010).

Por se tratar de uma demanda frequente no setting terapêutico, o luto é atendido por profissionais de psicologia que atuam nas mais diferentes abordagens. O objetivo deste trabalho é apresentar à comunidade acadêmica e profissionais de psicologia a terapia analítico-comportamental como perspectiva de tratamento à elaboração do luto, através dos métodos empregados no Behaviorismo radical, principalmente mediante e análise das Contingências, estímulos e reforçadores que estão envoltos do sujeito, a partir da morte ou perda de vínculo com o objeto.

2 DESENVOLVIMENTO

[522] Acadêmico de Psicologia, do quarto período, do Centro Universitário Campo Real.
[523] Acadêmico de Psicologia, do quarto período, do Centro Universitário Campo Real.

Elisabeth Kubler-Ross (1969), psiquiatra suíço-americana, foi marcada em sua infância pelas duras perdas e dores da segunda guerra mundial. Segundo estudos executados por Zirleide C. Felix e colaboradores (2013), Dra. Roos, chegou a ver de perto as tremendas carnificinas que foram executadas nos campos de concentração, incluindo ver cabelos das vítimas do holocausto serem utilizados para fazer travesseiros na Alemanha. Em seu livro *On death and dying*, Sobre a Morte e Morrer, o qual foi seu primeiro trabalho publicado no ano de 1969, postulou em seus estudos cinco fases do luto, fases essas que foram levantadas mediante os estudos e pesquisas efetuadas junto a pessoas com doenças terminais e seus familiares, os quais estavam diretamente envolvidos nesse processo. Ross (1969), devido ser psiquiatra, logo advinda da clínica geral em medicina, teve a necessidade, por assim dizer, de categorizar os comportamentos dos enlutados identificando os seguintes mecanismos: Para Ross (1969) e Souza (2017), A negação, a qual pode ser explícita ou não, isto é, apesar de ter consciência da perda, nos comportamos como que em uma ficção transitória, ou seja, como se essa perda não fosse de fato a realidade, ou até mesmo, negando veementemente que a perda, a morte, de fato ocorreu. A raiva, geralmente advinda por se encarar a realidade dos fatos, ou seja, que se é portador de uma doença terminal, ou que mediante a morte não existe reversão. A barganha, também conhecida como a etapa de negociação, onde geralmente apega-se as entidades divinas ou sobrenaturais. Também pode-se encontrar promessas do tipo: se eu me curar não fumarei mais etc. A depressão, geralmente ocorre ao se deixar de fantasiar a ou as realidades, experimentando assim, um sentimento de vazio ou impotência diante da perda, pode-se inclusive nesta fase, entrar em uma crise existencial, no sentido de pensar não poder continuar vivo sem o objeto de vinculo perdido. E por fim, A aceitação, onde pode-se aprender a continuar vivendo em um mundo que ele/ela não esteja mais presente. Esta etapa é de suma importância para a reorganizar as próprias ideias. Cada uma dessas fases tem uma grande carga de sofrimento para o sujeito enlutado, e também, possui uma grande importância. Caso estas fases não sejam devidamente elaboradas, pode-se apresentar um quadro patológico, trazendo prejuízos intrapessoais e interpessoais ao indivíduo. Sabe-se no entanto, como citado por Souza (2017), em seu artigo As 5 fases de Elisabeth Kubler-Ross que a psicologia trata da subjetividade do ser, entendendo que esse é único, reagindo diferentemente mediante os conteúdos vivenciados em sua existência. Isso significa que as fases não são perpassadas da

mesma forma por todos, podendo até mesmo nem serem vividas por alguns. Mas, não pode ser tirado a grande contribuição e valia dos estudos da Dra. Ross, que com certeza ajudou na iniciação da quebra desses que é um dos maiores tabus da humanidade, a morte.

Isso posto, apresenta-se à comunidade científica e acadêmica a abordagem analítica comportamental como ferramenta na elaboração do luto dentro do set terapêutico, possibilitando o devido entendimento dos termos e procedimentos definidos dentro do Behaviorismo Radical, os quais podem atender as demandas do sujeito enlutado, buscando alterar suas repostas mediante aos reforçadores que já não existem mais pela perda do objeto ou pessoa. (GRANDI, 2016).

Segundo Grandi (2016), a extinção operante, apresenta um viés onde é possível o entendimento, e por sua vez, o tratamento das fases do luto dentro do Behaviorismo Radical. Na citação seguinte, a qual foi retirada de seu artigo publicado no site www.comportese.com, intitulado As fases do luto: uma interpretação analítico-comportamental, apresenta-se o respaldo de apoio para esta afirmativa:

> Em todos esses casos o que acontece é que, depois de uma relação entre uma reposta e o reforço estabelecida, isto é, depois de uma história em que o responder era reforçado, há uma quebra desta relação: o reforço não mais se segue a resposta, o que produz certas alterações no nosso responder. Essa é a definição de extinção operante. Peguemos como exemplo a perda de uma pessoa importante para nós. Muitos são os comportamentos que emitimos ao longo da vida em relação a ela e é provável que ela detenha muitos reforçadores importantes. Temos então uma longa história em que nosso responder direcionado a essa pessoa é reforçado. Se ele vem a falecer há uma abrupta ruptura na relação entre a resposta e o reforço; podemos emitir as mesmas respostas, mas como a pessoa não está mais presente, os reforços costumeiros não a seguirão. Neste caso, será possível observar alterações no responder que, agora, não mais é reforçado. São justamente essas alterações no responder que fornecem uma interpretação analítico-comportamental ao luto. (GRANDI, 2016)

A partir da análise comportamental, pode-se também afirmar, que as pessoas são uma fonte de estímulo reforçador umas para as outras. (Hoshino, 2006; Torres, 2010 APUD Nascimento, 2015). A morte, a separação ou perda de tal reforço resulta no encerramento de uma série de recompensas para o enlutado, de modo que se faz necessário encontrar formas de compensação ao que foi perdido. De acordo com Richartz (2011), o foco da terapia na ênfase comportamental deve ser a partir dos eventos antecedentes que evocam comportamentos e recompensas. Erroneamente, “há

excessiva ênfase na análise dos eventos consequentes aos comportamentos e se dá pouca atenção aos antecedentes". (Guilhardi, 2011 apud Richartz, 2011). Para Skinner,

> Eis a posição comportamentalista: volva aos eventos ambientais antecedentes para explicar o que alguém faz e, ao mesmo tempo o que essa pessoa sente enquanto faz alguma coisa. Para cada estado sentido e designado pelo node de um sentimento, presumivelmente existe um evento ambiental anterior do qual esse estado é produto. A terapia comportamental se interessa mais pelo evento antecedente do que pelo sentimento. (SKINNER, 2005, p.103)

Partindo desta perspectiva, cabe ao analista identificar quais contingentes podem ser modificados, ou seja, verificar quais eventos ou estímulos podem ser alterados a fim de produzir novos reforçadores que venham a suprir a necessidade anteriormente imposta ao indivíduo a partir da perda, buscando, dessa forma, a tentativa a elaboração do luto e a recuperação do bem estar do cliente, visando uma melhora significativa em relação aos sentimentos que lhe foram causados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como anteriormente postulado, o luto não se manifesta apenas em casos de morte, sendo que a perda de um objeto, ação, ideais ou qualquer mudança significativa de algo que se tenha afeto, pode desencadear o processo do luto. Seguindo as premissas aqui apresentadas, as quais estão fundamentadas pelos autores citados, conclui-se, que a contribuição da análise do comportamento tem se demonstrado bastante efetiva no atendimento de clientes que apresentam como demanda processos de luto não elaborados, apresentando resultados favoráveis no encaminhamento desse sujeito, podendo assim, eliminar seu sofrimento e lhe dando novas significações, mediante as novas respostas que poderá executar após seu acolhimento. Cabe ao psicólogo uma avaliação favorável para a verificação de todos os eventos que cercam o cliente em análise, dando especial atenção aos antecedentes que anteriormente produziam respostas e agora deixaram de existir.

4 REFERÊNCIAS

FELIX, Z. C; COSTA, S. F.; ALVES, A. M; ANDRADE, A. C.; DUARTE, M. C.; BRITO, F. M. **Eutanásia, distanásia e ortotanásia: revisão integrativa da literatura. Disponível em:** <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n9/v18n9a29.pdf> Acesso em 15 de Setembro de 2018.

GRANDI, Paula. **As fases do luto: uma interpretação analítico-comportamental**, 2016. Disponível em:<https://www.comportese.com/2016/03/as-fases-do-luto-uma-interpretacao-analitico-comportamental>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

KOVÁCS, L. et al. **Morte e Desenvolvimento Humano.** 5 ed. São Paulo: *Editora Casapsi Livraria e Editora,* 2010.

NASCIMENTO, Diogo Cesar do. **Luto: uma perspectiva da terapia analítico-comportamental**. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/viewFile/19593/18937> Acesso em 07 de Maio de 2018

RICHARTZ, Marisa. **Diálogo com a comunidade - Jornal Sinal Verde um canal de comunicação com a comunidade.** Disponível em <http://www.itcrcampinas.com.br/jornal/dialogo_edicao51.html> Acesso em 08 de Maio de 2018

ROSS, E. **Sobre a Morte e o Morrer.** 4 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes*,* 1969.

SKINNER, B. F. **Questões recentes na análise comportamental**. 5. ed. Papirus Editora, p.103

<https://psiconlinews.com/2017/07/luto-as-5-fases-de-elisabeth-kubler-ross.html> Acesso em 15 de Setembro de 2018.

INFLUÊNCIA CULTURAL-RELIGIOSA NA INSTAURAÇÃO PLENA DO ESTADO LAICO

RICKLI, Nicole Graziela[524]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[525]

RESUMO: No cotidiano da sociedade brasileira percebe-se a herança Cultural-Religiosa proveniente de séculos de influência da igreja sobre o Estado, evidentemente implícito até mesmo dentro de espaços públicos, como Fóruns, os quais deixam a mostra símbolos sacros dedicados a uma religião em específico. O presente estudo objetiva principalmente a comparação entre a doutrina referente ao princípio de Liberdade e Estado Laico, ambos assegurados na Constituição brasileira, e a reais condições em que o âmbito público atua para resguardar por esses Direitos.

Palavras-chave: Estado Laico. Igreja. Símbolos religiosos.

1 INTRODUÇÃO

Por muitos séculos, a sociedade sofreu influência religiosa sobre o pensamento individual e nas ações cotidianas do cidadão, atingindo, consequentemente, o funcionalismo do Estado, o que levava a uma unificação entre as duas fontes de poder. Essa união induzia a uma confusão de preceitos, de modo que o indivíduo que contrariasse os princípios religiosos era punido e condenado pelo próprio Estado (ROTONDANO, 2013).

Contudo, já na modernidade, houve um importante marco responsável pela, então nomeada, laicidade estatal, momento em que se buscou pela quebra de paradigmas, desvinculando e separando os preceitos religiosos do Estado.

O conceito de laicidade estatal defende que o Estado deve editar suas normas e atos jurídicos a partir de fundamentos racionais e imparciais, sem a intervenção ou vinculação religiosa. Esse preceito objetiva, essencialmente, assegurar a garantia de liberdade de crença religiosa.

Até os dias atuais é uma árdua tarefa assegurar, definitivamente, a separação entre Igreja e Estado, considerando que a sociedade mantém, de modo geral, uma herança cultural-religiosa mascarada no cotidiano da população, independente da real crença seguida.

O presente estudo tem por objetivo apresentar o princípio da Liberdade e o Laicismo estatal apresentado na doutrina constitucional, objetivando a comparação

[524] Acadêmica de Direito, 3º período noturno, Centro Universitário Campo Real.
[525] Professora Mestre do Centro Universitário Campo Real.

entre os aspectos doutrinários e o cotidiano da sociedade, como o uso de objetos e símbolos sacros em lugares públicos.

2 DESENVOLVIMENTO

O Direito à Liberdade é um direito Fundamental garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, possibilitando a plena manifestação de pensamento, criação intelectual e cultural, de opção política e de crenças religiosas (SILVA, 1999).

A liberdade de crença religiosa é assegurada no artigo 5º, incisos VI e VIII, onde garante:

> "VI- É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, proteção aos locais de culto e suas liturgias"; "VIII- Ninguem será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou convicções filosóficas ou políticas, salvo se as invocar para eximir—se da obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei"

Esse direito assegura a todos a liberdade de pensamento e manifestação, o qual compreende-se que, caso violado, está infringindo e constrangendo à pessoa humana, de forma que a renúncia de sua fé representará o desrespeito sobre o viés da diversidade democrática de ideias (MORAES, 2006).

Entretanto, como relata Moraes (2006), nem sempre esse direito foi resguardado por completo. A Constituição Federal de 1824 assegurava apenas a plena liberdade de crença, restringindo a liberdade de culto, mantendo a Igreja Católica Apostólica Romana como sendo a religião oficial do Império, permitindo para as outras religiões apenas realizar cultos domésticos ou particulares, sem a presença de templos.

Em uma evolução cronológica, a partir da Constituição de 1891, em seu artigo 72, § 3º, passou a ser consagrada a liberdade de crença e de culto, sendo permitida qualquer imposição pública e exposição efetiva da crença, independente de qual fosse.

A liberdade plena de convicção religiosa assegura não apenas a livre escolha de qual crença seguir, mas tambem o direito de praticar o ateísmo, sem acreditar ou professar nenhuma fé, esse direito deve ser respeitado pelo Estado, por conta da laicidade estatal (MORAES, 2006).

O laicismo estatal, segundo Zanone (2004, apud, Nuto e Alcântara, 2014) é definido pelo viés de duas semânticas, tratando da cultura leiga e do Estado leigo. Para o presente estudo, interessa apenas a segunda definição.

O Estado Leigo refere-se ao Estado Laico, o qual encontra-se estritamente ligado ao Direito e a Política. Nesse sentido, entende-se o Estado Leigo como sendo o contrário do Estado confessional, já que, esse assume para si determinada crença, privilegiando os indivíduos adeptos ao mesmo posicionamento religioso do Estado. Sendo assim, quando refere-se a um Estado Laico, se defende a autonomia entre as instituições públicas e a sociedade civil das diretrizes eclesiásticas. Vale ressaltar que o Estado Laico não é sinônimo de irreligiosidade, mas sim, a favorável liberdade de escolha, assegurando ao cidadão a plena vontade de seguir a quaisquer preceitos religiosos. (ZANONE, 2004, apud, NUTO E ALCÂNTARA, 2014)

Todavia, no Brasil, mesmo resguardado formalmente o laicismo estatal, é perceptível a influência das religiões sobre as diversas atividades da sociedade, demonstrando seus reflexos sobre a ordem política e econômica (ROTONDANO, 2013).

Essa aproximação do Direito brasileiro com a religião (principalmente do cristianismo) é percebido em vários momentos, como a presença de símbolos sacros em instituições públicas, a invocação de Deus no preâmbulo constitucional e a escrita da frase “Deus seja Louvado” nas cédulas monetárias do país (ROTONDANO, 2013).

Casos em que existe o pedido da retirada desses símbolos dos locais públicos, principalmente em orgãos do Judiciário, foram negados pela justiça, como exemplo o julgamento realizado em 2007, pelo Conselho Nacional da Justiça – CNJ. O plenário julgou, a partir de quatro pedidos de providência sobre a retirada dos objetos, tendo em vista a ofensa a outras crenças e a violação do princípio de laicidade estatal.

O relator da ocasião defendeu pela retirada, justificando com a diferença do âmbito público para o privado, consentido que, pelo princípio do Estado Laico não se deve privilegiar alguma religião, enquanto em um cenário privado não existe o mesmo problema. Entretanto, a justificativa não convenceu os demais, já que, segundo eles, os objetos religiosos representam a cultura brasileira, o que não interfere na imparcialidade e universalidade do poder Jurídico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença da herança Cultural-religiosa pondera até os dias atuais na sociedade brasileira, interferindo indiretamente em ações do cotidiano dos cidadãos. Os resquícios da união entre Estado e Igreja estão mascarados em detalhes quase

imperceptíveis, até mesmo dentro do âmbito Jurídico, como símbolos religiosos presentes em Fóruns e espaços públicos.

Essas ações contrariam o princípio do Estado Laico, o qual é formalmente assegurado pela Constituição Federal, que busca resguardar pela imparcialidade e a definitiva separação entre Estado e Igreja.

Nesse caso, é de importância de o Estado rever esses princípios, já que, existe uma contradição por parte da doutrina constitucional apresentada e clara situação que ocorre diariamente, colocando em prova a real eficácia dos princípios de laicidade estatal.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ encerra julgamento sobre símbolos religiosos no Poder Judiciário.** 2007. Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/3rjh> Acesso dia: 29/08/2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NUTO, João. V.C.; ALCÂNTARA, Pedro, I.S. O uso de símbolos religiosos em repartições públicas: uma Análise histórica sobre o alcance da laicidade. In: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Ministério Público em defesa do Estado Laico.** Brasília, 2014. Disponível em: < https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/0b4c5c77-5bc7-40df-9460-0b66f5fd1771.pdf#page=105> Acesso dia: 29/08/2018.

ROTONDANO, Ricardo. **Investigando a Herança Cultural-religiosa Brasileira: a dificuldade em instituir um estado plenamente laico.** Revista do Direito Público, Londrina, v.8, n.2, p. 221-238, mai. /ago.2013. Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/15265> Acesso dia: 29/08/2018.

SILVA. Paulo Napoleão Nogueira da. **Curso de Direito Constitucional.** 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO E SUAS ATUAÇÕES

RICKLI, Nicole Graziela[526]
MALUF, Juliana[527]

RESUMO: As Organizações Internacionais buscam, pela união de Estados Soberanos, manter a ordem mundial, auxiliando na resolução de problemas de cunho social, político, econômico e cultural. A OMC (Organização Mundial do Comércio) é responsável pela diminuição das barreiras comerciais pelo mundo, com o fim de facilitar nas negociações entre os países e promover a internacionalização das atividades comerciais.

Palavras-chave: Organizações Internacionais. Econômico. OMC.

1 INTRODUÇÃO

Nas reais circunstâncias em que ocorrem as transações, negociações e diplomacia pelo mundo é indispensável o auxílio das Organizações Internacionais, as quais prestam assistência e subsídio na resolução dos problemas econômicos, sociais, políticos e culturais dos países requerentes e requeridos por elas.

Parte dos esforços da diplomacia concentra-se em combater guerras, crises econômicas e humanitárias pelo mundo. Para isso existem as mais diversas organizações com os seus respectivos objetivos, como a ONU (Organização das Nações Unidas), responsável pela paz mundial, OIT (Organização Internacional do Trabalho) preocupada com o cumprimento das normas de trabalho sobre o viés da segurança, equidade e dignidade, OMC (Organização Mundial do Comércio) encarregada pela negociação comercial internacional, entre outras (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Historicamente, as Organizações Internacionais tiveram seu início no século XIX, com a criação de mecanismos que facilitavam o cooperativismo técnico entre as potências europeias da época. Entretanto, a oficialização e reorganização ocorreu em meados do século XX, após às Grandes Guerras e a Guerra Fria (HERZ e HOFFMANN, 2004).

O presente estudo tem como objetivo principal tratar do histórico e os principais objetivos da OMC (Organização Mundial do Comércio) e as ações em que o Brasil foi requerente ou requerido pela organização. E também buscou-se uma

[526] Acadêmica de Direito, 3º período noturno, Centro Universitário Campo Real.
[527] Docente da matéria de Direito Internacional do Centro Universitário Campo Real.

contextualização literária, tratando de forma secundária as definições, conceitos e classificações das Organizações Internacionais.

2 DESENVOLVIMENTO

Andrade (1990) trata as organizações internacionais como coletividades interestatais, as quais possuem constituições e objetivos já definidos desde a sua criação, realizada por um tratado.

Uma definição completa sobre organizações Internacionais parte do autor Angelo Piero Sereni (apud Albuquerque Mello, 2001, p.551):

> Organização internacional é uma associação voluntária de sujeitos de Direito Internacional constituída por ato internacional e disciplinada nas relações entre partes por normas de Direito Internacional, que se realiza em um ente de aspecto estável, que possui um ordenamento jurídico interno próprio, por meio dos quais realiza as finalidades comuns de seus membros mediante funções particulares e o exercício de poderes que lhe foram conferidos.

Para ser considerada uma organização Internacional é necessário seguir criteriosamente algumas características, como cita o *Yearbook of International Organization*: sendo elas: a) necessidade de no mínimo três estados diferentes com direito a voto; b) possuir uma estrutura formal; c) distinção da nacionalidade dos funcionários; d) composição orçamentaria composta por subsídios de no mínimo três estados; e) independência na escolha dos funcionários; f) desempenho normalmente de atividades; g) irrelevância em relação ideologia, política e nomenclatura; h) objetivo central da organização deve ser voltado a ações internacionais (HUSEK, 2002).

Para Husek (2002) a classificação das Organizações Internacionais parte de três temas principais, sendo: a) quanto ao objeto; b) quanto a estrutura jurídica; c) quanto ao âmbito de sua participação

a) A classificação é composta de acordo com o objeto social da organização, sendo subdividida por: a.1) de fins gerais, as quais possuem multiplicidade nos objetivos (Exemplo: ONU); a.2) fins especiais, criadas a partir de um objeto determinado, as quais são categorizadas como: I) Organização de cooperação Política (Exemplo: Conselho da Europa); II) Organização de cooperação Econômica (Exemplo: OMC); III) Organizações de cooperações militar (Exemplo: Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN); IV) Organizações de cooperações sociais e humanitárias (Exemplo: Organização

Mundial da Saúde - OMS); V) Organizações para fins culturais (Exemplo: Organização das nações Unidas para a Educação e a Ciência - UNESCO).

b) classificada pela estrutura jurídica da Organização, devendo considerar duas espécies, sendo elas: b.1) organizações intergovernamentais, objetivado principalmente em ações multilaterais de cooperação (Exemplo: ONU) e b.2) Organizações supranacionais, responsáveis pela limitação da soberania dos estados (Exemplo: Comunidade Econômica Europeia – CEE).

c) as organizações podem ser classificadas de acordo da dimensão do âmbito de sua atuação, sendo: c.1) Organizações parauniversais, de maneira geral, o âmbito de atuação se estende por todos os estados da sociedade internacional (Exemplo: ONU, OIT); c.2) Organizações regionais, tendo um número limitado de atuação em estados, podendo ser subdividida em dois critérios: I) Critério geográfico (Exemplo: OTAN); II) Critérios Ideológicos ou geopolíticos (Exemplo: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE)

2.1 OMC (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRICO)

Historicamente, segundo Garcez (2010), a OMC teve sua origem a partir do GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*, traduzida como “Acordo Geral de Tarifas e Comércio”, o qual foi assinado em 1947 após o fim da 2ª Guerra Mundial. O principal objetivo que norteava esse acordo estava ligado com diminuição dos problemas e dificuldades do comércio da época, buscando tornar o mundo um único mercado.

O acordo representou um movimento de resposta ao protecionismo, promovido entre as Grandes Guerras Mundiais, visto que havia um senso comum entre as grandes potências mundiais sobre a necessidade de liberalização do comércio mundial, os quais, atualmente, são conhecidas como modelos de países desenvolvidos.

Em 1944, como uma organização ligada a ONU, iniciou-se os estudos dos termos da então denominada OIC (Organização Internacional do Comércio), a qual foi lançada juntamente com a ideia de uma conferência internacional designada propriamente para a facilitação e redução dos obstáculos entre as trocas comerciais. Após as negociações para tratar desse acordo, houve a criação da GATT, adjunto com a FMI (Fundo Monetário Internacional) e BIRD (Banco Mundial), o qual formou o sistema de tripé da economia mundial (GARCEZ, 2010).

Sendo assim, no ano de 1947, 23 países assinaram o tratado provisório que estabelecia um conjunto de concessões e normas para a liberalização controlada do protecionismo do comércio internacional e regras para solucionar possíveis conflitos (GARCEZ, 2010).

O GATT realizava suas atividades com reuniões de seus membros denominada rodada, a maior rodada foi realizada de 1986 a 1994 no Uruguai, a qual acarretou por dar as definições para a criação da OMC (Organização Mundial do Comércio). Por meio de uma convenção assinada em Marraqueche (GARCEZ, 2010).

Desde sua criação a OMC tem personalidade jurídica como entidade de direito internacional público, com todos os privilégios e imunidades diplomáticas, atualmente a Organização possui 154 países-membros já aderiram à OMC, com sede em Genebra na Suíça (GARCEZ, 2010).

Garcez (2010) destaca que o principal objetivo da OMC é atuar como um fórum de negociações e acordos para reduzir as dificuldades e complicações que os estados enfrentam quando buscam se inserir no mercado estrangeiro, dessa forma, atuando com mais liberdade no comércio internacional, com o fim de promover o desenvolvimento das nações.

Entre outras atividades a OMC garante a estabilidade econômica e a concorrência leal entre todos os países, é de sua responsabilidade a solução de conflitos entre os estados-membros e a assinatura de acordos, além da negociação, redução ou eliminação de barreiras, como o caso das tarifas comerciais, gerir as regras de conduta do comércio, como subsídios, administrar os bens e serviços gerados pela atividade comercial, como a propriedade intelectual, acompanhar a revisão das políticas comerciais dos estados-membros, atuar para o desenvolvimento dos estados-membros, aplicar pesquisas comerciais e divulgar os dados como forma de apoio aos países integrantes (GARCEZ, 2010).

Várias vezes o Brasil foi participante em questões na OMC, algumas como requerente e outras como requerido. Entre algumas questões principais incluem-se os casos entre Brasil e Canadá e os enfrentamentos entre ambos sobre financiamentos concedidos às indústrias aeronáuticas. Outro caso, envolvendo o Brasil como requerente de um processo, adjunto com a Venezuela, em que ambas pediam para que os Estados Unidos diminuíssem o teor da gasolina fabricada no país, o pedido foi atendido com certa dificuldade, mas acatado pelos EUA após algumas apelações (GARCEZ, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Organizações Internacionais são personalidades jurídicas regidas pelo seu próprio estatuto, são entidades formadas por Estados Soberanos que buscam, pela união dos países, o mesmo fim.

Atualmente existem diversas Organizações Internacionais, com as mais diversas finalidades, como é o caso da OMC, a qual foi criada juntamente com o FMI E BIRD para formar o tripé da economia mundial. O propósito principal das atividades da OMC é destruir as barreiras existentes entre os países, buscando a facilitação das negociações comerciais.

4 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE MELLO, Celso. **Curso de Direito Internacional Público.** 3.ed. Renovar, 2001.

ANDRADE, Agenor Pereira. **Manual de Direito Internacional Público**. 5.ed. Sugestões Literárias,1990.

GARCEZ, José Maria Rossani. A organização Mundial do Comércio – OMC. In: GOMES, Fabio Luiz (Org.). **Direito Internacional - Perspectivas Contemporâneas**. Saraiva: São Paulo, 2010.

HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Resenha Organizações Internacionais: História e Prática.** Revista Eletrônica Scielo, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan-jun/2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292005000100006> Acesso dia 27/08/2018.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 4.ed. LTR: São Paulo, 2002.

MICROPROPAGAÇÃO DE MUDAS DE *Tectonia grandis.*

ZOLETTI, Camila dos Santos[528]
SOUSA, Allison John de[2]
RICKLI, Maressa Deflon[3]
BEN, Tayna Jornada[4]

RESUMO: *A Tectona grandis* conhecida como Teca, é uma espécie muito utilizada para vários fins como construções navais, construções de móveis entre outros, devido a sua resistência e beleza. A semente é um dos principais métodos na multiplicação de mudas, mas, a produção de mudas via clonal é uma boa opção quando se deseja um número grande de mudas com qualidade. O pesente trabalho objetivou apresentar formas de propagação da *Tectona grandis.*

Palavras-chave: Teca. Micropropagação. in vitro.

1 INTRODUÇÃO

Conforme Angeli e Stape (2003), a *Tectonia grandis* conhecida como Teca, é uma espécie arbórea pertencente à família botânica Verbenaceae, possui uma beleza em que faz da teca muito procurada para decoração de ambientes interiores luxuosos e mobiliários finos, outras utilizações ainda são construção naval, laminação, compensados, lenha e carvão vegetal.

Segundo Angeli e Stape (2003), a teca é cultivada desde o século XIII, utilizada pelos britânicos nas construções navais, tendo maior produção no sul da Ásia, além dos asiáticos outros países tropicais como Camarões, Nigéria, Honduras, e Brasil, também são grandes produtores. A teca vem apresentando efetividade na Amazônia, como alternativa para recuperação de áreas de pastagens degradadas e abandonadas, e conter pressão de desmatamentos de florestas primárias.

De acordo com Cáceres Florestal (2000), a produção de mudas é realizada através do fruto, pois as sementes encontradas dentro do mesmo são delicadas e pequenas, e a sua propagação direta se torna difícil, nos cruzamentos de matrizes, as características morfológicas na produção de mudas por semente podem ser inibidas, por este motivo a qualidade de semente e a taxa de germinação diminuem Monteuuis & Maitre (2007 apud Fernandes et al., 2011).

[528] Acadêmica do curso de Engenharia Agronômica, 6º período do Centro Universitário Campo Real.
[2] Acadêmico do curso de Engenharia Agronômica, 6º período do Centro Universitário Campo Real.
[3] Acadêmica do curso de Engenharia Agronômica, 6º período do Centro Universitário Campo Real.
[4] Docente do curso de Engenharia Agronômica do Centro Universitário Campo Real.

Levando em consideração as informações, a micropropagação é uma alternativa para produção de mudas com qualidade, sendo estudada como a melhor forma de produção de mudas de teca (FERNANDES et al., 2011). Higashi et al., (2000 apud Fernandes et al., 2011) diz que a propagação clonal se torna uma boa opção, tendo como resultado o aumento da produtividade.

O tipo de material utilizado influencia diretamente o nível de sucesso desta técnica, a produção in vitro, possibilita a produção massal de mudas com características desejáveis e elevado nível de sanidade, em um período de tempo mais curto (FERNADES et al., 2011).

Neste contexto o presente trabalho objetivou apresentar formas de propagação clonal *Tectona grandis*, o método de produção de mudas através de micropropagação, duas formas de produção a primeira com explante, material provindo de plantas adultas, e outra material vindo de mudas produzidas por meio de germinação in vitro de sementes.

2 DESENVOLVIMENTO

O levantamento bibliográfico foi realizado com base em seis trabalhos publicados e disponíveis online na Internet. A seleção de artigos de interesse foi realizada a partir da observação dos títulos e resumos dos trabalhos publicados no período entre 2000 até 2018.

A *Tectonia grandis,* conhecida como Teca, é uma espécie arbórea pertencente à família botânica Verbenaceae, nativa de florestas tropicais, mesmo o seu cultivo sendo em regiões tropicais, a Teca é muito procurada no continente europeu devido ao seu alto valor comercial e alta qualidade da madeira, possui uma beleza em que faz dela muito procurada para fins decorativos de ambientes interiores luxuosos e mobiliários finos, além de utilizada para construção naval, laminação e compensados, lenha e carvão vegetal (ANGELI & STAPE 2003).

As plantações na região do Brasil, encontra-se na região de Cáceres, estado do Mato Grosso, e teve início em 1968, por meio do Cáceres Florestal S/A, onde a empresa investiu em pesquisas para com o foco em essências madeireiras mais promissoras para o cultivo na região, em comparação ao Mogno e outras espécies nativas de alto valor comercial, onde a teca se destacou pela rusticidade, e um crescimento rápido em

altura, iniciando o comércio em 1971, com elevado preço no mercado internacional (CÁCERES, 2000).

Segundo Angeli e Stape (2003), o clima ideal para a produção de teca é o tropical úmido, verão chuvoso e inverno seco, a temperatura média anual encontrando-se acima de 22ºC, o melhor desenvolvimento de mudas ocorre em temperaturas de 27º a 36ºC, e noturnas entre 22º a 31ºC.

A produção de mudas é realizada através do fruto, pois as sementes encontradas dentro do mesmo são delicadas e pequenas, e a sua propagação direta se torna difícil Cáceres Florestal, para a seleção de sementes é necessário que ocorra a seleção das árvores matriz com boas características para seleção de sementes de qualidade. (2000 apud Fernandes et. al., 2011). A propagação de teca é realizada tradicionalmente por meio de sementes, sem conhecer a origem do material cultivado o que leva a baixas qualidades (ALBDEUNUR; MUÑHOZ 2005).

Levando em consideração as informações, a micropropagação é uma forma viável para produção de mudas com qualidade, muitas pesquisas vêm sendo realizadas para o desenvolvimento e viabilidades de técnicas para a propagação vegetativa, produção de mudas com qualidade e aspectos morfológicos desejáveis, em um tempo reduzido em relação a manipulação do ambiente de cultivo (FERNANDES et. al., 2011).

O tipo de material utilizado influencia diretamente o nível de sucesso desta técnica, a produção in vitro, possibilita a produção massal de mudas com características desejáveis e elevado nível de sanidade, em um período de tempo mais curto Firmino Junior et al., (2009 apud Fernandes 2011).

A micropropagação de espécies florestais nativas, resulta em conservação de germoplasma in vitro, produção massiva de mudas de espécies, limpeza clonal e auxilia nos programas de melhoramento por meio da multiplicação de clones, atuando como base para outras pesquisas relacionadas à transformação genética (OLIVEIRA 2013).

Estão sendo desenvolvidas várias técnicas de propagação vegetativa, com o objetivo de produzir mudas com genótipos superiores com bom porte, crescimento adequado, resistência a doenças entre outros (RAPOSO et al., 2013).

Raposo et al., (2013) apresenta duas formas de produção de mudas a primeira utilizando materiais provindos de plantas adultas e outra através de mudas feitas a partir de germinação in vitro de sementes. O meio que se deve utilizar para a produção de mudas depende da finalidade do seu uso, quando o produtor quer produzir para o reflorestamento, onde preservar a variabilidade genética é essencial se indica o uso de

explantes obtidos de germinação in vitro de semente, porém quando o foco é possuir características importantes recomenda-se explantes (gemas apicais) obtidas de plantas adultas.

Segundo Raposo et al., (2010) a metodologia utilizada para produção ocorre da seguinte forma: primeiro é realizada a escolha da planta matriz (adulta e saudável), com boas características, as gemas caulinares são retiradas do ápice caulinar e levadas para laboratório com sacos plásticos e excisadas, depois realizado a desinfestação e estabelecimento dos explantes in vitro , seccionando as gemas apicais e lavando com detergente neutro e água corrente com o auxílio de uma escova com cerdas macias, finalizando a assepsia com álcool etílico, hipoclorito de sódio 2,5% e enxaguar as gemas com água destilada e autoclavada.

As mesmas são inoculadas em tubos de ensaio contendo meio de cultura nutritivo onde permaneceram por 30 dias em uma câmara de crescimento, as plantas que apresentarem contaminação são descartadas. Os brotos livres de contaminação são retirados dos tubos o processo é realizado em câmara de fluxo laminar, e as raízes e folhas são eliminadas. Devem ser inoculadas de 4 a 8 explantes (gemas apicais) em vidros de maionese contendo ágar fechados com três camadas de filme PVC, onde permaneceram por 60 dias (RAPOSO et al., 2010).

Por fim o enraizamento e ex vitro, os brotos que apresentarem 4,5 cm de altura, são retirados dos potes, a base lavada com água corrente para remover o meio de cultura e enfim são transferidos para os substratos em tubetes individuais de tamanho médio e levados para casa de vegetação. A irrigação é realizada por nebulização, com auxílio de microaspersores, umidade relativa de 80% e temperatura 30ºC (RAPOSO et al., 2010).

conforme raposo et al. (2010), o processo para produção de mudas através de plantas obtidas por meio da germinação in vitro de sementes é realizado primeiro com a retirada das sementes do fruto, depois lavadas com água destilada e conduzidas para câmara de fluxo laminar onde a assepsia será realizada com álcool etílico e hipoclorito, e água destilada autoclavada. Em seguidas inoculadas em tubos de ensaios individuais com meio de cultura, após 60 dias são retiradas. As folhas e raízes são removidas e o caule seccionado de forma que os entrenós com 1,5cm permanecem com pelo menos duas gemas axilares. Em frascos de maionese contendo meio de cultura são inoculadas de 4 a 5 segmentos nodais, que serão mantidas 60 dias em câmara de crescimento. O

enraizamento é realizado da mesma forma que na produção de mudas por explantes de plantas adultas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora exista uma carência em pesquisas referente a micropropagação de teca, as referências encontradas trazem ótimas informações sobre o assunto assim como importância da espécie de teca em diversas áreas.

O desenvolvimento do trabalho trouxe conhecimento sobre uma das melhores formas de produção de mudas de teca através da micropropagação, possibilitando melhoria na qualidade, quantidade de mudas e nas etapas para produção de mudas.

4 REFERÊNCIAS

ANGELI;STAPE. ***Tectona grandis* (Teca)**. 2003. Disponível em: <http://www.ipef.br/identificacao/tectona.grandis.asp> Acesso em: 01 Set. 2018.

ALBDEUNUR;MUÑHOZ. **Micropropagación de teca (*Tectona grandis* L.f).** 2005. Disponivel em < http://revistas.tec.ac.cr/index.php/kuru/article/view/541/467 > Acesso em 01 Set. 2018.

CÁCERES FLORESTAL. **Teca.** 2000. Disponível em: <http://www.caceresflorestal.com.br/arvore.html> Acesso em: 28 Agosto. 2018.

FERNANDES et.al., **CULTIVO in vitro DE TECA (Tectona grandis L.f.): UMA REVISÃO.** 2011. Disponível em: <http://www.revistadeagricultura.org.br/index.php/revistadeagricultura/article/view/84> Acesso em 05 Set. 2018.

OLIVEIRA et al., **Micropropagação de espécies florestais brasileiras.** 2013. Disponível em <https://pfb.cnpf.embrapa.br/pfb/index.php/pfb/article/view/481/342> Acesso em 01 Set. 2018.

RAPOSO et.al., **Produção de mudas de Teca por micropropagação.** 2010. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/872550/1/Circulartec.56.pdf>Acesso em: 01 Set. 2018.

MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO GUT PARA TOMADA DE DECISÕES: UM PANORAMA BIBLIOGRÁFICO

BONET, Juliane[529]
[2]
FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da utilização da matriz de priorização GUT, como uma ferramenta para uma análise estratégica na busca por melhorias nos processos organizacionais. Este estudo utilizou-se principalmente de pesquisas bibliográficas em livros e artigos relacionados ao tema. As conclusões dos principais estudiosos do tema apontam que essa ferramenta pode ser utilizada em conjunto com técnicas tradicionais de estratégia, de forma a melhorar o planejamento e o processo decisório organizacional.

Palavras-chave: Matriz GUT; Planejamento Estratégico; Organização.

1 INTRODUÇÃO

As mudanças do mundo organizacional são resultantes de transformações ocorridas especialmente nos campos político, econômico, social, tecnológico e filosófico. Grandes decisões de organizações modernas tomadas ao longo do tempo são limitadas até hoje (SCARTEZINI, 2009). Exemplos são as organizações industriais, comerciais e de serviços. No atual espaço competitivo em que se encontram as organizações, é de fundamental importância uma adequada gestão da informação para a sobrevivência delas (MEINDERS; MEUFFELS, 2001).

Berté (2009) reforça que, com o intuito de auxiliar a elaboração das estratégias com maior segurança e eficácia, a administração moderna dispõe de inúmeras ferramentas. Dentre elas, a análise da matriz Gravidade, Urgência e Tendência (GUT), e é utilizada como método auxiliar no processo de tomadas de decisões, podendo ser utilizada em diversas áreas em face às incertezas ambientais, organizacionais e gerenciais.

Com isso, é possível associar a informação ao processo de auxílio da tomada de decisão em organizações, envolvendo etapas como: reconhecer o problema ou a oportunidade que é dada para a empresa, buscar alternativas para resolver, analisar e decidir entre as melhores alternativas, e implantar a mais adequada (FIDELES;

[529] Acadêmica do curso de Administração, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Orientador, Mestre em Desenvolvimento Regional e Engenharia de Produção.

CÂNDIDO, 2006). Assim, a escolha do presente tema deu-se pela importância que é dada ao bom funcionamento de uma empresa através de uma correta tomada de decisão.

2 A MATRIZ GUT E SUAS CARACTERIZAÇÕES

Fazer uma gestão eficiente e inteligente de qualquer empresa pode ser uma missão não tão fácil como parece (BERTÉ, 2009). Para isso existem diversas ferramentas que podem auxiliar na elaboração de um planejamento estratégico. Dentre elas, a Matriz GUT. Por ser uma ferramenta de gestão que pode ser facilmente aplicada por qualquer empresa.

A matriz GUT é uma ferramenta muito utilizada pelas empresas para priorizar os problemas que devem ser atacados pela gestão, bem como para analisar a prioridade que certas atividades devem ser realizadas e desenvolvidas (PERIARD, 2011). Solução de problemas, estratégias, desenvolvimento de projetos, tomada de decisões, assim como a análise de SWOT, a Matriz GUT possibilita fazer uma análise tanto do ambiente interno quanto do ambiente externo.

Segundo Leal et al (2013, p. 2) “a Matriz GUT é uma ferramenta de mais simples aplicação, pois consiste em separar e priorizar os problemas para fins de análise e posterior solução” onde G representa a Gravidade, a qual consiste em avaliar as consequências negativas que o problema pode trazer aos clientes. O elemento U representa a Urgência, e consiste em avaliar o tempo necessário ou disponível para corrigir o problema. Por fim, o elemento T representa a Tendência, o qual avalia o comportamento evolutivo da situação atual.

Para montar-se a Matriz GUT inicialmente é necessário listar organizadamente as dificuldades que envolvam as atividades realizadas no setor empresarial, posteriormente se faz necessário atribuir notas para cada problema citado, considerando três aspectos principais: Gravidade, Urgência e Tendência.

Periard (2011) afirma que o primeiro passo para sua elaboração é listar os problemas presentes em determinado ambiente e, na sequência, avaliar os três aspectos com base nas seguintes definições:

Quadro 1 – Variáveis consideradas na Matriz GUT.

VARIÁVEL	CONCEITO
GRAVIDADE	Representa o impacto do problema caso ele venha a acontecer. É analisado sobre alguns aspectos, como: tarefas, pessoas, resultados, processos, organizações etc. Verifica-se sempre seus efeitos a médio e longo prazo, caso o problema em questão não seja resolvido.
URGÊNCIA	Representa o prazo, o tempo disponível ou necessário para resolver um determinado problema analisado. Quanto maior a urgência, menor será o tempo disponível para resolver esse problema. É recomendado que seja feita a seguinte pergunta: "A resolução deste problema pode esperar ou deve ser realizada imediatamente?".
TENDÊNCIA	Representa o potencial de crescimento do problema, a probabilidade de o problema se tornar maior com o passar do tempo. É a avaliação da tendência de crescimento, redução ou desaparecimento do problema. Recomenda-se fazer a seguinte pergunta: "Se eu não resolver esse problema agora, ele vai piorar pouco a pouco ou vai piorar bruscamente?".

Fonte: Adaptado de Periard (2011).

Para a atribuição de notas devem-se levar em conta os seguintes fatores citados no quadro a seguir, e basta efetuar o produto entre as notas atribuídas da seguinte forma: (G) x (U) x (T).

Quadro 2 – Fatores relevantes ao analisar-se a Matriz GUT

Nota	Gravidade	Urgência	Tendência (se nada for feito...)
5	Extremamente grave	Precisa de ação imediata	... Irá piorar rapidamente
4	Muito grave	É urgente	... Ira piorar em pouco tempo
3	Grave	O mais rápido possível	... Irá piorar
2	Pouco grave	Pouco urgente	... Ira piorar a longo prazo
1	Sem gravidade	Pode esperar	... Não irá mudar

Fonte: Adaptado de Periard (2011).

Ainda segundo Periard (2011) como terceiro passo, depois de realizados os cálculos deve-se criar um ranking dos questionamentos, de forma que o de maior valor será classificado em primeiro lugar na lista de prioridades. É preciso separar cada problema e suas causas, e após isso, analisar o grau de cada problema e saber qual a

prioridade nas soluções de cada um (MEINDERS; MEUFFELS, 2001). E por fim criar planos de ações para solucionar ou diminuir os impactos dos problemas encontrados.

Nesse contexto, a matriz GUT atua selecionando e escalonando os problemas, e levando em conta os principais impactos positivos e negativos que a correção dos mesmos pode trazer. Tornando possíveis ações corretivas e preventivas que reduzem, ou extinguem os diversos problemas identificados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um mercado altamente competitivo, as empresas são forçadas a buscar a melhoria continua de suas atividades. Nesse contexto, o planejamento surge como uma ferramenta através da qual a empresa terá condições de articular um ambiente competitivo e alcançar seus objetivos.

A matriz GUT possibilita ao gestor ter uma perspectiva do que está acontecendo, do que precisa ser feito primeiro, de como e quando executar ações para enfrentar os desafios que cada empresa encontra (BERTÉ, 2009). Mas isso depende da análise correta das particularidades especificas de cada problema. É uma etapa decisiva para classifica-los da melhor maneira possível, sempre com foco no planejamento e na execução de ações para solucionar o que for mais grave primeiro.

Essa é uma ferramenta para tomadas de decisões que pode ser utilizada para inúmeras situações. Além disso, é fácil de ser montada e aplicada, podendo ser utilizada para diversas finalidades, como também, em conjunto com outras ferramentas da qualidade (TACHIZAWA, 2002). Com o objetivo de priorizar as ações de forma racional, levando em consideração a gravidade, urgência e tendência de um problema, permitindo escolher a melhor tomada de decisão.

Saber utilizar os instrumentos do planejamento de forma coerente, adaptando-os à realidade de uma empresa e as suas necessidades, é uma excelente arma competitiva. E isso torna a Matriz GUT imprescindível para uma boa gestão.

4 REFERÊNCIAS

BERTÉ, R. **Gestão Socioambiental no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

FIDELIS, J. R. F.; CANDIDO, C. M. A administração da informação integrada às estratégias empresariais. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 424-432, Dez. 2006.

LEAL, Adriana Schwantz et al. **Gestão da qualidade no serviço público**. 2011. Disponível em:<http://www2.ufpel.edu.br/cic/2011/anais/pdf/SA/SA_00440.pdf>. Acessado em 16 de Setembro de 2018.

MEINDERS, H.; MEUFFELS, M. Product chain responsibility – an industry perspective. **Corporate Environmental Strategy**, v. 8, n. 4, pp. 348-354, 2001.

PERIARD, Gustavo. **Matriz GUT - Guia Completo**. Disponível: <http://www.sobreadministracao.com/matrizgut-guia-completo/> Acesso em 16 de setembro de 2018

SCARTEZINI, L. M. B. **Análise e Melhoria de Processos**. Apostila. Goiânia, 2009.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa:** estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

A IMPORTÂNCIA DO ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL JUNTO A INDIVÍDUOS COM SÍNDROME DE DOWN

MATACZINSKI, Bianca Thais[530]
CHICONATTO, Patrícia[531]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir a importância do nutricionista no atendimento a portadores de Síndrome de Down, o que é feito mediante uma revisão bibliográfica baseada na leitura e interpretação de referenciais científicos sobre o tema de estudo. Verifica-se que, juntamente às ações desenvolvidas por outros profissionais, a educação nutricional contribui para o desenvolvimento intelectual e psicomotor desses indivíduos, contribuindo também para a sua integração social.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Educação nutricional. Inclusão social.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, é inegável a importância do nutricionista enquanto profissional influente sobre a alimentação e a saúde das pessoas. Nesse quesito, os diferentes grupos de indivíduos possuem necessidades energéticas próprias e demandam cuidados específicos visando a manutenção e a recuperação de seu bem-estar.

Tais necessidades requerem a atenção e o cuidado por parte do nutricionista para que as suas recomendações supram as demandas de seus pacientes. Apesar disso, por diversas vezes, a promoção de práticas alimentares saudáveis se apresenta como um desafio, pois é algo substancialmente diferente de intervir no tratamento de pessoas portadoras de doenças, prática esta já bem consolidada (BOOG, 20008). No caso dos portadores da Síndrome de Down (SD) ou Trissomia do 21, eles possuem necessidades nutricionais específicas relacionadas a sua condição, pois a SD

> [...] é uma condição humana geneticamente determinada, é a alteração cromossômica (cromossomopatia) mais comum em humanos e a principal causa de deficiência intelectual na população. A SD é um modo de estar no mundo que demonstra a diversidade humana. A presença do cromossomo 21 extra na constituição genética determina características físicas específicas e atraso no desenvolvimento. Sabe-se que as pessoas com SD quando atendidas e estimuladas adequadamente, têm potencial para uma vida saudável e plena inclusão social [...] (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012, p.9).

[530]Nutrição, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[531] Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Coordenadora e professor de Nutrição e professora do Curso de Medicina do Centro Universitário Campo Real.

Inserido nessa temática, o presente trabalho possui por objetivo discutir a importância do nutricionista no atendimento a portadores de SD, partindo da premissa de que o acompanhamento profissional é fundamental para o desenvolvimento desses indivíduos. Propostas como essa contribuem para que sejam atendidas as necessidades e demandas específicas dos portadores da SD.

Para isso, realiza-se a discussão dos sintomas da SD para, na sequência, salientar o papel do papel do nutricionista para a melhoria/manutenção da saúde e do bem-estar desses indivíduos. As discussões são pautadas por referencial bibliográfico elaborado por nutricionistas e também por profissionais de outras áreas, também interessados nessa temática.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado através de uma revisão bibliográfica, baseada na leitura e interpretação de referenciais científicos sobre o tema de estudo. Os referenciais selecionados, condizentes com a proposta, foram publicados entre os anos de 1991 a 2018 e foram escolhidos por suas ideias contribuírem com a resposta dos objetivos propostos.

Os temas de suas discussões envolvem: o trabalho do nutricionista; Síndrome de Down; trabalho multidisciplinar; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes).

2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA NUTRIÇÃO NO ATENDIMENTO A PORTADORES DA SÍNDROME DE DOWN

A emergência da nutrição enquanto ciência, política social e/ou profissão é relativamente recente, característico do início do século XX (VASCONCELOS, 2002). Este fato contribui para que, ainda nos dias de hoje, exista uma resistência por parte dos indivíduos em procurar tal apoio.

Conforme o Art. 3º da Lei Nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, compete ao nutricionista exercer algumas atividades privativas, tais como o planejamento, organização, direção, supervisão e avaliação de serviços de alimentação e nutrição;

auditoria, consultoria e assessoria em nutrição e dietética; assistência e educação nutricional e coletividades ou indivíduos, sadios ou enfermos, em instituições públicas e privadas e em consultório de nutrição e dietética; assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e a nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dieta para enfermos.

Essas atividades são exercidas mediante a especialização dos profissionais em diferentes áreas, tais como a de Saúde Pública e a Nutrição Clínica, ramos que vem ganhando destaque por sua contribuição para a recuperação/manutenção do estado nutricional dos pacientes. Nesses casos, é importante que os nutricionistas conheçam as patologias de seus pacientes, para que possam realizar um adequado atendimento e acompanhamento profissional.

No caso da SD, seus sintomas são diversos. Além dos aspectos físicos que possibilitam o reconhecimento dos portadores dessa síndrome, outros sintomas envolvem questões fisiológicas, desencadeadoras de atraso no desenvolvimento, cardiopatia congênita, hipotonia, problemas de audição e de visão, alterações na coluna vertebral, distúrbios da tireoide, problemas neurológicos, obesidade e envelhecimento precoce (BOSCO, et al, 2011).

Em consequência, portadores da SD devem ter cuidados especiais em relação a sua alimentação, o que se deve a sua maior susceptibilidade em desenvolver o hipotireoidismo, a sua taxa metabólica basal mais lenta, além da dificuldade na mastigação - que pode desencadear compulsão alimentar - e hipotonia dos músculos envolvidos na digestão (MOURA, et al, 2009).

O desenvolvimento de pesquisas com foco nos portadores da SD contribui para que as suas peculiaridades sejam mais bem compreendidas e, com isso, eles possam desfrutar de uma melhor qualidade de vida. É esse o caso do trabalho de Macedo (et al, 2018) que, ao realizarem uma avaliação do perfil nutricional de crianças e adolescentes portadores de tal síndrome, fazem um alerta a respeito da importância de eles passarem por um acompanhamento nutricional adequado.

O acompanhamento nutricional deve contribuir para a aquisição de hábitos alimentares adequados pois, conforme destacado, sabe-se que o estimulo contribui para que as pessoas com SD tenham uma vida saudável e inclusiva (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012). Esse acompanhamento pode ser feito mediante diferentes estratégias que dão novo significado ao ato de comer e possibilitam a prática da educação nutricional (GIARETTA e GHIORZI, 2010).

Moura (et al, 2009) contribuem a esse respeito, ao salientarem algumas recomendações nutricionais importantes. Entre tais recomendações, destacamos a importância do aleitamento materno para a melhoria do tônus muscular dos lábios, boca e língua e para a obtenção de anticorpos; o estímulo a mastigação dos alimentos por meio de refeições fracionadas em intervalos de 3 a 4 horas; organização de uma dieta adequada, evitando-se refrigerantes e doces e optando por frutas, legumes e verduras; controlar a quantidade de massas; e incentivar o consumo de sucos ácidos, importantes para combater infecções urinárias.

Uma importante estratégia seria a realização do atendimento em estabelecimentos educacionais, com destaque para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), organização social que inclui portadores da SD na população atendida. Uma das vantagens dessa estratégia se deve a difusão das Apaes pelo território brasileiro, o que se faz por meio de 2.178 Apaes e entidades filiadas que atendem cerca de 250.000 pessoas com deficiência intelectual e múltipla diariamente (APAE, 2018).

Nesta estratégia, o nutricionista compõe uma equipe multidisciplinar, somando-se a outros profissionais da área educacional e da saúde. A integração entre as diversas áreas é importante para a reabilitação, pois as necessidades e dificuldades apresentadas são minimizada pelo grupo na resolução dos problemas (BERVIAN, et al, 2017).

Desse modo, o trabalho do nutricionista não se faz de modo isolado e esporádico, mas por meio de um acompanhamento adequado, de modo conjunto a profissionais da área da fisioterapia, medicina, psicologia, pedagogia, dentre outros. Essa estratégia possibilita que alunos, pais e demais responsáveis sejam conscientizados sobre os benefícios que a educação nutricional proporciona aos portadores da SD, sendo essencial o acompanhamento profissional junto a esse grupo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, salientamos a importância da atuação do nutricionista no atendimento aos portadores da SD, que necessitam de profissionais capacitados que lhes proporcionem informações e um acompanhamento adequado às suas necessidades.

O nutricionista pode contribuir para a inclusão social dos portadores da SD pois, ao adquirem hábitos saudáveis, esses indivíduos têm estimulado o seu desenvolvimento intelectual e psicomotor, o que contribui para a realização de atividades rotineiras e para a sua autonomia. Salientamos que o trabalho nas Apaes contribui para esse fim e, por esse motivo, deve ser estimulado.

4 REFERÊNCIAS

APAE BRASIL. **Apae em números**. Disponível em: < http://apae.com.br> Acesso em: 22 agosto. 2018.

BERVIAN, Juliane; PORTO ALEGRE, Guilherme Stein; MAGNABOSCO, Caroline. Uma visão do tratamento multidisciplinar em alunos com Síndrome de Down na APAE/ Passo Fundo: relato de projeto de extensão. **Expressa Extensão** (UFPEL), v. 22, p.104-121, 2017.

BOOG, M. C. F. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. **Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v. 1, p. 33-42, 2008.

BOSCO, Simone Morelo Dal; SCHERER, Fernanda; ALTEVOGT, Chirlei Graziela. Estado nutricional de portadores de síndrome de Down no Vale do taquari-RS. **ConScientia e Saúde** (Impresso), v. 10, p. 278-284, 2011.

BRASIL. Lei Nº 8.234, de 17 de setembro de 1991. Regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências. Brasília – DF, 1991.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**. Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 60p.

GIARETTA, Andréia Gonçalves; GHIORZI, A. R. Cuidado Nutricional: olhar sensível, interdisciplinar para as famílias de pessoas com Síndrome de Down. **Revista Enfermagem**, UERJ, v. 18, p.610-615, 2010.

MACEDO, M. R.; MUNHOZ, K. O; SCHMITT, V; FONSECA, E. G. J; CHICONATTO, P. Avaliação do perfil nutricional de crianças e adolescentes com Síndrome de Down da Apae de Guarapuava – PR: Pressupostos para um aconselhamento nutricional. **Revista de Estudos do Vale Iguaçu**, v.1, p.63-74, 2018.

Moura, A. B; MENDES, A; Perin, A; PASSONI, Cynthia R Matos Silva. Aspectos Nutricionais em Portadores da Síndrome de Down**. Cadernos da Escola de Saúde**, v. 02, p. 07-12, 2009.

VASCONCELOS, F. A. G. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 15, n.2, p. 127-138, 2002.

OZONIOTERAPIA NA MEDICINA VETERINÁRIA – REVISÃO DE LITERATURA

VIER, Jaine[532]
CORREA, Thaynara Miranda[533]
LAZAROTTO, Eugenio Luiz[534]

RESUMO: A técnica de ozonioterapia está sendo utilizada frequentemente no dia a dia da cínica veterinária, aumentando seu campo de atuação, com tratamentos menos invasivos que os tradicionais e, economicamente viável. O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão de dados bibliográficos onde a ocorre uma discussão sobre a técnica de ozonioterapia e como esta pode ser utilizada na clínica médica veterinária.

Palavras-chave: Ozonioterapia. Ozônio. Gás.

1 INTRODUÇÃO

A ozonioterapia cada dia mais tem sido utilizada, sendo um exemplo que já vem sendo amplamente aplicada tanto na saúde humana quanto no animal; esta traz para a clínica mais um meio de terapia complementar, com resultados gradativamente satisfatórios e com um custo acessível aos pacientes. Na medicina veterinária, há uma busca gradativa e incessante de tratamentos alternativos que possam ajudar de forma economicamente viável e eficiente (HADDAD et al., 2009).

O ozônio é um gás instável, este atua através de mecanismos que estão diretamente relacionados com os produtos gerados pela interação seletiva desse gás com componentes orgânicos; compostos que estão presentes no plasma e na membrana celular e que possibilitam o mesmo de realizar diversas ações biológicas e propriedades terapêuticas (SANCHEZ, 2008).

O gás ozônio foi descoberto na Suíça em 1840 por Christian Friedrich Schobein; enquanto trabalhava com alta eletricidade e na presença de oxigênio, produziu uma descarga elétrica e detectou a formação de um gás de odor desagradável. Mais tarde, em 1854, Werner Von Siemens construiu o primeiro gerador de ozônio, refazendo as condições de formação desse gás. Nessa época já acreditava de que o ozônio era instável, tendo que ser produzido e logo em seguida utilizado. Com a criação de geradores de ozônio iniciou-se sua utilização na aplicação industrial, o que comprovou que este possuía uma potente ação bactericida.

[532] Medicina Veterinária, 8° Período, Centro Universitário Campo Real.
[533] Medicina Veterinária, 8° Período, Centro Universitário Campo Real.
[534] Esp. Saúde Coletiva.

O ozônio é um gás natural, que tem uma fórmula química de O^3, ou seja, um gás com 3 moléculas de oxigênio; o ozônio é igual ao oxigênio, porém, com uma molécula a mais (OLIVEIRA, 2007).

2 DESENVOLVIMENTO

Para a formulação desse trabalho de revisão de literatura, foram utilizados dados bibliográficos eletrônicos com os termos buscados "*Ozonioterapia animal"*, "*Ozonioterapia"*, "*Medicina veterinária e Ozonioterapia*". Sendo utilizados artigos científicos, livros e revistas online para complementar a pesquisa.

Atualmente a ozonioterapia demonstra excelentes resultados em diversas patologias, sua utilização medicinal é considerada como uma terapia que causa um estresse oxidativo, resultando na produção do efeito antioxidante pelo organismo, proporcionando à melhora do paciente (DI MAIO et al., 2009).

Por ser uma substância que apresenta a capacidade de oxidação, através de uma reação química consegue passar um elétron próprio para outra substância. Ao se encontrar com um tecido biologicamente ativo, este reage com inúmeras biomoléculas agrupadas formando um sistema de tamponamento antioxidante. A maior parte dessas biomoléculas tem papel anti-inflamatório e analgésico que agem de forma simultânea à ação antioxidante e promovem a eficácia da terapia (BOCCI, 2005).

O ozônio em relação ao oxigênio é dez vezes mais solúvel, possuindo uma capacidade maior para se difundir e penetrar nos tecidos, dissolver-se no plasma sanguíneo e nos fluidos extracelulares; porém, o ozônio não permanece estável nesses meios líquidos, já que é um potente oxidante, acabando por reagir imediatamente com moléculas presentes nesses meios (SANCHEZ, 2008).

A utilização do ozônio para fins medicinais requer o uso de oxigênio puro, para evitar assim a presença de outros gases que provavelmente possam ser tóxicos. Ao gerar o ozônio teremos uma variação de concentração, sendo até 95% de oxigênio e 5% de ozônio (OLIVEIRA, 2014).

Dentro de um gerador o oxigênio passa por uma descarga elétrica chamada de descarga corona, onde algumas moléculas de oxigênio são quebradas dando origem à formação do oxigênio atômico, e este ao juntar-se ao oxigênio molecular dá origem à molécula de ozônio. A concentração de ozônio depende do fluxo de oxigênio e de parâmetro elétricos do gerador; estas concentrações são aferidas por métodos

fotométricos, dando com resultado uma tabela de concentração ou indicadores digitais da concentração de ozônio (BOCCI, 2005).

O ozônio possui propriedades bactericidas, fungicidas e viricidas. Além disso, a sua reação combinada com ácidos graxos insaturados das membranas celulares origina uma série de peróxidos hidrófilos, estes estimulam a formação de substâncias desoxigenantes que atuam sobre a oxiemoglobina, liberam oxigênio e aumentam sua disponibilidade para os tecidos; com isto, favorece a regeneração dos tecidos e ativa as propriedades anti-inflamatórias e antissépticas (SANCHEZ, 2008).

O tempo de vida da molécula de ozônio está diretamente correlacionada à temperatura, quanto maior a temperatura ambiente, menor o tempo de vida do gás (OLIVEIRA, 2007).

O ozônio pode ser utilizado por via endovenosa, oral, uretral, intra-arterial, intramuscular, subcutânea, insuflação retal e vaginal, auto-hemoterapia menor, auto-hemoterapia maior, intrarticular, intraperitoneal, intrapleural, intradiscal, e através do uso tópico de água e/ou óleo ozonizados (BOCCI, 2005).

É proibido a aplicação direta do ozônio por via endovenosa, intra-arterial e via inalatória, devido seus efeitos tóxicos na traquéia e brônquios. (OLIVEIRA, 2007).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ozonioterapia está começando a ganhar espaço na medicina veterinária, uma opção de tratamento para as mais diversas patologias e aumentando o campo de atuação do Médico Veterinário. O sucesso da ozonioterapia depende que a dose e a concentração de ozônio estejam corretas, para que isso ocorra o gerador de ozônio deve estar sempre em manutenção e calibrado corretamente. O O^3 é uma técnica que deve ser utilizada por profissionais treinados para possibilitar a melhor forma de aplicação e obter resultados satisfatórios, visando sempre a saúde do paciente.

4 REFERÊNCIAS

BOCCI, V. **Ozone A New Medical Drug**. 1ª ed. USA: Springer, 2005, 313 p.

DI MAIO, L. V.; URRUCHI, W.; RODRIGUEZ, Z. Z. Utilidad potencial de la Ozonoterapia en la Medicina Veterinaria. **REDVET: Revista electrónica de Veterinaria**. v. 10, n. 10, 2009.

HADDAD, M. A.; SOUZA, M.V.; HINCAPIE, J. J.; RIBEIRO JUNIOR, J. I.; RIBEIRO FILHO, J. D. BENJAMIN, L. A. Comportamento de componentes bioquímicos do sangue em equinos submetidos à ozonioterapia. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec**, v. 61, n. 3, p. 539-546, 2009.

OLIVEIRA, H. H.; LIMA, C. J.; FERNANDES, A. B.; ZANGARO, R. A. MOREIRA, L. H. Uso de óleo ozonizado no tratamento tópico de infestação por carrapato em cão - Relato de caso. **Rev. Bras. Med. Vet**. p. 405-408, 2014.

OLIVEIRA, J. T. C. **Revisão sistemática de literatura sobre o uso terapêutico do ozônio em feridas**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo – SP. 2007, 255p.

SANCHEZ, C. M. S. **A utilização do óleo ozonizado para o tratamento tópico de lesões em porquinho da índia (*Cavia porcellus*) - relato de caso**. Monografia. Universidade Castelo Branco, Itatiba – SP. 2008, 38p.

EXCISÃO CIRÚRGICA DE CARCINOMA EPIDERMOIDE EM CÃO E ENXERTIA DE CARTILAGEM AURICULAR SUÍNA - RELATO DE CASO

ALMEIDA, Karine Cristine[535]
SANTI, Pablo Roniel[536]
RODRIGUES FRANÇA, Moana[537]
LAZAROTTO, Eugenio Luiz[538]

RESUMO: O carcinoma epidermoide é uma neoplasia epitelial, de caráter maligno, comum em caninos e felinos. O presente trabalho relata a excisão cirúrgica de um tumor de 2,7 kg na região abdominal esquerda um cão Rottweiler. A massa tumoral encontrava-se aderida à musculatura, sendo necessária a retirada de parte desta, resultando em grande ferida cirúrgica. Para a oclusão das bordas cirúrgicas utilizou-se cartilagem auricular suína tratada com glicerina 98% por 21 dias. Após 72 dias do procedimento cirúrgico não houve indício de rejeição do enxerto, constatando sucesso na técnica.

Palavras-chave: Neoplasia. Enxerto. Cartilagem auricular.

1 INTRODUÇÃO

Neoplasias de pele e de tecidos moles são achados frequentes na clínica de pequenos animais devido a diversas características específicas desse tipo de tecido (MENDES et al., 2016).

O carcinoma epidermóide é uma neoplasia maligna das células espinhosas da derme, especificamente nos queratinócitos, sendo comum no cão e no gato (FREITAS, 2010). Segundo Medleau et al. (2009), na clínica veterinária essa enfermidade corresponde a 15% dos tumores cutâneos em gatos e 5% em cães. Sua etiologia é pouco conclusiva e supõe-se que a causa seja a exposição a luz ultravioleta. Em lesões não associadas à exposição a luz ultravioleta podem ocorrer em qualquer local do corpo (ROSOLEM, MOROZ, RODIGHERI, 2012).

A extensão do tumor mostra-se um fator limitante na realização de processos cirúrgicos, pois a exérese pode gerar grande perda tecidual. O emprego de enxertia membrana biológica pode ser utilizado para oclusão de bordas cirúrgicas (REGO, et al., 2017).

[535] Acadêmica de Medicina Veterinária, décimo período, Centro Universitário Campo Real.
[536] Acadêmico de Medicina Veterinária, oitavo período, Centro Universitário Campo Real.
[537] Doutora em Ciências, Centro Universitário Campo Real.
[538] Professor, Médico Veterinário, Centro Universitário Campo Real.

A utilização de membrana biológica para enxertos é descrita por Contesini et al. (2004) e Rapetti et al. (2003) com a utilização de cartilagem auricular de cães, por Rabelo et al. (2004) e Silva et al. (2015) com a utilização de cartilagem auricular de bovinos e por Rego et al. (2017) com a utilização de cartilagem auricular de suínos. A técnica de preparo consiste na retirada de toda pele, tecido subcutâneo e quaisquer outras estruturas que não sejam cartilagem, pois esta é composta de fibras elásticas, reticulares e colágenas, gerando resistência (SILVA, et al., 2005). A glicerina tem grande propriedade de conservação de material biológico (RAPPETI, et al., 2003). O tempo mínimo para condicionamento em glicerina é de 30 dias (CONTESINI, et al., 2004; RABELO, et al., 2004; RAPETTI, et al., 2003; REGO, et al., 2017; SILVA, et al., 2005).

O presente trabalho objetiva o relato de caso da retirada cirúrgica de carcinoma epidermoide em região abdominal esquerda de um canino Rottweiler, utilizando técnica não convencional, com enxerto de cartilagem auricular suína.

2 DESENVOLVIMENTO

Paciente da espécie canina, macho, íntegro, Rottweiler, 4 anos de idade, pesando 47,5 kg, atendido no Departamento Veterinário Real Vet, do Centro Universitário Campo Real. A queixa principal foi de aumento de volume na região abdominal esquerda. Segundo relato do tutor, o aumento de volume na região era perceptível um ano antes da primeira consulta, entretanto observou-se um grande aumento de volume durante os 2 meses que precederam a consulta. No exame clínico o animal apresentava dispneia e a presença de grande massa na região do abdômen no lado esquerdo, com consistência dura, sem alteração na epiderme. Foi indicada a realização de exame radiográfico, que constou que a massa encontrava-se aderida à musculatura.

Após as análises clínicas considerou-se como a melhor opção o procedimento cirúrgico para exérese tumoral. O animal foi induzido por meio de MPA - TIVA (Total Intravenous Anesthesia) com Acepromazina 0,1%, Midazolan 5 mg/mL e Cetamina 10%, na dose de 0,5 mL de cada fármaco. A indução anestésica foi realizada com Propofol 10mg/mL associado à Cetamina 10%, na proporção de 6 partes para 1, IV. Foi efetuada a tricotomia ampla de toda região abdominal acometida pelo tumor. Para analgesia utilizou-se 8 ml de Lidocaína 20 mg/mL via epidural, aplicada no espaço lombossacro (L7 e S1), que realiza analgesia músculo-esquelética da região póstero-

umbilical. Para analgesia músculo-esquelética ântero-umbilical utilizou-se 4,7 ml de Fentanil (50 mcg/mL) em bolus durante o processo cirúrgico.

O processo cirúrgico iniciou após posicionamento do animal em decúbito lateral direito, realização de assepsia da área a ser incisada com Clorexidina, Álcool 70% e Iodo PVPI. A incisão de pele foi realizada em forma de "Z", para facilitar no processo de síntese, abrangendo todo o volume tumoral. Após primeira análise foi confirmada forte aderência da massa tumoral à musculatura, resultando na retirada da mesma. As incisões cirúrgicas na musculatura que rodeava o tumor provocaram pequenos quadros hemorrágicos, que foram contidos com a aplicação de 13 mL de Ácido Tranexâmico 50 mg/mL. A massa tumoral estendia-se cranialmente até a 11ª costela abdominal esquerda, ventralmente até a altura da virilha, e medialmente até o peritônio. Juntamente com a massa tumoral foram retiradas as 11ª, 12ª e 13ª costelas do lado esquerdo, pois encontravam-se englobadas pelo tumor. Uma porção do peritônio necessitou ser removida juntamente com a musculatura, por segurança. O fio empregado para sutura foi o Vicryl 1-0. Devido à extensão da ferida cirúrgica, não foi possível aproximar totalmente as bordas musculares. Desta forma, a estratégia empregada para oclusão das bordas cirúrgicas foi o enxerto de cartilagem auricular suína descelularizada, tratada com glicerina 98%.

A cartilagem estava condicionada em glicerina por 21 dias. Para a utilização, esta foi lavada com solução fisiológica (NaCl 0,9%) e iodo PVPI, para retirada de glicerina, e mantida por 30 minutos em solução de mesma composição para hidratação. O tamanho do enxerto foi compatível com as bordas da ferida cirúrgica. Para realizar a fixação do enxerto foram empregadas várias ancoragens de Nylon 2-0 para unir musculatura e peritônio à cartilagem glicerinada. Desta forma, a cartilagem auricular mostrou-se competente no processo de fechamento das bordas. Após fechamento da cavidade foi realizada sutura na pele com fio de Nylon 2-0. Concluído o processo cirúrgico a região dos pontos foi enfaixada para reforçar as chances da área incisada a não abrir e evitar deiscência de pontos ou contaminação. Para o pós-operatório foi receitado ao tutor administrar: Antibioticoterapia: Cefalexina 500 mg, 2 comp., BID, por 10 dias. Antinflamatório: Meloxicam 6 mg, 1 comp., SID, por 5 dias; Dipirona 1 g, 1 e 1/2 comp., TID, por 15 dias. Analgesico: Tramadol 50ml, 2 comp., a cada 48 horas, por 7 dias. Suplemento alimentar: Glicopan.

Após o fim do processo cirúrgico a massa tumoral foi pesada, totalizando 2,7 kg. Um fragmento da massa tumoral foi coletado, fixada em formol e enviado para

exame histopatológico. A análise microscópica revelou áreas localizadas de exsudação proteica com presença de proliferação de tecido conjuntivo e células anaplásicas epiteliais; relação núcleo-citoplasma aumentada; mitoses atípicas. O diagnóstico histopatológico foi de Carcinoma Epidermóide.

Após 11 dias do processo cirúrgico o animal retornou à Real Vet. Para melhor análise dos resultados o processo de MPA foi repetido como descrito no processo pré-cirúrgico. A faixa foi retirada para realização de limpeza do local. Constatou-se boa cicatrização, com presença de seroma subcutâneo na região do enxerto de cartilagem auricular suína. Foi realizada drenagem do seroma seguida de aplicação óleo de copaíba ozonizado e ozonioterapia subcutânea no local da cirurgia, 120 ml a 40 gammas/mg/mL. Posteriormente foi colocada nova faixa no local. Após 72 dias do processo cirúrgico o animal retornou para nova avaliação. O local cirúrgico não demonstrava nenhum sinal de rejeição ao enxerto. Dessa forma constatou-se que a técnica de enxerto de membrana biológica de cartilagem auricular suína tratada com glicerina 98% foi eficaz.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A remoção cirúrgica da massa tumoral e enxerto de cartilagem auricular suína glicerinada foi realizada com sucesso, não apresentando rejeição imune. O procedimento cirúrgico foi benéfica para o bem-estar animal. Por ser uma neoplasia maligna e agressiva, recomenda-se realização de exames de rotina, para acompanhar a evolução do quadro clínico do paciente, e se o médico veterinário julgar prudente, instituir tratamento com quimioterápico. Ressalta-se a importância de, antes de qualquer procedimento cirúrgico para exérese tumoral, realizar biópsia para constatação de que tipo tumoral acomete o portador.

4 REFERÊNCIAS

CONTESINI, E. A. et al. Cartilagem homóloga conservada em glicerina para restauração de fenda de palato duro experimental em cães. **Revista de FZVA,** Uruguaiana, v.11, p. 128-139. 2004.

FREITAS, A. I. A. et al. Relato de casos de Carcinoma Epidermóide em cães Pit Bulls, atendidos no Hospital Veterinário da Universidade Federal de Uberlândia. **PUBVET**, Londrina, V. 4, N. 41, Ed. 146, Art. 982, 2010.

MEDLEAU, L. et al. **Dermatologia de Pequenos Animais: Atlas colorido e guia terapêutico**. 2° edição. São Paulo: Roca. Cap. 16, p.395-398, 2009.

MENDES, R. S. et al. **Carcinoma Epidermóide e Hemangiossarcoma Cutâneo em um cão - aspectos clínicos e citológicos.** Anais 37º Anclivepa, p.0110, 2016.

RABELLO, R. E. et al. Uso da cartilagem auricular bovina conservada em glicerina a 98% como implante heterólogo na hernioplastia de ovino. **Brazillian Journal Veterinary Animal Science.** v. 41, (suplemento). p. 246-247. 2004.

RAPETTI, J. C. S. et al. Reconstituição experimental de parede torácica de gatos com implante heterógeno de cartilagem auricular conservada em glicerina a 98%. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 33, n. 6, p. 1089-1094, 2003.

REGO, R. O. et al. **Ensaio biomecânico de cartilagem auricular suína conservada em glicerina 98% e da tela de polipropileno para utilização como implantes cirúrgicos**. In: 38º Congresso Brasileiro da Anclivepa, 2017, Recife. *Anais*… Recife, 2017. p. 2031-2034.

ROSOLEM, M.C., MOROZ, L.R. e RODIGHERI, S.M. Carcinoma de células escamosas em cães e gatos - Revisão de literatura. **PUBVET**, Londrina, V. 6, N. 6, Ed. 193, Art. 1299, 2012.

SILVA, L. A. F. et al. Hernioplastia umbilical em bovino: emprego de implante de cartilagem auricular homóloga e avaliação clínica dos resultados. **Acta Scientiae Veterinariae,** Porto Alegre-RS, v. 33, n. 1, p. 57-62. 2005.

PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

CARNEIRO, Yuri dos Santos[1]
DOS SANTOS, Leonardo Moreira[539]
NEGRÃO, Stefan Wolanski[540]

RESUMO: O objetivo de tal trabalho foi apresentar a prevalência de hipertensão arterial sistêmica (HAS). O material utilizado para compor esse documento foram artigos relacionados à prevalência da hipertensão na região do Rio Grande do Sul, no interior do Paraná e interior de Santa Catarina. De fato, por ser uma doença frequentemente assintomática, a hipertensão arterial foi incluída na nosologia médica, a partir dos estudos epidemiológicos que repetidamente identificavam sua associação com várias desordens que incluem doenças coronarianas, acidente vascular cerebral, insuficiência cardíaca e renal

Palavras-chave: Hipertensão. Prevalência. Fatores de Risco.

1 INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) está vinculada as doenças cardiovasculares que mais afetam a população brasileira nos dias atuais. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) as doenças cardiovasculares são, hoje, as maiores causas de morte no Brasil, em segundo lugar as neoplasias e em terceiro o diabetes. Um dos principais agravantes da hipertensão arterial sistêmica é o fato dela ser assintomática, porém é uma doença que causa alterações fisiológicas em grande parte do corpo humano.

Além disso, a doença está diretamente relacionada a patologias letais ao humano, como acidente vascular cerebral (AVC), doenças coronarianas, insuficiência cardíaca (IC) e renal. Dessa forma, a hipertensão arterial sistêmica deve ser controlada, pois o seu diagnóstico precoce pode prevenir inúmeras enfermidades.

O objetivo deste trabalho foi avaliar a prevalência da hipertensão arterial no sul do Brasil, levando em consideração os artigos publicados pela SBC. Os presentes artigos foram abordados nos municípios de Cianorte – Paraná, Tubarão – Santa Catarina, Região Urbana de Porto Alegre – Rio Grande do Sul e Passo Fundo – Rio Grande do Sul (MALACHIAS, 2016).

2 DESENVOLVIMENTO

[539] Graduandos de Medicina do segundo período do Centro Universitário Campo Real
[540] Professor Orientador do Centro Universitário Campo Real

Foi utilizado como material de analise, artigos relacionados a prevalência da hipertensão artéria sistêmica na região Sul do Brasil. Dentre os artigos foram abordados várias faixas etárias, a amostra dos trabalhos compreendeu pessoas do sexo masculino de 18 a 74 anos de idade e mulheres de 18 a 74 anos. Os grupos foram selecionados de acordo com o IBGE no ano de 2003, dividindo-se pelo total da população estimada (PT). O cálculo da taxa de prevalência ajustada pela idade foi realizado conforme a fórmula: PT / (n1xp1) + (n5xp5).

De fato, todos os estudos realizados utilizaram o delineamento transversal e de base populacional, houve divergências e semelhanças na definição da população estudada por eles, tendo processo de amostragem aleatória proporcional por estágios múltiplos e conglomerados como o método mais utilizado. Paralelamente, fora utilizado dados do IBGE, bem como dados do Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos (Hiperdia) e no Sistema de Informação da Atenção Básica (Siab). No critério utilizado para classificação da *HAS* os valores de pressão sistólica e diastólica para classificar os indivíduos como hipertensos teve divergências, apresentando tanto valores de pressão arterial maior ou igual 140/90mmHg quanto valores de pressão arterial maior ou igual 160/95mmHg, dessa forma sem um consenso.

Para a determinação da PA, foram utilizados esfigmomanômetros anaeróides de várias marcas, de acordo com o sistema integrado para calibração de esfigmomanômetros. Paralelamente, a pressão arterial foi aferida também por manômetros de mercúrio Premium, da GLICOMED, modelo CE 0197, (GLICOMED Produtos Médicos e Hospitalares, Brasil), com precisão de 2mmHg. O manguito foi selecionado após a medida da circunferência braquial, sendo utilizados os tamanhos adultos pequeno, adultos normal e adultos grande, de acordo com tabela publicada pelas IV Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial[541] , de forma que a largura da bolsa de borracha correspondesse a 40% da circunferência do braço e o seu comprimento envolvesse pelo menos 80%.

Das 3478 pessoas entrevistadas, somatizando todos os artigos, as taxas de indivíduos que possuem conhecimento da sua condição de hipertenso variaram de

[541] Sociedade Brasileira de Cardiologia. IV diretrizes brasileiras de hipertensão. Campos do Jordão: Sociedade Brasileira de Cardiologia; 2002.

42,3% a 82,2%. Paralelamente, a taxa de indivíduos que tratam a doença variou de 11,4% a 53,3% e a taxa de indivíduos controlam a doença variou de 10,1% a 35,5%, de acordo com a tabela 1.

Tabela 1 – Conhecimento, tratamento e controle da PA em 14 estudos populacionais brasileiros, publicados no período de 1995ª 2009.

Autor/ano por região	Local	Número de indivíduos	Conhecimento	Tratamento	Controle
Sul					
Fuchs et al. 1995	Porto Alegre (RS)	1.091	42,3	11,4	35,5
Gus et al. 2004	Rio Grande Sul	1.063	50,8	40,5	10,4
Oliveira e Nogueira, 2003	Cianorte (PR)	411	63,2	29,9	20,9
Trindade, 1998	Passo Fundo (RS)	206	82,2	53,3	20
Pereira et al. 2007	Tubarão (SC)	707	55,6	50,0	10,1
Sudeste					
Freitas et al. 2001	Catanduva (SP)	688	77	61,8	27,6
Souza et al. 2003	Campos dos Goytacazes (RJ)	1.029	29,9	77,5	35,2
Barreto et al. 2001	Bambuí (MG)	2.314	76,6	62,9	27
Castro et al. 2007	Formiga (MG)	285	85,3	67,3	14,7
Mill et al. 2004	Vitória (ES)	1.656	27,0		
Centro-Oeste					
Jardim et al. 2007	Goiânia (GO)	1.739	64,3	43,4	12,9
Cassanelli, 2005	Cuiabá (MT)	1.699	68,3	68,5	16,6
Rosário et al. 2009	Nobres (MT)	1.003	73,5	61,9	24,2
Souza et al. 2007	Campo Grande (MS)	892	69,1	57,3	-

Nessa ótica é necessário que haja um direcionamento melhor do tratamento da doença, visto que embora os índices de tratamento estejam elevados poucos conseguem o controle da doença, fato este evidenciado de forma mais clara no município de Tubarão, com taxas de tratamento de 50 % mas com controle da doença de apenas 10,1%. Desse modo, a HAS deve ser tratada como uma doença de grande agravo para a saúde pública, uma vez que o indivíduo acometido com tal condição pode vir a ter diversos prejuízos relacionados a ela, como infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral e ou hemorrágico, dentre outros. (MALACHIAS, 2016)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados encontrados nessa pesquisa revelam que a hipertensão arterial sistêmica é um agravo na região Sul do país, apontando que a sua prevalência vem ultrapassando os limites médios dos grandes centros urbanos. De fato, os índices de

conhecimento, tratamento e controle da HAS são importantes, porém não suficientes para a estabilização da doença.

Estratégias e campanhas que enfatizem o papel do atendimento interdisciplinar e a organização da sociedade são as medidas que poderão levar mudanças positivas na manutenção da pressão arterial desses grupos de risco. Portanto, se os achados definem claramente uma justificativa endêmica para buscar modelos de intervenção, faz-se necessário resgatar a complexidade da doença e as relações interdisciplinares que ela envolve, visto que vão além das características sociais.

4 REFERÊNCIAS

GUS, ISEU, ERNO HARZHEIM, CLÁUDIO ZASLAVSKY, CLÁUDIO MEDINA, AND MIGUEL GUS. "Prevalência, Reconhecimento e Controle Da Hipertensão Arterial Sistêmica No Estado Do Rio Grande Do Sul." **Arquivos Brasileiros de Cardiologia** 83, no. 5 (November 2004). doi:10.1590/s0066-782x2004001700009.

MALACHIAS, MVB et al. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial: Capítulo 1 - Conceito, Epidemiologia e Prevenção Primária. **Arq. Bras. Cardiol.** São Paulo, v. 107, n. 3, supl. 3, p. 1-6 de setembro de 2016.

Oliveira, Rosângela Ziggioti de, and Jarbas Leite Nogueira. "Hipertensão Arterial No Município de Cianorte, Estado Do Paraná, Brasil**." Acta Scientiarum. Health Science** 25, no. 1 (April 17, 2003). doi:10.4025/actascihealthsci.v25i1.2302.

PEREIRA, Marcia Regina et al . Prevalência, conhecimento, tratamento e controle de hipertensão arterial sistêmica na população adulta urbana de Tubarão, Santa Catarina, Brasil, em 2003. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 23, n. 10, p. 2363-2374, Oct. 2007 .

PICCINI, Roberto Xavier; VICTORA, Cesar Gomes. Hipertensão arterial sistêmica em área urbana no sul do Brasil: prevalência e fatores de risco. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 28, n. 4, p. 261-267, Aug. 1994 .

TRINDADE, Ibsen S. et al . Prevalência da hipertensão arterial sistêmica na população urbana de Passo Fundo (RS). **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo , v. 71, n. 2, p. 127-130, Aug. 1998 .

TRANSGÊNICOS E SAÚDE

SANTOS, Agda Morgana[542]
PELEGRINI, Luciana Luiza [2]

RESUMO: Os organismos geneticamente modificados, OGMs, estão cada vez mais presentes na alimentação da população, fato que gera vários questionamentos quanto à regulamentação e os possíveis reflexos que podem gerar na saúde de quem os ingere. Diante disso, o objetivo da pesquisa é revisar, por meio de 10 artigos, a regulamentação dos alimentos transgênicos e como estes interferem na saúde. Com base na literatura, pode-se concluir que a regulamentação no Brasil é um tanto rígida, bem como, no que tange aos reflexos na saúde, não se pode afirmar que apresentam riscos.

Palavras-chave: OGMs. Alimentos transgênicos. Saúde. Regulamentação.

1 INTRODUÇÃO

Os alimentos transgênicos são feitos a partir da transformação genética a qual consiste na introdução controlada de genes em um genoma receptor por meio da tecnologia do DNA recombinante. Diante da manipulação dos genes e da inserção de bactérias nesse processo, muitos estudos creem que os organismos geneticamente modificados foram poucos estudados antes de serem implantados na alimentação da população, fato que consideram ser geradores de alergias, obesidade e causadores de resistência das bactérias frente aos antibióticos. Além disso, há dúvidas quanto à legislação para que os alimentos geneticamente modificados sejam implantados na alimentação. Nesse sentido, esta revisão bibliográfica visa compreender a regulamentação para os alimentos geneticamente modificados, bem como a interferência na saúde da população que os ingere.

2 REGULAMENTAÇÃO E REFLEXOS NA SAÚDE

Para que haja a liberação e comercialização dos alimentos geneticamente modificados existem dois critérios de controle: a equivalência substancial e o princípio da precaução. A equivalência substancial consiste na avaliação de alimentos transgênicos por meio da comparação destes com seu análogo convencional com

[542] Acadêmica do curso de Medicina, segundo semestre, Faculdade Campo Real.

[2] Orientadora, docente do curso de Medicina, Centro Universitário Campo Real.

histórico de uso seguro. A utilização da equivalência substancial é feita por meio da análise de características agronômicas, morfológicas e de composição química, possibilitando, assim, a identificação de diferenças entre cultivares geneticamente modificados e os análogos convencionais, geralmente os parentais das plantas transgênicas. Também observa-se, caso haja, modificações nos parâmetros composicionais e nas principais fases do processo metabólico. A análise de segurança deve ser fundamentada nos potenciais riscos que o produto transgênico pode gerar.

O princípio da precaução passou a ser adotado no Brasil a partir da Conferência das Nações Unidas "Para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento", ocorrido no Rio de Janeiro, em 1992, passando a ser denominada de ECO/92. No artigo 15 – onde se insere o princípio da precaução – tem-se a seguinte afirmação:

> Todos os fenômenos e eventos indesejáveis resultantes do crescimento e consumo dos OGM podem ser classificados em três grupos de risco: alimentares, ecológicos e agrotecnológicos. Sendo analisados nos riscos alimentares, que é nosso foco, os efeitos imediatos de proteínas tóxicas ou alergênicas do alimento transgênico, os riscos causados por efeitos pleiotrópicos das proteínas transgênicas no metabolismo da planta, os riscos mediados pela acumulação de herbicidas e seus metabólitos nas variedades e espécies resistentes e o risco de transferência horizontal das construções transgênicas, para o genoma de bactérias simbióticas tanto de humanos quanto de animais (ECO, 1992).

Além disso, existe, para controle, o Co*dex alimentarius* o qual descreve metodologias para o desenvolvimento de avaliações da inocuidade em alimentos derivados de plantas microrganismo com DNA recombinante. O princípio da avaliação da inocuidade proposta pelo Codex a*limentarius para al*imentos geneticamente modificados requer investigar os efeitos diretos sobre a saúde (toxicidade), a tendência a causar reações alérgicas (alergenicidade), os componentes específicos que poderiam ter propriedades nutricionais tóxicas, a estabilidade do gene inserido, os efeitos nutricionais associados com a modificação genética específica e todo efeito não desejado que a inserção do gene poderia originar.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, OMS, em 2005, os efeitos potenciais diretos dos alimentos geneticamente modificados sobre a saúde são geralmente comparados aos riscos associados já conhecidos dos alimentos convencionais. Os fatores, segundo a OMS, que são considerados na avaliação da inocuidade incluem a identidade dos genes de interesse, a composição do organismo geneticamente modificado, o produto da expressão proteica do novo DNA, o potencial

de toxicidade, o potencial de alergenicidade e os possíveis efeitos secundários da expressão genética e ruptura do DNA nas vias metabólicas que inclui composição de macronutrientes, micronutrientes, antinutrientes, tóxicos endógenos, alergênicos e substâncias fisiologicamente ativas.

No que diz respeito à saúde, existem diversos estudos e muitas hipóteses dos reflexos que os alimentos geneticamente modificados podem causar na saúde da população. Uma consideração bastante estudada são os efeitos alergênicos que estão cada vez mais presentes na sociedade, sendo estes julgados como consequências da ingestão de alimentos transgênicos. Além disso, outra hipótese seria a maior resistência das bactérias aos antibióticos. Quando se refere à alergia, os alimentos geneticamente modificados podem causar essa patologia devido à inserção de um gene de um ser vivo para outro ser vivo de diferente espécie. Se o OGM for algum tipo de alimento, este alimento pode vir a causar reações alérgicas, já que possui uma nova substância no seu DNA. Tal fato foi averiguado pelo Instituto de Nutrição de York, na Inglaterra, em 1999, que constatou o aumento de 50% na incidência de alergia a produtos à base de soja, afirmando que o resultado poderia ser atribuído ao consumo de soja geneticamente modificada. Situação ainda pior ocorre quando se utiliza o gene de uma espécie conhecidamente causadora de alergias em um produto transgênico (WATANABE; NUTTI, 2002).

No entanto, com a finalidade de que isso não ocorra e considerando que a alergenicidade constitui-se um risco muito importante a ser avaliado existe uma árvore de decisões para a avaliação do potencial de alergenicidade de novas proteínas em alimentos geneticamente modificados, a qual foi desenvolvida, em 1996, pelo Conselho Internacional de Biotecnologia de Alimentos e pelo Instituto de Alergia e Imunologia do ILSI (International Life Sciences Institute). Esse processo de decisão foi posteriormente revisado, em 2001, na consulta conjunta da FAO/WHO sobre alimentos derivados da biotecnologia (World Health Organization) (WATANABE; NUTTI, 2002). Qualquer resultado positivo define o produto como sendo alergênico, levando à interrupção do desenvolvimento do produto. Um resultado negativo implica a realização de testes *in vitro* adicionais, realizados com soro de pacientes hipersensibilizados a certos grupos de alérgenos relacionados à fonte original do gene. Implica também os testes de resistência da proteína expressa à digestão pela pepsina (“digestive fate”) e a determinação da imunogenicidade em modelos animais, que podem indicar a alta ou baixa probabilidade do potencial alergênico da nova proteína (MUNIZ et al., 2003).

Testes *in vivo* com humanos podem ser considerados em alguns casos, porém não são obrigatórios (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2001).

Lajolo e Nutti (2003) afirmaram que proteínas expressas como consequência da modificação genética, em produtos apresentados para comercialização, não evidenciaram efeitos adversos relevantes em ensaios químicos e toxicológicos. Além disso, em sua maioria, não se mostraram potencialmente alergênicos. Até o momento, não se tem conhecimento de nenhum produto agrícola ou alimento GM aprovado que tenha causado alergias (PEREIRA et al., 2008). Outra preocupação relacionada com os OGMs é o receio de uma possível resistência bacteriana aos antibióticos empregados na modificação genética (NODARI, GUERRA, 2003). Utilizam-se genes marcadores de resistência a antibióticos, cuja função é selecionar e confirmar se a alteração genética foi de fato realizada da maneira planejada. No entanto, discute-se que tais genes podem continuar a ser expressos nos tecidos da planta e, ao serem ingeridos através dos alimentos, reduziriam, no homem, a eficácia do antibiótico comumente administrado no combate a doenças. Argumenta-se também que esses genes de resistência poderiam ser transferidos a patógenos humanos ou animais, tornando nulo o efeito da aplicação de certos antibióticos. A crescente resistência de organismos aos antibióticos vem sendo avaliada como problema grave para a saúde pública (UNION OF CONCERNED SCIENTISTS, 2001). Nota-se que a OMS e as associações americanas enfatizam que os genes resistentes a antibióticos se unidos a alimentos transgênicos poderiam provocar a aparição de super doenças (CAMARA, 2012, p.3.). Todavia, os estudos baseados nessas afirmativas são inconclusivos. Por fim, vale destacar um fator positivo que a biotecnologia dos transgênicos acarreta no âmbito da saúde, a possibilidade de aumentar o valor nutricional dos alimentos.

3 CONCLUSÃO

Embora muito se critique a inserção dos alimentos transgênicos na saúde, os dados obtidos até a presente data das avaliações de regulamentação e risco à saúde não indicam falhas na regulamentação ou danos à saúde dos indivíduos que os ingerem. O que se observa são relatos sobre os efeitos não intencionais, sejam eles pleiotrópicos, sejam provocados pela característica em evidência atuando sobre a saúde humana. No entanto esses fatos até o momento foram invalidados. Diante das controvérsias, é

notória a importância de estudos sobre os organismos geneticamente modificados, principalmente por se tratar da saúde da população.

4 REFERÊNCIAS

COSTA, T. E. M. M. et al. Avaliação de risco dos organismos geneticamente modificados. **Ciência & saúde coletiva,** Cidade, n.11, p.111-222, jan. 2012.

CAMARA, Maria Clara Coelho. et al. Transgênicos: avaliação da possível (in)segurança alimentar através da produção científica. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.3, jul.-set., p.669-681, 2009.

CAVALLI, Suzi Barletto Segurança alimentar: a abordagem dos alimentos transgênicos. **Revista Nutrição** [online], v.14, p.41-46, 2001.

EGOV UFSC. **Organismos geneticamente modificados: uma abordagem à luz do direito nacional e internacional**. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32334-38815-1-pb.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

LEWGOY, Flavio. A voz dos cientistas críticos. **História, Ciências, Saúdemanguinhos**, [s.l.], v. 7, n. 2, p.503-508, out. 2000.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. Plantas transgênicas e seus produtos: impactos, riscos e segurança alimentar (biossegurança de plantas transgênicas). **Revista de nutrição,** Campinas, v. 16, n.1, p. 105-116, 2003.

POLÍMEROS TRANSPARENTES EM PLACAS FOTOVOLTAICAS

BERTÃO, Christian Augusto[543]
FERREIRA, Marcio Henrique[544]
ZAZULA, Rodrigo Moretto[545]
CALDEIRA, Izabel Moraes[546]

RESUMO: Os últimos estudos com polímeros estão possibilitando a geração de energia através de placas fotovoltaicas feitas com estes materiais. Essa pesquisa bibliográfica busca identificar as possibilidades de um futuro não tão distante em que se possa comercializar placas fotovoltaicas de polímeros semicondutores, como é o exemplo da perovskita, que promete bastante neste quesito.

Palavras-chave: Polímeros. Geração de energia. Placa fotovoltaica. Sustentabilidade. Economia.

1 INTRODUÇÃO

Fazendo um balanço histórico sobre a tecnologia, é fácil perceber que estamos em uma era de evolução exponencial. As novas tecnologias têm aquecido o sistema capitalista e, cada vez mais, vem possuindo uma função na economia mundial, fazendo aumentar o interesse no investimento da ciência.

Com os altos custos para manter uma empresa funcionando, qualquer meio em que se possa economizar é válido, diante disso, várias empresas estão tentando se livrar das altas tarifas de energia elétrica optando por produzir uma parte do seu consumo.Sendo assim, novas tecnologias vem sendo patrocinadas para que assim sejam descobertas novas formas de captar energia de forma cada vez mais sustentável e as placas fotovoltaicas estão em alta, colaborando para novas pesquisas nessa área.

2 PLACAS FOTOVOLTAICAS EM UM CONTEXTO ATUAL

Elas estão no centro das atenções nos últimos anos, e não é pra menos, pois promete economia na sua conta de luz. Segundo Trigueiro (2017, s/p), diariamente, deixa-se de produzir algo próximo a 30 mil GW, cerca de 12 vezes a energia gerada por

[543] Graduando em Engenharia Elétrica, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[544] Graduando em Engenharia Elétrica, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[545] Graduando em Engenharia Elétrica, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[546] Mestre em Ciência e Engenharia de Materiais, Professora do Centro Tecnológico, Centro Universitário Campo Real.

Itaipu. Para conseguir captar essa energia desperdiçada, basta instalar placas fotovoltaicas em todos os telhados. Em 2015, somente 0,02% da energia elétrica do país foi proveniente de fontes fotovoltaicas e a previsão para 2024 é que esse índice suba para 4%. Mas afinal, do que são compostas as placas fotovoltaicas?

> Uma célula fotovoltaica é constituída por duas ou mais camadas finas de material, mais comumente de silício semicondutor.Quando a célula fotovoltaica é exposta a radiação solar, cargas elétricas são geradas, e estas podem ser conduzidas para fora através de contatos de metal, como corrente contínua.A potência elétrica a partir de uma única célula é pequena, de modo que várias células estão ligadas e encapsuladas (geralmente em vidro revestido) de modo a formar um módulo (também chamado de painel). O módulo PV, é o principal bloco de construção de um sistema fotovoltaico, e vários módulos podem ser conectados entre si para dar a saída elétrica desejada. (KALOGIROU, n.p. 2016)

Pode-se perceber que os painéis fotoelétricos exercem um importante papel na função de tornar a sociedade cada vez mais Sustentável. Existem muitas indagações quanto ao custo/benefício da implantação deste sistema de geração de energia, a verdade é que, deve-se fazer um orçamento de quanto gastar na aplicação, relacionando a vida útil das placas com seu consumo de luz mensal. Por vezes se torna inviável a instalação.

3. POLÍMEROS EM PRODUÇÃO DE PLACAS

Os polímeros, conhecidos popularmente como plásticos, são uma tecnologia explorada pelo homem a muito tempo, e as evoluções deste material são notórias. O próximo grande passo que está sendo estudado são os polímeros condutores, e que promete revolucionar a sociedade tecnológica que conhecemos.

> Esta nova tecnologia é baseada no processamento de materiais poliméricos com alta tecnologia, chamados “polímeros eletrônicos”, que possibilitam desenvolver aplicações em superfícies flexíveis para uso em tecnologias convencionais, como iluminação (chamados Oleds), sensoriamento eletrônico, células fotovoltaicas, [...], RFID, entre outros. Essa geração fotovoltaica possibilitará produzir energia elétrica em superfícies como janelas, roupas, recarga de celulares em mochilas, bolsas etc.(SENAI-SP, n.p. 2018)

Essas placas poliméricas prometem uma melhora na eficiências em relação às placas de silício:

> As placas fotovoltaicas de polímero são uma alternativa promissora para geração através do espectro visível, porque a absorção dos espectros em semicondutores orgânicos, incluindo polímeros e tipos de moléculas pequenas, não são contínuos como em semicondutores inorgânicos. Como resultado, o design de materiais orgânicos são capaz de passar a luz visível e absorver luz não visível, como o infravermelho (CHANG et al. 2018, tradução livre)

Ou seja, essas placas possuem potencial além das placas rígidas convencionais de silício, pois conseguem gerar energia através do espectro invisível aumentando ainda mais as suas aplicações.

Por exemplo, um grande desafio em construir grandes parques geradores de energia através de placas fotovoltaicas é a necessidade de grandes territórios.Com as placas transparentes poliméricas, consegue-se por exemplo, colocá-las sobre estruturas elevadas possibilitando o plantio abaixo delas, ou seja, existe a possibilidade da criação de estufas onde além de se produzir vegetais, se produz energia elétrica.

Um dos grandes triunfos das placas fotovoltaicas poliméricas é o custo benefício em relação às outras fontes de energia. As placas fotovoltaicas poliméricas quando comparadas com a tradicionais placas fotovoltaicas de silício, possuem um custo menor pois conseguem ocupar curto espaço e sua montagem se torna mais fácil, sua logística de deslocamento desde a saída da fábrica até o destinatário é fácil e não ocasiona perda de dinheiro com contratação de serviços terceirizados para instalação da mesma, sendo breve, esta nova energia está revolucionando o mercado cada vez mais com placas cada vez menores, com custos de produção mínimos e maior captação de energia, o que resulta num pulo gigantesco para o futuro, visando a utilização de materiais orgânicos para produção de energia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As placas poliméricas fotovoltaicas prometem um enorme avanço na modalidade de energia sustentável, dessa forma, faz-se necessário observar em qual patamar estas pesquisas estão e as possibilidades que se tem para o futuro.

Nome da célula solar	Ano	T(%)[1]	Jcc(mA/cm²)[2]	Vco (V)[3]	FP[4]	N(%)[5]
Screen printing (DSSC)	2007	60	16,25	0,779	0,73	9,2
Near-infrared OPV	2011	55 ± 3	4,7 ± 0,3	0,62 ± 0,02	0,55 ± 0,03	1,7 ± 1

Polyer Solar cell	2012	66	9,3	0,77	56,2	4,02
Transparent Luminescent solar concentration (TLSC)	2014	86 ± 1	1,2 ± 1	0,5 ± 0,01	0,66 ± 0,02	0,4 ± 0,03
Perovskite	2014	30	10,30	1,074	57,9	6,4
Tandem Semi-transparent Peroviskite	2014	77	17,5	1,025	0,71	12,7
Eletrophoretic Tecnique	2015	55	14,83	0,68	0,71	7,1
Dip-coater	2015	70	16,17	0,738	0,688	8,22
Quantun Dot Solar Cell	2016	22,74	12,83	0,58	0,52	3,88
Quantun Dot Solar Cell	2016	24	0,56	18,2	0,53	5,4

Fonte: Husain et al. (2018)

[1] Porcentagem da taxa de transmissão da luz através da célula solar (transparencia)
[2] Corrente de curto circuito em um cm² ativo da área da placa solar
[3] Tensão de circuito aberto em um cm² ativo da área da placa solar
[4] Fator de preenchimento que é igual à potência máxima dividida pelo poder teórico.
[5] A eficiência da placa solar

Na tabela acima, pode-se perceber que a placa de perovskita é a mais eficiente em relação às outras citadas, com 12,7%, ainda assim, segundo Filho (2016), é uma valor relativamente baixo, pois as placas de silício comerciais possuem uma taxa de eficiência em torno de 15%. É bem verdade que, ainda segundo Filho(2016), em outros países já se conseguiu laboratorialmente placas de perovskita com eficiência superior a 20%, porém, fora de laboratório a realidade é um pouco mais dura.

Os polímeros condutores ainda não estão sendo comercializados para a produção de energia, porém, é uma questão de tempo para que os estudos fiquem mais avançados e permitam esse enorme salto para a geração própria de energia elétrica de forma ecologicamente correta.

5. REFERÊNCIAS

CHANG, S. Y.; CHENG, P.; LI, G.; YANG, Y. **Transparent Polymer Photovoltaics for Solar Energy Harvesting and Beyond**. Joule, v. 2, n. 6, p. 1039–1054, 2018. Elsevier Inc. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.joule.2018.04.005>.

FILHO, Manuel Alves. **Unicamp produz células solares de perovskita,** Jornal da Unicamp, 19 a 25 de setembro de 2016, Campinas São Paulo. Nº 669**.** Disponivel online em:

<http://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_669_pagina_03_web.pdf>

HUSAIN, A. A. F.; HASAN, W. Z. W.; SHAFIE, S.; HAMIDON, M. N.; PANDEY, S. S. A review of transparent solar photovoltaic technologies. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, v. 94, n. January 2017, p. 779–791, 2018.

KALOGIROU, Soteris. **Engenharia de energia solar processos e sistemas**. Elsevier Editora, Rio de Janeiro/RJ, 2016. P.864

SENAI-SP. **Instalação de sistema de microgeração solar fotovoltaica,** SESI SENAI-SP Editora, SP, 2018. p.216

TRIGUEIRO, André, **Cidades e Soluções: Como construir uma sociedade sustentável,** 2017, Ed. LEYA. p.271

DIETA VEGETARIANA EM UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

NACONECZNEI, Deborah Maria[547]
CHICONATTO, Patricia [548]

RESUMO: Essa pesquisa tem como objetivo classificar e distinguir tipos de dietas vegetarianas, e como esse estilo de culinária é exposta em restaurantes e unidades de alimentação e nutrição para atender a demanda desse público que desde antão seu número só aumenta. Além de mencionar seus benefícios à adesão a esse estilo de vida, qualidades dos alimentos e possíveis riscos, se não balanceada adequadamente como qualquer outra dieta. Foram utilizados materiais via online efetuando uma pesquisa bibliográfica recorrendo a base de dados como Google Acadêmico, Plataforma EBSCO, scielo e outros documentos emitidos por sociedades cientificas na área do vegetarianismo.

Palavras-chave: Dieta vegetariana. Vegetarianismo. Qualidade de vida. Consumo de alimentos.

1 INTRODUÇÃO.

Vem crescendo gradativamente a adesão ao vegetarianismo nos últimos tempos, muitas são as razões que levam o indivíduo a adotar essa dieta, normalmente os motivos estão relacionados à saúde, à ética e aos direitos dos animais, ao meio ambiente, e a religião. Esse tipo de alimentação difere-se da onívora em aspectos além de não ingerir produtos cárneos. O consumo de vegetais, frutas, cereais, legumes e nozes se elevam aos vegetarianos, além dessa dieta conter menor quantidade de gordura saturada e, relativamente maior quantidade de gordura insaturada, carboidratos e fibras. Tendo como objetivo discutir os aspectos nutricionais relacionados à alimentação vegetariana (COUCEIRO, P; SLYWITCH, E; LENZ, F, 2008).

As evidências científicas publicadas nas últimas décadas apontam que as dietas baseadas em vegetais e nenhum ou pouco alimento de origem animal, apresentam um risco menor de desenvolver sobrepeso e/ou obesidade, doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes, neoplasias, entre outras condições, que comprometem a qualidade de vida e a longevidade (BAENA 2015).

[547]Acadêmica do curso de Nutrição, 6 º período do Centro Universitário Campo Real.
[2] Professora do Curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO.

Existem muitas dúvidas e mito sobre o vegetarianismo, desde questões ligadas ao aproveitamento de nutrientes da dieta, até questões filosóficas e religiosas que acometem esse assunto. O tipo de alimentação mostra as características próprias do indivíduo, expressando seus ideais e crenças ligadas diretamente a sua alimentação do seu dia-a-dia (LEITE, BOTELHO, 2004).

2 DESENVOLVIMENTO

Vegetarianismo é o consumo de uma dieta composta predominantemente por alimentos de origem vegetal, pouco ou nenhum alimento de origem animal, como carnes, ovos, mel, leite e derivados. Os estudos epidemiológicos e clínicos classificam como veganos os que são os adeptos a uma filosofia de vida além da dieta em si ou "vegetarianos puros/ restritos" que não consomem nenhum alimento de origem animal, "lactovegetarianos ou ovolactovegetarianos" que não consomem carne ou derivados, mas ingere leite e ovos, eliminando qualquer outro produto de origem animal da sua dieta (PEDRO 2010).

A comida e a bebida influenciam a vida do indivíduo por fazerem parte das suas necessidades básicas. Porém os modos de vida foram modificados através da urbanização, da industrialização, do ingresso das mulheres no mercado de trabalho, pela elevação do nível de vida e de educação além de tantos outros quesitos que provocam uma revolução na alimentação, que antes era realizado somente no lar, e hoje passou a ser em restaurantes, comidas de rua, fest food. A tendência de crescimento de refeições fora de casa favoreceu o surgimento de estabelecimentos que agilizam o processo de serviços de produções de refeições, sendo variadas e com custo acessível, como os denominados self-service. A preocupação dos indivíduos que frequenta esse tipo de estabelecimento, diz respeito à obtenção de satisfação com a qualidade e a segurança dos serviços oferecidos (LEITE, BOTELHO, 2004).

O maior valores de colesterol LDL foi apresentado nos indivíduos onívoros, havendo decréscimo nos vegetarianos de acordo com o grau de restrição de produtos de origem animal, restringindo assim seus níveis de colesterol, sendo a menor taxa observada nos veganos, com maior taxa do aumento do HDL (COUCEIRO, P; SLYWITCH, E; LENZ, F, 2008).

Os onívoros também consomem maior quantidade de refrigerantes, alimentos fritos e adoçantes artificiais, os vegetarianos consomem outros produtos para

adoçar como açúcar mascavo e mel. Foi encontrada diferença significativa entre os grupos quanto à realização de refeições no domicílio. Os percentuais de proteínas e lipídeos no grupo de onívoros foram maiores, porém é maior o consumo de fibras e de ferro no grupo vegetariano (TEIXEIRA 2006).

A dieta vegetariana deve ser equilibrada, buscando sempre equilibrar os alimentos em todas as refeições, contendo variedade de cores e buscando acrescentar os alimentos funcionais orgânicos ou agroecológicos, reduzir o sal e levando em consideração, peso, idade, estatura, sexo, atender todas as necessidades nutricionais, levando a requerer suplementações de vitaminas e minerais para cada indivíduo em particular (LEITE, BOTELHO, 2004).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados permitiram excluir a hipótese de que pudesse ser um fator de risco de desnutrição entre uma dieta e outra, onde todos os nutrientes ingeridos podem estar adequados aos indivíduos vegetarianos tanto quanto aos onívoros (TEIXEIRA 2006).

É evidente que os vegetarianos raramente apresentam manifestações clínicas de deficiências nutricionais. O risco de deficiência nutricional é maior em períodos de crescimento e deve ser assegurado um aporte adequado de todos os nutrientes nesse momento. A associação da dieta vegetariana com a diminuição do risco de diversas patologias crônicas está bem evidente, inclusive em diversos tipos de neoplasias. O risco de deficiências é particularmente elevado em nutrientes predominantemente encontrados em produtos de origem animal, como a vitamina B12. É ideal a monitorização rigorosa do estado nutricional a correção de qualquer deficiência nutricional para quem é adepto a esse tipo de dieta (PEDRO 2010).

A alimentação de origem vegetal tem maior impacto positivo estabelecido na doença cardiovascular, sendo que vegetarianos tem menor taxa de gordura corporal e menor IMC, menores níveis de colesterol total, menores níveis de pressão arterial e menor risco de hipertensão, menores níveis de glicemia, resistência à insulina e risco de diabetes (DESMOND 2018).

O mercado gastronômico propõe que a cozinha vegetariana sofra uma tendência de transformação. Ela vem evoluindo gradativamente e adquirido influencias de várias regiões do mundo e se adequando ao ritmo da vida atual, exigindo assim o

uso da criatividade e atenção com a estética, harmonia, coloração e com preparações práticas e rápidas, garantindo a qualidade nos procedimentos de produção, manipulação e distribuição dos alimentos (LEITE, BOTELHO, 2004).

4 REFERÊNCIAS

BAENA, Renato Corrêa. Dieta vegetariana: riscos e benefícios. Revista diagnóstico e tratamento, Guarujá / SP, v. VOL.20, n. Nº 2, p. 56-64, jun./jun. 2015.

COUCEIRO, Patricia; SLYWITCH, Eric; LENZ, Franciele. Padrão alimentar da dieta vegetariana eating pattern of vegetarian diet. Einstein, São paulo, Brasil, v. 6, n. Nº 3, p. 365-373, mar./mar. 2008.

DESMOND MA, et al. Plant- based diets for children as a means of improving adult cardiometabolic health. Nut Rev. Apr1;76 (4): p. 260-273. 2018.

PEDRO, Nelson. Dieta vegetariana - fatores e contradições. **Review articles**, Serviço de Medicina e dos Hospitais Universidade Coimbra, v. VOL.17, n. Nº 3 , p. 173-178, jul./set. 2010.

TEIXEIRA, R. de C. M. de A. et al. Estado nutricional e estilo de vida em vegetarianos e onívoros – Grande Vitória – ES. **Ver brasepidemiol**, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 9, n. 1, p. 131-143, 2006.

LEITE, Millene Luccas; BOTELHO, Raquel Assunção. Demonstrar o perfil da população que frequenta os restaurantes vegetarianos da asa norte, Brasilia - DF. Universidade de brasilia , Brasilia - DF , n. 48, p. 1-51, jun. 2004.

IDENTIFICAÇÃO DE ALÉRGENOS EM ESMALTES COMERCIAIS E A RELAÇÃO COM A DERMATITE DE CONTATO.

MOLINARI, Karen Leticia. [549]
DAL FORNO, Gonzalo Ogliari. [2]
MARIANI, Filipe Quadros. [550]

RESUMO: O esmalte de unha frequentemente utilizado em salões de beleza possui uma variedade de componentes como solventes, plastificantes, resinas, pigmentos e corantes. Alguns ingredientes como o tolueno e a resina de tolueno sulfonamida formaldeído (TSFR) são os alérgenos mais comuns que podem desencadear uma reação alérgica, uma dermatite de contato (ACD) aos consumidores. O objetivo do trabalho foi realizar uma revisão bibliográfica sobre o cosmético esmalte de unha e a relação do seu uso com a dermatite de contato

Palavras-chave: Dermatite de contato. Cosmético. Esmalte de unha.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna vive em repletos avanços, seja científico ou tecnológico. As melhorias são perceptíveis em várias áreas como indústrias; alimentícia, farmacêutica e cosmética. Segundo Munchen (2012) a indústria cosmética exerce atualmente uma força econômica significativa em todo o mundo, que pode observar-se nos estabelecimentos pela diversidade de produtos a disposição. A valorização da beleza atualmente se fortalece em todos os tipos de público que dão ênfase a esse consumo.

Atualmente no Brasil, os cosméticos são controlados pela Câmara Técnica de Cosméticos da ANVISA pela resolução RDC nº. 211, de 14 de julho de 2005. é definida como “Produtos de uso pessoal e perfumes que sejam constituídos por substâncias naturais ou sintéticas para uso externo nas diversas partes do corpo humano – pele, sistema capilar, unhas, lábios, órgãos genitais externos, dentes e membranas mucosas da cavidade oral – com o objetivo exclusivo ou principal de limpá-los, perfumá-los, alterar sua aparência, corrigir odores corporais, protegê-los e/ou mantê-los em bom estado”.

O cosmético esmalte de unha é um item popular atualmente, desde o início do seu uso já surgiram os primeiros relatos de dermatite de contato alérgica. A dermatite

[549] Acadêmicas do Curso de Medicina, 2º Período, Centro Universitário Campo Real.
[550] Docente, Centro Universitário Campo Real.

de contato é encontrada duas vezes mais em mulheres do que no público masculino, já que são elas que mais frequentam salões de unhas. O cosmético esmalte de unha é um produto muito utilizado em salões de beleza. O esmalte de unha foi introduzido no início do século 20 e desde então sofreu inúmeras modificações e agora encontramos em diversas variedades. Segundo Draelos(1999) Em 1920 as unhas eram polidas com um pó abrasivo para obter brilho, que após anos depois foi descoberto o laqueador formado por nitrocelulose. Os ingredientes descritos nas embalagens do produto são: Tolueno, resinas de Tolueno sulfonamida formaldeído, Nitrocelulose, álcool isopropilico, citrato de acetiltrietilo, Stearalkonium Hectorite, acetato n-butilo. Os compostos como tolueno e resinas de tolueno sulfonamida formaldeido (TSFR) são os alérgenos mais comuns. (CHOU, 2017)

2 DESENVOLVIMENTO

A exposição ao cosmético esmalte de unha leva a sensibilização a alguns consumidores, gerando uma dermatite de contato. Essa sensibilização ocorre devido a alguns alérgenos presente no esmalte de unha, estes compostos alérgenos têm grandes utilidades no produto como adesão, acabamento brilhante, fortalecimento das unhas, resistência entre outros. Conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Constituição do esmalte de unhas

Base do esmalte de unhas	Composição	Função
Nitrocelulose	$[C_6H_7O_3(ONO_2)_3]$	Forma uma película primária, brilhosa que adere bem nas unhas.
Resina	Tosilamida formaldeído ou tolueno-sulfonamida-formaldeído.	Forma película secundária. Proporcionam brilho resistência e durabilidade.
Plastificantes	Dibutilftalato e cânfora.	Mantêm o esmalte flexível.
Solventes	Acetatos, álcoois e tolueno.	Determinam o tempo de secagem do esmalte.
Corantes	Pigmentos orgânicos ou inorgânicos.	Proporcionam coloração ao esmalte

Fonte: Adaptação de Draelos (1999).

A constituição do cosmético esmalte de unha se dá pela base do esmalte; como nitrocelulose que tem a função de formar uma película primária, que faz adesão nas unhas. Resina que forma uma película secundária, como TSFR (tolueno sulfonamida formaldeído) formando brilho, resistência e durabilidade. Plastificantes

como Dibutilftalato e cânfora que mantém o esmalte flexível. Solventes como Acetatos, álcoois e tolueno que tem a função de determinar a secagem do cosmético. E por fim, os corantes, pigmentos orgânicos ou inorgânicos que dão as cores no produto. (REIS, 2017)

Os ingredientes mais famosos que possivelmente mostram uma reação alérgica contido no esmalte de unha discutido no texto são o tolueno; “é um solvente líquido incolor, com odor aromático, volátil por isso facilmente absorvido pelas vias pulmonares e cutâneas. É um constituinte na produção de resinas.’’ O Isopropyl Alcohol é um líquido, volátil, incolor usado como solvente na produção de acetona.” (MICHEL, 2000 p.156).

A Resina de tolueno sulfonamida formaldeído (TSFR); “é uma resina sintética, responsável pela resistência, flexibilidade, brilho, adesão do esmalte de unha”. ’’ (MILITELLO, 2007).

Contudo, dados na literatura mostram que TSFR é responsável pela maioria dos casos de ACD, relacionando que os níveis de formaldeído no esmalte de unha podem sensibilizar um paciente. O TSFR sua estrutura química não muda no estado líquido e seco, por isso é relacionada como um potente alérgeno. Os dados retirados do Grupo Norte-americano de Dermatite de contato (NACDG) revelam que 4% dos testes de patch positivos são de sensibilidade do TSFR. Um estudo de 1987 demonstrou que 4,2% dos pacientes com dermatite de contato alérgica apresentaram reação alérgica a produtos cosméticos, com aproximadamente 8% destes casos atribuídos os cosméticos de unha. A dermatite de contato ocupacional também é prevalente com incidência anual de 0,5% a 1,9% .31,32% de dermatite alérgica diagnosticado e 80% dos profissionais corresponde a alergia nas mãos. (CHOU, et. al 2017).

Embora encontre alguns relatos na literatura, muitos consumidores ao observarem uma reação ao certo produto param de usá-lo sem buscar algum atendimento profissional. Segundo MILITELLO, G. “a maioria dos casos apresentam vermelhidão, irritações, eczema, onicólise (descolamento da lâmina ungueal do seu leito).” Que podem acabar se espalhando pelo rosto, pescoço, pálpebras e mãos.

A definição de dermatite de contato é uma reação inflamatória na pele causada por contato de alguma substancia exógena. A ADC em forma eczematosa é definida como alérgica, já a dermatite não eczematosa é definida como irritativa, urticaria. A dermatite de contacto alérgica envolve a sensibilização do sistema imunológico a um alergéno específico. Na reexposição ao alergéno ocorre uma reacção

eczematosa entre 48 a 72 horas, mediada por linfócitos T de memória. Nesta dermatite, concentrações relativamente pequenas do alergénio podem ser suficientes para desencadear uma reação inflamatória. (ROSMANINHO,et al. 2016)

A dermatite alérgica de contato, é uma das lesões cutâneas mais encontradas, causada por substâncias capazes de desencadear uma resposta imune do tipo IV quando entram contato com a pele. (DUARTE, et al. 2012)

Não descartando a possibilidade de que a ADC pode ser causa de outras etiologias. O diagnóstico padrão para ADC pode ser feito pelo teste de remendo epicutâneo, o teste de patch que vai compreender os alergénos mais relevantes no caso. Segundo Duarte (2012) o teste de patch (teste de contato) é um teste cutâneo observacional onde é adicionada uma faixa com 30 elementos, aprovada pela ANVISA, é aplicada nas costas do paciente e após 48 horas a faixa é removida e feita a primeira leitura. Após 96 horas é feita a segunda leitura. Após o termino das leituras é observado as substancias que possivelmente o paciente é alérgico. Este teste é realizado por um especialista.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o século 20, onde o esmalte foi introduzido já houve relatos de pessoas alérgicas ao cosmético. Apesar de muitos consumidores após observarem a reação alérgica não consultarem um profissional, só descartam o uso. Apesar de não ser muito comum podemos observar que há uma porcentagem significativa de consumidores que tem sofrem por hipersensibilidade ao cosmético esmalte de unha. Atualmente, as marcas comercializadas trazem uma variedade de produtos tanto de cores quanto durabilidade, há também a versão *hipoalergênico* sem as principais substancias alérgica. Mas segundo Lazzarini (2017) comprometeu vinte e cinco marcas de esmaltes nacionais e importadas, que apresentam como *hipoalergênicas,* revelou-se que mais de 60% das marcas de esmalte contem em sua composição substancias capazes de realizar reações alérgicas.

Dentro deste cenário de informações sobre reações alérgicas pela exposição ao cosmético, concluímos e destacamos a relevância de estudos comprometendo marcas comercializadas para avaliação e identificação de compostos alérgicos para os consumidores e a importância de serem realizados exames clínicos, pois é possível que haja mais de uma substancia possa ser o agente acusador.

4 REFERÊNCIAS

CHOU, M. DHINGRA, N. STRUGAR, T.L. **Contact Sensitization Due to Allergens in Nail Cosmetics**: Identification, Treatment, and Prevention. Dermatatits Vol.1. New York, 2017.

DUARTE, I. et al. Avaliação da persistência de sensibilização a alérgenos em pacientes com diagnóstico de dermatite alérgica de contato. **An. Bras. Dermatol**. [online]. 2012, vol.87, n.6, pp.833-837.

DRAELO, Z.D. **Cosméticos em Dermatologia**. 2 ed. Rio de Janeiro. Revinter, 1999. P 329

LAZZARINI, Rosana et al. Alergia ao esmalte hipoalergênico: isso existe ?. **A. Bras. Dermatol** Rio de Janeiro, v. 92, n. 3, p. 421-422, junho de 2017.

LEE, S. et al. **Declining prevalence of allergic contact dermatitis caused by tosylamide formaldehyde resin in nail polish**. Disponivel: wileyonlinelibrary.com/journal/cod

MICHEL, S.R. **Toxicologia Ocupacional**. RJ, Editora Revinter. 2000.

MILITELLO, G. **Contact and primary irritant dermatitis of the nail unit diagnosis and treatment.** Columbia University. New York, 2007.

.MOREAU, R.L.M. SIQUEIRA, M.E.P.B. **Toxicologia Analítica**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan,. 2008.

ROSMANINHO, Isabel; MOREIRA, Ana; SILVA, José Pedro Moreira da. Dermatite de contacto: revisão da literatura. **Rev Port Imunoalergologia**, Lisboa , v. 24, n. 4, p. 197-209, dez. 2016.

SILVA, T.S. TRISTAO, M.S. NETO, M.C.A. FREITAS, P.L. PEREIRA, T.D.L. PIMENTA, T.S. FERREIRA, D.F. **Produção de esmaltes comuns de unhas**. Universidade de Uberaba, São Paulo.

INSEGURANÇA ALIMENTAR NO MEIO URBANO E RURAL.

FABRI, Ellin e Tatiane[551]
CHICONATTO, Patricia [552]

RESUMO: O objetivo do trabalho foi realização uma revisão bibliográfica sobre as a insegurança alimentar no meio rural e no meio urbano e como elas estão interligadas e suas diferenças. Foram analisados artigos científicos e as informações nos mesmos, que explica a relação de doenças com a insegurança alimentar e os riscos presentes para a população do campo e do meio urbano. Ficou visível a interação do uso de agrotóxicos com o crescimento do número de

Palavras-chave: Insegurança, rural, urbano, diferenças.

1 INTRODUÇÃO

O meio rural e o meio urbano tem suas características que os diferem, o meio rural é usado em contraposição ao urbano “são classificadas como área urbanizada aquela legalmente definida como urbana caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana’’ (IBGE, 2002), já o meio rural é totalmente ao contrário com áreas maiores destinadas a plantações agrícolas e a ocupação humana é menor muitas vezes é caracterizado pelo descaso e áreas onde as pessoas tem muitas necessidades com questão de saúde e reconhecimento dos seus direitos. A insegurança alimentar é presente nos dois meios, o objetivo desse trabalho é analisar as diferenças entre elas.

Para Segall-Corrêa & Marin-Leon(2009) a partir do final da segunda guerra mundial, a questão de segurança alimentar (S.A.) das populações era compreendida, basicamente, como uma limitação de disponibilidade de alimentos e uma ameaça aos países, especialmente os europeus que se encontravam, imediatamente após esse conflito, sem condições de produção de alimentos em quantidade suficiente para sua população .

2 DESENVOLVIMENTO

[551] Nutrição, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[552] Coorientadora. Mestra em Desenvolvimento Comunitário, Centro Universitário Campo Real, e-mail: prof_patriciachiconatto@camporeal.edu.br.

Foram utilizados para realização desse trabalho uma revisão sobre o tema, baseada na literatura, sites de dados nacionais sobre agricultura como IBGE, EMATER, EMBRAPA e sites do Ministério da Saúde.

Foi elaborado uma análise de dados sobre a migração de pessoas do campo para a cidade com um contraste entre os determinantes de ordem estrutural e econômica com reflexos a saúde do homem, ao meio ambiente.

Foram comparados dados de sensos desde 1970 a 2006 com fluxo de imigração do campo para a cidade e como isso afetou o meio ambiente e trouxe danos à saúde da população.

Com essa migração do meio rural para o meio urbano foi preciso aumentar a produção, com isso, a saúde da população rural é diretamente afeta pelo excesso de trabalho e pelos produtos usados nas lavouras, essa insegurança alimentar afeta os dois polos, uma vez que o meio urbano é o maior consumidor de toda produção, consequentemente ingere muitos agrotóxicos presente nos alimentos, causando inúmeras intoxicações, nas comunidades agrícolas o ar é mais poluído por conta dos agrotóxicos se dissiparem pelo ar, afetando diretamente a saúde dos indivíduos, é crescente o número de pessoas com câncer, os agrotóxicos tem efeitos neurológicos afetando o ciclo celular.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insegurança alimentar é presente nos dois polos, tanto rural quanto urbano. O uso de agrotóxicos é um dos fatores que mais tem influenciado para o aparecimento de novas doenças e o ajudando na evolução das doenças com maior dificuldade de tratamento, a segurança alimentar está diretamente ligada a esses fatores.

4 REFERÊNCIAS

PEDROSO, Altemir. A educação no Brasil. **Propagare**, Guarapuava, v. 6, n. 2, p. 100-125, jul./dez. 2016.

PERES, F. Saúde, trabalho e ambiente no meio rural brasileiro: Health, work and environment at the Brazilian rural. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. 14, 6, 1995-2004, Dec. 2009. ISSN: 14138123.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria; MARIN-LEON, Letícia. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: ABORDAGEM DE MICRONUTRIENTES E TERAPIA NUTRICIONAL EM PACIENTES COM DOENÇA RENAL CRÔNICA EM HEMODIÁLISE

STIPA, Mirian Roecker[553]
CHICONATTO, Patrícia[554]

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo, compreender a importância da terapia nutricional e dos micronutrientes no tratamento da doença renal crônica, embasado em uma revisão sistemática em artigos e livros. A Doença Renal Crônica apresenta diversas complicações, onde a terapia nutricional tem grande importância na prevenção e tratamento da mesma. Além de realizar um equilíbrio dos micronutrientes como cálcio, fósforo e potássio.

Palavras-chave: Doença Renal Crônica. Hemodiálise. Terapia nutricional. Nutrientes.

1 INTRODUÇÃO

A Doença Renal Crônica (DRC) provocam limitações na vida dos pacientes, como a incapacidade orgânica de excretar substâncias tóxicas que leva à necessidade de uma terapia de substituição renal, como a hemodiálise (D'AMICO et al, 2013).

A Doença Renal afeta milhões de pessoas em todo o mundo, estimando-se que atinja 10% da população mundial, abrangendo todas as faixas etárias. É de extrema relevância que o apoio nutricional, funcionando como eixo principal para o controlo e tratamento das complicações da doença (MIRA et al, 2017).

Segundo o Instituto Cristina Martins, na fase de hemodiálise os objetivos da abordagem nutricional é: recuperar e/ou manter o estado nutricional, assegurar a ingestão proteica recomendada, minimizar o catabolismo proteico decorrente do processo dialítico, manter o equilíbrio acidobásico, hidroeletrolítico, de minerais e de vitaminas, minimizar os efeitos metabólicos da absorção contínua de glicose do dialisato e melhorar o prognóstico.

Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo compreender a importância da terapia nutricional e alguns cuidados indispensáveis referentes aos micronutrientes como cálcio, fósforo e potássio no tratamento da doença renal, em especial pacientes em hemodiálise.

2 DESENVOLVIMENTO

[553] Nutrição, 6° Período, Centro Universitário Campo Real.
[554] Professora MS. Patrícia Chiconatto.

A Doença Renal Crônica é decorrente de um processo lento e progressivo, definida como a incapacidade das funções renais retornarem ao normal após insuficiência renal aguda ou declínio renal em decorrência de alguma doença. O paciente que apresenta a DRC, se submete a terapia de hemodiálise que consiste em um processo de filtração pelo qual são eliminados metabólitos e líquidos, que podem causar prejuízos ao organismo, quando em excesso (D'AMICO et al, 2013).

Para compreender a ação da terapia nutricional em pacientes que apresentam insuficiência renal crônica que estão em tratamento hemodiálico, é imprescindível conhecer as complicações da doença, e como pode ser realizado a intervenção nutricional. Sendo assim o trabalho foi elaborado, após revisões bibliográficas em livros e artigos.

A terapia nutricional tem por objetivo controlar os sistemas associados a patologia bem como diminuir o risco de progressão e manter as reservas energéticas. O portador da Doença Renal Crônica, demostra necessidades de acompanhamento multiprofissional no acompanhamento da sua doença e adesão ao tratamento. A nutrição desempenha um papel importante, pois existem grandes problemas nutricionais que afetam esses pacientes (MAHAN; ESCOTT-STUMP, 2010).

A dieta renal, tem como foco a obtenção de calorias e proteínas adequadas ao mesmo tempo que se limitam a determinados nutrientes como cálcio, fósforo e potássio. Um aconselhamento dietético adequado auxilia no controle e na prevenção de complicações da Doença Renal Crônica. Esse planejamento deve ser individualizado e ajustado de acordo com necessidade dos pacientes e a progressão da doença, bem como levar em consideração o tipo de tratamento. A terapia nutricional auxilia no tratamento e melhora a qualidade de vida destes pacientes, como também diminui a incidência das taxas de mortalidade (TELLES; BOITA, 2015).

> Uma alimentação adequada e individualizada é de fundamental importância para o paciente renal crônico. Com a progressão da doença, as funções renais tendem a declinar de maneira irreversível, sendo de essencial relevância a adesão ao tratamento dietético personalizado, visando reduzir as reações sintomáticas da uremia, do processo inflamatório, da hipertensão, do diabetes e dos demais sintomas associados a doença (COZZALINO; COMINETTI, 2013).

Segundo Telles; Boita (2015), os pacientes com DRC devem restringir a ingestão de fósforo, pois a alta ingestão pode ocasionar a hiperfosfatemia, além disso o controle inadequado do fósforo pode estar relacionado ao hipertiparatireoidismo e do

distúrbio mineral e ósseo. Na presença da Doença Renal Crônica o fósforo tende a se acumular no sangue, é pouco retirada na diálise. Para auxiliar no controle do mesmo, incluem uma restrição dietética de fósforo, uma diálise realizada de forma correta e a utilização de quelentes de fósforo.

A quantidade de cálcio da dieta torna-se reduzida, já que os alimentos fontes de cálcio também são fontes de proteína. Sendo assim, pode ser necessária a suplementação com cálcio. Os níveis sanguíneos inapropriados de fósforo e cálcio afetam negativamente a composição óssea, à medida que o rim perde a função, os níveis sanguíneos de cálcio declinam. Esse problema se agrava pelo excesso de fósforo no sangue, que resulta em reabsorção de cálcio do osso. Para evitar a hipocalcemia pode ser usada uma suplementação de cálcio (carbonato de cálcio) para corrigir essa deficiência (TELLES; BOITA, 2015).

O potássio é um mineral que atua junto aos músculos e nervos. Os rins saudáveis eliminam o excesso que ingerido pela urina, os rins lesionados não são capazes de eliminar potássio adequadamente, podendo acumular o mesmo na corrente sanguínea. A hipercalemia é uma causa potencial de morte súbita em pacientes com doença renal crônica, que realizam hemodiálise. Se os valores de concentração de potássio passam de 5,0 mmol/L, deve-se iniciar uma orientação nutricional, com foco em reduzir a ingestão alimentar desta substância (COZZOLINO; COMINETTI, 2013).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto sucintamente, pacientes com Doença Renal Crônica apresentam diversas complicações que se desenvolvem desde o estágio inicial da doença e vão se agravando com a progressão da falência renal. Uma terapia nutricional, ou seja, um acompanhamento nutricional é de extrema importância para a prevenção e/ou retardo do aparecimento de complicações.

A manutenção da hemeostase e equilíbrio de cálcio, fósforo e potássio dos indivíduos que se encontram em hemodiálise é muito complexo. Desta forma a nutrição tem mostrado grande importância.

O planejamento de uma dieta bem estruturada, feita exclusivamente para casa individuo, enfatizando a necessidade e os benefícios da quantidade e da técnica correta de cocção dos alimentos para, assim, proporcionar longevidade e assegurar estilo de vida mais saudável

4 REFERÊNCIAS

COZZOLINO, Silvia Maria Franciscato; COMINETTI, Cristiane. **Bases bioquímicas e fisiológicas da nutrição**: Nas diferentes fases da vida, na saúde e na doença. 1 ed. Barueri, SP: Manole, 2013. 1008-1027 p.

D'AMICO, L. D. F. et al. Caracterização do Estado Nutricional de Pacientes com Insuficiência Renal Crônica em Programa de Hemodiálise na Cidade de Guarapuava – Paraná. **Uniciências**, Guarapuava, PR, v. 17, n. 1, p. 17-24, dez. 2013.

INSTITUTO CRISTINA MARTINS. **Doença renal crônica e injúria renal aguda intervenção em nutrição: oral, sonda e parentera**. Disponível em: <http://institutocristinamartins.com.br/cursos-de-extensao-online/doenca-renal-cronica-e-injuria-renal-aguda-intervencao-em-nutricao-oral-sonda-e-parenteral/>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MAHAN, L. Kathleen; ESCOTT-STUMP, Sylvia. **Krause**: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 12 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 921-948 p.

MIRA, A. R. et al. Manual de Nutrição e Doença Renal. **Associação Portuguesa dos Nutricionistas**, Porto, v. 1, n. 1, p. 1-42, mar. 2017.

TELLES, Cristina; BOITA, Elis Regina De Fátima. Importância da terapia nutricional com ênfase no cálcio, fósforo e potássio no tratamento da Doença Renal Crônica. **PERSPECTIVA**, Erechim, v. 39, n. 145, p. 143-154, mar. 2015.

ARTETERAPIA NA SAÚDE MENTAL

OLIVEIRA, Gabriela[555]
GRUDESKI, Lucimeri[556]
CAMPOS, Maira Thatiane Pedroso[557]

RESUMO: A arteterapia é um instrumento utilizado pelo psicólogo com finalidade terapêutica, utilizando-se da arte como forma de expressão e comunicação entre paciente e terapeuta, promovendo ao sujeito autonomia, autoconhecimento e potencializando suas qualidades. O presente trabalho, busca possibilitar um melhor entendimento sobre o surgimento da arteterapia, de que forma pode ser trabalhada e como ela pode contribuir para a saúde mental. E, por fim, observa-se que a arteterapia proporciona ao psicólogo uma forma inovadora de trabalhar diversos temas, sentimentos, emoções, mostrando ao sujeito que ele é capaz de criar e expressar seus sentimentos através da arte.

Palavras-chave: Arteterapia. Histórico. Intervenção.

1 INTRODUÇÃO

A arteterapia como um instrumento utilizado pelo terapeuta com o objetivo da maior compreensão e facilitação das expressões dos indivíduos, proporcionando ao psicólogo trabalhar com diversos temas através da Arte. Segundo Reis (2012) a Associação Brasileira de Arteterapia enfatiza que a arteterapia é um modo de trabalhar utilizando a linguagem artística como base da comunicação cliente-profissional e sua essência é a criação estética e a elaboração artística em prol da saúde. Podendo ser trabalhada por profissionais da saúde, como psicólogos, enfermeiros, fisioterapeutas.

No Brasil a ateterapia surge na metade do século passado, começando a ser trabalhada como um instrumento terapêutico, realizando um tratamento mais humanizado, buscando uma maior interação do paciente com a sociedade, começando a ser trabalhada em hospitais psiquiátricos. Essa forma de tratamento, foi iniciada por dois psiquiatras, Nise da Silveira Junguiana (1905-1999) e Osório César Psicanalista (1895-1979) que contribuíram para o desenvolvimento de uma abordagem humanizada, contrariando aos tratamentos agressivos (eletrochoque) e torturantes com os pacientes da época, proporcionando autonomia, autoconhecimento ao sujeito através da arte, sendo ela de diversas formas, possibilitando se expressar de uma forma livre.

[555] Acadêmica do curso de Psicologia, 10 Período, do Centro Universitário Campo Real.
[556] Acadêmica do curso de Psicologia, 10 Período, do Centro Universitário Campo Real.
[557] Especialista em saúde mental, docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.

A arteterapia tem uma grande importância em diversas áreas da psicologia, como na Psicologia social, escolar, clinica, organizacional, hospitalar, saúde mental, buscando promover ao paciente uma forma livre de se expressar, podendo ser pelas artes manuais, esculturas, desenhos, modulagens, dança, pinturas, música, e pelos demais tipos de instrumentos de interesse e identificação do paciente. Assim contribuindo para qualidade de vida do indivíduo, como na autonomia, autoestima e empoderamento, com o objetivo de proporcionar ao sujeito a possibilidade de se ver como um ser único, diferente das outras pessoas, capaz de criar diversas artes através da sua criatividade.

2 DESENVOLVIMENTO

Histórico da Arteterapia

Segundo Reis (2012) a arteterapia teve início entre os anos de 20-30. De acordo com Carvalho e Andrade (1995), Sigmund Freud e Carl Gustav Jung com seus estudos contribuíram para o surgimento da arteterapia. Freud (1856-1939) fala que o inconsciente se expressa através de imagens, como nos sonhos, trazendo as imagens criadas na arte como um acesso ao inconsciente. Apesar de Freud falar sobre a arte, e como pode acessar o inconsciente, foi Jung que começou a utilizar a arte juntamente com a psicoterapia. Jung pedia para que seus pacientes fizessem desenhos de sonhos, de como se sentiam, utilizando-se do desenho livre como uma forma de facilitar a interação verbal com o paciente. A psicanalise e a analítica contribuíram para o surgimento da arteterapia, mas Margaret Naumburg (1890-1983) é considerada a mãe da arteterapia, pelo fato de ser a primeira a utiliza-la como um instrumento terapêutico.

A Arteterapia no Brasil

No Brasil a arteterapia começou a ganhar destaque a partir de estudos e trabalho na área da psiquiatria, por Nise da Silveira (1905-1999) e Osório Cesar (1895-1979), ambos psiquiatras que começaram a ter uma visão diferente em frente à loucura, começando a realizar tratamentos com os pacientes de forma mais humanizada, diferente dos demais profissionais que utilizavam-se de procedimentos de tortura com os portadores de transtornos mentais. Encontraram na arteterapia uma forma diferente, inovadora, livre e humanizada para trabalhar com seus pacientes.

Nise da Silveira influenciada pelos estudos de Jung, não via a arte como uma forma de distração, mas sim para a recuperação dos pacientes, possibilitando a inserção desses indivíduos na sociedade. Nise da Silveira em seu livro “O mundo das Imagens” (1992) fala sobre vários tratamentos da época que eram desumanos, como o eletrochoque e o método de Sakel hipoglicêmico ou coma insulínico, tendo relatos de pessoas que passaram por esses procedimentos.

Em 1946, quando Nise da Silveira voltou a trabalhar no Centro Psiquiátrico de Engenho de Dentro. Segundo Nise (1992) não aceitou os tratamentos agressivos da época com os pacientes, voltou-se a trabalhar com a área da terapia ocupacional, começando a utilizar a pintura, música, modelagem, fabricações artesanais. Assim começaram a perceber rapidamente os resultados positivos dessa forma de tratamento aos pacientes.

A Arteterapia como intervenção

A arteterapia utiliza-se de várias linguagens artísticas como a música, dança, pintura, desenho, poesia, e as demais artes manuais. É um instrumento que abrange as diversas áreas da psicologia, proporcionando ao psicólogo utilizá-la nas áreas: clínica, social, hospitalar, organizacional e escolar. Podendo ser trabalhada com crianças, jovens, adultos e idosos, possibilitando a identificação e autoconhecimento de cada sujeito com a sua arte e a si mesmo.

De acordo com Duncan (2007):

> As emoções têm uma importância fundamental no desenvolvimento e nas experiências humanas. Na arteterapia, o trabalho com as artes ajuda no desenvolvimento pessoal e emocional. São manejadas quatro fases para trabalhar as emoções na arteterapia: nomear, explorar, experimentar e integrar. As emoções são nossa forma de comunicação primária e podem ser mais importantes do que as palavras. Se as palavras não vão acompanhadas das emoções apropriadas, dificilmente serão acreditadas (Duncan, 2007).

O autor ressalta a importância de trabalhar as emoções utilizando-se da arteterapia, a arte adentrando como o papel fundamental para a expressão destas emoções, possibilitando que o sujeito se expresse não necessariamente verbalmente, mas sim através da sua arte.

Segundo Cardoso e Munhoz (2013) a arteterapia possibilita o autoconhecimento do ser humano como parte de uma relação individual e social, um

respeito maior por si próprio, uma melhora na autoestima, na saúde, no prazer de se sentir bem. A arteterapia proporcionando ao sujeito conhecer-se melhor, consequentemente trará um aumento na sua autoestima e melhoria nas relações interpessoais.

A partir da reforma psiquiátrica a arteterapia começou a ganhar espaço como forma de tratamento, inicialmente era utilizada com pacientes de transtornos mentais, com o passar do tempo começou a ser trabalhada com diversos temas como: relações interpessoais, gênero, sexualidade, autoconhecimento. Possibilitando ao psicólogo trabalhar a causa do problema do sujeito, com aquilo que traz seu sofrimento, utilizando-se da arte.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arteterapia é um instrumento terapêutico que atua na ressignificação do sujeito perante a sua subjetividade, através da arte o sujeito encontra novos significados para sua existência, proporcionando bem-estar e autoconhecimento. Na saúde mental a arteterapia entra como uma ferramenta de suma importância potencializando suas qualidades, possibilitando ao indivíduo realizar descobertas através de suas criações artísticas, assim o motivando a sonhar.

Na arte podemos encontrar uma forma de expressar nossas emoções e sentimentos de uma forma livre, assim possibilitando ao terapeuta trabalhar questões que causam o sofrimento do paciente. A arteterapia também sendo um instrumento para empoderar, mostrando ao sujeito que ele é capaz de criar. Ressaltando a importância da arteterapia, não como uma distração, mas sim como uma finalidade terapêutica, o profissional da psicologia trabalhando de uma forma mais próxima ao paciente.

Portanto, a arteterapia traz vários benefícios para o paciente e terapeuta, já que, através dela trabalhando questões abrangentes, assim promovendo a qualidade de vida, com o objetivo da reinserção desse sujeito a sociedade.

4 REFERÊNCIAS

REIS, A. C. **Arteterapia como dispositivo terapêutico em saúde mental.** 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000100011>. Acesso em: 15 set. 2018.

Silveira, Nise. **O mundo das imagens**. São Paulo: Ática, 1992.

Duncan, N. **Trabajar con las Emociones en Arteterapia**. 2007. Disponível em: <https://amenteemaravilhosa.com.br/arteterapia-definicao-beneficios/> Acesso em: 02 de set. 2018.

CARDOSO, A. M.; MUNHOZ, M. L. P. **Grupo de espera na clínica-escola: intervenção em arteterapia.** 2013. Disponível em:<http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servicosocial/anais/RE_ARTETERAPIA_EM_SAUDE_MENTAL.pdf> Acesso em: 02 de set. 2018.

UMA LUTA INCESSANTE PELO FEMINICIDIO

FALBOTA, Caroline [558]
LEITE, Jéssica Tauana Leite[1]
ROSAS, Rudy Heitor [559]
PELEGRINI, Luciana Luiza[560]

RESUMO: O presente resumo expandido visa apresentar as formas de violência contra as mulheres, sejam elas: física, moral, psicológicas ou sexuais, destacando também que maioria das vezes quem comete essas violências é o próprio cônjuge. Essas brutalidades geralmente acontecem em lugares públicos ou principalmente em lugares privados, e que por fins podem ocasionar uma grande tragédia levando a mesma a óbito.

Palavras-chave: Feminicídio. Mulher. Violência.

1 INTRODUÇÃO

O feminicídio é a violência que é apresentada contra mulheres, que na maioria das vezes podem ocasionar até a morte, especificamente isso acontece pela razão do seu gênero e pela desvalorização ou discriminação pelo fato da mesma ser mulher. Geralmente ocorre pela indiferença de poder, machistas consideram as mulheres uma pessoa fraca. Muitos acabam utilizando até a submissão que é precedida por formas de violências.

A lei 13.104 que foi sancionada pela Dilma Rousseff, em março de 2015, juntamente com a lei Maria da Penha n° 11340/06, que tem por objetivo proteger a mulher contra a violência, com aprimoramento de procedimento de investigação e julgamento. A lei modifica o Código Penal, incluindo o feminicídio qualificado, entrando em crimes hediondos.

Em um ranking de 83 nações, o Brasil está entre os países com maior índice de homicídio feminino, estando em 5ª posição. Em 2013 foi feito uma pesquisa que o número de crimes com óbitos contra as mulheres foi de 4.762. As mulheres sofreram e ainda passam por preconceito e discriminação durante toda a essa longa história. O Código Civil de 1916 comprovava desigualdade de gênero que existia, além das mulheres serem juridicamente apontadas como incapazes, sendo comparadas até mesmo como doentes mentais e crianças. Mas com os avanços foram ocorrendo até

[558] Acadêmica do curso de Direito, 2° período A, Centro Universitário Campo Real.
[559] Orientador, docente do curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[560] Coorientadora docente do curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.

conseguir chegar em conquistas de tratamento democrático, isso teoricamente foi constituído pela República Federativa no Brasil em 1998 (CRFB).

2 DESENVOLVIMENTO

O feminicídio é caracterizado por ser um crime de discriminação contra mulheres em geral, seja ela menina, moça ou idosa. Essa discriminação é gerada por machistas ou até mesmo pelos seus próprios cônjuges, porém, quando a mulher tem uma relação homoafetiva, e a mesma recebe humilhações ou ameaças de sua companheira, ou que por fins haja um crime e a mesma acabe entrando em óbito, sua cônjuge também irá responder por feminicídio (ORTEGA, 2016).

> Essas desigualdades e discriminações manifestam-se de diversas formas, que vão do acesso desigual a oportunidades e direitos até violências mais graves. É esse círculo que alimenta a perpetuação dos casos de assassinatos de mulheres por parentes, parceiros ou ex que, motivados por um sentimento de posse, não aceitam o término do relacionamento ou a autonomia da mulher. (GALVÃO; LUXEMBURGO, 2017, p.10).

O crime do feminicídio pode acontecer em qualquer lugar, seja ele em ambientes públicos ou privados. Pesquisas revelam que 71,8% sendo o maior índice são os delitos cometidos dentro de suas próprias residências, e que 42,5% o agressor(a) é ex parceiro(a) da vítima. O que muitas vezes predomina esse crime é a dominação de controle e poder que os parceiros têm sobre as suas mulheres, é nisso que ocorre às violências não só física, como também psicológicas, moral ou até mesmo sexual. As violências físicas com consideradas aquelas que deixam hematomas visíveis no corpo; já a psicológicas são aquelas que abalam as mulheres e ferem a sua autoestima; a violência moral é aquela que contém difamação e calunia; e por fim temos a violência sexual que é considerada a mais cruel de todas, é aquela que a mulher é abusada sexualmente (LEE, 2016).

Em nossa sociedade, as mulheres são consideradas inúteis e não uma pessoa juridicamente de direitos e deveres. Portanto, devidos a essas ocorrências, em 09 março de 2015 a ex presidente Dilma Rousseff sancionou a lei n° 13.104 que visa proteger a mulher sobre qualquer tipos de violências, onde a pena prevista é de 12 a 30 anos de reclusão (BATISTA, 2018).

> O Brasil convive com elevadas estatísticas de violências cotidianas praticadas contra mulheres – o que resulta em um destaque perverso no cenário mundial: é o quinto país com maior taxa de homicídios de mulheres. Apesar de graves, esses dados podem ainda representar apenas uma parte da realidade, já que uma parcela considerável dos crimes não chega a ser denunciada ou registrada. (GALVÃO; LUXEMBURGO, 2017, p. 33).

Portando, a nossa realidade é marcada por desigualdades do gênero feminino, O silêncio não é apontado como um caminho seguro: pesquisas apontam que 92% das agressões que ocorrem contra a esposa ou companheira ocorrem com frequência, podendo terminar em assassinato. Pois muitas delas sofrem a violência psicologias de seus cônjuges, onde os mesmos amaçam que se elas forem fazer qualquer tipo de denúncia à brutalidade contra elas será cada vez maior (BRANDALISE, 2018).

No ano de 2018, na cidade de Guarapuava-PR, ocorreu uma violência contra a advogada Tatiane Spitzner, onde seu companheiro a agrediu e a jogou do quarto andar do prédio onde moravam, terminando em óbito. Esse caso comoveu o país inteiro, deixando um exemplo em que as mulheres devem denunciar desde que ocorra a sua primeira agressão. De fato, quando ocorrem brigas entre os cônjuges, usa-se muito a seguinte expressão: “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. Mas se ocorrer essas brigas em lugares públicos, ou se escutarem alguma voz clamando socorro, vizinhos, família ou até mesmo alguém desconhecido devem fazer uma denúncia e se a pessoa não quiser se identificar a mesma pode ser feita anonimamente, porque assim os mesmos podem até salvar a vida de uma mulher (G1, 2018).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou demonstrar que o feminicídio está cada vez mais avançado em nosso país. O feminicídio é uma expressão que é utilizada para denominar os crimes e mortes violentas de mulheres em razão de gênero, levando em consideração que essas questões merecem uma maior atenção pelo Estado brasileiro.

A lei do feminicídio foi sancionada justamente para melhorar a condição e proteger a vida das mulheres em geral, ainda mais que ele é considerado um crime hediondo. A partir dos dados levantados, demonstra-se que a violência contra a mulher não é um problema nacional, mas sim um problema mundial. E se caso presenciarmos

qualquer certo tipo de briga ou violência, devemos sim denunciar sem pensar duas vezes, pois o silêncio mata.

4 REFERÊNCIAS

BATISTA,Cleide. **Violência Contra Mulher,** 2018. Disponível em: <https://cleideba.jusbrasil.com.br/artigos/518901711/violencia-contra-mulher?ref=topic_feed> Acesso em: 28.Ago.2018

BRANDALISE,Camila. **Bol notícias**, 2018. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/entretenimento/2018/08/21/o-que-e-feminicidio-entenda-a-definicao-do-crime-que-mata-mulheres.htm>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL, Huffpost. **Mulheres,** 2014. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2014/11/25/violencia-psicologica-e-a-forma-mais-subjetiva-de-agressao-contr_a_21676045/>. Acesso em: 26 ago. 2018.

FEMINNICIDIO, **Invisibilidade Mata**. Instituto Patrícia Galvão. Disponível em: http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf> acesso em 22 ago. 2018

G1. **Acorda Brasil,** 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/11/estudo-diz-que-brasil-tem-em-media-13-mulheres-assassinadas-por-dia.html>. Acesso em: 25 ago.2018

G1. **Feminicídio,** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/07/31/policia-indicia-por-feminicidio-marido-de-advogada-que-caiu-do-4o-andar-de-predio-em-guarapuava.ghtml> Acesso em: 26 ago. 2018.

LEE, Fabio Luiz. **Feminicídio no Brasil,** 2016. Disponível em: <https://fabiollee.jusbrasil.com.br/artigos/338602236/feminicidio-no-brasil>. Acesso em: 26 ago. 2018.

ORTEGA, Flavia Teixeira. **Feminicídio,** 2016. Disponível em: <https://draflaviaortega.jusbrasil.com.br/artigos/337322133/feminicidio-art-121-2-vi-do-cp>. Acesso em: 26 ago. 2018.

SALIBA, José Carlos Maia. **Feminicídio,** 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31359/o-que-e-feminicidio>. Acesso em: 25 ago.2018.

VENTURA, Denis Camargo. **O silêncio que mata**. 2018. Disponível em: <https://deniscaramigo.jusbrasil.com.br/artigos/605424753/violencia-domestica-contra-a-mulher?ref=topic_feed >. Acesso em: 28 ago.2018.

AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DA CARBOXITERAPIA DE FORMA ISOLADA E ASSOCIADA AO ÁCIDO GLICÓLICO NO TRATAMENTO DE ESTRIAS ALBAS

DAGA, Juliane[561]
MARTINS, Ananery Aparecida[562]

RESUMO: Estrias são atrofias tegumentares adquiridas e se formam devido ao rompimento das fibras elásticas na pele. Seu surgimento ocorre devido ao estiramento tecidual, gravidez e sobrepeso. Existem vários procedimentos estéticos para o tratamento de estrias, e um dos métodos utilizados é a carboxiterapia que consiste na aplicação de (dióxido de carbono) por via intradérmica gerando um processo inflamatório no local, induzindo a formação de colágeno. O objetivo do estudo é verificar o efeito do tratamento com a carboxiterapia e carboxiterapia associada com ácido glicólico comparando se o resultado será melhor com a carboxiterapia isolada, ou associada com o ácido glicólico.

Palavras-chave: Atrofia tegumentar. Carboxiterapia. Estrias.

1 INTRODUÇÃO

Estria é o atrofiamento tegumentar adquirida que apresentam coloração diferente dependendo do estágio em que se encontram, no primeiro estágio possui coloração avermelhada devido ao processo inflamatório que ocorre na região durante o rompimento das fibras elásticas do local, logo após algum tempo ficam esbranquiçadas (albas), pois naquele local não existe mais nutrientes e nem circulação na região que possui a estria. O aparecimento das estrias ocorre devido o rompimento das fibras elásticas que se encontram na derme, formando a cicatriz na região superficial da pele a epiderme. O sexo feminino é o mais acometido com essas cicatrizes devido a diversos fatores como: endócrinos, mecânicos e genéticos (FELIZOLLA; MEJIA, 2013; MOREIRA, 2013). Os locais mais comuns de aparecimento são glúteos, mama, coxas, abdômen, sendo assim para amenizar o aspecto que a estria causa na pele, existe vários procedimentos estéticos para o tratamento da mesma, e um dos métodos utilizados é a carboxiterapia que consiste na aplicação de CO_2 (dióxido de carbono) diretamente na estria, gerando um processo inflamatório no local, estimulando a locomoção de fibroblastos para a região e induzindo a formação de colágeno. O colágeno é uma proteína presente no corpo humano, em média 70% do peso da pele

[561]Biomedicina, 8º Período, Centro Universitário Campo Real.
[2]Especialista Biomedicina Estética, Docente Centro Universitário Campo Real.

seca corresponde a essa proteína. Ele tem função de resistência e integridade para os tecidos e órgãos. Quando à formação da estria esse colágeno que está presente nas fibras elásticas é rompido, formando então as lesões atróficas. Durante o tratamento é importante respeitar o tempo do ciclo do colágeno, pois após uma estimulação para os fibroblastos se aglomerar e formar o colágeno, é a partir do décimo quinto dia, até o vigésimo primeiro (ABE; TOKARS, 2017; GUIRRO; GUIRRO, 2004; MAIO, 2017).

A carboxiterapia é uma técnica utilizada para diversos tratamentos estéticos como para o tratamento de estrias, celulites, gordura localizada entre outros (COSTA; MENDES, 2017). Para o tratamento de estrias esse método consiste na administração de gás carbônico (dióxido de carbono) diretamente nas estrias fazendo com que haja uma melhora na elasticidade da pele. Através do equipamento que contém o gás carbônico com 99,9% de pureza é injetado com uma agulha fina 0,30X13mm por via intradérmica uma quantidade do gás carbônico medicinal (CO_2), levando a um processo inflamatório da região, tendo a melhora na pressão de oxigênio liberado, aumento da vasodilatação, fazendo com que os fibroblastos se proliferam aumentando a produção de colágeno e realizando a reparação do tecido (BORGES, 2010; BORGES, 2016; BRITO; MEJIA, 2015).

O estudo mostra o efeito do tratamento com a carboxiterapia isolada, e o uso da carboxiterapia associada ao ácido glicólico. Esse ácido possui maior facilidade de penetração na camada mais profunda da pele, facilitando a hidratação de pele, regularização da queratina, fazendo com haja uma produção de colágeno na região aplicada, facilitando o tratamento do aspecto das estrias albas. O trabalho tem como objetivo verificar o efeito do tratamento com a carboxiterapia, e carboxiterapia associada com ácido glicólico comparando se o resultado será melhor com a carboxiterapia isolada, ou associada com o ácido glicólico.

2 DESENVOLVIMENTO

O projeto de pesquisa foi devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, de acordo a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Para a realização do estudo foram convidadas 18 mulheres com idade entre 18 a 37 anos que possuem estrias brancas em qualquer região do corpo para participar de 8 sessões com intervalo de 15 dias cada sessão para o tratamento de estrias com carboxiterapia. Dessas 18

mulheres elas foram divididas em dois grupos: o grupo A que apenas é realizado o tratamento com carboxiterapia e o grupo B que é realizado o tratamento com carboxiterapia associada ao ácido glicólico. O critério de exclusão foi devido ao fototipo de pele de cada participante, apenas as mulheres que tem o fototipo de pele até o III podem usar o ácido glicólico para o tratamento.

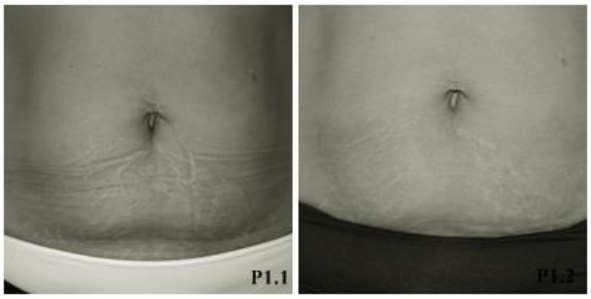
2.1 Aplicações da carboxiterapia e a carboxiterapia associada ao ácido glicólico

Para o procedimento é utilizado um equipamento próprio que possui controle de fluxo e volume total de CO_2 injetado. Utilizando luvas estéreis e descartáveis, é realizado assepsia da região que possui estrias com algodão e álcool 70% e é injetado o dióxido de carbono diretamente nas estrias por via intradérmica através do equipo encaixado na agulha com tamanho de 0,30X13mm regulando o equipamento e seguindo os parâmetros de fluxo de gás que é entre 20ml/min a 150ml/min. Na técnica utilizada para estrias albas a quantidade é de 60ml/min de CO_2 liberado no tecido (MAIO, 2017; MILLMAN; KOCHAN, 2015).

Logo após a administração da carboxiterapia, as participantes do grupo B que recebem o tratamento com o ácido, é aplicado o ácido glicólico por via tópica, na concentração de (20%) e pH 2.3% na região que recebeu aplicação do CO_2. O ácido é aplicado com o auxílio de uma gaze estéril, deixando agir por 20 minutos.

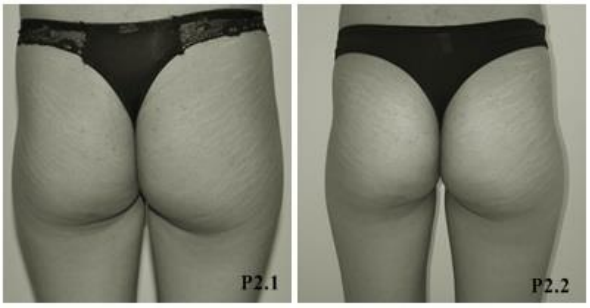
O estudo apresenta-se com um resultado parcial, já realizado a 4ª sessão de aplicação e através de registros fotográficos feitos a cada sessão, e vendo a olho nu, os resultados obtidos até o momento é a melhora do aspecto e diminuição da espessura das estrias, com coloração da estria mais uniforme em relação à pele. As participantes que tinham estrias com depressão “maiores”, relatam que sentem melhora ao passar a mão, que estão diminuídas e que não estão mais com tanto aspecto de depressão.

Figura 1 - Avaliação dos resultados obtidos após tratamento de estrias apenas com carboxiterapia grupo (A). Da participante 1, (P1.1) antes do início do tratamento, (P1.2) depois da 3º sessão.



FONTE: O autor (2018)

Figura 2 – Avaliação dos resultados obtidos após o tratamento de estrias com carboxiterapia associada ao ácido glicólico grupo (B). Da participante 2 (P2.1) antes do início do tratamento, (P2.2) depois da 3º sessão.



FONTE: O autor (2018)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o andamento do trabalho pode-se analisar até o momento o efeito da carboxiterapia, e da carboxiterapia associada ao ácido glicólico para estrias. Fazendo com que na 4ª sessão de aplicação obteve-se um resultado positivo com diminuição da espessura e coloração das estrias mais uniforme com a cor da pele. Até o final do estudo espera-se um resultado ainda melhor no aspecto das estrias.

4 REFERÊNCIAS

ABE, Jaqueline Botelho; TOKARS, Eunice. **Efeito da carboxiterapia em estrias brancas**. Disponível
em: http://tcconline.utp.br acesso em: 09 de agosto de 2018.

BORGES, Fábio dos Santos; SCORZA, Flávia Acedo. **Terapêutica em Estética:** Conceito e Técnicas. São Paulo: Phorte, 2016.
BORGES, Fábio dos Santos. **Modalidades Terapêuticas nas Disfunções Estéticas.** 2. ed. São Paulo: Phorte, 2010.

BRITO, Janete Martins; MEJIA, Dayana Priscila Maia. **Carboxiterapia no tratamento de estrias**. 2015
Disponível em: http://portalbiocursos.com.br Acesso em: 03 de março de 2018.

COSTA, Ane de Melo; MENDES, Daniella R.G. **Estrias e o tratamento com carboxiterapia (CO_2)- uma revisão de literatura.** Disponível em: http://www.senaaires.com.br acesso em: 02 de março de 2018.

FELIZZOLA, Luciclea Sevalho; MEJIA, Dayana Priscila Maia. **A carboxiterapia como tratamento para estria**. Faculdade Àvila. Goiania, GO. 2013. Disponível em: <http://portalbiocursos.com.br> acesso em: 17 de julho de 2018.

GUIRRO, Elaine; GUIRRO, Rinaldo. **Fisioterapia Dermato-Funcional.** 3. ed. Barueri Sp: Manole, 2004.

MAIO, Maurício de. **Tratado de Medicina Estética.** 2. ed. São Paulo: Roca, 2017.
MILLMAN, Isabelle Porcelis; KOCHAN, Roberta. Carboxiterapia no tratamento de atrofia linear cutanea. 2015. Disponível em: http://tcconline.utp.br acesso em: 18 de abril de 2018.

MOREIRA, J. P. R; GIUSTI, H. H. k. D. **Fisioterapia dermato-funcional no tratamento de estrias**: revisão da literatura. Revista científica da Uniararas. v.1 n 2, 2013. Disponível em: http://www.uniararas.br acesso em: 12 de junho de 2018.

ZIKA VÍRUS: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

SCHUCHARDT, Ingrid[1]
PEDRON, Julia[1]
POSSAGNO, Otávio[563]
AVANZI, Valéria Miranda[2]

RESUMO: Esse trabalho é uma revisão bibliográfica sobre o Zika Vírus (ZIKV), já que em 2015, o Brasil foi alvo de um surto viral. Há indícios de mais de 240 mil casos prováveis até o início do segundo semestre de 2018, segundo dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde. Ademais, estudos relatam a relação direta existente entre o ZIKV e a microcefalia em neonatais infectados. Concluímos que a prevenção é fundamental para evitar danos teratogênicos ao feto. E que, uma das maiores dificuldades clínicas é o fato de que em sua maioria o Zika Vírus se manifesta de forma assintomática.

Palavras-chave: Zika-vírus; patologia; transmissão; epidemiologia; diagnóstico.

1 INTRODUÇÃO

O vírus Zika (ZIKV) pertence ao gênero Flavivírus e possui genoma de ácido ribonucleico (RNA) de cadeia simples e de polaridade positiva, está relacionado diretamente com a Dengue, Febre amarela e vírus do Nilo (MANIERO, 2016). Foi isolado pela primeira vez em 1947 na floresta Zika, em Uganda. A partir daí, propagou-se rapidamente para sudeste da Ásia sofrendo uma mutação e gerando duas linhagens virais. Sua transmissão ocorre principalmente pela picada do mosquito Aedes fêmea. Porém, existem outras vias de contaminação como sexual, transfusão sanguínea e vertical. Sua rápida disseminação se torna preocupante, principalmente para as gestantes infectadas devido a sua grande influência teratogênica já que o vírus pode invadir o citotrofoblasto da placenta (CHARLIER, 2017). Pode ser diagnosticada por neuroimagem (NUNES, 2016).

Entretanto, o diagnóstico em não gestantes, pode ser realizado por técnicas de anticorpos IgG e IgM ou por meio de PCR. Em sua maioria, os casos documentados são assintomáticos, porém, podem manifestar febre alta, artralgia, conjuntivite não purulenta, náuseas e vômito (SALGE, 2016).

Sendo assim, o objetivo desse artigo foi de realizar uma revisão bibliográfica sobre o assunto em questão, haja vista o surto recente do ZIKV e seu efeito no Brasil.

[563] Graduandos Medicina, 2º período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Mestrado em Ciências da Saúde. Docente do Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

Trata-se de uma revisão bibliográfica, como base em artigos publicados entre os anos de 2015 e 2018. Os materiais de estudo que compõe esse trabalho foram 6 artigos científicos escolhidos dentre 24 lidos nos sites ScieLo, Google Acadêmico, Pubmed e Revista Médica da USP. Procurou-se abordar sobre a etiologia, epidemiologia, transmissão, casos clínicos e fisiopatologia do Zika vírus.

2.1 Etiologia

O vírus Zika (ZIKV) pertence à família Flaviridae e ao gênero Flavivírus**.** Trata-se de um vírus com genoma de ácido ribonucleico (RNA) de cadeia simples de polaridade positiva. Apesar de não ser conhecida a estrutura do vibrião, por comparação aos demais flavivírus conhecidos, este deve ser limitado por um invólucro lipídico derivado do retículo endoplasmático das células onde estes vírus se replicam (MANIERO, 2016). O invólucro viral deverá conter as duas proteínas de superfície (designadas M e E), sendo que, adicionalmente, o genoma viral codifica uma série de outras proteínas que possuem atividade enzimática (NS3, protease e NS5 dependente de RNA), ou desempenham funções regulatórias (controlo da replicação, transcrição, tradução e resposta imune) durante a replicação intracelular.

O ZIKV foi isolado pela primeira vez em 1947 na floresta de Zika, no Uganda. Após análise filogenética do genoma viral, percebeu-se que provavelmente o vírus surgiu nesta localidade em torno de 1920, e após duas fases de migração para o Oeste Africano deu início as duas linhagens africanas**.** A linhagem asiática também foi a responsável pelos casos de transmissão autóctone deste vírus, recentemente ocorridos no Brasil (MANIERO et al., 2016).

2.2 EPIDEMIOLOGIA

A primeira evidência do vírus fora do continente africano foi em 1977 quando casos de doença febril aguda foram internados em um hospital na Indonésia. Em 2015 o primeiro caso de Zika vírus no Brasil foi documentado, a partir de isolamento viral em casos suspeitos de dengue. Desde o primeiro caso, é estipulado que tenha havido 240.232 casos prováveis até a semana 32 de 2018, segundo dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde.

2.3 TRANSMISSÃO

Em relação a transmissão do Zika vírus, todos os artigos pesquisados com esse assunto (NUNES, 2016; SALGE, 2016 e PINTO JUNIOR; 2015) demonstraram concordância em afirmar que ocorre principalmente pela picada do mosquito fêmea do gênero Aedes, e que há duas espécies vetores distintas: em ambientes rurais predomina o *A. albopictus* e em ambientes urbanos o *A. aegypti.* No entanto, apenas SALGE (2016) e PINTO JUNIOR (2015) afirmaram que há outras vias de contaminação: sexual, perinatal e por transfusão sanguínea.

2.4 ALTERAÇÕES MORFOLÓGICAS NO FETO

Há inúmeras consequências pré-natais da transmissão vertical envolvendo o Zika Vírus, entre elas uma incidência de 1 a 13% de anormalidades cerebrais, na qual a microcefalia está incluída, bem como manifestação de gliose, microcalcificações, degeneração de células gliais e neuronais e necrose localizada na transição cortical subcortical (CHARLIER, 2017).

Além disso, a prematuridade ou perdas fetais (decorrente da infecção materna até a 32° semana por conta de uma redução da função placentária), desenvolvimento neurológico pós-natal deficiente, irritabilidade, sintomas piramidais e extrapiramidais, lesões retinais (malformações, neurite óptica, cicatrização coriorretiniana e atrofia), epilepsia, perda auditiva, paralisia diafragmática unilateral, ventriculomegalia cerebral, lisossencefalia e hipoplasia (CHARLIER, 2017; DE CARVALHO, 2016; PINTO JUNIOR, 2015).

2.5 FISIOPATOLOGIA MÃE-FETO

CHARLIER (2017) demonstrou que o Vírus Zika tem uma peculiaridade que o torna apto a atravessar a barreira placentária, se multiplicar e disseminar o vírus, focando principalmente nos progenitores corticais, induzindo a microcefalia. Sabe-se que o vírus é capaz de infectar o citotrofoblasto extraviloso, mas não o sinciciotrofoblasto maduro. Dessa forma, na placenta, o Zika Vírus pode se multiplicar dentro de resistentes macrófagos chamados de Hofbauer e nas células endoteliais, favorecendo a infecção viral na circulação fetal.

2.6 PREVENÇÃO

SALGE (2016) abordou a importância da mulher que pretende engravidar realizar o planejamento familiar junto com um profissional da saúde, o qual pode orientá-la tanto

da consequência do vírus no período gestacional quanto de viajar para áreas com surto deste vírus.

NUNES (2016), SALGE (2016) e PINTO JUNIOR (2015), afirmam que as principais medidas gerais de prevenção são: eliminar criadouros, proteger da exposição de mosquitos, fechar portas e janelas ou colocar teladas, usar roupas afim de cobrir o corpo e fazer uso de repelentes.

2.7 DIAGNÓSTICO

Sabe-se se que a maioria dos casos são assintomáticos (80%). Mas, que quando presentes, costumam ser brandos e podem durar até uma semana. Entre os sintomas citados estavam: febre súbita (cerca de 38,5° C), artralgia, rash maculopapular ou conjuntivite não purulenta e artralgia de pequenas articulações e cefaleia, em maior destaque. Em alguns casos também foi relatado ocorrência de náusea e vômito (NUNES, 2016, SALGE, 2016 e KARKHAH, 2018).

A principal forma de diagnóstico se dá pelo exame de amplificação por reação em cadeia da polimerase (RT-PCR), após a transcrição reversa do RNA viral extraído do soro do doente. Porém, pode ser reconhecida também por outros fluidos corporais, como urina, saliva, líquido amniótico em gestantes e líquor, o que impossibilita a dúvida de diagnóstico por outros flavivírus semelhantes. (NUNES, 2016; SALGE, 2016 e PINTO JUNIOR; 2015).

Por fim, o diagnóstico por neuroimagem em gestantes tem o objetivo de detectar a microcefalia, perda de tecido encefálico, distúrbios da migração neuronal, calcificações cerebrais e dilatação do sistema ventricular. Além disso, recomenda-se a ultrassonografia obstétrica a fim de identificar as possíveis anormalidades estruturais do sistema nervoso central do feto. Em caso de detecção de qualquer anormalidade, devem ser realizados exames como a tomografia computadorizada ou a ressonância magnética (NUNES, 2016).

2.8 TRATAMENTO

PINTO JUNIOR (2015) afirma que em caso de contaminação por Zika vírus, há algumas orientações primárias, que envolve hábitos de vida, como evitar banhos quentes, uso excessivo de sabão e hidratar a pele corretamente. Além disso, há a orientação medicamentosa, sendo um tratamento sintomático, haja vista a inexistência de medicamentos virais específicos. Recomenda-se, portanto, o uso de anti-

histamínicos mais antigos que podem beneficiar o doente. Não recomenda o uso de corticoides, pelo fato de os benefícios serem desconhecidos para esse caso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sua grande maioria, os textos apresentam repetição de informações, sendo os artigos escolhidos como base os mais completos para estruturar esse trabalho. Dessa forma, concluímos que a investigação precoce é importante já que seus sintomas característicos são pouco manifestados. E isso, é primordial, para a prevenção da infecção em gestantes, impedindo a contaminação do feto pelo Zika Vírus (ZIKV).

4 REFERÊNCIAS

CHARLIER, Caroline et al. Arboviruses and pregnancy: maternal, fetal, and neonatal effects. **The Lancet Child and Adolescent Health**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 134–146, 2017.

DE CARVALHO, Newton Sérgio et al. Zika virus infection during pregnancy and microcephaly occurrence: A review of literature and Brazilian data. **Brazilian Journal of Infectious Diseases**, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 282–289, 2016.

KARKHAH, Ahmad et al. Zika virus: epidemiology , clinical aspects , diagnosis , and control of infection. [s. l.], 2018.

MANIERO, Viviane C. et al. Dengue, Chikungunya E Zika Vírus No Brasil: Situação Epidemiológica, Aspectos Clínicos E Medidas Preventivas. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 118–145, 2016.

NUNES, Magda Lahorgue et al. Microcephaly and Zika vírus: a clinical and epidemiological analysis of the current outbreak in Brazil. **Jornal de Pediatria (versão em Português)**, [s.l.], v. 92, n. 3, p.230-240, maio 2016. Elsevier BV.

PINTO JUNIOR, Vitor Laerte; LUZ, Kleber; PARREIRA, Ricardo; FERRINHO, Paulo. Vírus Zika: revisão para clínicos. Acta Médica Portuguesa, Lisboa, v. 28, n. 6, p. 760-765, Nov./Dec. 2015.

SALGE, Ana Karina Marques et al. Infecção pelo vírus Zika na gestação e microcefalia em recém-nascidos: revisão integrativa de literatura. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 18, mar. 2016. ISSN 1518-1944.

ONTEM E HOJE: CARANDIRU

PRAISNER, Juliana[564]
ROSAS, Rudy Heitor[565]

RESUMO: Tendo como linha de pesquisa o sistema prisional brasileiro, o tema desenvolve-se a partir do "Massacre do Carandiru" e a sua relação com o cárcere atual. Dessa forma, o objetivo do trabalho é demonstrar os riscos da ocorrência de "novos Carandirus" e os impactos sociais causados pela crise do sistema carcerário brasileiro. O cenário ainda é objeto de discussão do Grupo de Estudos Contemporâneos em Execução Penal, do Centro Universitário Campo Real. A pesquisa foi construída com base em informações extraídas de livros, artigos e noticiários da época do Massacre do Pavilhão Nove e dos "atuais Carandirus".

Palavras-chave: Sistema Penitenciário. Carandiru. Criminalidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo é uma continuidade do trabalho intitulado "Brasil: Sistema Carcerário e Direitos Humanos", apresentado em 2017. O objeto de discussão centra-se no dia 02 de Outubro de 1992, conhecido como o "Massacre do Carandiru" e nos impactos sociais decorridos do abandono do sistema prisional brasileiro antes e depois do evento sangrento.

Ao longo da leitura, será possível perceber que os principais motivos para a ocorrência de rebeliões com desfechos violentos é o hiperencarceramento e a violência estatal para o controle de motins dentro das penitenciárias, que em dadas situações é utilizada como uma forma de "limpeza do cárcere". Os principais impactos sociais da utilização da violência para o controle do sistema carcerário é o surgimento de facções, que controlam a vida dentro e fora dos presídios e por consequência, a contribuição para o aumento da criminalidade. Reforçados pela utilização da prisão como regra e não exceção, conforme será demonstrado.

2 DESENVOLVIMENTO

O Carandiru começou a ser construído no ano de 1920. Nas primeiras três décadas de funcionamento já sofria com a superlotação. Em uma tentativa de "amenizar" o problema foram construídas a Casa de Detenção, a Penitenciária Feminina

[564] Direito, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[565] Mestre – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Docente, Centro Universitário Campo Real.

e o Centro de Observação Criminológico, formando o Complexo Penitenciário do Carandiru.

Durante os primeiros trinta anos de funcionamento, o Carandiru chegou a comportar oito mil detentos, excedendo sua capacidade em 200%, pois foi construído para abrigar menos de três mil presos. No entanto, em 02 de Outubro de 1992, haviam cerca de sete mil e duzentos encarcerados no Complexo (BORGES, 2016).

Estima-se que foram disparados cerca de quinhentos e quinze tiros por parte da polícia. Ao todo foram cento e onze detentos mortos, noventa e dois casos de presidiários com algum tipo de lesão, vinte e três policiais feridos e nenhum agente morto (CAMARGO, 2005).

> Um polícia abriu o guichezinho da porta, enfiou a metralhadora na porta da sua cela: trabalhadora e gritou: Surpresa, chegou o diabo para carregar vocês para o inferno! [...] Quando a porta da cela foi aberta, Majestade permaneceu estático, de cabeça baixa. Pelo canto dos olhos viu apenas o coturno do policial e esperou o tiro de misericórdia na nuca [...] Uma depois da outra, as metralhadoras silenciaram (VARELLA, 1999, p. 287-289).

Sabe-se que as péssimas condições do cárcere resultam em “novos Carandirus”. Tal como ocorreu no Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, em que uma rebelião no início do ano de 2017, terminou com mais de sessenta detentos mortos. Segundo o governo do estado amazonense, a capacidade da unidade prisional corresponde a quatrocentos e cinquenta e quatro presos, contudo, no dia da rebelião havia mil duzentos e vinte e quatro detentos no presídio (GONÇALVES; HENRIQUES; SEVERIANO, 2017).

Assim, Anísio Jobim e Carandiru têm em comum a superlotação carcerária. Segundo Varella (1999, p. 293), “Os homens foram distribuídos ao acaso nos xadrezes. Em cada um, colocavam o máximo possível, trancavam e lotavam o seguinte, até prenderem todos”.

Contudo, para o Direito Processual Penal, a regra é a liberdade e a prisão, exceção. No entanto, é evidente o aumento do número das prisões temporárias e preventivas, passando a impressão da inversão da norma citada acima. Agravando ainda mais a situação do sistema penitenciário bem como, contribuindo para o aumento da criminalidade e a ocorrência de “Novos Carandirus”.

Dados da Rede Justiça Criminal do Conselho Nacional de Justiça (2016), revelaram:

> [...] o Brasil testemunhou um impressionante aumento de 33% de sua taxa de aprisionamento em cinco anos, chegando hoje à média de quase 300 pessoas presas para cada cem mil habitantes. Desse agigantado contingente de pessoas encarceradas, 41% sequer foram condenadas pelo sistema de justiça brasileiro. Não bastasse o uso da prisão provisória ter se tornado abusivo, mais da metade dos presos provisórios estão custodiados há mais de 90 dias. E apenas 37% das unidades prisionais foram capazes de enviar essa informação, as demais unidades não têm controle sobre o tempo de privação de liberdade desses presos.

Em relação ao aumento da criminalidade, no ano de 2015, em resposta à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o então ex-Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, admitiu a relação entre as transgressões e o abandono do sistema penitenciário:

> Sabemos que hoje nossas unidades prisionais geram unidades que são verdadeiras escolas do crime. Dentro delas, atuam organizações criminosas [...] Boa parte da violência que temos na nossa sociedade, dos crimes, das drogas, das situações que atingem profundamente nossa vida cotidiana e aterrorizam o cidadão, é comandada de dentro dos presídios.

Dentre as organizações criminosas que atuam dentro e fora do cárcere, a mais influente é o PCC (Primeiro Comando Vermelho). Para muitos, trata-se de uma resposta ao Massacre do Carandiru, bem como um contra-ataque às rebeliões com desfechos violentos, corriqueiras do nosso sistema prisional a partir da década de noventa. O PCC não só ganhou visibilidade como também reconhecimento do Estado Brasileiro no ano de 2001, com a eclosão de uma gigantesca rebelião envolvendo vinte e nove unidades prisionais (BORGES, 2016).

Sobre o domínio das facções, Espínola (2016) argumenta que:

> Os presídios no Brasil se tornaram masmorras, com aglomerados de gente nas piores condições. Para sobreviver é preciso aderir a alguma facção que de lá de dentro dita às ações da criminalidade aqui fora. [...] Uma realidade que denuncia a impotência e o descaso do Poder Público na manutenção da ordem dentro e fora das grades.

Sendo assim, é nítida a relação entre as péssimas condições do sistema carcerário e o aumento da criminalidade, bem como a violência dentro das grades. A superlotação dos presídios apresenta-se como raiz de todos os problemas, visto que a política penitenciária adotada pelo Estado Brasileiro concentra-se na prisão como regra. Como não há uma separação dos detentos com diferentes níveis de periculosidade, muitos são obrigados a integrar uma façção criminosa, com influência no cárcere e na

sociedade. No entanto, dentro de um mesmo presídio há a existência de dois ou mais grupos rivais, que ao entrarem em conflito, “justificam” a violência pela qual o Estado “controla” as rebeliões, mesmo que o tal controle signifique massacrar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, nada mudou desde as primeiras três décadas de funcionamento do Carandiru. Prestes a completar vinte e seis anos do massacre, nenhuma atitude sensata foi tomada em relação a superlotação carcerária.

As celas continuam cada vez mais lotadas. As facções seguem comandando o sistema e aumentando seu poder dentro e fora das grades. A criminalidade só tem a aumentar e, a solução apresentada pelo Estado Brasileiro é tratar violência com mais violência, gerando um ciclo vicioso e sem fim. Muitos desses episódios violentos culminam em uma diminuição da massa carcerária. Por meio de rebeliões, massacres e brigas entre facções rivais dentro de uma mesma penitenciária.

Carandiru foi uma típica tragédia anunciada, “solucionada com o famoso jeitinho brasileiro”. Após o Pavilhão 9, outros Carandirus emergiram em meio ao caos do sistema, principalmente nos estados de: Amazonas, Roraima, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Além das mortes, o Carandiru de 1992 ainda nos trouxe como resultado uma facção criminosa em ascensão: O Primeiro Comando Vermelho, mais conhecido como PCC, que controla a criminalidade através das grades. Sendo assim, o tratamento dado ao cárcere impacta diretamente na sociedade, e ao tratar violência com mais violência, entramos em um ciclo violento sem fim.

4 REFERÊNCIAS

BORGES, Trindade, Viviane. **Carandiru:** os usos da memória de um massacre. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/21751803081920160004>. Acesso em: 29 ago. 2018.

CAMARGO, Henrique. Como foi o massacre do Carandiru?. **Super Interessante,** Brasil, 4 abr. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/como-foi-o-massacre-do-carandiru/>. Acesso em: 23 ago. 2018.

ESPÍNOLA, Marcos. **Presídios são masmorras propensas a carnificina.** 2016. Disponível em: <https://marcosespinola1.jusbrasil.com.br/artigos/418328315/presidios-sao-masmorras-propensas-a-carnificina>. Acesso em: 21 ago. 2018.

G1. Cardozo diz que presídios do país são 'verdadeiras escolas do crime'. **G1 Política,** Brasília, 16 jun. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/cardozo-diz-que-presidios-do-pais-sao-escolas-do-crime.html>. Acesso: 21 ago. 2018.

GONÇALVES, Suelen; HENRIQUES, Camila; SEVERIANO, Adneison. Rebelião em presídio chega ao fim com 56 mortes, diz governo do AM. **G1.** 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/rebeliao-no-compaj-chega-ao-fim-com-mais-de-50-mortes-diz-ssp-am.html> . Acesso em: 21 ago. 2018.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ENSAIO SOBRE PSICOPATIA E CRIMES VIOLENTOS

DA SILVEIRA, Amanda Barboza[566]
ZBIERSKI, Millena de Lima[1]
DE OLIVEIRA, Marcelo[567]

RESUMO: Esta pesquisa consiste em um ensaio a fim de explorar o assunto psicopatia e crimes violentos. Assim sendo, foram levantados exemplos de crimes violentos que estão relacionados à biologia desta psicopatologia. Foi concluído que existe relação dos crimes com a doença devidos aos sintomas apresentados, ou seja, indivíduos inteligentes, sedutores, narcisistas, impulsivos, enganadores, irresponsáveis, irritáveis, com ausência de autocontrole e empatia são suscetíveis a cometer tais crimes.

Palavras-chave: Crimes Violentos. Psicopatologia. Psicopatia.

1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se um breve ensaio sobre o transtorno de personalidade dissocial e suas consequências para a população. Dessa forma, constam crimes de grande repercussão no Brasil e no mundo, no qual há indícios psicológicos de criminosos que apresentam tal transtorno. Destaca-se, também, o viés biopsicossocial dessa psicopatologia no compêndio de psiquiatria (KAPLAN & SADACK, 2010).

Dentro desse viés observou-se que há grande prevalência do transtorno em presídios, diante disso o ambiente pode estar favorecendo a evolução de casos com predisposição, devido ao ambiente hostil e as situações vivenciadas. Outro motivo apontado para justificar esses dados é o de o indivíduo não apresentar sinais de empatia, sofrimento psíquico ou constrangimento, característica da TPAS, levando-o a ter maior envolvimento com atividades perigosas e criminosas que culminam em prisão devido ao malefício provocado (EARLS, 1994).

2 DESENVOLVIMENTO

No estudo das psicopatologias, a psicopatia, também conhecida como sociopatia, transtorno de personalidade, dissocial ou antissocial é classificada como um

[566]Acadêmica de medicina, segundo período, Centro universitário Campo Real.
[567] Mestre em Filosofia, docente do Centro Universitário Campo Real.

distúrbio mental grave em que acomete mais de 150 mil casos por ano no Brasil, segundo o Hospital Israelita Albert Einstein. (MORANA, 2006)

Segundo Robert Hare (2004), especialista em psicologia criminal e psicopatia, o transtorno de personalidade dissocial é constructo clínico de maior relevância para o sistema jurídico penal e as implicações do estudo desse transtorno são importantes seja por sua relação com taxas de reincidência criminal, seja para a reabilitação em sistemas penitenciários.

O transtorno de personalidade dissocial possui níveis variados de gravidade: moderado e severo. Em relação ao nível moderado, encontram-se pessoas que aplicam golpes, furtos, roubos, porém provavelmente não matarão. Os de nível severo aplicam métodos cruéis e sofisticados em seus crimes, ocasionando mortes e depravações. (SILVA, 2008)

Um diagnóstico de transtorno de personalidade anti social demora meses, ou anos para ser feito e comprovado, o que requer, assim, uma avaliação médica e psicológica. No quesito comportamento, encontramos indivíduos inteligentes, sedutores, narcisistas, impulsivos, enganadores, irresponsáveis, irritáveis, com ausência de autocontrole e empatia. (NUNES, 2009)

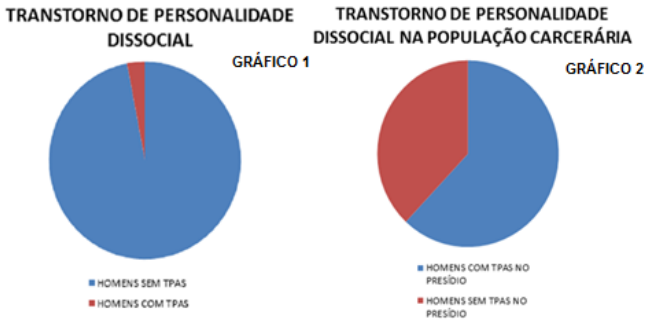
Indivíduos que apresentam esse tipo de comportamento possuem alterações volumétricas no lobo frontal ventro medial (vmPFC) em que é responsável por sentimentos de empatia e culpa, como também da amígdala, relacionada ao medo e ansiedade (Journal of Neurosurgery). Dessa forma, ocorre uma menor conexão entre essas massas, podendo causar algum tipo de transtorno psicológico.

Pessoas diagnosticadas com TPAS podem, também, apresentar redução do volume da matéria cinzenta pré-frontal e ocorrer uma diminuição da resposta autonômica a qualquer evento estressor. Além disso, também têm sido descritas reduções do metabolismo em estruturas subcorticais do sistema límbico (AMEN et al., 1996), hipocampo e núcleo caudado (SODERSTROM et al., 2002).

Em um estudo mais recente, pacientes antissociais apresentavam anormalidades no corpo caloso, o que altera o neurodesenvolvimento. O corpo caloso, por sua vez, é feixe de fibras nervosas que conecta os dois hemisférios cerebrais. Ele é

imprescindível para a correta interpretação de informações vindas dos sentidos, como visão e tato, além de informações mentais.

Segundo a classificação americana de transtornos mentais (DSM-IV-TR), a prevalência geral de transtorno de personalidade dissocial é de 3% em homens e 1% em mulheres e na população presidiária a média sobe para 45% a 66%, conforme os gráficos 1 e 2.



Para se fazer a análise de um indivíduo e concluir se este apresenta sinais de psicopatia, umas das formas de avaliação realizada é um teste psicológico nomeado "Escala de Hare" ou PCL-R (psychopathy checklist). O PCL-R é o primeiro exame exclusivo para o uso no sistema penal do Brasil, no qual avalia a personalidade dos presos e que pretende separar bandidos comuns dos psicopatas. Dessa forma, o PCL-R é o instrumento de eleição para o estudo de psicopatia utilizado em diversos países, dentre eles, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Bélgica, Holanda e Dinamarca. Classificam-se alguns casos que, no Brasil, foram incessantemente repercutidos e, assim, refletidos internacionalmente pela crueldade e frieza dos assassinos e criminosos.

2.1 CASO SUZANE VON RICHTHOFEN

Manfred e Marísia Von Richthofen foram mortos por Daniel e Cristian Cravinhos. Suzane, filha do casal, participou como coadjuvante do crime. Logo depois de executarem o crime, simularam um latrocínio, roubaram dinheiro e foram para um motel de luxo brindar o feito. (Documentário Investigação Criminal – Caso Suzane Von Richtofen)

No caso Richthofen, praticou-se o Teste de Rorschach em Suzane, no qual foi criado pelo psiquiatra suíço Hermann Rorschach (1884-1922), um teste subjetivo, popularmente conhecido como "teste do borrão de tinta" indicou em Suzane uma personalidade narcisista e egocêntrica.

O teste de Rorschach é composto por 10 pranchas representadas por manchas de tintas acromáticos e cromáticos e fornecem índices que permitem ao especialista verificar, por exemplo, condições intelectuais, afetivas e emocionais, controle geral de processos racionais e afetivos, adaptação e ajustamento social e controle de impulsividade", explica a psicóloga Erika Kato Okino, da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo).

A prova de Rorschach é conhecida mundialmente como instrumento de análise de personalidade, em que se inserem as condições anormais que configuram a condição de psicopatia (GACONO, e MELOY, 1994)

2.2 CASO LIANA FRIEDENBACH E FELIPE CAFFÉ

Roberto Aparecido Alves Cardoso, mais conhecido como Champinha, teve infância pobre e apresentava sintomas de transtornos de personalidade. Champinha, com ajuda de amigos, matou Felipe Caffé e violentou Liana Friedenbach, levando-a a morte. Um laudo apontou transtorno de personalidade antissocial e leve retardo mental em Champinha, que, hoje, vive em uma Unidade Experimental de Saúde, sob os cuidados do Estado. (Tribunal de Justiça de São Paulo, Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Folha, Globo e Terra).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se, portanto, notória que a prevalência da patologia de transtorno de personalidade dissocial requer atenção principalmente em presídios pelo motivo dessa população estar mais suscetível a problemas psicológicos devido a fatores do ambiente e pelo motivo de que em alguns casos já possuíam distúrbios anteriores ao crime que influenciaram no ato. Entretanto, essa psicopatologia necessita atenção pelo fato da dificuldade de diagnóstico, podendo sofrer variações com o tempo.

4 REFERÊNCIAS

DSM-IV-TR – **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 4 ed. Tradução de Cláudia Dornelles; 4 e.d. rev. – Porto Alegre: Artmed, 2002

Comentado [1]: negrito no nome da revista e não no título do artigo

EARLS, F. Oppositional-defiant and conduct disorders. In M. Rutter, E. Taylor, L. A. Hersov (Orgs.), **Child and adolescent psychiatry: Modern approaches** (pp. 308-29). Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1994.

HARE, Robert. Manual Escala Hare PCL: critérios para pontuação de psicopatia revisados. Versão brasileira: Hilda Morana. São Paulo: **Casa do Psicologo**. 2004

HAUCK FILHO, Nelson; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia. **Psicopatia: o construto e sua avaliação**. **Aval. psicol.**, Porto Alegre , v. 8, n. 3, p. 337-346, dez. 2009 .

KAPLAN, H. ; SADOCK, Benjamin James ; GREBB, Jack. **Compêndio de Psiquiatria: ciência, comportamento e psiquiatria clínica**. 9a Edição, Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MORANA, Hilda C P; STONE, Michael H; ABDALLA-FILHO, Elias. **Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers. Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo , v. 28, supl. 2, p. s74-s79, Oct. 2006 .

NUNES, Laura M. **Crime-psicopatia, sociopatia e personalidade anti-social**. 2009.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes Perigosas: o Psicopata Mora ao Lado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

SOEIRO, Cristina; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. **O estado de arte do conceito de psicopatia**. **Análise Psicológica**, v. 28, n. 1, p. 227-240, 2010.

SODERSTROM, H. et al. - **CSF studies in violent offenders. I. 5-HIAA as a negative and HVA as a positive predictor of psychopathy**. *J Neural Transm* 108(7):869-78, 2001.

TOVAR-MOLL, F. *et al*. **Structural and functional brain rewiring clarifies preserved inter-hemispheric transfer in humans born without the corpus callosum**. **PNAS**. mai. 2014.

INFERTILIDADE MASCULINA RELACIONADA À MICRODELEÇÕES EM GENES LOCALIZADOS NO CROMOSSOMO Y

ZALUSKI DE LIMA, Mariana Stefany [568]
AVANZI, Valéria Miranda[569]

RESUMO: Uma das principais causas genéticas de infertilidade masculina é a microdeleção do cromossomo Y, relativamente frequente quando comparadas com outras causas. O objetivo deste estudo foi relacionar infertilidade masculina de causas idiopáticas com as microdeleções no cromossomo. Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre infertilidade e as microdeleções nas regiões AZF do cromossomo Y. O estudo da infertilidade pelas causas genéticas é muito importante para indicar o melhor tratamento ao paciente infértil.

Palavras-chave: Azoospermia. Cromossomo Y. Infertilidade Masculina. Microdeleção. Biologia molecular.

1 INTRODUÇÃO

A infertilidade é definida como a incapacidade de um casal conceber um filho ou de levar uma gravidez após um ano de relação sexual regular sem utilização de contraceptivos. Pode ser causada tanto por causa feminina quanto masculina, sendo o homem responsável por 50 a 70% dos casos (OMS, 1992, BORGES & MACEDO, 2016).

Atualmente cerca de 30% dos casos de infertilidade masculina deve-se a uma desordem genética, entre elas está a microdeleção do cromossomo Y, sendo relativamente frequente de 7 a 10% quando comparada com outras causas de infertilidade. Aproximadamente 1 em cada 2.000 a 3.000 homens apresentam a microdeleção do cromossomo Y (PASQUALOTTO, 2007; NUSSBAUM, et al, 2016, EL SHAFAE, et al, 2018).

2 DESENVOLVIMENTO

O cromossomo Y é determinante do sexo masculino, ele é dividido em braço curto (Yp) e braço longo (Yq). O Yp está relacionado com o desenvolvimento testicular e o Yq com os fatores relacionados na espermatogênese. Em seu braço longo nos intervalos 5 e 6 localizam-se três regiões denominadas “azoospermia fators” AZFa, AZFb e AZFc,

[568] Biomedicina, 8ª Período, Centro Universitário Campo Real.
[569] Mestre, Docente Centro Universitário Campo Real.

estas regiões são de extrema importância, pois, apresentam múltiplos genes essenciais na espermatogênese (HAMADA, et al, 2013).

A região AZFa é a região mais pequena de AZF esta região é não-repetitiva e apresenta uma baixa frequência de deleções. Dois principais genes dessa região (USP9Y e DBY) estão relacionados com a infertilidade masculina e quando ocorrem suas deleções são associados com completa ausência de células espermatogénicas nos testículos, causando a síndrome das células de sertoli (SO), oque é impossível para os testículos produzirem espermatozoides (KRAUSZ, et al, 2014; BORGES&MACEDO, 2016).

A região AZFb quando deletada causa parada da maturação dos genomas na meiose I (espermatócito primário) células germinativas que não completaram o total desenvolvimento espermatogênico. Essa região contém 32 genes e quando deletada pode remover certos genes da região AZFc por estar sobreposta a ela, alguns desses genes da região AZFc inclui gene DAZ1, DAZ2 e uma cópia do CDY1 (FERRÁS, et al, 2004; SOARES, et al, 2012; HAMADA, et al, 2013).

A região AZFc contém oito famílias de genes que são expressos exclusivamente no testículo. Deleções nessa região sozinha ou combinadas com outras regiões AZF são as mais frequentes e quando isso ocorre causa hipoespermatogênese. (HAMADA, et al, 2013; NUSSBAUM, et al, 2016).

Dos genes codificadores em AZFc incluem DAZ e CDY. O gene DAZ é muito importante no desenvolvimento das células germinativas, desde a vida embrionária até a idade adulta, no cromossomo Y há quatro cópias do gene DAZ, os quais codificam proteínas de ligação ao RNA, sendo expressas apenas nas células germinativas pré-meióticas do testículo. Cerca de 80% das microdeleções de AZF ocorrem nessa região, sendo que a maioria delas removem o gene DAZ. O alinhamento de sequências de DNA dentro de AZFc permitiu revelar a formação de pequenas subdeleções ou deleções parciais, denominadas deleções gr/gr, b1/b3 e b2/b3. (GONÇALVES, 2015). Capazes de remover dois dos genes DAZ e uma das cópias do CDY1 (EL SHAFAE, et al, 2018). Duas cópias do gene CDY estão localizadas na região AZFc., é expresso apenas em células germinativas (HAMADA, et al, 2013; NUSSBAUM, et al, 2016). Além disso, outros estudos apontam uma nova região no cromossomo Y, região AZFd, que quando

deletada seria responsável por oligozoospermia leve (BORGES&MACEDO, 2016; EL SHAFAE, et al, 2018).

O grau de infertilidade ocasionada por uma microdeleção do cromossomo Y depende quais regiões AZF foram deletadas, vai desde uma oligozoospermia leve a uma azoospermia (PASQUALOTTO, 2007). O espermograma é o principal exame que irá identificar essas alterações no ejaculado do paciente infértil (DZIK, et al, 2012).

As microdeleções do cromossomo Y acontecem devido à recombinação homóloga de sequências de DNA (ácido desoxirribonucleico) repetitivas que ocorrem inesperadamente no braço longo do cromossomo Y, oque explica a região AZFc ser a mais deletada, pois possui inúmeros blocos de DNA repetitivos e flanqueados pela região Yq12, altamente repetitiva (BORGES&MACEDO, 2016)

Como tratamento, é indicado técnicas de reprodução assistida (TRAs): Inseminação intrauterina (IIU), Fertilização *in vitro* (FIV), Injeção intracitoplasmática de espermatozoides (ICSI), Aspiração testicular (*Testicular Sperm Aspiration* - TESA), biópsia aberta convencional (*Testicular Sperm Extraction* – TESE), Banco de sêmen. O banco de sêmen na maioria dos casos é a última opção ao casal infértil, quando já foi tentada a gravidez por todas as outras técnicas e não obteve resultados (DZIK, et al, 2012; BORGES & MACEDO, 2016).

Porém se os espermatozoides desses pacientes carregarem a microdeleção, a mesma será transmitida aos descendentes do sexo masculino, sendo assim todo casal que procurar a clínica de fertilização por apresentar anomalias genéticas devem recorrer ao aconselhamento genético com profissionais capacitados, que tem como base instruir os pacientes sobre a probabilidade de repassar a doença para os descendentes e rastrear sequências de DNA do cromossomo Y antes de realizar a ICSI. (EL SHAFAE, et al 2018).

As microdeleções só são detectáveis com técnicas avançadas como cariótipo com bandas em alta resolução, reação em cadeia da polimerase (PCR), hibridização fluorescente *in situ* (fish) Microarray (BORGES & MACEDO, 2016).

A pesquisa de microdeleções no cromossomo Y é muito importante para explicar a origem da falência da espermogênese, bem como indicar o melhor tratamento de RHA ao paciente infértil. Ela deve ser realizada em homens com concentração espermática

inferior a cinco milhões de espermatozoides/mL, sendo em casos de severa oligozoospermia e azoospermia (PASQUALOTTO, 2007).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo concluiu-se que a infertilidade masculina relacionada às microdeleções do cromossomo Y é muito frequente, sendo a região AZFc a mais comprometida.

O estudo da infertilidade pelas causas genéticas é muito importante para indicar o melhor tratamento ao paciente infértil, bem como possíveis surgimentos de novas técnicas no campo da fertilidade masculina.

4 REFERÊNCIAS

BORGES, C.H.S.; MACEDO, L.C. Infertilidade masculina decorrente de microdeleções no cromossomo Y. **Reprodução & climatério**, v. 31, n. 3, p. 169-174, 2016.

DZIK, A.; DONADIO, N.F.; ESTEVES, S.C.; NAGY, Z.P. **Atlas de Reprodução Humana.** 2012. Pág- 45, 87, 88, 123,131.

EL SHAFAE, M.M. et al. Independent of DAZL-T54A variant and AZF microdeletion in a sample of Egyptian patients with idiopathic non-obstructed azoospermia. **The application of clinical genetics**, v. 11, p. 81, 2018.

FERRÁS C. et al. Importância do estudo das microdeleções do cromossoma Y na infertilidade masculina. **Acta Urológica**, v. 21, n. 4, p. 17-26, 2004.

GONÇALVES, C. et al. **Microdeleções no cromossoma Y em azoospermia não obstrutiva e oligozoospermia severa**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro. 2015

HAMADA, A.J.; ESTEVES, S.C. & AGARWAL, A. A comprehensive review of genetics and genetic testing in azoospermia**. Clinics**, v. 68, p. 39–60, 2013.

KRAUSZ, C. et al . EAA/EMQN best practice guidelines for molecular diagnosis of Y-chromosomal microdeletions: state-of-art 2013**. Andrology**, v. 2, n. 1, p. 5-19, 2014.

NUSSBAUM, R.L.; McINNES, R.R.; WILLAND, H.F. **Thompson e thompson genética médica.** 8ª Edição. 2016.

PASQUALOTTO, F.F. Investigação e reprodução assistida no tratamento da infertilidade masculina. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. V. 29, n. 2, p. 103-112, 2007.

SOARES, A.R. et al. AZFb microdeletions and oligozoospermia-which mechanisms? **Fertility and Sterility**. v. 97, n. 4, p. 858–863, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION.et al. **Recent Advances in Medically Assisted Conception: report of a WHO scientific group.** v. 820, 1992.

PERSPECTIVA POLÍTICA SOBRE O LIVRO "O PEQUENO PRÍNCIPE"

GARCIA, Amanda Ratusznei[570]
MENDES FILHO, Fábio José Brustolin[571]
ZAZULA, Rodrigo Moretto[572]
ROSAS, Rudy Heitor[573]

RESUMO: Este escrito tem como objetivo analisar bibliograficamente o "Pequeno Príncipe" mais a fundo, na intensão de analisar sob uma perspectiva política nas suas entrelinhas relacionando com Rego (1985) e Villamarín (2003). Conclui-se que políticos cativam os eleitores antes das eleições e quando passa este período, por vezes, os políticos finalizam com a relação entre eles por já ter conseguido o que queriam. Uma metáfora do pequeno príncipe faz relação a isso. Analisando essa assertiva, não é interessante a leitura deste resumo antes da leitura prévia do livro em questão.

Palavras-chave: Pequeno príncipe. Política. Cativar. Laços.

1 INTRODUÇÃO

O livro "O pequeno príncipe", há tempos deixou de ser uma leitura infantil e se tornou um ícone em novas ideias de como compreender o mundo moderno. O livro é rico em metáforas que refletem sobre fatos da vida e ensina que a felicidade pode estar mais perto do que se imagina. Com diversas citações famosas, leituras e releituras feitas acerca desse literário conseguimos perceber tal influência que o mesmo exerce na vida de todos que o leram e conseguiram refletir acerca de suas indagações e sugestões.

2 DESENVOLVIMENTO

O fenômeno de "cativar" algo ou alguém é amplamente abordado no livro do Pequeno Príncipe, e explica que quando é formado um relacionamento (seja ele amoroso ou de amizade), os integrantes são responsáveis uns aos outros, isso significa que quaisquer relações requerem responsabilidades. O Pequeno Príncipe cativou uma Rosa e por esse motivo era responsável por ela, dando resposta aos seus desejos e caprichos.

Na frase "Tu te tornas responsável por aquilo que cativas"- (SAINT-EXUPÉRY, 1975, p.74), o ato de cativar é um comportamento político, porque vem de agradar alguém (no caso a Rosa), assim ganha uma confiança recíproca, podendo satisfazer um bem ou vontade maior.

Chegando ao ponto mais conhecido do livro, e com menor compreensão geral: o encontro com a raposa. Numa conversa aberta e franca se discute sobre cativar. O tema tratado como algo além do complemento do vazio merece a compreensão através do próprio texto:

[570] Graduanda em enfermagem 4° Período.
[571] Graduando em engenharia mecânica 4° Período.
[572] Graduando em engenharia elétrica 4° Período.
[573] Mestre em ciências sociais, docente no Centro Universitário Campo Real.

> -Que quer dizer cativar?
> -Eu procuro amigos. Que quer dizer cativar?
> -É algo quase sempre esquecido - disse a raposa -
> Significa criar laços … (SAINT- EXUPÉRY, 1975, p. 68)

"Criar laços", o poder desta pequena frase imputa à atmosfera algo maior, importante, um verdadeiro tratado nesse ponto sobre a amizade. Não há lojas de amigos, nem forma de comercializar a amizade, falta tempo para estar com amigos, sobra medo de criar laços para se cativar. " Se tu queres um amigo, cativa-me. "

O que segue é a mais pura demonstração da arte de cativar amigos, cultivando-os por tempo indeterminado. Encontrar tempo para conversar, escolher o local certo, marcar locais especiais. Amizade sincera, sem interesse, busca do tempo "nós". Inspirador e renovador.

Dentro de um contexto político, podemos perceber algo em comum com a realidade quando, em tempo de candidatura, o sujeito interessado em entrar em um cargo público democraticamente, faz inúmeras promessas a fim de ganhar votos.

> O que os eleitores querem é ter o direito de dizer não aos corruptos e exploradores de sua credulidade. A verdade é que os eleitores sempre foram, e continuam sendo, ludibriados com falsas promessas. A democracia serve apenas para manter o povo distraído e lúdico, impedindo, dessa maneira, que ele possa exercer o direito de banir os governantes que traem, ano após ano, sua confiança. (VILLAMARÍN, 2003, p. 382)

O político feitor das promessas, por vezes, não é responsável pelo que cativou durante todo o período eleitoral, desta forma, a crítica do pequeno príncipe também se aplica a situações práticas como essa enraizadas nos últimos tempos, pois muitas vezes os eleitores acabam criando expectativas e esperando que no mínimo as promessas feitas durante campanhas eleitorais sejam cumpridas e não vazias e temporárias. Quando votamos em alguém, damos um voto de confiança, acreditamos de boa-fé que aquele representante fará todo o possível para ajudar a comunidade e lhes representar bem.

> A tarefa principal de um político é atender as necessidades de seus eleitores, de acordo com a plataforma de seu Partido e os anseios gerais da sociedade. Donde se conclui que a política está intrinsecamente relacionada à promoção de interesses e valores. Ou, em outros termos a política está orientada para a expectativa de recompensas. Como ensina Karl Deutsch em *Política e Governo*, a política aloca valores. Nesse sentido, define-se política como o processo pelo qual os valores -coisas ou relações que as pessoas gostariam de ter ou usufruir- são alocados, de um modo imperativo, mas legítimo. No conceito de política, entram muitos valores, como justiça, retidão, poder, busca de estabilidade, estudo da mudança, crescimento, progresso, desenvolvimento. (REGO, 1985, p. 13)

Esse é o papel da política para o cidadão, significa exatamente dar jus aos diversos cargos dentro de uma estrutura governamental, ou seja, fazer com que os eleitos consigam honrar seus discursos, com os quais cativaram o eleitor antes da eleição, para assim, haver uma relação de troca entre voto e melhorias aplicadas a

população. Nesta linha de análise, outro ponto de vista importante, ainda dentro deste contexto está nessa passagem.

> É preciso exigir de cada um o que cada um pode dar - replicou o rei – A autoridade se baseia na razão. Se ordenares a teu povo que ele se lance no mar, todos se rebelarão. Eu tenho o direito de exigir obediência porque minhas ordens são razoáveis". (SAINT- EXUPÉRY, 2009, p. 40).

O país está passando por um sério período em que os impostos estão muito altos e os benefícios gerados por eles quase não aparecem, juntando isso com a ideia de cativar o eleitor, temos um outro problema, que insiste em deixar o cidadão sem a vantagens que é de direito (saúde, educação, lazer, etc.) mesmo cumprindo com todas as suas obrigações fiscais. A passagem acima diz que é preciso exigir o que cada um pode dar, porém, há pessoas morrendo de fome, doença ou frio por não terem chances de emprego que oferece condições dignas de viver, muitas vezes forçando-os a viver na rua, deste modo então, qual é o sentido de cobrar tantos impostos, se alguns cidadãos mal têm condição de comprar comida? Ou ainda, se todos têm dever do voto, assim como direitos fundamentais (como moradia, alimentação e lazer), porque ainda existe pessoas morando nas ruas?

3 CONCLUSÃO

Na grandiosa jornada pelas páginas do livro O Pequeno Príncipe, ângulos diferentes podem ser descobertos e visitados. Entende-se ser um livro político em sua grande estrutura, mas jamais pode-se dispensar a questão das descobertas de como é conviver com outras pessoas, o que não foge nem um pouco da política, uma vez ser ela em sua essência a prática de convivência com a sociedade. Há uma frase que merece ser citada diversas vezes em qual análise deste livro para se ter um pouco mais de atenção: "Só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos".

Tratar do tema sobre o coração, algo próximo ao amor fraterno, físico, ou familiar é uma das tarefas difíceis em nossos dias, pois, falta-nos ver além do conhecido, isso pode se encaixar com uma atitude de virtude política.

Portanto, além de ser um livro com grande ênfase no aspecto político, o qual pode passar grandes ensinamentos e fazer seus leitores terem diversas reflexões, também pode passar inúmeros valores de toda uma vida para várias gerações.

4 REFERÊNCIAS

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Marketing Político e Governamental**. São Paulo: Summus, 1985.

SAINT- EXUPÉRY, Antoine. **O Pequeno Príncipe**. 51.Ed. tradução de Dom Marcos Barbosa. Rio de Janeiro: Agir, 2015.

VILLAMARÍN, Alberto Juan González**. Uma chance para a paz, é o que o mundo nos pede**. Porto Alegre: Editora AGE Ltda, 2003.

DIETOTERAPIA LOW CARB COMO COADJUVANTE NO TRATAMENTO DO DIABETES TIPO I E II

PAZ, Andreisa Mayara Francisco [574]
AFINOVICZ, Douglas Emanuel[1]
DA SILVA, Josleine [1]
BENINCÁ, Simone Carla[2]
MARIANI, Filipe Quadros[2]

RESUMO: O Diabetes configura-se uma doença metabólica que resulta no descontrole glicêmico. Devido seu caráter crônico o tratamento baseia-se em controlar a glicemia, por meio de medicação oral ou insulina exógena. A dietoterapia Low carb atua diminuindo a quantidade líquida de carboidratos ingeridos diariamente, reduzindo a disponibilidade de glicose e conseguinte auxiliando no controle. Essa revisão bibliográfica objetiva avaliar se há evidências científicas que a sustentem como coadjuvante no tratamento. Segundo os autores há evidências positivas relacionadas ao manejo do diabetes com a dieta, contudo, alguns pontuam que são necessários mais estudos de longo prazo para sustentarem sua aplicabilidade na prática.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Low carb. Dietoterapia.

1 INTRODUÇÃO

O Diabetes tipo I é uma condição autoimune caracterizada pela destruição das células β-pancreáticas e pela deficiência absoluta de insulina. Indivíduos afetados têm metabolismo de glicose prejudicado e são propensos a complicações crônicas de hiperglicemia e complicações agudas de hipoglicemia e cetoacidose. O tratamento padrão consiste em injeções diárias de insulina e a flexibilidade da dieta é incentivada. (TURTON, et al. 2018).

O Diabetes tipo II reflete uma perturbação no eixo glicose-insulina do metabolismo e tem resistência à insulina como uma característica definidora. Por isso, espera-se que a restrição de carboidratos seja a primeira linha de ataque, sendo que esta foi a primeira abordagem a ser utilizada antes mesmo da descoberta da insulina (NIELSEN; JONSSON, et al. 2008). O mais forte preditor de complicações do diabetes é o controle glicêmico e a obtenção de hemoglobina glicada, HbA1c, ≤ 7,0% é o alvo primário de manejo. No entanto, o tratamento padrão parece estar faltando e estratégias adjuntas requerem consideração. (TURTON, et al. 2018).

Quando dietas ricas em carboidratos são consumidas e terapia com medicação intensiva é usada para "cobrir o carboidrato", é muito difícil alcançar o controle glicêmico

[574] Discente Medicina, segundo período, Centro Universitário Campo Real. [2] Docente, Centro Universitário Campo Real.

normal sem reações hipoglicemias. Ao reduzir os carboidratos da dieta, a taxa de erro na determinação da quantidade necessária de insulina exógena é reduzida e as flutuações da glicose no sangue atenuam. (WESTMAN; VERNON, et al. 2008).

“No final do nosso dia de clínica, vamos para casa pensando: "As melhorias clínicas são tão grandes e óbvias, por que outros médicos não entendem?" A restrição de carboidratos é facilmente compreendida pelos pacientes: como os carboidratos da dieta elevam a glicose no sangue, e como o diabetes é definido pela alta glicose no sangue, faz sentido reduzir os carboidratos na dieta. Ao reduzir o carboidrato na dieta, conseguimos reduzir os pacientes em até 150 unidades de insulina por dia em 8 dias, com melhora acentuada no controle glicêmico - até mesmo na normalização dos parâmetros glicêmicos. ” (WESTMAN; VERNON, et al. 2008).

A ADA designa dietas com baixo teor de carboidratos como menos de 130 gramas/dia ou 26% de uma dieta nominal de 2000 kcal e consideramos isso um ponto de corte razoável para a definição de uma dieta pobre em carboidratos. O consumo de carboidratos antes da epidemia de obesidade foi em média de 43%, e sugerimos de 26% a 45% como o intervalo para dietas de moderado-carboidrato. (ACCURSO, et al. 2008).

O intuito desta revisão bibliográfica é avaliar se há evidências científicas disponíveis que possam sustentar a dietoterapia Low carb, como coadjuvante no tratamento do Diabetes tipo I e II.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Pubmed, NCBI, PMC, Northwestern University, com o objetivo de avaliar se há evidências cientificas que possam sustentar a dietoterapia Low carb como coadjuvante no tratamento do diabetes tipo I e II, foram selecionados 7 artigos, todos no idioma inglês, no período de 2008 a 2018 optou-se por selecionar estudos recentes, apenas realizados em humanos e com alto nível de evidência científica.

2.2 MÉTODOS E RESULTADOS

NIELSEN et al. (2012) realizaram um estudo com 48 diabéticos tipo I, o qual teve duração de quatro anos. O objetivo era avaliar a eficácia de uma dieta pobre em carboidrato em diabéticos tipo I como também a adesão dos pacientes à dieta a longo prazo. Por meio de uma auditoria clínica, as pessoas selecionadas participavam de um curso educacional em grupos de 5-7 pessoas. A orientação é uma dieta restrita em carboidratos, 75 g/dia ou menos, em combinação com doses de insulina adaptadas.

48% dos pacientes aderiram à dieta a longo prazo, e responderam com excelência ao tratamento, com queda da hemoglobina glicada, HbA1c, média de 7,7% (6,7 - 8,7) para 6,4% (5,6 - 7,2). Os autores concluíram que participar de um curso educacional sobre redução de carboidratos na dieta e redução de insulina correspondente em diabetes tipo I proporcionou uma melhora duradoura. Cerca de metade dos indivíduos aderiram ao programa após 4 anos. Segundo os autores, o método pode ser útil em pessoas informadas e motivadas com diabetes tipo I.

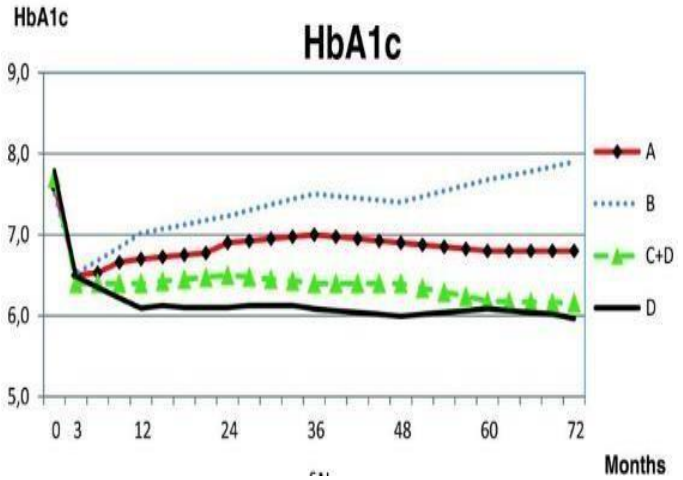


Tabela 1 [48] todos os pacientes (100%); B, [25] não aderiram (52%); C+D, [23] aderiram parcialmente (47%); D, [23] excelente aderência (48%).

HALLBERG et al. (2018) realizaram um estudo, aberto, não randomizado e controlado tendo como objetivo um modelo de tratamento seguro e eficaz para o controle do diabetes tipo II, checando marcadores bioquímicos antes a após um ano do estudo. Foram selecionados 349 pacientes, desses 262 seguiram uma dieta baixa em carboidratos, com todas as orientações da equipe num programa de Intervenção de Cuidados Continuados, CCI, enquanto os 87 restantes continuaram com seus Cuidados Habituais, IC. Os desfechos primários foram hemoglobina glicosilada, HbA1c, peso e uso de medicação. Resultados: Grupo CCI, 262, a média era de 54 anos; 116,5 kg; 92% obesos; 88% prescritos para medicação. 218 (83%) foram os pacientes que permaneceram no grupo de intervenção e após um ano, as análises revelaram que, a HbA1c reduziu de 7,6 para 6,3; perdeu uma média de 12 % do peso corporal; prescrição de medicamentos diferentes da Metformina diminuiu em 60%;

Sulfonilureias foram 100% eliminados e a insulinoterapia foi reduzida ou eliminada em 94% dos pacientes. Os participantes da UC não tiveram mudanças significativas em biomarcadores ou prescrição de medicação para DM2 em 1 ano.

SASLOW et al. (2017), refere-se a um ensaio clínico conduzido na Universidade da Califórnia, San Francisco. 34 pacientes diabéticos e com sobrepeso foram randomizados para dois grupos: Dieta da associação americana do diabetes (ADA), com 45-50% de carboidratos e restrição calórica de 500 calorias, 18 pacientes. Dieta cetogênica, com 20-50g de carboidratos líquidos, descontado, portanto as fibras, com calorias ilimitadas, 16 pacientes. Mais do que o dobro de pacientes que inicialmente apresentavam HbA1c acima de 6,5% conseguiram ficar abaixo deste valor saindo, assim, da definição de diabetes, no grupo Low Carb em comparação ao grupo da ADA. O grupo Low Carb perdeu uma média de 8,3% do peso corporal aos 12 meses, versus 3,8% no grupo ADA. Muitos pacientes no grupo Low Carb pararam de usar medicamentos para diabetes. Nenhum paciente do grupo ADA conseguiu deixar de usar medicamentos. Os resultados sugerem que adultos com pré-diabetes ou diabetes tipo II podem ser capazes de melhorar o controle glicêmico com menos medicação, seguindo uma dieta cetogênica muito baixa em carboidratos. No entanto, pesquisas adicionais devem examinar tanto resultados clínicos e adesão além de 12 meses.

TURTON et al. (2018), trata-se de uma revisão sistemática que visa apresentar todas as evidências disponíveis sobre dietas pobres em carboidratos para o tratamento do diabetes tipo I. Devido à heterogeneidade significativa dos estudos incluídos, não foi possível determinar de forma conclusiva se existem diferenças significativas nos desfechos de diabetes tipo I entre dietas pobres em carboidratos em comparações com dietas ricas em carboidratos. No entanto, para todos os estudos que relataram uma alteração significativa na HbA1c, a direção da mudança foi semelhante com intervenções com baixo teor de carboidratos. Logo, as estratégias dietéticas mostram-se eficientes. Contudo, os autores da revisão concluíram que são necessários mais estudos à longo prazo que apõem a aplicabilidade da redução de carboidratos na prática.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diabetes Mellitus é uma doença metabólica que resulta no descontrole dos níveis glicêmicos e sua má gestão traz complicações graves aos pacientes. Desse modo, diante dos dados analisados, é possível afirmar que a dietoterapia Low carb foi superior no controle glicêmico e eficaz na diminuição da hemoglobina glicada, maior parâmetro para designar um bom controle, além da perda de peso. E apesar de alguns autores concluírem que mais estudos são necessários para sustentar a aplicabilidade da dieta na prática, deve-se atentar para o fato de que o manejo do diabetes atualmente não é eficaz em sua totalidade e muitos diabéticos não alcançam o controle desejável, portanto, faz-se necessário que os profissionais de saúde estejam munidos das melhores evidencias científicas para benefício do paciente. Portanto, pode-se dizer que a dieta Low carb parece ser uma esperança para um futuro sem complicações decorrentes do mal controle do diabetes.

4 REFERÊNCIAS

ACCURSO, A.; BERNSTEIN, R. K.; DAHLQVIST, A.; et al. Dietary carbohydrate restriction in type 2 diabetes mellitus and metabolic syndrome: time for a critical appraisal. **Nutrition & Metabolism**, v. 5, n. 1, p. 9, 2008.

HALLBERG, S. J.; MCKENZIE, A. L.; WILLIAMS, P. T.; et al. Author Correction: Effectiveness and Safety of a Novel Care Model for the Management of Type 2 Diabetes at 1 Year: An Open-Label, Non-Randomized, Controlled Study. **Diabetes Therapy**, 2018.

NIELSEN, J.; GANDO, C.; JOENSSON, E.; PAULSSON, C. Low carbohydrate diet in type 1 diabetes, long-term improvement and adherence: A clinical audit. **Diabetology & Metabolic Syndrome**, v. 4, n. 1, p. 23, 2012.

NIELSEN, J. V; JOENSSON, E. A. Low-carbohydrate diet in type 2 diabetes: stable improvement of bodyweight and glycemic control during 44 months follow-up. **Nutrition & Metabolism**, v. 5, n. 1, p. 14, 2008.

SASLOW, L. R.; DAUBENMIER, J. J.; MOSKOWITZ, J. T.; et al. Twelve-month outcomes of a randomized trial of a moderate-carbohydrate versus very lowcarbohydrate diet in overweight adults with type 2 diabetes mellitus or prediabetes. **Nutrition & Diabetes**, v. 7, n. 12, p. 304, 2017.

TURTON, J. L.; RAAB, R.; ROONEY, K. B. Low-carbohydrate diets for type 1 diabetes mellitus: A systematic review. (R. J. de Souza, Org.)**PLOS ONE**, v. 13, n. 3, p. e0194987, 2018.

WESTMAN, E. C.; VERNON, M. C. Has carbohydrate-restriction been forgotten as a treatment for diabetes mellitus? A perspective on the ACCORD study design. **Nutrition & Metabolism**, v. 5, n. 1, p. 10, 2008.

PLANTAS ALIMENTÍCIAS NÃO CONVENCIONAIS (PANCS): CRENÇA POPULAR VERSUS CIÊNCIA

DMENJEON, Gabriela Marquezin[575]
CHICONATTO, Patrícia[2]

RESUMO: As PANCS são nossos principais meios alternativos quando se tratando de alimentação para mundo. Por isso o estudo que se refere às essas plantas, tem como objetivo identificar como e quais seriam as plantas que podem ajudar no dia-a-dia e na nossa alimentação na sua forma *in natura e* ainda que para as pessoas que cultivem essas plantas possam adiciona-las no seu consumo diário. Além da diversidade abrangente das plantas, seu valor nutricional é muito alto, sendo utilizado em diversas receitas culinárias e também na sua forma de prevenção e tratamento de algumas patologias.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Diversidade. PANCS. In natura.

1 INTRODUÇÃO

A sigla PANCS é bem autoexplicativa, dizem respeito á plantas alimentícias não convencionais, que não são consumidas como forma de alimento presente diariamente simplesmente por falta de costume ou de conhecimento. Colabora também pelo fato de elas não serem encontradas com facilidade em mercados e na maioria das vezes serem consideradas "mato", "ervas daninhas" ou "invasoras" por crescerem facilmente junto com plantas que cultivamos. Deixando de consumi-las, estamos desperdiçando as propriedades de consumir alimentos com um alto valor nutricional por falta de conhecimento (KINUPP, Valdely Ferreira, 2007).

Entretendo, as coisas mudaram conforme foi se passando o tempo. Outrora as PANCS eram consumidas com mais frequência devido à falta população viver em meios mais naturais, mas com a chegada da industrialização, facilidade em consumir diversos alimentos e até mesmo a falta de contato com a natura, fez com que esses alimentos começassem a serem substituídos, principalmente no inicio do século XX.

Acredita-se ainda que o número dessas plantas consumidas pelo homem caiu razoavelmente nos últimos cem anos e que o país tenha em volta de trinta mil plantas com potencialidade de uso alimentício. (KINUPP, Valdely Ferreira, 2007).

[575] Nutrição, 6º Período, Centro Universitário Campo.
[2] Professora do Curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO.

2 DESENVOLVIMENTO

A impotência das PANCS esta inteiramente ligada com a valorização da diversidade encontrada nas espécies de hortaliças visando questões culturais, econômicas, socais e nutricional da população atual, já que sua maior aceitabilidade encontrasse presente na agricultura familiar. (KINUPP, Valdely Ferreira, *et al.,* 2007).

Devido a sua falta de cultivo persistente se comparada com outras espécies de hortaliças e plantas, ela tem sido um tanto quanto esquecidas e não se encaixando na cadeia produtiva fazendo com que haja um valor econômico baixo, já que diversas empresas acabam não tendo lucros em cima de sementes. (KINUPP, Valdely Ferreira, *et al.,* 2007).

Para que seja alcançado o objetivo da pesquisa e do estudo, serão realizadas pesquisas bibliográficas e sociais para que assim, sejam sanadas algumas duvidas no que se refere às plantas na sua versão cientifica e cultural, abrangendo diversos tipos de pessoas e as utilidades das plantas. A pesquisa será realizada em datas específicas com a população da cidade de Manoel Ribas, PR e Guarapuava, PR.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do pouco consumo dessas plantas, é notável também que as pessoas tão pouco saibam da importância da ingestão das mesmas nas suas refeições do dia a dia. Mesmo que sendo consideradas como plantas descartáveis, as PANCS devem ser mencionadas em cardápios e estar presente nas principais refeições diárias, sendo seu consumo incentivado e aumentando sua credibilidade dentro das preparações, já que seu potencial nutricional é de extrema importância e diversidade.

4 REFERÊNCIAS

KINUPP, Valdely Ferreira; DE BARROS, Ingrid Bergman Inchausti. Riqueza de plantas alimentícias não-convencionais na Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 5, n. S1, p. 63-65, 2007.

O MAL ESTÁ NO AR: : POEIRA EM OBRAS CIVIS

ZAZULA, Rodrigo Moretto[576]
ROSAS, Rudy Heitor[577]

RESUMO: Tem como objetivo analisar o contexto da obra civil moderna, observando os itens geradores de poeira mineral afim de concluir que a exposição prolongada de toda uma vida de um operário a um ambiente saturado de poeira pode trazer complicações a sua saúde. Maneiras de resolver isso seria o incentivo a equipamentos de proteção individual e instalação de equipamentos de ventilação e umidificação no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Poeira. EPI. Saúde. Obra civil. Ventilação.

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia entre os tempos cada vez mais está se tornando algo indispensável em todas as áreas de atuação humana, simplificando trabalhos que antes eram e de lenta execução. No canteiro de obras essa realidade não é diferente, pois está a cada dia agregando inovações para a maior agilidade na execução de serviços. Seja em obras grandes ou pequenas, as novas tecnologias tomam conta do espaço da construção e dão novas características para o trabalhador.

> Ao lado destes instrumentos[578] baseado na habilidade manual e no esforço físico dos trabalhadores, são usadas ferramentas elétricas (como furadeira e a serra elétrica) e equipamentos mecânicos de grande porte [...]. Estes potencializam ou, por vezes, substituem a força muscular dos trabalhadores, mas não dispensam sua habilidade, que continua sendo o "centro motor" da atividade produtiva. (FARAH, 1996, p. 81-82)

As ferramentas elétricas na atualidade geram uma maior facilidade em construir e é complicado pensar em obra sem estes equipamentos. Em contrapartida, todos esses avanços, traz consigo uma série de fatores preocupantes para o trabalhador, como por exemplo, a poeira gerada por essas ferramentas. Esta pesquisa se importa em compreender se estas partículas de poeira são maléficas a saúde dos trabalhadores.

[576] Graduando em Engenharia elétrica 3° período
[577] Professor do Programa Alta Performance, Centro Universitário Campo Real.
[578] Em relação a ferramentas manuais tradicionais (martelo, serrote, torquês, etc).

2 O USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S)

Ferramentas de corte de pedras, cerâmicas ou alvenaria, podem emitir uma poeira fina e constante, dependendo do local de atuação, podendo adentrar nas vias nasais e nos olhos. Uma saída fácil contra a inalação ou irritação dos olhos é o uso de EPI, como é o exemplo de máscaras respiratória e óculos de proteção. Porém, existe um agravante quando se trata do uso destes equipamentos:

> De acordo com o guia trabalhista, são muitos os casos de empregados que, com a desculpa de que não se acostumam ou que o EPI o incomoda no exercício da função, deixam de utilizá-lo e sofrem as consequências de um ambiente de trabalho insalubre. Nesses casos, o empregador deve impor seu poder diretivo e obrigar o empregado a usar o equipamento, sob a pena de advertência e suspensão em um primeiro momento e havendo reincidências, deve aplicar punições mais severas como demissão por justa causa. (SENAI-SP, 2014, sp).

Existem órgãos reguladores que fiscalizam as obras e certificam-se que os funcionários estejam utilizando equipamentos[579] de proteção necessários, porém, deve ser ter em mente que que essa fiscalização por vezes demora a vir, fazendo com que nos intervalos de tempo sem fiscalização, os operários deixem de utilizar as proteções. Os casos mais graves são em obras pequenas, as quais sofrem ainda menos visitas e, por vezes, os mestres de obras não se importam se o funcionário está fazendo uso ou não do EPI.

3 INTERFERÊNCIAS ATRAVÉS DA POEIRA NA SAÚDE DO OPERÁRIO

Nas construções é comum o corte de paredes de alvenaria (tijolos), pedras (mármore e ardósia por exemplo), e cerâmicas. Estes materiais, quando cortados liberam uma grande quantidade de poeira.

> A exposição dos trabalhadores às poeiras ocorre em vários ambientes de um canteiro de obras, com destaque para as atividades de demolição, perfuração de rochas, terraplenagem, quebra de elemento de concreto com uso de martelete, preparação de argamassa ou concreto em betoneira com carregador e sem carregador [...], corte de granito com maquita[580] [...] e limpeza do canteiro com uso de vassoura. (SOUZA; QUELHAS, 2003, s/p)

Observa-se que neste local de trabalho, existem vários tipos de poeiras, semelhantes entre si, que basicamente consiste em: tijolo, cimento, pedra e/ou a areia misturada e triturada. Estes elementos acabam suspensos durante o procedimento de corte/quebra da alvenaria (parede ou piso), na produção da argamassa, ou na limpeza

[579] Aplicam-se multas aos responsáveis em caso de descumprimento das normas de proteção individual.

[580] Serra mármore.

do canteiro com vassoura e geralmente estão juntos compondo a parede, ou na forma de entulho por exemplo, portanto, quando o pó está em suspensão, as substâncias se misturam gerando uma densa e saturada poeira mineral.

> [...] dentre as situações encontradas em um canteiro de obras, algumas foram avaliadas nesta pesquisa. Especificamente nestes casos, as poeiras existentes são, predominantemente, do tipo fibrogênica e contêm sílica livre cristalizada, [...]. As atividades cujas amostras coletadas apresentaram sílica foram: lixamento de concreto de fachada, apicoamento de parede de concreto, quebra de contrapiso de concreto com uso de martelete, arrasamento de estaca de concreto com uso de martelete, corte de granito e operações com pá mecânica no transporte de solo e cal. (SOUZA e QUELHAS, 2003, s/p)

Observado esse meio lotado de pó, é fácil perceber que é fundamental proteger-se de alguma forma desta poeira. Um trabalhador do canteiro de obra pode ficar exposto a este ambiente por toda uma vida, pois sabe-se que existe a possibilidade deste mesmo funcionário exercer a função de quebrar/cortar itens geradores de pó e depois limpar toda essa sujeira. Agora imaginando que, estas ações de gerar pó e depois limpar o ambiente são feitas pela mesma pessoa durante toda sua vida, encontra-se um problema grave.

> Silicose é uma doença conseqüente à inalação e deposição de poeiras que contenham dióxido de silício ou sílica (SiO2), na forma livre e cristalizada, que produz uma reação fibrosa tissular. Pode existir na forma aguda sob condições de intensa exposição, mas freqüentemente evolui para a forma crônica, necessitando de vários anos para manifestar-se. (KITAMURA, BAGATIN, CAPITANI, 1996, p.188)

Mas se o ambiente é hostil e as pessoas ficam confinadas por muito tempo, como isso pode ser eliminado do canteiro civil? A resposta não é muito complexa, porém, sua aplicação entra em dilema com essa facilidade. As saídas cabíveis devem partir de dentro da obra mesmo com atitudes responsáveis pela obra: inicialmente conscientizando e disponibilizando em abundância os EPI's; também pode se instalar equipamentos de ventilação para retirar a poeira do ambiente de forma mais eficiente; assim como pulverizadores de água, que mantém o ambiente úmido, umidificando os grãos de poeira e forçando-a abaixar e deixar o ambiente menos saturado.

4 CONCLUSÃO

Em derradeiro, compreende-se que em uma obra civil, os trabalhadores estão sempre expostos a um ambiente hostil e cheio de poeira a todo canto. Esta poeira, caso inalada com grande frequência e por longos períodos de tempo, pode causar sérios riscos à saúde de que se submeteu ao trabalho. Maneira para se minimizar os efeitos da poeira é incentivando o uso de EPI's, instalação de pulverizadores de água nos locais de trabalho, e ventilação forçada para retirada de partículas de poeira o mais rápido possível do meio.

5 REFERÊNCIAS

BAGATIN, Ericson. CAPITANI, Eduardo de melo de. KITAMURA, Satoshi. Toxicologia da sílica. **Jornal de Pneumologia,** v. 22, n. 4, p. 185-194, jul./ago. 1996.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Processo de trabalho na construção habitacional:** tradição e mudança. São Paulo: Annablume, 1996. .

SENAI-SP. **Industrialização de bebidas.** São Paulo: SESI SENAI-SP Editora, 2015.

SOUZA, Vladimir Ferreira de. QUELHAS, Osvaldo Luís Gonçalves. **Avaliação e controle da exposição ocupacional à poeira na indústria da construção.** Laboratório de Tecnologia, Gestão de Negócios e Meio Ambiente da Universidade Federal Fluminense, 2003.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E PSICOLOGIA: A VALORIZAÇÃO DA INDIVIDUALIDADE DO SUJEITO

COELHO, Lucimara de Fátima Quintiliano Ferreira[581]
ROSAS, Patricia Manente Melhem[582]

RESUMO: O presente trabalho é fruto do Grupo de Estudos sobre Justiça Restaurativa do Centro Universitário Campo Real. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para apresentar o conceito de justiça restaurativa, destacando o olhar humanizado desta prática, que não visa somente solucionar a lide das partes, mas se preocupa com a restauração do dano causado, bem como com a responsabilização do ofensor. Aborda os princípios da justiça restaurativa, os quais são balizados em valores, com a proposta de compreender o indivíduo enquanto sujeito, fazendo com que sua individualidade se destaque e seja respeitada.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Conflitos. Individualidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a justiça restaurativa, como uma prática que vai além do âmbito judicial, fazendo uma relação entre a justiça restaurativa e os relacionamentos sociais, bem como demonstrando a necessidade de valorização da individualidade dos sujeitos envolvidos no conflito, a partir do diálogo interdisciplinar existente entre Direito e Psicologia.

2 DESENVOLVIMENTO

Origens mais remotas da justiça restaurativa podem ser encontradas nas comunidades tribais, uma vez que os índios costumavam sentar em círculos para discutir os problemas das aldeias e chegar à uma solução. Neste sentido, um dos marcos do movimento restaurativo foi a incorporação de práticas da justiça ancestral dos aborígines Maoris, na Nova Zelândia. (BRANCHER, 2007 apud TRINDADE, 2014 p. 481).

Nos Estados Unidos, foi utilizada a justiça restaurativa nas décadas de 70 e 80, como instrumento para a mediação entre vítimas e transgressores e, nos anos 90, tornou-se estratégia em comunidades de assistência, onde familiares e amigos das vítimas participavam de “conferências” e “círculos”. (TRINDADE, 2014, p. 481).

[581] Acadêmica do 2º período do Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.
[582] Orientadora, Professora do Centro Universitário Campo Real.

Ainda que o termo justiça restaurativa seja utilizado com mais frequência em práticas de resolução de conflitos no poder judiciário, há que se destacar que, atualmente, esta modalidade tem se difundido em diversos campos que vão além do judicial, tais como, em escolas, hospitais, empresas entre tantos outros.

Conceituar Justiça Restaurativa é tarefa difícil, considerando que há entre os pesquisadores da área uma dificuldade em encontrar definição, isto porque a Justiça Restaurativa é um conceito aberto e complexo, além de ser uma prática de contínuo desenvolvimento. Contudo, alguns conceitos são de relativo consenso. Uma destas definições é a de Marshall (*apud* ACHUTTI, 2014, p. 63): "justiça restaurativa é um processo pelo qual as partes envolvidas em uma específica ofensa resolvem, coletivamente, como lidar com as consequências da ofensa e as suas implicações para o futuro".

O conceito apresentado pelo autor destaca a importância de lidar coletivamente com as consequências geradas pelo conflito, ou seja, deixar de olhar para o conflito em si, mas refletir sobre seus reflexos na vida de cada indivíduo atingido por ele.

Neste sentido, Vincenzo Ruggiero (*apud* ACHUTTI, 2014, p. 59) afirma:

> A justiça restaurativa é um processo que traz os atores e a comunidade afetada por uma situação problemática de volta à condição na qual o problema surgiu, e refere que este modelo de justiça funciona a partir do envolvimento direto das partes, de modo que estas serão as responsáveis por encontrar uma solução para o caso.

Desta forma, percebe-se que uma das características marcantes da Justiça Restaurativa é justamente a participação ativa dos envolvidos, bem como da comunidade, a fim de que utilizem o diálogo para resolver o conflito.

Sob o prisma da vítima, o destaque se dá no seu empoderamento, ou, ainda, no resgaste de sua identidade. De acordo com Giamberardino (2015, p.157) "ao se resgatar um lugar protagonista à vítima, adentra-se em um âmbito de competição pelo próprio significado atribuído à sua identidade".

O resgate da identidade ocorre porque a Justiça Restaurativa possibilita que o sujeito fale, e, a partir da fala, ele restitui sua autonomia e domínio sobre a própria vida e liberdade.

A abordagem subjetiva da Justiça Restaurativa é o seu grande diferencial, tendo em vista que quando o indivíduo recebe uma simples punição não são levados em consideração os fatores emocionais e sociais, e que é fundamental, para as pessoas

afetadas pelo conflito, restaurar o trauma emocional. Assim, a justiça restaurativa tem como objetivo a redução do impacto dos crimes sobre os cidadãos, não se trata de diminuir ou não a criminalidade, mas sim de olhar para as necessidades emocionais e de relacionamento do indivíduo (GOMES PINTO, 2005, p. 22).

Segundo Zehr (2015, p.49) a justiça restaurativa possui cinco princípios-chave:

> 1. Focar, ante de tudo, os danos e consequentes necessidades da vítima, mas também da comunidade e do ofensor. 2. Tratar das obrigações que resultam daqueles danos (as obrigações dos ofensores, bem como da comunidade e da sociedade). 3. Utilizar processos inclusivos, cooperativos. 4. Envolver a todos que tenham legítimo interesse na situação, incluindo vítimas, ofensores, membros da comunidade e da sociedade. 5. Buscar reparar os danos e endireitar as coisas na medida do possível.

Todos os indivíduos inseridos em uma sociedade são ligados uns ao outros e ao mundo em geral através de uma teia de relacionamentos. De modo que, quando essa teia se rompe, todos são afetados. Considerando esta interconexão, os princípios acima apresentados, serão úteis apenas se estiverem enraizados em certos valores. (ZEHR, 2015, p. 52).

Ainda, de acordo com Zehr (2015, p.52), a interconexão deve ser equilibrada pela particularidade de cada um. Pois, mesmo que os indivíduos estejam ligados, não são todos iguais. Sendo que o que enriquece a diversidade é a própria particularidade: “isto significa respeitar a individualidade e o valor de cada pessoa, e tratar com consideração e seriedade os contextos e situações específicos nos quais ela se insere”. Por isso, o autor destaca como de suprema importância na prática da justiça restaurativa o respeito, para que haja uma preocupação equilibrada com todas as partes envolvidas.

A partir destes ensinamentos de Howard Zehr, inicia-se uma reflexão sobre a necessidade de reconhecer a individualidade de cada pessoa envolvida no conflito, uma vez que este valor da particularidade apresenta a personalidade como fator importante e que deve ser respeitado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo, acreditou-se que a forma adequada de solucionar conflitos seria através de métodos de exclusão, coerção ou punitivos, seja na resolução de conflitos corriqueiros do cotidiano ou até mesmo de crimes considerados graves.

Contudo, estes métodos possuem fragilidades, considerando que não atingem o objetivo pretendido e podem gerar um conflito ainda maior. Muitas vezes, a única contribuição destes métodos será de intimidação do indivíduo que praticou a infração, que não irá repeti-la por medo de punição, mas dificilmente levará este sujeito a refletir a partir de sua atitude e tomar consciência do mal que causou.

Para que esta reflexão aconteça, a Justiça Restaurativa possui valores que são capazes de incentivar e explorar a individualidade das pessoas envolvidas no conflito. O que caracteriza a justiça restaurativa é justamente a valorização das partes enquanto sujeitos, possibilitando que cada um seja ouvido de forma respeitosa.

4 REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Daniel Silva. **Justiça restaurativa e abolicionismo penal.** São Paulo: Saraiva, 2014.

GIAMBERARDINO, André Ribeiro. **Crítica da pena e justiça restaurativa: a censura para além da punição.** Florianópolis: Empório do Direito Editora, 2015.

GOMES PINTO, Renato Sócrates. **Justiça Restaurativa é Possível no Brasil?.** In: Slakmon, C., R. De Vitto, e R. Gomes Pinto, org., 2005. Justiça Restaurativa (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD).

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 7. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa.** Tradução Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2015.

TESTE DA AÇÃO ANTIBACTERIANA *in vitro* DO ÓLEO ESSENCIAL DE *Zingiber* DIANTE DAS CEPAS DE BACTÉRIAS *Staphlycoccus aureus* e *Streptococcus pyogenes*

GOMES, Jaíne Luana[583]
BONAPAZ, Rubia[584]

RESUMO: Os microrganismos *Streptococcus pyogenes*, *Staphylococcus aureus*, adquirem relevância na área da saúde por estarem associados com o desenvolvimento de diversas infecções. Os compostos presentes em óleos essenciais fornecem atividade biológica, como antiparasitária, antimicrobiana e antifúngica. Com isso, o objetivo do presente trabalho é por meio de uma revisão bibliográfica determinar a ação antibacteriana do óleo essencial *Zingiber* em testes realizados *in vitro* de acordo com a determinação da concentração inibitória mínima (CIM), para diferentes linhagens das bactérias causadoras de infecções na pele como *Staphylococcus aureus* e *Streptococcus pyogenes*.

Palavras-chave: Gengibre. Antibacteriana. Tratamento. Alternativo.

1 INTRODUÇÃO

As plantas com propriedades terapêuticas utilizadas no cuidado da saúde tradicional constituem uma importante fonte de novos compostos biologicamente ativos. Óleos essenciais, também chamados de óleos voláteis, óleos etéreos ou essência estão presentes nas plantas como produto natural e que contêm compostos aromáticos voláteis e são originados do metabolismo secundário das plantas (SIMOES, 2001).

O óleo de *Zingiber* tem uma consistência fina, e com aroma pungente. O óleo de *Zingiber* provêm dos seus benefícios monoterpenóides e sesquiterpenóides, como o neral, o geranial, o 1,8 cineol, o zingibereno, o B-Bisaboleno, e o B-sesquifelandreno, contêm também a-pineno, B-pineno, canfeno, linalol, borneol, terpineol, graniol, e acetato de graniol. O óleo de gengibre é composto por 90% de sesquiterpenos, que é responsável pelas propriedades anti-inflamatória, e antibacteriana (MERCOLA, 2017).

O gengibre (*Zingiber*), é membro da família de plantas *Zingiberaceae*, erva perene, possui flores brancas ou amarelas, com pequenas rizomas tuberosas com a casca marrom espessa ou fina (MERCOLA, 2017).

O óleo essencial dos rizomas possui aplicação na indústria de alimentos como aromatizante e condimento, na indústria cosmética e como fragrância e antioxidante (SACHETTI, 2004), e na indústria farmacêutica devido às sua ação anti-inflamatória,

[583] Acadêmica de Biomedicina, 8° Período, Centro Universitário Campo Real.
[584] Profª. Ms. Rubia Bonapaz, Centro Universitário Campo Real.

antibacteriana e antitumoral (MACHADO, et al., 2003; JOLAD, 2005; PRASAD & VIJAY, 2005; SHUKLA & SINGH, 2007).

Os microrganismos *Streptococcus pyogenes*, *Staphylococcus aureus*, adquirem relevância na área da saúde por estarem associados com o desenvolvimento de diversas infecções. Os compostos presentes em óleos essenciais fornecem atividade biológica, como antiparasitária, antimicrobiana e antifúngica.

Com isso, o objetivo do presente trabalho por meio de uma revisão bibliográfica determinar a ação antibacteriana do óleo essencial *Zingiber* em testes realizados *in vitro* de acordo com a determinação da concentração inibitória mínima (CIM), para diferentes linhagens das bactérias causadoras de infecções na pele como *Staphylococcus aureus* e *Streptococcus pyogenes.*

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E METÓDOS

Para resolução do resumo expandido, foram realizado pesquisas bibliográficas, com análise qualitativa, realizado através de artigos, periódicos e livros presentes no Centro Universitário Campo Real. Além da pesquisa em banco de dados, como: bireme, google acadêmico, bvs, scielo e cievs, onde os assuntos buscados eram direcionados ao óleo essencial de *Zinbriger officinale* e o seu potencial inibitório frente as cepas bacterianas bactérias *Staphylococcus aureus* e *Streptococcus pyogenes*.

2.2 DISCUSSÃO

Nos artigos revisados o poder inibitório do óleo de *Zingiber* se mostrou com grande potencial em frente a bactérias, especialmente em bactérias gram positivas.

Um aspecto importante da ação antimicrobiana de produtos naturais e o tipo de metodologia utilizada. Alguns autores utilizam o método de difusão em disco para analisar a atividade antimicrobiana (VIEGAS et al., 2005; BERTINI et al., 2005).

Os óleos apresentam características hidrofóbicas que não possibilitam mistura homogênea com o meio de cultura, o que pode ocasionar diferenças no crescimento microbiano devido a exposição diferencial da bactéria ao agente inibidor. Estes, e outros parâmetros, são importantes para explicar as diferenças significativas nos valores de CIM obtidos em estudos *in vitro* (HAMMER et al., 1999).

Meena e Vijay (1994) estudaram a atividade antimicrobiana de óleos essenciais sobre uma série de microrganismos, utilizando o método de difusão em disco de papel. O óleo essencial de condimentos como gengibre, foram pesquisados.

Os rizomas de gengibre e os extratos etanoicos demonstraram atividade antibacteriana contra cinco isolados clínicos com zona de inibição do crescimento variando de 4 mm a 16 mm. A zona máxima de inibição foi mostrada contra *Bacillus sp.* (16,55 mm) seguido de *Escherichia coli* (15,50 mm) e *Pseudomonas aeruginosa* (14,45 mm). O diâmetro mínimo da zona de inibição do crescimento foi registrado contra *Klebsiella sp*. (5 mm) e *Enterobacter sp.* (4 mm). O gengibre tem sido amplamente utilizado como remédio herbal. Em particular, foi relatado que os seus componentes relacionados com o gingerol possuem propriedades antimicrobianas e antifúngicas, bem como propriedades farmacêuticas (PARK, et al, 2008).

O óleo essencial de *Z. officinale* apresenta atividade inibitória frente *Eschericia coli* (10,7 mm) e inibitória para *Staphylococcus aureus* (9,7 mm), sendo considerada resistente ao antimicrobiano por este teste (CUTRIM, 2017).

Grégio (2006), ao avaliar a ação antimicrobiana do óleo essencial de gengibre frente à microbiota bucal, não obteve halo de inibição para *Staphylococcus aureus* e *Eschericia coli*, utilizando a técnica de difusão em cilindros.

Para a linhagem de *S. aureus*, os óleos de gengibre, apresentou efeito bactericida, verificado pela redução em 100% ao final de 24 horas de incubação na contagem de células viáveis, enquanto outros óleos essenciais reduziu a contagem para 1% em relação ao inoculo inicial no mesmo período de tempo (SILVA, 2009).

O *Streptococcus pyogenes* apresentou sensibilidade em todas as concentrações do extrato hidro alcoólico de gengibre utilizadas. O maior halo inibitório se deu para o extrato puro (GONÇALVES et al, 2005).

Os dados obtidos na literatura, demonstraram uma tendência a sensibilidade de bactérias a extrato e óleo natural, sendo, portanto uma boa alternativa para combater o perfil de resistência adquirido nestes últimos anos, devido ao uso indiscriminado de medicamentos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desse estudo, pode-se verificar a necessidade de novos estudos para descobrir mais sobre os efeitos antimicrobianos do óleo *Zingiber*. Durante a pesquisa houve algumas dificuldades para achar artigos que falassem sobre a planta

em sua forma de óleo ou extrato, e poucas pesquisas foram realizadas em sua manipulação com efeito deletério ou inibitório sobre bactérias, mas os poucos dados encontrados mostraram resultados positivos para a inibição das bactérias *S. aureus*, e *S. pyogenes* frente ao óleo e extrato de gengibre.

O óleo de *Zingiber officinale* apresentou efeito antimicrobiano frente ao *Streptococcus pyogenes* e *Staphylococcus Aureus*, mostrando-se como uma alternativa promissora para as afecções causadas por esse agente, sendo, portanto, necessários mais estudos de cunho clínico-experimental *in vitro* para atestar sua aplicabilidade *in vivo.*

4 REFERÊNCIAS

Ana Maria Trindade Grégio, Edilene Sayuri Miyamoto Fortes, Edvaldo A. Ribeiro Rosa, Rossana Baggio Simeoni, Rosemeire Takaki Rosa. **Ação antimicobriano do *Zingiber officinalle* frente à microbiota bucal. Estud. Biol., v. 28, n.62, p. 61-66, jan./mar. 2006.**

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdebiologia/article/view/22719/21811> (Acessado em: 16/09/2018).

André Luis dos Santos[I]**;** Dilvani Oliveira Santos[II]; Cícero Carlos de Freitas[II]; Bruno Leal Alves Ferreira[III]; Ilídio F. Afonso[IV]; Carlos Rangel Rodrigues[IV]; Helena C. Castro,2007. ***Staphylococcus aureus*: visitando uma cepa de importância hospitalar.**<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-24442007000600005> (Acesso em: 10/09/2018).

Atividade antibacteriana de Óleos Essenciais sobre *Streptococcus mutans* e *Staphylococcus aureus*. Freire, I.C.M.[I], *; Pérez, A.L.A.L.[I]; Cardoso, A.M.R.[I]; Mariz, B.A.L.A.[I]; Almeida, L.F.D.[I]; Cavalcanti, Y.W.[III]; Padilha, W.W.N.[IV]

Avaliação farmacognóstica e da atividade antimicrobiana in vitro do extrato hidroalcoólico do Zingiber officinale (gengibre) frente ao Streptococcus pyogenes Keyvid dos Santos Pereira; Daniela de Araújo Vilar; Maine Alves Confessor; Marina Suênia de Araújo Vilar;

BRASIL. **Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária**. Resolução RDC 134 de 29 de maio de 2003. Dispõe sobre a adequação dos medicamentos já registrados. D.O.U., Brasília, 02 jun. 2003.

CANSIAN, R.L.; MOSSI, A.; OLIVEIRA, D.; TONIAZZO, G.; TREICHEL, H.; PAROUL, N.; ASTOLFI, V.; SERAFINI, L.A. **Atividade antimicrobiana e antioxidante do óleo essencial de hosho (Cinnamomum camphora Ness e Eberm Var. Linaloorifera fujita). Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 30, n. 2, p. 378-384, 2010;

CUTRIM, 2017 Disponível em:

<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/1519/1/ElaineCutrim.pdf> (Acessado: 16/09/2018/).

HAIDA, K.S. et al. Avaliação *in vitro* da atividade antimicrobiana de oito espécies de plantas medicinais. **Arquivos de ciências da saúde da UNIPAR,** v.11, n.3, p.185-92, 2007.

ICMSF (1996) **Streptococcus. Microorganisms in Foods**, vol 5. **Microbiological Specifications of Food Pathogens. Londres, Blackie Academic & Professional:** 334-339.

MACHADO, G.C. et al**. Composição química de amostras de gengibre *(Zingiber officinale)* de cultivo convencional e orgânico.** In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE QUÍMICA, 26. 2003, Maringá. Proceedings. Curitiba: Universidade Federal do Paraná

MERCOLA,2017 Disponível em:

<https://portuguese.mercola.com/sites/articles/archive/2017/09/04/oleo-de-gengibre.aspx> (Acessado em: 09/09/2018).

Park M, Bae J, Lee D. **Atividade antibacteriana do gengibre isolado do rizoma do gengibre contra bactérias periodontais**. Phytother Res. 2008; 22 : 1446-1449.

SANTOS, A. S. **Desenho modificado do extrator de óleos essenciais em testes no laboratório de agroindústria do CPATU**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1999. 2 p. (não publicado);

Silva, M.T.N.; Ushimaru, P.I.; Barbosa, L.N.; Cunha, M.L.R.S.; Fernandes Junior**,** A- **Atividade antibacteriana de óleos essenciais de plantas frente a linhagens de *Staphylococcus aureus* e *Escherichia coli* isoladas de casos clínicos humanos**, 2009.

Simoes CMO, Schenkel EP, Gosmann G, Mello JCP, Mentz LA, Petrovick PR. **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. 3 ed. Porto Alegre. Ed da Universidade UFRGS. 2001.

STEVEN,2009. Disponível em:

<http://www.stevenfoster.com/education/monograph/ginger.html>. Acesso em: 14/09/2018.

ATIVIDADE ANTIFÚNGICA DO ÓLEO ESSENCIAL DE Origanum vulgare L. SOBRE A LEVEDURA DE Cândida albicans

IUCHMIM, Thays Lima[585]
SANTOS, Rubia Bonapaz[586]
MUSIAL, João Frederico[587]

RESUMO: As leveduras das espécies de *Cândida albicans* são microrganismos da microbiota bucal dos seres humanos, o qual oferece um equilíbrio harmonioso entre o parasita e o hospedeiro, no entanto, este equilíbrio, pode ser interrompido devido a uma baixa imunidade, comprometendo o sistema imunológico e facilitando infecções oportunistas. Ao longo dos anos estas foram desenvolvendo certa resistência, logo, aumentando a necessidade de uso e descoberta de novos antifúngicos. Dessa maneira, evidencia-se a importância de buscar alternativas para tratamento como agente antifúngico com propriedades em óleos essenciais destacando-se nessa revisão bibliográfica o óleo *Origanum vulgare sobre a levedura do gênero Cândida albicans.*

Palavras-chave: *Cândida albicans*, leveduras, óleo essencial, antifúngico, infecções.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o rápido crescimento da resistência aos antibióticos aumentou e com isso o interesse pelos produtos naturais, especialmente óleos essenciais, devido aos seus diversos efeitos antibacterianos e antifúngicos. Os óleos essenciais de plantas, são compostos orgânicos do metabolismo secundário, podendo apresentar funções terapêuticas (OH et al., 2017).

Os óleos essenciais são substâncias naturais que atualmente ganham destaque como agentes antimicrobianos associados às embalagens para alimentos (BOTRE et al., 2010). Há evidência de que cerca de 35% dos óleos essenciais de plantas possuem atividade antimicrobiana e 65% possuem atividades antifúngicas, atuando na preservação do produto (STIEVEN et al., 2009; LIMA et al., 2006).

Do orégano (*Origanum vulgare L*.) é possível extrair um óleo essencial que apresenta em torno de 34 compostos ativos, sendo que os compostos terpênicos como carvacrol, timol, gama terpineno e p–cimeno podem alcançar entre 80,2% a 98% da

[585] Biomedicina, 8°Período, Centro Universitário Campo Real
[586] Profª.Ms. Rubia Bonapaz Santos.
[587] Prof. Ms. João Frederico Musial.

composição total do óleo (Bampidis et al. 2005). Tem sido amplamente utilizado na agricultura e na perfumaria por sua fragrância apimentada (SOUZA; STAMFORD; LIMA, 2006; SOUZA et al., 2007).

O. vulgare apresentou resultados interessantes na inibição do crescimento de bactérias, fungos e na síntese de metabólitos microbianos (MARINO; BERSANI; COMI, 2001; BAYDAR et al., 2004). *O. vulgare* é rico em óleo essencial, caracterizado por alta quantidade de compostos fenólicos, os quais se acredita serem os responsáveis pela sua propriedade antimicrobiana (SKANDAMIS; TSIGARIDA; NICHAS, 2002; FERRARA; MONTESANTO; CHIANTESE, 2003).

Atualmente se tem como recurso o Anti-fungigrama, que é um teste que oferece como resultado padrões de resistência ou susceptibilidade através de diâmetros de halo a leveduras do gênero *Cândida* aos vários antimicrobianos (antifúngicos) (FILIPPIN, et al.2006).

Dessa maneira, evidencia-se a importância de buscar alternativas para tratamento como agente antifúngico com propriedades em óleos essenciais destacando-se nessa revisão bibliográfica o óleo de *Origanum vulgare* sobre a levedura do gênero *Cândida albicans.*

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E METÓDOS

A busca por terapêuticas sobre a *Cândida Albicans* tem aumentado significativamente, uma vez que tem sido descrita a ocorrência de resistência antifúngica por parte dessa levedura, pela sua capacidade de se multiplicar unicelularmente por gemulação. Apesar disso, tem se mostrado sensível a diferentes extratos vegetais e óleos essenciais de diversos produtos naturais, destacando-se entre eles o óleo de orégano.

Os produtos oriundos de plantas medicinais com atividade antimicrobiana e antifúngica vêm ganhando grande perspectiva e tem como meta a obtenção de princípios ativos para uma possível aplicação prática no tratamento das infecções.

Esses dados foram observados através de revisões bibliográficas, sendo realizado a pesquisa através de sites como scielo, pub med, google acadêmico, etc. Diante dos resultados obtidos nesse trabalho, pode-se fazer uma análise descritiva com o intuito de se obter os melhores resultados em relação aos já pesquisados sobre a

verdadeira ação do óleo de *Origanum vulgare* sobre a levedura do gênero *Cândida albicans*.

2.2 DISCUSSÃO

Os resultados *in vitro* permitem concluir que o óleo *Origanum vulgare* apresenta ação antifúngica, porém é de grande importância realizar novas análises *in vivo* que confirmem a relação destes resultados, avançando na busca de alternativas terapêuticas aos antifúngicos (MARLETE BRUM et al. 2010).

Os resultados dos óleos essenciais testados sobre leveduras *Cândida* não *albicans*, isoladas da mucosa vaginal. Dentre os produtos testados, o *Origanum. Vulgare* apresentou maiores resultados, pois produziu intensa atividade onde a média dos seus halos de inibição oscilou entre 17 a 49 mm de diâmetro, mostrando-se superiores à média daqueles obtidos com a droga padrão nistatina (16 mm) (MAIZA ROCHA et al.2013).

As cepas de *Cândida albicans* isoladas de membranas mucosas de animais foram sensíveis ao óleo essencial de *Origanum vulgare* e diante dos resultados apresentados neste artigo é possível concluir que o óleo essencial extraído de *O. vulgare* pode representar uma boa alternativa para o tratamento da candidíase devido à sua apreciável ação antifúngica contra a *Cândida in vitro* (MARLETE BRUM et al. 2010).

Segundo Marlete Brum et al., (2008), após verificar a eficácia nos resultados obtidos, conclui-se que as diferentes concentrações e proporções de compostos fenólicos influenciam na CIM do *O. vulgare* frente as leveduras estudadas. Diante do equilíbrios das concentrações timol e carvacrol podemos dizer que o óleo de orégano possui um efeito sinérgico e positivo na inibição do crescimento das diferentes espécies de cândida, sendo assim o óleo de orégano mostrou que possui atividade antifúngica nos testes *in vitro*.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho espera-se encontrar dados demonstrando que o óleo essencial de *Origanum vulgare L.* nos testes *in vitro,* apresentam potencial para atividade antifúngica. Estes resultados se dá pelo fato destes fitoquímicos já serem amplamente utilizados devidos suas propriedades químicas, demonstrando a real atividade destes compostos, para a disponibilização de futuras avaliações *in vivo*. Dando

suporte a isto, estudos recentes demonstram que uma variedade de substâncias químicas isoladas de plantas apresenta alguma atividade biológica.

Desta forma, é crescente o interesse por substâncias naturais que possam controlar satisfatoriamente estes novos anseios da sociedade e que sejam economicamente viáveis e não apresentem impacto social e ambiental sendo o óleo de *Origanum vulgare L* uma ótima alternativa para se pesquisar e fazer novos testes para sua viabilidade como antifúngico.

4 REFERÊNCIAS

CLEFF, Marlete Brum et al. **Atividade inibitória do óleo essencial de orégano em fungos de importância médica e veterinária**. 2010.

CLEFF, Marlete Brum. **Avaliação da atividade antifúngica do óleo essencial de Origanum Vulgare L. frente a fungos de importância em veterinária com ênfase em candida spp**. 2008.

DE ABRANTES, Maiza Rocha et al. **Atividade antifúngica de óleos essenciais sobre leveduras *Cândida não albicans***. 2013.

FERRONATTO, R., MARCHESAN E.D., PEZENTI, E., BEDNARSKI, F. & ONOFRE S.B. 2007. Atividade antimicrobiana de óleos essenciais produzidos por Baccharisdracunculifolia D.C. e Baccharisuncinella D.C. (Asteraceae). **Revista Brasileira de Farmacognosia, 17(2): 224- 230.**

FILIPPIN, F. B.; SOUZA, L. C.; **Eficiência terapêutica das formulações lipídicas de anfotericina B**, 2006, Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbcf/v42n2/a03v42n2.pdf Acesso em: 28 jul. 2009.

MARINO, Marilena; BERSANI, Carla; COMI, Giuseppe. ImpedancemeasurementstostudytheantimicrobialactivityofessentialoilsfromLamiaceaeandCompositae. **International journal of food microbiology**, v. 67, n. 3, p. 187-195, 2001.

OH, J. et al. Host-mediatedeffectsofphytonutrients in ruminants: A review1. **Journal of dairy science**, v. 100, n. 7, p. 5974-5983, 2017.

SOUZA, E. L. et al. EffectivenessofOriganumvulgare L. essentialtoinhibitthegrowthoffoodspoilingyeasts. **Food Control**, v. 18, n. 5, p. 409-413, 2007.

SKANDAMIS, P.; TSIGARIDA, E.; NYCHAS, GJ E. The effectoforeganoessentialoilonsurvival/deathof*Salmonella*typhimurium in meatstoredat 5 C underaerobic, VP/MAP conditions. **Food Microbiology**, v. 19, n. 1, p. 97-103, 2002.

CLEFF, Marlete Brum et al. In vitro activity of Origanum vulgare essential oil against Candida species. **Brazilian Journal of Microbiology**, v. 41, n. 1, p. 116-123, 2010.

O PAPEL DA MULHER NA REVOLUÇÃO FRANCESA

BORAIKO, Milena[588]
HORST, Luiz Eduardo[589]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar a participação da mulher na Revolução Francesa. Baseando-se em pesquisas bibliográficas, será apresentado como as mulheres foram percebidas pela história como protagonistas sociais, sendo vistas na época como uma ameaça política. Assim, o texto elucida que a participação da mulher na revolução teve papel fundamental para lutas futuras, vindo influenciar a conquista de espaços na contemporaneidade e a igualdade de gênero.

Palavras-chave: Crise do Antigo Regime. Iluminismo. Direitos das Mulheres. Ativismo Feminino.

1 INTRODUÇÃO

Começava na França, em 1789, a crise do antigo regime. Uma revolta da população devido à escassez de pão, aumento de impostos, crise financeira após a França ajudar os Estados Unidos em sua independência e descontentamento do terceiro estado composto pela burguesia por não terem as mesmas chances que o primeiro e segundo estado de propagarem suas ideias. (SCHMIDT, 2012, p. 4). Além disso, segundo Perrot (2009, p. 14), a população estava dividida entre esfera privada e pública, havendo uma oposição entre mulheres domésticas e homens políticos.

O Iluminismo acarretou diversas mudanças, criticou aspectos culturais e trouxe a razão como objeto para atingir o conhecimento. Durante o Século das Luzes, termo designado devido ao fato de ser uma era iluminada pela razão que desejava ampliação do conhecimento humano, os filósofos iluministas ganham relevância com o papel de exercer uma pressão sobre a opinião pública, assim, seus ideais ajudam a fomentar a revolução. (MELLO, 2002, p. 65). Por isso, será dado destaque a dois filósofos da época, alavancando um debate acerca de como as mulheres eram vistas durante esse período.

Partindo deste princípio, o tema proposto tem como objetivo demonstrar a importância da mulher na Revolução Francesa, dando destaque a esse grupo que, de certa forma, foi excluído do estudo da história oficial, embora tenham participado dela.

[588] Acadêmica do Curso de Direito, 2º Período, Centro Universitário Campo Real.
[589] Professor Adjunto, responsável pela disciplina de Ciência Política e Teoria do Estado, do Curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.

Dando ênfase, assim, ao demonstrar que essa participação foi de extrema importância e que reflete até os nossos dias atuais.

2 O PAPEL DA MULHER NO SÉCULO DAS LUZES

É evidente que na Revolução Francesa uma parcela da sociedade foi impedida de usufruir de direitos e participar da política. Incluídas nessa parcela, temos as mulheres, que embora participaram de ações revolucionárias, eram vistas com desprezo pelos homens da época. Alguns filósofos retratam as mulheres como um mero objeto doméstico, as quais deveriam cuidar da casa, do marido e dos filhos, não podendo ter participação na vida pública.

Entre esses pensadores, destaca-se Jean-Jacques Rousseau, que segundo Perrot apud Schmidt (2012, p. 8), escreveu à D'Alembert que as mulheres públicas que se afastavam da vida privada, ou seja, do papel doméstico que deveriam exercer, demonstrando participação ativa na política, desonravam-se.

Além de Rousseau, Immanuel Kant também sustenta argumentos machistas, mas no que diz respeito a capacidade intelectual das mulheres:

> Pois, utilizando de uma linguagem metafórica, estabelece que as mulheres eruditas utilizam livros tais como relógios. Elas os carregam apenas para que outros vejam, contudo estes estão, geralmente, parados ou nem mesmo foram acertados. O que significa dizer que a mulher não utiliza, de fato, um livro, mas somente se exibe ao carregá-lo. (CARVALHO, 2007, p. 105).

Apesar disso, os iluministas consideravam as mulheres como agentes transformadoras, principalmente no que se refere a maternidade, que segundo Morin (2009, p. 22, 40), era de extrema importância na visão dos filósofos para que houvesse a educação dos futuros patriotas, formando assim, bons cidadãos. Diante do exposto, Rousseau (1979, p. 312) afirma que "[...] do seio das mulheres depende a primeira educação dos homens [...]".

Quebrando a doutrinação da necessidade da maternidade e da vida doméstica, amplamente divulgada entre os iluministas, surgem as primeiras manifestações femininas da época. Buscando sair da posição de mulher submissa, relacionada a figura de dona de casa e de boa mãe, e alcançar o papel de mulher cidadã, tornaram-se assim, uma ameaça política para os governantes.

Essa designação como ameaça política teve início em 1789, em que mesmo excluídas da esfera pública, as mulheres buscavam serem ouvidas através de cartas e panfletos agrupados no que chamavam de Cadernos de Queixas, endereçadas ao Rei Luís XVI, pedindo por condições sociais iguais ao dos homens. (MORIN, 2009, p. 25).

Conforme Dante (2013, p. 15), na tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789, foi confirmado um número pequeno de mulheres disfarçadas de homens, por esse motivo, não é possível afirmar que foi um evento predominantemente feminino, mas que confirma a participação feminina desde as fases iniciais da Revolução Francesa.

A mais conhecida e importante participação de mulheres em grande número, é a Marcha para Versalhes. No dia 5 de outubro de 1789, sete mil mulheres invadiram o Hotel de Ville, armaram-se, e marcharam 14 quilômetros até Versalhes. Invadiram o palácio no dia 6, e o Rei Luís XVI acabou assinando um decreto no qual se comprometia em diminuir o preço do pão e voltar para Paris com sua família, facilitando a vigilância popular. (MORIN, 2009, p. 60-62).

Segundo Schmidt (2012, p. 17), em 1793 Jean-Paul Marat é assassinado por Marie-Anne Charlotte, para livrar o povo da guilhotina, pois Marat publicava em seu jornal diversas acusações de pessoas que estariam supostamente traindo o Estado.

Após a demonstração de fúria das mulheres francesas, "[...] Burke foi pioneiro no uso de imagens de bruxaria para caracterizar as mulheres engajadas na política". (MORIN, 2009, p. 63), para tentar diminuir e prevenir futuras revoltas populares advindas de mulheres. No entanto, tal ato não impediu que mulheres criassem clubes onde discutiam sobre suas reivindicações e promoviam campanhas para o ativismo feminino.

O mais famoso clube foi o da Sociedade das Republicanas-Revolucionárias, que chegou até ser aceito nas reuniões de conselho, mas sem direito a voto. A criação dos clubes causou revolta nos homens e acabaram sendo proibidos em 1793. (NOGUEIRA, 201?, p. 6).

As mulheres apresentaram grande importância para o decurso da Revolução Francesa, visto que, embora no começo estivessem em pequeno número, ganharam forças e conquistaram alguns direitos que tanto reivindicavam, tornando-se protagonistas da revolução.

2.1 REIVINDICAÇÕES E DIREITOS CONQUISTADOS

Durante toda essa turbulência que ocorria na França, as mulheres lutaram por diversos direitos que consideravam essenciais para serem designadas de fato como cidadãs. Tanto nos clubes políticos, quanto em passeatas ou protestos por escrito, como os panfletos citados anteriormente, o ativismo feminino alcançou algumas conquistas.

Entre elas temos a lei que determinava a igualdade de herança a todos os filhos, além disso, passaram a serem consideradas maiores aos 21 anos, podendo casar-se sem autorização dos pais e a aprovação do divórcio por qualquer um dos cônjuges foram algumas das conquistas femininas da época, que embora pareçam insignificantes para algumas pessoas, demonstra o fim de que mulheres não deveriam ter nenhum direito assegurado. (SCHMIDT, 2012, p. 12).

No entanto, Morin (2009, p. 83) ressalta que muitas reivindicações das mulheres não foram aceitas, como acesso igual na educação para meninas, serviços de saúde para mulheres, além do sufrágio feminino, que não foram levados em consideração pela Constituição de 1791.

E embora tenham conquistados alguns direitos, anos mais tarde, o Código Civil de Napoleão iria restringir o direito ao divórcio, ficando a mulher submissa novamente ao homem em 1804. (SCHMIDT, 2012, p. 12). Entretanto, nesse momento a Revolução Francesa já teria acabado e as mulheres passariam por mais uma longa caminhada até chegar onde estamos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os filósofos iluministas percebiam as mulheres tanto como agentes transformadoras, quanto figuras predestinadas a exercerem um papel de dona de casa, boa mãe e sem capacidade para atuar na vida pública. Foi então que surgiram as primeiras manifestações femininas da época, buscando alcançar o papel de mulher cidadã, e quebrando a cultura da maternidade como único meio de expressarem seu patriotismo.

A crise na França aumentou ainda mais a fúria das mulheres, que se juntaram e começaram a demonstrar seu valor na sociedade. Através de manifestações por panfletos, logo depois a marcha para Versalhes e, embora encontrando empecilhos pelo caminho, como as acusações de bruxaria, nada foi páreo para que as mulheres fundassem os clubes políticos.

Conclui-se com este trabalho, portanto, que as mulheres tiveram papel fundamental na Revolução Francesa, pois conseguiram alguns direitos que tanto reivindicavam. Além disso, foram importantes para o rumo da revolução, já que se tornaram uma ameaça política para os governantes da época, demonstrando que não atuaram como coadjuvantes, mas como protagonistas, influenciando mais tarde a luta pela igualdade de gênero na contemporaneidade.

4 REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alice Lino de. Considerações Kantianas sobre os Gêneros. **Revista PADÊ**, v. 1, n. 1, 2007.

DANTE, Fernanda Clemilda Santos de Oliveira. As Mulheres na Revolução Francesa. **Revista Maiêutica – Curso de História**, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2013.

MELLO, Maria Elizabeth Chaves de. Crítica e Século das Luzes. **Terra Roxa e Outras Terras: Revista de Estudos Literários**. Paraná, v. 1, n. 1, p. 64-72, 2002.

MORIN, Tania Machado. **Práticas e representações das mulheres na Revolução Francesa - 1789-1795**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NOGUEIRA, Natania A. da Silva. **Sobre as Mulheres Revolucionárias Europeias**. 201?. Disponível em: <https://tinyurl.com/y74ab98q>[590]. Acesso em: 19 ago. 2018.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada:** Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

SCHMIDT, Joessane de Freitas. As mulheres na Revolução Francesa. **Revista Thema**, v. 9, n. 2, nov. 2012.

[590] Encurtamento de URL para melhor visualização do conteúdo.

ENSINO JURÍDICO E JUSTIÇA RESTAURATIVA

ANDREKOWICZ, Gisele do Belem[591]
ROSAS, Patrícia Manente Melhem[592]

RESUMO: O objetivo da presente pesquisa é verificar a difusão da Justiça Restaurativa nos cursos jurídicos, haja vista a necessidade da humanização de seus futuros propagadores, bem como a possibilidade de adaptação em sua realidade acadêmica e futuramente em suas carreiras, através da formação do corpo docente. Os resultados foram obtidos através de pesquisa bibliográfica, artigos publicados e debates no Grupo de Estudos sobre Justiça Restaurativa no Centro Universitário Campo Real.

Palavras-chave: Educação. Justiça Restaurativa. Direito. Ensino Superior

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o ensino jurídico e suas perspectivas a respeito da difusão da Justiça Restaurativa nesse ambiente acadêmico, tendo em vista a necessidade da formação dos novos profissionais que irão atuar em conflitos de pessoas em suas carreiras, independentemente do seguimento que optarem.

A escolha pelo tema decorre dos recentes estudos acerca da difusão da Justiça Restaurativa para acadêmicos do curso de Direito, tendo em vista que, majoritariamente as pesquisas dão conta dos assuntos abordados de maneira individualizada, ou seja, abordando somente o campo da Justiça Restaurativa ou aperfeiçoamento das técnicas de educação no ensino jurídico.

Para o desenvolvimento da pesquisa destaca-se a pesquisa bibliográfica, artigos publicados e debates oriundos do Grupo de Estudos sobre Justiça Restaurativa do Centro Universitário Campo Real em Guarapuava/Paraná.

2 DESENVOLVIMENTO

Discutir sobre a educação jurídica e sua qualidade é de extrema importância em um país que possui mais cursos de Direito do que todos os outros países juntos (SARDINHA, 2018). Neste sentido, a formação de bacharéis em Direito deve conter, além de qualquer ensinamento sobre legislações e carreiras jurídicas, uma formação

[591] Acadêmica de Direito, 10º período, Centro Universitário Campo Real.
[592] Professora no Centro Universitário Campo Real, orientadora.

social, pois aquele profissional estará intimamente e rotineiramente incluído em conflitos.

Em relação ao tema, Oliveira (apud KUHN e BARBIERI, 2016, p. 43) mencionam a importância da elaboração de propostas pedagógicas para além das alternativas pré-existentes na educação, ou seja, integrando o aluno com a sua realidade social. Sendo assim, uma das alternativas a ser discutida e incrementada é da Justiça Restaurativa, que é associada a um novo paradigma que busca a compreensão de direito e justiça rompendo as barreiras estruturais do sistema e que pode ser relacionada à realidade das academias.

Dispõe Morris (2005, p. 441) que a Justiça Restaurativa enfatiza os Direitos Humanos e a necessidade de reconhecer o impacto de injustiças sociais e de alguma forma resolver esses problemas – ao invés de simplesmente oferecer aos infratores uma justiça formal ou positivada e, às vítimas, justiça alguma.

A definição de JR de acordo com Zehr:

> Justiça Restaurativa é uma abordagem que visa promover justiça e que envolve, tanto quanto possível, todos aqueles que tem interesse numa ofensa ou dano específico, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de restabelecer as pessoas e endireitar as coisas na medida do possível. (ZEHR, 2015, p. 54)

Vislumbra-se então, no modelo restaurativo, o favorecimento ao diálogo, oportunizando a tomada de decisões coletivas através das práticas restaurativas, ao readaptar o modelo litigioso que utiliza das conciliações e as audiências na resolução de conflitos. Um dos modos que a Justiça Restaurativa utiliza para externar seus valores e pô-los em prática é através dos Círculos Restaurativos, que criam uma possibilidade de liberdade para expressar a verdade pessoal, sem máscaras e defesas, presente um ser humano inteiro, que tentará reconhecer seus erros para agir conforme preceitos fundamentais (PRANIS, 2010, p. 25).

Frise-se que a Justiça Restaurativa deve ser pensada através do caminho denominado como “Cultura de Paz” para que aquela não seja desviada de seus princípios e valores. Ao definir Cultura de Paz, relaciona-se aquilo que cuidamos e cultivamos em nós, em uma busca por atitudes e comportamentos de vida que rejeitam a comunicação violenta e visam a resolução de conflitos pelo diálogo e negociação, estimulando as formas de convivência que reconheçam a importância do conflito nos

relacionamentos. Ainda, a Cultura de Paz não se limita a promover procedimentos pontuais para resolução de conflitos, mas sim olhar para um todo, para que a prática restaurativa não consista apenas em uma prática isolada dentro do sistema (PENIDO, 2016, p. 73-74).

Neste sentido, promover uma cultura de paz nas faculdades, e em nível macro na sociedade, pode ser estimulada junto com o estudo e implantação da Justiça Restaurativa. Pois, como Penido (2016, p. 83) pontua, "a Justiça é um valor que diz respeito a todos e não se faz apenas no Fórum, sendo necessário criar espaços seguros e acolhedores para a sua materialização", bem como a sua conscientização através do ambiente adequado que as academias de Direito proporcionam.

A respeito da propagação do Direito na sociedade e a preocupação em como "fazer justiça", Teófilo e Braga (2013, p. 10) contemplam duas correntes acerca da educação jurídica: a clássica e a moderna. Na clássica, afere-se que a educação jurídica deve ser restrita ao operador do Direito e que os interessados devem busca-lo, para que este pleiteie por seus interesses no âmbito judicial; já na contemporânea, defende-se o direito jurídico popular, em que o indivíduo só consegue alcançar seus direitos no momento em que os conhece, que é interligada à Justiça Restaurativa ao passo que, em suas práticas os participantes são incluídos no processo, pois lhes são promovidas a compreensão das leis que foram descumpridas, o senso de responsabilidade, a solução visando o que pode ser feito dali em diante e a devolução dos conflitos aos seus verdadeiros proprietários.

Contudo, é nítida a insatisfação da classe conservadora com esse novo sistema de justiça, o que aumenta a necessidade da propagação de suas ideias no ambiente acadêmico, pois ali estão inseridos os futuros difusores desse sistema, e que por vezes, ainda não foram apresentados à Justiça Restaurativa por seus professores. Confira-se os seguintes apontamentos:

> A Justiça Restaurativa é um "convite ao diálogo", para que possamos aprender uns com os outros, sendo que, este encontro busca a evolução conjunta acima de tudo "É um lembrete de que estamos todos interligados de fato". Um dos principais pontos com o qual o ensino jurídico precisa aprender com a justiça restaurativa, no sentido de encerrar com as posições de poder existentes nas atuais relações de ensino, e encerrar com qualquer modelo de imposição e opressão. O ato da fala, o convite ao diálogo pode ser entendido como a principal característica da JR, e, também, talvez sua principal contribuição para com a proposta de um novo modelo de ensino do direito, e de um novo paradigma emancipador para o direito num todo. (KUHN; BARBIERI, 2016, p. 48).

Em que pese a necessidade dos acadêmicos das faculdades de Direito tenham contato sobre o modelo restaurativo, deve-se levar em conta a preparação e formação do corpo docente para que repassem tais ensinamentos.

Rosas (2016) conclui, após pesquisa empírica realizada com 15 (quinze) professores do ensino superior de uma instituição privada de Guarapuava/PR, sobre a possibilidade de novas pesquisas sobre o tema com intenção de verificar sobre sua aplicabilidade e funcionamento, para evitar possíveis relações errôneas, a tão somente, crimes de menor potencial ofensivo, bem como à tentativa de submeter casos a justiça convencional. Por fim, menciona acerca da "restauração" ser relacionada ao seu próprio significado e não necessariamente às suas intenções, bem como resta evidente a necessidade da modernização da justiça, que está intimamente associada à modernização do ensino jurídico.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O melhor momento para discussão e formação de opiniões é durante o âmbito acadêmico, tendo em vista que, os alunos de hoje serão os profissionais do mercado de trabalho futuramente e que poderão transformar a realidade pré-determinada por profissionais que já estão inseridos e tendem a ter um posicionamento mais conservador e condizente com o que vislumbram nas práticas diárias.

Estudar o Direito através da interdisciplinaridade que a Justiça Restaurativa discute (trazendo elementos da pedagogia, psicologia, demais ciências sociais e Direitos Humanos) não é menosprezar a área, pois ao contrário, a enriquece, tampouco pode ser restringido ao estudo exclusivamente legalista, tendo em vista que está se tratando da formação de profissionais em conformidade com a realidade que encontrarão, e principalmente, comprometidos com a transformação social.

Para tanto, a difusão das práticas restaurativas entre os acadêmicos do curso de Direito através de pesquisas temáticas e formação do corpo docente tendem a fortalecer e desmitificar preconceitos relacionados à Justiça Restaurativa, para que esta venha a somar como possibilidade na resolução, tanto de conflitos internos em sala de aula a curto prazo, quanto às práticas profissionais, a longo prazo.

4 REFERÊNCIAS

BRAGA, Rômulo Rhemo Palitot; TEÓFILO, Anna Mayra Araújo. **Educação em Direitos Humanos e Justiça Restaurativa**. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/viewFile/19205/10621>.Acesso em: 23 ago. 2018.

KUHN, Camila Mabel; BARBIERI, Isabele Bruna. **As contribuições da Justiça Restaurativa ao ensino do Direito: por um novo paradigma**. 2016. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/9105o6b2/857l680t/jnr9HfGw1Tv75MQV.pdf>. Acesso em: 23. Ago. 2018.

MORRIS, Alisson – Criticando os críticos. Uma breve resposta aos críticos da Justiça Restaurativa. In SLAKMON, Catherine.; VITTO, Renato Campos Pinto de; PINTO, Renato Sócrates Gomes (Org) **Justiça Restaurativa**. v.1. Florianópolis: [s.n.], p. 439, 2005.

PENIDO, Egberto de Almeida – Cultura de Paz e Justiça Restaurativa: uma jornada de alma. In PELIZZOLI, Marcelo L. (Org) **Justiça Restaurativa: caminhos da pacificação social**. 1. ed. Rio Grande do Sul: EDUCS, 2016.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares**. Traduzido por Tônia Van Acker. 1. ed. São Paulo: Palas Athena Editora, 2010.

ROSAS, Rudy Heitor. **A Justiça Restaurativa e o professor de Direito: o núcleo central das representações sociais sobre Justiça Restaurativa de professores do ensino jurídico.** 2016. Disponível em: <http://pitangui.uepg.br/eventos/justicarestaurativa/_pdf/ANAIS2016/A%20Justiça%20Restaurativa%20e%20o%20Professor%20de%20Direito%20%20o%20núcleo%20central%20das%20Representações%20Sociais%20sobre%20Justiça%20Restaurativa%20%20de%20Professores%20do%20ensino%20jurídico.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SARDINHA, Edson. **OAB critica "recorde" do Brasil em cursos de Direito**. 2014. Disponível em:<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/brasil-recordista-de-cursos-de-direito-no mundo/>. Acesso em 24 ago. 2018.

ZEHR, Howard. **JUSTIÇA RESTAURATIVA**. Traduzido por Tônia Van Acker. 2 ed. São Paulo: Palas Athena Editora, 2015.

COMPORTAMENTO DE ADOLESCENTES DURANTE HOSPITALIZAÇÃO

FERENSOVICZ, Jaqueline[593]
PONTAROLO, Silmara[594]
SAYEVICZ, Cristiane[595]
AGGIO, Cristiane de Melo[596]

RESUMO: A qualidade do cuidado aos adolescentes hospitalizados tem sido investigada desde os anos 80. Para compreender como o adolescente experiencia a hospitalização, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e verificou-se que, para o adolescente, a hospitalização é uma experiência estressante que pode causar agravos emocionais, atraso no tratamento ou problemas de saúde adicionais. Suas questões emocionais são expressas pela tristeza, saudade de casa e falta de liberdade, familiares e amigos. Faz-se importante a adequada formação dos profissionais sobre o desenrolar da adolescência para a qualificação do cuidado desta clientela.

Palavras-chave: Hospitalização; Adolescência; Psicologia; Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

Durante a graduação, percebeu-se no desenvolvimento das disciplinas que a hospitalização é marcada pelo sofrimento dos pacientes e dos seus familiares, especialmente as crianças e adolescentes, sendo essencial ao cuidado qualificado dos mesmos a compreensão desta vivencia pelos profissionais de saúde.

Compreende-se que ser adolescente caracteriza-se pela transformação, que acontece em busca de uma identidade própria, no qual revisa seu mundo interno e suas heranças infantis, a fim de elaborar seu novo corpo e seus desejos desencadeados pela puberdade (Levy, 2001). Ao vivenciar essas transformações em seu interior, realiza uma revisão de suas relações para poder relacionar o seu passado e enfrentar de maneira sadia seu futuro, segundo Aberastury (Etall, 1981), o adolescente passa a hesitar entre a dependência e a independência, que causa confusões aos adolescentes. No qual para os adultos pode parecer um período de desiquilíbrios e instabilidades, caracterizados por atritos, no meio familiar e social.

Segundo Nigro (2004) a hospitalização pode trazer alterações profundas na vida do paciente e de sua família, por ser uma vivência especialmente significativa, estranha e impactante para o paciente.

[593] Acadêmica, Curso de Enfermagem, 6ª Período, Centro Universitário Campo Real.
[594] Acadêmica, Curso de Enfermagem, 6ª Período, Centro Universitário Campo Real.
[595] Acadêmica, Curso de Enfermagem, 6ª Período, Centro Universitário Campo Real.
[596] Doutoranda em enfermagem – Universidade Estadual de Londrina (UEL).

2 DESENVOLVIMENTO

Para a compreensão como o adolescente experimenta a hospitalização, realizou-se uma revisão bibliográfica, nas bases de dados de artigos que trouxessem no título e resumo as questões da hospitalização de adolescentes.

Para a seleção dos artigos, realizou-se a leitura dos seus títulos e resumo, aqueles que abordaram a vivência da hospitalização pelo adolescente tiveram o conteúdo classificado e organizado em três categorias de análise: hospitalização, adolescência e as experiencias do adolescente hospitalizado.

Quanto a hospitalização, esta pode ser entendida como a admissão e permanência em um estabelecimento hospitalar público ou privado, aparelhado com todos os recursos necessários ao tratamento dos doentes e, embora o primeiro contato com hospital interfira na aceitação e no tratamento, mas nem sempre o paciente hospitalizado é acolhido de modo apropriado (ALMEIDA et al., 2007; ROSAS, 1998).

Os pacientes hospitalizados citaram alguns medos: de acidentes decorrente da terapêutica, do ambiente hospitalar e seus equipamentos, de sentir dor, de ser cortado, de perder o autocontrole, de se tornar dependente, de morrer e de dar trabalho a outros. Tais medos são agravados pela separação de amigos e familiares e podem leva-los a apresentar condutas desajustadas, insegurança, depressão e isolamento (MIRANDA, 1997).

Estar doente e hospitalizado causa sofrimento no paciente que sente a integralidade de sua vida ameaçada pela perda da individualidade e da liberdade de ir e vir. Assim ele se vê submetido a um novo cotidiano, com procedimentos dolorosos e perda do poder de escolher e da decisão sobre si mesmo e sobre seu corpo (ALMEIDA et al., 2007; ROSAS, 1998).

A adolescência constitui-se como uma etapa do desenvolvimento caracterizado por rápidas mudanças a nível fisiológico, cognitivo, sociocultural e comportamental, sendo a transição para uma vida adulta saudável um dos grandes desafios que os indivíduos enfrentam (FONSECA; TAVARES, 2009). É associada ao bem-estar, saúde e à vida, em virtude desses fatores torne-se difícil para a sociedade associar juventude a adoecimento e hospitalização.

Segundo Almeida et al. (2007), até alguns anos atrás, os adolescentes eram considerados um grupo saudável e com poucas internações, mas os avanços científicos

revelaram que as crianças doentes de outrora estão alcançando a adolescência e alterando o perfil de internamentos hospitalares, que também atendem os adolescentes vítimas de acidentes e violência.

Para Guzman e Cano (2000), a hospitalização representa uma ameaça para o adolescente devido ao adoecimento e a proximidade da morte, bem como determina a perda da sociabilidade, o que estimula o retraimento e a solidão. Os sentimentos relacionados a hospitalização, dependem da idade, levando em consideração que qualquer época da vida o internamento constitui estresse, se tornando agravantes durante a adolescência, no qual os sentimentos são mais intensificados, nessa fase de transformações e mudanças.

Em alguns casos a presença do acompanhante pode amenizar os sentimentos negativos gerados pelo internamento e favorecendo a aceitação do tratamento pelo adolescente ao tratamento (TOLEDO, 2000). A hospitalização pode causar alterações do comportamento familiar, como forma de agir e interagir, afim de diminuir seu próprio sofrimento o adolescente começa a ter uma atitude compensatória e permissiva, tentando diminuir a culpa que julga ter pela internação hospitalar.

Armond (1996) discute a modificação no relacionamento familiar perante a hospitalização do adolescente com o ocultamento da verdade sobre a doença, gravidade e possibilidade de morte, os pais omitem a verdade dos fatos e mantem um certo sigilo sobre a situação dos adolescentes que percebem as alterações em seu corpo e procuram por informações conversam sobre seu quadro junto aos profissionais de saúde.

É importante que os profissionais que trabalham no atendimento de adolescentes, mantenham uma comunicação coerente e eficiente, para que não ocorram inconsistência nas informações, buscando dessa forma estabelecer vinculo e confiança entre os adolescentes, necessitando que os profissionais tenham conhecimento sobre os processos de desenvolvimento dos adolescentes, assim como suas alterações (ALMEIDA et al., 2007).

A capacitação das equipes que cuidam de adolescentes hospitalizados é fundamental, pois o conhecimento sobre as transformações da puberdade, as alterações decorrentes do adoecimento e o processo de hospitalização possibilitarão a prestação e cuidado coerente às necessidades dessa clientela. (ALMEIDA et al., 2007).

Para que o profissional realize atendimento de qualidade este deve ter afinidade com sua clientela, conhecer a história de vida dos pacientes e dominar o conhecimento técnico, teórico e cientifico sobre as suas necessidades. Além do conhecimento sobre o desenvolvimento e as mudanças da adolescência, os profissionais dever estar abertos para compreender as reações dos adolescentes de maneira sensível e acolhedora, sendo de suma importância nesse momento o apoio e a atenção, ainda que os hospitais não disponham de uma ala especifica para esta clientela.

Sobre as sensações do adolescente hospitalizado, é comum que durante o período de adoecimento surja a negação, a descrença sobre a sua situação, não aceitando fatos da verdade, cujo compromete, impedindo os efeitos positivos da terapêutica (SIMONETTI, 2004).

Diante da realidade do adolescente, são gerados conflitos e após algum tempo o adolescentes passa a minimizar sua problemática, demonstrando indícios de melhora ou a capacidade de realizar tarefas acima e apesar da doença, fantasiando o seu estado e fazendo com que dificulte a compreensão do problema (FERREIRA, 1998).

Em detrimento a tais reações entre o negar e minimizar seu problema os adolescentes podem apresentar irritabilidade e raiva, pois têm dificuldades de aceitação da realidade, podendo em alguns casos agir de maneira agressiva com seus familiares e profissionais envolvidos no tratamento.

Segundo Almeida et al. (2007), outra reação do adolescente, ao enfrentar problemas de difícil resolutividade, é as questões de “pensamento mágico”, que é manifestado por meio de amuletos e símbolos religiosos. Sendo os autores citados a cima os sentimentos de exclusão também apresentam se durante a internação de adolescentes, causada assim pela insatisfação com a aparência física e com o corpo, que são intensificados nesse processo.

Assim o sentimento de exclusão relacionado a hospitalização se dá pelo fato do adolescente quando internado, se vê totalmente recluso ao meio social, sendo afastado em alguns casos de seus amigos próximos, familiares e grupo de convivência.

A falta de atendimento psicológico e serviço humanizado pela enfermagem, ou até mesmo precariedade nos atendimentos assistenciais, causa no paciente, ainda mais insegurança e impaciência em relação a sua situação, fazendo com que sinta solidão e menos valia diante do contexto hospitalar. Quando se trata de adolescentes podemos perceber, que cada um age de uma maneira onde o sentimento de carência e necessidade de atenção são situações presentes durante o internamento.

Diante desta problemática e visível a necessidade da capacitação e melhoramento no atendimento direcionado as diferentes faixas etárias, englobando a equipe multiprofissional especialmente no que se diz respeito aos adolescentes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência é um processo de mudanças importantes nas questões de desenvolvimento do ser humano, carregada de confusões referentes a dúvidas, assim como pela dificuldade em se tornar independente, mais ainda quando acompanhada de um processo de hospitalização, fazendo com que os adolescentes se sintam como estivessem “presos” associando esse sentimento ao internamento em hospitais.

A literatura evidencia a importância da implantação de políticas de caráter multidimensional da adolescência e a sua importância social, para significação do atendimento a adolescentes. É necessário também que a equipe de saúde que presta atendimento ao adolescente diferencie as reações relacionadas ao internamento, sendo essas manifestações resultantes de um sofrimento psíquico mobilizadas pela hospitalização, e não apenas comportamentos de rebeldia, que são atribuídas a essa fase da adolescência.

Dessa forma, a psicologia hospitalar busca compreender os processos de atendimento, aceitação e tratamento da problemática, considerando as especificidades da fase da adolescência. Lembrando sempre que o adolescente é um ser único, subjetivo, que esta em processo de desenvolvimento, e precisa ser escutado e compreendido. Além disso, o adolescente o durante o internamento deve ser acolhido e atendido em sua integralidade.

A equipe de enfermagem são os profissionais que mantem na maioria do tempo o contato com o paciente, tanto na questão emocional como no cuidado necessário para a evolução do quadro de saúde e doença, desta forma é o profissional que precisa ter um preparo para saber lidar com as divergências da adolescência e oferecer o tratamento completo ajudando assim no acolhimento e tratamento integral do indivíduo, não desconsiderando a necessidade dos demais profissionais envolvidos terem também este preparo.

4 REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. et al. **Adolescência e psicopatia: luto pelo corpo, pela identidade e pelos pais infanti**s. Porto Alegre: Artes Médicas. 1981.

ARMOND, L. C. Buscando **Compreender o Fenômeno da Hospitalização para o Adolescente (**Mestrado em Enfermagem) da Escola de Enfermagem da UFMG ñ Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

ALMEIDA, I. S.; RODRIGUES, B. M.; SIMIES, S. M. F. HOSPITALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE. **Rev. Soc. Bras. Enferm**. Ped. v.7, n.1. São Paulo, 2007.

FERREIRA, M. R. S. O Internamento na Adolescência. **Rev. Nursing, Ed. Portuguesa**, n. 20, p.30-33, mar.1998.

FONSECA, H.; TAVARES, H. Avaliação dos recursos de atendimento ao adolescente nas unidades hospitalares portuguesas. **Acta Pediátrica Portuguesa**, 154-159. 2009.

GUZMAN, C. R.; CANO, M. A. T. O adolescente e a Hospitalização. **RevEletrEnferm.** Goiânia, v. 2, n. 2, 2000.

LEVY, R. O Adolescente. In: **O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica,** Porto Alegre: Artmed. 2001.

MIRANDA, A. C. S. Expectativas dos Clientes Hospitalizados Frente ao Relacionamento com a Equipe de Enfermagem**. R. Bras. Enferm**. v. 50, n. 20, p. 183- 186, abr./ jun.,1997.

NIGRO, M. **Hospitalização: o impacto na criança, no adolescente e no psicólogo hospitalar.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004.

ROSAS, M. Aspectos Psicológicos do Sofrimento do Doente. **Revista Nursing**, Ed. Portuguesa, n. 20, p. 34-35, mar. 1998.

SIMONETTI, A. **Manual de Psicologia Hospitalar**: O mapa da Doença. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004. Primeira Parte. O diagnóstico pg 37.

TOLEDO, T. T. **A Assistência de Enfermagem ao Adolescente Hospitalizado. Entre a Perspectiva de Cuidar e a Expectativa de Ser Cuidado.** Dissertação (Mestrado em Enfermagem). RJ: UNI-RIO, 2001.

LIPIDOSE HEPATICA FELINA - FATORES QUE PODEM OCASIONAR O ACÚMULO DE LIPÍDEOS NOS HEPÁTÓCITOS

DALLE CORTE, Alexandra Lana [597]
BARBOSA, Rogério [598]
FRANÇA, Moana Rodrigues[599]

RESUMO: A Lipidose Hepática Felina é uma das doenças que mais atingem o fígado dos felinos domésticos. O estudo e conhecimento dessa patologia se faz importante pois auxilia no diagnóstico, escolha do tratamento e garantia de melhor qualidade de vida e probabilidade de cura dos animais acometidos. O presente trabalho tem por objetivo fazer uma revisão bibliográfica para melhor compreensão das causas dessa patologia.

Palavras-chave: Metabolismo. Gato. Fígado.

1 INTRODUÇÃO

A Lipidose Hepática Felina (LHF) é o acúmulo severo de gordura (triglicerídeos) nos hepatócitos que resulta em redução da funcionalidade do órgão. Dentre as patologias hepáticas que acometem felinos domésticos a LHF é uma das mais frequentemente encontradas, está associada a insuficiência hepática e pode ser letal. (CENTER et al., 2005).

Essa patologia acomete felinos de todas as idades e raças, mas tem predominância em fêmeas (GOLDSTEIN, 2016). A LHF normalmente ocorre após longos períodos de anorexia (especialmente em animais com histórico de obesidade) ou estresse, como mudança e introdução de novos animais no ambiente (KHAN, 2013). Caso não seja feito diagnóstico e tratamento adequado a LHF pode levar a morte mais de 90% dos gatos acometidos (GOLDSTEIN, 2016).

Esta revisão bibliográfica tem como objetivo a apresentação das características de uma das doenças que mais acometem os felinos. Visamos também ressaltar a importância do conhecimento sobre a LHF rotina clínica pois a identificação dessa patologia de uma maneira rápida e eficiente é o que irá determinar o prognóstico do paciente.

2 DESENVOLVIMENTO

[597] Acadêmica do curso de Medicina Veterinária, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[598] Acadêmico do curso de Medicina Veterinária, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[599] Doutora em Ciências, Centro Universitário Campo Real, prof_moanafranca@camporeal.edu.br

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado a partir de consultas realizadas em livros do acervo da Faculdade Campo Real e também por meio de pesquisas bases de dados online, scielo, birene, google acadêmico, entre os meses de Abril a Junho de 2018.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

A ocorrência de LHF se deve a características felinas de evolução, gatos possuem metabolismo lipídico e proteico adaptados, por serem estritamente carnívoros (VERBRUGGHE; BAKOVIC, 2013).

Aparentemente a obesidade, que pode estar associada a resistência a insulina, é um fator que predispõe os animais a LHF, principalmente durante privação alimentar, pois aumenta a disponibilidade de ácidos graxos na corrente sanguínea em períodos de redução na ingestão de alimentos (HOENIG et al., 2007).

Até o momento, a patogenia da LHF não foi completamente descrita, mas sabe-se que as particularidades do metabolismo lipídico dos felinos são fatores predisponentes para a ocorrência desta patologia. Diferentemente de outros mamíferos, os felinos possuem limitação na atividade das enzimas que catalisam as reações para síntese de ácido aracdônico a partir de ácido linoleico e ácido eicosapentaenoico e ácido docosahexaenoico a partir de ácido α-linolenico (PAWLOSKY, BARNES E SALEM, 1994).

Cerca de 50% dos gatos diagnosticados com a LHF apresentam outra patologia associada. Desta forma, a LHF dificilmente é encontrada como afecção primária e apenas é denominada como “primária” ou “idiopática” quando não é possível diagnosticar outro estado patológico. A anorexia ocorre pela diminuição do apetite do animal por várias razões, entre elas: o diabete melito, pancreatite, tumores e estresse. Nesse caso é denominada como Lipidose Hepática Felina secundária (GOLDSTEIN, 2016).

Diversos fatores que podem provocar o acúmulo anormal de gordura hepática, como o aumento na mobilização dos ácidos graxos para o fígado.

Quando o animal está passando por períodos de estresse provavelmente irá desenvolver como consequência a anorexia (CENTER, 2005 apud ANDRADE

RODRIGUES, 2009). Com isso a liberação de insulina irá diminuir e os níveis de glucagon irão aumentar. Desta forma a lipólise periférica será estimulada, e a liberação de ácidos graxos na circulação sanguínea aumentará. Por sua vez a albumina irá carrear as moléculas de ácidos graxos o fígado onde serão armazenados na forma de triglicerídeos nos hepatócitos (DIMSKI, 1997 apud ANDRADE RODRIGUES, 2009).

A LHF pode ocorrer também caso o felino não consuma a quantidade de carboidratos necessária para a manutenção do organismo ou quando o consumo de alimentos com alto teor de gorduras for alto, o que pode exceder a capacidade de oxidação e estratificação dos hepatócitos. Outra causa de LHF é a lesão de hepatócitos por agentes hepatotóxicos. (NELSON; COUTO, 2006 apud BARRERA GARCÍA, 2009).

O desequilíbrio entre a síntese e liberação de lipoproteína de densidade muito baixa (VLDL) também parece ser uma causa da LHF.

Quando o processo de anorexia ocorre, a síntese de VLDL é comprometida, pois não é possível a obtenção de proteínas e aminoácidos necessários para a formação das principais moléculas transportadoras de triglicerídeos para a corrente sanguínea (apoproteínas e VLDL). Quando há deficiência de apoproteínas consequentemente haverá deficiência de VLDL o que fará com que os trigliceídeos fiquem armazenados nos hepatócitos (GENTILE; FERREIRA, 1996 apud ANDRADE RODRIGUES, 2009).

Outro fator importante é a diminuição da oxidação dos ácidos graxos. A anorexia leva à deficiência de aminoácidos essenciais para a oxidação de ácidos graxos, com isso não ocorrerá da maneira adequada a biotransformação dos ácidos graxos em triglicerídeos, e acarretará no acúmulo de lipídeos nos hepatócitos (DUARTE SILVA, 2016).

O diagnóstico pode ser realizado pelo histórico detalhado do paciente acrescido de exames complementares (DUARTE SILVA, 2016).

Ao exame físico o animal poderá apresentar sinais como anorexia, perda de peso, letargia, vômito, icterícia, salivação excessiva, cegueira, semicoma ou coma e convulsões (GLODSTEIN, 2016).

A análise citopatológica do fígado pode revelar a LHF quando for detectada a presença de vacúolos em mais de 80% dos hepatócitos. (DUARTE SILVA, 2016). Os padrões de exames exames bioquímicos séricos para LHF são enzimas ALT (alanina amino transferase) e AST (aspartato amino transferase) aumentadas, a fosfatase alcalina (FA) muito elevada, a gama glutamil transferase (GGT) normal ou levemente alterada. O aumento de colesterol, creatinina, hiperglicemia, hipocalemia também

podem indicar a Lipidose Hepática Felina (FERREIRA; MELLO, 2003 apud ANDRADE RODRIGUES, 2009).

Também pode ser verificada hepatomegalia e fígado hiperecogênico, homogêneo e difuso através de exames ultrassonográficos (DUARTE SILVA, 2016).

Doenças que devem ser diferenciadas da lipidose hepática felina são o hiperadrenocorticismo, a infecção por *Platinossomum concinnum*, a peritonite infecciosa felina, a hepatopatia tóxica aguda, a imunodeficiência felina, a toxoplasmose, a leucemia felina, a septicemia e o hipertireoidismo. (FERREIRA; MELLO, 2003 apud ANDRADE RODRIGUES, 2009).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lipidose Hepática Felina é uma enfermidade frequente em felinos. Animais com LHF possuem prognóstico favorável, desde que a patologia seja diagnosticada precocemente e tratada corretamente. Raramente os pacientes acometidos apresentam recidiva ou sequelas da doença É necessário que o tutor esteja sempre atento a mudanças abruptas na alimentação e no estado físico do animal e assim que mudanças forem notadas o animal deverá ser encaminhado ao Médico Veterinário.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE RODRIGUES, T. M. **Lipidose Hepática Felina**. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Grau em Medicina Veterinária, área de concentração: Clínica de Pequenos Animais). Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu – SP, 2009, 20p.

BARRERA GARCÍA, A. **Lipidose Hepática Felina.** 57 f. Monografia (Especialização em Análises Clínicas Veterinárias). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2009, 57p.

GOLDSTEIN, R. E. Lipidose Hepática nos Gatos. In: ETTINGER, S. J; FELDMAN, E. C. **Tratado de medicina interna veterinária:** doenças do cão e do gato. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 2 v.

KHAN, Ciynthia M. **Manual Merck de veterinária.** 10. ed. São Paulo: Roca, 2013. 3420 p.

RECHE JUNIOR, A; MALVINI PIMENTA, M. Lipidose Hepética Felina. In: JERICÓ, M. M; ANDRADE NETO, J. P; KOGIKA, M. M. **Tratado de medicina interna de cães e gatos.** 1. ed, Rio de Janeiro: Roca, 2017. 1 v.

CENTER, S. A. Feline hepatic lipidosis. **Vet Clin North Am Small Anim Pract.** v.35, p.225 – 269, 2005.

VERBRUGGHE, A; BAKOVIC, M. Peculiarities of one-carbon metabolism in the strict carnivorous cat and the role in feline hepatic lipidosis. **Nutrients.** v.5, n.7, p.2811 – 2835, 2013.

HOENIG, M; THOMASETH, K; WALDRON, M; ET AL. Insulin sensitivity, fat distribution, and adipocytokine response to diferente diets in lean and obese cats before and after weight loss. **Am J Physiol Regul Integr Comp Physiol.** v.292 p.227 - 234, 2007.

PAWLOSKY, R; BARNES, A; JR, SALEM, N. Essential fatty acid metabolism in the feline: relationship between liver and brain production of long-chain polyunsaturated fatty acids. **J Lipid Res.** v.35, n.11, p.2032–2040, 1994.

INFLUÊNCIA DA DISTORÇÃO HARMÔNICA NA REDE DE ENERGIA ELÉTRICA

IMPACTO DIRETO NA INDÚSTRIA E RESIDÊNCIAS

LIMA, Antonio Marcos Barbosa[600]
MEIRA, Guilherme Antonio[601]
GERKE, Felipe[602]

RESUMO: Com o aumento da produção industrial e o crescimento de residências, gradativamente sobe o consumo de energia elétrica, visando isso, a comunidade científica e técnica vem criando maneiras de economizar energia, utilizando de vários meios legais para tal. Com esse raciocínio foi criado o filtro de harmônica, um aparelho eletroeletrônico para ser utilizado em economia de energia, atacando diretamente nas redes de energia elétrica, sendo assim, indiretamente contribuindo para o bem da natureza, possibilitando menores consumos de eletricidade, impulsionando o investimento em áreas mais críticas da sociedade.

Palavras-chave: Filtro de harmônica. Energia elétrica. Indústria. Residências.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar o uso do filtro para distorções harmônicas tanto na indústria quanto em residências, possibilitando a redução de gastos na conta de energia elétrica.

Segundo MTEC ENERGIA (2016), o conceito de economia de energia deve estar associado à qualidade assegurada que os equipamentos de instalação elétrica devem receber. A presença de distorções de forma de onda (harmônicas), causada pelas cargas deformantes, geram perdas em kW/h por efeito joule e prejuízos advindos de defeitos e desgastes prematuros dos equipamentos elétricos e eletrônicos, como transformadores, painéis e placas eletrônicas, bem como, danos sérios em condutores de alta e baixa tensão.

Existem vários fabricantes de filtros de harmônica no mercado, pois este estudo está em constante transformação, advindo ao fato do mesmo gerar economia, possibilitando o fomento da redução do consumo de energia elétrica.

[600] Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[601] Acadêmico do curso de Engenharia Elétrica, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[602] Professor Orientador, Leciona a disciplina de Instalações Elétricas, Centro Universitário Campo Real.

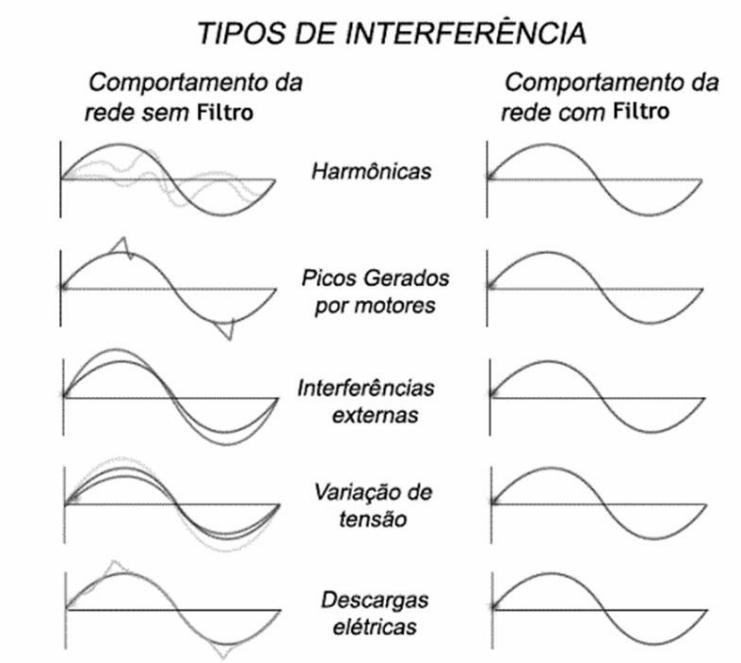
2 DESENVOLVIMENTO

A presença de distorção na rede de energia elétrica acarreta em um baixo fator de potência, exigindo que a instalação seja superdimensionada, assim como, está sujeita a pagamentos de multas mensais nas faturas de energia. O filtro aplicado para estas distorções ainda não é de conhecimento dos consumidores em geral, mais trata-se de um equipamento que poderá ser usado futuramente em residências, gerando economia que varia de 5% a 20% na conta de energia elétrica. Atualmente, estes filtros são largamente utilizados em indústrias, onde o consumo e as perdas energéticas são maiores.

As harmônicas na rede, também geram um aumento no nível de potência consumida dos equipamentos, e consequente custo adicional de contratação de serviço. Os distribuidores de energia elétrica terão cada vez mais tendência a penalizar consumidores que não controlam níveis seguros de harmônicas na rede, sendo de grande valia estudos que confrontam com essa problemática.

Quando a tensão de alimentação apresenta taxa de distorção próximo de 10%, a vida útil do aparelho é reduzida de maneira perceptível. Para alguns aparelhos, estima-se a redução de 32,5%, para as máquinas monofásicas, 18% para as máquinas trifásicas e 5% para os transformadores. Essa redução da vida útil, tem ligação direta com as distorções harmônicas geradas nas redes de distribuição, onde são geralmente produzidas por *drivers* (sistemas eletrônicos de acionamento) de motores, *nobreaks* sem filtros, retificadores – carregadores, máquinas de solda, fornos de arco ou indução, máquinas de alta frequência, fontes chaveadas de computadores e conversores CA/CC. A seguir, um comparativo de uma rede que possui, e outra que não possui o filtro de harmônica.

Figura 4 - Tipos de Interferência



Fonte: BARBIAN (2013)

Deste modo, evidencia-se que as distorções indesejadas trazem defeito as linhas de distribuição.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a distorção harmônica não é controlada, algumas anomalias são geradas, que podem afetar tanto os consumidores residenciais, quanto os industrias, sendo eles a queima de capacitores por ressonância típicas em bancos de correção de fator de potência, mal funcionamento de computadores e coletores, sobretensão e sobrecorrente presente em instalações, sobreaquecimento e queda de tensão em condutores, transformadores e em motores, acionamentos anormais em chaves e relés, degradação nos instrumentos de medição, assim como, interferências nos sistema de telecomunicações.

Portanto, com a instalação dos filtros harmônicos, é possível de controlar as distorções na rede, evitando assim defeitos em equipamentos importantes e o pagamento de possíveis multas que possam ser geradas pela falta do gerenciamento.

4 REFERÊNCIAS

BARBIAN, Eduardo. **Conheça os tipos de No-break**. Disponível em: https://www.oficinadanet.com.br/post/10738-conheca-os-tipos-de-no-break. Acesso em: 01 set. 2018.

DECKMANN, Sigmar Maurer; POMILIO, José Antenor. **Avaliação da Qualidade da Energia Elétrica**. Universidade Estadual de Campinas. Fev. 2017.

MTEC. **Filtros de Harmônicas Mirus**. Disponível em: <http://www.mtecenergia.com.br/index.php/solucoes/filtro-de-harmonicas>. Acesso em: 01 set. 2018.

INTRODUÇÃO ALIMENTAR E O DESMAME PRECOCE NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE VIDA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

GALVÃO, Mariana Luísa[1]
JENCKMIONKI, Isabella Maciel[1]
COTLINSKY, Solange Cristina Costa[2]

RESUMO: A proposta deste estudo bibliográfico foi identificar a introdução alimentar e o desmame precoce nos primeiros seis meses de vida, referidas em artigos nacionais. Foi utilizada a base SciELO, sendo selecionados um total de 9 artigos, publicados de 2011 a 2018. Mostrando que menos de 45% das crianças menores de seis meses de idade são amamentadas exclusivamente, apontando uma frequência elevada de consumo precoce de chás, águas, suco, outros leites e alimentos complementares. Tendo como consequência o aumento da morbimortalidade infantil, devido à menor ingestão dos fatores de proteção presentes no leite materno e maior risco de contaminações.

Palavras-chave: Introdução. Desmame. Precoce.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda aleitamento materno exclusivo (AME) durante os seis primeiros meses de vida do lactente, sendo necessária, após este período, a introdução de outros alimentos para suprir suas necessidades nutricionais, atuando na manutenção do seu crescimento e desenvolvimento (Carvalho, 2017). Além disso, sabe-se que a introdução precoce de outro leite é um importante determinante do desmame precoce. Crianças submetidas ao (AME) têm menos chances de desenvolver doenças crônicas não transmissíveis na infância, adolescência e vida adulta. Assim como, garantir o crescimento e desenvolvimento psicológico e motor adequados, propiciar fatores de promoção e proteção para a saúde materno-infantil, aumentar o vínculo afetivo e reduzir o dispêndio financeiro (Schincaglia, 2015). No entanto, alguns fatores apresentam um significativo papel na introdução e desmame precoce, como uso de chupetas e mamadeiras, nível socioeconômico das mãe e fumantes.

Este tema foi escolhido em decorrência de sua relevância, pois apesar ser um assunto comentado no pré-natal, encontramos uma diversidade de crianças menores de seis meses sem o AME. Portanto, o trabalho tem como principal objetivo apontar as mais relevantes causas desses problemas, em uma revisão bibliográfica.

2 DESENVOLVIMENTO

Foram observados nos 12 artigos selecionados da plataforma SciELO, através de uma revisão bibliográfica. Nos quais, a maioria dos estudos analisados apresentaram como resultado tanto a introdução alimentar como o desmame precoce, ambos acontecendo antes dos seis primeiros meses de vida. A introdução de outros tipos de alimentos na alimentação de menores de seis meses é precoce, com prevalência de 18% no primeiro mês e 48,8% entre o quarto e sexto mês (Carvalho, 2017), apesar de Ferreira et al. observar que a prevalência de AME em menores de seis meses aumentou 13,6% em noves anos (Simon, 2009).

O aleitamento materno traz benefícios ímpares, sendo o ato mais natural e o melhor alimento para o bebê devido às vantagens nutricionais, emocionais e econômicas. Além disso, promove estímulos neurais que favorecem um adequado crescimento e desenvolvimento (Silva, 2013), protegendo também contra sobrepeso e obesidade (Simon, 2009).

De acordo com os estudos, os alimentos mais frequentes na introdução alimentar precoce foram: água, chá, suco, fruta, leite não materno, mingau e comida de sal. Sendo mais comum no primeiro mês de vida o consumo de chás e água, associados a esses, no quarto mês são introduzidos outros leites e sucos e no sexto adição de frutas e comidas de sal (Schincaglia, 2015). Esta introdução precoce pode ter algumas consequências, por exemplo, o leite de vaca aumenta a vulnerabilidade ao desenvolvimento de obesidade e outras doenças crônicas na infância, pois pode promover maior ganho de peso e adiposidade. Ademais, existem evidências de que o consumo de leite de vaca antes do primeiro ano de vida está associado ao desenvolvimento de anemia ferropriva, devido à sua menor biodisponibilidade de ferro em comparação ao leite materno, além de poder causar micro-hemorragias intestinais, agravando quadros dessa deficiência, apresenta insuficiente quantidade de ácidos graxos essenciais, vitaminas e minerais para essa faixa etária. O leite de vaca é também um alimento muito alergênico, devido à grande quantidade de proteínas em sua composição, podendo causar atopia quando consumido precocemente (Carvalho, 2017). Ademais de a exposição prematura a proteínas diferentes do leite humano estar

associada ao aumento do risco de diabetes tipo 1 e doenças atópicas, como asma (Schincaglia, 2015).

A oferta dos outros alimentos antes dos seis meses de vida ocasiona também prejuízos à saúde infantil, pois aumenta o risco de reações alérgicas, além de levar a saciedade, diminuindo a ingestão de leite materno e causando déficit calórico e infecções causadas por contaminantes presentes nos alimentos mal higienizados e/ou mal acondicionados (Palmeira, 2011), (Schincaglia, 2015). No entanto, muitas mães acreditam que outros alimentos são complementares ao leite materno, oferecendo mais energia e nutrientes aos lactentes (Palmeira, 2011).

A introdução precoce de alimentos associados a outros fatores de risco, podem levar ao desmame precoce. Fatores esses que são: uso de chupetas e mamadeiras, nível socioeconômico das mãe e fumantes. Acredita-se que crianças que usam chupeta posicionam a língua incorretamente no seio materno no momento da amamentação. Por isso, não conseguem retirar o leite e acabam rejeitando-o, o que favorece a interrupção do AME, pois a mãe tende a usar outros tipos de leite para satisfazer a criança. Além disso, as mães oferecem o leite materno com menor frequência para crianças que usam chupeta, o que contribui para a redução da produção de leite, resultando na necessidade de complementação com outros leites ou alimentos (Carvalho, 2017). A justificativa mais citada pelas mães nos estudos, em relação ao uso de complemento lácteo, foi de que seu lactente “não conseguia sugar o seio materno”, o que pode estar associado ao uso de bicos artificiais ou chupetas, ao posicionamento incorreto do lactente e a problemas relacionados à anatomia mamilar (Moraes, 2016).

Algumas condições interferem, principalmente em mães de baixo nível socioeconômico, como pior acesso à informação, deficiências na atenção à saúde, desestruturação familiar, suporte social precário e baixa auto-estima (Pedroso, 2004). A Academia Americana de Pediatria-Comitê de Drogas, desde 2008, afirma que a lactante fumante tem diminuição da secreção láctea e aumento da incidência de doenças respiratórias, tanto nela como na criança (Schincaglia, 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos artigos selecionados foi possível verificar a importância do AME nos primeiros seis meses de vida, devido aos seus inúmeros benefícios, os quais não podem ser supridos por nenhum outro alimento. Observou-se que há uma relevância nos alimentos que são introduzidos precocemente e nas causas de desmame precoce, mostrando quase que um padrão, o qual pode ser trabalhado para aumentar a taxa de AME. Por fim, notou-se a necessidade de um diálogo melhor e compreensão por parte dos profissionais da saúde e das mães, no período do pré-natal, e também mostrar os benefícios de uma AME, para melhor adesão a esse processo pelas mães.

4 REFERÊNCIAS

BRECAILO, Marcela Komechen et al . Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo em Guarapuava, Paraná. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 23, n. 4, p. 553-563, Aug. 2010 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732010000400006&lng=en&nrm=iso>.

CARVALHO, Carolina Abreu de et al . Fatores sociodemográficos, perinatais e comportamentais associados aos tipos de leite consumidos por crianças menores de seis meses: coorte de nascimento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 22, n. 11, p. 3699-3710, Nov. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017021103699&lng=en&nrm=iso>.

McLennan, John D.. Changes over time in early complementary feeding of breastfed infants on the island of Hispaniola. **Revista Panamericana de Salud Pública**. 2018, v. 41 , e39. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2017.39>. Epub 26 Junho 2018. ISSN 1680-5348.

MORAES, Bruna Alibio et al . Fatores associados à interrupção do aleitamento materno exclusivo em lactentes com até 30 dias. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre , v. 37, n. spe, e2016-0044, 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472016000500424&lng=en&nrm=iso>. acesso em 27 Agosto. 2018. Epub Julho 20, 2017.

PALMEIRA, Poliana de Araújo; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; VIANNA, Rodrigo Pinheiro de Toledo. Prática alimentar entre crianças menores de dois anos de idade residentes em municípios do semiárido do Estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas , v. 24, n. 4, p. 553-563, Agosto. 2011 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732011000400004&lng=en&nrm=iso>.

PEDROSO, Glaura César et al . Prevalência de aleitamento materno e introdução precoce de suplementos alimentares em área urbana do Sudeste do Brasil, Embu, SP.**Rev. Bras. Saude Mater. Infant.**, Recife , v. 4, n. 1, p. 45-58, Mar. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292004000100005&lng=en&nrm=iso>.

SCHINCAGLIA, Raquel Machado et al . Práticas alimentares e fatores associados à introdução precoce da alimentação complementar entre crianças menores de seis meses na região noroeste de Goiânia. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 24, n. 3, p. 465-474, Setembro. 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222015000300465&lng=en&nrm=iso>.

SILVA, Waléria Ferreira da; GUEDES, Zelita Caldeira Ferreira. Tempo de aleitamento materno exclusivo em recém-nascidos prematuros e a termo. **Rev. CEFAC**, São Paulo , v. 15, n. 1, p. 160-171, Fev. 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462013000100019&lng=en&nrm=iso>.

SIMON, Viviane Gabriela Nascimento; SOUZA, José Maria Pacheco de; SOUZA, Sonia Buongermino de. Aleitamento materno, alimentação complementar, sobrepeso e obesidade em pré-escolares. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 43, n. 1, p. 60-69, Fev. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102009000100008&lng=en&nrm=iso>.

CARACTERÍSTICAS FISIOPATOLÓGICAS DO VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA ADQUIRIDA

KOSAK, Joyce Sabrina[603]
AVANZI, Valéria Miranda[604]

RESUMO: O vírus HIV é o causador da doença que até o presente momento não conta com a cura – a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). O presente estudo tem por finalidade realizar uma revisão bibliográfica, com o intuito de analisar o histórico do desenvolvimento da doença, bem como o perfil clinico e epidemiológico dos infectados. Embora não exista um tratamento efetivo que atinja a cura, pesquisas cientificas vem crescendo na área com o propósito de chegar a uma vacina que previna a infecção ou um tratamento que venha a curar a doença.

Palavras-chave: HIV, AIDS, prevenção, tratamento.

1 INTRODUÇÃO

A infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana – Human Immunodeficiency Virus (HIV), também conhecida como AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, causa grande preocupação ao portador quando diagnosticada, tanto pela gravidade quanto pela dificuldade do seu controle. Neste sentido, estudos mais precisos vêm sendo realizados nos últimos anos com o intuito de solucionar tal problema. (BRASIL, 2013)

O primeiro caso registrado pelo vírus SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) foi em 1981, nos Estados Unidos (SABINO e SAÉZ-ALQUÉZAR, 2000). Porém, só em 1983 é que foi associado a presença de um retrovírus à patologia, sendo o agente viral identificado como o HIV e, somente em 1985, começaram os estudos para o desenvolvimento de uma vacina no controle da doença (SABINO e SAÉZ-ALQUÉZAR, 2000; BOSKEY, 2014).

Contudo, no Brasil há uma controversa, segundo o Ministério da Saúde (1999), o primeiro caso da patologia foi registrado em 1980 na cidade de São Paulo. Para Sadala e Marques (2006) o primeiro registro foi em 1983 em paciente portador de sarcoma de Kaposi.

No país, entre 1980 e 2008 foram registrados 506.499 casos da doença, sendo 205.409 registros de óbitos. Atualmente embora a epidemia esteja estável,

[603] Biomedicina, 8º Período, Centro Universitário Campo Real.
[604] Profª Ms Valéria Miranda Avanzi.

estima-se que 630 mil pessoas possuem o vírus. A região sudeste é a que apresenta maiores índices, com 60,4% dos casos, ou seja, 305.725 mil pessoas portadoras do HIV. Já na região nordeste e norte, os casos aumentaram, em 2000 foram registrados 6,9 e 6,8% respectivamente, passando para 10,8 e 15,2% em 2007, segundo o Ministério da Saúde (2008).

Foram registrados no SINAN 194.217 casos da doença entre 2007 e 2017, só no Brasil. A região Sudeste permanece com o maior índice (49,7%) um total de 96.439 casos, seguido da região Sul, 30.297 (15,6%), temos 15,6% dos casos na região Nordeste – 14.275, a região Norte com 12.931 (7,4%) e 12.931 (6,7%) na região Centro-Oeste. Somente no ano de 2016, foram notificados 37.884 novos casos de infecção pelo HIV (BRASIL, 2017).

Após mais de três décadas, o número de doentes e infectados pelo HIV em todo o mundo ultrapassou 35 milhões em 2015. Mesmo com a diminuição de novos casos da epidemia na última década, o número de pessoas vivendo com HIV/AIDS no mundo ainda é considerável. Desde o surgimento da doença até 2015, o Brasil registrou 798.366 casos (BRASIL, 2015).

Embora os recursos tenham evoluídos, assim como as pesquisas científicas, existem campanhas de conscientização, porém, ainda não temos tratamentos preventivos eficazes – vacinas, ou a cura da AIDS, o que ainda preocupa a sociedade em geral.

Neste sentido, o presente estudo tem por finalidade analisar a evolução da doença, assim como o perfil clínico e epidemiológico de pacientes portadores do vírus HIV e as características dos indivíduos infectados.

2 DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa, contou com a revisão bibliográfica em autores que permeiam o tema por meio de base de dados disponíveis, como Scielo, PubMed, Ministério da Saúde, artigos e livros citados nas referências. Com isso foi desenvolvido uma pesquisa envolvendo os aspectos fisiopatológicos da doença tanto como suas ações no organismo humano.

2.1 Características do vírus HIV-1

O HIV que é um retrovírus que causa uma síndrome infecciosa crônica, a AIDS. Caracterizado pela intensa destruição do sistema imunológico humano, a qual é tão intensa que leva aos infectados uma grande diversidade de infecções oportunistas. As principais células destruídas são os linfócitos TCD4 que são as responsáveis pela resposta do sistema imunológico, assim se explica a aparição das infecções oportunistas. (MARINS, 2004; SANCHES, SANTOS, FERNANDES, 2011).

O HIV é uma partícula esférica, que mede de 100 a 120 nm de diâmetro, pertencente ao gênero Lentivirinae e família Retroviridae, apresentando em seu núcleo duas cópias de RNA de cadeia simples, encapsuladas por uma camada proteica ou núcleo-capsídeo, capsídeo e um envelope externo composto por uma bicamada fosfolipídica (SABINO e SAÉZ-ALQUÉZAR, 2000; BRASIL, 2013).

No mapa genético do vírus da Imunodeficiência Humana Adquirida, existem três genes principais que são responsáveis pela codificação de proteínas e enzimas virais, sendo eles: *gag, env e pol*. (BRASIL, 2013).

A região *gag* é responsável pela codificação das proteínas estruturais internas. Já o *env* codifica as glicoproteínas que se encontram no envelope viral e a *pol* é responsável por codificar as enzimas transcriptase reversa (RT), necessária a replicação do vírus (BRASIL, 2013).

Outros genes do HIV codificam produtos seja pela parte integrante da estrutura viral, ou no controle da replicação e infectividade, são eles *tat* – codifica a proteína reguladora que ativa a transcrição de genes provirais; *ver* – codifica uma proteína que transporta o RNA viral para o citoplasma; *nef* – codifica a célula hospedeira responsável pela replicação; *vpu* – responsável por codificar uma proteína com várias funções, dentre elas a promoção da morte da célula hospedeira; *vpr* – auxilia na integração do DNA do HIV no núcleo da célula hospedeira. O gene *vif* – codifica uma proteína que atua como um fator de infecciosidade viral, estabilizando o DNA do vírus (BRASIL, 2013).

O HIV é um vírus que implica o sistema imunitário, quando afetada as células TCD4 do hospedeiro, a qual se replica, danifica e impossibilita as células de realizar suas funções. Sendo assim, quanto mais células forem infectadas, menor a estabilidade imunológica do indivíduo e consequentemente, este, estará mais suscetível a adquirir ou se infectar por outras doenças (CICHOCKI, 2009).

Segundo Cuppari (2005), essa síndrome é caracteriza em três estágios, sendo ela como inicial, intermediário e final. Isso conforme a contagem de TCD4 e a presença dos sinais e sintomas da doença. Na fase inicial, a contagem de células TCD4 é maior que 500cel/mm³ e entra os sintomas comuns são linfadenopatia e dermatites. Já na fase intermediária, a contagem de células TCD4 está entre 200 e 500cel/mm³ e os sintomas aumentam com o aparecimento de candidíase oral e vaginal, displasia cervical, neuropatia periférica, herpes e febre. Por fim, na fase final, a contagem de células TCD4 é menor que 200cel/mm³ e entra os sintomas mais graves da doença, como doenças neurológicas, infecções oportunistas, tumores, entre outros (CUPPARI, 2005).

A infecção em sua grande maioria ocorre através da mucosa do trato genital, sendo adquirido o vírus pela relação sexual. Após a relação, o HIV, além das células infectadas atravessam a barreira da mucosa, onde o vírus se aloja no local de entrada e continua infectando outras células (CAMARGO e BOTELHO, 2007).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir através da revisão bibliográfica, que há a confirmação do perfil clínico e epidemiológico da doença, sendo que não há cura, apenas tratamento. Espera-se que futuramente possamos contar com a descoberta de tratamento preventivo e ate mesmo a cura da doença.

4 REFERÊNCIAS

BOSKEY, E. (2014). **A Timeline of HIV Vaccine Research - The First 2014.** Disponível em < http://std.about.com/od/hivaids/a/vactimelineearly.htm. Acesso 25 jun 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Manual Técnico para Diagnóstico da Infecção pelo HIV.** Brasília, DF: Ministério da Saúde: 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico: HIV/Aids.** Ano IV, nº1 - da 27ª à 53ª semana epidemiológica (julho a dezembro de 2014) e da 01ª à 26ª semana epidemiológica (janeiro a junho de 2015). Brasília, DF: Ministério da Saúde: 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Ainds e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico: HIV/AIDS.** Ano V nº1 – da 27ª a 53ª - semanas epidemiológicas (julho

a dezembro de 2016) e 01ª a 26ª - semanas epidemiológicas (janeiro a junho de 2017). Brasília, DF: Ministério da Saúde: 2017.

CAMARGO, B. V.; BOTELHO, L. J. Aids, sexualidade e atitudes de adolescentes sobre proteção contra o HIV. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, p. 61-68, 2007.

CICHOCKI, M. 2009. **Symptoms of HIV - What Does HIV Do to Your Body?** Disponível em http://aids.about.com/od/frequentlyaskedquestions/f/hivdo.htm Acesso 26 jun 2018.

CUPPARI, L. **Guia de Nutrição: nutrição clínica no adulto.** 2.ed. Barueri, SP: Manole, p. 257-271, 2005).

MARINS, J. R. P**. Manual de assistência psiquiátrica em HIV/AIDS em uso de terapia antirretroviral.** Canoas: Unilasalle, 2012.

SABINO, E.C.; SAÉZ-ALQUÉZAR, A. (2000). Etiologia e Subtipos do HIV. In R. Veronesi, R. Focaccia, & A. V. Lomar, eds. **Retroviroses Humanas HIV/AIDS.** São Paulo: Atheneu, pp. 1–6

SADALA, M. L. A.; MARQUES, S. de A. Vinte anos de assistência a pessoas vivendo com HIV/AIDS no Brasil: a perspectiva de profissionais da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, p. 2369-2378, 2006.

PANORAMA BIBLIOMÉTRICO DAS DISCUSSÕES DA FERRAMENTA *TOP OF MIND*

GADONSKI, Anne Caroline[605]
FERREIRA, Rafael Henrique Mainardes[606]

RESUMO: O presente trabalho tem como principal objetivo a identificação do posicionamento bibliométrico sobre a temática *Top of Mind*. Baseando-se na metodologia de consulta à base de dados *Scielo, EBSCO Host* e *Science Direct*, a pesquisa possibilitou um apanhado de discussões sobre essa ferramenta de marketing. Isso auxilia na confecção de um panorama maior, como um artigo científico, estabelecendo pontos de análise e melhorias nas estratégias de marketing e relacionamento com o cliente.

Palavras-chave: *Top of Mind*. Bibliometria. Marketing Estratégico.

1 INTRODUÇÃO

É comum o desconhecimento de termos ou a utilização incorreta, quando tratados como ferramentas ou instrumentos de avaliação específicos. Esse desconhecimento pode trazer um impacto negativo nos parâmetros de competitividade e inovação às organizações (PRADO; CAMPOS, 2018), levando os processos, ou, em último caso, as organizações ao declínio sem possibilidades de retorno.

Assim, Leite (2012) reforça que a utilização de bibliometria ou revisões sistemáticas permitem maior aproximação da temática à realidade vivenciada pelas empresas, esclarecendo, priorizando e adaptando as ferramentas mais próximas dos sistemas organizacionais.

Para isso, torna-se interessante identificar o contexto e discussões em que a ferramenta *Top of Mind* tem sido discutida pelo Brasil e pelo mundo. Isso permite o esclarecimento e melhores designações da temática, de forma a atender objetivos de pesquisas futuras relacionadas ao assunto.

2 DESENVOLVIMENTO

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizadas as plataformas de pesquisa acadêmica *Scielo*, *EBSCO Host* e *Science Direct*, para identificar os focos de pesquisa sobre essa ferramenta. Leite (2012) reforça que a escolha de mais de uma

[605] Acadêmica do Curso de Administração do Centro Universitário Campo Real, 8º período.
[606] Orientador, Mestre em Desenvolvimento Regional e Engenharia de Produção.

base de dados é fundamental para estabelecer parâmetros de confiabilidade à pesquisa, trazendo maiores embasamentos e critérios para análise.

Para as três plataformas, não foram aplicados filtros, onde, apenas, foi utilizado o termo "*Top of Mind*" entre aspas, de forma a alinhar o termo com exatidão às bases de dados com os mecanismos de busca. Assim foram obtidos alguns resultados prioritários.

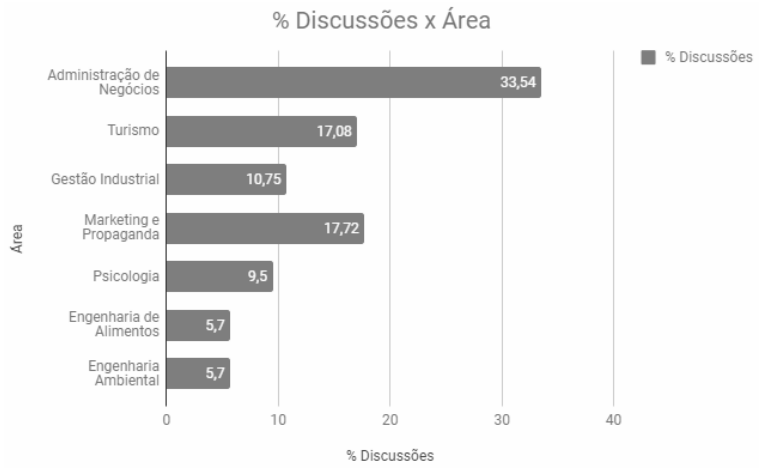
Na base de dados *Scielo*, a busca não foi quantitativamente substancial para a discussão mais aprofundada, já que resultou em 02 artigos. Porém, foi visível que ambos os trabalhos encontrados traziam à luz da discussão as ideias mais pertinentes da ferramenta, como sua caracterização e aprofundamento histórico. O artigo de Lopez Celis; Sandoval Escobar e Cortés Peña (2010) reforçam o *Top of Mind* diante da objetificação das lembranças, recordações e condutas dos consumidores colombianos. Já Ribeiro et al. (2008), reforça a importância da embalagem para o *Top Of Mind* de marcas de cerveja, onde a lembrança de qualidade do produto, por vezes, é inferior à lembrança da embalagem.

Para a base de dados *EBSCO Host*, a busca resultou em 06 artigos científicos, todos periódicos acadêmicos da área da saúde. Primeiramente, é visível a preocupação com a utilização do *Top of Mind* à indústria farmacêutica (RICH, 2018) e de serviços à auxílio a doenças (WEISS, 2012; COLPAS, 2013), já que, a partir do momento em que os consumidores encontram-se em estado de moléstia ou necessidade de acompanhamento, é importante que tenham lembranças ou recordações dos produtos e serviços que necessitem (AKERLOF et al., 2010).

Além disso, 02 artigos propuseram a análise correlacional entre os consumos em supermercados e farmácias, de forma a identificar ideias e proposições sobre o comportamento do consumidor e melhor otimizar as práticas de vendas (FORTES GOULART; ANDREOLI, 2015; FREIRE CASTELO; OLIVEIRA CABRAL; MATOS COELHO, 2016).

Por fim, para a base de dados *Science Direct*, foram encontrados 616 resultados sobre a terminologia. Desta forma, a Figura 01, a seguir representa as principais áreas que discutem de maneira significativa a utilização ou universo dessa ferramenta:

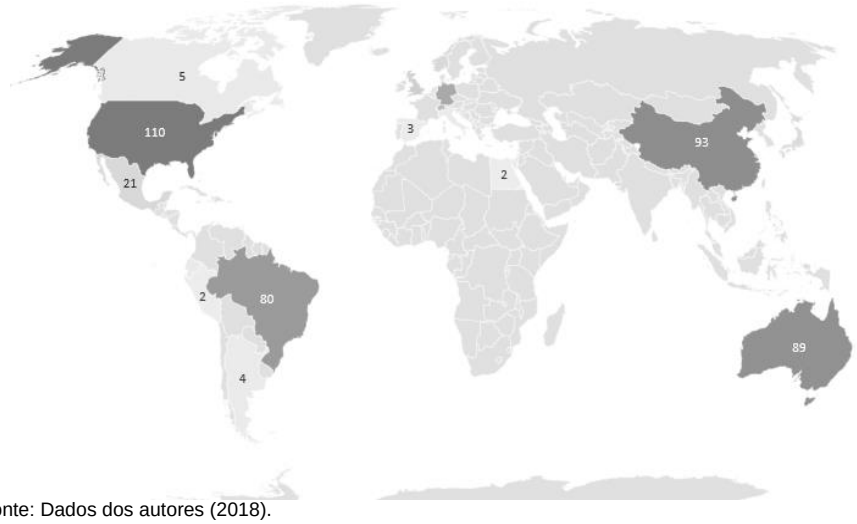
Figura 01 - Distribuição das discussões de *Top Of Mind* às áreas



Fonte: Dados dos autores (2018).

Percebe-se que os maiores indicadores são confirmados às áreas de Administração de Negócios e Marketing e Propaganda, onde as ferramentas de marketing estratégico são bastante utilizadas para demonstração de resultados. A Figura 02, a seguir, representa os países com maior incidência e discussões da temática.

Figura 02 - Países encontrados no levantamento bibliométrico



Fonte: Dados dos autores (2018).

Conforme verificado na Figura 02, existe uma ampla discussão nos países: Estados Unidos; China; Austrália; e Brasil. É visível um fortalecimento dos processos de marketing em território brasileiro nos últimos anos, o que fortifica a tomada de decisões de marketing.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do momento que a marca se classifica como *top of mind* está em privilégio competitivo diante dos concorrentes, ela conseguiu fazer com que o consumidor valorize a marca, pois, sente-se seguro utilizando os produtos. Uma pesquisa voltada ao *top of mind* é uma ferramenta eficaz para verificação de posicionamento de marca, ela é um enorme parâmetro indicativo de força e concorrência de marcas (TROIANO, 2016).

4 REFERÊNCIAS

AKERLOF, K; et al. Public perceptions of climate change as a human health risk: surveys of the United States, Canada and Malta. **International Journal Of Environmental Research And Public Health.** Switzerland, 7, 6, 2559-2606, June 2010.

COLPAS, P. How automation helps steer the revenue cycle process. **Health Management Technology**. United States, 34, 6, 8-11, June 2013.

FORTES GOULART, JV; ANDREOLI, TP. QUALIDADE EM SERVIÇOS: UMA ANÁLISE DAS DIMENSÕES DA QUALIDADE DE REDES DE SUPERMERCADO TOP OF MIND À LUZ DAS RECLAMAÇÕES DE CONSUMIDORES. **Caderno de Administração**. 23, 2, 52-64, July 2015.

FREIRE CASTELO, JS; DE OLIVEIRA CABRAL, JE; MATOS COELHO, AF. Análise Comparativa dos Antecedentes e das Dimensões do Brand Equity entre Marcas de Fabricantes de Alimentos e Marcas Próprias de Supermercado. **Brazilian Business Review (Portuguese Edition)**. 13, 1, 71-94, Jan. 2016.

LEITE, L. R. Systematic literature review on performance measurement and sustainability. In: **American Society for Engineering Management 2012 International Annual Conference.** Virginia Beach, VA: ASEM, 2012.

LOPEZ CELIS, Diana María; SANDOVAL ESCOBAR, Maritza; CORTES PENA, Omar Fernando. Relación entre los niveles de trp's, las medidas de recordación, preferencia de marca y la conducta de compra en consumidores colombianos. **Psicol. caribe**, Barranquilla , n. 25, p. 30-55, June 2010.

PRADO, Anderson Evandro do; CAMPOS, Fernando Celso de. Analise bibliométrica 1990-2014: inteligência competitiva. **Perspect. ciênc**. inf., Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 71-88, Jan. 2018.

RIBEIRO, Milene Moreira et al . Influência da embalagem na aceitação de diferentes marcas comerciais de cerveja tipo Pilsen. **Ciênc. Tecnol. Aliment**., Campinas , v. 28, n. 2, p. 395-399, June 2008.

RICH, P. Opioids and pharmacare top of mind at annual CADTH meeting. CMAJ: **Canadian Medical Association Journal** = **Journal De L'association Medicale Canadienne**. Canada, 190, 18, E577, May 7, 2018.

TROIANO, J. **As marcas no divã.** São Paulo: Troiano editora, 2016.

WEISS, R. Top of mind: Looking ahead 2012 unfold key players in the health care industry detail their organizations' marketing and communications priorities. **Marketing Health Services**. United States, 32, 1, 8-11, 2012.

DIREITO À VIDA PRIVADA E À INTIMIDADE

BUFOLISKI, Andressa Cardoso[1]
FRANÇA, Thais Alves[1]
OLIVEIRA, Kamila Demenck[1]
PELEGRINI, Luciana[2]
SELL, Elizabete Nizer[3]

RESUMO: Este resumo expandido aborda o tema sobre direito à vida privada e à intimidade que faz parte dos diretos da personalidade sendo assegurado na Constituição e Código Civil. O presente trabalho tem por objetivo destacar o que é direito à vida privada e à intimidade, como esse direito pode ser ferido e quais atitudes legais nesse caso, e até onde ele é limitado. Utilizando de pesquisas bibliográficas de autores muito expressivos na área de direito civil, foi possível evidenciar que o direito supracitado é de extrema importância para uma sociedade cada vez mais conectada e consequentemente mais exposta.

Palavra-chave: Direitos da personalidade. Vida privada. Intimidade.

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado na elaboração do presente trabalho, se refere ao direito à vida privada e à intimidade que fazem parte do conjunto de direitos da personalidade, assegurado a todos os indivíduos na Constituição Federal e no Código Civil.

Na atualidade se tornou um direito essencial, que muitas vezes é desrespeitado devido as evoluções tecnológicas que cada vez mais permitem adentrar a intimidade alheia sem consentimento, causando danos morais ao individuo o que é configurado como crime. Nesse contexto o presente trabalho irá reforçar a importância desse direito e suas características.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 DIREITO À VIDA PRIVADA E À INTIMIDADE

De acordo com Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho (2016) o direito à vida privada da pessoa natural, significa não ter violação ou exposição de suas intimidades, está no inciso X do Art. 5º da CF. O direito à vida privada e intimidade faz parte dos chamados direitos da personalidade, que tem como características, serem intransmissíveis, irrenunciáveis, imprescritíveis, inalienáveis, não podem ser vendidos,

penhorados, são limitados a cada pessoa é um direito absoluto e vitalício. Este em especial, está assegurado no Art. 21. do CC/2002 “A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as previdências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a essa norma”.

O principal fundamento do direito à intimidade é primeiramente o direito a ter uma vida privada, exige-se respeito ao isolamento de cada indivíduo, ou seja, direito de estar sozinho. Dentro disso existem vários elementos que se encontram como intimidade: a casa, a família e a correspondência são os mais simples e visíveis diariamente. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2016)

Para Maria Helena Diniz (2005), a privacidade se distingue da intimidade, porque ela é voltada para aspectos externos das pessoas, como recolhimento a sua própria residência, escolha de hábitos, modo de vida, uso de vias de comunicação, etc. E a intimidade se refere aos aspectos internos de uma pessoa como por exemplo: amizades, relacionamentos amorosos, relações de pudor, segredos familiares e pessoais etc.

Toda pessoa já nasce com um conjunto de informações que se ligam entre si, nesse conjunto, algumas informações são públicas como por exemplo: o nome, data de nascimento, nomes de parentes, estado civil. Algumas informações pessoais não são públicas e somente pode ter acesso a elas, pessoas autorizadas em razão de contrato, ou faculdade legal expressa, como por exemplo: laudos médicos e documentos escolares, essas informações não podem ser divulgadas a terceiros.

Existem também outras informações não pública, mas que podem serem acessadas por qualquer interessado desde que seja legitimado, um exemplo disso é quando um processo corre em segredo de justiça (NCPC, Art. 189), várias informações sobre processos não são disponíveis para interessado e advogados de parte alheia, isso é reconhecido perante o juiz. (COELHO, 2010)

> O direito à privacidade é limitado. Não pode ser arguido, por exemplo, como fundamento para desobediência a ordem judicial. Também não pode servir de escudo a sonegadores de tributos. Cede, enfim, diante de imperativos de segurança da sociedade ou repressão penal. (COELHO, 2010, p. 209).

Ou seja, o juiz pode proteger as informações e processos de uma pessoa, como também pode quebrar a proteção se for necessário.

2.2 PROTEÇÃO DA IMAGEM, PRIVACIDADE E OUTROS ASPECTOS AFINS

A imagem de uma pessoa é o principal meio para que possamos analisar sua personalidade e também é fundamental para atribuir-lhe os direitos personalíssimos, o uso indevido e sem autorização da imagem de uma pessoa, realmente traz algumas situações de constrangimento e de prejuízo. Porém, é necessária uma avaliação para ver se realmente houve abuso no uso da imagem, nem sempre divulgar uma imagem é um ato indevido, pois, se assim fosse, seria completamente inviável alguns meios de comunicação e informação que temos (jornais, revistas, televisão, etc.). (VENOSA, 2014).

> Não se pode negar que o direito à privacidade ou à intimidade é um dos fundamentos basilares do direito à imagem, visto que seu titular pode escolher como, onde e quando pretende que sua representação externa (imagem-retrato) ou sua imagem-atributo seja difundida. (DINIZ, 2005, p. 132).

O juiz que estiver defendendo um caso de preservação da intimidade deverá haver posição firmal sempre, pois hoje existem diversas formas de ataque. Não se pode permitir que meios de comunicação, tecnologia, e a própria atividade do Estado se apropriem de um bem valioso do ser humano, que é o direito à intimidade, de estar só ou na companhia dos que lhe são próximos. Temos como exemplo dessa forma de invasão, as fotografias tiradas de pessoas em seu próprio lar, obtidas de maneira escondida, essas práticas devem ser punidas e gerar indenização. A vida privada de cada um não deve interessar a terceiros. (VENOSA, 2014).

Como violações ao direito à vida e à privacidade: violação de domicílio ou correspondência, invasão do e-mail, obrigar alguém a revelar segredos pessoais ou profissionais, coletar informações pelos chamados cookies, utilização de software para espionagem na internet, clonar páginas e contas da internet, roubar senhas e arquivos, instalação de câmeras em banheiros, revistar de forma constrangedora, emprego de binóculo para espionar casas e pessoas, instalação de escutas e micro câmeras dentro de residências, assédio, espionar alguém no banheiro, grampos eletrônicos, são exemplos de violações a privacidade e a intimidade. (DINIZ, 2011).

2.3 PRIVACIDADE NA INTERNET

Um dos problemas dessa geração de pessoas conectadas que tem o hábito de usar a rede mundial de internet diz respeito aos riscos a que se expõe a vida privada do usuário. Através de tecnologias que armazenam informações pessoais sobre os internautas, basicamente, o que se procura identificar com esses dados são os hábitos de consumos da população. (COELHO, 2010).

Dentro dos sistemas de internet hoje, há condições para alimentar a formação do perfil do consumidor com informações em quantidade e qualidade significativamente maiores. Os materiais que são armazenados nos cookies ou em arquivos de log podem relevar que determinado internauta tem apreço particular em determinado produto. A consolidação de informações desta natureza, bem como a sua comercialização, pode ser ofensiva a privacidade do consumidor, se este não desejar receber publicidades direcionadas. (COELHO, 2010).

A reunião de informações que se consolidam numa lista de hábitos de consumo de certa pessoa, bem como o seu emprego na publicidade direcionada, não representa uma violação da vida privada. Se uma pessoa quer se manter excluída da mira de qualquer publicidade direcionada, é direito de ela preservar-se tanto da consolidação das informações sobre seus hábitos de consumo quanto da comercialização. Nos dias atuais os sites das empresas já trazem visivelmente suas políticas de privacidade, onde informam os procedimentos adotados, para respeito a esse direito da personalidade do internauta. (COELHO, 2010).

2.4 DIREITO AO SEGREDO PESSOAL, PROFISSIONAL E DOMÉSTICO

Gagliano e Pamplona Filho (2016) definiram esses direitos como:

1- Segredo das comunicações: refere-se ao direito a manter em sigilo a comunicação em geral, se direciona também ao segredo epistolar, telefônico e telegráfico. Tutela penal - Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996.

2- Segredo doméstico: se refere ao direito de ter um lar e uma vida privada, está relacionada a inviolabilidade do domicilio, o direito ao segredo doméstico também vale sobre parentes. Exemplo: o irmão não possui direito de invadir o quarto de sua irmã e ler suas intimidades e segredos de seu diário, porém o mesmo não vale para os pais, pois eles têm total direito de violar essa privacidade dos filhos presando por sua segurança e saúde.

3- Segredo profissional: é o direito que uma pessoa tem de revelar algum segredo intimo a um terceiro por motivos profissionais, exemplos: médicos, padres, advogados etc.). Essa divulgação é uma conduta prevista nos Arts. 153 e 154 do Código Penal Brasileiro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se com o presente trabalho distinguir intimidade que é voltada a aspectos internos do viver de um indivíduo, e privacidade que é voltada para aspectos externos da vida de uma pessoa, e que ambas constituem um direito que se estende por diversas áreas da nossa vida de forma conjunta, desde a residência, escola, trabalho, e na área virtual. Sendo o supracitado, um direito fundamental e inviolável que possui como fundamento preservar a vida intima e os segredos pessoais e profissionais sendo que a violação desse direito deve ser punida de forma a reparar os danos causados a parte lesada.

4 REFÊNCIAS

COELHO, Fábio Ulhoa, **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Parte Geral. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2010.

DINIZ, Maria Helena, **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Teoria Geral do Direito Civil. 22. ed. São Paulo: Saraiva. 2005.

VENOSA, Silvio de Salvo, **Direito Civil**: Parte Geral. 14. ed. São Paulo: Atlas S.A. 2014

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO PAMPLONA, Rodolfo, **Novo Curso de Direito Civil**: Parte Geral 1. 18. ed. São Paulo: Saraiva. 2016.

DINIZ, Maria Helena, **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Responsabilidade Civil. 25. ed. São Paulo: Saraiva. 2011

ÓLEO DE COCO: IMUNOESTIMULANTE E ANTISSÉPTICO, SUA IMPORTANCIA NA PRODUÇAO DE COSMETICOS.

CARNEIRO, Josiane Ap[607]
CHICONATTO, Patrícia[608]

RESUMO: o presente estudo, através de revisões bibliográficas em bancos de dados como google acadêmico, scielo e revistas, tem como objetivo mostrar como o óleo de coco possui um alto teor de ácido láurico, que no organismo se transforma em monolaurina que é imunoestimulante e antisséptico. Estudos ainda mostram que a monolaurina seria responsável pelo aumento de células CD4, e atua na redução da carga viral. O óleo de coco é também utilizado como tratamento estético, pois é extremamente fino, de baixa viscosidade, sendo excelente veículo carreador para óleos essenciais, dada à sua fácil e rápida penetração pelos poros da pele.

Palavras-chave: Óleo de coco. Ácido láurico. Imunoestimulante. Cosméticos.

1 INTRODUÇÃO

O óleo de coco é um produto natural derivado do fruto do coqueiro, é utilizado na culinária, na substituição de outros óleos e também como ingrediente em vários pratos, porem seu consumo é mais como fitoterápico devido a ter uma grande quantidade de ácido láurico, que é um importante imunoestimulante, estudos apontam que o óleo de coco auxilia no combate a doenças virais, aumentando as células CD4, com isso auxiliando no combate e doenças infecciosas, além de ser um antisséptico com potencial antimicrobiano, e ajuda na cicatrização, e isso chama a atenção da indústria de cosméticos que o utiliza em vários produtos estéticos, (ALMEIDA, 2012).

A utilização do óleo de coco vem crescendo cada dia mais, estudos apontam que alguns de seus princípios previnem várias patologias, auxiliam no combate a várias doenças, além de ser utilizado na sua forma in natura como um hidratante natural, devido a sua baixa viscosidade e sua fácil e rápida penetração nos poros, agindo como antisséptico e cicatrizante podendo ser usado em óleos de massagem, em shampoos condicionadores entre outros produtos estéticos, (ENIG, 1996).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E METODOS

[607] Nutrição, 6° período, Centro Acadêmico Campo Real.
[608]Professora mestre do curso de nutrição.

O presente trabalho foi desenvolvido através de revisão bibliográfica do tipo exploratória descritiva, baseada em pesquisa de livros e artigos científicos, nas bases de dados Pubmed e Lilacs, e em fontes de pesquisa como EBSCO, Scielo e Google Acadêmico, referentes ao tema escolhido.

2.2 RESULTADOS E CONCLUSOES

O Brasil possui hoje uma grande biodiversidade, que pode ser incorporado à economia de maneira sustentável, valorizando os produtos, expandindo o comercio, fortalecendo a agricultura familiar e por consequente causando menos impacto ambiental, e a cada di as pessoas procuram mais por produtos naturais, porem a utilização dos recursos naturais ainda são pouco explorados no Brasil, pois faltam estímulos e politicas, que favoreçam a exploração e extração dos recursos aqui existentes, (RIBEIRO, et al, 2007).

A utilização de óleos e ervas naturais nos cuidados com a pele e com os cabelos é uma pratica milenar, e cada dia mais são incorporados em formulações cosméticas, por carregarem inúmeras propriedades, um desses óleos é o óleo de coco extra virgem, que é utilizado em diversos setores: como o alimentício, farmacêutico, cosmético e também em biocombustíveis devido aos ésteres metílicos presentes no óleo, e por possuir uma alta quantidade de ácido láurico, que torna o óleo de coco um excelente produto na hidratação da pele o dos fios capilares, (LUZ, 2018).

> Em suma, a incorporação de óleos vegetais em produtos cosméticos como xampus e condicionadores, constitui-se uma estratégia inovadora e competitiva. Além dos diversos benefícios cosméticos, tal abordagem está ligada a questões de sustentabilidade, valorização da biodiversidade brasileira e alinha-se com a busca crescente dos consumidores por produtos que contenham ingredientes naturais, (LUZ, 2018, p.39).

O óleo de coco possui uma grande quantidade de ácido láurico, o mesmo presente no leite materno que ajuda no sistema imunológico do bebe, Segundo Santos, "*O coco e o óleo de coco (Coco nucifera) são importantes fontes naturais de gorduras saturadas, especialmente de ácido láurico*", (SANTOS, et al, 2013). Devido a essa grande quantidade de ácido láurico, e por ele possuir uma baixa viscosidade e facilidade para penetração dos poros capilares, ele auxilia na restauração dos fios internamente, ele também age como um imunoestimulante, no combate a fungos, pois uma das causas da queda de cabelo ou dos fios ressecados é devido à presença de fungos. Santos ainda destaca que alguns povos utilizam o óleo de coco em substituição a outros óleos tanto

na culinária, em produtos farmacêuticos e como cosmético natural, "*na Ásia, onde o óleo de coco representa até 80% da gordura consumida em algumas regiões*", (SANTOS, et al, 2013). O baixo custo, e suas propriedades medicinais, e cosméticas fazem do óleo de coco um excelente produto, a ser explorado pela indústria, (DAUBER, 2018).

O óleo de coco é uma gordura vegetal sendo que 50% da sua composição são de ácidos graxos de cadeia média, o principal é o ácido láurico, ele pode ser utilizado na sua forma pura, ou adicionado em outros produtos como cremes e shampoos, sua eficácia é também notada como um antisséptico natural, agindo contra bactérias que deixam a pele e o couro cabeludo ressecados impedindo a hidratação, ele age matando as bactérias ruins e permitindo a colonização de bactérias boas, (HANN, 2014).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca cada vez mais crescente por produtos orgânicos, a exploração de forma sustentável dos recursos naturais é uma estratégia de combate à desigualdade social, pois ajuda pequenas comunidades com geração de renda. A indústria de cosméticos, uma das que mais cresce no mercado, vem procurando oferecer produtos inovadores, para suprir um público cada vez mais exigente e tendencioso pela utilização dos óleos, ervas e frutos na sua forma mais natural possível, nos cuidados com a saúde e também nos cuidados estéticos, isso faz com que ela invista em pesquisas, e utilize dos recursos aqui existentes, criando novos produtos de beleza, de forma sustentável. Os benefícios tanto na saúde, como estéticos dos produtos naturais, é um atrativo tanto para a indústria como para o consumidor, e que reflete hoje em nível global, aonde cada vez mais se utiliza de medicamentos, e produtos de beleza naturais.

4 REFERÊNCIAS

ENIG, Mary. **Health and. Nutritional Benefits from Coconut Oil: An Important Functional Food for the 21st Century**. The weston A. price foundation, [S.L], 1996./ago. 2018. Disponível em: <https://www.westonaprice.org/health-topics/know-your-fats/a-new-look-at-coconut-oil/>. Acesso em: 19 ago. 2018

ALMEIDA, LÍCIA CAROLINE TENÓRIO de, et al. **"Potencial antimicrobiano do óleo de coco no tratamento de feridas."** Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste-Rev. Rene 13.4 (2012).

DAUBER, Raiana Augusta. **óleo de coco uma revisão sistêmica**. Lume, Porto alegre, p.1-47, 2015./ago.2018.

Disponívelem:<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129618/000974828.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 ago. 2018

LUZ, GLÁDIA FERNANDA SILVA DA. **Desenvolvimento de formulações cosméticas com óleos vegetais para cabelos cacheados**. Ufop, Ouro preto, p. 1-93, jul. 2018. Disponível em: <http://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1075/1/MONOGRAFIA_DesenvolvimentoFormula%C3%A7%C3%B5esCosm%C3%A9ticas.pdf>Acesso em: 21 ago. 2018.

RIBEIRO, A. S. S. et al. **Utilização dos recursos naturais por comunidades humanas do Parque Ecoturístico do Guamá, Belém, Pará.** Acta amazônica, Belém Pa., v. 37, n. 2, p. 235-240, 2007.
/ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aa/v37n2/v37n2a09>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SANTOS, R. D. et al. **I Diretriz sobre o consumo de gorduras e saúde cardiovascular**. Scielo, São Paulo, v. 100, n. 1, jan. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2013000900001>. Acesso em: 22 ago. 2018.

HANN, Vitória Boelter; MARTINS, Mariana De Souza; , Raquel Da Luz Dias. TERMOGÊNICOS: **UMA REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE O USO DE ÓLEO DE COCO, ÓLEO DE CÁRTAMO E CLA**. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, São Paulo, v. 8, n. 43, p. 10-19, jan./fev. 2014.

OS CUIDADOS ALTERNATIVOS E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE MATURAÇÃO DE WINNICOTT

VAZ, ISADORA COLAÇO[609]
ROIM, PEDRO[1]
COTLINSKY, SOLANGE COSTA[610]

RESUMO: Muitos estudos apontam a importância da presença materna na formação do bebê, principalmente se tratando da dependência psíquica e biológica da criança em relação à mãe. Este trabalho teve como objetivo a união de estudos e pensamentos, a fim de relacionar a teoria de maturação de Winnicott com a introdução precoce de crianças nos cuidados alternativos.

Palavras-chave: Creche. Criança. Cuidados alternativos. Mãe-bebê. Winnicott.

1 INTRODUÇÃO:

No contexto atual, com a introdução da mulher no mercado de trabalho, tornou-se necessária a introdução precoce de crianças nos cuidados alternativos. A creche, nos seus mais amplos aspectos, se relaciona diretamente com o desenvolvimento emocional, social e intelectual, a depender da qualidade e das oportunidades desta. Desse modo, essa revisão pretende conjugar a introdução precoce nos cuidados alternativos com a teoria de maturação proposta por Winnicott, com a função de chamar a atenção para um olhar crítico da importância dos cuidados maternos. (WINNICOTT, 1985, p. 135-136).

2 MATERIAIS E MÉTODOS:

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e as fontes de consulta foram artigos científicos, manuais e dissertações selecionados a partir das bases de dados eletrônicas, tais como: Scientific Electronic Library Online, Literatura Latino-Americana e bibliotecas universitárias. A seguir, abordaremos os resultados dos estudos pesquisados. Inicialmente apresentamos alguns dados a respeito da introdução da mulher no mercado de trabalho e sua relação com os cuidados alternativos. Definiremos os principais conceitos de Winnicott sobre a relação mãe-filho e

[609] Acadêmicos de Medicina, 2° período, Centro Universitário Campo Real.
[610] Médica pediatra, professora, Centro Universitário Campo Real.

posteriormente estabelecemos uma relação da introdução da criança nos cuidados fora do ambiente materno-familiar. (WINNICOTT, 1985, p. 247).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 MULHER E O MERCADO DE TRABALHO

No século XX, em meio às guerras, houve uma necessidade de uma maior participação das mulheres nos negócios familiares, uma vez que os homens estavam lutando nas batalhas.

Ao final das guerras, os números de homens mortos e mutilados eram grandes, o que fez com que a mão de obra feminina continuasse a ser fundamental. (PRIORE, BASSNEZI, 1997).

Não obstante, ainda que vagaroso, a emancipação feminina estava ganhando força e somente com anos de luta foi possível inserir, definitivamente, as mulheres no mercado de trabalho. Por conseguinte, tornou-se necessária a criação das creches e o desenvolvimento de cuidados alternativos.

3.2 CUIDADOS ALTERNATIVOS

A partir da reorganização familiar, na qual a mulher deixa o lar para enfrentar o mercado de trabalho, surgiu a necessidade da implementação dos cuidados alternativos para os filhos. Dentre as opções abrangem, sobretudo, creches e pré-escolas, famílias nas quais os cuidados são realizados a um pequeno grupo de crianças na casa do cuidador, cuidados por um familiar, cuidados realizados por um profissional na residência da criança (DAVIS E THORNBURG, 1994). Ainda que variável, a preferência dá-se pelas creches. Desse modo, há de se ter uma preocupação com a qualidade desse ambiente.

Na concepção Winnicottiana, a vida humana é uma busca da continuação de ser e a ameaça é a eventualidade de não se integrar e não avançar sendo. Isso envolve todo o processo de desenvolvimento do sujeito.

Ademais, o ambiente que circunda o ser pode apresentar falhas, cujas consequências para a saúde psicológica da criança podem ser associadas ao momento em que a falha ocorre, evolutivamente, partindo da dependência total à independência (Winnicott 1965vc [1962]). O ambiente da creche, então, pode vir a manifestar tal falha,

uma vez que nem todas as creches brasileiras possuem infraestrutura adequada para o cuidados das crianças que atendem, e atrapalhar o desenvolvimento infantil.

3.4 RELAÇÃO MÃE-BEBÊ

Em sua prática como pediatra e psicanalista, Winnicott demonstrou que grande parte dos problemas emocionais estão relacionados às etapas precoces do desenvolvimento, ou seja, sua teoria nos leva a compreensão dos estágios mais primitivos do desenvolvimento emocional do ser humano. As bases da saúde mental de qualquer indivíduo são moldadas na primeira infância pela mãe, através do meio ambiente fornecido por esta (WINNICOTT, 1948).

Sob esse prisma é possível ver o elevado grau de influência dos cuidados maternos no desenvolvimento infantil, não restrito a mulher tal prática, visto que um bebê não pode ser pensado sem a presença de alguém que lhe exerça a função de mãe e sem um ambiente, por esta última criado, onde possa evoluir e desenvolver seu potencial de crescimento e amadurecimento (COUTINHO,1997. 98).

Sempre que encontramos um bebê, encontramos a maternagem e isso implica uma atenção extra quando se trata da substituição desses cuidados pela atenção alternativa (creches), já que a depender da qualidade e dos recursos presentes desta, nem sempre a substituição será completa e eficaz, visto que o desenvolvimento infantil depende, além de uma parcela inata ao bebê, de um ambiente de facilitação cuja característica é suprir as necessidades originadas dos processos de maturação. Daí a importância dos sentimentos da mãe durante a gestação, parto e puerpério.

3.5 HOLDING

O Holding é definido por Winnicott como a fase de desenvolvimento emocional. Se caracteriza pela maneira que o bebê é sustentado pela mãe, estabelecendo uma experiência física e uma vivência simbólica. O termo “segurar” está relacionado a ser pego no colo com firmeza, acalentando-o, aquecendo-o e amamentando-o, sendo o último detentor de maior destaque, visto que na amamentação é a situação privilegiada em que começam a se estabelecer os primeiros relacionamentos com a realidade externa. Com a repetição desses cuidados a mãe

ajuda o bebê a assentar os fundamentos da sua capacidade de sentir-se real (Winnicott, 1999).

3.6 CUIDADOS ALTERNATIVOS SOB UMA VISÃO WINNICOTTIANA

> [...] a principal ajuda a ser prestada à pequena família moderna é a ampliação do âmbito de relações e de oportunidades. A escola maternal. O jardim de infância, podem fazer muito nesse sentido, se não forem demasiado grandes e se estiverem adequadamente dotados de pessoal. Não me refiro apenas à quantidade de pessoal, mas também à educação do mesmo em problemas de Psicologia Infantil (A Criança e o seu Mundo 1985, p. 212).

Analisando a introdução dos cuidados alternativos sob o prisma de Winnicott, notamos que os padrões familiares estão em constante modificação e que as exigências da vida pós-moderna está cada vez maior, diminuindo o tempo de permanência da mãe com o bebê. As creches são consideradas por muitos como um substituto da família, a qual além do conhecimento cognitivo deve suprir o cuidado afetivo. No entanto como vimos anteriormente, o papel da mãe é insubstituível no início do processo de maturação e a ausência desta protagonista reflete em distúrbios como: agressividade, depressão infantil e indisciplina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das buscas realizadas, conclui-se que a entrada da mulher no mercado de trabalho e a consequente necessidade de adotar os cuidados alternativos para os filhos podem interferir no desenvolvimento infantil. Uma vez que se tem falhas no ambiente de crescimento das crianças, a saúde psicológica delas pode ser afetada, já que nem todas as creches brasileiras apresentam condições adequadas. O objetivo principal dessa revisão é chamar a atenção sobre os impactos de interromper a relação mãe-bebê, visto que se mostra evidente na teoria de Winnicott a importância desse processo no desenvolvimento infantil. Não tivemos como objetivo propor uma solução para o problema abordado, mas despertar a construção de um olhar crítico sobre a temática.

5 REFERÊNCIAS

DIAS, E. O. **A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott.** Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DE ARAÚJO, Conceição A. Serralha. O ambiente na obra de Winnicott: teoria e prática clínica.

MUNIZ, Danilo Dias; BACHA, Felipe Barcellos; PINTO, Julia Massini. Participação Feminina no Mercado de Trabalho. **Rev. Científica Eletrônica UNISEB, Ribeirão Preto**, v. 6, n. 6, p. 82-97, 2015.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. O ingresso e adaptação de bebês e crianças pequenas à creche: alguns aspectos críticos. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 14, n. 1, p. 81-95, 2001 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722001000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Sept. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722001000100007.

SANTOS, Fabia Mônica Souza dos; MOURA, Maria Lucia Seidl de. A relação mãe-bebê e o processo de entrada na creche: esboços de uma perspectiva sociocultural. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 22, n. 2, p. 88-97, June 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000200011&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Sept. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932002000200011.

Winnicott, D. W. (1982). **Observação de bebês em uma situação estabelecida**. In D. W. Winnicott. *Textos selecionados da pediatria à psicanálise* (pp. 139-164). Rio de Janeiro: Francisco Alves (Trabalho original publicado em 1941)

INFLUÊNCIA DO AÇÚCAR NAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

CARNEIRO, Josiane Ap.[611]
SCHIMITT, Vania [612]

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo apresentar como a indústria açucareira é responsável por inúmeras patologias. Através de revisões bibliográficas em banco de dados como Scielo, Google Acadêmico e em livros, nos mostra como o açúcar colocado na mesa da humanidade a alguns séculos foi causando vários distúrbios metabólicos, de uma forma silenciosa. Doenças cardiovasculares, o colesterol, aterosclerose que eram ligadas ao consumo excessivo de gorduras saturadas, camuflaram o papel do açúcar como um dos responsáveis pelas doenças crônicas.

Palavras-chave: Açúcar. Distúrbios metabólicos. Doenças crônicas.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação é uma das características de cada cultura, a preparação de pratos típicos em festividades, as reuniões em família que são marcadas por alguma preparação culinária, o artesanal, as hortas, estão sendo substituídos pelos alimentos indústrias, e o comércio de alimentos vem influenciando novos hábitos alimentares criando uma nova cultura, a do *fast food*, dos refrigerantes, tudo isso regado de muito açúcar (SAWAYA; FILGUEIRAS, 2013).

A adição do açúcar na mesa das pessoas trouxe uma série de desequilíbrios no organismo, começando pela carie dentaria, seguido pela obesidade e todos os males que a acompanham, até se tornar viciante, afetando áreas especificas do cérebro que induzem cada vez mais o consumo desenfreado dessa substância. O consumo excessivo de açúcar de adição e sua presença em alimentos processados têm sido apontados como fatores que contribuem positivamente para o aumento da ingestão energética, que pode favorecer o ganho de peso, e elevar o risco no desenvolvimento de doenças relacionadas à obesidade (RICCO, 2016).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

[611] Nutrição, 6° período, Faculdade Campo Real.
[612] Orientadora. Mestra em Desenvolvimento Comunitário, Centro Universitário Campo Real, e-mail: prof_vaniaschmitt@camporeal.edu.br.

Trata-se de uma revisão bibliográfica em banco de dados como Scielo, Google Acadêmico e em livros, buscando informações sobre o consumo de açúcar e o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

2.2 RESULTADOS

Atualmente a bioquímica humana mostra que o coração é dependente de gorduras, proteínas, vitaminas e sais minerais, mas de nem um miligrama de açúcar. Por outro lado o cérebro necessita da glicose proveniente dos alimentos. Então diante disso qual o problema de se ingerir o açúcar? Todos os alimentos contém glicose em sua composição uns em quantidades maiores outros em quantidades menores, e é essa glicose que o nosso cérebro necessita. O problema está no açúcar refinado, durante o refino, inúmeros produtos químicos são utilizados para que o açúcar fique branco, solto e bonito. Com isso, as fibras, os sais minerais, as proteínas e demais nutrientes são eliminados e o que sobra é um produto químico que é apenas calorias vazias. (CARVALHO, 2006, Pg.6).

O açúcar passou de uma especiaria consumida por nobres e em pequenas quantidades, para um dos produtos mais consumidos no mundo todo. Estudos revelaram que o consumo excessivo de “açúcares de adição” nos domicílios brasileiros, ultrapassaram em mais de 60% o limite máximo de consumo recomendado pela OMS (LEVYI, et al, 2012).

> Aquela "ideia" que não se consegue tirar da cabeça e que vem como pensamento involuntário. Esse comportamento depende principalmente da ativação do neuro-hormônio *dopamina* no sistema límbico. O comportamento de "gostar" é diferente e independente daquele de "querer" (Berridge, 2007). É possível "querer" sem "gostar" e esse é exatamente o caso do comportamento de vício. O descontrole irracional do comportamento de "querer" está associado a uma diminuição da resposta à estimulação dopaminérgica no sistema límbico e outros centros associados. Por esse motivo o indivíduo necessita de substâncias ou eventos estimulantes (ganhar dinheiro, droga, sexo, alimentos com sabor doce, entre outros. (SAWAYA; FILGUEIRAS, 2013).

Assim como no consumo do álcool o qual causa danos à saúde, e é característico por causar dependência, o açúcar tem o mesmo efeito no organismo ele causa dependência, além de doenças, como a obesidade, diabetes, influencia nos níveis de colesterol ruim, nas placas de aterosclerose, carie dentaria, ou seja ao entrar em contato com a saliva já começa a causar danos à saúde (CARVALHO, 2006, Pg.39). “Hoje é científico, sabe-se sem sombra de dúvidas que a cárie dentária resulta da

combinação de três fatores: dente, bactérias cariogênicas e açúcar. Açúcar e não açúcares ou carboidratos pegajosos" (CARVALHO, 2006).

> Pesquisa feita por cientistas da Universidade de Harvard e publicada no Journal of the American Medical Association admite finalmente uma relação DIRETA entre consumo diário de refrigerantes, ganho de peso e diabetes. O risco de as pessoas que consomem refrigerantes pelo menos uma vez por dia de desenvolverem diabetes Tipo 2 é 83% maior do que o daquelas que tomam refrigerantes apenas uma vez por mês. Para o doutor Walter Willett, presidente do Departamento de Nutrição da Escola de Saúde de Pública de Harvard, isso se deve ao aumento nas concentrações de glicose e insulina causado pelo açúcar dos refrigerantes (CARVALHO, 2006).

Ou seja, doenças como o diabetes, que é atualmente uma das doenças que mais causam mortalidade, e tem um grande gasto para o sistema de saúde tem como uma de suas causas o consumo excessivo de açúcar, tanto o açúcar de mesa aquele refinado, quanto o de adição presentes em refrigerantes, doces, bolachas e ate medicamentos (RICCO, 2016).

A glicose e a frutose encontram-se distintamente e não ligadas, em todas as frutas e no mel, aliás glicose e frutose são os verdadeiros açúcares fornecidos pela natureza, para o consumo das plantas e também do homem, visto que não precisam ser hidrolisados para serem assimilados, são fontes direta de energia. Já a sacarose não é fonte direta de energia, é uma substância de reserva. Reserva justamente de glicose e frutose. Isso porque seu destino é justamente se converter nesses dois açúcares, ou seja, a glicose e a frutose são necessários ao organismo, enquanto a sacarose vai somente adicionar calorias, e será um pre fator para as doenças crônicas (CARVALHO, 2006, Pg. 159).

> As plantas, portanto, para poderem usar a sacarose necessitam primeiro que ela se decomponha nos dois açúcares simples. No organismo humano a mesma coisa, a sacarose tem que ser hidrolisada. No caso do açúcar refinado essa hidrólise e o metabolismo têm um custo para o organismo: há um roubo de vitaminas, minerais e até oligoelementos. (CARVALHO, 2006 Pg. 159).

O que é alimento? Nas palavras do Dr. Cleto Seabra Veloso assim define alimento: "Toda e qualquer substância, orgânica ou mineral, que introduzida no organismo em proporções convenientes é capaz de assegurar-lhe o desenvolvimento e a conservação normais no meio em que vive", ainda segundo Dr. Sebastião Barroso: "O alimento deve ser comível, ser digerível, e ser nutriente". nas palavras da nutricionista Dra Rebeca de Angelis diz que "alimento é aquilo que entra no organismo para fornecer energia, matéria viva de crescimento, manutenção, reparo, reprodução e excreção". Ou seja, o conceito de alimento é ser fonte de nutrientes, e fornecerem ao organismo

condições para desempenhar as atividades do dia a dia, o açúcar é desprovido desses componentes, além de não fornecer nenhum nutriente ainda vai precisar das reservas do corpo para poder ser metabolizado (CARVALHO, 2006, Pg. 19-21).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O elevado consumo de “açúcares de adição” da população brasileira, verificado em todos os cenários estudados, excede largamente as recomendações internacionais, e com isso acarretando inúmeros desiquilíbrios no metabolismo de uma geração inteira, faz-se necessário campanhas de conscientização, e combate ao consumo excessivo, principalmente dos açucares de adição, como refrigerantes, o qual é o campeão no consumo, principalmente entre crianças e adolescentes.

4 REFERÊNCIAS

CARVALHO, Fernando. **O livro negro do açúcar: Algumas verdades sobre a indústria da doença**. 2006 ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. 206p.

SAWAYA, Ana Lydia; FILGUEIRAS, Andrea. **"Abra a felicidade"? Implicações para o vício alimentar.** Scielo, São Paulo, v. 27, n. 78, 201./ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000200005&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LEVYI, R. B. et al. **Disponibilidade de “açúcares de adição” no Brasil: distribuição, fontes alimentares e tendência temporal.** Scielo, São Paulo, p. 3-13, 2012./ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v15n1/01.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.

RICCO, Karen Santos De. **Influência do consumo de açúcar na prevalência da obesidade e doenças relacionadas**. Repositório institucional unesp, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, 15./mar. 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/145445>. Acesso em: 27 ago. 2018.

AUTISMO E SUA POSSÍVEL CORRELAÇÃO COM AGROTÓXICOS

GOEBEL, Célya Regina[613]
HALICK, Silvia M.S[614]

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo analisar a possível influência de pesticidas com o desenvolvimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Foi utilizado como método de pesquisa a revisão bibliográfica do tema, sendo usado como um dos principais descritores: “TEA and organofosforados”. O resultado de pesquisa mostrou diversos experimentos, principalmente, com ratos que foram expostos a essas substâncias neurotóxicas durante o pré e pós-natal, e que obtiveram características fisiopatológicas do autismo. Sabe-se que esses agrotóxicos atuam inibindo a enzima acetilcolinesterase,responsável pela hidrólise da acetilcolina na fenda sináptica.

Palavras-chave: Autismo. Pesticidas. Acetilcolinesterase.

1 INTRODUÇÃO

O uso crescente de agrotóxicos em plantações, atualmente, tem causado grande impacto tanto ambiental quanto para a saúde de seres humanos, principalmente, na fase embrionária. Nesse sentido, sabe-se que muitas dessas substâncias químicas, pode, consequentemente, perturbar o neurodesenvolvimento, podendo vir a causar transtornos como, do espectro autista (TEA). Esse transtorno, caracteriza-se por afetar a capacidade de comunicação e interação social, além de comportamentos estereotipados e interesses restritos. Dessa maneira, esse trabalho abordará uma análise sobre o tema, dentre eles, uma pesquisa, do autor Souza, em ratos, que foram expostos ao agrotóxico malathion, da classe organosfosforados (OFs), e obtiveram características comportamentais da fisiopatologia autista,

Já se sabe que o efeito neurotóxico desses agrotóxicos (OFs) está na inibição da enzima acetilcolinesterase (AChE), a qual tem a função de degradar o neurotransmissor acetilcolina (ACH), responsável pelos impulsos nervosos. Desse modo, quando a AChE é inativa, há uma grande acumulação de ACH, na fenda sináptica, o que resultará em uma hiperestimulação colinérgica, afetando, dessa

[613] Acadêmica de Medicina, do segundo período, do Centro Universitário Campo Real
[614] Especialista em pediatria-UFPR e SBP, especialista em neuropediatria-UFPR, professora do Centro Universitário Campo Real e mestranda em Ensino nas Ciências da Saúde da Faculdades Pequeno Príncipe.

maneira, o neurodesenvolvimento. Além disso, essa enzima é responsável pela evolução da aprendizagem, cognição e memória.

2 DESENVOLVIMENTO

Embora o autismo não seja uma doença contagiosa, fala-se de uma “epidemia de autismo”, em alusão ao aumento vertiginoso do número de casos num período curto de tempo. (RIOS et al, 2015, p. 2). Diante disso, é importante mais estudos que esclareçam a fisiopatologia do TEA e o aumento súbito do número de diagnósticos, atualmente, já que, por conseguinte, é uma síndrome complexa e que envolve não apenas fatores genéticos como também ambientais para sua ocorrência. Assim, partindo da premissa que fatores do ambiente são concomitantemente responsáveis pela existência desse transtorno, podemos, dessa forma, aludir aos pesticidas, que são amplamente empregados, de maneira indiscriminável, na contemporaneidade. Deste modo, Posar e Visconti relatam em seu trabalho essa possível relação do TEA com uso abundante de pesticidas:

> Os desreguladores endócrinos (DEs) normalmente são substâncias feitas pelo homem que podem interferir no sistema endócrino e estão presentes em uma grande quantidade de produtos domésticos e industriais. A possível relação entre DEs, principalmente pesticidas, e o autismo tem sido muito discutida nos últimos anos, até agora sem chegar a conclusões definidas. (POSAR e VISCONTI, 2016, p.1)

O presente trabalho usou como metodologia a revisão bibliográfica, sendo utilizado como os principais descritores em língua portuguesa: ”autismo”, “autismo and agrotóxicos”, ”TEA and organofosforados”, “fosforilação da acetilcolinesterase”. A busca foi realizada na base de dados eletrônicas do portal EBSCO e Google acadêmico. A partir da leitura dos trabalhos, a autora foi levada para as referências de alguns desses, os quais contribuíram para sua pesquisa. Muitos dos trabalhos selecionados foram experimentos com ratos e estudos de casos.

Dentre os resultados encontra-se a tese de mestrado do autor Souza, o qual fez a análise de 6 fêmeas de ratos Wistar, sendo que 3 foram expostas ao malathion (200 mg/kg) e as outras ao óleo de milho, durante o pré (a partir do sexto dia do período gestacional até o décimo quarto) e pós-natal (durante 21 dias). Após o nascimento da prole, foram selecionados 20 ratos do sexo masculino, para o experimento, sendo o

grupo (a) os que foram submetidos a 200 mg/kg de organofosforado e o grupo (b) ficou como grupo controle.

> Os resultados mostraram que a exposição pré-natal ao malathion causou alterações comportamentais significativas caracterizadas pela hiperatividade, aumento de movimentos estereotipados e prejuízo social, bem como prejuízos cognitivos relacionados à memória dos animais. (SOUZA, 2017, p.9)

Outra pesquisa desenvolvida durante um estudo de casos, da autora Shelton et al. analisa a influência de pesticidas no neurodesenvolvimento de embriões humanos, cujas mães residiam próximas de plantações agrícolas, no estado da Califórnia (EUA). Notou-se que habitar cerca de 1,5 km dessas lavouras, foi associado com um risco 60% maior de probabilidade de ter um filho com transtorno do espectro autista. Observou-se, também, a possível correlação do TEA com outras classes de pesticidas, além dos organofosforados, como os carbamatos e piretróides. (SHELTON et al, 2014)

Levin et al aborda em suas experiências com ratos que foram expostos ao clorpirifos (CPF), um inseticida, durante o pré e pós-natal, mostrando como resultado mudanças a longo prazo no comportamento cognitivo desses animais. Sendo assim, ficou nítido que os CPF afetam a função do sistema colinérgico. Nesse sentido, é notório a relevância de saber o mecanismo de atuação da enzima colinesterase no sistema nervoso e como os pesticidas são capazes de comprometer sua função. Sendo assim, a AChE é responsável pela hidrólise do neurotransmissor acelticolina (ACh) em colina e acetato na fenda sináptica. Quando essa enzima é inibida vai gerar uma hiperestimulação cerebral e do tecido muscular. (LEVIN et al, 2001)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado ao exposto acima, ficou nítido, a possível perturbação de pesticidas no neurodesenvolvimento, acarretando no acúmulo de acetilcolina na fenda sináptica e gerando uma estimulação excessiva do sistema nervoso. Nesse sentido, é necessário que mais pesquisas sejam feitas para a efetiva comprovação dessas substâncias neurotóxicas com o desenvolvimento do TEA.

4 REFERÊNCIAS

SOUZA, Diego Anacleto de**. Efeitos da exposição pré e pós-natal de malathion sobre o neurodesenvolvimento:** possível associação causal com o comportamento autista. Tubarão, SC, 2017. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade do Sul de Santa Catarina

SHELTON. Janie F. et al. Neurodevelopmental Disorders and Prenatal Residential Proximity to Agricultural Pesticides: The CHARGE Study. **Environmental Health Perspectives**. Califórnia, v. 122, n. 10, p. 1103-1109, outubro 2014. Disponível em: < https://ehp.niehs.nih.gov/doi/10.1289/ehp.1307044>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

POSAR, Annio; VISCONTI, Paola. Autism in 2016: the need for answers. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, 20 agosto de 2018. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2255553616301355?via%3Dihub. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

RIOS, Clarice et al. Da invisibilidade à epidemia: a construção narrativa do autismo na mídia impressa brasileira. **Interface.** Botucatu, v. 19, n. 53, p. 325-335, 2015. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000200325>. Acesso em: 23 de julho de 2018.

LEVIN, Edward D. et al. Persistent behavioral consequences of neonatal chlorpyrifos exposure in rats. **Developmental Brain Research**. Durham, v. 130, n. 1, p. 83–89, set. 2001. Disponível em: < https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165380601002152?via%3Dihub> Acesso em: 29 de agosto de 2018.

AINDA SOMOS OS MESMOS? NUBANK E O MITO NA PUBLICIDADE

ROCCO, Elaine de[615]
COSTA Medeiros, Vanessa Lobato da[616]

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo a análise do filme publicitário da primeira campanha institucional da empresa *startup* brasileira de serviços financeiros NuBank. O material analisado é titulado como "O novo sempre vem", lançado em maio de 2018 por meio do canal *YouTube* da marca. Será investigado com base na obra de Randazzo (1993), como o mito publicitário trabalha na construção da essência da marca de forma psicológica na mente do consumidor. Percebendo que a marca tem como objetivo ser algo além do produto que oferece, para que desta forma torne-se parte da vida das pessoas trazendo o novo.

Palavras-chave: Campanha Publicitária. NuBank. Imagem da marca. Linguagem Publicitária. Mito Publicitário.

1 INTRODUÇÃO

A *startup* Nubank nasceu em 2013 de uma revolta de seus fundadores com as tarifas abusivas e experiências desagradáveis que eles como consumidores precisavam passar com os bancos. Ela chegou com o propósito de trazer a liberdade para o cliente que usa cartão de crédito, sem filas, sem papéis burocráticos e sem sistemas atrasados, tudo isso valorizando o tão precioso tempo do usuário.

Após cinco anos, ela conta com um prédio próprio e característico com a imagem que a marca quer passar a seu usuários e futuro consumidor, ela é movida por pessoas comuns que não precisam vestir o uniforme da marca e sim ser parte da marca para o público-alvo. Não é de hoje que as novas invenções causam mudanças no comportamento do consumidor, um exemplo disso é o NuBank pois fez usuários de bancos comuns optarem por um banco 100% online, que usa da tecnologia para satisfazer a necessidade do consumidor de forma rápida, inovadora e garantindo que o usuário tenha melhores vantagens do que o que qualquer outro banco já ofereceu, tudo isso para mostrar que "o novo sempre vem".

[615] Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[616] Coordenadora do Curso de Publicidade e Propaganda, Centro Universitário Campo Real.

Ainda existem pessoas, que se permitem viver de formas tradicionais, que, aparentemente, aceitam enfrentar filas, burocracia e dor de cabeça que os bancos convencionais trazem junto com eles quando oferecem um cartão de crédito. Pensando nisso, Nubank usou uma música do passado, mas que se encaixa perfeitamente no presente, a versão apresentada no Fantástico em 1976 de “Como Nossos Pais” da cantora Elis Regina, para enfatizar o inconformismo e mostrar que o futuro é Nubank a *startup* que vai muito além de serviços financeiros.

2 DESENVOLVIMENTO

Apoiado nos estudos de Randazzo (1993), Martins (2003), Lévy (1999) e pesquisa no blog do NuBank, será discutido como Nubank trabalhou seu filme publicitário na campanha, utilizando dos mitos na publicidade para que o consumidor enxergue que não precisa mais viver no passado, que viver junto com um banco que não liga para cobrar ou oferecer algo é melhor que sonhar que um dia isso possa acontecer com os outros bancos.

> A mitologia latente do produto vai além dos atributos físicos/benefícios e uso do produto. Esta mitologia abarca a totalidade das percepções, crenças, experiências e sentimentos associados com o produto. A mitologia latente do produto decorre das experiências do consumidor com o produto genérico, e também com a história, os fatos e o folclore que o cercam. (SAL RANDAZZO, 1993, p. 25).

A marca está além do que o consumidor pode ver, é fazê-lo sentir-se como parte dela, não somente como usuário, ou seja, na hora de passar o cartão ou pagar a fatura do mês, mas sim seguir nas redes sociais, tirar foto quando o cartão chega em casa e realmente ter orgulho de mostrar que usa Nubank, um cartão sem banco, mas com uma interação com o usuário melhor do que os bancos físicos têm.

A música de 1976 de Belchior interpretada por Elis Regina, traz em sua letra que apesar do passar dos anos e de todas as evoluções que os seres humanos fizeram e que ainda vão fazer, prefere-se viver em um passado como o de nosso pais que de certa forma traz mais segurança, mas é míope para enxergar o novo. Isso que Nubank em seu filme publicitário quer dizer para seu público-alvo, que essa nova invenção não é o perigo e sim que o perigo está na esquina, onde aquele banco com pensamento antigo

ainda toma o poder, e que depois de tudo o que aconteceu com o consumidor ele deve encontrar o novo.

"A publicidade é o meio que nos permite ter acesso à mente do consumidor, criar um inventário perceptual de imagens, símbolos e sensações que passam a definir a entidade perceptual que chamamos de marca". (SAL RANDAZZO, 1993, p. 27). Nubank atinge seus usuários não somente com o seu serviço novo, prático e simples, mas com a comunicação coloquial, seu jeito rápido de explicar as dúvidas ao público-alvo e principalmente mostrando que gosta de ouvir o consumidor e que se preocupa com ele.

Segundo a Equipe Nubank em uma postagem no blog do banco, "O vídeo da apresentação de Elis foi todo repaginado: ganhou correção das cores, teve ruídos, defeitos e marcas que ficaram da digitalização removidos". Apesar de todas as técnicas utilizadas, o filme publicitário quase não apresenta mudança do vídeo original da cantora, apenas há a inserção de *letterings* na cor branca que enfatizam a letra da música e o pensamento da startup brasileira.

> Um bom argumento é que é muito difícil vender ideias que nós mesmos não 'compramos'. Assim, se nós nos esforçarmos por nos colocar no lugar do sr. Target, do público-alvo, mais facilmente encontraremos os meios de vender-lhe nosso peixe. (ZECA MARTINS, 2003, p. 63).

A ideia de mostrar a startup como uma marca movida por pessoas que são o novo, é essencial para que o Nubank conquiste os pensamentos de quem não aguenta mais a antiga maneira de ser lidar com os bancos, também de mostrar para quem ainda vive como os pais, avós, tios, ou seja, de quem ama o passado e o aceita, que o novo sempre vem e está aberto para quem quiser abraçar, de forma transparente e parceira, para que desta forma não existam apenas 16 milhões de pessoas pedindo o cartão e sim muito mais delas com a forma de pensar renovada.

> [...] para as classes sociais ou regiões do mundo que não participam da efervescência da criação, produção e apropriação lúdica dos novos instrumentos digitais, para todos esses a evolução técnica parece ser a manifestação de um "outro" ameaçador. (PIERRE LÉVY, 1999, p. 28).

Contudo, nem toda mudança é algo que agrada a todos, mesmo sendo para facilitar o dia a dia muitos percebem como alguma coisa insegura, pois se der algum problema não existe um local físico para resolver ou até mesmo não confiam na

tecnologia a ponto de acreditar que é seguro utilizar o cartão, sendo assim preferem seguir as formas tradicionais e continuar com o que sempre foi garantido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso pode-se perceber que o Nubank deseja que o consumidor entenda que não é preciso viver no passado e continuar aceitando o que os velhos bancos comuns oferecem e nos dizem. A tecnologia no serviço que a startup oferece, mais do que nunca, é para facilitar e agilizar o processo que um banco comum demoraria horas ou dias para solucionar, e ainda evitar taxas abusivas que são pagas por mês no automático, pois esse usuário já está acostumado a ter que pagar algo aos bancos por usar seus serviços burocráticos.

Mas ainda existem pessoas que preferem o passado, ou seja, têm medo do outro que é o novo. Apesar de tudo o que o ser humano já inventou, hoje continua-se aceitando o que o passado oferecia.

4 REFERÊNCIAS

NUBANK. **Elis Regina – Como Nossos Pais HD – O Novo Sempre Vem,** 2018. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=VMq6EMpLi4E>. Acesso em: 01 set. 2018.

RANDAZZO, Sal. **A criação de mitos na publicidade:** como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso. Revisão de Eduardo Refklesfsky; Tradução de Mário Fondelli. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 404 p.

MARTINS, Zeca. **Redação publicitária:** a prática na prática. São Paulo: Atlas, 2003. 177 p.

NUBANK, Equipe. **O novo sempre vem: a primeira campanha de marca do Nubank**, 2018. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/bastidores/o-novo-sempre-vem-a-primeira-campanha-de-marca-do-nubank/>. Acesso em: 01 set. 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999. 272 p.

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DE PULVERIZADORES DE BARRA NA REGIÃO CENTRO SUL DO PARANÁ

MORMUL, Everton [617]
PEREIRA, Jaine[618]
BELO, Elizangela[2]
ZERBIELLI, Luiz Carlos[619]

RESUMO: A tecnologia de aplicação visa estabelecer parâmetros para potencializar a aplicação de produtos agrícolas. O trabalho teve por objetivo realizar uma avaliação das condições de funcionamento de pulverizadores agrícolas na região Centro-Sul do Paraná. Foram avaliadas não conformidades nos diferentes modelos de equipamentos, além da conferencia dos parametros de funcionamento de pulverizadores agrícolas. Os equipamentos utilizados apresentaram pelo menos um dos problemas avaliados, sendo a falta de proteção de partes moveis o problema mais recorrente. Torna-se necessario determinar atividades de controle e manutenção, permitindo assim a exploração do máximo potencial produtivo do sistema como um todo.

Palavras-chaves: Tecnologia de aplicação; produtos fitossanitários; defensivos agrícolas.

1 INTRODUÇÃO

O sucesso na aplicação dos defensivos depende, além do acompanhamento constante do sistema produtivo, conhecer as variáveis que podem influenciar na qualidade da atividade, como fatores ambientais, aspectos fisiológicos da cultura, e eficiência mecânica como um todo.

Os pulverizadores são equipamentos responsáveis pela aplicação de defensivos para as culturas, sendo compostos por tanques, agitadores, filtros, bomba, bicos, pontas, barra, manômetro, reguladores de pressão e tubulação de retorno. A garantia de eficiência na aplicação depende do adequado funcionamento dos diferentes componentes do sistema, visando à distribuição e deposição uniforme dos produtos a serem aplicados. (BRAUN et al., 2014).

Além dos cuidados com a manutenção de equipamentos, condições ambientais para aplicação de produtos, é de grande importância o conhecimento do desenvolvimento da planta, temperatura, umidade relativa, tamanho da cultura, entre outros aspectos que podem interferir na eficiência de produtos aplicados.

[617] Engenheiro agrônomo, Egresso Centro Universitários Campo Real.
[618] Acadêmicos do curso de Engenharia agronômica Centro Universitário Campo Real
[619] Mestre em Agronomia, Professor Centro Universitário Campo Real

Segundo Vargas e Gleber (2005), os riscos de contaminação estão relacionados com problemas pontuais, como volume de calda, tamanho de gotas, desgaste da ponta, dosagem de produtos, diluição e agitação dos produtos, condições climáticas, escorrimento e gotejamento e sobreposição de aplicação, fatores estes estudados na tecnologia de aplicação, e de fácil resolução em caso de não conformidade. RAMOS, 2017).

Podem ser citadas como principais não conformidades encontradas em pulverizadores agrícolas: mangueiras danificadas ou em local inadequado, funcionamento do manômetro, inadequações de filtros, erros de espaçamento entre pontas, vazão de pontas de pulverização e proteção de parte móveis.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo de caso foi realizado em 38 pulverizadores de barra, localizados nos municípios de Guarapuava, Pinhão, Pitanga e Turvo, região Centro Sul do Estado do Paraná, sendo a frequência da apresentação de não conformidades tabulada e na sequência apresentada à solução para cada problema.

Foram realizadas as aferições dos seguintes componentes (presença de vazamento no tanque, condições de mangueiras, filtro de linha, filtro de ponta e pontas de pulverização, uniformidade na vazão de pontas de pulverização, presença e estado dos itens de proteção de partes móveis, presença e funcionamento de manômetro, padronização de espaçamento entre pontas e presença de deformidades nas barras dos pulverizadores) e as não conformidades encontradas foram tabuladas (ANTUNIASSI; GANDOLFO, 2011).

2.2 RESULTADOS E DISCUÇÃO

Todos os equipamentos avaliados apresentaram pelo menos dois problemas de não conformidade, como podemos observar na tabela.

Tabela 1: Número de observações de não conformidades levantadas nos 38 equipamentos avaliados e suas respectivas porcentagens.

Item avaliado	**Irregularidades**	
	Número de observações	**%**

Vazamentos no tanque	2	5,4
Vazamento na bomba de pressão	2	5,4
Funcionamento de manômetro	4	10,8
Estado de mangueiras e canecões	4	10,8
Estado de filtro de linha	4	10,8
Estado de filtro de ponta	6	16,2
Estado de pontas de pulverização	5	13,5
Proteção de partes móveis	11	29,7
Espaçamento entre pontas (> 15%)	3	8,1
Deformidades de barra	4	10,8

Fonte: O autor (2017).

Observou-se que 5,4% dos equipamentos avaliados apresentaram vazamentos na bomba de pressão.

Dos equipamentos avaliados 89,2% destes apresentaram conformidade quanto ao funcionamento adequado de manômetros, quando comparado com um segundo manômetro aferido, o qual é responsável o manômetro é responsável pela aferição da pressão de trabalho ao qual o equipamento encontra-se em funcionamento, inconformidades neste componente impossibilitam a conferencia e tomada de decisões relativas à pressurização da calda a ser aplicada nos conjuntos de distribuição. Tal problema acaba gerando disparidades entre a real necessidade de aplicação e o volume real de calda pulverizado.

No item filtro de linha 10,8% dos equipamentos apresentaram inconformidades, sendo observada a presença de sujeiras, as quais podem obstruir a passagem de líquidos por entre os orifícios da peneira.

Para os filtros de pontas, a porcentagem de equipamentos com algum tipo de inconformidades foi de 16,2%. Dentre os problemas encontrados, observou-se sujeira e entupimento drástico dos filtros, o que dificulta a passagem do fluxo da calda e à presença de filtros com malhas fora de padrão.

Para o espaçamento entre pontas observou- se que 8,1% dos equipamentos apresentaram inconformidade, sendo considerado erro grave variação entre pontas >15 %, tal fator apresenta relevância dentro da tecnologia de aplicação, uma vez que afeta, de forma significativa o homogeneidade de distribuição de calda no segmento da barra. Além disso, a inconstância no espaçamento entre pontas dificulta a sobreposição de jato, diminuindo a cobertura do dossel e por consequência a qualidade da aplicação.

Para a variável presença de deformidades na barra 10,8% dos equipamentos apresentaram o problema, sendo a torção de barra o principal fator envolvido, recomenda-se a substituição do segmento da barra danificado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os equipamentos apresentaram ao menos dois tipos de não conformidade, sendo que estas interferem diretamente na qualidade da aplicação.

Os vazamentos apresentaram os menores índices entre os defeitos encontrados, enquanto a ausência ou mau funcionamento de partes móveis foi o item que mais apareceu entre as observações.

As pontas do modelo ADI 110-015 foram as que se mostraram menos susceptível ao desgaste natural, sendo a mais encontrada nos pulverizadores da região avaliada.

Verifica-se a necessidade de um programa continuado de vistoria e manutenção de pulverizadores agrícolas, fator este que auxiliará cada vez mais á alcançar ao máximo de uma aplicação perfeita, com eficiência econômica e segurança ambiental.

4 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, C. B; CUNHA, P. J. **Aspectos qualitativos da avaliação de pulverizadores hidráulicos de barra na região de Uberlândia, minas gerais,** Jaboticabal, v.30, n.3, 2010.

ANTUNIASSI, U. Rocha; BOLLER, W. **Tecnologia de aplicação para culturas anuais.** Passo Fundo: Aldeia Norte, 2011.

BAUER, F. C. et al**. Diagnostico das condições, tempo de uso e manutenção de pulverizadores no estado de Mato Grosso do Sul**. Eng. Agric. Jaboticabal, 2009.

CHAIM, A. **Manual de tecnologia de aplicação de agrotóxicos.** Brasília: EMBRAPA, 2009.

DALMORA, D. PEREIRA, F.F.S. Avaliação qualitativa de pulverizadores. **Revista de**

ciências exatas e da terra UNIGRAN, v2. n.2, 2013.

DORNELLES, M. E. et al. **Inspeção técnica de pulverizadores utilizados em pulverização agrícola**. Reveng. Viçosa – MG, v. 19, n.1 jan/fev 2011.
GANDOLFO, M.A; ANTUNIASSI, U.R. **Inspeção periódica de pulverizadores**. Disponível em:<http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/algodao/publicacoes/trabalhos_cba5/325.pdf> Acesso em: 28 abr. 2017.

MATOS, L. et al. **Abastecedouro para pulverizadores e estimativas dos efeitos sobre os riscos ambientais com agrotóxicos em pequenas propriedades**, v2,n.3, 2009.

MATOS, H.H. **Interação do produto e alvo na pulverização.** Disponível em: < http://www.esalq.usp.br/visaoagricola/sites/default/files/va02-praticas-associadas03.pdf> Acessado em 03 de Maio de 2017.

MACHADO, T. M; **inspeção periódica de pulverizadores de barras na região de Guarapuava – Pr.** Goiânia, v.10, n.19, 2014.

RAMOS, H.H. **Equipamentos e técnicas de aplicação de produtos fitossanitários na cultura da cana-de-açúcar.** Disponível em: < http://www.infobibos.com/cursocana/alunos/aulas/Aula14/Aula14Cana.pdf **>**Acessado em 03 de Maio de 2017.
VARGAS. L. GLEBER. L. **Sistema de produção de ameixa europeia**. 2005. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Ameixa/AmeixaEuropeia/tecnologia.htm> Acessado em 03 de Maio de 2017.

A HORTICULTURA COMO INSTRUMENTO DA AGROECOLOGIA E DO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

SOUSA, Allison John[620]
LARA, Larine[621]
VENGER, Milena [3]

RESUMO: O presente trabalho tem o propósito de estudo e análise acerca da produção de hortaliças no município de Guarapuava como instrumento da agroecologia e da agricultura familiar, e consequente influência do/no desenvolvimento regional. De natureza qualitativa e bibliográfica, o trabalho tem como procedimento a análise documental e publicações relacionadas à temática, pela lógica da racionalidade social. Está estruturado a partir da descrição e articulação entre agroecologia, agricultura familiar e desenvolvimento regional, temas permeados pelo respectivo contexto e práticas, com expectativa de qualidade, vista no sentido científico e social.

Palavras-chave: Agroecologia. Agricultura Familiar. Horticultura. Desenvolvimento Regional.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe ao estudo da relação entre a agricultura familiar no município de Guarapuava e sua articulação com o desenvolvimento regional, numa perspectiva sociológica. Para desenvolver essa discussão, será tratado o conceito de desenvolvimento regional e sua necessária correlação com o protagonismo dos produtores de hortaliças no município.

Dias Sobrinho (2015, p. 282) afirma que “universidade é uma instituição da sociedade, com quem tem compromissos e responsabilidades inelidíveis. Recusá-los seria negar a sua essência e sua principal razão de ser”. O autor anuncia parte dos elementos principais de sentido e valência social a que se propõe este estudo, visto que a temática está relacionada à vida acadêmica dos proponentes e integra tema no Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Campo Real.

A análise tem natureza qualitativa e bibliográfica, aprofundada em documentos oficiais norteadores, estratégia de pesquisa documental caracterizada por Marconi e Lakatos (2006), e em obras de autores contemporâneos. Prevê possibilidades de operacionalização como instrumento efetivo de protagonismo da agricultura familiar

[620]Acadêmico do curso de Engenharia Agronômica, 6º período no Centro Universitário Campo Real.
[621]Acadêmica do curso de Nutrição, 6º período no Centro Universitário Campo Real.
[3] Acadêmica do curso de Nutrição, 4º período no Centro Universitário Campo Real.

perante os mecanismos do desenvolvimento regional, e para esta garantia, pressupõe a compreensão de que

> O cultivo de hortaliças é influenciado pelo desenvolvimento da população, deste modo é abalada com as mudanças sociais, culturais e econômicas, O desenvolvimento econômico ocasiona o aumento na demanda e na exigência da qualidade do produto ao mesmo tempo que, busca por sabor, abundância em vitaminas e nutrientes. (FILGUEIRA, 2000, p. 19)

Sobre o consumo de hortaliças Filgueira (2000) descreve, a mudança do trabalho braçal para trabalhos mais leves dos dias atuais, da mesma maneira que os hábitos culturais diminuem a necessidade de alimentos energéticos e enriquece alimentação com hortaliças.

Dowbor (2006, p.3), esclarece que se trata da emergência de um novo modelo à cultura do desenvolvimento, quando a organização local, com os meios disponíveis, é promotora das condições, e a agroecologia, pelo viés deste estudo, pode ser um meio para promover o desenvolvimento regional sustentável.

2 DESENVOLVIMENTO

A agricultura familiar, neste estudo a produção de hortaliças com indicadores nos processos de desenvolvimento regional, prevê a compreensão de conceitos e contextos. Para Dowbor, desenvolvimento não se espera, se faz:

> A comunidade local deixa de ser um receptor passivo de decisões longínquas, seja do Estado que vai 'doar' um centro de saúde, ou de uma empresa que chegará e poderá 'dar' empregos. O desenvolvimento deixa de ser uma coisa que se espera pacientemente, torna-se uma coisa que se faz, inclusive no aspecto da organização dos aportes externos. (DOWBOR, 2006, p. 3).

Em Marshall (1982, passim), encontramos observação sobre as diferenças regionais, e a defesa da existência de fatores não econômicos que contribuem no desenvolvimento, como aperfeiçoamento e investimentos em capital humano.

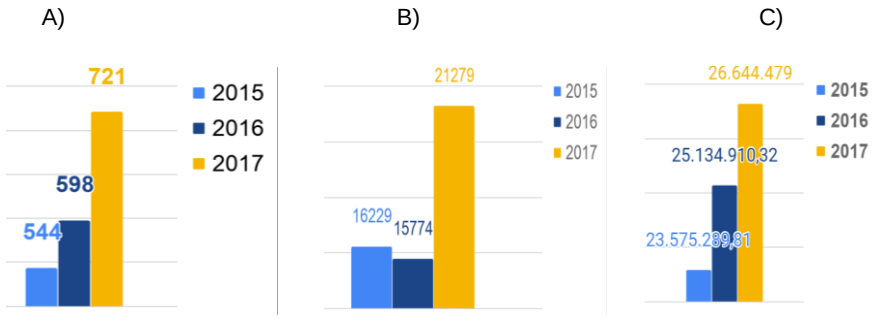
Acerca de agroecologia, Caporal e Costabeber (2004, p 105), definem como um campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, como o objetivo de favorecer a concepção de hábitos na agricultura de base ecológica juntamente com a criação e elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, baseado na sustentabilidade. Na ciência, agroecologia contribui com princípios, conceitos e metodologias facilitando o manejo e a avaliação de agroecossistemas.

> A agroecologia abrange seis dimensões, a social, ecológica, econômica, cultural, ética e política. Agroecologia possui abordagem na agricultura, no entanto voltado ao meio ambiente e priorizando a questão social, busca a produção, mas também a sustentabilidade ecológica, ou seja, concentra-se nas relações ecológicas no campo (CAPORAL et al, 2004, p. 111).

Os dados verificados na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB[622]), no Departamento de Economia Rural do Núcleo Regional (DRN[623]) de Guarapuava, mostram que as espécies de hortaliças presentes na lista dos valores brutos de produção dos municípios e que a produção de hortaliças é essencialmente realizada por agricultores familiares.

Os dados a seguir demonstram como o cultivo de hortaliças vem se desenvolvendo na região:

Figuras. A) Área em hectare utilizadas para plantio de hortaliças no município de Guarapuava, Paraná. B) Produção em toneladas de hortaliças, Guarapuava Paraná. C) Receita das hortaliças produzidas em Guarapuava Paraná.



Fonte: SEAB / DERAL NR. Guarapuava, 2018.

O gráfico A mostra entre o ano de 2015 a 2016, houve um aumento de 9 % na área em hectares onde se cultiva hortaliças. A área de plantio de 2017 teve aumento de 20 % em sobre o ano 2016. Comparando os valores da produção de hortaliças

[622] Ver mais em: SEAB / DERAL NR. Guarapuava, 2018. Disponível em: http://celepar07web.pr.gov.br/agrotoxicos/ Acesso em: 7 de setembro de 2018.
[623] Ver mais em: DERAL NR. Guarapuava, 2018 Disponível em: http://www.agricultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42 Acesso em: 7 de setembro de 2018.

(gráfico B), observou-se que entre o ano de 2015 e 2016, houve redução percentual de 2%. No entanto, no ano de 2017 apontou aumento de 31% em relação a 2015.

O demonstrado no (gráfico C) o aumento gradativo nas receitas, ano de 2016 foi 6%, acima da receita de 2015. No ano de 2017 mostrou receita superior em 6% ao ano anterior.

A área de produção do município está crescendo no decorrer dos anos, revelando o potencial da agricultura familiar da região. No entanto, mesmo com aumento de produção e área de produção não significa necessariamente desenvolvimento. Os horticultores podem encontrar dificuldade desde a produção até a comercialização não provendo fonte de renda adequada, e com isso, podem tender a mudar de cultura ou ainda, ao êxodo rural.

São necessários meios que garantam a permanência, tanto no meio rural quanto na produção de hortaliças, como componente importante e incluído na economia local e regional, com valorização dos produtos e da produção agroecológica e orgânica.

Segundo Ferreira et al. (2014), o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO) Núcleo Guarapuava, apresenta procura e interesse dos agricultores em relação à certificação. Aponta ainda, que as propriedades visitadas e auditadas dispõem de características necessárias para obtenção do certificado de conformidade orgânica.

> A comercialização dos produtos orgânicos pode ser feita diretamente ao consumidor, em feiras agroecológicas, evitando, dessa maneira, os intermediários e aumentando o lucro para os produtores, ou ainda em supermercados. Os produtos orgânicos tendem a sofrer menos variações de preços durante o ano comparados aos produtos convencionais, logo o produtor tem uma maior segurança. (PENTEADO, 2001, p 39).

Os produtores rurais parecem ver na produção orgânica uma possibilidade de mercado para agregar valor aos produtos. Entretanto, para que ocorra o desenvolvimento social, ambiental, cultural e não apenas o econômico, é aconselhável uma perspectiva agroecológica, visto que toda agricultura agroecológica deve ser orgânica, mas nem toda agricultura orgânica é agroecológica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de hortaliças, segundo práticas agroecológicas, pode se transformar em um excelente instrumento para garantia de renda e protagonismo para a agricultura

familiar. Soma-se a esta possibilidade, valorização e promoção do capital humano e econômico, cumprimento e avanços de normas de segurança alimentar a ambiental. Os horticultores podem ser fortalecidos, com consequente indicador para incremento ao desenvolvimento regional.

4 REFERÊNCIAS

CAPORAL, F.R; COSTABEBER, J.R. **Agroecologia e Extensão: rural contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**, EMATER, Porto Alegre, RS, 2004, p.177.

DIAS SOBRINHO, J.. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 581-601, nov. 2015.

DOWBOR, Ladislau. **Desenvolvimento local e racionalidade econômica.** 2006. Disponível em: <http://dowbor.org/2006/10/desenvolvimento-local-e-racionalidade-economica-doc.html/ >.Acesso em 16/09/2018.

FERREIRA, J; et al. **Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos, Núcleo de Guarapuava: Relato de Experiências.** In: Congresso Paranaense de Agroecologia.Pinhais, PR. 2014.

FILGUEIRA, Fernando Antonio Reis. **Novo manual de olericultura.** 3. ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa (UFV), 2000. p. 418

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliografia, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PENTEADO, S.R. **Agricultura Orgânica**, Universidade de São Paulo, USP, Piracicaba, SP: 2001.

A NARRAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO MEDIADORA DE DIFERENTES TEMÁTICAS NO PROJETO SOM E VIDA

MENDES, Gisele Cristina[624]
GUNHA, Sara Maria [625]
STOCCO, Kamila[626]
DOS SANTOS, Ana Bela

RESUMO: A contação de histórias vem desde os primórdios da humanidade. Hoje, é evidente a variedade de histórias infantis existentes e é necessário conhecer o seu papel e reconhecer a sua importância no processo de aprendizagem. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica em artigos científicos sobre o assunto e houve a discussão da experiência adquirida no Projeto Som e Vida. Desse modo, pôde-se relacionar a teoria à prática vivenciada e o resultado observado nas crianças participantes do projeto de extensão, com variações cognitivas e comportamentais durante os encontros.

Palavras-chave: Histórias. Comportamento. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A narração de histórias infantis é um possível método eficaz de transformação social no que abrange o processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes. A partir dela, podem ser abordados temas relevantes na construção do indivíduo, os quais refletem em seus comportamentos sociais. Com isso, observou-se a efetividade da aplicação de contos no Projeto de Extensão e Pesquisa Som e Vida (Centro Universitário Campo Real, UB) buscando compreender, a partir dos grupos operativos, os resultados obtidos em relação à memorização, cognição e comportamento das crianças participantes.

O Projeto Som e Vida acontece no Centro Universitário Campo Real e atende crianças do ensino fundamental I com dificuldade no ensino/aprendizagem, vindas de escolas públicas da cidade de Guarapuava – PR. Funciona também como campo de estágio para observação psicológica, pois, dependendo da demanda, encaminhamento de casos para atendimento clínico. Os grupos se apresentam como recurso na tentativa de reduzir as dificuldades de aprendizagem observadas nos

[624] Graduanda de Psicologia, 6º período, Faculdade Campo Real.
[625] Graduanda de Psicologia, 6º período, Faculdade Campo Real.
[626] Graduanda de Psicologia, 6º período, Faculdade Campo Real.

participantes. Isso ocorre através de técnicas de musicalização, pesquisas biográficas sobre alguns compositores musicais, jardinagem, contação de histórias, dentre outras.

2 DESENVOLVIMENTO

O método utilizado no Projeto se baseia nos Grupos Operativos. Pichon-Rivière (1985), ao analisar a funcionalidade de tais grupos, afirmou que existem dois eixos principais: vertical e horizontal. O primeiro diz respeito às particularidades de cada indivíduo, à parte do grupo. O segundo refere-se à totalidade do conjunto.

A contação de histórias tem grande impacto e influência na infância. Essa ação, vista como arte, evoca a nossa evolução como espécie humana e antecede até mesmo o desenvolvimento da escrita. Dada a época do seu advento, percebe-se que os contos permanecem presentes na sociedade até hoje pois se caracterizam como "uma necessidade do ser humano por serem um elo que une as pessoas". (Ribeiro, 2010).

O atual cenário tecnológico é marcado pela geração do comodismo, bombardeada diariamente por informações vindas da internet, sem precisar de demasiado esforço para adquiri-las. As crianças também são atingidas por esse "espírito da época", sendo que é comum ver crianças menores de 5 anos com objetos eletrônicos nas mãos. Nessa situação, o incentivo à leitura deve ser ainda mais intenso, principalmente na escola, visto que a narração de histórias, "além de trabalhar a emoção é também uma atividade lúdica que socializa, educa e informa". (Ribeiro, 2010).

Para Fink (2012), através das narrativas infantis a criança se depara com outras formas de aprendizagem, de conhecimento de outras culturas e do mundo em que vive. É também uma forma de treinamento, tornando o leitor crítico, capaz de posicionar-se frente ao que lê e que, ao apreciar a leitura, considera-a uma forma de divertimento.

O contato com a leitura também é capaz de expandir o vocabulário das crianças, transcendendo assim apenas a posição de ouvinte. Contar histórias estimula diversas áreas de aprendizagem, e é imprescindível que ela se apresente em todas as fases da escolarização. Maciel (2010 apud MATEUS et al., p. 67) apresenta em sua obra a relevância da literatura e da elaboração de textos desde cedo, salienta que

mesmo com leitores iniciantes, e que não saibam escrever, o envolvimento da criança com a leitura pode ser estabelecido positivamente no que diz respeito ao ensino/aprendizagem.

A contação de histórias é indispensável para o despertar da imaginação. A construção de ideias, a expansão de conhecimentos e a conduta crítica, tornam-se experiências de alegria, tristeza e medo (Ribeiro, 2010).

Durante a realização dos grupos operativos com crianças, percebeu-se que a contação de história exprime a abstração de emoções e conceitos, sendo que ao contar o ouvinte se torna um participante, evocando lembranças, significados e aprendizado.

Em cada encontro uma nova história com sobre habilidades sociais e psicológicas da criança era contada, de maneira lúdica, e com o objetivo de prender a atenção dos ouvintes. Durante o relato das histórias, as crianças participavam ativamente com comentários do próprio cotidiano ou com fatos que chamaram a sua atenção no decorrer da narrativa. Esta prática revela a capacidade do narrar, objetivando "que a criança aprenda brincando, questionando, fantasiando, características próprias da criança nessa fase e que devem ser estimuladas e vividas" (FINK, 2012). Com o passar dos dias, notou-se que as crianças lembravam claramente dos personagens dos contos e dos ensinamentos que transmitiam. Ademais, ocorreram situações nas quais as crianças colocavam em prática os aprendizados adquiridos, ora chamando a atenção dos próprios colegas, ora contando fatos que ocorreram em suas rotinas da casa e da escola.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos encontros, foram observadas importantes mudanças no comportamento, na leitura e na convivência das crianças. Temas como bullying, sexualidade, medo, cooperação, respeito, dentre outros, agregaram valores e permitiram um novo olhar a partir das discussões posteriores aos contos. Inclusive, ao relembrar as histórias em cada encontro, percebeu-se as abstrações dos saberes adquiridos, a potencialização da imaginação e a prática dos mesmos.

Notou-se, ainda, que o incentivo à leitura com suporte de um mediador foi eficaz, visto que os exercícios estenderam-se ao ambiente familiar. Além disso, a técnica lúdica na narração utilizada pelo Projeto, alcançou funcionalidade no Grupo Operativo evidenciando a coesão Grupal entre os membros operantes.

4 REFERÊNCIAS

Castanho, P. (2012). Uma introdução aos grupos operativos: teoria e técnica. ***Vínculo***, *9*(1), 47-60.

MATEUS, Ana do Nascimento Biluca; SILVA, Andréia Ferreira; PEREIRA, Elaine Costa; SOUZA, Josiane Nascimento Ferreira; ROCHA, Letícia Grassi Maurício; OLIVEIRA, Michelle Potiguara Cruz; SOUZA, Simone Cunha. ***A importância de contação de história como prática educativa na educação infantil.*** Disponível em: http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/viewFile/8477/7227. Acesso em: 13 jul. 2018.

LIPPI, E. A., & FINK, A. T. (2012). A arte de contar histórias: perspectivas teóricas e práticas. *Vivências:* ***Revista Eletrônica de Extensão da URI****, Alto Uruguai e Missões*, *14*(1), 20-31.

PICHON-RIVIÈRE, E. El Proceso Grupal. Del psicoanálisis a la Psicología Social (1). Buenos Aires: **Nueva Visión**, 1985.

RIBEIRO, E. (2010**). A contribuição da contação de histórias para a aprendizagem na educação infantil.** *Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná*, *29*.

DOENÇA DO TRATO URINÁRIO INFERIOR DE FELINOS (DTUIF): RELATO DE CASO

OLIVEIRA, Bruna[627]
ESPER, Greyson Vitor Zanatta[628]

RESUMO: A doença do trato urinário inferior dos felinos (DTUIF) trata-se de um processo inflamatório das vias urinárias inferiores, que pode vir acompanhada de cristais, agentes infecciosos, neoplasias e ainda fatores não elucidados. O presente trabalho relata uma paciente felina com DTUIF, atendida no Departamento Veterinário da Clínica Real Vet, a qual foi submetida à sondagem e lavagem vesical. Na maioria dos casos está patologia resolve-se espontaneamente entre 7 e 14 dias, mas intervenções de manejo de ambiente, alimentar e de comportamento podem ser empregadas para diminuir as chances de recidivas.

Palavras-chave: Disúria. Hematúria. DTUIF.

1 INTRODUÇÃO

A doença do trato urinário nos felinos (DTUIF) é de grande importância, pois vem sendo um dos principais casos de rotina na clínica veterinária de felinos (NEVES, et al., 2011). Trata-se de um processo inflamatório das vias urinárias inferiores, que independente de sua origem possui manifestações clínicas de hematúria, disúria, polaquiúria com ou sem obstrução uretral (PORTELA, 2016). Está inflamação pode vir acompanhada de cristais (minerais) que predispõem a obstrução, agentes infecciosos (bactérias ou vírus), neoplasias e ainda fatores não elucidados. O protocolo terapêutico irá depender da causa, podendo ser eficiente para alguns pacientes (RECHE Jr et al., 1998).

Segundo RECHE E CAMOZZI (2017); MARTINS et al., (2013) e NELSON E COUTO (2010) apud LENZI, (2015) 60 a 85% dos casos de DTUIF a causa não é identificada e a doença é classificada como idiopática, ou, também denominada de síndrome urológica felina, sendo assim um grande desafio terapêutico para o Médico Veterinário. O presente trabalho tem como objetivo relatar uma paciente com DTUIF, atendida no Departamento Veterinário Real Vet.

2 DESENVOLVIMENTO e DISCUSSÃO

[627] Acadêmica, 9º período, Medicina Veterinária, Centro Universitário Campo Real.
[628] Professor Dr., Orientador, Medico Veterinário, Centro Universitário Campo Real.

Foi atendido no Departamento Veterinário da Clínica Real Vet, na Cidade de Guarapuava, Paraná um felino, SRD, fêmea com 4 anos, pesando 3,4 kg, onde a queixa principal do proprietário era disúria. Na anamnese a proprietária relatou que o animal também apresentava hematúria, oligúria, hipodipsia, normofagia, há 3 dias sem medicação instituída. Durante o exame clínico a frequência respiratória encontrava-se em 52 MRM e cardíaca em 128 BPM, mucosas rosadas e úmidas, linfonodos normais e tempo de preenchimento capilar entre 2-3 segundos. No exame físico específico a palpação no sistema gênito urinário, detectou-se a presença de vesícula urinária distendida na região hipogástrica. O paciente foi encaminhado para a realização de exame radiográfico em duas projeções, ventro-dorsal e latero-lateral, mas nenhuma se mostrou alteradas. Diante disso, o animal foi encaminhado para realizar exame ultrassonográfico, aonde se observou sedimento na bexiga durante o baloteamento com o doppler. Após foi realizada a sedação com acepromazina (0,1%), midazolan (0,5%) e ketamina (10%), ambas nas dosagens de 0,1ml/kg de peso corporal, em seguida a anestesia geral intravenosa com a utilização do propofol na dose de 6mg/kg e posteriormente a sondagem para retirada da urina e lavagem com solução fisiológica 0,9%.

Foi indicado o exame de urinálise após a sondagem do animal, porém neste caso não foi possível devido à pequena quantidade de urina obtida.

Segundo Martins, et al. (2013) e Pinheiro (2009) o perfil da DTUIF geralmente inclui animais machos, castrados, sedentários, obesos, que consomem ração seca e bebem pouca água podendo ser classificada com presença ou não de obstrução uretral , porém no caso relatado observamos uma fêmea acometida.

Das causas infecciosas, segundo estudo realizado por RECHE JR et al., 1998 somente 8% dos casos apresentam crescimento bacteriano em culturas, no entanto não foi possível coletar material suficiente para uma análise da urina. Sendo as infecções urinárias causadas por *Mycoplasma* e *Ureaplasma* já foram descritas por Cavana et al.(2008) apud ROSA (2010).

Os sinais clínicos primários destacados por MARKWELL et al. (1998) apud ROSA (2010) são polaquiúria, disúria, hematúria e obstrução uretral parcial ou completa, o que estes mesmos sinais foram observados no paciente em questão. Vocalização e lambedura frequente da genitália ou abdômen também podem ser observadas, porém não havia no relato da anamnese (HURLEY, 1998 apud ROSA, 2010).

O diagnóstico foi realizado através da anamnese, histórico do paciente e do exame físico, além dos exames complementares como radiografias, ultrassonografias como BARSANTI et al. (2004) apud ROSA (2010) relatam. Segundo GRAUER (2003) apud ROSA (2010), pacientes sem obstrução uretral aparentam-se sadios, com bexiga pequena a palpação o que foi comprovado no exame físico da bexiga desta paciente.

Com o diagnóstico firmado como DTUIF não obstruído recomendou-se mudança no manejo da paciente com alteração da dieta com ração úmida e distribuição de vários bebedouros pela residência da proprietária para aumentar a ingestão de líquido e diminuição do estresse (KRUGER & OSBORNE, 2009 apud ROSA, 2010; LITTLE, 2012 HOSTUTLER, 2005 apud LENZI, 2015).

O procedimento cirúrgico é indicado em casos que o tratamento clínico seja ineficaz, porém não foi preciso (NORSTWORTHY, 2009 apud ROSA, 2010).

Geralmente os casos de DTUIF não obstruídas resolvem-se espontaneamente entre 7 a 14 dias, mas na maioria dos casos há recidiva com aumento da gravidade do caso ou não, que podem diminuir ao longo do tempo, tornando assim um bom prognóstico, como relatada pela proprietária houve melhora após 7 dias (NORSTWORTHY, 2009 apud ROSA).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A DTUIF é uma das afecções mais frequentes na clínica médica de felinos, comum em animais idosos e de meia idade, com histórico de baixa ingestão de água, alimentados com rações secas ou que passam por estresse recorrente.

Para um tratamento de sucesso o diagnóstico correto é essencial, assim identificar a causa específica proporciona a indicação do protocolo terapêutico mais adequado.

Verificar também a prevalência dos casos contribui para o diagnóstico e consequentemente melhora a qualidade vida do paciente.

4 REFERÊNCIAS

COSTA, F. V. A. Contribuição ao estudo da doença do trato urinário inferior felino (DTUIF) – Revisão de literatura. **Medvep - Revista Científica de Medicina Veterinária - Pequenos Animais e Animais de Estimação.** 7(23); 448-463. Rio Grande do Sul, 2009.

LENZI, N. Z. **Doença do Trato Urinário Inferior de Felinos.** 26 f. Monografia (Especialização em Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais) Fundação Educacional Jayme de Altavila. Porto Alegre, 2015, 26 p.

LUNARDI, G. JANDREY, K N. MAIDANA, F. MEOTI, A. C. ROSSATO, C. K. **Doença do trato urinário inferior em um felino com hérnia diafragmática – relato de caso**. In: XX Seminário Interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão. Rio Grande do Sul, sem data.

MARTINS, G.S. MARTINI, A.C. MEIRELLES, Y.S. DUTRA, V. NESPÓLI, P.E.B. ADRIANE JORGE MENDONÇA, A.J. TORRES, M.M. GAETA, L. MONTEIRO, G.B. ABREU, J. SOUSA, V.R.F. Avaliação clínica, laboratorial e ultrassonográfica de felinos com doença do trato urinário inferior. **Ciências Agrárias,** v. 34, n. 5, p. 2349-2356. Londrina, 2013.

NEVES, L. WANDERLEY, M. C. PAZZINI, J. Doença do trato urinário em gatos (*Felis catus domesticus*, LINNAEUS, 1758) atendidos em clínicas veterinárias da região de Ribeirão Preto-SP. **Nucleus Animalium**, v.3 n.1. São Paulo, 2011.

PINHEIRO, A. P. **Doença do trato urinário inferior felino: um estudo retrospectivo.** Dissertação (Mestrado em Ciências Veterinárias). Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias – Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 2009.

PORTELA, M. E. P. **Doença do trato urinário inferior dos felinos: revisão de literatura. Centro universitário de formiga**. Mato Grosso, 2016.

RECHE J. A. CAMOZZI, R.B. Doença do Trato Urinário Inferior dos felinos/ Cistite Intersticial. In: JERICO, M.M.; ANDRADE, J.P.; KOGIKA, M.M. **Tratado de Medicina Interna de cães e gatos.** 1. Roca, vol 2, p 1483-1492. Rio de Janeiro, 2017.

RECHE, A. J. HAGIWARA, M. K.; MAMIZUKA, E. Estudo clínico da doença do trato urinário inferior em gatos domésticos de São Paulo. **Braz. J. vet. Res. anim. Sci,** v. 35, n. 2, p. 69-74,. São Paulo: 1998.

ROSA, L. S. S. **Doença do trato urinário inferior felino.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: 2010.

CRIMES SEXUAIS E VITIMOLOGIA

LASCOSKI, Eloisa Zmozinski [629]
LIMA, Leonardo Maziero[630]
CANDIDO, Tais Fernanda[631]

RESUMO: O presente artigo visa propiciar uma investigação dos crimes contra a dignidade sexual, com foco no crime de estupro, conforme está positivado em lei, seguindo o Direito Penal vigente, apresentando importantes mudanças na qualificação da vítima perante o crime, e os elementos probatórios para caracterizar a infração com os possíveis impactos na pessoa violentada relevante ao meio social inserido.

Palavras-chave: Vítima, Direito Penal, culpabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade em seu objetivo geral analisar os crimes que atentam contra a dignidade sexual, ferindo a liberdade alheia concentrada na violência ou intimidação praticada contra a vontade da vítima, qual perdeu importância por longo tempo sendo resgatada há alguns anos pelo professor da Universidade de Hebraico de Jerusalém, Benjamim Mendelson, que defende o mesmo grau de relevância para a pessoa ferida e o criminoso, para isso o método de pesquisa a ser usado será experimental e qualitativo.

Desde tempos os crimes sexuais são motivo de notável aversão social. Na atualidade, múltiplas modificações de índole política reconfiguraram as convicções sociais que envolvem o problema, operando mudanças no âmbito legislativo, especialmente com as Leis n. 11.106/2005 e n. 12.015/2009. Modernamente, são muitas as discussões em torno dos delitos contra a dignidade sexual, e a configuração do estupro é o centro das discussões.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CRIME SEXUAL NO DIREITO PENAL

Os crimes contra a dignidade sexual são estudados desde os primórdios da civilização moderna, tratando-se de um assunto de extrema importância já que referem-se a natureza individual, envolvendo não só marcas físicas mas também psicológicas,

[629] Qualificação. Curso de Direito, 2º período A, Centro Universitário Campo Real.
[630] Acadêmicos do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.
[631] Qualificação do orientador. Rudy Heitos Rosas bacharel em Direito.

que por vezes, muito graves, é uma das violações dos Direitos Humanos mais traumáticas e comuns.

Segundo o art. 213 do Código Penal: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”, qualquer pessoa que se sinta ameaçado ou lesado nos parâmetros atuais pode sofrer estupro, tal qual antigamente era executado apenas em mulheres.

Estupro é um tipo de agressão sexual que geralmente envolve relação sexual realizado contra um indivíduo sem o seu consentimento, que pode variar a pena conforme a capacidade da vítima, sendo ela criança, idoso ou que apresenta deficiência física ou mental, o vitimizador sofre aumento de reclusão, pois é levada em consideração a vulnerabilidade da pessoa ferida.

Com tudo existem dois tipos de estupro previsto no Artigo 213 do Código Penal e o Estupro de Vulnerável, esse previsto no artigo 217-A do Código Penal, pois são crimes diferentes. A diferença está no tipo de vítima, para ser considerado estupro do artigo 217-A, a vítima deve ser menos de 14 anos de idade e/ou ter deficiência mental, não podendo demonstrar resistência.

2.2 VITIMOLOGIA

No Direito Penal a vítima é estudada através da Vitimologia, assim como o criminoso é analisado pela Criminologia. O estudo procura analisar a relação existente entre a vítima, o crime cometido contra ela e o infrator. Segundo o professor Benjamim Mendelson, criador dessa disciplina em 1947, a vítima deve ser investigada tal como o criminoso, relacionando a conduta precedente ao fato buscando compreender se este influenciou o ato delitivo e quais as implicações para a mesma.

> “Os estudos vitimológicos são muito importantes, pois permitem o exame do papel desempenhado pelas vítimas no desencadeamento do fato criminal.” SHECAIRA,2018, p.55.

Durante o processo histórico do Direito Penal, inicialmente, a pessoa ferida era quem detinha o poder de punição, tida como fase da vingança privada, qual fora substituída quando o Estado assumiu a autoridade de punir, deixando de lado a importância da vítima a fim de controlar a resolução dos conflitos sociais. Só a partir da Segunda Guerra Mundial que ocorre o resgate do papel da vítima abordando a ética social do fenômeno.

Em primeiro plano, esta ciência empenha-se em analisar se as atitudes da vítima indicam a existência de vínculo com o vitimizador, que segundo Eduardo Mayr, faz referência a sua personalidade. Atualmente, andar com roupas curtas, ingerir bebida alcoólica excessivamente, dançar de modo provocativo podem se tornar argumento de defesa do acusado para pô-la em questionamento acerca da conduta antecedente a violação, servindo como método de desconstrução de sua moralidade perante o tribunal e a comunidade.

A pessoa que sofre o estupro é examinada através de indícios corporais externos como, equimoses nos pulsos, braços, pescoço e manchas nas roupas íntimas que presumem a tentativa. Caso seja encontrado vestígios internos constata-se o abuso consumado. Neste momento a avaliação psíquica reforça os elementos probatórios da ofendida, que em se tratando de pessoa vulnerável, como um menor de idade, adquire papel de destaque na constatação da malfeitoria.

> Evidentemente, para que o sujeito ativo que praticou crimes contra a dignidade sexual seja condenado, é indispensável a comprovação da autoria e materialidade do delito, para que assim o magistrado possa avaliar as provas e julgar a ação procedente ou improcedente, aplicando-se o direito ao caso concreto. GRECO FILHO, 2013, p. 228.

Existem indicadores no laudo psicológico que comprovam se houve ou não abuso sexual, de modo a ensejar absolvição ou gerar condenação ao réu. Nas considerações do perito, as respostas devem fornecer credibilidade à denúncia. Assim, é inegável a necessidade de se atribuir valor expressivo a palavra da vítima para certificar os recursos comprovativos do ato libidinoso.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do presente artigo notamos que a relação entre a vítima, o agressor e o direito penal são essenciais para acontecer o crime e para que a justiça seja feita. Segundo os costumes da sociedade perante o crime de estupro, a vítima é desconstruída, pois acredita que é peça chave para que o fato aconteça, personagem que muitas vezes se questiona sobre o merecimento e induzimento ao ato delitivo. Cabe ressaltar que a vítima nunca é culpada de ser violentada e está sob defesa das normas direcionadas para a proteção de sua integridade física e psíquica e do direito ao exercício de liberdade de maneira saudável e plena.

4 REFERÊNCIAS

BRANCO, V.P.C. **O Advogado diante dos Crimes Sexuais.** 6.ed. São Paulo: Sugestões Literárias, 1978. p.52.

GAMO, R. **Vitimologia: conceitos, fases e classificações.** 2015. Disponível em: < http://www.apersonalidadejuridica.com.br/2015/10/conceito-de-vitima-vitima-e-pessoa-que_14.html> . Acesso em: 03 set. 2018.

GRECO, V.F. **Manual de processo penal.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p.228.

MOREIRA, G.F. **Vitimologia: O papel da vítima na gênese do delito.** 2ª ed. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2004. p.23.

SAIBRO, H. **Qual é a importância da avaliação psíquica da vítima nos crimes sexuais?** 2016. Disponível em: < https://canalcienciascriminais.com.br/qual-e-a-importancia-da-avaliacao-psiquica-da-vitima-nos-crimes-sexuais/> . Acesso em: 01 set. 2018.

SHECAIRA, S.S. **Criminologia**. 7.ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. p.55.

ESTILO DE VIDA *VERSUS* AS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS AO FETO DE GESTANTES ATENDIDAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE

MORAES, Rosicleia[632]
CHICONATO,Patricia[2]

RESUMO: O objetivo da pesquisa é avaliar o estilo de vida de gestantes atendidas na atenção primária a saúde, ou seja, nas unidades básicas de saúde, utilizando como método de avaliação um questionário de perguntas que são relacionadas ao seu estilo de vida, e com esses resultados identificar as possíveis consequências que pode estar interferindo no desenvolvimento do feto.

Palavras-chave: Estilo de vida. Gestantes. Atenção primária. Consequências ao feto.

1 INTRODUÇÃO

O estilo de vida em que gestantes levam segundo, Gurgel (2017) são caracterizados pelos hábitos alimentares, moradia, renda familiar, acesso aos serviços de saúde, emprego, vícios e outros hábitos que podem estar prejudicando na formação do feto. Estão relacionadas a saúde materno infantil, na determinação da saúde e da doença tanto da mãe quanto do filho, ``sendo que na gravidez é um período intenso de mudanças, alterações físicas, psicológicas e também riscos nutricionais havendo necessidades mais elevadas de ingestão de nutrientes e vitaminas.`` (GURGEL, 2017, p.2, grifo nosso).

Entretanto, (REZENDE e SOUZA, 2012, p.46) essas transformações, que geram mudanças físicas e emocionais, demandam um acompanhamento contínuo por parte dos profissionais de saúde e envolvem, também, o apoio dos familiares. No entanto a gestação é um período muito delicado para a mulher, e seu bem estar e qualidade de vida contam muito nesta fase, pois são esses que irão determinar a saúde materna fetal, e com apoio da família e o acompanhamento por profissionais da área da saúde, será mais garantido um estilo de vida mais adequado para esta fase da gestação.

Podemos citar, que alguns fatores de riscos estão relacionados aos maus hábitos alimentares, e estilo de vida, como por exemplo, a ingestão de bebidas alcoólicas, o uso de cigarro, drogas, alimentação incorreta e isso é um grave problema

[632] Qualificação. ROSICLEIA MORAES do curso Nutrição, 6° Período, Centro Universitário Campo Real
[2] Qualificação .Professora do curso Nutrição do Centro Universitário Campo Real. Mestre em desenvolvimento comunitário pela UNICENTRO

para a saúde pública, que levam a mortalidade materna e fetal pois sabe-se que na maioria das vezes não é só o feto que irá sofrer as consequências mais sim ambos.

E para ajudar na descoberta desses fatores de risco, a gestante deve estar frequentando uma unidade básica de saúde onde os profissionais da unidade irão estar realizando consultas de pré-natal para identificar se está tudo bem com a gestante e o bebê, caso os profissionais identificarem um fator de risco, ai eles vão estar analisando o caso para saber o motivo pelo qual não estão bem, assim tomando providências, para a reabilitação da saúde materna e fetal.

E vale lembrar que as gestantes que fazem o pré-natal, tem menos chances de ter complicações durante a gravidez e no parto, e que um atendimento de qualidade por profissionais qualificados tem importante papel na redução da mortalidade materna, e para saúde do bebê.

2 DESENVOLVIMENTO

``O estilo de vida é caracterizado por padrões de comportamento *que* podem ser identificados, podendo ter um forte efeito na saúde, e estarem relacionados a vários aspectos que refletem as atitudes. `` (GURGEL, 2017, p.2).

Por exemplo, alguns dos fatores que estão relacionados, e que é prejudicial para saúde materna e que trazem malefícios ao feto, é o uso do cigarro, drogas, consumo de bebidas alcoólicas, entre outros.

No entanto se a mãe fuma na gestação, ela está causando vários riscos a saúde fetal, como a prematuridade, bebes que nascem antes do prazo, baixo peso ao nascer, também a síndrome da morte súbita, e alterações no sistema nervoso fetal.

Segundo Leopércio (2004, p.177) ``a nicotina que é um composto do tabaco causa vasoconstricção dos vasos do útero e da placenta, reduzindo o fluxo sanguíneo e a oferta de oxigênio e nutrientes para o feto. ``

Um grande problema para a saúde pública também é o uso de bebidas alcoólicas, podendo assim comprometer a saúde da mãe e do feto.

``O etanol atravessa a barreira placentária podendo determinar efeitos teratogênicos no feto``(YAMAGUCHI, 2008,p. 45). Outro problema também é o retardo

no crescimento intra-uterino, déficit mental, alterações músculo esqueléticas, cardíaca, contribui para a existência de transtornos psiquiátricos.

Já o consumo de drogas ilícitas por gestantes, podem causar alterações parecidas como as do uso do tabaco e álcool, sendo essas, diminui o peso do bebe, causa prematuridade, aborto, e deslocamento da placenta na gestação.

Para a obtenção dos resultados da pesquisa são necessários elaborar um questionário de perguntas referentes ao estilo de vida de gestantes, e distribuídas nas unidades básicas de saúde, onde as gestantes irão estar realizando seu acompanhamento pré-natal, e será aplicada pelo enfermeiro ou profissional para que elas possam estar respondendo, e com os resultados vai ser identificado qual dos fatores de risco que estão interferindo na sua qualidade de vida e do feto. E com isso os profissionais buscar formas para ajudarem a essa gestante a adquirir estilos, e hábitos saudáveis para que não tenha nenhuma complicação mais grave de saúde.

> ``*O estilo de vida é caracterizado por padrões de comportamento que podem ser identificados, podendo ter um forte efeito na saúde, e estarem relacionados a vários aspectos que refletem as atitudes*``. (GURGEL, 2017, p.2).
> ``*O estilo de vida em que gestantes levam são caracterizados pelos hábitos alimentares, moradia, renda familiar, acesso aos serviços de saúde, emprego, vícios e outros hábitos que podem estar prejudicando na formação do feto*``. (GURGEL, 2017, p.2)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos considerar que a gestação é uma fase muito importante na vida de uma mulher, e que ela passa por várias mudanças e alterações durante esse período gestacional, sejam elas, físicas, psicológicas, emocionais, etc. No entanto esta é a importância do acompanhamento pré-natal, para que os profissionais de saúde sempre estejam atentos a saúde materna e fetal, e principalmente acompanhar como está sendo o estilo de vida dessas gestantes, podendo assim ajuda-las em todos os aspectos.

4 REFERÊNCIAS

YAMAGUCHI, Eduardo Tsuyoshi et al. Drogas de abuso e gravidez. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 35, n. suppl 1, p. 44-47, 2008.

LEOPÉRCIO, Waldir; GIGLIOTTI, Analice. Tabagismo e suas peculiaridades durante a gestação: uma revisão crítica. **J Bras Pneumol**, v. 30, n. 2, p. 176-85, 2004.

GURGEL, Luilma Albuquerque et al. Estilo de vida de gestantes atendidas na atenção primária à saúde de uma capital brasileira. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 30, n. 3, 2017.

CUNHA, Margarida de Aquino et al. Assistência pré-natal: competências essenciais desempenhadas por enfermeiros. **Escola Anna Nery**, v. 13, n. 1, p. 145-153, 2009.

REZENDE, Ceny Longhi; SOUZA, José Carlos. Qualidade de vida das gestantes de alto risco de um centro de atendimento à mulher. **Psicólogo informação**, v. 16, n. 16, p. 45-69, 2012.

CAFEÍNA: BENEFÍCIOS E MALEFÍCIOS RELACIONADOS AO SEU CONSUMO

SANTANA KUTZ, Ana Flavia[633]
BENINCÁ, Simone Carla[634]

RESUMO: o presente estudo teve como objetivo apresentar de forma simples e clara os efeitos positivos e negativos do consumo da cafeína, sendo realizado na forma de revisão de literatura, verificando que a cafeína possui os mais variados benefícios agindo como neuroprotetor, antidepressivo, e estimulante, esses benefícios são possíveis com ingestão moderada, entretanto se a ingestão for excessiva pode-se verificar sintomas de privação como dor de cabeça e taquicardia, sendo recomendado ingerir de 3 à 4 xicaras diárias.

Palavras-chave: Café, Cafeína, Café e saúde, Benefícios da cafeína.

1 INTRODUÇÃO

O café é uma das bebidas mais consumidas em todo mundo, devido suas propriedades organolépticas e seus efeitos estimulantes, seu alto consumo chamou atenção da comunidade cientifica que procura estabelecer os efeitos na saúde daquele que a consome. O principal componente psicoativo no café é a cafeína, estima-se que o grão torrado possua mas de 2000 componentes químicos, assim os efeitos de quem consome o café vai depender da qualidade e quantidade de compostos ingeridos, normalmente ingere-se de 3 a 5 doses diárias (ALVES et al., 2009).

Alguns estudos sugerem que a cafeína é uma ótima aliada na prevenção de doenças neurodegenerativas, no tratamento de cefaleias, entretanto há a pequena possibilidade da cafeína se consumida em excesso causar dependência, e sintomas de privação como taquicardias, palpitações, insônia, ansiedade e tremores (FREDHOLM, 1995).

O presente estudo tem como objetivo verificar e expor os diversos pontos positivos e negativos aliadas a ingestão do café/cafeína.

2 DESENVOLVIMENTO

[633] Nutrição, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.
[634] Docente Orientador, Centro Universitário Campo Real.

Estudo no caráter de revisão de literatura utilizando-se artigos que mencionavam o tema proposto, sites e livros. Realizando pesquisas utilizando palavras chaves como: café, cafeína, efeitos da cafeína, utilizado 1 estudo de revisão nacional, 7 internacional e acesso em 2 sites.

Estudos comprovaram que a cafeína tem um efeito poderoso sobre quem consome, possui efeitos estimulantes e os sintomas relacionadas a ingestão aparecem logo após o seu consumo como: melhora no estado de alerta, aumento da capacidade de concentração, diminuição do cansaço e da sonolência, seu consumo moderado não acarreta riscos à saúde, entretanto consumir em excesso pode causar taquicardia, dores de cabeça, insônia, náuseas e palpitações (FREDHOLM, 1995).

A cafeína é um potente neuromodulador endógeno que impede a liberação de vários neurotransmissores como glutamato e acetilcolina, pode-se ligar a receptores de adenosina podendo bloqueá-los, desse modo a ação inibitória da adenosina fica impedida e a cafeína passa a agir como estimulante (NEHLIG, 2004).

A cafeína passou a ser utilizada na fabricação de diversos medicamentos e suplementos auxiliando por exemplo no tratamento de cefaleias pois induz a vasodilatação e nas cefaleias de tensão a cafeína possui efeito analgésico por si, isso também vai depender da quantidade ingerida (FREDHOLM, 1995).

Por possuir efeito estimulante a OMS (Organização Mundial de Saúde), pensa na possibilidade da cafeína causar algum tipo de dependência, essa possibilidade é relativamente baixa se comparadas a outras drogas, impedir seu consumo pode causar sintomas de privação como dores de cabeça, fraqueza, sensação de cansaço, ansiedade, é muito comum ingerir cafeína em momentos de tensão e estresse, mas como possui efeito estimulante ingerir pode agravar esses sintomas (NEHLIG, 2004).

Observou-se que seu consumo moderado produz efeitos benéficos sobre doenças neurodegenerativas como *Alzheimer e Mal de Parkinson* pois age como neuroprotetor inibindo ações degenerativas, reduzindo stress oxidativo celular, neutralizando os radicais livres. A cafeína também pode auxiliar no tratamento da depressão agindo como antidepressivo pois sabe-se que ela altera oscilações de humor (KLATSKY et al., 2001).

Alguns estudos ainda tentam relacionar a ingestão da cafeína com desconforto intestinais não indicando seu consumo em determinadas situações, fala-se ainda da cafeína inibir a absorção de ferro não-heme, estima-se que ingerir uma xicara de café pequena reduz a absorção de ferro não-heme em 40%. A cafeína ainda pode auxiliar no tratamento da diabetes tipo II, reduzindo a absorção de glicose, e estimulando a sensibilidade à insulina (HALLBERG et al., 1982).

Como é um estimulante a cafeína pode aumentar de forma aguda a pressão arterial, causando a vasoconstrição. Durante a gravidez não é indicado fazer altas ingestões de café/cafeína, pois algumas investigações indicam que pode-se aumentar ligeiramente o risco de aborto espontâneo (FERNANDES et al., 1998).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo da cafeína pode causar inúmeras reações adversas no organismo sendo positivas ou negativas, seu consumo aliado com o tratamentos de doenças degenerativas pode reduzir os sintomas ou até mesmo preveni-los já que age como neuroprotetor. Os sintomas negativos estão relacionadas com seu consumo excessivo, por isso se indica ingerir de 3 à xicaras diárias.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, C. R.; CASAL, S.; e OLIVEIRA, B.; ***Benefícios do café na saúde: mito ou realidade***. *Quim. Nova*, Vol. 32, No. 8, 2169-2180, 2009.

SCHILTER, B.; CAVIN, C.; TRITSCHER, A.; CONSTABLE, A. Em ***Coffe: Recent Developments****;* Clarke, R. J.; Vitzthum, O. G., eds., Blackwell Science: London, 2001.

FREDHOLM, B. B.; ***Pharmacol. Toxicol.*** 1995, 76, 93.

NEHLIG, A. Em ***Coffee, Tea, Chocolate, and the Brain****;* Nehlig, A., ed.; CRC Press LLC: Boca Raton, 2004.

KLATSKY, A. L.; ARMSTRONG, M. A.; FRIEDMAN, G. D.; Ann. ***Epidemiol***. 1993, 3, 375.

PAGANINI-HILL, A.; ***Neuroepidemiology***. 2001, 20, 118.

HALLBERG, L.; ROSSANDER, L.; Hum. ***Nutr. Appl. Nutr***. 1982, 36, 116

FERNANDES, O.; SABHARWAL, M.; SMILEY, T.; PASTUSZAK, A.; KOREN, G.; EINARSON, T.; ***Reprod. Toxicol***. 1998, 12, 435.

BRASIL. Toda Biologia. 2018. ***Cafeína e seus efeitos na saúde***. Disponivel em https://www.todabiologia.com/saude/cafeina.html. Acesso em : 13/09/2018.

BRASIL. BBC. 2017. ***Overdose: os perigos do consumo excessivo de* cafeína**. Disponivel em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/151228_cafeina_overdose_rm. Acesso em: 13/09/2018.

CONSUMO DE CHÁ VERDE E PERCEPÇÃO DE BENEFÍCIOS À SAÚDE

ZERUTH, Josiele[635]
BAGIO, Tainara[1]
SCHMITT, Vania[2]

RESUMO: O chá verde é um produto que vem sendo bastante apreciado pela população principalmente quando se trata de estética, a busca pelo emagrecimento é um dos grandes fatores que influenciam o consumo, se destaca também a apreciação do produto, por algum tratamento de doença ou até mesmo prevenção. Esse trabalho tem como caráter transversal, foi realizado no centro universitário de Guarapuava - PR com acadêmicos do 8° período de Nutrição, o qual foi aplicado um questionário, com objetivo de avaliar o consumo de chá verde, quais os motivos que fazem com que se faça o uso e resultados obtidos através do consumo.

Palavras-chave: chá verde, estética, emagrecimento, resultados.

1 INTRODUÇÃO

Já há alguns anos vem sendo feita a utilização de plantas como medicamentos, na prevenção, no tratamento, e na cura de distúrbios, disfunções ou doenças em homens e animais. Um exemplo é o chá verde que tem origem Asiática, aonde o seu significado vai além de uma simples bebida, é sinônimo de prosperidade, harmonia, beleza, e seu consumo torna-se um ritual de grande importância social e cultural. Porém pode ser considerado como chás somente aqueles que tenham em sua composição a planta *Camellia sinensis*. A *Camellia sinensis* é um arbusto de pequeno porte, de origem asiática, pertencente à família *Theaceae*. Apresenta folhas simples, é designado como chá da índia ou chá verde, *oolong* ou chá preto, quando obtido a partir da fermentação das folhas, e designado de chá branco quando obtido a partir das flores. As folhas frescas recém-coletadas e estabilizadas caracterizam o chá verde. O chá verde se destaca entre uma das bebidas estimulantes mais consumidas no mundo e foi utilizado durante séculos como medicamento. Cerca de dois terços da população o consomem todos os dias (LORENZI; MATOS, 2002 apud DUARTE; MENARIM, 2006).

O chá verde é consumido com o objetivo de prevenir algumas doenças e atuar no mecanismo de emagrecimento, mas sua utilização tem sido bastante questionada. O número de pessoas com excesso de peso e obesidade vem aumentando rapidamente, e tem sido considerada uma epidemia de grandes proporções, com isso vêm crescendo

[635] Nutrição, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Docente do curso de Nutrição, Centro Universitário Campo Real.

também os tratamentos para essa doença. Dentre os tratamentos não convencionais para se obter o peso desejado, um exemplo é o consumo de chá verde, pela presença de cafeína e compostos antioxidantes, as catequinas (SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA, 2006).

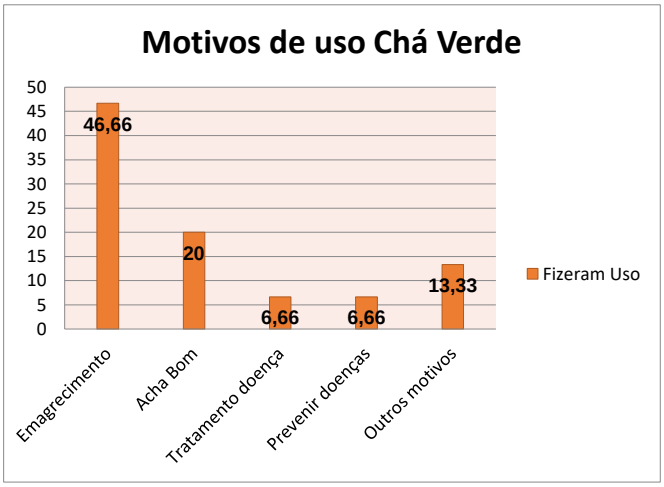
De acordo com o exposto, o objetivo da pesquisa foi verificar o uso do chá verde e os motivos do uso por acadêmicos de Nutrição.

2 DESENVOLVIMENTO

Foi realizada pesquisa transversal e quantitativa com aplicação de um questionário na turma do 8° período de Nutrição do Centro Universitário Campo Real em Guarapuava – PR.

O questionário foi desenvolvido para avaliar o consumo de chá verde, os objetivos que levaram a fazer o uso do chá verde e os resultados obtidos a partir do consumo.

Foram avaliadas 28 pessoas, sendo que 15 (54%) já fizeram uso de chá verde e 13 (46%) nunca fizeram uso. As pessoas que fizeram o uso relataram os seguintes motivos para utilização do chá verde, como mostra o gráfico abaixo.



O gráfico acima demostra que o maior consumo do chá verde se deve a busca pela estética, que é demonstrada pelo emagrecimento no gráfico. Logo em seguida por achar bom e ser bastante apreciado pela população.

Vale ressaltar que 26,66% relatou que iniciou o uso do chá verde por influência de amigos. Dessa forma, nota-se que pode ser um consumo sem conhecimento científico adequado, sendo necessária maior divulgação dos benefícios do consumo, para que as pessoas tenham as informações corretas sobre uso e resultados.

Das 15 pessoas que fazem o uso do chá verde, 7 julgam que obtiveram resultados. Sendo que 28,57% fizeram uso entre 3 a 6 meses, 28,57 % fizeram uso entre 1 a 2 meses, 28,57% fizeram uso entre 1 a 15 dias e 14,29% fizeram uso por mais de 1 ano.

Das 8 pessoas que relataram não obter resultados, 50% fizeram uso de 1 a 15 dias apenas, e 50% de 15 a 30 dias. O que demonstra e corrobora com a literatura de que, para efeitos benéficos, o consumo deve ser frequente e os benefícios virão a longo prazo. As pessoas que alcançaram os resultados esperados relataram a frequência de uso do chá verde, sendo que 85,71 % fizeram o uso 1 vez ao dia e 14,28% fizeram o uso de 2 a 4 vezes ao dia por um período de tempo maior.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo os dados encontrados mostra-se que as pessoas buscam o cuidado com a estética e o chá verde é um dos métodos utilizados, também aponta que são poucos os indivíduos que obtém resultados e alguns fatores podem ser levados em conta como a quantidade de tempo em que foi utilizado o chá verde, e o número de vezes consumido ao dia.

Não foi avaliada, mas pode ser levada em consideração a forma de preparo em que cada pessoa fazia o uso, e a diferenciação de metabolismo de cada pessoa. Porem as pessoas que realizaram por um longo período conseguiram obter mais resultados satisfatórios, talvez até mesmo tenha relação com uma dieta aliada ao consumo de chá verde. O estudo se mostra interessante, pois se conclui que é importante a utilização do chá, pois o mesmo traz benefícios satisfatórios às pessoas devido à presença das catequinas, especificamente da epigalocatequina galato segundo estudos.

4 REFERÊNCIAS

DE FREITAS, Heloisa Cristina Piccinato; NAVARRO, Francisco. O chá verde induz o emagrecimento e auxilia no tratamento da obesidade e suas comorbidades. **RBONE-Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 1, n. 2, 2012.

TOLEDO, Olegário R. et al. Uso de medicamentos para perda de peso e índice de massa corporal em universitários do Vale do Araguaia (MT/GO), Amazônia Legal. **Rev Bras Clín Méd**, v. 8, n. 6, p. 480-5, 2010.

CAVICHIOLI, Bianca; ABOURIHAN, Carmem Luciane Sanson; PASSONI, Cynthia Matos Silva. Monitoramento da administração de um suplemento como coadjuvante na perda de peso. **Cadernos da Escola de Saúde**, v. 1, n. 7, 2017.

SÁ, R. S.; TURELLA, Taise Kethin; BETTEGA, J. M. P. R. Os efeitos dos polifenóis: catequinas e flavonóides da Camellia sinensis no envelhecimento cutâneo e no metabolismo dos lipídeos. **Artigo cientifico.**

SENGER, Ana Elisa Vieira; SCHWANKE, Carla HA; GOTTLIEB, Maria Gabriela Valle. Chá verde (Camellia sinensis) e suas propriedades funcionais nas doenças crônicas não transmissíveis. **Scientia Medica**, v. 20, n. 4, p. 292-300, 2010.

AÇÃO E CONSUMO DE NUTRIENTES ANTIOXIDANTES NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS DEGENERATIVAS

CORDEIRO, Bianca[636]
CORTES, Keity Ramos[1]
MIRANDA, Thais de Fátima[1]
SCHMITT, Vania[2]

RESUMO: Os antioxidantes são substâncias capazes de agir contra os danos normais causados pelos efeitos do processo fisiológico de oxidação no tecido animal. O estresse oxidativo ocorre quando a produção de moléculas prejudiciais, chamadas de radicais livres, está além da capacidade protetora das defesas antioxidantes. O presente estudo tem por objetivo mostrar a ação das vitaminas antioxidantes contribuindo dessa forma na prevenção de doenças degenerativas. Para esse intuito, foi utilizado busca de artigos relacionados à pesquisa e para melhor relacionar e obter dados precisos foi aplicado um questionário para os acadêmicos do 8° período de nutrição, sendo 26 participantes entre homens e mulheres com perguntas pessoais e, também com que frequência consomem as vitaminas antioxidantes. Para a manutenção da saúde, é indispensável uma alimentação adequada, rica em antioxidantes, sendo responsáveis por inibir a ação dos radicais livres. Os principais antioxidantes da dieta são: vitamina A, C, E, selênio e zinco.

Palavras-chave: Antioxidantes. Estresse oxidativo. Doenças degenerativas.

1 INTRODUÇÃO

A formação de radicais livres está associada ao metabolismo normal do organismo. Estudos indicam correlação entre esses radicais e doenças degenerativas como o câncer. A ingestão de antioxidantes exógenos de fontes como frutas e vegetais pode minimizar a ação dos radicais livres e, consequentemente, reduzir os riscos dessas doenças. Para uma substância ser definida como antioxidante deve prevenir ou retardar a oxidação mesmo estando em baixa concentração relativamente ao substrato a ser oxidado e, além disso, deve formar radicais estáveis após a reação. O sistema de defesa contra a agressão oxidante pode, ainda, ser classificado em: defesa primária (complexos antioxidantes, como vitaminas A, E C, zinco e selênio (ANDRADE et al., 2005).

Nos últimos anos, a suspeita dos efeitos tóxicos de alguns compostos sintéticos usados em alimentos fez crescer o interesse em produtos naturais. Algumas indústrias, como as produtoras de aditivos alimentares, farmacêuticas e cosméticas, têm investido

[636] Discente em Nutrição, 8º período, Faculdade Campo Real, Guarapuava, Paraná, Brasil.
[2] Professora orientadora. Docente do Curso de Nutrição pela Faculdade Campo Real, Guarapuava, Paraná, Brasil.

em pesquisas de compostos bioativos extraídos e purificados de fontes naturais. Os antioxidantes estão em constante atividade nos organismos vivos, necessitando estar em quantidades suficientes para neutralizar os efeitos tóxicos dos radicais livres que são constantemente produzidos (DA SILVA, 2015).

Os radicais livres são continuamente produzidos no organismo. Um desequilíbrio no balanço pró-oxidante/antioxidante gerando aumento do estresse oxidativo, no qual o excesso de espécies reativas de oxigênio pode determinar dano celular. Por sua vez, o aumento do estresse oxidativo está relacionado ao desenvolvimento e agravamento de várias doenças crônicas, como diabetes, doenças cardiovasculares, obesidade e câncer, os quais têm grande impacto no atual padrão de morbimortalidade brasileiro e problemas estéticos como, celulite, manchas na pele, queda de cabelo, envelhecimento precoce, entre outros, que além de afetar a saúde também afetam a autoestima (TEIXEIRA, et al., 2016).

Diversos estudos têm demonstrado que o consumo de substâncias antioxidantes na dieta diária, pode produzir uma ação protetora efetiva contra os processos oxidativos que naturalmente ocorrem no organismo. O consumo dietético de nutrientes antioxidantes, principalmente por meio da ingestão de frutas e vegetais, pode reduzir o estresse oxidativo, pois são capazes de eliminar os radicais livres de forma direta, como no caso das vitaminas, ou de forma indireta, pelos minerais que atuam como cofatores de enzimas antioxidantes (TEIXEIRA, et al., 2016).

O objetivo do presente trabalho foi avaliar o consumo de nutrientes protetores de doenças degenerativas por acadêmicos do curso de nutrição do Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Na elaboração do presente trabalho, foi realizado pesquisa em artigos científicos em periódicos relacionados a área, utilizando-se das palavras-chave: Antioxidantes. Estresse oxidativo. Doenças degenerativas.

Foi aplicado um questionário para avaliar a frequência de consumo das vitaminas A, E, C, e de minerais como o zinco e o selênio.

2.2 RESULTADOS

Participaram da pesquisa 26 acadêmicos, sendo 21 mulheres e 5 homens do 8° período do curso de nutrição, onde de acordo com os resultados obtidos no caso da vitamina A, 83% consomem 2 a 3x por semana/1x por mês e 17% consomem diariamente. Sobre a vitamina E, 84% consomem 1x por mês/nunca e 16% consomem diariamente. A vitamina C 82% consomem 2 a 3x por semana/1x por mês e 18% consome diariamente. Em relação ao zinco, 84% consomem 1 a 2x por mês e 4 % nunca consome. Sobre o selênio, 17% consome 2 a 3x por semana e 83% consomem diariamente.

Avaliando os resultados encontrados, observa-se que com relação a frequência de consumo diário, o selênio é o nutriente mais consumido, seguido respectivamente pelo consumo de vitaminas C, A e E. Quanto ao zinco há 4 pessoas que relatam não consumir nunca.

Sobre esses resultados, o que mais é interessante é avaliar que as pessoas consomem alimentos e não sabem sua composição, visto que algumas pessoas relatam não consumir o zinco, sendo o mesmo de ampla distribuição na natureza, presente nas carnes bovinas e de frango, nos cereais integrais, legumes e tubérculos. Dessa forma, não se pode avaliar esse resultado da pesquisa como negativo, talvez o que tenha acontecido foi a não ligação do nutriente ao consumo de alimentos fontes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que dos nutrientes avaliados, os percentuais de consumo ficaram bons. Apenas o do zinco ficou um valor abaixo. Porém, como descrito anteriormente, isso pode ter ocorrido pelo fato de as pessoas não saberem ao certo as fontes alimentares de cada nutriente. Dessa forma, sugere-se que para novas pesquisas sejam inseridos os alimentos fontes e não os nutrientes para avaliar o consumo alimentar.

Ainda assim, pode-se afirmar que boa parte dos acadêmicos avaliados faz consumo regular de alimentos com função protetora de doenças degenerativas.

4. REFERÊNCIAS

SCHNEIDER, A. P. **Nutrição Estética**. São Paulo: Atheneu, 2009.

RIBEIRO, C. J. **Cosmetologia aplicada à dermoestética**. 2. ed. São Paulo: Pharmabooks, 2010.

DA SILVA, Ana Carolina; JORGE, Neuza. Cogumelos: compostos bioativos e propriedades antioxidantes. **Journal of Health Sciences**, 2015.

TEIXEIRA, Marina Galvão et al. Consumo de antioxidantes em participantes do ELSA-Brasil: resultados da linha de base. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 19, p. 149-159, 2016.

A AGRICULTURA FAMILIAR COMO DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

LARA, Larine De[637]
SOUSA, Alisson John[638]
VENGER, Milena Cristina[639]

RESUMO: O trabalho tem como objetivo investigar a contribuição da agricultura familiar no desenvolvimento do município de Guarapuava. Foram estudados conceitos epistemológicos e contextos acerca da temática, por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Para investigar a possibilidade de contribuição da agricultura familiar para o município e consequente desenvolvimento da região, busca subsídios na pesquisa documental e verificação do cumprimento e/ou proposição de políticas públicas acerca da temática, identificando-se cenário de incentivos e protagonismo da comunidade local.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas públicas. Desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo propõe-se discutir a relação entre os processos e os agentes da agricultura familiar e sua articulação com o desenvolvimento regional. A relação estudada é pautada nas normas, sua condução, as possiblidades e a colaboração entre envolvidos. A análise foi aprofundada por meio da pesquisa documental, caracterizada por Marconi e Lakatos (2006), entrevistas e em obras de autores contemporâneos.

Traz-se à reflexão os fundamentos epistemológicos, contextos e possibilidades de operacionalização da agricultura familiar como instrumento efetivo perante o desenvolvimento regional. A temática possui relação com a vida acadêmica dos proponentes e constitui-se numa abordagem que integra tema no Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Campo Real.

Faz-se importante relacionar o conhecimento formal curricular e o mundo onde cada pessoa se desenvolve. O desenvolvimento de uma região, tem início partir da organização local, com os meios disponíveis, realizando parcerias com instituições de pesquisa, formando cooperativas, criando novos canais conjuntos de comercialização, como descreve Dowbor (2010, p.3). A Política Nacional de Desenvolvimento Regional

[637]Discente do curso de Nutrição - 6º período. Centro Universitário Campo Real.
[638]Discente do curso de Engenharia Agronômica - 6º período. Centro Universitário Campo Real.
[639]Discente do curso de Nutrição - 4º período. Centro Universitário Campo Real.

(PNDR[640]) tem como objetivo ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões, explorando a diversidade e recursos e oferecendo um caminho para elaboração e condução de projetos regionais de desenvolvimento, envolvendo federados, forças sociais e os setores produtivos.

Em consonância, de acordo com o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE[641]) do município (GUARAPUAVA, 2017), 31% dos alimentos presentes na merenda escolar do município são provenientes da agricultura familiar, ultrapassando a meta de 30%. Com isso, há o aumento da participação dos agricultores familiares, com mais renda e a alimentação com melhor qualidade sensorial e microbiológica, garantindo maior segurança alimentar e nutricional. Os recursos para a merenda escolar são do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Prefeitura de Guarapuava, que juntos somaram em 2016, mais de R$ 3,4 milhões em recursos.

Há recursos, se a lógica for social. Conforme Terres (2018), se o Brasil praticasse apenas a produção familiar, ainda assim estaria no top 10 do agronegócio mundial. O Governo Federal divulgou em junho de 2018 o faturamento anual de U$ 55 bi da agricultura familiar.

No último Censo Agropecuário de 2017, “a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, sendo responsável pela renda de 40% da população do País” (BRASIL, 2018).

A Declaração de Aptidão (DAP), registrada na secretaria de agricultura municipal, legaliza e chancela condição para a ação do produtor rural ao comércio na Feira do Produtor, junto à merenda escolar de escolas municipais e na feira solidária. (BRASIL, 2018). As associações, entidades, sindicatos e bancos rurais se reúnem para elaboração de estratégias e melhorias para a agricultura, com auxilio e incentivo da agricultura familiar municipal.

---

[640]Ver mais em: BRASIL. **Política nacional de desenvolvimento regional**. Ministério da Integração Nacional. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>. Acesso em: 07 set. 2018.

[641]Ver mais em: BRASIL. CAE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ministério da Educação**. s.d.. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/centrais-de.../170-conselho-de-alimentacao-escolar?...10892...cae Acesso em: 07 set. 2018.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo Dowbor (2010, p.7), desenvolvimento regional requer dos indivíduos conhecimento do local onde vivem e trabalham. Conhecendo sua origem, suas tradições, suas possibilidades econômicas, seus impasses ambientais, sua organização territorial e desiquilíbrios sociais, possuem condições que tornam possível o desenvolvimento.

> O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida. [...] Ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem de desenvolvimento humano redefine a maneira com que pensamos sobre e lidamos com o desenvolvimento – nacional e localmente. Se as capacidades das pessoas são restringidas, assim são também suas oportunidades. (BRASIL, 2013).

Como descreve Terres (2018), favorecer a adoção de práticas mais sustentáveis e de diversificação do cultivo, com uso consciente do solo, como a preservação do patrimônio genético das culturas, o consumo de alimentos da agricultura familiar soma ao fortalecimento da produção familiar, a partir do fato de que os mercados locais se tornam opções viáveis para o produtor rural.

O principal programa apoiador da agricultura familiar é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, disponibilizando linhas de crédito para o custeio da safra, a atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura.

> [...] A Prefeitura de Guarapuava investiu R$ 13 milhões em equipamentos, máquinas, insumos e habitações para as famílias de pequenos produtores rurais, com o Programa Vida Rural, incentivando a legalidade da produção. Ele tem parceria com secretarias municipais, entidades, sindicatos, cooperativas, Conselho de Desenvolvimento Rural, universidade, faculdades, Emater e o Colégio Agrícola, com financiamento de custeio. (GUARAPUAVA, 2018)

O projeto Porteira Adentro[642], conta com a correção e fertilização do solo, incentivo a compra de máquinas, além de equipamentos. Costa (et al. 2015, p.32), traz que as cooperativas contribuem na inserção socioeconômica dos agricultores e fortalecem com subsídios financeiros a produção rural familiar.

[642] Ver mais em: GUARAPUAVA. Prefeitura Municipal de Guarapuava, 2018. Disponível em: http://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/em-seis-meses-projeto-porteira-adentro-ja-atendeu-60-familias-de-pequenos-produtores/ Acesso em: 08 set. 2018.

Guarapuava teve processo de modernização agrária vinculado à instalação de empresas, conforme descrevem Bastos e Fajardo (2017), como a Cooperativa Agrária Agroindustrial e a Agrogen Desenvolvimento Genético, responsáveis por parcela da dinâmica econômica do município.

> A EMATER atua em diversas regiões do estado do Paraná, prestando assistência técnica aos agricultores que desenvolvem a agricultura orgânica, promovendo a produção de alimentos mais saudáveis e diminuindo a contaminação do solo e a intoxicação humana proporcionada pelo uso de agrotóxicos. (EMATER, 2010)

A Política Municipal de Apoio ao Cooperativismo e Associativismo da Agricultura Familiar, por meio Lei Municipal 2116/2013, prevê apoio técnico, financeiro e operacional, promovendo parcerias com estudos, pesquisas, eventos, campanhas e orientações.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo proporcionou aportes que verificam contribuições da agricultura familiar no âmbito social, econômico e cultural no município de Guarapuava. As parcerias firmadas com cooperativas locais, programas como o PRONAF e ações que incentivam o produtor no comércio, como a Feira do Produtor, são fatores identificados que trazem relação com a proposição e/ou cumprimento de políticas públicas para o desenvolvimento humano e econômico por meio dos processos da agricultura familiar. Este estudo tem o propósito de continuidade, conversão em artigo científico, e aprofundar análises dos possíveis e consequentes impactos no desenvolvimento regional.

4 REFERÊNCIAS

BASTOS, T.L.; FAJARDO, S..**A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO, SUAS ALTERNATIVAS E PERSPECTIVAS: A REALIDADE AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR**. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 07 set. 2018.

_____.Atlas do Desenvolvimento Humano. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf Acesso em 12/09/2018.

_____.**Alimentação escolar.** Agricultura familiar e o desenvolvimento agrário. 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-ali/como-funciona-compra-e-venda-de-produtos-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 07 set. 2018.

COSTA, B.A.L.; Et al. **As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais**. SCIELO, BRASÍLIA, v. 53, mar. 2015.

DOWBOR, L.. Desenvolvimento local e racionalidade econômica. 2010. Disponível em: http://dowbor.org/2006/10/desenvolvimento-local-e-racionalidade-economica-doc.html/Acesso em 05.07.2018.

EMATER. **Estratégias metodológicas a extensão rural no paraná**. 2010. Disponível em: <http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/file/biblioteca_virtual/publicacoes_tecnicas/metodologia/estrategiasmetodologicasvoli.pdf>. Acesso em: 07 set. 2018.

GUARAPUAVA. Mais de 30% dos alimentos de merenda escolar em Guarapuava são da agricultura familiar. **Prefeitura Municipal de Guarapuava**, 2017. Disponível em: http://www.guarapuava.pr.gov.br/noticias/mais-de-30-dos-alimentos-da-merenda-escolar-em-guarapuava-sao-da-agricultura-familiar Acesso em: 08 set. 2018

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliografia, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RONDÔNIA. **Emater**. Portal do governo do estado de Rondônia, 2018. Disponível em: <http://www.rondonia.ro.gov.br/agricultores-de-alto-paraiso-ganham-feira-de-rua-para-comercializar-seus-produtos/>. Acesso em: 07 set. 2018.

TERRES, J..A realidade da agricultura familiar em Guarapuava. **Central Cultura de Comunicações**, 2018. Disponível em: <http://www.centralcultura.com.br/?pag=noticias.php&id=56962>. Acesso em: 07 set. 2018.

INFLUÊNCIA DOS PREMATUROS NO NEURODESENVOLVIMENTO

SIQUEIRA, Larissa Morozini[643]
HALICK, Silvia M.S[2]

RESUMO: A fim de analisar as consequências e influências maternas no desenvolvimento dos prematuros, realizou-se uma busca bibliográfica que delimitou a pesquisa em seis artigos. Verificou-se que esta cada vez mais frequente os casos de prematuridade e um maior número de sobreviventes. No entanto, o risco de morbidades devido a essa condição ainda é grande. As habilidades cognitivas são as mais afetadas repercutindo no desenvolvimento da aprendizagem, também se observam outras alterações com destaque para retinopatia da prematuridade. Considera-se a estrutura familiar e a equipe multidisciplinar como principal meio de intervenção para uma melhor qualidade de vida dos prematuros.

Palavras-chave: Prematuridade. Desenvolvimento dos prematuros. Influência materna.

1 INTRODUÇÃO

A fim de compreender o desenvolvimento e consequências da prematuridade e qual influência a família tem sobre essa condição, foram realizados estudos baseados em artigos publicados sobre o tema.

A prematuridade é classificada de acordo com o peso e a idade gestacional do recém-nascido. São classificados como prematuros os bebês nascidos com uma idade gestacional inferior a 37 semanas e são classificados como prematuros extremos, os bebês nascidos com uma idade gestacional inferior a 28 semanas. Quanto à classificação de risco, são considerados de alto risco aqueles que nasceram entre 25 a 31 semanas, médio risco entre 32 e 33 semanas e baixo risco recém-nascidos acima de 34 semanas. Já em relação ao peso de nascimento, os recém-nascidos com um peso inferior à 2500 g são classificados como baixo peso, já os nascidos com um peso inferior à 1500 g são classificados como muito baixo peso e os nascidos com um peso inferior a 1000 g são classificados como extremo baixo peso. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

O índice de nascimento de bebês prematuros tem aumentado significativamente, a evolução tecnológica tem permitido um aumento de sobrevida e uma melhora na qualidade de vida desses no período neonatal. No entanto, a ocorrência de morbidades decorrentes da prematuridade é grande. As doenças que mais afetam

[643] Acadêmica do curso de Medicina, 2º período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Especialista em pediatria e neuropediatria, professora de medicina Centro Universitário Campo Real.

recém-nascidos nessa condição são: déficit motor (paralisia cerebral, deficiência visomotor), déficit sensorial, dificuldade na linguagem, dificuldade de aprendizagem, concentração e problemas de comportamento e restrições no crescimento nos primeiros meses de vida. Conforme estudos publicados em vários artigos, a família e, principalmente, a mãe tem influências positivas no desenvolvimento dos bebês prematuros. (DA SILVA, 2002; LAMÔNICA, 2009; CARDOSO-DEMARTINI, 2011).

2 DESENVOLVIMENTO

O método de estudo utilizado nessa revisão foi à leitura de vários artigos científicos com a seleção de seis artigos, aliado com o Guia para profissionais da saúde: Atenção à saúde do recém-nascido publicado pelo Ministério da Saúde, em 2012, 2ª ed., Vol. 1. Para a seleção desses artigos foram utilizadas palavras chaves como prematuridade, desenvolvimento dos prematuros, pré-termo e influência materna na plataforma Scielo.

Conforme dados do Sistema de Informações de Nascidos Vivos, do SUS e do Ministério da Saúde, publicado em 2012, nascem cerca 40 indivíduos prematuros por hora no Brasil, e o número de nascimento de prematuros tem aumentado no decorrer dos anos. Entre as causas mais recorrentes do nascimento de um recém-nascido prematuro, a que maior influencia são as infecções maternas durante a gestação, o estresse e distensão abdominal materna excessiva, história prévia de parto prematuro e baixo nível socioeconômico da mãe e causas idiopáticas. (CARDOSO-DEMARTINI, 2011). O índice de sobrevivência dos bebês prematuros tem aumentado significativamente, devido ao avanço da medicina desde 1990 e à evolução tecnológica que permitiu melhor assistência neonatal e qualidade de vida a eles. No entanto, esse sucesso não reduz a chance de morbidades. A prematuridade ainda tem grandes impactos negativos no desenvolvimento dos prematuros. (DOELLINGER, 2017; TAVARES SILVA FERNANDES, 2017; DA SILVA, 2002).

As morbidades que mais afetam os prematuros são o déficit motor, déficit sensorial, dificuldade de coordenação visomotoras, hiperatividade, dificuldade de aprendizagem, lesões no sistema nervoso central, dificuldade de adaptação a diferentes estímulos do ambiente, déficit de atenção, problemas no comportamento, deficiência na linguagem e cognitiva (principalmente afetando o desenvolvimento social, emocional e escolar), restrição do crescimento (principalmente em prematuros pequenos para a

idade gestacional). Conforme um revisão publicada pelo Hack et al em 1996, dos prematuros 20% tem QI subnormal, 10% paralisia cerebral, 2% cegueira, 94% retinopatia da prematuridade e 41% hemorragia intraventricular. (DA SILVA, 2002; TAVARES SILVA FERNANDES, 2017; LAMÔNICA, 2009; CARDOSO-DEMARTINI, 20011).

A retinopatia da prematuridade é a doença que mais afeta os prematuros. Ela afeta a retina das crianças pelo dano da estrutura do globo ocular, podendo levar a cegueira irreversível. Ela possui maior risco para recém-nascidos prematuros com muito baixo peso e idade gestacional menor que 32 semanas. E ainda, para os que tiveram maior exposição à oxigenoterapia e à luz intensa. (PEREIRA, 2018).

Os fatores de maior risco para o desenvolvimento dessas complicações na prematuridade são ambientais (estrutura familiar, superproteção, intervenção precoce, baixo nível socioeconômico da família, relação entre a mãe e o bebê), perinatais e genéticos (infecções congênitas, malformações). Ainda devem ser considerados fatores como a resiliência do recém-nascido, as formas de tratamento e exposição, tamanho, peso e idade gestacional. (DA SILVA, 2002; LAMÔNICA, 2009).

Esses problemas decorrentes da prematuridade são causados devido a uma imaturidade do sistema nervoso, pois o cérebro aumenta de volume significativamente no 3º trimestre de gestação, época em que geralmente ocorre o nascimento. Então isso pode afetar o desenvolvimento do córtex frontal e da rede neuronal causando lesões na substância branca, o que leva a alterações no processamento de informações e a eficiência das sinapses, afetando, dessa forma, as habilidades cognitivas do bebê. Os problemas de comportamento podem ser causados devido a uma fragilidade na relação da mãe com o bebê, já que o prematuro permanece, dependendo da sua idade gestacional no nascimento, muito tempo internado na UTI neonatal, além disso, devido a fatores como exposição a luz intensa, ao estresse, barulhos e a um tratamento agressivo. (TAVARES SILVA FERNANDES, 2017; LAMÔNICA, 2009; DOELLINGER, 2017).

A família e o acompanhamento da equipe multidisciplinar são o destaque para a redução de riscos para o desenvolvimento de morbidades pela condição de prematuridade. Com o propósito de estimular as habilidades cognitivas da criança, é essencial que se proporcione uma comunicação efetiva com a criança e que ela seja inserida no meio. Para prevenir a retinopatia da prematuridade, morbidade muito comum, é recomendado que o prematuro seja submetido ao exame de fundo de olho

entre a quarta e a sexta semana de vida, e depois que o exame se repita a cada uma ou duas semanas dependendo do diagnóstico antecedente. (DA SILVA, 2002; LAMÔNICA, 2009; PEREIRA, 2018)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em análise e estudos dos artigos, a prematuridade esta cada vez mais recorrente e com maiores índices de sobrevivência. No entanto, os riscos de morbidades decorrentes dessa condição, ainda são grandes. A prematuridade tem impacto negativo no desenvolvimento neuropsicomotor. Portanto, é necessário que hajam intervenções precoces a fim de reduzir esses riscos e proporcionar uma melhor qualidade de vida ao bebê. Destaca-se a família e o atendimento multidisciplinar como os fatores que mais geram repercussões positivas no desenvolvimento da criança. No entanto, conclui-se que ainda são necessários mais estudos sobre a prematuridade e suas consequências e sobre a influência materna no desenvolvimento do prematuro, já que é uma população de risco e cada vez mais frequente.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido : guia para os profissionais de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. – Brasília : **Ministério da Saúde**, 2012

CARDOSO-DEMARTINI, Adriane de Andre et al. Crescimento de crianças nascidas prematuras. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v.55, n.8, p.534-540, Nov 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27302011000800006. Acesso em: 28 Aug. 2018.

DA SILVA, OV. A importância da família no desenvolvimento do bebê prematuro. :Importance of the Family in the development of premature baby. **Psicologia: Teoria e Prática**. 4, 2, 15-24, July 2002. ISSN**:** 15163687

DOELLINGER, Patrícia von et al. Prematuridade, Funções Executivas e Qualidade dos Cuidados Parentais: Revisão Sistemática de Literatura. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília,v.33,e3321, 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3321. Acesso em: 23 Aug. 2018. Epub Nov 30, 2017.

LAMÔNICA, DC; PICOLINI, MM. HABILIDADES DO DESENVOLVIMENTO DE PREMATUROS. : Development habilities in preterm. **Revista CEFAC**. 11, 145-153, Apr. 2, 2009. ISSN: 15161846.

PEREIRA, R; et al. Fatores associados e predição da retinopatia da prematuridade. : Retinopathy of prematurity: associated factors and prediction. **Cadernos Saúde Coletiva.** 26, 1, 70-75, Jan. 2018. ISSN: 1414462X.

TAVARES SILVA FERNANDES, AP; et al. Desenvolvimento neuropsicomotor de recém-nascidos prematuros: uma revisão sistemática. : Neuropsychomotor development of premature newborns: a systematic review. **ConScientiae Saude.** 16, 4, 463-470, Dec. 2017. ISSN: 16771028

O USO DA VITAMINA C NOS PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS

HULSE, Beatriz[644]
PACE, Bruna Tavares[1]
SCHMITT, Vania[2]

RESUMO: A constante busca da beleza e pele perfeita tem feito com que o mercado inove cada vez mais, expondo produtos para diversas finalidades. A vitamina C ou ácido ascórbico, é muito utilizada na cosmetologia por acreditar-se que cause efeitos preventivos no tratamento antienvelhecimento. O objetivo deste trabalho foi de verificar em acadêmicos do curso de nutrição o consumo de vitamina C, conhecimentos sobre a substância e o uso de procedimentos estéticos. Há um consumo de alimentos com este componente, assim como um entendimento de suas funções no organismo, porém avaliou-se que não há realização de procedimentos estéticos por grande parte dos entrevistados e nem consumo satisfatório de alimentos fontes de vitamina C.

Palavras-chave: ácido ascórbico. procedimentos estéticos. envelhecimento.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, a procura pela beleza e juventude, principalmente da pele, teve um crescimento exacerbado, de ambos os sexos. Deste modo, constantemente, o mercado tem procurado inovar em tecnologia, pesquisa, e criação de novos produtos. Há um destaque para as vitaminas, que como substâncias antioxidantes, minimizam os efeitos do envelhecimento por inibir a ação dos radicais livres (PINNEL, 1995). Dentre estas vitaminas, a vitamina C e seus derivados tem despertado o interesse da comunidade científica por serem contribuintes para a manutenção de uma pele jovem e saudável, obtendo assim um uso crescente de cosméticos com finalidade despigmentante, fotorrejuvenescedor, reduzir os sinais de fotoenvelhecimento, melhorar a textura da epiderme, combater As rugas (GONÇALVES; MAIA CAMPOS, 2006; BUCHLI, 2002; SCOTTI, VELASCO, 2003).

O trabalho teve como objetivo verificar o consumo de vitamina C em 25 pessoas, além de analisar seus conhecimentos e uso de procedimentos estéticos para a pele com esta substância.

2 DESENVOLVIMENTO

[644] Nutrição, 8° período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Docente do curso de Nutrição, Centro Universitário Campo Real.

Foi elaborado um questionário com perguntas referentes ao uso da vitamina C no dia-a-dia, bem como para objetivo estético, e distribuído para 25 acadêmicos do curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real, com faixa etária de 20 a 29 anos.

Neste questionário havia uma tabela com alimentos que contêm vitamina C e com que frequência eram consumidos, com as opções de assinalar “sempre”, “às vezes” e “nunca”; também havia as opções de assinalar sobre o conhecimento dos benefícios da vitamina C e para qual procedimentos estéticos a usaria, além de uma questão perguntando se já fazia algum procedimento com esta vitamina.

Os resultados da primeira questão mostraram que, a verdura consumida com maior prevalência de “sempre” é a cenoura em um total de 14 (56%) entrevistados, já 18 (72%) entrevistados “as vezes” consomem a fruta manga, e com a prevalência de 11 (44%) entrevistados ficou o pimentão amarelo cru, com o termo “nunca”.

Referente à segunda questão, apenas 3 (12%) pessoas das 25 fazem algum procedimento estético com a vitamina C. Referente aos benefícios da vitamina C, 17 (68%) entrevistados acreditam que ela auxilia na absorção do ferro. De acordo com (Gonçalves, 1999) a vitamina C como co-fator, previne a oxidação do ferro, protegendo as enzimas contra a auto inativação.

Foram observados também como benefícios da vitamina C apontados: emagrecimento (8%), pigmentação da pele (12%), problemas gastrointestinais (12%), produção de colágeno (21%) e tratamento de anemia (15%).

Um total de 19 (76%) pessoas usariam a vitamina C para benefícios de pele, cabelo e unhas, como demonstrado: ganho de massa muscular (8%), pele, cabelo e unhas (48%), queima de gordura (13%) e regulação do metabolismo (23%).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de antienvelhecimento, este componente denominado vitamina C, tem sido utilizado em cosméticos frequentemente e através deste estudo foi notável que há conhecimento das pessoas entrevistadas para as suas funções no organismo, porém não há muito consumo ou utilização cosmetológica.

4 REFERÊNCIAS

PINNEL, SR. *et al.* **Vitamina e tópica**. Revista de cosmiatria e medicina estética, v. 3, n. 4, p. 131, 1995.

GONÇALVES, GMS.; MAIA CAMPOS, PMBG. Ácido ascórbico e ascorbil fosfato de magnésio na prevenção do envelhecimento cutâneo. **Infarma,** v. 18, n. 7/8, 2006.

BUCHLI, L. **Radicais livres e antioxidantes**. *Cosmet. Toiletries, Ed. Port*., São Paulo, v.14, n.2, p.54-57, 2002.

SCOTTI, L.; VELASCO, M.V.R. **Envelhecimento cutâneo á luz da cosmetologia:** estudo das alterações da pele no decorrer do tempo e da eficácia das substâncias ativas empregadas na prevenção. São Paulo: Tecnopress, 2003.

CAMPOS, Patricia M. B. G. Maia; GONÇALVES, Erika Maria Berardo; LEONARDI, Gislaine Ricci. Formulário dermocosmético. São Paulo: Tecnopress, 1999.

ANÁLISE COMPARATIVA DA INCIDÊNCIA DA SÍFILIS ADQUIRIDA NO ESTADO DO PARANÁ

WALIGURA, Hercules Ivan[645]
KAMINSKI, João Roberto[1]
HOEGEN , Norberto Oliveira[1]
AVANZI,Valéria Miranda [646]

RESUMO: O número de notificações de Sífilis tem aumentado tanto em âmbito Federal quanto Estadual. Das vinte e sete unidades federativas brasileiras, o Paraná se encontra entre os nove com maior número de notificações dessa doença nos últimos anos. Portanto, existe a necessidade de se realizar uma análise desses dados e quantificar a prevalência dessa doença no Brasil e relacionar com os números encontrados no estado do Paraná. Assim, foi realizado o levantamento e uma análise quantitativa dos casos notificados no Ministério da Saúde e na Secretaria de Saúde do Paraná. Essa análise poderá contribuir para futuras campanhas de prevenção.

Palavras-chave: Sífilis. ISTs. Epidemiologia.

1 INTRODUÇÃO

A organização mundial da saúde (OMS,2017) estima que, por ano, ocorrem no mundo aproximadamente 357 milhões de infecções sexualmente transmissíveis entre elas,Clamídia,Gonorréia, Sífilis e tricomoníase.

A sífilis, doença infecto-contagiosa, transmitida pela via sexual e verticalmente durante a gestação afeta um milhão de gestantes por ano em todo o mundo, levando a mais de 300 mil mortes fetais e neonatais e colocando em risco de morte prematura mais de 200 mil crianças. (BRASIL, 2017).

No Brasil, nos últimos anos, ocorreu um aumento significativo dos caso de notificações de sífilis tanto adquirida e gestacional quanto congênita.(BRASIL, 2017). O Paraná é um dos nove estados com um dos maiores índices destas notificações as quais têm aumentado de forma significativa desde do ano de 2010 (SESA, 2017). Esse aumento se deve, segundo o boletim epidemiológico do ano de 2017, da secretaria de vigilância em saúde e da secretaria de saúde do estado do Paraná, em parte, pelo aumento da cobertura de testagem, com a ampliação do do uso de testes rápidos, redução do uso de preservativo, resistência dos profissionais de saúde à administração da penicilina na Atenção Básica, desabastecimento mundial de penicilina, entre outros.

[645] Acadêmico do curso de Medicina, Centro Universitário Campo Real.
[646]Coordenadora do curso de Biomedicina, Centro Universitário Campo Real.

Além disso,o aprimoramento do sistema de vigilância pode se refletir no aumento de casos notificados.

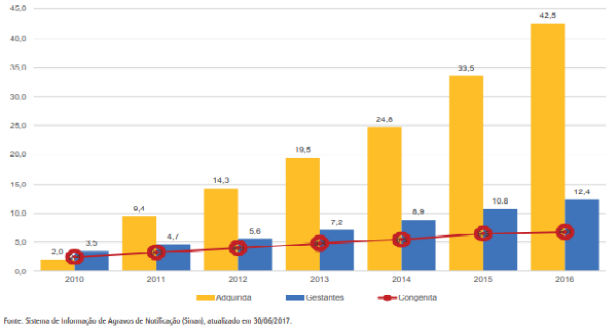
Este trabalho visa promover uma análise comparativa dos casos da Sífilis adquirida no estado do Paraná.

2 DESENVOLVIMENTO

A sífilis é uma doença transmitida tanto pela via sexual, sífilis adquirida, quanto de forma vertical, durante a gestação. Uma de suas características são os períodos de latência e atividade. O seu agente etiológico é o *Treponema pallidum* é a principal forma de tratamento da doença é através da utilização de penicilina (AVELLEIRA, 2006). Estudos apontam que os números de pessoas infectadas por tal doença tem aumentado tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito estadual (BRASIL, 2017).

A figura abaixo ilustra o aumento na taxa de detecção a cada 100.000 habitantes de Sífilis Adquirida, Sífilis Congênita e Sífilis em Gestantes, com destaque para a maior elevação da primeira.

Gráfico 1- Taxa de detecção (por 100.000 habitantes) de sífilis adquirida, em gestantes e congênita, segundo ano de diagnóstico. Brasil, 2010 a 2016.



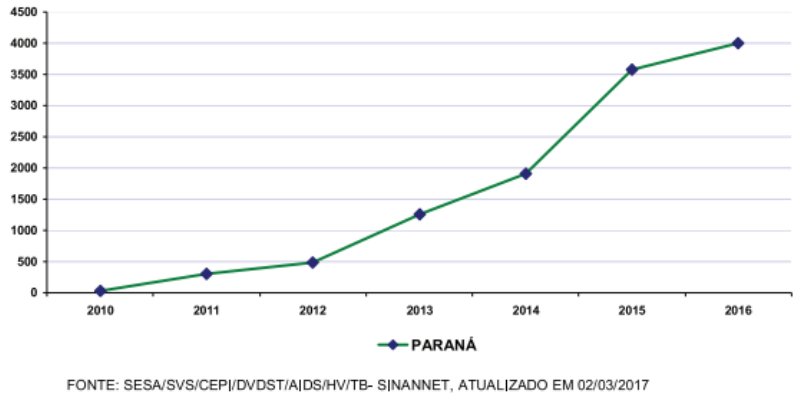
Fonte: BRASIL. **Boletim Epidemiológico SÍFILIS**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, 2017.

A partir de 2010, pode-se notar o aumento nas notificações que segue, consoantemente, o aumento no número de pessoas contaminadas. Isso se deve à Portaria que estabelece a Identificação Compulsória em todo território nacional, implantada em 2010, e também pela ampliação da cobertura da rede de saúde, que engloba a maior utilização dos testes rápidos, possibilitando uma maior notificação dos

doentes (BRASIL, 2017). Dentre outros fatores que corroboram com a ampliação dos casos de sífilis, enquadram-se também a redução do uso de preservativos pela população e uma menor disponibilidade de medicamentos utilizados no controle da doença, penicilina.

Tal como um reflexo do quadro nacional, no estado do Paraná, esse aumento também pode ser evidenciado (SESA, 2017). A figura abaixo mostra o aumento, a partir de 2010, dos casos de sífilis adquirida.

Gráfico 2- casos de sífilis adquirida por ano de diagnóstico. Paraná de 2010 a 2016.



Fonte: Paraná. **Boletim Epidemiológico SÍFILIS**. Curitiba: Secretaria do estado da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, 2017.

A notificação compulsória de sífilis adquirida, implantada em 2010 em todo território nacional, surtiu efeito no estado do Paraná (BRASIL, 2017). Contudo, se não houvesse negligência por parte da população com relação ao uso de preservativos e não banalização do ato sexual a mesma ferramenta que aponta o crescimento exponencial dos casos da doença em questão poderia ser utilizada para mostrar a realidade inversa, na qual os número de pessoas contaminadas diminuiria ao longo dos anos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, faz-se necessária a necessidade de constantes campanhas de atualização e educação dos profissionais de saúde bem como da população no intuito de promover ações visando a prevenção,detecção e tratamento como o uso de

preservativos,realização de testes rápidos,e uso correto dos antibióticos visando reduzir os casos de sífilis em âmbito estadual e nacional.

4 REFERÊNCIAS

AVELLEIRA JCR, Bottino G. Sífilis: **Diagnóstico, tratamento e controle**. An Bras Dermatol. 2006;81(2):111-26.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico SÍFILIS**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde,2017

SESA **.Boletim Epidemiológico SÍFILIS.**Curitiba: Secretaria do estado da Saúde,Secretaria de Vigilância em Saúde,2017

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

BATISTA, Eliezer Bordinhão[647]
BORDINHÃO, Fernanda Jonson de Souza[648]

RESUMO: Este artigo teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica de estudos sobre violência obstétrica. Para isso, abordou-se o conceito de violência obstétrica, como se caracteriza, as consequências que traz e qual a importância do profissional de Psicologia frente a esse tema. Nas pesquisas foi encontrado alguns relatos de pacientes que sofreram violência obstétrica. Com isso, foi possível identificar os impactos psicológicos que a violência obstétrica atua sobre a mulher, repercutindo na sua experiência com a maternidade.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Trauma. Relato.

1 INTRODUÇÃO

Violência obstétrica é um fenômeno recorrente entre as mulheres brasileiras. No entanto, nem todas as mulheres estão familiarizadas com o assunto, porém, muitas já foram vítimas desse tipo de agressão, que pode ser física ou verbal, tanto durante o parto ou quanto no pré-natal.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 1996b), violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Nesse sentido, a violência obstétrica caracteriza-se como sendo um tipo de violência especifico contra a mulher, (Zanardo et al., 2016).

Agressões verbais, recusa de atendimento, tratamento humilhante, privação de acompanhante, realização de intervenções, procedimento médicos não necessários, são algumas das muitas caracterizações para esse tipo de violência. “Normalmente acontece quando os interesses do profissional de saúde ou da instituição são colocados acima dos direitos da paciente”, explica Raquel Marques, diretora-presidente da Artemis, ONG que visa melhorar a qualidade de vida e erradicar todas as formas de violência contra a mulher. (VIEIRA & REHIN, 2017).

Até mesmo a separação do bebê saudável da mãe e a proibição de um acompanhante no trabalho de parto é considerado uma forma de violência obstétrica. Apesar do direito de ter um acompanhante estar assegurado pela Lei 11.108/2015,

[647]Acadêmico do curso de Psicologia do 10° Período do Centro Universitário Campo Real
[648]Acadêmica do curso de Psicologia do 10° Período do Centro Universitário Campo Real

vários hospitais, ainda, não permitem a entrada e alegam não terem condições de receber esse acompanhante. (VIEIRA & REHIN, 2017).

2 DESENVOLVIMENTO

Até alguns anos atrás, devido à falta de estrutura e aparatos para realização do parto, algumas condutas médicas e até tratamentos ríspidos eram aceitos pela paciente e pela família. O fato da relação médico-paciente denotar um grau de superioridade por parte do médico fazia com que violências fossem aceitas pela mãe, pois a mãe com o medo de perder o seu bebê submetia-se, e infelizmente muitas até hoje se submetem a procedimentos desnecessários, por medo de perder seus filhos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recentemente posicionou-se a respeito do tema publicando um documento sobre a prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus tratos no parto. (VIEIRA & REHIN, 2017). Posicionamento este que é de suma importância, pois demonstra que existem “olhos” atentos que estão voltados para a equipe hospitalar no quesito violência obstétrica.

O Ministério da Saúde (2012) computou que 12,7% das queixas das mulheres versavam sobre o tratamento desrespeitoso, incluindo relatos de terem sido mal atendidas, não serem ouvidas ou atendidas em suas necessidades e terem sofrido agressões verbais e físicas. (VIEIRA & REHIN, 2017).

Uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, que teve como público alvo as puérperas da rede pública e privada, revelou que 25% delas sofreram algum tipo de violência obstétrica, infelizmente, é um número alto que acende um sinal de alerta.

Aqui será transcrito da pesquisa “mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, da Fundação Perseu Abramo, alguns relatos de mulheres vítimas de violência obstétrica:

Laísa Santana, 29 anos, escutou frases como “Na hora de fazer, você não reclamava” ou “Se você gritar é pior, porque nós não vamos te atender”, enquanto aguardava o nascimento da primeira filha, Gabriela, hoje com 2 anos. (VIEIRA & REHIN, 2017).

“Após 14 horas em trabalho de parto, eu já não tinha mais forças e a médica subiu em cima de mim para que meu bebê conseguisse sair. Empurrou o alto da barriga, minhas costelas – praticamente os pulmões – e eu não conseguia respirar. Lembro que fechei os olhos e pensei que não iria aguentar – eu nem conseguia falar para ela que

não estava conseguindo respirar, mas logo depois minha filha nasceu, com dois laços de cordão no pescoço, meio roxinha, e foi voltando à cor depois de alguns minutos. São momentos que nunca esquecerei", conta Laísa, que realizou o parto pelo SUS. (VIEIRA & REHIN, 2017).

No caso de Fabiula Morenno, 40, a violência obstétrica começou no pré-natal da primeira filha, Maria Luiza, 9. "O médico era bem seco nas consultas quando eu dizia que queria parto normal. Esperei até 41 semanas, mas não tive nem sinal de dilatação. Então, em uma consulta no hospital, ele me levou para o centro obstétrico e não deixou meu marido entrar, alegando que ele não ia conseguir assistir", lembra ela. (VIEIRA & REHIN, 2017).

"A cesárea foi rápida, me levaram para o repouso onde fiquei por cinco horas, porque mudou o turno e se esqueceram de mim e do bebê. Fui para o quarto e o médico que fez o meu parto não voltou nenhum dia para nos ver nem para dar alta - deu por telefone, pois era um domingo. Quando fui ver, meu corte estava irregular e ele cortou mais do que o necessário", relata a empresária, que está grávida novamente, de 23 semanas. (VIEIRA & REHIN, 2017).

Os danos da violência marcaram tanto a mãe da menina que o medo permanece na gravidez do segundo filho: "No parto da minha primeira filha foi tudo tão horrível que levou nove anos para eu ter coragem de engravidar novamente. Agora quero parto normal, mas a médica diz que com a minha idade é arriscado e tenho medo que o bebê sofra" (VIEIRA & REHIN, 2017).

Já a dentista Lucyana Cardoso, 37, teve um parto normal maravilhoso do primeiro filho de 4 anos. Mas foi vítima de violência obstétrica recentemente, em um hospital particular, durante o parto de Nina, quatro meses. "Foi tudo muito rápido, por isso, não deu tempo de minha médica chegar. Dei entrada às 9h45 e minha filha nasceu às 10h10. Levaram-me para o centro cirúrgico sem apoio para a coluna e nem para as pernas. Mesmo com quatro enfermeiras no quarto, foi complicado colocar o apoio das pernas, enquanto eu gritava para inclinarem minha coluna. Quando o fizeram, a bolsa estourou. Neste momento, apenas uma enfermeira ficou e eu me desesperei vendo aquela cena. A Nina nasceu e minha médica chegou. Resultado: fui lacerada, ganhei 20 pontos e muitas sessões de fisioterapia. Eu estou bem e a Nina com saúde. É o que me conforta", narra ela. (VIEIRA & REHIN, 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do material coletado sobre a temática, identificamos a importância do profissional de psicologia no apoio psicológico, tanto para o paciente quanto para a equipe. Durante a gravidez, a mulher está mais vulnerável, com os hormônios alterados e a presença de violências faz com que a experiência da gestação e maternidade seja vivida de maneira extremamente doloroso, tanto fisicamente quanto psicologicamente.

Desta forma, o psicólogo deve atuar como um mediador nessa relação equipe-paciente a equipe deve ratificar o seu dever enquanto profissional, tendo como uns dos pilares a empatia, para o paciente deve intervir nos processos psicológicos a qual ela está passando.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, B. P. &Aggio, C. M. (2014, maio). **Violência obstétrica: a dor que cala. In Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas** (pp. 01-07), Londrina: Universidade Estadual de Londrina. ISSN: 2177-8248. Acesso em 04 de junho, 2018, em http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT3_Briena%20Padilha%20Andrade.pdf.

MUNIZ, B. & Barbosa, R. (2012). **Problematizando o atendimento ao parto: cuidado ou violência? [Resumo]. In Memorias Convención Internacional de Salud Pública, Cuba Salud 2012. Habana: Ministerio de Salud Pública de Cuba. Organização Mundial da Saúde – OMS. (2014). Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde**. Genebra: Autor. Acesso em 03 de julho, 2018, em http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/134588/3/WHO_RHR_14.23_por.pdf.

Rede Parto do Princípio. (2012). **Violência Obstétrica "Parirás com dor" - Dossiê elaborado para a CPMI da Violência Contra as Mulheres. Brasília**, DF: Senado Federal. Acesso em 02 de junho, 2018, em https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/SSCEPI/DOC%20VCM%20367. pdf.

VIEIRAM C &REGHIN M (2017), **O que é violência obstétrica? Descubra se você já foi vítima**.

ZANARDO, G. L. P. et al (2016). **Violência obstétrica no brasil: uma revisão narrativa**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil Acesso em 03 de junho, 2018, em http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e155043.pdf.

AUTOMAÇÃO AGRÍCOLA

SOUZA, Bruno de Campos[649]
MACHADO, Leonardo da Silva[650]
ROCHA, Guilherme Colaço[651]
MAZURECHEN, Sandro Roberto[4]

RESUMO: O artigo a seguir mostra como que aliar processos tecnológicos à sustentabilidade, auxiliam tanto na expansão da produção, quanto na preservação do meio ambiente, a partir de um revisão básica de literatura. Com a grande precisão de alimentos devido ao acentuado crescimento populacional, são necessários métodos mais efetivos para intensificar a produção na área agrícola. Pesquisas afirmam que se deve aliar esta acentuada produção a uma harmonia ambiental e social que ainda carece de hábeis processos para tal.

Palavras-chave: Robótica. Agricultura. Automação.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura representa quase 23% do total produto interno nacional e 33% da produção nacional, e em termos de exportação, responde por mais de 40% do total nacional (CNA, 2017). É de suma importância o investimento nesta área para o aumento da economia do país, e, para tal desenvolvimento em uma era totalmente dependente e ligada à tecnologia, pede-se meios tecnológicos para alavancar seu crescimento que sofre de uma alta demanda devido ao crescente aumento populacional. Os autores Hackenhaar, Hackenhaar e Abreu (2015) afirmam que, para suprir tal demanda e tornar o meio agrícola totalmente rentável com margens mínimas de perda, carece de um maior investimento tecnológico na área agrícola, tecnologia que ainda se encontra distante de boa parte dos pequenos e médios agricultores, devido seu alto custo de implementação. Os autores afirmam que o método mais efetivo para intensificar essa crescente demanda de alimentos vem da robótica, que vem sofrendo constante evolução no decorrer dos anos. O objetivo deste trabalho é investigar o uso da tecnologia no aporte da produção agrícola. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica básica para entendimento dos conceitos envolvidos pela área de conhecimento.

[649] Graduando em Engenharia Mecânica, 2º semestre, Centro Universitário Campo Real.
[650] Graduando em Engenharia Mecânica, 2º semestre, Centro Universitário Campo Real.
[651] Graduando em Engenharia Mecânica, 2º semestre, Centro Universitário Campo Real.
[4] Mestre em Estudos Linguísticos - UFPR

2 DESENVOLVIMENTO

Com os avanços tecnológicos, a robótica na agricultura é um grande fator para a potencialização e otimização das lavouras. Apesar de possuir obstáculo como elevado custo de implementação e mão de obra especializada, que, segundo os autores, vai passar a desenvolver novas práticas agrícolas gerando possibilidade de inclusão de programas autônomos, as empresas do segmento da tecnologia creem que a robótica na agricultura é um departamento muito promissor, uma vez que, além de simplificar o trabalho, irá propiciar benefícios como a o aperfeiçoamento na produção. Os pesquisadores Tabile, Inamasu e Porto (2008) afirmam que o sistema automatizado tem o custo de instalação maior que o sistema tradicional. Entretanto, o custo das operações compensa tal investimento inicial, apresentado um modelo de ganho econômico ao longo da a vida útil do produto. Ressalta-se que à proporção que a demanda de uma tecnologia vem se elevando, seu custo absoluto decresce, seja pela diluição do investimento gasto no desenvolvimento da tecnologia, como o decréscimo do custo de produção.

Segundo Hackenhaar, Hackenhaar e Abreu (2015), o uso dos robôs é necessário para a realização das tarefas agrícolas de maneira precisa, eficiente e com margens de erro nulas. Com a automação, obtém-se a utilização precisa de insumos agrícolas (dando ênfase aos agrotóxicos que são nocivos ao meio ambiente e fazem mal ao ser humano e também a vida vegetal e animal) o que acarreta em uma menor perda do produto, ocasionando assim, considerável queda na quantidade do químico utilizado. A tecnologia utilizada no campo permite detectar o nível de estresse da planta, se ela tem ou está suscetível a pragas, o tamanho dos frutos, etc. É utilizada também de forma a reduzir o consumo de água, com isso, trazendo uma redução no impacto ambiental através dos sensores de irrigação automatizados, e, segundo LAREDO (2018), a quantidade correta de água funciona como o combustível para a fotossíntese, entre outros mecanismos necessários à vida das plantas. Por isso, se quiser que fiquem saudáveis, é importante ofertá-la no volume e na frequência exigidos por cada espécie. Com desempenho já superior ao humano, e de forma quase automática, as máquinas podem trazer mais rendimentos, pela sua forma de trabalhar. A robotização agrícola deve sobrevir de maneira crescente e progressiva, porém com o menor impacto ambiental possível.

A automação agrícola deve estar sempre aliada aos meios sustentáveis e de preservação do meio ambiente. Sua exploração de forma sustentável deve estar em harmonia com um tripé econômico social ambiental, sendo estes: 1) econômico, afirmando que se a agricultura não gerar lucro ao agricultor, ela desaparece; 2) social, pois não havendo dividendos ao próprio, perde-se a razão de conquistar da devida agricultura; 3) ambiental, necessitando da subsistência da natureza para que, agricultura e ambiente, perseverem de maneira sadia no futuro. Segundo os autores, este tripé é o grande desafio atual da sustentabilidade na agricultura. Intensificar a produtividade aliada à sustentabilidade necessita de um controle de táticas e instrumentos que se encontram incongruentes com o cenário atual da agricultura. A agricultura deve ser direcionada para o desenvolvimento de métodos, processos, sistemas, sensores e equipamentos com vistas à integração dos sistemas de produção e que sejam sustentáveis. É indispensável a expansão da qualidade e eficácia da produção alimentícia, a mesma aliada à sustentabilidade necessita de técnicas que ainda não se encontram desenvolvidos em sua totalidade da maneira adequada à realidade da produção no campo.

Conforme afirmam os autores, a inclinação da agricultura deve ser voltada para a integração dos sistemas de produção que sejam sustentáveis, através do desenvolvimento de métodos, processos, sistemas, sensores e equipamentos para tal. Apesar da dificuldade enfrentada pelo setor rural para aderir tal modernidade devido o seu elevado custo de implementação e manutenção, as pesquisas e avanços científicos têm facilitado com que isso não seja unicamente um sonho distante às mãos dos agros produtores, mas um auxílio cada vez mais próximo, visando aliar cada vez mais os menores gastos com a responsabilidade ambiental, visando à preservação do meio ambiente.

Hackenhaar, Hackenhaar e Abreu (2015) afirmam que, o uso dos robôs móveis tem como maior objetivo a realização de tarefas de maneira mais eficiente, quando comparado com a utilização de grandes máquinas. Seu uso na agricultura não é um conceito novo (tendo em vista que sua utilização no campo já ultrapassa os 20 anos), e sua maior fonte de desenvolvimento na área agrícola e de forma automatizada vem do Japão, que pode se citar de antemão a “Fábrica planta”, onde os vegetais são cultivados de maneira hidropônica (cultivo de plantas sem uso do solo) sob iluminação artificial, onde computadores e robôs fazem o controle do plantio de mudas, adubação, sanidade, corte da raiz, embalagem e pesagem, que resulta em produtos impecáveis, longe do

ataque de pragas ou doenças. Outro projeto focaliza na economia de água, trazendo uma significativa redução no impacto ambiental usando sensores para irrigação automatizada. Os autores afirmam que um coordenador de projetos de automatização chamado Derek Morikawa, criou dois protótipos robôs, sendo o primeiro incumbido de localizar as frutas para colheita através de um sistema de visão artificial que rastreia toda plantação e constrói um mapa 3D com localização e tamanho dos frutos, e o segundo robô com função de coletar cada uma das frutas rastreadas com auxílio de oito braços que trabalham de forma coordenada. Já na Alemanha, foi desenvolvido um robô que se move de forma automatizada, fiscalizando se as plantas estão bem nutridas, se apresentam doenças ou se estão sob estresse hídrico. No Brasil, foi desenvolvido um sistema capaz de considerar as variabilidades de parâmetros do solo, sendo coletados através de sensores estáticos e dinâmicos. Seus dados de posicionamento são enviados através de GPS, e utiliza programa de modelagem para estabelecer e gerar mapas de controle.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A robotização tem sido de ampla valia para o crescimento no sistema econômico agrícola, e para uma área que está em ampla evolução mesmo em momentos de crise, necessita um maior investimento para sua automação. Quanto maiores forem as formas de se obter o plantio e cultivo com taxas mínimas ou nulas de perda de químicos para seu crescimento e desenvolvimento, reduzidos serão os gastos para seu cultivo aumentando lucros e resultando em preços mais acessíveis para o varejo, assim os benefícios da robótica implicam no aumento da qualidade e quantidade na gestão dos recursos naturais, apesar de ainda não estar totalmente acessível a todas as classes de produtores agrícolas, devido seu elevado valor de implementação, a robotização da agricultura potencializa o valor energético dos grãos mediante o manejo certeiro na aplicação de insumos. As pesquisas e avanços científicos têm facilitado com que isso não seja unicamente um sonho distante às mãos dos produtores, mas um auxílio cada vez mais próximo, visando aliar menores gastos com a responsabilidade ambiental, visando à preservação do meio ambiente.

4 REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA). **Participação do agronegócio no PIB é a maior em 13 anos, estima CNA.** Disponível em: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/participacao-do-agronegocio-no-pib-e-a-maior-em-13-anos-estima-cna.ghtml

HACKENHAAR, N. M.; HACKENHAAR, C.; ABREU, Y. V. Robótica na agricultura. **Interações,** Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 119-129, jan./jun. 2015.

TABILE, R. A.; INAMASU, R. Y. ; PORTO, A. J. V. Robótica na agricultura de precisão. **Agricultura de precisão: um novo olhar**, São Paulo, p. 120-125, jan. 2008.

LAREDO, Urbanizadora. **Vantagens da irrigação automatizada para áreas residenciais**, 2016 https://blog.laredo.com.br/irrigacao-automatizada/ Acesso em: 27 jun. 2018.

EFEITO ALELOPÁTICO DE EXTRATO DE CARQUEJA EM CULTIVARES DE MILHO CRIOULO

BELO, Elizangela[652]
PEREIRA Jaine[1]
NASCIMENTO Daniele[1]
CUNHA-CHIAMOLERA, Tatiana Pagan Loeiro da[653]

RESUMO: Este trabalho foi desenvolvido a fim de avaliar o efeito alelopático de extratos aquosos de carqueja (*Braccharis trimera* Less. DC.) em quatro variedades de milho crioulo. O experimento foi conduzido no laboratório de sementes do Centro Universitário Campo Real em Guarapuava-PR. Para a de germinação foram umedecidas folhas de papel germitest em solução de extrato a 100%, apenas um tratamento com quatro repetições, e testemunha somente com água, depois de feito o teste de germinação, as sementes contadas foram germinadas e não germinadas. As variáveis dos tratamentos foram testadas pelo teste de Tukey. Comparações do extrato não se diferem.

Palavras-chave: *Zea may* L. Alelopatia. Germinação.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o milho (*Zea mays*) é um cereal amplamente cultivado em diversas regiões, com características ambientais bem distintas. As sementes crioulas são selecionadas e cultivadas anos após ano pela agricultura familiar, são adaptadas aos sistemas de produção e às condições adafoclimáticas de cada região (LONDRES, 2009).

Os aleloquímicos interferem na germinação, crescimento de plântulas e no vigor vegetativo de plantas adultas. Esses fatores afetam diretamente o estabelecimento das culturas e seu desenvolvimento, sendo assim, a sucessão vegetativa de uma determinada área pode estar condicionada às plantas pré-existentes e aos aleloquímicos liberados no meio (FELIX, 2012).

Os metabólitos alelopáticos influenciam outros vegetais quando são liberados por lixiviação de partes da planta, exsudados da raiz, volatilização ou decomposição de palhada. (OLIVEIRA et al., 2012).

[652] Discentes do curso de Engenharia Agronômica, 6º Período, da Faculdade Campo Real.
[653] Orientadora e Professora do Curso de Engenharia Agronômica da Faculdade Campo Real.

As plantas daninhas são demasiadamente agressivas, isso em função de sua elevada capacidade de produção de sementes, aptidão de competição e atributos fisiológicos específicos, assegurando assim a perpetuação e disseminação da espécie (MELHORANÇA FILHO, 2008).

A carqueja (*Braccharis trimera* Less. DC.) é uma espécie nativa da América do Sul. Ela cresce como arbusto ereto e ramificado, com até 80 cm de altura. Suas folhas são bastante reduzidas, com presença de ramos sem folhas (HEIDEN et al., 2009).

O objetivo do presente trabalho consistiu em analisar possíveis efeitos alelopáticos exercidos por extrato aquoso de folhas frescas de carqueja na germinação de sementes de quatro variedades de milho crioulo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no Laboratório de Sementes do Centro Universitário Campo Real, no mês de agosto de 2018. Os tratamentos foram constituídos por extrato aquoso de folhas frescas de carqueja, com concentração de 100% e agua destilada, considerado como testemunha. As folhas foram utilizadas frescas, sendo coletadas um dia da montagem do experimento, na cidade de Goioxim- PR. Foi utilizado 200 g de folhas, que foram lavadas em água corrente, trituradas com 1 L de água destilada com auxílio de um liquidificador, após filtração em papel germitest, constituindo o extrato aquoso (100%).

Os milhos utilizados no experimento foram milhos crioulos, quatro variedades: Branco, São Pedro, Palha Roxa e milho Doce, todos da 2017/2018. Adquiridos de uma produtora rural e guardiã de sementes crioulas do município de Goioxim-PR.

O delineamento experimental utilizado foi o inteiramente casualizado, em esquema fatorial apenas um tratamento, com quatro repetições, no total de 20 parcelas. Os fatores estudados foram duas doses de solução (água destilada e extrato de carqueja) e quatro variedades de milho crioulo. As sementes foram distribuídas sobre duas camadas de papel germitest, quarenta sementes por repetição, previamente embebidas com 10 ml das soluções e depois levadas ao germinador a temperatura de 25°C, para avaliação da germinação. Foi utilizado o teste contagem da germinação após sete dias, sementes germinadas e não germinadas.

Os dados obtidos foram submetidos à análise de variância, sendo as médias testadas pelo teste de Tukey, ao nível de 5% de probabilidade.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de variância indicou apenas diferenças entre as variedades de milho quando comparadas entre si. Não houve diferenças significativas entre os extratos utilizados para germinação das sementes. O extrato de carqueja não influenciou na germinação das variedades de milho crioulo (Tabela 1).

Tabela 1. Resultados do teste de germinação de quatro variedades de milho crioulo com e sem extrato de carqueja.

Tratamentos	**Sementes Germinadas**	**Sementes não germinadas**
Cultivares (C)		
Milho branco	30,62b	9,37a
Palha Roxa	37,00a	3,00b
Milho doce	36,75ª	3,25b
São Pedro	36,75ª	2,37b
Teste F	9,84**	19,38**
DMS Tukey	3,86	
Extrato (E)		
Sem carqueja	34,81	4,56
Com carqueja	35,75	4,44
Teste F	0,90^{ns}	0,03^{ns}
DMS Tukey	2,04	1,53
Valores de C x E	0,24^{ns}	2,05^{ns}
CV (%)	7,93	46,70

Médias seguidas pela mesma letra minúscula na coluna não diferem entre si pelo teste Tukey ($p<0,05$). ^{ns} = não significativo pelo teste F ($p<0,05$).

Os resultados encontrados por Silva e Carvalho (2000) demonstram que o extrato aquoso bruto de carqueja em concentração de 200 g L^{-1} promoveu atraso da emergência de plantas de girassol em casa de vegetação.

Outro estudo mostra que efeitos alelopáticos foram observados a partir de extratos aquosos de carqueja, que retardaram a germinação de sementes de tomate, alterando o tempo e a velocidade da germinação. Isso pode ser relacionado com a presença de tanino na parte aérea da carqueja. Os taninos são conhecidos alelopaticamente, pois atuam como inibidores da germinação de sementes, do

crescimento de plantas (CASTRO; FERREIRA, 2001). Esses resultados diferem do nosso trabalho, que se pode observar (tabela 1) que o extrato de carqueja não apresentou efeito alelopático significativo sobre a germinação de sementes de milho crioulo, se comparadas com a testemunha, somente quando comparadas as variedades entre si.

As variedades de milho, principalmente as crioulas, são materiais de base genética ampla, capazes de melhor suportar os estresses abióticos e bióticos (água, nutrientes, Al3+, temperatura, pragas, doenças e plantas espontâneas) (ROMANO et al., 2007). Pode-se subentender que talvez devido a esta rusticidade que tem o milho crioulo, não teve efeito alelopático sob a germinação destas variedades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas condições avaliadas neste trabalho o extrato de carqueja não influenciou na germinação das variedades de milho crioulo.

4 REFERÊNCIAS

AMARAL, M. C. A. et al. Avaliação do efeito alelopático de extrato aquoso de tiririca sobre a germinação de sementes de cenoura. **Cadernos de agroecologia – issn 2236-7934 – anais do vi claa, x cba e v semdf,** Brasilia-DF, v. 13, n. 1, jul. 2018.

CASTRO, H. G; FERREIRA, F. A.. **Contibuição ao estudo de plantas medicinais: Carqueja (*Baccaris genistelloid)es.*** Viçosa: Suprema, 2001. P. 102.

DEPINÉ, C. **Efeito alelopático de carqueja sobre a germinação de plantas daninhas.** 2003. 43 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Núcleo de Ciências Biológicas e da Saúde. Centro Universitário Positivo, Curitiba, 2003.

FELIX, R. A. Z**. Efeito alelopático de extratos de Amburana cearensis (fr. all.) a.c. smith sobre a germinação e emergência de plântulas**. Botucatu-SP: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociencias. Tese Doutorado, 2012.

FRITZ, D.; BERNARDI, A.; J. S.; ASCOLI, B. M.; BORDIGNON, S. A. L.; VON POSER, G. Germination and growth inhibitory effects oh Hypericum myrianthum and H. Polyanthemum extracts on *Lactua sativa* L. **Revista Brasileira Farmacognosia,** Curitiba, v. 17, n. 1, p. 44-48, 2007.

HEIDEN, G; IGANCI, J.R.V.; MACIAS, L. BACCHARIS SECT. CAULOPTERAE (ASTERACEAE, ASTEREAE) no Rio Grande da Sul, Brasil. **Rodriguésia**, v. 60 n. 4, p. 943-983. 2009.

LONDRES, F. **Sementes crioula**: cuidar, multiplicar e partilhar, As-pta. 2009. Disponível em: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Semente-crioula-cuidar-multiplicar-e-partilhar.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2018.

MELHORANÇA FILHO L. A. et al. Produtividade de alface cv Lucy Brown influenciada por períodos de convivência com plantas infestantes e potencial alelopático da tiririca. **Bioscience Journal**, Uberlândia, v. 24, n. 3, p. 19-23, Jul./Set., 2008.

OLIVEIRA, A. K.; et al. Alelopatia de extratos de diferentes órgãos de mulungu na germinação de alface. **Horticultura Brasileira**, v. 30, n. 3, 2012.

ROMANO, M.R.; VERBURG, N.; ANDRADE, J.M.; ROCHA, C.H**.** Desempenho de cinco variedades de milho crioulo em diferentes sistemas de produção. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, v.2, n.2, p.808-811, 2007.

SILVA, A. G. da; CARVALHO, R. I. N. de. Efeito alelopático de extratos de carqueja (*Baccharistrimera*) e confrei (*Symphytum officinale*) em sementes e plântulas de girassol. **Revista Acadêmica: Ciências Agrárias e Ambientais**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 23-32, jan./mar. 2009.

CONFLITOS ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E FORMAS DE SOLUÇÃO

CORREIA, Wellinton[654]
TIEPOLO, Matheus[655]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[656]

RESUMO: O seguinte trabalho tem por objeto, a diferenciação entre as duas formas de colisão, as formas de resolução dos conflitos, passando pela necessária análise do princípio da proporcionalidade e razoabilidade , tratando-se de tema atual e que, por vezes não é tratado de forma científica pelos intérpretes e aplicadores do direito.

Palavras-chave: Colisão. Normas fundamentais. Garantias.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo dissertar sobre os Direitos Fundamentais do ser humano e analisar a possibilidade de colisão entre eles. Essas garantias que a nossa Constituição Federal traz para todos os cidadãos, contém os valores mais importantes que o individuo tem dentro de uma sociedade e são indispensáveis para garantir uma vida digna, livre e igual para todos os seres humanos. Esses princípios fundamentais estão no artigo 5º da Constituição de 1988, divididos em espécies que trataremos detalhadamente ao longo do trabalho. Suas características são historicidade, universalidade, concorrência, irrenunciabilidade, inalienabilidade, imprescritibilidade, e a mais importante para esse artigo: limitabilidade. O ponto principal é entender que nenhum desses direitos são absolutos, sempre haverá um direito limitando o outro, essa colisão acontece quando a aplicação de uma garantia vai de encontro com outra, sendo necessário que uma delas seja deixada de lado, nesses caso ou a própria Constituição apresenta uma solução ou caberá ao operador do Direito decidir mediante a técnica de ponderação e proporcionalidade qual garantia deve prevalecer. Portanto, trataremos nesse trabalho alguns exemplos entre conflitos de direitos e formas para soluciona-los seguindo a jurisprudência brasileira.

2 DESENVOLVIMENTO

[654] Acadêmico de Direito, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[655] Acadêmico de Direito, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[656] Orientadora, professora de direito constitucional, Centro Universitário Campo Real.

Para iniciar o aprofundamento nesse tema, começaremos fazendo a distinção entre os dois tipos de colisão existentes: colisão em sentido amplo (ou impróprio) e colisão em sentido estrito (ou autentica). Liliane Roriz discorre a respeito do conflito em sentido estrito: "numa avaliação *stricto sensu*, os conflitos ocorreriam apenas entre direitos fundamentais, ou seja, sempre que o operador do Direito se depara-se com um direito fundamental em colidência com outro direito fundamental." (2002, p.14). Portanto, entende-se que a colisão estrita ocorre entre direitos fundamentais, podendo ser entre direitos diferentes ou entre aspectos positivos e negativos e um mesmo direito. Logo, a colisão em sentido amplo é a que envolve direitos fundamentais e/ou princípios e valores que sejam constitucionalmente relevantes. É importante destacar que só é possível ter a chamada colisão quando os direitos estão sendo exercidos dentro do campo da proteção constitucional, ou seja, os *limites imanentes*, caso contrário estaremos diante apenas de um conflito aparente, só existe autentica colisão entre direitos fundamentais quando um deles atinge diretamente o âmbito de proteção do outro. A respeito desses limites imanentes, doutrina Novelino:

> "Os chamados limites imanentes estão relacionados ao âmbito de proteção constitucional dos direitos fundamentais, sendo justificados pela existência de 'limites originários ou primitivos' impostos a todos os direitos que colocassem em risco bens jurídicos necessários à existência da comunidade ('clausula da comunidade'). Tais limites poderiam se imanentes da ordem social, da ética ou constituídos por direitos de outros." (NOVELINO, 2016.)

Ocorrendo o conflito entre os direitos fundamentais, é preciso solucioná-lo da melhor forma possível, a respeito disso discorre Lenza:

> A solução ou vem discriminada na própria Constituição (ex.: direito de propriedade *versus* desapropriação), ou caberá ao intérprete, ou magistrado, no caso concreto, decidir qual direito deverá prevalecer, levando em consideração a regra da máxima observância dos direitos fundamentais envolvidos, conjugando-a com a sua mínima restrição."(2012, p. 962)

O doutrinador George Marmelstein também discorre a respeito desse assunto:

> Todas as situações envolvendo o fenômeno da colisão de direitos fundamentais são de complexa solução. Tudo vai depender das informações fornecidas pelo caso concreto e das argumentações apresentadas pelas partes do processo judicial. Daí por que é preciso partir para a ponderação para solucionar esse conflito." (2011, p.402)

A ponderação citada pelo autor é um dos métodos que podem ser usados no momento da solução de conflitos normativos, em síntese ela se identifica como um dever de argumentar com transparência, expondo de forma ética e com consistência, todos os

motivos relevantes que levaram o operador do direito a decidir a favor de um ou outro direito constitucional (MARMELSTEIN, p.423). Na ponderação de interesses, é de extrema importância que o princípio da proporcionalidade e razoabilidade sejam analisados para que a partir deles sejam controladas as restrições entre os direitos em choque no caso concreto. A doutrina não faz muita diferenciação entre proporcionalidade e razoabilidade, embora essa diferença exista, como explica Távora e Alencar:

> Enquanto o princípio da razoabilidade é denominação que representa uma norma jurídica consistente em um cânone interpretativo que conduza o jurista a decisões aceitáveis, o principio da proporcionalidade, de origem germânica, representa um procedimento de aplicação/interpretação de norma jurídica tendente a concretizar um direito fundamental em dado caso concreto. Os que entendem razoabilidade e proporcionalidade como expressões sinônimas, contornam a diferença entre um fenômeno de aplicação do direito que requer o perpassar por três etapas (proporcionalidade = necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito), de outro fenômeno que assim não exige, haja vista que tem o condão de orientar o intérprete a não aceitar como válidas soluções jurídicas que conduzam a absurdos (razoabilidade)" (p. 67 – 68)

Como aludido acima, a proporcionalidade requer 3 requisitos para sua aplicação: adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito. A adequação nada mais é que a conexão lógica entre o meio e o fim, ou seja, deve haver uma ligação entre o meio visado e o fim que se pretende alcançar, evitando que sejam adotadas limitações inúteis e descabidas, as quais não trarão um resultado almejado. Já a necessidade, utiliza o menor sacrifício possível de um direito para atingir uma finalidade, ou seja, havendo várias maneiras para alcançar um determinado fim, o meio utilizado será sempre o de menor impacto, afim de reduzir o sacrifício aos direitos dos cidadãos, objetivando-se em vedar excessos ou arbitrariedades do Poder Público. E por fim, a proporcionalidade em sentido estrito que está diretamente relacionada aos conflitos de direitos fundamentais, tem por objetivo proteger mais benefícios do que malefícios, deve o julgador ter sensibilidade para medir as consequências da limitação de um (ou alguns) dos direitos fundamentais em conflito.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, mesmo a constituição protegendo grande parte de nossos direitos, ainda assim existem circunstâncias que o lesem gerando descumprimento de princípios ou até mesmo direitos fundamentais, causando conflitos entre direitos

fundamentais. Mostra que os direitos não são absolutos, pois quando há um conflito entre direitos fundamentais, deve-se analisar qual dos direitos irá afetar com menos intensidade. Quando ocorre colisão deve-se analisar se é de sentido estrito ou amplo, para sua aplicabilidade. Como todo conflito deve ser solucionado, tal caso não seria diferente, e existem possibilidades de solução através de ponderação que desencadeia a análise do princípio da proporcionalidade e o princípio da razoabilidade.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Liliane do Espírito Santo Roriz de. **Conflito entre normas constitucionais**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002 – 2. ed.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2012 – 16. ed.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo: Método, 2006 – 2. ed.
MARMELSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2011 – 3. ed.

TÁVORA, Nestor & ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. Salvador: Podivm, 2012 – 7. ed.

MENINGITE ESTREPTÓCOCICA EM SUÍNOS

SILVA,Layssa Ferreira[657]
ZUBRESKI,Hugo Marcelo[1]
GONÇALINO,Joana Sirlei[1]
FRANÇA, Moana Rodrigues[2]

RESUMO: A meningite estreptocócica em suínos é uma doença causada pelo *Streptococcus suis,* uma bactéria anaeróbica que causa grandes prejuízos na indústria suinícola. Essa doença também pode acometer humanos que entram em contato com carne contaminada. Dessa forma entende-se que o estudo da doença é importante para o controle da mesma. O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema para melhor compreensão desta patologia.

Palavras-chave: Zoonose. Suínos. Patologia.

1 INTRODUÇÃO

Meningite estreptocócica é uma patologia causada pela bactéria *Streptococcus suis (S. suis)*. Trata-se de uma bactéria Gram-positiva, de forma cocoide, anaeróbica facultativa que pode infectar suínos e humanos (Hughes et al, 2009). A infecção por essa bactéria pode causar septicemia, meningite, artrite, endocardite, polisserosite e pneumonia em suínos (Lara et al., 2007)

O agente causador tem como habitat natural o trato respiratório superior, particularmente as tonsilas e cavidades nasais, bem como os tratos genital e alimentar dos suínos. Os animais portadores sadios têm um papel fundamental na disseminação e transmissão dos S. suis para os animais suscetíveis e também fonte de infecção para os funcionários das granjas e abatedouros (Lara et al., 2007). Dessa forma, a importância do estudo e compreensão da meningite estreptocócica se dão tanto pelo impacto sanitário e econômico da patologia envolvendo a suinocultura, quanto pela capacidade zoonótica do agente. O Objetivo do presente trabalho é abordar características de manifestação da doença, diagnóstico e prevenção disponíveis para utilização em granjas até o momento.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODO

[657] Acadêmico de Medicina Veterinária, 6 período, Faculdade Campo Real.
[2] Professor orientador

O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica realizada em março de 2018. A pesquisa foi elaborada a partir de informações contidas em livros, artigos e biblioteca online.

2.2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A bactéria S. suis foi primeiramente identificada em 1954 e desde então já foi descrita como causadora de diversas infecções em humanos e suínos. Por meio da diferenciação das cápsulas de antígenos, as bactérias do grupo *S. suis* foram classificadas em 35 diferentes sorotipos, dos quais o sorotipo 2 é o mais frequentemente isolado de animais e humanos doentes na maioria dos países (Soares e Paes, 2013; Staats et al 1997). No Brasil, A presença de *S. suis* já foi comprovada em pelo menos 13 estados, revelando a importância desse agente na produção de suínos no Brasil (Soares e Paes, 2013).

Com relação à epidemiologia, os suínos atuam como importantes agentes na transmissão da bactéria, pois em condições naturais, muitos suínos são carreadores sadios de variados sorotipos de *S. suis,* que podem estar presentes tanto na cavidade nasal quanto nas tonsilas (Lara et al., 2007).

A elevada prevalência de portadores sadios do *S. suis* tipo 2 favorece a disseminação do agente, sendo que a transmissão horizontal ocorre pelo contato nasonasal e a transmissão aérea ocorre a uma distância de até 40 cm sem a necessidade do contato direto entre os animais. Além da transmissão aerógena, a vertical também já foi descrita. A fêmea portadora desta bactéria no trato reprodutivo pode contaminar o leitão durante ou logo após o parto (Lara et al., 2007).

A via de infecção mais comum é a respiratória, a bactéria atinge as tonsilas que servem de porta de entrada no organismo. Posteriormente, o agente atinge os linfonodos mandibulares podendo permanecer sem evidencias clínicas ou produzir septicemia, atingindo articulações, meninges e outros tecidos. Se as articulações e o cérebro não forem atingidos, os animais permanecem normais mesmo com grande número de *S. suis* circulando no sangue, após 2-3 semanas a bactéria reduz gradativamente em número (GAZZI, 2003).

O período de incubação pode variar de 24 horas a 2 semanas ou mais. Alguns animais podem morrer sem apresentar sinais clínicos, portanto a morte repentina de suínos em boas condições significa uma possibilidade de infecção por *S. suis*. Quando manifestam sinais clínicos, os animais normalmente apresentam febre (40,6 a 41,7°C)

e sintomas nervosos como depressão ou hiperexcitabilidade, tetraparesia, andar em círculos ou dificuldade para manter-se em pé. Em estágios mais avançados da doença, os suínos podem permanecer em decúbito lateral, apresentando convulsões e rigidez dos membros. Cegueira, perda unilateral dos reflexos pupilares à luz e papiledema podem ser sinais relacionados à hidrocefalia, também presente nessa patologia. Além disso, lesões de poliartrite podem ser constatadas *post mortem* (GAZZI, 2003).

A suspeita da doença pode surgir a partir do histórico, manifestação dos sinais clínicos e evidências macroscópicas encontradas nos exames de necropsia, determinando o diagnóstico presuntivo. Porém o diagnóstico definitivo será determinado a partir do isolamento e identificação do agente e de laudos microscópicos de amostras colhidas na necropsia (Soares e Paes, 2013).

Atualmente existem diversas técnicas aceitas para isolamento e identificação do agente, porém a coaglutinação é a mais difundida técnica de sorotipificação das linhagens de *S. suis*. A utilização de reagentes polivalentes, seguida de reagentes monovalentes, torna a técnica mais rápida, permitindo a sorotipificação de um grande número de linhagens em um curto período de tempo (Soares e Paes, 2013).

Para a prevenção da doença, o controle do agente é uma alternativa, por meio do uso de antibióticos na ração ou água. Entretanto, os gastos com medicação são muito elevados e o aumento na resistência do agente aos antimicrobianos nos últimos anos e os resíduos de antibióticos na carne são pouco aceitos, principalmente quando se visa exportação (Salgado, 2003).

Com relação à vacinação, foi relatado que não ocorre proteção em suínos quando usada vacina autógena em dose intramuscular única em leitões com 4 dias de idade. Ocorre também que somente uma dose da vacina pode não ser suficiente, para gerar imunidade protetora contra desafios de Streptococcus suis (Salgado,2003). Até o momento não se sabe quais as possíveis causas que geram as falhas de imunidade protetora nos animais (Salgado, 2003).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a meningite estreptocócica em suínos é causada mais frequentemente pelo sorotipo 2 de *S. suis*. As vacinas produzidas até o momento não foram eficazes para erradicar totalmente a doença, portanto a melhor forma de controle ainda são os antibióticos na água e comida. A importância do conhecimento da patologia

e do agente etiológico abrangem tanto as consequências econômicas quanto de saúde pública, por se tratar de uma zoonose.

4 REFERÊNCIAS

AMASS, S., SANMIGUEL, P., CLARK, L.K. Demonstration of vertical transmission of Streptococcus suis in swine by genomic fingerprinting. **J. Clin. Microbiol**., v.35, n.6, p.1595 1596, 1997.

GAZZI, S. G. **Meningite Estreptocócica Suína**. 77 f. Tese (Obtenção de título de Médica Veterinária). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba- PR, 2003. 77 f.

JAMES J. M et al., *Streptococcus suis:* An Emerging Human Pathogen, *Clinical* ***Infectious Diseases*****,** v.48, n. 5, p. 617–625, 2009.

LARA, A.C et al., PREVALÊNCIA DE Streptococcus suis SOROTIPO 2 EM TONSILAS DE SUÍNOS SADIOS EM IDADE DE ABATE NO ESTADO DE SANTA CATARINA (Prevalence of Streptococcus suis serotype 2 in tonsils of healthy slaughter pigs in southern Santa Catarina). **Archives of Veterinary Science**, v.12, n. 2, p. 31-34, 2007. **pathology,** São Paulo, v. .80, n. 3, p. 367-373,2013.

SANTOS, J.L. et al., Distribuição de sorotipos de Streptococcus suis em suínos clinicamente doentes no Brasil. In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE VETERINÁRIOS ESPECIALISTAS EM SUÍNOS, 26, 1999, Belo Horizonte, Anais... Minas Gerais, p. 239 240, 1999.

SOARES, Taíssa Cook Siqueira; PAES, Antonio Carlos. Prevalência de streptococcus suis sorotipo 2: discussão da literatura brasileira prevalence of streptococcus suis serotype 2: discussion of the brazilian literature. **Animal**

STAATS J.J Streptococcus *suis*: past and present. **Vet Res Commun**, V.21, n.6, p. 381–407. 1997

MANIPULAÇÃO GÉNETICA DE EMBRIÕES

VIER, Christopher Hauth[658]
BINI, Thiago[659]
RAITZ, Evelyn Cavali da Costa[660]

RESUMO: Trata-se do debate sobre a modificação genética causada a partir de pesquisas feitas fora do Brasil. Nota-se certo conflito entre ciência e direito, a fim de preservação dos direitos e futuramente, há a alegação de tornar-se um comércio por parte dos cientistas pesquisadores. Utilizou-se do método dedutivo, com base na revisão bibliográfica, visando o debate e a discussão sobre o assunto.

Palavras-chave: Modificação genética, embriões, pesquisa, CRISPR, DNA

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a modificação genética sob a ótica jurídica, mas especificadamente, sob a ótica do direito constitucional. Será apresentada a forma de modificação genética, como ela ocorre e qual a implicação que a mesma trará para a sociedade e o sistema de saúde no futuro.

Será tratado também a interpretação da legislação atual, bem como o que a mesma dispõe a respeito do assunto.

2 DESENVOLVIMENTO

Após experimentos realizados na China, na Suécia, e agora nos Estados Unidos, muitas especulações e dúvidas surgiram a respeito da manipulação genética de embriões.

Segundo Stella Martinez, a Engenharia Genética:

> [...]é o conjunto de técnicas que alteram ou modificam os caracteres hereditários de uma espécie, procurando eliminar malformações ou enfermidades de origem genética ou mesmo efetuar alterações ou transformações, com finalidade experimental, mudando mesmo as características até então inexistentes na espécie" (MARTINEZ, 1998, p.78).

Segundo a Lei de Biossegurança Nacional, Engenharia Genética é definida como a atividade de produção e manipulação de moléculas de ADN/ARN recombinante.

[658] Acadêmico do Curso de Direito Noturno, 3º período do Centro Universitário Campo Real.
[659] Acadêmico do Curso de Direito Noturno, 3º período do Centro Universitário Campo Real.
[660] Orientadora e Professora da Disciplina de Direito Constitucional I, Centro Universitário Campo Real.

A manipulação que será tratada neste resumo é a polêmica “engenharia germinal”, que é realizada através de uma técnica denominada CRISPR.

O funcionamento da técnica CRISPR (do inglês *Clustered Regularly Interspaced Short Palindromic Repeats*), ou seja, Repetições Palindrômicas Curtas Agrupadas e Regularmente Interespaçadas, consiste primeiramente em uma molécula guia de RNA programada para se combinar a qualquer sequência de DNA encontrada no genoma humano. Após este processo, uma enzima especial, chamada CAS9, pode ser anexada ao RNA guia para encontrar a sequência de DNA procurada. Então, O RNA se alinha à sequência alvo de DNA e a CAS9 se acopla a ela e corta ambas as cadeias de dupla hélice do DNA. Por fim, os cortes de DNA podem ser alterados com uma inserção extra de DNA ou com a eliminação do DNA defeituoso.

Este processo consiste na alteração do DNA de embriões criados por fertilização *in vitro* (técnica que consiste na coleta dos gametas para que a fecundação seja feita em laboratório e depois na transferência desses embriões de volta para o útero materno), com esperma doado por homens que possuem mutações genéticas que causam doenças hereditárias. Estes embriões, ao se desenvolverem, tornariam se crianças. Estas crianças com o DNA modificado passarias as características obtidas, ou seja, as mudanças, para as gerações seguintes. Isto levanta vários debates, tanto na área da saúde, quanto na sociedade.

Regina Parizi, presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB), lembra que, conforme a Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), assinada por volta de 1990, todas as pesquisas na área devem levar em conta suas implicações éticas e sociais.

> A declaração internacional sobre dados genéticos humanos, nas disposições de caráter geral, reafirmou os princípios consagrados na declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos e os princípios da igualdade, justiça, solidariedade e responsabilidade, assim como o respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e as liberdades fundamentais, especialmente a liberdade de pensamento e de expressão, aqui compreendida a liberdade de investigação, e a privacidade e segurança da pessoa, em que deve basear-se toda coleta, tratamento, utilização e conservação de dados genéticos humanos.(PETTERLE, 200, p. 46)

Na área da saúde, os principais debates rodam entre dois temas principais. O primeiro diz respeito a eliminações de doenças e características genéticas prejudiciais à saúde. Algumas dessas doenças são facilmente encontradas no dia a dia. Exemplos seriam a eliminação da Síndrome de Down, do Daltonismo, da Hipertensão Arterial, da

Diabetes e do Câncer. Por outro lado, outra grande discussão é o desenvolvimento de um novo mercado, visando atender a demanda pela modificação genética dos embriões, denominada de “design de bebês”. Este mercado consistiria na seleção de melhorias genéticas a serem realizadas nos embriões, sejam para evitar doenças, ou para melhorar características físicas do indivíduo.

Na sociedade, as discussões levantadas são similares aos levantados na área da saúde. Por um lado, encontramos pessoas apoiando os experimentos, alegando que estas modificações genéticas poderiam prevenir e possivelmente erradicar doenças terríveis. Entretanto, grupos de pessoas estão levantando a hipótese de este experimento consistir em uma reminiscência dos estarrecedores empreendimentos nazistas que justificavam a eugenia. Estes grupos de pessoas justificam de que com o passar do tempo as pessoas começaram a ter a preferência por adotar uma característica específica em comum, e que este comportamento remeteria a uma nova “raça ariana”.

Para Merlin Crossley, da Universidade de Nova Gales do Sul, a modificação genética pode ser considerada em casos em que pai e mãe são afetados por uma doença genética grave, porém, Merlin descarta que possa ser usada em outras situações, como o aprimoramento genético, pois os riscos não estão claramente definidos. Já Greg Neely, da Universidade de Sydney, o “design de bebês” trata-se de uma utopia, porém, o assunto é de suma importância para a engenharia genética. Por fim, Neely traz que editar traços como inteligência ou beleza é de caráter ficcional, uma vez que ainda não é possível o controle pleno sobre isso.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 225, inciso II, defende a preservação da “diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético”.

Sobre esse tema, analisam Celso Antônio Fiorillo e Marcelo Abelha Rodrigues:

> [...]ao fazer com que seja preservada a diversidade e do patrimônio genético, a CF admite que não só por via da genética seja possível reproduzir seres vivos, nas que, principalmente, aceita esse tipo de técnica como forma de tutelar o meio ambiente. Preservando um número cada vez maior desses patrimônios genéticos (diversidade), o planeta estará mais precavido contra a possível extinção das espécies, decorrente da crescente degradação ambiental.” (FIORILLO, RODRIGUES, 1997, 457)
> “[...]Dessa forma, admitiu, por via transversa, que é possível a atividade biotecnológica, da qual deriva a engenharia genética, sempre que essa manipulação for usada para fins de efetivar o direito estabelecido no art. 225, caput, como bem anuncia p § 1º do mesmo artigo. Conclui-se que é permitida a manipulação do material genético (DNA e seus genes) sempre que esta

> manipulação resultar na busca da sadia qualidade de vida, visando alcançar um meio ambiente ecologicamente equilibrado." (FIORILLO, RODRIGUES, 1997, 458)

Já a Lei nº 11.105, de 24 de Março de 2005, em seu artigo 6º, proíbe:

> "I – implementação de projeto relativo a OGM sem a manutenção de registro de seu acompanhamento individual; II – engenharia genética em organismo vivo ou o manejo in vitro de ADN/ARN natural ou recombinante, realizado em desacordo com as normas previstas nesta Lei; III – engenharia genética em célula germinal humana, zigoto humano e embrião humano; IV – clonagem humana; V – destruição ou descarte no meio ambiente de OGM e seus derivados em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio, pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização, referidos no art. 16 desta Lei, e as constantes desta Lei e de sua regulamentação; VI – liberação no meio ambiente de OGM ou seus derivados, no âmbito de atividades de pesquisa, sem a decisão técnica favorável da CTNBio e, nos casos de liberação comercial, sem o parecer técnico favorável da CTNBio, ou sem o licenciamento do órgão ou entidade ambiental responsável, quando a CTNBio considerar a atividade como potencialmente causadora de degradação ambiental, ou sem a aprovação do Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, quando o processo tenha sido por ele avocado, na forma desta Lei e de sua regulamentação; VII – a utilização, a comercialização, o registro, o patenteamento e o licenciamento de tecnologias genéticas de restrição do uso[...]" (LEI 11.105, 2005)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A razão é o conflito das leis com as preocupações éticas em relação ao tema. Percebe-se que ainda há a necessidade de vários estudos e pesquisas sobre as mudanças genéticas, porém, é um assunto a ser pensado futuramente, o qual gerará grande debate, tanto na área da ciência, como no direito. Portanto, enquanto breve, é difícil julgar o que esse estudo vai nos trazer, já que ninguém deve especular enquanto a publicação está pendente. Mas certamente é hora de começar a perguntar: o que nós queremos fazer com o CRISPR e o que queremos fazer com nós mesmos.

4 REFERENCIAS

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 02 set 2018.

BRASIL. **Lei 11.105 de 24 de março de 2005:** dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm>. Acesso em 02 set 2018.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Manual de Direito Ambiental e Legislação aplicável**. São Paulo: Max Limonad, 1997, p. 457-458.

MARTINEZ, Stella Maris. **Manipulação Genética e Direito Penal**. São Paulo: IBCCrim, 1998.

PETTERLE, Selma Rodrigues**. O direito fundamental à identidade genética na Constituição brasileira**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.p. 46

Entenda a polêmica sobre a manipulação genética de embriões. CANÇÃO NOVA. Disponível em: < https://noticias.cancaonova.com/brasil/entenda-a-polemica-sobre-manipulacao-genetica-de-embrioes/>. Acesso em 02 set 2018

Manipulação genética de embriões humanos gera debate ético. GAZETA DO POVO. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/manipulacao-genetica-de-embrioes-humanos-gera-debate-etico-ajzewnsjolny1d1dqtpwytqlw>. Acesso em 02 set 2018.

Primeira edição genética de embriões humanos nos EUA causa polêmica. O GLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/primeira-edicao-genetica-de-embrioes-humanos-nos-eua-causa-polemica-21637400>. Acesso em 02 set 2018.

Você sabe o que é CRISPR?. CONSELHOS DE INFORMAÇÕES SOBRE BIOSSEGIRANÇA. Disponível em: <https://cib.org.br/crispr/>. Acesso em 02 set 2018

RELATO DE CASO: CANINO COM MASSA TUMORAL NA REGIÃO PERINEAL

MITTLSTAEDT, Daiane Eurich [661]
SCHOTTEN, Suzane Ricken[2]
OREIKO, Victoria Backes[3]
PEREZ, Renata Severo[4]
FRANÇA, Moana Rodrigues[5]

RESUMO: O presente trabalho relata o caso de um animal atendido no Departamento Veterinário do Centro Universitário Campo Real, RealVet. Trata-se de um canino da raça Fila brasileiro, macho, inteiro que apresentava massa tumoral com foco de dilaceração na região perineal. Foi realizado exame radiológico torácico, com imagens compatíveis com a presença de metástase pulmonar. O paciente foi encaminhado diretamente para o centro cirúrgico para retirada da massa tumoral, para melhorar a condição de vida do indivíduo.

Palavras-chave: Cão. Neoplasia. Metástase.

1 INTRODUÇÃO

As neoplasias atualmente possuem um número crescente de diagnóstico na rotina da clínica médica (ROCHA et al., 2010). Atualmente, neoplasias representam a maior causa de morte de cães. Aproximadamente 50% dos animais idosos desenvolve a doença e cerca de 25% dos animais morre por consequências de neoplasias (ADAMS et al., 2010).

As enfermidades relacionadas a oncologia são complexas e relacionadas a uma variedade de abordagens para diagnóstico e tratamento, sendo o planejamento a peça fundamental para a obtenção de bons resultados, visando a qualidade de vida do paciente (HORTA, 2013).

O presente trabalho tem por objetivo relatar o caso de um cão, portador de neoplasia, atendido na RealVet, submetido a remoção cirúrgica da neoplasia para extensão da sobrevida e melhora na qualidade de vida.

2 DESENVOLVIMENTO

[661] Acadêmicas de Medicina Veterinária, 8° período, Centro Universitário Campo real.
[2] Acadêmicas de Medicina Veterinária, 7° período, Centro Universitário Campo real.
[3] Acadêmicas de Medicina Veterinária, 6° período, Centro Universitário Campo real.
[4] Mestra em Ciências, Centro Universitário Campo Real.
[5] Doutora em Ciências, Centro Universitário Campo Real.

2.1 MATERIAL E MÉTODOS

As informações contidas no presente trabalho foram obtidas por revisão dos prontuários e fichas de atendimento do paciente da RealVet, entrevista com o tutor do paciente, consultas, exames e laudos de exames complementares e revisão bibliográfica.

2.2 RELATO DE CASO

Paciente da espécie canina, raça fila brasileiro, macho, íntegro, 11 anos de idade, pesando 32,100 kg, foi encaminhado ao Departamento Veterinário do Centro Universitário Campo Real, RealVet. A queixa principal do tutor era o aparecimento de uma massa espessa de crescimento rápido na região do escroto. Um dia antes da consulta a massa havia sido dilacerada, apresentando odor fétido. O animal se alimentava normalmente e começou a perder peso após o aparecimento da massa nos testículos. No momento da primeira consulta, o animal apresentava condição corporal 2,5, temperatura retal 40,5ºC, frequência respiratória 69, frequência cardíaca 140 bpm, TPC 1, mucosas pálidas rosas e linfonodos palpáveis normais. Na palpação e exame físico, foi possível perceber que a massa possuía consistência firme e o animal reagia ao toque, com comportamento compatível com dor.

O animal foi encaminhado para um exame radiográfico na posição dorsoventral do abdômen e latero-lateral direita do tórax, para observar a extensão tumoral. De fato foi possível observar a presença de nódulos pulmonares condizentes com lesões metastáticas.

Após os exames clínicos e radiológicos o animal foi encaminhado para a cirurgia, com o objetivo de remover a massa tumoral visando melhorar a condição de vida deste paciente.

A MPA (medicação pré-anestésica) foi realizada com uso de Acepromazina, Midasolam e Ketaminana, na dose de 0,5 ml de cada medicamento pela via intravenosa. Para a indução anestésica foi utilizado Propofol intravenoso e em seguida anestesia epidural com Lidocaína, usando 10 ml.

A assepsia foi realizada com Clorexidina e PVPI e seguida do procedimento cirúrgico para remoção da massa tumoral.

Após a cirurgia shotapen e cetoprofeno foram administrados. Foi prescrito o uso de cefalexina e meloxicam além dos devidos cuidados com o paciente como o de usar colar elizabetano para evitar danos na ferida cirúrgica. O animal retornou 14 dias após a cirurgia para retirada dos pontos.

Neste caso, optou-se apenas pelo procedimento cirúrgico, visto que segundo dados científicos, o tratamento quimioterápico de animais após o desenvolvimento de metástase pulmonar não é eficiente para a cura da patologia e também não prolonga a vida do animal (EHRHART et al, 2013).

Frente à gravidade da neoplasia e a ocorrência de metástase pulmonar, a realização do procedimento cirúrgico nesse caso foi de caráter paliativo, para garantir a melhora da qualidade de vida do animal.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neoplasias são as maiores causas de mortes de cães na atualidade. O presente trabalho relatou o caso de um cão com neoplasia e manifestação de sinais de metástase pulmonar que foi submetido à cirurgia para remoção da massa tumoral primária. Devido à presença de metástase pulmonar e dificuldade de tratamento da patologia, o objetivo do procedimento foi melhorar a qualidade de vida do animal.

4 REFERÊNCIAS

ADAMS V.J.; EVANS K.M.; SAMPSON J.; WOOD J.L.N. Methods and mortality results of a health survey of purebred dogs in the UK. **J Small Anim Pract**, 51:512–524, 2010.

EHRHART N.P.; RYAN S.D.; FAN T.M. Tumors of the skeletal system. In: Withrow SJ, Vail DM, Page RL, eds. **Small animal clinical oncology**. St Louis: Elsevier, 463–503, 2013.

FEITOSA, F. L. F.; **Semiologia veterinária a arte do diagnóstico**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2014.

HORTA, R. S. **Oncologia em pequenos animais.** 1. ed. Belo Horizonte: FEP MVZ, 2013.

ROCHA, J.R.; SANTOS, L. M.; TRENTIN, T. C.; ROCHA, F. P .C.; PACHECO, M. D. Carcinoma de células escamosas em cães – relato de caso. **Revista Científica Eletrônica de Medicina Veterinária**, Garça-SP, v. 1679-7353, n. 14, Janeiro de 2010.

DIREITOS DA PERSONALIDADE APÓS A MORTE

MATOS, Bianca Geraldine de Matos [662]
PACHECO, Bárbara Antoniczei [663]
SELL,Elizabete Nizer [664]

RESUMO: Através de pesquisa bibliográfica, embasando-se em obras pertinentes, buscou-se demonstrar que a personalidade de direito da pessoa natural inicia-se a partir do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção os direitos do nascituro e tem o seu fim determinado pela morte. Objetiva-se demonstrar no presente trabalho a preocupação do ordenamento jurídico em garantir os direitos intrínsecos às pessoas. Dentre as normas propostas, cabe ressaltar a proteção do cadáver, chegando à conclusão de que os direitos da personalidade são preservados post mortem.

Palavras-chave: Post Mortem. Doação. Direitos do corpo morto.

1 INTRODUÇÃO

Os direitos da personalidade estão situados na Constituição Federal e no Código Civil, onde existe um capítulo dedicado somente a ele. Isto porque esses direitos possuem papel essencial para todos os indivíduos, pois estão diretamente relacionados à pessoa. Todos os indivíduos são detentores de personalidade, a qual necessita de proteção; essa proteção trata-se dos direitos da personalidade necessários e indispensáveis para que a pessoa possa viver sua vida com dignidade e honra.

Os direitos da personalidade tratam-se dos direitos que cada pessoa tem de defender o que lhe é próprio, como a vida, identidade, liberdade, privacidade, honra opção sexual, integridade, imagem. “É o direito subjetivo de exigir um comportamento negativo de todos, protegendo um bem próprio, valendo-se de ação judicial.” (DINIZ, 2010).

Segundo VENOSA et al (2002), os direitos da personalidade são inatos ou originários porque se adquirem ao nascer, independentemente de qualquer vontade. São vitalícios, perenes ou perpétuos, porque perduram por toda a vida. Pedro Frederico Caldas, em sua obra *Vida privada, liberdade de imprensa e dano moral*. (1997. p. 10.), diz que outra característica bastante prestigiada é de que os direitos da personalidade são absolutos, pois são oponíveis *erga omes*, submetendo quem quer que seja à sua carga de eficácia irradiada. A relação jurídica estabelecida envolve um sujeito passivo

[662]Acadêmica do curso de direito, 2º período, Faculdade Campo Real.
[663]Acadêmica do curso de direito, 2º período, Faculdade Campo Real.
[664]Mestranda, Professora de Direito Civil: Parte Geral I, Faculdade Campo Real.

universal, indeterminado, porém, determinável quando há violação deste direito absoluto no caso concreto.

Como citado anteriormente, o direito da personalidade está ligado ao corpo vivo ou morto, sendo indisponível; porém, podendo ocorrer à disponibilidade deste desde que, esteja em conjunto da manifestação expressa da vontade de seu possuinte, sejam resguardadas as limitações impostas pelas normas de ordem pública.

2 DIREITO DO CORPO MORTO

O art. 6° do Código Civil Brasileiro, diz que "a existência da pessoa natural termina com a morte do indivíduo, porém não se pode dizer que a morte coloca fim nos direitos da pessoa humana." Quando ocorre à morte, há a extinção da pessoa humana, e por consequência os direitos de personalidade. Asseguram também que alguns desses direitos se estendem após o falecimento.

A Lei n.º 9.434/1997, que dispõe sobre a remoção de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, bem como art. 12 do Código Civil Brasileiro, arts. 209 a 212 do Código Penal Brasileiro, art. 1º inciso III da Constituição Federal, dentre outras.

Segundo o artigo 12, parágrafo único do Código Civil, morto poderá sofrer violação aos direitos inerentes à sua personalidade, direito à honra, à privacidade, à imagem. O direito ao cadáver está ligado ao direito à integridade física, pois, os primeiros estudos jurídicos acerca do assunto se iniciaram com a possibilidade de retirada das partes do corpo enquanto vivo.

2.1 DIREITO DA FAMÍLIA SOBRE O CORPO MORTO

Quando ocorre a morte do indivíduo é necessário dar uma destinação digna para o corpo, como a inumação, cremação, doação de órgãos ou tecidos ou doação do próprio corpo para fins de estudos. Há vezes que a destinação se distancia dessas mencionadas acima, porém continuam sendo legais, como os casos do exame de necropsia, quando a morte for violenta.

As pessoas consideradas legitimadas para precisar sobre o que fazer com o corpo, é primeiramente, o próprio falecido, o qual poderá deixar sua última vontade, e se assim fizer essa deverá triunfar. Não existindo manifestação de sua vontade, ficará

a critério da família decidir o melhor destino para o cadáver, ocorrendo alguma afronta aos direitos da personalidade relacionados ao cadáver o Poder Judiciário protegerá mediante as ações cíveis e penais que são cabíveis.

Segundo Szaniawiski, (1993, p. 303):

> O Direito tem se ocupado em proteger o corpo humano após a morte no sentido de lhe dar um destino onde se mantenha sua dignidade. Este direito respeita aos parentes do morto, tratando-se de um direito familiar, diferente do tratamento que se dá às partes separadas do próprio corpo, e possui conotações e natureza de um direito de propriedade. O direito ao cadáver diz respeito ao próprio defunto, à sua memória, pois em certas ocasiões podem ocorrer atentados à memória do morto.

A proteção *post mortem* que está inserida no artigo 20 do Código Civil, parágrafo único, autoriza a família - o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes - a proteger e/ou proibir a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, a publicação, a exposição ou a utilização da imagem do morto que, necessariamente, atingirem alguns dos direitos inerentes à personalidade do morto. O artigo 12**,** também em seu parágrafo único, consagra os direitos do "de cujus" dando aos seus sucessores a legitimidade para pleitear indenização em caso de danos à personalidade do indivíduo morto.

O *de cujus* pode sofrer afronta a sua integridade física quando lhe é retirado partes do corpo sem a devida autorização da família ou do próprio falecido, que tenha deixado alguma manifestação em vida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir com o decorrer do estudo que os direitos da personalidade buscam proteger a pessoa em vida e também o fazem após a morte, demonstrando que os direitos realmente se estendem ao cadáver, no sentido de que a família do falecido tem legitimidade para defender todos os direitos particulares a personalidade falecida, em caso de violação. Nesse sentido, quando há morte, ocorre a extinção dos direitos da personalidade para o morto, mas entende que os herdeiros possuem legitimidade de fazer uso de medidas cabíveis para proteção dos direitos do falecido, tendo em vista que, existe um direito de propriedade destes sobre o cadáver, tratando assim de uma propriedade do herdeiro. Por isso, a grande importância, sobre à legalidade e legitimidade das pessoas que podem atuar em nome do falecido. Além disso, essa

legitimidade não está relacionada apenas à possibilidade de defesa em uma futura ação contra quem ousar agredir os direitos dos mortos, mas também existe para determinar, quem decidirá quanto o destino do cadáver. Salientando a existência de um amparo legal, sobre a dignidade dos indivíduos, em vida e que se resguarda no momento do falecimento.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CALDAS, Pedro Frederico. **Vida privada, liberdade de imprensa e dano moral**. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 1a edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de Personalidade e sua Tutela**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil** – Parte Geral. 2.ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

DESAFIOS NA ATENÇÃO À SAÚDE DO HOMEM E SEU REFLEXO NAS TAXAS DE MORBIDADE.

CAVALCANTE, Marília D. M. Araújo[665]
FURMANN, Pedro Alann[666]
GARCIA, Amanda Ratusznei[667]
RIBEIRO, Valeska Bello[668]

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo analisar o perfil de mortalidade e condições de risco em homens. Apesar da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, em geral, os homens acabam por não procurar assistência básica de saúde. Utilizou-se dados disponíveis em plataformas: DATASUS e VIGITEL. Conclui-se que a discrepância na mortalidade masculina se deve muito mais a fatores sociais e comportamentais do que variáveis biológicas, não somente para as causas externas mas também para as naturais.

Palavras-chave: Gênero. Saúde. Morbidade masculina. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Campos et al (2012), além das diferenças anatômicas e fisiológicas que caracterizam homens e mulheres, experiências específicas, cada qual em seu tempo e modo, são vivenciadas de forma privada e não compartilhadas pelos sexos.

Pela epidemiologia, essa diversidade biológica e social, implica disparidades quanto à exposição e riscos, sendo indicadas em taxas de incidência, prevalência ou mortalidade por causas específicas significantemente diferentes. Essas taxas são de extrema importância quando se trata de intervenções para melhoramento desses índices, pois são eles que vão indicar onde devemos ter maior conjunto de ações, como elas devem ser desenvolvidas, qual o público-alvo e os objetivos esperados com elas.

2 DESENVOLVIMENTO

Os métodos utilizados foram dados disponíveis pelo Ministério da Saúde em plataformas como o DATASUS e a VIGITEL para comparações e comprovações sobre o problema de pesquisa. Os dados são disponibilizados em forma digital e foram

[665] Orientadora, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPR.
[666] Graduando de Enfermagem, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[667] Graduanda de Enfermagem, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[668] Graduanda de Enfermagem, 4º período, Centro Universitário Campo Real.

comparados por meio de estatística simples e relacionados com leituras feitas a respeito de políticas públicas, diretrizes e protocolos, saúde coletiva, assistência à saúde masculina e atenção primária. Evidenciou-se taxas de mortalidade aumentada resultante das falhas na elaboração de programas relacionados à saúde do homem e implementações de ações na saúde básica para maior acesso às mesmas.

As políticas públicas voltadas a população masculina são uma das mais recentes, datadas de 2009, quando o SUS já completava 21 anos de sua criação, sentiu-se a necessidade de uma nova perspectiva para a face masculina da população brasileira, até então as grandes prioridades eram crianças e mulheres- e mais recentemente também os idosos- considerados os estratos mais vulneráveis da sociedade.

Com isso o Ministério da Saúde, juntamente com as esferas estaduais e municipais que compõe o Sistema Único de Saúde, iniciaram o desenvolvimento de políticas de atenção à saúde masculina, em especial a homens de 20 a 59 anos. A questão não é reduzir a ênfase nos cuidados aos demais grupos populacionais, e sim chamar a atenção dos homens para que se cuidem mais, prestando assim, serviços de saúde que facilitem o enfrentamento dos agravos que são específicos do sexo masculino ou que nele encontram maiores taxas de ocorrência e morbidade. A ênfase está no trabalho de prevenção, promoção e proteção básica à saúde, com fundamento na percepção de que cada homem pode manter-se saudável em qualquer idade, tendo consciência da sua vulnerabilidade necessitando assim de cuidado e atenção para diminuir as chances de maiores agravos a sua saúde.

Mesmo com a criação de políticas públicas especiais para os homens, os desafios continuam crescendo e influenciando diretamente nos dados assustadores de morbidade aumentada e expectativa de vida diminuída quando comparado às mulheres. Dados do DATASUS trazem diferenças alarmantes nas taxas de mortalidade masculina. Em 2016, os homens de 20 a 59 anos totalizaram 13.803 óbitos no Paraná, mulheres na mesma faixa etária tiveram um total de 6.755 óbitos, menos da metade do total de homens. O somatório de óbitos nesse ano foi de 42.578 homens contra 32.148 mulheres.

VIGITEL uma plataforma que compõe a Vigilância de Fatores de Risco para Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) do Ministério da Saúde, monitora doenças como diabetes, câncer, doenças respiratórias crônicas, cardiovasculares e fatores de riscos para as mesmas. Verificou-se dados significativos sobre a quantidade

de fumantes homens, num conjunto de 27 capitais, a frequência de 10,0% de homens tabagistas passa na frente dos 6,3% de mulheres nas mesmas regiões. Sobre o excesso de peso, a frequência maior foi nos homens com 61,6% e as mulheres com 47,6% no mesmo conjunto de regiões. Com relação ao consumo regular de frutas e hortaliças maiores taxas observadas foram com as mulheres apresentando 47,8%, e os homens com 35,8%. Relacionado ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas, a maioridade foi observada nos homens com 26,9% e as mulheres com 12,5%.

O entendimento das divergências na busca por atendimento em saúde em relação ao homem e a mulher pode ser encontrada quando considera-se questões sobre gênero e que culturalmente os homens acreditam ser menos propícios a ficarem doentes.

Segundo Scott (1986), gênero é designado para diferenciar as relações sociais entre os sexos, podendo rejeitar as justificativas biológicas subordinadas no fato de as mulheres têm filhos e homens têm força muscular superior, tornando se uma maneira de indicar "construções sociais" das ideias sobre os papéis próprios dos homens e das mulheres, elementos constitutivos das relações sociais percebidas entre os sexos, sendo também uma forma de significar relações de poder.

Para Figueiredo (2005), a forma do processo de socialização do homem, acarreta na sua ausência ou invisibilidade nos serviços de saúde. Nesse caso, a identidade masculina estaria associada à desvalorização do autocuidado e à preocupação com a saúde. Assim os homens preferem utilizar outros serviços de saúde, como farmácias ou prontos-socorros, que responderiam mais objetivamente às suas demandas, sem que houvesse a necessidade de procura à assistência e acompanhamento em UBSs. Ainda nas palavras do autor,

> Nesses modelos de masculinidade idealizada estão presentes as noções de invulnerabilidade e de comportamento de risco – como valores da cultura masculina – e a idéia de uma sexualidade instintiva e, portanto, incontrolável. Associadas a isso encontram-se fortalecidas suas dificuldades de verbalizar as próprias necessidades de saúde, pois falar de seus problemas de saúde pode significar uma possível demonstração de fraqueza, de feminilização perante os outros. Denota-se daí a idéia de feminilização associada aos cuidados de saúde. (FIGUEIREDO, 2005, p 107)

Segundo Villela (2005, p. 30), o gênero visto como "conjunto de dispositivos culturais que transformam corpos com pênis ou com vulva em homens ou mulheres, marcando os corpos como masculinos ou femininos" marca não apenas a parte

anátomo-fisiológica humana, mas a constituição das suas identidades em um meio social, assumido o inexorável a sobreposição do gênero no processo de adoecer.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, os coeficientes de mortalidade masculinos, são maiores que os femininos, criando um paradoxo sobre a razão dessa discrepância. Também devemos manter atenção especial a frequência de acesso à saúde desse grupo populacional pois quando esses números são baixos deve-se salientar vários empecilhos que os mesmos vêm encontrando para ter esse acesso e todo o dano que essa inacessibilidade trará ao longo do tempo. Além da implementação de ações de prevenção, promoção e cuidado e sobre doenças anatomofisiológicas específicas, atividades ocupacionais e diferenças comportamentais.

4 REFERÊNCIAS

CAMPOS, G. W. S.; BONFIM, J. R. A.; MINAYO, M. C. S.; AKERMAN, M.; JÚNIOR, M. D.; CARVALHO, Y. M.; **Tratado de Saúde Coletiva.** 2.Ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
FIGUEIREDO, Wagner. **Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção primária.** Ciência & Saúde Coletiva, 10(1):105-109, 2005.

Ministério da Saúde. **VIGITEL Brasil 2017.** Saúde Suplementar. Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2017_saude_suplementar.pdf Acesso em 15 de setembro de 2018.

Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2014/maio/21/CNSH-DOC-PNAISH---Principios-e-Diretrizes.pdf Acesso em 20 de agosto de 2018.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**.The American Historical Review, Vol. 91, No. 5 (Dec., 1986), pp. 1053-1075.

VILLELA, Wilza. **Gênero, saúde dos homens e masculinidades.** Ciência & Saúde Coletiva, 10(1):18-34, 2005.

METODOLOGIAS PARA INVESTIGAR MUDANÇAS DE DESEMPENHO COM O USO DE SUPLEMENTOS

ALMEIDA, Lincoln [669]
ROSSINOLLI, Hallissan J[1]
LATKI, Thayanne Morgado[1]
CHICONATTO, Patrícia[670]

RESUMO: Jovens estudantes e profissionais precisam compreender os processos metodológicos de uma produção científica, para possuir senso crítico e diferenciar um estudo de qualidade. Revista Nature trouxe em setembro de 2018, como a banalização da pesquisa conturba a evolução científica, e, antecedendo aos fatos, este estudo apresenta um exemplo de hierarquia para validação de estudos voltados a suplementação esportiva, que pode ser utilizado de modelo para outras áreas do saber.

Palavras-chave: Hierarquia de evidências científicas; metodologia;

1 INTRODUÇÃO

Revista *Nature,* uma das mais conceituadas do mundo na área da saúde, publicou em setembro de 2018 uma reportagem trazendo um dos maiores problemas da ciência atual. O excesso de publicações. Parece contraditório, entretanto, o "mercado" científico exige um número de publicações para que o autor atinja determinado *status,* e assim ser reconhecido na sua área de atuação (LOANNIDIS, KLAVANS, BOAYACK, 2018)

Essa pressão traz a produção exacerbada de artigos científicos que, segundo os editores da *Nature* (LOANNIDIS, KLAVANS, BOAYACK, 2018), tornam os trabalhos rasos de informação. Há ainda, casos mais sérios, como autores cedendo o uso de seu nome em uma "troca justa", onde o autor do artigo apresenta um coautor de renome para seu estudo, enquanto esse coator aumenta eu número de publicações.

Pensando nisso, antes mesmo da matéria da *Nature* ser divulgada, Burkee e Peeling (2018) desenvolveram uma hierarquia de evidências científicas voltadas a área de suplementação esportiva. Isso porque, além das interferências de Ego de pesquisadores, neste caso, há também interferência do mercado de suplementação, que é conhecido por frequentemente patrocinar estudos de suplementos patenteados.

[669] Acadêmicos do Segundo Período de Nutrição do Centro Universitário Campo Real.
[670] Professora do Curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO.

O objetivo é compreender como validar um estudo, identificando se os resultados que traz corroboram com a metodologia que foi utilizada.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MÉTODO

Foi realizada a revisão e tradução do artigo científico intitulado "*Methodologies for investigating performance changes with supplement use",* publicado na *International Journal of Sport Nutrition and Exercise Metabolism*, em março de 2018, por Burkee e Peeling.

2.2 RESULTADOS

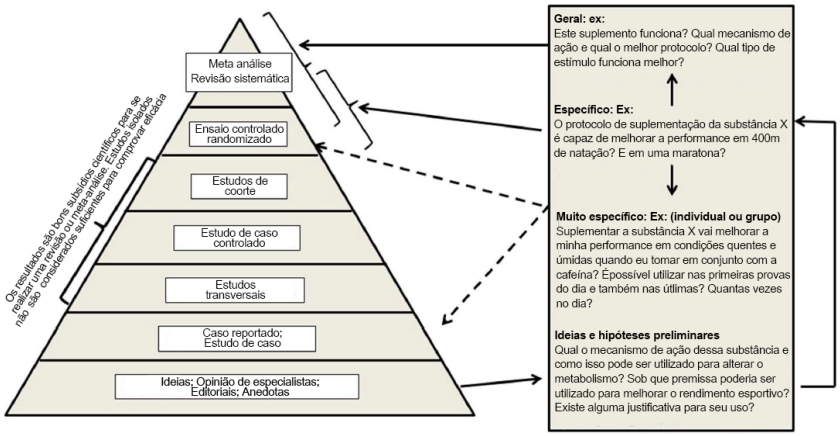


Figure 1 — Hierarquia das evidências – Adaptado de Burke and Peeling (2018).

2.3 DISCUSSÃO

A Figura 1 apresenta a tabela de hierarquia utilizada para validação de estudos científicos a respeito de suplementos e assim evitar que informações erradas produzidas por *overpublishing (*excesso de publicação) e estudo patrocinados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que para um suplemento possuir evidências sólidas de ação, são necessários anos de estudos, realizados em diversas metodologias e que apresentem

resultados similares dentro do padrão de grupos estudados. Jovens estudantes e profissionais precisam entender a produção científica para possui senso crítico e diferenciar um estudo bom, com um estudo que apresenta mais limitações do que resultados, como por exemplo, utilizar mecanismos de produção endógena de determinada substância para justificar sua suplementação, quando ainda faltam evidências suficientes compreender sua digestão e metabolismo, e se essa substância exógena fará o mesmo efeito que a endógena.

4 REFERÊNCIAS

BURKE, L.M., & PEELING, P. Methodologies for investigating performance changes with supplement use. **International Journal of Sport Nutrition and Exercise Metabolism**, 28(2) 2018. doi:10.1123/ ijsnem.2017-0325

LOANNIDIS,P.A; KLAVANS, R; BOAYACK, K.W. Thousands of scientists publish a paper every five days. ***Nature*** 561, 167-169 (2018) *doi: 10.1038/d41586-018-06185-8*

PROJETO DE OCUPAÇÃO PRISIONAL TAXATIVA: SOLUÇÃO PARA O SISTEMA CARCERÁRIO PARANAENSE?

ANDRADE, Michael[671]
ROSAS, Rudy Heitor[672]

RESUMO: O presente trabalho faz parte das pesquisas realizadas junto ao Grupo de Estudos Contemporâneos em Execução Penal do Centro Universitário Campo Real. Tem como o objeto de pesquisa o Projeto de Ocupação Taxativa, o qual será abordado de maneira clara e sucinta, a fim de instruir o leitor sobre o referido projeto. Para tanto, utilizou-se da resolução que o instituiu, a qual se encontra disponibilizada na internet, bem como o uso de uma bibliografia de execução penal com ênfase no sistema prisional. De antemão observa-se que o projeto vem como uma possível solução ao problema da superpopulação carcerária.

Palavras-chave: Projeto de Ocupação Prisional Taxativa. Superpopulação Carcerária. Resolução.

1 INTRODUÇÃO

A superlotação carcerária é um dos piores problemas do sistema carcerário e penitenciário do Paraná. Os números são assustadores e merecem uma atenção especial. Dados do TCE (Tribunal de Contas do Estado), junto ao DEPEN (Departamento Penitenciário do Estado) levantados de maio de 2017 a março de 2018 demonstraram uma superlotação de 196,5% nas carceragens de delegacias e cadeias públicas no Paraná, e no sistema penitenciário 8,7%.

O projeto de Ocupação Taxativa apresenta-se como um promissor método a ser implantado em todo sistema carcerário paranaense para a redução da superlotação, pois estabelece indicadores fixando a lotação máxima nos estabelecimentos penais, demonstrando um controle maior na entrada e saída de presos das unidades prisionais, acarretando em uma disponibilidade de vagas.

Deste modo se faz necessário à pesquisa deste projeto, a fim de se verificar como ele funciona, bem como sua efetividade e aplicabilidade.

2 DESENVOLVIMENTO

[671] Acadêmico de Direito, 8º matutino, Centro Universitário Campo Real, membro do Grupo de Estudos Contemporâneos em Execução Penal (Centro Universitário Campo Real)
[672] Doutorando em Direito (UFPR), coordenador do Grupo de Estudos Contemporâneos em Execução Penal (Centro Universitário Campo Real), docente no Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.

Os problemas com a superlotação no sistema carcerário não são atuais. Desde o final do século XVIII, quando os projetos e construções das primeiras penitenciárias foram elaborados, até chegar às quais conhecemos atualmente, não mudou praticamente nada. A precariedade nas prisões, ainda permanece.

O Brasil vem sofrendo estes problemas já há algum tempo, demostrando uma ineficiência para controla-los, indo de encontro com a própria Lei de Execução Penal:

> Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório.
> Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular:
> a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana;
> b) área mínima de 6,00m2 (seis metros quadrados). (BRASIL, 1984).

Assegurar a aplicação do art. 88 é praticamente impossível diante de um déficit de vagas muito alto e da falta de comprometimento e atenção do Estado, o que eleva a superlotação cada dia mais, sendo necessária a criação de medidas e aplicação de princípios no intuito de diminuir esta superpopulação carcerária.

> Luigi Ferrajoli por sua vez asseverou que a superlotação contradiz dois basilares princípios: o de que as penas não podem consistir em tratamentos contrários ao senso de humanidade e o de que deve haver dignidade social em situação de paridade. Para o autor, contra uma tão clamorosa inconstitucionalidade, somente haveria um remédio: estabelecer o chamado numerus clausus ("numero chiuso"). Assim, os presos com penas ou resíduos de pena de menor duração deveriam ser destinados, no número que excede a capacidade do sistema penitenciário, a medidas não encarceradoras, entre elas a prisão domiciliar. (ROIG apud FERRAJOLI, 2016, p.63-64).

O princípio citado por Luigi Ferrajoli, denominado Numerus Clausus, dispõe que o número de presos em um estabelecimento deve atender ao número de vagas disponíveis.

> Podemos definir *numerus clausus* (número fechado ou capacidade prisional taxativa) como o princípio ou sistema organizacional por meio do qual cada nova entrada de uma pessoa no âmbito do sistema carcerário deve necessariamente corresponder ao menos a uma saída, de forma que a proporção presos-vagas se mantenha sempre em estabilidade ou tendencialmente em redução. (ROIG, 2016, p. 60).

Sendo assim tal princípio assegura que quando um estabelecimento penal atinge sua capacidade máxima de lotação, deve analisar e escolher os presos sob o critério de melhor juízo de adequação social, substituindo a prisão para uma detenção domiciliar ou vigilância eletrônica.

Também contribui no controle e na redução da superlotação carcerária, não colocando uma pessoa onde não há vaga, criando de certa forma uma lista de espera, organizando o ingresso nos estabelecimentos prisionais.

O problema maior está na aplicabilidade de tal princípio. Nesse sentido, surgiu o Projeto de Ocupação Prisional Taxativa criado pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) junto ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Paraná (GMF-PR), por meio da Resolução nº 05/2016 sendo operacionalizada pela resolução n.º 01 de 10 de maio de 2017.

Ademais, a resolução n.º 01 de 10 de maio de 2017, dispõe de forma provisória a operacionalização do princípio da capacidade prisional taxativa. Em seu art. 1º, § 1º traz o significado deste projeto:

> § 1º Compreende-se como "ocupação prisional taxativa (ou numerus clausus)" a sistematização de procedimento destinado a controlar a utilização das vagas disponíveis em estabelecimentos penitenciários determinada por Varas Criminais e de Execução Penal. (BRASIL,2017).

A iniciativa teve início em maio de 2017, implantado de forma experimental em diversas unidades judiciais no Paraná.

O projeto considera que, para poder prender uma pessoa, se faz necessário ter um controle das vagas, um controle da entrada e da saída de presos nas unidades prisionais, estabelecendo indicadores para a fixação de lotação máxima nos estabelecimentos penais.

Quando o Juiz irá decretar uma prisão, antes poderá ter acesso a uma lista disponibilizada no site do DEPEN/PR e do GMF/PR, com atualizações semanais em relação ao número de presos, obtendo informações sobre a disponibilidade de vagas.

O projeto preenche o estabelecido no art. 85 da Lei de Execução Penal.

> Art. 85. O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade.
> Parágrafo único. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária determinará o limite máximo de capacidade do estabelecimento, atendendo a sua natureza e peculiaridades. (BRASIL, 1984).

Além do mais, o projeto determina que nenhuma prisão será decidida sem antes existir uma real informação acerca da disponibilidade de vagas para determinado ato.

Desta maneira o Projeto de Ocupação Prisional Taxativa figura como uma luz no fim do túnel, sendo uma esperança para a redução da superpopulação carcerária. Sua efetividade se confirmará com o tempo, daqui a alguns anos deverá discutir se a sua criação foi efetiva para o combate a da superlotação carcerária, ou não. O lapso temporal será imprescindível para concluir tal questionamento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, o Projeto de Ocupação Prisional Taxativa, vem para revolucionar o modo de aprisionamento no sistema carcerário, pois tem como objetivo revolucionar uma especificidade do encarceramento, dando enfoque na disponibilidade de vagas, evitando o tratamento degradante do preso.

O aspecto mais relevante sobre este trabalho é que ele não se esgota apenas nesta pesquisa, pois apenas foi abordado sobre o projeto, sua origem e o modo como irá proceder sua aplicação.

Contudo, sua verdadeira eficácia não poderá ser abordada neste trabalho, haja vista que o projeto é de certa maneira novo no âmbito carcerário paranaense, recomendando-se uma espera de determinado tempo, para verificar sua ideal eficácia.

No presente momento tem-se o projeto como um dos principais meios para a redução do nível de encarceramento, sendo primordial um estudo mais aprofundado daqui a alguns anos, quando sua aplicabilidade se estender a todas as Comarcas do Estado do Paraná, não havendo uma disparidade.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 7.210/1984**. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. **Resolução GMF/PR n.º 01, de 10.05.2017**. Dispõe, provisoriamente, sobre a operacionalização como experiência piloto, do “princípio da capacidade prisional taxativa”, como desdobramento do Eixo “ambiência prisional” do projeto “Cidadania os Presídios” do Conselho Nacional de Justiça em execução no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. 2017. Disponível em: <http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/Resolucao_GMF_PR_01_2017.pdf >. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. **Resolução n.º 5, de 25.11.2016**. Dispõe sobre os indicadores para fixação de lotação máxima nos estabelecimentos penais, numerus clausus. 2016. Disponível em:

<http://portal.imprensanacional.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22077781/do1-2016-11-29-resolucao-n-5-de-25-novembro-de-2016-22077636>. Acesso em: 30 ago. 2018.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Execução Penal:** Teoria Crítica. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MÍDIA E COMPORTAMENTO ALIMENTAR NA INFÂNCIA

DOBRYCHTOP, Thatyana de Fátima[673]
ROSAS, Rudy Heitor[2]
MARIANI, Filipe Quadros[3]

RESUMO: A alimentação das crianças vem sendo cada vez mais rica em alimentos com quantidades excessivas de açúcares, gorduras e sal, e baixas em fibras, vitaminas e minerais, a partir disso foi desenvolvida uma revisão bibliográfica para verificar como é a alimentação das crianças, como deveria ser e se a mídia pode influenciar na alimentação das crianças e também foram analisados dados do Sistema de Avaliação Alimentar e Nutricional – SISVAN do Ministério da Saúde, utilizando dados de atendimentos nutricionais no Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação Infantil. Mídia. Hábitos Alimentares. Educação Alimentar.

1 INTRODUÇÃO

A infância é uma fase muito importante para o desenvolvimento da criança. O desenvolvimento de doenças durante esse processo pode causar graves consequências para indivíduos tanto na infância como na idade adulta também consequências nas comunidades (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

É na infância em que ocorre a formação dos hábitos alimentares. O entendimento dos fatores que determinam estes hábitos possibilita a elaboração e realização de medidas educativas, que auxiliam a mudança alimentar durante a infância. (OTT et al, 2014).

Uma alimentação adequada, equilibrada em quantidade e qualidade e harmônica ao longo da vida é essencial, para o crescimento e desenvolvimento fisiológico, a manutenção da saúde e do bem-estar do ser humano (OTT et al, 2014). A alimentação saudável proporciona prazer, além de fornecer energia e nutrientes que são fundamentais para a vida. Para que o corpo receba todos os nutrientes necessários deve-se ter uma alimentação muito variada (VALLE; EUCLYDES, 2007).

As preferências alimentares das crianças são geralmente por alimentos com grande quantidade de carboidratos, açúcares, gorduras e sódio, e apresentam baixo consumo de grãos integrais, frutas e vegetais e muitas vezes baixa ingestão de água (RAMOS et al, 2000). Um dos fatores para que o consumo de alimentos ultra

[673] 4º Período, Nutrição, Programa de Alta Performance, Centro Universitário Campo Real
[2] Docente Programa de Alta Performance, Centro Universitário Campo Real
[3] Docente Programa de Alta Performance, Centro Universitário Campo Real

processados seja exagerado é devido a indústria de alimentos produzir alimentos saborosos, muito calóricos e de baixo custo (VALLE; EUCLYDES, 2007).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre alimentação infantil, educação nutricional, a influência de mídia na alimentação infantil, e analisado dados de avaliações nutricionais de relatórios públicos de consumo alimentar no Sistema de Avaliação Alimentar e Nutricional (SISVAN), foram utilizados os critérios: “ano de referência: 2015 e 2018”, “mês de referência: todos”, “agrupar por: estado”, “estado: PR”, “região de saúde: todos”, “fases da vida: crianças de 5 a 9 anos”, “ sexo: todos”, “raça/cor: todos”, acompanhamentos: “todos” povo e comunidade: “todos”, escolaridade: “todos”, e o tipo de relatório foi: “hábito de realizar as refeições assistindo a televisão” e “ consumo biscoito recheado, doces e guloseimas, e depois comparado consumo do Paraná e no Brasil como um todo.

3 DESENVOLVIMENTO

A propaganda é uma das formas mais utilizadas para fazer a exposição de produtos. Seu objetivo é fazer com que o produto anunciado seja mais desejado e considerado necessário. Muitas vezes para conseguir um bom resultado para produto, a propaganda tenta passar a ideia de sucesso, modernidade, praticidade, entre outros (ANVISA, 2007).

A televisão é o meio de comunicação mais utilizado para a promoção de alimentos não saudáveis, fazendo com que falte espaço para mostrar a importância de consumir alimentos naturais, fresco e a promoção de hábitos saudáveis. A mídia televisiva tem ocupado mais da metade do tempo das crianças, pois estas estão se afastando de outras atividades fundamentais para seu desenvolvimento como escola, família e brincadeiras (UEDA; PORTO; VASCONCELOS, 2014).

Há quem acredite que a televisão é um meio de comunicação que ajuda melhora no aprendizado, porém, outras acreditam que a alta exposição a televisão gera consequências como: diminuição da leitura, brincadeiras, além da diminuição de interação com amigos, familiares, além de favorecer o consumismo infantil e a

possibilidade de causar dependência e doenças devido a exposição excessiva a alimentos ultra processados (CARVALHO; TAMASIA, 2016).

O consumo de alimentos não-saudáveis é incentivado através da presença de imagens de personagens de desenhos infantis, artistas famosos e muitas vezes com brindes e brincadeiras nas embalagens (UEDA; PORTO; VASCONCELOS, 2014).

O comportamento alimentar é adquirido através de várias ações praticadas em relação à alimentação, dentre estas atitudes estão as preferências e de aversão a certos alimentos. Um comportamento alimentar ideal deve possuir uma correta escolha de alimentos, não deve ter restrições alimentares e nem uso excessivo de produtos dietéticos sem ser recomendados por um profissional (CARVALHO; TAMASIA, 2016).

Em 2015 foram avaliadas 1.982 crianças no Paraná, destas 1.139 (57%), tinham o hábito de realizar as refeições em frente à televisão e no país haviam sido entrevistadas 37.871 crianças, desse total 21.326 (56%) assistiam tv durante a refeição, no presente ano, já foram avaliadas 4.566 crianças no Paraná, e 2.649 crianças (58%) tem o hábito de se alimentar em frente a TV, e no país já foram avaliados 60.138 crianças e dessas 39.084 crianças (65%) também se alimentam em frente a Tv (SISVAN, 2018).

O consumo de bolacha recheada, doces e guloseimas, durante 2015, foi de 53%, foram avaliadas 4.566 crianças e dessas 2.404 consumiam esse tipo de alimento, já em 2018, foram avaliadas 1.982 crianças e dessas 1.139, 57% consomem alimentos açucarados. Em 2015, no país foram avaliadas 37.871 crianças e 19.275 (51%) consumiam alimentos açucarados e em 2018, já foram avaliadas 60.138 crianças e 28.870 (48%) tem o hábito de consumir alimentos açucarados (SISVAN, 2018).

Uma das diretrizes demonstradas no "Guia Alimentar para a População Brasileira", ressalta que crianças que fazem atividades físicas regularmente apresentam melhor desempenho escolar, além da melhora na interação social. A realização de exercícios físicos é importante para a melhoria de estilos de vida, e para a prevenção, combate e tratamento de sobrepeso e obesidade infantil (CARVALHO; TAMASIA, 2016).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais de 50% dos avaliados tem o hábito de realizar as refeições assistindo TV, e são altos os números de crianças que consomem alimentos industrializados

açucarados, e diante dos efeitos da mídia na alimentação infantil, deve-se tomar cuidado com as propagandas que estão na internet, e cuidar da alimentação dessas crianças, deve-se fazer educação alimentar e nutricional nas escolas, pois é importante por que estas crianças estã em fase de crescimento e podem levar esses hábitos para a vida adulta, além da alimentação saudável a criança deve praticar atividade física, além de possuir relacionamentos saudáveis com os amigos e família.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Alimentação saudável: fique esperto!** Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/propaganda/alimento_saudavel_gprop_web.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.

CARVALHO, Fernanda Medeiros de; TAMASIA, Gislene dos Anjos. **A influência da mídia na alimentação infantil** [artigo] Registro: Faculdades Integradas do Vale do Ribeira, 2016.

OTT et al. Alimentação saudável na infância. , p. 5, 2014.

RAMOS, Maurem et al. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. **Jornal de pediatria**, v. 76, n. Supl 3, p. S229-S237, 2000.

SÁUDE, Ministério Da. Saúde da criança: nutrição infantil. **Caderno de atenção básica,** Brasília – df, n. 23, 2009. ISBN 978-85-334-1561-4

SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISVAN. **Relatórios públicos de consumo alimentar**. Disponível em: <http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvanv2/index>.

SPANIOL, Ana Maria. **Influência da publicidade de alimentos sobre a escolha alimentar de crianças e adolescentes de escolas públicas do Distrito Federal.** 2014.

UEDA, Marcia Hiroko; PORTO, Rafael Barreiros; VASCONCELOS, Láercia Abreu. Publicidade de alimentos e escolhas alimentares de crianças. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 53-61, 2014.

VALLE, Janaína Mello Nasser; EUCLYDES, Marilene Pinheiro. A formação dos hábitos alimentares na infância: uma revisão de alguns aspectos abordados na literatura nos últimos dez anos. **Rev APS**, v. 10, n. 1, p. 56-65, 2007.

CONTRATOS MERCANTIS: CARTÃO DE CRÉDITO E SUA CRESCENTE UTILIZAÇÃO

ANDRADE, Michael de[674]

RESUMO: O presente trabalho tem com objeto de pesquisa os contratos mercantis, mais especificamente o cartão de crédito. O objetivo do presente trabalho é abordar sua evolução e os motivos de sua crescente utilização, bem como as peculiaridades no contrato de utilização do cartão de crédito. O método de pesquisa é bibliográfico, utilizando para tal, bibliografias e artigos da internet.

Palavras-chave: Cartão de Crédito. Contratos Mercantis. Relação de Consumo.

1 INTRODUÇÃO

As operações feitas nos últimos anos com cartão de crédito têm crescido consideravelmente. Dificilmente um estabelecimento comercial hoje não recebe pagamento com o cartão de crédito, pois se não receber, certamente isso acarretará na diminuição de suas vendas.

A utilização do cartão de crédito para realização de compras facilitou a vida de muitas pessoas, haja vista que possibilita o parcelamento da compra em vários meses, dando maior flexibilidade ao comprador na hora de pagar.

Além das vantagens para o comprador, o vendedor também tem as suas. A garantia do recebimento da venda é a principal delas, pois como será abordado adiante, há uma relação de consumo nesta transação.

O problema desta utilização é quando há cláusulas abusivas nos contratos de cartão de crédito, devendo o Código de Defesa do Consumidor intervir.

2 DESENVOLVIMENTO

O cartão de crédito acompanhou os avanços tecnológicos das ultimas décadas, havendo hoje diversas espécies de cartões, mudando de acordo com o desejo e necessidade de cada usuário, conforme o ilustre André Luiz Santa Cruz Ramos:

> Trata-se de contrato por meio do qual uma instituição financeira, a operadora do cartão, permite aos seus clientes a compra de bens e serviços em estabelecimentos comerciais cadastrados, que receberão os valores das compras diretamente da operadora. Esta, por sua vez, cobra dos clientes,

[674] Acadêmico de Direito, 8º Matutino, Centro Universitário Campo Real.

> mensalmente, o valor de todas as suas compras realizadas num determinado período. Chama-se cartão de crédito, então, o documento por meio do qual o cliente realiza a compra, apresentando-o ao estabelecimento comercial cadastrado. (RAMOS, 2017, p. 711).

Deste modo, a natureza jurídica do cartão de crédito ainda é tema bastante discutido no âmbito do direito, pois não é um negócio jurídico simples, sendo complexo, envolvendo diversos tipos contratuais.

Sendo assim, para se classificar o cartão de crédito, desenvolveu-se uma teoria denominada Sistema Contratual do Cartão de Crédito, no qual há um vínculo jurídico de vários contratos, constituindo-se por diversos contratos mútuos, dando origem há três relações jurídicas distintas.

> O cartão de crédito não é uma operação econômica unitária. Não é formada por apenas um contrato. Sua estrutura se baseia em um *sistema contratual*, constituída por uma conexão de contratos individuais e interdependentes, celebrados entre as partes que compõe tal ordenação: usuário e administradora; usuário e estabelecimento comercial; administradora e instituição financeira (quando se trata de cartão de crédito bancário). (AVELAR, 2014).

Para a doutrina, o contrato do cartão de crédito, mesmo sendo complexo e envolvendo diversas relações jurídicas, deve atender princípios como, boa-fé, consensualismo, autonomia da vontade, relatividade dos efeitos no negócio jurídico e obrigatoriedade da convenção.

> Cabe explicitar que a operação com cartão de crédito é um contrato financeiro decorrente de prática comercial, não tendo regime jurídico legal específico, sendo regulado pelo teor do contrato, teoria geral dos contratos e princípios gerais do direito, como a função social e a boa-fé. (TEIXEIRA, 2016, p.497).

Sendo assim, como é regulado pelo teor do contrato, este configura um contrato de adesão, o qual é peculiar do cartão de crédito. Neste contrato alguns princípios deixam de existir devido à superioridade da operadora, não sendo possível discutir as cláusulas, pois o contratante somente irá aderir a cláusulas já estipuladas, não alterando nenhum item do contrato do cartão.

> O Contrato de Cartão de Crédito é contrato de adesão; negócio jurídico coligado por concentrar, em um mesmo produto meio eletrônico de pagamento e operações financeiras, crédito à vista, a prazo, inclusive com a possibilidade de refinanciamento do saldo devedor em aberto. É contrato oneroso, minimamente pela anuidade; bilateral, diante da contextualização de direitos e obrigações recíprocos entre as partes; e de execução diferida, diante do prazo mínimo de

> vigência do contrato, com a possibilidade de renovações sucessivas. (CHAGAS, 2017, p. 665).

Diante disso, por se tratar de uma relação de consumo, o Código de Defesa do Consumidor em seu art. 54 prevê um conceito de contrato de adesão, além de trazer algumas especificações.

> Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
> (...)
> § 3° Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
> § 4° As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. (BRASIL, 1990).

Como o contrato de adesão não possui nenhuma regulamentação específica, tal contrato deve ser interpretado perante o Código de Defesa do Consumidor, o qual protege o consumidor (contratante) por ser figura mais fraca na relação perante a fornecedora do cartão.

O § 3° e § 4° demonstram pontos específico no momento de redigir os contratos de adesão, devendo atentar-se a essas regras, trazendo cláusulas claras e de fácil entendimento ao consumidor. Se houver dúvidas utiliza-se o art. 47 do Código de Defesa do Consumidor, interpretando as cláusulas contratuais de maneira mais favorável ao consumidor.

Mesmo com a previsão do Código de Defesa do Consumidor, há muitos contratos de cartões de crédito com cláusulas abusivas, trazendo uma disparidade no contrato.

Dentre algumas cláusulas discutidas no contrato, está à cláusula que responsabiliza o titular do cartão se houver furto ou extravio do cartão de crédito.

Contudo, há divergência jurisprudencial sobre esta cláusula, prevalecendo o entendimento de que o estabelecimento comercial deve conferir se a assinatura do cliente que utiliza o cartão, comparando-a com a assinatura constante nos documentos de identificação do mesmo. Se não observar tal assinatura o titular do cartão se exime de qualquer responsabilidade, recaindo esta sob o vendedor negligente. Nesse sentido há um recurso especial ao STJ sobre este assunto:

> Furto. Cartão de crédito. Despesas. Trata-se de saber se são da responsabilidade do titular do cartão de crédito as despesas ocorridas antes da comunicação do furto, extravio, roubo ou falsificação, conforme prevista em cláusula contratual. Note-se que, no caso, em questão de horas, o titular do cartão comunicou o furto e os valores dos gastos questionados também ocorreram no mesmo dia. O juiz de Direito julgou procedente o pedido do recorrido, chegando à conclusão de que o ato criminoso não poderia produzir efeitos nem atribuir responsabilidades à vítima por ser um ato nulo. O Tribunal a quo manteve a sentença, explicitando que, em se tratando de cartão de crédito, seu uso está condicionado à utilização correta da assinatura do titular. Assim, verificada, por menor que seja, a divergência entre as assinaturas, está contaminado o negócio, sendo essa conferência responsabilidade do vendedor que, negligente, passa a ser o único responsável, na pendência de seus vínculos com a empresa de administração de cartões. A Turma, ao prosseguir o julgamento, negou provimento ao recurso, confirmando o acórdão recorrido (REsp 348.343-SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 14.02.2006).

A Alteração Unilateral do Contrato é até possível, desde que seja para beneficio e facilidade de utilização. Porém, se a alteração ocasionar novos encargos ou obrigações, a cláusula será nula.

Além do mais, as cláusulas aqui expostas vão de encontro com o Código de Defesa do Consumidor:

> Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:
> (...)
> IV - estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade;
> (...)
> XI - autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor; (BRASIL, 1990).

A Resolução n.º 3.919/2010 do BACEN (Banco Central do Brasil) também assegura proteção sob o contrato do cartão de crédito.

> Art. 12. Os contratos de prestação de serviço vinculados a cartão de crédito devem definir as regras de funcionamento do cartão, inclusive as relativas aos casos em que a sua utilização origina operações de crédito, bem como as respectivas sistemáticas de incidência de encargos. (BRASIL, 2010).

A mesma resolução regula alguns serviços específicos dos cartões de crédito, padronizando as diversas tarifas que existem. De acordo com a resolução, podem ser cobradas as tarifas de anuidade, tarifa de emissão de segunda via do cartão, tarifa para retirada na função saque, tarifa no uso do cartão para pagamento de contas e tarifa em casos de avaliação emergencial de limite de crédito.

Contudo, não significa que as fornecedoras de cartão de crédito irão cobrar todas estas tarifas, sendo que a anuidade, por exemplo, em alguns cartões está deixando de ser cobrada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que o cartão de crédito tem evoluído cada vez mais, apresentando maior facilidade e intensificando as relações de consumo, tornando-se um facilitador no momento da compra, estimulando as vendas, possibilitando uma maior flexibilidade no momento pagamento, propiciando um maior consumo e trazendo uma maior segurança na relação jurídica.

Evidenciou a origem de três relações jurídicas no uso do cartão de crédito, sendo a primeira da operadora do cartão que o concede ao seu cliente, depois, deste cliente com um estabelecimento comercial e por último, do estabelecimento comercial com a operadora de cartão.

Como demonstrado o cartão de crédito envolve diversos contratos, com características próprias, tornando-se um contrato complexo, sem uma legislação específica, apenas contando com a resolução n.º 3.919/2010 do BACEN, sendo que em muitos casos de abusos em relação ao usuário do cartão de crédito, o Código de Defesa do Consumidor intervém para dar suporte ao consumidor.

Conclui-se, portanto que para que o cartão de crédito torne-se ainda mais seguro e mais utilizado se faz necessário uma legislação própria, adequando as características deste contrato mercantil tão utilizado, garantindo assim a aplicabilidade dos princípios cabíveis.

4 REFERÊNCIAS

AVELAR, Daniel Duarte Costa. **As peculiaridades do contrato de cartão de crédito**. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/34862/as-peculiaridades-do-contrato-de-cartao-de-credito>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 8.078**, de 11.09.1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. **Resolução n.º 3.919**, de 25.11.2010. Altera e consolida as normas sobre cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e

demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2010/pdf/res_3919_v4_P.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CHAGAS, Edilson Enedino. **Direito Empresarial Esquematizado**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito Empresarial**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito Empresarial Sistematizado: doutrina, jurisprudência e prática**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

CRIMINOLOGIA FEMINISTA: DESAFIOS DA DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES NO ESTADO BRASILEIRO

ROSSIGNOLLI, Bruna Maria[675]
ROSAS, Patricia Manente Melhem[676]

RESUMO: O presente trabalho, fruto da Pós Graduação em Gestão de Conflitos, busca tecer apontamentos sobre a criminologia feminista enquanto ferramenta de estudo histórico do que antecede o crime, bem como sobre os dispositivos estruturais de reprodução ideológica conservadora do âmbito estatal. Nessa direção, a revisão bibliográfica permitiu a aproximação com a temática em tela, destacando as principais categorias teóricas que a norteiam, tornando possível garantir a abordagem qualitativa das reflexões e análises ora apresentadas.
Palavras-chave: Feminismo. Criminologia. Estado.

1 INTRODUÇÃO

É possível encontrar na historiografia dos séculos XV e XVIII o aparecimento de temas dedicados à denúncia da condição de opressão das mulheres, tendo como principais fatores a superioridade e a dominação imposta pelos homens.

Desse modo a criminologia surge como um amparo teórico às demandas feministas, afim de harmonizar a criminologia crítica e a criminologia feminista, passando pelo estabelecimento de projetos político-criminais que viabilizem a redução das violências de gênero praticadas contra as mulheres ao mesmo tempo em que combatam as violências institucionais que recaem sobre os estratos sociais mais vulneráveis.

Esse trabalho permitiu a discussão das manifestações da violência contra a mulher enquanto estudo da criminologia feminista. Entre os teóricos, não existe um consenso da data exata do surgimento da criminologia feminista, contudo, observa-se a sua manifestação dada como resposta à falta de atenção às demandas do cotidiano da vida das mulheres. Desse modo, esse resumo tem como objetivo debater a importância da criminologia como estudo da manifestação histórica do controle e dominação ideológica do Estado sobre os direitos das mulheres. Além de discorrer sobre as relações de gênero e o exercício do poder sobre as mulheres.

Este resumo apresenta reflexões orientadas numa proposta de estudo qualitativo que, nas palavras de Minayo (2007), permite aprofundar o assunto, ou seja, obter

[675] Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro, Acadêmica do Curso de Especialização em Gestão Pública com ênfase do Sistema Único de Assistência Social – SUAS pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, Acadêmica do Curso de Especialização em Gestão de Conflitos do Centro Universitário Campo Real.
[676] Orientadora. Professora do Centro Universitário Campo Real.

conhecimento para além da aparência, de forma a compreender e analisar o fenômeno estudado.

Para tanto, optou-se pela revisão bibliográfica, no intuito de reconhecer teoricamente a temática estudada, sob pontos de vistas diferentes e complementares, considerando as variadas categorias que a compõe.

2 DESENVOLVIMENTO

Conforme Andrade (2016), o feminismo enquanto teoria crítica baseia-se na naturalização da alegada inferioridade feminina. Além disso, a desigualdade entre homem e mulher permeia toda a relação entre eles e seu papel rotulado pela sociedade e pelo Estado. Nesse sentido, a sociedade civil dentro da ideologia imposta entre os sexos, reproduz e legitima a integridade das desigualdades que as caracterizam.

É dentro dessa ótica de defesa da igualdade dos direitos das mulheres que surge a Criminologia Feminista.

De acordo com Baratta (1999) a criminologia crítica desprende-se dos princípios da escola liberal[677] da ideia de ajuste do indivíduo na sociedade, pois, parte do estudo das diversas causas da criminalidade, optando pela verificação do fenômeno criminal interpretando o desenvolvimento histórico das agências de poder. Por conseguinte, para a criminologia crítica segundo Barratta (1999) e Lopes (2002, p. 70), o crime é "[...] o produto histórico e patológico desta confrontação de classes sociais antagônicas, na qual uma se sobrepõe e explora as outras, determinando os interesses da seleção dos fatos socialmente desviados".

Relacionando-se com a causa feminista, a criminologia parte do objeto do fenômeno natural, considerando os fatores individuais, sociais, e ao mesmo tempo a luta contra o crime e/ou as condições impostas relacionadas ao delito.

[677] Para Baratta (1999): "[...] atenção dos representantes da nova criminologia foi chamada para as ideias desenvolvidas no âmbito da filosofia política liberal clássica na Europa (século XVIII - XIX). [...] a escola liberal não considerava o delinquente como um ser diferente dos outros, detinha-se, principalmente, sobre o delito, entendido como conceito jurídico violação do direito e daquele pacto social que estava na base do Estado e do direito. O delito surgia da livre vontade do indivíduo e não de causas patológicas, por isso o delinquente não diferente, do ponto de vista da liberdade e da responsabilidade moral pelas ações.

Logo, o fenômeno criminal está unido à organização da sociedade e do Estado no sistema capitalista e suas estruturas legais (LOPES,2002). Estrutura essa que reproduz condições impostas tanto no surgimento do Estado, quanto pela construção cultural histórica do papel do homem e da mulher.

É por essa ótica que a criminologia feminista nasce, perceptível ao estudo empírico da história da sociedade e dos conflitos nela existentes. Pois a criminologia feminista surge como resposta ao esquecimento da mulher e da opressão de gênero nos discursos sobre o sistema de justiça criminal (ANDRADE, 2016).

Isto nos leva a observar que o arcabouço teórico oriundo das relações de gênero, percorre o exercício do poder, o que se exterioriza através das relações de dominação e subordinação. “Assim, alguns homens são socializados supondo que as mulheres são ‘suas propriedades’ para a vida e para a morte, para tortura e para o prazer [...]” (BLAY, 2014, p. 17).

Nesse âmbito, o exercício do poder trazido da construção política ideológica nas civilizações segundo Blay (2014) e Andrade (2016), percorre a historicidade de que os espaços que dominam as relações sociais é protagonizado pelo Estado. Portanto, toda a discussão dos padrões e os estereótipos criados na nossa sociedade, tem como ator o Estado, que exerce o poder e controla as construções morais de uma sociedade.

Tendo em vista essas especificidades, segundo Blay (2014, p.17) a mulher é tratada como objeto desse controle, onde o “[...] o poder público interfere no âmago da intimidade da mulher. Ele controla seu destino”.

Contraditoriamente, o poder público se ausenta de segmentos da vida das mulheres que deveriam ser protegidos, como as formas de violência vivenciadas pela mulher.

Ainda que historicamente como aponta Blay (2014), os mecanismos de defesa em face da violência contra a mulher tenham sidos construídos e previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei Maria da Penha de 2006, vem de encontro com a culpabilização da mulher e das diversas manifestações de violências imponentemente cometidas.

Isso posto, a crítica ao Estado Penal é sobre três tipos de dominação, de acordo com Malcher (2006): a dominação pelo terror, ou seja, através da violência explícita; a dominação ideológica; e a dominação gestionária.

Nesse contexto, esses tipos de dominação, seja radical ou não, são sempre direcionados e reproduzidos pelas instituições em todos os âmbitos. Pois essas

instituições são responsáveis pela manutenção da realidade de modo o qual, incorporam em suas rotinas dispositivos que fortalecem as concepções conservadoras, tradicionais e hierárquicas (MALCHER, 2006).

Desse modo, a crítica segundo Malcher (2006) seguida pela análise de Baratta (1999), Lopes (2002) e Blay (2014) é de um projeto ideológico que defende interesses pactuais estatais e burgueses. Da burguesia, porque a gênese do rompimento do movimento feminista vem de encontro com a luta contra a formação ideológica burguesa. E do sistema capitalista, por construir dispositivos para a manutenção da lógica elitista conservadora, além da desigualdade na distribuição de riquezas de um povo.

É importante identificar que esse pressuposto, repercute em toda a discussão dos direitos das mulheres. Ao analisar o Estado brasileiro, por exemplo, conforme Malcher (2006), é possível observar que as leis feitas em defesa das mulheres, são feitas por homens, compreendendo toda a discussão feita nesse resumo sobre a ótica de dominação e controle do corpo feminino. Assim, as leis estabelecidas refletem a subordinação feminina a um sistema que defende os ideais machistas e desiguais do Estado e da classe burguesa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva feminista permite um melhor entendimento sobre o sistema penal. A criminologia constitui-se como uma ferramenta teórica essencial para ir além do aparente. Cabe à investigação criminológica buscar as causas a partir de uma abordagem crítica histórica. Portanto, a construção de uma criminologia crítica feminista tem como sustento uma nova virada paradigmática no pensamento criminológico, pois formulada sob os parâmetros de uma epistemologia feminista. Trata-se do enfretamento de um fenômeno social que atinge todos os âmbitos, inclusive os espaços universitários.

4 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Camila Damasceno. Por uma criminologia crítica feminista. Rev. Espaço Acadêmico [online]. 2016, n. 183. Disponível em: <file:///C:/Users/Bruna%20M%C2%AA%20Rossignolli/Downloads/32348-146577-1-PB.pdf >. Acesso em: 17/06/2018.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.

BLAY, Eva Alterman (Org). **Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014

LOPES, Luciano Santos. **A contribuição de Alessandro Baratta para a Criminologia Crítica**. Rev. Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2002, n 11.

MALCHER, Beatriz Moreira da Gama. **Criminologia Feminista e Estado Penal**. Rev. Transgressões: Ciências criminais em debate. Natal: 2016, v. 4, n. 2.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

INTERFERÊNCIA DA ADUBAÇÃO QUÍMICA, ORGÂNICA E FOLIAR NA CULTURA DA RÚCULA

NASCIMENTO, Daniele[1]
BELO, Elizangela[1]
MARQUES, Marlon Duque[1]
TAGLIANI, Mateus[2]

RESUMO: O cultivo da rúcula tem se estendido nos últimos anos por proporcionar ao produtor preços bem mais elevados do que de outras folhosas. No Brasil, são escassas as informações sobre a nutrição da rúcula. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi avaliar respostas de adubação na cultura da rúcula sob diferentes fontes. Foram analisados adubo químico, adubo orgânico e adubo foliar. O delineamento experimental adotado foi blocos ao acaso com quatro tratamentos e cinco repetições. Os parâmetros analisados foram: altura da planta, a massa verde de folhas e massa verde de raiz. Os tratamentos com adubação química e orgânica destacaram-se.

Palavras-chave: *Eruca sativa* L, folhosas, nutrição de plantas.

1 INTRODUÇÃO

A rúcula é pertencente à família Brassicaceae, e ocupa a terceira posição entre as hortaliças folhosas cultivadas no Brasil, com área plantada de aproximadamente 40.000 hectares, segundo dados da Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas (ABCSEM, 2015).

O cultivo da rúcula tem se estendido nos últimos anos por proporcionar ao produtor preços bem mais elevados do que os de outras folhosas como alface, chicória, almeirão e couve. Em seu cultivo, os produtores podem usar resíduos orgânicos na adubação. O potencial de uso de resíduos orgânicos em hortaliças é grande, em virtude das extensas áreas com seu cultivo no País (CAVALLARO JÚNIOR et al., 2009).

É importante ressaltar que os agroquímicos podem causar impacto ambiental e também os custos para aquisição desses insumos são altos, o que desestrutura a produção e provoca um desestímulo por parte dos produtores (VARELA E SANTANA, 2009).

No Brasil, são escassas as informações sobre a nutrição da rúcula. Muitas vezes os resultados de pesquisas obtidos para a alface são utilizados como orientação para a realização da adubação dessa cultura. Neste sentido, o objetivo desse trabalho foi avaliar respostas de adubação química, orgânica e foliar na cultura da rúcula.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi realizado na Fazenda Experimental Faculdade Campo Real, na cidade de Guarapuava-PR, coordenadas geográficas de latitude de - 25° 23' 2,3940" e longitude de - 51° 29' 15,2801". A cidade de Guarapuava se encontra a 1.100 metros acima do mar na região centro-oeste do estado.

O delineamento experimental utilizado foi o em blocos ao acaso, com quatro tratamentos e cinco repetições. Avaliaram-se os tratamentos: T1 (Testemunha); T2 (Formulação química 4-20-20, 300g/parcela); T3 (Adubo orgânico, 5kg/parcela) e T4 (Adubação foliar com formulação química 30-10-10, 1,5g/litro/parcela).

A colheita da rúcula foi realizada aos 46 dias após o plantio. As variáveis analisadas foram altura de planta com uma trena milimétrica, em centímetros, desde o colo da planta até a extremidade da folha mais comprida esticada, a massa verde de folhas, e a massa verde de raiz, ambas com pesagem balança analítica configurada em gramas.

As variâncias dos tratamentos foram testadas quanto à homogeneidade pelo teste de Bartlett. As variáveis que apresentaram diferenças significativas pelo teste F tiveram suas médias comparadas pelo teste de Duncan ao nível de 1% de probabilidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a tabela 1, observa-se que houve diferença significativa entre as médias de tratamento, sendo que em relação à altura de planta tanto a adubação química como a orgânica se destacaram, diferindo das demais.

Tabela 1. Desempenho agronômico da rúcula em função da aplicação de diferentes fontes de adubos.

Tratamentos	Altura de Planta	MVPA	MVRZ
Testemunha	24,90 c	143,37 b	22,62 b
Adubação Química	31,70 ab	211,90 ab	30,37 ab
Adubação Orgânica	32,47 a	224,12 a	39,25 a
Adubação Foliar	27,52 bc	145,75 b	25,50 b
C.V. (%)	11,11	28,56	30,77

Médias seguidas por diferentes letras minúsculas na coluna diferem significativamente entre si pelo teste de Duncan a 1% de probabilidade.

Em seus experimentos, Oliveira et. al (2010), observaram diferença significativa entre a adubação orgânica e mineral em diversos parâmetros analisados, com os maiores valores médios destas variáveis registrados no cultivo orgânico. Os mesmos autores destacam que as hortaliças folhosas respondem muito bem à adubação orgânica, e que a mesma pode promover um incremento acentuado nos níveis de matéria orgânica no solo ao longo dos anos.

Em relação à massa verde de folhas a adubação química e a orgânica se destacaram, diferindo da adubação foliar e testemunha (tabela 1).

O efeito da matéria orgânica em especial do esterco bovino sobre a produção não só de hortaliças, mas também de outras espécies vegetais é observado por diversos pesquisadores entre os quais podemos citar Rodrigues et. al (2008) que testando o efeito de diferentes quantidades de esterco bovino no desempenho agronômico da rúcula, cultivar Cultivada, observou que para as variáveis massa verde e massa seca destacou-se os tratamentos 20, 40, 60 e 80 t de esterco por hectare, sendo essas doses as que apresentaram os maiores valores, não diferindo significativamente entre si. No entanto observou-se uma tendência de aumentar tanto a massa verde quanto a massa seca a partir de 20 t de esterco por hectare até 60 t de esterco por hectare.

Na massa verde de raiz também a adubação química e a orgânica se destacaram, se diferindo das demais (tabela 1).

Nos ensaios promovidos por Oliveira et. al (2009), foram observadas diferenças significativas para a matéria verde da raiz com tratamento utilizando composto de lixo caseiro, resto de cultura e esterco biodigerido (composto orgânico), promovendo uma maior produção, demonstrando assim a efetividade da adubação orgânica e corroborando com o presente trabalho. Também em seu experimento Vidigal et al. (1997) utilizaram composto orgânico (capim napier + palha de café + dejeto suíno liquido), obtendo uma resposta positiva relacionada à cultura da alface, que apresentou melhores resultados quando comparados com a adubação química.

4 CONCLUSÃO

Com base nas informações contidas neste trabalho pode-se observar que a adubação orgânica não diferiu estatisticamente da adubação química para todas as avaliações. Com isso, o produtor pode fazer a substituição da adubação química pela orgânica, sem diminuição da produtividade, diminuindo assim custos e sendo ambientalmente sustentável, socialmente justo e economicamente viável.

5 REFERÊNCIAS

ABCSEM. O Mercado de Folhosas: Números e Tendências. Disponível em: http://www.abcsem.com.br/. Acesso em: 8 de agosto de 2018.

CAVALLARO JÚNIOR, M. L.; TRANI, P. E.; PASSOS, A. F.; NETO, J. K.; TIVELLI, S. B.; Produtividade de rúcula e tomate em função da adubação N e P orgânica e mineral. Bragantia. vol.68 no.2 Campinas 2009.

OLIVEIRA, E. Q.; SOUZA, R. J.; CRUZ, M. C. M.; MARQUES, V. B.; FRANÇA, A. C. Produtividade de alface e rúcula, em sistema consorciado, sob adubação orgânica e mineral. **Horticultura Brasileira.** V.28, p. 36-40, 2010.

OLIVEIRA, E. M.; QUEIROZ, S. B.; SILVA, V. F. Influência da matéria orgânica sobre a cultura da alface. **Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal**, v. 6, n. 2, p. 285-292, mai/ago 2009.

RODRIGUES, G. S. D. O. et al. Quantidade de esterco bovino no desempenho agronômico da rúcula (eruca sativa l.), cultivar Cultivada. **Revista caatinga**, Mossoró-RN, Brasil, v. 21, n. 1, p. 162-168, jan./mar. 2018.

VARELA, L.B.; SANTANA, A.C. Aspectos econômicos da produção e do risco nos sistemas agroflorestais e nos sistemas tradicionais de produção agrícola em Tomé-Açu, Pará – 2001 a 2003. **Revista Árvore**, v.33, n.1, p.151-160, 2009.

VIDIGAL, S. M. SEDIYAMA, M. A. N., GARCIA, N. C. P., MATOS, A. T. de. Produção de alface cultivada com diferentes compostos orgânicos e dejetos suínos. **Revista de Horticultura Brasileira.** Brasília – DF. v.15, n.1, maio, p.35-39, 1997.

A INFLUÊNCIA DA ESTRUTURA PRISIONAL NA REABILITAÇÃO DOS CARCERÁRIOS

LIMA, Samara Ramos de[678]
ARAÚJO, Regiane Bueno[679]

RESUMO: O presente trabalho visa trazer à tona esclarecimentos acerca da reinserção social dos carcerários no contexto brasileiro e sua relação de influência com o espaço social e arquitetônico oferecidos. Abrangendo desde a transformação dos presídios até o trabalho exercido pelo psicólogo dentro do cárcere, o objetivo da pesquisa é compreender tal relação e o que pode ser mudado a fim de potencializar o sistema penitenciário brasileiro, uma vez que esse encontra-se eficientemente falido. A investigação baseou-se em pesquisa bibliográfica contemplando artigos recentes, dados oficiais e livros, os quais apresentaram teses e soluções já discutidos anteriormente acerca do tema.

Palavras-chave: Reinserção Social. Psicologia Investigativa, Arquitetura Prisional. Análise do Comportamento.

1 INTRODUÇÃO

Desde que as prisões foram criadas, com o intuito de punir os indivíduos pelos crimes cometidos, se fez necessário o entendimento de forma integral dos submetidos a essa condição. Nesse sentido, a partir da constituição da psicologia e da arquitetura enquanto ciência, diversos estudos acerca das influências comportamentais e psicológicas resultantes dessa relação estão sendo realizados.

O presente trabalho baseou-se em tais influências, a partir de um processo histórico da função penitenciária, a fim de compreender qual a relação entre esses fatores e a taxa de reincidência criminal existente no Brasil atualmente.

2 DESENVOLVIMENTO

Para a realização da pesquisa foi utilizado o método histórico e monográfico, contemplando livros e artigos acerca do tema arquitetura prisional e do exercício profissional do psicólogo no cárcere, bem como buscou-se conhecer o índice de

[678]Psicologia, 4º Período, Centro Universitário Campo Real.
[679]Psicóloga, Mestranda pela Universidad de La Empresa - UDE em Ciências Criminológico-Forense, Graduada em Psicologia pela UNIPAR, Especialista em Análise do Comportamento Humano e Terapia Analítico Comportamental pela Unipar, Docente do Centro Universitário Campo Real .

reincidência criminal no Brasil, a fim de compreender quais medidas podem e devem ser melhoradas com o intuito de diminuir essa taxa.

2.1 O PROCESSO HISTÓRICO DOS PRESÍDIOS

Na antiguidade, as prisões eram ambientes em que se realizavam torturas e castigos físicos como forma de punição ao crime cometido. Por volta do século XIX, com as propostas de humanização das penas, a privação da liberdade foi adotada. Apesar de esse sistema ter funcionado por muito tempo, a "falência da pena de prisão foi inevitável, uma vez que, além de não frear a delinquência, dá oportunidade a desumanidades e estimula a reincidência delitiva" (BEZERRA, 2015).

Um fator que soma-se nesse processo é a precariedade estrutural e assistencial dos presídios brasileiros. Em 1830, juntamente com a pena de prisão implantada no Brasil, foi criada uma comissão que visitaria todos os presídios brasileiros elencando as principais mudanças necessárias para melhorias. Já nessa época foram levantadas críticas que permanecem até hoje, tais como a superlotação das celas e o ambiente social nocivo, uma vez que, na prática, não havia (nem há) a separação dos indivíduos por crime cometido (SANTIS & ENGBRUCH, 2012).

Bezerra (2015) descreve ainda, a falência do sistema prisional brasileiro como decorrente da não-assistência do Estado, bem como resultante da arbitrariedade no tratamento dos agentes e policiais na resolução de conflitos. Nesse sentido, ele julga a necessidade de modernização dos presídios, bem como o acompanhamento da reintegração do indivíduo à sociedade dentro e fora do cárcere, garantindo, inclusive, a entrada do mesmo no mercado de trabalho.

2.2 A ARQUITETURA DOS PRESÍDIOS

A reinserção social do apenado é influenciada por diversos fatores, entre eles, a estrutura social e física do ambiente. Levando em consideração as falhas do sistema prisional em cumprir seu papel de reabilitador social, o processo de prisionização ocupa o lugar de destaque nessa organização. Do ponto de vista sociológico, o conceito de prisionização equivale ao de assimilação, que, segundo Thompson *apud* Prado e Lima (2016), seria o decurso paulatino pelo qual uma pessoa adquire características do ambiente em que está inserido, até o ponto em que se torna parte representacional dela.

No tocante à arquitetura, os presídios foram projetados seguindo a linha de raciocínio da lei: privar o detento de sua liberdade de locomoção. Assim, as estruturas são caracterizadas por muros altos e torres de vigilância, celas isoladas e escuras, grades dentro e fora do presídio, câmeras, alarmes e instrumentos tecnológicos, como detectores de metais. Tudo isso com o intuito de isolar os indivíduos ali confinados, bem como garantir a permanência dos mesmos naquele ambiente (PRADO & LIMA, 2016).

O mais apropriado seria realizar mudanças estruturais visando uma condição de liberdade aos sujeitos encarcerados, de modo a tornar a situação mais propícia à responsabilização dos mesmos. Assim, se faz necessária a obtenção de propostas de reforma nas estruturas atuais que fossem viáveis ao governo, visando custos mais baixos e mais praticidade nos projetos.

2.3 O CARCERÁRIO

O relatório de pesquisa do IPEA de 2015 acerca da reincidência criminal no Brasil dispõe que em 1998 o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) divulgou que 70% dos carcerários no Brasil eram reincidentes, porém não houve a especificação de quantos eram réus primários e quantos já haviam cumprido pena anteriormente. Em contrapartida, pesquisas embasadas em dados reais demonstraram uma média de 35% de reincidentes criminais de fato, considerando reincidentes aqueles que já cumpriram pena anteriormente e voltaram a cometer crimes, sendo julgados e condenados.

De acordo com informações publicadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, IPEA e IBGE, houve um crescimento de 83 vezes no número de presos entre 1938 e 2009. Esse resultado demonstra que o número de vagas é ultrapassado pelo número de apenados, cuja superlotação agrava a desintegração social dos submetidos a tal situação seguindo contrariamente ao proposto pela lei, como já citado anteriormente. O ideal da reintegração social dos indivíduos seria de que fossem realizados trabalhos dentro dos presídios e fora dele, tornando-os aptos ao convívio em sociedade sem causar prejuízos a si próprios e a outros, bem como dar continuidade à tal assistência além da pena e do ambiente penitenciário, de modo a fazer da comunidade parte moldável dessa relação (IPEA, 2015).

2.4 O PSICÓLOGO NO CÁRCERE

O psicólogo, assim como os carcerários cumpridores de pena, está sob efeito da prisionização, uma vez que precisa agir conforme pede as normas da estrutura prisional. Nesse âmbito, o profissional procura manejar um atendimento visando a reintegração social do apenado da forma mais humanizada possível, baseando-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no respeito da liberdade e reciprocidade com o atendido (PIO, 2006; RAUTER, 2007).

Para tanto, os diálogos, encontros de psicoterapia breve e grupos operativos pautados no não julgamento e acolhimento histórico desses indivíduos são de extrema importância, pois incorporam-se aos demais tratamentos que deveriam ser oferecidos pelo sistema, facilitando a reestruturação do vínculo indivíduo-família-comunidade, uma vez que a vida social do carcerário tende a seguir essa linha, respectivamente, de reconstrução social.

O psicólogo trabalha, ainda, dentro das CTC's (Comissões Técnicas de Classificações). Tais comitês visam debater acerca da individualização da pena dos carcerários, ficando a cargo do psicólogo compreender e opinar de acordo com o Código de Ética Profissional, evidenciando os conteúdos baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como incentivar discussões a respeito da "saúde, educação e programas de reintegração social" (SILVA, 2007, *apud* MEDEIROS & SILVA, 2015).

Além disso, é de importância que esses profissionais conheçam o ambiente carcerário e quais as condições reais em que os presos se encontram (RAUTER, 2015), visto que tudo isso influencia mutuamente os comportamentos considerados delitivos e prejudiciais ao convívio social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tal pesquisa foi possível refletir acerca da atuação do psicólogo, analisando as influências históricas, culturais e ambientais do indivíduo, além de ser necessário que haja uma relação de iniciativa da parte da organização prisional na reintegração social do apenado.

O estudo engloba o conceito de prisionização, as influências estruturais físicas e sociais, bem como os problemas enfrentados nesse contexto. A partir disso, ficou claro que tais questões ocorrem devido às falhas do sistema penitenciário em atender de forma íntegra as demandas recebidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

4 REFERÊNCIAS

BEZERRA, Raphael Lopes Costa. Breve Histórico do Sistema Penitenciário e a Constituição Federal de 1988. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35961/breve-historico-do-sistema-penitenciario-e-a-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 05 set 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Reincidência Criminal no Brasil: Relatório de Pesquisa.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf>. Acesso em: 11 set 2018.

JÚNIOR, Teófilo Marcelo Arêa Leão; BONESSO, Allaymer Ronaldo Regis dos Bernardos; PASCHOAL, Gustavo Henrique. Direito e Cinema Dramático em Debate. 1. ed. Jacarezinho: UENP & PROJURIS, p. 7-30, 2016. Disponível em: <http://dircin.com.br/repositorio/2016/livro-do-ii-simposio-regional-direito-e-cinema-em-debate-dramatico-em-debate.pdf#page=8>. Acesso em: 11 set 2018.

MEDEIROS, Ana Carolina Azevedo de; SILVA, Maria Clarisse Souza. **A Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional: Analisando e Propondo Novas Diretrizes.** Rev. Transgressões, v.2 n.1, p. 100-111, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/6658/5160>. Acesso em: 16 set 2018.

PIO, Cleuza. **Sistema Prisional e Psicologia: Inúmeros Desafios.** 2006. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0304.pdf>. Acesso em: 16 set 2018.

RAUTER, Cristina. **Clínica e Estratégias de Resistências: Perspectivas para o Trabalho do Psicólogo em Prisões.** Psicologia & Sociedade, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n2/a06v19n2.pdf>. Acesso em: 16 set 2018.

RAUTER, Cristina. **O Trabalho do psicólogo em Prisões.** 2015. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/51653667/O_trabalho_do_psicologo_em_prisoes.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1537213504&Signature=TMkvmMx%2FAEG0jIZDg0N0QNyTXRg%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DO_trabalho_do_psicologo_em_prisoes.pdf.pdf>. Acesso em: 16 set 2018.

SANTIS, Bruno Morais Di; ENGBRUCH, Werner. **A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo.** Rev. Liberdades, São Paulo, n.11, 2012. Disponível em: <http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=145>. Acesso em: 05 set 2018.

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: TRÁFICO DE ENTORPECENTES E CORRUPÇÃO DE MENORES

MIRANDA, Daiane[680]
OLIVEIRA, Cristiane do Belém Gunha de
SANTOS, Anderson
ROSAS, Rudy Heitor[681]

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo demonstrar o conceito, diretrizes, regulamentação e principais características das organizações criminosas voltadas para a prática do crime de tráfico de entorpecentes, combinado com a prática de corrupção de menores. Além disso, busca-se demonstrar como tais organizações agem perante a sociedade. Para tanto, utilizou-se o método bibliográfico, consultando entendimentos doutrinários e artigos acadêmicos que versam sobre o assunto.

Palavras-chave: Organizações Criminosas. Tráfico de Entorpecentes. Corrupção de menores.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade discorrer sobre as organizações criminosas voltadas especificamente para a prática dos delitos de tráfico de entorpecentes e corrupção de menores.

Aborda-se de maneira específica, questões relacionadas as formas empregadas por essas organizações para o recrutamento de pessoas, principalmente crianças e adolescentes.

2 CONCEITO HISTÓRICO

As organizações criminosas são um marco da sociedade atual e alcançam um nível mundial de atuação.

Segundo Caio Victor Lima de Oliveira (2015), embora não haja conhecimento específico sobre a origem histórica das organizações criminosas, existem relatos das primeiras atividades no Oriente, realizadas pelas Tríades Chinesas, no ano de 1644. Posteriormente, surgiu a famosa organização japonesa denominada “Yakusa”, que ficou mundialmente conhecida pela sua forma de atuação, relacionadas ao tráfico de drogas, prostituição, pornografia, jogos de azar, extorsão e tráfico de pessoas.

[680]Alunos do 8º período, turma “B” do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real.
[681]Professor orientador.

Não há como falar de organizações criminosas, sem mencionar a Máfia Italiana, que pode ser considerada a organização criminosa mais famosa de todos os tempos. Tal fama se deu por possuir uma estrutura de família, com grandes traços da "Casa Nostra", de origem siciliana. O início dessa organização se deu com a realização de contrabandos e extorsão de pessoas, e, logo em seguida, com o tráfico de entorpecentes e a lavagem de dinheiro (OLIVEIRA, 2015).

No Brasil, alguns doutrinadores expõem que as primeiras organizações criminosas se deram com o cangaço, que surgiu no século XVIII, no nordeste brasileiro. Deste então, essas organizações vêm crescendo cada vez mais, principalmente dentro dos presídios nacionais.

Atualmente, há um forte domínio de duas facções rivais, dentro e fora dos presídios nacionais, sendo eles o Primeiro Comando da Capital (PCC), e o Comando Vermelho (CV), que travam uma guerra pelo domínio do poder nos presídios – local em que normalmente se dá o primeiro contato com tais facções - fazendo-se necessário o recrutamento de novos integrantes, para o estímulo do desenvolvimento de suas atividades, que tem como finalidade principal o tráfico de entorpecentes.

Diante dessa inúmera crescente das organizações, viu-se necessário um posicionamento mais rigoroso dos legisladores brasileiros, quanto a medidas punitivas para integrantes de grupos criminosos. Diante disso, foi implementada a Lei da Organização Criminosa (Lei 12.850/2013), que dispõe em seu art. 1º, § 1º:

> Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.
> § 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. [...]

Ocorre que, a referida Lei não ficou imune das críticas doutrinárias, como por exemplo, as realizadas por Cleber Masson e Vinicius Marçal:

> A Lei do Crime Organizado pecou ao vincular a caracterização de uma organização criminosa à "prática de infrações penais cuja penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos", haja vista que não são propriamente os crimes decorrentes da atuação da organização criminosa que lhe conferem a condição

> de macrocriminalidade, pelo seu alto potencial lesivo, mas a organização em si. (2016, p. 21)

Entretanto, essas preocupações não são exclusivas dos legisladores e doutrinadores brasileiros. Existe um grande domínio de facções nos presídios internacionais. As mais numerosas e temidas facções ou “gangs”, como são conhecidas, são as localizadas no México e nos EUA, principais pontos dominados pelas organizações do tráfico dentro e fora dos presídios.

Há uma grande rivalidade pelo domínio desses locais, devido à grande potencialidade econômica gerada pelo tráfico de drogas. Essas gangs têm quase o domínio total dentro dos presídios, e visam possuir o controle de tudo que acontece internamente, desde brigas, rebeliões, homicídios e fugas. Além, é claro, da briga pelo poder do mais alto escalão, para comandar a entrada e saída de tudo o que está relacionado a questão financeira dentro dos presídios.

Essas gangs agem de formar muito violenta, até mesmo contra seus próprios integrantes, tudo isso para que haja respeito e autoridade entre eles, que se impõem de maneira hierárquica. Porém, tais organizações não agem apenas internamente, pois detêm uma grande influência no tráfico fora dos presídios, agindo de maneira administrativa, vindo a envolver, muitas vezes, pessoas que não fazem parte das facções, coagindo-as para que realizem tarefas externas com finalidade de seu interesse.

2.1 DA CORRUPÇÃO DE MENORES

Atualmente, o tráfico de entorpecentes é um dos crimes mais cometidos por crianças e adolescentes.

Isto se dá, devido a vulnerabilidade de tais infantes e a fácil persuasão, além de não serem punidos criminalmente pelos atos ilícitos praticados, uma vez que menores de 18 (dezoito) anos são considerados inimputáveis, segundo art. 228 da CF: “Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”.

Importante ponderar que os criminosos utilizam de diversas formas persuasivas para incluir os jovens no âmbito criminoso, principalmente métodos psicológicos, em que oferecem melhorias para suas vidas, como por exemplo: respeito,

ascensão econômica e idolatria. Cominado a isso, está o desejo do jovem por dinheiro, que não consegue adquirir de outra forma, senão pelo crime.

Ressalta-se que no Brasil não há a possibilidade de prisão a crianças e adolescentes, pois não são submetidos ao Código Penal, e sim, ao Estatuo da Criança e do Adolescente (ECA).

Frise-se que faz-se necessária a distinção entre criança e adolescente, que é importante para a diferenciação quanto as normas utilizadas em cada caso.

Segundo Sannini (2010):

> É mister salientar que, de acordo com o artigo 2° do Estatuto, considera-se criança a pessoa com até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade. Assim, somente o adolescente pratica ato infracional e fica sujeito às medidas sócio-educativas. A criança, por outro lado, pratica desvio de conduta e se sujeita apenas às medidas previstas no artigo 101 do Estatuto (ex: encaminhamento aos pais ou responsáveis mediante termo de responsabilidade, orientação, apoio e acompanhamento temporários etc.)

Consigne-se, ainda, que, independentemente da classe social na qual a criança ou adolescente está incluído, todos querem ter uma personalidade que seja respeitada, e são exatamente essas ilusões pragmáticas que tais organizações oferecem a eles.

Todavia, importante mencionar que aquele que influencia menor de 18 anos responde por crime de corrupção de menores, previsto no art. 244-B do ECA[682]. Neste sentido, importante a ponderação realizada por Cleber Masson e Vinicius Marçal:

> A propósito, a participação de criança ou adolescente na associação criminosa também acarreta a caracterização da corrupção de menores, disciplinada pelo art. 244-B da Lei 8.069/90 (ECA), para o(s) agente(s) culpáveis. Esse crime, de natureza formal, independe de prova da efetiva deturpação moral do menor de 18 anos, pois se constitui em crime de perigo. É o que se extrai da Súmula 500 do STJ: " A configuração do crime previsto no art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal". (2016, p. 35)

Por fim, é importante mencionar que é dever do Estado, da família e da sociedade colocá-los a salvo de todas as formas de exploração, principalmente porque, a criança e o adolescente têm proteção integral e prioritária.

[682] Art. 244-B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la:
Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, vislumbra-se que o assunto é de suma importância na sociedade, tendo em vista que o tráfico de drogas está diretamente ligado com o cotidiano social, gerando um grande impacto econômico e grandes transtornos para o Estado, principalmente na vinculação dos adolescentes com o tráfico, que aumenta a cada dia.

Além disso, as organizações criminosas e o delito de tráfico de drogas são temas de grande repercussão, sendo essencial a realização de políticas públicas para diminuir a prática de tais atos, bem como, de projetos para evitar que as crianças e os adolescentes sejam persuadidos pelos criminosos.

4 REFERÊNCIAS

Âmbito Jurídico. **Tráfico de Drogas é o crime mais cometido pelos menores infratores**. 2016. Disponível em <https://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/410522503/trafico-de-drogas-e-o-crime-mais-cometido-pelos-menores-infratores> Acesso em: 01 set. 2018.

MASSON, Cleber; MAÇAL, Vinícius. **Crime Organizado.** 2.ed. São Paulo: Editora Método, 2016.

NETO, Francisco Sannini. Traficantes se valem de menores para vender drogas. **Conjur.** 2010. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2010-out-23/traficantes-aproveitam-menores-vender-drogas-impunes> Acesso em: 01 set. 2018.

OLIVEIRA, Caio Victor Lima de. Organizações criminosas: conceito histórico, evolução e criação do conceito legal. **Jus**. 2015. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/39693/organizacoes-criminosas-contexto-historico-evolucao-e-criacao-do-conceito-legal>. Acesso em: 28 set. 2018.

UMA COMÉIA PARA MULHERES CHEFES DE LAR

BETTEGA, Mayara da Silva[683]
ANDRADE, Stefanie Cristine Nepomuceno de[684]
LIMA, Liseanne Loures[685]
SOUZA, Gabriel C Soares de[686]
SOUZA, Mayara Vieira de[687]

RESUMO: Esta pesquisa, ainda em andamento, busca evidenciar a importância da assistência urbanística às mulheres chefes de lar e apresentar subsídios para uma futura elaboração de um programa de habitação especifica para este público alvo. Mulheres estas que por motivos diversos tem como responsabilidade sustentar o seu lar. Neste sentido, é preciso entender as necessidades para se criar um projeto ideal que proporcione a elas qualidade de vida. Também se pensou no incentivo ao processo de geração de renda que tem como conceito "Colmeia", onde as mulheres trabalham e colhem seus frutos juntas.

Palavras-chave: Habitações. Mulheres. Social. Colmeia.

1 INTRODUÇÃO

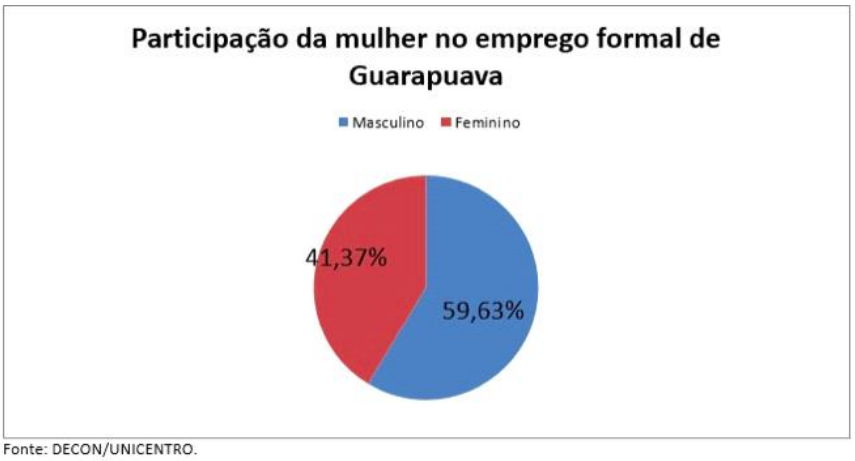
As mulheres por muito tempo foram e ainda são vistas, como somente "donas de casa", mas a realidade é outra. Inúmeras hoje são as provedoras de seus lares, além de sustentar a casa, elas também são responsáveis por educar os filhos e cuidar dos enfermos. Por esses motivos as mulheres chefes de família estão em uma faixa de vulnerabilidade. Por receberem essa classificação estão em diversos programas de habitação. Mas em grande maioria esses programas estão inseridos em periferias sem estrutura urbana, o que pode dificultar muito a vida dessas mulheres.

LAVINAS, Lena. em *Gênero, cidadania e políticas urbanas* fala que quando a cidade não é pensada para mulheres isso tende a excluí-las do meio urbano, o que gera uma desigualdade perante o homem. LAVINAS (1997) ainda propõe um planejamento urbano que:

[683] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 8º período, do Centro Universitário Campo Real.
[684] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 8º período, do Centro Universitário Campo Real.
[685] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 8º período, do Centro Universitário Campo Real.
[686] Arquiteto e Urbanista, Mestre em Engenharia Urbana, e Professor de disciplinas de Planejamento Urbano, Urbanismo e Projetos Arquitetônicos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.
[687] Arquiteta e Urbanista, Mestra em Políticas Públicas, e Professora de disciplinas de Planejamento Urbano, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.

> evite a separação e a desigualdade, que promova a acessibilidade, socialize as tarefas domésticas, redefina as relações públicas e privadas, desagregue o uso do solo, desconcentre as atividades do centro da cidade, e por fim generalize de forma igualitária a participação no planejamento da cidade. (LAVINAS, 1997).

De acordo com pesquisas do departamento de economia da Universidade do centro do Paraná (Unicentro) – DECON, a diferença salarial entre homens e mulheres é de 19,63%, na mesma função, na região da cidade de Guarapuava–pr.



Fonte: DECON/UNICENTRO.

Outra questão a ser analisada é a insegurança vivenciada pelo gênero feminino. Boa parte das mulheres que se encontram sozinhas na luta pela família já sofreram alguma forma de violência, seja ela sexual, moral ou psicológica. Isso vai implicar também na localidade da implantação do projeto e nas recomendações urbanísticas propostas aqui.

Depois de analisados esses dados, encontrou-se a necessidade de levantar informações que sirvam de base para um programa de Habitação social exclusivo para as mulheres chefes de família. Dando a elas a titularidade da terra, local onde esteja inserido próximo ao um centro consolidado e que tem a sua disposição infraestrutura com iluminação pública, coleta de lixo, acessibilidade e mobilidade de qualidade e equipamentos públicos básicos como creches e postos de saúde.

Neste sentido, o presente trabalho adota como processo metodológico uma breve revisão bibliográfica com autores de destaque no tema para, após a contextualização deste nicho da sociedade - mulheres chefes de lar – e a sua relevância, apontar possíveis direções para a continuidade deste trabalho parcial.

Assim foi pensado em um conceito que pode parecer muito simples para nortear este programa habitacional direcionado às mulheres chefes de lar: a Colmeia. A colmeia funciona como uma sociedade onde a maior parte são abelhas fêmeas operárias que produzem seu próprio sustento. Como as abelhas, as mulheres são indispensáveis para o desenvolvimento e sobrevivência da humanidade. Na sociedade em termos de percentual geralmente a mulher é mais qualificada que o homem, a mão de obra feminina apresenta maior produtividade e em tempos de crises o trabalho feminino apresenta maior nível de empregabilidade no comércio.

2 DESENVOLVIMENTO

A origem deste projeto foi a partir da elaboração de uma apresentação de seminário, buscando compreender a relação gênero e cidade, com base no livro de LAVINAS, Lena. (*Gênero, cidadania e políticas urbanas).* Além disso projetos deste âmbito já implantados na cidade de Guarapuava -PR, fizeram parte de uma pesquisa, onde pode-se perceber que os programas contemplam apenas as moradias, e outros aspectos que também seriam fundamentais, para uma boa intervenção são esquecidos, como, problemas de mobilidade, emprego e segurança. Mulheres são destinadas, a morar em bairros perigosos, com residências irregulares e sem comércio, que acaba tornando as habitações locais vulneráveis a mais violências.

"Ruas bem movimentadas tendem a ser mais seguras". (LYNCH, 1960) Um diagnóstico realizado, demonstrou um local modelo para se implantar este projeto, onde a movimentação, é o principal fator de segurança. Um local onde se encontram classes sociais mistas. Perto do centro, que possibilita melhor mobilidade aos moradores.

Também para o fator segurança pública foi usado como base um estudo feito por Jane Jacobs que revela uma forma dinâmica para aumentar a segurança das ruas sem ter que colocar uma guarita policial a cada esquina ou construir muros de três metros de altura, que é: Atrair o pedestre. Ela cita:

- Demarcação nítida entre público e privado,
- Olhos para vigiar a rua.
- As calçadas devem ser utilizadas praticamente sem interrupção

Ela diz: "O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos (JACOBS, 2000, p. 30)"Jacobs defende que a segurança não é feita apenas pela polícia mais …"pela rede

intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados. (JACOBS, 2000, p. 32)".
Algumas reformas já foram alcançadas pelas mulheres, LAVINAS (1997) nos mostra que mesmo por trás dos panos a mulher tem se mostrado ativa na sociedade.

> Não resta duvidas – e é preciso resgatar aqui- que não só as mulheres foram agentes dinâmicos da luta pela elaboração de uma proposta de reforma urbana, como muitas de suas reivindicações foram contempladas na formulação de planos diretores e leis orgânicas de algumas cidades. (LAVINAS, 1997p. 182).

A autora se refere as creches implantadas nos planos diretores que é primeiramente uma conquista da mulher que quer ter um filho e poder trabalhar fora, e até a participação feminina em algumas cidades na criação de concelho de participação popular.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, evidenciada a relevância do tema, o trabalho em andamento pretende seguir com os subsídios identificados neste artigo rumo a uma proposta de programa de habitação para estas mulheres chefes de família. Trata-se de uma concepção urbanística que não pretende dar apenas moradia a essas mulheres, mas sim proporcionar habitualidade, seguindo as recomendações do guia criado pela ONU "COMO FAZER VALER O DIREITO DAS MULHERES A HABITAÇÃO?" Fornecendo a elas um programa completo aonde se incentiva o processo de geração de renda através da implantação de um comércio próximo as moradias que vão estar localizadas em uma Zona de Interesse Social próximo ao centro com equipamentos urbanos e uma infraestrutura adequada, dessa forma, elas conseguirão se manter em sua residência sem grandes esforços assim tornando suas vidas, menos difícil e as amparando de alguma forma.

4 REFERÊNCIAS

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LYNCH, Kevin. **The image of the city.** Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

LAVINAS, Lena. Gênero, Cidadania e Políticas urbanas. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, SANTOS, Orlando, Alves dos. Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: O futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1997. p.169-187

Guia PDF:
https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/12/guia-mulheres-pt_ok.pdf

CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: A IMPORTÂNCIA DO DIAGNOSTICO PRECOCE

FIUZA , Thais Natacha [688]
MICHEL , Renan Garcia [689]

RESUMO: O câncer de útero é um tumor com alto índice de mortes nas mulheres no nosso país envolvendo pacientes com idade entre 25 a 64 anos, é um tumor anormal das células que se origina na região inferior do útero (colo), localizado no fundo da vagina, provocado pelo vírus HPV, a transmissão ocorre por meio de relações sexuais sem proteção e demais fatores de risco como multiparidade de parceiros sexuais, atividade sexual precoce. As mortes provocadas pelo câncer podem ser evitadas, através da realização do exame preventivo e vacinação contra o vírus obtendo um diagnóstico precoce e seu tratamento correto.

Palavras-chave: Mulheres. Tumor. Útero. Preventivo.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o câncer de colo de útero é o terceiro tumor mais comum na população feminina, ficando atrás do câncer de mama e colo retal. Estimasse que aproximadamente 18 mil novos casos anualmente, e segundo o Instituto Nacional do câncer (INCA) é a quarta causa de morte nas mulheres. (SANTOS et al., 2015; MACHADO 2015).

Sua epidemiologia no Brasil em 2014 foi de 15.590 novos casos de câncer de colo de útero e em média de 5.000 óbitos. No Paraná foram registrados em 2015 cerca de 340 mortes pela doença, considerada a 4º maior causa de óbitos. Em 2016 o Instituto apresentou sua incidência de 16.340 novos casos de câncer e a região sul ocupando o ranking de terceira colocação nos casos, envolvendo mulheres com idade entre 25 a 64 anos, segundo INCA a estimativa de novos casos para 2018 é de 600 mil. (INCA 2015; FARIAS et al.,2016)

É um tumor anormal das células que se origina na região inferior do útero (colo), localizado no fundo da vagina. O carcinoma dessa doença é causado pelo HPV uma infecção do Papiloma vírus humano oncogênita que ocorre em 96,5% dos casos da evolução para o câncer do colo de útero, aproximadamente 1 em cada brasileira é infectada pelo vírus, existem mais de 200 tipos de HPV onde em média de 150 foram identificados e entre esses tipos 14 pode causar lesões que podem avançar para o

[688] Acadêmica de Biomedicina, 8º período, Centro Universitário Campo Real
[689] Professor orientador, Centro Universitário Campo Real

câncer. Esse tipo de infecção é persistente no sexo feminino, onde muitas vezes o próprio organismo consegue elimina-la, nos casos em que não é eliminada origina o carcinoma. Em casos de tumores iniciais precisa de uma cirurgia de conização que não afeta a sexualidade e fertilidade e nos casos mais graves é necessário a retirada do útero. (DIZ et al., 2009; NAVARRO et al., 2014; SILVA et al., 2013).

A sua transmissão ocorre por meio de relações sexuais sem proteção e demais fatores de risco como multiparidade de parceiros sexuais, atividade sexual precoce. Inicialmente câncer de colo de útero não costuma apresentar sintomas em seu início e em alguns casos da doença de forma sintomática pode ocorrer o aparecimento de verrugas genitais e nos casos avançados pode ocorrer corrimentos, sangramentos e dores abdominais após o ato sexual, nesses casos a chance de cura é bem pouca. (BIM et al., 2009; BARBOSA et al., 2015).

O câncer do colo do útero é uma doença silenciosa e perigosa, que com cuidados simples pode ser prevenido. Dessa forma é de extrema importância a orientação através de programas de prevenção, para a vantagem do diagnóstico precoce para a possível cura e a realização do exame preventivo para evitar o surgimento do câncer. (BARASUOL et al., 2014; SANTOS et al., 2015; SILVA et al., 2013).

2 DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa de revisão foi feita através de artigos bibliográficos abordando o tema do câncer de colo de útero, sua incidência e demais fatores para o acometimento da mesma. Pesquisados em bancos de dados eletrônicos SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PubMed.

Com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a doença, trazendo informações sobre a importância do diagnóstico precoce, sua prevenção e tratamento a fim de diminuir o número de óbitos da mesma e através de medidas preventivas como a da campanha de vacinação contra o HPV prevenir o câncer do colo do útero e diminuindo sua incidência.

Com a descoberta da doença desde a última década são realizadas medidas preventivas para o diagnostico como campanhas de vacinação para essa infecção do HPV em meninos de 11 e 15 anos e meninas com menos de 15 anos, pois esse público

alvo ainda não tiveram contato com o vírus, a vacina é aplicada em duas doses com intervalo de seis meses. O tipo de vacina quadrivalente protege contra o HPV de baixo risco que são o tipo 6 e 11 que causam verrugas genitais e a bivalente os de alto risco que são o tipo 16 e 18 que evoluem para o CCU, a vacina funciona de forma que estimula a produção de anticorpos específicos para cada tipo do vírus e essa proteção vai depender da quantidade de anticorpos que a pessoa vacinada produziu essa é uma forma preventiva. (NADAL et al., 2006; IWAMOTO et al 2017).

Outra forma é o exame periódico é indicado para mulheres que já tem vida sexual ativa, a vacina e o exame são ofertados em postos de saúde pelo SUS. Esses métodos utilizados para a descoberta precoce são o diagnostico recente segundo seus sinais e sintomas, é importante ressaltar a importância do uso de preservativos durante a relação sexual, para que cada um se consentisse e procure atendimento de saúde a fim de conseguir um diagnóstico precoce, a realização de exame citopatólogico como o Papanicolau para a identificação de lesões decorrentes do câncer para assim o possível tratamento e a diminuição no número de casos novos da mesma. (MELO et al., 2012; SOARES et al., 2010; SOUZA 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O câncer de colo de útero é uma doença perigosa e silenciosa, que acomete um número grande de mulheres, muitas vezes por não terem feito a prevenção através de exames preventivos oferecidos gratuitamente pelo SUS e pela falta de informações sobre a doença, e em casos mais graves levando ao óbito.

Contudo, medidas preventivas são de extrema importância para prevenir o aparecimento do carcinoma, para isso é necessário que mulheres de vida sexual ativa realizem o exame preventivo que é rápido e de fácil acesso e que adolescentes sejam vacinados contra o vírus HPV que é o responsável pela evolução da doença e outros meios de prevenção, assim se detectado precoce sendo curado de forma mais fácil, e realizado o adequado tratamento a fim de diminuir o número de casos e óbitos.

4 REFERÊNCIAS

BARASUOL, M; SCHMIDT, D. **Neoplasia do colo do útero e seus fatores de risco revisão integrativa.** Revista saúde e desenvolvimento vol.6 julho, 2014.

CASARIN, M; PICCOLI, J. **Educação em saúde para prevenção do câncer do colo do útero em mulheres no município de Santo Angelo/ RS**. Rio Grande do Sul, 2008.

SANTOS et al; **Prevenção do câncer de colo uterino.** Bahia, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria da Vigilância Sanitária**. Portaria Nº 222, de 24 de março de 1998. Aprova o regulamento técnico referente a alimentos para praticantes de atividade física.

ROSA, R,P; **Redução da morbimortalidade por câncer de colo uterino. Revista de epidemiologia e controle de infecção.** v.13, n.1, p 131-137. Santa Catarina 2016.

PINTO, A. et al.; **A importância da prevenção do câncer do colo de útero**. 2015.

MACHADO, L. **HPV, Câncer do colo uterino e seus fatores de risco para o acometimento**. Recife 2015.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER (INCA). **Programa nacional de controle do câncer do colo uterino.** Disponível em <http//www.1inca.gov.br/ Acesso em 24/03/2018.

FARIAS, A et al; **Seguimento do câncer de colo de útero: estudo da continuidade da assistência a paciente em uma região de saúde.** Mato Grosso do Sul, 2016.

DIZ et. al. **Câncer do colo uterino-fatores de risco, prevenção e tratamento.** Rev med p 7-15 São Paulo, 2009.

SILVA, K. et al; **integralidade no cuidado ao câncer do colo do útero avaliação do acesso.** Revista saúde pública p 240-248. Pernambuco, 2014.

BIM, C et. al; **Diagnóstico precoce do câncer de mama e colo uterino em mulheres do município de Guarapuava-Pr.** Guarapuava, 2010.

LINHARES, T. C.; LIMA, R. M. Prevalência do uso de suplementos alimentares por praticantes de musculação nas academias de Campos dos Goytacazes/RJ, Brasil. Vértices, v.8, p. 101–122, 2005.

BARBOSA, I. et al; **Desigualdades regionais na mortalidade por câncer de colo de útero no Brasil: tendências e projeções até o ano 2030**. Rio Grande do Norte, 2015.

KOLLER, F. et.al; **Epidemiologia do câncer de colo de útero: uma realidade da saúde pública do Paraná.** Ponta Grossa, 2016.

MELO, M. et al; **O enfermeiro na prevenção do câncer do colo do útero: o cotidiano da atenção primária**. Rio de janeiro, 2012.

SOARES, M. **Câncer de colo uterino: caracterização das mulheres em um município do Sul do Brasil**. Revista enfermagem p 90-96. 2010.

SOUZA, A. et al; **Conhecimento de mulheres sobre HPV e câncer dom colo do útero após consulta de enfermagem**. Montes claros, 2015.

ALVES, V. et al; **Localização primárias de câncer mais incidentes na 8º regional de saúde do Paraná e o potencial fatores de risco regionais**. Londrina, 2016.

IWAMOTO, K et al; **Estratégia de vacinação contra HPV. Revista de enfermagem p 5282-5288.** Recife, 2017.

NADAL, S. et al; **vacinas contra o papiloma vírus humano**. São Paulo, 2006.

RELAÇÃO DA CELULITE COM A NUTRIÇÃO ESTÉTICA

MEKETEN, Ana Maria Carolina[690]
SILVA, Caroline Gomes[1]
RIBINSKI, Francine Dall'Agnol[1]
SCHMITT, Vania[2]

RESUMO: A alimentação tem forte influência na saúde e qualidade de vida das pessoas, auxiliam tanto na prevenção ou no aumento da celulite. O objetivo desse estudo foi analisar problemas que as pessoas tem com a celulite e se colaboram para a melhora da celulite através de hábitos alimentares saudáveis. A pesquisa foi realizada com 26 alunos do curso de Nutrição. Foi possível verificar que 84,61% tiveram ou tem celulite e 15,38% não tiveram. A celulite para muitos é um problema a nível estético, podendo acarretar problemas emocionais. Nota-se que a maior parte dos entrevistados não mudaram seus hábitos alimentares depois do surgimento das celulites e não possui uma boa ingestão de água, o que pode ser um fator para o desenvolvimento da celulite

Palavras-chave: Celulite. Estética. Alimentação.

1. INTRODUÇÃO

Usa-se o termo celulite para nomear uma serie de afecção evolutiva no tecido adiposo, que se apresenta com macro nódulos na superfície cutânea onde gera uma aparência ondulada e irregular, popularmente chamado como aspecto de "casca de laranja". Seu auge é em alguns certos momentos da vida como na puberdade, gravidez e quando há deposição adiposa (PIEREZAN; HANSEN, 2014). A celulite além de complicações sérias, também pode acarretar problemas emocionais. Tem tendência de aparecer em mulheres, na região da coxa, abdômen, nádegas, dentre outras (NUNES, 2015).

Hábitos alimentares inadequados podem contribuir para o surgimento da celulite, principalmente alimentos gordurosos, carboidratos refinados e açucares. O sal também é um forte aliado para o desenvolvimento da celulite, pois contribui para a retenção de liquido, edema e que consequentemente vai causar o aparecimento da celulite. Em contrapartida, existem alguns alimentos que ajudam a prevenir a celulite, são os ricos em água, como a melancia e o abacaxi, eles ajudam a combater as toxinas no organismo, que vão contribuir para o aparecimento da celulite (LIMA, 2017).

[690] Nutrição, 8º período, Centro Universitário Campo Real.
[2] Docente do curso de Nutrição, Centro Universitário Campo Real.

A alimentação tem forte influência na saúde e qualidade de vida das pessoas, hábitos alimentares auxiliam tanto na prevenção ou no aumento da celulite. O presente estudo teve como objetivo analisar os problemas que as pessoas relatam sobre a celulite relacionada com a parte estética e verificar se elas colaboram para a prevenção e melhora da celulite por meio de hábitos alimentares saudáveis.

2. DESENVOLVIMENTO

Foi realizada uma pesquisa com 26 alunos do curso de Nutrição, de ambos os sexos, onde foi aplicado um questionário com 5 perguntas relacionando a celulite com a estética e a nutrição. O questionário foi composto pelas seguintes perguntas: já teve ou tem celulite; o fato de ter celulite incomoda; se fez algum tratamento estético para celulite; se houve mudança nos hábitos alimentares após o surgimento da celulite; consumo hídrico.

Ao analisar os resultados foi possível verificar que 84,61% das pessoas entrevistadas tiveram ou tem celulite, e 15,38% não tiveram. Foi questionado se o fato de ter celulite incomodava, 73,07% afirmaram que sim e 26,92% afirmaram que não. Outra questão abordada foi se já realizaram algum tratamento estético para celulite 88,46% afirmaram que não, e 11,53% já fizeram.

Relacionando a celulite com a alimentação, 3,84% afirmaram ter mudado seus hábitos alimentares e 96,15% disseram que não. Dessa forma, percebe-se uma contradição nas respostas, visto que a maioria se incomoda com o fato de apresentar celulite, porém menos de 5% realizou mudanças nos seus hábitos alimentares para auxiliar na redução do problema.

Outra questão abordada foi sobre o consumo de água, pois sabe-se que ela é importante para prevenir ou combater celulite. Nenhuma pessoa afirmou beber menos de um copo de água por dia, 15,38% bebem de um a dois copos, 34,61% de três a cinco copos, 23,07% de seis a oito copos e 26,92% consomem mais de oito copos por dia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A celulite para muitos é um problema a nível estético, podendo acarretar problemas emocionais. Nota-se que a maior parte dos entrevistados não mudaram seus hábitos alimentares depois do surgimento das celulites e não possui uma boa ingestão de água, o que pode ser um fator para o desenvolvimento da celulite. Assim, sugere-se que as informações sobre formas de reduzir a incidência de celulite por meio de hábitos alimentares saudáveis sejam propagadas, a fim de alertar as pessoas e formar a consciência de melhor qualidade de vida.

4. REFERÊNCIAS

LIMA, Danila Trindade. **A importância da nutrição no tratamento de lipodistrofia ginóide. 2017.** Número total de folhas 28. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – UNIME, Lauro de Freitas, 2017.

NUNES, Carolina dos Santos. **A ingestão de alimentos funcionais na prevenção e no tratamento da celulite.** 2015. Disponível em: http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2015/artigo_2015.pdf.

PIEREZAN, Jéssica; HANSEN, Dinara. **Tratamentos utilizados no combate da celulite**. XIX Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2014.

A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE EM PSICOLOGIA

BERARDI, Jessica Aparecida dos Santos[691]
DEUBATEI, Leandro Neves[692]
FIUZA, Débora Rickli[693]

RESUMO: Na atualidade, a reflexão sobre o conceito de interdisciplinaridade tornou-se uma exigência em todos os campos do saber, e com a Psicologia não é diferente. Buscando entender sobre a interdisciplinaridade e a importância que esse conceito tem para a Psicologia, este trabalho tem por objetivo trazer algumas informações e discussões relevantes em relação ao assunto. A pesquisa é de cunho bibliográfico, e foram utilizados livros e alguns artigos encontrados na base de dados PePSIC para a fundamentação teórica. A partir desse trabalho foi possível entender o conceito de interdisciplinaridade e o quanto ela pode agregar positivamente no processo profissional.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Psicologia. Interprofissional.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a reflexão sobre o conceito de interdisciplinaridade tornou-se uma exigência em todos os campos do saber, e com a Psicologia não é diferente.

O conceito de interdisciplinaridade foi trazido para o Brasil há algumas décadas por Hilton Japiassú. Este buscou levantar algumas questões sobre os saberes fragmentados, apontando para a necessidade de uma discussão sobre a importância da intercomunicação entre os profissionais.

A partir do surgimento desse conceito, emerge a preocupação em relação às práticas psicológicas voltadas para o contexto interdisciplinar, visando a melhor colaboração entre diferentes profissionais a fim de otimizar o rendimento e o atendimento profissional para aqueles que necessitam.

Alguns autores compreendem que a disciplinaridade apresenta-se como uma espécie de saber fragmentado, o que justifica a necessidade de se discutir sobre os benefícios e a importância da atuação interprofissional.

O presente trabalho tem como objetivo abordar o conceito de interdisciplinaridade, enfatizando a sua importância na Psicologia. Para isso, a

[691] Acadêmica do curso de Psicologia, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[692] Acadêmico do curso de Psicologia, 6° período, Centro Universitário Campo Real.
[693] Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Campo Real.

metodologia adotada foi a da pesquisa bibliográfica, utilizando-se como referência livros e alguns artigos científicos sobre o tema encontrados na biblioteca virtual PePSIC.

2 DESENVOLVIMENTO

No Brasil, o conceito de interdisciplinaridade ficou conhecido a partir de 1976, quando Hilton Japiassú trouxe algumas concepções sobre o tema decorrentes de um congresso da França, em 1969 (ALVES; BRASILEIRO; BRITO, 2004).

De acordo com Fazenda (2011), a definição de "interdisciplinaridade" ainda não possui um sentido específico e estável, e embora sejam várias as definições terminológicas, o princípio é comum a todas, o fazer interdisciplinar "caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto" (JAPIASSÚ, 1976, p. 74).

O objetivo da interdisciplinaridade é a busca pela intercomunicação entre diferentes disciplinas de modo que ocorram as interações e modificações relevantes. E, para que isso ocorra não basta apenas a troca de informações entre as especialidades (JAPIASSÚ, 1976), mas também que haja integração conceitual e metodológica entre elas (ALVES; BRASILEIRO; BRITO 2004).

Ainda, na concepção de Japiassú (1976), a interdisciplinaridade é vista como a integração de resultados de diversas disciplinas, tomando-lhes emprestado seus esquemas conceituais a fim de agregá-los, após compará-los e julgá-los. De acordo com o autor, ela se apresenta como uma forma de protesto contra o saber fragmentado, e essa fragmentação faz com que as especialidades científicas se fechem, quase que como uma fuga do verdadeiro conhecimento.

Outrossim, Fazenda (2011) salienta que a interdisciplinaridade se evidencia como uma forma de remediar os males da dissociação do conhecimento. Corroborando com isso, Alves, Brasileiro e Brito (2004, p.141) relatam que a disciplinaridade na compreensão de Japiassú e Fazenda "é contextualizada como doença, devendo, portanto, ser superada/curada, através da prática interdisciplinar".

A interdisciplinaridade "[...] supõe uma postura única diante dos fatos a serem analisados, mas não significa que pretenda impor-se" (FAZENDA, 2011, p. 59), presume uma intersubjetividade, não almejando a construção de uma superciência, mas sim a adoção de uma nova postura frente à problemática do saber, uma percepção unitária do ser humano (FAZENDA, 1979 apud RAMOS-CERQUEIRA, 1994).

No âmbito da Psicologia, a interdisciplinaridade considera-se necessária em função da sua extensa multiplicidade. Essa multiplicidade é decorrente de diferentes aspectos e dimensões dos conhecimentos e práticas, que resultam da atuação em áreas antigas e modernas, consequências da relação com novas populações e demandas que estabeleceram a necessidade de saberes e linguagem específicos (FIGUEIREDO apud RAMOS-CERQUEIRA, 1994).

Karli (1981) citado por Ramos-Cerqueira (1994, p. 40), ressalta que a necessidade da interdisciplinaridade em Psicologia

> deve ser considerada em relação aos objetivos que se visam, e sugere que ela emerge quando se trata de apreender uma realidade em todas as suas dimensões e interrelações, e, especialmente, quando o saber em questão deve sustentar e enriquecer uma prática que atue sobre uma realidade muito complexa (KARLI, 1981 apud RAMOS-CERQUEIRA, 1994, p. 40).

Ramos-Cerqueira (1994), propõe um trabalho interdisciplinar que integre os diferentes saberes da Psicologia e outras áreas do conhecimento que possam trazer contribuições para uma epistemologia da convergência e não da dissociação do ser humano.

De acordo com a autora supracitada, o conflito entre as disciplinas não resulta unicamente do fato de serem especialidades com diferentes objetos de conhecimento, mas principalmente por possuírem esquemas referenciais distintos (RAMOS-CERQUEIRA, 1994).

O processo interdisciplinar não deve depender de nenhuma disciplina em particular. Não se pretende anular a contribuição de cada ciência, mas apenas uma postura que impeça o estabelecimento da supremacia de determinada ciência, em detrimento de outras contribuições igualmente importantes (FAZENDA, 2011).

Portanto, o trabalho interdisciplinar em Psicologia mostra-se de grande valia ao passo que, a ideia de uma atuação única e exclusivamente disciplinar já não fornece os subsídios necessários para a unificação do saber e a compreensão do indivíduo em sua totalidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse trabalho foi possível entender o conceito de interdisciplinaridade e o quanto ela pode agregar positivamente no processo profissional. Os autores trazem

que este processo tem como principal objetivo a intercomunicação entre os diferentes campos profissionais existentes no local de atuação do Psicólogo, a fim de evitar uma fragmentação de saberes.

Sendo assim, a inserção deste método possibilita um melhor desenvolvimento dos profissionais que interagem entre si compartilhando informações, evitando supremacia por parte de alguma área específica e beneficiando, sobretudo, o indivíduo que recebe o atendimento.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, R. F; BRASILEIRO M. do C. E; BRITO S. M. de O. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. **Episteme**, Porto Alegre, n.19, p. 139-148, jul/dez, 2004.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro:** efetividade ou ideologia. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2011.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**, Rio de Janeiro, Imago, 1976.

RAMOS-CERQUEIRA, A. T. A. Interdisciplinaridade e psicologia na área da saúde. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 3, p. 37-41, dez. 1994. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27 jun. 2018.

ESTRATIFICAÇÃO DE RISCO

BATISTA, Eliezer Bordinhão [694]
DE LARA, Thiago Cubiça [695]
CAMPOS, Maira Thatiane Pedroso de[696]

RESUMO: A estratificação em saúde mental, é focada na identificação de pessoas que sofrem ou tem algum distúrbio mental, sendo possível oferecer um cuidado mais especifico a cada caso identificado. Esta metodologia visa avaliar e caracterizar transtornos mentais existentes no (CAPS II), sendo avaliados em baixo, médio e alto risco. A classificação encaminha aos grupos terapêuticos existentes no CAPS II, buscando a evolução biopsicossocial do indivíduo. Deve se considerar que não é a estratificação que irá delinear o paciente, fazer sua definição pois o paciente é um ser biopsicossocial e sua subjetividade não é contemplada neste tipo de avaliação.

Palavras-chave: Transtornos mentais, Saúde mental, Estratificação de risco, tratamento.

1. INTRODUÇÃO

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), são pontos de atenção estratégicos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), se diferem em seis modalidades, sendo elas: CAPS I,CAPS II,CAPS I, CAPS AD(álcool e drogas),CAPS III, No resumo em questão traremos dados voltados à estratificação de risco no âmbito do CAPS II, que tem como principal objetivo através de uma entrevista inicial avaliar o comportamento, atitudes positivas e negativas do indivíduo, tanto como seu estado mental, na qual a comunicação é um dos papeis fundamentais, pois é através desse questionário que é realizado o levantamento de dados , analisando minuciosamente a gravidade dos sinais e sintomas que os pacientes apresentam, se elevando a um conhecimento sobre o estado do paciente, sua situação mental, quais os fatores de risco que estão contribuindo para determinação do seu estado mental. Todo e qualquer dado levantado

[694] BATISTA, Eliezer Bordinhão, do 10º Período, Centro Universitário Campo Real Qualificação.
[695], DE LARA, Thiago Cubiça do 10º Período, Centro Universitário Campo Real Qualificação.
[696] DE CAMPOS, Maira Thatiane Pedroso, Especialista em saúde mental professora do curso de psicologia do Centro Universitário Campo Real (Prof_mairacampos@camporeal.edu.br),

é por meio de entrevista, e dados anteriores que já constam no sistema do SUS. Com os resultados de dados é possível verificar o quadro em que o paciente se encontra, baixo, médio ou alto risco, para que depois este paciente seja encaminhado á grupos específicos em cada situação, onde iniciarão o tratamento dos seus sintomas. Assim após inicio do tratamento, em um determinado tempo eles retornam para uma reavaliação da estratificação anterior, pois a estratificação também tem como finalidade reavaliar o estado psicossocial dos pacientes que já estão em atendimento pelo centro de Atenção Psicossocial (CAPS), para assim obter informações da possível melhora ou piora em seu quadro clinico.

2. DESENVOLVIMENTO

Os Centros de Atenção psicossocial (CAPS) surgiram depois da Reforma Psiquiátrica que se iniciou nos anos 70. O primeiro CAPS foi inaugurado no ano de 1986, em São Paulo, como um serviço de saúde aberto e comunitário. Surgiu como forma de substituição dos antigos hospícios ou manicômios para atender a demanda de atendimentos necessários na área de saúde mental, para tratamento de pessoas que sofrem dos diversos tipos de transtornos mentais. Após o primeiro CAPS foram surgindo vários outros em demais municípios, e foram se estabelecendo como forma eficaz para que ocorresse a diminuição dos internamentos e favorecer o exercício de inclusão social.

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II) atende prioritariamente indivíduos que estão passando por um sofrimento psíquico intenso, decorrentes dos transtornos mentais mais severos e persistentes que não permitem o estabelecimento de laços sociais impossibilitando também a realização de projetos de vida. De Acordo com o Ministério da Saúde, (2002) o CAPS II tem como finalidade o Atendimento de crianças e jovens em situação de sofrimento psíquico: autismo, psicoses, neuroses graves e todos aqueles que, por sua condição psíquica, que estão impossibilitados de manter ou estabelecer laços sociais, incluindo os envolvidos com uso abusivo de substâncias psicoativas e/ou em situação de vulnerabilidade social.

Atualmente no CAPS II, são oferecidos diversos tipos de atividades terapêuticas, como: Atividades comunitárias: que envolvem pessoas, instituições ou grupos organizados que atuam na comunidade; Atendimento individual: que serve para

prescrição e acompanhamento do uso de medicamentos, psicoterapia e orientação; atendimento em grupo: que envolve diversos tipos de oficinas terapêuticas e grupos operativos; Atendimento a família: que tem como objetivo o apoio e orientação aos familiares dos pacientes em tratamento.

A estratificação de risco na saúde mental é realizada pautada em dois pilares fundamentais que é: a gravidade dos sinais e sintomas apresentados, e, a condição de vida atual do usuário sem a necessidade de firmar um diagnostico inicial. Sabe-se que o CAPS II é um ponto de atenção de nível secundário e, algumas de suas competências são: Acolhimento; Reabilitação psicossocial; atenção ás situações de crise. (APSUS, 2018).

No entanto nem todos os usuários se enquadram na necessidade de atenção secundaria de saúde, isso devido a encaminhamentos equivocados de alguns órgãos de saúde e até mesmo órgãos judiciais.

A entrevista de acolhimento da demanda de assistência em saúde dos usuários, segundo o APSUS, (2018) é conduzida através de um questionário, onde os sinais e sintomas foram divididos em seis categorias, de acordo com a frequência em que se apresentam nas respectivas síndromes psicopatológicas e foram pontuadas de acordo com o nível de gravidade.

No caderno do APSUS (2018):

> A escolha dos parâmetros para a estratificação de risco foi fundamentada, principalmente, na necessidade de definir o nível em que ocorrerá a assistência em saúde. Para tanto, os sinais e sintomas foram divididos em seis grupos, de acordo com a frequência em que se apresentam nas respectivas síndromes psicopatológicas, e foram pontuados de acordo com o nível de gravidade (APSUS, 2018).

O grupo I tem como objetivo detectar os sintomas relacionados aos transtornos mentais comuns ou menores, e a cada sintoma é atribuído uma pontuação caso o usuário apresente o sintoma em questão, sintomas como: sensação de morte iminente e/ou pânico apresente medo intenso desrealização, despersonalização, crises conversivas, crises dissociativas, queixas somáticas persistentes e/ou hipocondríacas, pensamentos ou comportamentos repetitivos e/ou conjunto de rituais, pensamentos de inutilidade e/ou sentimento de culpa, tristeza persistente acompanhada ou não de choro.

O grupo II por sua vez busca detectar os sintomas relacionados aos transtornos mentais severos e persistentes, como: ideação e/ou tentativa de suicídio, Isolamento social, heteroagressividade e/ou auto agressividade, desinibição social e sexual,

hiperatividade associada ou não a atos impulsivos, euforia elevação desproporcional da autoestima, delírio, alucinação, alteração no curso do pensamento, perda do Juízo Crítico da Realidade.

O grupo IV busca descobrir os sintomas relacionados a alterações na saúde mental que se manifestam na infância e/ou na adolescência, sintomas como: dificuldade manifesta na infância e/ou adolescência de compreender e transmitir informação, movimentos corporais ou comportamentais estereotipados, desatenção manifesta na infância e/ou adolescência, inquietação constante manifesta na infância e/ou adolescência, regressão.

O grupo V procura perceber os sintomas relacionados a alterações na saúde mental que se manifestam nos idosos, como: perda da memória, perda progressiva da capacidade funcional, ocupacional e social, desorientação temporal e espacial.

E por último, o grupo VI busca notar os fatores que podem se constituir em fatores agravantes ou atenuantes de problemas de saúde mentais já identificados, como por exemplo: resistência ao tratamento e/ou refratariedade, recorrência ou recaída, uso abusivo de substâncias psicoativas, exposição continuada ao estresse, precariedade de suporte social, precariedade de suporte familiar, testemunha de violência, autor ou vítima de violência, perda da funcionalidade familiar e/ou afetiva, vulnerabilidade econômica e ambiental, morbidade ou outra condição crônica associada.

A partir deste levantamento de dados fornecido através da estratificação é possível a equipe multiprofissional definir e/ou elaborar o Plano de Cuidados para cada usuário. De acordo com o Caderno 8 de Saúde Mental (2002), nas situações estratificadas como baixo risco, como por exemplo aquelas que apresentam sintomas leves ou moderados de depressão, ansiedade e somatização, nesses casos a estratégia é oferecer cuidados de intensidade progressiva, iniciando com uma baixa intensidade (panfletos de autoajuda, atividade física em grupo, grupos de apoio), passando para grupos que explorem questões como autoestima e resiliência (grupos psicoeducacionais), progredindo para o uso de terapia medicamentosa e psicoterapia em grupo ou individual, caso necessário. Compreende-se que esses cuidados são do âmbito de atenção primária a saúde, na maioria das situações estratificadas como baixo risco os usuários que se encontram em tratamento no CAPS são encaminhados para as UBS da região.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso vemos a importância da estratificação de risco em saúde mental, pois ela é um método de avaliação dos usuários favorecidos pelos serviços do CAPS, que permite reputar melhor o estado atual do sujeito, dando assim o encaminhamento cabível. Cabe enfatizar que o profissional jamais deve se embasar na estratificação como sendo a única maneira de compreender o individuo, pois sabe-se que existem conteúdos que não são percebidos através da entrevista de estratificação, e portanto em conjunto com a estratificação de risco exige-se uma avaliação de outros contextos que envolvem o sujeito avaliado.

4 REFERÊNCIAS

BOUDON, R; BOURRICAUD, F. **Estratificação social. Em Dicionário Crítico de Sociologia**. (p. 214). São Paulo: Ática CARVALHO, I. M. M. ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. Perspectiva, 2003, 17(2). Acesso 03 de setembro, 2018 em: http://www.scielo.br. Acesso em 3/09/2018.

OFICINAS DO APSUS**, Formação e Qualidade do Profissional em Atenção Primária à Saúde**. Acesso em 30 agosto, 2018 em http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/APSUS_-_Ed._Permanente/Oficia_8_-_Saude_Mental/Caderno_08_Saude_Mental.pdf

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Legislação em saúde mental 1990 - 2002**. 3. ed. rev. e amp. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

RESUMO: NEVO EPIDÉRMICO LINEAR ACANTOLÍTICO

DO NASCIMENTO, Jordano Etori[1]
DE MIRA, Mansani Lucas[1]
ZANINI, Waniellem[1]
TAQUES, Ribas Guilherme[2]

RESUMO: Nevo epidérmico linear acantolítico, trata-se de uma doença em que a camada espinhosa da epiderme se descama, tendo diversos sintomas dermatológicos. Se assemelha com a doença de Darier, entretanto, se diferencia pela acantólise. É frequentemente linear, com prurido intenso, de aparecimento desde o nascimento e mais comum em mulheres, além de atingir normalmente os membros da região esquerda. Devido ao escasso trabalho sobre o assunto a doença se torna de difícil diagnóstico e tratamento.

Palavras-chave: Acantólise. Histologia. Patologia.

1 INTRODUÇÃO

A revisão teve como objetivo principal apresentar aos médicos e acadêmicos que tenham interesse em obter mais informações sobre nevo epidérmico linear acantolítico (Nevil acantolítico). A escassa quantidade de informações se deve à raridade e complexidade relacionada a acantólise histológica.

Os principais relatos encontrados abordam a semelhança entre um possível nevo epidérmico linear e a doença de Darier. Isso faz com que seja necessária uma investigação histológica para um diagnóstico diferenciado.

Nevo epidérmico trata-se de uma malformação congênita com presença de placas verrucóides na pele, podendo ser de forma geralmente linear ou zosteriforme. Trata-se de uma doença de perfil inflamatório, apresentando pequenas pápulas eritematosas em forma de bolhas.

2 DESENVOLVIMENTO

Adotou-se, como referência, a metodologia de estudo baseado em relatos. Foram utilizados materiais datados entre 1896 e 2014, totalizando 7 artigos em que foram realizados análise documental. A coleta de dados estatísticos não pode ser realizada devido a raridade de casos registrados.

A raridade comentada, é devido ao padrão histológico encontrado. A acantólise referida se dá na camada espinhosa da epiderme, localizada acima da camada basal, essa tem aspecto espinhoso devido ao núcleo central e pequenas expansões no citoplasma, por isso o prurido intenso, devido a descamação dessa camada (ARNOLD, ODOM e JAMES, 1994). Clinicamente, apresenta pápulas eritematosas e verrucosas com prurido intenso, que apresentam disposição linear seguindo o trajeto das linhas de Blaschko (SIMONART & HEENEN, 2007). Os critérios histopatológicos foram definidos por Dupre´ e Christol em 1977 (DUPRE & CHRISTOL B, 1977) e em 1896 foi relatado um caso de nevil acantolítico, por Unna, após observar a existência de certos nevos epidérmicos com características psoriasiformes e/ou eczematosas, tanto clínicas como histológicas (UNNA, 1896 apud ALTMAN & MEHREGAN).

As crianças são as mais comumente afetadas, sendo que o predomínio é no sexo feminino na proporção de 4:1, além disso cerca de 5% dos nevos epidérmicos são representados pelo nevo epidérmico verrucoso inflamatório linear, o padrão acantolítico é mais raro ainda (SIMONART & HEENEN, 2007). Embora a maioria dos pacientes desenvolvam o Nevil durante a infância, um pequeno número de casos descritos na literatura apresenta surgimento de lesões na adolescência ou na idade adulta; há mesmo relato de caso com aparecimento de lesões aos 56 anos (GOLDMAN & DON, 1994).

Apresenta aspectos e sintomas que fazem confundir o nevil acantolítico com a doença de Darier, essa apresenta adesão anormal entre os queratinócitos e queratinização aberrante (OMULECKI *et al.*, 2007). Já o nevo epidérmico linear a acantólise, está associada com a descamação da camada espinhosa da epiderme, podendo ser diagnosticada a diferença de ambas as doenças histologicamente.

É interessante destacar que somente em uma das biópsias examinadas observou-se as alterações de disqueratose acantolítica focal, por isso, é salientado a importância da realização de duas ou mais biópsias em lesões verrucosas com disposição zosteriforme ou linear (GON *et al.*, 2010).

O Nevil é uma condição bastante refratária ao tratamento. Há relatos da utilização de vários recursos terapêuticos, como: glicocorticóides tópicos sob oclusão; corticosteróide intralesional; combinação de tretinoína 0,1% com fluorouracil 5%; antralina; alcatrão; análogos da vitamina D3; excisão cirúrgica; crioterapia com nitrogênio líquido e terapia com laser de dióxido de carbono (ULKUR *et al.*, 2004).

Contudo, ainda não há pesquisas que mostram resultados consistentes com relação à superioridade de qualquer uma dessas modalidades (GON *et al.*, 2010).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A razão para publicação do presente caso é pelo seu aspecto histológico de padrão acantolítico e devido a raridade da dermatose, bem como à ausência de publicações sobre Nevil acantolítico na literatura internacional.

Percebe-se que o Nevil, ocorre normalmente em mulheres e crianças e em membros da região esquerda, afetando a camada espinhosa da epiderme, sendo confirmada histologicamente por biópsia. Seus sintomas são de intenso prurido e pápulas verrucosas e inflamatório e há grandes dúvidas no tratamento que acomete o nevo epidérmico linear acantolítico, comentadas de acordo com a bibliografia referenciada neste resumo.

4 REFERÊNCIAS

Arnold Jr HL, Odom RB, James WD. A pele: estrutura básica e função**. Doenças básicas da pele: Dermatologia clínica**; 1994. p.1-14.

Dupre´ A, Christol B. Inflammatory linear verrucous epidermal nevus: a pathologic study. **Arch Dermatol** 1977; 113: 767.

Goldman K, Don PC. Adult onset of liven in a mother and her daughter. **Dermathology** 1994:189:170-2.

Gon AS, Minelli L, Franzon PGU. Caso para diagnóstico. Nevo epidérmico verrucoso inflamatório linear (NEVIL) bilateral. **An Bras Dermatol.** 2010;85(5):729-31.

OMULECKI, Anastazy et al. Plaque form of warty dyskeratoma - acantholytic dyskeratotic acanthoma. **Journal Of Cutaneous Pathology**, v. 34, n. 6, p.494-496, 18 maio 2007. Mensal. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1600-0560.2006.00642.x>. Acesso em: 22 ago. 2018.

Simonart T, Heenen M. Inflammatory verrucous epidermal naevus presenting as a psoriasiform plaque. **Dermatology**. 2007;215:167-8.

Ulkur E, Celikoz B, Yuksel F, Karagoz H. Carbon dioxide laser therapy for an inflammatory linear verrucous epidermal nevus: a case report. **Aesthetic Plast Surg**. 2004;28:428-30.

Altman e Mehregan. The histopathology of the diseases of the skin**.** New York: **MacMillan**, 1896:114.

A FOTOGRAFIA NA ARQUITETURA

ROBERTO, Ketlyn Cristina Monteiro[697]
SOUZA, Gabriel C Soares de[698]

RESUMO: A presente pesquisa busca compreender uma possível relação entre a fotografia e a arquitetura. Com base em uma pesquisa bibliográfica a cerca destes dois temas, o processo metodológico pretende assimilar conceitos e métodos utilizados nestas duas áreas de conhecimentos através das suas mútuas relações, impactos e aplicações práticas. O objetivo da pesquisa é investigar a relação entre fotografia e arquitetura através deste referencial teórico, isto é, verificar a importância da fotografia como uma ferramenta que auxilia na representação e no aprendizado da arquitetura.

Palavras-chave: Fotografia. Arquitetura. Impacto. Relação. Aplicações.

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema fotografia na arquitetura se deve ao interesse pessoal por fotos que resultou em uma formação de fotografia profissional em 2016. Momento onde serviu para aprofundar melhor e entender as técnicas fotográficas, assim como possibilitou associar questões entre as áreas de arquitetura e fotografia que originaram a discussão do presente trabalho.

A fotografia é, originalmente, uma reação química que nos permite registrar e representar através de imagens uma determinada realidade em um período de tempo específico. Recurso tecnológico do século XIX que sofreu diversas inovações até as atuais máquinas fotográficas digitais, presente no bolso da maioria da população através dos celulares. Porém tal facilidade de representação imagética representou um grande avanço libertador para os desenhos e pinturas a mão livre da época, uma vez que estes deixaram de ter a função de ilustração fiel de uma determinada cena para se tornarem mais artísticos.

A arquitetura, por sua vez, está intimamente ligada à representação gráfica. Tanto no que diz respeito à concepção projetual que transfere a ideia ao papel através de desenhos, como também a compreensão de luz, forma, proporção, dentre outros critérios, percebidos depois da construção da arquitetura através de fotografias. Critérios

[697] Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo, 8º período, do Centro Universitário Campo Real.
[698] Arquiteto e Urbanista, Mestre em Engenharia Urbana, e Professor de disciplinas de Planejamento Urbano, Urbanismo e Projetos Arquitetônicos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real.

estes aperfeiçoados pelas praticas fotográficas que são essenciais a uma boa concepção arquitetônica.

Neste sentido, o trabalho pretende apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre a relação da fotografia na arquitetura com foco nas similaridades e convergências entre os conceitos e métodos destas duas áreas do conhecimento humano, sobretudo nas suas relações, impactos e aplicações práticas.

Mediante tal metodologia, o objetivo deste estudo é evidenciar a importância da fotografia enquanto uma representação da arquitetura e uma ferramenta prática de melhor compreensão de conceitos e métodos arquitetônicos. Pretende-se comprovar que através da fotografia melhor se compreende o lado arquitetônico das construções e da sua história, isto é, sem a fotografia os relatos das construções mais antigas ficariam exclusivas aos textos e desenhos a mão livre, assim como os detalhes das arquiteturas que poderiam passar despercebidos.

2 DESENVOLVIMENTO

Na busca por um melhor entendimento entre estas duas disciplinas, são apresentados autores que discutem sobre a arquitetura e a fotografia como referencial teórico para essa pesquisa. Sobre estes, considera-se:

> Desde o aparecimento da fotografia, que este médium é alvo de teorias, opiniões e debates. Podemos afirmar que a sua capacidade mimética em relação ao real é um dos principais fatores de fascínio, potenciando várias interpretações por parte dos teóricos dedicados a este tema. As possibilidades oferecidas pela fotografia, tornaram este meio um dos principais responsáveis na divulgação da Arquitetura moderna. (NEVES, 2016, p.7).

Conforme exposto, a fotografia é um dos principais meios de divulgação da arquitetura, ou seja, ela permite que pessoas de outras cidades do mundo consigam observar e desfrutar de determinados edifícios sem nunca os ter visitado fisicamente. Tal relação de conceitos e métodos não se limita a esta única aplicação, a fotografia está intimamente ligada ao processo de projeto/construção uma vez que registra as características do terreno na etapa de levantamento de dados, a busca por outras referências, o acompanhamento da obra, dentre outras vantagens.

Outro destaque desta conexão pode ser extraído da famosa frase de Le Corbusier “arquitetura é o jogo sábio, e magnífico dos volumes reunidos sob a luz”. (FIGUEREDO,2012). A fotografia também pode ser aplicada para melhor compreender

parte do princípio de um jogo de luzes por traz de seu diafragma que reproduz o que está a sua frente e conta a história desse momento e, assim, suprir com mais repertórios de métodos projetivos às criações arquitetônicas.

O ato fotográfico é uma ação de comparação entre edificações e as formas que cada arquiteto utiliza em seus projetos. Ao fotografar uma obra arquitetônica você está representando sua história, seu estilo, a emoção que tal edificação quer passar e as características do arquiteto. Desta maneira a fotografia se faz instrumento de compreensão de métodos e conceitos arquitetônicos, isto é, ao compartilharem íntimos impactos frente à luz, a sombra, a proporção, ao enquadramento, dentre outros, se torna um estágio de aprendizagem sobre as aplicações de técnicas de arquitetura. A fotografia, a cada ano que passa, evolui assim como a arquitetura, criando sua própria linguagem, da mesma maneira que os estilos arquitetônicos, ampliando cada vez mais a capacidade de compreensão e aprendizado das linguagens que os arquitetos expressam em cada um dos detalhes de seus projetos.

Conforme Figueiredo (2012, p.34) afirma:

> Não há praticamente nenhum edifício importante que não tenha sido fotografado e a formação dos profissionais da área de arquitetura se dá pela forca dos exemplos visuais, embora a percepção espacial da arquitetura seja sinestésica. Muitas vezes não só a primeira, mais a única impressão de uma edificação fundamenta-se em uma fotografia, da mesma forma como prêmios são concebidos, debates públicos conduzidos e críticas realizadas tendo como base evidencias fotográficas. (FIGUEIREDO 2012, p.34)

A foto é uma parte fundamental para a linguagem arquitetônica, tanto para a divulgação para o público leigo como para o processo de aprendizado de cada arquiteto. A fotografia, portanto, exerce diversas funções em diferentes áreas especificas da arquitetura como na sua propagação para as demais profissões, na restauração de interiores, nos levantamentos de dados para projetos, no acompanhamento de obras, estudos de pós ocupação, análises comparativas ou até diagnósticos para projetos paisagísticos ou urbanísticos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim a fotografia se aplica na arquitetura na maneira de representação, processo de aprendizado de detalhamentos e na relação histórica com o que tinha antes e que existe atualmente nas construções. Trata-se de uma ferramenta versátil para registrar as construções, representar suas formas, seus significados e sua memória em

caso de construções já antigas ou degradadas pela ação do tempo, como também é através da fotografia que a arquitetura é repassada e fica na história.

4 REFERENCIAS

NEVES, Ricardo Espinheira. **ARQUITETURA E FOTOGRAFIA:** Relações, Interpretações e Aplicações. Páginas:120. Dissertação (Mestrado). ESAP: Escola Superior Artística do Porto. Portugal. 2016.

FIQUEREIDO, Fernando Stankuns de Paula. **Novo Mundo Do Espaço:** Le Corbusier e o papel da fotografia na mediação entre o público e a arquitetura. Páginas:212. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte. São Paulo, 2012.Area de concentração: Teoria e Crítica da Arte.

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE LITERATURA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE SHOPPING CENTERS EM CIDADES MÉDIAS ENTRE 2010 E 2017

MATTOS, Lorhuane Ferreira[699]

LACHOWSKI, Joice Chiquito[700]

MACHADO, Marcio Siqueira[701]

RESUMO: Esse artigo trabalha com a literatura que associa a implantação de shopping centers com cidades médias. Para isso foram selecionados trabalhos publicados entre 2010 e 2017 sobre o tema. O método utilizado foi de análise bibliométrica de palavras-chave e da formação acadêmica dos autores. Percebeu-se a preponderância de geógrafos na discussão do tema e de certas palavras como levemente mais dominantes nas discussões realizadas nos artigos. Tem-se como objetivos ainda a familiarização do aluno com o método e posterior utilização em novas pesquisas.

Palavras-chave: bibliometria. cidades médias. comércio. produção do espaço urbano. shopping center.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa busca entender mesmo que preliminarmente a dinâmica da produção acadêmica especificamente sobre: shopping centers instalados nas cidades médias do Brasil nessa última década. O objeto de pesquisa são sete artigos produzidos acerca do tema nesse período. O produto final será produzido de forma a quantificar as palavras-chave e a formação dos autores encontrados.

O objetivo final é encontrar casos semelhantes ao processo que vem acontecendo em Guarapuava com o Shopping Cidade dos Lagos. A chegada desse empreendimento tem o poder de alterar bastante o município. Novos empregos, novos moradores, maior

[699] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Campo Real (8°periodo).

[700] Licenciada em Pedagogia - UNICENTRO (2012) e graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Campo Real (9° periodo).

[701] Arquiteto e Urbanista - UFRGS (2007), Mestre em Planejamento Urbano e Políticas Públicas - Politécnico di Milano (2010), Mestrado Profissional em Planejamento Urbano - University of Southern California (2014) e doutorando em Gestão Urbana (PUC-PR) .

consumo e crescimento da cidade naquela direção são algumas das consequências que certamente já estão ocorrendo ou ocorrerão ainda mais. Nunca um investimento tão grande ocorreu de maneira tão concentrada espacialmente na história de Guarapuava. Além do shopping, um grande bairro planejado, universidade, hospital e outros estabelecimentos estão se instalando no local. Esse processo já ocorreu em outras cidades de porte similar. Como acrescenta GOMES que fala:

> da desconcentração econômica das grandes cidades do Brasil e surgimento das "cidades emergentes" ou novos espaços produtivos onde aconteceu forte processo de urbanização e predominância do setor comercial e de serviços na economia local (GOMES,2015, p. 517).

Esse seria exatamente o caso de Guarapuava. Justifica-se então a realização de estudos que quantifiquem a literatura sobre esse tema e reflitam sobre esse processo.

Destaca-se ainda que esse trabalho está inserido dentro da Monitoria de Planejamento Urbano e Urbanismo do Centro Universitário Campo Real 2018/2 e está em sua fase de definição de escopo a ser pesquisado.

2 DESENVOLVIMENTO

A bibliometria é uma técnica que pode ser utilizada em muitas pesquisas (SCHIRMER, ULTRAMARI, 2018, p. 166). Consiste na contagem de recorrências de autores, palavras-chaves ou outros dados bibliográficos em várias obras. Esse método permite entender certas dominâncias no discurso sobre determinados temas. A amostra dessa artigo apresenta pouca relevância estatística mas serve de teste para o método e embasamento da sequência da pesquisa em outros trabalhos.

Inicialmente através de pesquisa em buscadores na internet foram selecionados nove trabalhos que se adequavam a três condicoes: (1) possuirem as palavras "shopping center" e "cidade média", (2) ter versões integrais disponíveis na internet e (3) terem sido publicados a partir de 2010. Dessa seleção inicial, dois trabalhos (ALMEIDA, 2013; MANSUR, 2012) foram descartados por serem oriundos de reportagens jornalísticas, não possuindo palavras-chaves.

Em seguida os sete artigos seguintes foram analisados quanto a área de formação de seu autor. A ideia seria buscar quais áreas do conhecimento teriam essa temática como objeto. A hipótese inicial variava em geografia, economia, planejamento urbano e outras disciplinas. A contagem demonstrou que 100% dos trabalhos eram oriundos da geografia. Quanto ao meio de publicação, a maioria (4) foi disponibilizado em publicações relacionadas a geografia. Outras obras (2) fizeram parte de revistas acadêmicas (UEG e UNIOESTE) e uma última foi publicada nos anais do Encontro de Pós-graduação em Planejamento Urbano ENANPUR.

Tabela 1 - Formação dos autores das obras analisadas e meio de publicação

André Felipe Vilas de Castro	Geografia Urbana	Anais XIII Semana Geo. UNESP
Priscila Estevam Engel	Pós-graduada Geografia	Revista UEG
Eda Góes	licenciada Geografia	Finisterra
Maria Terezinha S.Gomes	Geografia Humana	Revista GEO USP
Gisele Ferreira S. de Oliveira	Licenciada Geografia	Revista Unioeste
William Ribeiro da Silva	Pós-graduado Geografia	Observatório Geog. da Am. Lat.
Cláudio Smalley S. Pereira	Doutorando Geografia	XVII ENANPUR

Fonte: pesquisa dos autores na internet em 06 de setembro de 2018

Em uma segunda análise, foram tabuladas todas as palavras-chaves desses sete artigos. As palavras mais recorrentes já era esperada: “shopping centers”, (o termo “cidade média” também foi citado) contudo outras palavras também se destacaram como “produção econômica”, “espaço urbano” e “consumo”. Outras citadas incluiram “desconcentração”, “fluxos” e “centralidade”. Buscou-se também produzir uma forma mais visual de representação dessas informações. Utilizou-se a “nuvem de palavras” que apresenta as palavras mais recorrentes com tamanho proporcional.

Diagrama 1

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir da utilização de ferramenta de análise de recorrência textual com nuvens de palavra, wordclouds(2018) www.wordclouds.com em 06 de setembro de 2018

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novos trabalhos são necessários com maior coleta de dados e análise mais aprofundada do caso de Guarapuava para entendermos as consequências que ainda estão se acentuando. Tem-se aqui contudo, alguns indícios que apontam para a possibilidade de novas pesquisas. A dominância da geografia na discussão ficou evidenciada, por exemplo. Os termos mais recorrentes pareceram, mesmo que com uma amostra pouco expressiva, representativos. Outros estudos poderiam, a partir desses conceitos gerar novas perguntas de pesquisa para comparações mais elaboradas entre Guarapuava e outros municípios passando por processos semelhantes.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marília. Novos shoppings em pequenas cidades criam impasse entre construtores. **Jornal Brasil Econômico**. São Paulo, 9 ago 2013.

CASTRO, André Felipe Vilas de. Shopping Centers, cidades de porte médio e centralidade urbana. **UNESP,** Castro, ano 2011.

ENGEL, Priscila Estevam. Shopping Centers e a redefinição dos fluxos em cidades médias: apontamentos iniciais sobre Presidente Prudente-SP e São José do Rio Preto-SP. **Revista UEG**. Anápolis, ano 2015.

GÓES, Eda. Shopping Center: consumo, simulação e controle social. **Finisterra,** Lisboa, out 2016.

GOMES, Maria Terezinha Serafim**.** Dinâmica econômica e cidades médias: uma análise sobre a cidade de Uberaba na região Triângulo Mineiro**. Revista GEO USP online.** V.19, n. 3, p. 516 – 534, set./dez. São Paulo, ano 2015.

MANSUR, Carolina. Cidades de médio porte são a bola da vez para os shoppings. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte, 25 nov 2012, disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/11/25/internas_economia,331946/cidades-de-medio-porte-sao-a-bola-da-vez-para-os-shoppings.shtml> acesso em 16 ago 2018.

OLIVEIRA, Gisele Ferreira Silva de; DOMINGUES, Alex Torres. Impactos gerados pela construção de um shopping center: O caso do shopping Campo Grande – MS. **Revista Unioeste**. Paraná, ano 2016.

SCHIRMER, Deborah Galvão, ULTRAMARI, Clovis. Diálogos, Temas e Recorrências Autorais no Estudo da Cidade Brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, jan/jun 2018.

SILVA, William Ribeiro da. Reestruturação Urbana e shopping centers. Os nós dos nós da rede urbana. **Observatório Geográfico da América Latina**. Rio de Janeiro, ano 2010.

SOARES, Cláudio Smalley. A nova geografia do comércio e do consumo em cidades médias: produção do espaço urbano e reestruturação da cidade. **XVII ENANPUR**. São Paulo, ano 2017.

A PRESENÇA DE EGRESSOS DE DIREITO NO PODER EXECUTIVO: UM ESTUDO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO

PLETSCH, Fábio Augusto[702]
GERKE, Mylena Bermudez[703]
HEY, Sônia Maria[704]

RESUMO: A pesquisa tem por fim demonstrar a importância dos bacharéis em Direito na gestão pública no âmbito executivo de um município, estado ou até mesmo do país. O trabalho tratará sobre a contribuição dos egressos deste curso superior para o desenvolvimento e administração pública de nossa região, demonstrando quais os benefícios da inclusão da graduação em direito para a gestão pública e a importância da educação, visando contribuir para esta área. O método de pesquisa utilizado possui como fonte livros e artigos científicos.

Palavras-chave: Egressos. Direito. Desenvolvimento Regional. Poder Executivo.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca de forma inicial demonstrar a importância da educação, analisando os requisitos e as qualidades presentes nesta. Também objetiva-se analisar o ensino superior em Direito e sua importância para a administração/gestão pública de um cargo eletivo, mais especificamente do Poder Executivo.

O Direito possui uma área de atuação bastante abrangente. Pois, existem diversos ramos no Direito brasileiro, como o direito constitucional, direito administrativo, direito civil, direito penal, direito trabalhista, etc. E, é por meio de regras jurídicas, que regulam e definem os deveres e direitos de todos os cidadãos indistintamente, que se torna possível ter um controle normativo visando o bem comum da sociedade nas mais diversas áreas de atuação do Estado Soberano.

Assim, o Direito possui ligação direta com o desenvolvimento regional. Tratando deste como um meio de implicar mudança de qualidade, pode-se entender que, desenvolvimento produz e se alimenta de interações e de formação, trazendo o direito e o desenvolvimento como uma ferramenta de grande escopo para a gestão do Poder Executivo estatal. Utilizando dados de documentos nacionais, análise da

[702] Acadêmico do curso de Direito, 4° período, Centro Universitário Campo Real
[703] Professora Orientadora. Graduada em Direito pela Faculdade Campo Real (2015). Pós-Graduada em Ciências Criminais pela Faculdade Campo Real (2017).
[704] Professora Orientadora. Coordenadora Pedagógica do Centro Universitário Campo Real

Constituição Federal e de autores da área educacional pretende-se demonstrar a população a importância da educação na gestão pública.

2 DESENVOLVIMENTO

Iniciando a pesquisa, busca-se estabelecer quais os benefícios da graduação em Direito para a gestão pública, que pese o Poder Executivo. Logo, o Direito sendo uma ciência social aplicada não tem nenhuma exatidão quanto à comprovação de sua eficácia em um cargo de gestão exercido por um graduado na área, mas, muito se tem visto e comentado sobre o critério de desenvolvimento executado pelos mesmos em seus respectivos mandatos e no exercício de sua gestão.

Para BOISIER (1996), o conceito de desenvolvimento está cada vez mais associado à interpretação de como as ações educacionais, ambientais, institucionais, éticas, políticas, econômicas entre outras, promovem a transformação dos seres humanos em legítimos seres humanos. Analisando a concepção contemporânea o autor leva-nos a reconhecer que desenvolvimento trata-se de um processo com três cenários interdependentes sendo eles o contextual, o estratégico e o político.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE traz que: “o enlace entre educação e desenvolvimento é essencial na medida em que é por meio dele que se visualizam e se constituem as interfaces entre a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado”. (BRASIL, 2008, p. 6).

Esta concepção que inspira o plano traz uma face dialética estabelecendo assim, socialização e individualização do ser que passa a ser capaz de assumir um senso crítico frente a sociedade.

Voltando a analisar a lei constitucional vemos que o objetivo da política de educação concentra-se em:

> Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos [...] Não há como construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação republicana, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade. Só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos. (BRASIL, 2008, p. 5).

Retomando o estudo busca-se compreender uma associação entre a construção social de um cidadão e a habilitação desta. Para CASTORIADIS (1996), a

função da educação posiciona-se em um terreno político, “neste sentido clássico em que a política delimita a própria atividade de fabricação da sociedade, pela instituição dos valores comuns que devem organizar a vida coletiva e as relações entre indivíduos”.

E também destaca que a importância da escola se dá como resposta suficiente para grandes questões sociais encerrando os problemas e se destinando a resolução de todos.

> Confiança tanto mais extraordinária que o exame que a época reserva aos problemas nacionais nada tem de atenuado, pintando de cores bastante extremadas um quadro de calamidades sociais. É certo que, como já dissemos, o gênero político vive de excessos: porém, o impressionante contraponto que a grandiosidade das expectativas fornecidas pelos ideais de civilização e de progresso oferece à rudeza dos diagnósticos realizados retrata, mais do que a profunda decepção para com os rumos da República, a intenção de buscar novos instrumentos que dotem a ação política da eficiência que até ali lhe faltou. (CASTORIADIS, 1996)

O trabalho justifica-se sobre a relevância, pelas reflexões do campo teórico contemporâneo do ensino de Direito e sua articulação com os cargos ocupados por egressos do curso no Poder Executivo. A escolha da temática além de contemporânea é pertinente quando discutimos a relação da formação para os cargos de gestão pública. A temática possui íntima relação com a vida profissional e acadêmica dos proponentes. Constitui-se também numa abordagem que integrará futuro artigo científico.

Importante, deste modo, apresentar um conceito de desenvolvimento regional:

> O processo de desenvolvimento sustentável de uma região depende não só do seu crescimento econômico, mas principalmente da sua capacidade de organização social e política, a qual está relacionada ao aumento da autonomia local para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento local, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e preservação do ecossistema regional (HADDAD, 2009, p. 120)

Acerca do ensino em Direito, a Constituição Federal clarifica que visa uma formação completa do agente, buscando adequá-lo a diversas áreas no mercado de trabalho, projetando o profissional para a área jurídica que se divide em diversos ramos. Um dito popular muito ouvido por quem segue esta área é que “o direito abre um leque muito grande de oportunidades”. Ciente disso, busca-se entender qual a importância do ensino superior na sociedade.

A Constituição Federal em seu artigo 205 esclarece:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Ao tratar sobre dever do Estado deve-se deixar claro que não é de obrigação do Estado, seja em âmbito municipal, estadual ou federal subsidiar educação de nível superior a toda a população em universidades públicas. Contudo, o Estado fornece oportunidades para o ingresso em instituições privadas de ensino superior. Apesar de ser direito de todos, uma grande parcela da população não tem acesso ao nível superior.

Nas últimas décadas houve um grande avanço na expansão das vagas das instituições de ensino superior, possibilitando ensino presencial e a distância (EAD). Com o acelerado desenvolvimento da sociedade, o mercado de trabalho exige maior formação e especialização na área. Tendo noção que a economia e o avanço da sociedade são baseados no conhecimento tem como grande elemento o futuro dos indivíduos.

A expansão possibilitou a ampliação das vagas em Direito, por consequência, ampliaram-se as possibilidades de cargos públicos ocupados por graduados nesta área.

Entretanto não se pode considerar que todos os graduados em Direito estarão aptos a comandar uma administração do cargo executivo, pois, o Direito é um fenômeno social, ou seja, um estudo sócio adaptativo que se adequa mediante a construção e transformação da sociedade.

> O Direito tem vocação para estar em todas as partes, para envolver tudo e para sustentar, como um Deus, todo o universo habitado: o Direito não somente não deve estar ausente em nenhuma parte senão que deve ser concebido como algo contínuo e sem rupturas. Contudo, com a chegada tardia da maturidade profissional a uma maior compreensão, os “estudantes” acabam por deixar de reivindicar esta ubiquidade divina. (FERNANDEZ e FERNANDES, 2005)

E também, que o ensino superior em Direito é de suma importância para o exercício da gestão pública.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, considerando que a educação não é algo que irá atingir a todos temos como resultado preliminar a concretização de que a graduação em Direito tem maiores probabilidades de culminar em uma gestão pública de qualidade, considerando,

de suma importância que seja exercida com ética e seriedade pelos respectivos representantes da população. Este estudo se propõe a fundamentação inicial para pesquisa que terá continuidade com o aprofundamento do referencial teórico e pesquisa de levantamento e análise de dados.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 17 mai. 2018

_____. Ministério da Educação. **PDE - O plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas.** Brasília, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf Acesso em: 13 de setembro de 2018.

BOISIER, Sérgio. **Em Busca do esquivo desenvolvimento regional:** Entre a caixa-preta e o projeto político. USP/São Paulo, 1996. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135. Acesso em 14 set. 2018.

CASTORIADIS, C. **Les Carrefours du labyrinthe** (LV - La montée de I 'insignijiance). Paris: SeuiL, 1996. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10527/10073. Acesso em: 14 set. 2018

FERNANDEZ, Atahualpa; FERNANDES, Marly **O ensino do Direito, a formação do jurista e as escolas superiores**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 3, no 133. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/697/o-ensino-direito-formacao-jurista-as-escolas-superiores> Acesso em: 17 set. 2018.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de economia**, v.35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009. Editora UFPR. Disponivel em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/16712>. Acesso em: 17 set. 2018

ALIMENTAÇÃO FORA DE CASA OFERECE RISCOS A SAÚDE DA POPULAÇÃO

MACHADO, Kerulyn Maria Chanivski[705]
CHICONATTO, Patrícia [706]

RESUMO: A vida agitada da sociedade faz com que a busca por alimentos de fácil acesso e rápido preparo seja corriqueira. As doenças de origem alimentar caracterizam-se pela ingestão de alimentos contaminados por microrganismos ou toxinas, causando diferentes tipos de enfermidades. Estudos relatam os alimentos podem causar mais de 200 tipos de doenças. A responsabilidade pela inocuidade do alimento encontra-se com quem comercializa, sendo sua responsabilidade cumprir com a legislação vigente. Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, tendo como objetivo descrever e informar os possíveis riscos que a alimentação fora de casa pode oferecer.

Palavras-chave: Alimentos. Análise. Contaminação. Microrganismo. Higiene.

1 INTRODUÇÃO

A vida agitada da sociedade faz com que a busca por alimentos de fácil acesso e rápido preparo seja corriqueira, na tentativa de otimizar o tempo. Dessa forma, a população acaba consumindo alimentos comercializados em estabelecimentos que não adquirem os devidos cuidados ao manipulá-los (SOUZA *et al*., 2010).

Em virtude dos problemas socioeconômicos do país em desenvolvimento, a comercialização de alimentos em vias pública por ambulantes se tornou uma ótima opção, devido o fato de não precisar pagar impostos e não necessitar de muitos investimentos, o ambulante consegue obter sua renda. No entanto, ao mesmo tempo em que a alimentação de rua facilita a vida da população, ela pode trazer riscos a saúde (PARISSENTI *et al*., 2013).

Existem diversos fatores que contribuem para a contaminação nos alimentos, como as falhas nas etapas de processamento do alimento, matéria-prima, higienização inadequada dos equipamentos e utensílios, armazenamento em condições inadequadas, higiene pessoal deficiente, assim, podendo causar doenças no consumidor (STEIN *et al*., 2017).

As doenças de origem alimentar caracterizam-se pela ingestão de alimentos contaminados por microrganismos ou toxinas, causando diferentes tipos de enfermidades ao consumidor, e constituem um dos problemas de saúde pública mais

[705] Acadêmica do Sexto Período de Nutrição do Centro Universitário Campo Real
[706] Professora do Curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

frequente. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os alimentos podem estar contaminados por bactérias, vírus, parasitas ou outras substâncias nocivas, podendo causar mais de 200 tipos de doenças, desde diarreia ate o câncer (STEIN *et al*., 2017).

Considerando os aspectos citados anteriormente, este trabalho tem como objetivo descrever e informar os possíveis riscos que a alimentação fora de casa pode oferecer.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseia-se na busca de dados em literatura cientifica, utilizado como palavras de busca os termos como alimentos, análise, microrganismos, higiene na língua portuguesa. Para tal utilizou-se as bases de dados em livros que compreendem o ano de 2008 e no Google Acadêmico incluindo artigos que compreendem os anos de 2010 e 2017.

2.2 RESULTADOS

As DTAs Doenças transmitidas por alimentos são classificadas como infecções e intoxicação. As infecções resultam da ingestão dos alimentos que contém microrganismos vivos e estes venham a crescer no interior do organismo. A intoxicação é caracterizada como a ingestão do alimento contendo a toxina, mesmo que o microrganismo tenha sido eliminado (PARISSENTI *et al*., 2013).

Entre os microrganismos patogênicos destacam-se os enteropatogênicos, que expressam sua patologia no trato gastrintestinal. O alimento ingerido chega ao intestino delgado onde os processos digestivos e de absorção ocorrem principalmente, alguns microrganismos enteropatogênicos quando entram em contanto com o intestino delgado agem interferindo nas microvilosidades das células epiteliais, outros produzem enterotoxinas que alteram a fisiologia das células epiteliais. Esses microrganismos precisam colonizar no intestino, ou seja, aderir na mucosa para não serem eliminados pelas defesas intestinais naturais, eles podem ser pouco invasores ou muito invasores, podendo até alcançar a corrente linfática ou circulatória, muitos patógenos que são vinculados por alimentos utilizam-se do trato gastrintestinal apenas como porta de entrada no organismo humano, expressando sua patologia em outros locais (FRANCO *et al*., 2008).

Os sintomas ao ingerir um alimento contaminado começam aparecer dentro de 1-6 horas após a ingestão do alimento, são caracterizados por náuseas, vomito espasmo abdominal e diarreia. Em alguns casos mais graves, é perceptível muco e sangue no vomito e nas fezes, e em casos mais severos pode ser fatal para recém-nascidos e pessoas idosas (SOUZA *et al*., 2010).

No comércio ambulante, o processamento do alimento ocorre de forma artesanal, sem conhecimento específico e com uma infraestrutura debilitada, podendo favorecer a contaminação alimentar. Esses alimentos e bebidas prontos para o consumo são comercializados em pontos moveis como os automóveis ou até mesmo com pontos fixos como barracas não removíveis (PARISSENTI *et al*., 2013).

A responsabilidade pela inocuidade de alimento encontra-se com quem produz, manipula e comercializa, sendo sua responsabilidade cumprir com a legislação vigente. As autoridades precisam fiscalizar e assegurar que os padrões determinados pela legislação estejam sendo cumpridas de modo satisfatório (STEIN *et al*., 2017).

No Brasil, as Boas Práticas para serviço de alimentação são regulamentadas pela Resolução RDC n°216/2004, da agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Essa legislação norteia desde a manipulação, preparação, fracionamento e armazenamento de alimentos, passando pela distribuição, transporte e exposição à venda. Já a RDC n°12/2001 define os paramentos de tolerância de microrganismos para diferentes grupos de alimentos para consumo (STEIN *et al*., 2017).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, diversos estudos relatam que alimentos comercializados nas ruas por ambulantes, podem representar risco à saúde da população. No entanto, esse tipo de comercialização ajuda tanto os consumidores, por se tratar de uma alimentação rápida e prática, como os próprios ambulantes, garantido sua renda.

Dessa forma, os manipuladores necessitam adotar medidas para melhorar a qualidade do serviço ofertado, tendo uma fiscalização rotineira, assim, garantido uma alimentação de qualidade.

4 REFERÊNCIAS

SOUZA, Josilene De Jesus; MARINHO, Lilian Leyve Barbosa; SANTANA, Rejane Conceição. Análise microbiológica de lanches (cachorros-quentes) comercializados nas proximidades de três hospitais da cidade de Salvador-BA. **Candombá – Revista Virtual**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 86-99, jul./dez. 2010.

PARISSENTI, A. C. et al. Avaliação microbiológica de cachorros-quentes comercializados por vendedores ambulantes na cidade de Videira, SC. **Unoesc & Ciência - ACBS**, Joaçaba, v. 4, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2013.

STEIN, G. et al. Análise microbiológica de cachorros quentes comercializados por food trucks. **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 14, n. 1, p. 193-202, 2017.

FRANCO, Bernadette D Gombossy De Melo; LANDGRAF, Mariza. **Microbiologia dos alimentos**. 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 192 p.

A MULHER NA OBRA DE CESARE LOMBROSO

ALMEIDA, Maria Eduarda dos Anjos de [707]
ABREU, Ana Claudia Silva de[708]

RESUMO: Objetivou-se analisar o contexto da criminalidade feminina dentro da obra de Cesare Lombroso e o que, para o autor, impulsiona o equivalente feminino do delinquente nato. Os critérios utilizados para definir a chamada prostituta nata são bastante parecidos com os do equivalente masculino, o autor se utiliza basicamente de critérios anatômicos para tanto. A partir de teorias na tentativa de classificar o comportamento feminino, criando uma classificação das mulheres, surgem concepções como a de que a beleza feminina está ligada à algum tipo de perversão e que mulheres são em parte responsáveis por crimes cometidos contra elas mesmas.

Palavras-chave: Criminologia. Mulher. Prostituição.

1 INTRODUÇÃO

Enquanto a escola clássica da criminologia inicia a busca por um conhecimento mais racionalizado, em que a pena tinha o fim de reparação do dano, na escola positiva a é pena um mecanismo de defesa social. Pode-se dizer que o "pai" da criminologia positiva é Cesare Lombroso, cujo livro "O homem delinquente" deu início a esse novo período na criminologia, onde, usando especialmente traços fisionômicos, traça um perfil para o delinquente (SHECAIRA, 2018).

Mais tarde, Lombroso surge com uma teoria parecida, relacionada às mulheres, menos conhecida. Basicamente, a obra traz que a prática de delitos entre as mulheres se acentua muito mais à prostituição, por razões ligadas mais à depravação e desequilíbrio do que necessidade.

O fim desse trabalho é analisar a obra "La Donna Delinquente", de Lombro, que traz o equivalente feminino do criminoso nato: a prostituta.

2 CRIMININOLOGIA POSITIVA

A Criminologia Positiva surgiu na Europa, no século XIX, sob grande influência de ideais iluministas. Teve três fases: antropológica, sociológica e jurídica.

[707]Acadêmica de Direito, 6º período, Faculdade Campo Real
[708]Docente Centro Acadêmico Campo Real, Mestre em Teoria do Estado e Doutoranda Universidade Federal do Paraná

Tendo como característica a ideia de que o crime é um fenômeno natural e social e a pena como mecanismo de defesa social (PENTEADO FILHO, 2010).

A obra *"L'uomo delinquente"*, de Cesare Lombroso, é o marco do início desse período da criminologia, denominado "científico". O livro não foi exatamente uma teoria inovadora, mas uma reunião de pensamentos esparsos, é o que afirma Shecaira (2018).

Cesare Lombroso é o grande nome da fase antropológica. Tendo como sua principal obra "O Homem Delinquente", na qual traçou uma espécie de perfil, onde os criminosos teriam características específicas, classificando-os como: natos, loucos, por paixão e por ocasião. Lombroso afirma que, na influência do comportamento criminoso, fatores biológicos eram predominantes, ainda que admitisse a influência dos fenômenos sociais (FARIAS JÚNIOR, 2001).

Na fase sociológica, quem se destaca é Ferri, genro e discípulo de Lombroso, afirmou que a criminalidade derivava de fenômenos antropológicos, físicos e culturais e negou o livre-arbítrio como base da imputabilidade. Pregou que a razão de punir é a defesa social e classificou os criminosos como: natos, loucos, habituais, de ocasião e por paixão (PENTEADO FILHO, 2010).

Rafael Garófalo é quem se destaca na chamada fase jurídica, onde afirmou que o crime estava no homem e se revelava com a degeneração deste. Criou o conceito de periculosidade, assim como observou a necessidade de outra forma de intervenção penal: a medida de segurança. Seu maior trabalho foi a noção de delito natural, que seria a violação dos sentimentos altruísticos de piedade e probidade. Classificou os criminosos como: natos (institivos), fortuitos (de ocasião) ou pelo delito moral especial (assassinos violentos, ímprobos e cínicos) (PENTEADO FILHO, 2010).

3. O HOMEM E O CRIMINOSO NATO

A teoria do criminoso nato é o trabalho mais conhecido de Cesare Lombroso, onde afirma que o delito estaria ligado à determinados atributos e uma vez portador desses, os homens estariam basicamente destinados à delinquência.

Quanto às características físicas, haveria uma pequena variação dependendo do "tipo" de criminoso. Violadores teriam olhos salientes, lábios e pálpebras volumosos e fisionomia delicada, às vezes seriam corcundas. Os incendiários e pederastas teriam uma aparência quase feminina, enquanto homicidas e arrombadores

seriam dotados de cabelos crespos, deformidades no crânio e cobertos de cicatrizes (LOMBROSO, 2001).

Ainda, neste sentido: “Em geral, muitos criminosos têm orelhas de abano, cabelos abundantes, barba escassa [...] em suma, um tipo aproximado do mongol, às vezes, do negro” (LOMBROSO, 2001).

Além das características físicas, Lombroso atribui a insensibilidade ao delinquente:

> É, pois, provável que os atos de coragem dos malfeitores não sejam senão um efeito da insensibilidade e da impetuosidade infantis que lhes escondem o perigo mesmo certo, tornando-os cegos em presença de um objetivo a atingir ou de uma paixão a satisfazer. Essa insensibilidade que lhes dissimula a gravidade da morte de outrem [...]. (LOMBROSO, 2001, p. 367)

Em um caráter não mais tão anatômico, Lombroso levanta a questão das tatuagens no delinquente. Aqui, trata a facilidade em se submeter a este procedimento como traço característico de homens primitivos e dos que vivem em estado selvagem.

Que é algo predominante em classes inferiores, especialmente entre criminosos. Parte dos criminosos tatuados teriam representações violentas, sentimento de vingança, atos de desespero. Para Lombroso, um homem gravaria em seu corpo símbolos profissionais, guerra, amor, religião. Traços das ideias e paixões nas classes inferiores (LOMBROSO, 2001).

Ainda que, nos dias de hoje, tais ideias causem estranheza eram muito aceitas na época. Ressaltando que grande parte de sua pesquisa foi realizada em hospitais, prisões e manicômios (SHECAIRA, 2018). Esta obra é repleta de desenhos e gráficos, de difícil entendimento, além de comparações com o reino animal, também presentes na obra onde traz o equivalente feminino ao delinquente nato.

4. A PROSTITUTA NA OBRA DE CESARE LOMBROSO

Pouco conhecida, a obra “La Donna Delinquente” traz o equivalente feminino do criminoso nato: a prostituta. Utiliza-se do mesmo método da teoria do homem delinquente, inclusive a comparação com algumas particularidades do reino animal.

Juntamente com seu genro, Guglielmo Ferrero, Lombroso observou que a delinquência entre mulheres era menos significativa que entre os homens sendo que, segundo ele, as mulheres se encontravam em um nível mais baixo que os homens na

escala evolutiva, seus críticos afirmam que elas deveriam delinquir ainda mais. A grande questão é explicar os motivos de as taxas de delinquência das mulheres é menos expressiva que as dos homens. Então atribui maternidade, fraqueza e inteligência debilitada como um contrapeso. Para Lombroso, assim como o delinquente nato, a prostituta teria uma origem hereditária, porém seria menos perigosa para a sociedade. No entanto, afirmam que tal trabalho não justifica a insistência em vitimizar as mulheres, que na época não podiam estudar ou trabalhar acrescentando, inclusive, como algumas mulheres (como sua filha) são preciosas e entendem seu trabalho (ROMFELD, 2018).

Sendo médico, Lombroso segue analisando crânios para traçar o perfil da prostituta. E conclui que existem muito mais anomalias no crânio da prostituta que no da mulher criminosa que, por sua vez, apresenta anomalias insignificantes se comparadas às do crânio do delinquente nato. Os autores então, concluem que a mulher criminosa é mais baixa que a normal, que a capacidade cranial das prostitutas é inferior e que cabelos cinzas aparecem em grande quantidade entre as criminosas (ROMFELD, 2018).

No campo da sexualidade, as prostituas teriam mais tendência à "perversão", neste caso o lesbianismo. Que é colocado como um fenômeno intimamente relacionado à prostituição, já que esta estimularia o lesbianismo. Pois, segundo os autores, as lésbicas não nascem assim. Aliás, em seu estudo, os autores afirmam que a prostituição se dá em razão das necessidades masculinas (ROMFELD, 2018).

> Por fim, quanto a origem da prostituição, os autores afirmam que: [...] não seria a luxúria, mas sim a insanidade moral, verificada com grande frequência nas prostitutas, diante da falta de sentimentos de afeição familiar, em detrimento da perversidade, da inveja e de uma predileção cruel por vingança. [...] poucas prostitutas entram para a profissão por motivos nobres: para a maioria delas, pobreza e abandono são apenas catalisadores [...] (ROMFELD, Victor Sugamosto, 2018, p. 349)

Nota-se que, ainda com profundo estudo com relação ao comportamento feminino, os autores ignoram outros fatores, como o social, e não foram longe da rotulação da mulher, ou da ideia de hierarquização colocando o homem como ser superior. Além de rotular como comportamento desviante tudo o que foge dos padrões impostos por uma sociedade ultrapassada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao criar a tese da mulher delinquente, Lombroso entrou em um terreno até então desconhecido para a criminologia, em um cenário predominantemente masculino. Ainda que trabalhem com a criminologia feminina, se vê claramente a predominância do masculino, já que Lombroso e Ferrero apontam a própria prostituição como um fenômeno decorrente de uma necessidade dos homens.

Teorias como esta se perpetuam até os dias de hoje na sociedade. Pouco mais de um século depois, e ainda que mundo se tenha conquistado, a mulher ainda é vista como um ser inferior que basicamente serve para a maternidade e para atender às necessidades masculinas. Ao afirmar que mulheres são naturalmente inferiores e que a prostituição é a perversão feminina, os autores reforçam estereótipos há muito enraizados em relação às mulheres e ao seu papel dentro de uma sociedade.

6. REFERÊNCIAS

FARIAS JÚNIOR, João. **Manual de criminologia.** 3. ed. Curitiba: Juruá, 2001.

LOMBROSO, César. **O homem delinqüente.** 2. ed. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual esquemático de criminologia.** São Paulo: Saraiva, 2010.

ROMFELD, Victor Sugamosto et al. **Crimologias: feminismos, mídia e protestos sociais**. 1 ed. Curitiba: Editora Virtual Gratuita – EVG, 2018.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia.** Apresentação de Alvino Augusto de Sá. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

DIREITO AO TRATAMENTO MÉDICO DE RISCO

BORODIAK, Ketlyn L. Aparecida[2]
LUPEPSA, Guilherme Casiano [4]
SILVA, Guilherme da Costa[5]
SELL, Elizabete Nizer [6]

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de estudo o direito ao tratamento médico de risco, quando este se torna aplicável e em quais situações ele pode ou não ser recusado pelo paciente, analisando qual o seu significado para os direitos da personalidade utilizando obras de doutrinadores do Direito Civil, objetivando criar bases para um raciocínio jurídico mais aprofundado sobre o assunto, culminando na conclusão de que o paciente possui o direito de recusar o tratamento como meio de preservar seu direito à integridade física, de acordo com os doutrinadores estudados.

Palavras-chave: Direitos da Personalidade. Tratamento Médico. Risco de vida.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o direito ao tratamento médico de risco, quando este se torna aplicável e em quais situações ele pode ou não ser recusado pelo paciente, analisando qual o seu significado para os direitos da personalidade e utilizando como base obras de doutrinadores do Direito Civil, objetivando criar bases para um raciocínio jurídico mais aprofundado sobre o assunto.

Sendo o direito à vida o mais importante de todos os direitos da personalidade. O tratamento médico de risco representa a tentativa de preservação do direito à vida por meio de métodos que ameaçam o mesmo, caracterizando uma situação *sui generis* aberta a interpretações distintas.

---

[1] Acadêmico de Direito, manhã, 1º período, da Faculdade Campo Real.
[2] Acadêmico de Direito, manhã, 1º período, da Faculdade Campo Real.
[3] Acadêmico de Direito, manhã, 1º período, da Faculdade Campo Real.
[4] Acadêmico de Direito, manhã, 1º período, da Faculdade Campo Real.
[5] Acadêmico de Direito, manhã, 1º período, da Faculdade Campo Real.

[6] Professora Mestranda, titular da Disciplina de Direito Civil, Centro Universitário Campo Real.

2 DESENVOLVIMENTO

O art. 1º, III da CF assegura a “dignidade da pessoa humana”. Desde o momento do nascimento até a sua morte, as pessoas possuem direitos e obrigações. Toda pessoa, sendo física ou jurídica, possui direitos da personalidade, que são subjetivos e dizem respeito à integridade física, intelectual e moral. (DINIZ, 2014, p. 162).

Os direitos da personalidade são irrenunciáveis, não podendo a pessoa alegar que deseja dispor de seus direitos. Ademais, aponta que seus direitos não poderão sofrer limitação voluntária. Assim, mesmo que a pessoa deseje abrir mão de partes de seus direitos, ela não o poderá fazer.

É assegurado ao paciente o direito de se recusar ao tratamento médico, salvo por exigência médica, como aduz o art. 13 do CC. Nessa situação, caso seja necessária uma medida para preservar a vida do paciente, o médico poderá adotar o procedimento sem pena de violar algum direito. Entretanto o art. 15 impõe um limite para tal ato, que é o tratamento com perigo de morte. É inaceitável coagir o paciente a submeter-se a tratamento com risco de vida. Neste sentido, o Enunciado 533, VI Jornada de Direito Civil, do Conselho da Justiça Federal (CJF) consolida o entendimento de que o “paciente plenamente capaz poderá deliberar sobre todos os aspectos concernentes a tratamento médico que possa lhe causar risco de vida”(CIVIL, 2018) e aponta uma exceção, que são as “situações de emergência ou no curso de procedimentos médicos cirúrgicos que não possam ser interrompidos”.

Segundo Gonçalves (2012), tem-se que o relacionamento entre médico e paciente se dá seguindo as regras do Código de Defesa do Consumidor, no qual fica evidente que o médico deve, de forma clara e especifica, alertar o paciente sobre os riscos, benefícios e consequências da realização do tratamento de saúde. Caso o paciente esteja impossibilitado de manifestar sua vontade, o parente, da linha reta ou colateral até o segundo grau, ou o cônjuge deve, de forma escrita, informar sua autorização. Todavia, se não houver tempo hábil para realizar os tramites supracitados, e o risco de vida seja iminente o profissional tem a obrigação de realizar o tratamento e se utilizar de todos os meios possíveis para eventualmente salvar a vida do paciente.

No livro Novo Curso de Direito Civil, os autores Pamplona e Gagliano defendem que o paciente deve ter plena consciência dos riscos do tratamento que é

submetido, sendo responsabilidade do profissional informá-lo sobre tal. Portanto, o doente tem a prerrogativa de se recusar ao tratamento, em detrimento do seu direito à integridade física. Quanto às situações de risco, porém, os autores alegam:

> Não havendo, entretanto, tempo hábil para a oitiva do paciente - como, por exemplo, em uma emergência de parada cardíaca -, o médico tem o dever de realizar o tratamento, independentemente de autorização, eximindo-se de responsabilidade. (GAGLIANO ;PAMPLONA FILHO, 2004, p. 163)

Além disso, ressaltam que o Código Penal Brasileiro não considera crime de constrangimento ilegal "a intervenção médica ou cirúrgica sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida" (art. 146, § 3º, I, do CP). Conclui-se que, para os dois autores, a preservação do direito à vida sobrepõe-se à do direito à integridade física quando o paciente encontra-se em risco iminente de morte. Em outros casos, porém, preserva-se o direito do paciente de recusar a submeter-se.

Em relação à permissão de doação, foram adotados alguns cuidados e restrições de acordo com a Lei 9.434/97, art. 9º, § 3º, que proíbe a doação caso apresente risco à integridade ou grave comprometimento de aptidões vitais e saúde mental. Portanto, não é legal doar um coração, mesmo que seja para salvar um filho, porquanto comprometerá a vida do doador. Se tudo estiver em perfeito acordo para com o doador, o receptor só receberá a doação após apresentar consentimento expresso e for aconselhado sobre todos os riscos do procedimento, consoante art. 10. Isso remonta a ideia de que ninguém poderá ser coagido para realizar procedimento médico. Conforme os arts. 14 ao 20, o desrespeito às normas atinentes aos transplantes poderá acarretar pena de reclusão e multa.

Existem situações em que determinado procedimento médico poderá ferir a crença religiosa do paciente. Nesta circunstância, Diniz (2014, p. 141) afirma que “havendo recusa, p. ex., em razão da religião à transfusão de sangue, o médico deve tentar tratamento alternativo”, destarte, respeitando o direito à crença do paciente. Todavia, em determinadas ocasiões, a solução não será tão simples, pois poderá não haver um tratamento alternativo. Como nenhum princípio é absoluto, deverá haver uma ponderação entre o direito à vida e o à crença. Para Diniz (2014, p. 142), entre o direito à vida e à liberdade de religião, sobrevalerá o direito mais

relevante, ou seja, o à vida. Ela argumenta que o bem mais precioso é a vida, portanto sobrepõe-se a todos os outros. “Ilegítima é a objeção de consciência sempre que estiver em jogo a vida de uma pessoa e a saúde pública”. Contudo, ressalta que o paciente não pode ser constrangido a submeter-se a uma cirurgia com risco de vida. Já o Conselho da Justiça Federal, em seu Enunciado 403, V Jornada de Direito Civil, aprovou que devido à inviolabilidade do direito de consciência e crença, pode a pessoa negar tratamento médico, inclusive transfusão de sangue, com ou sem risco de morte.

De acordo com o art. 7° do Conselho Federal de Medicina N°1931/2009, o médico não poderá deixar de atender em setores de urgência e emergência, quando for de sua obrigação fazê-lo, expondo a risco a vida de pacientes, mesmo respaldado por decisão majoritária da categoria.

O conselho de medicina também afirma que a responsabilidade médica sempre será pessoal, mas jamais presumida. O médico também não poderá desrespeitar as escolhas os pacientes ou de seus familiares, quando diz respeito a tratamento terapêutico, salvo em risco eminente de vida. Também ele não poderá exagerar na gravidade dos diagnósticos ou exceder-se nos procedimentos médicos, assim como abreviar a vida do paciente mesmo que seja de sua vontade, com exceção de casos em que os procedimentos sejam “inúteis” em casos de doenças terminais ou incuráveis.

O médico também deverá usar de todos os métodos, reconhecidos cientificamente e exista a possibilidade de ser aplicado no paciente, mas também não poderá desviar-se da responsabilidade de suas decisões como profissional por seus atos praticados, mesmo que em consentimento ou por decisão de seus familiares. Ele também poderá recusar-se de aplicar algum procedimento desde que apresente um risco maior ao paciente (ressaltando que suas decisões serão de responsabilidades inteira do médico que a tomou).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a visão dos doutrinadores estudados não diverge muito quanto aos direitos do paciente a submeter-se ou não ao tratamento médico de risco. Defende-se que o paciente deve conhecer todos os riscos e consequências do tratamento ao qual será submetido, sendo o profissional responsável pela emissão

clara dessas informações, que nenhum procedimento médico deve ser tomado sem o consentimento do paciente ou de seus representantes, salvo medidas emergenciais para a preservação da vida e que o direito à vida, sendo o direito primordial sem o qual nenhum outro tem função, não pode ser abdicado pelo paciente, todavia a afirmação anterior não serve para o tratamento médico de risco, pois este também apresenta risco à vida do indivíduo que será submetido ao mesmo.

4 REFERÊNCIAS

Decreto n.º 6.821/2009, Conselho Federal de Medicina. **RESOLUÇÃO CFM Nº1931/2009**. 2009.

Disponível em: < http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2009/1931_2009.htm >.

Acesso em: 18 mar. 2018.

CIVIL, **Jornada de Direito**, 2018. Disponível: em <http://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/144>, Acessado: 20 mai. 2018.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 31 ed. São Paulo: Saraiva. 2014. 630p.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil**. Volume I – Parte Geral. 5ª ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. volume 1: parte geral. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2012

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA: HIPOTIREOIDISMO CONGÊNITO

VIEIRA, Gabriele Lindner[1]
BARONI, Sabrina Alana[1]
GALVAN, Samantha[1]
BONAPAZ, Rubia[2]

RESUMO: O resumo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica a partir de artigos científicos, dados do DATASUS e Ministério da Saúde. Tratará sobre o hipotireoidismo congênito, doença caracterizada pela disfunção da tireóide, a qual acomete recém-nascidos quando a mãe não realiza o pré-natal. Comparou-se a porcentagem de pré-natais realizados nas cidades de Mangueirinha e Guarapuava (PR), entre os anos de 2008 a 2011 e pôde-se observar que em Mangueirinha obteve-se maior porcentagem em relação à Guarapuava. Conclui-se que deve incentivar a realização do pré-natal e o Teste do Pezinho para o diagnóstico desta doença.

Palavras-chave: Hipotireoidismo congênito. Pré-natal. Teste do Pezinho. Tireóide.

1 INTRODUÇÃO

O hipotireoidismo se refere a uma diminuição ou ausência na produção dos hormônios T3 e T4 produzidos na tireóide. A forma congênita acomete em 1:1800 (SKORDINS, 2005) a 1:10000 (GAUDINO, 2005) nascidos-vivos na Grécia e na França, respectivamente e no Brasil a incidência é aproximadamente 1 caso para cada 2500 nascidos-vivos (CARVALHO, 2007). As principais causas do hipotireoidismo congênito em países que não sofrem com a falta de iodo, como o Brasil, são: ectopia tireoideana (aproximadamente 60%), agenesia tireoidiana (15%), e deficiência na síntese hormonal (15%) (DEVOS, 1999). Há evidências de que ocorre uma mutação no momento da formação da glândula tireóide, interferindo na produção de seus hormônios (LA FRANCHI, 1998).

O Programa Nacional de Triagem Neonatal desenvolvido pelo Ministério da Saúde, realiza a detecção do hipotireoidismo congênito através da dosagem do TSH sérico em papel filtro. A importância deste programa se deve ao fato de que se não diagnosticada e tratada precocemente, as crianças afetadas podem apresentar retardo mental e crescimento prejudicado. No Brasil, a triagem neonatal conhecida como o Teste do Pezinho foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) pela

[1]Biomedicina, 4° período, Centro Universitário Campo Real.
[2]Docente, Ms, Rubia Bonapaz.

Portaria GM/MS no 22, de 15 de janeiro de 1992, quando se tornou obrigatório o teste em todos os recém-nascidos vivos. (BRASIL, 2002).

O prognóstico depende da gravidade do hipotireoidismo, do tempo decorrido do tratamento e da manutenção dos níveis hormonais. Ainda pode ocorrer o hipotireoidismo transitório, quando as mães fazem um tratamento com iodo durante a gravidez (ROSE, 2006).

O objetivo deste resumo foi comparar a porcentagem de pré-natais realizados nas cidades de Guarapuava e Mangueirinha localizadas no estado do Paraná, nos anos de, 2008, 2009, 2010 e 2011, por meio de dados já publicados Data SUS.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAL E METÓDOS

Para a realização desta revisão bibliográfica utilizou-se artigos das bases de dados do Scielo e Periódicos Capes e os dados epidemiológicos foram encontrados nos Sistemas de Informação do SUS, como o DATASUS e Ministério da Saúde.

2.2 DISCUSSÃO

O diagnóstico clínico é feito a partir dos seguintes sintomas: hipotonia muscular, dificuldade respiratória, cianose, icterícia prolongada, constipação, hipotermia, bradicardia, anemia, sonolência excessiva, choro rouco, hérnia umbilical, alargamento de fontanelas, mixedema, sopro cardíaco, dificuldade na alimentação, deficiente crescimento pôndero-estatural, atraso na dentição, retardo na maturação óssea, pele seca e sem elasticidade, atraso de desenvolvimento neuropsicomotor e retardo mental. Mas estas manifestações são tardias, devendo ser diagnosticadas na triagem neonatal (BRASIL, 2010).

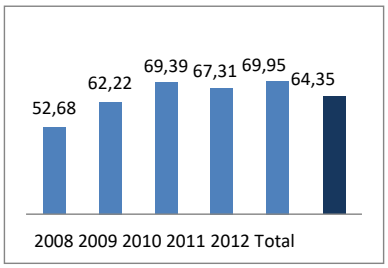
A triagem neonatal é realizada, conforme Portaria GM/MS n° 822, de 06 de junho de 2001, por meio de: medida do TSH através do Teste do Pezinho (amostra de sangue colhida em papel filtro, entre 48h e 4 dias após o nascimento), medida do T4 (total ou livre) através do soro quando o TSH é superior a 20mUI/L por radioimunoensaio ou superior a 15mUI/L por ensaios imunométricos (BRASIL, 2010). Os níveis de TSH de crianças não afetadas são mais altos durante os primeiros 3 dias após o nascimento (podendo gerar diagnósticos falso positivos), normalizando após o

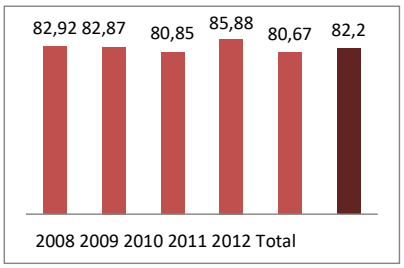
4° dia de vida. Também pode ser medido o T4 em amostra de papel filtro (devendo apresentar valor superior a 6 mcg/dL), se o T4 for baixo, deve-se medir o TSH. Estudos sugerem que a utilização do ponto de corte de TSH seja de 10mUI/L no Teste do Pezinho, o que aumenta a identificação de pacientes com hipotireoidismo congênito (CORBETTA, 2009).

Para saber a etiologia é indicada a realização de ultrassonografia ou cintilografia da tireóide (ROSE, 2006) e o tratamento mais adequado para esta doença é começar precocemente com a administração de Levotiroxina (FISHER, 2000), que são comprimidos 25, 50 e 100 mcg. A dose deste medicamento varia de acordo com a idade e o peso corporal do paciente, em neonatos, o tratamento inicia-se com doses de 10-15 mcg/Kg/dia (ROSE, 2006) (GRUTERS, 2007), este tratamento deve ser feito por toda a vida, tendo melhoras no desenvolvimento neuropsicomotor e o controle laboratorial deve ser feito a fim de monitorar os níveis de TSH (idealmente entre 0,5-2,0 mU/L) (BRASIL, 2010).

Tem-se visto um baixo número de mulheres fazendo o pré-natal, principalmente pertencentes às classes menos favorecidas. Abaixo se encontra dois gráficos evidenciando a porcentagem de pré-natais realizados nas cidades de Guarapuava e Mangueirinha, nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Gráfico 1: Pré-natais realizados em Guarapuava e Mangueirinha, respectivamente.





Fonte: Indicadores de transição pacto pela saúde e coap - 2012 – Paraná.

Após observação dos gráficos, conclui-se que a cidade de Guarapuava possui poucos pré-natais realizados em relação à cidade de Mangueirinha, esta, por sua vez, possui menos habitantes, mas se destacou nos números e permaneceu praticamente constante ao passar dos anos. Já em relação a Guarapuava, teve

crescimento nos números até 2010, mas em 2011 houve um pequeno decréscimo, aumentando novamente em 2012, assim totalizando em 64,35% dos pré-natais realizados e Mangueirinha totalizou em 82,2%. Com isto, conclui-se que deve-se fazer mais campanhas em Guarapuava para incentivar as mulheres grávidas a fazerem o pré-natal.

Um levantamento realizado no Brasil em 2000, por meio do banco de dados do DATASUS, mostrou a diversidade das informações agrupadas conforme a região. Na região nordeste a cobertura de triagem neonatal realizada foi de 24%, no centro-oeste foi de 27%, a região norte apresentou 47%, enquanto o sul e o sudeste apresentaram uma cobertura bem maior do que as demais regiões, com 70% e 81% respectivamente (GIUSTI, 2003).

O hipotireoidismo é uma doença que acomete os recém-nascidos, mas é possível preveni-lo e tratá-lo precocemente fazendo o pré-natal nas gestantes e a realizar o Teste do Pezinho logo após o nascimento da criança (GIUSTI, 2003).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que ocorra o controle da doença, é necessário que estas crianças tenham garantia de um tratamento imediato, com um acompanhamento de exames laboratoriais para verificação dos níveis de hormônios tireoidianos e orientação dos profissionais (NATION & COLS., 2003).

Portanto, para alcançar o sucesso de um programa preventivo, é preciso que tenha objetivos específicos para cada patologia, profissionais competentes, treinados e sensíveis às necessidades individuais dos pacientes e o envolvimento da criança e de seus familiares para aumentar a chance de mudanças no comportamento.

4 REFERÊNCIAS

CARVALHO de TM, dos Santos HP, dos Santos IC, Vargas PR, Pedrosa J. **Newborn screening: a national public health programme in Brazil.** J Inherit Metab Dis. 2007 Aug;30(4):615.

CORBETTA, C, Weber G, Cortinovis F, Calebiro D, Passoni A, Vigone MC, et al. A 7- year **experience with low blood TSH cutoff levels for neonatal screening reveals an unsuspected frequency of congenital hypothyroidism.** Clin Endocrinol (Oxf). 2009 May 28.

DEVOS, H, Rodd C, Gagne N, Laframboise R, Van Vliet G. **A search for the possible molecular mechanisms of thyroid dysgenesis: sex ratios and associated malformations.** J Clin Endocrinol Metab. 1999 Jul;84(7):2502-6.

FISHER, DA. **The importance of early management in optimizing IQ in infants with congenital hypothyroidism.** J Pediatr. 2000 Mar;136(3):273-4.

GAUDINO, R, Garel C, Czernichow P, Leger J. **Proportion of various types of thyroid disorders among newborns with congenital hypothyroidism and normally located gland: a regional cohort study.** Clin Endocrinol (Oxf). 2005 Apr;62(4):444-8.

GIUSTI, M. M. C. (2003). A iniciativa Pioneira da APAE em São Paulo. Em: Medeiros Neto, G. (2004) **Hipotireoidismo congênito no Brasil, como era, como estamos, para onde vamos.** São Paulo, SP: Instituto da Tireóide.

GRUTERS, A, Krude H. **Update on the management of congenital hypothyroidism.** Horm Res. 2007;68 Suppl 5:107-11.

LA FRANCHI, Stephen, H. (1998). ***Recent developments in Pediatric Thyroidology*.** Disponível no site: http://www.thyroidtoday.com/TTLibrary/ArchivedNewsletters_90_99.asp.

MINISTÉRIO da Saúde do Brasil. Portaria N° 56, de 23 de Abril de 2010.http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2014/fevereiro/07/pcdt-hipotireoidismo-congenito-2010.pdf. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas: Hipotireoidismo Congênito.**

MINSTÉRIO da Saúde do Brasil. **Programa Nacional de Triagem Neonatal (2002).**

Disponível em: www.saude.gov.br/sas/dsra/Manual%02002%200456%20N.

NATION, M.; Crusto, C.; Wandersman, A.; Kumpfer, K. L.; Sybolt, D.; Morrissey-Kane,
E. & Davino, K. (2003). **What Works in Prevention: Principles of effective prevention programs.** *American Psychologist.* Vol. 58. No 67.pp. 449-456.

ROSE, SR, Brown RS, Foley T, Kaplowitz PB, Kaye CI, Sundararajan S, et al. **Update of newborn screening and therapy for congenital hypothyroidism.** Pediatrics. 2006 Jun;117(6):2290-303.

SKORDINS, N, Toumba M, Savva SC, Erakleous E, Topouzi M, Vogazianos M, et al. **High prevalence of congenital hypothyroidism in the Greek Cypriot population: results of the neonatal screening program 1990-2000.** J Pediatr Endocrinol Metab. 2005 May;18(5):453-61.

AÇÃO ANTIFUNGICA DOS EXTRATOS VEGETAIS, FRENTE A *Candida albicans*

VIEIRA, Gabriele Lindner[709]
BARONI, Sabrina Alana[1]
GALVAN, Samantha[1]
BONAPAZ, Rubia[710]
FORNARI, Gheniffer[3]

RESUMO: O trabalho a ser apresentado foi realizado através de revisão bibliográfica e experimentos *in vitro* para testar a inibição de *Candida albicans* frente a extratos de barbatimão, gengibre e canela. Esta pesquisa foi realizada para mostrar a ação de fitoterápicos como antifúngicos quando o microrganismo se torna oportunista na microbiota. Levando em consideração a técnica para a obtenção dos extratos testados sobre a cândida, os resultados não se mostraram satisfatórios, sugerindo assim, novos estudos para verificar o potencial das plantas medicinais em tratamentos alternativos.

Palavras-chave: Candidíase. *Candida albicans*. Extratos. Fluconazol.

1 INTRODUÇÃO

A candidíase é uma micose causada por um fungo do gênero Cândida, ocasiona infecção a qual pode ser aguda ou crônica, assintomática, oligossintomática ou com sintomas graves em pacientes imunossuprimidos, também pode ter lesões superficiais ou profundas (PEMÁN et al., 2011). A candidíase se expressa em três tipos: muco cutânea, cutânea e sistêmica (MENEZES et al., 2004). A primeira acomete a cavidade vaginal e oral, é conhecida como “sapinho”, causada pela alteração da microbiota do corpo após administração de antibióticos, pH baixo das secreções e glossite crônica (KONEMAN, 2008; MENEZES et al., 2004).

O principal agente etiológico é *Candida albicans*, pertencendo a 60% das espécies de Cândida isoladas em amostras clínicas. Este fungo se encontra na microbiota humana normal, cerca de 20 à 80% da população adulta saudável manifesta a mesma no tubo gastrointestinal. Em mulheres, cerca de 20 a 30%

[709]Biomedicina, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[710]Docente, Ms., Rubia Bonapaz.
[3]Docente, Drª.,GhenifferFornari.

possuem colonização por Cândidana vagina, denominada Candidíase Vulvovaginal (DIGNANI, 2003).

O emprego de plantas com finalidade terapêutica tem evoluído ao longo dos tempos (LORENZI e MATOS 2008). Muitas plantas apresentam taninos na composição de seu substrato, que são polifenóis solúveis em água. Estes, possuem ação biológica, além de atividades farmacológicas e tóxicas. *Stryphnodendronadstringens*, popularmente conhecido como barbatimão, possui de 25 a 37% de tanino na casca (ALMEIDA et. al., 2017).

De acordo com Lorenzi e Matos(2008) e Maekawa et. al. (2015) a canela (*Cinnamonumzeylanicum)*, também apresenta taninos, além decinamaldeído, eugenol, linalol, mucilagem, açúcares e aldeído cinâmico (cerca de 77%), compostos estes que provocam danos aos lipídios e proteínas de fungos e bactérias. Há ainda plantas que exibemcitral, cineol, gingeróis e shogaóis com maior ação antimicrobiana como a *Zingiberofficinale*, popular gengibre (LORENZI e MATOS 2008; MAEKAWA et. al., 2015).

Como as pesquisas *in vitro* são essenciais para o estudo da patogenese de microorganismos e desenvolvimente de tratamentos alternativos, o objetivo deste trabalho foi avaliar a suscetibilidade da *Cândida albicans,* frente aos fitoterápicos, *Stryphinodendron adstringens, Cinnamonum zeylanicum*e *Zingiber officinale* utilizando para tal o extrato dos mesmos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Obtenção dos extratos

Os condimentos forem obtidos em lojas de fitoterápicos, sendo as cascas de Barbatimão e da Canela comercializadas na loja Celero Nacional produzidos na Ind. Com. Prod. Naturais LTDA, na cidade de Cascavel-PR, o gengibre foi comprado em um supermercado na cidade de Guarapuava.

O extrato de canela foi produzido através de arraste a vapor d'água, utilizando 100g de casca da canela macerada e 400mL de água destilada, na

temperatura de 98ºC, levando o tempo máximo de duas horas, obtendo como produto final 280mL de extrato.

Já o extrato de barbatimão, foi obtido através do mesmo procedimento, entretanto foi utilizado éter etílico para o arraste, nas proporções de 1:4 (sendo 100g de barbatimão macerado para 400mL de $(C_2H_5)_2O$) em temperatura máxima de 78ºC. Levou-se cerca de duas horas para a obtenção de 320mL do produto.

Para a extração do gengibre, foi picado e macerado 250g, sendo realizando através do método de arraste a vapor d'água com 500mL de água destilada na temperatura de 98ºC por duas horas, obtendo um produto final total de 300mL.

Microrganismo e cultura

Utilizou-se uma estirpe de *Candida albicans* ATCC 90028*,* a qual foi cedida pelo Laboratório de Pesquisa em Fungos Patogênicos (LPFP) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Para garantir a viabilidade e pureza, o microrganismo foi subcultivado em Ágar Sabouraud Dextrose a uma temperatura de incubação de 35ºC.

Para a obtenção do inóculo foi seguido o método descrito através da Norma M27-A2 (Método de Referência para Testes de Diluição em Caldo para a Determinação da Sensibilidade de Leveduras à Terapia Antifúngica) —Segunda Edição do NCCLS, sendo a análise qualitativa visual, o qual preconiza a utilização de colônias jovens com 24 horas de vida sendo suspensas em solução salina estéril para obtenção de uma suspensão padronizada, utilizando como base a escala McFarland0,5 (NCCLS, 2002).

Atividade antifúngica dos extratos

O experimento foi realizado em triplicata, utilizando-se de 12 placas de Petri (15x10mm) contendo 20mL de Ágar Sabouraud Dextrose solidificado. Em cada placa foi espalhado com alça de vidro 1mL do inóculo da *Cândida albicans*. Preparou-se três placas para cada extrato vegetal, sendo que em cada placa foram colocados 4 discos de papel filtro (6mm de diâmetro), os quais ficaram em contato com os extratos vegetais. Dentre os discos, um era o controle positivo de Fluconazol e os outros três eram as triplicatas nas concentrações de 25%, 50% e 100% de cada

extrato. As placas foram incubadas em estufa a 35ºC por 48 horas, tempo necessário para determinação dos resultados.

2.2 RESULTADOS

Observou-se que nenhum dos três extratos testados apresentou potencial antifúngico frente a *Cândida albicans,* entretanto Maekawa et al. (2013) observou que 20% dos extratos de gengibre como medicação intracanal por 14 dias foi efetivo na eliminação de *Cândida albicans.* Glehn E. A. V., Rodrigues G. P. S. (2012), em seus estudos mostraram que extratos de *A. lappa, C. officinalis, S. adstringens,* apresentaram ação antifúngica sendo que a presença de princípios ativos como os taninos, são capazes de lesionar as moléculas das paredes celular de fungos e bactérias impedindo a ação de enzimas proteolíticas.

Além disso, Baser e Buchbauer (2015) avaliou a atividade antifúngica de *C. zeylanicum* (canela-verdadeira) em cepas de *Cândida albicans* e constatou a inibição desse fungo pelo óleo essencial da planta. Lima et al. (2006) e Almeida et al. (2012) também ressaltam a atividade antifúngica deste óleo sobre o microrganismo. Almeida et al., testou óleos de *C. cassia* (canela) e *C. martinii* (palmarosa) sobre a *Cândida albicans* isolada de pacientes soro positivo para HIV, obtendo resultados eficientes, sendo a canela a que apresentou melhor atividade antifúngica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discrepância entre os resultados obtidos com os já mencionados na literatura, justifica-se pela carência de uma metodologia padrão para obtenção dos princípios ativos das plantas, ou seja, tanto para forma de obtenção dos extratos vegetais assim como o modo de esterilização e armazenamento dos mesmos.

Além disso, outras características como época de coleta das plantas e tipo de solo de cultivo, tem interferência direta na concentração dos compostos ativos presente na planta. Sugere-se assim, que a eficiência destes não deve ser descartada, no entanto mais estudos devem ser realizados para verificar o potencial antifúngico dos mesmo, bem como a utilização desses fitoterápicos como um tratamento alternativo menos agressivo.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA A. C., ANDRADE V. A., FONSECA F. S. A., MACÊDO A. A., SANTOS R. L., COLEN K. G. F., MARTINS E. R., MARCELO N. A. **Acute and chronic toxicity and antimicrobial activity of the extract of Stryphnodendronadstringens (Mart.) Coville.** Pesq. Vet. Bras. v.37, n.8, p.840-846, 2017.

ALMEIDA, L.F.D.; CAVALCANTI, Y.W.; CASTRO R.D.; LIMA E.O. **Atividade antifúngica de óleos essenciais frente a amostras clínicas de Candidaalbicansisoladas de pacientes HIV positivos.**Rev. Bras. Pl. Med., Botucatu, v.14, n.4, p.649-655, 2012.

BASER, K. H. C.; BUCHBAUER, G. **Handbook of Essential Oils: Science, Technology, and Applications.** 2ª edição. CRC Press. Publicado em 2015.

DIGNANI, MC, Solomkin JS, Anaissie E. **Candida**. *In:* Anaissie E, McGinnis MR, Pfaller MA (eds) Medical Mycology. 1ª Edição, Churchill Livingstone, Filadélfia, p. 195-239, 2003.

GLEHN, E.A.V.; RODRIGUES, G.P.S. **Antifungigrama para comprovar o potencial de ação dos extratos vegetais hidroglicólicos sobre Candida sp. (Berkhout).** Rev. bras. plantas med. vol.14, n.3, pp.435-438, 2012.

KONEMAN, E.; WOODS, G.; PROCOP, G.; SCHRECKENBERGER, P.; ALLEN, S.; WINN JR, W.C.; JANDA, W. **Diagnóstico Microbiológico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Ed Guanabara Koogan, p. 1565, 2008.

LIMA O. I., OLIVEIRA R. A. G., LIMA E. O., FARIAS N. M. P., SOUZA E. L. **Atividade antifúngica de óleos essenciais sobre espécies de Candida.** Revista Brasileira de Farmacognosia BrazilianJournalofPharmacognosy.v.16, n.2, p.197-201, Abr./Jun. 2006.

LORENZI, H./ MATOS;ABREU F. J.**Plantas Medicinais no Brasil.** Livro 2ª ed., Nº de páginas: 544, 2008.

MAEKAWA L. E., ROSSONI R. D., BARBOSA J. O., JORGE A. O. C., JUNQUEIRA J. C., VALERA M. C. **Different Extracts of Zingiberofficinale Decrease Enterococcus faecalis Infection in Galleria mellonella**. Brazilian Dental Journal.v.26, n.2, p.105-109, 2015.

MAEKAWA L. E., VALERA M. C., OLIVEIRA L. D., CARVALHO C. A., CAMARGO C. H., JORGE A. O. **Efeito do Zingiberofficinale e da própolis sobre microrganismos e endotoxinas em canais radiculares.** J Appl Oral Sci. v. 21, p. 25-31, 2013.

MENEZES, E.A.; GUERRA, A.C.P.; RODRIGUES, R.C.B.; PEIXOTO, M.M.L.V.; LIMA, L.S.;CUNHA, F.A. **Isolamento de Candida spp. no mamilo de lactantes do Banco de Leite Humano da Universidade Federal do Ceará e teste de susceptibilidade a antifúngicos.** Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial, Ceará, v. 40, n. 5, p. 299-305, 2004.

NCCLS, **Método de Referência para Testes de Diluição em Caldo para Determinação da Sensibilidade de Leveduras à Terapia Antifúngica**, Anvisa M27-A2, Estados Unidos, vol.22 n.15, 2002.

PEMÁN, J.; ZARAGOZA, R.; QUINDÓS, G.; ALKORTA, M.; CUÉTARA, M.S.; CAMARENA, J.J.; RAMÍREZ, P.; GIMÉNEZ, M.J.; MARTÍN-MAZUELOS, E.; LINARES-SICILIA, M.J.; PONTÓN, J. **Clinical factors associated with a Candida albicans Germ Tube Antibody positive test in Intensive Care Unit patients**. BMC InfectiousDiseases, Valencia, v. 11, n. 60, p. 1-7, 2011.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

KALINOSKI, Franciele [711]
KUSTER, Isabel Barros [712]
SILVA, Letícia Carvalho[713]
GERKE, Mylena Bermudez[714]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a importância do Direito Internacional e de suas organizações para a regulamentação das relações internacionais entre os Estados Soberanos. A partir da Segunda Guerra Mundial, as relações internacionais se intensificaram, portanto, houve a necessidade de consolidação de direitos e garantias internacionais com o objetivo de buscar a seguridade para as relações de diferentes naturezas. O método de pesquisa utilizado possui como fonte livros e artigos científicos dos campos do Direito, como também pesquisas as normas vigentes no plano interno e externo.

Palavras-chave: Direito Internacional. Estado. Corte Internacional.

1 INTRODUÇÃO

O direito internacional público, surge na Idade Média, com a própria formação do Estado, ganhando grande importância a partir da consolidação dos Estados Europeus e com a expansão ultramarina. Assim, o direito internacional torna-se um conjunto de regras e princípios que regulam a sociedade no plano externo, a qual é composta por Estados Soberanos, Organizações Internacionais e, há pouco tempo, aceita-se em diversos níveis a participação de entes com algumas características estatais, a exemplo de movimentos de libertação, sistemas regionais de integração, além de outros atores como indivíduos, empresas e organizações não governamentais. (VARELLA, 2011)

O Direito internacional não é regido por um poder soberano que está acima dos Estados Soberanos e nem possui norma internacional que se sobressai a Constituição presente em cada Estado Soberano, mas é guiado por tratados internacionais, com diferentes graus de normatividade, conforme atribuição pelos Estados Soberanos. Estes possuem o poder de submeter-se a determinadas regras gerais com o objetivo

[711] Acadêmica do Curso Direito, 3° período, Centro Universitário Campo Real.
[712] Acadêmica do Curso Direito, 3° período, Centro Universitário Campo Real.
[713] Acadêmica do Curso Direito, 3° período, Centro Universitário Campo Real.
[714] Professora Orientadora. Graduada em Direito pela Faculdade Campo Real (2015). Pós-Graduada em Ciências Criminais pela Faculdade Campo Real (2017).

de atingir interesses comuns em relação aos demais membros da sociedade internacional. (VARELLA, 2011)

O primeiro texto a instituir um rol de fontes para o Direito Internacional foi a Convenção de Haia, em 18 de outubro de 1907. Trazendo como fontes primárias do Direito Internacional: os tratados, costumes e princípios gerais do Direito. Portanto, qualquer regra que pretenda ser considerada como normas de direito internacional não poderá derivar de outro lugar senão de uma das fontes primárias. Contudo, o Estatuto, traz como meios auxiliares na busca da comprovação da existência de determinada regra de direito, a citação às decisões judiciárias e à doutrina dos juristas com maior qualificação das diferentes nações. (MAZZUOLI, 2013)

Ainda, segundo entendimento de MAZZUOLI (2013) devido à grande necessidade de cooperação internacional que se fazia aumentar nos mais diversos campos de aplicação do Direito, levou-se a constituição de instituições internacionais, capazes de coordenar os interesses da sociedade internacional relativo a diversas finalidades.

As organizações internacionais ou intergovernamentais, são pessoas jurídicas de direito internacional, das quais são resultado da vontade dos sujeitos de direito internacional. Assim os Estados são membros de tais organizações, buscando estas institucionalizar o controle de determinados temas, criar instituições independentes da burocracia nacional, possibilitar a existência de um foro permanente de negociações ou viabilizar a coordenação de determinados temas.

A ONU (Organização das Nações Unidas) foi criada após a Segunda Guerra Mundial, pelos Estados vitoriosos, com o propósito de assegurar a paz e a segurança mundial. Porém, foram necessários anos de planejamento e dezenas de horas de discussões antes do surgimento da Organização. A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. Entretanto, as Nações Unidas, passaram a existir oficialmente em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta por China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, bem como pela maioria dos signatários. (ONU, 2018)

Com objetivos a serem alcançados em sua Carta, a ONU organizou diversos órgãos, dos quais, tem como os principais, previstos em seu art. 7º: a Assembleia-Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho de Tutela, o Secretariado e o Conselho Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça, a qual será objeto de explanação no presente trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

A Corte Internacional de Justiça é o principal órgão Judicial das Nações Unidas, composta por quinze juízes, que são eleitos pela Assembleia-Geral, em um só ato com o Conselho de Segurança. Ela ocupou o lugar da Corte Permanente de Justiça instalada em fevereiro de 1922. Sediada na Holanda, Haia, funciona de forma permanente. Conforme os artigos 3 e 4 de seu Estatuto, deve ser composta de quinze juízes, eleitos pela Assembleia-Geral em conjunto com o Conselho de Segurança para um mandato de nove anos, sendo possível reeleição. Não podem na Corte figurar dois juízes nacionais do mesmo país. (MAZUOLLI, 2013)

O Estatuto da Corte estabelece que todos os membros das Nações Unidas poderão tornar-se parte do Tribunal. O artigo 36 afirma que cada membro das Nações Unidas compromete-se a aceitar a decisão do Tribunal Internacional. Visto que a sentença da Corte é definitiva e inapelável conforme previsão do artigo 60.

HUSEK (2009, p. 312) lembra que a Corte, “além da faculdade de resolver conflitos, possui uma função consultiva, podendo emitir parecer sobre questões jurídicas a pedido da Assembleia-Geral ou do Conselho de Segurança”. Salientando que o indivíduo não pode acionar a Corte, somente os Estados Soberanos ou as entidades especializadas.

Deste modo, Amaral Junior (2013, p. 141) afirma que:

> A atuação do CIJ compreende, além da atividade jurisdicional propriamente dita, a elaboração de pareceres consultivos sobre as matérias que lhe são submetidas. Tais pareceres expressam a opinião da Corte a respeito da interpretação das normas que regem a vida internacional, sem, contudo, possuir força vinculante. A parte que tenha solicitado o parecer pode, se preferir, opor-se aos seus termos, inclusive mediante a adoção de conduta oposta àquela recomendada pela Corte, pois o fato não configura violação do direito internacional. [...] Já nas sentenças que vier a proferir são obrigatórias. Os efeitos que produzem restringem-se, contudo, unicamente às partes em litígio.

Sobre os princípios fundamentais do direito internacional que norteiam as decisões da Corte Internacional de Justiça, Amaral Junior (2013) considera que "baseiam-se principalmente na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, no pacto sobre Direitos Civis e Políticos e no Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais". Além disso, baseiam-se nas fontes previstas no artigo 38 de seu Estatuto:

> Artigo 38: 1. A Corte, cuja função seja decidir conforme o direito internacional as controvérsias que sejam submetidas, deverá aplicar; 2. As convenções internacionais, sejam gerais ou particulares, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes; 3. O costume internacional como prova de uma prática geralmente aceita como direito; 4. os princípios gerais do direito reconhecidos pelas nações civilizadas; 5. as decisões judiciais e as doutrinas dos publicitários de maior competência das diversas nações, como meio auxiliar para a determinação das regras de direito, sem prejuízo do disposto no Artigo 59. 6. A presente disposição não restringe a faculdade da Corte para decidir um litígio ex aequo et bono, se convier às partes. (Decreto n 19.841/45)

Os Estados Soberanos tem o comprometimento de aceitar as decisões decretadas pela CIJ em qualquer caso em que o Estado for parte. Se qualquer uma das partes deixar de cumprir as obrigações que lhe foram impostas em virtude de sentença proferida pela corte, a outra parte terá o direito à recorrer ao Conselho de Segurança o qual poderá, fazer recomendações ou decidir sobre medidas a serem tomadas para o cumprimento da sentença. (MAZZUOLI, 2013).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direto Internacional tem grande importância nas relações entre os Estados Soberanos, tais relações necessitam de regulamentação para estabilidade e seguridade dos seus diretos. Devido a tamanha importância, a Corte Internacional de Justiça, órgão pertencente a ONU, tem papel fundamental para o estabelecimento e aplicação de regras que possam estabelecer as relações e conflitos entre os Estados Soberanos.

4 REFERÊNCIAS

AMARAL JR, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. 4 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2013.

BRASIL. **Decreto n° 19.841/45.** Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

HUSEK, Carlos Roberto. **Curso de Direito Internacional Público**. 10 ed. São Paulo: LTr, 2009.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público.** 7 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ONU. **Organização das Nações Unidas**. Disponível em: https://nacoesunidas.org/conheca/. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito Internacional Público.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

LABORATÓRIO DE ANATOMIA HUMANA COMO FERRAMENTA DE ENSINO E APRENDIZAGEM – UM RELATO DE CASO

SANTOS, Fernando Sluchensci[715]

Carraro, Talita Cristina Moreira Moraes[2]

RESUMO: O Projeto de Extensão intitulado de “Laboratório de Anatomia Humana como Ferramenta de Ensino e Aprendizagem” realizado nas dependências da Faculdade Guairacá iniciou-se no ano de 2016. Este tem por finalidade a exposição da anatomia humana ao universitário, atendendo as comunidades acadêmica e escolar. O objetivo principal para a manutenção do projeto é a sua importância na formação de discentes. Conclui que o desenvolvimento das atividades propostas no presente projeto de extensão contribui para a formação universitária frente aos desafios diários enfrentados no exercício de tarefas de cunho teórico e prático.

Palavras-chave: Projeto. Extensão. Ensino. Pesquisa. Anatomia.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão intitulado de “Laboratório de Anatomia Humana como Ferramenta de Ensino e Aprendizagem” (LAHFEA) é realizado nas dependências da Faculdade Guairacá. Ocorrendo semanalmente, os encontros acontecem no período da tarde no Laboratório de Anatomia da devida instituição. Iniciou-se no ano de 2016 sob proposta da Professora Ms. Talita C. M. M. Carraro frente ao colegiado de licenciatura em Ciências Biológicas. A seleção para a participação ocorre anualmente mediante protocolo realizado na secretaria acadêmica, análise curricular e entrevista estruturada dirigida pela supervisora. São disponibilizadas 10 vagas, sendo direcionadas a acadêmicos das áreas das ciências biológicas e da saúde. Na entrevista, são levantadas questões como: “Por que deseja participar deste projeto? ”; “Em que contribui a sua participação no projeto em relação a sua vida acadêmica? ”; “Você se dispõe voluntariamente com integridade e responsabilidade na realização

[1]Discente do 6º período do curso de Fisioterapia, Faculdade Guairacá.

[715]Docente da Faculdade Guairacá, departamento de Ciências Biológicas.

das atividades propostas? ", etc. As etapas de seleção abrangem a protocolação gratuita frente a secretaria acadêmica, análise do histórico curricular e entrevista.

Este tem por finalidade a exposição da anatomia humana ao universitário, bem como busca, por meio de práticas diversificadas, o seu ensino e o desenvolvimento de pesquisas na área, atendendo as comunidades acadêmica em atividades de monitoria em horários especiais e a escolar, na realização de oficinas em contra turno. O objetivo principal para a manutenção da proposta do projeto é a sua importância na formação de discentes, promovendo metodologias e aulas práticas diferenciadas, favorecendo o entendimento e assimilação.

Para Krasilchick et al., 2004, a disciplina de anatomia humana não pode ser ministrada apenas de forma teórica, e sim deve estar sempre associada com a prática. Molinari et al., 1999, e Melo et al., 2002, escrevem sobre a importância em se ter diversidade pedagógica em aulas de anatomia, sendo que essas facilitam o aprendizado, tornando-as mais dinâmicas e produtivas, facilitando a assimilação por parte dos acadêmicos. Della Justina et al., 2003, diz que um modelo didático ou mesmo uma metodologia diferenciada corresponde a um sistema figurativo, responsável por representar de forma esquematizada, similar e concreta, a realidade, tornando-a mais compreensível ao aluno.

Observa-se que os acadêmicos participantes do projeto desenvolvem e ampliam seus saberes por meio de experiências diversificadas para o estudo em anatomia humana, obtendo médias e a capacidade de assimilação com outras áreas, como a Fisiologia, Biomecânica, Cinesiologia e etc., significativamente superior. Por fim, justifica-se e conclui que o desenvolvimento das atividades contribui para a formação universitária frente aos desafios diários enfrentados no exercício de tarefas de cunho teórico e prático nos campos de estágio e no desempenho de sua atividade profissional futura, tornando-o melhor preparado e capacitado para tal.

2 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, no primeiro encontro, foi realizada apresentação da equipe e do espaço onde seriam desenvolvidas as atividades ao longo do ano; explanação acerca

dos objetivos gerais e específicos do projeto; orientações gerais com relação ao uso obrigatório de jaleco e de roupas apropriadas, não consumo de alimentos, proibição na realização, divulgação e/ou exposição de fotografias de peças anatômicas humanas, etc. O Quadro 1 mostram os temas abordados nos encontros seguintes.

Quando 1. Temas teóricos e introdutórios abordados.

TEMA PROPOSTO	***DATA REALIZADA***
Descarte de materiais biológicos com base na Resolução de N° 358/2005, CONAMA	04/05
Controle sanitário de translado e de restos mortais – RDC 33/2011	11/05
Legislação a respeito do acondicionamento e descarte de formol	18/05

Nos encontros seguintes discutiu-se a respeito da instrumentação empregada em práticas de dissecação. Técnicas de Tanatopraxia e de Resinação foram abordadas de forma teórica. A modelagem óssea foi tema de um próximo encontro, sendo que posteriormente a passagem da técnica, materiais e métodos, realizou-se a prática entre a equipe. Atendendo a comunidade escolar, estudantes do último ano do Colégio Estadual Ana Vanda Bassara, foram convidados a participarem de uma oficina ministrada pela Profª Ms. Talita C. M. M. C. M., bem como dos monitores participantes do mesmo. O tema foi: Modelagem Óssea. Alguns dos resultados são mostrados nas Figuras 1. As Figuras 2 e 3 mostram os alunos participantes da oficina.

Figura 1. Resultados obtidos na realização da oficina de modelagem óssea.

Figura 2. Alunos participantes da oficina na primeira data.

Figura 3. Alunos participantes da oficina na segunda data.

No âmbito acadêmico, o projeto de extensão promoveu uma oficina de dissecação de corações de galinha na Semana das Licenciaturas, evento anual que abrange o colegiado dos cursos de licenciatura da instituição. As vagas foram direcionadas aos acadêmicos do curso de Ciências Biológicas. O minicurso teve carga horária total de 5 horas e realizou-se nas dependências do laboratório de anatomia humana em horário letivo.

Como últimas atividades desenvolvidas dentro do projeto de extensão, realizou-se discussão a respeito das técnicas de resinação e de glicerinação. Ambas são relevantes de estudo uma vez que representam alternativas ao uso do formol com o objetivo de conservação de peças anatômicas reais. A sequência deu-se como nas vezes anteriores: explanação terórica, seguida de prática. Alguns dos resultados obtidos são mostrados nas Figuras 2 e 3 abaixo.

Figura 4. Rins suínos pós resinação.

Figura 5. Árvore brônquica pós resinação

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acadêmicos participantes do projeto desenvolvem e ampliam seus saberes, obtendo médias e a capacidade de assimilação com outras áreas significativamente superior. Conclui-se que o desenvolvimento das atividades propostas no presente projeto de extensão contribui para a formação universitária frente aos desafios diários enfrentados no exercício de tarefas de cunho teórico e prático nos campos de estágio e no desempenho de sua atividade profissional futura, tornando-o melhor preparado e capacitado para tal.

4 REFERÊNCIAS

DELLA JUSTINA, L.A.; RIPPEL, J.L.; BARRADAS, C.M.; FERLA, M.R. **Modelos didáticos no ensino de Genética In: Seminário de extensão da Unioeste.** Cascavel. Anais do Seminário de extensão da Unioeste, p.135-40, 2003.

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de biologia.** 4. ed. São Paulo: EdUSP, p.10-66, 2004.

MELO, S.R.; RIBEIRO, A.M.; ESQUARCINI, S.D.G.; CONEGERO, C.I.; STABILLE S.R. **Preparação de material biológico para aulas teórico-práticas de Biologia no Ensino Fundamental e Médio.** Arq. Apadec, v.6, n.2, p.45-6, 2002.

MOLINARI, S. L.; MONTEIRO, A. S.; MIRANDA-NETO, M. H. **Práticas para abordar o tema sistema esquelético.** Arq Apadec, v. 3, n. 2, p. 36-40, 1999.

ASFIXIOLOGIA FORENSE

ANJOS, Admilson Ferreira dos[716]
CHIRNEV, Ana Cleide da[717]
CORREIA, Amanda Santos[718]
ROSAS, Rudy Heitor[4]

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo estudar o conceito e as formas de asfixia forense que, de forma geral, são: enforcamento, estrangulamento, esganadura, sufocação direta ou indireta, afogamento, por gases irrespiráveis, confinamento e o soterramento, como a finalidade de adquirir maiores conhecimento na disciplina Medicina Forense e assim melhorar o entendimento de como pode ser aplicado em casos práticos na vida do profissional doDireito seja como Advogados, Promotores ou Juízes.

Palavras-chave: Asfixia. Agressor. Criminologia.

1 INTRODUÇÃO

A asfixia é uma modalidade cruel do crime de homicídio, onde presume que o agressor atacou a vítima de surpresa ou com superioridade de força.

A asfixia pode ser por energias físico-químicas ou mecânicas, sendo esta última uma ação física, onde cria obstáculos à respiração e provoca no sangue arterial redução do teor de oxigênio causando um fenômeno denominado hipóxia ao mesmo tempo causa o aumento do teor de gás carbônico chamado de hipercapnia, quando há impedimento da passagem do ar ocorre a parada respiratória e depois a parada cardíaca, levando a morte. Isso pode levar de 4 a 10 minutos a dependem das condições físicas do indivíduo.

Já a asfixia físico-química, é aquela que causada pela alteração da quantidade dos gases existente no ar, seja através de produtos químicos

[1] Acadêmico do curso de Direito 8º período; do Centro Universitário Campo Real
[717] Acadêmico do curso de Direito 8º período; do Centro Universitário Campo Real
[718] Acadêmico do curso de Direito 8º período; do Centro Universitário Campo Real
[4] Professor Orientador, Doutorando em Ciências sociais Aplicadas

lançados no ar em ambiente confinado, ou não que impedem a passagem do ar às vias a e alteram a composição bioquímica do sangue, levando o indivíduo a morte ou deixando graves sequelas.

2 DESENVOLVIMENTO

Asfixiologia forense é um capítulo da medicina legal onde estudo a causa da morte em crime de homicídio onde é considerada uma qualificadora, pois no crime de asfixia o agressor usa do elemento surpresa ou tem uma força superior ao da vítima.

Estudo das causas físicas e químicas que impeçam a passagem de ar pelas vias respiratórias. Tal circunstância leva à hipóxia (hipoxemia), anóxia (anoxemia) e finalmente, à morte.

- Apnéia: ausência dos movimentos respiratórios

- Eupnéia:movimentos respiratórios normais

- Dispnéia: dificuldade respiratória

Fases da Asfixia:

DISPNÉIA INSPIRATÓRIA: dura cerca de 1 minuto, se encontrando o indivíduo consciente é decorrente da hipoxemia, o indivíduo faz grande esforço para receber oxigênio, pois este vai se escasseando;

DISPNÉIA EXPIRATÓRIA: dura cerca de 2 a 3 minutos, devido a hipercapnia (grande concentração de gás carbônico), o indivíduo está inconsciente e apresenta convulsões.

ESGOTAMENTO: dura cerca de 2 a 3 minutos, ocorrendo a parada respiratória, com morte aparente, após temos os últimos movimentos respiratórios e a seguir a parada respiratória definitiva.

IMPORTÂNCIA LEGAL DA ASFIXIA:

Lei 7.209/84, não mais considera a asfixia como agravante, mas sim como meio cruel.

Asfixia tóxica é circunstância elementar do crime do art. 252 CP, tornando qualificado o homicídio (art. 121, 2, III CP.).

> Art. 252 - Expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, usando de gás tóxico ou asfixiante:
>
> Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
>
> Art. 121 - Matar alguém:
>
> Pena - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos

Homicídio qualificado

§ 2o –" Se o homicídio é cometido: [...] III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia."

A asfixia é considerada meio cruel, o processo asfixio somente produz a morte com cerca de cinco minutos, sendo meio demorado de produzir a morte com sofrimento da vítima, o que nos mostra o inequívoco dolo de matar. A morte em legítima defesa através da asfixia, é muito difícil de ser aceita, uma vez que vindo a pessoa a desfalecer no primeiro minuto, tem o agressor mais quatro minutos para arrepender-se e sustar o processo asfixio.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS ASFIXIAS:

EXTERNAS:

- Cianose da pele e extremidades (cor arroxeada decorrente do acúmulo de gás carbônico no sangue)
- Equimoses conjuntivais
- Cogumelo de escuma ou espuma na boca
- Resfriamento lento do corpo

INTERNAS:

- Petéquias de Tardieu: equimose subpleural, manchas puntiformes avermelhadas
- Manchas de Paltauf: hemorragia subpleural, semelhantes às de Tardieu, mas maiores fluidezsangüínea.

CLASSIFICAÇÃO DAS ASFIXIAS:

a) Por obstrução das vias respiratórias: Por sufocação direta; Por constrição Cervical: Enforcamento, estrangulamento e esganadura;

b) Por restrição aos movimentos do tórax: Compressão torácica (sufocação indireta), fraturas costais múltiplas, por fadiga (crucificação) e Paralisia dos músculos respiratórios;

c) Por modificação do meio ambiente: Confinamento, soterramento e afogamento;

d) Por parada respiratória central:Traumatismo crânio encefálico, eletro pressão e drogas depressoras do SNC.

SUFOCAÇÃO É asfixia provocada por mecanismos que obstaculizam a entrada de ar nos pulmões, não sendo produzida pela submersão, nem pela constrição cervical

ESTRANGULAMENTOÉ a asfixia mecânica por constrição do pescoço por laço tracionado por qualquer outra força que não seja o próprio peso da vítima.Natureza jurídica: homicídio, acidente, suicídio e execução judicial Esganadura. É a figura contundente constritiva efetivada pelas mãos do oponente, joelhos e os pés, gravatas com os membros (superiores e inferiores).

FRANÇA, 2015, P. 158 descreve estrangulamento como sendo:

> No estrangulamento, a morte se dá principalmente pela constrição do pescoço por um laço acionador força estranha, obstruindo a passagem do ar aos pulmões, interrompendo a circulação do sangue ao encéfalo e comprimindo os nervos do pescoço. Nesse tipo de morte, ao contrário do enforcamento, o corpo da vítima atua passivamente e a força constritiva do laço age de forma ativa.

CONFINAMENTO É a asfixia do indivíduo enclausurado em: Espaço restrito ou fechado, sem renovação de ar atmosférico, por esgotamento de oxigênio e, aumento gradativo de gás carbônico.

Asfixia por confinamento para FRANÇA, 2015, p.145:

> O confinamento é um tipo de asfixia mecânico-puro, caracterizado pela permanência de um ou mais indivíduos em um ambiente restrito ou fechado, sem condições de renovação do gás carbônico acumulado gradativamente.
>
> Não existe uma concordância entre os autores sobre a etipatogenia do confinamento. A teoria química acentua a acumulação do gás carbônico e a redução do oxigênio, enquanto a teoria física afirma que, além das alterações químicas do ar, existem o aumento da temperatura e a saturação do ambiente por vapores de água.

SOTERRAMENTO Ocorre quando o meio gasoso (ar) foi substituído por meio sólido (terra, areia, ou outros). A natureza jurídica desta asfixia é, na maioria dos casos, acidental, podendo, no entanto, ser criminosa.

AFOGAMENTO É a modalidade de asfixia, na qual ocorre a troca do meio gasoso por meio líquido, impedindo a troca gasosa necessária à respiração.

Tipos de Afogados:

• AFOGADO AZUL: o indivíduo apresenta uma coloração cianótica, o indivíduo morre por aspiração de um meio líquido, é o afogado verdadeiro;

• AFOGADO BRANCO (ou falso afogado): nesta o indivíduo apresenta uma coloração branca, sem aspiração de água. Simulação de afogamento.

• AFOGADO BRANCO DE PARROT (morte por inibição ou choque vagal): ocorre ao tocar na água; predisposição constitucional; lesões cardiovasculares sem sinais de asfixia.

Cogumelo de espuma em afogado - Face congesta e arroxeada. O cogumelo de espuma observado nas narinas e na boca é um fluido proveniente dos pulmões e consiste de um exudato contendo uma mistura de proteínas, surfactante e água do meio líquido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem muitas outras formas de asfixias na medicina legal estudada pela medicina forense, mas neste trabalho citamos as mais comuns, e que aparecem com mais frequência nos casos de homicídios por asfixias causadas com intenção de matar, quais sejam as asfixias por gases tóxicos ou por constrição do pescoço como os enforcamentos, estrangulamento e esganadura.

Sendo que o enforcamento pode ser considerado suicídio ou homicídio já o estrangulamento e a esganadura são considerados homicídio

Já as asfixias podem ser causadas também por gases tóxicos causando a morte, ou por soterramento, confinamento, ou através de indução do indivíduo em meios líquidos provando afogamento.

4 REFERÊNCIAS

BITTAR, Neusa. **Medicina Legal e Noções de Criminalística**. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

CROCE, Delton. **Manual de Medicina Legal.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal.** 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

GOMES, Hélio. **Medicina Legal.** 33. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003.

HÉRCULES, Hygino de Carvalho. **Medicina Legal – Texto e atlas**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

A ARTE DA PERSUASÃO: TÉCNICA APLICADA PELOS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

JACENTE, Larissa Volf[719]
AUSEC, Humberto Oliveira[720]

RESUMO: O estudo justifica-se pela importância da reflexão a respeito das técnicas persuasivas utilizadas por Testemunhas de Jeová, uma vez que, por meio da coerção, os comportamentos anteriores à crença são passíveis de substituição pelo seguimento cego de um código de conduta. Assim, a pesquisa pretende instigar o questionamento e o desenvolvimento de uma postura crítica, proporcionando a decisão autônoma dos indivíduos. Este trabalho é de cunho teórico-conceitual e a metodologia utilizada foi a descritiva e qualitativa, apropriando-se dos apontamentos de La Taille (1992), Marton (2011) e Kant (1784), bem como de fontes primárias, como a revista A Sentinela (1998).

Palavras-chave: Arte da Persuasão. Testemunhas de Jeová. Immanuel Kant. Piaget. Desenvolvimento Moral.

1 INTRODUÇÃO

As organizações religiosas utilizam estratégias de persuasão como forma de atrair pessoas externas à crença. As razões deste procedimento podem ser muito diversas, todavia, a presente pesquisa focalizará no modo como as Testemunhas de Jeová o fazem. Suas técnicas persuasivas visando o aceite das pessoas às suas narrativas serão avaliadas conforme o conceito de heteronomia da razão em Kant e do desenvolvimento do comportamento moral segundo Piaget.

Assim, o estudo justifica-se pela importância da reflexão a respeito da correção de seu próprio comportamento, que pode acabar sendo substituído pelo seguimento cego de um código de conduta.

Para tanto, a pesquisa pretende instigar o questionamento, possibilitando, assim, o estímulo ao desenvolvimento de uma postura crítica por parte dos sujeitos, de modo que reflitam sobre tais afirmações e tenham a capacidade de decisão sobre o aceite ou não das mesmas.

[719] Discente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, IV período, da Faculdades do Centro do Paraná – UCP.
[720] Mestre em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina – UEL e Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdades do Centro do Paraná – UCP.

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho é de cunho teórico-conceitual e a metodologia utilizada foi a descritiva e qualitativa, tendo como objetos de pesquisa fontes primárias: a revista “A Sentinela”, publicada mensalmente desde 1879 pelos Testemunhas de Jeová.

Apropriou-se também dos apontamentos de Yves de La Taille (1992), que discorre sobre o conceito de heteronomia, segundo Piaget. A referida fase está presente no desenvolvimento do juízo moral e diz respeito ao momento em que os indivíduos veem as regras como sagradas e imutáveis.

A colaboração de Marton (2011) tem relação com as principais técnicas de controle propostas pelas organizações religiosas. Já a contribuição kantiana (1784, apud PUGLIESI, 2012) se dará a partir do conceito de esclarecimento, explicitando a comodidade presente na submissão dos indivíduos.

É notório que muitas são as diferenças existentes entre as variadas religiões da atualidade, todavia, algumas são mais incisivas em relação à conduta de seus membros em aspectos específicos. No que concerne ao desenvolvimento da autonomia moral dos indivíduos, os Testemunhas de Jeová, eventualmente, mais apontam os prejuízos para o além vida do que para a própria cultura como um todo.

Deste modo, quando tratam de culto, West e Langone (1985, apud MARTON, 2011, p. 142) estabelecem a figura poderosa do líder religioso, que se vale de técnicas manipulativas, como isolar membros de suas famílias, pressão do grupo, controle de informação e suspensão do pensamento crítico de forma desconectada com o bem estar geral dos membros. Todavia, isto se afasta do que Kant chama de “esclarecimento”.

Para Kant (1784, apud PUGLIESI, 2012, p. 145), esclarecimento é a expressão da liberdade de uso da própria razão, apesar do esforço que isso requer. Todavia:

> Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um pastor que tem consciência por mim, um médico que decide a respeito de minha dieta etc., então não preciso nem tentar. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar do trabalho cansativo. (KANT, 1784 apud PUGLIESI, 2012, p. 145)

Assim, é notoriamente mais fácil deixar as decisões a cargo dos anciãos, das regras internas, ou mesmo da Bíblia, do que decidir por si próprio, uma vez que, todas as escolhas pessoais que não estiverem de acordo com as normas da organização são vistas como pecado e devem ser corrigidas imediatamente.

Todavia, quanto ao seguimento cego das regras existem algumas possibilidades: a primeira diz respeito a este como uma forma de evitar os castigos derivados da não observância das regras. Uma segunda possibilidade, versa sobre a regra considerada como absolutamente boa e que seria seguida independentemente de suas consequências práticas. Uma terceira possibilidade, seria pelo entendimento e concordância de que a regra seria importante segundo um conjunto de valores.

Assim, apenas na terceira opção, pode-se descrever algo como autonomia, pois independentemente do que diz a regra, ela ainda passaria pelo crivo da razão.

Logo, este trabalho pretende mostrar que a revista aqui analisada faz uso de técnicas mais destinadas a promover um tipo de seguimento irrefletido das regras, como será visto a seguir. Desta forma, os Testemunhas de Jeová impedem o desenvolvimento do protagonismo pessoal e da autonomia, próprios do desenvolvimento moral e que deveriam ser esperados por volta dos doze anos de idade. Quanto a esta permanência na heteronomia, La Taille (1992, p. 52) afirma que:

> A heteronomia, [...], corresponde a uma fase durante a qual as normas morais ainda não são elaboradas, ou reelaboradas pela consciência. Por conseguinte, não são entendidas a partir de sua função social. O dever significa tão-somente obediência a uma lei revelada e imposta [...]

Portanto, segundo La Taille, devido à falta de consciência que estes indivíduos possuem acerca das estratégias de coerção, presentes na elaboração das normas da organização, é nitidamente plausível que estas sejam aceitas por eles, tendo em vista que, ao primeiro olhar, podem fazer relativo sentido. Esta “arte da persuasão” – assim chamada pelos Testemunhas de Jeová –, é utilizada para modificar as crenças e os comportamentos antigos do público externo à organização.

Logo, uma vez que o indivíduo esteja frequentando as reuniões semanais, ou mesmo quando, em suas residências, os sujeitos são visitados por

Testemunhas de Jeová, esta persuasão é amplamente utilizada, conforme está descrita na “Sentinela”:

> MUITOS encaram a palavra “persuasão” com suspeita. Ela talvez sugira um vendedor agressivo ou um anúncio destinado a enganar ou a manipular o consumidor. Mesmo na Bíblia, a idéia[721] da persuasão às vezes tem conotações negativas, indicando corrupção ou tapeação. [...] Usado em sentido positivo, o radical grego, traduzido “persuadir”, significa convencer, causar uma mudança de idéia por meio de raciocínios válidos e lógicos. (A SENTINELA, 1998, p. 21)

Todavia, considerando o desenvolvimento do comportamento moral, esta “arte da persuasão” é contraproducente, e, para tanto, até que ponto pode ser utilizada sem prejudicar a autonomia moral destes sujeitos?

Posteriormente, neste mesmo artigo, os autores afirmam a imprescindibilidade desta técnica, por meio do estudo do caso de um estudante que acredita na Trindade: “Por exemplo, suponha que na sua próxima sessão de estudo surja uma pergunta sobre a Trindade. O que fará se sabe que seu estudante crê nesta doutrina? [...] *Escute com atenção*. (A SENTINELA, 1998, p. 21-22)

Desta forma, quando os autores afirmam que se deve escutar com atenção, não há qualquer referência a considerar seriamente o que a pessoa diz, mas apenas dar a impressão que tudo o que o indivíduo está falando vem sendo considerado, todavia, isto é utilizado apenas como técnica de convencimento, uma vez que o objetivo é a persuasão e não o entendimento.

No segundo caso, é possível observar que usar trechos da Bíblia para convencer e diminuir a chance da pessoa “refutar” a mesma, é uma forma de utilizar trechos de forma descontextualizada, do mesmo modo que quem acredita vinha fazendo. Fica claro que este uso desconexo só é um problema se for usado pelo outro, e nunca pela pessoa que pretende persuadir, conforme apresentado na revista:

> Considere o exemplo duma senhora que chamaremos de Bárbara. Ela em toda a sua vida acreditava que Jesus era Deus e que era parte duma trindade, que incluía o espírito santo. Mas, então, uma Testemunha de Jeová lhe disse que Deus e Jesus são duas pessoas distintas, e mostrou-lhes textos para apoiar sua declaração. Bárbara não podia refutar a Bíblia. [...] Bárbara finalmente compreendeu o

[721] A escrita dos autores será seguida fielmente e não serão realizadas adequações ortográficas.

> ponto, e o aceitou. Seu coração foi tocado com a arte da persuasão. (A SENTINELA, 1998, p. 22)

Consideradas isoladamente, não é de grande importância que uma pessoa acredite ou não na Trindade como pregam este ou aquele credo, todavia, duas consequências inoportunas podem ser observadas. A primeira delas, quando as técnicas de persuasão são deliberadamente utilizadas para o estabelecimento e o seguimento de valores morais, o que colocaria questões importantes sendo tratadas de forma persuasiva, mas irrefletida.

A segunda consequência inoportuna é que tais práticas geram um tipo de dependência da pessoa em relação aos seus líderes religiosos e estabelecem uma assimetria de poder que pode a vir prejudicar o fiel em questões patrimoniais ou políticas, por exemplo.

Logo, ao utilizar esta técnica, os Testemunhas de Jeová contribuem para a permanência destes sujeitos na heteronomia, promovendo o seguimento irrefletido das normas, ao invés de auxiliar no desenvolvimento de uma capacidade crítica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que a “Arte da Persuasão” é empregada pelos Testemunhas de Jeová, visando o aceite das pessoas externas à crença, o resultado é um desserviço para as pessoas comuns, que, diante de tantas situações dilemáticas, recebem mais incentivos à obediência cega do que à reflexão sobre seus próprios comportamentos e sobre as normas por eles impostas.

O objetivo deste trabalho não é generalizar a forma como as pessoas expressam sua religiosidade, porém apenas contrastar as técnicas persuasivas da revista A Sentinela com o conceito de desenvolvimento moral. A pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento, portanto, as conclusões ainda estão em aberto.

4 REFERÊNCIAS

A SENTINELA. Tocar o Coração Com a Arte da Persuasão. **A SENTINELA: Anunciando o Reino de Jeová.** Cesário Lange: Torre de Vigia, p. 21-23. 15 maio 1998. Mensal.

DANTAS, H.; OLIVEIRA, M. K.; LATAILLE, Y. **Piaget Vigotsky Wallon:** Teorias Psicogenéticas em Discussão. 17. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1992.

KANT, Immanuel. Resposta à Questão: O que é Esclarecimento? **Cognitio**, São Paulo, v. 13, p.145-154, jan./jun. 2012. Tradução de Márcio Pugliesi. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/download/11661/8392>. Acesso em: 08 set. 2018.

MARTON, Fábio. **Ímpio:** O Evangelho de um Ateu. São Paulo: Leya, 2011.

JUSTIÇA RESTAURATIVA APLICADA NOS CRIMES DE MAIOR POTENCIAL OFENSIVO

BRANDALISE FILHO, Nelson Luiz[722]
ROSAS, Patricia Manente Melhem[723]

RESUMO: O seguinte trabalho aborda a aplicação de práticas restaurativas no âmbito jurídico em relação a crimes de maior potencial ofensivo. Essas práticas são pouco utilizadas no porte de crime no Brasil, sendo aplicada em sua grande maioria apenas nos crimes de menor potencial ofensivo. Possui uma grande importância em algumas questões, como fazer o ofensor compreender as consequências de seus atos e as responsabilidades penais devidas.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Direito Penal. Responsabilidade Penal.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho, fruto das discussões no grupos de estudos sobre Justiça Restaurativa do Centro Universitário Campo Real, tem por objetivo aprofundar os conhecimentos sobre a aplicação da justiça restaurativa em crimes de maior potencial ofensivo, por meio de revisões bibliográficas.

O sistema penal brasileiro adota a justiça retributiva como meio de punição ao ofensor. Segundo Júlio F. Mirabete (2002, p. 244), “desde a origem até hoje, a pena sempre teve o caráter predominantemente de retribuição, de castigo, acrescentando-se a ela uma finalidade de prevenção e ressocialização do criminoso”.

Ainda mais, conforme o artigo 59 do Código penal, *caput*:

> O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:
> I - as penas aplicáveis dentre as cominadas; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
> II - a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
> III - o regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
> IV - a substituição da pena privativa da liberdade aplicada, por outra espécie de pena, se cabível. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

[722]Acadêmico de Direito, 5° Período, Centro Universitário Campo Real.
[723].Orientadora, Professora no Centro Universitário Campo Real.

Raquel Triveron (2014, p. 386) toma o seguinte posicionamento:

> Uma garantia a ser mencionada é a exigência da proporcionalidade entre o delito e a pena aplicada, já que, de acordo com o artigo 59 do CP, o juiz deve aplicar a pena conforme seja "necessária e suficiente" para a reprovação e prevenção do crime. A prevenção da pena deve não ser só quantitativa, mas também qualitativa e, neste aspecto, a justiça restaurativa teria um maior valor potencial para oferecer este equilíbrio.

A Justiça Restaurativa não possui conceito definido, para Pollyanna Q. Falconery (*apud* SICCA, 2015 p. 10):

> Entende-se a justiça restaurativa como um modelo de justiça que procura formular soluções para os inúmeros problemas gerados pelo fenômeno criminal, utilizando-se de um processo voluntário, consensual, onde infrator e vítima, e comunidade, participam ativamente objetivando construir soluções para reparar o mal causado pela prática do ilícito, restaurando, consequentemente, a paz social.

A Justiça Restaurativa não é apenas um meio de atender às necessidades da vítima e comunidade negligenciadas pelo judiciário, que se preocupa somente em punir o ofensor, mas também aplicá-la para solucionar os conflitos, ou dar o entendimento do porquê dos fatos ocorridos. Nela é estimulada a compreensão de que os atos ilícitos e danosos trazem consequências indesejáveis aos envolvidos e a sociedade, portanto é necessário respeitar seus aspectos individuais e culturais por meio de diálogos, encontros e mediações.

No Brasil a Justiça Restaurativa está sendo aplicada há aproximadamente treze anos, em sua grande maioria em crimes de menor potencial ofensivo. As cidades pioneiras na implementação da justiça restaurativa são: Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal, que começaram seus trabalhos no ano de 2004 e 2005 (CNJ, 2018, p. 45). Essa prática não deveria se limitar apenas aos crimes de menor potencial ofensivo, pois há grande demanda dos de maior gravidade que lotam o sistema penitenciário com números exorbitantes de reincidentes, gerando um impacto na superlotação carcerária no país.

Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no ano de 2015, foi revelado que um a cada quatro ex-condenados volta a ser condenado no prazo de cinco anos por outro crime, com

amostragens estatísticas realizadas nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro (*Zampier, 2015*). Em outra pesquisa do CNJ cedida pelo BNMP (2015, p. 11), indica quais os tipos de crimes estão em alta no Brasil, sendo roubo 27%, trafico 24% e homicídio 11%. Em comparação, a Lei Maria da penha representa 0,96% dos crimes que mais levam as pessoas a prisão. No ano de 2008 foi informado que a taxa de reincidência no Brasil é de 70%, como relatado pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso em um relatório ao CNJ (2015, p.12) foi demostrado que é necessária a busca por novas alternativas para a responsabilização do ofensor e para fazer a devida reparação do dano eventualmente causado.

2 DESENVOLVIMENTO

Na busca de um novo modelo de aplicação da justiça, certamente podem ser aplicadas as técnicas da justiça restaurativa, com finalidade de diminuir os impactos dos crimes à sociedade, à vítima e ao ofensor nos crimes de maior gravidade. Howhard Zehr considerado um dos desenvolvedores da justiça restaurativa no mundo diz:

> Talvez seja mais fácil conseguir o apoio da comunidade a programas que lidam com os chamados 'casos de menor gravidade'. No entanto, a experiência tem demonstrado que as abordagens restaurativas podem produzir maior impacto nos crimes mais graves. (Zehr, 2017, p.23)

Primeiramente deve-se mudar o pensamento moral da comunidade em que o crime de maior potencial ofensivo deve ser punido severamente, havendo uma certa distância do valor do conflito, sem que haja um direito de retratação, conciliação para uma melhor responsabilização pelo crime cometido e posteriormente diminuir os impactos dos seus atos danosos praticados. Pois deve saber que a aplicação das técnicas da justiça restaurativa não deve ser confundida como um meio de favorecer o ofensor, pois não é o objetivo da justiça restaurativa, valendo lembrar que a sua aplicação não substitui nem deixa a justiça punitiva de lado, pois devem ser aplicadas paralelamente

complementando-se. Pollyanna Q. Falconery (*apud* Sicca, 2007, p. 34) compartilha desse ponto de vista:

> É importante frisar que a justiça restaurativa não é um modelo substituto ao atual: os modelos punitivos e restaurativos devem coexistir e complementar-se, pois não há condições de prescindir do direito punitivo como instrumento repressor em determinadas situações-limite.

Também deve-se considerar que para as práticas restaurativas acontecerem os sujeitos envolvidos devem aceitar participar sem nenhum tipo de coação, pois evidentemente se forem coagidas a participar o objeto trabalhado não trará resultados que não resultaram na proposta restaurativa que é de identificar e suprir as necessidades dos danos causados a vítima que sofreu o dano, ao ofensor que o causou por algum motivo e, a comunidade que sofre com as consequências dos crimes.

Um grande exemplo positivo de aplicação da justiça restaurativa nos crimes de maior potencial ofensivo é na Austrália e a Nova Zelândia, que aplicam a justiça restaurativa na sua maioria nos crimes mais graves, onde os índices trazem conclusões importantes: a primeira é que os programas restaurativos não aumentaram as taxas restaurativas e, por segundo é o aumento da percepção de justiça entre os envolvidos. (FALCONERY *apud* SICCA, 2008, p. 105).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho serve de base para o entendimento da solução dos conflitos gerados pelas condutas criminais consideradas de grande potencial ofensivo. A Justiça Restaurativa ainda possui muito espaço e potencial para a efetividade de suas práticas, para suprir e amenizar as necessidades causadas pelas falhas do sistema penal brasileiro.

Essa prática já vem sendo efetivada há mais tempo em alguns países como Austrália e nova Zelândia, que servem de exemplo para demostrar sua eficácia aplicação em outras regiões. Evidentemente não da mesma forma, pois a diferença cultural de um lugar para outro é muito grande, sendo difícil padronizar uma técnica de sua aplicação.

Contudo, na sua essência as práticas restaurativas vêm sempre a acrescentar e a oferecer uma melhor qualidade na aplicação do direito penal nos crimes de maior potencial ofensivo. Assim é possível ter a proteção de uma sociedade justa e igualitária, na questão de conscientização e prevenção das consequências que atos ilícitos causam, principalmente nos casos de maior dano e gravidade.

4 REFERÊNCIAS

MIRABETE, Júlio F., Curso de Direito Penal, 18 ed. São Paulo: ATLAS, 2002.

BRASIL. **Planalto.** 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 02 ago. 2018.

TIVEERON, R. **Justiça Restaurativa - A Construção de um Novo Paradigma de Justiça Criminal**. 1 ed. Brasília: Trampolim Jurídico, 2014.

FALCONERY, P. Q. A justiça restaurativa e os crimes de maior potencial ofensivo. **Conteúdo Jurídico.** Brasília, DF, ago. 2015, Disponível em <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,a-justica-restaurativa-e-os-crimes-de-maior-potencial-ofensivo,54289.html>. Acesso em: 26 ago. 2018.

RELATORIO DE PESQUISA. Direitos e Garantias Fundamentais: Pilotando A justiça restaurativa: o Papel do Poder Judiciário. **CNJ.** Brasília, 2018, p. 45, Disponível em < http://cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/04/7697d7ac45798202245f16ac41ddee76.pdf > Acesso em: 15 de set. 2018.

RELATORIO DE PESQUISA. Reincidência criminal do Brasil. **Ipea.** Brasília, 2015, p.11, 12 Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018

ZAMPIERE. Debora. **CNJ.** Um em cada quatro condenados reincide no crime, aponta pesquisa. Brasília, DF, jul. 2015, Disponível em < http://cnj.jus.br/noticias/cnj/79883-um-em-cada-quatro-condenados-reincide-no-crime-aponta-pesquisa>. Acesso em: 26 ago. 2018.

ZEHR, H. **Justiça Restaurativa**. 2 ed. São Paulo: Palas Athena, 2017.

DIREITO DOS REFUGIADOS: UMA ANÁLISE DO SISTEMA BRASILEIRO PARA CONCESSÃO DE REFÚGIO

FRIGERI, Luana de Góes[724]
KUCHLA, Liziane Ap.ª [725]

RESUMO: O presente estudo tencionou analisar os dispositivos normativos do sistema brasileiro com o intuito de compreender quais os direitos e os deveres dos refugiados no Brasil. A partir desta problemática, buscou-se contextualizar as diretrizes legais que regulam a situação dos refugiados no Brasil a partir de uma breve análise da Constituição Federal, o presente estudo, utilizou-se do método dedutivo, com base na revisão bibliográfica para a coleta dos dados necessários. Salienta-se nesse trabalho as deficiências do sistema de proteção aos refugiados no território brasileiro.

Palavras-chave: Refugiados. Direito Constitucional. OIM.

1 INTRODUÇÃO

O ordenamento jurídico brasileiro reflete uma profusão de planos e ações criados com a finalidade de acolher aqueles que foram forçados à migrar de seu país de origem. Diante do compromisso com esses indivíduos surge a consequente necessidade de expor quais são os direitos e deveres garantidos aos refugiados. Fazer uma reflexão epistemológica sobre esta problemática apresenta relevância para que se possa compreender as diretrizes legais que regulam a situação dos refugiados no Brasil.

Neste aspecto, o presente estudo tem como objetivo central analisar os direitos humanos dos refugiados, tomando por fundamento os dispositivos normativos que tratam sobre o tema, bem como os direitos e deveres previstos na Lei nº 9474/97.

2 AS DIMENSÕES DO DIREITO DOS REFUGIADOS

Como resultado dos conflitos que emergem mundialmente, milhares de pessoas têm cruzado os Estados em busca de qualidade de vida e segurança,

[724] Acadêmica do Curso de Direito, 3º período, Centro Universitário Campo Real. Graduada em Secretariado Executivo, UNICENTRO. Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos, CESUMAR.
[725] Acadêmica do Curso de Direito, 3º período, Centro Universitário Campo Real. Graduada em Administração, UNINTER.

o Brasil é um país que acolhe e oferece apoio à esses indivíduos que chegam em situações precárias. Conforme conceituado na Lei nº 9474/97 em seu Art. 1º, são reconhecidos como refugiados aqueles que sofrem perseguição objetiva ou subjetiva, ou ainda, que estão ameaçados pela situação no qual o seu país de nacionalidade se encontra, por esse motivo, são obrigados a deixar seu país de nacionalidade e buscar refúgio em outro por conta da necessidade de garantir seus direitos humanos fundamentais.

Levando em consideração o comprometimento do Brasil com os refugiados, abordou-se os dispositivos normativos que tratam sobre a temática.

2.1 O INSTITUTO JURÍDICO DO REFUGIADO NO BRASIL

Segundo Guerra (2016), o processo migratório ocorre por fatores, sociais, econômicos, religiosos, forçando assim, os cidadãos a saírem de suas casas, tendo o medo e a insegurança como seus companheiros. Salienta-se que nem todos conseguem uma oportunidade para recomeçar, pois à países que não estão aptos a receber os refugiados e proporcionar a eles condições básicas de sobrevivência.

Para Jubilut (2007, p. 171), “o Brasil está comprometido com a normativa de proteção dos refugiados desde os primórdios da fase de universalização deste instituto, no início da década de 50 do século XX.”

A Constituição Federal Brasileira de 1988 dispõe no artigo 1º direitos à cidadania e a dignidade humana, e resguardando esses direitos a toda e qualquer pessoa que estiver no território brasileiro. Possibilitando que os refugiados possam se restabelecer e iniciar uma nova vida em nosso país, com acesso a trabalho, saúde, educação, podendo assim garantir um bom convívio em sociedade.

No âmbito internacional os refugiados estão sob o resguardo das Organizações das Nações Unidas e da Organização Internacional de Migração, que buscam orientar e maximizar os atendimentos perante os estados.

De acordo com Husek (2000, p. 117), “a carta da ONU entrou em vigor com o intuito de manter a paz entre os Estados, mobilizar a comunidade internacional para deter agressões e promover o respeito aos direitos humanos.”

A Organização das Nações Unidas realiza um exímio trabalho buscando acima de tudo respeitar e levar a dignidade para todas aquelas pessoas que têm seus direitos ceifados pelos mais diversos fatores inclusive aos refugiados.

Borlande (2016) define: “OIM vê a migração que é bem administrada e que protege os direitos dos migrantes como um fenômeno que pode contribuir para o bem-estar de migrantes individualmente, de suas famílias e de suas comunidades.” Tornando assim mais humanizado o atendimento aos refugiados, tendo em vista que eles já passaram por muitos problemas e merecem serem acolhidos e inseridos na sociedade com todos os seus direitos preservados.

2.2 DIREITOS E DEVERES DOS SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADOS NO BRASIL

Tendo em vista o crescente números de refugiados no brasil observou-se a necessidade de elaborar uma lei específica. Lei 9.474/97 denominada de Estatuto do Refugiado.

Definiu-se na Lei 9.474/97 que o refugiado gozará de direitos e deveres, tendo por princípio zelar pela Constituição Federal, e todas as leis determinadas ao território brasileiro.

A lei esclarece que ficam impedidos de se instalarem em nosso país aqueles indivíduos cujo atos afrontaram a paz da humanidade, cometeram crimes hediondos e tráfico de drogas.

Os refugiados são protegidos pelo princípio *Nom-refoulement* definido por ALMEIDA (2001), como o mais fundamental direito dos refugiados, pois garante que eles não serão submetidos a retornar ao ambiente de guerra. Estabelecendo assim um vínculo entre o país e os refugiados, dando-lhe segurança, oportunidade, e melhores condições de vida para exercer seus direitos e cumprir os seus deveres.

2.3 DIREITOS HUMANOS DOS REFUGIADOS

A proteção dos direitos dos refugiados consolida-se no ordenamento jurídico brasileiro, pelo fato do Estado ter o dever de proteger os indivíduos,

garantindo os direitos essenciais para uma vida digna, sem distinção entre todos. “O ser humano precede o Estado, aderindo a este por vontade própria, com o intuito de contar com uma proteção institucionalizada” (JUBILUT, 2007, p. 52).

O autor ainda discorre que, estes direitos essenciais têm o propósito de assegurar os direitos humanos dos indivíduos que procuram se reestabelecer em um novo Estado, garantindo a proteção em face de outros indivíduos que queiram interferir na esfera individual alheia, ou em face do Estado.

Embora o Estado reconheça o refúgio e apresente politicas publicas voltada ao tema, torna-se um desafio comprometer a comunidade à oferecer oportunidades de acolhimento a estes indivíduos. De acordo com Carlet e Milesi (2012, p. 87), geralmente, os refugiados chegam no novo país e se deparam com a dificuldade de se adaptar aos costumes, idioma, entre outros fatos que abalam seu emocional e, ainda, têm de enfrentar a discriminação de uma sociedade resistente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando por base as reflexões epistemológicas apresentadas, é possível constatar a necessidade de oferecer oportunidades para os refugiados recomeçarem e serem acolhidos de forma eficaz no país. Apesar do Brasil ser reconhecido pelas diretrizes legais adotadas, é preciso criar medidas para garantir os direitos humanos fundamentais de forma digna à estes indivíduos.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Direitos Humanos e não-violência**. São Paulo: Atlas, 2001.

BORLAND, ROSILYNE. **Migração, tráfico de pessoas e o trabalho da OIM, a agência de migração das Nações Unidas.** Guia de Fontes em Ajuda Humanitária, [S.l.], 01 set. 2016. Disponível em: <https://guiadefontes.msf.org.br/migracao-trafico-de-pessoas-e-o-trabalho-da-oim-agencia-de-migracao-das-nacoes-unidas/>. Acesso em: 19 ago. 2018.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Lei Nº 9.474 (1997). **Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm> Acesso em: 11 Ago. 2018.

CARLET, Flavia; MILESE, Rosita. **Refugiados e políticas públicas.** In: SILVA, César Augusto S. da (Org.). Direitos Humanos e Refugiados. Dourados: UFGD, 2012.

GUERRA, Sidney. **O instituto jurídico do refúgio à luz dos direitos humanos**. Disponível em: <https://www.uninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/download/230/177> Acesso em: 19 Ago. 2018.

JUBILUT, Liliana L. **O Direito Internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

A SOJA COMO ALIMENTO: VALOR NUTRICIONAL E BENEFICIOS A SAÚDE.

VIEIRA Jessica Aparecida Ribeiro[726]
FERREIRA, Daiane de Oliveira[727]
CHICONATTO, Patrícia[728]

RESUMO: A soja é considerada alimento funcional, fornece nutrientes ao organismo e benefícios para a saúde. Ela é rica em proteínas, contém isoflavonas, saponinas, fitatos, inibidores de protease, fitosteróis, peptídeos com baixo peso molecular, oligossacarídeos e ácidos graxos poliinsaturados, que auxiliam na redução de riscos de doenças crônicas e degenerativas.

Palavras-chave: Soja, Saúde, Prevenção.

1 INTRODUÇÃO

A comunidade cientifica internacional, hoje, reconhece que a soja é um alimento funcional extraordinário, um valioso aliado da alimentação saudável, com substâncias capazes de prevenir e curar muitas doenças, a versatilidade do alimento, que pode ser consumido de muitas maneiras, contribui com sua aceitação. A indústria de alimentos tem utilizado amplamente a soja e seus derivados, colocando no mercado uma grande quantidade de produtos que têm a soja como sua base.

Isoflavonas o grupo de fitoquímicos que possui compostos classificados como fitoestrógenos comporta as isoflavonas, substâncias que atuam na prevenção no câncer de mama e próstata. Após a menopausa, são as isoflavonas que a auxiliam na redução das “ondas de calor”. São substâncias que têm efeito contra a osteoporose e protegem o coração. As isoflavonas são compostos originários do metabolismo secundário, com estrutura básica fenólica Sua origem química está no ciclo dos ácidos orgânicos (WILDMAN, 2001).

As fibras insolúveis da soja não são digeridas no trato gastrointestinal humano e atuam normalizando a mobilidade intestinal, o que previne diverticulite e constipação. As fibras solúveis são efetivas no controle do diabetes tipo II (pacientes não insulino-dependentes) e na redução dos níveis sangüíneos de LDL-colesterol (CHANG, 2001).

[726] Nutrição, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[727] Nutrição, 6º período, Centro Universitário Campo Real.
[728] Professora do Curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO.

Fitatos são compostos químicos que as plantas utilizam para armazenar o fósforo no interior de suas células, que interagem com macronutrientes, como proteínas e vitaminas. Inúmeros estudos científicos e internacionais surgidos no final do século passado mostraram que os fitatos evitam o acumulo de zinco no sangue e também atuam como potentes agentes antioxidantes, de modo a prevenir a oxidação ou envelhecimento das células, cumprindo assim uma função importante na redução dos riscos de inúmeras doenças crônicas e degenerativas, como alguns tipos de câncer e artrites.Saponinas são substâncias que auxiliam na absorção do cálcio.

O presente trabalho tem como objetivo incentivar o consumo dos produtos derivados de soja, devido aos efeitos benéficos que a ação das isoflavonas presente na leguminosa oferece ao organismo humano, citando os seus nutrientes e a sua composição e também os fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma vida mais saudável, como a prevenção de algumas doenças.

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisas, revisões bibliográficas e de artigos científicos, tendo como objetivo buscar um maior nível de conhecimento sobre o tema.

As leguminosas utilizadas na alimentação de diversas populações ao redor do mundo são importantes fontes de energia e diversos nutrientes. A soja (*Glycine max)* que apresenta uma composição quase completa, vem se destacando como um alimento funcional, pois além de sua função normal de nutrição, ainda apresenta diversos benefícios para a saúde. O grão de soja possui os compostos bioativos que estão sendo amplamente estudados, pois visam a prevenção e a redução dos riscos de desenvolvimento de doenças crônicas como diabetes, colesterol, hipertensão arterial, cânceres entre outros. As isoflavonas são compostos químicos pertencentes à classe dos fitoestrógenos, as principais isoflavonas encontradas na soja são a daidzeína, a genisteína e a gliciteína. Evidências científicas sugerem que as isoflavonas, desempenham um papel importante na prevenção e controle de doenças

crônicas. Devido ao crescente interesse da população em consumir alimentos saudáveis, a indústria alimentícia vem se dedicando a desenvolver novos produtos, cujas funções pretendem ir além do fornecimento dos nutrientes básicos à alimentação humana, esses alimentos são conhecidos como alimentos funcionais. Dessa forma torna-se importante o estudo dos benefícios que o consumo de diferentes produtos alimentícios à base de soja pode oferecer na prevenção e no controle de diversas patologias.

A soja possui em sua composição cerca de 20% de óleo, 35% de carboidratos, 5% de cinzas e 40% de proteínas (Liener 1994), além de substâncias com funções estruturais, hormonais, atrativas e quimiopreventivas, dentre as quais se destacam as fibras, os carotenoides e os flavonoides (Carrão-Pannizzi; Mandarino 1998).

É importante considerar que nem todos os alimentos derivados da soja são fontes de ácidos graxos poliinsaturados. Muitos destes alimentos são considerados de “segunda geração” ou ocidentalizados e usam como matéria-prima a proteína isolada de soja ou proteína de soja concentrada. Estes derivados protéicos são praticamente livres de gordura e, desse modo, não fornecem qualquer um dos ácidos graxos essenciais à dieta (Messina 2007).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora ainda sejam inconclusivos os estudos que apresentam a soja como preventiva para todo tipo de doença, esses mesmos estudos têm mostrado resultados animadores. Inclua os produtos derivados de soja, além dos grãos, como tofu, tempeh, farinha e leite de soja etc. Em sua dieta e usufrua de todos os benefícios possíveis para a saúde que eles possam lhe proporcionar.

Com a crescente preocupação pública a respeito dos alimentos modificados geneticamente, procurar por produtos derivados de soja que não usem lavouras de soja geneticamente modificada em sua produção.

4 REFERÊNCIAS

ZAKIR, Mayara Miranda; FREITAS, Irene Rodrigues. BENEFÍCIOS À SAÚDE HUMANA DO CONSUMO DE ISOFLAVONAS PRESENTES EM PRODUTOS DERIVADOS DA SOJA. **Journal of Bioenergy and Food Science**, Macapá, AP, v. 2, n. 3, p. 107-116, 201./ago. 2018.

BENASSI, LUIZ ANTONIO ODENATH PENHA* INÊS CRISTINA DE BATISTA FONSECA** JOSÉ MARCOS MANDARINO*** VERA DE TOLEDO. A SOJA COMO ALIMENTO: VALOR NUTRICIONAL, BENEFÍCIOS PARA A SAÚDE E CULTIVO ORGÂNICO. A SOJA COMO ALIMENTO: VALOR NUTRICIONAL, BENEFÍCIOS PARA A SAÚDE E CULTIVO ORGÂNICO, [S.L], jan./set. 2018.

BEHRENS2, Jorge Herman; *, ; SILVA, Maria Aparecida Azevedo Pereira DA. ATITUDE DO CONSUMIDOR EM RELAÇÃO À SOJA E PRODUTOS DERIVADOS. BEHRENS, Jorge Herman; DA SILVA, M. A. A. P. Atitude do consumidor em relação à soja e produtos derivados. **Ciência e Tecnologia de Alimentos**, v. 24, n. 3, p. 431-439, 2004., [S.L], jul./set. 2018.

Fuchs, Renata Hernandez Barros, et al. ""Iogurte" de soja suplementado com oligofrutose e inulina." (2005).

FUCHS, Renata Hernandez Barros et al. "Iogurte" de soja suplementado com oligofrutose e inulina. 2005. Fuchs, R. H. B., Borsato, D., Bona, E., & Hauly, M. C. D. O. (2005). "Iogurte" de soja suplementado com oligofrutose e inulina.

De Angelis, Rebeca Carlota. "Novos conceitos em nutrição: reflexões a respeito do elo dieta e saúde." *Arqu Gastroenterol*38 (2001): 269-271. DE ANGELIS, Rebeca Carlota. Novos conceitos em nutrição: reflexões a respeito do elo dieta e saúde. **Arqu Gastroenterol**, v. 38, p. 269-271, 2001De Angelis, R. C. (2001). Novos conceitos em nutrição: reflexões a respeito do elo dieta e saúde. *Arqu Gastroenterol*, *38*, 269-271.

CARRAO-PANIZZI, Mercedes C., and José Marcos G. MANDARINO. **"Soja: potencial de uso na dieta brasileira."** *Embrapa Soja-Fôlder/Folheto/Cartilha (INFOTECA-E)* (1998).

CARRAO-PANIZZI, Mercedes C.; MANDARINO, José Marcos G. Soja: potencial de uso na dieta brasileira. **Embrapa Soja-Fôlder/Folheto/Cartilha (INFOTECA-E)**, 1998.

CARRAO-PANIZZI, M. C., & MANDARINO, J. M. G. (1998). **Soja: potencial de uso na dieta brasileira.** *Embrapa Soja-Fôlder/Folheto/Cartilha (INFOTECA-E)*.

Queiroz, Sonia CN, Raquel Tassara Nogueira, and Shirlei Scramin. "Importância dos fitoestrógenos, presentes na soja, para a saúde humana." ***Jagauriuna**: Embrapa-Meio Ambiente*(2006).

QUEIROZ, Sonia CN; NOGUEIRA, Raquel Tassara; SCRAMIN, Shirlei. Importância dos fitoestrógenos, presentes na soja, para a saúde humana. **Jagauriuna: Embrapa-Meio Ambiente**, 2006.

A ÁGUA COMO UM DETERMINANTE NO CONTEXTO SOCIAL PARA QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO

ZORNITA, Marciane Conti[729]
SILVA, Edson Aires da[730]
HEY, Sônia Maria[731]

RESUMO: A saúde é afetada ao longo da vida pelas características do contexto social, e os fundamentos teóricos neste estudo dão subsídios a essa premissa. Esses determinantes interferem no bem-estar e na qualidade de vida de idosos, e poderiam ser melhor considerados nas intervenções de políticas públicas de saúde e, desenvolvimento regional. Diante disso, objetiva-se com este trabalho aportes para análise teórica e documental dos sujeitos em relação ao impacto do consumo de água e possíveis interferências na saúde da população idosa.

Palavras-chave: Idoso. Água. Políticas públicas. Qualidade de vida.

1.INTRODUÇÃO

Esse estudo propõe-se discutir a relação entre qualidade de vida do idoso e a utilização da água, contextos e políticas públicas, e sua possível articulação com o desenvolvimento regional. A análise teve subsídio em pesquisa documental caracterizada por Marconi e Lakatos (2006), e em obras de autores contemporâneos. A temática, possui íntima relação com a vida profissional e acadêmica dos proponentes e constitui-se numa abordagem que integra tema no Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Campo Real.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidades. (OMS, 1946). Além disso, Oliveira e Santos (2013, p. 8), afirmam que os determinantes da saúde incluem condições

[729] Fisioterapeuta (UNICENTRO), discente do programa de Mestrado em Desenvolvimento Comunitário (UNICENTRO).
[730] Reitor do Centro Universitário Campo Real, Geógrafo (FAFIJAN), Administrador (UCP), Mestre em Engenharia de Produção (UFSC).
[731] Coordenadora Pedagógica do Centro Universitário Campo Real, Pedagoga (UNESPAR), especialista em Gestão Escolar (UCP) e Novas Perspectivas da Docência no Ensino superior (Centro Universitário Campo Real), discente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional (UNC).

gerais do meio em que o indivíduo está inserido e seus aspectos gerais como físico, culturais, ambientais, socioeconômicos e políticos.

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que tem se manifestado de forma rápida e distinta em diversos países. Este fenômeno, conforme Araújo et al (2017) desperta grandes desafios para as políticas de saúde públicas e privadas, no sentido de assegurar a continuidade ao processo de desenvolvimento humano.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

> Número crescente importante da população idosa entre 2002 e 2012, passando de 14,9 % para 19,6 % a razão de pessoas de 60 anos ou mais para cada grupo em idade potencialmente ativa. A expectativa é que este número triplique nos próximos 50 anos, chegando a 63,2 % de pessoas de 60 anos ou mais para cada 100 em idade potencialmente ativa em 2060. (IBGE, 2016)

"A água é a substância mais abundante e essencial no nosso organismo, desempenha funções essenciais para a manutenção da saúde e corresponde a 40% a 50% do peso corporal dos idosos". (CARVALHO e ZANARDO, 2010). Sua ingestão deve ser diária, pois o organismo não é capaz de armazená-la e a quantidade a ser reposta deve ser a quantidade perdida em 24 horas (BRASIL, 2008, p. 18). Portanto, o consumo ideal pode contribuir com índices favoráveis de expectativa de vida.

A proposta desse estudo, além de contemporânea é pertinente quando se discute a relação da saúde com desenvolvimento regional. O interesse em aprofundar os referenciais e análises dos possíveis impactos no desenvolvimento da região de Guarapuava, deverá ter continuidade com pesquisa exploratória que resulte em artigo científico.

2. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E OS DETERMINANTES PARA O ENVELHECIMENTO COM QUALIDADE DE VIDA

O posicionamento de Dowbor, enuncia parte da lógica de algumas reflexões fundamentais que se seguem: "Numa economia diversificada e complexa como a economia moderna, diversos subsistemas necessitam de formas diversas, e complementares, de gestão e de regulação." (DOWBOR, 2017, p. 42)

No processo de urbanização, as pessoas e as atividades econômicas tornam-se mais concentradas. “As moradias tendem a situar-se nas periferias urbanas, onde as deficiências nos serviços como educação, saúde e saneamento persistem por algum tempo dentro das cidades”. (BANCO MUNDIAL, 2009, p. 12). Outro efeito desse processo, foi a mudança nos padrões de fecundidade da população. A queda nas taxas de fecundidade tem impacto na estrutura etária, com envelhecimento populacional, considerando também a longevidade. Um fator importante a ser observado pelas políticas públicas em saúde e desenvolvimento regional se refere à “evolução da razão de dependência total (RDT= a proporção da soma de jovens e idosos em relação à População em Idade Ativa) em função das mudanças na estrutura etária”. (BRASIL, 2008, p. 56).

Segundo Razzolini e Gunther (2008, p. 25-26), benefícios como o aumento da expectativa de vida e produtividade econômica, hábitos higiênicos, controle e prevenção de doenças, são resultados de acesso a condições adequadas de abastecimento. No entanto, é importante que o consumo de água tenha o esclarecimento acerca das consequências à saúde, e se considerar que a “hidratação no indivíduo idoso é extremamente importante, não só para evitar a desidratação, mas também para o bom funcionamento do organismo”. (GENARO, GOMES e HIENAGA (2015, p. 2).

Elementos nocivos à saúde vêm agravando os níveis de metais pesados nos ecossistemas aquáticos naturais, prejudicando a qualidade da água. O descarte impensado de lixo urbano também é causador de poluição reativa. “Trabalhar ou morar perto de um local industrial que utiliza esses metais e seus compostos aumentam o risco de exposição, como viver perto de um local onde estes metais foram eliminados indevidamente”. (OLIVEIRA et al, 2016, p. 599).

Há de se reconhecer que “os materiais pesados estão muito presentes no nosso cotidiano sendo associado como uma substância tóxica, geralmente proveniente de um descarte inadequado de um rejeito no meio ambiente”. (LIMA e MERÇON, 2011, p. 201)

Ferreira et al (2008, p. 2) alerta que algumas das patologias que podem ser desenvolvidas a partir de uma exposição crônica a alguns desses metais, como a perda de memória, disfunção renal, hipertensão, arteriosclerose, causadas por Chumbo e Cádmio, além de considerável evidência que o alumínio é neurotóxico, estando associado ao aumento de casos de demência senil do tipo Alzheimer, é responsável por cerca de 60% dos casos de demência.

3. CONCLUSÃO

Com base no levantamento bibliográfico e documental, seguido das análises decorrentes, conclui-se a importância da continuidade e fortalecimento de políticas públicas de planejamento e desenvolvimento, para assegurar à população seus direitos de acesso a um envelhecimento de qualidade, assim diminuindo intercorrências de saúde do idoso. Os dados deste estudo, poderão ser de utilidade para continuidade da pesquisa, e correlação com proposições de incremento para políticas públicas.

4. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I; et al. **Percepção do apoio familiar do idoso institucionalizado com dependência funcional.** Enfermagem Universitária. V.14, n. 02, p. 97-103, 2017.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2009**: a geografia econômica em transformação. Washington: Banco Mundial, 2009.

BRASIL. **Guia alimentar para população brasileira**: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

CARVALHO A.P.L.; ZANARDO V.P.S. **Consumo de água e outros líquidos em adultos e idosos residentes no Município de Erechim** – Rio Grande do Sul. 2010. [Monografia]. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus de Erechim.

DOWBOR, Ladislau. Resgatando o planejamento: Infraestruturas – **METAXY** / Revista do Programa de Pós-graduação em políticas Públicas em Direitos Humanos do NEPP-DH/UFRJ – v.1, n.1, 2017 – p. 28-43.

FERREIRA, P.C.; PIAI, K.A.; TAKAYANAGUI, A.M.M.; SEGURA-MUÑOZ, I. Alumínio como fator de risco para a doença de Alzheimer. **Rev Latino-americana de Enfermagem.** 2008 janeiro-fevereiro; v.16, n.1.

GENABO, S.C.; GOMES, F. H. M.; IENAGA, K. K. Análise do consumo de água em uma população de idosos. **Collq Vitae** - v.07, n.2, 2015 - p.132.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), **Expectativa de vida do brasileiro ao nascer foi de 75,8 anos em 2016.** Disponível em: https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/329935/IBGE-expectativa-de-vida-do-brasileiro-ao-nascer-foi-de-758-anos-em-2016.htm Acesso em: 30 de Agosto de 2018.

LIMA, F.V.; MERÇON, F. **Metais pesados no ensino da química**. Rev. Química nova na escola, Vol. 33, N° 4, NOV. 2011, p. 200-204.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliografia, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, B.O.S. et al. Avaliação dos solos e das águas nas áreas de influência de disposição de resíduos sólidos urbanos de Humaitá, Amazonas. **Engenharia Sanitária Ambiental.** v.21, n.3, jul/set 2016.

OLIVEIRA, M.J.I; SANTOS, E.E. **A relação entre os determinantes sociais da saúde e a questão social**. Caderno Saúde e Desenvolvimento | vol.2 n.2 | jan/jun 2013. Disponível em: file:///C:/Users/OP/Desktop/MESTRADO%202018/produção%20do%20conhecimento/219-723-1-PB.pdf Acesso em: 30 de Agosto de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946**. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html Acesso em: 30 de Agosto de 2018.

RAZZOLINI, M.T.P.; GUNTHER, W.M.R. Impactos na saúde das deficiências de acesso a água. **Saúde e Sociedade**, v.17, n.1, p.21-32, 2008. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/12933/art_RAZZOLINI_Impactos_na_saude_das_deficiencias_de_acesso_2008.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 07 de agosto de 2018.

ANALISE E DESENVOLVIMENTO DE PRÓTESES DE PÉ PARA PESSOAS DIABÉTICAS.

PRESTES, Cristine Oliveira [732]

SILVA, Ayres Siqueira [733]

RESUMO: A diabetes é uma doença causada pela dificuldade do pâncreas de produzir insulina, causando problemas na coagulação do sangue, gerando enormes feridas que podem levar à amputação do membro. A prótese para um portador de diabetes não pode ser a mesma que a utilizada por uma pessoa que não tem a doença, por isso, a preocupação com o desenvolvimento de uma prótese que se adeque a este grupo de pessoas. O trabalho em questão buscou desenvolver uma prótese de baixo custo, mas que se encaixasse em tais dificuldades, assim pensou-se então em uma prótese de PVC e silicone.

Palavras-chave: Próteses, Diabetes, Baixo custo.

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado neste trabalho é a obtenção de próteses de baixo custo e que facilite o desenvolvimento de atividades de pessoas que não possuem o pé, sendo o foco a população com diabetes, visto que a sua recuperação é mais complicada e quando usada a prótese errada pode ocasionar uma lesão mais grave, podendo ocorrer até mesmo a amputação da perna.

Essa prótese deverá ser desenvolvida a partir de PVC e silicone, pois estes são os materiais que mais se destacaram ao decorrer da pesquisa, por terem uma adaptação melhor ao paciente, possibilitando uma boa mobilidade, estabilidade corporal, conforto e sem gerar danos à saúde da pessoa.

O silicone é o material que entrará em contato com o coto, já que não tem ranhuras que impede o surgimento de feridas e o processo inflamatório. Já o PVC será a forma externa, sendo que este é um material resistente e de custo baixo que pode ser modificado de acordo com a necessidade da sua utilização.

[732]Engenharia Mecânica, 4° período, Faculdade Campo Real.

[733]Mestre em Engenharia Mecânica.

O trabalho desta prótese foi desenvolvido cautelosamente, pois uma prótese errada pode levar a amputação de uma parte saudável do corpo, a qual também pode ser causada pelo mau contato do coto com a prótese. Esse problema também acontece com as órteses que é um imobilizador externo ou um objeto que auxilia a movimentação dando sustentação ao membro, só que com uma frequência muito menor.

2 DESENVOLVIMENTO

A diabetes é um problema enfrentado por várias pessoas, atualmente cada vez mais frequente por conta de múltiplos motivos. É uma doença crônica, na qual o pâncreas não produz insulina suficiente e desta forma gera uma grande quantidade de glicose no sangue impossibilitando a coagulação do mesmo, além de tornar a cicatrização de ferimentos muito crítica. Decorrente deste acontecimento é que pequenos machucados podem se tornar grandes feridas, abertas e infeccionadas que podem ocasionar em alguns casos graves a amputação de membros. (PACE, et.al., 2006)

Neste trabalho o objetivo foi pesquisar uma prótese de baixo custo, de fácil deslocamento, conforto e precisão para pessoas que perderam parte do pé ou todo o membro por conta da diabetes. Esta prótese deve ser feita a partir de um material resistente, flexível, com amortecedor, isolante térmico, e sem costuras, linhas ou dobras na parte que tem contato com o coto.

Quando se trata de próteses de pé para pessoas com diabetes é necessário pensar que não pode ter nenhuma ranhura, porque isso poderia levar a novas feridas além de dificultar ainda mais a cicatrização de ferimentos anteriores e até mesmo da própria amputação do membro. Por isso a necessidade de ser feito de silicone no mínimo a parte onde entra em contato com o coto, já que é um material sem ranhura, maleável, e até mesmo confortável. No entanto como a prótese é feita de acordo com a necessidade do paciente, uma pessoa que teve que amputar o pé por outra circunstância e seja

considerada apta para utilizar próteses por um médico ou profissional competente, poderá fazer uso da mesma prótese.

Um projeto realizado na Alemanha desenvolveu uma prótese de silicone, que atualmente é usada no mundo inteiro, porém seu custo é alto e o aceso a peça tornasse difícil. Sendo um projeto que não era do conhecimento de muitos, alguns pesquisadores da *American Academy of Orthotists and Prosthetists*, escreveram um trabalho no qual explica com clareza a necessidade de uma prótese de silicone, como é desenvolvida e porque as pessoas que tem diabetes devem usa-la.

Segundo Zarezadeh et.al.(2018)

> Próteses de silicone que são dispositivos flexíveis possuem um encaixe de contato total no membro residual. O silicone é um material elástico que pode ser usado efetivamente em dispositivos protéticos de pés flexíveis. O gel de silicone tem muitas propriedades positivas, incluindo a distribuição adequada do estresse com a concentração de não-estresse, e mantém a estrutura original durante o uso continuado.

Para maior conforto e estabilidade foram pesquisados materiais que fossem capazes de evitar atritos e choques, tanto elétricos quanto térmicos e os materiais que mais se destacaram foi uma mistura de PLA ou ABS com níquel fósforo para a parte que não tem contato com o coto, já a parte que encosta no coto será feita a partir de silicone, o qual amortecerá e evitará parte do atrito sofrido pelo caminhar. A prótese terá formato de meia soquete o que possibilitará uma movimentação tranquila do paciente sem que a mesma solte-se do pé. Porém está seria uma prótese de alto custo fugindo então da ideia em que a prótese teria que ser de baixo custo, já que o níquel é um material caro e mistura-lo com o fósforo é complicado por serem partículas muito pequenas.

Outra ideia seria a utilização do polímero com que são feitas as bonecas Barbi, pois são resistentes e de baixo custo, além de ser um material leve que possibilitaria uma adaptação mais fácil. Como essa ideia é algo que nunca foi testado será necessária uma pesquisa intensa com várias formas de ensaios mecânicos, para verificar as propriedades dos materiais.

Como citado anteriormente o PLA é um material utilizado na impressora 3D, o mesmo que é utilizado na impressora da faculdade o que

possibilitaria uma adesão maior do projeto e facilitaria os testes de como funcionaria a prótese, além de ser um material de baixo custo.

Muitas são as utilidades do PVC, sendo ele um dos materiais usados na fabricação de bonecas Barbie e em construções. Um exemplo claro de seus usufrutos e de como ele pode ser modificado conforme a necessidade está descrito no artigo de Ademir Anildo Dreger, o qual diz:

> O PVC pode ter suas características variadas em função de sua aplicação desde rígido até o extremamente flexível e pode passar pelos mais variados processos de moldagem, como injeção, extrusão, calandragem e espalmagem, para citar alguns, aceitando para tal, a adição de inúmeros aditivos. (DREGER, 2018, p.2)

Como o PVC é um material resistente e adepto a vários processos de moldagem, torna-se possível sua utilização como suporte e a forma externa do pé, ficando a parte interna composta apenas de silicone.

Porém como já relatado acima, é necessário a produção de um protótipo, para que assim sejam realizados os devidos testes, sendo eles os ensaios de tensão, compressão e flexão, além da análise térmica do protótipo, pois o material não pode sofre variação térmica como aquecer ou resfriar, isso ocasionaria em problemas para adaptação do paciente a prótese.

3 METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho foi desenvolvida teoricamente, pois é necessário a prótese para começar a desenvolver a mesma com precisão, porém é possível dizer que o trabalho seguirá o seguinte rumo, por primeiro análise de dados dos materiais escolhidos para o desenrolar do projeto, por conseguinte adquirir os materiais e realizar ensaios mecânicos para observar suas propriedades na prática, pois só assim é possível alegar com certeza qual material é o correto para a forma externa dessa prótese, ressaltando que a forma interna tem necessidade de ser composta de silicone por não ter nenhuma imperfeição. Para a aquisição da forma correta para cada pé é preciso reproduzir a imagem digitalmente do outro pé do paciente em questão, para que desta maneira os membros inferiores não entrem em dissonância. Esta questão do

scanner poderá ser feita através de um programa simples até mesmo de um aparelho celular, seria o mesmo programa usado para scanner de notas fiscais encontrados com facilidade e modificando apenas o que vai ser fotografado. Após todas as verificações parte-se então para os testes com os pacientes e analise se ocorrerá adaptação e se a prótese cumprirá sua função, sem gerar atritos e machucados ao paciente que usará.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As próteses de pé para as pessoas diabéticas são de extrema necessidade, pois uma pessoa com dificuldade de deslocamento pode ter problemas não apenas em sair de um local e ir a outro, mas também pode adquirir depressão o que complica ainda mais o nível de problemas da diabetes.

Uma prótese não pode ser apenas para apoio do pé, mas tem que ser para a pessoa se locomover, se sentir confortável e segura. A prótese não pode causar danos, muito pelo contrário tem como função trazer ao seu portador inúmeros benefícios. Desta maneira então é que conclui-se que uma prótese feita a partir de silicone e PVC pode trazer esses benefícios, podendo ser de baixo custo e de fácil aquisição.

Mesmo sendo uma pesquisa iniciada através do diálogos com conhecedores do assunto, além de pesquisas bibliografias e sites de inovação e tecnologia, ainda sem o conhecimento prático da mesma, este é um projeto com uma finalidade de grandiosa importância para proporcionar uma melhora na qualidade de vida de muitas pessoas necessitadas, visto que não apenas as pessoas com a deficiência física são afetadas pela falta do membro, mas todos ao seu redor, pois uma pessoa que não sente-se confortável com seu estado exterior acaba por afetar o seu estado interior, e desta forma podendo ocasionar depressão que afeta diretamente aqueles que tem por intuito permanecer ao lado desta pessoa.

5 REFERÊNCIAS

DREGER, Ademir Anildo; BARBOSA, Luiz Antônio; SANTANA, Ruth Marlene Campomanes; SCHNEIDER, Eduardo Luis; MORISSO, Fernando Dal Pont. **Caracterização mecânica e morfológica de solados produzidos com resíduos de laminados de PVC da indústria calçadista**. Revista Matéria. V.23, n.1, p.2. Disponivel em: <http://www.scielo.br/pdf/rmat/v23n1/1517-7076-rmat-S1517-70762017000102 88.pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2018.

PACE, Ana Emilia; OCHOA-VIGO, Kattia; CALIRI, Maria Helena Larcher. **O conhecimento sobre diabetes mellitus no processo de autocuidado**. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* 14.5 .2006.

ZAREZADEH, Fatemeh; ARAZPOUR, Mokhtar; BAHRAMIZADEH, Mahmood; MARDANI, Mohammad Ali; HEAD, John. **Design and construction of a new partial foot prosthesis based on high-pressure points in a patient with diabetes with transmetatarsal amputation: a technical note**. *JPO: Journal of Prosthetics and Orthotics*, *30*(2),p.108-113. 2018.

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DE TEORIAS CRIMINOLÓGICAS PARA O MELHOR TRATAMENTO DE CONFLITOS RELACIONADOS A CASOS CRIMINAIS

LIMA, Gislaine Oliveira[734]
RIBAS, Marina Fernanda[735]
ROSAS, Patricia Melhem[736]

RESUMO: Sendo o crime um problema social, e considerando o crescente número de reincidências, observou-se que o atual sistema penal não alcançou o objetivo buscado. Razão pela qual, surgiu a criminologia que objetiva tomar medidas preventivas de novos delitos, pois estuda o contexto social. Desse modo este trabalho tem o propósito de tecer conceitos criminológicos e falar acerca de medidas alternativas para solucionar esses conflitos. Sua metodologia foi de cunho bibliográfico. Um dos métodos alternativos encontrado é a Justiça restaurativa. Conclui-se que utilizada corretamente poderá auxiliar as partes envolvidas, possibilitando um diálogo e uma possível solução.

Palavras-chave: Criminologia. Justiça Restaurativa. Solução de conflitos.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho dispõe sobre a importância do conhecimento de teorias criminológicas para o melhor tratamento de conflitos relacionados a casos criminais. A criminologia visa prevenir o crime de modo mais eficiente, adequado e empírico. Dessa maneira, analisando e investigando o comportamento da vítima, do autor do crime e do crime em si. Um exemplo que será observando no decorrer do trabalho é a Justiça Restaurativa, que é utilizada como meio de solução de conflitos. Os resultados foram obtidos por meio de referências bibliográficas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 CONCEITO DE CRIMINOLOGIA

A criminologia é o estudo que visa compreender o comportamento do autor do crime e da vítima, busca também, analisar o seu impacto dentro da

[734] Pós Graduação – Gestão em conflitos, Faculdade Campo Real.
[735] Pós Graduação – Gestão em conflitos, Faculdade Campo Real.
3 Orientadora - Professora do Centro Universitário Campo Real.

sociedade, bem como analisar o crime em si, pois trata-se de um fenômeno social. Desse modo, em consonância com o entendimento de Lyra (2012, p. 8):

> Criminologia é a ciência que estuda as causas, concausas da criminalidade e periculosidade preparatória da criminalidade, estuda também as manifestações, os efeitos da criminalidade e da periculosidade, a etiologia da criminalidade e da periculosidade preparatória, as suas manifestações e seus efeitos.

Ainda consoante ao entendimento de Eduardo Viana (2018, p. 145) a criminologia nada mais é que "ciência que estuda os comportamentos delitivos e as reações sociais frente a esses".

Assim, conforme os conceitos apresentados pelos autores compreende-se que a criminologia tem por objetivo a investigação das causas da criminalidade, ou seja, de como ocorreu o crime.

Consoante Gomes (2010, p.34):

> Cabe definir a criminologia como ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime – contemplando este como problema individual e como problema social - , assim como os programas eficaz do mesmo e técnicas positivas no homem delinquente e nos diversos modelos ou sistemas de resposta ao delito.

Desse modo verifica-se que a criminologia procura entender quais os motivos contribuíram para o cometimento do fato. Em outras palavras Baratta (*apud* Batista, 2011, p.16) o objetivo essencial dentro da criminologia é entender o fator social do direito, e do direito penal.

2.2 A APLICAÇÃO DA CRIMINOLOGIA NAS RESOLUÇÕES DE CONFLITOS

O crime é algo existente em nossa sociedade desde os primórdios, e com o crescente número de crimes houve a necessidade de meios para coibir a prática de delitos. Por essa razão, surgiu a criminologia com intuito de prevenir o crime de modo mais eficiente, adequado e empírico. Segundo Calhau (2013, p. 8):

> O domínio do saber criminológico possibilita um conhecimento efetivo mais próximo da realidade que o cerca, concedendo acesso a dados e estudos que demonstram o funcionamento correto ou não da aplicação da lei penal. Com a utilização correta da criminologia, por exemplo, o promotor de justiça criminal passa a gozar de uma amadurecida

> relação entre a teoria e a prática. Esse saber criminológico (científico) contrapõe-se ao saber popular, ainda muito arraigado na mente de agentes que atuam no controle do crime, em especial, um grande número de agentes policiais.

Ou seja, nas palavras de Calhau, a criminologia é essencial na compreensão do crime e permite a proximidade da realidade. É válido dizer que a criminologia busca meios para uma efetiva prevenção dos delitos. Desse modo, para que isso seja possível, é importante compreender os fatores que contribuíram para cometimento do crime.

Essa ciência visa saber a realidade social do indivíduo que praticou o crime, bem como a realidade da vítima, ou seja, entender o contexto social dos indivíduos envolvidos. Tende-se ainda, observar a realidade fática do crime, buscando uma melhor análise sobre o fato, ou pelo crime cometido.

A criminologia tende a prevenir a prática de novos crimes, por meio de métodos alternativos para resolução dos conflitos, sendo que busca reconstruir as relações sociais, evitando a reincidência em relação ao cometimento de novos delitos.

Um exemplo é a justiça restaurativa, que é utilizada como método de resoluções dos conflitos, que tem o objetivo ajudar o autor do dano a reconhecer o delito que cometeu, bem como tende a ajudar a reparar o dano, ao contrário do sistema tradicional, que tem a finalidade de responsabilizar o autor pelo dano causado.

Segundo Zehr (2015, p. 99 e 100), Justiça restaurativa é:

> [...] um encontro entre as vítimas de um crime e as pessoas que cometeram esse crime. Uma família se encontra com os adolescentes que vandalizaram sua casa, expressando seus sentimentos e negociando um plano para ressarcimento. Pais se encontram com o homem que assassinou sua filha para lhe contar sobre o impacto e fazer perguntas. Um diretor de escola e sua família se encontram com os meninos que explodiram uma bomba caseira no jardim de sua casa, quase atingindo o diretor e seu filho pequeno. Os medos da família e dos vizinhos (de que houvesse novo incidente) são dissipados e pela primeira vez os meninos compreendem a enormidade do que fizeram. A Justiça Restaurativa inclui programas de encontro entre os que sofreram o dano e os que o causaram; hoje há milhares de programas assim por todo o mundo. Mas a Justiça Restaurativa é mais do que um encontro, e seu escopo vai muito além do sistema de justiça criminal.

A Justiça Restaurativa é um exemplo, onde é estabelecida uma forma de restaurar o indivíduo a reconhecer o erro cometido, bem como tende resolver os

conflitos de modo que não ocorra mais a prática do mesmo ato, ou seja, que aqueles danos ou crimes continuem acontecendo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, é de se verificar que Justiça Restaurativa tem o escopo de trabalhar nas relações entre os indivíduos. O método é eficaz, e tem alcançado os objetivos, pois possibilita o contato entre o agressor e o agredido, dando a oportunidade de uma melhor compreensão do fato ocorrido.

Um dos pontos positivos, é que na justiça comum a vítima não tem voz, e o autor não tem a chance de expor a sua realidade, esse meio alternativo para solução dos conflitos, produz resultados satisfatórios, devido possibilitar o diálogo entre as partes, o autor ouve e compreende o impacto dos seus atos, enquanto a vítima, tem o momento de dizer como se sente, e sentir-se mais valorizada por ter a oportunidade de falar o está passando.

4 REFERÊNCIAS

BATISTA. Vera Malaguti.,1955- **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CALHAU, Lélio Braga. **Resumo de Criminologia**. 8. Ed. Niterói/RJ: Impetus, 2013.

GOMES, Luiz Flávio. MOLINA, Antonio García-Pablos. **Criminologia.** 7 Ed. Volume 5. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2010.

Portal Da Educação. **Criminologia/ Portal da Educação.** – Campo Grande: Portal da Educação, 2012.

VIANA, Eduardo. **Criminologia.** 6. Ed. Mato Grosso/MG: Jus Podivm. 2018.

ZEHR, Howard. **Justiça Restaurativa**. 2 Ed. São Paulo/SP: Palas Athena, 2015.

REVOLUÇÃO DA ILUMINAÇÃO ATRAVÉS DO OLED

LOPATA, Maria Eloise[737]
NEVES, Marcio Almeida[738]
CALDEIRA, Izabel Moraes[739]

RESUMO: Atualmente muitos estudos sobre materiais elétricos estão sendo feitos, principalmente sobre os polímeros. A partir destes estudos abre-se um leque de possibilidades. Uma delas é o OLED, Diodo Emissor de Luz Orgânico. Ele é o avanço dos LED's. Estudos desse tema são recentes, entretanto é uma pesquisa promissora e muito benéfica a sociedade, principalmente pela sua eficiência e baixo custo de produção que será possível daqui uns anos. Ele proporciona diversos usos, um em potencial é a placa de OLED que pode ser usada como janela, durante o dia é transparente e a noite é capaz de iluminar o ambiente.

Palavras-chave: Material elétrico. OLED. Poli-etilenodioxitiofeno. PEDOT:PSS.

1 INTRODUÇÃO

Os materiais podem ser divididos em três categorias: metais, cerâmicas e polímeros. Os metais são compostos com elementos metálicos e seus átomos são arranjados de forma muito ordenada. Conforme Lima "cerâmicas não são elementos químicos, mas sim compostos químicos ou misturas de materiais inorgânicos preparados com a ação do calor e resfriamento".

Os polímeros, poli - vários e mero - partes, são utilizados desde a antiguidade até os dias atuais, sua descoberta foi datada a 1000 A.C. Sua composição é complexa, pois existem macromoléculas que são chamadas de monômeros, que por sua vez são unidades que se repetem dentro da estrutura e que podem ou não ser iguais dependendo de sua composição. Podem ser sintéticos ou naturais. Os polímeros não industrializados são encontrados na natureza, por exemplo o corpo do ser humano é composto de proteínas, que são polímeros, já nas sintéticas são obtidos em reações de sinterização industrial

[737] Graduanda de engenharia elétrica, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[738] Graduando de engenharia elétrica, 4º período, Centro Universitário Campo Real.
[739] Orientadora. Profª MSc. De Materiais Elétricos, Centro Universitário Campo Real.

podendo vir de matéria prima renovável ou não, podendo ser controlado para ter uma infinidade de composições.

> Polímeros condutores constituem uma importante classe de materiais, as quais misturam características mecânicas de plásticos com propriedade elétricas típicas de metais. Esses polímeros possuem duplas ligações conjugadas que facilitam sobreposições de orbitais π. (AUGUSTO, p 28, 2012)

Com essas características os polímeros podem ter diversas aplicações, muitas delas na área da elétrica. Um exemplo disso é o poli-etilenodioxitiofeno, também conhecido como PEDOT. Segundo Augusto (2012) ele é um material com alta condutibilidade, transparência para o filme no estado oxidado e estabilidade. Podendo assim ser utilizado na confecção de OLED (Diodo emissor de luz orgânico).

2 DESENVOLVIMENTO

Desde que Thomas Edison, em 1879, criou a lâmpada diversas tecnologias foram sendo criadas ao longo dos anos, sempre visando a melhoria e também a economia. Por esse último fato lâmpadas incandescentes já foram retiradas do mercado, o funcionamento delas se dá pelo superaquecimento de um filamento, na maioria das vezes de tungstênio, e por consequência disso emite luz, porém é um método de baixa eficácia.

> Em virtude disso, busca-se a popularização de tecnologias mais eficientes para a iluminação residencial e comercial. Desde a crise energética brasileira em 2011, as lâmpadas fluorescentes tubulares (LFT) e compactas (LFC), que empregam a descarga elétrica em um gás como método de emissão da luz, tem recebido incentivo para serem comercializadas (BENDER, 2015, p 31)

Como visto, as lâmpadas fluorescentes são mais eficientes do que as incandescentes. Porém, progressivamente um novo tipo vem sendo inserido no mercado. São os LED, ou lâmpadas de LED. O LED com luz emitida branca é possível através da junção das cores azul, verde e vermelho, e associado ao fator de aumento da potência ele se torna aplicável em sistemas de iluminação. (BENDER, 2015).

Há uma nova categoria de LED surgindo no mercado, são os OLEDs (Diodo Emissor de Luz Orgânico). Desenvolvido em 1987 por Tang e VanSlyke. (BENDER, 2015).

> Suas aplicações iniciais se voltaram para telas e mostradores. Posteriormente, em 2007, começaram a despertar interesse dos maiores fabricantes de lâmpadas para aplicações em iluminação. Seu principal diferencial é a emissão superficial em grande área, diferentemente da emissão pontual apresentadas por LEDs, LFCs e LIs. Essa característica inovadora permite novas possibilidades de iluminação, tais como tetos ou janelas que são transparentes durante o dia e iluminam no período noturno. (BENDER, 2015, p 31)

Por não ser uma fonte pontual de luz, os OLED podem ter diversos usos. Ainda mais pela característica da transparência, flexibilidade, e ajustável a superfícies diferentes e formas.

Ele possui essas características devido ao material com que é produzido. Como citado anteriormente um bom material para fabrica-lo é o poli-etilenodioxitiofeno. Entretanto esse material pode ficar melhor se dopado com o poliestireno sulfonato (PSS), gerando assim PEDOT:PSS.

Os estudos dessa área de luminescência são recentes, segundo Bender (2015) “os estudos sobre eletroluminescência em semicondutores orgânicos iniciaram na década de 1950 por Bernanose, sendo seguidos por Pope em 1963 e Helfrich em 1965”. Vale lembrar que esse fenômeno é a emissão de luz em materiais sólidos a partir da passagem de corrente elétrica.

O OLED é um semicondutor e seu funcionamento é pelo princípio do deslocamento de elétrons e lacunas. Esse funcionamento é dividido em quatro partes: injeção de cargas, transporte, recombinação de cargas e, finalmente, a emissão de luz. (Bender, 2015)

Com o objetivo de suprir diversas necessidades, há diversos tipos de OLEDs. São eles: OLED de emissão superior (a luz é emitida apenas por uma superfície, enquanto a oposta não emite), OLED transparente (nesse caso é possível emissão de luz por ambos os lados, é um atrativo para aplicação residencial e também automotiva, como indicador no vidro dianteiro de veículos), OLED flexível ou dobrável (são úteis em aplicações de telefonia, mostradores em geral, dentre outras), OLED de matriz passiva (pode-se ter controle sobre o que é emitido, aplicado em pequenos mostradores e telefones celulares), OLED de matriz ativa (também chamado de AMOLED, consomem menos energia e

tem transistores finos internos para controle da emissão) e OLED de luz branca. (Bender, 2015).

Os dados utilizados para realização de pesquisa foram encontrados no Google Acadêmico, como o uso de palavras-chave como: LED, OLED, poli-etilenodioxitiofeno, polímeros condutores.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre OLED é nova, porém, muito importante, visto que ele tem distintas aplicações importantes e úteis. Contudo, ainda precisa ser disseminada pela comunidade, visto que muitos ainda não tem ciência dessa tecnologia. Tecnologia essa que é promissora e tem boas previsões quanto ao uso e preço de fabricação, que deve reduzir no passar dos anos, além da alta eficiência energética.

4 REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Tatiana. **Síntese química de poli(3,4-etilenodioxitiofeno) (PEDOT)**: novas arquiteturas para diferentes aplicações. 2012. 161 p. Tese de doutorado (Química)- USP, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/46/46136/tde-02052013-141310/en.php>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BENDER, Vitor Cristiano. **Modelagem e acionamento de diodos orgânicos emissores de luz (OLEDs) para sistemas de iluminação**. 2015. 263 f. Tese de doutorado (Engenharia Elétrica) - UFSM, Santa Maria, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3691/BENDER%2c%20VITOR%20CRISTIANO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2018.

LIMA, Antonio Guilherme Garcia. **Cerâmicas.** Disponível em: <http://www.antonioguilherme.web.br.com/blog/materiais-eletricos-e-magneticos/classificacao-dos-materiais/ceramicas/>. Acesso em 29 jun 2018.

PERFIL DOS CONSUMIDORES DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS DE UMA LOJA DE NUTRIÇÃO ESPORTIVA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

FERREIRA, Leandro Correia[740]
CHICONATTO,Patrícia[2]

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo identificar o perfil dos consumidores de suplementos nutricionais de uma loja de nutrição esportiva do município de Guarapuava-Pr, para tanto será utilizada de uma metodologia descritiva com abordagem quantitativa e o instrumento será um questionário com questões objetivas que serão quantificadas e analisadas posteriormente. A análise dos dados será realizada por meio do software Microsoft Office Excel 2013, com uma representação em forma de gráficos e tabelas. Com a busca pela saúde e qualidade de vida associado ao crescimento do mercado fitness, tivemos um aumento no consumo de suplementos alimentares,

Palavras-chave: Fenômenos Fisiológicos da Nutrição Esportiva. Suplementos Nutricionais. Atividade Física. Consumo Alimentar.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente as pessoas tem buscado na pratica de atividades físicas melhorar sua qualidade de vida, sua saúde, seu bem-estar, além de tentar atingir um padrão estético melhor. Incluem-se neste contexto para atingir seus objetivos, três importantes conceitos: Atividade Física, Nutrição e Consumo de Suplementos Nutricionais.

Segundo a Resolução do Conselho Federal de Nutrição (CFN) nº 600/2018, suplementos nutricionais são formulados de vitaminas, minerais, proteínas e aminoácidos, lipídios e ácidos graxos, carboidratos e fibras, isolados ou associados entre si, que servem para complementar a dieta de uma pessoa saudável, com calorias e nutrientes quando a ingestão diária com alimentação não é suficiente.

Conforme Parra *et al*. (2011) o termo suplemento nutricional é uma expressão para designar alguma substância ingerida de forma oral que contenha

[740] Nutrição 6° Período, Faculdade Campo Real.
[2] Professora do Curso de Nutrição do Centro Universitário Campo Real. Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO.

elementos com capacidade para complementar a dieta, frequentemente comercializados sob a forma pó, comprimidos, líquidos, géis ou barras, estas substâncias podem ser derivadas de plantas, vitaminas, aminoácidos, proteínas, minerais, carboidratos, entre outros aspectos.

Atualmente temos um mercado mundial de fitness que apresentou um crescimento e 6,5% no ano de 2017, somando 12 milhões de clientes, e de 5% em receita, com um incremento de 4 bilhões de Dólares. O Brasil figura na décima segunda posição do ranking de faturamento com 2,1 bilhões e no 2º lugar com maior número de academias com um total de 34.509 (Acad, 2018).

Associado ao crescente mercado fitness o consumo de suplementos nutricionais vem aumentando, se difundindo cada vez pelos praticantes de atividades físicas, em busca principalmente do corpo esteticamente perfeito. Isto leva os praticantes a buscarem algo que facilite seus esforços e a procura por suplementos que prometem garantir um resultado mais rápido, melhor e muitas vezes em um curto período de tempo (De Sobral, 2015).

Ainda temos a falta de uma legislação e fiscalização mais rígida na venda de suplementos alimentares sem prescrição médica ou pelo Nutricionista e os constantes lançamentos no mercado desses produtos, prometendo sempre efeitos imediatos e eficazes, sem restrição em sua comercialização, incitam ainda mais o uso inadequado dessas substâncias (Dos Reis et al. 2017).

Dada à importância do aumento do uso de suplementos nutricionais por praticantes de atividades físicas e a falta da prescrição destes produtos pelo profissional habilitado (nutricionista), este estudo propõe-se a avaliar o perfil dos consumidores de suplementos nutricionais de uma loja de nutrição esportiva do município de Guarapuava-Pr.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho consiste de uma referência bibliográfica, através da busca nos bancos de dados, tais como Scielo e Google Acadêmico no período de julho e agosto de 2018. Para tanto será utilizada de uma metodologia descritiva com abordagem quantitativa e o instrumento será um questionário com questões

objetivas que serão quantificadas e analisadas posteriormente. A análise dos dados será realizada por meio do software Microsoft Office Excel 2013, com uma representação em forma de gráficos e tabelas.

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo buscou avaliar o consumo de suplementos nutricionais por consumidores de uma loja física de nutrição esportiva na cidade de Guarapuava-Pr. Devido ao crescente consumo dessas substâncias entre não-atletas e/ou praticantes de atividades física, torna-se fundamental o desenvolvimento de estudos que investiguem o uso e os fatores associados ao mesmo, de modo a alertar à população quanto ao consumo adequado, consciente e devidamente acompanhado pelo profissional Nutricionista.

Na presente pesquisa foi observado uma diferença nos dados encontrados, no estudo de Pellegrini (2017) na cidade de São Carlos-SP com praticantes de musculação teve uma amostra de 400 indivíduos entrevistados sendo (69%; n= 276) de homens e (31%; n= 124) de mulheres, já no estudo de Frade (2016) foram estudados 354 praticantes de atividade física frequentadores de uma academia da cidade de São Paulo-SP, onde a distribuição dos indivíduos segundo o gênero foi bem similar, com um leve predomínio de homens (50,6%; n= 179).

Temos ainda o estudo do Maximiano (2015) com 41 praticantes de atividades físicas de academias de ginastica da cidade de Sete Lagoas-MG com idade entre 18 e 51 anos com média de 27,2 ± 7,2 anos Dentre os participantes, (63,4%; n= 26) eram mulheres e (36,6%; n= 15) eram homens, com a prevalência do gênero feminino notamos atualmente, que a mulher vem se destacando no cenário mundial em diversas áreas, inclusive na busca da prática de atividades que lhe propiciem saúde, lazer, bem-estar e principalmente, que permitam obter um padrão de beleza e a busca da performance, por meio da obtenção de um corpo magro, esbelto, definido e com baixo teor de gordura corporal.

Na loja o público maior também é dos homens que são os maiores consumidores talvez pelo fato de serem mais regulares na pratica esportiva.

Quanto a idade Pelegrini (2017) constatou que jovens da faixa estaria de 18 a 25 anos totalizado (43%; n= 171), idade de 16 a 30 anos com (25%; n= 101) e de 31 a 40 anos com (20%; n= 81) foram os que mais consomem suplementos, no estudo de Maximiano (2015) a idade entre 18 e 51 anos com média de 27,2 ± 7,2 anos. Já para Albuquerque (2012) em sua pesquisa teve 110 pessoas, com um predomínio de indivíduos do sexo masculino, com média de idade de 24 anos no sexo masculino e 23 anos no sexo feminino. Pelo fato de nos estudos serem um público mais jovem estes tendem a buscar mais a pratica de atividades físicas as vezes pela procura de mudanças corporais e estéticas.

Já referente ao consumo dos suplementos nutricionais, em estudo de Frade (2016) apenas (32,2% n=114) praticantes consumiam algum tipo de suplemento e (67,8%; n=240) não consumiam suplementos. Um outro estudo realizado por Maximiano (2015), avaliando o consumo de suplementos, 21 (51,2%) participantes relataram o uso de algum suplemento enquanto 20 (48,7%) participantes não fazem uso dos mesmos.

Enquanto Pelegrini (2017) em seu estudo constatou que (64%; n= 256) consomem suplementos, dentre estes (78,5%; n= 201) são homens e (21,5%; n=55) são mulheres. Já Albuquerque (2012) em sua pesquisa teve 110 pessoas, em relação ao uso de suplementos 86 (78%) disseram usar algum tipo de suplemento. O suplemento mais utilizado foi o whey protein 62 (75%), seguido da maltodextrina com 28 (32%), a cretina 24 (27%) e Complexos Vitamínicos 22 (25%).

O aumento do consumo de suplementos pode ser explicado pelo aumento do número de academias no Brasil e o de praticantes de atividades físicas em diversas modalidades, com um crescimento do mercado fitness mundial (Acad, 2018).

Nos estudos referenciados na pesquisa, ainda podemos encontrar a busca por suplementos sem orientação do nutricionais e sim através de instrutores e/ou amigos ou ainda a auto indicação, outro fator que induz o consumo demonstrado nos estudos é a melhora corporal como ganho de massa muscular e/ou rendimento.

A preocupação desses indivíduos com a estética vem sendo um fator importante para justificar o aumento do consumo de suplementos em ambos os sexos, mostrando a preocupação em relação ao emagrecimento e o

aumento de massa muscular, relacionando este crescimento ao modismo impregnado pela mídia.

Um fator que pode ter contribuído para esta elevada porcentagem é a comercialização de suplementos em locais impróprios ou sem nenhuma prescrição qualificada feita por um nutricionista ou médico, o que contribui para um consumo inadequado (Albuquerque, 2012).

Somado aos aspectos discutidos, o estudo descreve a preocupação com que o consumo de suplementos nutricionais tem aumentado, principalmente pelo que tange a busca destes suplementos, principalmente a estética e o corpo perfeito impregnado pela mídia, com isso temos de ficar atentos e a necessidade de legislar e acompanhar esse crescimento descontrolado do consumo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, com a busca pela saúde e qualidade de vida associado ao crescimento do mercado fitness, tivemos um aumento no consumo de suplementos alimentares, com isso temos de estar atentos e conhecer o perfil deste consumidor para que possamos trabalhar a educação nutricional no esporte conscientizando os praticantes da importância de uma alimentação saudável e a correta utilização dos suplementos, de forma a contribuir para o alcance de seus objetivos prevenido assim o desenvolvimento de danos à saúde.

4 REFERÊNCIAS

ACAD. **Associação Brasileira de Academias**. Mercado mundial do fitness: principais players e mudanças no top tem. Ano 20. 3ª edição. Núm. 82. p.10. 2018. Disponível em: <http://www.acadbrasil.com.br/revista/revista82/index.html>. Acesso em: 25 ago. 2018.

ALBUQUERQUE, Marcos Maciel. Avaliação do consumo de suplementos alimentares nas academias de Guará-DF. **RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 6, n. 32, 2012.

CFN. **Conselho Federal de Nutrição**. Resolução CFN N. 600/2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Num.

600 de 25 de fevereiro de 2018. Brasília. 2018. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CORREA, Damares Bernardino; NAVARRO, Antônio Coppi. Distribuição de resposta dos praticantes de atividade física com relação à utilização de suplementos alimentares e o acompanhamento nutricional em uma academia de Natal/RN. **RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 8, n. 43, 2014.

DE SOBRAL, João AntonioTeotonio; MACÊDO, Érika Michelle; ALMEIDA, Ana Maria. Perfil dos consumidores de creatina praticantes de exercícios de força em academias de Caruaru-PE. **RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 8, n. 48, p. 373-379, 2015.

DOS REIS, Edmara Luzia et al. Utilização de recursos ergogênicos e suplementos alimentares por praticantes de musculação em academias. **RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 11, n. 62, p. 219-231, 2017.

ESCOTT-STUMP, Sylvia; MAHAN, L. Kathleen; RAYMOND, J. Krause, alimentos, nutrição e dietoterapia. 2013.

FRADE, Rogério Eduardo et al. Avaliação do consumo de suplementos nutricionais por frequentadores de uma academia da cidade de São Paulo-SP. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 10, n. 55, p. 50-58, 2016.

MAXIMIANO, Cíntia Monteiro Bastos Fayer; SANTOS, Lana Claudinez. Consumo de suplementos por praticantes de atividade física em academias de ginásticas da cidade de Sete Lagoas-MG. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 11, n. 61, p. 93-101, 2017.

PARRA, Renata Marques Toews; PALMA, Alexandre; PIERUCCI, Anna Paola Trindade Rocha. Contaminação de suplementos dietéticos usados para prática esportiva: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 4, p. 1071-1084, 2011.

PELEGRINI, Andreia; NOGIRI, Fabiana Satie; BARBOSA, Marina Rodrigues. Consumo de suplementos nutricionais por praticantes de musculação da cidade de São Carlos-SP. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 11, n. 61, p. 59-73, 2017.

POSSEBON, Janaina; DE OLIVEIRA, Viviani Rufo. Consumo de suplementos na atividade física: uma revisão. **Disciplinarum Scientia| Saúde**, v. 7, n. 1, p. 71-82, 2016.

SCHNEIDER, Carine et al. Consumo de suplementos nutricionais por participantes de exercícios físico em academias de musculação de Balneário Camboriú-SC. **RBNE-Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, v. 2, n. 11, 2012.

A ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL NA JUSTIÇA RESTAURATIVA

AMARAL, Lucimeli Nogueira[741]
ROSAS, Patrícia Manente Melhem[742]

RESUMO: Este resumo expandido tem como objetivo realizar estudo sobre o Serviço Social na Justiça Restaurativa. Tal estudo mostra-se relevante a medida que busca analisar uma aproximação com a Justiça Restaurativa, com base em seus princípios e valores em solucionar conflitos e violências de forma humanizado perante a Justiça Tradicional que opera através da punição. Neste ínterim, o Serviço Social é uma profissão que intervêm em diversas expressões da "questão social", buscando a defesa dos direitos sociais, inclusão social e autonomia do indivíduo na sociedade, possibilitando o trabalho competente em diversas áreas de inserção profissional.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Serviço Social. Poder Judiciário. Projeto Ético - Político.

1 INTRODUÇÃO

O presente tema é fruto das reflexões do Grupo de Estudos sobre Justiça Restaurativa desenvolvido no Centro Universitário Campo Real de Guarapuava - Pr.

No decorrer deste estudo procura-se analisar aproximações do Serviço Social com a Justiça Restaurativa, com base no Projeto Ético-Político do Serviço Social. Justifica-se a temática, pelo interesse em trazer a discussão e entendimento da Justiça Restaurativa como novo método de trabalho do Poder Judiciário.

Para a realização do presente estudo parte-se da pesquisa exploratória que possibilitou a busca pelos referencias teóricos e estabelecera pesquisa bibliográfica, que busca analisar a contextualização da área do Serviço Social no campo socio-jurídico, como também, da Justiça Restaurativa, utilizando-se da pesquisa qualitativa neste estudo, que desperta ampla reflexão do assunto.

No decorrer do texto, em primeiro momento pretende-se abordar a contextualização da Justiça Restaurativa, método de solução dos conflitos no âmbito do Poder Judiciário. Em segundo momento, busca-se abordar o Serviço

[741] Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Unilagos, em 2014; Acadêmica do curso de pós-graduação Gestão de Conflitos pelo Centro Universitário Campo Real.
[742] Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2002); Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2008); Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa; Coordenadora de grupos de estudos sobre Justiça Restaurativa; Professora no Centro Universitário Campo Real.

Social no campo sócio-jurídico, profissão que nasce da divisão sócio técnica do trabalho, que luta pela garantia dos direitos sociais. E por fim, analisar o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

2 JUSTIÇA RESTAURATIVA

A Justiça Restaurativa "visa a humanização dos processos de resolução de conflitos e violências, por acreditar que punição aumenta a probabilidade de maior desumanização da pessoa pela permanência na falta de consciência e compreensão sobre o ato praticado"(MUMME, 2016, p. 97), vem para reavaliar a Justiça Tradicional, mas não para substituí-la, e sim em contrapartida na implementação de princípios e valores promovendo uma democracia participativa entre a vítima, o infrator e a comunidade, por meio do diálogo.

A Justiça Restaurativa nasce da cultura de povos indígenas e aborígenes que utilizavam da prática de resolução de conflitos através da participação de toda comunidade na solução do problema. Com esta prática, a Justiça Restaurativa é projetada e implantada na década de 70 e 80 nos países Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia, como método para resolver os conflitos e violências de forma humanizado. (BACELLAR; GOMES; MUNIZ, p.321, 2016). Chega ao Brasil em 2004, passa a ser desenvolvida por meio de três experiências-piloto em Brasília, Rio Grande do Sul e São Paulo, a partir de então outras regiões passam aderir o novo método de princípios e valores implementados em contraposição da Justiça Tradicional, ou seja, justiça punitiva.(MUMME, 2016, p.87).

PENIDO, MUMME, ROCHA, (2016, p. 208), ressaltam que a Justiça Restaurativa passa a existir por meio Poder Judiciário, com a finalidade de reformulação de práticas excludentes no âmbito judiciário no país, fortalecendo desta forma a convivência social, responsabilizando os infratores, reparando os danos causados a vítima.

2.1 SERVIÇO SOCIAL E O PODER JUDICIÁRIO

O Serviço Social apresentado por Schöenberg (2009, p. 85) "é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, realiza sua ação

profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada". Desta forma, o Serviço Social tem caráter sociopolítico, interventivo na defesa dos direitos atrelado às políticas públicas e sociais do cidadão, que, baseados em métodos, instrumentos e técnicas intervêm na questão social.

No Brasil, a atuação do profissional de Serviço Social no sistema judiciário e penitenciário apresenta histórico de trabalho relacionado a infância, sendo o Juízo de Menores do Rio Janeiro o primeiro campo de intervenção profissional dos assistentes sociais na área jurídica. A partir de então, a inserção do profissional na área jurídica, foi ao encontro de novas práticas de trabalho, citando a fiscalização do trabalho infantil uma delas, como também passando a desenvolver o mesmo trabalho em São Paulo.

O Conselho Federal de Serviço Social dispõe que "a elaboração do novo Código de Menores, em 1979, e do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, provocaram uma franca expansão das frentes de atuação do/a assistente social" (CFESS, 2014). O Serviço Social expandiu-se a partir da Constituição Federal de 1988, inserindo-se em diversas áreas jurídicas.

O assistente social tem como principal atribuição na área sócio jurídica assessorar o juiz na decisão, a partir de estudo social de sujeitos envolvidos em determinados fatos, na solução ou resposta aos conflitos sociais. Ainda,a intervenção do profissional no campo Judiciário "requer o conhecimento das consequências do aprofundamento da questão social, da aglutinação dos conflitos sociais gerados pela crise da ordem social capitalista e as formas de enfrentamento do Estado" (CASTRO apud ALAPANIAN, 2012). Diante do exposto, em contrapartida o Serviço Social busca ampliação e consolidação da cidadania, por meio do acesso aos direitos civis, sociais e políticos, na busca da autonomia dos sujeitos.

2.2 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O Código de Ética do Assistente Social, Resolução CFESS N. 273, de 13 de Março de 1993, é documento de caráter jurídico-normativo que orienta o assistente social em sua atribuição profissional, composto por princípios fundamentais, direitos e deveres do assistente social, que da norte a legitimidade

da profissão, assim como, compromisso e qualidade dos serviços prestados. O Código de Ética do assistente social é composto por 11 princípios "fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social" (BARROCO, 2012, p. 120). Tais princípios norteiam o profissional nos serviços prestados, na viabilização dos direitos dos usuários.

Segundo TEIXEIRA & BRAZ (2001, p. 05) o "projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação". Entende-se que o Serviço Social caminha em direção à esta transformação por meio da dimensão política manifestada na prática profissional, nas intencionalidades das ações, em meio ao movimento contraditório das classes, na perspectiva do acesso dos direitos universais mais justo e igualitário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do Grupo de Estudos sobre Justiça Restaurativa, propiciou conhecimentos que contribuirão para o exercício da profissão do Serviço Social. Assim, a pesquisa desenvolvida propiciou conhecimento do papel fundamental que a Justiça Restaurativa apresenta no Poder Judiciário, inovando e ampliando seu espaço diante da resolução dos conflitos e violências que aumentam cada vez mais, podendo ser solucionados por meio de mediações e conciliações, e diminuindo inúmeros casos punitivos.

O Serviço Social, profissão cujo objeto de trabalho são as expressões da questão "social". Trabalha no intuito da garantia dos direitos sociais e igualdade de acesso destes pela população. Este profissional visa combater a exclusão social, atuando na promoção e inclusão dos sujeitos, na garantia e da emancipação dos mesmos, buscando a efetivação dos direitos sociais. Tendo em vista a pouca produção teórica das práticas do Serviço Social na Justiça Restaurativa, é percebível que ainda há desconhecimento pela categoria deste novo método de resolução de conflitos no âmbito Judiciário, havendo a necessidade de pesquisas científicas para respostas concretas. Uma aproximação da Justiça Restaurativa é a inserção e o fortalecimento do Serviço Social no judiciário, em meio a este espaço contraditório, o profissional luta pela

garantia dos direitos, a igualdade de acesso e democracia, seja pela efetivação do Estatuto Da Criança e do Adolescente - ECA, por meio de medidas socioeducativas, de acordo como Código de Ética da Profissão.

4 REFERÊNCIAS

BACELLAR, Roberto Portugal; SANTOS, GOMES, Jurema Carolina da Silveira; MUNIZ, Laryssa Angélica Copack.**Implementação da Justiça Restaurativa no Poder Judiciário: uma experiência do Estado do Paraná**. In: CRUZ, Fabrício Bittencourt (Coord.). *Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225*. - Brasília: CNJ, 2016.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado.** Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, (organizador). - São Paulo: Cortez , 2012.

BRASIL. **Códigode ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10 ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br> Acesso em set. 2018.

BRASIL. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico subsídios para reflexão**. - 4 série. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social,[2014]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br> Acesso em set. 2018.

CASTRO, Daiane Melo de. O Serviço Social no campo das práticas sócio jurídicas. Publicado em 04 de November de 2012. Disponível em: <https://www.webartigos.com> Acesso em set. 2018

MUMME, Monica. **Justiça Restaurativa: um caminho de valor social que acontece no coletivo**. In. PELIZZOLI, Marcelo L. (Org.) 2 ed. - Caxias do Sul, RS: Educs; Recife; PE: UFPE, 2016

PENIDO, Egberto de Almeida; MUMME, Monica Maria Ribeiro; ROCHA, Vanessa Aufiero. **Justiça Restaurativa e sua humanidade profunda diálogos com a Resolução 225/2016 do CNJ.** In: CRUZ, Fabrício Bittencourt (Coord.). *Justiça restaurativa: horizontes a partir da Resolução CNJ 225*. - Brasília: CNJ, 2016.

SCHÖENBERG, Arnold.**O Serviço Social na contemporaneidade: demandas e respostas**. In. PIANA, Maria Cristina.*A construção do perfil do assistente social no cenário educacional* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. AvailablefromSciELO Books. Disponível em: <http://books.scielo.org> Acesso em set. 2018

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do Serviço Social.***Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Artigo, 2001. Disponível em: < http://www.abepss.org.br> Acesso em set. 2018

A VIOLÊNCIA DOMESTICA CONTRA A MULHER

BONFIM, EmanuellyBarboza[743]
LIMA, Tifani De Paula[1]
PELEGRINI, Luciana[744]
ROSAS, RudyHeitor[745]

RESUMO: O objeto de estudo consiste em apresentar as diversas formas de violência contra a mulher, expondo seus direitos constituídos em lei. A violência em seu contexto geral tem sido caracterizada como um grave problema mundial, sendo gerado por alguns fatores presentes em nossa sociedade, levando a um desvio social com consequências a desestruturação da personalidade de um individuo. Em especifico a violência contra a mulher, é um fator que tem se tornado evidente sendo um objeto de estudo sociológico e jurídico, os quais comprovam que os resultados da violência contra a mulher são avassaladores para sua saúde física e mental.

Palavras-chave: violência doméstica. Mulher. Fator social. Parceiro. Agressão.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar a violência domestica contra a mulher e alguns fatores sociais que tem como função a causa desta violência os quais lesam direitos primordiais assegurados pela Constituição Federal de 1988, juntamente com a Lei Maria da Penha que tem como principal objetivo amparar a mulher em situação causada por quaisquer tipos de violências.

E também as dificuldades que as mulheres têm ao enfrentar tamanha violência, estando expostas as agressões cometidas principalmente pelos seus parceiros com os quais possuem laços familiares e sentimentais ficando muitas das vezes caladas, deixando de lado a busca por seus direitos.

2 DESENVOLVIMENTO

Segundo Silva (1992). A violência contra a mulher é um fato decorrente de séculos, que tem aumentado dia após dia tornando a mulher ainda mais vitimizada por seus parceiros e sociedade. O termo violência contra a

[743]Acadêmicos. Direito, segundo período noturno, Centro Universitário Campo Real.
[744]Coordenadora, docente do curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.
[745] Orientador,docente do curso de Direito, Centro Universitário Campo Real.

mulher é caracterizado por vários fatores não sendo eles apenas de caráter físico, mas também advindo de um caráter simbólico, abrangendo a violência de várias formas, falamos de um problema psicossocial, cultural e jurídico com grande relevância, pois ele traz consequências que além de afetar a própria mulher e familiares, afeta também a sociedade de uma forma geral.

Segundo Giordani (2006), mulheres no mundo inteiro sofrem violência na maioria das culturas e classe sociais, e todos os níveis de educação, além de capacidade econômica, raças, etnias, onde são exploradas, violentadas e oprimidas.

Porém a Lei infraconstitucional n° 11.340 de 07 de agosto de 2006 deixa claro que:

> Art. 2° - Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas às oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Segundo Giordani (2006). No geral a violência doméstica contra a mulher acontece por parte do parceiro não tendo apenas o ato agressivo, mais muitas das vezes tem por objetivo o domínio sobre a mulher possuindo-a como um simples objeto, sem ter a possibilidade de realizar os seus principais interesses pessoais e profissionais na sociedade, agindo de acordo a vontade imposta pelo dominador.

Dentro do contexto de dominação e ciclo da violência, a mulher torna-se hipossuficiente, pois o agressor acaba extinguindo aos poucos o contato social com familiares e amigos fazendo-a acreditar que tudo oque acontece dentro do relacionamento conjugal é culpa da vítima, resultando em sua manipulação, tonando-se prisioneira dentro do lar, vivenciando momentos aterrorizantes.

A violência contra a mulher acontece de diferentes formas sendo exemplo: violência física compreendida como lesão corporal (tapas, murros, empurrões, perturbações, ameaças com armas, empecilho de garantir a sua própria renda). Violência psicológica: é todo dano emocional referido uso de palavras de baixo calão, alegações que a mulher não faz nada direito, não é boa mãe, recusa de carinho, impedimento de socialização e etc. Violência sexual:

entendida como impedimento de uso de contraceptivos, manter relações sexuais forçadas, criticas no desempenho sexual da mulher. Violência patrimonial: atitudes que levam a ações de destruição, como quebra de móveis, apropriação de objetos pessoais da mulher tanto para jogar no lixo quanto para esconder. Violência Moral: atos que ferem a honra da mulher, como a injuriam. (DIAS 2012)

Conforme cita explicitamente a Lei infraconstitucional n° 11.340 de 07 de agosto de 2006:

> Art. 7° - São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:
> I – A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
> II-A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularizarão, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e a autodeterminação;
> III-Violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimonio, à gravidez, ao aborto ou a prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
> IV- Violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas vontades;
> V- Violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calunia difamação ou injuria.

Após a compreensão dos tipos de violência contra a mulher e suas principais características pode-se relatar que estes determinados atos geram na mulher sentimentos de opressão, intimidação, culpa, medo, dependência, fragilização, aterrorização, entre outros sentimentos esses que ferem a sua integridade psíquica acreditando não existir quaisquer outras opções de vida se não a que ela vivencia, tornando-se vitima de si mesma.

Buscando medidas para coibir a violência contra a mulher, no ano de 1985foi criada a primeira delegacia de defesa da mulher (DDM), na cidade de São Paulo, que se disseminou no Brasil, nos níveis municipal e estadual. (SILVA,

1992; SAFFIOTI, 1994; MACHADO, 2000; TELES & MELO, 2002, apud GIORDANI, 2006, p.149).

O principal objetivo da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) é o atendimento a mulheres que são vitimadas por seus parceiros, seja por qualquer tipo de violência física ou psíquica.Um grande problema enfrentado pela mulher nos dias atuais é fazer o relato das agressões efetivadas por seus parceiros, sendo por medo de receber violências maiores e penosas e também pensar na estruturação de sua família, além de pensarno impacto que a ação da denuncia pode trazer na vida dos filhos a imagem do pai como um bandido, porque além da denuncia outras medidas poderão ser cabíveis para determinados casos de medida protetiva em tutela a vida da mulher.

Pode-se citar como medida efetiva de proteção à violência Domesticaa lei 11.340/2006, nomeada como Lei Maria da Penha, criada especificamente para amparar a mulher, trazendo a possibilidade de a mesma retomar uma vida digna, podendo ter direitos e desejos realizados sem imposição de alguém, sendo dona de si mesma, podendo ir e vir sem restrições. Acreditando ser capaz de poder estar no patamar que desejar, sendo na questão financeira, social, educativa entre tantos outros, deixando de ser um simples objeto de uso e passando a ser um individuo de direitos.

A lei Maria da penha obteve sua principal fundamentação na Constituição Federal de 1988:

> Art.226- A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
> § 8.º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Considerando o que a constituição relata sobre a violência contra a mulher, assegurando não somente a ela, mais também a família citada como base da sociedade contemplando direitos primordiais a sua integridade e no âmbito de suas relações. Após ser instituída a Lei Maria da Penha sofreu varias alterações, pois por sua vez não abrangia com totalidade os objetivos de proteção a todos os tipos deagressão que acontecia dentro dos lares. Depois de muitas modificações esta lei passou a ter maior consistência atingindo de maneira totalitária os objetivos pela qual foi criada.

No entanto no que tange a aplicabilidade e utilização da Lei, é necessário muito mais do que apenas uma lei positivada, pois é importante que a vítima e também a sociedade no geral denunciem qualquer tipo de agressão fazendo com que assim de fato o que esta lei prevê venha ser aplicado possuindo grande eficácia. Nada é mais importante do que lutar pelo direito de dignidade e gozar de uma vida com saúde, lazer e principalmente com segurança.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do percentual de violência doméstica ser grande ainda em quase 95% no Brasil, o homem sendo o principal agressor, todos os dias as mulheres tem lutado por seus direitos e sua dignidade, enfrentando o medo e julgamentos apontados pela sociedade e muitas delas tem aberto suas relações em busca de ajuda, essa oferecida e amparada pelo estado, abrindo espaços para muitos projetos desenvolvidos especificamente na reintegração da vitima no contexto social.

Desta forma é orientada a todas as mulheres que sofrem agressões advindas de qualquer forma buscar seus direitos ligando no 180 ou em qualquer canal de atendimento ao cidadão ao qualse encontram profissionais capacitados para atende-las. Dizer não a violência é um dever de todas.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 ago.2018.

BRASIL.**Lei nº 11.340/2006.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 26 ago.2018.

DIAS, Maria Berenice. **A lei Maria da Penha na justiça**. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais,2012.

GIORDANI, AnnecyTojeiro.**Violências contra a mulher**. São Caetano do Sul:Yendis, 2006.

CONSEQUÊNCIAS URBANAS DA IMPLANTAÇÃO DE SHOPPING CENTERS EM CIDADES MÉDIAS: REVISÃO DA LITERATURA ENTRE 2010 E 2017

LACHOWSKI, Joice Chiquito[746]
MATTOS, Lorhuane Ferreira[747]
MACHADO, Marcio Siqueira[748]

RESUMO: Esse trabalho faz uma revisão bibliográfica de artigos que versam sobre a implantação de shopping centers em cidade médias. O recorte temporal é entre 2010 e 2017. Foram nove artigos selecionados e analisados comparativamente com o caso do Shopping Cidade dos Lagos. Os resultados demonstram que existem grandes semelhanças entre casos similares com o processo de reestruturação urbana que está em curso na cidade de Guarapuava. Fica evidenciada a importância de novas pesquisas que conectem experiências parecidas em contextos urbanos parecidos.

Palavras-chave: cidades médias. centralidade. comércio. produção do espaço urbano. shopping center.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca realizar uma breve revisão da literatura sobre shopping centers em cidades médias brasileiras. O recorte temporal está entre 2010 e 2017 sendo possível trabalhar com textos mais atualizados com as atuais dinâmicas econômicas do Brasil.

A justificativa vem da recente instalação do Shopping Cidades dos Lagos no município de Guarapuava. O objetivo é fornecer uma seleção e análise da literatura existente para futuras pesquisas mais aprofundadas.

Foram selecionados como objeto de pesquisa 9 artigos disponíveis na internet que serão estudados. É feita pesquisa qualitativa com caráter exploratório. Nas considerações finais são feitas observações que misturam essas análises com o caso de Guarapuava.

O trabalho está em fase preliminar, inserido no Programa de Monitoria em Planejamento Urbano e Urbanismo do curso de graduação em Arquitetura e

[746] Licenciada em Pedagogia - UNICENTRO (2012) e graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Campo Real (9º período)
[747] Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Campo Real (8º período)
[748] Arquiteto e Urbanista - UFRGS (2007), Mestre em Planejamento Urbano e Políticas Públicas - Politecnico di Milano (2010), Mestrado Profissional em Planejamento Urbano - University of Southern California (2014) e doutorando em Gestão Urbana (PUC-PR).

Urbanismo. Seus resultados serão utilizados nas suas fases subsequentes ou por outros pesquisadores. Fica relevante deixar um registro recente de uma grande “inflexão urbana” (DUARTE, CLOVIS; 2009) na cidade: ou seja momento de grande mudança na sua estrutura urbana de uma localidade. Esse está sendo o caso a consolidação do shopping e construção do bairro planejado Cidade dos Lagos.

2 DESENVOLVIMENTO

O texto mais antigo analisado (SILVA, 2010) discorre sobre como shopping centers influenciam a formatação padrão de valorização da terra urbana e condicionam eixos de expansão. Ele traz ainda dados da ABRASCE de 1989 até 2011 como o grande aumento do número de shoppings no Brasil e sua concentração cada vez maior em cidades médias. Ele vai além, pois “fala da localização com alcance regional de alguns deles” (SILVA, 2010, p. 14), destacando que muitos deles estão em rodovias como é o caso do Shopping Cidade dos Lagos que claramente tem um alcance maior que o local.

O próximo autor (GOMES, 2015) segue na mesma linha:

> a desconcentração econômica das grandes cidades do Brasil e surgimento de “cidades emergentes” ou novos espaços produtivos onde aconteceu forte processo de urbanização e predominância do setor comercial e de serviços na economia local” (GOMES, 2015, p 517)

A situação é bem semelhante ao caso de Guarapuava que cada vez torna-se um pólo de serviços, especialmente educacional, e também comercial. Poderíamos classificar a cidade como “emergente”. Até mesmo o estudo de caso do autor, Uberaba, em Minas Gerais, se assemelha ao daqui: cidade média relativamente distante de grandes centros metropolitanos.

Já a próxima autora (GÓES, 2016) desenvolve sua hipótese baseando-se em uma tríade: consumo, simulação e controle social. Ela fala ainda de um tema importante quando se busca entender o sucesso dos shopping centers: violência. Esse tema é fundamental porque tem consequências não apenas no local do empreendimento mas na cidade toda que o recebe. Muitas vezes antigos espaços abertos utilizados pela população de cidades menores

acabam por ser substituídos por áreas dentro do shopping pois o mesmo torna-se a “praça pública contemporânea” (GÓES, 2016, p. 77).

O potencial para traçarmos paralelos com Guarapuava é imenso. O antigo cinema da cidade fechou e foi reaberto no shopping que tem se tornado atração bastante procurada nos finais de semana. Isso reflete em projetos urbanos, estratégias de desenho e paisagismo e arquitetura em locais públicos. Como exemplos a autora traz Pres. Prudente, Marília, S. Carlos, S. J. do R. Preto, Rib. Preto e um caso aqui no Paraná: Londrina.

Os geógrafos Priscila Engel (ENGEL, 2015) e André Castro (CASTRO, 2011) abordam um tema muito importante para ser comparado com o do Shopping de Guarapuava: redefinição de centralidades. Teria o norte do município potencial para tornar-se uma nova centralidade da cidade, competindo com o centro histórico estabelecido com a implantação do bairro e shopping?

Oliveira é mais direto (OLIVEIRA, 2016) ao falar de impactos gerados por tais construções, focando na redefinição da estrutura urbana do local onde é implantado. Seu estudo de caso, uma capital estadual, Campo Grande, talvez não tenha tanta relevância para um caso de cidade regional.

Por fim o último autor (SOARES, 2017) faz um histórico da expansão do comercio no Brasil e descreve “novas lógicas de produção e consumo em cidades médias” (SOARES, 2017, p. 40), com dados sobre crescimento do consumo dos municípios entre outros. Interessante perceber que o shopping não é apenas um aumento no porte do comércio naquela cidade mas traz essas novas lógicas. O autor fala de: casos bem distintos Ribeirão Preto em São Paulo e Juazeiro do Norte no Ceará.

Nesse levantamento bibliográfico ainda estão dois artigos de jornais. No primeiro (ALMEIDA, 2013) é destacada a dinâmica empresarial desses empreendimetos, no segundo (MANSUR, 2012), bem mais recente, o jornalista foca nas oportunidades trazidas com a implantação desses grandes centros de comércio.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o mesmo fenômeno que está ocorrendo em Guarapuava já foi motivo de análise e estudo em outras cidades. O mesmo processo de concentração de recursos e posterior criação de shopping center para consumo e valorização da terra aconteceu em outras localidades. Percebe-se também o aumento da importância das cidades médias nessa dinâmica comercial.

Novos trabalhos e são necessários com coleta de dados e análise quantitativa mais aprofundada do caso de Guarapuava para entendermos melhor as consequências que ainda estão se acentuando. A verticalização da cidade causada pela valorização do preço do solo, o crescimento da população e a consolidação do município como pólo regional são também de certa forma causa e ao mesmo tempo consequência da implantação do shopping.

4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marília. Novos shoppings em pequenas cidades criam impasse entre construtores. **Jornal Brasil Econômico**. São Paulo, 9 ago 2013.

DUARTE, Fabio; ULTRAMARI, Clovis. Inflexões urbanas. **Editora Champagnat.** Curitiba, ano 2009.

ENGEL, Priscila Estevam. Shopping Centers e a redefinição dos fluxos em cidades médias: apontamentos iniciais sobre Presidente Prudente-SP e São José do Rio Preto-SP. **Revista UEG**. Anápolis, ano 2015.

GÓES, Eda. Shopping Center: consumo, simulação e controle social. **Finisterra,** Lisboa, out. 2016.

GOMES, Maria Terezinha Serafim**.** Dinâmica econômica e cidades médias: uma análise sobre a cidade de Uberaba na região Triângulo Mineiro**. Revista GEO USP.** São Paulo, ano 2015.

MANSUR, Carolina. Cidades de médio porte são a bola da vez para os shoppings. **Jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte, 25 nov 2012, disponível em <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/11/25/internas_economia,331946/cidades-de-medio-porte-sao-a-bola-da-vez-para-os-shoppings.shtml> acesso em 16 ago 2018.

OLIVEIRA, Gisele Ferreira Silva de; DOMINGUES, Alex Torres. Impactos gerados pela construção de um shopping center: O caso do shopping Campo Grande – MS. **Revista Unioeste**. Paraná, ano 2016.

SILVA, William Ribeiro da. Reestruturação Urbana e shopping centers. Os nós dos nós da rede urbana. **Observatório Geográfico da America Latina**. Rio de Janeiro, ano 2010.

SOARES, Cláudio Smalley. A nova geografia do comércio e do consumo em cidades médias: produção do espaço urbano e reestruturação da cidade. **XVII ENANPUR**. São Paulo, ano 2017.

CONTROLE BIOLÓGICO DO FUNGO *botrytis* NA PÓS COLLHEITA DO MORANGO COM EXTRATO DE CANELA E GENGIBRE

LARA, Larine de [749]
Stipa, Mirian[1]
BONAPAZ, Rúbia dos Santos[750]

RESUMO: A partir do fato de que o morango possui uma rápida deterioração, o presente trabalho busca alternativas mais naturais e com menor risco a saúde do consumidor para aumentar a vida útil do produto e o tempo de prateleira, assim como proporcionar uma maior qualidade nutricional e sensorial do produto, tendo como objetivo evidenciar a eficácia dos extratos de canela e gengibre no controle microbiológico. Houve crescimento em 7 amostras e 1 mostra manteve-se sem crescimento por 27 dias, possibilitando a evidência de que o óleo de canela foi efetivo como efeito fungicida. Sendo necessário mais experimentos para comprovação.

Palavras-chave: *Botrytis.* Controle biológico. Extrato de gengibre. Extrato de morango. Pós colheita.

1 INTRODUÇÃO

Os frutos, por estarem expostos no ambiente, ficam expostos a vários micro-organismos causadores de doenças (fitopatógenos), como fungos e bactérias, que os atingem mesmo após a colheita.

> Reduzir as perdas na pós-colheita em frutas com elevado conteúdo de água e de nutrientes se torna um desafio. O morango, por exemplo, está em constante atividade biológica até atingir a senescência, o que facilita o aparecimento de doenças e lesões mecânicas gerando perdas aos produtores (KADER, 2002).

O controle de doenças pós-colheita, concentram-se em aplicações de fungicidas sintéticos (CALVO-GARRIDO, 2013), porém os consumidores tem se mostrado preocupados com a saúde, o que leva os produtores a uma busca por processos naturais, como os orgânicos, devido a maior qualidade sensorial e nutricional.

A doença do mofo-cinzento é causada pelo patógeno *Botrytis. cinerea*, um fungo filamentoso da família *Sclerotiniacea*e capaz de infectar uma ampla variedade de hospedeiros (HOLZ et al., 2004). Afeta, sobretudo “flores e frutos, causando manchas foliares, apodrecimento de brotos, tombamento em

[749]Nutrição. 6º período. Centro Universitário Campo Real
[750]Docente. Mestre em Produção Vegetal. Centro Universitário Campo Real

plântulas, cancros em caules, pecíolos e hastes e podridões em bulbos, colmos, rizomas, tubérculos e raízes" (TÖFOLI et al., 2011), que podem acontecer por infecção direta ou lesões oriundas de práticas culturais (PASINI, 2009).

Na canela, a constituição química varia significativamente em relação às distintas partes da planta, a casca é rica em aldeído cinâmico e a folha é fonte de eugenol (KOKETSU et al. 1997). O eugenol foi citado em diversos trabalhos como inibidor do crescimento microbiano (FARIA et al. 2006)

. Segundo Santurio e colaboradores (2007) o óleo essencial extraído da canela apresenta um potencial antimicrobiano significativo frente a bactérias e fungos. Os óleos essenciais de canela possivelmente possuem um princípio ativo com ação fungicida conforme constatado também por Bolkan et al. (1981)

Carvalho et al. (2008) e Lorenzi & Matos (2002) indicaram que ervas aromáticas como gengibre possuem ação bactericida, fungicida, pois apresentam na constituição química a aliicina, inulina, o gingerol e o shorgaol, respectivamente. Conferindo a estas plantas alto potencial de controle de vários fitopatógenos

A partir do fato de que o morango possui uma rápida deterioração, o presente trabalho busca alternativas mais naturais e com menor risco a saúde do consumidor para aumentar a vida útil do produto e por conseqüência o tempo de prateleira, assim como proporcionar uma maior qualidade nutricional e sensorial do produto, tendo como objetivo evidenciar a eficácia dos extratos de canela e gengibre no controle microbiológico.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho foi realizado no laboratório de Biofísica e de Dietética do Centro Universitário Campo Real. Foi utilizado 60g de canela em pal com 100 mL de água e 60g de gengibre cortado em cubos com 100 mL de água, sendo colocado para fervura em um equipamento em que não havia contato com oxigênio e o vapor que seria o extrato foi encaminhado para outra vidraria.

Foram realizadas 3 amostras de morangos com extratos de gengibre e 3 amostras de morango com extratos de canela, além do controle positivo e negativo, semelhante ao artigo de Carli (2010).

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

> A taxa respiratória do morango é muito alta, e, em temperatura ambiente, sua deterioração é acelerada na pós-colheita. Essa taxa pode ser alterada de quatro a cinco vezes mais, quando se tem um aumento de 10ºC na temperatura, podendo dobrar com uma temperatura de 20ºC e chegar a 50% com o amadurecimento (SANTOS et al., 2014).

É considerado um fruto não climatério com uma pós-colheita estimada em menos de cinco dias, que tende a uma desidratação acelerada, “desordens fisiológicas, hematomas, lesões mecânicas, e infecções causadas por vários agentes patogênicos” (SALLATO et al., 2007), como fungos, bactérias, nematoides e vírus (HENZ, et al., 2008), as quais podem acometer a cultura durante seu desenvolvimento (BRAGA, 2012). Isso acarreta investimentos e ou medidas de controle de doenças e manejo da cultura, que dificultam sua a produção e a tornam mais custosa.

> Os sintomas da doença, nos frutos verdes do morango, são inicialmente, o aparecimento de manchas marrons, que vão se expandindo até tomar todo o fruto, que apresenta uma coloração acinzentada e uma cobertura característica do mofo-cinzento. Sobre os frutos maduros, ocorre primeiramente o surgimento de manchas descoloridas que se expandem por todo o órgão tornando-os impróprios para o consumo, pois altera sabor e odor tornando-os desagradáveis. Como os frutos verdes, os maduros também ficam recobertos pelo mofo cinzento, apodrecendo rapidamente (DIAS et al., 2005).

A segurança alimentar de produtos olerícolas passou a ser uma exigência do mercado consumidor. As podridões pós-colheita de frutos resultam em perdas econômicas significativas (Rozwalka et al., 2008), por isso, há uma constante busca por métodos alternativos que possam ser utilizados para minimizar tais perdas e contribuir com o meio ambiente. As plantas medicinais, condimentares e aromáticas vêm sendo muito estudadas no controle de vários fitopatógenos, devido aos princípios ativos presentes com potencial fungicida e/ou bactericida.

A canela (Cinnamomun zeylanicum), apresenta como um dos principais componentes diterpenos de atividade inseticida (Lorenzi, 2002). O gengibre em seus rizomas possuem gingerol, zingebereno e carboidratos como os principais princípios ativos (Albuquerque, 1989)

Houve crescimento em 7 amostras e 1 mostra manteve-se sem crescimento algum por 27 dias, possibilitando a evidência de que o óleo de canela foi efetivo como efeito fungicida.

Figura 1 – Amostra com extrato de canela sem crescimento microbiano e amostra com extrato de canela com crescimento microbiano (fungos)

Fonte: Autores 20018

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos artigos e revisões bibliográficas evidencia-se a eficiência dos extratos de gengibre e canela no controle biológico de fitopatógenos evitando sua deterioração. Mas, em prática, constatou-se que apenas uma amostra, sendo essa de canela, não apresentou crescimento microbiano, permanecendo intacta por 27 dias.

Percebe-se que pode ter interferências no trabalho, na qualidade da matéria prima, concentração na amostragem e fatores que possam influenciar no morango, como a pré-disposição devido a exposições anteriores na pré e pós colheita. Sendo necessário mais experimentos e estudos para comprovação e compreensão do assunto.

4 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J.M. **Plantas medicinais de uso popular**. Brasília: ABEAS/MEC, 1989.

ANGLE, J.S.; DUNN, K.A.; WAGNER, G.H. Effect of cultural practices on the soil populations of Aspergillus flavus and Aspergillus parasiticus. **Soil Science Society of America Journal**, v.46, n.2, p.301-303, 1982.

BOLKAN, H.A.; RIBEIRO, W.R.C. Efeito do extrato de alho em Cylindrocladium clavatum, Fusarium moniliforme var. subglutinans e Rhizoctonia solani. **Fitopatologia Brasileira**, Brasília, v.6, n.1, p.565-566, 1981.

BRAGA, Daniela O. **Qualidade pós-colheita de morangos orgânicos tratados com óleos essenciais na pré-colheita**. 2012. 74 f. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Alimentos) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

CALVO-GARRIDO, C. et al. Biological control of Botrytis bunch rot in organic wine grapes with the yeast antagonist Candida sake CPA-1. **Plant Pathology**, 62, p. 510-519, 2013.

CANER, C.; ADAY, M. S.; DEMIR, M. Extending the quality of fresh strawberries by equilibrium modified atmosphere packaging. **Europen Food Research and Tecnology,** Berlin, v. 227, p. 1575 – 1583, 2008.

CARLI MD; FARIA CMDR; BALDIN I; FARIA MV; RESENDE JTV. Extrato de canela no controle in vitro de patógenos de pós-colheita. 2010. **Horticultura Brasileira** 28: S1091-S1093

CARVALHO, R.A. et al. **Extratos de plantas medicinais como estratégias para o controle de doenças fúngicas do inhame (Dioscorea sp.) no Nordeste**. Disponível em: <htpp://www.emepa.org.br/anais/volume1/av107.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2008. [Links]

DIAS, Iara E. **Crescimento micelial e produção de toxinas por fungos de armazenamento associados a grãos de milho sob diferentes níveis de restrição hídrica**. 2012. 57 f. Dissertação (Mestrado em Patologia das Sementes) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012

HENZ, Gilmar P. et al. Incidência de doenças de pós-colheita em frutos de morango produzidos no Distrito Federal. **Embrapa Hortaliças**, Brasília, 2008.

HENZ, Gilmar P. et al. Incidência de doenças de pós-colheita em frutos de morango produzidos no Distrito Federal. **Embrapa Hortaliças**, Brasília, 2008.

HOLZ, G.; COERTZE, S.; WILLIAMSON, B. **The Ecology of Botrytison Plant Surfaces.** Springer, Dordrecht, Netherlands, 2004.

KADER, A. **Postharvest Technology of Horticultural Crops.** Riverside: UC Regents, 3 ed., 535 p., 2002.

KOKETSU, M.; GONÇALVES, S. L.; GODOY, R. L. O. The bark and leaf essential oils of cinnamom (Cinnamomum verum Presl) grown at Paraná, Brazil. **Ciênc. Tecnol. Aliment**., Campinas, v.17, n.3, p. 281- 285, 1997.

LORENZI H; MATOS FJA. 2002. **Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas.** Instituto Plantarum: São Paulo, 532p.

PASINI, Josiani. **Tratamentos alternativos no controle d podridão pós-colheita de morangos.** 2009. 63 f. Monografia (Tecnóloga em Alimentos) -

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves, 2009.

ROZWALKA LC; LIMA MLRZC; MIO LLM; NAKASHIMA T. 2008. Extratos, decoctos e óleos essenciais de plantas medicinais e aromáticas na inibição de Glomerella cingulata e Colletotrichum gloeosporioides de frutos de goiaba. **Ciência Rural** 38: 301-307.

SALLATO, B.V.; Torres R. ; ZOFFOLI, J. P.; LATORRE, B. A. Effect of boscalid on postharvest decay of strawberry caused by Botrytis cinerea and Rhizopus stolonifer. Span. **J. Agric. Res**., 5: 67- 68, 2007.

SANTOS, Danielle A. **Biological control in strawberries in natura**. 2014. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnologia em Alimentos) - Federal Technology University - Parana. Londrina, 2014.

SANTURIO, J. M., et al. Atividade antimicrobiana dos óleos essenciais de orégano, tomilho e canela frente a sorovares de Salmonella entérica de origem avícola. **Ciência Rural.** v. 37, n. 3, 2007.

A IMPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO DESDE AS PRIMEIRAS HORAS DE VIDA PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

FERREIRA, Daiane[1]
RIBEIRO, Jessica[1]
CHICONATTO, Patricia[2]

RESUMO: O leite materno é algo indispensável para um bom crescimento e desenvolvimento na infância contribuindo para adquirir bons hábitos alimentares que perdurarão na adolescência e idade adulta. Ele possui uma complexidade biológica viva que, oferece proteção e estimulação ao desenvolvimento adequado dos sistemas imunológico, digestivo e neurológico da criança. O presente trabalho foi realizado por meio de pesquisas, revisões bibliográficas e de artigos científicos, tendo como objetivo buscar um maior nível de conhecimento sobre o tema. Assim sendo, a alimentação da criança com o leite materno é a base para a nutrição e desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Leite materno. Desenvolvimento. Proteção.

1 INTRODUÇÃO

O leite humano reúne mais de 150 substâncias diferentes, tendo seu conteúdo calórico composto de lactose, gordura e proteínas e deve ser oferecido a criança desde as suas primeiras horas de vida, pois o colostro, secreção liquida e amarelada, é perfeito para ser o primeiro alimento da criança porque o mesmo permite uma boa adaptação fisiológica do recém-nascido a vida extra uterina, além de anticorpos o colostro contém inúmeros fatores bioquímicos e células imunocompetentes que oferecem maturação do próprio sistema imune de mucosas do neonato(REGO, 2009).

O aleitamento materno reduz a taxa de mortalidade infantil e protege a criança de infecções respiratórias, gastrointestinais e alergias, não só durante o aleitamento, mas também produz efeitos a longo prazo. A proteção contra gastrenterites está diretamente ligada à presença de anticorpos da classe IgA presentes no leite materno reativos com patógenos ou toxinas (REGO, 2009).

Este anticorpo resulta da exposição prévia da mãe a um agente infeccioso e tem como característica sobreviver nas mucosas respiratórias e gastrintestinais e é resistente á digestão proteolítica, impedindo que os agentes patogênicos se fixem nas células da criança amamentada, limitando os efeitos danosos no processo inflamatório (TOMA; REA, 2008).

Além desses fatores, podemos destacar também o vínculo afetivo desenvolvido entre a mãe e a criança, o momento da amamentação supre as necessidades emocionais pelo contato entre os dois seres, sendo importante na construção do emocional do ser humano (REGO, 2009).

Sendo assim este trabalho teve por objetivo estudar a importância do aleitamento materno para o recém-nascido desde as primeiras horas de vida, citando os seus nutrientes e também, os fatores que contribuem para o desenvolvimento saudável da criança.

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisas, revisões bibliográficas e de artigos científicos, tendo como objetivo buscar um maior nível de conhecimento sobre o tema.

As substâncias produzidas nos primeiros dias pós- parto pelas glândulas mamárias tem um alto teor de beta caroteno e quando é comparado ao leite maduro é mais viscoso, possuindo maiores concentrações de vitaminas lipossolúveis A e E, minerais e carotenóides, possuindo menores teores de lactose e Vitaminas do complexo B, tendo seu conteúdo energético ao redor de 58 kcal\100 mL em contraste com as 71 kcal\100 ml existentes no leite maduro (LAURINDO, 1992).

No leite humano os lipídios tem grande importância na fonte energética para o crescimento adequado da criança, a digestão e a absorção do lipídio são facilitadas pela organização da gordura e dos ácidos graxos, pela composição dos triglicerídios e pela estimulação da lipase pelos sais biliares. O leite materno também tem grande importância no desenvolvimento da dentição da criança, pela presença de minerais e da grande disponibilidade de cálcio nos primeiros meses de aleitamento (IESSLER et al., 2008).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação da criança com o leite materno é a base para a nutrição e desenvolvimento infantil. Ele possui todos os nutrientes necessários , elementos celulares e enzimáticos que irão proteger o recém-nascido. Pode – se destacar

também o vínculo afetivo entre mãe e filho desenvolvido no momento da amamentação que influenciará direto na formação pessoal do ser humano.

4 REFERÊNCIAS

TOMA, Tereza Setsuko; REA, Marina Ferreira. **Benefícios da amamentação para a saúde da mulher e da criança: um ensaio sobre as evidências.** 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24s2/09>. Acesso em: 02 abr. 2017.

REGO, Jose Dias. **Aleitamento materno**. 2. ed. Sao Paulo: Atheneu, 2009. 660 p.

LAURINDO, Valdenise Martins. **Composição nutricional do colostro de mães de recém nascidos de termo adequados e pequenos para a idade gestacional.:** II - Composição nutricional do leite humano nos diversos estágios da lactação. Vantagens em relação ao leite de vaca. 1992. Disponível em: <http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35251773/83.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1491188087&Signature=tDEBeI1OSp5hiSI8GZeDwKoRyv0=&response-content-disposition=inline; filename=Composicao_nutricional_do_colostro_de_ma.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

IESSLER, Hugo et al. **O aleitamento materno no contexto atual:** políticas, práticas e bases científicas. Sao Paulo: Sarvier, 2008. 627 p.

ALIMENTAÇÃO NAS ESCOLAS: GARANTIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

BATISTA, Paula Cristina[1]
SANTANA, Shirlei Cristiane[1]
ANDRADE, Thailine Hoffmann[1]
CHICONATTO, Patrícia
MARIANI, Filipe Quadros[2]

RESUMO: A pesquisa foi realizada em três escolas municipais e uma estadual da cidade Guarapuava, para obter conhecimento da alimentação servida para os alunos. Foi realizada através de entrevistas com as merendeiras, equipe pedagógica e alunos, que relataram o dia a dia na escola e convivência com as merendeiras, muitos elogiaram e o carinho com que as “tias da cozinha”, mostrando enorme afeto como contribuição ao alimento servido a eles. Ainda, as merendeiras relataram que “amam o que fazem e usam o amor como o principal tempero”. (Marli Araújo e Marli Pedroso)

Palavras-chave: Alimentação. Intolerância. Escola. Alunos.

1 INTRODUÇÃO

A alimentação tem um importante papel durante o ciclo da vida, pode-se destacar a idade escolar, período este em que o metabolismo da criança é mais intenso comparado ao adulto. O problema é que as preferências e gostos alimentares acabam cedendo para os menos saudáveis, além do sedentarismo que está quase sempre presente, pois as crianças e adolescentes de hoje estão na era digital, isso tudo acaba acarretando graves problemas de saúde.

A escola tem uma participação importante no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, por isso a preocupação com a alimentação que é servida a eles durante o período escolar, o acompanhamento nutricional nas escolas é lei. Ressaltou-se as questões de problemas alimentares que requerem cuidados, mas nem sempre é possível, tendo em vista que algumas escolas sofrem para manter a alimentação desses alunos pois muitas vezes ela não tem condições e tem de pedir aos pais providenciarem, mas é obrigação da escola disponibilizar aos alunos os alimentos adequados.

O papel da nutricionista nas escolas municipais e estaduais são diferentes devido á estrutura que cada uma possui, mas no geral a preocupação é sempre a mesma, uma alimentação saudável, variada, incentivando os alunos a ingestão de frutas, verduras e hortaliças, e tendo o cuidado de indicar para os alunos que tem alguma intolerância ou algum problema de saúde os alimentos adequados que cada um tem que consumir.

2 DESENVOLVIMENTO

O Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE), completa em 2018, 64 anos de existência. O PNAE é o maior programa de alimentação escolar do Brasil, presentes em todo o país. O PNAE tem vários papéis importantes na sociedade, além de auxiliar no melhor aprendizado, e no desenvolvimento dos alunos, ele também tem função de garantir o mínimo recomendado de alimentos a pessoas carentes. Por esse motivo o PNAE tem um papel importante no programa de garantia a segurança alimentar de crianças no Brasil.

O conceito de segurança alimentar deriva da FAO *"Food and Agriculture Organization."* em Roma, no ano de 1996, a saber: "A segurança alimentar existe quando toda pessoa, em todo momento, tem acesso físico e econômico a alimentos suficientes, inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentares e preferências quanto aos alimentos a fim de levar uma vida saudável e ativa" O presente trabalho obteve informações de três escolas municipais e uma da rede estadual da cidade de Guarapuava-Pr, a coleta de dados foi realizada através de entrevistas realizadas com profissionais da área, merendeiras, ajudantes de cozinha e a nutricionista do município Simone Conrado.

As quatros escolas entrevistadas foram, Escola Municipal Bendita dos Santos, Escola Municipal Carolina G Franco, Escola Municipal São Pedro e a Escola Estadual Rubem Fleury da Rocha. A Escola Municipal Benedita Santos, tem uma quantidade de 190 alunos, e possui em seu quadro de funcionários, uma merendeira, a profissional Marli Araújo, que tem quatros anos

à frente a cozinha da escola, a Nutricionista Simone Conrado, que também é responsável técnica da merenda escolar, a qual visita a cozinha da escola em um período de dois em dois meses, para avaliar o espaço, a limpeza do local, se os alimentos estão dentro do prazo de validade e quais são as condições de armazenamento. Já a Vigilância sanitária visita a escola no mínimo duas vezes ao ano. Um dos alunos da escola possui intolerância a glúten e o município fornece os alimentos específicos.

A Escola Municipal Carolina G Franco, tem cerca de 350 alunos, contam com duas merendeiras, sendo elas Josimere Padilha e Josiete Bueno, a profissional nutricionista é a mesma, que faz visitas de três em três meses, com as mesmas intenções. A escola Municipal São Pedro, tem 533 alunos, por decisão da escola, não tivemos acesso a profissionais da merenda. A vigilância sanitária faz visitas uma vez por mês no local. Dos 533 alunos, 2 apresentam alergia a ovo, 1 com diabete e 2 com intolerância a lactose, segundo as informações recebidas, o município não fornece alimentos especiais, a família fica responsável pelo lanche. Segundo a professora de educação física Vanessa Flores, alguns dos alunos tem apenas uma refeição durante o dia, que é servido na escola, segundo ela, estes respectivos alunos possuem dificuldades em todas as atividades. Escola Estadual tem o total de 388 alunos, a merendeira é Marli Pedroso, que tem dois anos de profissão, não tivemos acesso a nutricionista do estado, mas ela comparece ao local pouquíssimas vezes, quando vai, faz o procedimento de inspeção do local como nas demais escolas.

Por fim, foram colhidas de alguns alunos, qual era a opinião deles em relação a merenda fornecidas a eles. Todos os comentários foram positivos, do qual rendeu vários elogios as merendeiras, as quais também, deixaram transparecer todo o carinho e amor pela profissão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das 4 escolas que foram analisadas, apenas a Escola Municipal São Pedro, o munícipio não oferece alimento para os alunos “alérgicos”, fazendo com que os pais que são de baixa renda, façam os lanches e entreguem a escola. Foi possível observar que essa escola contém um maior número de alunos com

alergias e/ou intolerâncias alimentares. Todas as escolas seguem as ordens da Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), fazem o trabalho com carinho e respeitando a individualidade e dificuldade de cada aluno.

4 REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Secretaria da Educação do Paraná**. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/index.php. Acesso em 10 de setembro de 2018.

file:///C:/Users/shirl/OneDrive/Área%20de%20Trabalho/livros/CADERNO%20DE%20 LEGISLAO%202018.pdf

DANELON, Maria Angélica Schievano; DANELON, Mariana Schievano; DA SILVA, Marina Vieira. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 13, n. 1, p. 85-94, 2006.

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/1847/1900 DOS SANTOS HORA, Edna. **Educação para a saúde: o papel da escola na redução de transtornos alimentares**. Disponível em:https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/TCC_Edna.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2018.

ARQUITETURA TOTALITÁRIA NAZISTA: PLANOS PARA UMA NOVA ALEMANHA

Lara, José Lucas Batista[751]
Bahls, Izabel Schinemann[1]
Silva, Leonardo Nascimento da[1]
Professor orientador Fábio R. Malikoski de Souza[752]

RESUMO: A adoção de arquitetura pela ideologia nazista surge como parte de políticas públicas que a transformaram como medida de expressão material de uma série de razões de natureza conceitual, social e ideológica a serviço deste governo. Quando os nazistas alcançaram o poder em 1933, buscou-se a partir daí uma série de realizações artísticas estatais em favor do governo, como forma de propagação da ideologia que assumia a Alemanha na época. As intensas relações entre as artes e o nazismo fizeram o povo alemão reerguer seu orgulho frente às brandas consequências do fracasso na Primeira Guerra Mundial. Diante a este fato, propõe-se aqui uma análise através de pesquisa explicativa, para entender a fundo o potencial da arquitetura como mediadora, direta ou indiretamente, de expressões divulgadoras para regime Nazista, e como a ela foi primordial para a rápida ascensão do regime e restabelecimento da imagem do orgulho alemão para o mundo.

Palavras-chave: Arquitetura; Nazismo; Totalitarismo.

1 INTRODUÇÃO

Com o presente artigo, busca-se entender ainda mais a relação entre arquitetura e o regime do Terceiro Reich, e como ela foi decisiva para ajudar no fortalecimento e estabelecimento da ideologia Nazista entre 1933 até sua queda em 1945.

Depois da derrota da tríplice aliança na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha sofreu sanções pós-guerra de acordo com o tratado de Versalhes, que estabelecia os alemães como os principais responsáveis pela causa do conflito. Depois da rendição alemã, e sua assinatura no acordo, o sentimento de humilhação assolou o povo. A instalação da nova República de Weimar não foi o suficiente para restabelecer a normalidade da vida da população, devido ao

[751] Discentes do curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Campo Real.
[2] Docente no curso Arquitetura e Urbanismo, Arquiteto e urbanista, Especialista em Gestão Ambiental de Municípios- UTFPR, mestrando em Ciências Políticas -UNILA, com formação Pedagógica-Licenciatura em Artes-UDC.

desemprego, perda de territórios e altas indenizações para os países vencedores da guerra. Os tratados impostos para a Alemanha criaram um sentimento de revanchismo e revolta entre a população, abrindo assim o caminho para o Nazismo tomar poder da Alemanha e desenvolver o restabelecimento do orgulho nacional, usando entre outras formas, a arquitetura e as artes.

2 DESENVOLVIMENTO

Depois de Hitler executar parte dos planos para subir ao poder, o jovem arquiteto Berthold Albert Speer chamou a atenção do Fuhrer depois de um trabalho de renovação da sede do Ministério da Propaganda, a pedido do ministro da propaganda Joseph Goebbels. Speer filiou-se ao partido em 1931, após presenciar dois comícios do partido, um deles liderado por Hitler e o outro pelo ministro Goebbels, o qual impressionou Speer com sua postura oratória, que deixava a plateia em um enorme estado de entusiasmo. Logo, uma das primeiras intervenções arquitetônicas para o regime, depois de Speer conquistar a confiança de Hitler, era a construção para as áreas de desfiles do Partido Nazista, na cidade bávara de Nuremberg. A obra era o que viria a ser um dos principais símbolos artísticos do regime Nazista, aliando arquitetura e espetáculo em uma grandiosa apresentação do Terceiro Reich para o mundo. Por fim, conclui-se que a arquitetura foi uma arma crucial para ajudar a ideologia Nazista a se erguem na Alemanha.

Hitler admirava a figura do compositor erudito alemão Richard Wagner, músico influente que viveu no século XIX, cujas obram remontavam à questões nacionalistas, como a cultura e língua alemã e nórdica. E segundo Bortulucce(2008), o partido arquitetônico para o local das celebrações nazistas tinha que atender atentamente aos critérios do espetáculo da grandiosidade de Wagner. Para isso, a área para o desfile, chamada de Zeppelinfeld, foi projetada para comportar, em certas ocasiões, mais de 200 mil pessoas. O complexo arquitetônico consistia em uma grande esplanada aberta, o que permitia uma gigantesca aglomeração social, aliado a um enorme campo sem obstáculos visuais em todas as direções, lembrando uma grande praça medieval, aberta, dedicada exclusivamente para eventos sociais e culturais da população, como encontros.

Amplamente divulgado, os desfiles nazistas logo ficaram famosos pelo mundo. Oficiais de vários países que residiam na Alemanha em missões diplomáticas testemunharam a complexa divulgação do regime que transformaria para sempre o orgulho do povo alemão. O embaixador britânico Nevile Henderson chamou de “a catedral de gelo”, e o considerou “o mais belo trabalho de Speer, chamando-o de uma obra prima” (Speer, 1970, p.58-59).

3. DE BERLIM A GERMÂNIA

Berlim, a capital da Alemanha, era o principal alvo de intervenções arquitetônicas e urbanísticas para o Terceiro Reich. Para isso, Speer projetou o que seria a cidade se os planos de Hitler tivessem se concretizado. A megalomania da ambição de Hitler o fez imaginar uma cidade com gigantescas construções, que pudesse ser vista a vários quilômetros, e que mesma nesta distância, elas poderiam ser assombrosas e opressoras pelo seu tamanho. Como o plano era de reconstrução, em 1938, milhares de berlinenses tiveram suas casas e apartamentos demolidos para dar caminho à nova cidade.

Speer iria conceber os novos projetos arquitetônicos da nova Alemanha seguindo o seu manifesto denominado *Valor da Ruína*, aprovado por Hitler. Neste escrito, as grandes construções seriam concebidas pensando em relação de como elas seriam esteticamente agradáveis a milhares de anos à frente, levando-se em conta as ações do tempo e interferências futuras do homem. Ele serviria de base para que o legado arquitetônico fosse o conjunto mais durável do nazismo e servisse de como testemunho da grandiosidade do futuro império. Berlim iria começar a ser transformada em um grande laboratório experimental da construção, e abrigaria monumentos jamais vistos antes, com tanta grandiosidade que até mesmo a próprio Speer se perguntaria se as ambições com a construção estavam indo longe demais.

Porém, um empecilho atrapalhou a execução destes planos. Hitler ficou descontente com o fato de que o solo de Berlim não era firme o suficiente para comportar seus projetos sem o risco de danificar suas estruturas. Todos os

planos para a construção de Germânia foram adiados por conta da Segunda Guerra. O conflito que ele mesmo causou foi o fator determinante para que muitos de seus projetos nunca saíssem do papel. Não apenas para Berlim, mas as cidades de Munique, Linz e Nuremberg também eram alvo das reformas arquitetônicas totalitárias de Hitler. Nesta época, Speer se distanciou da arquitetura ao decorrer da guerra. Apesar de apoiar a invasão na Polônia, ele continuou a desenhar projetos para várias cidades alemãs. A partir de 1943, as principais cidades da Alemanha já começaram a ser bombardeadas, assim danificando a identidade arquitetônica da Alemanha. Com o destino do Terceiro Reich pendendo para a derrota, os últimos esforços dos alemães eram para os gastos militares adjacentes, muitas vezes de exércitos que já não existiam mais. Hitler, em seus últimos dias, delirando, manipulava mapas a fim de achar estratégias para conter o avanço soviético sobre Berlim, sem reconhecer plenamente que ele já estava vencido.

Hitler suicidou-se em 30 de Abril de 1945, no seu bunker localizado abaixo da chancelaria em Berlim. Os liderem nazistas remanescentes da guerra foram julgados, e entre eles encontrava-se Albert Speer. Condenado a 20 anos de prisão, após cumprir a pena, dedicou-se a escrever sobre o nazismo, seus planos e seu trabalho para o regime.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, conclui-se que a arquitetura foi uma arma crucial para ajudar a ideologia Nazista a se erguem na Alemanha. A missão das artes e arquitetura para o regime era de transparecer a propaganda intelectual alemã para o mundo, mostrando, de acordo com a ideologia nazista, que o povo alemão era o mais evoluído do mundo, em todos os aspectos, seja ele físico, biológico e cultural. O grande campo visual sem interrupções dos espaços públicos era projetado para aumentar ainda mais a monumentalidade dos edifícios. O campo de Zeppelim obtinha uma função social importante para o governo e para o país. A grande esplanada nivelada tinha a tendência de aglomerar a população e influenciar o cotidiano da cidade de Nuremberg.

A arquitetura para a Alemanha tinha muito mais como função demonstrar o poder Nazista do século XX, mas também possuía a função guardar o testemunho da grandiosidade do Grande Reich Alemão enquanto durou em vida; Até mesmo seu principal fundador, Adolf Hitler, tinha conhecimento de que um dia o seu imaginário império iria terminar distantemente, e que depois disso, a arquitetura faria seu papel como principal meio de perpetuar a glória Nazista. Mesmo que as construções de Hitler fossem destruídas antes de efetivamente virarem ruínas após o duradouro império nazista, ainda sim elas seriam lembradas como as maiores construções já construídas pelo homem, provando ainda mais que a arquitetura nazista era imprescindível para os planos da construção do império.

4 REFERÊNCIAS

ARQUITETURA da destruição. Direção: Peter Cohen. Suécia 1989. 123 min.

ARENDT, Hannah. **"O Totalitarismo", In: Origens do Totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989

BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. **Arte dos Regimes totaltários do século XX – Rússia e Alemanha.** São Paulo: Annablume, 2008.

FEST, Joachim Clemens. **A Face do Terceiro Reich. Penguin Books.** 1979.

GOLOMSTOCK, Igor. **Totalitarian Art in the Soviet Union, the Third Reich, Fascist Italy and the Peoples's Republic of China.** Londres. 1990.

The Gardian, **Story of cities #22, How Hitler's plans for Germania would have torn Berlin apart.** Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis> Acessado em 25 de Junho de 2018.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

FRIGERI, Renata Aparecida. **A identidade nazista por meio das autobiografias dos artistas de Hitler.** Bauru, 2015.

NATIONAL GEOGRAPHIC. **Segredos do Terceiro Reich - O Arquiteto do Reich, Albert Speer**. Disponível em Acecsso em 06 de dezembro de 2015.

Queda- as últimas horas de Hitler: Direção: Oliver Hirschbiegel. 2004, Alemanha/Itália. 156 min.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Speer, Albert (1970). ***Por Dentro do III Reich.*** *New York and Toronto: Macmillan.* [traduzido do alemão para o inglês por Richard and Clara Winston.] Republicado em em 1997 por Simon & Schuster.